



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

ANO LXVIII – SUP. “B” AO Nº 115 – SEXTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102,108) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL/PRB) - 13 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de
Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de
Debates Legislativos

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL		Ata da 28ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de junho de 2013 (Realizada em conjunto com a 27ª reunião da CAS) (Publicada no item 1.1.2)	
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE		Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2013.....	311
Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de junho de 2013.....	5	Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2013.....	320
Ata da 30ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de junho de 2013.....	39	Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2013.....	329
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2013.....	71	Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de junho de 2013.....	356
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2013.....	87	Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2013.....	384
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2013.....	108	Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2013.....	392
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2013.....	127	Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de julho de 2013.....	416
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2013.....	136	Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2013.....	450
Ata da 36ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de junho de 2013 (Realizada em conjunto com a 27ª reunião da CAS) (Publicada no item 1.1.2)		Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2013.....	465
Ata da 37ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de junho de 2013.....	154	Ata da 38ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de julho de 2013.....	476
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2013.....	179	1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2013.....	195	Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de julho de 2013.....	526
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS		Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2013.....	538
Ata da 25ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de junho de 2013 (Realizada em conjunto com a 26ª reunião da CDH) (Publicada no item 1.1.5)		Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de julho de 2013.....	553
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2013.....	212	Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2013.....	571
Ata da 27ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de junho de 2013.....	232	Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de julho de 2013.....	612
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2013.....	244	1.1.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2013.....	270	Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2013.....	630
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2013.....	294		

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de junho de 2013	638	Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2013.....	719
Ata da 26ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de junho de 2013	667	Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2013.....	736
1.1.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE		Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de junho de 2013.....	757
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2013.....	687	Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de junho de 2013.....	781
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2013.....	709		

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e trinta minutos do dia quatro de junho do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Inácio Arruda, Raulo Rodrigues, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves, e, ainda, dos Senadores Wellington Dias e Cássio Cunha Lima. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Romero Jucá, Kátia Abreu e João Vicente Claudino. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas das 26ª, 27ª e 28ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Mensagem (SF) nº 36 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática do Congo (RDC), no valor equivalente a US\$ 4,761,470.98 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil dólares dos Estados Unidos da América e noventa e oito centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congoleza para com o Brasil”, tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 2**– Mensagem (SF) nº 37 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser firmado entre a República Federativa do Brasil e a República da Zâmbia, no valor consolidado de US\$ 113,423,004.53 (cento e treze milhões, quatrocentos e vinte e três mil e quatro dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e três centavos), para o reescalonamento da dívida

oficial da Zâmbia para com o Brasil”, tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 3**– Mensagem (SF) nº 38 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Unida da Tanzânia, no valor equivalente a US\$ 236,996,036.19 (duzentos e trinta e seis milhões, novecentos e noventa e seis mil e trinta e seis dólares dos Estados Unidos da América e dezenove centavos), para o reescalonamento da dívida oficial tanzaniana para com o Brasil”, tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 4**– Mensagem (SF) nº 39 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, que seja autorizado Contratos de Reestruturação de Dívida a serem firmados entre a República Federativa do Brasil e a República do Congo, no valor equivalente a US\$ 352,676,103.62 (trezentos e cinquenta e dois milhões seiscentos e setenta e seis mil e cento e três dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e dois centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congoleza para com o Brasil”, tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 5**– Mensagem (SF) nº 40 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Contrato de Reescalonamento de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa do Marfim, no valor de US\$ 1,262,856.60 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos), para o reescalonamento da dívida oficial marfinesa para com o Brasil”, tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 6**– Projeto de Lei da Câmara nº 137 de 2010, não terminativo, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que “acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir ao empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário para acompanhar filho em virtude de enfermidade”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 522 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “acrescenta inciso X e parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para

conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência, e dá outras providências”, com o Projeto de Lei do Senado nº 620 de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que “acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço por um dia a cada seis meses para comparecimento as reuniões escolares dos seus filhos, mediante comprovante de comparecimento à escola”, e com o Projeto de Lei do Senado nº 182 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que “acrescenta-se o inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para prever a possibilidade de ausência do empregado ao serviço por até 7 (sete) dias, por motivo de doença em pessoa da família”, tendo como relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 137 de 2010 nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta e pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 522 de 2007, 620 de 2011 e 182 de 2012. A Matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador José Pimentel relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao PLC nº 137 de 2010 nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) e pelo arquivamento do PLS nº 522 de 2007, do PLS nº 620 de 2011 e do PLS nº 182 de 2012. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 307 de 2012 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que “altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência”, tendo como relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 303 de 2012, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fron-

teiriças”, tendo como relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão designa o Senador Aloysio Nunes Ferreira relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2012, não terminativo, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que “dispõe sobre a criação da Comissão da Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil (DNAEB)”, tendo como relator o Senador Eduardo Lopes, que oferece relatório contrário ao Projeto. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão designa o Senador Eduardo Suplicy relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo relator “ad hoc”, usam da palavra os Senadores Vital do Rêgo, Armando Monteiro, Eduardo Suplicy e Aloysio Nunes Ferreira. É solicitada vista pelos Senadores Vital do Rêgo e Armando Monteiro. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 549 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, a pessoas físicas, a dedução de despesas com livros técnicos diretamente ligados à sua área profissional”, tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CE e da Emenda nº 2-CE nos termos da Subemenda que apresenta. Em 21/5/2013 foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Cyro Miranda, relator da matéria, e Francisco Dornelles. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Aprova a Emenda nº 1-CE-CAE e a Emenda nº 2-CE nos termos da Subemenda nº 1-CAE por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 11**– Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos

aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física”, e com o Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, no cálculo do imposto de renda da pessoa física”, tendo como relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, com a Emenda nº 1 que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 340 de 2007 e 92 de 2010. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Casildo Maldaner. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o PLS nº 375 de 2008 com a Emenda nº 1-CAE por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Ficam prejudicados os Projetos de Lei do Senado nºs 340 de 2007 e 92 de 2010. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto De Conto, que “altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física”, tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13**– Projeto de Lei do Senado nº 663 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “acrescenta dispositivo ao art. 9º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para permitir a inclusão de custos com móveis e projeto de decoração nas operações de financiamento realizadas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação”, tendo como relator o Senador José Agripino, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quinze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. **Item 14**– Projeto de Lei do Senado nº 17 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da isenção do IPI, na aquisição de automóveis”, tendo como relator Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. Em 21/5/2013, foi concedida vista coletiva da matéria. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Cyro Miranda, relator da matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1-CAE e 2-CAE por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 15**– Pro-

jeto de Lei do Senado nº 300 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic)”, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 16**– Projeto de Lei do Senado nº 208 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente”, tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 17**– Projeto de Lei do Senado nº 392 de 2007, terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “altera a Lei nº 9.496, de 1997, para autorizar a União e os Estados, no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, a abater do cálculo do resultado primário despesas dos Estados com investimentos em obras de infra-estrutura”, tendo como relator “ad hoc” o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Em 24/5/2011, foi concedida Vista Coletiva. Em 28/5/2013, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Cyro Miranda, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CCJ. A apreciação da matéria é adiada. **Item 18**– Projeto de Lei do Senado nº 99 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “determina a inclusão automática na ‘malha fina’ das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo”, tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, relator da matéria, e Francisco Dornelles. É solicitada vista pelos Senadores Francisco Dornelles e Armando Monteiro. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 19**– Projeto de Lei do Senado nº 57 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Waldemir Moka, que “altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional”, tendo como relator o Senador Blairo Maggi, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 20**– Projeto de Lei do Senado nº 688 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “dispõe sobre o perdão de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas por

instituições financeiras federais na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores José Agripino, Armando Monteiro, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, Jayme Campos, Vital do Rêgo, Cássio Cunha Lima e Inácio Arruda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 33, 34, 35 e 36 de 2013. O Requerimento nº 33 de 2013, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Cyro Miranda, requer a realização de audiência pública para discutir os motivos do aumento excessivo das tarifas aéreas, em determinados períodos do ano, com a presença das seguintes autoridades e representantes: Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA); Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA); Presidente da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (Andep); Presidente da TAM; Presidente da GOL; e Presidente da Azul. O Requerimento nº 34 de 2013, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para discutir os avanços do novo marco do Pré-Sal, aprovado pelo Senado, com a presença das seguintes autoridades e representantes: representante do Ministério de Minas e Energia; Presidenta da Petrobras; Diretora-Presidenta da Agência Nacional de Petróleo – ANP; e senhor Aloísio Araújo, Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. O Requerimento nº 35 de 2013, de iniciativa do Senador Armando Monteiro, requer a realização de audiência pública com o objetivo de analisar a conjuntura econômica nacional, com ênfase no crescimento limitado do PIB e na deterioração das contas externas e públicas, além das perspectivas de crescimento econômico para os próximos anos, tendo como convidados: o senhor Ilan Goldfan, Economista-chefe do Itaú Unibanco e sócio do Itaú BBA, ex-Diretor de política Econômica do Banco Central (2000-2003) e economista do FMI (1996-1999); o senhor Luiz Gonzaga Belluzo, Professor Titular do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); o senhor Alexandre Schwartzman, Consultor e ex-Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (2003-2006); o senhor Delfim Netto, Consultor e ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento; Monica de

Bolle, Diretora do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (Iepe/CdG), Economista-Chefe da área de Pesquisa Macroeconômica Internacional do Banco BBM de 2005 a 2006; e o senhor Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). E o Requerimento nº 36 de 2013, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, requer, em aditamento ao Requerimento nº 4 de 2013-CAE, a inclusão no rol de convidados para o ciclo de audiências públicas referido no supracitado requerimento do economista Reinaldo Gonçalves, Professor Titular de Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 26ª, da 27ª e da 28ª Reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 36, DE 2013

– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática do Congo (RDC), no valor equivalente a US\$4,761,470.98 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil dólares dos Estados Unidos da América e noventa e oito centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congoleza para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

O relatório é favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, eu tive a honra de ser designado por V. Ex^a para relatar as Mensagens nºs 36, 37, 38, 39 e 40.

São mensagens que trazem, no seu escopo, no seu objeto, proposta da Presidência da República solicitando ao Senado Federal, com base nas suas prerrogativas, que esta Casa, mais especificamente esta Comissão, pudesse avaliar iniciativa que tem como propósito a renegociação, o parcelamento, em alguns casos a remissão de passivos de cinco países africanos com o nosso País.

O esforço foi grande para que eu pudesse, ao longo dos últimos dias, concluir meu parecer. Fui designado como Relator desta matéria na última terça-feira.

Entretanto, pela abrangência do tema, tratando de cinco países, com operações específicas, cada qual com suas características, com suas naturezas, em que pese meu esforço pessoal, em que pese o apoio que recebi da Consultoria, não conseguimos, Sr. Presidente, concluir nosso parecer, pela exiguidade de tempo e pela complexidade da matéria.

Portanto, solicito a V. Ex^a mais prazo para que eu possa conferir um parecer com a profundidade necessária para a complexidade do tema.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido, então, Senador Ricardo Ferraço. Vamos retirar os Itens nºs 1, 2, 3, 4 e 5 da pauta e os traremos novamente na próxima terça-feira, quando V. Ex^a apresentará o relatório das matérias, que são muito importantes. Por isso V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, é o Relator desses cinco pontos.

Então, voltamos a esse tema na próxima terça-feira.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 1**MENSAGEM (SF) Nº 36, DE 2013**

– Não Terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática do Congo (RDC), no valor equivalente a US\$4,761,470.98 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil dólares dos Estados Unidos da América e noventa e oito centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congoleza para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 37, DE 2013**

– Não Terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser firmado entre a República Federativa do Brasil e a República da Zâmbia, no valor consolidado de US\$ 113,423,004.53 (cento e treze milhões, quatrocentos e vinte e três mil e quatro dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e três centavos), para o reescalonamento da dívida oficial da Zâmbia para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 3**MENSAGEM (SF) Nº 38, DE 2013**

– Não Terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Unida da Tanzânia, no valor equivalente a US\$ 236,996,036.19 (duzentos e trinta e seis milhões, novecentos e noventa e seis mil e trinta e seis dólares dos Estados Unidos da América e dezenove centavos), para o reescalonamento da dívida oficial tanzaniana para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 4**MENSAGEM (SF) Nº 39, DE 2013**

– Não Terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, que seja autorizado Contratos de Reestruturação de Dívida a serem firmados entre a República Federativa do Brasil e a República do Congo, no valor equivalente a US\$ 352,676,103.62 (trezentos e cinquenta e dois milhões seiscentos e setenta e seis mil e cento e três dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e dois centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congoleza para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 5**MENSAGEM (SF) Nº 40, DE 2013**

– Não Terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Contrato de

Reescalonamento de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa do Marfim, no valor de US\$ 1,262,856.60 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos), para o reescalonamento da dívida oficial marfinesa para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos continuar a pauta.

Hoje estamos num dia atípico aqui, com quatro comissões funcionando na terça-feira. A CMA está discutindo um ano de Código Florestal, a CCT também convocou reunião, assim como a Comissão de Educação. Hoje está um dia muito difícil para as Sras Senadoras e os Srs. Senadores. Mas vamos continuar nossa pauta.

Para relatar o Item nº 6, o Senador Armando Monteiro está chegando.

Eu queria passar agora para o item que o Senador Aloysio Nunes...

Vamos ao Item nº 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 137, DE 2010

– Não Terminativo -

Acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir ao empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário para acompanhar filho em virtude de enfermidade.

Autoria: Deputada Sandra Rosado.

Tramita em conjunto com o

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 522, DE 2007

– Não Terminativo -

Acrescenta inciso X e parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Tramita em conjunto com:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 620, DE 2011

– Não Terminativo -

Acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço por um dia a cada seis meses para comparecimento às reuniões escolares dos seus filhos, mediante comprovante de comparecimento à escola.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Tramita em conjunto com:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 182, de 2012

– Não Terminativo -

Acrescenta-se o inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para prever a possibilidade de ausência do empregado ao serviço por até 7 (sete) dias, por motivo de doença em pessoa da família.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Designo o Senador José Pimentel como Relator *ad hoc*.

Com a palavra, o Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr.

Presidente, Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 137, de 2010, que tem a finalidade de permitir ao empregado ausentar-se do trabalho, sem prejuízo do salário, por até trinta dias, para cuidar da saúde de filho de até doze anos, desde que a necessidade do acompanhamento em horário coincidente com o do seu trabalho e seja atestada por laudo médico, e dos que lhe foram apensados: Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 522, de 2007; 620, de 2011; e 182, de 2012.

Análise:

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos discutir e votar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por consulta de comissão.

As proposições em discussão pretendem disciplinar a ausência do empregado ao trabalho, sem prejuízo do salário, nas condições que especificam.

Reconhecemos que o direito que se pretende assegurar ao empregado é justo, pois é decorrente da proteção constitucional à entidade familiar, da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e da proteção à

vida. É igualmente fundamental para a boa recuperação da saúde de familiares e bem-estar do trabalhador que deve ter a tranquilidade necessária para dar o suporte necessário aos seus, quando necessitados de assistência.

Todavia, a despeito dos nobres propósitos presentes nas propostas, temos restrições quanto à transferência para o empregador de mais um encargo financeiro, vez que as licenças previstas no art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) são remuneradas e contadas para todos os efeitos legais, como férias, adicional de férias, 13º salário, adicional de remuneração (hora extra, hora noturna, adicionais de insalubridade e periculosidade), ausência remunerada, licenças, repouso remunerado (descanso semanal remunerado), feriados, rescisão contratual e vale-transporte.

Nesse sentido, julgamos que iniciativas como essas que estão presentes nas proposições sob exame contrariam o esforço que se faz hoje no sentido de desonerar as empresas, a fim de que possam oferecer seus produtos e serviços com mais competitividade e, ao mesmo tempo, mais postos de trabalho.

Portanto, a presença dessas garantias nos acordos e convenções coletivas de trabalho, além de ser uma importante conquista do movimento sindical, tende a se tornar referência e se disseminar nos processos de negociação coletiva, devendo ser incentivadas por meio de lei.

Por essas razões, propomos a alteração dos dispositivos que se pretendem acrescentar à CLT, permitindo que o empregado se ausente do local de trabalho, sem prejuízo do salário, desde que essa ausência tenha sido objeto de negociação coletiva de trabalho.

Feito esse ajuste, acreditamos que as propostas possam prosperar sem onerar, em especial, os pequenos estabelecimentos, que são os que mais oferecem postos de trabalho neste País.

Voto.

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010, na forma do substitutivo a seguir, e o consequente arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 522, de 2007; 620, de 2011 e 182, de 2012:

Sr. Presidente, a grande inovação que o Sr. Relator nos apresenta é trazer para os acordos e convenções coletivas as tratativas dessas melhorias de assistência à família.

Por isso, esse é o voto, com o qual eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2010, nos termos da Emenda nº 1-CAE, Substitutivo, e pelo arquivamento do PLS nº 522, de 2007, do PLS nº 620, de 2011, e do PLS nº 182, de 2012, a matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Quanto ao Item nº 7, houve um pedido do Relator de retirada de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:)

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 – Complementar – Não Terminativo -

Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

O Senador Vital do Rêgo pediu a retirada de pauta do Item nº 7.

Passaremos ao Item nº 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, de 2012 – Não Terminativo -

Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças.

Autoria: Senadora Ana Amélia. Pedro Taques.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Eu perguntaria ao Senador Aloysio Nunes se posso designá-lo como Relator *ad hoc*. *(Pausa.)*

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, tendo encontrado o parecer do Senador Jucá nesse volumoso alfarrábio que fomos obrigados a compulsar, vou tentar substituir o

ilustre Relator na apreciação deste projeto da Senadora Ana Amélia, cuja epígrafe já foi mencionada por V. Ex^a.

A justificativa da proposição é a integração do Brasil com os países vizinhos, que dependem, segundo a ilustre autora, em grande medida, do transporte aéreo, e essa integração vem sendo dificultada por modelos obsoletos, a seu juízo, de tributação e regulação, os quais, segundo ela, oneram injustificadamente os voos internacionais em comparação com os domésticos.

Segundo a autora da proposição, nos voos internacionais, as tarifas aeroportuárias de embarque de passageiros, acrescidas dos respectivos tributos, superam em cerca de três vezes e meia aquelas cobradas para os voos domésticos. Em sua avaliação, essa diferenciação não se justifica, uma vez que (abro aspas) “não há, rigorosamente, qualquer custo adicional na provisão de serviços aeroportuários e aeronáuticos aos voos internacionais, em comparação com os domésticos”.

S. Ex^a considera que o tratamento tarifário desfavorável aos voos internacionais é “particularmente detrimenoso às cidades-gêmeas fronteiriças”, nas quais é mais intensa a integração com os países vizinhos.

Nesse sentido, propõe eliminar essa distorção por entender que os excessos tarifários, a par de injustificáveis, constroem o pleno desenvolvimento do potencial econômico, social e cultural dos núcleos urbanos fronteiriços, “o que também debilita a própria economia nacional”.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

No mérito, embora concorde com a intenção da autora no sentido de favorecer a integração do Brasil com a comunidade internacional, importa considerar que, por essa mesma razão, não deve o País afastar-se unilateralmente de procedimentos recomendados por organismos internacionais dos quais faça parte. É do que trata o caso presente, especialmente em relação às tarifas de navegação aérea.

A diferenciação das tarifas de navegação para voos domésticos daquelas aplicadas a voos internacionais decorre das recomendações emanadas da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), em atendimento ao disposto na Convenção de Chicago.

Sendo o Brasil membro dessa organização, são adotadas em nosso País as mesmas regras praticadas nos demais países membros. Nesse sentido, no que se refere às tarifas relativas à navegação aérea, a alteração proposta pelo PLS nº 303, de 2012, somente deveria ser adotada se e quando a mesma medida viesse a ser uniformemente praticada ao menos pelos países que fazem fronteira com o Brasil, circunstância que dependeria de prévios acordos internacionais.

Por essa razão, a proposição em pauta deve prevalecer apenas no tocante às tarifas estritamente aeroportuárias, apartando-se da isonomia proposta as relativas à navegação aérea, modificação que se opera na forma da emenda adiante formulada.

A emenda é a seguinte, Sr. Presidente:

EMENDA Nº 1-CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 11-A que o art. 1º do PLS nº 303, de 2012, propõe aditar à Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973:

“Art. 11-A. A fixação das tarifas aeroportuárias observará tratamento isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças.”

É o parecer de lavra do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/ PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parece da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura em decisão terminativa.

Hoje, senhores, vamos ao último item da pauta, o Item nº 9. Nós não temos quórum para a votação de projetos terminativos. Infelizmente, hoje, há a reunião da Comissão de Meio Ambiente sobre o primeiro ano do Código Florestal; há reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia; há reunião da Comissão de Educação; e, ainda, há outras. Ou seja, são cinco reuniões de comissões hoje pela manhã.

Assim, passemos a esse último item da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 432, DE 2012

– Não terminativo –

Dispõe sobre a criação da Comissão da Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil (DNAEB).

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Relatoria: Senador Eduardo Lopes.

Eu queria designar o Senador Eduardo Suplicy para, como Relator *ad hoc*, ler o relatório.

Antes, porém, quero dizer às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que a gente está querendo, a partir da próxima terça-feira, começar um debate so-

bre os desafios da economia brasileira, em cima de um requerimento dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque.

Na próxima terça-feira, então, às 10h da manhã, nós teremos a aposição do retrato do Senador Delcídio do Amaral na galeria de ex-presidentes desta Comissão de Assuntos Econômicos. Depois, entraremos na pauta ordinária, e, às 11h, haverá um debate, com a presença de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, que já está confirmado, e estamos tentando confirmar o Dr. Henrique Meirelles. Ontem, conversei também com o ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que não pode vir nesta terça-feira, era a nossa ideia inicial, mas se comprometeu a definir uma data no próximo período para vir a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu acho, Senador Aloysio, que agora é hora de entrarmos no debate também sobre os rumos da economia do nosso País. Então, na próxima terça-feira, vamos ter: uma parte de nossa agenda, deliberativa; e uma parte, a partir das 11h, será destinada à discussão dos grandes desafios da economia brasileira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Uma informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O que faz hoje o ex-Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles? Se não me engano, ele havia sido nomeado para cuidar das Olimpíadas. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, não. Acabou não assumindo. Quem assumiu as Olimpíadas, a autoridade olímpica, foi o ex-Ministro das Cidades, Márcio Fortes. Mas Henrique Meirelles surgiu aqui neste requerimento...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, eu acho uma boa lembrança, uma excelente lembrança, mas é que, simplesmente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, autoridade olímpica, ele acabou não aceitando.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não ficou. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas já está confirmada a presença do Professor...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu acho uma excelente iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – ... Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e estamos tentando confirmar o Professor Henrique Meirelles.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pergunto a V. Ex^a: além do ex-Presidente do Banco Central, Luiz Gonzaga Mello Belluzzo, que outras autoridades virão na terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Na próxima terça-feira, a ideia inicial do convite era chamar Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Armínio Fraga. Armínio Fraga não poderá vir nesta terça-feira, mas quer vir o mais rápido possível a esta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Certo. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – E nós convidamos Henrique Meirelles, que não está confirmado. Já temos uma confirmação, e creio que será um debate interessante. Mesmo que compareça só o Professor Belluzzo, já será um debate muito interessante. Mas estamos contando que sejam o Professor Belluzzo e o Henrique Meirelles.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ótimo. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Na outra terça-feira, também vamos ter reunião deliberativa a partir das 9h30min, mas às 11h convidamos o Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Robson Andrade, para vir aqui expor o mapa estratégico da CNI, com os desafios da indústria para o próximo período. Então, tentaremos sempre conciliar a nossa pauta deliberativa com um debate mais profundo sobre os rumos da economia brasileira.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu perguntaria a V. Ex^a: nessa relação de autoridades, vem alguém do Banco Central ou da Fazenda? Já está marcado? Porque o problema é o seguinte: nós estamos aqui para debater a situação da independência do Banco Central. O projeto é de autoria do ex-Senador Arthur Virgílio, foi adaptado, e estou apresentando o substitutivo, que estabelece a independência do Banco Central a partir de 2014. Quer dizer, não pegaria... Eu acho que isso poderia ser pelo menos debatido. Porque o Banco Central quer fugir a esse debate? Será que está pressionado pelo Ministério da Fazenda a não discutir o assunto?

Eu acho que nós aqui deveríamos estabelecer prazo para que eles venham aqui debater. Do contrário, colocar em votação. Dentro de um ou dois meses.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro. Senador Francisco Dornelles, eu já disse a esta Comissão que vamos colocar o assunto em pauta. Eu vou ligar para o Presidente do Banco Central, para o Ministro da Fazenda também, para marcarmos uma data e organizarmos o debate. V. Ex^a

fique tranquilo que, na próxima terça-feira, eu já lhe darei informe sobre isso.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu acho o seguinte: estamos chamando para um debate, para que eles digam, façam uma crítica, mostrem o que deve ser modificado, o que deve ser mantido. Agora, fugir ao debate é algo que nós não podemos permitir. Ou seja, se dentro de um ou dois meses eles continuarem se recusando a participar do debate, vamos colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu vou tentar, até a próxima terça-feira, conversar. Eu tenho certeza de que todos participarão, Senador Francisco Dornelles. Eu vou, como Presidente desta Comissão, entrar em contato com o Presidente do Banco Central e com o representante do Ministério da Fazenda para já fazermos também uma audiência pública. E, na próxima terça-feira, informarei a V. Ex^a dessas tratativas. Eu acho que – já dissemos isto aqui – nós temos de colocar o tema em debate, e espero que, até terça-feira, possamos anunciar uma data. Mesmo que seja no próximo mês, mas uma data definida para organizar os nossos...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Porque o problema que se estabelece no projeto é apenas que, a partir de 2014, aqueles presidentes do Banco Central terão mandato fixo. Quer dizer, é uma tranquilidade... Hoje, praticamente, o Banco Central tem uma independência, mas há muita insegurança no meio financeiro. Se o Governo... até onde o Banco Central tem uma independência verdadeira, ou não tem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido. Eu, como Presidente, farei pessoalmente essas ligações, para tentarmos marcar essa data para fazermos aqui a audiência pública sobre autonomia do Banco Central.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente, só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Na terça-feira, teremos um debate. E quem já confirmou?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Prof. Belluzzo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – O Meirelles não confirmou ainda?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, não confirmou ainda. Acho que, na verdade, termos esse debate com os dois seria melhor, mas com o Prof. Belluzzo já será um belo debate.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Mas não seria interessante convidar já um outro economista também, caso o Meirelles não confirme?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro. Aceito sugestões, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Muito bem. O Samuel Pessoa, o Alexandre Schwartzman, a Monica de Bolle, que é lá do Instituto Garças, que tem debatido muito essas questões...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se me permite, Senador Armando Monteiro. No requerimento que eu e o Senador Cristovam Buarque apresentamos, há uma relação com diversos nomes, dentre os quais, por exemplo, o ex-Ministro Antônio Delfim Netto, que tem dado uma contribuição significativa e talvez pudesse, com Henrique Meirelles e Belluzzo, ter um debate, um diálogo muito interessante.

Na mesma linha...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Para o ex-Ministro Delfim Netto, eu liguei pessoalmente. Ele está com dificuldade de deslocamento. Ele quer muito participar, mas está com dificuldade de deslocamento.

Agora, eu acho que é muito pertinente a fala do Senador Armando Monteiro. A gente poderia tentar construir aqui uma lista com outros nomes com essa posição.

Então, assim que acabarmos esta reunião, conversaremos com o Senador Armando, com o Senador Aloysio, com o Senador Eduardo, com o Senador Dornelles, com o Senador Ivo Cassol, para prepararmos uma lista a fim de, em caso de não confirmação do Dr. Henrique Meirelles, convidarmos outro economista, com uma posição mais liberal, para fazermos um bom debate nesta Casa.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, eu sugeriria o Murilo Portugal, que foi Secretário Executivo da Fazenda, foi membro do Fundo Monetário, e hoje é presidente da Febraban. Gostaria que considerassem também o nome do Murilo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro. Então, o meu encaminhamento, já que esse conjunto de nomes já foi aprovado no requerimento, é para que, ao término desta reunião, a gente preparasse aqui, numa conversa informal...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não pode ser muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, não pode. Precisamos de dois nomes. Então, ao término desta reunião, nós prepararíamos uma lista aqui, priorizando os nomes a serem convidados, na hipótese de o Henrique Meirelles não confirmar.

Voltando ao Item nº 9, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, Relator *ad hoc*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 432, subscrito pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Seu objetivo é determinar o pagamento de indenização aos descendentes de africanos escravizados no Brasil e disciplinar a forma de identificação dos beneficiários e o pagamento das indenizações devidas.

A proposição resulta da conversão em projeto de lei do Senado da Sugestão nº 3, de 2008, apresentada pelo Instituto Todos a Bordo – um Convite à Cidadania Plena perante a Comissão de Direitos Humanos.

Aprovado naquela Comissão parecer pela conversão da sugestão em projeto de lei, a matéria foi formalmente apresentada, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal. Em seguida, foi distribuída à CAE e à CCJ, cabendo à segunda o exame do mérito.

A proposição é composta por treze artigos, organizados em quatro capítulos.

O primeiro artigo, que não está incluído em nenhum dos capítulos, estabelece o escopo da lei, de acordo com o previsto no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação legislativa.

O Capítulo I trata da declaração de condição de descendente de negros africanos escravizados no Brasil. Essa declaração, acompanhada dos documentos previstos no §2º do art. 2º do PLS, será analisada por uma comissão, a ser denominada Comissão de Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil.

O Capítulo II autoriza o Poder Executivo Federal a criar a referida Comissão e dispõe sobre sua composição e seus poderes.

O III prevê que as indenizações serão pagas em prestação única e não acumulável, à conta do Tesouro Nacional. O mesmo capítulo estabelece ainda os critérios para o cálculo do montante da indenização a ser realizada pela própria Comissão, com base na renda familiar e na expectativa de vida brasileira, nos termos do regulamento.

O IV traz as disposições gerais e finais. Inclui os procedimentos a serem adotados nos casos em que ocorrer a acumulação de benefícios e indenizações, nos casos de declarações falsas e nos casos que ocasionarem litígios judiciais.

Dispõe, ainda, sobre a transparência das decisões, que serão publicadas em página eletrônica na rede mundial de computadores, e sobre os registros e

os recursos necessários ao pagamento das indenizações em rubrica própria do Orçamento Geral da União.

Finalmente, o art. 13 prevê que a lei passará a vigorar na data de sua publicação.

A justificativa do projeto baseia-se no fato de que a economia brasileira apoiou-se, até a abolição de 88, na exploração de mão de obra escrava de africanos, que foram trazidos à força para o País. Além disso, argumenta que, após a abolição, não foram adotadas políticas públicas com o objetivo de oferecer aos ex-escravos oportunidade de socialização em igualdade de condições com os demais cidadãos.

Segundo os autores, a discriminação realizada foi e é até o presente causa de dor e humilhação aos descendentes de escravos, o que daria razão a ações de reparação por danos morais. Além disso, caberia indenizar os descendentes pelas desigualdades econômicas decorrentes do modo de inserção social dos ex-escravos, que não lhes assegurou direitos econômicos, sociais e culturais mínimos.

Na análise, o Senador Eduardo Lopes, cujo parecer estou lendo, diz que, nos termos do art. 99 do Regimento Interno, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros da proposição.

Assim, é necessário analisar o PLS nº 432 à luz da Lei Complementar nº 101, de 2000. A Lei de Responsabilidade Fiscal, como a norma é conhecida, exige que cada proposição legislativa seja acompanhada do demonstrativo do aumento de gastos e ações compensatórias.

A Seção I do Capítulo IV da Lei assim determina:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

.....
§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.
.....

Pelo exame do PLS e dos documentos que o acompanham, não foi possível encontrar qualquer referência ao art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, nem à estimativa de impacto orçamentário e financeiro por ela exigida.

De fato, muito surpreenderia que essa estimativa constasse da documentação relativa ao PLS sob exame, pois o art. 7º da proposição limita-se a eleger dois critérios genéricos para o cálculo das indenizações e termina por remeter o cálculo efetivo a regulamento. Em outras palavras, a proposição não estabelece os elementos mínimos necessários para realizar a estimativa, o que equivale, na prática, a pretender que o Congresso Nacional aprove a emissão de um cheque em branco.

Essa norma é incompatível com o disposto nos mencionados dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, além de ser, igualmente, contrária aos mais básicos princípios republicanos, que exigem transparência nos gastos públicos e prévia autorização legislativa.

Devido ao volume potencial de recursos envolvidos, os impactos financeiros da fixação das indenizações propostas poderiam facilmente elevar a dívida pública federal para além dos limites fixados e forçar a adoção dos mecanismos de recondução da dívida aos limites previstos no art. 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que incluem a proibição de operações de crédito internas e externas e a obrigação de elevar o resultado primário. Dada a impossibilidade de estimar o impacto orçamentário e financeiro da proposição, suas consequências sobre o orçamento público, a dívida federal e a política fiscal se tornam imprevisíveis.

Assim, Sr. Presidente, o Senador Eduardo Lopes, na sua conclusão de voto, disse: “Em vista do exposto, opinamos pela rejeição do PLS nº 432, de 2012.”

Mas, tendo em conta até a honrosa presença da Deputada Janete Pietá, Sr. Presidente, tendo lido esse parecer, que opina pela rejeição, por que não foi considerada a Lei de Responsabilidade Fiscal sobre o projeto apresentado ao Instituto Todos a Bordo – um Convite à Cidadania Plena, que propõe, Deputada Janete, que poderia haver uma compensação a todos os brasileiros que tivessem sido descendentes de escravos, vindos seus antepassados da África...

Fico aqui pensando, Sr. Presidente. Eu me deparei, um dia, com uma situação semelhante. Vou aqui recordar.

Quando eu apresentei, em dezembro de 2001, a proposta para instituir uma renda básica de cidadania a todos os brasileiros, Presidente Lindbergh, o então Senador do PFL Francelino Pereira, designado Relator, disse a mim que a renda básica de cidadania no projeto se iniciaria em 2005. Era 2002. Ele me disse: “Depois de estudar a proposta, Senador, é uma boa ideia, mas você precisa torná-la compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Que tal você aceitar um parágrafo que diga que será instituído por etapas, a

critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessários?”, como o fazia e hoje o faz o Bolsa Família?

Então, aceitei, porque era a maneira inclusive de todos considerarmos viável. E, graças a essa sugestão do Senador Francelino Pereira, o Senado a aprovou por consenso, a Câmara a aprovou por consenso, em dezembro de 2002 e dezembro de 2003, respectivamente. Foi ao Presidente Lula, para sancionar ou não. O Ministro Palocci, depois de ouvir a explicação, disse ao Presidente Lula: “Como é para ser instituído gradualmente, é factível. Pode sancionar.” E o Presidente Lula a sancionou.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desculpe-me, Senador. O projeto qual é?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu estou recordando o que se passou quando da apreciação e votação da lei que instituiu, por etapas, graças a essa sugestão, a renda básica de cidadania, que foi aprovada por todos os partidos.

Eu até, por acaso, Presidente Lindbergh, preparei uma carta, que quero mostrar aos colegas de Bancada, na qual proponho à Presidenta Dilma que institua um grupo de trabalho para estudar como será a implantação gradual. Até porque o Prof. Paul Singer, Secretário de Economia Solidária, outro dia, numa palestra, na Secretaria da Receita Federal, para mais de 400 pessoas, foi muito aplaudido quando disse que se sentia até com vontade de participar desse grupo de trabalho, no caso da Renda Básica de Cidadania. Mas eu fiquei pensando: quem sabe algo semelhante pudesse aqui ser pensado?

Então, Sr. Presidente, eu me disponho a pedir vista do projeto para considerar uma possível solução, em homenagem à Deputada Janete Pietá, que nos visita neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^{as} sabem que este Presidente acabou colocando o Senador Eduardo Suplicy numa situação muito difícil, porque eu o designei como Relator *ad hoc* de um projeto que eu senti que ele não pode pedir vista. Ele é Relator *ad hoc* de um relatório com o qual não concorda, Senador Armando Monteiro. E está sem conseguir pedir vista. Então, ele está se socorrendo dos colegas.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Muito bem. Eu peço vista.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Vamos pedir vista coletiva, porque só assim se garante a volta do projeto na próxima reunião, Sr. Presidente. Vista coletiva com o Senador Armando.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente. Então, votaremos. Aí, o Senador Eduardo Lopes assume o seu posto...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – E eu peço desculpas por ter colocado o Senador Eduardo Suplicy...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma informação: esse projeto é terminativo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, não é terminativo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Porque ele é flagrantemente inconstitucional. É de uma inconstitucionalidade absurda, porque autoriza o Poder Executivo a criar um órgão no seu âmbito. Isso é uma coisa que não tem cabimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vai à Comissão de Constituição e Justiça ainda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah, bom!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Como houve pedido de vista, na próxima semana, nós colocaremos em pauta.

Nós não temos quórum para terminativo, mas...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, há uma ansiedade muito grande da nossa região, de toda a Região Nordeste, dos Estados que compõem a Sudene, em relação ao Item nº 20 da pauta. V. Ex^a, em boa hora, acolheu a manifestação dos agricultores, dos pequenos, médios e grandes pecuaristas, todos endividados ao longo de muitos anos junto ao Banco do Nordeste, especialmente, e a outros órgãos oficiais no que diz respeito ao Projeto nº 688, de 2011, que tramita nesta Casa obedecendo a um rito regular, ouvindo todas as comissões de mérito. Esse projeto já passou pela Comissão de Desenvolvimento Regional, pela Comissão de Agricultura e agora, de forma terminativa, está na Comissão de Assuntos Econômicos. E V. Ex^a, sensível principalmente à manifestação dos pequenos agricultores de toda essa região do Nordeste, colocou em pauta e tem a relatoria do Senador Aloysio Nunes.

Sabemos que, por força da multiplicidade de uma agenda anormal que temos no Legislativo, especialmente neste Senado, temos uma divisão de programação entre as nossas comissões que não é razoável, mas há muitos Senadores colegas querendo se desvincular das suas tarefas para virem votar esse projeto.

Há essa expectativa, Sr. Presidente, e peço a V. Ex^a prioridade na apreciação dele, pelo menos para

a leitura do relatório do Senador Aloysio, a abertura do processo de discussão. Então, interromperíamos o processo de votação, mas concluiríamos essa fase na leitura e na discussão.

É isso que peço a V. Ex^a encarecidamente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido, Senador Vital do Rêgo.

O Senador Vital do Rêgo tinha me procurado, e eu mesmo já conversei com vários pequenos agricultores da minha Paraíba. A gente sabe das dificuldades enfrentadas agora nessa situação de seca extrema no Nordeste brasileiro. Então, colocamos na pauta, porque achamos que este é um tema extremamente pertinente.

Então, vou passar imediatamente para o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Se não alcançarmos quórum, esta matéria será lida e nós colocaremos novamente na primeira parte da reunião de terça-feira.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a a compreensão e o apoio. Há, repito, uma ansiedade. O Nordeste inteiro está ligado, através do sistema de comunicação do Senado, nesta reunião, até porque esta matéria é terminativa aqui no Senado, e nós cumprimos o nosso dever parlamentar. Enquanto há uma enxurrada de medidas provisórias sobre a matéria, nós aqui, de forma obediente ao processo legislativo, cumprimos nosso dever, e esse projeto alcança finalmente, talvez, a sua última reunião no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se V. Ex^a conseguir mobilizar os Srs. Senadores...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Estamos trabalhando. O PMDB está trabalhando e convida os Srs. Parlamentares que têm interesse na matéria a vir à Comissão de Assuntos Econômicos votar o projeto que beneficia os agricultores do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão de Assuntos Econômicos analisa em boa hora o Projeto de Lei do Senado nº 688, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que dispõe sobre o perdão de dívidas oriundas de operação de crédito rural contratadas por instituições financeiras federais na área de atuação da Sudene e dá outras providências.

A proposta objetiva estabelecer parâmetros de remissão para solucionar o quadro de endividamento dos produtores rurais que exercem suas atividades na área de atuação da Sudene.

O art. 1º da proposição autoriza a concessão de perdão de dívidas de crédito rural, contratadas na área de atuação Sudene até o dia 31 de dezembro de

2001, no valor original de até R\$35 mil, com qualquer fonte de recursos, tendo como beneficiários agricultores familiares e de mini, pequeno e médio portes, suas cooperativas ou associações.

No §1º do artigo estabelece-se que, no limite original de R\$35 mil, não estão incluídos o valor de multa, mora, juros ou quaisquer outros encargos de inadimplência, como custas processuais e honorários advocatícios.

Nos termos do §2º, ficam suspensas as execuções judiciais relativas a operações que se enquadrem no escopo do PLS, e fica vedada à inscrição de seus tomadores em quaisquer sistemas de registro de inadimplência.

Conforme o art. 2º, determina-se que o tomador de empréstimos enquadráveis no Projeto, com contratação entre 1º de janeiro de 2002 até a data de publicação da futura lei oriunda deste projeto, poderá liquidar sua dívida mediante a contratação de nova operação com juros de 3% ao ano, com redução de 65% do valor da operação original e prazo para sua amortização de até dez anos.

O parágrafo único do art. 2º determina que o Banco do Nordeste do Brasil S/A credite, a favor do tomador, os valores recebidos após a publicação da Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, até a data de publicação da lei resultante do projeto em análise.

O art. 3º estabelece que o mutuário que contratou operação de crédito rural no valor original entre R\$35 mil e R\$100 mil tenha abatimento de 85% de sua dívida original e disponha de prazo de dois anos, a contar da data da publicação da futura lei, para liquidar o valor remanescente de sua dívida, com as condições financeiras previstas no art.2º.

O art. 4º estabelece que o mutuário com operações superiores a R\$100 mil tenha prazo de 20 anos para repactuar sua dívida com os juros do art. 45, inciso III, da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

Finalmente, o art. 5º estabelece a cláusula de vigência.

A proposição recebeu pareceres favoráveis nas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, Agricultura e Reforma Agrária, chegando à análise para decisão terminativa desta Comissão.

E não foram apresentadas emendas ao projeto, Sr. Presidente.

Lembro, Sr. Presidente, que, de acordo com o Regimento Interno do Senado, compete à CAE opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de comissão.

No caso particular do Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2011, temos que considerar, adicionalmente, o caráter terminativo da presente análise, que impede à Comissão de Assuntos Econômicos a apreciação dos aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e ao mérito da matéria.

Quanto a esses aspectos jurídicos e formais, não tenho objeção alguma a opor à aprovação do projeto.

No que diz respeito ao mérito, Sr. Presidente, ressaltam-se dois aspectos fundamentais à análise empreendida. O aspecto conjuntural deve-se às estiagens prolongadas que têm assaltado os irmãos nordestinos nos últimos anos. O aspecto estrutural cabe à ineficiência das medidas oficiais adotadas em relação ao crédito rural do País.

É doloroso reconhecer que a capacidade de pagamento dos produtores rurais do Semiárido nordestino encontra-se destruída, sem a menor expectativa de que se recomponha totalmente em poucos anos. As plantações estão perdidas, tanto as lavouras perenes, quanto as lavouras temporárias. As ossadas dos rebanhos estão depositadas por toda parte e se acumulam até nas margens das estradas, sob o olhar perdido de desafortunados proprietários rurais de todos os portes.

A seca avassaladora, sem precedentes nas últimas décadas, não discrimina entre mini, pequenos ou grandes produtores. A situação é tão grave que a falta de água afeta as cidades, e, em 80% delas, o racionamento tornou-se a única saída para evitar o colapso total.

No que tange à questão estrutural do crédito rural, temos visto nos últimos anos o Governo proceder quase que anualmente a amplas renegociações de dívidas rurais, sem que isso tenha representado, no entanto, uma solução definitiva para o problema.

Pelo contrário, às dívidas existentes se somaram à conta do cartório, pela necessidade de renovar as garantias reais das operações pactuadas. Pior: a dívida rural virou fonte de insegurança jurídica. Ninguém consegue entender a complexidade em que se transformou o crédito rural brasileiro.

Para ilustrar a confusão, estão listadas no parecer, nesta minha manifestação, Sr. Presidente, um conjunto de leis que regem a matéria, uma se sobrepondo às outras.

Todos os instrumentos foram implantados pela força e pelo abuso de medidas provisórias.

O Congresso Nacional não conseguiu nos últimos anos aprovar nenhuma matéria relevante sobre o crédito rural, embora o número de proposições em tramitação seja elevado.

Todas essas leis citadas no meu relatório, Sr. Presidente, originaram-se de medidas provisórias – projetos de lei oriundos do Congresso: zero.

O crédito rural, como de sorte quase todas as grandes questões nacionais, sofre os efeitos da ditadura das medidas provisórias.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 688, de autoria do Senador Vital do Rêgo, reconhece o comprometimento da capacidade de pagamento dos produtores do Nordeste no contexto de tão brutal seca.

Por isso, propõe corajosamente a remissão das dívidas de forma responsável e criteriosa. Talvez de forma, acrescento eu, mais responsável e criteriosa do que o perdão da dívida proposto pela Presidente Dilma em relação a países africanos, matéria em boa hora retirada da Ordem do Dia por decisão de V. Ex^a e solicitação do Relator da matéria, Senador Ricardo Ferraço.

Para finalizar, não podemos olvidar que o PLS nº 688, de autoria do nobre Senador Vital do Rêgo, é também a voz altiva do Congresso Nacional, que se ergue mais uma vez para dizer “não” ao uso abusivo das medidas provisórias por parte do Governo.

Em razão do exposto, votamos favoravelmente ao Projeto de Lei do Senado nº 688, de 2011.

É o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Só dizer aos Srs. Senadores que alcançamos quórum. Eu peço que os Srs. Senadores fiquem aqui, pois alcançamos quórum.

Concedo a palavra ao Senador Agripino e, depois, ao Senador Armando Monteiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, rapidamente, para garantirmos o quórum.

Dezenove medidas provisórias já tramitaram pelo Senado e pela Câmara tratando exatamente desta questão da renegociação de dívidas do crédito rural de uma região que mais uma vez se encontra conflagrada por uma seca inclemente, que leva milhares, para não dizer milhões de brasileiros nordestinos, a uma situação de insolvência e de desespero.

Eu, como nordestino, sou testemunha do desespero com que se deparam hoje milhares de famílias no meu Estado, o Rio Grande do Norte. E esse desespero é muito motivado pela cobrança judicial dos bancos credores de empréstimos tomados há muito tempo e que não foram honrados pela incapacidade dos tomadores em fazer os pagamentos.

O nordestino é, fundamentalmente, um bom pagador; ele é cumpridor das suas obrigações; ou seja, quando pode, ele paga. Não paga quando não pode,

quando a seca lhe tira a oportunidade de cumprir com os seus compromissos, como é o caso.

Há um dado que eu gostaria de colocar: 19 medidas provisórias tramitaram e não se chegou a entendimento algum. Em muito boa hora, o Senador Vital do Rêgo propõe um projeto enxuto, que leva à apreciação do Senado o perdão das dívidas. E baseado em quê? Em argumentos que S. Ex^a coloca.

E eu quero aqui colocar um a mais, enfatizando, sublinhando. A Presidente da República esteve, recentemente, em um encontro que reuniu vários países africanos subsaarianos, cujo crescimento do PIB foi de 5,5% nos últimos anos, muito acima do crescimento do Brasil e muito maior que o do Nordeste. Sua Excelência esteve lá e anunciou o perdão de uma dívida da ordem US\$820 milhões. Ora, ela pode anunciar, fora das fronteiras do Brasil, o perdão da dívida de US\$820 milhões e nós, brasileiros, não podemos pleitear que o Governo do Brasil faça coisa semelhante para atender a parcela mais pobre dos brasileiros, mas pobre até, talvez, que os africanos?

Há uma matéria da *Veja*, aqui colocada, que me chocou. Um dos países africanos merecedores do perdão da dívida é dirigido por um cidadão que tem uma coleção de automóveis Rolls Royce, Bugatti, Maserati e Ferrari, avaliada em milhões e milhões de dólares, e que recebeu essa benesse.

Eu acho que, até pelo que a Presidente da República fez na África, é obrigação desta Casa, o Senado, promover a aprovação desse projeto do Senador Vital do Rêgo, que é uma afirmação do Congresso Nacional, que passa pelo que 19 MPs não conseguiram fazer e que atende a uma angústia, a um grito de socorro que a nossa Região Nordeste faz neste momento.

O meu voto é, definitivamente, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a para cancelar a minha inscrição, e eu vou falar depois da votação, até porque nós estamos com instabilidade de quórum. Assim, na condição de autor, eu vou me manifestar após a votação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, sem querer ter a responsabilidade de perturbar o quórum, eu não poderia deixar de me manifestar, congratulando-me com o Senador Vital do Rêgo, que permite ao Congresso Nacional, com a sua iniciativa, atuar de forma efetiva para responder a uma demanda que é de toda uma região, que assiste consternada, por assim dizer, ao drama que vem afetando diretamente o setor produtivo, especialmente o

setor primário da economia regional, com a perda dos rebanhos e a perda das safras.

Por tudo isso, o Nordeste precisa de uma ação que se traduza na possibilidade de recomposição dessas atividades, e isso, necessariamente, implica o perdão e a remissão desses débitos.

Portanto, congratulo-me com o nobre Senador Vital do Rêgo, com a certeza de que esta Comissão haverá de aprovar este projeto que, em última instância, representa a afirmação do Poder Legislativo, que pode, também, com celeridade, responder às demandas da população.

Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos votar, Sr. Presidente. Eu apelo a V. Ex^a, em nome do Nordeste...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se os senhores quiserem, poderíamos tentar fazer o seguinte: colocar em votação, e, depois, eu posso abrir para declarações de posições de voto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu me inscrevo para fazer a minha declaração após a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos fazer dessa forma? (*Pausa.*)

Volto a dizer...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, também desejo me inscrever para depois da votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Também estou inscrito, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, apenas para dizer que, como estamos com instabilidade de quórum, eu queria aproveitar a oportunidade e solicitar a V. Ex^a que coloque em apreciação, em seguida, o Item nº 10 da pauta, cujo relatório já foi lido pelo Senador Cyro Miranda. Ao mesmo tempo, peço aos companheiros, colegas de Comissão, ajuda para a manutenção do quórum, e, assim, conseguiremos votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Senador Eduardo Suplicy havia pedido preferência para o Item nº 18. Assim, a gente coloca o Item nº 18 e, depois, o Item nº 10, de que V. Ex^a é o autor. O Senador Aloysio Nunes é Relator do Item nº 16. Então, vamos nesta ordem: 18, 10 e 16. Eu tenho certeza de que nós vamos continuar tendo quórum para a discussão desses outros pontos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto. Votação nominal. Quem vota com o Relator vota “sim” ao projeto. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*) Não está.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Vital do Rêgo... É o autor. Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “sim”.

Senador Aloysio Nunes Ferreira. Voto conhecido. Com o Relator.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “sim”, com o Relator.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “sim”, com o Relator.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “sim”, com o Relator.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Estou aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “sim”.

Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “sim”.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “sim”.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto com o Relator, cumprimentando o autor por essa importante iniciativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Voto com o Relator, Sr. Presidente, porque creio que é algo de que o Nordeste precisa. Agora, eu até gostaria de ver o impacto disso nas contas. Mas, independentemente disso, neste momento, não dá para esperar. Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o excelente relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira e com a oportunidade magnífica do Senador Vital do Rêgo, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com o Relator.

Foi aprovado com 15 votos SIM, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário.

(É o seguinte o Item aprovado:)

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 688, de 2011 – Terminativo -

Dispõe sobre o perdão de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas por instituições financeiras federais na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e dá outras providências.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Para declarar voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Antes de passar para a Senadora Ana Amélia e para o Senador Ricardo Ferraço – vou passar para todos os Srs. Senadores –, quero dizer também, Senador Ricardo Ferraço, que a Presidência desta Co-

missão agiu de forma correta, provocada pelo autor, ao colocar um tema desses, da maior importância, que dialoga com a vida de muitos pequenos agricultores do Nordeste brasileiro que enfrentam essa seca. Então, eu acho que esta Comissão de Assuntos Econômicos, neste caso, acertou ao colocar um tema como este em votação, aproximando o Parlamento também da realidade dura enfrentada pelo povo nordestino.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia e, depois, ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, eu queria dizer que, lamentavelmente, a realidade da seca não é uma questão apenas do Nordeste. No meu Estado, por sucessivas safras agrícolas, aconteceram estiagens que provocaram um prejuízo enorme para a região missioneira, para a região noroeste do Rio Grande do Sul. Isso acabou criando um passivo muito grave no endividamento dos agricultores, que, mesmo agora, com uma safra melhor, não têm condições de solução da renegociação dessas dívidas. Não se trata, aqui, no caso do Rio Grande, de anistia, mas de renegociação das dívidas.

Por isso, solicitei, na Comissão de Agricultura, uma audiência pública para debatermos esse assunto com as autoridades monetárias e também financeiras.

O caso do Nordeste é diferente. Os pequenos agricultores, nessa última seca, considerada uma das piores, tiveram uma situação absolutamente insustentável para sobreviver. As histórias que nós temos ouvido, Senador Lindbergh Farias são dramáticas, para dizer uma palavra, eu diria, não reveladora da gravidade da situação, do ponto de vista social e do que aqueles pequenos agricultores do Nordeste sofreram nessa estiagem. O socorro foi, mas demorou, e os prejuízos aumentaram. As imagens do gado morrendo, daquela terra esturricada, das pessoas chorando, é realmente uma situação desoladora.

Então, eu queria cumprimentar o Senador Vital do Rêgo e o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela forma com que prontamente, pela via legislativa, tomaram essa iniciativa exemplar para resolver um problema de grave alcance social.

Meus cumprimentos e obrigada, Presidente Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente, um minuto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Esse tipo de ativismo por parte do Senado, por parte desta Comissão, é absolutamente imprescindível. Usualmente, tratamos aqui de temas que têm impacto na macroeconomia, mas hoje estamos tratando da economia real, da economia de carne e osso.

Eu tive a oportunidade de ser Secretário da Agricultura do meu Estado do Espírito Santo, que tem uma agricultura hegemonicamente liderada pela propriedade de base familiar. É exatamente esse o perfil de produtor rural, de base familiar, que o Senador Vital do Rêgo contempla em sua iniciativa, tão bem relatada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

De modo que, com isso, estamos, tempestivamente, de maneira objetiva, para muito além dos nossos discursos, adotando uma iniciativa concreta para salvaguardar a sobrevivência de um conjunto muito relevante de brasileiros que ora precisam lutar contra a escassez de chuva e que, em algumas circunstâncias, precisam lutar contra a abundância da chuva.

A iniciativa do Senador Vital do Rêgo vem em bom tempo. E fico muito feliz em exercer o meu voto com absoluta consciência, na direção de preservar, de resgatar um conjunto extraordinário de brasileiros que dão suas vidas pela agricultura de base familiar do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço. Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu quero fazer dois registros rápidos.

Primeiro, a atitude de V. Ex^a, que é Senador pelo Rio de Janeiro, mas nascido na Paraíba, e que, com muita determinação, colocou a matéria em pauta. Estavam, quando V. Ex^a passou a palavra ao Relator, Senador Aloysio Nunes, talvez seis Senadores presentes; nós tomamos a iniciativa de pedir, pelo telefone, que os Senadores viessem.

E eu quero fazer o primeiro registro: a atitude de V. Ex^a.

Segundo, a matéria é tão importante que, em 15 minutos, o plenário se encheu de Senadores de todos os partidos. Até de Senadores que não votaram eu pediria a V. Ex^a que colhesse os votos. São os Senadores Jayme Campos e Cyro Miranda, que chegaram depois.

A matéria foi aprovada por unanimidade, num gesto difícil de se repetir. Foi relatada pelo Senador Aloysio Nunes, que fez um relatório competente. Enquanto o relatório era lido, os Senadores chegavam. A matéria foi posta em votação por V. Ex^a e aprovada, por unanimidade, por Senadores de todos os partidos, fazendo justiça a uma região que, com este projeto, tem atendido o seu pedido de socorro.

Cumprimentos a V. Ex^a e aos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Eu passo a palavra agora...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Um minuto só, pela ordem. Eu gostaria de registrar também o meu voto, com o autor e com o Relator. Eu acho que é uma matéria relevante, sobretudo meritória, e também somos solidários. Neste caso particularmente, fiz questão absoluta, mesmo estando em outra comissão, de para cá me deslocar e votar favoravelmente ao projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Certo. O Senador Cyro Miranda também já se manifestou. O Senador Cássio Cunha Lima, que não é da Comissão, também aqui se manifestou favoravelmente ao projeto e vai fazer uso da palavra.

E passo agora a palavra ao autor deste importante projeto, que está de parabéns hoje, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, a dor e a solidariedade unem gerações, unem as pessoas, comovem. O gesto das Bancadas nesta Comissão demonstrou, como bem disse o Senador José Agripino há pouco, em pouco tempo, esse sentimento de solidariedade a uma região agonizada pela dor da seca mais drástica, mais árida, mais terrível de todos os tempos.

V. Ex^a, no espírito e na bravura que aprendeu da Paraíba, pois lá nasceu, não nos faltou. E minhas primeiras palavras são de agradecimento ao Plenário, mesmo nesta instabilidade de quórum, como dissemos agora há pouco, por força das múltiplas reuniões. V. Ex^a manteve a Comissão, votou os projetos não-terminativos, fez um esforço para buscar Senadores, porque, desde ontem, havia aprazado, pautado este projeto. V. Ex^a ouviu de seus familiares e sentiu nas reuniões – quando foi instado por paraibanos como eu, como o Senador Cássio e como o Senador Cícero – a dor de mais de 150 mil nordestinos que estão esperando a aprovação deste projeto. Essa solidariedade de V. Ex^a capilarizou-se por todas as Bancadas, mas encontrou no Senador Aloysio Nunes, na sua inteligência, na sua grandeza, na sua forma sempre destemida de enfrentar os desafios de ordem jurídica, o mérito deste projeto.

Senador Aloysio, obrigado a V. Ex^a por ter entendido que precisava rapidez na elaboração do seu relatório, e o fez com muita presteza.

Foram 19 medidas provisórias que vieram à Casa ao longo desses últimos oito anos e que não resolveram, definitivamente, o problema que angustiava milhares e milhares de nordestinos, que tiveram vidas abreviadas, Sr. Presidente, episódios inclusive drásticos e trágicos de suicídios, por penhora de bens, por brevidade de sonhos interrompidos.

Os perdões que o Governo tem dado, inclusive recentemente – o Senador Agripino falou –, a países-irmãos africanos, agora eles haverão de ouvir – o nosso Governo, que eu tenho a honra de defender – a voz do Senado. É a voz unânime desta Comissão – com 15 votos, fora os votos dos Senadores que não compõem esta Comissão –, a voz do Poder Legislativo que, em hora oportuna, seguindo o processo legislativo normal, passando pela Comissão de Desenvolvimento Regional, lá recebendo parecer do Sr. Relator, Líder do PT, Wellington Dias, com quem eu quero me congratular; e da Senadora Ana Rita, Senadora *ad hoc* naquela Comissão. Depois foi à Comissão de Agricultura, onde recebeu o parecer do Senador Benedito de Lira, nosso companheiro, e o parecer do Senador *ad hoc* Cyro Miranda, que está aqui agora e que também colaborou, e muito, na aprovação deste projeto na Comissão de Agricultura.

Então, isso mostra, Sr. Presidente, que V. Ex^a estava certo quando pautou este parecer na Comissão de Assuntos Econômicos.

Da nossa parte, agradeço penhoradamente a manifestação dos colegas Senadores e espero que, na Câmara Federal, este projeto ganhe a mesma celeridade, seriedade e solidariedade de que o Nordeste precisa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a está de parabéns, Senador Vital do Rêgo, por ter conseguido escutar as pessoas, construir um projeto e fazer com que esse projeto tramitasse por todas essas comissões. Então, V. Ex^a, como Senador da República, hoje, deve estar feliz por ter conduzido tão bem esse trabalho de articulação política dentro desta Casa.

Parabéns a V. Ex^a!

Passo a palavra a outro Senador da Paraíba, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que o Senado da República vive, neste instante, um dia memorável, porque, depois de tanto tempo sem ter a capacidade de responder a anseios, demandas, aspirações de nossa sociedade em vários temas, graças à habilidade, ao talento, ao espírito público, à liderança, à competência do Senador Vital do Rêgo, que, antes de qualquer outra coisa, merece ter o reconheci-

to de todos os seus Pares e, em particular, o meu reconhecimento, com a autoridade de quem o combate na Paraíba....

Nós temos as nossas divergências políticas no nosso Estado...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Na Paraíba e em Campina Grande.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Em Campina Grande, particularmente. E, para completar a desavença, ele torcendo para a raposa, pelo Campinense, e eu torcendo pelo Treze.

Mas, volto ao centro da questão, para que nós possamos, primeiro, fazer este justo reconhecimento ao Senador Vital. E eu o faço com muito orgulho, orgulho verdadeiro, Senador Vital, porque eu tenho a exata compreensão de que as divergências políticas são sempre menores do que a capacidade de reconhecer a grandeza de quem faz a política com dedicação, com esmero, como V. Ex^a tem feito ao longo de sua já longa trajetória.

E mais do que a aprovação em si da proposta, destaque-se exatamente esse aspecto que foi ressaltado pelo Presidente, igualmente paraibano – não me canso de proclamar esse orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Torcedor do Treze, como V. Ex^a!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – O que amplia as suas qualidades, enaltecendo, Senador Lindbergh, exatamente esse aspecto destacado por V. Ex^a. Conhecedores que somos das dificuldades de tramitação dos projetos, além do mérito em si, é exatamente esse reconhecimento que se faz ao trabalho competente do Senador Vital.

O Senador José Agripino foi, mais uma vez, preciso. Em poucas palavras ele resumiu o que domina o sentimento do Senado. Ora, se com justiça a Presidenta Dilma promoveu um perdão, uma anistia de débitos dos irmãos africanos, com suas vicissitudes, suas dificuldades, não haveria razão para não fazer o mesmo com os patriotas, com os conterrâneos, que vivem, como bem destacou a Senadora Ana Amélia, a mais grave seca dos últimos 70 anos.

Há 15 dias, o jornalista Caco Barcellos e toda a sua equipe – e, na minha opinião, Caco Barcellos faz, talvez, o melhor programa da televisão brasileira –, no Profissão Repórter, mostraram todos os aspectos da estiagem que dizima a nossa economia. Apresentei, inclusive, um voto de congratulações ao jornalista Caco Barcellos e a toda a sua equipe pelo Profissão Repórter, que abordou a seca.

Mas, neste instante, para não me prolongar, eu vou pedir vênias e licença a todos para que eu possa prestar uma homenagem também, Senador Vital, a

alguém que, no Legislativo Estadual, na Paraíba, tem sido um verdadeiro baluarte na luta em defesa do nosso Semiárido, aqui presente nesta Comissão. Trata-se do Deputado Francisco de Assis Quintans, Deputado por várias legislaturas, que tive a honra de ter como Secretário de Agricultura ao tempo em que fui Governador da Paraíba. S. Ex^a tem sido uma voz eloquente, firme, destemida, determinada, corajosa na defesa do Semiárido.

Tenha a certeza, Quintans, que essa conquista de hoje tem muito do seu trabalho, tem muito da sua luta, do seu empenho e de tantos outros que defendem com ardor e com vigor o nosso Semiárido.

E, para prestar homenagem à memória do meu pai, vai a primeira quadra de “Grito de dor do nordestino”, um dos sonetos que ele compôs.

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB)

– O poeta diz: “Quando o grito de dor do nordestino unir-se à voz geral do desencanto, esse eco de repente faz um canto, e um canto, de repente, faz um hino.”

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Cássio Cunha Lima. Acabou recitando versos do saudoso poeta paraibano, Senador da República e ex-Governador Ronaldo Cunha Lima.

Com a palavra o último orador inscrito, representando as forças de resistência do Ceará, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

A brava frente de resistência cearense, que se alastra por este País afora! Talvez tenhamos que convocar o espírito de Cunha Lima, em cunha, Cássio, para poder fazer versos novos, diante da realidade da seca que se estabeleceu em toda a nossa região.

Eu quero, Sr. Presidente, primeiro, cumprimentar o nosso Senador Vital do Rêgo, V. Ex^a e também o nosso Cássio Cunha Lima, ao lado de Aloysio Nunes Ferreira, que fez um belíssimo relatório. Foram sequenciados por Wellington Dias e pela Senadora Ana Rita, buscando examinar essa realidade nossa, sertaneja, do interior do Nordeste brasileiro, porque não podemos mais ficar nas condições em que estamos, com pequenos produtores rurais sofrendo com a estiagem e sofrendo com a pressão do setor financeiro.

Por isso, quero cumprimentar o Senador Vital do Rêgo. Acho que é uma grande vitória conseguirmos colocar esse projeto na Câmara. E pediria a V. Ex^a um esforço adicional de acompanhamento: V. Ex^a como Presidente de uma Comissão, e o Senador Lindbergh como Presidente de outra Comissão. Embora V. Ex^a vá disputar o Governo do Estado do Rio de Janeiro, e espero que V. Ex^a tenha êxito nessa caminhada, eu

apelaria para que trabalhássemos em conjunto por esse projeto nordestino na sua tramitação na Câmara. Ele é muito importante para os nossos Estados.

Eu sou ali do Ceará e também me considero paraibano, porque agora há um canal que está ligando Mauriti a São José de Piranhas, mais precisamente. Então, por esse canal nós nos juntamos. É um canal de água pelo qual nos juntamos. É um canal de água, de ligação forte do Ceará com a Paraíba. E é preciso que a gente dê velocidade a esse projeto na Câmara.

Peço que a Presidência de V. Ex^a possa nos ajudar também na Câmara dos Deputados.

Senador Vital do Rêgo, nossos cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, só um último registro.

O Senador Cássio, com um agradecimento a S. Ex^a pela generosidade das suas palavras, também foi muito justo quando fez menção à participação desse queridíssimo Deputado Francisco de Assis Quintans, com quem eu tive a honra de estar em todos os momentos da minha vida como Deputado Estadual. Ele hoje está aqui para acompanhar, como fez e como faz nos assuntos de interesse da agricultura da região, essencialmente da região do Semiárido paraibano.

Hoje ele vem receber o resultado do seu trabalho.

E quero também fazer menção à Presidência da Federação dos Agricultores, a um homem sofrido, bravo e valente, Jair Guimarães, que deve estar nos vendo e nos ouvindo agora, ele que, destacadamente, tem sido o ideólogo mais importante na confecção desse trabalho que foi extraído das manifestações de diversas assembleias de agricultores Paraíba afora, Nordeste afora.

Por isso, Sr. Presidente, a participação do Senador Inácio, que delegou a V. Ex^a a missão de conduzir até a Câmara dos Deputados a necessidade, junto ao seu Presidente, Henrique Eduardo Alves, de pautar este projeto no menor número de comissões possível... A própria distribuição na Câmara precisa efetivamente ter um cuidado especial no seu processo de distribuição. E V. Ex^a, com a sua liderança, poderá nos ajudar muito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Estaremos juntos nesta batalha.

Vamos passar para o item 18, mas antes de encerrar, para se ver o tamanho do drama da Paraíba, Senador Armando Monteiro, até minha mãe ligou para falar sobre este projeto e do drama dos pequenos agricultores da Paraíba. É um drama que envolve todo o Estado. Até esse telefonema houve, falando da

necessidade de urgência, da situação dos pequenos agricultores nordestinos e paraibanos.

Então esta Comissão hoje está de parabéns. Vamos trabalhar agora na construção de um acordo na Câmara dos Deputados, para votar, com o máximo de urgência possível, este projeto.

Temos um grande aliado, que é o Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves. Acho que há até a possibilidade de se construir uma ida direta ao Plenário. Pela importância do tema, é possível.

Senador Vital do Rêgo, faço a proposta de marcarmos uma reunião com o nosso Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, para, a partir de S. Ex^a, organizarmos de forma institucional o diálogo com a Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Meus cumprimentos a V. Ex^a pela iniciativa, mais uma vez. Cumprimentos efusivos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, conceda-me um minuto a mais, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É claro, é claro.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Traído pela emoção, eu terminei tendo um lapso de memória, José Agripino, no soneto. Na verdade não é uma quadra; é um soneto inteiro que foi escrito pelo meu pai, na década de 70. Era, na verdade, uma crítica até mesmo à ditadura e à situação do Nordeste. E, para que fique registrado neste momento histórico, peço-lhe um minuto a mais para que eu possa fazer a leitura...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a tem todo o tempo possível.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – ...do soneto integralmente.

O título é *Grito de Dor do Nordeste*, Senadora Ana Amélia.

E disse o poeta:

*Quando o grito de dor do nordestino unir-se à
voz geral do desencanto,
Esse eco de repente faz um canto
E um canto de repente faz um hino.
E puro como um sonho de menino
Será cantado aqui e em qualquer canto
Como um símbolo, um estandarte,
Como um manto de um povo que busca do
seu destino.
Quando esse hino pleno de ideal
Canção de um povo em marcha triunfal
For lançado ao sabor do seu destino*

*Aí se saberá, sem ter espanto,
Que um eco de repente faz um canto
E um canto de repente faz um hino.*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado. Parabéns, Senador Cássio Cunha Lima e ao nosso saudoso, eterno poeta, ex-Governador e Senador Ronaldo Cunha Lima.

Encerro este ponto.

Peço aos Srs. Senadores que permaneçam para conseguirmos votar pelo menos mais três projetos terminativos.

Nós vamos agora ao item 18, projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 99, DE 2009

– Terminativo –

Determina a inclusão automática na malha fina das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo dos contribuintes detentores de mandatos eletivos

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Relator.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o projeto do Senador Cristovam Buarque propõe incluir as declarações de ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física dos contribuintes detentores de mandato eletivo, automaticamente, no regime mais rigoroso de revisão por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conhecido como malha fina.

A matéria é apresentada em apenas dois artigos. O art. 1º altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, para estabelecer a citada inovação. O art. 2º é cláusula de vigência.

Apresentada em março de 2009, a proposição foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à CAE, cabendo a esta última o exame em caráter terminativo.

Na CCJ, recebeu parecer contrário da lavra do Senador Francisco Dornelles. No prazo regimental, não se ofereceram emendas na CCJ, tampouco na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Suplicy, só um segundo. Peço aos Srs. Senadores para permanecerem em plenário para garantirmos o quórum de votação em projetos terminativos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Farias. Bloco/PT – RJ) – Se V. Ex^a abreviar a leitura, porque o Senador Francisco Dornelles já anunciou que vai pedir vistas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois bem.

Não há dúvida quanto ao mérito da proposição, pois ela não parte do princípio de que todo ocupante de mandato eletivo seja um infrator em potencial, mas, sim, de que todo cidadão imbuído de tamanha responsabilidade de ser representante do povo se submeta a rigores maiores de fiscalização que aqueles não investidos como agentes políticos.

Concluímos, portanto, que o PLS nº 99, de 2009, apresenta todas as condições para lograr aprovação pelo Senado Federal.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

Já foi anunciado o pedido de vistas pelo Senador Francisco Dornelles.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, recentemente todos nós Senadores, sem exceção, fomos surpreendidos com o fato de que o Senado não descontava o imposto que deveríamos pagar por conta da ajuda que tínhamos. Creio que nenhum de nós aqui sabia disso. E hoje estamos pagando um preço muito alto, seja pela opinião pública não aceitar o fato de o Senado ter pago para muitos, seja o preço de estarmos pagando, inclusive o Senador Suplicy é um deles, e o Senador Luiz Henrique também

Tudo isso seria evitado se nossos pagamentos de Imposto de Renda tivessem entrado na malha fina, porque eles teriam identificado o erro do Senado. Isso seria evitado se esse projeto já estivesse em vigor. A única crítica que acho que posso fazer ao meu próprio projeto é alguém dizer que estamos usando a Receita Federal para fiscalizar as nossas próprias declarações de Imposto de Renda e corrigir nossos erros.

Mas creio que tendo em vista a importância para a opinião pública cada um de nós estar pagando corretamente os impostos, penso que se justifica que a Receita faça esse trabalho, sim, de nos alertar. E a malha fina... Senador Suplicy, com quem fico muito satisfeito pelo relatório e a quem agradeço muito, disse que isso não significaria uma... Não. Ele deu a entender que a malha fina fosse contra pessoas suspeitas. Não. A malha fina ou é uma questão aleatória ou algumas identificações de problemas... Creio que seria muito bom...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não quero dizer que somos infratores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso. Não quer dizer que somos infratores. Mas se entra na malha fina, muitas vezes, aleatoriamente ou por pequenas falhas. E essas falhas são corrigidas. Eu gostaria muito e tenho escrito cartas ao Secretário da Receita, há diversos anos, pedindo que a minha entre na malha fina para que erros que eu tenha cometido sejam corrigidos, como esse, por exemplo. Agora a gente está pagando quanto para poder corrigir um erro do Senado e da Receita, que deixou passar tudo isso? E outros são constrangidos porque o Senado pagou e ninguém garante que esse pagamento vá ser ratificado no futuro. O Tribunal de Contas pode sim dizer que o Senado errou ao pagar isso.

Daí a minha justificativa. Eu creio que seja bom para a democracia, seria bom para cada Parlamentar do Brasil, porque eu creio que os Parlamentares não querem infringir a lei, mas de repente cometem erros. Quem não comete erros? Eu temo, apesar de pagar a um contador há muitos anos para cuidar do meu Imposto de Renda, ele deixou passar. E tem mais, quando eu fui reclamar dele porque não me alertou do não pagamento, ele disse: “Se quiséssemos pagar não poderíamos, porque na Declaração de Vencimentos que o Senado coloca você não podia dizer eu quero pagar sobre isso”. É isento por lei.

Eu quero, por isso, defender esse meu projeto em benefício dos nomes dos Senadores; não em nome dos Senadores, mas em benefício de zelar pelo nome de cada Parlamentar, de zelar pelo bom nome que nós precisamos ter na opinião pública, para facilitar o nosso trabalho, sim, de cuidar de uma declaração de renda perfeita, eu defendo esse projeto. Eu o apresentei antes de se descobrir o não pagamento, durante anos e anos, de uma parte do nosso rendimento de nós, Senadores. Foi antes. Eu já queria fazer isso, mas, depois que aconteceu aquilo, eu acho que o meu projeto passou a ter uma justificativa muito mais forte.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado Senador Cristovam Buarque.

O último orador inscrito, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o parecer do Senador Cristovam Buarque, para mim merece um tratamento muito especial. Eu acho que o Parlamentar não pode ter nenhum ônus e nenhum bônus diferente de qualquer outro contribuinte na área fiscal. Agora, ele tem um problema político: nós não podemos criar instrumentos políticos que o governo pode utilizar contra a oposição.

Quando fui Secretário da Receita Federal, naquela época, muitas vezes fui pressionado para fazer fiscalização em malha fina em determinados Parlamentares da oposição. Hoje, isso não acontece mais, não está acontecendo, mas pode acontecer. De modo que a minha posição é contrária, por razões de natureza política. Isso é um importante instrumento que se dá ao Governo e que ele pode utilizar, inclusive, contra Parlamentares da oposição, fazendo uso político ao colocar todos os Parlamentares em uma malha fina. A minha opinião é a de que o Parlamentar não pode ter nenhum bônus que não tenha qualquer outro contribuinte, mas também não precisa ter nenhum ônus e nenhum tratamento diferenciado.

Essa é a minha posição. Vou pedir vista e a minha posição é contrária ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vista concedida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Um momento...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam, vista coletiva concedida. A gente vai ter a oportunidade de debate na terça.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu sei, mas só...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, eu passarei a V. Ex^a, mas V. Ex^a entende que a minha pressa é para a gente votar outros pontos terminativos.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Dornelles, com todo o respeito, o senhor acrescentou um argumento a favor do projeto. A melhor maneira de evitar com que um governo use esse poder é colocar todos, inclusive os do governo também na mesma situação. Aí, o governo não vai poder perseguir ninguém...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pode colocar a todos e só exercer o seu poder contra alguns.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas isso aí queria dizer que a Receita...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quer dizer, faz uma regra geral para todos e só exerce a fiscalização em relação a alguns.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas veja bem...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – É perigoso, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Veja bem, o Governo pode escolher alguém para fazer. Como o senhor disse, já foi pressionado para fazer...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A CCJ, inclusive, foi contra esse projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sim, mas deixe-me dar mais um argumento: o senhor mesmo disse que foi pressionado para alguns nomes. Na hora que for para todos, quem vai fazer é o técnico lá embaixo, não é o Governo. Então sai da política e entra, sim, numa auditoria, e é bom para a gente ter essa auditoria. Eu adoraria não estar com esse problema de não terem cobrado o meu imposto na hora certa e que está me pesando fortemente hoje, esperando... Aliás, eu entrei na Receita dizendo que a culpa não era minha, mas quando eles decidirem, se disserem que a culpa era minha, eu vou pagar uma quantidade de dinheiro talvez maior que o meu patrimônio quando isso for reajustado.

Eu adoraria, e todo ano eu mando uma carta pedindo: "Gostaria de que minha declaração entrasse na malha fina", para saber se cometi algum erro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam, esse assunto volta na próxima terça-feira. Foi concedida vista coletiva.

Nós vamos agora ao item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 549, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, a pessoas físicas, a dedução de despesas com livros técnicos diretamente ligados à sua área profissional.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1 da Comissão de Educação e da Emenda nº 2, Comissão de Educação, nos termos da Subemenda que apresenta.

O relatório já foi lido pelo Relator, mas de qualquer forma, eu passo a palavra ao Relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu tenho um resumo breve aqui, só para lembrar as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

O projeto tem como finalidade permitir que contribuintes pessoas possam deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física despesas de aquisição de livros técnicos e didáticos diretamente ligados à sua área de atuação profissional. No caso dos livros didáticos, a medida se estende ainda aos livros adquiridos para os dependentes do contribuinte. E a emenda que faço visa a aperfeiçoar a redação da

proposição. A subemenda estabelece um limite individual de dedução idêntico ao já estabelecido para as despesas com educação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Consulto o senhor autor do projeto, Senador Randolfe Rodrigues, se quer fazer uso da palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Pela garantia do quórum, eu me pronuncio depois, se assim V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o Projeto, a Emenda nº 2 da CE, na forma da Subemenda apresentada, e a Emenda nº 1 da Comissão de Educação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu queria, durante um minuto, trazer meu apoio à aprovação do relatório. Eu acho que, dentro do campo do Imposto de Renda, toda aquela despesa necessária à obtenção da renda deve ser dedutível e nada mais que a despesa com livros técnicos. A minha posição é favorável, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Essa é a posição do Senador Francisco Dornelles.

Consulto o Plenário, se podemos fazer uma só votação para o projeto, para a Emenda nº 2 da CE, na forma da Subemenda apresentada, e para a Emenda nº 1 da CE. (*Pausa.*)

Em votação o projeto, a Emenda nº 2 da CE, na forma da Subemenda, e a Emenda nº 1 da CE.

Quem vota com o Relator vota “sim” ao projeto, à Emenda nº 2, na forma da Subemenda apresentada pelo Relator, e à Emenda nº 1 da CE.

Só para deixar claro que o Senador Randolfe Rodrigues é o autor; assim, ele não vota para o projeto; vota, no caso, as emendas.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto “sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota sim, com o Relator.
Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com o Relator.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – “Sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC.) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – “Sim”, com o Relator.

Senador Cyro Miranda. O voto de S. Ex^a é conhecido.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – “Sim”, com o Relator.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – “Sim”.

Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Saiu.

Senador Randolfe Rodrigues, no caso das emendas, não do projeto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente, nas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator e o autor.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quinze votos SIM para o projeto; dezesseis votos SIM para as emendas.

Com a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – A palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, queria cumprimentar, em primeiro lugar, o Senador Cyro Miranda, Relator desta matéria, em especial pelas emendas, Senador Cyro Miranda. As emendas de V. Ex^a sanaram qualquer eventualidade de vício de constitucionalidade, de vício de juridicidade e resolveram qualquer problema sobre a amplitude do projeto. Então, eu queria cumprimentar em primeiro lugar V. Ex^a por ter aperfeiçoado a matéria.

Queria cumprimentar, Senador Lindbergh, V. Ex^a, por ter pautado esse tema aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Isso é fundamental.

Nós temos dois debates e temos um debate fundamental no Brasil, que é o debate da nossa carga tributária. Muitas e repetidas vezes, o Governo tem feito, inclusive para incentivar a economia, desonerações tributárias. Essas desonerações têm atingido diferentes setores da economia, têm favorecido a indústria automobilística, mas pouco se fala em desoneração sobre a educação.

Essa desoneração que estamos fazendo para o livro técnico é uma desoneração pela educação, ou seja, não é renúncia fiscal, não é redução da carga tributária do Estado, é investimento. Qualquer coisa que signifique mais investimentos em aquisição de livros, mais investimentos em educação não é gasto público, é investimento.

Então, eu queria cumprimentar V. Ex^a, o Senador Cyro Miranda e os companheiros da Comissão de Assuntos Econômicos pela apreciação dessa matéria, em caráter terminativo, que agora vai para a Câmara dos Deputados, na consciência de que esta Comissão está dando uma importante contribuição para a educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues. Parabéns a V. Ex^a!

Vamos ao item 11.

ITEM 11

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2007

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de

cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica.

Autoria: Senador Papaléo Paes

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, de 2008

– Terminativo –

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir aos aposentados de baixa renda a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, no cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, com a Emenda nº 1 que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 340, de 2007, e 92, de 2010.

Observações: 1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao PLS nº 375, de 2008, e contrário aos PLS nºs 340, de 2007, e 92, de 2010.

Lembro que a matéria é terminativa e exige quórum qualificado.

Com a palavra, o Relator.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, V. Ex^a já explicou, com muita proficiência, as razões da tramitação em conjunto, por força da aprovação dos requerimentos do Senador Romero Jucá, desses três projetos.

Com relação à análise, quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre Direito Tributário e Sistema Tributário, haja vista o disposto nos arts. 24 e 48, todos da Constituição Federal. A iniciativa parlamentar é amparada no art. 61 da Constituição Federal também. O art. 6º anuncia como direitos sociais, entre outros, a saúde e a moradia. O art. 196 ainda preconiza que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado.

Os projetos atendem ao requisito de juridicidade, uma vez que o instrumento legislativo escolhido – a normatização por meio de lei – é adequado. As matérias inovam o ordenamento jurídico, apresentam alcance geral e são compatíveis com os princípios que norteiam o direito brasileiro. É respeitada a técnica legislativa.

A competência da CAE para deliberar sobre proposições decorre do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos ao mérito, que tem amplo apoio desta Comissão.

O Parecer da CDH foi feliz ao recomendar a aprovação do PLS nº 375, de 2008. De fato, consubstancia grave injustiça a possibilidade de deduzir do Imposto de Renda de pessoa física os gastos com medicamentos utilizados no ambiente hospitalar, sem permitir que igual benefício seja estendido em relação aos dispêndios semelhantes ocorridos antes e depois da internação. Quer dizer, as despesas hospitalares podem ser deduzidas no Imposto de Renda, mas essas mesmas despesas antes e depois da internação não poderão ser estendidas às deduções.

O projeto do Senador Paim soluciona a questão a contento, estendendo o alcance do favor fiscal a todas as fases do tratamento de saúde.

O único reparo que sugerimos à proposição, por meio de emenda, é o reposicionamento da nova alínea proposta ao inciso II do art. 8º, de “h” para “i”, haja vista a utilização da opção “h” por legislação anterior.

Igualmente andou bem a CDH ao decidir pela rejeição do PLS nº 340, de 2007, e do PLS nº 92, de 2010. Embora reconheçamos as louváveis iniciativas contidas nessas matérias, é forçoso acrescentar aos argumentos da CDH que os benefícios fiscais devem ser consentidos de forma parcimoniosa, sempre tendo em vista que sua adoção significa conferir tratamento diferenciado e privilegiado a determinado grupo social, por mais justa que pareça a medida. O restante do conjunto de contribuintes terá, necessariamente, de suportar a redistribuição da carga tributária como forma de manter equilibradas as finanças públicas.

Não nos parece razoável, *data venia*, socializar despesas individuais com ioga, dança ou artes marciais, mesmo reconhecendo os inegáveis benefícios dessas práticas à saúde humana.

Os dois outros projetos que estavam apensados ampliavam demais o espaço dessas deduções; o Projeto do Senador Paim restringe. E é por isso que nós rejeitamos, no mérito, os dois outros, deixando apenas os espaços do Senador Paim.

Tampouco não nos soa indispensável permitir o abatimento do IRPF de valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, pois a conta da

respectiva renúncia de receita pode eventualmente atingir contribuintes que sequer conseguiram adquirir sua casa própria.

Concluimos, portanto, que, dos três projetos em análise, apenas o PLS nº 375, de 2008, tem plenas condições de se converter em lei, motivo pelo qual orientamos pela sua aprovação, com a emenda meramente de redação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A princípio, quero louvar o relatório de V. Exª, Senador. Eu só fiquei com uma dúvida: abater no Imposto de Renda de quem tem baixa remuneração, os que têm baixas posses, baixos rendimentos. Existe um teto? É o salário da Previdência, o teto da Previdência? Como é que a Receita vai permitir abater medicamentos do Imposto de Renda? Até que teto?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O teto da Previdência.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O da Previdência. Obrigado.

Eu sei que até o Governador catarinense hoje, à época Senador Raimundo Colombo, tem uma participação em um desses itens. E V. Exª unificou com a iniciativa do Senador Paim para fazer...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Unificamos e aproveitamos a iniciativa do Senador Colombo, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. PT – RJ) – Ele é o autor do projeto o Senador Raimundo Colombo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Ele é o autor inicial do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o PLS nº 375, de 2008, e a Emenda nº 1.

Votação nominal.

Consulta o Plenário se podemos fazer uma só votação. (*Pausa.*)

Em votação o PLS nº 375, de 2008, e a Emenda nº 1. Quem vota com o Relator vota “sim” ao PLS nº 375, de 2008. Emenda nº1.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente. Eu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. PT – RJ) – Vota “sim”.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Vital do Rêgo tem voto conhecido.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabenizando o Relator, Senador Vital do Rego, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. PT – RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “sim”.

Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senadora Ana Amélia

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para dar mais uma vitória para o nosso Vital do Rêgo, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)

Saiu.

Resultado: 14 votos SIM.

Faço um apelo. Vamos para o item 13. O Relator é o Senador José Agripino, que está aqui, e vamos tentar votar pelo menos mais três projetos terminativos: itens 13, 14 e 15.

A Comissão aprova o PLS nº 375, de 2008, com a Emenda nº 1-CAE, ficando prejudicados os PLS nºs 340, 2007, e 92, de 2010, nos termos dos arts. 92 e 164 do Regimento Interno do Senado Federal.

(É a seguinte a Emenda aprovada:

EMENDA Nº 1– CAE

(Ao PLS nº 375, de 2008)

O art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido da alínea “i”, com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....
II -
i) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, por aposentado ou pensionista cujo provento ou pensão mensal seja inferior a seis salários mínimos, relativos a medicamentos para uso próprio e para seus dependentes, desde que comprovados por receita médica e nota fiscal.)

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 663, de 2007

– Terminativo -

Acrescenta dispositivo ao art. 9º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para permitir a inclusão de custos com móveis e projeto de decoração nas operações de financiamento realizadas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer contrário ao Projeto.

Com a palavra o Relator.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como V. Ex^a já anunciou, a matéria teve parecer contrário na Comissão de Assuntos Sociais. o Relator, naquela Comissão, opinou pela rejeição do projeto.

Concordo com os argumentos colocados pela Comissão de Assuntos Sociais e aduzo:

O PLS parte de uma preocupação, que é válida, que é de permitir que os adquirentes de imóveis financiados pela SFH sejam capazes de receber seus imóveis em plenas condições de habitação, com mobiliário e mesmo eletrodomésticos essenciais ao bem estar de seus ocupantes.

Concordamos com a parecer anteriormente apresentado no âmbito desta Comissão, que o financiamento seria muito menos caro para o tomador, a juros menores, do que os custos cobrados por financeiras e lojas para o financiamento de móveis.

Todavia, somos contrários ao projeto pelas razões apresentadas pelos nobres pares da Comissão de Assuntos Sociais de que os custos com decoração podem fazer com que o valor total da operação corresponda, em média, a algo em torno de 130% do valor do imóvel, encarecendo o custo total da operação, pois haveria menor garantia com o imóvel – repito, menor garantia com o imóvel – e, conseqüentemente, maior dificuldade na concessão do empréstimo.

Além disso, os recursos limitados do Sistema Financeiro de Habitação devem ser destinados àquilo que é essencial ao tomador de recursos pelo SFH, que é a compra de seu imóvel. A aprovação do PLS em apreço significaria aumentar o valor máximo na concessão desses empréstimos, beneficiando parcelas da sociedade de maior renda, subtraindo do montante disponível para financiamento para as camadas de menor poder aquisitivo.

Por essas razões, nós nos manifestamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 663, de 2007.

O nosso voto é contrário e pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto. Será votação nominal.

Quem vota com o Relator vota “não” ao projeto. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “não”.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – “Não”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – “Não”.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “não”.

Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “não”.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “não”.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “não” também. Casildo, “não”.

Senador Cyro Miranda

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – “Não”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – “Não”.

Senador José Agripino tem voto conhecido.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto “Não”.

Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Voto “não”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Senador Casildo Maldaner.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já votou.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ah, já votou. Desculpe-me.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Houve 15 votos NÃO.

A Comissão rejeita o projeto.

São mais dois itens terminativos apenas. Eu não quero segurar os senhores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, antes de anunciar a próxima matéria, eu tenho aqui na minha mão o *tablet* e esse catatau aqui. Eu peço a V. Ex^a que, já que nós o temos, que o Senado deu esse *tablet* e gasta com a mensalidade do uso dele, que se revogue essa velharia desse papelório e carimbório aqui no Senado e que para as próximas sessões não tenha mais a impressão desse avulso, para que esse Senado economize, a fim de que possa gastar em coisas mais eficientes, como contratação de consultoria e tudo o mais.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Olha, eu concordo com V. Ex^a, Senador Luiz Henrique, mas que queria, depois, fazer uma consulta a todos os Srs. Senadores e Senadoras. Creio que não são todos que usam *tablet* aqui, mas V. Ex^a tem razão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Mas aí não é uma questão de consulta. O Senado nos concedeu o uso deste *tablet*. Todos nós temos. É só a questão de nós todos...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu concordo...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ...aderimos à nova cultura...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ...e economizarmos para o País, economizarmos para essa Casa. Não é possível que a gente chegue aqui toda sessão e tenha um calhamaço desse aqui de avulsos que poderiam estar disponibilizados aqui, eletronicamente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Na verdade, não é só uma questão de economia; estamos numa discussão também sobre sustentabilidade ambiental. V. Ex^a tem razão. Eu vou acolher essa sugestão.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Mesa vai conversar com alguns Senadores antes de tomar uma decisão sobre o tema.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas sou muito simpático à sugestão de V. Ex^a.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, na esteira da manifestação do Senador Luiz Henrique, a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça já emitiu manifestação por escrito ao Senador Presidente Renan Calheiros, que a acolheu, se pronunciando a respeito e acordando com o Senador Luiz Henrique com relação à substituição deste avulso, que efetivamente está extemporâneo nos dias de hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – No mesmo sentido, eu acredito que V. Ex^a e a nossa Comissão poderíamos dar o exemplo e, se for de acordo, aqui, de V. Ex^a e dos membros da Comissão, a próxima reunião nós já faríamos sem o calhamaço, dito aqui pelo Senador Luiz Henrique. Seria uma medida, como já foi muito bem anunciado e dito pelo Senador Luiz Henrique, de economia e, fundamentalmente, de poupar várias árvores. Seria uma medida de sustentabilidade.

Então, eu acredito que nós poderíamos dar esse exemplo. Eu creio que o conjunto dos colegas da Comissão estão de acordo. A próxima reunião deliberativa nós já faríamos com a utilização do *tablet*.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Olha, eu concordo com a proposta do Senador Luiz Henrique, mas eu vou mais devagar. Eu quero consultar, conversar com todos os Senadores. Quero parabenizar o Senador Luiz Henrique pela proposta; está à frente, está olhando à frente, esse debate sobre a sustentabilidade, principalmente a questão ambiental. Ele tem toda razão. Mas eu queria conversar, consultar cada um dos Srs. Senadores. Quero tomar essa decisão, concordando pessoalmente, mas quero consultar os Srs. Senadores antes de tomar a decisão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a vai agir “pessedistamente”?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E eu estou propondo “udenistamente”.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – V. Ex^a anunciou a votação de alguns projetos. Eu queria o item 15, que é um projeto do Senador Paulo Paim. O Senador Pimentel deu um parecer contrário, e eu tenho tem um voto em separado. Ele está ausente, de modo que eu vou pedir vista desse projeto. Estou anunciando a V. Ex^a com antecedência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, nós votaríamos o 14. O Senador Antonio Carlos leria o relatório, e V. Ex^a pediria vista. Então, nós teríamos mais, apenas, uma votação, a votação aqui do 14. No item 15 nós vamos ler o relatório, com pedido de vista do Senador Francisco Dornelles. Item 14:

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 17, DE 2004

– Terminativo –

Dá nova redação ao inciso IV do artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, incluindo os deficientes auditivos na obtenção da isenção do IPI, na aquisição de automóveis.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Observações:

Em 21/5/2013, foi concedida vista coletiva.

O relatório já foi lido, pelo Relator, na 24ª Reunião realizada em 21 de maio, ocasião em que foi concedido vista coletiva.

Consulto o Relator se deseja fazer o uso da palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para fazer um resumo, Sr. Presidente.

A proposição visa a incluir os deficientes físicos entre os beneficiários da isenção no Imposto sobre Produtos Industrializados, incidente na aquisição de automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos. Dos deficientes, eram os únicos que não eram inclusos.

E nós acrescentamos uma emenda para explicitar a adequação da medida do texto constitucional à LRF, uma vez que se trata de renúncia fiscal; e, também, esclarecemos o que foi dúvida, o que era deficiente auditivo.

O Conatran considera como deficiente auditivo aquele que tem deficiência a partir de 41 decibéis; e,

para quem tem a surdez total, são previstos adesivos alertando aos outros motoristas.

Então o projeto está enquadrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queria discutir, vamos colocar em votação o projeto e as Emendas nºs 1 e 2.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação. *(Pausa.)*

Em votação, o projeto e as Emendas nºs 1 e 2.

Quem vota com o Relator vota “sim” ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senadora Vanessa Grazziottin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voto conhecido.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)
– Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Antônio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Voto “sim”. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Randolphe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota “sim”.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Houve 14 votos SIM.

Não teremos mais votação nominal. Antes de passar para a leitura, com o pedido de vista já anunciado, quero anunciar aos senhores que, na próxima terça-feira, teremos, às 10h, a aposição do retrato do nosso Presidente da CAE, no último período, Senador Delcídio do Amaral. Teremos um período de homenagem a ele.

Faremos uma pequena pauta de votações e, às 11h, faremos um debate. Acabaram de confirmar presença aqui, na próxima terça-feira: Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e o Dr. Henrique Meirelles. Queremos fazer desta Comissão também, nesse momento da economia brasileira, o palco dos grandes debates nacionais.

Conversei também, Senador José Agripino, com Sr. Armínio Fraga que quer vir aqui, neste semestre, numa outra terça-feira. Na terça-feira, dia 18, teremos votações de 9h30 às 11h. Às 11h, o Presidente da Confederação Nacional das Indústrias vem a esta Comissão apresentar o seu mapa estratégico, a posição da indústria para esses desafios da economia brasileira. Então convido todos os Senadores, porque acho que esse é um debate político e atual muito importante sobre os rumos da economia. Esta Comissão, além das votações que são importantes no dia a dia, de temas

importantes, acho que tem que debater muito o desafio dessa conjuntura econômica brasileira.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Presidente, rapidamente, só para uma observação que acho que se impõe.

É com relação à qualidade dos convidados e a independência do Presidente da Comissão em trazer pessoas que foram ligadas ao antigo governo, como o Belluzzo, como o do Governo do PT, Henrique Meirelles, para fazer o ponto e contraponto, e para se fazer esclarecimento aos membros da Comissão sobre o momento político e econômico que o Brasil vive.

Quero cumprimentar V. Ex^a de forma efusiva.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Agripino.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Agripino.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Vanessa e Senador Randolfe.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Eu também, da mesma forma como fez o Senador Agripino, quero cumprimentá-lo. Acho que esses debates têm sido muito importantes até para a boa condição dos trabalhos da Comissão e como indicativo do caminho que devemos trilhar.

Não sei como V. Ex^a está determinando os temas. Entretanto, tenho ouvido muito e lido alguma coisa, nesses últimos dias, devido à marcação do próximo leilão do pré-sal, acerca desse novo marco. É o primeiro leilão que será feito dentro do novo marco do petróleo no Brasil.

Eu apresentei um requerimento, mas sugiro a V. Ex^a, Senador: seria importante que marcássemos um debate acerca disso e que não o fizéssemos sós, mas junto com a Comissão de Infraestrutura – Assuntos Econômicos e Infraestrutura. Acho que esse seria um debate fundamental.

No mais, desejo cumprimentar V. Ex^a pelas iniciativas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Antes de passar para o Senador Randolfe...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Na verdade, havia uma proposta inicial que era...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos chamar o Presidente da Febraban, por sugestão do Senador Francisco Dornelles, para o próximo debate. Estávamos esperando a confirmação.

Houve, até no momento, a confirmação de Henrique Meirelles. Estou conversando com ele, para fecharmos outra data para estar aqui, nesta Comissão.

Estamos sempre privilegiando o debate com posições distintas. A primeira iniciativa era Belluzzo com Armínio Fraga, mas o Armínio Fraga não pôde vir. E Belluzzo e Henrique Meirelles têm posições que, acho, que vão propiciar aqui um debate interessante – uma posição mais liberal e uma posição mais desenvolvimentista.

O Armínio Fraga, Senador José Agripino, foi a nossa primeira sugestão, opção. Liguei para ele, que quer vir à Comissão ainda neste semestre, mas não poderia nesta terça-feira.

Então, quero garantir a todos os senhores que queremos fazer sempre o debate mais plural possível, com as mais diversas posições acerca dos temas e dos desafios da economia.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, quero cumprimentá-lo pela iniciativa e, em especial, pela compreensão da necessidade de ouvir os diferentes aqui, nesta Comissão.

Quero então cumprimentá-lo não somente pela iniciativa, mas também por ser ela acompanhada da compreensão da necessidade de pluralidade nesse debate – debate esse num momento crucial da economia brasileira, Sr. Presidente.

Na semana passada, os dados apresentados não foram bons. Há uma retração do nosso Produto Interno Bruto. O que estava impulsionando o crescimento do PIB era a renda das famílias, e os últimos dados dão conta da estagnação do crescimento da renda das famílias. Houve o aumento, lamentavelmente, mais uma vez, de 0,25% da taxa básica de juros, da taxa Selic.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria, além de cumprimentar V. Ex^a pelo momento em que está propondo fazer este debate, um momento mais do que adequado, apresentar mais uma sugestão.

Creio que seria necessário nesse debate mais uma contribuição, a de um conterrâneo de V. Ex^a, o Prof. Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que tem uma leitura, algumas posições e, inclusive, críticas às duas concepções que vão estar

em debate, aqui, na mesa. Então, queria acrescentar o nome do professor Reinaldo Gonçalves, como sugestão, para o ciclo, para os debates que estão sendo propostos por V. Ex^a.

E queria, ainda, subscrever a iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin. Considero importante fazermos um debate sobre o marco regulatório do petróleo no País. Já houve a 11^a rodada do leilão da Agência Nacional de Petróleo. Eu considero isso fundamental, indispensável.

Há uma nova rodada prevista para outubro; houve o leilão de vários blocos de exploração, inclusive um na costa do meu Estado, na costa amapaense. Foi o que teve o maior bônus de aquisição. Então, considero necessário esse debate sobre as concepções de concessão, de partilha e sobre essa concepção de leilões promovidos pela Agência Nacional de Petróleo.

Com a devida permissão, com a devida vênua da Senadora Vanessa Grazziotin, quero subscrever também essa iniciativa, para que o quanto antes esta Comissão tenha esse debate, que considero indispensável, sobre o modelo de exploração de petróleo em mar territorial e no território brasileiro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Antes de passar para o Senador Inácio Arruda, eu tinha me esquecido de anunciar o resultado da votação do item 14.

Aprovado.

A Comissão aprova o projeto com as Emendas nºs 1-CAE e 2-CAE.

(São as seguintes as emendas aprovadas:

EMENDA Nº 01 – CAE

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004, o art. 2º, conforme a redação seguinte :

“Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.”

EMENDA Nº 02 – CAE

Altere-se a numeração do atual art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004, para art. 3º,

acrescentando-lhe parágrafo único, conforme a redação seguinte:

“Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implantado o disposto no art. 2º.”

Há um requerimento do Senador Armando Monteiro aqui com sugestão de mais nomes para esses debates aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Vamos, depois, ler esse requerimento. Estou incluindo o Presidente da Febraban, Murilo Portugal, e estou incluindo também Reinaldo Gonçalves, professor da UFRJ. Vamos ler esse requerimento depois.

Eu estava conversando com o Presidente da Febraban, que também se dispõe a vir aqui, em uma data a ser marcada, o mais breve possível, também dentro desse esforço.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A próxima já está fechada. O Meirelles confirmou. Como não tínhamos fechado e tínhamos feito o convite, então, está fechada a próxima com dois.

Colocar mais expositores, acho, prejudica muito o debate, devido à complexidade de uma abordagem...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Dois está de bom tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – ... de um tema como esse, Senador Francisco Dornelles.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Inácio Arruda; depois, Senador Francisco Dornelles.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela iniciativa, mas gostaria de fazer uma solicitação a V. Ex^a.

Conversei com V. Ex^a a respeito do Projeto de Lei nº 138, de minha autoria. Foi pedida vista, uma vista absolutamente elástica, de quase um ano, mas ele voltou à Comissão. É um projeto que trata da questão dos recursos do fundo social do pré-sal. Já foi aprovado na Comissão de Justiça; já foi aprovado na principal comissão de mérito, que era a Comissão de Educação, aprovado por unanimidade; e estamos aqui já com o relatório pronto, do Senador Valadares, com parecer favorável. Então, não sei qual é a dificuldade...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido. V. Ex^a está fazendo um pedido desse aqui, e colocarei na pauta da próxima reunião. Não sei se conseguiremos votar, na próxima reunião, mas estará na pauta, porque teremos uma pauta muito curta.

V. Ex^a será atendido. Determino à Secretaria da Comissão que o coloque na pauta da próxima reunião.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, conversei com o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que é o relator do item 15, e, como o Senador Pimentel não está, S. Ex^a concorda que seja retirado de pauta até a próxima reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Concordo com as ponderações do Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Todos nós sempre concordamos com as ponderações do Senador Francisco Dornelles.

Retirado de pauta o item nº 15.

Passo a palavra para o Senador Cícero Lucena...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – ... e, depois, vou ler os requerimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente.

Tive a notícia, a informação, já era de conhecimento de todos, da queda, ontem, por decurso de prazo, da Medida Provisória nº 599, algo lamentável, porque ela tratava de um tema fundamental para o Brasil.

Pergunto a V. Ex^a, já que ontem foi decretada a morte da 599, qual é a providência para o sepultamento, para o velório, quais os encaminhamentos, se V. Ex^a tem alguma informação de quais procedimentos o Governo pensa em relação a esse tema...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se V. Ex^a tiver alguma informação nova, comunique o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – O enterro será no plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente Lindbergh, quero agradecer a oportunidade de, mesmo não sendo membro desta honrosa

Comissão presidida por V. Ex^a, registrar a minha alegria e satisfação pela condução do trabalho feito por V. Ex^a na votação do projeto que perdoa as dívidas dos pequenos e médios agricultores da região da Sudene.

Gostaria de dizer a V. Ex^a que, desde 2007, apresentei um projeto nesta Casa com esse objetivo. Infelizmente, o tempo decorreu e só fez agravar a situação desses pequenos agricultores do Nordeste, chegando à preocupação, hoje muito forte...

(Soa a campainha.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – ... e muito viva, Sr. Presidente, de que o Banco do Nordeste, com o seu procedimento de ações judiciais, estaria tendendo a se tornar o maior latifundiário da Região Nordeste.

Então, quero parabenizar V. Ex^a na condução, o Senador Vital do Rêgo, pela iniciativa do projeto, e todos os Senadores que colaboraram, porque, mesmo nas medidas anunciadas de combate à seca, por parte da Presidente Dilma, na do ano passado e na deste ano, de que, entre os recursos considerados em favor do Nordeste, havia cerca de R\$4 bilhões de empréstimos pelo Banco do Nordeste, o pequeno e o médio agricultores estavam inadimplentes e, conseqüentemente, sem a mínima condição de tomarem esse empréstimo.

Então, eu acho que esta Casa cumpriu o seu relevante papel de representar a Federação, mas, em particular, essa região que já é tão sofrida e, conseqüentemente, carente desse nosso apoio. Espero que a Casa, no caso o Presidente da Câmara Federal, possa nos ajudar, até porque ontem a Presidente Dilma, na cidade de Natal, anunciou que iria adotar medidas para solucionar esse grave problema. Então, não há medida melhor a ser adotada pela Presidente do que pedir urgência para aquilo que foi aprovado aqui nesta Comissão da nossa Casa, o Senado, e, conseqüentemente, mandá-lo para a Câmara.

Por fim, Presidente, permita que eu me some ao apelo do Senador Luiz Henrique quanto à impressão dos relatórios diários. Através da Primeira Secretaria, nós fizemos um esforço muito grande para conseguir avançar na tecnologia e fornecer um *tablet* a cada Senador, para que, exatamente, não víssemos mais a repetição da impressão desses volumes. Houve dias em que chegamos a ter mais de duas mil páginas na Ordem do Dia do Senado. Multiplique por 81 Senadores: isso representa 160 mil folhas impressas com a Ordem do Dia! Graças a Deus, isso não está mais acontecendo. Aqui temos o exemplo para esta Comissão, que, tenho certeza, V. Ex^a adotará. O Senador que quiser impresso imprima no seu gabinete, tem assessoria para isso; o que esqueceu o *tablet* peça ao assessor para trazê-lo,

mas vamos dar a nossa contribuição de economia e de respeito ao meio ambiente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu é que agradeço, Senador Cícero Lucena, e parabeno V. Ex^a por essa vitória da Paraíba. Sei de seu empenho...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Nossa!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Da nossa Paraíba. Sei de seu empenho para a aprovação desse projeto. Agora o projeto vai para a Câmara dos Deputados. Foi aprovado em caráter terminativo e agora tem que ser feita agora uma grande articulação. Inclusive, a sugestão foi que fizéssemos uma reunião com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, para conduzir institucionalmente com o Presidente da Câmara para que tenha a tramitação mais célere possível.

Parabéns a V. Ex^a, que está fazendo sempre pronunciamentos sobre o tema; eu vejo aqui a todo instante V. Ex^a subir à tribuna para tratar da seca da Paraíba. Parabeno-o também pela referência à sugestão do Senador Luiz Henrique.

Nós vamos, com certeza, adotar esse encaminhamento, mas eu queria antes conversar com todos os Senadores. É questão de tempo, mas nós queremos ir por esse caminho; não é questão só de economia financeira do Senado, mas um debate maior do qual V. Ex^a participa sempre: sustentabilidade ambiental.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Só vou ler os requerimentos antes de encerrar o presente sessão.

REQUERIMENTO Nº 33 DE 2013

Conforme os arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos para discutir os motivos do aumento excessivo de tarifas aéreas em determinados períodos do ano.

Sugerimos que, para a mencionada audiência, sejam convidadas as seguintes autoridades e representantes: Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Presidente do Sindicato Nacional de Empresas Aeroviárias; Presidente do Sindicato Nacional dos Aero-naturas; Presidente da Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Passageiros de

Transporte Aéreo; Presidente da TAM, Presidente da Gol e Presidente da Azul.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Cyro Miranda.

Lido o requerimento, será votado na próxima reunião.

Também da Senadora Vanessa Grazziotin:

REQUERIMENTO Nº 34 DE 2013

Requer, nos termos dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para discutir os avanços do novo marco do Pré-Sal, aprovado pelo Senado, com a presença das seguintes autoridades e representantes: representante do Ministério de Minas e Energia; Presidenta da Petrobras; Diretora-Presidenta da Agência Nacional de Petróleo – ANP; e Senhor Aloísio Araújo, Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Requerimento do Senador Armando Monteiro:

REQUERIMENTO Nº 35 DE 2013

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de analisar a conjuntura econômica nacional, com ênfase no crescimento limitado do PIB e na deterioração das contas externas e públicas, além das perspectivas de crescimento econômico para os próximos anos, tendo como convidados: Ilan Goldfan, Economista-chefe do Itaú Unibanco e sócio do Itaú BBA, ex-Diretor de política Econômica do Banco Central (2000-2003) e economista do FMI (1996-1999); Luiz Gonzaga Belluzo, Professor Titular do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Alexandre Schwartzman, Consultor e ex-Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (2003-2006); Delfim Netto, Consultor e ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento; Monica de Bolle, Diretora do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (Iepe/CdG), Economista-Chefe da área de Pesquisa Macroeconômica Internacional do Banco BBM de 2005 a 2006;

e Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Autoria: Senador Armando Monteiro

Requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

REQUERIMENTO Nº 36 DE 2013

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 4 de 2013-CAE, a inclusão no rol de convidados para o ciclo de audiências públicas referido no supracitado requerimento do economista Reinaldo Gonçalves, Professor Titular de Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia onze de junho do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Inácio Arruda, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Romero Jucá, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Waldemir Moka, Ana Amélia, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves, e, ainda, do Senador Lobão Filho. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 29ª Reunião, que é dada como aprovada. Como primeira parte da reunião, antecedendo a pauta deliberativa, é realizada a aposição do Retrato do Senador Delcídio do Amaral na galeria dos ex-presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos. Usam da palavra

os Senadores Francisco Dornelles, Eduardo Lopes, Inácio Arruda, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Sérgio Souza, Pedro Taques, Vanessa Grazziotin, Eduardo Suplicy, José Agripino, Romero Jucá, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia e Armando Monteiro. A Presidência dá início à segunda parte da reunião. **Item 1**– Mensagem (SF) nº 43 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil, no interesse da Controladoria-Geral da União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 18,000,000.00 (dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (PROPREVINE)’”, tendo como relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 2**– Mensagem (SF) nº 44 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US\$ 112,000,000.00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial do Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste – Ceará (PROINFATUR)”, tendo como relator o Senador Rodrigo Rollemberg, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Inácio Arruda, Rodrigo Rollemberg, relator da matéria, José Agripino e Cristovam Buarque. Usa da palavra, ainda, o senhor Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 3**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 33 de 2013, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e outros,

que “requer, nos termos dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir os motivos do aumento excessivo das tarifas aéreas, em determinados períodos do ano, com a presença das seguintes autoridades e representantes: Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA); Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA); Presidente da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (Andep); Presidente da TAM; Presidente da GOL; e Presidente da Azul”. Anunciada a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 33 de 2013-CAE. **Item 4**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 34 de 2013, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, que “requer, nos termos dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para discutir os avanços do novo marco do Pré-Sal, aprovado pelo Senado, com a presença das seguintes autoridades e representantes: representante do Ministério de Minas e Energia; Presidenta da Petrobras; Diretora-Presidente da Agência Nacional de Petróleo – ANP; e Senhor Aloísio Araújo, Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas”. Anunciada a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 34 de 2013-CAE. **Item 5**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 35 de 2013, de iniciativa do Senador Armando Monteiro, que “requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de analisar a conjuntura econômica nacional, com ênfase no crescimento limitado do PIB e na deterioração das contas externas e públicas, além das perspectivas de crescimento econômico para os próximos anos, tendo como convidados: Ilan Goldfan, Economista-chefe do Itaú Unibanco e sócio do Itaú BBA, ex-Diretor de política Econômica do Banco Central (2000-2003) e economista do FMI (1996-1999); Luiz Gonzaga Belluzzo, Professor Titular do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Alexandre Schwartzman, Consultor e ex-Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (2003-2006); Delfim Netto, Consultor e ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento; Monica de Bolle, Diretora do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (Iepe/CdG), Economista-Chefe da área de Pesquisa Macroeconômica Internacional do Banco BBM de 2005 a 2006; e Murilo Portu-

gal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban)”. Anunciada a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 35 de 2013-CAE. **Item 6**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 36 de 2013, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que “requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 4 de 2013-CAE, a inclusão, no rol de convidados para o ciclo de audiências públicas referido no supracitado requerimento, do economista Reinaldo Gonçalves, Professor Titular de Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro”. Anunciada a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 36 de 2013-CAE. É apreciado ainda o seguinte item extrapauta: **Item 7**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 37 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que “requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para a apresentação do Mapa da Indústria 2013, com a presença do senhor Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI”. Anunciada a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 37 de 2013-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 29ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Antes de iniciarmos os trabalhos da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizaremos aqui, com muito prazer, a cerimônia de aposição do retrato do Senador Delcídio do Amaral na galeria dos ex-Presidentes desta Comissão, onde esteve à frente no biênio 2011/2012.

Convido para compor a Mesa o nosso homenageado de hoje, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom dia. Tem início a cerimônia de aposição de retrato do Senador Delcídio do Amaral na galeria

de ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Engenheiro eletricista, formado na Escola de Engenharia Mauá, o nosso homenageado ocupou cargos de diretoria em empresas públicas – como Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce e empresas do sistema Eletrobras – e privadas – como General Electric, The-mag Engenharia e Grupo Shell. Na esfera governamental, ocupou os cargos de Secretário Executivo e Ministro de Estado no Ministério de Minas e Energia e de Secretário de Estado de Infraestrutura e Habitação no Mato Grosso do Sul.

Foi eleito Senador da República em 2002 e 2010, e é considerado um dos mais atuantes Senadores do País, tendo sido eleito Presidente desta Comissão no período de 2011 a 2012. Durante sua gestão, conduziu 136 reuniões, com apreciação de 59 operações de crédito externo, 28 Projetos de Lei da Câmara, 181 Projetos de Lei do Senado e a realização de 18 sabatinas de autoridades do Banco Central, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e da Autoridade Pública Olímpica, bem como realizou 56 audiências públicas, totalizando 515 matérias apreciadas pela Comissão.

Com a palavra, neste momento, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Ex^{mo} Sr. Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Gostaria de destacar algumas matérias apreciadas no biênio em que o Senador Delcídio do Amaral esteve à frente da Comissão de Assuntos Econômicos: PLC 2, de 2012, que institui o regime de Previdência Complementar do Servidor Públicos Federais, titulares de cargo efetivo, o Funpresp; PL 72, de 2010, que estabelece alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, a famosa guerra dos portos; PLS 112, de 2010, que define o percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, em que a União detenha a maioria do capital social; PLS 764, de 2011, que altera a Lei nº 11.508, de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs; PLC 189, de 2010, que criou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 20, de 2003, que altera a Lei nº 9.613, de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

Vou falar depois, como todos os Senadores que vão pedir a palavra para homenagear o Senador Delcídio do Amaral, porque ele imprimiu um ritmo nesta Comissão de Assuntos Econômicos, com a sua liderança, com o seu dinamismo, com a capacidade de

diálogo. Aqui, todos os Senadores, na gestão do Senador Delcídio do Amaral, de situação, de oposição, foram tratados da mesma forma.

Eu iria falar depois e já estou me adiantando, Senador Delcídio. Quero dizer que a convivência, nesta Casa, com V. Ex^a, para mim, é um aprendizado cotidiano. Falo de coração, com sinceridade, porque nós vivemos, cada um, nas batalhas do dia a dia, batalhas duras, ásperas, de confronto, de luta política, mas V. Ex^a sempre conduz isso tudo com muita leveza, com muita habilidade, com muito equilíbrio, com muita capacidade de negociação. Então, digo que, para mim, de fato, é um aprendizado sempre. Quando encontro V. Ex^a, no meio dessas turbulências por que todos passamos, tento aprender um pouco com V. Ex^a nesse espírito de conduzir com muita habilidade e equilíbrio. Aqui, nesta Presidência, vamos continuar no mesmo caminho que V. Ex^a imprimiu. Aqui, a oposição vai ter espaço para os debates. Queremos discutir o Brasil, os desafios da economia.

Então, eu encerro minha fala, passando para V. Ex^a e dizendo que V. Ex^a foi um grande Presidente da CAE. Posso dizer que, a partir do seu trabalho, V. Ex^a guiou o trabalho de outras presidências, e é com esse espírito que nós queremos conduzir os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ouviremos agora este grande Senador, Senador Delcídio do Amaral. (*Pausa.*)

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se os Senadores pudessem se manifestar antes da fala do Senador Delcídio do Amaral...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, V. Ex^a será atendido.

Com a palavra, inicialmente, o nosso mestre e professor, Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente Lindbergh, quero cumprimentar V. Ex^a pela homenagem hoje prestada ao Senador Delcídio do Amaral.

Durante dois anos, ele conduziu a Comissão com muita competência, com espírito público, com democracia, com firmeza e com lealdade, e, ao final de dois anos, todos nós vimos Delcídio do Amaral não como Presidente somente, mas como grande amigo.

Eu quero dizer que a Presidência de Delcídio do Amaral na CAE foi um marco importante na história desta Comissão.

Parabéns, Senador Delcídio, por tudo que o Senhor fez aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Com a palavra o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero, nesse momento, também de forma bem clara e bem direta, parabenizar nosso Senador Delcídio do Amaral, porque nós sabemos da importância desta Comissão, e é claro que aqueles que passam pela Presidência desta Comissão também ganham em importância no próprio mandato, na própria experiência.

Claro que, no conhecimento, cada um tem, e eu tive realmente boas notícias. Não estive aqui na Comissão sob a sua Presidência; eu vim para cá nesse ano, mas sempre acompanhava os debates, os assuntos e vendo a condução, como já foi citada aqui, de maneira equilibrada, de maneira tranquila, e sempre trazendo os resultados de que a Comissão necessita.

Então, parabéns, Senador Delcídio Amaral, e estamos aqui para viver esse momento junto com o Senhor, em que a sua foto será colocada na galeria, que vamos assim considerar: galeria eterna dos Presidentes que por aqui passaram.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Presidente, Lindbergh, em meu nome e em nome do meu partido, o PCdoB, nós queremos também fazer essa justa homenagem, a aposição da foto do dirigente. É a homenagem dos colegas de trabalho do dia a dia àquele que cumpre uma responsabilidade muito grande de dirigir uma comissão que tem a importância da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero destacar um aspecto que considero muito importante: primeiro, essa tranquilidade; mesmo na efervescência, no tumulto, V. Ex^a mantém a serenidade, a firmeza para conduzir os trabalhos, mas com muita serenidade. Tanto na oposição como na situação, quando o interesse local, o interesse particular em um determinado assunto vem à tona, normalmente as pessoas defendem com muito vigor as suas posições, e nesses momentos tem de haver uma presidência muito tranquila, e V. Ex^a conduziu assim.

O segundo é o conhecimento dos temas que V. Ex^a debateu aqui. Nos temas mais importantes aqui da nossa reunião, fossem da área econômica especificamente, porque há uma espécie de especialização econômica muitas vezes na Comissão de Assuntos Econômicos, V. Ex^a buscou, na Presidência, mostrar não só que tinha a serenidade e a capacidade de dirigir, mas conhecia os temas que estavam em debate, dominava os temas e dava a opinião sobre os temas sistematicamente. Eu acho que isso é muito importante para quem está dirigindo.

E o principal, acho que o terceiro aspecto é o principal, é a compreensão política, que é fundamental. Quer dizer, não basta a serenidade, não basta a tranquilidade e não basta conhecimento da matéria: tem que ter a capacidade política de compreender a importância de pautar aquele tema e mostrar que é importante que ele seja decidido, porque interessa ao País ou a um setor importante do País, e V. Ex^a conduziu nesses termos.

Por isso eu queria registrar esses três aspectos, dar parabéns a V. Ex^a e desejar êxito nas próximas grandes batalhas, próximas, que se avizinham, no Estado de V. Ex^a. Então, é um trabalho político importante que V. Ex^a faz, e tenho a expectativa de que também terá a tranquilidade e habilidade política de formar um grande arco de alianças para enfrentar as eleições do ano de 2014.

Então, parabéns a V. Ex^a e a todos os seus colegas de trabalho, que compreenderam que era importante fazer essa justa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu tive a honra de ocupar o mesmo cargo do Senador Sérgio Souza, certamente não com o mesmo brilhantismo, mas eu tive a honra de ocupar o mesmo cargo de Vice-Presidente com o Senador Delcídio Amaral, e quero dizer que me sinto agradecido pela oportunidade de ter aprendido, com um político do calibre do Senador Delcídio, a condução correta dentro da vida pública.

E eu falo em meu nome, para frasear meu colega Inácio Arruda, e falo em meu nome e do meu partido, o PMDB, dando os parabéns a este congressista, a este Parlamentar, que soube ouvir sua assessoria técnica, os membros técnicos desta Comissão e debater nesta Comissão importantes temas, temas relevantes para o nosso País, e que soube levar, a contento, importantes votações dentro desta Comissão.

Foi um período exitoso, em que o País ganhou, e o Congresso aprendeu. Certamente a postura de V. Ex^a irá, com toda certeza, nortear a postura de inúmeros outros presidentes de comissões nos tempos que hão de vir.

Parabéns, Senador Delcídio do Amaral.

E deixo, como último registro, esta sapiência que eu adquiri de V. Ex^a nesse período de dois anos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Lobão Filho.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Lindbergh Farias, Srs. Senadores, falar do

Senador Delcídio do Amaral é muito satisfatório, porque ele demonstrou, aqui, não só nos dois anos em que presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, mas por toda a sua trajetória política, competência, tranquilidade e determinação nas funções que exerce. E assim o foi à frente da CAE.

V. Ex^a, Senador Lindbergh, ao iniciar a reunião de hoje, já fez uma leitura dos principais projetos que por aqui tramitaram na gestão do Senador Delcídio do Amaral, o que demonstra a qualidade da gestão que ele empreendeu junto com o Senador Lobão Filho, como Vice-Presidente.

Então, eu quero dizer, Senador Delcídio, que o reconhecimento dos seus pares e dos partidos representados, aqui, no Senado Federal, pela competência de V. Ex^a à frente da Comissão, nesses dois anos, é uma unanimidade. Falo também, como aqui falaram outros Srs. Senadores pelos seus partidos, pelo PSDB, que foi uma satisfação – para mim em particular – ter sido presidido por V. Ex^a ao longo desses dois anos em que V. Ex^a tão bem esteve à frente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Vários e importantes projetos foram aqui debatidos e aprovados para que o nosso País pudesse caminhar no desenvolvimento econômico e social.

Parabéns! Que Deus o continue abençoando na sua trajetória política!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

Senador Sérgio Souza, desculpa!

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – O Pedro sempre tem preferência.

Pedro, obrigado.

Meu caro Delcídio do Amaral, eu estou aqui no Senado vai fazer dois anos esta semana, no próximo dia 14, e, quando cheguei, V. Ex^a já era o Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu vim para cá como suplente, mas sempre fui assíduo, sempre estive presente na maioria das reuniões, porque é uma grande escola a Comissão de Assuntos Econômicos, cujo professor era V. Ex^a, com a sua batuta, sabendo muito bem escolher o momento de colocar na pauta os grandes debates.

Mais do que isso, Senador Delcídio, V. Ex^a, quando relatou projetos de repercussão nacional, em especial esse último que tratou da questão da resolução do ICMS, foi perceptível a habilidade de V. Ex^a em conduzir um processo que atenta diretamente para os interesses dos representantes das unidades federativas, interesses muitas vezes diversos pelas regiões do Brasil. Mas V. Ex^a consegue, com a sua habilidade, produzir algo que, para muitos, seria impossível, em que, ao final,

há um consenso, há uma unanimidade para que nós possamos progredir numa solução para o País.

Parabéns pela sua passagem pela Comissão de Assuntos Econômicos. V. Ex^a tem um currículo que muitos que já ultrapassam a casa dos 80, 90 anos não possuem, não chegam nem perto. V. Ex^a, com seus 38 anos de idade, já tem um currículo tão invejado.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Delcídio, eu quero parabenizá-lo pelos dois anos que antecederam a assunção do Senador Lindbergh à Presidência desta Comissão, e dizer que o trabalho do senhor já é reconhecido politicamente. O trabalho que V. Ex^a fez na CPI é um trabalho que engrandece o povo brasileiro. Um trabalho republicano, que não prejudicava os inimigos, nem protegia os amigos. Um trabalho sério.

Aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, nesse biênio em que V. Ex^a presidiu esta Comissão, eu ficava aqui mais ou menos – não era suplente – como o jacaré de papo amarelo, do seu Estado, do meu Estado, só observando, só observando. E o conhecimento de V. Ex^a me despertou a vontade de aprender economia, e eu estou engatinhando nisso. E por isso, eu vim para a Comissão de Assuntos Econômicos e em razão dos debates que V. Ex^a aqui presidiu, junto com o Senador Lobão, nesse biênio.

Quero parabenizá-lo e dizer que esse retrato, como dizem os mais antigos, aqueles do tempo de antanho, é muito merecido. Parabéns e tenho certeza que São Jorge protegerá V. Ex^a nos próximos desafios. Que os inimigos possam cair de lado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero aqui, primeiro, assinar embaixo de tudo o que foi registrado em relação ao nosso Presidente, ex-Presidente Delcídio do Amaral.

Essa é, sem dúvida nenhuma, uma das comissões mais importantes e polêmicas deste Senado. E para que tenhamos uma boa condução dos trabalhos, precisamos de alguém não só preparado – eu costumo dizer isso –, mas de alguém que tenha habilidade política no trato das questões.

E eu também, Senador Sérgio, desde que cheguei aqui, tive muita sorte, muita sorte. Primeiro de pegar o Senador Delcídio do Amaral e, agora, o Senador Lindbergh, que tenho certeza absoluta, segue a mesma trilha, o mesmo caminho, principalmente com

a dobradinha, porque um preside, o outro relata matérias importantes. Mas essa é uma parceria que tem dado muito certo. Tem dado muito certo! E olha, não é fácil, não é fácil.

Nós discutimos, fizemos a nossa parte, votamos – eu aqui me refiro ao projeto do ICMS, um dos projetos mais polêmicos que aqui tramitou. Na gestão do Senador Delcídio, votamos também a Lei dos Portos, polêmica. E os Senadores e as Senadoras podem ter tido um monte de reparos, mas nenhum em relação à condução dos trabalhos, nenhum, nenhum reparo. Eu acho que isso fala mais do que qualquer palavra.

A boa convivência que o Senador Delcídio deu e que o Senador Lindbergh continua dando é o que é de mais importante. E isso é tudo para que a Comissão siga cumprindo suas funções legais, regimentais, tão importantes para esta Casa.

Então, é mais do que justa essa homenagem, viu, Senador Delcídio? Parabéns a V. Ex^a!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, quero também cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral pela maneira como conduziu a Comissão de Assuntos Econômicos ao longo de dois anos, com muita eficiência, ânimo e maneira respeitosa para com todos os partidos na hora de designar os relatores e também ao promover debates da maior importância, inclusive com autoridades como os Ministros da Fazenda, Presidente do Banco Central e outros que aqui estiveram.

Gostaria de deixar um apelo aqui, com respeito a essa matéria que ainda está pendente. Que possa V. Ex^a, como Relator, e o Presidente Lindbergh, com a colaboração do Senador Sérgio Souza, Vice-Presidente, promoverem um entendimento. Eu avalio que depois de todo o esforço, de debates, será muito importante que, ouvindo todas as partes, inclusive as ponderações do próprio Governador Geraldo Alckmin, de São Paulo, assim como dos governadores de todos os Estados, possamos ainda chegar a um entendimento e superar o impasse que presentemente estamos vivendo. E acredito que V. Ex^a tem uma responsabilidade muito grande para, com a colaboração de todos nós, chegar a um entendimento sobre a matéria do ICMS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras.

Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a ocupou a Presidência desta Comissão, que é uma das mais importantes da Casa e que, normalmente, é ocupada pelos expoentes do partido majoritário. Então, o primeiro registro a ser feito é que a Presidência da CAE, que é uma das duas mais importantes da Casa, normalmente é ocupada por expoentes do partido que indica, do partido majoritário. Hoje é o Senador Lindbergh; antes foi V. Ex^a.

Quem é expoente tem a obrigação de chegar aqui e apresentar substância. E apresentar substância, em minha opinião, envolve uma coisa que reputo fundamental em gestão, que é a administração do tempo.

V. Ex^a é exímio na administração do tempo. Mostrou isso na CPI dos Correios. Mostrou isso e mostrou uma coisa mais importante: sendo de governo ou de oposição, é a oportunidade de se prestar serviço ao País, na medida em que não se seja radical. Sendo oposição, não trabalhar contra o interesse do País; trabalhar pelo ponto e contraponto, mas objetivando o interesse do País; sendo Governo, também. Não se pode ser servil sendo da Base do Governo. V. Ex^a mostrou isso na CPI dos Correios, mostrou isso como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, com equilíbrio, administrando bem o tempo, trazendo as pessoas certas na hora certa e agindo sempre com independência, prestando um serviço a esta Casa e ao País.

Foi por isso que eu vim aqui para prestar este depoimento, porque eu o tenho na conta de um amigo. A nossa relação já não é tão recente, já tem uns anos. Eu tenho o mais profundo respeito pela sua companhia, pela sua amizade e pela sua postura como homem público. E venho aqui reverenciar V. Ex^a na hora em que normalmente se lançam flores, porque é dia de homenagear, é dia de inaugurar o retrato. Mas não se homenageia apenas com flores ou com inverdades. Não se deve homenagear com flores nem com inverdades. Deve-se homenagear procurando fazer o que eu estou procurando: mostrar quem são as pessoas e por que é que elas merecem a homenagem que, com justiça, V. Ex^a recebe nesta hora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Passo a palavra para o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Meu caro Presidente Lindbergh, meu caro Presidente Delcídio do Amaral.

Sr. Presidente, eu pedi a palavra, também, como todos que o fizeram aqui, para dar um testemunho do meu conterrâneo Delcídio do Amaral, já que agora eu sou cidadão mato-grossense também, com muita honra. E gostaria de registrar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Como? Do Sul. Mato-grossense-do-sul, claro!

E gostaria de registrar que, ao longo desses anos todos em que convivi com o Senador Delcídio, pude acompanhar a competência, a forma de trabalhar, a responsabilidade, o embasamento técnico. É importante registrar isso. O Senador Delcídio, além de um agente político, é um agente técnico da maior competência e tem exercido assim esse papel aqui, no Senado, durante os mandatos que cumpriu. E eu sou testemunha ocular dessa evolução, desse crescimento desde que chegou aqui o Senador Delcídio.

E gostaria de registrar, Delcídio, que você é um Senador muito importante para o País. Você representa muito bem o Estado do Mato Grosso do Sul, mas você é um nome nacional. Foi ministro, ocupou diversos cargos. Nós temos uma história de trabalho de 25 anos de parcerias e, na verdade, ao longo de todo esse tempo, a gente só tem visto ações positivas. Quer dizer, o currículo do Delcídio tem crescido de forma exponencial, com o reconhecimento de todo o País.

Então, eu gostaria, neste momento em que é homenageado com um retrato – que eu espero que não esteja com Photoshop, que seja um retrato fidedigno, que não seja do início do mandato, mas do momento atual –, de dizer que foram muito importantes, para os registros da Casa, esses dois anos que o Presidente Delcídio assumiu e presidiu, com muita competência, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer e abraçar o meu amigo e Senador Delcídio do Amaral. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Há uma grande curiosidade sobre a foto: o Senador Delcídio do Amaral é um dos Senadores mais elegantes desta Casa e ele vai estar junto do Senador Garibaldi Alves ali, que foi... Diz o Senador Romero Jucá que já é uma jogada de *marketing*.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Por que é que homem tem que ser simpático? Não pode ser bonito?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É o lindinho do Senado o Senador Delcídio – o Antônio Fagundes.

Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Lindbergh Farias, Presidente; Senador Sérgio Souza; Senador Delcídio, quero também me associar aos demais Senadores para saudar essa aposição do seu retrato como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Tenho certeza, sem ver a foto, de que V. Ex^a está bem na foto.

Quero registrar que, nesses dois anos e meio de convivência no Senado, aprendi a admirá-lo profundamente. V. Ex^a sempre foi uma pessoa equilibrada, ponderada, independente, paciente e bastante acessível, sempre ouvindo com atenção os argumentos dos seus interlocutores e, muitas vezes, acolhendo, porque V. Ex^a tem uma capacidade de diálogo muito grande. Daí esse reconhecimento de todos da sua gestão brilhante à frente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Tarefas maiores, mais importantes aguardam V. Ex^a, que é um homem público que honra não apenas o Estado de Mato Grosso do Sul, mas todo o País.

Receba um abraço do seu admirador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg. Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não sei se cumprimento o Senador ou o futuro Governador do Mato Grosso do Sul. O que V. Ex^a prefere? (*Risos.*)

Meu caro Senador Delcídio, meu caro Presidente Lindbergh Farias, nosso Sérgio Souza, Vice-Presidente, aqui, na Casa, já conhecia o Senador em demandas muito relevantes em que o Brasil o conheceu – e o senhor sabe do que estou falando. E aí começou o grande respeito ao Senador Delcídio Amaral, que agiu republicaneamente em um momento muito difícil e complicado para o País. E V. Ex^a teve equilíbrio, serenidade, responsabilidade.

E por isso essa manifestação, esse quórum nesta Comissão, não só pelo prestígio do nosso querido Presidente Lindbergh, mas pela homenagem que nós todos fazemos questão de prestar ao caro Senador Delcídio Amaral, que comandou esta Comissão com grande competência, grande dedicação e comprometimento.

Há também matérias agora muito desafiadoras que dizem respeito à questão federativa.

Cuidou muito da Frente Parlamentar do Carvão. Eu, como sou lá do Rio Grande, devo dizer que o Rio Grande lhe deve nesse aspecto um grande tributo de reconhecimento pelo que fez. A área energética, que é a sua expertise, vai continuar merecendo certamente a sua atenção, e o Rio Grande agradece V. Ex^a por isso.

Parabéns, Senador Delcídio Amaral. Essas homenagens são muito merecidas.

Sucesso nos seus novos desafios!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o último Senador inscrito, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu sou o último, mas não porque seja

retardatário nesse processo de reconhecimento, mas que porque cheguei há pouco à Comissão.

Quero também dar o meu testemunho sobre a figura do Senador Delcídio. Na nossa convivência aqui, nesse período em que pude também ter a honra de representar o meu Estado nesta Casa, vi confirmadas as qualidades e os atributos do Senador, que eu já conhecia. Um homem sereno, elegante, afeito ao diálogo, equilibrado e muito competente, do ponto de vista técnico e político.

Portanto, Senador, o senhor merece as homenagens que lhe são hoje tributadas aqui, e eu tenho certeza de que a sua vida pública vai seguir toda ela pontilhada por exemplos de espírito público, de correção e de competência.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra agora o nosso homenageado, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro, eu gostaria de cumprimentar o Presidente, Senador Lindbergh Farias, e o nosso Vice-Presidente Senador Sérgio Souza e dizer que é uma honra estar aqui, ser membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos, sendo comandado e liderado por V. Ex^{as}, especialmente tendo passado o bastão da Presidência da CAE para o meu querido amigo Senador Lindbergh Farias.

É uma honra enorme, e eu não tenho dúvida de que o Lindbergh fará um trabalho – eu sempre o chamo “Lindombergh” Farias. Eu não tenho dúvida de que ele fará um grande trabalho e que irá honrar não só o Estado do Rio de Janeiro, como o nosso País.

Queria cumprimentar o meu Vice-Presidente, o Senador Lobão, que foi meu companheiro, durante dois anos, de grandes batalhas, quando dividimos o comando das reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sempre de uma maneira muito harmônica, muito cooperativa e, sem dúvida nenhuma, com grandes resultados.

Então, eu devo muito ao Senador Lobão todo esse trabalho que conseguimos desenvolver juntos.

Cumprimento os Senadores e as Senadoras que contribuíram decisivamente para a qualidade dos debates que foram aqui travados para os projetos fundamentais para o desenvolvimento econômico, social, enfim, o processo de inclusão social brasileiro. São projetos que, sem dúvida alguma, o Brasil do futuro vai compreender muito bem e entender que nós acertamos.

Eu não podia deixar de registrar também o número de audiências públicas que fizemos, os projetos que aprovamos, as autoridades que aqui recebemos em momentos, às vezes, difíceis, mas que consegui-

mos levar a termo de uma maneira equilibrada, republicana, respeitando a oposição e a base do Governo de uma forma bastante satisfatória.

O Senador Lindbergh citou os projetos que nós aqui aprovamos. Sem dúvida nenhuma, foram projetos de absoluta relevância. Eu queria destacar pelo menos dois deles: o Funpresp, absolutamente fundamental, que toca na questão da Previdência, e é um projeto corajoso e absolutamente necessário; e a guerra dos portos, que foi uma batalha campal, mas importante também para o País.

Houve outros projetos que o Senador Lindbergh aqui acabou de relatar e as sabatinas que aqui fizemos não só de diretores do Banco Central, mas também de diretores do Cade. Daqui surgiu o novo Cade, uma geração de novos administradores públicos e de gente muito competente que, sem dúvida nenhuma, vai honrar o Estado brasileiro.

Portanto, eu estou muito feliz de estar aqui.

E eu não poderia deixar de destacar o trabalho da assessoria da CAE, uma das mais experientes do Senado e do Congresso Nacional, comandada pela Adriana, anteriormente comandada pelo Dr. Gonzaga, também aqui presente.

É uma equipe séria, determinada e que, mais do que nunca, nos disciplina para seguir o Regimento. Graças a Deus, todos os atos que aqui tomamos foram absolutamente alinhados com o Regimento Interno desta Casa. Mais do que nunca, eles nos orientaram pela maneira fiel e correta com que eles nos conduziram nessa caminhada de dois anos, tanto o Senador Lobão quanto a mim.

Também agradeço às Lideranças do Governo, aos representantes das várias instituições do Governo Federal que não se ausentaram jamais da discussão de grandes temas relevantes para tudo aquilo que foi desenvolvido pela Comissão de Assuntos Econômicos.

E cumprimento as instituições, em nome de duas pessoas: da Liderança do Governo, em nome do Aníbal, que nos acompanhou e foi o nosso anjo da guarda, evitando que nós tropeçássemos, para que nós sempre conduzíssemos as coisas aqui com equilíbrio e, acima de tudo, com o sentimento de bem servir ao País. E outro é o nosso Gaudard, que, mesmo sendo do Tesouro Nacional, é membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos pela importância que detém, especialmente nas operações de financiamento dos Estados e dos Municípios brasileiros.

Portanto, eu quero agradecer muito a vocês carinho, a maneira como todos vocês me ajudaram.

Acho que, para presidir uma comissão como a CAE, com a importância da CAE, meu caro Senador

Lindbergh, a gente precisa ouvir as pessoas; dar oportunidade a todos os Senadores e às Senadoras; cumprir a determinação de, pela proporcionalidade, distribuir os projetos que aqui tramitam para dar oportunidade a todas as Bancadas, mesmo as minoritárias; e, acima de tudo, ter tranquilidade, ter calma.

Há um poeta pantaneiro, um grande amigo meu, chamado Almir Sater, que, junto com Renato Teixeira, um dos grandes compositores brasileiros – talvez não tenham feito tanta justiça a ele quanto merece –, diz, num dos seus versos: “A calma é irmã do simples. E o simples resolve tudo.”

Eu acho que o grande desafio da vida da gente é conduzir as coisas com simplicidade, porque as coisas simples, com certeza, são as coisas certas.

Portanto, eu quero agradecer as palavras e dizer que sou seu companheiro, Lindbergh, sou seu soldado aqui. Teremos novos desafios pela frente que não são pequenos.

O Senador Suplicy comentou aqui sobre o debate do ICMS. Eu não poderia deixar de registrar que aqui nós realizamos audiências públicas que foram praticamente reuniões do Confaz. Nós chegamos aqui a realizar uma reunião, uma audiência pública com 16 Secretários de Fazenda, dos 27. Numa reunião histórica, aprovamos a Resolução nº 1.

E quero dizer aos Srs. Senadores e às Sras Senadoras que esse processo continua caminhando na órbita do Confaz. E nós teremos notícias, ao longo das próximas semanas. Mais uma vez agora temos de recorrer à calma, à serenidade, ao equilíbrio, porque nós já avançamos e podemos avançar mais.

E o pano de fundo dessa proposta de reforma tributária do ICMS, com todas as virtudes e com os seus defeitos também, é a convalidação dos incentivos e a renegociação da dívida dos Estados, sem falar no comércio eletrônico, um projeto aprovado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, de extrema relevância também.

Portanto, há muita coisa em jogo, e nós não podemos perder essa oportunidade. Mas precisamos deixar que as unidades da Federação, a partir dos seus Secretários de Fazenda, façam a costura final para que a gente vote no Senado Federal não só a resolução, mas também os projetos que fazem parte desse avanço. Que a reforma fiscal, iniciando pelo ICMS, acabe de vez com a guerra fiscal e conduza o Brasil a uma situação em que as desigualdades regionais serão absolutamente respeitadas. Que o País assuma o compromisso de mitigá-las, diminuindo cada vez mais as nossas diferenças.

Portanto, eu quero agradecer, meu caro Senador “Lindombergh” Farias, pela oportunidade, pela homenagem, e dizer que estaremos juntos em outras batalhas, em outros projetos, para, acima de tudo, honrar a Comissão de Assuntos Econômicos, que, no meu ponto de vista, é uma das comissões permanentes mais importantes não só do Senado, mas também do Congresso Nacional.

Desejo que Deus ilumine V. Ex^a, o Senador Sérgio Souza e todos os Senadores e as Senadoras que, sem dúvida nenhuma, vão continuar contribuindo para um Brasil melhor, para um Brasil mais fraterno, para um Brasil mais solidário, para um Brasil cidadão, um Brasil de todos nós.

Muito obrigado, meu caro Presidente Lindbergh Farias. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Nós convidamos, neste momento, as autoridades presentes para descerrar a foto do Ex^{mo} Sr. Senador Delcídio Delcídio do Amaral, que a partir de agora passa a integrar a galeria de ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. (*Palmas.*)

Desejamos a todos um ótimo dia.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, passamos agora à segunda parte da reunião ordinária para deliberação das matérias em pauta.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu peço preferência para o empréstimo para o Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exato.

Hoje a pauta é curta. São dois empréstimos e quatro requerimentos.

Eu quero registrar a presença da Sr^a Selma Silva, representando a Ministra Marta Suplicy, na homenagem ao Senador Delcídio Amaral.

Senhores, a pauta é curta, são dois empréstimos e quatro requerimentos, porque nós vamos ter outro momento da pauta, que é um debate com o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo e Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Infelizmente, o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo perdeu o voo. Estávamos em contato com ele até agora, tentando achar um voo alternativo, mas nós vamos fazer o debate, logo depois, com o ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, que teve um importante papel na discussão de uma agenda de reformas microeconômicas. Tenho certeza de que vai ser um belo início de discussões sobre os rumos da economia brasileira.

Então, vamos ao item nº 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2013 **– Não Terminativo –**

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil, no interesse da Controladoria-Geral da União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 18,000,000.00 (dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (PROPREVINE)”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidente da República submete ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$18 milhões dos Estados Unidos, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Os recursos da operação destinam-se ao financiamento de Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira.

Esse programa, conforme parecer da Secretaria do Tesouro, visa a promover a consolidação da capacidade institucional da Controladoria-Geral da União.

Ainda de acordo com dados disponibilizados, são previstos dispêndios de US\$30 milhões, a serem desembolsados em cinco anos.

A operação de crédito externo já se acha com suas condições financeiras devidamente registradas e incluídas no sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central.

As condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Análise.

A operação de crédito pretendida pela União se sujeita ao cumprimento das condições e exigências definidas pela Constituição Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio de seu Parecer nº 486, concluiu favoravelmente à operação de crédito em exame.

O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, também encaminhado ao Senado, conclui pelo encaminhamento da matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal. Foram consideradas cumpridas as formalidades prévias à contratação de operações de crédito prescritas na Constituição Federal.

Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária, é informado pela Secretaria do Tesouro Nacional que os valores previstos no PPA são suficientes para suportar os gastos do Programa.

Ressalte-se ainda que o custo efetivo da operação de crédito, equivalente a 4,38% por ano, situa-se em um patamar aceitável, em face do custo médio atual de captação do Tesouro Nacional em dólar no mercado internacional.

Por fim, há a observância, pela União, das demais restrições e exigências estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, somos favoráveis à autorização pleiteada, nos termos do Projeto de Resolução que junto segue.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Francisco Dornelles.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se estão.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável, aos termos do PRS apresentado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu solicito urgência para essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador José Pimentel.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Item nº 2:

ITEM 2

MENSAGEM (SF)

Nº 44, de 2013

– Não Terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada

a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial do Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste – Ceará (PROINFUTUR).

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43-I, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente da Coordenação-Geral de Responsabilidades Financeiras e Haveres Imobiliários da Secretaria do Tesouro, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; representando o Estado do Ceará, a Sr^a Lígia Maria Luna Coelho Ferreira, Analista de Planejamento e Orçamento da Secretaria do Planejamento de Gestão do Ceará; e o Sr. Bismarck Costa Lima Pinheiro Maia, Secretário de Turismo do Estado.

Colocamos a matéria, Senador Inácio Arruda, assim que chegou, imediatamente, na pauta.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os demais membros da Mesa, as Sr^{as} Senadoras, os Srs. Senadores, registrar aqui, com alegria, a presença do amigo, o Secretário de Turismo do Ceará, Deputado Federal Bismarck Maia.

A Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Ceará, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste – Ceará (PROINFUTUR).

O programa objetiva promover e impulsionar uma estratégia de desenvolvimento econômico, social e turístico na zona de influência dos 12 Municípios localizados ao longo do litoral oeste da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Os 12 Municípios e as localidades beneficiadas estão situados ao longo de uma faixa de cerca de 350 km que se estende de Fortaleza até o oeste do Estado do Ceará.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil, e suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), sob o número TA631197.

O financiamento será contratado com taxa de juros baseada na LIBOR semestral, acrescida de uma margem (*spread*) de até 2,55% ao ano. De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo do empréstimo será da ordem de 3,20% ao ano, flutuante conforme a variação da LIBOR, e, portanto, em patamar aceitável àquela Secretaria, considerando o custo atual médio de captação do Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional.

Vale destacar que, com custo total estimado em US\$160 milhões, o referido programa contará com contrapartida estadual no montante de US\$48 milhões, a ser desembolsado em até três anos, juntamente com os recursos do empréstimo em exame.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que disciplinam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de Governo.

De acordo com o Parecer nº 466, de 23 de abril de 2013, da Copem da Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado do Ceará atende os limites e condições definidas pelas referidas Resoluções, inexistindo óbices à contratação da operação de crédito externo pretendida.

No referido parecer, consta que, já considerado o empréstimo em exame, o Estado do Ceará apresenta reduzido nível de endividamento consolidado, equivalente a 0,64 vezes a sua Receita Corrente Líquida (RCL), portanto comprometendo apenas 31,99% do limite de duas vezes fixado pela Resolução nº 40, de 2001.

Verifica-se ainda que, com o empréstimo, o montante global de operações realizadas em um exercício determinado, relativamente às projeções da RCL, é decrescente até 2017, último ano da projeção realizada, quando atingirá valor de 2,46%.

Já o comprometimento anual da RCL do Estado com o serviço de sua dívida será de 6,1% em 2013, com tendência declinante 2024. Nesse período, no qual haverá pagamentos previstos da operação pretendida, a média de comprometimento será de 5,22%, bem inferior aos 11,5% fixados como limite máximo pelo Senado Federal.

Com o objetivo de orientar as decisões do Poder Executivo quanto à concessão de garantia a operações de crédito de interesse dos estados e dos municípios, a STN procede à avaliação, nos termos da Portaria MF nº 306, de 2012, da capacidade de pagamento desses entes.

Nesse aspecto, o Estado do Ceará, de acordo com a análise de sua capacidade de pagamento consignada na Nota nº 813, de 4 de outubro de 2012, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM) da STN, foi classificado na categoria “C*3”, que significa risco de crédito alto e não atendimento dos indicadores de Endividamento e de Serviço da Dívida. Esses parâmetros são utilizados para orientar a concessão da garantia solicitada.

Assim, nos termos do art. 9º da referida Portaria MF nº 306, de 2012, pode o Secretário do Tesouro Nacional considerar o Estado elegível para fins de obtenção da garantia da União, desde que apresente situação fiscal favorável. O Estado do Ceará foi enquadrado nessa situação, manifestando-se o Senhor Secretário do Tesouro favoravelmente ao pleito, ou seja, considerando o Estado do Ceará elegível para a obtenção de garantia da União.

A STN informa-nos ainda que o Estado se encontra adimplente com as metas e os compromissos assumidos nos programas de financiamento e refinanciamento contratados com a União e que a operação pretendida não implica violação de suas cláusulas.

Assim, verifica-se que a Lei Estadual nº 15.268, de 28 de dezembro de 2012, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2013, contempla dotações para o Programa objeto da operação. Há declaração do Governo do Estado informando que o ingresso de recursos relativos à operação está previsto e contemplado na referida lei estadual, cujas dotações serão suplementadas na ocorrência de eventuais acréscimos.

Está também atendida a exigência de autorização legislativa para a operação. A Lei Estadual nº 15.117, de 27 de fevereiro de 2012, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a CAF, no valor de até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América). A lei autoriza, também, o Poder Executivo a vincular, como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155, 157 e 159, na forma do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

Relativamente à comprovação de adimplência do Estado do Ceará, tanto financeira como da prestação de contas de recursos recebidos da União, poderá ser atestada por ocasião da assinatura do contrato, conforme determinação da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, que alterou a Resolução nº 48, de 2007.

Ademais, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Governo do Estado do

Ceará nos últimos anos, em decorrência de garantias concedidas, estando ainda o Estado adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o terceiro quadrimestre de 2012, existe margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal nos termos do art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por sua vez, atestou o cumprimento das formalidades prévias à contratação, verificando que foram estipuladas as condições contratuais usuais das operações de crédito celebradas com a CAF.

Atestou, também, que foi observado o que reza o art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

Em suma, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado do Ceará apresenta capacidade financeira suficiente para contratar a operação em exame e, fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar a capacidade de pagamento do Estado e o risco da União na concessão da garantia solicitada, manifestou-se favoravelmente à sua concessão.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas referidas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Ceará para contratar a operação de crédito externo, nos termos do projeto de resolução que vai a seguir.

Esses são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Pimentel e Senador Pedro Taques; e Senador Inácio Arruda.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse empréstimo para o Estado do Ceará é muito importante. Tem como objetivo fazer investimentos no setor da infraestrutura do turismo de uma região do Estado do Ceará que tem as praias mais lindas, entre as quais está a Praia de Jericoacoara. Portanto, entre as dez melhores praias do

mundo, Jericoacoara está enquadrada. E, para a nossa infraestrutura, é necessário um investimento maior.

Temos trechos aqui em que a estrada ainda é de piçarra, de terra, e o objetivo desse empréstimo é exatamente permitir a duplicação de parte dessa estrada estadual e também desenvolver e fazer a infraestrutura nessas outras praias, entre elas Jericoacoara, Camu-cim e tantas outras.

Em Jericoacoara, estamos construindo um aeroporto, pela Infraero, em parceria com o Governo do Estado do Ceará. Esse aeroporto é fundamental para a nossa infraestrutura. É verdade que esses recursos não farão parte do aeroporto, porque o desenho de financiamento do aeroporto tem outra característica, em que o Estado do Ceará, através do nosso Governador Cid Ferreira Gomes e do nosso Secretário de Turismo Bismarck Maia, desenvolveu esse projeto e está bem adiantado. Mas, nós precisamos muito desses recursos.

Eu queria registrar que o nosso Estado é um daqueles que menos deve à União. Fizemos um esforço grande nos anos 90 e nesse início do século XXI e pagamos grande parte dos nossos empréstimos. Exatamente por isso precisamos desses recursos para dar continuidade à infraestrutura turística do Estado do Ceará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal dizem que cabe ao Senado apreciar e autorizar os pedidos de empréstimo.

Eu penso, Sr. Presidente, talvez de forma ingênua, que nós tínhamos de ler e apreciar. De forma ingênua, eu penso assim.

Por fazer isso, entendo que, neste caso, existe uma dúvida, e eu gostaria de ver sanada essa dúvida, que até agora ainda persiste. Refiro-me, mais uma vez, à análise da capacidade de pagamento.

Segundo a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, na página 6 do avulso da matéria, a classificação de crédito do Estado não atende a um dos requisitos exigidos para a concessão automática do parecer favorável da União. Porém, o Secretário do Tesouro Nacional propõe autorizar a contratação, baseado em que o Estado cumpre alguns dos requisitos da Resolução nº 43, de 2001.

Mas não cumpre outros. Quero dizer que sou favorável, no mérito. Entendi as ponderações do Senador Pimentel, li, entendi aqui na conversa com o Senador Inácio, mas não cumpre alguns requisitos.

Descrevendo com mais rigor, autorizou, em caráter excepcional, com fundamento no art. 9º da Portaria nº 306 do Ministério da Fazenda, de 2012. As razões, no entanto, os fundamentos dessa autorização não estão nos avulsos distribuídos. A minha dúvida é se eles estão nos avulsos distribuídos.

Mencionam-se nos avulsos as manifestações técnicas – esses avulsos que estou buscando – nas páginas 287 a 288 no processo administrativo. Mas, essas páginas não estão disponíveis para análise dos Senadores. Talvez estejam, por óbvio, no processado em papel, mas não foram disponibilizados até agora.

Não se trata aqui, Sr. Presidente, de mera formalidade. Não se trata de uma mera formalidade. Eu gostaria de saber o que diz, onde se encontra. Conforme diz o art. 34 da Resolução 443, de 2001, aqui se precisa de um representante do Tesouro, me parece que ele está ali, ou do Estado do Ceará, que poderia sanar essa dúvida agora. Minha dúvida é exatamente essa, Sr. Presidente.

Requisitos da Resolução 43. Diz que algumas são cumpridas, outras não são cumpridas. Isso é explicado às fls. 287 e 288. Essa é a minha dúvida, para que nós não venhamos apenas a chancelar o que vem do Poder Executivo. Entendo que, pelo mérito, seja absolutamente necessário. Concordo com o mérito, só tenho essa dúvida e penso que esse seja o papel da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, Senador Pedro Taques, deixe-me chamar aqui o Sr. Eduardo Luiz Godard, que é o Gerente de Responsabilidade Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda representando o Tesouro Nacional.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Exato. Como diz o art. 34 da resolução.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Para tentar esclarecer V. Exª antes da votação.

O SR. EDUARDO LUIZ GODARD – Não conheço o processado que foi às mãos do Senador, mas, em todos os pareceres do Tesouro Nacional, quando encaminham um pleito em mensagem ao Senado, todos os requisitos foram verificados e são atendidos.

Os limites e condições das Resoluções nº40 e nº43 do Senado Federal foram vistos, e consta esse parecer do Tesouro no anexo que tenho. Existe o parecer que relata a garantia da União, de que trata a Resolução nº 48 do Senado Federal, que também foi atendida. E a análise da capacidade de pagamento, nos termos da Portaria 306, de 2012, também consta do processado, inclusive, foi objeto da relatoria do Senador Rollemberg. Se V. Exª analisar a nota da Corem que trata da capacidade de pagamento, eu creio que essa nota sanará as dúvidas de V. Exª. Eu não a te-

nho aqui no momento, no meu processo também não consta essa nota.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A minha dúvida é a seguinte, Sr. Presidente. O Secretário do Tesouro Nacional propõe autorizar a contratação – eu li isso – baseado em que o Estado cumpre alguns dos requisitos da Resolução nº 43, mas não cumpre outros. Só isso. Essa é a dúvida.

O SR. EDUARDO LUIZ GODARD – Mas o parecer do Tesouro... Deixe-me pegar aqui.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Essa é a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Rodrigo Rollemberg, que é o Relator.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – É importante registrar o trecho do relatório lido por mim que diz:

Com o objetivo de orientar as decisões do Poder Executivo quanto à concessão de garantia a operações de crédito de interesse dos Estados e dos Municípios, a [Secretaria do Tesouro Nacional] procede à avaliação, nos termos da Portaria MF nº 306, de 2012, da capacidade de pagamento desses entes.

*Nesse aspecto, o Estado do Ceará, de acordo com a análise de sua capacidade de pagamento consignada na Nota nº 813, de 4 de outubro de 2012, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da [Secretaria do Tesouro Nacional], foi classificado na categoria “C*3”, que significa risco de crédito alto e não atendimento dos indicadores de Endividamento e de Serviço da Dívida. Esses parâmetros são utilizados para orientar a concessão da garantia solicitada. Assim, nos termos do art. 9º da referida Portaria MF nº 306, de 2012, pode o Secretário do Tesouro Nacional considerar o Estado elegível para fins de obtenção da garantia da União, desde que apresente situação fiscal favorável. O Estado do Ceará foi enquadrado nessa situação, manifestando-se o Senhor Secretário do Tesouro favoravelmente ao pleito, ou seja, considerando o Estado do Ceará elegível para a obtenção de garantia da União.*

Então, isso está previsto nos termos do art. 9º da Portaria MF nº 306, de 2012. Só para esclarecimento.

O SR. EDUARDO LUIZ GODARD – O parecer do Tesouro Nacional nº 466, de 23 de abril de 2013 trata do exame dos limites e condições das Resolu-

ções do Senado nº 40 e nº 43, às quais o Secretário do Tesouro se refere no despacho da nota da Corem como cumpridos – o parecer está presente no processado – e a sua conclusão é de que o Estado cumpra todos os requisitos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso é à página 287?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, só para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Deixem-me só explicar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Na página 41 do avulso, há o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e os itens 11 e 12 desse parecer trazem toda documentação que qualificou o Estado do Ceará apto a receber do Secretário do Tesouro Nacional, diz ele.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Toda documentação está no processado. É que, por solicitação do nosso Senador Luiz Henrique, estamos com o avulso resumido.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, a próxima etapa da reunião é um debate. Já está aqui o convidado, o Sr. Marcos Lisboa. E eu faço uma pergunta ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu não vou pedir vista porque entendo a necessidade, o mérito. Nós não podemos perder isso. O prazo é 20 de julho, está muito em cima. Eu não vou pedir vista nesta oportunidade. Eu vou atender exatamente ao que o art. 34 da Resolução diz, ou seja, que o representante da Secretaria do Tesouro tem que fazer essas explicações. Eu me contento com ela, nesta oportunidade, e não vou pedir vista, Sr. Presidente. Mas o Senado da República e esta Comissão de Assuntos Econômicos precisam fazer um debate a respeito desses pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional. Eu me contento com as explicações e o cumprimento do art. 34 da Resolução.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu agradeço, Senador Pedro. Parabenizo o Senador Pedro Taques. E devo dizer uma coisa: o Senador Pedro Taques tem razão. Temos que, mais à frente, fazer uma discussão sobre a situação fiscal dos Estados brasileiros. Eu acho que o Senador Pedro Taques foi compreensivo e sabe a importância disso para o Estado do Ceará.

Esse é um debate que tem que ser encarado, de fato, por esta Comissão de Assuntos Econômicos. Eu acho que, de fato, não dá para ser dessa forma. Então, o debate sobre a situação fiscal dos Estados tem que entrar na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino e Senador Cristovam.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu quero me associar à preocupação do Senador Pedro Taques. O Senado tem prerrogativas e obrigações. Na hora em que o Senado coloca a digital numa manifestação do Ministério da Fazenda, do Tesouro, sobre a qual restam dúvidas, o Senado avaliza a dúvida. Então, o Senador Pedro Taques tem inteira razão. Eu, apenas como ele, não quero prejudicar os interesses do Ceará, que já percorreu um longo caminho no Ministério da Fazenda, no Tesouro nacional, tem um plano de aplicação de recursos bem definido. Não quero prejudicar e, como ele, não vou pedir vista. Agora, eu me associo inteiramente à preocupação dele.

Acho que é bom que os funcionários do Ministério da Fazenda aqui presentes levem essa preocupação aos seus chefes, porque nós seremos, daqui para frente, rigorosos no cumprimento da norma e das obrigações do Senado, da Comissão de Assuntos Econômicos, que tem uma bibliazinha para reger o seu comportamento. Do contrário, é melhor rasgar essa bíblia, ou as prerrogativas do Senado não serão atendidas.

Então, a preocupação do Senador Pedro Taques é procedente. Eu fico feliz pelo fato de V. Ex^a, Presidente, concordar com o nosso pensamento.

E fica dado o aviso prévio ao Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a tem o compromisso desta Presidência de pautar esse ponto. Já há requerimento aprovado aqui, um convite ao Prof. Roberto Afonso para que venha a esta Comissão de Assuntos Econômicos discutir a questão fiscal dos Estados. Então, V. Ex^a tem o compromisso, Senador José Agripino, desta Presidência, de pautar esse assunto aqui, nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Cristovam Buarque, último orador inscrito, antes de iniciarmos a votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Primeiro, para tranquilizar, vou votar favoravelmente. Segundo, na mesma linha da preocupação, só que não no caso específico desse processo, até porque eu não conhecia esse detalhe que mencionou o Senador Pedro Taques, mas, pelo que eu tinha analisado, o Ceará é um dos Estados com mais solidez financeira. A minha preocupação é o conjunto dos Estados. Nós não podemos perder a perspectiva do conjunto.

Eu queria apenas solicitar a V. Ex^a a instalação da nossa subcomissão, já criada pelo senhor, para discutir o longo prazo das políticas econômicas. Essa

ideia, por exemplo, de discutir a questão fiscal caberia muito bem dentro dessa subcomissão. Então, a minha solicitação é que faça a convocação e peça ao Senador Suplicy – pelos que se inscreveram na Comissão, é o mais velho, embora por uma diferença muito pequena em relação a outros de nós – que convoque e assuma a Presidência, pelo menos no primeiro da instalação.

Eu acho que essa subcomissão está fazendo falta, sobretudo neste momento de tanta perplexidade, tanta conversa, tantas falas sobre credibilidade, taxa de câmbio, taxa de inflação e etc. que hoje afeta a nossa economia. É a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam, V. Ex^a será atendido. Assim que acabar essa reunião, quero marcar a data, podemos convocar para amanhã à tarde, às 14 horas. Então, assim que encerrar esta reunião, quero conversar com V. Ex^a e com o Senador Eduardo Suplicy, para instalarmos essa comissão.

Nada mais...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, só para deixar claro, e é importante que fique registrado, que não há descumprimento de norma legal. Acho que essa discussão que V. Ex^a está propondo é uma discussão importante. Eu procurei ser bastante claro no meu parecer no sentido de apontar o problema identificado, mas, ao mesmo tempo, registrar que o art. 9º da Portaria nº306, de 2012, dá poderes ao Secretário de Tesouro Nacional de considerar um Estado elegível para fins de empréstimo de acordo com sua capacidade pagamento. Só para registrar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem.

Em votação...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu estou com um problema de tempo, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Um minuto só. Permita-me.

Sr. Presidente, não fiz nenhuma crítica ao relatório do Senador Rodrigo. Quero expressar isso de público. Eu só quero, Sr. Presidente, e penso que eu, como Senador, tenho essa legitimidade, questionar o papel da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós não podemos votar sem questionar os pontos em que porventura tenhamos dúvida, e o art. 34 da Resolução nº 43 nos dá este poder de requerer que representantes do Tesouro Estadual e Tesouro do Estado Nacional possam estar aqui para prestar esclarecimentos. Essa é uma função da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, V. Ex^a está certíssimo. V. Ex^a veio

abrilhantar, como faz na Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Em votação relatório do Senador Rodrigo Rollemberg.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente solicito urgência...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu peço a urgência da matéria e sugiro que ela vá ao Plenário ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelos Senadores Inácio Arruda, Senador José Pimentel e Senador Rodrigo Rollemberg.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento de urgência permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Queremos cumprimentar aqui esse grande Governador de Estado, Governador Cid Gomes.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, gostaria também de registrar a presença, já anunciada, do Secretário de Turismo do Estado do Ceará. Ele está aqui com a sua representação completa para dar esclarecimentos. Evidentemente, a matéria já foi aprovada, com o esclarecimento dado pelo responsável do Tesouro Nacional.

Então, eu acho que é muito importante o empréstimo que aprovamos e gostaria que V. Ex^a pudesse nos ajudar a conduzi-lo até ao plenário ainda na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, faremos isso.

Senhores, temos aqui cinco requerimentos, e está sendo praxe desta Comissão aprovarmos todos os requerimentos. Há dois requerimentos da Senadora Vanessa Grazziotin: um que fala em audiência pública para discutir o aumento excessivo das tarifas áreas; outra sobre o pré-sal; mais dois requerimentos do Senador Armando Monteiro, que convida vários economistas para debater sobre a política econômica brasileira; um do Senador Randolfe Rodrigues também; e há um requerimento extrapauta, apresentado pelo Presidente desta Comissão, para convidar o Sr. Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, que virá na próxima quinta-feira.

Vamos começar a nossa reunião às 9h30 e, às 11h, na próxima terça-feira, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria virá aqui à Comissão de Assuntos Econômicos acompanhado de todos os Presidentes de Federações dos Estados, para apresentar o mapa estratégico da indústria – perspectiva da indústria brasileira – muito bem representada neste Senado aqui pelo Senador Armando Monteiro.

Eu queria colocar em votação os cinco requerimentos. É praxe dessa comissão.

Em votação conjunta os cinco requerimentos:

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados os cinco requerimentos.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 33, de 2013

Requer, nos termos dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir os motivos do aumento excessivo das tarifas aéreas, em determinados períodos do ano, com a presença das seguintes autoridades e representantes: Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA); Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA); Presidente da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (Andep); Presidente da TAM; Presidente da GOL; e Presidente da Azul.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 34, de 2013

Requer, nos termos dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para discutir os avanços do novo marco do Pré-Sal, aprovado pelo Senado, com a presença das seguintes autoridades e representantes: representante do Ministério de Minas e Energia; Presidenta da Petrobras; Diretora– Presidenta da Agência Nacional de Petróleo – ANP; e Senhor Aloísio Araújo, Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 35, de 2013

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de analisar a conjuntura econômica nacional, com ênfase no crescimento limitado do PIB e na deterioração das contas externas e públicas, além das perspectivas de crescimento econômico para os próximos anos, tendo como convidados: Ilan Goldfan, Economista-chefe do Itaú Unibanco e sócio do Itaú BBA, ex-Diretor de política Econômica do Banco Central (2000-2003) e economista do FMI (1996-1999); Luiz Gonzaga Belluzzo, Professor Titular do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Alexandre Schwartzman, Consultor e ex-Diretor de 4 Assuntos Internacionais do Banco Central (2003-2006); Delfim Netto, Consultor e ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento; Monica de Bolle, Diretora do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (Iepe/CdG), Economista-Chefe da área de Pesquisa Macroeconômica Internacional do Banco BBM de 2005 a 2006; e Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Autoria: Senador Armando Monteiro.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 36, de 2013

Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 4 de 2013-CAE, a inclusão, no rol de convidados para o ciclo de audiências públicas referido no supracitado requerimento, do economista Reinaldo Gonçalves, Professor Titular de Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 37, de 2013

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para a apresentação do Mapa

da Indústria 2013, com a presença do senhor Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI.

Autoria: Senador Lindbergh Farias)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero comunicar aos Srs. também que, na próxima terça-feira, nós vamos realizar audiência pública com o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, às 14 horas, dia 18. No dia 18, pela manhã, vamos ter a pauta da nossa reunião ordinária, e, a partir das 11h, teremos o Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada essa reunião.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Há número regimental. Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Pauta.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Debater a solidez da política econômica brasileira apresentando análise acerca do seu panorama, perspectivas para a próxima década, priorizando temas que influenciam a competitividade da economia.

Já comuniquei aos senhores que o debate hoje era entre o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo e o Prof. Marcos Lisboa. Infelizmente, o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo telefonou – tentamos resolver o problema da passagem – e disse que perdeu o avião. Nós tentamos, pela manhã, contornar a situação, mas não foi possível. Ele pede desculpas a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas tenho certeza de que vamos ter aqui um importante debate, porque o Prof. Marcos Lisboa foi Secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda; conduziu importante agenda de reformas microeconômicas; ocupou o cargo de Vice-Presidente do Itaú Unibanco, até há pouco; é Vice-Presidente do Insper; é doutor em Economia da Universidade da Pensilvânia; e fez mestrado e doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Queremos convidar...

Já está aqui o Prof. Marcos Lisboa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, permite-me uma palavra só?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Aproveitando, Prof. Lisboa, o que aconteceu com o

Prof. Belluzzo – o que pode acontecer com qualquer um –, a gente deveria montar um sistema para que, quando isso acontecesse, e hoje em dia a técnica permite, nós tivéssemos um debate com ele lá e a gente aqui. Essa tela que se põe por aqui permite.

Se nós fizermos um contato com o Interlegis, é capaz de eles conseguirem montar esse sistema rapidamente. Ele ficando em um lugar que tenha telefone, a gente pode assistir a ele, ouvir a fala dele e até debater com ele. É uma sugestão que eu deixo para evitar que aconteça isso outras vezes e ficarmos sem a palavra de uma pessoa como ele.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está muito difícil sempre o deslocamento de São Paulo e Rio. Venho sempre no dia anterior, porque, por exemplo, o aeroporto do Rio fecha muito. O deslocamento para as reuniões de 10 horas da manhã são sempre muito complicadas – assim o diga o Senador Delcídio do Amaral.

Muito obrigado, Prof. Marcos Lisboa. Eu passo, imediatamente, a palavra ao senhor.

O SR. MARCOS LISBOA – Obrigado, Senador. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite.

Acho que é um momento polêmico para a nossa economia. Acho que a economia, depois de três anos, tem tido uma recuperação muito aquém do esperado, uma recuperação mais lenta. A melhora que estamos observando, nos últimos meses, está vindo com dois anos de atraso. É um quadro de uma economia que se recupera. Não é um quadro de uma economia numa situação extremamente difícil, mas é um quadro de uma economia com um comportamento medíocre, uma economia com a perspectiva de crescimento potencial na faixa de 2, 3%, infelizmente, e que, na hora em que se aproxima de uma recuperação, depois de um ano fraco, como o ano anterior, com uma pequena recuperação este ano, a pressão inflacionária se manifesta. Então, é um momento difícil.

Na verdade, esse momento vem desde o fim da década passada. Quer dizer, durante o Governo Lula, sobretudo até 2008, a economia brasileira apresentou um crescimento um ponto percentual acima do que na década de 90. Quer dizer, houve uma melhora importante da década passada com crescimento que se deveu, sobretudo, a ganhos de produtividade.

Quando analisamos por que a economia brasileira cresceu mais na década de 2000 do que na década de 90, o capital não contribui mais, o investimento não contribui mais, o trabalho não contribui mais. O que contribuiu foi produtividade. A produtividade total da nossa economia cresceu um ponto a mais por ano ao longo da década passada. Infelizmente, esse ganho de produtividade deixou de ocorrer a partir de

2009, 2010. Quer dizer, desde então, a produtividade da economia vem crescendo a taxas decrescentes e os setores que tinham sido até então mais dinâmicos – serviços, comércio – deixaram de ser. Quem ainda continua dinâmico é o agronegócio.

Então, de 2010 para cá, o agronegócio continua com bom dinamismo. Serviços e comércio, que foram os mais dinâmicos na década passada, vêm perdendo, e a produtividade vem crescendo a taxas cadentes, cada vez menores. E com um detalhe, quem emprega no Brasil são serviços, comércio. São os setores responsáveis por 70% do emprego no Brasil. Então, esse forte crescimento dessa atividade da década passada foi o que sustentou o emprego, mas a produtividade vem crescendo a taxas cada vez menores nesses setores.

A indústria vem num momento difícil desde meados da década passada, ela tem apresentado uma recuperação tardia, uma recuperação que tem frustrado as expectativas. Há recuperação – os dados do mês passado foram favoráveis – a se ver se os dados continuam favoráveis nos próximos meses. Tudo indica uma recuperação, mas, de novo, uma recuperação com crescimento em torno de 2,5%. Um crescimento melhor do que o do ano passado, bem melhor do que o do ano passado, mas, no ano passado, tivemos uma economia quase parada. Neste ano, o crescimento tem sido medíocre e, infelizmente, as perspectivas para os próximos anos – e essa eu acho que é o que mais preocupa – não são melhores. Quer dizer, não se trata de uma questão conjuntural, um crescimento fraco neste ano e uma possível recuperação mais forte nos anos à frente.

Os indicadores de produtividade da nossa economia são frágeis, e eles não parecem indicar uma capacidade de retomada de crescimento sustentável, 4,5% ao ano, durante longos anos. Poderíamos ter um ano um pouco melhor, um ano um pouco pior. Não há nenhum grande problema à frente, mas também não há nenhum grande cenário à frente. É uma economia que retorna a ser mais medíocre, com mais imperfeições, mais distorções.

E qual é a razão dessa piora da economia? O cenário externo é sempre uma desculpa conveniente. Infelizmente, no caso do Brasil, parece ser mais desculpa do que conveniência.

A América Latina tem claramente três blocos de países com escolhas distintas. Países que não são muito diferentes, países de renda média, países que foram beneficiados pelo choque externo da segunda metade da década passada. Alguns países escolheram políticas mais liberalizantes, com maior atenção a boas reformas institucionais, a uma macroeconomia garantindo maior estabilidade, maior rigidez no combate à

inflação, maior equilíbrio fiscal: Chile, Peru, Colômbia e, agora, o México, que começa a fazer reformas duras econômicas na área da defesa da concorrência, que sempre foi o grande desafio da economia mexicana. O novo governo começa a fazer o que os governos anteriores não fizeram.

Essas economias estão crescendo a 4% ao ano, 5% ao ano, com crise externa. E certamente países como o Chile e a Colômbia – Chile sobretudo – dependem muito mais do Peru, das contas externas, do cenário externo do que o Brasil. No entanto, estão num ritmo de crescimento sustentável. Sofreram com a crise, mas sofreram com 4%, 5% de crescimento ao ano. Sofrimento bem menor do que o que a nossa economia tem atravessado nos últimos anos. E com inflação baixa, menor do que a brasileira.

Nós vivemos um quadro de crescimento potencial menor, 2%, 3%, talvez um pouco mais, e pressão inflacionária maior, e a inflação, sobretudo, nos grupos de menor renda.

A inflação deve dar uma arrefecida no curto prazo, mas a perspectiva de médio prazo é de uma economia com maiores dificuldades.

De novo, é preciso aqui um pouco de cuidado para não se imaginar um grande cenário muito negativo. Eu acho que o termo que melhor descreve a nossa economia, de fato, é uma economia medíocre, nos seus fundamentos econômicos.

E aqui eu tenho um pouco a impressão de que algumas escolhas e uma certa ansiedade com as dificuldades que a nossa economia teve em 2007 e 2008 acabaram levando a ações e a políticas que intencionavam fortalecer o crescimento, mas acabaram por enfraquecê-lo.

Como eu disse, há três blocos de países na América Latina, alguns países com políticas mais conservadoras do ponto de vista fiscal e monetário, uma gênese institucional de grande produtividade, e estão crescendo, apesar de sofrerem com choque externo. Alguns países fizeram aposta inversa. Países que fizeram aposta para uma forte intervenção na economia, medidas discricionárias, proteção, cerceamento das liberdades: Venezuela, Argentina e economias que foram muito beneficiadas pelo choque externo, mais ainda do que os outros países. Poucos países foram tão beneficiados pelo choque externo da última década quanto a Argentina. No entanto, as dificuldades, com inflação elevada e baixo crescimento.

O Brasil é um país que está no meio do caminho. O Brasil é um país que tem uma institucionalidade muito mais sólida, que construiu uma reputação de um Banco Central com uma relativa autonomia na prática, um país de instituições que garantem muito

mais uma governança melhor da política pública. E acho que essa qualidade institucional do País tem preservado um caminho bastante distante do que observamos em Argentina, Venezuela e Equador. Mas, infelizmente, também distante dos países de melhor governança, de melhor política.

Quer dizer, a impressão que se tem é que a preocupação com a crise, a preocupação com a desaceleração levou, primeiro, a uma política fiscal mais folgada, para estimular alguns setores da economia, ao aumento da tolerância com uma pequena inflação a maior e a uma série de medidas de intervenção localizadas, de estímulos localizados que resgatem um pouco a tradicional abordagem desenvolvimentista do Brasil, em que crescimento não é produtividade, crescimento é estímulo à demanda, crescimento é estímulo ao crescimento, crescimento é a introdução de proteção a setores escolhidos. São escolhidos setores a serem beneficiados, setores que vão receber benefícios fiscais, setores que terão proteção no comércio externo, setores que receberão crédito subsidiado. E essa escolha se traduz em benefícios privados, visando, com esses benefícios, a estimular o crescimento.

Esse foi o Brasil, por exemplo, do II PND do governo Geisel, que tem como contrapartida um menor equilíbrio fiscal. De novo, estamos distantes daquele período, temos uma inflação muito menor do que naquele período, temos muito melhor equilíbrio, controle da inflação, controle das contas públicas. O Brasil, quando se olha ao longo das décadas, está muito melhor hoje do que já esteve no passado, mas num momento mais frágil. É preciso dar a ponderação ideal. Quer dizer, não é uma volta ao passado mais longínquo, mas também não é o que tivemos na década passada.

As medidas de estímulo, por mais bem intencionadas que sejam, com frequência, fragilizam a economia em longo prazo. Proteção a um setor significa desproteção a outro setor. Proteção ao setor de insumos, por exemplo, significa que setores à frente da cadeia produtiva pagarão mais caro por seus insumos, e eles serão desprotegidos.

Mudanças tributárias discricionárias geram imperfeições no ambiente econômico e reduzem a produtividade. Muitas vezes, medidas bem intencionadas, como medidas de conteúdo nacional, que desejam gerar emprego e gerar renda, acabam por reduzir o emprego e a renda. Quer dizer, a alocação de recursos muito a maior para proteger alguns setores pode levar à redução dos recursos disponíveis para outros setores mais eficientes. Conceder recursos a setores com menor produtividade significa reduzir a taxa de crescimento da economia. E, infelizmente, as medidas discricionárias e as medidas de intervenção localizada

procuram proteger os menos eficientes em detrimento dos mais eficientes. Isso reduz a produtividade, isso reduz a capacidade de crescimento da economia.

Mais uma vez, no intuito de auxiliar e estimular o crescimento da economia, acabamos fragilizando a economia. De novo, é uma economia mais frágil, uma economia de crescimento sustentável menor, mas uma economia que cresce a 2%, e uma inflação a maior, mas uma inflação de 6,5%.

Quer dizer, é preciso dar a dimensão correta do momento de dificuldade que vivemos. Não acredito que seja uma dificuldade de curto prazo, não acho que é uma dificuldade séria para a economia nos próximos anos, mas não vejo também capacidade da nossa economia voltar a crescer, com os fundamentos macroeconômicos e os desequilíbrios microeconômicos que nós temos, de forma sustentável, acima de 4,5% ao ano. Quer dizer, esse é um pouco o quadro que vejo da economia.

E a grande dúvida que fica é: teremos uma recuperação da indústria? A verificar qual é o grau de recuperação, ela veio muito mais tarde do que o esperado. O Governo concedeu uma grande quantidade de estímulos, mas essa introdução exagerada de estímulos, que são introduzidos e retirados, acaba gerando uma incerteza sobre o ambiente econômico que fragiliza as decisões de investimento. Essa mudança frequente das regras do jogo – põe IOF, tira IOF, altera tributação –, isso, para um ambiente de investimento de longo prazo, é deletério. A capacidade de realizar investimentos por 10, 15 anos, investimentos longos, de longa maturação, com essa incerteza sobre as regras do jogo, fica fragilizada. Então, me parece que, talvez, algumas sinalizações no momento de maior estabilidade das regras do jogo, de instituições mais sólidas, de retomada de um equilíbrio fiscal mais firme e a criação de mecanismos institucionais e de garantias que de fato deem a tranquilidade de que teremos um ambiente mais estável das regras do jogo e regras mais horizontais, não pela pressão de um grupo específico, não regras institucionais para beneficiar ou garantir privilégios a A ou B, mas regras uniformes, horizontais, segundo as quais, numa sociedade meritocrática, os mais eficientes possam se desenvolver e com isso a produtividade possa voltar a crescer e com a produtividade, a economia, seria saudável.

O risco que existe hoje – e este é um risco – é a queda da produtividade nos setores que têm sido dinâmicos até poucos anos: serviços e comércio, os grandes empregadores do País. O Brasil novo e tão falado da nova classe média é o Brasil que é empregado desse setor, mas a produtividade desse setor vem crescendo a taxas decrescentes, o emprego vem

crescendo a taxas decrescentes nesse setor. E uma eventual contaminação futura do setor de serviços pode afetar setores importantes da classe trabalhadora que foram os grandes beneficiários desse crescimento do emprego nos últimos dez anos.

Senador, com isso eu concluo e abro para perguntas e para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Professor.

Já temos uma lista de inscrição. A Senadora Ana Amélia se inscreve também.

O primeiro inscrito é o Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento, depois o Senador Cristovam Buarque.

Senador Eduardo Suplicy.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A lista de inscrição é a seguinte: Senador Eduardo Suplicy, Senador Cristovam Buarque, Senador Dornelles, Senador José Pimentel, Senadora Kátia Abreu, Senador Armando Monteiro, Senadora Ana Amélia, Pedro Taques, José Agripino, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro e Senador Inácio Arruda.

Nós vamos fazer um bloco com todos os Senadores, depois voltar, por causa do tempo. E vamos tentar limitar o tempo em cinco minutos, pelo adiantado da hora.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, prezado Professor Marcos Lisboa, aproveito a ocasião para agradecer a atenção que teve para com este Senador quando V. S^a foi um dos principais assessores, acho que Secretário de Política Econômica, quando o Ministro Antônio Palocci foi Ministro da Fazenda e, naquela ocasião, tive a oportunidade de diversos diálogos com o senhor. Agradeço sempre aquela atenção. É ótimo que possamos continuar dialogando.

Alguns analistas econômicos têm assinalado que a apreciação cambial seria uma das razões para uma baixa taxa de crescimento da economia brasileira. Mas o outro debate diz respeito a como fazer com que se deprecie a moeda e, por outro lado, isso também poderia causar alguns problemas para a meta de contenção da inflação.

Agradeço se puder nos dizer a sua análise sobre a política cambial e em que medida ela deve ser utilizada também para o objetivo de melhor crescimento da economia.

Outro ponto se refere à taxa de investimentos da economia brasileira, que tem sido inferior a 20% do PIB e inferior à de países em desenvolvimento que têm conseguido taxas de crescimento muito expressivas.

Em que medida seria possível, na sua avaliação, ao Governo ter o propósito de efetivamente conseguir aumentar a taxa de investimento e, conseqüentemente, da economia brasileira?

Durante o período em que V. S^a trabalhou junto com o Ministro Palocci, algumas vezes dialogamos sobre os processos de transferência de renda, que, a partir de 2003, se desenvolveram com o programa Bolsa Família e que, em dezembro de 2003, quando V. Ex^a estava no governo, tinha 3,5 milhões de beneficiários. Hoje, temos treze milhões e quase novecentas mil famílias beneficiárias, o que corresponde a algo como mais de um quarto dos 194 milhões de brasileiros. O senhor participou do diálogo que tive com o Ministro Antonio Palocci quando observei aqui que o então Relator da lei relativa à Renda Básica de Cidadania, Senador Francelino Pereira, ponderou a mim: “Eduardo, é uma boa proposta, mas procure torná-la compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo a qual, para cada despesa, é preciso haver a receita correspondente. Que tal você aceitar um parágrafo que diga que será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, portanto como o faz o Bolsa Família, até que um dia possamos ter a renda básica incondicional para toda a população”. E justamente em janeiro de 2008, graças àquela preocupação do Senador Francelino, que eu acatei e que foi inserida na lei, o Ministro Antonio Palocci transmitiu ao Presidente Lula, depois de um dos diálogos que tivemos no Ministério da Fazenda: “Presidente, como é para ser instituído por etapas, é factível. Pode sancionar”. E o Presidente Lula sancionou em 8 de janeiro de 2004.

Eu vou encaminhar ao senhor a cópia de uma carta, que encaminhei na semana passada, inclusive assinada pelo Líder Wellington Dias, e pelo Presidente da CAE, Senador Lindbergh Farias, no sentido de que possa a Presidenta Dilma Rousseff instituir um grupo de trabalho levando em conta até uma sugestão do Secretário de Economia Solidária, Paul Singer, para pensar em quais serão as etapas, como será possível, um dia, instituir uma renda básica incondicional para todos com todas as vantagens que V. Ex^a já ouviu de mim, que poderão advir de termos isto no Brasil.

Meus cumprimentos pela sua colaboração ao debate sobre a política econômica no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu quero dizer, em primeiro lugar, ao Prof. Marcos Lisboa que a sua fala foi uma das melhores que eu ouvi aqui, pela clareza, pela síntese, inclusive,

e pela capacidade de transmitir uma convicção muito forte de uma percepção muito clara que o senhor tem da economia brasileira.

Eu falava com a Senadora Kátia, essa figura que todos admiram tanto, que, se ela, com o contato privilegiado que tem hoje com a Presidenta Dilma, se ela não... É o caso de a Presidenta ouvir vozes como a sua. Ela tem que sair daquele grupo fechado que há anos está em torno. Tem que ouvir mais gente, inclusive aqui no Senado, pessoas que fazem alertas. Tem gente que tem medo de crítica, mas crítica é uma forma de alerta, desde que seja respeitosa. Então, eu gostaria que a Presidenta o ouvisse e as pessoas que pensam como o senhor.

Mas, tirando proveito aqui, eu gostei muito quando o senhor falou que a gente precisa tratar os problemas de uma maneira horizontal. Eu quero trabalhar em dois sentidos: horizontal no sentido da complexidade do processo em que agir num lugar gera problema em outro – parece que o Governo não percebe isso – e horizontal no sentido de distância. A meu ver, está faltando horizonte no sentido de longo prazo e horizontal, sua expressão, no sentido da complexidade das variáveis econômicas. Estamos trabalhando com certo simplismo, e o preço é muito alto.

Mas, dito isto, e apesar de falar em termos de complexidade, eu queria lhe perguntar o que o senhor acha mais grave na atual complexidade, e eu vou colocar diversos itens.: primeiro, o superávit primário de 1% do PIB; segundo, o déficit em transações correntes de 3% do PIB; terceiro, o IPCA bem acima dos 4,5% e já ultrapassando a barreira, previstos 6,5%; quarto, o fato de a poupança total estar em 15% do PIB; quinto, se o senhor, com a sua posição privilegiada de analista, considera que a atual baixa – aí é um adjetivo que eu ponho – de credibilidade dos dirigentes da economia também é grave; o último é se a falta de tecnologia, de um nicho de bens de alta tecnologia no nosso setor industrial é ou não um ponto grave para médio e longo prazo. E, aí, sabendo de seu interesse, se o fato de o Brasil ser tão pobre em educação não faz parte dessa visão horizontal da economia com diversas variáveis. E, finalmente, pela sua relação pessoal, se é que eu posso me intrometer, o senhor acha que a Presidenta está ouvindo o ex-Ministro Palocci? É uma curiosidade que eu tenho, porque eu recomendaria, sim, que ela o ouvisse. E o Meirelles também.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Cristovam.

O Senador Presidente da Comissão teve que dar uma saída rápida, mas já está retornando.

Então, convido agora para fazer uso da palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O déficit da balança comercial apresentou, nesses primeiros quatro meses, US\$6 bilhões, contra um superávit, estimado no ano passado, de 20. A conta de serviços e a conta de rendas apresentaram déficit também superior a US\$10 bilhões. A projeção do déficit em conta corrente, por ano, é de US\$70 bilhões, e todos reconhecem que não será coberto pelos investimentos diretos. Existem muitas dúvidas sobre o volume de investimento financeiro que entrará no Brasil, principalmente em decorrência de algumas mudanças na política financeira dos Estados Unidos.

Minha pergunta é muito objetiva: como o senhor vê, para 2013, a situação da balança comercial, das contas correntes da balança de pagamentos?

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Dornelles, também pela objetividade, seguindo aqui a apresentação do Dr. Marcos Lisboa.

A palavra agora é do Senador Pimentel, e devolvo a direção ao nosso Presidente, Lindbergh.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senadora Vanessa Grazziotin, se V. Ex^a continuar na Presidência, não tenha dúvida de que abrilhanta a nossa Presidência e, acima de tudo, engrandece o nosso debate.

Eu queria saudar aqui o Senador Lindbergh Farias, nosso Presidente; saudar o Sr. Marcos Lisboa, nosso expositor; nossos Senadores e nossas Senadoras.

Eu queria começar, senhor expositor, abordando a questão do mercado nacional. O Brasil fez um esforço muito grande para criar o mercado de consumo, o mercado de massas, com a chamada nova classe média e com a recuperação do poder de compra dos trabalhadores, do salário mínimo, do ganho real que as categorias conquistaram nos últimos anos. Isso permitiu se criar um grande mercado de massas. E, se observarmos a nossa indústria da transformação, nesse setor nós deveremos ter, neste 2013, algo em torno de R\$94 bilhões de saldo negativo na balança comercial por conta da importação.

A pergunta é: o que nós podemos fazer para que a indústria brasileira, particularmente o setor de transformação, possa produzir para abastecer o mercado nacional e, com isso, diminuir a pressão sobre a balança comercial, em especial o setor voltado para esse segmento da indústria e transformação?

Lembro também que, no final do primeiro Governo Lula, em 2006, nós aprovamos o Simples Nacional, a micro e a pequena empresa. Nesse período, a participação da micro e da pequena empresa no mercado nacional era mínima, era insignificante. Nós tínhamos ali basicamente 1,337 milhão de micros e pequenas

empresas formais no Brasil em 2006. Fizemos toda uma mudança na legislação, nas questões tributárias e também de formalização, desburocratizando e simplificando. Chegamos, hoje, a 7,3 milhões de micros e pequenas empresas formais no Brasil com um desempenho forte no setor de serviços e comércio.

Este setor, de 2007 para cá, foi basicamente aquele que cobriu o déficit do mundo do emprego. Nós tínhamos a indústria de transformação, a média e a grande empresa, num processo de substituição da mão de obra, e consequentemente sem gerar emprego, e este setor gerou emprego suficiente para cobrir esse déficit e, ao mesmo tempo, um saldo médio anual de 1,5 milhão.

No último ano de 2012, esse saldo foi de 1,3 milhão de empregos. Nesse 2013, os dados que vêm do Caged, do Ministério do Trabalho, do nosso Sebrae demonstram que nós deveremos gerar em torno de 1,5 milhão novamente de empregos. Aliás, agora no mês de junho, o Sebrae fará um grande evento de comemoração dos seis anos do estatuto do simples nacional, da micro e da pequena empresa.

Eu pergunto a V. Ex^ª: aqueles indicadores, os fundamentos de 2006 alteraram, e este setor necessita de um novo tratamento em face da nova realidade dos indicadores econômicos, da taxa de juros, de um conjunto de itens que hoje estão presentes. E esse segmento está basicamente no setor de comércio e de serviços. O que fazer para enfrentar isso?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado.

Vou passar para o Sr. Marcos Lisboa. Ele preferir responder esse bloco de quatro perguntas iniciais.

O SR. MARCOS LISBOA – Sobre a questão da indústria, do câmbio, Senador Suplicy, acho que aqui, do ponto de vista macroeconômico, a melhor política para enfrentar as dificuldades do câmbio é a política fiscal. A capacidade de o Governo, via intervenção direta no mercado de câmbio, ter impacto sobre o câmbio real é limitada. Infelizmente a intervenção no câmbio diretamente, com frequência, tem mais impactos inesperados e contraproducentes do que favoráveis. Quer dizer, o Governo consegue interferir no câmbio nominal; no câmbio real, que é o que interessa para a indústria, é mais difícil.

Por outro lado, uma política fiscal mais firme tem uma vantagem tanto do ponto de vista do câmbio, porque ela tende a levar a um câmbio mais depreciado, pela razão boa, porque a economia está mais saudável, quanto no combate à inflação, permitindo, inclusive, uma política monetária no fim menos rígida.

Então, um compromisso do Governo firme, crível – e nesse momento credibilidade é um tema a ser

debatido. Como conseguir uma política crível de equilíbrio fiscal, sobretudo dado o que houve no fim do ano passado. Mas em realizando um ajuste fiscal bem mais significativo e sustentável em médio prazo, o Governo conseguiria enfrentar, melhorar as pressões sobre o câmbio e melhorar as pressões sobre a política monetária e sobre a inflação.

Acho que, do ponto de vista macroeconômico, a melhor forma de intervenção seria via política fiscal.

Vou fazer um parêntese rápido sobre o Bolsa Família, que foi, talvez, para quem não se lembra, o debate em que nós do Ministério da Fazenda mais sofremos críticas, naquele começo de 2003, ao defendermos a focalização das políticas sociais. E lembro-me bem das discussões com o Sr. Senador sobre inclusive como ajustar a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Bolsa Família. Acho que mostrou que política social focalizada dos mais pobres parece ser a política social mais eficaz, ao contrário das críticas da época.

O tema da infraestrutura apareceu em algumas perguntas e, em particular, em duas. Acho que o debate público é importante, inclusive para revelar as teses que não se confirmam.

Lembro que no começo do governo Lula havia muitos economistas que defendiam que o prêmio de risco do Brasil estava alto porque os juros eram altos. E a melhor maneira de baixar o prêmio de risco era baixar a taxa de juros.

O Governo fez o contrário. O Governo subiu os juros, subiu o primário e, ao contrário do que achavam os críticos, o prêmio de risco caiu.

O Governo seguiu, nos últimos anos, e isso tem que ser reconhecido, uma agenda demandada por grande parte da sociedade. Uma parte relevante da sociedade demandou uma agenda de forçar o câmbio para cima, os juros para baixo, e uma política de estímulos, empréstimos subsidiados, concessão de proteções. O Governo seguiu um receituário defendido por uma parte importante da sociedade.

O resultado foi frustrante. Acho que há que se reconhecer que algo na receita ou no diagnóstico tinha falhas. O Governo seguiu exatamente o receituário defendido por um grande conjunto de economistas e líderes empresariais. E o resultado, muito aquém do esperado, está vindo muito mais tarde. O que estamos vendo agora se esperava há dois anos. E os resultados não parecem ser otimistas para o futuro.

Fala-se muito em câmbio no Brasil, e acho que, de novo, a política mais eficaz na questão cambial é a política fiscal, que tem sido fragilizada. Não só fragilizada no curto prazo, com transferências e equilíbrio menor, mas também no longo prazo. Esse é um ponto relevante, é um ponto preocupante. Para mim, a pre-

ocupação com o Brasil é muito mais com o médio e longo prazo do que com o curto prazo.

Estamos criando uma série de mecanismos, o Brasil e a sociedade brasileira vêm criando uma série de mecanismos de transferir recursos futuros. Hoje, empréstimos a taxas de juros abaixo das de mercado, significa o compromisso do Estado de transferir recursos, fragilizar o seu fiscal, não hoje, mas daqui a alguns anos; aumento de endividamento; aumento da dívida bruta. Quer dizer, hoje não apenas as contas fiscais tradicionais de curto prazo estão fragilizadas – e elas estão –, mas também estamos comprometendo recursos fiscais do futuro, de uma forma que me parece não integralmente, talvez não com a transparência e a clareza que deveria ter. Nem toda a concessão de benefício, de privilégios e de transferências passa pelo Orçamento; várias não passam. E isso gera uma fragilidade futura para a economia e significa uma economia com maior dificuldade de crescer no futuro.

Acho que seria saudável se todo subsídio concedido pelo Governo, se toda concessão de privilégios e proteções tivessem uma clara rubrica no Orçamento, e fosse transparente, para a sociedade definir. É justo a sociedade fazer transparência? Participando da época do Bolsa Família, que é um programa de transferência, acho eu, extremamente bem-sucedido e referência no mundo. Mas acho que essa transparência e essa contabilidade total deveria ser realizada, porque, caso contrário, vão se proliferando transferências, privilégios que ficam invisíveis para a sociedade, vão gerando distorções, perda de eficiência e é um pouco do que o Brasil já viveu no passado e que gastou 20 anos tentando arrumar a casa. Infelizmente, acho que há um pequeno retrocesso nos últimos anos.

Fala-se muito sobre câmbio. Acho que a indústria sofre no Brasil com um problema muito mais sério. O custo da infraestrutura e a dificuldade do avanço do investimento nas condições básicas para o funcionamento da atividade econômica têm sido crescentes no Brasil. Qualquer indicador que se levante sobre as condições de profissão no Brasil são incomparavelmente piores do que em outros países. Impostos sobre a produção, temos os maiores do mundo. Saiu recentemente o relatório do Fórum Mundial sobre competitividade de diversos países, feito por um economista renomado, Sala i Martín, mostrando que o Brasil está em último lugar, literalmente. Nas últimas posições em tudo que se refere à carga tributária, à sua produção, sua complexidade, sua extensão.

A tributação, na época do governo, fizemos uma pesquisa, inclusive para levantar o que mais afeta a formalização das empresas, que é um tema relevante no Brasil. A empresa informal é menos produtiva,

tem mais dificuldade, gera emprego de pior qualidade. E a resposta, invariavelmente, é a tributação. Nossa tributação sobre a produção ainda é elevada, é complexa; a complexidade tributária do Brasil é inegável, subscreve o nosso sistema em qualquer outro país e a complexidade necessária para que as empresas possam pagar seus impostos e não é crível em outro país que tenhamos o que temos.

Mas o mesmo vale para importação e exportação, liberar mercadorias do porto, qualquer indicador de tempo de liberar mercadorias do porto, Brasil e outros países, tempo de transporte na rodovia, dificuldade de construção, meios de transporte com logística, dificuldade de construção de aeroportos. E, saindo um pouco do discurso usual de atribuir culpados, parece-me que no Brasil temos uma dificuldade muito maior. Temos um marco regulatório extremamente deficiente em tudo que regula investimento e infraestrutura.

Nós temos agências frágeis em comparação com os países, sem poder normativo claro, sem saber o que a agência pode, o que não pode; uma sobreposição de órgãos de controle e uma legislação que, com frequência, é extremamente detalhista e, com frequência, é ausente; com frequência, estão em lei temas operacionais que deveriam estar na gestão do Executivo público, e ausência sobre critérios de regulação que levam à incapacidade de tomar decisão; processos que se alongam durante anos e, com frequência, uma liberação para a construção de uma edificação urbana pode demorar três, quatro anos para ter uma liberação; investimentos que começam e são surpreendidos com pedidos. Falta de clareza dos mecanismos compensatórios.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS LISBOA – Eu estou me estendendo.

Para mim, essa agenda é uma agenda muito mais relevante e é uma agenda que afeta o nosso setor produtivo de uma forma muito negativa no País, e crescente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Senadora Kátia Abreu.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) *(Fora do microfone.)* – Por favor, eu tenho a impressão de que o senhor só respondeu os questionamentos feitos pelo último orador.

O SR. MARCOS LISBOA – É verdade. Faltou a do Senador Pimentel e a do Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) *(Fora do microfone.)* – E a do Senador Cristovam também.

O SR. MARCOS LISBOA – É verdade. Eu me entusiasmei aqui. Peço desculpas aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Que nada.

O SR. MARCOS LISBOA – Eu concordo integralmente com o Senador Cristovam Buarque integralmente. Eu acho que a política horizontal ela é fundamental. Acho que educação é um tema do Brasil. O Brasil melhorou o acesso à educação, mas infelizmente, nós temos indicadores ainda pouco melhores do que da África Subsaariana. E pior: os indicadores de qualidade da educação no Brasil são bastante deficientes, em particular em matemática. Esse é um tema sério, relevante. Todos os trabalhos que eu conheço indicam a importância da educação para o crescimento, e essa é uma área que o Brasil penaliza. E, sobretudo, pegando outro ponto do Senador Cristovam Buarque, afeta a difusão de novas tecnologias.

O setor externo, Senador Dornelles, de fato, acho que é uma dificuldade que nós temos. O Brasil, hoje, está em uma situação muito melhor do que no passado. Nós temos reservas, o que nos dão conforto. Agora, eu acredito que essa oscilação regulatória que nós temos tido mais a falta de estabilidade a longo prazo e clareza na política fiscal acabam fragilizando as nossas contas externas. E não à toa, no dia que se tira o IOF, que, em princípio, para ajudar o câmbio ir para baixo, ele vai para cima. E as pessoas estavam querendo sair do País e não ficar.

Eu acho que toda essa instabilidade da nossa economia interna e as dificuldades que eu mencionei acaba por tornar o País um País interessante para se emprestar e, infelizmente, um País menos interessante para se investir. O mesmo fenômeno que afeta negativamente o investimento doméstico, afeta o investimento externo; e como o senhor mencionou, o investimento direto, entre outros.

Então, eu acho que é mais um cenário de um quadro de uma economia que tende a crescer menos no futuro do que pôde crescer no passado.

Para terminar – do Senador Pimentel –, eu acho que além da questão tributária, as diversas reformas, como o Simples, como a lei do empreendedorismo, do microempreendedor foram na direção correta, mas eu concordo integralmente, que essa é uma agenda fundamental. O nível de formalização no mercado de trabalho no Brasil, passou de 45% para 55% nos últimos 15 anos. Foi um imenso avanço, mas ainda a informalidade no Brasil é muito elevada, e eu acredito, em grande parte associada a nossa complexidade tributária e elevados impostos na produção.

Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

O último bloco de Senadores, iniciando com a Senadora Kátia Abreu, seguidos pelo Senador Armando Monteiro, Senadora Ana Amélia, Senador Pedro Taques, Senador José Agripino, eu, Presidente desta Comissão.

Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Muito obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar o economista Marcos Lisboa, é um prazer poder recebê-lo aqui na CAE para uma discussão tão importante para o Brasil.

Algumas perguntas rápidas e objetivas.

Em primeiro lugar, o agronegócio brasileiro convive debaixo do mesmo sol, das mesmas estradas, dos mesmos impostos, dos mesmos portos, da mesma carga. Por que o agro foi e alguns outros setores têm dificuldade? A minha impressão, pois não sou economista, mas a minha impressão é de que a inovação e a tecnologia fizeram a diferença. Inclusive a produtividade da mão de obra do agro cresceu em torno de 4, e a da indústria, nós sabemos que foi negativo, em torno de 0,4.

Segundo ponto. Nós estamos vivendo um período interessante. Nós temos um desemprego baixo, mas com a produtividade baixa e ao mesmo tempo uma mão de obra criando inflação, produzindo inflação.

A inflação de mão de obra, pelo menos no setor agropecuário e nos setores intensivos de mão de obra, eu vejo mais de perto. Os produtores de café, laranja, cana, cacau, leite, precisam de muita mão de obra em detrimento de outras lavouras que são mecanizadas, onde está praticamente impossível de trabalhar e ter algum tipo de renda. Então, eu gostaria do seu comentário a respeito dessa inflação de mão de obra nesse quadro de desemprego baixo e produtividade também baixa.

Eu acredito que ainda há uma luz importante que todos nós talvez devêssemos observar: é que ainda as relações de troca estão bastante positivas, quer seja pelas *commodities*, que às vezes são tão criticadas... mas a valorização nos últimos anos das *commodities* fez com que, em detrimento dos produtos industriais importados, essa relação melhore a renda do trabalhador.

Meu último questionamento. Com relação à indústria, nós estamos vivendo uma perda de importância da indústria no Brasil ou estamos vendo esse fenômeno no mundo todo? É algo localizado, brasileiro, ou é algo que em outros países o senhor tem observado, assim como alguns números que eu tenho acompanhado internacionalmente?

Será que há mesmo esse fenômeno de importância da indústria ou será que os parâmetros dessa definição não deveriam ser reavaliados? Por exemplo, um iPhone, um iPad é um produto industrial? Ou de US\$500,00 nós temos aqui apenas US\$30,00 ou US\$33,00 de produto manufaturado e US\$8,00 de montagem na China; e o restante é o quê? Nós vamos chamar isso aqui e classificá-lo como produto industrial?

Nós podemos dizer que a soja transgênica, com todos os defensivos e insumos de altíssima tecnologia, utilizando máquinas de agricultura de precisão, é um produto primário? Então, eu queria saber a sua opinião. Até estou tentando escrever alguma coisa para sábado que vem, na *Folha*, a respeito desse assunto.

Não teríamos que, talvez, reverter esse conceito? E até mesmo aquele sonho de brasileiro de 40, 45 anos atrás, quando éramos importadores de comida cara, quando o brasileiro ainda sonhava em ser um País industrializado...

(*Soa a campanha.*)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Por que naquele tempo se justificava, pois indústria era sinônimo de desenvolvimento. Então, ainda existem muitos brasileiros que sonham... poucos brasileiros que ainda sonham – grupos – com que o País seja uma grande indústria.

Na verdade, com essa globalização, as coisas precisam ser totalmente invertidas. Não existe mais o produto nacional industrializado. Eu preciso me preocupar com partes desses produtos que são fabricados no mundo e que possam ser fabricados no meu território, mas não um produto completo, nacional, “eu quero um carro brasileiro, um iPhone totalmente brasileiro”.

A China está feliz da vida em cobrar US\$8,00 para montar os iPhones e os iPads do mundo. Então, acho que esse é o caminho da produtividade, da excelência da produtividade, a especialidade; é você se concentrar num eixo da cadeia, num item da cadeia, num produto com que você vá fazer a diferença. Acho que é isso que importa para todos nós.

Então, eu gostaria de ver as suas impressões sobre essa questão da indústria, sobre o que tenho lido e tentado entender dessa desindustrialização; depois de tanta inovação e tecnologia vem a mudança desses paradigmas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu quero cumprimentar o Marcos e dizer que gostei muito da exposição que ele fez e queria iniciar lembrando a sua participação nos idos de 2003, quando

foi necessário – e eu evidentemente relativizo isso – um choque de credibilidade naquele momento em que o governo Lula se instalava e o mercado dava sinais muito preocupantes.

É bom lembrar que naquele momento o dólar flutuou de 2,30 e bateu em 4. É bom lembrar que a inflação, as expectativas de inflação naquele ano rodavam em torno de 11%, que chegamos a ter, no final do ano, no mês de dezembro, a inflação batendo em 3%, é bom lembrar que, naquela época, a dívida pública em relação ao PIB chegou a passar de 50%, 56%, e que foi necessário, portanto, naquele primeiro momento, dar um choque de credibilidade na política econômica.

E aí a equipe que o Marcos integrou foi muito bem-sucedida, embora, num primeiro momento, cercada de certa incompreensão. O fato é que aquela ortodoxia, ou seja, a utilização de instrumentos que eram até amargos, terminou por criar as condições para que um ciclo de crescimento econômico pudesse ser vivido depois. Para isso, alguns sinais importantes foram emitidos. Por exemplo: superávit primário na época anunciado, de 4,25% – isso tudo inscrito na Lei de Diretrizes Orçamentárias –; as metas de inflação definidas previamente, com rigor, mostrando que haveria o compromisso de que fosse cadente; e algumas reformas importantes, como por exemplo, na Previdência, uma sinalização importante.

Eu perguntaria o seguinte. Neste momento – e volto a dizer: relativizando as circunstâncias –, precisamos dar um choque de credibilidade na política econômica. Isso passa necessariamente pela política fiscal. Eu reconheço que a origem do desajuste que estamos vivendo é exatamente a frouxidão, o caráter expansionista, o caráter menos responsável da política fiscal. E sem deixar de lembrar que os truques utilizados nos últimos anos, esses truques contábeis que chamam de contabilidade criativa, terminaram também criando, por assim dizer, uma dúvida sobre a credibilidade dos resultados e das próprias contas.

Então, eu pergunto: nessa perspectiva, a proposta do Delfim de se buscar, de se anunciar um déficit nominal zero – ou seja, em vez de falar de superávit primário, vamos falar de déficit nominal zero –, não contribuiria para que se pudesse credibilizar a política econômica, sobretudo considerando que essa âncora fiscal é fundamental? Essa é a primeira questão.

A segunda é exatamente uma reflexão sobre a questão do Sistema Tributário Nacional. Você fez referência àquele estudo do BID. O Senado tem um papel importante; aliás, um papel que representa a sua própria competência do ponto de vista legal e a sua atribuição constitucional. Nós estamos discutindo neste momento a reforma do ICMS...

(*Soa a campanha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – ...sobretudo a redefinição das alíquotas interestaduais, porque uma das facetas reveladoras da disfuncionalidade e da complexidade do sistema é o caos no ambiente do ICMS: contribuintes iguais que são tratados de forma desigual, dispersão de alíquotas, disparidade de alíquotas. Evidentemente, a reforma deve começar pelo ICMS.

Como você vê a questão das alíquotas interestaduais como pré-condição para que se possa arrumar minimamente esse ambiente do ICMS?

Ainda na área tributária, a reforma do PIS/Cofins, porque fomos construindo realmente um monstro nessa área, o pior ambiente. Quer dizer, havia um sistema cumulativo, depois fomos para um sistema não cumulativo, elevamos extraordinariamente as alíquotas. Hoje, convivem vários regimes no PIS/Cofins. Em suma, é um caos. O que você aponta como necessário na reforma do PIS/Cofins?

Finalmente, para não dizer que não falei da indústria – aqui, minha colega Kátia, de forma muito brilhante, trouxe uma palavra sobre o assunto –, eu queria adicionar o seguinte ponto: a indústria está realmente desafiada, parece que há um quadro de perda de posição relativa e que se pode traduzir como precoce, no caso do Brasil. Daí a preocupação. É precoce. Por quê? Porque, num país de renda média, admitir que a indústria possa perder posição de forma tão acentuada é algo preocupante. Essa tendência de diminuição da participação da indústria se dá em economias mais maduras, em que necessariamente o setor terciário vai ganhando importância, e importância crescente.

Mas o problema hoje da indústria no Brasil me parece que está fundamentalmente ligado a uma constatação. Nós temos custos altos – ficou caro produzir no Brasil –, custos sistêmicos e agravados também por alguns custos em que nós tínhamos vantagens há poucos anos e passamos a ter desvantagens.

Hoje a Firjan publica um estudo sobre esse descompasso entre a elevação do custo unitário do trabalho e a produtividade. O salário real no Brasil cresceu, em 10 anos, em dólar, mais de 100%: 112%. Enquanto isso, na Alemanha... Os Estados Unidos tiveram uma redução de salário em termos relativos. O México e outras plataformas importantes manufatureiras tiveram redução. Então, o problema da indústria talvez se traduza na constatação de que temos custos hoje mais altos do que os países asiáticos e temos menos inovação e conhecimento que os países desenvolvidos. Então, nós estamos, por assim dizer, a meio caminho.

O desafio qual seria? Atuar para reduzir esses custos sistêmicos – e não é uma tarefa trivial – e ao

mesmo tempo impulsionar essa agenda da inovação, que será a chave para os ganhos de produtividade futuros.

Então, era essa a reflexão que eu gostaria de endereçar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro. Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Lindbergh Farias.

Caro Dr. Marcos, parabéns pela sua exposição muito objetiva. Eu, também pela minha história como jornalista, tenho que fazer uma frase com ponto de interrogação para V. Ex^a.

Sigo na linha de raciocínio do Senador Armando Monteiro e tenho uma preocupação com o dia a dia das pessoas, as donas de casa que vão mercado e veem os preços aumentando. A inflação está preocupando, é o tema da agenda de discussão de Governo e da sociedade de modo espacial. Porque a estabilidade econômica foi uma conquista de todos.

Eu lhe pergunto: esta inflação que está aí, como enfatizou o Senador Armando, é de custos, é uma inflação de demanda ou uma inflação de escassez? O tomate foi o vilão até pouco tempo. Eu me lembro de que, na época do então Ministro Mário Henrique Simonsen, era o chuchu; a inflação do chuchu – o senhor era muito jovem e talvez não se lembre disso. E ele dizia à época que era uma inflação polimorfa, com várias razões para a inflação. Queria uma palavra do senhor, porque isso é que está realmente na boca do povo. As pessoas falam sobre isso e, especialmente, numa área de que V. Ex^a falou muito, a de serviço, sobre a baixa produtividade, e os serviços é que estão trabalhando nisso.

Queria saber do senhor também qual é o ponto mais nevrálgico da política econômica atual. V. Ex^a mencionou muito a questão fiscal, se é a questão fiscal, a questão monetária, a questão cambial ou a questão da logística.

Queria também saber em que medida, Dr. Marcos Lisboa, a antecipação de uma campanha eleitoral – são 18 meses de antecedência – pode ou está contaminando a questão econômica, porque isso tem custos também.

Como o senhor classificaria a política econômica da Presidente Dilma Rousseff? Há uma crítica de que ela tem uma interferência pessoal nas questões econômicas, diferentemente do Presidente Lula, que manteve no Banco Central o Presidente Henrique Meirelles durante os dois mandatos; ele permaneceu no cargo. O Banco Central tinha um peso, eu diria, político também, e não só técnico e econômico. En-

tão, essa interferência que às vezes é cobrada tem algum... Não quero criar nenhum problema para V. Ex^a, um constrangimento, uma saia justa, mas acho que a economia é real.

E aqui houve um fato interessante: o Governo desonerou a energia elétrica para os consumidores domésticos e o que aconteceu? O Governo também estimulou o consumo de bens que usam energia, eletrodomésticos, e houve um aumento do consumo de energia elétrica nos domicílios.

Nós podemos, eventualmente, correr risco de um apagão futuramente?

Estou ao lado da Presidente da CNA, Senadora Kátia Abreu. Não fosse o desempenho da agropecuária brasileira, o nosso PIB teria sido, digamos, vergonhoso, para não dizer pior. Então, o que sustentou um crescimento menos medíocre foi o desempenho da safra agrícola.

De fato a agropecuária, com todas as inovações tecnológicas introduzidas no campo...

Eu sou do Rio Grande do Sul, um Estado que tem usado muito a inovação tecnológica, a agricultura de alta precisão, manejos adequados. Esse é o caminho? Vamos continuar a ser exportadores de matéria-prima, sem agregar valor, como alguns setores tanto cobram no Governo?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, muito rapidamente, quero cumprimentar o Prof. Marcos Lisboa e saudar sua independência e honestidade intelectual, que são raras em alguns momentos que vimos aqui, na CAE.

O senhor, no início do governo Lula, foi um defensor, talvez o mais ativo defensor da chamada agenda microeconômica, de algumas reformas. O que deu errado, Professor? O que precisaria ter sido feito e não foi feito? Por que chegamos a este ponto relatado pelo senhor aqui? Qual é a nossa agenda pendente? Onde nós perdemos o bonde da história ou a própria história nesses últimos dez anos?

É lógico que não quero constrangê-lo nem podemos fulanizar a conversa, mas o senhor é um intelectual da área econômica. Gostaria dessa honestidade que o senhor nos trouxe aqui, sendo simples, falando sem rebuscados. Eu o cumprimento por isso.

A segunda pergunta bem objetiva: essa política industrial de incentivos ao crédito e isenção fiscal não horizontal, isso vai nos levar a quê?

E uma terceira pergunta: a utilização do BNDES para criar campeões em determinados setores, o que o senhor entende disso? Isso é ou não é favorável?

São essas as perguntas. Mais uma vez, parabéns pela sua objetividade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino.

Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Marcos Lisboa, eu gostaria de dizer que é um privilégio para esta Comissão ouvir V. S^a, porque é um homem que esteve dos dois lados do balcão: dentro do governo e na iniciativa privada. Então tem uma vivência muito grande, além da sua formação acadêmica, que é de primeira qualidade.

Eu queria ir direto ao ponto.

O senhor disse, com muita propriedade, que, num dado momento, ou recentemente, o Governo praticou taxa de juros baixa, financiamentos privilegiados, incentivados, e câmbio favorável. Então, reuniu três coisas muito importantes: câmbio bom para exportação, juros baixos para compras ou até para investimentos e financiamentos privilegiados. E mesmo assim não deu certo. Não deu certo porque o PIB fraco não correspondeu a esse esforço gigantesco que foi feito no sentido de criar condições macroeconômicas favoráveis.

O meu medo – e digo isso como brasileiro – é que nós tenhamos um problema de DNA. E explico.

Eu já fui governador e sei o que é eficiência. Quando você tem capacidade de gasto, você tem governo eficiente. E o atual Governo... Eu estava com elementos agora há pouco, anunciados pelo Governo hoje, com relação ao PAC: R\$557 bilhões de investimentos em obras de infraestrutura logística. Só R\$50 bilhões foram do Governo; o resto é de estatais ou de empresa privada. Ou seja, a eficiência do Governo nesses R\$557 bilhões é de menos de 10%.

O que eu penso, com o que me preocupa e peço a sua manifestação?

Eu tenho a impressão de que o atual modelo de governo encerra quadros não qualificados e estruturas incapazes de promover gastos, de, tendo dinheiro, realizar esses gastos, por dificuldades com o Ministério Público, pela Lei de Licitações, que são problemas que existem para serem superados. Se você tem uma estrutura de governo que não é capaz de gastar, você não produz a infraestrutura de que o País precisa, diferentemente, por exemplo, do México, que se preparou, fez quadros, não aparelhou o Estado, não colocou pessoas de partidos políticos... Não é só do PT não, mas de todos os partidos, por afiliadismo, não por meritocracia. Então, você trava o País.

O segundo ponto, minha segunda preocupação – isto é seriíssimo; que eu sinto que isso está ocorrendo no Brasil – é que a perda de competitividade é produto de perda de eficiência, porque as estruturas

de governo não são capazes de superar as dificuldades. O Brasil, hoje, é um país sem planejamento. Eu fui prefeito no tempo em que existia EBTU e Geipot, que produziam o planejamento urbano capaz de fazer a licitação pelo preço correto e executar a obra porque o projeto estava pronto. Isso não existe mais, nem em política urbana, nem em política nenhuma. A transposição do São Francisco é um exemplo claro disso. Ela está com as placas de concreto reviradas porque não tem um projeto. Foi feita uma concorrência pública com efeitos político-eleitorais, e está aí o resultado.

O segundo ponto, que é outra preocupação tão grande quanto essa primeira, que é endêmica, é DNA, é digital de governo, o que é difícil de superar, é o intervencionismo do Governo. Isso vai direto na credibilidade do Governo. Nós estamos carentes hoje... Com essa balança de exportações capenga como a que estamos enfrentando e assistindo neste momento, os investimentos diretos são fundamentais.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – O Governo, a toda hora, muda a regra do jogo, faz intervenções pontuais. Então, isso desencoraja o investidor externo. Eu acho que isso é outro megaproblema e eu queria ouvir a sua opinião quanto a isso.

E a terceira e última, para não ser muito longo, diz respeito àquilo que foi brilhantemente colocado pelo Senador Armando Monteiro, que é o nosso sistema tributário. Aí, eu acho que você produz eficiência e competitividade se você tiver infraestrutura adequada, porque empresário privado, ousado e capaz nós temos. Basta ver na agricultura. O que nós temos é problema de infraestrutura – aeroporto, estrada, porto, e por aí vai – e carga tributária, que não é só carga, mas carga e sistema tributário. É cumulativo. Eu também queria ouvir sua opinião sobre a perda de competitividade do Brasil e o peso do sistema tributário e da carga tributária dentro dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Prof. Marcos Lisboa, eu sou o último inscrito e vou fazer aqui uma...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, o senhor poderia me conceder um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Ministro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Professor, a relação dívida líquida/PIB hoje está em quarenta e poucos por cento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Trinta e cinco.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A relação dívida bruta superou 70. Grande parte

dessa diferença entre a bruta e a líquida decorre de operações de crédito feitas ao BNDES. Essa operação União/BNDES lembra um pouco a antiga conta movimento?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Olha, Senador Francisco Dornelles, Prof. Marcos Lisboa, agradeço muito essa presença aqui no dia de hoje. Deixa-me remar um pouco contra. Na verdade, se a gente for discutir a nossa questão fiscal, nós temos uma relação dívida/PIB cadente: hoje é de 35% do PIB. O déficit nominal, com todas as dificuldades do ano passado, é cadente também. Nós caímos, em 2011, de 2,61 para 2,47. Falo isto porque há um diálogo que tem que ser feito. O que teria acontecido com a economia se tivéssemos feito um superávit primário meta cheia no ano passado? A economia cresceu 0,9. Cresceu 0,9! O que teria acontecido? Eu não tenho dúvida de arriscar que nós teríamos fechado o ano com um crescimento negativo. Recessão. Recessão!

Eu fico olhando... O Senador Armando Monteiro fala da indústria. A pressão em cima da indústria é violentíssima. Nós não podemos, este País, voltar a ser exportador de matéria-prima. Temos que defender a nossa indústria. O Senador Armando Monteiro falou em déficit nominal zero. Eu sou defensor da tese do déficit nominal cadente. Isso poderia ser um compromisso firmado. Agora, como conciliar déficit nominal zero agora com desoneração da indústria? Tem como fazer? Não, não tem como fazer. Então, vamos aqui... Entendeu? Nós não podíamos derrubar a economia dessa forma. Eu estou querendo dizer que na teoria fica tudo muito bonito, mas no mundo real, aqui... Nós temos 72 bilhões de desoneração este ano. Isso é fundamental. A indústria começou a dar os primeiros resultados agora.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu sei que o Senador Lindbergh já está fazendo um contraponto, e é legítimo, com autoridade presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Agora, eu quero dizer que nós estávamos querendo ouvir a avaliação do Marcos Lisboa, mas eu estou à disposição de V. Ex^a também, para que possamos debater nessa linha. Não há nenhuma dificuldade em lhe explicar o que V. Ex^a identificou como uma aparente contradição. Não há dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas é contradição. O problema fundamental do superávit primário no ano passado foi a desoneração à indústria, que acho que foi um caminho correto, feito pela nossa Presidenta Dilma Rousseff.

Nós sabemos de todos os problemas, Prof. Marcos Lisboa, do desafio para aumentar investimentos em infraestrutura. O PIB foi fraco, mas aumentamos 4,6% em investimentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, mas

há esses dados aqui. Nós sabemos do esforço em relação a essa MP dos Portos. Muita gente fala que é intervenção na economia a medida provisória de energia elétrica. Não é nada disso.

Mas eu não quero me aprofundar nesse tema. Só estou querendo colocar esse outro lado, porque eu não tenho dúvida ao dizer que nós teríamos derrubado a economia... A grande questão hoje, no País, é como conciliar crescimento econômico – esta é uma dificuldade do Brasil e do mundo – com combate à inflação.

Mas o que eu acho fundamental, Prof. Marcos Lisboa, da sua vinda aqui é que o senhor teve um papel fundamental na história deste País. O senhor, juntamente com o Ministro Palocci, no começo do governo do Presidente Lula, o senhor à frente, desenvolveu uma série de políticas de reformas microeconômicas que foram fundamentais para nós aumentarmos esse crédito ao consumo, criarmos esse grande mercado de consumo de massas.

E a minha pergunta ao senhor é a seguinte: quais os próximos passos dessa agenda? Nós estamos tentando discutir nesta Comissão de Assuntos Econômicos uma pauta legislativa própria, uma agenda da desburocratização e da competitividade, e nos seria muito útil a participação do senhor nesse processo.

Acho que esse é um debate desta Comissão de Assuntos Econômicos que está acima dos partidos. Nós temos divergências sobre políticas macroeconômicas, mas há uma pauta que une os mais diversos partidos deste Senado Federal, e essa pauta de continuidade dessa agenda de reformas microeconômicas é uma pauta fundamental.

Então, parabenizando e cumprimentando o senhor pelo trabalho, encerro com essa pergunta.

O SR. MARCOS LISBOA – Quero dizer que é sempre um prazer vir a esta Casa. Esta Casa sempre impressiona, e é uma honra poder voltar.

Vou começar pela Senadora. Eu acho que essas dificuldades crescentes institucionais do Brasil afetaram todos os setores. Acho que o agronegócio também sofre, acho que a indústria sofre. A senhora tem razão. O agronegócio compensa parcialmente as dificuldades da infraestrutura e da logística no Brasil por ganhos de tecnologia. O que eu acho é que uma boa política industrial. Acho que é parte do esforço privado de um Estado que investiu em desenvolvimento e tecnologia.

Nós não nos podemos esquecer do papel relevante da Embrapa nesse processo.

Acho que essa é a política industrial correta, ao contrário de outras políticas. É uma política que ajuda, em parceria com o setor privado, a desenvolver, a ajustar o plantio. E colaborou para um grande desenvolvimento do agronegócio, não obstante as imensas dificuldades, porque nós gostamos de atrapalhar o crescimento do setor privado no Brasil, e o agronegócio sofre pela falta de estradas, pelas dificuldades regulatórias, por uma incerteza na ação dos órgãos de controle muito forte. Compensou com tecnologia, que é a maneira, a meu ver, correta de compensar, quer dizer, acho que o melhor caminho para o crescimento da economia é via produtividade: tecnologia é um mecanismo, melhoras institucionais são outro mecanismo. Acho que empréstimo subsidiado não é um mecanismo em geral. Em geral, isso reduz produtividade no aumento. Empréstimo subsidiado em geral... E, sobretudo com o tema “a escolha de vencedores”, porque, se funciona a regra de mercado da meritocracia, isso vai para um investimento mais rentável. Se você tem que furar a fila da meritocracia para escolher um setor para ser protegido é porque você está tirando recursos que iram para setores mais eficientes, mais produtivos para destiná-los a setores menos produtivos. Portanto, a produtividade cai.

Mas acho que, com a quantidade de distorções... A nossa economia sempre teve um número exagerado de distorções. E esse número de distorções tem crescido nos últimos anos. Isso tem uma consequência econômica muito negativa que é, inclusive, a perda de referência. Acho que a própria indústria, os setores produtivos perdem a referência do que é o Brasil ter mais vantagem competitiva. É tamanha a distorção tributária, as proteções não tarifárias que não são discutidas. Importar uma série de produtos relevantes para a construção civil, por exemplo, ou para serviços médicos, da prótese ao vergalhão, é quase impossível no Brasil. Uma comparação dos preços no Brasil com os de fora mostra a disparidade dos preços no Brasil. E porque são proteções que não estão explícitas, elas não são tarifas, elas são disfarçadas sobre regras técnicas.

E a indústria sofre uma consequência muito negativa, sobretudo na parte de bens de capital e insumos. A grande pauta de exportação no Brasil é de bens de capital e de insumos. E tecnologia para a indústria vem via bens de capital.

Senador Armando Monteiro, acho que sim, acho que um dos problemas graves que temos é a questão da credibilidade, isso afeta. Quer dizer, o investimento longo requer um cenário minimamente previsível. Na

medida em que as regras do jogo mudam com frequência, ora há IOF, ora não; ora muda a política fiscal, ora muda a política monetária; afinal, a meta é 4,5 ou tem uma folga? Quer dizer, isso cria um ruído no ambiente econômico que desestimula o investimento. Credibilidade muitas vezes requer ações mais firmes. Às vezes, movimentos institucionais, movimentos de reformas, movimentos que garantam a credibilidade da política. Porque, com o tempo, o discurso vira palavras frágeis, quando ele é repetido várias vezes e os dados insistem em desmenti-lo. Vou voltar à questão fiscal no final, porque ela gerou certa polêmica.

Acho que há uma agenda de reformas que é fundamental. Primeiro, a agenda de reformas em algumas áreas mostrou que coisas simples podem ter muito impacto: consignado, letra de crédito do agronegócio, letra de crédito imobiliário, área de falências – o número de falências caiu pela metade no Brasil –, o financiamento imobiliário, com a 10.931. Enfim, mostrou que coisas simples... O consignado é uma ideia muito simples. No entanto, os juros para as famílias caíram para menos da metade do que eram. Os juros mensais eram de 7%, 8% ao mês e caíram para 2%, 2,5%. E lá ficaram desde então.

Acho que se tem que fazer uma agenda importante para tirar toda essa complexidade do nosso sistema. Não tem por que o Brasil gastar muito mais dias para importar uma mercadoria, para tirar uma mercadoria do porto do que outros países. Não tem por que abrir e fechar uma empresa ser tão complicado. Não tem por que levar soja do Centro-Oeste para o porto ser essa operação que gera um custo desnecessário para uma atividade produtiva que no fim é uma perda de bem-estar para a sociedade. A sociedade fica mais pobre.

Essa não é uma agenda com charme, essa não é uma agenda de grandes notícias, essa não é uma agenda da primeira página no jornal. Ela é uma agenda difícil, é uma agenda do detalhe, é uma agenda técnica, que requer a participação de todos e um debate transparente. Ela não é uma agenda que dá grande medidas de repercussão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS LISBOA – Não é eleitoral. Agora, é uma agenda essencial. Essa agenda é essencial. Ela é trabalhosa, ela é do detalhe.

E o senhor perguntou onde nós tivemos maior fracasso. Eu acho que precisamos das agências regulatórias. Acho que o ambiente regulatório, de fato, é uma área em que o Brasil teve avanços. Começou a ter avanço no governo Fernando Henrique, e acho que infelizmente esse é um debate que a sociedade travou e o caminho foi o da fragilização das agências.

Hoje, ao invés de termos agências com o poder normativo mais claro, menos questionadas na sua autonomia, nós fomos na direção contrária. E muitas vezes eu sei que é tentador o poder discricionário, a capacidade de tomar decisão. Às vezes, na política, na gestão, nós gostamos de ter capacidade de decidir. No entanto, a capacidade de decidir, muitas vezes, ao contrário, fragiliza e não fortalece.

Um debate que não conseguimos levantar no Brasil foi o da autonomia do Banco Central, por exemplo. Isso fortalece a política, não fragiliza a política. O fortalecimento das agências fortalece a política, dá mais tranquilidade, dá mais serenidade, é melhor para o País. O País fica mais forte. Infelizmente, essa é uma agenda em que retrocedemos, e retrocedemos de forma importante, e hoje é o custo da energia, é o custo da logística, é o custo de serviços fundamentais que o País poderia ter em prazos e condições muito melhores do que tem atualmente.

Essa é uma agenda também na parte tributária. Quer dizer, a complexidade do sistema tributário, os impostos sobre produção, isso gera uma incapacidade de a nossa economia crescer. Isso reduz e afeta a produtividade da nossa economia, tira a capacidade de crescimento e induz à informalidade, que é menos produtiva e é extremamente perniciosa ao País. Quer dizer, impostos mais simples, mais claros, é uma agenda de simplicidade. Regras comuns, regras simples, procedimentos facilitados, eficiência na tomada de decisão, acho que essa é uma agenda importante, é uma agenda difícil.

Política industrial e BNDES, eu vejo com preocupação. Em primeiro lugar, é uma agenda que, com frequência, frustra, gera perda de produtividade. Isso hoje está sendo debatido na imprensa com os números que tem, e acho que, no caso do BNDES, como no caso de boa parte da política pública, falta avaliação. Acho que uma agenda fundamental... O Brasil é um país onde se tem uma facilidade muito grande em introduzir políticas, criar mecanismos, criar instituições. Lembro-me da época do Bolsa Família, em que estávamos olhando a quantidade de programas de transferência de renda e somavam dezenas; a gente conseguiu unificar apenas quatro no Bolsa Família.

Que políticas dão certo, que políticas dão errado? Quais as políticas de transferência mais bem-sucedidas? Quais as políticas do BNDES que deram certo e quais as que não deram? Essa falta de clareza da eficácia e eficiência das políticas permite que sobrevivam políticas menos bem-sucedidas. As políticas vão sendo criadas e perpetuadas, e o País perde eficiência com isso. Deveriam existir mecanismos independentes de avaliação da política. Uma agência, por exemplo, com

mandato, em que, cada vez que fosse proposta uma política pública, ou uma política do BNDES, ou de uma agência do governo, ou de um ministério, quando fosse anunciada a política, “olha, quero fazer uma política, essa política tem esses objetivos, vai custar tanto”, essa agência apenas anota. E todo ano ela volta e avalia o que foi feito e qual foi o resultado, e publica o resultado. Fiz uma política para mortalidade infantil, queria gastar x e reduzir a mortalidade em tanto. Todo ano essa agência volta com independência, com autonomia e apenas reporta o resultado. Com isso, as políticas podem ser comparadas, podem ser avaliadas, as boas políticas podem ser... E, eventualmente, políticas que deram certo, como no caso da Embrapa, ou políticas do BNDES que deram certo, podem ser fortalecidas, e as políticas que fracassaram – e fracasso precisa ter transparência na política pública, esse é o melhor remédio para reduzir as políticas menos eficazes – poderiam ser reduzidas. Essa é uma agenda importante.

Por fim, Senador...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pelo menos uma resposta para mim o senhor poderia dar?

O SR. MARCOS LISBOA – Vou lhe dar, desculpe-me.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada. (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS LISBOA – Vou voltar também a falar da inflação, quando voltar ao fiscal.

Senador José Agripino, concordo com as suas colocações. Acho que temos uma dificuldade grande com a gestão, com a implantação de políticas, e acho que temos assistido a uma sequência de frustrações com o investimento em infraestrutura. Eu apenas enfatizo que parte também decorre da complexidade do processo de governança do investimento em infraestrutura no País. O setor privado também sofre com esse processo, a multiplicidade de órgãos de controle e a falta de critérios, a falta de critérios para compensação, a falta de critérios e políticas para o Poder Público, as agências ou os órgãos de controle autorizarem. Infelizmente, esta Casa aprovou o projeto, há algum tempo, do SuperCade, em que dizia que, depois de tanto tempo, se o Cade não se manifestar, está aprovada a fusão, seis meses. Infelizmente, foi vetado esse artigo. Mas é preciso ter responsabilidade...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Dr. Marcos, eu concordo com V. S^a. Agora, vamos fazer aqui uma constatação. Nesta Copa do Mundo, há pelo menos dez megaobras, que são os estádios de futebol, todos PPPs, todos, e todos vão ser entregues no prazo. Todos. É produto da iniciativa privada em megaobras. Se esse exemplo fosse do Poder Público, o Brasil seria outro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Infelizmente, não é não. Os estádios, infelizmente, não são.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Então, eu queria que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obras públicas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Não. Não. Não. São PPPs. São todas PPPs, todas parcerias público-privadas. Todas! Executadas por empresas com financiamento do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ. *Fora do microfone.*) – Infelizmente não são.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Distrito Federal é.

O SR. MARCOS LISBOA – Mas eu acho que a PPP pode ser um caminho de melhorar a gestão. Agora, esse desafio de realizar investimentos complexos eu acho que é muito relevante para o Brasil.

Por fim, entrando na macroeconomia...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Seria muito bom se fosse PPP, Senador José Agripino.

O SR. MARCOS LISBOA – Voltando, então, ao tema da macroeconomia, fiscal e inflação. A inflação, de fato, tem um impacto extremamente negativo. E essa inflação machucou os grupos de menor renda. E não apenas a inflação, mas também... Deixe-me dar um passo atrás. Essa economia nova surgiu, o que se chama de nova classe média são os empregados do setor de serviços. É uma população que tem de 20 a 30 anos, ensino médio completo, uma geração que está melhor do que seus pais. E que está empregada exatamente nos setores de serviços. Passou a ter acesso a crédito, passou a ter emprego em parte formalizado, e urbano.

A inflação de serviços de alimentos é extremamente negativa para essa faixa da população. A inflação deve, momentaneamente, dar uma retrocedida e o Banco Central está atuante, esperamos, para garantir que ela não continue elevada no segundo semestre.

Quando eu retorno ao tema do fiscal, eu entendo a preocupação do Governo – isso que eu procurei deixar claro no começo – com relação à atividade econômica, ao crescimento e, por isso, toma medidas pontuais. Essas medidas podem, inclusive, ser eficazes no curto prazo. Mas, em médio prazo, Senador, eu temo que os estímulos fiscais enfraqueçam a capacidade de crescimento da economia. Às vezes é preciso um momento um pouco mais difícil, mais duro, para garantir uma sustentabilidade do crescimento a longo prazo.

Eu acho que foi exatamente a ansiedade de enfrentar as dificuldades no curto prazo que levaram a

medidas tributárias, de estímulos e a uma frustração com as medidas.

Apenas dois anos depois que a economia começa a reagir, dois anos difíceis e, quando olhamos, por exemplo, para o caso do Chile, vemos que o Chile teve a tempestade perfeita, com terremoto, com crises do salmão, com a crise externa afetando o mercado do cobre. E o Chile encarou uma pequena recessão em 2008, 2009, de 1% e recuperou uma trajetória de crescimento sustentável.

Então, eu fico preocupado e acho que um fiscal fortalecido ajudaria, inclusive, o combate à inflação.

É preocupante e a senhora tem toda razão sobre o investimento em infraestrutura, em particular em energia. Hoje, com todas essas dificuldades que nós temos, os investimentos são de difícil realização, acabamos tendo que nos basear em termoelétricas, que são mais caras e mais poluentes.

E de fato, com a evolução dos preços, a demanda tem crescido significativamente e o resultado tem sido uma situação difícil nessa área.

Espero que ela fique apenas difícil.

Obrigado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Por favor, o problema da dívida bruta líquida.

O SR. MARCOS LISBOA – Sim, o senhor tem toda razão. Eu tinha mencionado isso na minha fala. Tem sido criada uma série de mecanismos de transferência de recursos que não passam pela dívida líquida. A dificuldade é que essa dívida se manifesta em algum momento à frente. Isso passa na capitalização dos bancos públicos, passa em aumento de empréstimos, passa nas operações longas a juro subsidiado.

Eu acho que toda transferência de recursos, mesmo a que vai se realizar ao longo dos anos, deveria estar contabilizada a valor presente. Se eu dou empréstimo subsidiado a TJLP por dez anos, essa conta deveria estar registrada e marcada hoje. Senão, estamos transferindo recursos futuros e comprometendo o equilíbrio fiscal da sociedade.

E a relação bruta e líquida reflete um pouco essa deterioração.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam, o Prof. Marcos Lisboa tem um voo às 13h50 e posso dizer que ele está quase....

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só para fazer uma reflexão em cima do que ele disse. A sensação que eu tenho, Prof. Marcos, é de que economia é um organismo e não é bom usar anabolizantes. O Governo brasileiro vem tentando aplicar anabolizantes em um músculo e em outro músculo e isso vai prejudicar o organismo.

O SR. MARCOS LISBOA (*Fora do microfone.*) – Obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Prof. Marcos Lisboa e aos Srs. Senadores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando que na próxima terça-feira começamos reunindo a Comissão de Assuntos Econômicos às 9h30.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2013, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta minutos do dia onze de junho do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Eduardo Lopes, Inácio Arruda, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Romero Jucá, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Waldemir Moka, Ana Amélia, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de debater a solidez da Política Econômica Brasileira, apresentando análises acerca de seu panorama, as perspectivas para a próxima década, priorizando temas que influenciam a competitividade da economia, com ênfase no setor industrial, e a melhoria do ambiente institucional, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 4 de 2013, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros, e 21 de 2013, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, tendo como expositor o Sr. Marcos Lisboa, Ph. D. em Economia pela Universidade da Pensilvânia, EUA. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Francisco Dornelles, José Pimentel, Kátia Abreu, Armando Monteiro, Ana Amélia, Pedro Taques e José Agripino.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador Lindbergh Farias

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos
(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Há número regimental. Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Pauta.

AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Debater a solidez da política econômica brasileira apresentando análise acerca do seu panorama, perspectivas para a próxima década, priorizando temas que influenciam a competitividade da economia.

Já comuniquei aos senhores que o debate hoje era entre o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo e o Prof. Marcos Lisboa. Infelizmente, o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo telefonou – tentamos resolver o problema da passagem – e disse que perdeu o avião. Nós tentamos, pela manhã, contornar a situação, mas não foi possível. Ele pede desculpas a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas tenho certeza de que vamos ter aqui um importante debate, porque o Prof. Marcos Lisboa foi Secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda; conduziu importante agenda de reformas microeconômicas; ocupou o cargo de Vice-Presidente do Itaú Unibanco, até há pouco; é Vice-Presidente do Insper; é doutor em Economia da Universidade da Pensilvânia; e fez mestrado e doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Queremos convidar...

Já está aqui o Prof. Marcos Lisboa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Presidente, permite-me uma palavra só?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Aproveitando, Prof. Lisboa, o que aconteceu com o Prof. Belluzzo – o que pode acontecer com qualquer um –, a gente deveria montar um sistema para que, quando isso acontecesse, e hoje em dia a técnica permite, nós tivéssemos um debate com ele lá e a gente aqui. Essa tela que se põe por aqui permite.

Se nós fizermos um contato com o Interlegis, é capaz de eles conseguirem montar esse sistema rapidamente. Ele ficando em um lugar que tenha telefone, a gente pode assistir a ele, ouvir a fala dele e até debater com ele. É uma sugestão que eu deixo para

evitar que aconteça isso outras vezes e ficarmos sem a palavra de uma pessoa como ele.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está muito difícil sempre o deslocamento de São Paulo e Rio. Venho sempre no dia anterior, porque, por exemplo, o aeroporto do Rio fecha muito. O deslocamento para as reuniões de 10 horas da manhã são sempre muito complicadas – assim o diga o Senador Delcídio do Amaral.

Muito obrigado, Prof. Marcos Lisboa. Eu passo, imediatamente, a palavra ao senhor.

O SR. MARCOS LISBOA – Obrigado, Senador. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite.

Acho que é um momento polêmico para a nossa economia. Acho que a economia, depois de três anos, tem tido uma recuperação muito aquém do esperado, uma recuperação mais lenta. A melhora que estamos observando, nos últimos meses, está vindo com dois anos de atraso. É um quadro de uma economia que se recupera. Não é um quadro de uma economia numa situação extremamente difícil, mas é um quadro de uma economia com um comportamento medíocre, uma economia com a perspectiva de crescimento potencial na faixa de 2, 3%, infelizmente, e que, na hora em que se aproxima de uma recuperação, depois de um ano fraco, como o ano anterior, com uma pequena recuperação este ano, a pressão inflacionária se manifesta. Então, é um momento difícil.

Na verdade, esse momento vem desde o fim da década passada. Quer dizer, durante o Governo Lula, sobretudo até 2008, a economia brasileira apresentou um crescimento um ponto percentual acima do que na década de 90. Quer dizer, houve uma melhora importante da década passada com crescimento que se deveu, sobretudo, a ganhos de produtividade.

Quando analisamos por que a economia brasileira cresceu mais na década de 2000 do que na década de 90, o capital não contribui mais, o investimento não contribui mais, o trabalho não contribui mais. O que contribuiu foi produtividade. A produtividade total da nossa economia cresceu um ponto a mais por ano ao longo da década passada. Infelizmente, esse ganho de produtividade deixou de ocorrer a partir de 2009, 2010. Quer dizer, desde então, a produtividade da economia vem crescendo a taxas decrescentes e os setores que tinham sido até então mais dinâmicos – serviços, comércio – deixaram de ser. Quem ainda continua dinâmico é o agronegócio.

Então, de 2010 para cá, o agronegócio continua com bom dinamismo. Serviços e comércio, que foram os mais dinâmicos na década passada, vêm perdendo, e a produtividade vem crescendo a taxas cadentes, cada vez menores. E com um detalhe, quem emprega no

Brasil são serviços, comércio. São os setores responsáveis por 70% do emprego no Brasil. Então, esse forte crescimento dessa atividade da década passada foi o que sustentou o emprego, mas a produtividade vem crescendo a taxas cada vez menores nesses setores.

A indústria vem num momento difícil desde meados da década passada, ela tem apresentado uma recuperação tardia, uma recuperação que tem frustrado as expectativas. Há recuperação – os dados do mês passado foram favoráveis – a se ver se os dados continuam favoráveis nos próximos meses. Tudo indica uma recuperação, mas, de novo, uma recuperação com crescimento em torno de 2,5%. Um crescimento melhor do que o do ano passado, bem melhor do que o do ano passado, mas, no ano passado, tivemos uma economia quase parada. Neste ano, o crescimento tem sido medíocre e, infelizmente, as perspectivas para os próximos anos – e essa eu acho que é o que mais preocupa – não são melhores. Quer dizer, não se trata de uma questão conjuntural, um crescimento fraco neste ano e uma possível recuperação mais forte nos anos à frente.

Os indicadores de produtividade da nossa economia são frágeis, e eles não parecem indicar uma capacidade de retomada de crescimento sustentável, 4,5% ao ano, durante longos anos. Poderíamos ter um ano um pouco melhor, um ano um pouco pior. Não há nenhum grande problema à frente, mas também não há nenhum grande cenário à frente. É uma economia que retorna a ser mais medíocre, com mais imperfeições, mais distorções.

E qual é a razão dessa piora da economia? O cenário externo é sempre uma desculpa conveniente. Infelizmente, no caso do Brasil, parece ser mais desculpa do que conveniência.

A América Latina tem claramente três blocos de países com escolhas distintas. Países que não são muito diferentes, países de renda média, países que foram beneficiados pelo choque externo da segunda metade da década passada. Alguns países escolheram políticas mais liberalizantes, com maior atenção a boas reformas institucionais, a uma macroeconomia garantindo maior estabilidade, maior rigidez no combate à inflação, maior equilíbrio fiscal: Chile, Peru, Colômbia e, agora, o México, que começa a fazer reformas duras econômicas na área da defesa da concorrência, que sempre foi o grande desafio da economia mexicana. O novo governo começa a fazer o que os governos anteriores não fizeram.

Essas economias estão crescendo a 4% ao ano, 5% ao ano, com crise externa. E certamente países como o Chile e a Colômbia – Chile sobretudo – dependem muito mais do Peru, das contas externas, do

cenário externo do que o Brasil. No entanto, estão num ritmo de crescimento sustentável. Sofreram com a crise, mas sofreram com 4%, 5% de crescimento ao ano. Sofrimento bem menor do que o que a nossa economia tem atravessado nos últimos anos. E com inflação baixa, menor do que a brasileira.

Nós vivemos um quadro de crescimento potencial menor, 2%, 3%, talvez um pouco mais, e pressão inflacionária maior, e a inflação, sobretudo, nos grupos de menor renda.

A inflação deve dar uma arrefecida no curto prazo, mas a perspectiva de médio prazo é de uma economia com maiores dificuldades.

De novo, é preciso aqui um pouco de cuidado para não se imaginar um grande cenário muito negativo. Eu acho que o termo que melhor descreve a nossa economia, de fato, é uma economia medíocre, nos seus fundamentos econômicos.

E aqui eu tenho um pouco a impressão de que algumas escolhas e uma certa ansiedade com as dificuldades que a nossa economia teve em 2007 e 2008 acabaram levando a ações e a políticas que intencionavam fortalecer o crescimento, mas acabaram por enfraquecê-lo.

Como eu disse, há três blocos de países na América Latina, alguns países com políticas mais conservadoras do ponto de vista fiscal e monetário, uma gênese institucional de grande produtividade, e estão crescendo, apesar de sofrerem com choque externo. Alguns países fizeram aposta inversa. Países que fizeram aposta para uma forte intervenção na economia, medidas discricionárias, proteção, cerceamento das liberdades: Venezuela, Argentina e economias que foram muito beneficiadas pelo choque externo, mais ainda do que os outros países. Poucos países foram tão beneficiados pelo choque externo da última década quanto a Argentina. No entanto, as dificuldades, com inflação elevada e baixo crescimento.

O Brasil é um país que está no meio do caminho. O Brasil é um país que tem uma institucionalidade muito mais sólida, que construiu uma reputação de um Banco Central com uma relativa autonomia na prática, um país de instituições que garantem muito mais uma governança melhor da política pública. E acho que essa qualidade institucional do País tem preservado um caminho bastante distante do que observamos em Argentina, Venezuela e Equador. Mas, infelizmente, também distante dos países de melhor governança, de melhor política.

Quer dizer, a impressão que se tem é que a preocupação com a crise, a preocupação com a desaceleração levou, primeiro, a uma política fiscal mais folgada, para estimular alguns setores da economia,

ao aumento da tolerância com uma pequena inflação a maior e a uma série de medidas de intervenção localizadas, de estímulos localizados que resgatem um pouco a tradicional abordagem desenvolvimentista do Brasil, em que crescimento não é produtividade, crescimento é estímulo à demanda, crescimento é estímulo ao crescimento, crescimento é a introdução de proteção a setores escolhidos. São escolhidos setores a serem beneficiados, setores que vão receber benefícios fiscais, setores que terão proteção no comércio externo, setores que receberão crédito subsidiado. E essa escolha se traduz em benefícios privados, visando, com esses benefícios, a estimular o crescimento.

Esse foi o Brasil, por exemplo, do II PND do governo Geisel, que tem como contrapartida um menor equilíbrio fiscal. De novo, estamos distantes daquele período, temos uma inflação muito menor do que naquele período, temos muito melhor equilíbrio, controle da inflação, controle das contas públicas. O Brasil, quando se olha ao longo das décadas, está muito melhor hoje do que já esteve no passado, mas num momento mais frágil. É preciso dar a ponderação ideal. Quer dizer, não é uma volta ao passado mais longínquo, mas também não é o que tivemos na década passada.

As medidas de estímulo, por mais bem intencionadas que sejam, com frequência, fragilizam a economia em longo prazo. Proteção a um setor significa desproteção a outro setor. Proteção ao setor de insumos, por exemplo, significa que setores à frente da cadeia produtiva pagarão mais caro por seus insumos, e eles serão desprotegidos.

Mudanças tributárias discricionárias geram imperfeições no ambiente econômico e reduzem a produtividade. Muitas vezes, medidas bem intencionadas, como medidas de conteúdo nacional, que desejam gerar emprego e gerar renda, acabam por reduzir o emprego e a renda. Quer dizer, a alocação de recursos muito a maior para proteger alguns setores pode levar à redução dos recursos disponíveis para outros setores mais eficientes. Conceder recursos a setores com menor produtividade significa reduzir a taxa de crescimento da economia. E, infelizmente, as medidas discricionárias e as medidas de intervenção localizada procuram proteger os menos eficientes em detrimento dos mais eficientes. Isso reduz a produtividade, isso reduz a capacidade de crescimento da economia.

Mais uma vez, no intuito de auxiliar e estimular o crescimento da economia, acabamos fragilizando a economia. De novo, é uma economia mais frágil, uma economia de crescimento sustentável menor, mas uma economia que cresce a 2%, e uma inflação a maior, mas uma inflação de 6,5%.

Quer dizer, é preciso dar a dimensão correta do momento de dificuldade que vivemos. Não acredito que seja uma dificuldade de curto prazo, não acho que é uma dificuldade séria para a economia nos próximos anos, mas não vejo também capacidade da nossa economia voltar a crescer, com os fundamentos macroeconômicos e os desequilíbrios microeconômicos que nós temos, de forma sustentável, acima de 4,5% ao ano. Quer dizer, esse é um pouco o quadro que vejo da economia.

E a grande dúvida que fica é: teremos uma recuperação da indústria? A verificar qual é o grau de recuperação, ela veio muito mais tarde do que o esperado. O Governo concedeu uma grande quantidade de estímulos, mas essa introdução exagerada de estímulos, que são introduzidos e retirados, acaba gerando uma incerteza sobre o ambiente econômico que fragiliza as decisões de investimento. Essa mudança frequente das regras do jogo – põe IOF, tira IOF, altera tributação –, isso, para um ambiente de investimento de longo prazo, é deletério. A capacidade de realizar investimentos por 10, 15 anos, investimentos longos, de longa maturação, com essa incerteza sobre as regras do jogo, fica fragilizada. Então, me parece que, talvez, algumas sinalizações no momento de maior estabilidade das regras do jogo, de instituições mais sólidas, de retomada de um equilíbrio fiscal mais firme e a criação de mecanismos institucionais e de garantias que de fato deem a tranquilidade de que teremos um ambiente mais estável das regras do jogo e regras mais horizontais, não pela pressão de um grupo específico, não regras institucionais para beneficiar ou garantir privilégios a A ou B, mas regras uniformes, horizontais, segundo as quais, numa sociedade meritocrática, os mais eficientes possam se desenvolver e com isso a produtividade possa voltar a crescer e com a produtividade, a economia, seria saudável.

O risco que existe hoje – e este é um risco – é a queda da produtividade nos setores que têm sido dinâmicos até poucos anos: serviços e comércio, os grandes empregadores do País. O Brasil novo e tão falado da nova classe média é o Brasil que é empregado desse setor, mas a produtividade desse setor vem crescendo a taxas decrescentes, o emprego vem crescendo a taxas decrescentes nesse setor. E uma eventual contaminação futura do setor de serviços pode afetar setores importantes da classe trabalhadora que foram os grandes beneficiários desse crescimento do emprego nos últimos dez anos.

Senador, com isso eu concluo e abro para perguntas e para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Professor.

Já temos uma lista de inscrição. A Senadora Ana Amélia se inscreve também.

O primeiro inscrito é o Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento, depois o Senador Cristovam Buarque.

Senador Eduardo Suplicy.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A lista de inscrição é a seguinte: Senador Eduardo Suplicy, Senador Cristovam Buarque, Senador Dornelles, Senador José Pimentel, Senadora Kátia Abreu, Senador Armando Monteiro, Senadora Ana Amélia, Pedro Taques, José Agripino, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro e Senador Inácio Arruda.

Nós vamos fazer um bloco com todos os Senadores, depois voltar, por causa do tempo. E vamos tentar limitar o tempo em cinco minutos, pelo adiantado da hora.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, prezado Professor Marcos Lisboa, aproveito a ocasião para agradecer a atenção que teve para com este Senador quando V. S^a foi um dos principais assessores, acho que Secretário de Política Econômica, quando o Ministro Antônio Palocci foi Ministro da Fazenda e, naquela ocasião, tive a oportunidade de diversos diálogos com o senhor. Agradeço sempre aquela atenção. É ótimo que possamos continuar dialogando.

Alguns analistas econômicos têm assinalado que a apreciação cambial seria uma das razões para uma baixa taxa de crescimento da economia brasileira. Mas o outro debate diz respeito a como fazer com que se deprecie a moeda e, por outro lado, isso também poderia causar alguns problemas para a meta de contenção da inflação.

Agradeço se puder nos dizer a sua análise sobre a política cambial e em que medida ela deve ser utilizada também para o objetivo de melhor crescimento da economia.

Outro ponto se refere à taxa de investimentos da economia brasileira, que tem sido inferior a 20% do PIB e inferior à de países em desenvolvimento que têm conseguido taxas de crescimento muito expressivas.

Em que medida seria possível, na sua avaliação, ao Governo ter o propósito de efetivamente conseguir aumentar a taxa de investimento e, conseqüentemente, da economia brasileira?

Durante o período em que V. S^a trabalhou junto com o Ministro Palocci, algumas vezes dialogamos sobre os processos de transferência de renda, que, a partir de 2003, se desenvolveram com o programa Bolsa Família e que, em dezembro de 2003, quando V.

Ex^a estava no governo, tinha 3,5 milhões de beneficiários. Hoje, temos treze milhões e quase novecentas mil famílias beneficiárias, o que corresponde a algo como mais de um quarto dos 194 milhões de brasileiros. O senhor participou do diálogo que tive com o Ministro Antonio Palocci quando observei aqui que o então Relator da lei relativa à Renda Básica de Cidadania, Senador Francelino Pereira, ponderou a mim: “Eduardo, é uma boa proposta, mas procure torná-la compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo a qual, para cada despesa, é preciso haver a receita correspondente. Que tal você aceitar um parágrafo que diga que será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, portanto como o faz o Bolsa Família, até que um dia possamos ter a renda básica incondicional para toda a população”. E justamente em janeiro de 2008, graças àquela preocupação do Senador Francelino, que eu acatei e que foi inserida na lei, o Ministro Antonio Palocci transmitiu ao Presidente Lula, depois de um dos diálogos que tivemos no Ministério da Fazenda: “Presidente, como é para ser instituído por etapas, é factível. Pode sancionar”. E o Presidente Lula sancionou em 8 de janeiro de 2004.

Eu vou encaminhar ao senhor a cópia de uma carta, que encaminhei na semana passada, inclusive assinada pelo Líder Wellington Dias, e pelo Presidente da CAE, Senador Lindbergh Farias, no sentido de que possa a Presidenta Dilma Rousseff instituir um grupo de trabalho levando em conta até uma sugestão do Secretário de Economia Solidária, Paul Singer, para pensar em quais serão as etapas, como será possível, um dia, instituir uma renda básica incondicional para todos com todas as vantagens que V. Ex^a já ouviu de mim, que poderão advir de termos isto no Brasil.

Meus cumprimentos pela sua colaboração ao debate sobre a política econômica no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu quero dizer, em primeiro lugar, ao Prof. Marcos Lisboa que a sua fala foi uma das melhores que eu ouvi aqui, pela clareza, pela síntese, inclusive, e pela capacidade de transmitir uma convicção muito forte de uma percepção muito clara que o senhor tem da economia brasileira.

Eu falava com a Senadora Kátia, essa figura que todos admiram tanto, que, se ela, com o contato privilegiado que tem hoje com a Presidenta Dilma, se ela não... É o caso de a Presidenta ouvir vozes como a sua. Ela tem que sair daquele grupo fechado que há anos está em torno. Tem que ouvir mais gente, in-

clusive aqui no Senado, pessoas que fazem alertas. Tem gente que tem medo de crítica, mas crítica é uma forma de alerta, desde que seja respeitosa. Então, eu gostaria que a Presidenta o ouvisse e as pessoas que pensam como o senhor.

Mas, tirando proveito aqui, eu gostei muito quando o senhor falou que a gente precisa tratar os problemas de uma maneira horizontal. Eu quero trabalhar em dois sentidos: horizontal no sentido da complexidade do processo em que agir num lugar gera problema em outro – parece que o Governo não percebe isso – e horizontal no sentido de distância. A meu ver, está faltando horizonte no sentido de longo prazo e horizontal, sua expressão, no sentido da complexidade das variáveis econômicas. Estamos trabalhando com certo simplismo, e o preço é muito alto.

Mas, dito isto, e apesar de falar em termos de complexidade, eu queria lhe perguntar o que o senhor acha mais grave na atual complexidade, e eu vou colocar diversos itens.: primeiro, o superávit primário de 1% do PIB; segundo, o déficit em transações correntes de 3% do PIB; terceiro, o IPCA bem acima dos 4,5% e já ultrapassando a barreira, previstos 6,5%; quarto, o fato de a poupança total estar em 15% do PIB; quinto, se o senhor, com a sua posição privilegiada de analista, considera que a atual baixa – aí é um adjetivo que eu ponho – de credibilidade dos dirigentes da economia também é grave; o último é se a falta de tecnologia, de um nicho de bens de alta tecnologia no nosso setor industrial é ou não um ponto grave para médio e longo prazo. E, aí, sabendo de seu interesse, se o fato de o Brasil ser tão pobre em educação não faz parte dessa visão horizontal da economia com diversas variáveis. E, finalmente, pela sua relação pessoal, se é que eu posso me intrometer, o senhor acha que a Presidenta está ouvindo o ex-Ministro Palocci? É uma curiosidade que eu tenho, porque eu recomendaria, sim, que ela o ouvisse. E o Meirelles também.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Cristovam.

O Senador Presidente da Comissão teve que dar uma saída rápida, mas já está retornando.

Então, convido agora para fazer uso da palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O déficit da balança comercial apresentou, nesses primeiros quatro meses, US\$6 bilhões, contra um superávit, estimado no ano passado, de 20. A conta de serviços e a conta de rendas apresentaram déficit também superior a US\$10 bilhões. A projeção do déficit em conta corrente, por ano, é de US\$70 bilhões, e todos reconhecem que não será coberto pelos investimentos diretos. Existem muitas dúvidas sobre o vo-

lume de investimento financeiro que entrará no Brasil, principalmente em decorrência de algumas mudanças na política financeira dos Estados Unidos.

Minha pergunta é muito objetiva: como o senhor vê, para 2013, a situação da balança comercial, das contas correntes da balança de pagamentos?

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Dornelles, também pela objetividade, seguindo aqui a apresentação do Dr. Marcos Lisboa.

A palavra agora é do Senador Pimentel, e devolvo a direção ao nosso Presidente, Lindbergh.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senadora Vanessa Grazziotin, se V. Ex^a continuar na Presidência, não tenha dúvida de que abrilhanta a nossa Presidência e, acima de tudo, engrandece o nosso debate.

Eu queria saudar aqui o Senador Lindbergh Farias, nosso Presidente; saudar o Sr. Marcos Lisboa, nosso expositor; nossos Senadores e nossas Senadoras.

Eu queria começar, senhor expositor, abordando a questão do mercado nacional. O Brasil fez um esforço muito grande para criar o mercado de consumo, o mercado de massas, com a chamada nova classe média e com a recuperação do poder de compra dos trabalhadores, do salário mínimo, do ganho real que as categorias conquistaram nos últimos anos. Isso permitiu se criar um grande mercado de massas. E, se observarmos a nossa indústria da transformação, nesse setor nós deveremos ter, neste 2013, algo em torno de R\$94 bilhões de saldo negativo na balança comercial por conta da importação.

A pergunta é: o que nós podemos fazer para que a indústria brasileira, particularmente o setor de transformação, possa produzir para abastecer o mercado nacional e, com isso, diminuir a pressão sobre a balança comercial, em especial o setor voltado para esse segmento da indústria e transformação?

Lembro também que, no final do primeiro Governo Lula, em 2006, nós aprovamos o Simples Nacional, a micro e a pequena empresa. Nesse período, a participação da micro e da pequena empresa no mercado nacional era mínima, era insignificante. Nós tínhamos ali basicamente 1,337 milhão de micros e pequenas empresas formais no Brasil em 2006. Fizemos toda uma mudança na legislação, nas questões tributárias e também de formalização, desburocratizando e simplificando. Chegamos, hoje, a 7,3 milhões de micros e pequenas empresas formais no Brasil com um desempenho forte no setor de serviços e comércio.

Este setor, de 2007 para cá, foi basicamente aquele que cobriu o déficit do mundo do emprego. Nós tínhamos a indústria de transformação, a média e a

grande empresa, num processo de substituição da mão de obra, e consequentemente sem gerar emprego, e este setor gerou emprego suficiente para cobrir esse déficit e, ao mesmo tempo, um saldo médio anual de 1,5 milhão.

No último ano de 2012, esse saldo foi de 1,3 milhão de empregos. Nesse 2013, os dados que vêm do Caged, do Ministério do Trabalho, do nosso Sebrae demonstram que nós deveremos gerar em torno de 1,5 milhão novamente de empregos. Aliás, agora no mês de junho, o Sebrae fará um grande evento de comemoração dos seis anos do estatuto do simples nacional, da micro e da pequena empresa.

Eu pergunto a V. Ex^a: aqueles indicadores, os fundamentos de 2006 alteraram, e este setor necessita de um novo tratamento em face da nova realidade dos indicadores econômicos, da taxa de juros, de um conjunto de itens que hoje estão presentes. E esse segmento está basicamente no setor de comércio e de serviços. O que fazer para enfrentar isso?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado.

Vou passar para o Sr. Marcos Lisboa. Ele prefere responder esse bloco de quatro perguntas iniciais.

O SR. MARCOS LISBOA – Sobre a questão da indústria, do câmbio, Senador Suplicy, acho que aqui, do ponto de vista macroeconômico, a melhor política para enfrentar as dificuldades do câmbio é a política fiscal. A capacidade de o Governo, via intervenção direta no mercado de câmbio, ter impacto sobre o câmbio real é limitada. Infelizmente a intervenção no câmbio diretamente, com frequência, tem mais impactos inesperados e contraproducentes do que favoráveis. Quer dizer, o Governo consegue interferir no câmbio nominal; no câmbio real, que é o que interessa para a indústria, é mais difícil.

Por outro lado, uma política fiscal mais firme tem uma vantagem tanto do ponto de vista do câmbio, porque ela tende a levar a um câmbio mais depreciado, pela razão boa, porque a economia está mais saudável, quanto no combate à inflação, permitindo, inclusive, uma política monetária no fim menos rígida.

Então, um compromisso do Governo firme, crível – e nesse momento credibilidade é um tema a ser debatido. Como conseguir uma política crível de equilíbrio fiscal, sobretudo dado o que houve no fim do ano passado. Mas em realizando um ajuste fiscal bem mais significativo e sustentável em médio prazo, o Governo conseguiria enfrentar, melhorar as pressões sobre o câmbio e melhorar as pressões sobre a política monetária e sobre a inflação.

Acho que, do ponto de vista macroeconômico, a melhor forma de intervenção seria via política fiscal.

Vou fazer um parêntese rápido sobre o Bolsa Família, que foi, talvez, para quem não se lembra, o debate em que nós do Ministério da Fazenda mais sofremos críticas, naquele começo de 2003, ao defendermos a focalização das políticas sociais. E lembro-me bem das discussões com o Sr. Senador sobre inclusive como ajustar a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Bolsa Família. Acho que mostrou que política social focalizada dos mais pobres parece ser a política social mais eficaz, ao contrário das críticas da época.

O tema da infraestrutura apareceu em algumas perguntas e, em particular, em duas. Acho que o debate público é importante, inclusive para revelar as teses que não se confirmam.

Lembro que no começo do governo Lula havia muitos economistas que defendiam que o prêmio de risco do Brasil estava alto porque os juros eram altos. E a melhor maneira de baixar o prêmio de risco era baixar a taxa de juros.

O Governo fez o contrário. O Governo subiu os juros, subiu o primário e, ao contrário do que achavam os críticos, o prêmio de risco caiu.

O Governo seguiu, nos últimos anos, e isso tem que ser reconhecido, uma agenda demandada por grande parte da sociedade. Uma parte relevante da sociedade demandou uma agenda de forçar o câmbio para cima, os juros para baixo, e uma política de estímulos, empréstimos subsidiados, concessão de proteções. O Governo seguiu um receituário defendido por uma parte importante da sociedade.

O resultado foi frustrante. Acho que há que se reconhecer que algo na receita ou no diagnóstico tinha falhas. O Governo seguiu exatamente o receituário defendido por um grande conjunto de economistas e líderes empresariais. E o resultado, muito aquém do esperado, está vindo muito mais tarde. O que estamos vendo agora se esperava há dois anos. E os resultados não parecem ser otimistas para o futuro.

Fala-se muito em câmbio no Brasil, e acho que, de novo, a política mais eficaz na questão cambial é a política fiscal, que tem sido fragilizada. Não só fragilizada no curto prazo, com transferências e equilíbrio menor, mas também no longo prazo. Esse é um ponto relevante, é um ponto preocupante. Para mim, a preocupação com o Brasil é muito mais com o médio e longo prazo do que com o curto prazo.

Estamos criando uma série de mecanismos, o Brasil e a sociedade brasileira vêm criando uma série de mecanismos de transferir recursos futuros. Hoje, empréstimos a taxas de juros abaixo das de mercado, significa o compromisso do Estado de transferir recursos, fragilizar o seu fiscal, não hoje, mas daqui a alguns anos; aumento de endividamento; aumento da

dívida bruta. Quer dizer, hoje não apenas as contas fiscais tradicionais de curto prazo estão fragilizadas – e elas estão –, mas também estamos comprometendo recursos fiscais do futuro, de uma forma que me parece não integralmente, talvez não com a transparência e a clareza que deveria ter. Nem toda a concessão de benefício, de privilégios e de transferências passa pelo Orçamento; várias não passam. E isso gera uma fragilidade futura para a economia e significa uma economia com maior dificuldade de crescer no futuro.

Acho que seria saudável se todo subsídio concedido pelo Governo, se toda concessão de privilégios e proteções tivessem uma clara rubrica no Orçamento, e fosse transparente, para a sociedade definir. É justo a sociedade fazer transparência? Participando da época do Bolsa Família, que é um programa de transferência, acho eu, extremamente bem-sucedido e referência no mundo. Mas acho que essa transparência e essa contabilidade total deveria ser realizada, porque, caso contrário, vão se proliferando transferências, privilégios que ficam invisíveis para a sociedade, vão gerando distorções, perda de eficiência e é um pouco do que o Brasil já viveu no passado e que gastou 20 anos tentando arrumar a casa. Infelizmente, acho que há um pequeno retrocesso nos últimos anos.

Fala-se muito sobre câmbio. Acho que a indústria sofre no Brasil com um problema muito mais sério. O custo da infraestrutura e a dificuldade do avanço do investimento nas condições básicas para o funcionamento da atividade econômica têm sido crescentes no Brasil. Qualquer indicador que se levante sobre as condições de profissão no Brasil são incomparavelmente piores do que em outros países. Impostos sobre a produção, temos os maiores do mundo. Saiu recentemente o relatório do Fórum Mundial sobre competitividade de diversos países, feito por um economista renomado, Sala i Martín, mostrando que o Brasil está em último lugar, literalmente. Nas últimas posições em tudo que se refere à carga tributária, à sua produção, sua complexidade, sua extensão.

A tributação, na época do governo, fizemos uma pesquisa, inclusive para levantar o que mais afeta a formalização das empresas, que é um tema relevante no Brasil. A empresa informal é menos produtiva, tem mais dificuldade, gera emprego de pior qualidade. E a resposta, invariavelmente, é a tributação. Nossa tributação sobre a produção ainda é elevada, é complexa; a complexidade tributária do Brasil é inegável, subscreve o nosso sistema em qualquer outro país e a complexidade necessária para que as empresas possam pagar seus impostos e não é crível em outro país que tenhamos o que temos.

Mas o mesmo vale para importação e exportação, liberar mercadorias do porto, qualquer indicador de tempo de liberar mercadorias do porto, Brasil e outros países, tempo de transporte na rodovia, dificuldade de construção, meios de transporte com logística, dificuldade de construção de aeroportos. E, saindo um pouco do discurso usual de atribuir culpados, parece-me que no Brasil temos uma dificuldade muito maior. Temos um marco regulatório extremamente deficiente em tudo que regula investimento e infraestrutura.

Nós temos agências frágeis em comparação com os países, sem poder normativo claro, sem saber o que a agência pode, o que não pode; uma sobreposição de órgãos de controle e uma legislação que, com frequência, é extremamente detalhista e, com frequência, é ausente; com frequência, estão em lei temas operacionais que deveriam estar na gestão do Executivo público, e ausência sobre critérios de regulação que levam à incapacidade de tomar decisão; processos que se alongam durante anos e, com frequência, uma liberação para a construção de uma edificação urbana pode demorar três, quatro anos para ter uma liberação; investimentos que começam e são surpreendidos com pedidos. Falta de clareza dos mecanismos compensatórios.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS LISBOA – Eu estou me estendendo.

Para mim, essa agenda é uma agenda muito mais relevante e é uma agenda que afeta o nosso setor produtivo de uma forma muito negativa no País, e crescente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Senadora Kátia Abreu.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) *(Fora do microfone.)* – Por favor, eu tenho a impressão de que o senhor só respondeu os questionamentos feitos pelo último orador.

O SR. MARCOS LISBOA – É verdade. Faltou a do Senador Pimentel e a do Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) *(Fora do microfone.)* – E a do Senador Cristovam também.

O SR. MARCOS LISBOA – É verdade. Eu me entusiasmei aqui. Peço desculpas aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Que nada.

O SR. MARCOS LISBOA – Eu concordo integralmente com o Senador Cristovam Buarque integralmente. Eu acho que a política horizontal ela é fundamental. Acho que educação é um tema do Brasil. O Brasil melhorou o acesso à educação, mas infelizmente, nós

temos indicadores ainda pouco melhores do que da África Subsaariana. E pior: os indicadores de qualidade da educação no Brasil são bastante deficientes, em particular em matemática. Esse é um tema sério, relevante. Todos os trabalhos que eu conheço indicam a importância da educação para o crescimento, e essa é uma área que o Brasil penaliza. E, sobretudo, pegando outro ponto do Senador Cristovam Buarque, afeta a difusão de novas tecnologias.

O setor externo, Senador Dornelles, de fato, acho que é uma dificuldade que nós temos. O Brasil, hoje, está em uma situação muito melhor do que no passado. Nós temos reservas, o que nos dão conforto. Agora, eu acredito que essa oscilação regulatória que nós temos tido mais a falta de estabilidade a longo prazo e clareza na política fiscal acabam fragilizando as nossas contas externas. E não à toa, no dia que se tira o IOF, que, em princípio, para ajudar o câmbio ir para baixo, ele vai para cima. E as pessoas estavam querendo sair do País e não ficar.

Eu acho que toda essa instabilidade da nossa economia interna e as dificuldades que eu mencionei acaba por tornar o País um País interessante para se emprestar e, infelizmente, um País menos interessante para se investir. O mesmo fenômeno que afeta negativamente o investimento doméstico, afeta o investimento externo; e como o senhor mencionou, o investimento direto, entre outros.

Então, eu acho que é mais um cenário de um quadro de uma economia que tende a crescer menos no futuro do que pôde crescer no passado.

Para terminar – do Senador Pimentel –, eu acho que além da questão tributária, as diversas reformas, como o Simples, como a lei do empreendedorismo, do microempreendedor foram na direção correta, mas eu concordo integralmente, que essa é uma agenda fundamental. O nível de formalização no mercado de trabalho no Brasil, passou de 45% para 55% nos últimos 15 anos. Foi um imenso avanço, mas ainda a informalidade no Brasil é muito elevada, e eu acredito, em grande parte associada a nossa complexidade tributária e elevados impostos na produção.

Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

O último bloco de Senadores, iniciando com a Senadora Kátia Abreu, seguidos pelo Senador Armando Monteiro, Senadora Ana Amélia, Senador Pedro Taques, Senador José Agripino, eu, Presidente desta Comissão.

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Muito obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar o economista Marcos Lisboa, é um prazer poder recebê-lo aqui na CAE para uma discussão tão importante para o Brasil.

Algumas perguntas rápidas e objetivas.

Em primeiro lugar, o agronegócio brasileiro convive debaixo do mesmo sol, das mesmas estradas, dos mesmos impostos, dos mesmos portos, da mesma carga. Por que o agro foi e alguns outros setores têm dificuldade? A minha impressão, pois não sou economista, mas a minha impressão é de que a inovação e a tecnologia fizeram a diferença. Inclusive a produtividade da mão de obra do agro cresceu em torno de 4, e a da indústria, nós sabemos que foi negativo, em torno de 0,4.

Segundo ponto. Nós estamos vivendo um período interessante. Nós temos um desemprego baixo, mas com a produtividade baixa e ao mesmo tempo uma mão de obra criando inflação, produzindo inflação.

A inflação de mão de obra, pelo menos no setor agropecuário e nos setores intensivos de mão de obra, eu vejo mais de perto. Os produtores de café, laranja, cana, cacau, leite, precisam de muita mão de obra em detrimento de outras lavouras que são mecanizadas, onde está praticamente impossível de trabalhar e ter algum tipo de renda. Então, eu gostaria do seu comentário a respeito dessa inflação de mão de obra nesse quadro de desemprego baixo e produtividade também baixa.

Eu acredito que ainda há uma luz importante que todos nós talvez devêssemos observar: é que ainda as relações de troca estão bastante positivas, quer seja pelas *commodities*, que às vezes são tão criticadas... mas a valorização nos últimos anos das *commodities* fez com que, em detrimento dos produtos industriais importados, essa relação melhore a renda do trabalhador.

Meu último questionamento. Com relação à indústria, nós estamos vivendo uma perda de importância da indústria no Brasil ou estamos vendo esse fenômeno no mundo todo? É algo localizado, brasileiro, ou é algo que em outros países o senhor tem observado, assim como alguns números que eu tenho acompanhado internacionalmente?

Será que há mesmo esse fenômeno de importância da indústria ou será que os parâmetros dessa definição não deveriam ser reavaliados? Por exemplo, um iPhone, um iPad é um produto industrial? Ou de US\$500,00 nós temos aqui apenas US\$30,00 ou US\$33,00 de produto manufaturado e US\$8,00 de montagem na China; e o restante é o quê? Nós vamos chamar isso aqui e classificá-lo como produto industrial?

Nós podemos dizer que a soja transgênica, com todos os defensivos e insumos de altíssima tecnologia, utilizando máquinas de agricultura de precisão, é um

produto primário? Então, eu queria saber a sua opinião. Até estou tentando escrever alguma coisa para sábado que vem, na *Folha*, a respeito desse assunto.

Não teríamos que, talvez, reverter esse conceito? E até mesmo aquele sonho de brasileiro de 40, 45 anos atrás, quando éramos importadores de comida cara, quando o brasileiro ainda sonhava em ser um País industrializado...

(Soa a campanha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Por que naquele tempo se justificava, pois indústria era sinônimo de desenvolvimento. Então, ainda existem muitos brasileiros que sonham... poucos brasileiros que ainda sonham – grupos – com que o País seja uma grande indústria.

Na verdade, com essa globalização, as coisas precisam ser totalmente invertidas. Não existe mais o produto nacional industrializado. Eu preciso me preocupar com partes desses produtos que são fabricados no mundo e que possam ser fabricados no meu território, mas não um produto completo, nacional, “eu quero um carro brasileiro, um iPhone totalmente brasileiro”.

A China está feliz da vida em cobrar US\$8,00 para montar os iPhones e os iPads do mundo. Então, acho que esse é o caminho da produtividade, da excelência da produtividade, a especialidade; é você se concentrar num eixo da cadeia, num item da cadeia, num produto com que você vá fazer a diferença. Acho que é isso que importa para todos nós.

Então, eu gostaria de ver as suas impressões sobre essa questão da indústria, sobre o que tenho lido e tentado entender dessa desindustrialização; depois de tanta inovação e tecnologia vem a mudança desses paradigmas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu. Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu quero cumprimentar o Marcos e dizer que gostei muito da exposição que ele fez e queria iniciar lembrando a sua participação nos idos de 2003, quando foi necessário – e eu evidentemente relativizo isso – um choque de credibilidade naquele momento em que o governo Lula se instalava e o mercado dava sinais muito preocupantes.

É bom lembrar que naquele momento o dólar flutuou de 2,30 e bateu em 4. É bom lembrar que a inflação, as expectativas de inflação naquele ano rodavam em torno de 11%, que chegamos a ter, no final do ano, no mês de dezembro, a inflação batendo em 3%, é bom lembrar que, naquela época, a dívida pública em relação ao PIB chegou a passar de 50%, 56%, e que

foi necessário, portanto, naquele primeiro momento, dar um choque de credibilidade na política econômica.

E aí a equipe que o Marcos integrou foi muito bem-sucedida, embora, num primeiro momento, cercada de certa incompreensão. O fato é que aquela ortodoxia, ou seja, a utilização de instrumentos que eram até amargos, terminou por criar as condições para que um ciclo de crescimento econômico pudesse ser vivido depois. Para isso, alguns sinais importantes foram emitidos. Por exemplo: superávit primário na época anunciado, de 4,25% – isso tudo inscrito na Lei de Diretrizes Orçamentárias –; as metas de inflação definidas previamente, com rigor, mostrando que haveria o compromisso de que fosse cadente; e algumas reformas importantes, como por exemplo, na Previdência, uma sinalização importante.

Eu perguntaria o seguinte. Neste momento – e volto a dizer: relativizando as circunstâncias –, precisamos dar um choque de credibilidade na política econômica. Isso passa necessariamente pela política fiscal. Eu reconheço que a origem do desajuste que estamos vivendo é exatamente a frouxidão, o caráter expansionista, o caráter menos responsável da política fiscal. E sem deixar de lembrar que os truques utilizados nos últimos anos, esses truques contábeis que chamam de contabilidade criativa, terminaram também criando, por assim dizer, uma dúvida sobre a credibilidade dos resultados e das próprias contas.

Então, eu pergunto: nessa perspectiva, a proposta do Delfim de se buscar, de se anunciar um déficit nominal zero – ou seja, em vez de falar de superávit primário, vamos falar de déficit nominal zero –, não contribuiria para que se pudesse credibilizar a política econômica, sobretudo considerando que essa âncora fiscal é fundamental? Essa é a primeira questão.

A segunda é exatamente uma reflexão sobre a questão do Sistema Tributário Nacional. Você fez referência àquele estudo do BID. O Senado tem um papel importante; aliás, um papel que representa a sua própria competência do ponto de vista legal e a sua atribuição constitucional. Nós estamos discutindo neste momento a reforma do ICMS...

(Soa a campanha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – ...sobretudo a redefinição das alíquotas interestaduais, porque uma das facetas reveladoras da desfuncionalidade e da complexidade do sistema é o caos no ambiente do ICMS: contribuintes iguais que são tratados de forma desigual, dispersão de alíquotas, disparidade de alíquotas. Evidentemente, a reforma deve começar pelo ICMS.

Como você vê a questão das alíquotas interestaduais como pré-condição para que se possa arrumar minimamente esse ambiente do ICMS?

Ainda na área tributária, a reforma do PIS/Cofins, porque fomos construindo realmente um monstro nessa área, o pior ambiente. Quer dizer, havia um sistema cumulativo, depois fomos para um sistema não cumulativo, elevamos extraordinariamente as alíquotas. Hoje, convivem vários regimes no PIS/Cofins. Em suma, é um caos. O que você aponta como necessário na reforma do PIS/Cofins?

Finalmente, para não dizer que não falei da indústria – aqui, minha colega Kátia, de forma muito brilhante, trouxe uma palavra sobre o assunto –, eu queria adicionar o seguinte ponto: a indústria está realmente desafiada, parece que há um quadro de perda de posição relativa e que se pode traduzir como precoce, no caso do Brasil. Daí a preocupação. É precoce. Por quê? Porque, num país de renda média, admitir que a indústria possa perder posição de forma tão acentuada é algo preocupante. Essa tendência de diminuição da participação da indústria se dá em economias mais maduras, em que necessariamente o setor terciário vai ganhando importância, e importância crescente.

Mas o problema hoje da indústria no Brasil me parece que está fundamentalmente ligado a uma constatação. Nós temos custos altos – ficou caro produzir no Brasil –, custos sistêmicos e agravados também por alguns custos em que nós tínhamos vantagens há poucos anos e passamos a ter desvantagens.

Hoje a Firjan publica um estudo sobre esse descompasso entre a elevação do custo unitário do trabalho e a produtividade. O salário real no Brasil cresceu, em 10 anos, em dólar, mais de 100%: 112%. Enquanto isso, na Alemanha... Os Estados Unidos tiveram uma redução de salário em termos relativos. O México e outras plataformas importantes manufatureiras tiveram redução. Então, o problema da indústria talvez se traduza na constatação de que temos custos hoje mais altos do que os países asiáticos e temos menos inovação e conhecimento que os países desenvolvidos. Então, nós estamos, por assim dizer, a meio caminho.

O desafio qual seria? Atuar para reduzir esses custos sistêmicos – e não é uma tarefa trivial – e ao mesmo tempo impulsionar essa agenda da inovação, que será a chave para os ganhos de produtividade futuros.

Então, era essa a reflexão que eu gostaria de endereçar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro. Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Lindbergh Farias.

Caro Dr. Marcos, parabéns pela sua exposição muito objetiva. Eu, também pela minha história como jornalista, tenho que fazer uma frase com ponto de interrogação para V. Ex^a.

Sigo na linha de raciocínio do Senador Armando Monteiro e tenho uma preocupação com o dia a dia das pessoas, as donas de casa que vão mercado e veem os preços aumentando. A inflação está preocupando, é o tema da agenda de discussão de Governo e da sociedade de modo espacial. Porque a estabilidade econômica foi uma conquista de todos.

Eu lhe pergunto: esta inflação que está aí, como enfatizou o Senador Armando, é de custos, é uma inflação de demanda ou uma inflação de escassez? O tomate foi o vilão até pouco tempo. Eu me lembro de que, na época do então Ministro Mário Henrique Simonsen, era o chuchu; a inflação do chuchu – o senhor era muito jovem e talvez não se lembre disso. E ele dizia à época que era uma inflação polimorfa, com várias razões para a inflação. Queria uma palavra do senhor, porque isso é que está realmente na boca do povo. As pessoas falam sobre isso e, especialmente, numa área de que V. Ex^a falou muito, a de serviço, sobre a baixa produtividade, e os serviços é que estão trabalhando nisso.

Queria saber do senhor também qual é o ponto mais nevrálgico da política econômica atual. V. Ex^a mencionou muito a questão fiscal, se é a questão fiscal, a questão monetária, a questão cambial ou a questão da logística.

Queria também saber em que medida, Dr. Marcos Lisboa, a antecipação de uma campanha eleitoral – são 18 meses de antecedência – pode ou está contaminando a questão econômica, porque isso tem custos também.

Como o senhor classificaria a política econômica da Presidente Dilma Rousseff? Há uma crítica de que ela tem uma interferência pessoal nas questões econômicas, diferentemente do Presidente Lula, que manteve no Banco Central o Presidente Henrique Meirelles durante os dois mandatos; ele permaneceu no cargo. O Banco Central tinha um peso, eu diria, político também, e não só técnico e econômico. Então, essa interferência que às vezes é cobrada tem algum... Não quero criar nenhum problema para V. Ex^a, um constrangimento, uma saia justa, mas acho que a economia é real.

E aqui houve um fato interessante: o Governo desonerou a energia elétrica para os consumidores domésticos e o que aconteceu? O Governo também estimulou o consumo de bens que usam energia, ele-

trodomésticos, e houve um aumento do consumo de energia elétrica nos domicílios.

Nós podemos, eventualmente, correr risco de um apagão futuramente?

Estou ao lado da Presidente da CNA, Senadora Kátia Abreu. Não fosse o desempenho da agropecuária brasileira, o nosso PIB teria sido, digamos, vergonhoso, para não dizer pior. Então, o que sustentou um crescimento menos medíocre foi o desempenho da safra agrícola.

De fato a agropecuária, com todas as inovações tecnológicas introduzidas no campo...

Eu sou do Rio Grande do Sul, um Estado que tem usado muito a inovação tecnológica, a agricultura de alta precisão, manejos adequados. Esse é o caminho? Vamos continuar a ser exportadores de matéria-prima, sem agregar valor, como alguns setores tanto cobram no Governo?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, muito rapidamente, quero cumprimentar o Prof. Marcos Lisboa e saudar sua independência e honestidade intelectual, que são raras em alguns momentos que vimos aqui, na CAE.

O senhor, no início do governo Lula, foi um defensor, talvez o mais ativo defensor da chamada agenda microeconômica, de algumas reformas. O que deu errado, Professor? O que precisaria ter sido feito e não foi feito? Por que chegamos a este ponto relatado pelo senhor aqui? Qual é a nossa agenda pendente? Onde nós perdemos o bonde da história ou a própria história nesses últimos dez anos?

É lógico que não quero constrangê-lo nem podemos fulanizar a conversa, mas o senhor é um intelectual da área econômica. Gostaria dessa honestidade que o senhor nos trouxe aqui, sendo simples, falando sem rebuscados. Eu o cumprimento por isso.

A segunda pergunta bem objetiva: essa política industrial de incentivos ao crédito e isenção fiscal não horizontal, isso vai nos levar a quê?

E uma terceira pergunta: a utilização do BNDES para criar campeões em determinados setores, o que o senhor entende disso? Isso é ou não é favorável?

São essas as perguntas. Mais uma vez, parabéns pela sua objetividade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino.

Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Marcos Lisboa, eu gostaria de dizer que é um privilégio para esta Co-

missão ouvir V. S^a, porque é um homem que esteve dos dois lados do balcão: dentro do governo e na iniciativa privada. Então tem uma vivência muito grande, além da sua formação acadêmica, que é de primeira qualidade.

Eu queria ir direto ao ponto.

O senhor disse, com muita propriedade, que, num dado momento, ou recentemente, o Governo praticou taxa de juros baixa, financiamentos privilegiados, incentivados, e câmbio favorável. Então, reuniu três coisas muito importantes: câmbio bom para exportação, juros baixos para compras ou até para investimentos e financiamentos privilegiados. E mesmo assim não deu certo. Não deu certo porque o PIB fraco não correspondeu a esse esforço gigantesco que foi feito no sentido de criar condições macroeconômicas favoráveis.

O meu medo – e digo isso como brasileiro – é que nós tenhamos um problema de DNA. E explico.

Eu já fui governador e sei o que é eficiência. Quando você tem capacidade de gasto, você tem governo eficiente. E o atual Governo... Eu estava com elementos agora há pouco, anunciados pelo Governo hoje, com relação ao PAC: R\$557 bilhões de investimentos em obras de infraestrutura logística. Só R\$50 bilhões foram do Governo; o resto é de estatais ou de empresa privada. Ou seja, a eficiência do Governo nesses R\$557 bilhões é de menos de 10%.

O que eu penso, com o que me preocupa e peço a sua manifestação?

Eu tenho a impressão de que o atual modelo de governo encerra quadros não qualificados e estruturas incapazes de promover gastos, de, tendo dinheiro, realizar esses gastos, por dificuldades com o Ministério Público, pela Lei de Licitações, que são problemas que existem para serem superados. Se você tem uma estrutura de governo que não é capaz de gastar, você não produz a infraestrutura de que o País precisa, diferentemente, por exemplo, do México, que se preparou, fez quadros, não aparelhou o Estado, não colocou pessoas de partidos políticos... Não é só do PT não, mas de todos os partidos, por afiliadismo, não por meritocracia. Então, você trava o País.

O segundo ponto, minha segunda preocupação – isto é seriíssimo; que eu sinto que isso está ocorrendo no Brasil – é que a perda de competitividade é produto de perda de eficiência, porque as estruturas de governo não são capazes de superar as dificuldades. O Brasil, hoje, é um país sem planejamento. Eu fui prefeito no tempo em que existia EBTU e Geipot, que produziam o planejamento urbano capaz de fazer a licitação pelo preço correto e executar a obra porque o projeto estava pronto. Isso não existe mais, nem em política urbana, nem em política nenhuma. A transposição do São Francisco é um exemplo claro disso. Ela

está com as placas de concreto reviradas porque não tem um projeto. Foi feita uma concorrência pública com efeitos político-eleitorais, e está aí o resultado.

O segundo ponto, que é outra preocupação tão grande quanto essa primeira, que é endêmica, é DNA, é digital de governo, o que é difícil de superar, é o intervencionismo do Governo. Isso vai direto na credibilidade do Governo. Nós estamos carentes hoje... Com essa balança de exportações capenga como a que estamos enfrentando e assistindo neste momento, os investimentos diretos são fundamentais.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – O Governo, a toda hora, muda a regra do jogo, faz intervenções pontuais. Então, isso desencoraja o investidor externo. Eu acho que isso é outro megaproblema e eu queria ouvir a sua opinião quanto a isso.

E a terceira e última, para não ser muito longo, diz respeito àquilo que foi brilhantemente colocado pelo Senador Armando Monteiro, que é o nosso sistema tributário. Aí, eu acho que você produz eficiência e competitividade se você tiver infraestrutura adequada, porque empresário privado, ousado e capaz nós temos. Basta ver na agricultura. O que nós temos é problema de infraestrutura – aeroporto, estrada, porto, e por aí vai – e carga tributária, que não é só carga, mas carga e sistema tributário. É cumulativo. Eu também queria ouvir sua opinião sobre a perda de competitividade do Brasil e o peso do sistema tributário e da carga tributária dentro dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Prof. Marcos Lisboa, eu sou o último inscrito e vou fazer aqui uma...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, o senhor poderia me conceder um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Ministro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Professor, a relação dívida líquida/PIB hoje está em quarenta e poucos por cento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Trinta e cinco.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A relação dívida bruta superou 70. Grande parte dessa diferença entre a bruta e a líquida decorre de operações de crédito feitas ao BNDES. Essa operação União/BNDES lembra um pouco a antiga conta movimento?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Olha, Senador Francisco Dornelles, Prof. Marcos Lisboa, agradeço muito essa presença aqui no dia de hoje. Deixa-me remar um pouco contra. Na ver-

dade, se a gente for discutir a nossa questão fiscal, nós temos uma relação dívida/PIB cadente: hoje é de 35% do PIB. O déficit nominal, com todas as dificuldades do ano passado, é cadente também. Nós caímos, em 2011, de 2,61 para 2,47. Falo isto porque há um diálogo que tem que ser feito. O que teria acontecido com a economia se tivéssemos feito um superávit primário meta cheia no ano passado? A economia cresceu 0,9. Cresceu 0,9! O que teria acontecido? Eu não tenho dúvida de arriscar que nós teríamos fechado o ano com um crescimento negativo. Recessão. Recessão!

Eu fico olhando... O Senador Armando Monteiro fala da indústria. A pressão em cima da indústria é violentíssima. Nós não podemos, este País, voltar a ser exportador de matéria-prima. Temos que defender a nossa indústria. O Senador Armando Monteiro falou em déficit nominal zero. Eu sou defensor da tese do déficit nominal cadente. Isso poderia ser um compromisso firmado. Agora, como conciliar déficit nominal zero agora com desoneração da indústria? Tem como fazer? Não, não tem como fazer. Então, vamos aqui... Entendeu? Nós não podíamos derrubar a economia dessa forma. Eu estou querendo dizer que na teoria fica tudo muito bonito, mas no mundo real, aqui... Nós temos 72 bilhões de desoneração este ano. Isso é fundamental. A indústria começou a dar os primeiros resultados agora.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu sei que o Senador Lindbergh já está fazendo um contraponto, e é legítimo, com autoridade presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Agora, eu quero dizer que nós estávamos querendo ouvir a avaliação do Marcos Lisboa, mas eu estou à disposição de V. Ex^a também, para que possamos debater nessa linha. Não há nenhuma dificuldade em lhe explicar o que V. Ex^a identificou como uma aparente contradição. Não há dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas é contradição. O problema fundamental do superávit primário no ano passado foi a desoneração à indústria, que acho que foi um caminho correto, feito pela nossa Presidenta Dilma Rousseff.

Nós sabemos de todos os problemas, Prof. Marcos Lisboa, do desafio para aumentar investimentos em infraestrutura. O PIB foi fraco, mas aumentamos 4,6% em investimentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, mas

há esses dados aqui. Nós sabemos do esforço em relação a essa MP dos Portos. Muita gente fala

que é intervenção na economia a medida provisória de energia elétrica. Não é nada disso.

Mas eu não quero me aprofundar nesse tema. Só estou querendo colocar esse outro lado, porque eu não tenho dúvida ao dizer que nós teríamos derrubado a economia... A grande questão hoje, no País, é como conciliar crescimento econômico – esta é uma dificuldade do Brasil e do mundo – com combate à inflação.

Mas o que eu acho fundamental, Prof. Marcos Lisboa, da sua vinda aqui é que o senhor teve um papel fundamental na história deste País. O senhor, juntamente com o Ministro Palocci, no começo do governo do Presidente Lula, o senhor à frente, desenvolveu uma série de políticas de reformas microeconômicas que foram fundamentais para nós aumentarmos esse crédito ao consumo, criarmos esse grande mercado de consumo de massas.

E a minha pergunta ao senhor é a seguinte: quais os próximos passos dessa agenda? Nós estamos tentando discutir nesta Comissão de Assuntos Econômicos uma pauta legislativa própria, uma agenda da desburocratização e da competitividade, e nos seria muito útil a participação do senhor nesse processo.

Acho que esse é um debate desta Comissão de Assuntos Econômicos que está acima dos partidos. Nós temos divergências sobre políticas macroeconômicas, mas há uma pauta que une os mais diversos partidos deste Senado Federal, e essa pauta de continuidade dessa agenda de reformas microeconômicas é uma pauta fundamental.

Então, parabenizando e cumprimentando o senhor pelo trabalho, encerro com essa pergunta.

O SR. MARCOS LISBOA – Quero dizer que é sempre um prazer vir a esta Casa. Esta Casa sempre impressiona, e é uma honra poder voltar.

Vou começar pela Senadora. Eu acho que essas dificuldades crescentes institucionais do Brasil afetaram todos os setores. Acho que o agronegócio também sofre, acho que a indústria sofre. A senhora tem razão. O agronegócio compensa parcialmente as dificuldades da infraestrutura e da logística no Brasil por ganhos de tecnologia. O que eu acho é que uma boa política industrial. Acho que é parte do esforço privado de um Estado que investiu em desenvolvimento e tecnologia. Nós não nos podemos esquecer do papel relevante da Embrapa nesse processo.

Acho que essa é a política industrial correta, ao contrário de outras políticas. É uma política que ajuda, em parceria com o setor privado, a desenvolver, a ajustar o plantio. E colaborou para um grande desenvolvimento do agronegócio, não obstante as imensas dificuldades, porque nós gostamos de atrapalhar o crescimento do setor privado no Brasil, e o agronegócio

sofre pela falta de estradas, pelas dificuldades regulatórias, por uma incerteza na ação dos órgãos de controle muito forte. Compensou com tecnologia, que é a maneira, a meu ver, correta de compensar, quer dizer, acho que o melhor caminho para o crescimento da economia é via produtividade: tecnologia é um mecanismo, melhoras institucionais são outro mecanismo. Acho que empréstimo subsidiado não é um mecanismo em geral. Em geral, isso reduz produtividade no aumento. Empréstimo subsidiado em geral... E, sobretudo com o tema “a escolha de vencedores”, porque, se funciona a regra de mercado da meritocracia, isso vai para um investimento mais rentável. Se você tem que furar a fila da meritocracia para escolher um setor para ser protegido é porque você está tirando recursos que iram para setores mais eficientes, mais produtivos para destiná-los a setores menos produtivos. Portanto, a produtividade cai.

Mas acho que, com a quantidade de distorções... A nossa economia sempre teve um número exagerado de distorções. E esse número de distorções tem crescido nos últimos anos. Isso tem uma consequência econômica muito negativa que é, inclusive, a perda de referência. Acho que a própria indústria, os setores produtivos perdem a referência do que é o Brasil ter mais vantagem competitiva. É tamanha a distorção tributária, as proteções não tarifárias que não são discutidas. Importar uma série de produtos relevantes para a construção civil, por exemplo, ou para serviços médicos, da prótese ao vergalhão, é quase impossível no Brasil. Uma comparação dos preços no Brasil com os de fora mostra a disparidade dos preços no Brasil. E porque são proteções que não estão explícitas, elas não são tarifas, elas são disfarçadas sobre regras técnicas.

E a indústria sofre uma consequência muito negativa, sobretudo na parte de bens de capital e insumos. A grande pauta de exportação no Brasil é de bens de capital e de insumos. E tecnologia para a indústria vem via bens de capital.

Senador Armando Monteiro, acho que sim, acho que um dos problemas graves que temos é a questão da credibilidade, isso afeta. Quer dizer, o investimento longo requer um cenário minimamente previsível. Na medida em que as regras do jogo mudam com frequência, ora há IOF, ora não; ora muda a política fiscal, ora muda a política monetária; afinal, a meta é 4,5 ou tem uma folga? Quer dizer, isso cria um ruído no ambiente econômico que desestimula o investimento. Credibilidade muitas vezes requer ações mais firmes. Às vezes, movimentos institucionais, movimentos de reformas, movimentos que garantam a credibilidade da política. Porque, com o tempo, o discurso vira palavras

frágeis, quando ele é repetido várias vezes e os dados insistem em desmenti-lo. Vou voltar à questão fiscal no final, porque ela gerou certa polêmica.

Acho que há uma agenda de reformas que é fundamental. Primeiro, a agenda de reformas em algumas áreas mostrou que coisas simples podem ter muito impacto: consignado, letra de crédito do agronegócio, letra de crédito imobiliário, área de falências – o número de falências caiu pela metade no Brasil –, o financiamento imobiliário, com a 10.931. Enfim, mostrou que coisas simples... O consignado é uma ideia muito simples. No entanto, os juros para as famílias caíram para menos da metade do que eram. Os juros mensais eram de 7%, 8% ao mês e caíram para 2%, 2,5%. E lá ficaram desde então.

Acho que se tem que fazer uma agenda importante para tirar toda essa complexidade do nosso sistema. Não tem por que o Brasil gastar muito mais dias para importar uma mercadoria, para tirar uma mercadoria do porto do que outros países. Não tem por que abrir e fechar uma empresa ser tão complicado. Não tem por que levar soja do Centro-Oeste para o porto ser essa operação que gera um custo desnecessário para uma atividade produtiva que no fim é uma perda de bem-estar para a sociedade. A sociedade fica mais pobre.

Essa não é uma agenda com charme, essa não é uma agenda de grandes notícias, essa não é uma agenda da primeira página no jornal. Ela é uma agenda difícil, é uma agenda do detalhe, é uma agenda técnica, que requer a participação de todos e um debate transparente. Ela não é uma agenda que dá grande medidas de repercussão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS LISBOA – Não é eleitoral. Agora, é uma agenda essencial. Essa agenda é essencial. Ela é trabalhosa, ela é do detalhe.

E o senhor perguntou onde nós tivemos maior fracasso. Eu acho que precisamos das agências regulatórias. Acho que o ambiente regulatório, de fato, é uma área em que o Brasil teve avanços. Começou a ter avanço no governo Fernando Henrique, e acho que infelizmente esse é um debate que a sociedade travou e o caminho foi o da fragilização das agências.

Hoje, ao invés de termos agências com o poder normativo mais claro, menos questionadas na sua autonomia, nós fomos na direção contrária. E muitas vezes eu sei que é tentador o poder discricionário, a capacidade de tomar decisão. Às vezes, na política, na gestão, nós gostamos de ter capacidade de decidir. No entanto, a capacidade de decidir, muitas vezes, ao contrário, fragiliza e não fortalece.

Um debate que não conseguimos levantar no Brasil foi o da autonomia do Banco Central, por exem-

plo. Isso fortalece a política, não fragiliza a política. O fortalecimento das agências fortalece a política, dá mais tranquilidade, dá mais serenidade, é melhor para o País. O País fica mais forte. Infelizmente, essa é uma agenda em que retrocedemos, e retrocedemos de forma importante, e hoje é o custo da energia, é o custo da logística, é o custo de serviços fundamentais que o País poderia ter em prazos e condições muito melhores do que tem atualmente.

Essa é uma agenda também na parte tributária. Quer dizer, a complexidade do sistema tributário, os impostos sobre produção, isso gera uma incapacidade de a nossa economia crescer. Isso reduz e afeta a produtividade da nossa economia, tira a capacidade de crescimento e induz à informalidade, que é menos produtiva e é extremamente perniciosa ao País. Quer dizer, impostos mais simples, mais claros, é uma agenda de simplicidade. Regras comuns, regras simples, procedimentos facilitados, eficiência na tomada de decisão, acho que essa é uma agenda importante, é uma agenda difícil.

Política industrial e BNDES, eu vejo com preocupação. Em primeiro lugar, é uma agenda que, com frequência, frustra, gera perda de produtividade. Isso hoje está sendo debatido na imprensa com os números que tem, e acho que, no caso do BNDES, como no caso de boa parte da política pública, falta avaliação. Acho que uma agenda fundamental... O Brasil é um país onde se tem uma facilidade muito grande em introduzir políticas, criar mecanismos, criar instituições. Lembro-me da época do Bolsa Família, em que estávamos olhando a quantidade de programas de transferência de renda e somavam dezenas; a gente conseguiu unificar apenas quatro no Bolsa Família.

Que políticas dão certo, que políticas dão errado? Quais as políticas de transferência mais bem-sucedidas? Quais as políticas do BNDES que deram certo e quais as que não deram? Essa falta de clareza da eficácia e eficiência das políticas permite que sobrevivam políticas menos bem-sucedidas. As políticas vão sendo criadas e perpetuadas, e o País perde eficiência com isso. Deveriam existir mecanismos independentes de avaliação da política. Uma agência, por exemplo, com mandato, em que, cada vez que fosse proposta uma política pública, ou uma política do BNDES, ou de uma agência do governo, ou de um ministério, quando fosse anunciada a política, "olha, quero fazer uma política, essa política tem esses objetivos, vai custar tanto", essa agência apenas anota. E todo ano ela volta e avalia o que foi feito e qual foi o resultado, e publica o resultado. Fiz uma política para mortalidade infantil, queria gastar x e reduzir a mortalidade em tanto. Todo ano essa agência volta com independência, com autonomia e

apenas reporta o resultado. Com isso, as políticas podem ser comparadas, podem ser avaliadas, as boas políticas podem ser... E, eventualmente, políticas que deram certo, como no caso da Embrapa, ou políticas do BNDES que deram certo, podem ser fortalecidas, e as políticas que fracassaram – e fracasso precisa ter transparência na política pública, esse é o melhor remédio para reduzir as políticas menos eficazes – poderiam ser reduzidas. Essa é uma agenda importante.

Por fim, Senador...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pelo menos uma resposta para mim o senhor poderia dar?

O SR. MARCOS LISBOA – Vou lhe dar, desculpe-me.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada. (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS LISBOA – Vou voltar também a falar da inflação, quando voltar ao fiscal.

Senador José Agripino, concordo com as suas colocações. Acho que temos uma dificuldade grande com a gestão, com a implantação de políticas, e acho que temos assistido a uma sequência de frustrações com o investimento em infraestrutura. Eu apenas enfatizo que parte também decorre da complexidade do processo de governança do investimento em infraestrutura no País. O setor privado também sofre com esse processo, a multiplicidade de órgãos de controle e a falta de critérios, a falta de critérios para compensação, a falta de critérios e políticas para o Poder Público, as agências ou os órgãos de controle autorizarem. Infelizmente, esta Casa aprovou o projeto, há algum tempo, do SuperCade, em que dizia que, depois de tanto tempo, se o Cade não se manifestar, está aprovada a fusão, seis meses. Infelizmente, foi vetado esse artigo. Mas é preciso ter responsabilidade...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Dr. Marcos, eu concordo com V. S^a. Agora, vamos fazer aqui uma constatação. Nesta Copa do Mundo, há pelo menos dez megaobras, que são os estádios de futebol, todos PPPs, todos, e todos vão ser entregues no prazo. Todos. É produto da iniciativa privada em megaobras. Se esse exemplo fosse do Poder Público, o Brasil seria outro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Infelizmente, não é não. Os estádios, infelizmente, não são.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Então, eu queria que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obras públicas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Não. Não. Não. São PPPs. São todas PPPs, todas parcerias público-privadas. Todas! Executadas por empresas com financiamento do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ. *Fora do microfone.*) – Infelizmente não são.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Distrito Federal é.

O SR. MARCOS LISBOA – Mas eu acho que a PPP pode ser um caminho de melhorar a gestão. Agora, esse desafio de realizar investimentos complexos eu acho que é muito relevante para o Brasil.

Por fim, entrando na macroeconomia...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Seria muito bom se fosse PPP, Senador José Agripino.

O SR. MARCOS LISBOA – Voltando, então, ao tema da macroeconomia, fiscal e inflação. A inflação, de fato, tem um impacto extremamente negativo. E essa inflação machucou os grupos de menor renda. E não apenas a inflação, mas também... Deixe-me dar um passo atrás. Essa economia nova surgiu, o que se chama de nova classe média são os empregados do setor de serviços. É uma população que tem de 20 a 30 anos, ensino médio completo, uma geração que está melhor do que seus pais. E que está empregada exatamente nos setores de serviços. Passou a ter acesso a crédito, passou a ter emprego em parte formalizado, e urbano.

A inflação de serviços de alimentos é extremamente negativa para essa faixa da população. A inflação deve, momentaneamente, dar uma retrocedida e o Banco Central está atuante, esperamos, para garantir que ela não continue elevada no segundo semestre.

Quando eu retorno ao tema do fiscal, eu entendo a preocupação do Governo – isso que eu procurei deixar claro no começo – com relação à atividade econômica, ao crescimento e, por isso, toma medidas pontuais. Essas medidas podem, inclusive, ser eficazes no curto prazo. Mas, em médio prazo, Senador, eu temo que os estímulos fiscais enfraqueçam a capacidade de crescimento da economia. Às vezes é preciso um momento um pouco mais difícil, mais duro, para garantir uma sustentabilidade do crescimento a longo prazo.

Eu acho que foi exatamente a ansiedade de enfrentar as dificuldades no curto prazo que levaram a medidas tributárias, de estímulos e a uma frustração com as medidas.

Apenas dois anos depois que a economia começa a reagir, dois anos difíceis e, quando olhamos, por exemplo, para o caso do Chile, vemos que o Chile teve a tempestade perfeita, com terremoto, com crises do salmão, com a crise externa afetando o mercado do cobre. E o Chile encarou uma pequena recessão em 2008, 2009, de 1% e recuperou uma trajetória de crescimento sustentável.

Então, eu fico preocupado e acho que um fiscal fortalecido ajudaria, inclusive, o combate à inflação.

É preocupante e a senhora tem toda razão sobre o investimento em infraestrutura, em particular em energia. Hoje, com todas essas dificuldades que nós temos, os investimentos são de difícil realização, acabamos tendo que nos basear em termoelétricas, que são mais caras e mais poluentes.

E de fato, com a evolução dos preços, a demanda tem crescido significativamente e o resultado tem sido uma situação difícil nessa área.

Espero que ela fique apenas difícil.

Obrigado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Por favor, o problema da dívida bruta líquida.

O SR. MARCOS LISBOA – Sim, o senhor tem toda razão. Eu tinha mencionado isso na minha fala. Tem sido criada uma série de mecanismos de transferência de recursos que não passam pela dívida líquida. A dificuldade é que essa dívida se manifesta em algum momento à frente. Isso passa na capitalização dos bancos públicos, passa em aumento de empréstimos, passa nas operações longas a juro subsidiado.

Eu acho que toda transferência de recursos, mesmo a que vai se realizar ao longo dos anos, deveria estar contabilizada a valor presente. Se eu dou empréstimo subsidiado a TJLP por dez anos, essa conta deveria estar registrada e marcada hoje. Senão, estamos transferindo recursos futuros e comprometendo o equilíbrio fiscal da sociedade.

E a relação bruta e líquida reflete um pouco essa deterioração.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam, o Prof. Marcos Lisboa tem um voo às 13h50 e posso dizer que ele está quase....

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só para fazer uma reflexão em cima do que ele disse. A sensação que eu tenho, Prof. Marcos, é de que economia é um organismo e não é bom usar anabolizantes. O Governo brasileiro vem tentando aplicar anabolizantes em um músculo e em outro músculo e isso vai prejudicar o organismo.

O SR. MARCOS LISBOA (*Fora do microfone.*) – Obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Prof. Marcos Lisboa e aos Srs. Senadores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando que na próxima terça-feira começamos reunindo a Comissão de Assuntos Econômicos às 9h30.

(Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2013, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias e, eventualmente, do Senador Inácio Arruda, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Romero Jucá, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Eunício Oliveira, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, Blairo Maggi e Vicentinho Alves, e, ainda, do Senador Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Cristovam Buarque, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Kátia Abreu, José Agripino, Armando Monteiro e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 30ª e 31ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 27 de 2013, de 24 de maio de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de abril de 2013, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 29 de 2013, de 27 de maio de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de abril de 2013, e as tabelas demonstrativas da Dívida Consolidada Líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Encaminha, ainda, por meio do Anexo 5, comunicação das irregularidades constatadas no período, para atendimento ao art. 24, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/01; Ofício nº 346/2013, de 17 de maio de 2013, do Deputado Federal Alceu Moreira, que encaminha o Of. Circ. nº 2/2013, da Associação de Vereadores do Médio Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, no qual solicita empenho para mudar a situa-

ção de queda do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Ofício nº 926/2013, de 24 de maio de 2013, da Câmara Municipal de Diadema, contendo manifestações acerca do Projeto de Lei Complementar nº 48/2012, que obriga a construção e a manutenção de estações de apoio aos condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais; e Ofício nº 1412/2013/SSL, de 05 de junho de 2013, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, contendo manifestações acerca da Emenda Substitutiva ao Projeto de Resolução nº 01/2013, que altera as alíquotas do ICMS sobre operações interestaduais. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Mensagem (SF) nº 45 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 66,500,000.00 (sessenta e seis milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais (Programa Cidades do Ceará II)”, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Benedito de Lira relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo relator “ad hoc”, usam da palavra os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá, José Pimentel e Jayme Campos. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 2**– Mensagem (SF) nº 46 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Acre e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 72,000,000.00 (setenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA – Fase II”, tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aníbal Diniz, Ivo Cassol, Sérgio Petecão e Inácio Arruda. O Presidente da Comissão

concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 3**– Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2013, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “dá nova redação aos arts. 20, 32, 123 e 127-A do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para dispor sobre a responsabilidade civil dos corretores de seguros e resseguros”, tendo como relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e dá outras providências”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 495 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de sódio para os produtos alimentícios”, com o Projeto de Lei do Senado nº 489 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores, de acordo com a composição nutricional”, e com o Projeto de Lei do Senado nº 106 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de gorduras saturadas, trans e açúcares nos alimentos”, tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 495 de 2007, nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2007 e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 489 de 2008 e 106 de 2011. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5**– Projeto de Lei da Câmara nº 310 de 2009, terminativo, de autoria do Deputado Fernando de Fabinho, que “institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros – REITUP, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes”, tendo como relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, passa a Presidência ao Senador Inácio Arruda para que possa relatar a matéria.

Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Eduardo Suplicy, Blairo Maggi, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Eunício Oliveira e Jayme Campos. O Presidente Eventual da Comissão, Senador Inácio Arruda, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto De Conto, que “altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física”, tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic)”, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 208 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente”, tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “determina a inclusão automática na ‘malha fina’ das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo”, tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 4/6/2013, foi concedida vista coletiva da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 57 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Waldemir Moka, que “altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional”, tendo como relator o Senador Blairo Maggi, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**– Projeto de Lei do Senado nº 138 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação”, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece relatório pela aprovação do

Projeto, da Emenda nº 1-CE e da Emenda nº 2-CE, que acolhe parcialmente a Emenda nº 1-CI. Em 8/5/2012, foi concedida vista ao Senador Eduardo Braga. A matéria é retirada de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. – Senador **Inácio Arruda**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 30ª e 31ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Senador Eunício, Senador José Pimentel.

Convido todos os Senadores que estão na Casa a virem à Comissão de Assuntos Econômicos, estamos precisando de poucas assinaturas para obter o quórum.

Vou aproveitar, antes de entrar no item I, que é uma Mensagem de empréstimo ao Estado do Ceará, para ler os comunicados.

1º) Aviso do Banco Central do Brasil.

Aviso nº 27, de 2013, de 24 de maio de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando em cumprimento ao disposto na Lei 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de abril de 2013, as razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

2º) Aviso do Ministério da Fazenda.

Aviso nº 29, de 2013, de 27 de maio de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de abril de 2013 e as tabelas demonstrativas da dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Encaminha, ainda, por meio do Anexo V, comunicação das irregularidades constatadas no período para o atendimento ao art. 24, §2º, da Resolução do Senado Federal nº 4.301.

Consulta a Secretaria se já conquistamos o quórum. Alcançamos o quórum? (*Pausa.*)

3º) Ofício nº 346, de 2013, de 17 de maio de 2013, do Deputado Federal Alceu Moreira, que encaminha Ofício Circular nº 02, de 2013, da Associação de Vereadores do Médio Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, no qual solicita empenho para mudar a situação de queda do repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

4º) Ofício nº 926, de 2013, de 24 de maio de 2013, da Câmara Municipal de Diadema, contendo manifestações acerca do Projeto de Lei Complementar nº 48, de 2012, que obriga a construção e a manutenção de estações de apoio aos condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais.

5º) Ofício nº 1.412, de 2013, de 05 de junho de 2013, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, contendo manifestações acerca da emenda substitutiva ao Projeto de Resolução nº 1, de 2013, que altera as alíquotas do ICMS sobre operações interestaduais.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2013

– Não Terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 66,500,000.00 (sessenta e seis milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais (Programa Cidades do Ceará II).

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

O Senador Antonio Carlos Valadares está a caminho.

Quero anunciar que, em relação ao item 11, em razão de ter sido apresentado, no plenário, requerimento para que esse projeto tramite em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, precisaremos retirar esse item 11 da pauta.

Estamos à espera do Senador Antonio Carlos Valadares, mas eu quero disponibilizar a palavra, aqui,

aos Srs. Senadores José Pimentel e Eunício de Oliveira, sobre esse...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, se V. Ex^a vai aguardar o Senador Valadares, que é o Relator do item 1, eu peço a inversão para o item 2, que é uma mensagem de crédito, de que eu sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2013

– Não Terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Acre e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$72,000,000.00 (setenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA – Fase II.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Com a palavra, o Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Acre, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Análise.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa a verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas constituem as normas que disciplinam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

De acordo com o Parecer nº 500, de 6 de maio de 2013, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Estado do Acre atende os limites e condições definidas pelas referidas resoluções, inexistindo óbices à contratação da operação de crédito externo pretendida.

Em particular, o empréstimo enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual de operações de crédito passível de contratação do comprometimento máximo da receita corrente líquida, com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, e do montante da dívida consolidada líquida do Estado.

No Parecer nº 439, de 15 de abril de 2013, consta que, já considerado o empréstimo em exame, o Estado do Acre terá nível de endividamento equivalente a 0,84 vezes a sua receita corrente líquida, ou seja, onerando, tão somente, 42,04% de seu limite de endividamento, que é de 2 vezes, conforme fixado pela Resolução nº 40, de 2001.

Verifica-se ainda que, com o empréstimo, o montante global de operações realizadas em um exercício determinado, relativamente às receitas correntes líquidas, atingirá, no máximo, 12,31%, em 2013; decrescendo até 2018, quando atingirá valor desprezível, próximo de 0% (0,02%). Já o comprometimento anual da receita corrente líquida do Estado com o serviço de sua dívida será de 11,25%, em 2013, sendo decrescente nos períodos apurados de 2014 até 2038. Em particular, no período de 2013 a 2038, no qual haverá pagamentos previstos da operação pretendida, a média de comprometimento será de 4,39%, bem inferior aos 11,5% fixados como limite pelo Senado Federal.

De acordo com a análise da capacidade de pagamento, efetuada pela STN e consignada na Nota nº 885, de 8 de novembro de 2012, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da STN, o Estado do Acre foi classificado na categoria C3*, não atendendo, assim, os indicadores de Endividamento e de Serviços da Dívida, de acordo com a Portaria nº 306, de 2012, do Ministério da Fazenda.

Diante desse fato, o pleito foi levado à manifestação do Secretário do Tesouro Nacional que o considerou elegível para concessão de garantia da União, tendo em vista o atendimento dos critérios da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, em particular os limites que tratam os incisos I e II de seu art. 7º.

Embasou também essa decisão da STN em estudo que demonstra que as garantias oferecidas por aquela unidade federativa são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição garantidora da operação em epígrafe.

Ademais, a STN informa-nos que o Estado se encontra adimplente com as metas e os compromissos assumidos nos programas de financiamento e refinanciamento contratados com a União.

Com vistas à concessão da garantia da União, que está submetida ao que determina o art. 40 da LRF, e aos limites e condições previstos na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, em seus arts. 9º e 10, examinam-se os aspectos orçamentários, a situação de adimplência do Estado em relação à União e as contragarantias oferecidas.

Assim, verifica-se que a Lei Estadual nº 2.678, de 27 de dezembro de 2012, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2013, contempla dotações para o programa objeto da operação.

Está também estendida a exigência de autorização legislativa para a operação, pois a Lei Estadual nº 2.569, de 2012, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o BID, no valor de até US\$72 milhões. A lei autoriza, também, o Poder Executivo a vincular, como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155, 157 e 159, na forma do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

Vale enfatizar que a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007, possibilita que a comprovação de adimplência do ente garantido, financeira e de prestação de contas de recursos recebidos da União, poderá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato.

Por sua vez, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Governo do Estado do Acre nos últimos anos, em decorrência de garantias concedidas, estando ainda o Estado adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o terceiro quadrimestre de 2012, existe margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos do art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio do Parecer PGFN/COF nº 1031, de 31 de maio de 2013, por sua vez, atestou o cumprimento das formalidades prévias à contratação, verificando que foram estipuladas as condições contratuais usuais das operações de crédito celebradas com o BID. Ademais, foi observado o que reza o art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

Em suma, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado do Acre apresenta capacidade financeira suficiente para contratar a operação em exa-

me e, fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar o risco da União na concessão da garantia solicitada, manifestou-se favoravelmente à sua concessão.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas referidas resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Acre para contratar a operação de crédito externo, nos termos da seguinte proposta de resolução já divulgada, Sr. Presidente.

É esse o nosso parecer.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Anibal Diniz.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, eu gostaria que ..

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Anibal Diniz; depois Senador Ivo Cassol; e depois Senador Petecão.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu queria inicialmente cumprimentar aqui o nosso Líder, Senador Pimentel, pela qualidade e precisão do seu relatório, mostrando fundamentalmente que o Estado do Acre é um Estado apto, por ser adimplente com todos os órgãos federais e porque, até hoje, em nenhum momento, a União teve que pagar qualquer tipo de garantias por conta de qualquer inadimplência do Governo do Estado do Acre.

E ao mesmo tempo, quero reforçar que esse Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre tem um valor global de US\$120 milhões, e o Governo do Estado está contraindo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento o valor de US\$72 milhões, mas está investindo outros US\$48 milhões de recursos próprios para poder garantir o fortalecimento de todas as atividades econômicas sustentáveis do Estado. Com isso, vai poder promover mais inclusão social, vai poder praticar mais inclusão produtiva e vai ser algo que vai contribuir imensamente para melhorar a balança comercial do Estado do Acre.

Então, nesse sentido, Senador Pimentel, eu quero cumprimentá-lo pela relatoria honesta e solidária com o Estado do Acre e dizer que seria uma grande contribuição de todos os Senadores se pudéssemos votar favoravelmente a essa matéria e, ao mesmo tempo,

que já pudéssemos votar também pela inclusão como uma urgência junto ao plenário do Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente ao que nós assistimos hoje, em nível nacional, é uma situação constrangedora, porque nós somos da Base do Governo, mas só que o Palácio está deixando todos os governadores de pires nas mãos. Fica dando incentivos de impostos compartilhados, em vez de dar da contribuição própria. Estão aqui os Senadores Anibal, do Acre, Jorge Viana e Petecão que sabem da situação constrangedora que o Acre vive com as suas receitas, com os seus débitos. Há muitos financiamentos. Mas os três Senadores e os oito Deputados Federais são da Base do Governo. O que o Governo Federal devia fazer era doar esse dinheiro para o Acre a fundo achado, não a fundo perdido, perdido é aquele se projeta e não chega, perde-se no caminho; então, a fundo achado. Ao mesmo tempo, está endividando mais ainda o Acre, que já vive uma situação difícil na Região Norte do País.

O que muito me estranha, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que quando o Secretário do Tesouro Nacional, o Sr. Arno Augustin, dá o relatório dele – e olhe que eu acompanho, porque fui Governador por dois mandatos –, ao mesmo tempo, está fazendo o trabalho dos Senadores. Quem tem que definir e decidir somos nós aqui, nesta Casa, não é o Ministério da Fazenda.

O Acre merece não só estes US\$72 milhões, mas US\$200 milhões de recursos do Governo Federal sem precisar de pagar em contrapartida pelo trabalho de preservação ambiental, exemplo que dá ao Brasil, Senador Anibal, e para o mundo. Mas não; o que se vê é o Governo Federal cada vez mais comprometendo as receitas dos Estados. Coitado dos governadores que se candidataram ano que vem para as próximas eleições! Estão em dificuldades. A situação está difícil.

Portanto, como tenho conhecimento de causa, quero pedir vista, porque o que o Ministério da Fazenda está passando para nós não condiz com a realidade das condições que o Acre tem para pagar. Então, defendo sim... Anibal, pode contar comigo para ajudar, como Base, para liberar esses recursos a fundo perdido para o Acre, sem pagar nenhum tostão, é o mínimo que o Governo Federal pode fazer como compensação, mas não endividar mais ainda o Acre, além das dificuldades em que se arrasta hoje. Por isso, estou pedindo vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Petecão, já houve o pedido de vista...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Cassol, eu gostaria de fazer um apelo aqui...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Sérgio Petecão é o próximo inscrito, já houve um pedido de vista aqui...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Mas, independente do pedido de vista, eu gostaria de usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, na verdade, nós, como acreanos, entendemos que o Acre precisa e muito, não só deste financiamento, mas de qualquer financiamento que vá ajudar o Estado. Mas o que me preocupa, Presidente, é a situação que, hoje, o Estado do Acre está passando. Vi aqui, a minha assessoria chamava a atenção exatamente pelas condições que o nosso Estado está atravessando. O Acre, para se ter uma ideia os níveis A e B são os níveis em que o Estado tem condições para ter acesso a esse financiamento. Hoje, o nosso Estado atingiu o nível C, C*– 3, que significa dizer que o Estado está totalmente inadimplente e não tem condições de sanar as suas dívidas.

Então, a minha preocupação é essa e por isso queria chamar a atenção. E mais. Aqui, vejo um desrespeito com o nosso Estado sem tamanho. Quero crer que copiaram esse texto aqui sem nem analisar a situação do Estado porque, aqui, citam o Estado de Sergipe, não fala nem do Acre, fala de Sergipe.

Assim, Presidente, estou aqui como Senador pelo Acre entendendo a importância do momento por que o Acre está passando, um momento muito difícil, todos os Srs. Senadores sabem que o nosso Estado tem passado por uma situação, de certa forma, até complicada, por conta dos escândalos que têm atingido o nosso Estado, escândalos de corrupção, e preocupo-me muito. Eu gostaria, diante já do pedido de vista do Deputado Ivo Cassol...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Desculpe, Senador. V. Ex^a retirou o pedido?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ele quer que acumule.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, ele não gostou de ser chamado de Deputado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não, não, ele quer que acumule o mandato, ele quer que fique Senador e ainda tenha o mandato de Deputado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não, mas, agorinha, ele não tinha pedido?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ele pediu, só não gostou de ser chamado de Deputado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não, gostei, gostei, V. Ex^a me chamou de Deputado, gostei, sou pau para toda obra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Desculpa, Senador, continua o pedido ou...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Continua.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Então, tá; desculpa.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se for mantido o pedido, vamos fazer vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Anibal Diniz, já houve pedido de vista.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O ideal é tirar porque não tem...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Não, eu gostaria de fazer um apelo...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a tem a palavra por um minuto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Cassol porque a prática desta Comissão, para todos os Estados, é a gente aprovar...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, eu só queria concluir a minha palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ... todos os pedidos de financiamento porque o Senador Cassol há de convir que a proposição dele é completamente inexecutável.

Dinheiro não cai do céu, nem para o Estado mais pobre, nem para o Estado mais rico. Estamos tentando buscar a viabilidade econômica do Estado do Acre com base em todas as informações do Conselho Monetário Nacional.

As informações do Senador Sérgio Petecão são informações absolutamente desprovidas de conteúdo. O Estado do Acre é um Estado apto e está adimplente. Exatamente por isso tem o parecer favorável ao seu financiamento.

Agora, se for valer o pedido de vista para o Estado do Acre, vamos ter que fazer o pedido de vista para todos os Estados a partir de agora. E isso vai ficar ruim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Anibal Diniz, Senador Sérgio Petecão, aqui...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Então, eu faço um apelo aqui ao Senador Ivo Cassol.

Se V. Ex^a está com essa preocupação com o Estado do Acre, eu posso reafirmar que a gente pode fazer todo um movimento para conseguir recursos sem remuneração para os Estados junto ao Governo Federal. Mas não vamos impedir que o Acre possa fazer esse financiamento porque já está no seu planejamento, é algo que é indispensável para a continuidade desse programa de desenvolvimento sustentável do Acre, que é o que tem permitido todos os investimentos nessa área. E, se houver esse pedido de vista, vamos atrasar a aprovação dessa matéria, e vai ser um grande prejuízo para o Estado do Acre.

Então, faço um apelo...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu faço uma consulta aqui ao Senador Ivo Cassol.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ... ao Senador Ivo Cassol para ver se ele pode retirar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu vou passar para o Senador Sérgio Petecão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, uma sugestão que considero importante ...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Inácio Arruda, só um segundo, só um segundo aqui. Eu vou passar para o Senador Sérgio Petecão...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – E, se, porventura, o Senador Sérgio Petecão votar contra o seu Estado, ele vai inaugurar algo inédito aqui, porque eu não vi até hoje nenhum Senador votar contra financiamento para o seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador, deixa eu só fazer um encaminhamento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Se o Senador Sérgio Petecão votar contra, é importante que a população do Acre saiba qual é a sua postura em relação ao Estado do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Sérgio Petecão, só um segundo aqui.

Há uma Presidência nesta Comissão. Nós não vamos ficar aqui no debate sobre as disputas no Acre. Já foi feito o apelo ao Senador Ivo Cassol. Aqui há uma regra. O Presidente está sendo tolerante. Toda vez que há um pedido de vista, nós encerramos a discussão e vamos para outro ponto. Hoje temos uma pauta extensa. Há o empréstimo do Ceará. Nós vamos querer votar aqui, hoje, também o Reitup, ligado a transporte público, antes de iniciarmos a audiência com o Presidente da CNI.

Eu queria então fazer um apelo. V. Ex^a, Senador Ivo Cassol, mantém o pedido de vista?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Senador Sérgio Petecão tem um tempo para concluir, um minuto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, por favor, eu gostaria primeiro de ter concluído.

Senador Anibal, em primeiro lugar, quero dizer para o senhor que já estou acostumado com essas ameaças lá no Estado.

Então, eu estou chamando a atenção, e quem está dizendo não sou eu, não, quem está dizendo é o Tesouro. Está aqui. Está escrito aqui: “A situação do Acre é C*3.” Não tem condições nem de contrair e se endividar mais e nem de pagar. É para isso que eu estou chamando a atenção.

Queria eu que nós encontrássemos uma forma para que o Acre tivesse acesso ao financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a pede vista também?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Já foi pedida a vista. Se ele não pedir, eu peço, para que nós, Anibal, possamos aqui encontrar uma saída.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – O que nós não podemos é vender para os Senadores a situação que o meu Estado está passando para que, depois, não possamos comprometer a população do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Sérgio Petecão, o assunto está encerrado. Eu passo a palavra para o Relator, Senador José Pimentel. Foi concedida vista...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Presidente, nós tínhamos acabado de convencer o Cassol a retirar o pedido de vista. A disputa política vai prevalecer em relação aos Estados.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O Estado do Acre prejudicado na Comissão de Assuntos Econômicos vai ter que pedir vista de todo pedido de financiamento daqui para frente. Nós vamos ter que criar uma situação aqui.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Isso é uma ameaça, Presidente. Isso é uma ameaça que ele está fazendo, rapaz.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Já pedi vista...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Inácio Arruda e Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quando se pede vista, acaba-se a discussão do processo. Aqui estão politizando. Estamos discutindo a eleição do ano que vem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, uma sugestão.

O Tesouro, juntamente com a Fazenda, com a Casa Civil, analisa detidamente, detida e demoradamente. As observações que são feitas são feitas no sentido de que a gente possa ficar atento à situação de cada Estado.

Em relação a C*3, eu sugiro que a gente peça que o Tesouro venha aqui explicar essa questão politicamente, e a gente não cria uma dificuldade adicional para o Estado. Traz aqui o Tesouro, o chefe do Tesouro, não uma representação que venha aqui. O chefe do Tesouro. Se for preciso, a gente traz a Fazenda para dar explicações a respeito do endividamento de todos os Estados e a resolução, que é nossa. Nós estabelecemos a resolução.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Inácio, eu vou encaminhar essa questão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Questão de ordem, Senador Jayme.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu apelaria nesse sentido, Senador Cassol, para que a gente pudesse tirar o pedido de vista e fizesse a votação da matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Olha, podia passar para outro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Isso é claro e nítido no Regimento Interno, Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está encerrado, está concedida a vista.

Relator, há um pedido de vista do Senador Ivo Cassol. Eu pergunto se alguém mais pede vista também, para que seja vista coletiva. Então, está pedido. Concedida vista coletiva ao Item nº 2, que retorna à pauta na próxima terça-feira.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2013 – Não Terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo,

com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 66,500,000.00 (sessenta e seis milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais (Programa Cidades do Ceará II).

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Eu queria designar o Senador Benedito de Lira como relator *ad hoc* dessa mensagem da Presidenta da República em relação ao financiamento para o Estado do Ceará.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um prazer e uma honra poder funcionar como relator *ad hoc* desse pedido de empréstimo para um dos mais bem desenvolvidos Estados do Nordeste brasileiro, que é o Ceará, em homenagem aos meus colegas, Inácio, e meu Líder, Eunício Oliveira.

Sr. Presidente, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a Mensagem nº 45, de 2013, (nº 245, de 11 de junho de 2013, na origem), da Presidente da República, que propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$ 66.500.000,00 (sessenta e seis milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do “Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais (Programa Cidades do Ceará II)”.

É submetida à apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 45, de 2013, da Presidente da República, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até sessenta e seis milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América.

Por sua vez, a concessão de garantias pela União subordina-se ao cumprimento dos limites e condições estabelecidos na Resolução nº 48, de 2007, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 41, de 2009, e também são sujeitas à autorização específica do Senado Federal.

A execução do programa ficará a cargo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria das Cidades, na qual será criada uma Unidade de Gestão do Pro-

grama (UGP). O Programa contará com investimentos totais da ordem de US\$106.636.000,00, sendo US\$66.500.000,00 financiados pelo BID e o restante proveniente da contrapartida estadual.

A operação de crédito externo pretendida será realizada na modalidade de empréstimo com taxa de juros baseada na Libor. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo médio da operação seria de 3,11% ao ano, flutuante conforme a variação da Libor, um patamar considerado aceitável por aquela secretaria.

Análise.

A operação de crédito pretendida será contratada pelo Estado do Ceará, no valor de até US\$66.500.000,00, destina-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais (Programa Cidades do Ceará II).

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu o Parecer COPEM/ STN nº 528, de 14 de maio de 2013, que conclui por não se opor à concessão da garantia pleiteada, desde que, previamente à assinatura dos contratos, sejam atendidas três condições: (i) o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso; (ii) a adimplência do Ente e suas entidades controladas com a União; e (iii) a formalização do contrato de contragarantia.

Destacou, nesse parecer, que o Estado do Ceará cumpre os limites e demais condições definidas pelas referidas resoluções. Portanto, atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Secretaria do Tesouro Nacional informa que as condições financeiras da operação de crédito em foco foram inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil, sob o registro TA622448, e que a Comissão de Financiamentos Externos (COFIE), conforme a Recomendação nº 957, de 28 de setembro de 2007, homologada pelo Sr. Ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, recomendou a preparação do projeto.

Ademais, as Leis Estaduais nº 13.946, de 31 de julho de 2007, e nº 14.239, de 11 de novembro de 2008, autorizaram o Poder Executivo a contratar operações de crédito destinadas ao financiamento do programa em questão.

De acordo com as informações contidas no Relatório da Gestão Fiscal da União para o terceiro quadrimestre de 2012, há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

O Estado do Ceará encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Na-

cional, conforme consulta Sisbacen/Cadip realizada em 14 de maio de 2013.

A verificação da adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (Cauc), por ocasião da assinatura do contrato de contragarantia, conforme prevê a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007.

Em relação ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 62, de 6 de dezembro de 2009, relativa a pagamento de precatórios, a Secretaria do Tesouro Nacional esclarece que restou frustrada a tentativa de verificação da adimplência do Ente, pois as emissões de certidões e as consultas ao Cadastro de Entidades Devedoras e Inadimplentes foram suspensas, temporariamente, por decisão da Conselho Nacional de Justiça.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer PGFN/COF nº 993, de 24 de maio de 2013. No exame das cláusulas da minuta contratual, concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie. Em especial, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, ou contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos.

Voto, Sr. Presidente.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Ceará encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, do Senado Federal, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2013

Autoriza o Estado do Ceará...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Vou ler, Sr. Presidente.

De acordo com o parecer, segue anexo o Projeto de Resolução do Senado Federal.

E eu queria acrescentar: logo após a discussão e a votação, que seja dado regime de urgência, porque o Estado do Ceará está precisando, realmente, melhorar a vida urbana daquele Estado maravilhoso.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – No item nº 10, temos exatamente as mesmas observações do Tesouro Nacional para o Acre e para o Estado do Ceará. E nós temos que dentro do Pacto Federativo ter um sentimento e uma prática de isonomia nesta Casa. Então, se há pedido de vista para o caso do Acre, eu tenho, em defesa do Acre, que também pedir vista para que analisemos as duas situações iguais.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eunício Oliveira.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Há uma diferença muito grande. Nós já fizemos isso aqui. Porque senão fica uma coisa dividida.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Anibal Diniz, eu votei com V. Ex^a na votação anterior, em defesa do seu Estado, o Acre, e em defesa do relatório do Senador José Pimentel. Traz V. Ex^a a picuinha e a briga política do Acre para tentar prejudicar o meu Estado, o Estado do Ceará.

Eu não sei a situação do Acre, não quero entrar na situação do Acre, não quero entrar na briga de vocês. Agora não vou aceitar que a briguinha de vocês busque atrapalhar o meu Estado, até porque esse empréstimo do Estado do Ceará é diferente do seu. Lá é diferente, lá é custeio; este aqui é investimento em cidades do Estado do Ceará.

Então, quero dizer a V. Ex^a que não faço essa disputa política em cima dos interesses do povo do meu Estado. Essa briga política de vocês tem que ser discutida nas urnas, e não, Anibal, nessa questão. Votei com o Acre, vou votar com o Acre, agora não aceito o pedido de vista, porque não há justificativa para esse pedido de vista no dia de hoje.

Eu não posso entender que V. Ex^a, um Senador da República, traga a briga do Acre para atingir o meu Estado, que absolutamente nada tem a ver com isso. Pelo contrário; os cearenses ajudaram a construir o Acre, lá atrás, e V. Ex^a sabe que lá há muitos descendentes de cearenses. Então, não é correto.

Eu voto com V. Ex^a na próxima terça-feira. Venho para cá, como Líder do PMDB, como Líder da Maioria, para votar com o Estado do Acre, a favor do projeto de V. Ex^a. Agora não vou aceitar que V. Ex^a, no dia de hoje, peça vista. Faço um apelo a V. Ex^a para que retire o pedido de vista até para contar com os votos dos Senadores do Ceará e da Liderança do PMDB. É

o apelo que faço a V. Ex^a, porque essa é uma matéria de investimento e importante para o meu Estado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Eunício...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Compreendo a discussão de V. Ex^a, mas faço um apelo, mais uma vez, a V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Eunício, com todo o respeito a V. Ex^a e ao apelo de V. Ex^a, concordo integralmente com os argumentos apresentados por V. Ex^a, exceto por um: se o recurso pleiteado pelo Estado do Ceará é para investimentos, os recursos pleiteados pelo Estado do Acre também são para investimentos. Então, nós temos igualdade aí.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Independente de ser para investimento ou não, eu voto com V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeito. E eu também voto com o Estado do Ceará.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Peço o voto de V. Ex^a hoje.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu também voto com o Estado do Ceará, como tenho feito aqui em todas as reuniões, em todos os pedidos de empréstimos.

Infelizmente, estamos diante de uma situação em que o Estado do Ceará faz um pedido de investimento, o Estado do Acre, igualmente, e nós temos um pedido de vista para o Estado do Acre, e eu tenho que fazer o mesmo para o Estado do Ceará para deixar os dois Estados em condições iguais, na terça-feira, e podermos votar os dois juntos. Eu me comprometo, também, a votar com o Estado do Ceará, mas nós precisamos... Se há dúvida do Tesouro Nacional em relação ao Acre, também há que se prestarem esclarecimentos em relação ao Ceará para que possamos votar as duas matérias juntas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Anibal Diniz, faça a sua discussão com um Senador do seu Estado, agora não faça pedido de vista em cima do meu Estado, porque V. Ex^a vai me levar a uma condição constrangedora, à condição de poder fechar questão contra uma posição de V. Ex^a, que é, do meu ponto de vista, inadequada, despropositada, para atender a uma discussão política entre vocês dois, entre V. Ex^a e o Senador Petecão. O que o Estado do Ceará tem com isso? O que o povo do Ceará tem com isso?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Srs. Senadores, vou passar para o Senador Inácio Arruda e vou encerrar. Se continuar o pedido de vista, vou encerrar a discussão.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – O Aníbal pediu vista. V. Ex^a vai me enfrentar no Plenário do Senado. Eu estou avisando para V. Ex^a com o pedido de vista de V. Ex^a. Já que V. Ex^a quer assim, vamos em frente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Primeiro o Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Romero Jucá com experiência, com a capacidade de dar...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu queria colocar um pouco de água fria nessa discussão. Eu queria ponderar com o Senador Aníbal, que na verdade todos os financiamentos que vem para esta Comissão são aprovados, com mais tempo, menos tempo, com mais demanda ou com menos demanda, com questões locais sendo relevadas ou não. Mas eu gostaria de colocar, assim como colocou o Senador Eunício Oliveira com toda a garra, com toda coragem defendendo o Estado do Ceará, eu gostaria de colocar com mais tranquilidade, Senador Aníbal, uma reflexão.

Todos nós respeitamos e admiramos o Estado do Acre, todos nós queremos aprovar a operação do Estado do Acre. O pedido de vista que foi feito aqui no Estado do Acre, infelizmente foi feito... É um pedido regimental e a Comissão não pode negar. Foi dada vista coletiva, eu entendo. E, portanto, será pautado na próxima semana.

Eu acho que um erro não justifica o outro. O Estado do Acre quer ver aprovado esse financiamento na próxima semana. O primeiro passo para o Estado do Acre dar, nessa aprovação, é efetivamente ajudar outros Estados a terem aprovado... Não é só o caso do Ceará não, poderiam estar aqui outros Estados também solicitando isso.

Então, eu acho que fazer o pedido de vista é entrar num jogo que na verdade conflagra o ambiente e prejudica, inclusive, a própria votação da semana que vem, que virá com ressentimentos, porque o Estado do Acre atrasou também. O pedido de vista para o Estado do Ceará não ajuda em nada a aprovação do Estado do Acre. Em minha opinião, e eu tenho aqui algum tempo de Casa, isso atrasaria e atrapalharia efetivamente essa questão.

Eu gostaria, como não sou parte... O Senador Eunício e o Senador Inácio Arruda são partes e têm que brigar, eu não preciso brigar, posso me colocar assim com mais tranquilidade.

Eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Aníbal e dizer ao Senador Aníbal do nosso compromisso de votar na próxima semana aqui essa questão do Esta-

do do Acre. Se houver algum outro tipo de manobra, nós votaremos contrários à manobra, qualquer requerimento, qualquer outro tipo que será regimental, mas dependerá do plenário, nós estaremos aqui defendendo o Estado do Acre. Mas eu acho que o primeiro passo para a gente aprovar o financiamento do Estado do Acre, na próxima semana, é V. Ex^a ajudar a aprovar o Estado do Ceará e outros financiamentos que porventura sejam colocados.

Então eu queria pedir, em nome da Amazônia, em nome de um Estado que é irmão do Estado do Acre, que V. Ex^a revise essa posição e efetivamente contribua com o Ceará e ao mesmo tempo contribuir com o Acre, criando um clima favorável, para que na próxima semana a gente possa aprovar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, todos os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional sobre os Estados membros vem com essa observação. Portanto, não é um caso específico de um ou outro Estado.

Como foi solicitado vista para o Estado do Acre, eu proporia a V. Ex^a, para nós resolvermos. Nós votaríamos hoje o do Ceará, suspenderíamos a reunião e amanhã V. Ex^a votaria exclusivamente o do Acre. Respeita a vista e nós faríamos isso amanhã.

Por que eu faço isso? Porque a próxima semana, dia 24, são festas juninas e basicamente não teremos quorum na Casa para deliberar. Se a gente observar essa semana, o Presidente da Câmara, o Líder do Governo na Câmara, vários líderes partidários estão na Rússia, já dentro desse calendário, e temos uma série de Senadores também indo para os Estados Unidos...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu quero ir pelo menos para Russas, lá no Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh farias. Bloco/PT – RJ) – A Mesa acolhe o encaminhamento de V. Ex^a. Fechando esse acordo, nós votamos o Ceará hoje e eu convoco reunião...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Suspende-se a reunião e votaremos amanhã exclusivamente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh farias. Bloco/PT – RJ) – Não, eu tenho que convocar outra, porque vai ter depois outra reunião hoje com o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, que já está aqui...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Mas nós podemos suspender essa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh farias. Bloco/PT – RJ) – Não pode. A secretaria informa que não pode,

mas eu convoco outra reunião para amanhã, às 14 horas, para tratar exclusivamente desse tema.

Atende a V. Ex^a, Senador?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Amanhã, Sr. Presidente, também votaremos o Acre no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Atendo V. Ex^a...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Jayme, eu estou querendo superar esse ponto aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não, espere aí. Então, vamos consultar o Regimento Interno da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos lá, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... pelo fato de que o autor do pedido de vista foi o Senador Ivo Cassol e não está sendo ouvido.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas é que nós estamos no Ceará agora.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Calma. Se o Regimento prevalecer aqui, o encaminhamento está errado. Não prevalece o acordo dos Srs. Senadores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu estou concedendo vista.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não, calma. O pedido de vista – V. Ex^a deve ter lido o Regimento Interno – depende da concordância. Pode entregar o prazo dele em até três, quatro horas, pelo senhor. Entretanto, é de cinco dias o pedido de vista. Por outro lado, aqui, meu caro Senador Benedito de Lira...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Na verdade é até cinco dias.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Até cinco dias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Até. Pode ser um dia, doze horas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Correto. Concordo com V. Ex^a. Entretanto, aqui foi manifestado pelo próprio Senador Petecção e por outros Senadores que seria de bom alvitre a presença do Diretor do Tesouro Nacional. Sim, senhor. Vários Senadores se manifestaram aqui...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Posteriormente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... que nesse caso viria...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu não vou chamar...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... para prestar esclarecimentos em relação ao parecer do Tesouro Nacional, viria aqui o Diretor do Tesouro Nacional. Vamos lá. Até para esclarecer melhor.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, só para esclarecer.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quando foi levantada essa questão aqui pelo Senador Petecção... Ela é muito séria.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, olhem só, nós temos uma pauta aqui complicada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu estou vendo encaminhamento aí e o Senador Ivo Cassol não foi ouvido. Está se fazendo um acordo aqui, partidariamente falando, e se esquecendo de que deve prevalecer o Regimento Interno desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Jayme Campos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É uma opinião minha, que já fui Presidente de Comissão, conheço bem o Regimento...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Fui citado várias vezes.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... e todos nós aqui estamos passando como bobó, ou seja, ninguém aqui é bobó. Nós queremos ser ouvidos também se nós concordamos com a forma do encaminhamento que V. Ex^a vem fazendo, como os demais acordos feitos aqui entre o Senador Anibal e o Senador Eunício Oliveira. Particularmente, não sou contra. Agora, não quero ser passado aqui como bobó, porque se usa muito esse termo lá no Mato Grosso. Bobó. Eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Jayme Campos, deixa eu fazer um apelo a todos os Srs. Senadores.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a tem que nos ouvir também e, sobretudo, ouvir aqui o Senador Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu queria fazer um apelo. Senador Ivo Cassol, antes disso, eu queria fazer um apelo aos senhores. O papel da Presidência é de coordenar trabalho, principalmente numa situação como essa.

Estamos com o Presidente da CNI, Robson Andrade, com os representantes das federações de indústrias de todo o País. É papel do Presidente convocar reunião. É até cinco dias, Senador Jayme. Nós vamos convocar para o dia de amanhã. Houve uma sugestão de chamar o diretor, mas nós não vamos fazer isso,

porque há um protocolo aqui. Está presente sempre e hoje está presente aqui o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, que é Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, e vai estar aqui amanhã.

Então, eu faço um apelo aos senhores para superarmos esse ponto. Fica convocada reunião para amanhã, às 14 horas, para discutirmos o empréstimo do Acre. O Senador Anibal Diniz...

Fui avisado de que há jogo do Brasil. Vou anteciper para as 11 horas da manhã essa reunião.

Eu queria colocar em votação, agora, o empréstimo do Ceará. Concorde, Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Nós não podemos dar tratamento diferenciado para unidades da Federação. Se nós vamos fazer uma reunião especial para votar o Acre, temos que fazer também uma votação especial para votar o Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eunício.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Então, eu tenho uma sugestão: que nós convoquemos, nós encerremos a reunião agora para a audiência pública, cujos convidados já se encontram, e realizamos nova reunião hoje, às 14 horas, para votar os dois, o Acre e o Ceará.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O Senador Ivo Cassol vai retirar o seu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Hoje, eu não vou tolerar... Eu vou fazer o seguinte aqui...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Nesse caso, quem vai pedir vista sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Mesa vai tomar uma decisão aqui. Hoje à tarde, nós temos uma audiência com o Presidente do Banco Central. Está concedida vista. Não está marcado para amanhã. Está marcado para a próxima semana. Concedida vista tanto para o Estado do Ceará quanto para o Estado do Acre. Encerrada essa discussão. Encerrado o item 2.

Eu só queria, antes de passar pela ordem, ir para o item 5.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – V. Ex^a convocou, para uma reunião conjunta, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria para as 10h30. Por uma questão de delicadeza e de corte-

sia, eu sugeriria a V. Ex^a suspender a reunião e ouvir o Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles, nós vamos fazer isso, mas antes há o item 5 e eu quero aqui apresentar um relatório, já dizendo a todos os senhores que vai ser concedida vista coletiva.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria dizer a V. Ex^a o seguinte: desse item nº 5, até para ganhar tempo, eu vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ótimo. Então, eu vou falar sobre ele rapidamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas pelo menos vamos ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A ideia é pedir vista, esse é o último ponto da pauta, é um ponto importante.

Eu passo a Presidência ao Senador Inácio Arruda, porque eu sou o Relator.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Fica suspenso para a próxima reunião.

Desse item nº 5 eu vou apresentar rapidamente o relatório. Sei que vai ter pedido de vista coletiva, porque nós queremos colocar na pauta de votação na próxima terça-feira.

Passo a Presidência para o Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Sr^{as} e Srs. Senadores, item nº 5 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 310, de 2009. Projeto de Lei nº 1.927, de 2003, na Casa de origem, do Deputado Fernando de Fabinho.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 310, de 2009

– Terminativo –

Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros – Reitup, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes.

Autoria: Deputado Fernando de Fabinho

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Observações:

1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto;

2. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer favorável ao Projeto;

3. Em 22/4/2013, foi realizada audiência pública para instruir a Matéria.

Com a palavra o Relator, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu vou apresentar...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, Presidente, pela ordem, pela ordem. Sr. Presidente, já estamos aqui com o Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – ...da Confederação Nacional de Indústria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – ...são três minutos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Para ganhar tempo, vai haver um pedido de vista, V. Exª podia ler...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – ...seu brilhante relatório na próxima reunião da CAE.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, eu quero ler hoje.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, eu quero ler hoje e conceder vista.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Com a palavra...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – É da maior importância...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, todos nós sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Com a palavra, o Relator.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pelo menos exponha...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Com a palavra, o Relator.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Importante para todo o País, Senador Dornelles.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – É importante o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – E nós precisamos ouvir...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vai ser muito rápido.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – ...o Relator, Senador Lindbergh Farias.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – ...nós precisamos examinar com cuidado e com cautela.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Eunício, pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vai ser muito rápido.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao Presidente Lindbergh, diante do que aconteceu aqui hoje, lamentável a atitude do Senador Anibal Diniz, lamentável atitude...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito lamentável.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – ...de fazer acordo e descumprir acordo. Lamentável atitude. Eu vou pedir vista em todos os processos. Eu vou permitir que, obviamente... Permitir, não, vou pedir que V. Exª dê a palavra para a leitura, mas não vai votar absolutamente nada na Comissão no dia de hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E a ideia não é votar, a ideia é apresentar esse relatório e tentar votar na outra terça-feira. O que é esse relatório, Senador Aloysio Nunes?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – A Mesa acolhe a sugestão do Senador Eunício e passa a palavra...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente. Eu só quero um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – ...ao Relator, Senador Lindbergh Farias.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente. Só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Questão de ordem foi acolhida pela Mesa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Com a palavra, o Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Um esclarecimento para eu entender

o contexto em que nós estamos. Essa matéria não estava na ordem do dia. Foi incluída ontem e hoje o Senador Lindbergh, que é o Presidente da Comissão, avoca para si e relata.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, eu já sou Relator dela há muito tempo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor já era Relator?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Já sou Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah, bom.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Já sou Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, me desculpe.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Deixa eu explicar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A informação que eu tive...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Com a palavra, o Relator, para o seu parecer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Deixa eu explicar aqui aos senhores, aqui, com calma. A gente está presenciando manifestações em todo o País, de jovens que estão indo às ruas pelos mais diversos motivos, e um motivo, que foi o motivo que começou a trazer as manifestações às ruas, foi a discussão do preço da passagem do transporte coletivo.

Nós temos um projeto que tramitou na Câmara dos Deputados e passou em três Comissões neste Senado. Está aqui em caráter terminativo, nesta Comissão de Assuntos Econômicos. Eu quero entregar aos senhores. Foi feito pelo Deputado Fernando de Fabinho, o Relator foi o Deputado Carlos Zarattini, que fez um excelente trabalho.

A gente tem sempre discussões aqui sobre diversos projetos, mas eu, na audiência pública que nós tivemos nesta Comissão, queria declarar aqui, Senador Aloysio Nunes, que o trabalho do Deputado Carlos Zarattini, para mim, foi um trabalho muito consistente, muito aprofundado sobre esse tema.

Eu quero apresentar agora, porque acho que este Senado Federal e os Governos têm que escutar as ruas. E esta é uma Casa para o diálogo, para tentar ajudar o Governo Federal, os Governos Estaduais, as prefeituras a encontrar um caminho do diálogo com os manifestantes que estão ocupando as ruas do nosso País.

O que é esse Projeto?

A presente proposição tem por objetivo promover a redução das tarifas de transporte público, via desoneração tributária, por meio de um regime espe-

cial que exige contrapartidas tanto do Estado quanto dos Municípios e também da empresa concessionária.

O projeto contribuirá para o aumento da racionalização, da transparência e da integração da rede de transporte público.

A desoneração fiscal proposta não é automática e terá efeito mediante a adesão da empresa perante o órgão público responsável, que avaliará o cumprimento das condições para conceder o benefício. Pelo projeto, as empresas abrangidas são pessoas jurídicas prestadoras de serviços de transporte público de passageiros por meio de ônibus, microônibus, metrô, trem metropolitano e trólebus.

Diversos benefícios fiscais são propostos em âmbito federal, alguns dos quais já foram objeto de desoneração parcial ou integral: a Presidente Dilma já fez uma redução a zero da contribuição para o PIS/Cofins incidente sobre as tarifas de serviço, agora, na Medida Provisória nº 617; também já trouxe a zero a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), trouxe a zero também. Na contribuição patronal também já houve a desoneração a 2%.

O que esse projeto fala e acresce? Desoneração de PIS/Cofins na aquisição de insumos relativos a operação dos serviços de transporte – óleo diesel (afeta, principalmente, ônibus), energia elétrica (afeta, principalmente, metrô) e bens de capital (veículos, chassis/carrocerias e pneus). O Estado que aderir também tem que fazer isenção de ICMS em cima de energia elétrica...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Aí é que está o problema: tirando a receita dos Estados.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – ...de óleo diesel e de bens de capital. O Estado tem que aderir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A receita não é nossa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Não. Se aderir.

A palavra está com o Relator. Em seguida, nós vamos abrir os debates.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor está tirando receita dos Estados quando houve uma reunião unânime dos Governadores para que não mexêssemos na receita dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Aloysio, logo em seguida abrimos os debates.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio, eu explico aos senhores. As prefeituras abririam mão do ISS. Quero dizer que este projeto aqui foi construído pela Frente Nacional dos Prefeitos. Aqui

significa dizer que o Governo Federal teria que abrir mão de algumas receitas, Governos Estaduais também e prefeituras também. É a adesão desses Municípios.

Quais seriam as obrigações das empresas? As empresas, no caso, teriam, primeiro, que aceitar a elaboração de um laudo demonstrando o impacto dos incentivos concedidos e mostrando que isso significa redução de preço de passagem do transporte coletivo.

O que eu quero aqui, senhores, com essa leitura parcial do relatório? Eu quero abrir um canal de negociação envolvendo Governo Federal, Estados e prefeituras. Eu acho que nós estamos perto de um acordo. Isso aqui pode incidir numa redução do preço da passagem de até 15%. É um valor substantivo neste momento. Eu acho que é um projeto que organiza o sistema.

Então, eu quero aqui fazer essa leitura. Eu sei que há um pedido de vista coletiva. Estou em discussão com o Governo Federal. A Frente Nacional dos Prefeitos vem, amanhã, ao Senado Federal defender este projeto. Também queremos discutir com os manifestantes, porque eu acho que pode ser uma resposta concreta desta Casa...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E os Governadores?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Também.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Como o senhor vai reunir os Governadores para discutir isso?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Nós queremos conversar com o Governador Sérgio Cabral, com o Governador Geraldo Alckmin. Vai ser uma decisão deles.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas todos os Governadores. São todos os Governadores...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Claro. Todos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... envolvidos numa perda de receita que eles rejeitaram, unanimemente, numa reunião que tiveram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Oferecido o parecer favorável ao projeto, a Mesa concede vista coletiva, e a matéria voltará à Ordem do Dia na próxima reunião ordinária.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só quero dizer que é um regime de adesão voluntária. O governador e o prefeito aderem se quiserem. É decisão política de cada um.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Lindbergh.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Isso o Estado já pode fazer hoje. Ele não precisa de lei para isso.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – É claro que não precisa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não precisa de lei.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Eu quero conceder vista coletiva...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – ...e ficar o debate para a próxima semana.

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP) – Presidente, eu gostaria de, pela ordem, ter a palavra também, antes do encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Vamos conceder, pela ordem, primeiro, ao Senador Dornelles e, em seguida, ao Senador Supley. Já houve pedido vista. A matéria volta na próxima terça-feira.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Lindbergh, eu quero dizer que...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Lindbergh, eu quero dizer que sou totalmente favorável à eliminação de todo e qualquer imposto ou contribuição que atinja pessoas de menor renda. Eu acredito, estou certo, que a criação de um imposto ou a isenção de um imposto tem que ser examinada com o maior cuidado dentro de suas consequências gerais.

Existe um exemplo clássico de contribuição. Numa determinada ilha, havia um consumo exagerado de cachaça. Aumentou-se consideravelmente o imposto da cachaça e foi reduzido o consumo do leite, porque o chefe de família chegava em casa e dizia: “A cachaça aumentou. Vocês tomem menos leite, porque eu não posso reduzir o meu consumo de cachaça”.

Então, é preciso ver o que representa para o Estado, porque muitas vezes a eliminação de um imposto significa menos recursos para a saúde e para a educação. Os Estados estão em situação difícil, de modo que isto aqui tem que ser examinado com cuidado. Eu não estou me posicionando contra, eu acho apenas que tem que ser examinado com maior cuidado, não pode ser votado de um dia para o outro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só quero dizer aos senhores o seguinte – só para

encerrar aqui. Este projeto é opcional, este projeto passou pela Câmara, por três Comissões neste Senado, o Ministério da Fazenda está analisando este projeto.

Eu só quero dizer aos senhores o seguinte. Se este Senado Federal não escutar a voz das ruas... O preço da passagem é caro, já devia ter havido essa desoneração há muito tempo. A verdade é que ninguém quer abrir mão. Estamos condicionando uma desoneração – Governo federal, estadual e prefeituras – com um impacto que pode ser de 15% nos preços das passagens em transporte coletivo.

Amanhã chega a Frente Nacional dos Prefeitos, e nós queremos abrir esse diálogo com todos os setores. Eu acho que este projeto deixa este Senado Federal sintonizado com as ruas, com o apelo da população, da juventude. Eu acho que é muito importante que nós façamos essas discussões. Eu acho que vem em boa hora.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Os trabalhadores são os mais atingidos pelo preço das passagens, são os que trabalham.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Veio em boa hora. Essa é uma reivindicação dos prefeitos...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Suplicy.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O Senador Lindbergh tem uma larga experiência, conhece o apelo das ruas.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Suplicy, Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a já liderou grandes movimentos neste País. V. Ex^a tem experiência e tem toda razão.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Presidente Inácio Arruda, eu quero cumprimentar o Senador Lindbergh Farias e quero informar que, ainda ontem à noite, eu conversei com o Prefeito Fernando Haddad relativamente à informação de que estaria na pauta hoje este projeto de lei, que já foi aprovado na Câmara. Inclusive também conversei com o Relator na Câmara, o Deputado Carlos Zarattini, que se encontrava na França ontem. Eu informei a ele da votação e também informei a Sr^a. Mayara, que é uma das líderes representantes do Movimento Passe Livre, que está neste instante em reunião com o Prefeito no Conselho Municipal, na sede da Prefeitura Municipal. Tanto o Prefeito quanto os representantes do Movimento Passe Livre e os demais membros de organizações sociais que se reúnem neste instante em São Paulo estão no aguardo da tramitação deste projeto.

Então, avalio como próprio que possamos todos fazer a análise para, na próxima terça-feira, se tudo correr bem, aprovarmos este projeto em caráter terminativo.

Obrigado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Como já temos um pedido de vista e a matéria voltará a debate, nós vamos dar um minuto para os oradores.

Senador Blairo Maggi, Senador Ivo Cassol, Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Eunício Oliveira.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, eu entendo que o projeto tem todo o mérito, até para atender o que está acontecendo. Mas nós temos que entender que cada governador, dos 27 Estados da Federação mais o Distrito Federal, tem autonomia para isso. Nós não precisamos de uma lei federal para autorizar o governador e a assembléia legislativa de cada Estado a darem isenção do ICMS sobre o que quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Neste caso é por adesão, só se eles quiserem.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Ele pode aderir sem a lei. Essa lei é inócua, isso aqui não existe.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muitos Estados já fazem isso. O Ceará já fez.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – É, muitos Estados já fazem isso. Aí, o Relator diz: “Os prefeitos querem”. Claro, os prefeitos querem, mas esse tributo é do governo do Estado, ele é que tem que saber se ele pode abrir mão dessa receita ou não.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – É que o Município já tem o ISS, e a maioria dos Municípios, principalmente capitais e regiões metropolitanas, já abrem praticamente mão do seu ISS. É essa a negociação com os governadores.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, é o seguinte: a lei, aqui, é inócua. É inócua, não tem sentido.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não é inócua não, ela organiza o sistema como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Ivo Cassol. Em seguida, Vanessa, Eunício e Rollemberg.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Na explanação do Senador Blairo Maggi, está correto. Eu fui governador também por dois mandatos. Os governadores e prefeitos têm autonomia para isso.

Eu tenho uma sugestão a dar nesta Comissão de Assuntos Econômicos...

(*Soa a campanha.*)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Qual é a sugestão que eu dou? A Presidente Dilma, e nós somos da sua base, com uma “canetada” só pode acabar com essa confusão no Brasil inteiro.

É só começar a cobrar de novo o IPI dos carros. Cobra novamente o IPI dos carros e isenta as passagens. É inadmissível! No Rio de Janeiro são R\$2,90; em São Paulo, R\$3,20. O preço do combustível no Rio é o mesmo, o preço dos ônibus no Rio de Janeiro é o mesmo. Então, há um desentendimento entre os Estados.

O que é preciso ser feito? A maioria dos alunos que estão nas faculdades não tem carro ou moto. Dependem do transporte coletivo, que está uma porcaria pelo Brasil afora.

Então, dá-se isenção para se comprar o carro. Quem tem dinheiro coloca R\$3 mil ou R\$5 mil a mais e compra o carro. E, ao mesmo tempo, faz-se o repasse para as empresas de ônibus para reduzir 15% ou 20%, como disse agora o Relator Senador Lindbergh, descontando do outro lado.

Então, que se passe a cobrar o IPI dos carros, porque assim prefeituras e Estados começam a ter uma renda com garantia, e se isenta na questão do transporte coletivo, para melhorá-lo pelo Brasil afora, acabando com isso de uma vez por todas.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – É mais uma ideia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Os Estados e os Municípios têm autonomia para legislar sobre seus tributos. Se o Estado quiser reduzir a zero o ICMS, ele pode fazê-lo. É dinheiro dele. O município se quiser cortar o ISS também pode.

Então, pergunto ao senhor o que é esse projeto além de uma operação política?

Eu vi a ansiedade no Senador Suplicy...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu explico.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Essa matéria está tramitando por um longo período.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso eu não quero saber. Eu quero saber o seguinte: o Estado tem liberdade para fixar a alíquota do tributo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu posso explicar ao senhor rapidamente. O que é Reitup? O que nós criamos? Um sistema integrado

em que o Governo Federal diz “eu abro mão do meu se você aderir e abrir mão do seu”.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ele pode abrir mão se ele quiser.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sim, mas não estão querendo.

Ao aprovar essa legislação, o que eu garanto que vai acontecer? O Governo Federal vai abrir mão do seu; os prefeitos vão abrir mão do deles e os governadores vão decidir se vão abrir mão ou não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas o Governo Federal já decidiu, já há uma medida provisória.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sim, são novos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – PIS/Cofins sobre diesel, não.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – O Governo já fez.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sobre diesel, não; sobre bens e equipamentos, não; redução da folha de pagamento, desoneração de 2% para 0,5%. Tudo isso incide de forma conjunta em até 15% do preço da passagem.

Estamos coordenando as isenções, porque fica hoje todo mundo dizendo o seguinte: “Faça você!” E ninguém faz.

Isso é fundamental. Estamos discutindo competitividade. Vamos ter aqui a Confederação Nacional das Indústrias. Reduzir o preço da passagem do transporte coletivo é um imperativo. Então, essa coordenação é um diferencial.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

Sr. Presidente, falarei por um minuto para dizer que concordo. Compreendi e dou o exemplo da minha cidade. Em Manaus o Governo do Estado, já há muitos anos, abre mão do ICMS. A Prefeitura, da mesma forma, abre mão do ISS. Mas lá a passagem que era R\$3,00, baixou agora para R\$2,90.

Se aprovarmos esse projeto, Senador Lindbergh, com essa isenção coordenada, vamos ter condições, sim, de vincular o incentivo municipal, estadual e federal e garantir uma redução efetiva no valor da passagem.

Acho que o projeto é bom. Concorde com V. Ex^a. Vamos debatê-lo durante a semana e, se possível, votá-lo ainda na semana que vêm.

Considero-o providencial.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Rodrigo Rollemberg. Em seguida, o

último orador, Senador Eunício Oliveira. Os últimos serão os primeiros!

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, é claro que vamos, com o pedido de vista, analisar com profundidade o projeto, mas eu entendi, Senador Lindbergh, que V. Ex^a quis dizer que o projeto propõe que os Estados poderão ter os benefícios propostos das isenções federais, ou seja, comprar equipamentos, ônibus, óleo diesel, com isenção desses impostos federais, desde que ele também abra de alguns impostos. Então, há efetivamente um estímulo conjunto para que, com todos abrindo mão dos seus impostos, haja uma redução do preço da tarifa.

Digo que vamos analisar com profundidade o projeto, porque entendo que ele é importante. Nos últimos anos, no Congresso Nacional, houve uma redução muito grande dos tributos relativos ao transporte individual.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Se o Senador Rollemberg estiver atrapalhando a conversa de alguém, eu suspenderei a reunião, para que os senhores possam conversar sem serem atrapalhados.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Recentemente, houve diversas decisões do Congresso Nacional que reduziram os impostos sobre o transporte individual, mas não houve medidas de mesmo alcance para o transporte coletivo.

Ainda outro dia, Senador Inácio Arruda, eu conversava com o coordenador do consórcio do transporte coletivo de Goiânia, e ele me dizia que o transporte individual no Brasil cresce muito mais do que o transporte coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – É um contrassenso.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Isso levará, cada vez mais, ao caos nas grandes cidades.

Como disse o Senador Lindbergh, esse tem sido um dos grandes motivos das manifestações populares, ou seja, há um desconforto, há uma indignação até com relação à qualidade dos serviços públicos oferecidos nas grandes cidades brasileiras, especialmente nas áreas de saúde, de segurança e de mobilidade urbana, o que esse projeto tende a minorar com a redução do preço das passagens.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem!

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Então, espero que esta Comissão vote esse projeto na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Tem a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, quero só dizer ao Senador Lindbergh que ele traz à luz desta Comissão e desta Casa uma discussão que é extremamente meritória. Se nós não temos a condição de legislar em relação ao ICMS e ao ISS, acho que, no mérito, o projeto traz no bojo a isenção dos impostos federais nessa condição. Então, essa é a parcela de contribuição que esta Casa pode dar.

Não foi à toa que V. Ex^a saiu da Presidência para fazer esse relatório. V. Ex^a sabe que essa matéria é extremamente meritória, embora eu ache que, na discussão do projeto, ele pode, inclusive, ser emendado quanto à isenção dos impostos federais, deixando a critério dos Governadores e dos Prefeitos, já que há uma intervenção dos Prefeitos nesse sentido, a decisão se eles querem isso ou não. Mas nós vamos fazer o nosso papel de desonerar aqui os impostos federais, porque isso é correto. Já que se desoneram tantas coisas neste País, tantas linhas de automóveis de luxo, por que não se desonerar a passagem?

Então, quero parabenizar V. Ex^a pela forma como avocou para V. Ex^a essa discussão, que pode até ser emendada. Mas temos de dar pelo menos a condição de levar a posição do Governo Federal para os governos estaduais e para os governos municipais.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Tem a palavra o Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Os Governadores e os candidatos estão todos falando.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Tudo isso que está acontecendo é um grande movimento popular nas ruas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Muito bom! Eu adoro a boa mobilização popular.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Tudo que tem a participação popular eu também admiro. Gosto disso desde que seja feito de forma ordenada, pacífica.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – É claro!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O que ocorre, Senador Lindbergh? A proposta de V. Ex^a, como Relator da matéria, é louvável, é meritória. Entretanto, tenho acompanhado – fui Governador e fui por três vezes Prefeito – essa redução do ICMS, que depende exclusivamente dos Estados. Hoje, no Brasil, Senador Lindbergh, há uma diferenciação em relação ao ICMS praticado em determinados Estados da Federação. Senador Lindbergh, enquanto o Paraná cobra 12% de ICMS em relação ao etanol, no Mato Grosso

esse percentual é de 17%, e assim por diante é o que ocorre em determinados casos.

O que a população quer? Ela quer o quê? Quer que os ônibus, que o transporte seja melhor e ande mais nas ruas. Ou seja, o cidadão poderia percorrer determinados trechos em 30 minutos, mas está gastando de uma hora e meia a duas horas. Nós precisamos de uma mobilidade urbana melhor do que a que é praticada.

O Governo Federal não se tem preocupado com isso; pelo contrário, está fazendo políticas partidárias. O Governo Federal está preocupado apenas com as próximas eleições de 2014 e está fazendo uma traquinagem invejável, uma verdadeira escola, para que consiga naturalmente continuar no poder.

Nós precisamos de mais responsabilidade, de mais acuidade com alguns projetos, pelo fato de que isso aqui pode causar prejuízos sérios aos tesouros estaduais, às prefeituras. Qual prefeito, qual governador terá condições morais, diante da sua população, de fugir de uma proposta do Governo Federal? O Governo Federal hoje já sufoca, já massacra os Municípios brasileiros. A maioria está literalmente falida. Os Estados também estão na mesma linha, a maioria sem capacidade de endividamento. Como estou vendo aqui aprovar projeto...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... com autorização do Tesouro Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Jayme...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... para o Estado do Acre, que está totalmente quebrado, falido, sem nenhuma capacidade de endividamento. As coisas,...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Eu quero agradecer a V. Ex^a...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... Senador Aloysio, estão tomando um rumo, neste País, por falta de responsabilidade daqueles que estão de plantão no Planalto, ou seja, no Palácio do Planalto.

De maneira que eu, particularmente, sou favorável a tudo o que vem em favor da população, Senador Lindbergh. Eu sou favorável. Todavia, nós temos que ter um mínimo de responsabilidade.

O senhor sabe, já fez as contas, quanto dá se eventualmente nós reduzirmos o ICMS em relação à energia, em relação ao diesel? Ninguém sabe a conta aqui. Em Mato Grosso, hoje, uma das grandes fontes de receita, Senador Inácio, é energia, é telefone, é o petróleo e o óleo diesel. Imagino que essas três fontes, conforme diz aqui, mais atualizado, o Senador Blairo Maggi, ex-Governador, representam 70% da sua receita. Ora, se você for incluir remédio e cigarro, são 88%.

Então, nós temos que ter responsabilidade. Sou favorável, desde que nós façamos com critério. Caso contrário, nós vamos literalmente levar à bancarrota as finanças estaduais e as finanças municipais.

Portanto, essa é a minha observação, porque eu faço política...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... com responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Nós não podemos tratar a coisa pública neste País aqui...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... momentaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – A matéria volta...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Por isso eu faço a recomendação.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – A matéria volta a debate.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Acho que a intenção de V. Ex^a é das melhores possíveis. Todavia, nós temos que ver aqui com critério e sobretudo com responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Eu quero passar a palavra para o Relator, mas quero dar o exemplo do Estado do Ceará, Lindbergh, que fez esse acordo, Prefeitura e Governo do Estado, e conseguiram sim reduzir a tarifa. Então é justo, é meritório, é correto e está em sintonia sim com a mobilização social a que nós assistimos no País. E com certeza não vai quebrar nenhum Estado, porque se fosse quebrar, já tinha quebrado, por conta das desonerações amplas que estão sendo feitas no País.

Então passo a palavra de volta. A vista foi concedida.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Vista coletiva. Passo de volta a palavra ao Senador Lindbergh para ocupar aqui a Presidência, encerrar a reunião e começarmos o debate com a Confederação Nacional da Indústria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos).

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2013, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e doze minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Eunício Oliveira, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, Armando Monteiro, Blairo Maggi e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Cristovam Buarque, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de que se apresente o Mapa da Indústria 2013, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 37 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, tendo como expositor o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, tendo a presença, ainda, dos Srs. José Augusto Coelho Fernandes, Diretor de Políticas e Estratégia da CNI, e Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia da CNI. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Suplicy, Armando Monteiro, Pedro Taques, Jayme Campos, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro e Benedito de Lira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: audiência pública.

Assunto/finalidade: apresentação do Mapa da Indústria 2013.

Requerimento de realização da audiência: Senador Lindbergh Farias.

Convidado: Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Eu peço ao Senador Inácio Arruda que acompanhe e traga o nosso Presidente da Confederação Nacional da Indústria aqui à mesa.

Quero agradecer a presença do nosso Presidente da Confederação Nacional da Indústria e pedir desculpas pelo atraso.

Queria cumprimentar todos os representantes das federações aqui, citando o representante da Firjan, meu amigo Carlos Mariani, que se encontra aqui no Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Queria convidar também o Sr. Jose Augusto Coelho Fernandes, Diretor de Políticas e Estratégia da CNI, para vir à mesa, e o Sr. Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia na CNI.

De acordo com o art. 94, §§2 e 3 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

O convidado fará a sua exposição por 20 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpeleção pelos Senadores e Senadoras inscritos;

Sr. Presidente, novamente pedindo desculpas pelo atraso, passo imediatamente a palavra ao senhor.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar o Senador Lindbergh Farias e, em seu nome, cumprimentar todos os Senadores presentes. Faço um cumprimento também a todos os diretores e presidentes de federações presentes.

Agradeço-lhes a oportunidade de nós apresentarmos aqui hoje o Mapa Estratégico da Indústria. Agradeço também ao Presidente do Senado, Renan Calheiros, que, juntamente com o Presidente da CAE, Senador Lindebergh Farias, oportunizaram a possibilidade desta apresentação aqui, hoje.

Senador, nós vamos fazer aqui uma apresentação dentro do tempo que nos foi disponibilizado. Eu vou pedir a presença do Jose Augusto, que vai fazer uma parte da apresentação, e do Rafael Lucchesi, que fará uma parte da apresentação sobre a questão da educação.

Mas eu queria dizer antes, Senador, que o Mapa Estratégico da Indústria teve início em 2005, na gestão do Presidente, Senador Armando Monteiro Neto, que idealizou e teve a ideia de colocar o Mapa Estratégico da Indústria Brasileira como sendo uma contribuição da CNI e do Sistema Indústria para que o País pudes-

se ter uma agenda e nela avançar, criando competitividade não só para a indústria brasileira, mas para o Brasil, de tal maneira que o Brasil pudesse criar condições para realmente se tornar um grande *player* internacional e uma Nação com uma indústria pujante, uma indústria forte.

O que nós fizemos hoje foi uma revisão desse Mapa Estratégico. Faz um ano que nós estamos discutindo esse Mapa Estratégico com mais de 54 associações de classe, associações setoriais da indústria, as 27 federações das indústrias do Brasil, e mais de 500 empresários que participaram da elaboração desse Mapa Estratégico.

Nós, na realidade, nessa nova versão do Mapa Estratégico, analisamos dez vetores, dez pontos importantes para que o Brasil possa crescer, desenvolver e fazer com que a indústria brasileira volte a ser importante.

Nós colocamos um marco nesse Mapa Estratégico para 2022, considerando que, em 2022, nós estaremos comemorando os 200 anos da independência brasileira. Esperamos que, nesta data, possamos também comemorar a independência e o fortalecimento da indústria brasileira.

A indústria brasileira foi construída ao longo de muitos e muitos anos, desde 1950, com sacrifício da sociedade, com sacrifício da população brasileira, com muitos investimentos do País e dos empresários. Essa indústria já teve uma participação no PIB, principalmente a indústria de transformação, acima de 30% no PIB. Nos últimos anos, ela veio decaindo e hoje a indústria de transformação representa em torno de 14% do PIB. A nossa proposta é que, até 2022, essa participação no PIB volte a estar acima de 20%.

Isso, Senadores, considerando que todo país forte tem uma indústria forte, pois é a indústria que gera tecnologia, é a indústria que gera conhecimento, é a indústria que dá produtividade para os setores da agricultura, da pecuária, para a agroindústria, para a área de serviços. A indústria gera conhecimento e gera produtividade nesses outros setores.

E não existe um País como o Brasil, de tamanho continental, que possa se dar ao luxo de viver apenas de bens primários, de *commodities* e de serviços. Para um país como o Brasil ser forte, chegar a ser a quinta, a quarta economia do Planeta, nós temos que ter uma indústria muito forte. E dessa indústria, que hoje já é uma indústria diversificada, espalhada por todo o Território Nacional, nós temos que cuidar para que possa se desenvolver mais, gerar empregos de qualidade, gerar salários e remuneração de qualidade, desenvolver a educação, a saúde, a defesa, a agricultura e todos os

outros setores da economia brasileira. É isso que nós procuramos fazer nesse mapa estratégico da indústria.

Nós contamos com o Senado; contamos com os senhores, para que as ações que nós vamos apresentar aqui hoje, a gente possa levar a cabo ao longo desses anos.

Muito obrigado mais uma vez, Presidente, Senador Lindbergh. Gostaria, então, de dar continuidade a nossa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

E passo a palavra ao José Augusto Coelho Fernandes, Diretor de Política Estratégia da CNI.

O SR. JOSE AUGUSTO COELHO FERNANDES – Muito bom dia, Srs. Senadores.

Esse trabalho do mapa estratégico começou com uma avaliação das tendências mundiais com forte impacto na indústria e também as tendências nacionais que afetam o desenho da nossa indústria.

Eu acho que não caberia aqui ir ponto por ponto, porque os senhores têm uma agenda pesada hoje, mas certamente o crescimento dos países emergentes... A China colocou o mundo de cabeça para baixo na área de manufatura. O conhecimento e inovação como motores da economia têm assumido um maior destaque. E existe uma nova geografia da produção mundial que acho que vale a pena mencionarmos aqui rapidamente.

No modelo industrial antes da fragmentação – e o Brasil sempre teve uma estrutura industrial muito diversificada –, nós tínhamos a enorme capacidade de fazer tudo aqui no Brasil. No entanto, duas revoluções tecnológicas, o contêiner – é impressionante o quanto o contêiner mudou o mundo – e a tecnologia da informação, fizeram com que determinadas produções pudessem ser fragmentadas ao longo do mundo. E aí surge o papel da China.

Isso coloca o mundo de cabeça para baixo. O Brasil tem dificuldade de enfrentar essa agenda. E certamente o impacto que isso provoca no mundo é que o Brasil começa a enfrentar mais competidores. Ou seja, antigamente nós só enfrentávamos aqueles países que tinham um mercado tão grande quanto o nosso. E agora, nós passamos a enfrentar pequenos países que se ligam nessa estrutura de cadeias de valor de produção.

Então, entender essa dinâmica é importante para mostrarmos o quanto nós precisamos avançar no nosso processo de modernização institucional.

No campo nacional, certamente, o fortalecimento do mercado interno, as transições demográficas por que o Brasil passa e a própria mudança espacial da atividade econômica tem efeitos sobre a nossa indústria.

Mas o fato é que, qualquer que seja a comparação internacional, o Brasil sempre aparece não da melhor forma. São raros os temas em que o Brasil tem nota verde. Ali em disponibilidade o custo de mão de obra é por conta do bônus demográfico, é o peso do bônus demográfico quando compara o Brasil com esses países. Mas, em geral, nós temos muitas notas vermelhas. E o nosso grande desafio, até para não perdermos a nossa posição nas cadeias produtivas globais, é melhorar esse ambiente institucional.

O fato é que o Brasil, hoje, é um país de custo elevado. Essa comparação não foi feita pela CNI, é um exercício feito pelo Itaú/Unibanco, e mostra como, entre 2005 e 2010, nós praticamente aumentamos o custo unitário do trabalho em dólares no Brasil, ou seja, 42% derivam do câmbio real e 36% dos custos de mão de obra diretos das negociações.

É um cenário que poucos países enfrentaram e, certamente, o nosso custo, hoje, é comparado à Hungria, Polônia, etc., países do leste europeu. Ou seja, nós não temos condições de competir por custos com o sudeste asiático, o que tem impacto, obviamente no desenho de políticas que estamos apresentando aos senhores. Outra forma de ver essa questão é comparando a evolução do salário nos últimos anos em dólar com a evolução da produtividade.

O fato é que a CNI se debruçou, nesses últimos meses, para entender quais eram os elementos críticos para crescer. Obviamente, o primeiro elemento é capital, ou seja, investimento, sem investimento nós não temos capacidade de crescer. É só pensar na nossa fazenda, na nossa indústria; se eu não tenho o torno, se eu não tenho o arado, não consigo trabalhar. Da mesma forma o trabalho. Eu preciso ter trabalho e trabalho qualificado. A interdependência do comércio e investimento com o mundo também é importante. O papel da inovação e da modernização institucional. É sobre esses temas que a CNI se debruçou.

O tema produtividade naturalmente tem um peso bastante forte nessa estratégia. O Brasil não tem escapatória de elevar o seu nível de produtividade. A primeira agenda para isso é aprender fazendo e isso exige qualificação de mão de obra; isso faz parte. Em uma indústria, quando começa a trabalhar, dois, três anos depois a sua produtividade é muito maior do que no início, porque as pessoas aprendem.

A questão da economia de escala. Nós temos que ter escala não apenas no nosso mercado doméstico, mas com o mundo. Externalidades, que é tudo aquilo que está fora da empresa: o ambiente de infraestrutura, o sistema educacional que provê serviços de saúde etc. e a inovação, porque mesmo com o capital e tra-

balho isso tem um limite, pois eu só consigo dar saltos depois de um tempo com a inovação.

É isso tudo que conduz ao mapa estratégico da indústria, em que coerente com esse desenho de produtividade e inovação, a educação está na base. Esse tema o Rafael vai explorar mais adiante.

Olhando à esquerda, em torno do ambiente, primeiro o ambiente macroeconômico, estabilidade e previsibilidade são fundamentais. Nós não conhecemos nenhuma história no mundo em que o País se desenvolva com alta instabilidade macroeconômica, com déficits elevados, com inflação fora do controle. Isso, por exemplo, nunca aconteceu em nenhum dos países do Sudeste Asiático.

A questão deficiência do Estado é outra dimensão bastante apontada pelos empresários. Há uma percepção de que hoje nós temos um Estado menos sofisticado do que o País. E isso notadamente na área de infraestrutura. É como se eu precisasse ter o mesmo padrão de eficiência que existe em outras ilhas de excelência do Estado. É importante que ele se translate para a área de infraestrutura.

Segurança jurídica e burocracia. Segurança jurídica não é uma abstração, ela tem nome e endereço. Nós podemos identificar os “enes” marco regulatórios que geram inseguranças para as empresas, tanto no plano setorial quando no plano horizontal, a exemplo da desconsideração da pessoa jurídica e às incertezas associadas a passivos na área de relações do trabalho.

Desenvolvimento de mercados. O Brasil não poderá construir a sua estratégia apenas com o mercado doméstico, nós precisamos acessar o mercado internacional para dar escala as nossas empresas. Temos nesse miolo toda uma agenda de trabalho de redução de custos.

Na área de infraestrutura têm ocorrido avanços recentes. A área de tributação talvez seja essa em que o Brasil funcione como uma espécie de *software* de um Bandeirante ou de um Paulistinha, mas ele tem a dimensão de um A380. Então, essa disfunção inclusive afeta o desenvolvimento de mercados porque talvez os problemas nossos na área de tributação, de investimentos de exportação seja aquilo que cria a posição defensiva mais forte da indústria brasileira perante o desenvolvimento de mercados, dado que ela tem um sistema que não se comunica com o mundo.

A agenda de financiamento e toda a agenda de inovação e produtividade.

Apenas para dar uma ideia aos senhores de como é esse trabalho, para cada um desses dez temas nós explicamos porque aquele tema é relevante – aqui no caso é explicação sobre tributação –, fazemos uma comparação internacional, sempre estamos buscando

indicadores internacionais para posicionar o Brasil, e colocamos qual é o sonho, qual a visão da indústria para 2022. E para cada um desses temas nós identificamos quais são os temas prioritários. No caso da tributação a própria carga, o foco muito forte na eliminação da cumulatividade dos tributos, desoneração dos investimentos em exportações e simplificação da estrutura tributária.

O nosso alvo. Hoje, com a proporção da arrecadação gerada com incidências cumulativas acerca de 7,7%, o nosso alvo em 2022 seria chegar a 0%.

Para cada tema, nós temos uma agenda. Não cabe aos senhores tentar ler isso que está no Power-Point, mas a ideia é que a CNI terá uma bússola, um roteiro sobre esses temas aos quais a CNI estará dedicando a sua energia e o seu trabalho nos próximos meses e anos.

Naturalmente, o mapa estratégico tem um conjunto de temas que são de responsabilidade do Congresso Nacional. Neste momento, a CNI, através da sua área legislativa, está identificando que projetos são esses. Apenas para dar um exemplo aqui, nós temos alguns projetos que passaram aqui pela CAE – Marco das Agências Reguladoras, Código de Defesa do Contribuinte, Terceirização, a Desconsideração da Personalidade Jurídica e as Regras para Licenciamento Ambiental – que casam com essa agenda. E, obviamente, essa é uma agenda muito mais ampla do que está aí.

Então, quais são as mensagens principais que a CNI está passando para a sociedade e para os senhores? A primeira é que o Brasil e o mundo mudaram. Nós precisamos entender a natureza dessas mudanças, para desenharmos as nossas melhores políticas.

O segundo é que esse desempenho deve ser comparado. Ou seja, não basta olharmos para a nossa própria evolução, nós temos que nos comparar com o mundo. E nesse mundo de cadeias produtivas globais, a gente pode ter surpresas. Um país que a gente considerava pouco importante de repente está no nosso radar como sendo o nosso grande competidor, e precisamos trabalhar com ele.

Terceiro. Aqui é uma questão do Congresso. A contínua modernização das instituições é chave para o crescimento. Ou seja, temos que nos perguntar o que estamos fazendo na agenda de modernização institucional.

É importante também sabermos aonde desejamos chegar. Queremos ter cumulatividade zero em 2022? Qual é a nossa agenda para atingir esse objetivo? Ou seja, a mensagem que o presidente colocou desde o início é que o Brasil precisa ter ambição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Jose Augusto.

Passo a palavra agora ao Sr. Rafael Lucchesi, que é o Diretor de Educação e Tecnologia na CNI.

Quero citar aqui a presença do nosso ex-presidente da CNI, Deputado Carlos Eduardo Moreira Ferreira, e do nosso grande Senador Armando Monteiro, também ex-presidente dessa entidade.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Bom dia a todos. Bom dia ao Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro.

Como o Jose Augusto falou, o Mapa Estratégico da Indústria – vou tentar fazer essa apresentação em menos de 10 minutos – parte da base da educação. Pela primeira vez, os empresários brasileiros colocam a educação no centro da estratégia de competitividade do Brasil, o que é um elemento-chave para entender o avanço da sociedade do conhecimento, da competitividade, estando a educação acima de temas extremamente caros para o mundo empresarial, como tributação, infraestrutura. Temos a graça, também, de ter a inovação à frente de relações de trabalho, num ambiente macroeconômico.

Na agenda de educação, cada um dos temas tem um propósito muito claro em torno do mapa estratégico. Nós precisamos aumentar a qualidade da educação básica na agenda da educação básica. Na agenda de educação profissional, precisamos corrigir a matriz educacional brasileira ampliando a oferta e melhorar a qualidade da educação profissional.

No Brasil, apenas 6% dos jovens de 15 a 19 anos fazem educação profissional junto com a educação regular. Na média dos países desenvolvidos, esse número está muito acima, está acima de 40%. Chega, nos países que têm educação dual mais forte, como a Alemanha, a 53%, ou como o Japão, a 55%.

Na área da educação superior, precisamos melhorar a formação de engenheiros e tecnólogos. No Brasil, hoje, de cada 100 graduados, apenas cinco são engenheiros, o que contrasta com os 36 chineses ou os 25 sul-coreanos. Precisamos melhorar muito isso. E também nos programas de pós-graduação.

Na Capes, apenas 13% dos apoios dados pelo Ministério da Educação aos programas de pós-graduação são dirigidos a cursos de engenharia e de ciências duras.

Precisamos melhorar a qualidade da educação. Nós somos mal posicionados nos principais *rankings* internacionais. Ocupamos a 126ª posição em qualidade de sistemas educacionais. Estamos ruins nos principais indicadores, e houve uma evolução substantiva de recursos, Senadores, que está sendo alocada à educação. A velocidade da qualidade não aumentou na

mesma agilidade do aporte de recursos, o que coloca, para nós, que não é apenas um problema alocativo. Precisamos melhorar a gestão da escola, a gestão e a qualidade do serviço público, sobretudo com uma agenda de meritocracia e profissionalização, como, aliás, é a agenda dos principais países bem ranqueados no teste Pisa e na educação internacional.

O Brasil precisa de um modelo de educação que favoreça o desenvolvimento econômico-social. O Brasil precisa de uma escola que dialogue com a juventude. O Brasil precisa de uma escola que sirva às necessidades de competitividade.

Se nós olharmos o que a juventude pensa, hoje, pesquisa da McKinsey, ela desejaria um sistema de aprendizado mais baseado no trabalho e na aprendizagem prática, 76,73%. Eu acho que isso dialoga muito com uma escola excessivamente academicista, que nós precisamos aperfeiçoar e melhorar.

Se nós olharmos para o que sai da escola, 69% dos empresários brasileiros entendem que nós temos deficiências nos jovens formados pela escola.

A opinião dos jovens está dividida, mas dos profissionais ligados à educação dois terços acham que está bom, o que, na verdade, contrasta com a percepção dos indicadores internacionais, com relação à educação brasileira.

Precisamos sair do enciclopedismo para conteúdos mais significativos; menos ênfase em memória e mais em habilidades e competências; menos ensino cartesiano e mais utilização de novas tecnologias e associação entre diversas práticas. Ou seja, precisamos de uma política educacional à altura dos desafios do Brasil, utilizar mais tecnologia em sala de aula, capacitar mais os professores. Nós precisamos de uma agenda que discuta a educação para o mundo do trabalho.

No nosso sistema, no sistema indústria, nós temos uma rede representativa, com um volume grande de escolas, e, no último ano, a rede do Sesi participou da Prova Brasil.

Pois bem, a média brasileira das escolas no quinto ano foi de nota 5. A estrutura do Sesi, a rede do Sesi alcançou a nota 7,1, muito acima de todos os conjuntos dos outros grupos educacionais.

A bem da verdade, nós batemos a meta educacional brasileira para 2021, ou seja, nós temos um sistema que, em certa medida, é uma pequena Finlândia dentro do Brasil e isso se reflete, também, na Prova Brasil, na aplicação do nono ano.

O Sesi tem, hoje, 1,9 milhão de matrículas em educação. São 663 escolas distribuídas dessa forma, não vou me ater a detalhes, e mais: o importante é que há uma estruturação da nossa rede por todo o Brasil. Ela não está concentrada, ela é uma rede na-

cional, ela tem uma distribuição nacional e nós temos uma concepção educacional própria, uma metodologia educacional diferenciada, um currículo singular, sobretudo de uma lógica de “teoprática”, de teoria e prática, o que conforma uma lógica de educação para o mundo do trabalho.

Todas as principais teorias educacionais, hoje, colocam que a utilização das mãos aumenta muito a sinapse de compreensão do processo de aprendizagem, o que é extremamente importante.

As nossas prioridades são, não poderiam deixar de ser, num sistema educacional dirigido por líderes empresariais, a educação básica articulada com a educação profissional e a educação continuada para a parcela mais fragilizada de brasileiros, que abandonam o sistema de escolaridade regular, que são de dois terços no ensino fundamental e de um terço no ensino médio, no ensino secundário, como se falava antigamente.

Então, nós temos, hoje, no Brasil, uma grande mudança da transformação demográfica no País. O que está acontecendo no Brasil é que, em 25 anos, nós temos uma enorme mudança demográfica.

Fala-se apenas de bônus demográfico, e isso é verdade até o início da próxima década, mas está caindo, de forma aguda, a taxa de natalidade na população brasileira.

O Brasil, ao lado da China, é o País com maior contingente de mulheres no mercado de trabalho e uma enorme redução do contingente populacional de jovens. O que está acontecendo no Brasil, em 25 anos, se verificou na Europa Ocidental em 125 anos: mudanças expressivas, o que faz com que nós não possamos ter mais gerações perdidas no sistema educacional.

Na minha geração, por exemplo, um de cada dez estudantes ia para a universidade. Entretanto, todo o conteúdo curricular foi estruturado pensando como se todos fossem para a universidade. Isso é uma enorme exclusão do processo de preparação para o mundo do trabalho, onde apenas um de cada dez – hoje, apenas um e meio de cada dez – é efetivamente preparado para o ingresso na carreira profissional.

Precisamos ter um sistema educacional que olhe o que acontece nos países desenvolvidos, onde há uma abrangência que é duas vezes e meia, três vezes maior de jovens que vão para a universidade. Entretanto, a educação dual, a educação profissional junto com a educação regular, é muito acima do número do País, que é apenas de 6,6%, contra 41% da Coreia do Sul e da França; 52% da Alemanha; 55% do Japão.

Nós, do Senai, temos estruturado todo o mapa do trabalho industrial brasileiro, pegando, das 600 profissões da CBO, Classificação Brasileira de Ocu-

pações, as 177 que conseguem explicar 90% do emprego industrial.

Temos de capacitar 7,2 milhões de trabalhadores para a indústria, sendo 1,1 milhão de pessoas que entrarão pela primeira vez no trabalho industrial. Temos isso estruturado, região por região – na verdade, microrregião industrial por microrregião industrial –, inclusive dando, já, um mapa de todas as profissões, localidade por localidade.

Na medida em que nós estamos dobrando o número de matrículas do Senai, que é um dos maiores sistemas de educação profissional do mundo, passando de dois milhões para quatro milhões de matrículas, nós temos de disponibilizar a educação profissional com a mesma tecnologia que está na indústria e no mesmo local onde o emprego está sendo criado.

Não adianta eu formar soldadores em Porto Alegre se o emprego estiver na grande Recife. Eu tenho de formar na grande Recife, para que ele tenha condição de produtividade para desenvolver as necessidades objetivas.

Na educação profissional, também, nós precisamos romper, no Brasil, com aquela ideia de mobilidade social arraigada na história passada brasileira e no milagre econômico, em que apenas o canudo universitário permitia mobilidade social.

Vejam os senhores: nas 21 ocupações mais demandadas pela indústria de trabalho técnico, o salário inicial é acima de R\$2,1 mil e, com 10 anos de profissão, na média, R\$5,6 mil, o que nos coloca altamente competitivos com a maioria das formações universitárias no País.

Nós temos, hoje, neste ano, mais de três milhões e, até o ano que vem, mais de 4 milhões de matrículas.

O Senai, é, hoje, o maior executor do programa nacional, um excelente programa, que é o Pronatec. O Senai tem mais de 50% das matrículas do programa, do Pronatec, e temos isso distribuído nacionalmente. Inclusive, a taxa de expansão das escolas do Senai e das matrículas do Senai acontece mais intensamente nas novas regiões, nessa nova geografia econômica.

Se, no Brasil, há uma expansão e uma interiorização da atividade industrial, é sempre o Senai que treina e capacita, muitas vezes, populações que saem da atividade rural e agrícola e se engajam em atividades mais modernas, permitindo fazer um país mais justo, mais equilibrado.

O Senai consegue empacotar as competências necessárias para diversas atividades industriais e capacitar as populações.

Além disso, do ponto de vista internacional, além de sermos reconhecidos pela OIT, ONU e Unesco como um dos melhores sistemas de educação profissional,

na WorldSkills, que é a competição internacional de educação profissional da juventude aliada ao trabalho, o Brasil tem se posicionado muito bem. Nós temos sido referência internacional. Na última edição, em 2011, nós ocupamos, conquistamos o segundo lugar. Estamos com uma delegação forte para, no mês que vem, ir à Alemanha para buscar, também, novamente, representar o Brasil e organizaremos e sediaremos a WorldSkills em 2015, na cidade de São Paulo.

Nós temos, na agenda voltada para a competitividade no Brasil, usando o diagrama do Michael Porter, a necessidade de ampliar a educação profissional, estamos dobrando o nosso sistema, e de criar serviços técnicos e tecnológicos.

O Senai já é, hoje, a maior rede de laboratórios acreditados pelo Inmetro, o maior sistema de apoio à capacitação tecnológica da indústria. Atendemos por ano a mais de 22 mil empresas, o que não é trivial, e estamos montando 66 Institutos Senai de tecnologia e 23 Institutos Senai de Inovação, que vão apoiar a capacitação tecnológica para a competitividade da indústria brasileira, fazendo aliança com a melhor experiência no mundo, que são os Instituto Fraunhofer, da Alemanha, e o MIT, dos Estados Unidos, no sentido de prover a competitividade para a indústria brasileira.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Antes de abrir o debate, eu passo a palavra ao Presidente Robson, para fazer o encerramento da exposição.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Senador, muito obrigado.

Eu só queria fazer um comentário final a respeito do mapa estratégico e da indústria brasileira. Mesmo reconhecendo os esforços e as políticas que o Governo Federal tem implementado para alguns setores e para a indústria brasileira, como é o caso das desonerações da folha de pagamentos, da questão dos juros e de algumas desonerações de PIS, de COFINS, do incentivo ao consumo, de programas como o Minha Casa Minha Vida, a indústria brasileira tem vivido momentos de grandes dificuldades, por diversos fatores. Esses fatores vêm se acumulando ao longo dos anos e têm criado obstáculo e dificuldades para nossa indústria.

Esses dez fatores-chave de sucesso para a indústria brasileira são os dez fatores relacionados aqui, todos eles, com a infraestrutura, tributação, educação, inovação. Quer dizer, todos os fatores que dependem apenas de nós para mudá-los; alguns dependem dos investimentos dos próprios empresários, como no caso da educação e da inovação, e nós temos feito esse dever de casa. Estamos investindo muito na educação

dos trabalhadores, estamos investindo em inovação, estamos colocando as energias dos empresários brasileiros do Brasil inteiro nessas áreas. Agora, nós dependemos muito de mudanças na logística, na questão do transporte, nas questões internacionais.

Nós temos discutido muito e defendido a necessidade de o Brasil fazer acordos internacionais até de livre comércio, mas há alguns impedimentos, como os que o próprio Mercosul tem nos colocado, impedimentos de negociação. Hoje o Mercosul representa para nós muito mais um empecilho ao avanço do comércio internacional do que realmente uma estrutura organizada que possa ter peso nas negociações internacionais. Esse realmente é um problema que temos.

Temos problema do câmbio, o problema dos juros e dos créditos. Nós temos dificuldades nos investimentos e muitas delas são relacionadas à tributação que existe nos investimentos. E, quando não há a tributação, há a falta do cumprimento dos governos de maneira geral com relação à restituição dos créditos.

Tudo isso, Senador, Presidente, é o que nós estamos colocando neste projeto que a CNI está mostrando para os senhores hoje. Para cada item desses nós determinamos onde estamos hoje e aonde nós queremos chegar em 2022, com escalas e composições intermediárias. A partir de agora a CNI está trabalhando com os empresários, com consultores, para detalhar cada ponto desses, a ponto de poder apresentar ao Congresso Nacional o que precisa ser modificado do ponto de vista da legislação, qual a alteração que seria importante realizar. Ao Executivo indicamos o que precisaria fazer.

Nós já fizemos um trabalho para o Norte, para o Nordeste e para o Sul com relação à questão da logística, pelo qual identificamos todos os projetos que possam alterar a competitividade dessas regiões e apresentamos, tanto para o Executivo como para o Legislativo, aqueles projetos que podem mudar a região e são de interesse, inclusive, para investimentos privados.

Esperamos chegar até o final do ano complementando as contribuições que estão sendo apresentadas hoje, com as propostas detalhadas para que isso possa, inclusive, ser incluído nos planos dos próximos governos brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Presidente.

Eu passo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Presidente Robson. Seja bem-vindo à nossa Comissão, à nossa Casa! Também cumprimento o Srs. José e Rafael Lucchesi.

Cumprimento-os pela explanação, pela forma como foi aqui colocada, mas percebi que nós teremos de nos debruçar sobre esse estudo. Vamos ter de lê-lo, de estudá-lo, para podermos acompanhar o que foi colocado aqui.

Também me parece que a maior contribuição que ainda virá desse trabalho será o que o Presidente colocou agora: a revisão da nossa legislação em relação à indústria, os pontos que são favoráveis, os pontos contrários e os pontos conflitantes.

Aqui, Presidente Robson, no Congresso Nacional, na Casa, temos tido muito esses problemas. Nós que frequentamos as comissões percebemos o quanto são ambíguas as propostas. Às vezes, sob a ótica de um Parlamentar, determinada matéria está absolutamente correta, e ele a defende. Muitas vezes os colegas o seguem até para serem elegantes com o próprio colega, mas, quando se coloca a matéria em contexto mais amplo, as coisas não funcionam e, assim, traz muito problemas e muitos prejuízos para a economia.

Um exemplo disso aconteceu há pouco tempo em uma matéria discutida no Congresso Nacional e que foi aprovada. Para todos nós passou em branco, deixamos essa matéria andar sem que tivéssemos tido a preocupação de avaliar qual era o seu impacto. Falo da Lei do Caminhoneiro, que foi um desastre. Eu estava aqui no dia, consegui ainda negociar algumas coisas, mas não tinha nem a noção – e olhe que sou transportador também! – do impacto dela. No dia do jogo do Brasil aqui, estive com o pessoal da Ambeve e soube que a desoneração que a Presidenta colocou agora sobre a folha, os incentivos da energia elétrica e tudo o mais que foi feito representam apenas 10% do prejuízo que a Lei do Caminhoneiro trouxe para o sistema de transporte de uma companhia tão grande quanto a Ambeve. Na minha não foi diferente e nas demais também tenho certeza.

Então, é muito importante que as assessorias das federações e das confederações frequentem as comissões, que estejam atentos, que alertem os Parlamentares no momento em que as matérias vão se encaminhando para a votação, para mostrar efetivamente o que vai acontecer, qual o impacto daquela medida que estamos aprovando aqui, muitas vezes olhando um aspecto, que pode ser social ou econômico, e que poderá, no conjunto, desorganizar todo um setor da economia. Foi o que aconteceu. Uma lástima o que aconteceu!

Não estou dizendo que nós não deveríamos ter votado uma lei de proteção ao caminhoneiro, com horas

para trabalhar. Fiz isso e, inclusive, votei favoravelmente pensando nesse aspecto, mas não no geral. Nós não organizamos nosso País para receber essa nova legislação e vimos o que aconteceu nas nossas rodovias, nas ferrovias, nos portos. Uma coisa consequência da outra. Não há como fazê-las separadamente.

Quero cumprimentar V. S^a pelo trabalho que está sendo realizado. Vou me debruçar sobre esse estudo para entendê-lo um pouco melhor, mas eu gostaria de pedir à Confederação – vocês têm técnicos valiosos, tem gente que frequenta a Casa todos os dias – que também nos ajude. Acho que a proposta de uma revisão mais ampla sobre toda a legislação que nós temos poderá nos dar um norte a ser seguido pela Comissão para, sempre que votarmos uma matéria, saibamos exatamente onde ela esbarra, em que ela ajuda e em que ela prejudica; assim, poderemos fazer uma análise e votar a matéria com mais tranquilidade.

Parabéns a todos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Lindbergh Farias, prezado Presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, Sr. Rafael Lucchesi e Sr. José Augusto Coelho Fernandes, acho importante que tenhamos boa consciência daquilo que tem sido realizado, inclusive do ponto de vista do esforço para a melhoria da formação profissional de todos os que contribuem para a indústria brasileira.

Chamou-me a atenção um dos gráficos aqui apresentados, segundo o qual, de 2011 a 2012, embora o salário médio em dólares para a indústria de transformação tenha crescido significativamente, a produtividade permaneceu sem um aumento significativo.

Eu pediria que pudessem analisar esse gráfico do ponto de vista de que razões têm feito a produtividade da indústria brasileira não se elevar tão significativamente ou tanto quanto, porque seria normal, com o aumento do salário médio, haver consonância com o crescimento da produtividade.

Agradeço aos senhores se puderem nos dizer o porquê disso e o que poderia ser feito para modificar essa pendência.

Gostaria de lhes perguntar se a Confederação Nacional da Indústria tem analisado as formas de transferência de renda que existem em diversos países, como avaliam, do ponto de vista da competitividade da economia brasileira, os efeitos desses sistemas. Gostaria inclusive de lhes perguntar, como não há referência aqui a esse assunto, em que medida os órgãos de assessoria da CNI têm levado isso em conta.

Por exemplo, nos Estados Unidos da América, desde 1975, existe um instrumento que se denomina Earned Income Tax Credit, ou seja, o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida. Como resultado do pagamento da arrecadação de recursos dos Estados Unidos como um todo, paga-se uma transferência de renda a todos aqueles trabalhadores que, em trabalhando, recebem uma renda, se a sua renda não alcançar determinado patamar. Se isso ocorrer, a essa pessoa, à sua família se confere um crédito fiscal. Nos Estados Unidos, nesses últimos anos, pagou-se algo como US\$56 bilhões a mais de 26 milhões de famílias. Para se fazer uma comparação, o Programa Bolsa Família paga uma transferência de renda, pelas regras, para 13,9 milhões famílias. Às vezes, observa-se o Programa Bolsa Família como o maior do mundo; nos Estados Unidos recebem o EITC 26 milhões de famílias aproximadamente.

Vamos dar um exemplo. Suponhamos uma família com marido, mulher e duas crianças. Se, com os dois trabalhando, o rendimento for da ordem de US\$18 mil, esse casal passa a ter, por ter dois filhos – se forem três, será um pouco mais –, um acréscimo da ordem de US\$5,25 mil, de modo que o rendimento familiar passará para mais de US\$23 mil. Com isso, aquele casal ultrapassa a linha oficial de pobreza para um casal com duas crianças nos Estados Unidos. Ora, é o conjunto da sociedade que colabora com isso.

Eu me refiro a isso porque acho importante que a CNI esteja ciente disso, assim como todos os empresários dos mais diversos setores, mas também porque observo que um melhor sistema de transferência de renda será o que o Congresso Nacional já aprovou. E eu acho importante que a Confederação Nacional da Indústria conheça isso. Eu me refiro à Lei nº 10.835, de 2004, que instituirá, por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, uma Renda Básica de Cidadania como um direito universal para todo e qualquer cidadão. Eu acho importante que a CNI esteja a par disso. Eu vou dar ao Sr. Robson Braga de Andrade, como presidente da CNI, o meu livro sobre o tema. Mas me coloco à disposição da CNI para, inclusive, informar e debater isso. Eu lhe pergunto: o senhor conhece onde existe algo semelhante ou já pediu a uma comissão da CNI para ir até e lá e verificar se é uma boa ideia ou não? O senhor sabe onde é, onde existe algo semelhante a um dividendo igual pago a todos? Eu lhe faço a pergunta porque considero importante que o senhor saiba. O senhor conhece, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos deixar para o final as respostas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se o senhor já conhece, eu não preciso fazer a sugestão. O senhor não pode responder? O senhor já esteve lá?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a pode fazer a sugestão, sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não?

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, se o senhor quiser conhecer, eu sugiro que examine o sistema que há 30 anos existe, o Fundo Permanente do Alasca, que paga a todos os seus habitantes igualmente um dividendo que começou com pouco mais de US\$300, por ano; já atingiu, em 2008, US\$3.269 por pessoa; e qual foi a consequência? Fez do Alasca o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos.

Eu faço a sugestão de a CNI estudar isso que o Congresso Nacional já aprovou e o Presidente Lula sancionou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se V. Ex^a não sabe, essa é uma bandeira nova que o Senador Eduardo Suplicy está empunhando.

É uma brincadeira, Senador! É uma bandeira extremamente importante e é a experiência não só do Alasca, mas V. Ex^a teve um papel muito grande na implantação dessas políticas de distribuição de renda aqui no País.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Apenas quero dar esta informação: no dia 21, das 9h30 às 12h30, eu farei uma palestra sobre o tema para o Dieese, para a Escola Nacional do Dieese, em São Paulo, que avaliou que, do ponto de vista dos trabalhadores, é muito importante conhecer isso. Mas eu me disponho também, quando a CNI quiser, a fazer uma exposição na instituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria saudar o presidente Robson e, antes, cumprimentar o Presidente da CAE, o nosso Senador Lindbergh Farias. Mas queria cumprimentar o presidente Robson, cumprimentar os diretores da CNI, José Augusto Fernandes e Rafael Lucchesi; e, de primeiro, congratular-me com a CAE, Senador Lindbergh, por esta iniciativa. Eu acho que esse diálogo do Congresso Nacional com o setor produtivo deve se dar não apenas na avaliação e na discussão pontual de projetos que, em última instância, estão sob o exame das Casas do Congresso Nacional, mas é muito importante fazer

um diálogo, a partir de uma visão de uma agenda e da discussão dos temas que são de grande interesse para o País.

Eu quero dizer que este, para mim, é um momento de esperança, porque, vendo a indústria tão desafiada por esse contexto que foi aqui de forma tão competente desenhado, em face das novas circunstâncias do mercado global, do acirramento da competição, da emergência de novos *players*, diante de todo esse cenário que nos coloca desafios imensos, há algo que se representa, neste momento, um pré-requisito fundamental: a liderança empresarial tem que estar preparada. O mapa estratégico é um exercício que me parece da maior importância porque revela que a liderança da indústria brasileira está verdadeiramente sintonizada com esses desafios e têm uma compreensão adequada desse processo.

É um momento de esperança porque a indústria não vem aqui com um conjunto de pleitos corporativos. A indústria vem discutir uma agenda que, em última instância, é uma dimensão da própria agenda do País.

Houve um tempo, meu caro Senador Pedro Taques, em que se dissociava de maneira equivocada a visão do setor, daquilo que seria uma agenda do setor produtivo, *vis-à-vis* da agenda do País. Eu quero dizer que essa agenda é uma dimensão irrecusável da própria agenda do País. Não há duas agendas. Um país só alcançará prosperidade sustentável se tiver a capacidade de entender o seu setor produtivo e de buscar crescentemente a eficiência, a produtividade, porque só existem políticas sociais sustentáveis se nós tivermos como base uma economia dinâmica, que possa produzir continuamente o crescimento. Portanto, eu acho que é um momento de esperança este, em que a CNI se apresenta, de maneira absolutamente reveladora, como uma entidade que está inserida na compreensão desses desafios que se colocam.

Por outro lado, olhando o papel de entidades que estão vinculadas ao sistema, ao chamado Sistema S, é importante mostrar que esse Sistema S da indústria vem cumprindo um papel extraordinário no nosso País. Isso é muito importante sobretudo quando algumas vozes menos credenciadas se levantam tentando apontar aspectos que sejam menos relevantes para tentar, vamos dizer, macular a imagem de um sistema que tem um acervo de realizações fantástico e que tem revelado a capacidade de corrigir o rumo, porque toda a instituição precisa, evidentemente, ter a capacidade de se adaptar às circunstâncias.

Mas o que há de mais importante no Sistema S que eu queria destacar? É que, num país cuja marca, ao longo de décadas, foi a instabilidade, a descontinuidade de programas, esse sistema, graças ao modelo

inteligente de financiamento, pôde, ao longo do tempo, de forma continuada, focada, levar adiante programas que, em última instância, propiciaram o suporte para a indústria brasileira.

Vejam uma discussão interessante aqui nesta Casa. Em alguns momentos dizem: “Mas está faltando mão de obra qualificada.” Logo, a primeira tradução é que as entidades voltadas para a formação não estão cumprindo seu papel. Vejam que forma equivocada!

Como chegamos até aqui? Essa é que é a pergunta. Como construímos essa plataforma industrial tão importante num país que, até bem pouco, era de economia agrária e que deu um extraordinário salto em cinco décadas? Isso só foi possível em meio a esse ambiente de instabilidade em que os governos estiveram enredados durante muitos anos nesse descontrolo inflacionário, numa crise fiscal aguda, crônica. Como é que foi possível, então, construir essa indústria, essa base industrial? Isso só foi possível porque essas instituições puderam cumprir um papel relevante na formação do capital humano, que, em última instância, deu suporte ao desenvolvimento dessa indústria.

Mas é evidente que, olhando na perspectiva do que temos hoje, há desafios imensos, há muito que fazer. E a nossa matriz educacional tem deficiências que, de alguma maneira, limitam o desempenho também dos programas na área de educação profissional, como aqui o Lucchesi muito bem pôde traduzir. Um trabalhador com déficit de escolaridade não tem as melhores condições de adquirir conhecimentos e de poder – vamos dizer – ter um desempenho em termos de capacitação e treinamento que se imagine.

Então, eu quero registrar a importância de termos um sistema e uma liderança na indústria com a capacidade de entender a natureza das transformações estruturais que estão acontecendo nesse ambiente.

Meu caro Senador Lindbergh, V. Ex^a tem tido um papel importante nesta Comissão, valorizando o debate. Esta audiência é uma demonstração inequívoca disso. Mas – creia – o desafio da indústria brasileira é imenso. Esse é um ativo que nós construímos ao longo do tempo, que foi trabalho de gerações, e não podemos permitir que se desmonte isso, que foi uma construção importante.

Vejo com preocupação vozes que, de repente, comecem a defender o modelo australiano para o Brasil, como se o Brasil pudesse se dar o luxo de fazer uma aventura regressiva. O Brasil não vai se transformar num exportador de *commodities* minerais e agrícolas, ainda que isso seja uma vocação e que o Brasil deva estimular, mas sem que isso implique no sacrifício da indústria, da manufatura. A nossa ambição é continuarmos a ser fortes na indústria, porque crescer pela

indústria é a melhor forma de crescer. Ela dissemina o conhecimento, ela impacta a produtividade global da economia.

Então, isto, para mim, talvez seja o que há de mais relevante hoje nesta discussão: a visão de que a indústria tem um valor para o nosso País e de que o Congresso Nacional tem estado atento a esses desafios e aos riscos que hoje estão associados a essa trajetória da indústria.

Quanto têm falado sobre a desindustrialização, a perda de posição relativa! E aí, vindo aqui companheiros, eu gostaria de dizer que o desafio decorre inclusive da circunstância de que hoje, na indústria, nos últimos dez anos, os bens industriais diminuíram de preço. Por quê? Porque o fenômeno da China com a extraordinária economia de escala, com custos baixos, os bens industriais tiveram uma sensível redução de preço, enquanto as *commodities* tiveram os preços elevados extraordinariamente.

Para terem uma ideia do que representa essa posição de escala da China na indústria, eu vou dar um exemplo, meu caro Senador Pedro Taques. Há 15 anos, a indústria siderúrgica chinesa tinha o mesmo tamanho da indústria brasileira. Hoje, a produção da China de 15 dias – eu vou repetir –, de 15 dias equivale à produção anual do Brasil. Isso significa, meu caro Senador Lindbergh, 37,5 milhões de toneladas, que é o que a China produz hoje em 15 dias e é o que o Brasil produz em um ano. Se tomarmos a indústria de calçados, o Brasil é um produtor importante. Nós produzimos 900 milhões de pares. A China produz 12,5 bilhões de pares de sapato. Então, veja, este é o nosso desafio: como concorrer nesse processo.

Para não me estender muito, eu queria abordar uma questão que nos preocupa hoje, que é a dos mercados, de acesso a mercados, que eu sei que está na ordem do dia das preocupações da CNI. Com essa tendência de nós evoluirmos para o chamado comércio de tarefas e essa especialização que está hoje ligada às cadeias de valor da indústria, nós precisamos, mais do que nunca, de uma política de acesso a mercados, ou seja, os acordos preferenciais de comércio, e o Brasil tem estado ausente, inclusive por conta das limitações impostas pelo próprio Mercosul. Nós temos celebrado pouco. Quase o Brasil não tem feito acordos preferenciais de comércio que reduzem os custos de transação, que reduzem as barreiras e que, portanto, favorecem hoje países que são como esses que José Augusto referiu: países menores que estão se inserindo rapidamente nessas cadeias de valor. E o Brasil vem perdendo o acesso. Então, eu queria uma avaliação sobre o que deve ser a política de comércio exterior do Brasil na perspectiva da indústria.

E a última pergunta: que avaliação a CNI faz dessas políticas industriais de 2004 para cá, que foram mudando de nome (PTSI, PDP, Plano Brasil Maior). Eu queria saber se, além das mudanças de nomenclatura, essas políticas têm verdadeiramente produzido uma mudança importante de resultados. E se nessa avaliação o Governo tem cumprido o seu papel coordenando de maneira efetiva os diferentes instrumentos dessa política.

Muito obrigado pela tolerância meu caro Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Presidente Robson, a indústria brasileira forneceu ao Senado Federal um dos seus melhores quadros, que é o Senador Armando Monteiro. Não é porque estou aqui na frente dos senhores, mas o Senador Armando Monteiro é um dos mais competentes Senadores desta Casa, tem trazido a esta Comissão de Assuntos Econômicos sempre a sua posição, aprofundando o debate, enriquecendo as análises sobre os desafios que temos pela frente. Então, é sempre uma honra muito grande escutar o Senador Armando Monteiro. Ele tem abrilhantado muito esta Comissão de Assuntos Econômicos, sempre colocando os desafios estratégicos. De forma que eu queria fazer a ele um cumprimento aqui especial.

Passo palavra para o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. convidados, sejam bem-vindos ao Senado, inicialmente, eu queria cumprimentar o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso, Jandir Milan, que ali se encontra, parabenizar o Sistema S do Estado de Mato Grosso pela excelência no procedimento educacional e lembrar o ex-presidente da Federação das Indústrias Sr. Mauro Mendes, que hoje é prefeito da capital, prefeito de Cuiabá. Cumprimento o Jandir pelo trabalho no Sistema S.

Eu vou ser muito rápido e dizer que em 1777, Dona Maria, a Louca, conhecida como a Viradeira, ela edita um decreto proibindo manufaturas na colônia. Isso volta em 1808, com a chegada de D. João aqui e a abertura para a manufatura. Muito bem! Hoje, com a globalização, muitos ternos aqui que nós todos estamos usando, a parte de dentro é fabricada na Índia, o que está aqui dentro é fabricado em Bangladesh; a gravata, a seda vem da China. Como defender a indústria nacional hoje? Nós precisamos continuar a exportar proteína animal, proteína vegetal – veja que eu venho de um Estado que é um dos campeões nacionais disso, Mato Grosso – não é vergonha você exportar proteína animal, proteína vegetal, mas nós precisamos verticalizar essa produção. Como defender a indústria nacional diante desse fenômeno da globalização?

Nós não podemos aplicar aqui a xenofobia a produtos internacionais, nós precisamos conquistar mercados internacionais. Mas aqui nós temos uma dicotomia entre a necessidade de conquistar mercados internacionais e valorizar a indústria nacional. Em 1979, quando Brizola escreveu a Carta de Lisboa, ele defendia o chamado nacionalismo. O nacionalismo hoje tem outra dimensão, que é a defesa dos nossos produtos. Como compatibilizar isso?

Eu gostaria também de uma reflexão também dos senhores a respeito da ausência de políticas estratégicas do Governo, da União, dos Estados. Aqui nós estamos falando em estratégia. Nenhum país se faz sem estratégia. Nós estamos discutindo ou discutimos a MP dos Portos, mas nós não temos estradas suficientes, hidrovias, ferrovias para fazer com que os nossos produtos cheguem aos portos. Parece-me que nós estamos pregando ar-condicionado na parede antes da parede. Nós não temos uma política estratégica de país, falta essa política estratégica. A tática pode mudar, mas a estratégia não pode sofrer modificações.

Outra indagação ao Sr. Rafael Lucchesi que trata de educação e tecnologia. Nenhum país do mundo vive hoje sem conhecimento, tecnologia e inovação. O Sistema S trabalha muito com isso. Agora, o ensino fundamental no Brasil é muito ruim, muito ruim. No Estado de Mato Grosso, já existe o chamado desemprego estrutural. Em Municípios como Lucas, Mutum, Sorriso, Sinop, Campo Verde, Primavera, existe muita colocação no mercado de trabalho e poucas pessoas qualificadas para trabalhar, não em razão do Sistema S, mas do ensino fundamental, porque não estamos preparando o povo, o Brasil todo, para esse salto.

Ano passado, houve diminuição das alíquotas do IPI de cem produtos, parece-me. Qual é a consequência disso? Qual é a repercussão disso, dessa política? Quero cumprimentá-los pela fala.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Com a palavra o grande Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, quase nada mais tenho a indagar, todavia, pelo momento ímpar, temos a presença do Dr. Robson, junto com os demais diretores, tenho acompanhado e participei de alguns eventos promovidos pela CNI, aqui em Brasília, e, na oportunidade, foi apresentado um trabalho, por sinal, exitoso, maravilhoso, exuberante, se assim posso dizer, em relação à questão logística, em que estava sendo promovido naquele evento e uma apresentação de caráter nacional.

E, particularmente, tenho acompanhado, Dr. Robson, imagino que V. S^a também tem conhecimento, de lá para cá, faz quase um ano ou mais de um ano, não

avançou coisa nenhuma, muito pelo contrário. Quando vocês falam aqui de uma agenda extremamente positiva, as perspectivas não são as melhores possíveis. O Brasil está emperrado, está fazendo uma política, não é de Estado, mas apenas de Governo que está de plantão no Planalto. E, quando se fala da falta de competitividade, que estamos perdendo mercado, acho que a tendência, as perspectivas não são as melhores, no sentido de que possa melhorar para o nosso País, sobretudo, para as nossas indústrias.

O que eu queria indagar do senhor, particularmente, é se a indústria está satisfeita com a política do Governo brasileiro, ou seja, o que o Governo, de fato está proporcionando de bom, para que possamos ser mais competitivos, para que a nossa indústria possa ser modernizada e, acima de tudo, essa indústria que já colabora há muitos e muitos anos com o nosso País, possa, com certeza, dar continuidade?

Acho também que o Governo lança aqueles programas, para mim, particularmente, programas políticos. O Brasil não aguenta mais todos os dias ser tampado com durepoxi – tampa aqui, arrebenta ali, solda ali etc. etc. –, as perspectivas não são das melhores, muito pelo contrário, aqui se desenha um cenário que imagino que, passando as eleições de 2014, as coisas vão piorar, vamos viver uma bancarrota aqui, não só a indústria, o comércio, sobretudo, mas a população brasileira vai pagar muito caro, muito caro.

Vocês acompanharam, o Governo lançou, há menos de 15 dias, um programa para mobiliar as casas do Programa Minha Casa, Minha Vida. São programas muito demagógicos, muito politiquieiros para o meu gosto; não são programas resolutivos, ou seja, não são programas de Estado, projetos para resolver definitivamente, resolvem momentaneamente. O que precisamos é discutir uma política bem mais ampla, como a redução da carga tributária. Ninguém vai produzir neste País com uma carga tributária como essa aqui, com uma lei trabalhista arcaica, ultrapassada, que tem que ser modernizada. E o Congresso Nacional tem esse papel fundamental, tem que ser menos politiquieiro, demagogo e enfrentar as dificuldades de frente, bater de frente, caso contrário, nunca seremos países de Primeiro Mundo coisa alguma.

O que adianta dizer que o Brasil, hoje, é a sexta, a sétima maior economia do Planeta se ainda há milhões de pessoas, quase 20 milhões de brasileiros, que não têm acesso à educação, ou seja, não são alfabetizadas; se temos ainda alguns milhões de desdentados neste País. E assim por diante. Se formos citar os números, são precários, são os piores índices os que nós temos ainda. Enquanto a Argentina tem quase 38% da sua população com nível superior de

ensino, aqui nós temos apenas 8% ou 10%. E assim vai caminhando.

Então eu acho, particularmente, quando se traz esse assunto para ser discutido aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, e por conseguinte no Congresso Nacional, nós temos que fazer realmente uma discussão bem ampla, corajosa.

Neste País aqui, Senador Armando, infelizmente tudo se quer resolver da noite para o dia. Aconteceu esse movimento social, esses últimos dias, em algumas cidades do Brasil, e agora estão surgindo com propostas mirabolantes. Não estou fazendo nenhuma crítica, longe de mim, meu caro Presidente, Senador Lindbergh. Uma proposta aqui para reduzir ICMS do diesel, as prefeituras não vão cobrar ISS sobre as tarifas, e assim por diante. O Governo Federal propondo tirar também PIS, COFINS, etc., em relação à venda de ônibus, enfim. Então são coisas assim muito improvisadas. Nós temos que deixar de improvisar as coisas neste Brasil aqui.

Eu estava discutindo há poucos dias aqui, Robson, nesta Comissão aqui, em relação à questão da infraestrutura no Brasil. Aqui implantaram agora o tal do RDC. O empreiteiro vai lá, faz o projeto, vem e contrata a obra. No Japão, uma obra que vai ser iniciada em 2016, o projeto está concluído em 2013. Ou seja, concluído o projeto, em previsão para início da obra em 2016 e conclusão em 2018. Há um planejamento. No Brasil, não há nenhum planejamento aqui. Há coisas tão mal improvisadas que estão deixando o nosso Brasil, o nosso País numa situação difícil, difícil.

O Brasil está criando um contingente de milhões de brasileiros dependentes de políticas sociais. O que nós queremos, e o povo quer, o povo quer o quê? Quer emprego, quer bons salários, quer justiça social através da saúde, da educação.

E o que me causa a mim, particularmente, que já fui Governador, três vezes prefeito, sou Senador, extrema preocupação é que nós cheguemos, num determinado momento, ao fundo do poço. Chegarmos, encostarmos na parede e não termos para onde correr. E o Governo já mostrou agora, com esse pequeno movimento social, que é impotente. Ele é impotente para resolver, ou seja, para atender, sobretudo, o sentimento da sociedade, que está aflorando agora, numa manifestação e numa demonstração de que o que está acontecendo aí não está satisfazendo o nosso povo, muito pelo contrário. Uma pequena fatia, essa mesma fatia está tentando aproveitar das benesses do Governo e vai dar o quê? A contrapartida, ou seja, o contravapor de imediato agora. Já está muito claro.

Portanto, quero encerrar dizendo o seguinte: nós somos pequeno empresário também e sabemos

da dificuldade – todos nós, seja na indústria, no comércio ou no campo –, todo mundo tem naturalmente suas dificuldades. Mas eu acredito que o Brasil é um país pujante, é um país que tem tudo para dar certo. Todavia, o que nós precisamos apenas é de boas leis e, sobretudo, de um governo que tenha compromisso com as futuras gerações neste País. Se não for dessa forma, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Os números apresentados pelo Rafael aqui – por sinal, parabéns, como disse o Senador Armando, pela sua exposição, perfeita, nós entendemos muito bem, e o trabalho que você realiza é invejável. Particularmente no Mato Grosso é feito um trabalho espetacular. Todos nós estamos plenamente satisfeitos.

E quero aqui registrar também a presença do nosso Presidente da Federação, o Jandir Milan, que também nos honra com a sua presença aqui, e dizer que da minha parte, no que depender do Senador Jayme Campos em favor da defesa intransigente de políticas que possam melhorar o nosso parque industrial, sobretudo essa indústria brasileira, nós estamos à disposição para debater com a maior amplitude possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Jayme Campos, antes de passar para o último inscrito, Senador Cyro Miranda, só queria dizer a V. Ex^a que esse projeto sobre transporte tramita neste Congresso Nacional, Câmara e Senado, há três anos. Três anos! E é dever desta Casa, Sr. Senador...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Por incrível que pareça, meu caro...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Três anos. Passou por três comissões neste Senado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Extraordinário, Senador, só chegou a ser discutido hoje, depois que vimos essa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, mas veja bem, é o papel...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Três anos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O circo pegou fogo, de carreira chegou aqui o projeto. Desculpa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas V. Ex^a acha o quê? Que este Senado da República só tem que escutar a voz de empresários, de proprietários rurais?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nós temos escutar a voz das ruas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Escutar a voz do povo, das ruas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se não escutarmos, nós...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu tenho cinco mandatos e...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Deixa eu só concluir.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... mais democrata do que eu não há.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu só quero concluir, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Agora, o que me causa estranheza é que chegou...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas é justamente isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Depois desse baita movimento das ruas...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É coincidência, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas justamente isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Foi mera coincidência. Desculpa, Senador, eu não quis ofender. Longe de mim, querido.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Deixa eu falar. Mas vem cá, qual é a estranheza de V. Ex^a? V. Ex^a quer que este Senado Federal atue como mediador neste processo todo ou não atue? Critica isso, a rapidez e a discussão? Se nós perdermos a capacidade de escutar o que está acontecendo no País, nós estaremos liquidados. Só quero registrar isso, porque... Só quero registrar isso, porque justamente este Senado tem que responder, como espero que os governos respondam ao que está acontecendo no País.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador, Presidente Lindbergh.

Quero aqui cumprimentar o amigo, presidente Robson Braga, da CNI; o Sr. José Augusto; o Lucchesi; e dizer que sou um fã incondicional da CNI. Quero aproveitar para cumprimentar dois líderes do meu Estado, o presidente eterno Paulo Afonso e 1º secretário da CNI, e o meu amigo também particular, Pedro Alves, presidente da Fieg, que nos prestigiam nesta audiência.

Senador Lindbergh, parabéns, em primeiro lugar por esta audiência. Eu acho que ouvir a rua é importante, mas nós precisamos ouvir mais o clamor da área empresarial. Nós não estamos ouvindo ainda o

tanto que é preciso, porque são duas pontas, uma tem reflexo na outra.

Eu quero pedir desculpas, primeiro, ao presidente Robson por não estar presente no início, porque justamente nesse horário eu presido a Comissão de Educação, e esta audiência tudo tem a ver com a educação. Vejo que aqui o senhor colocou a educação como prioritária nas metas da CNI. Quero dizer que o Sistema S, para mim – vim aqui exclusivamente para dizer isto –, é uma das coisas mais importantes que nós temos neste País. Tão importante que quero convidá-lo, presidente Robson, para que a CNI faça parte de uma das audiências públicas, do PNE, que virá para nossa Comissão em breve, porque essa contribuição é inestimável. Eu não sei o que aconteceria com a educação sem o Sistema S, porque nós estamos capengas, nós estamos com problemas em todas as áreas: no ensino fundamental, no ensino médio, no universitário; problemas de cotas. Hoje já estamos tratando de fazer o exame de proficiência na Medicina. Veja a que ponto nós chegamos na educação! O Cremesp, de São Paulo, Dr. Lucchesi, faz, há sete anos, esse exame e, para nossa tristeza, em São Paulo, há 48% dos sextanistas de Medicina reprovados, reprovados em perguntas básicas. Nós temos hoje o Revalida, o instrumento que o MEC criou – parabéns ao Ministério da Educação! –, um instrumento sério, só que eu quero alertar que 94% dos médicos cubanos que prestaram exames foram reprovados. Então, não se pode trazê-los, nem eles, nem os portugueses, nem os espanhóis sem passarem pelo Revalida. E isso nesse nosso projeto se torna também obrigatório.

Eu vim aqui só para prestar minha homenagem, minha solidariedade e colocar a Comissão de Educação à inteira disposição dessa entidade que é das mais sérias e me colocar também ... O que nós podemos fazer para melhorarmos ainda mais o Sistema S com o *approach* que nós temos aqui do Senado?

Preocupa-me também um pouco, na área da indústria, a apatia do Ministério da Indústria e Comércio, que seria uma ferramenta tão importante para as confederações da indústria e do comércio principalmente. E nós vemos uma apatia e, como disse o Senador Pedro Taques, não há planejamento, não há uma ação proativa. A diferença que nós encontramos... E eu não vou aqui fazer críticas a Governo. Vou dizer que no governo Lula tivemos um dos melhores ministros da Indústria e Comércio, que foi o Furlan. O Furlan levou o País a uma dimensão muito maior do que se podia imaginar. Então, não estou falando, Senador Lindbergh, de oposição ou de situação, mas estou falando de uma apatia tremenda que nós estamos tendo hoje no Ministério da Indústria e Comércio, que não tem co-

laborado com as confederações, e é uma ferramenta importante.

Para o senhor ter uma ideia, presidente Robson, nós estivemos em Cuba, há questão de uma semana, no Parlatino, onde se tratou também do problema de educação. Constatou-se, tristemente, que o Brasil é o país que menos investe em educação na América Latina. A média da América Latina é de 8,5%, nós estamos perto de 4%. Pior um pouquinho do que isso está a Bolívia, que ano a ano tem uma meta, saiu de 8,5% para 3,8%, mas para o ano que vem já é 4,5%. Então, se nós não formos agora acudir, ninguém faz educação por decreto, não se muda um país por decreto ou por lei e, sim, com muito investimento e planejamento.

Dentro da área da educação, Presidente Robson, sei que V. Ex^a, através da CNI, tem levado à Presidência da República um vasto material executivo para melhorar a parte de educação no País. Qual tem sido essa reciprocidade do Governo? Quais as considerações apresentadas pela CNI? Na opinião de V. Ex^a existe um esforço para colocar em prática essas melhorias que precisam ser realizadas na educação brasileira?

Também concordo em gênero, número e grau com o que falou, por todos nós, o nosso representante da indústria aqui no Senado, o Senador Armando Monteiro, a quem eu tenho como meu guru nessa área, pelas suas ponderações, pelo seu autoconhecimento e, principalmente, pelo equilíbrio com que coloca sempre essas matérias.

Então, eu pergunto novamente: o que podemos, o que o Governo precisa fazer para colaborar um pouco mais, eu diria muito mais, com a indústria, que é realmente a base e o esteio de tudo que nós temos neste País? Nela se desenvolvem todas as outras cadeias. Sem a indústria não há comércio, não há turismo, não há prestação de serviço, não há nada. Então, qual a atenção que precisa ser dada?

Então, são só essas duas colocações.

No mais, eu agradeço e me coloco à disposição não só como Senador, mas como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem, eu só queria fazer, rapidamente, um registro que acho importante...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – ... que é a forma como o Estado do Mato Grosso se representou nesta audiência. Os três Senadores estão aqui presentes, o que significa o prestígio, vamos dizer, da agenda da indústria, com que o Estado do Mato

Grosso está absolutamente sintonizado. E registro a liderança e a força do nosso Presidente Jandir Milan.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu ia dizer que o Senador Pedro Taques saiu na frente porque citou o presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Citou o presidente.

Mas eu queria dizer o seguinte: que nós temos aqui nesta audiência – eu quero fazer o registro porque cometi essa omissão – um companheiro, ex-Presidente da CNI, que foi Parlamentar, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Deputado Federal, que pôde aqui cumprir um papel importante ao tempo em que exerceu o mandato; e um Deputado Federal vinculado ao sistema da indústria diretamente que está aqui presente, que é o Presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco e Deputado Federal, Jorge Corte Real.

Eu queria também aproveitar para cumprimentar os companheiros presidentes de federação e diretores do sistema da indústria que estão aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Armando.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Agradeço o elogio aqui em nome dos três Senadores, mas nós esperamos que a Federação, aliás, a CNI, a confederação nos ajude e ajude o nosso Presidente Milan para industrializarmos o Mato Grosso também. Estamos aqui não só prestigiando a CNI, mas pleiteando à CNI um apoio para o Estado do Mato Grosso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Além de grandes exportadores de *commodities*, Senador Blairo.

Com a palavra o último Senador inscrito Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lindbergh Farias...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Um momentinho só, por favor, Flexa. Só lembrando o Senador Lindbergh que o Pedro Taques se referiu...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu fiz uma brincadeira.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – (*Ininteligível.*) ... que o Jandir também é eleitor de carterinha dele. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Lindbergh Farias; amigo e companheiro, Robson

Andrade, Presidente da CNI; José Augusto; Rafael; Srs. Senadores, eu quero aqui, Robson, em seu nome, saudar todos os companheiros e amigos, presidentes das federações que aqui se encontram prestigiando o Senado Federal, nesta audiência pública, em que o amigo Presidente da CNI apresenta o mapa estratégico da indústria.

Eu quero lamentar, Robson, de não ter podido assistir a sua exposição. Eu estava participando, no Planalto, do envio do marco da mineração ao Congresso Nacional. Depois...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a anda muito pelo Planalto, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade, é verdade. Eu estive três vezes, ao longo desses oito anos, no Planalto. A primeira vez para a sanção da Universidade Federal do Oeste do Pará; a segunda, para a sanção da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; e a terceira, agora, hoje, para o encaminhamento do marco da mineração para o Congresso Nacional.

Quero festejar. O Presidente da CNI, representante da indústria nacional teve uma participação fundamental na discussão recente que tivemos, os Estados mineradores, com a criação de uma taxa de fiscalização da mineração. E quero dizer que o Robson se portou, e eu o chamo assim, Robson, quebrando o protocolo, quebrando o protocolo da audiência, pela relação de amizade, e não é só, mas pelo respeito que todos nós da indústria nacional temos por você. Aqui temos representantes que são oriundos do sistema da indústria nacional. Temos nosso ex-Presidente, o companheiro de Pernambuco, e temos o nosso Deputado, como foi dito, também, ex-Presidente, então, estamos todos atentos às reivindicações da indústria nacional.

Eu quero dizer do respeito que a Nação brasileira tem pela Confederação Nacional da Indústria e, em especial, pelo Sistema S, por tudo aquilo que o Sistema S desenvolve em benefício não só do trabalhador da indústria, do empresário, mas de toda a sociedade brasileira que é atendida pelo Sistema S.

Quero deixar registrado que nós vamos abrir, companheiro Armando, uma discussão, a partir de agora, do Novo Código da Mineração. Importante. Importante para o País, importante para o Estado que eu tenho a honra de representar aqui no Senado Federal, que é o Estado do Pará, que tem 40% da sua base econômica voltada para a extração mineral. Era necessário, e é necessário, que se faça essa revisão inicialmente proposta, agora, pelo Governo para encaminhamento ao Senado e, Senador Lindbergh, temos que saudar também que não foi encaminhada por medida provisória, mas por um projeto de lei, em regime de urgência,

o que vai possibilitar que possamos discutir, apesar de ainda num curto espaço, mas, pelo menos, possamos abrir essa discussão.

Também dizer, Senador Lindbergh, que esta audiência vem, com certeza absoluta, trazer a todos os brasileiros, uma mostra do que a CNI faz pelo Brasil, não só pela indústria. Há muitos anos, quando participava, com muita honra, da CNI, como Vice-Presidente que fui, e, à época, Presidente da Federação das Indústrias do Pará, eu destacava, Presidente Robson, que a CNI defendia, como tem que defender, o setor da indústria nacional, mas ela extrapolava isso, porque ela defendia o Brasil. Ela não era só corporativa, ela tinha uma visão maior de atender a toda a sociedade. E o que nós temos visto é a CNI engajada em vários programas que vêm em benefício da população.

Eu não tive oportunidade, como disse, de ouvir a sua exposição, nem as indagações que lhe foram feitas pelos Senadores, mas eu me preocupo muito e tenho certeza de que a CNI trabalha nesse sentido com a desindustrialização do nosso País. Algum tempo atrás, a indústria nacional respondia por 23%, 24% do nosso PIB, e hoje responde a algo em torno de 13%. Precisamos ter, como aqui já, me parece, foi dito, uma política industrial para o nosso País, de tal forma que possamos diminuir as desigualdades regionais sem termos que ter essa guerra fiscal que todos nós queremos que acabe, mas que, lamentavelmente, é necessária para que as regiões ainda não desenvolvidas do nosso País, como é o Norte brasileiro, possam ter acesso à industrialização das suas matérias-primas, como o Senador Blairo tão bem colocou aqui. Quer dizer, o Mato Grosso clama por isso, o Pará clama por isso, mas não são só esses dois Estados. Grande parte da Nação brasileira necessita de uma política que incentive a industrialização, descentralizando, o que hoje acontece nas Regiões Sul e Sudeste.

Eu gostaria que V. S^a pudesse dar uma posição, se é que já não o fez, de quais as ações da CNI nessa questão e as propostas de uma política nacional para a indústria do nosso País e, mais do que isso, para diminuir as desigualdades regionais.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Eu disse que S. Ex^a era o último inscrito, mas temos o último agora, o Senador Benedito Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria cumprimentar V. Ex^a por esta audiência pública ao tempo em que cumprimento o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, nosso companheiro Robson, bem como o Sr. José Augusto Coelho e o Sr. Lucchesi.

Eu queria fazer simplesmente um registro, Sr. Presidente, porque, como Senador do penúltimo Estado da Federação e um dos mais pobres do Brasil, ontem, participei de uma solenidade em que estava presente o Presidente da Federação das Indústrias do meu Estado, Dr. José Carlos Lyra de Andrade, a quem quero cumprimentar, a inauguração de uma indústria no meu Estado: a Bauducco.

Eu queria fazer um registro aqui... Cadê o Senador Blairo? Já saiu?

O Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, meu querido amigo José Carlos Lyra, tem sido o grande responsável para que o meu pequenino Estado de Alagoas pudesse, ontem, comemorar a 78ª indústria instalada nesses últimos oito anos. Ele teve a participação ativa, direta e da maior importância para que isso pudesse acontecer, meu caro Senador Lindbergh, a presença e a participação do José Carlos Lyra. Eu queria aqui prestar essa homenagem, porque, na verdade, ele tem sido um grande interlocutor entre o Governo do Estado de Alagoas e o segmento do empresariado nacional; sem dúvida nenhuma, com o apoio da Confederação Nacional da Indústria.

Queria também dizer aqui do meu respeito e da minha admiração pelo Sistema S. Quando eu era Deputado Federal, em determinado momento – e sabe muito bem disso o meu querido Senador Armando Monteiro, que tem sido o porta-voz inconfundível da indústria nacional –, no Congresso Nacional, nós tivemos alguns embates com relação ao Sistema S, porque existiam e existem, ainda, pessoas que não têm sensibilidade com o que representa esse sistema, que é um braço direito em todos os segmentos para atender e para ajudar o Governo, na educação, na preparação de mão de obra qualificada, enfim, na ação social, melhor dizendo. Por conta disso, o meu Estado, por exemplo, é um devedor desse Sistema S.

Eu disse ao Senador Monteiro, quando aqui já tivemos alguns embates com relação a isso, que ele pode contar comigo, como Senador da República do Estado de Alagoas, não apenas como um agregado, mas como alguém que vai para a linha de tiro com relação à defesa intransigente desse sistema, que é fantástico para o meu País, que tem dado essa contribuição à indústria brasileira.

Agora, eu gostaria de fazer apenas uma pergunta aos palestrantes. O Brasil e o Governo da Presidenta Dilma têm proporcionado alguns incentivos para um determinado segmento da indústria nacional. Eu perguntaria: é interessante continuar com esse incentivo acrescido, ou aumentá-lo, ou diminuir a carga tributária ou o custo Brasil para que pudéssemos ter competitividade no âmbito internacional?

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer. Ao mesmo tempo, queria cumprimentá-los por conduzir esse segmento produtivo do Brasil, porque é aquilo que todos disseram aqui: eu não sei o que seria do nosso País... E me lembro de que, quando o Brasil resolveu, através do Governo de Juscelino Kubitschek, industrializar com os automóveis, trazer a indústria automobilística para o País. Uma das coisas apenas que me chamou a atenção é que eles fizeram a opção naquela oportunidade pelo sistema rodoviário, e não pelo ferroviário, que é hoje... Em todo o mundo, há uma rede extraordinária do sistema ferroviário, que, inclusive, diminui os custos de transporte, diminui os custos exatamente de quem produz, não só na indústria, como também no setor primário.

Por isso, Presidente, mais uma vez, quero cumprimentá-lo e, ao mesmo tempo, dizer ao meu querido Blairo Maggi que estou muito feliz, em Alagoas, com o Presidente da Federação Indústrias do meu Estado, o meu prezado amigo, companheiro e um dos grandes responsáveis pela industrialização do Estado de Alagoas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Presidente Robson, antes de passar a palavra ao senhor, devo dizer que esta Comissão de Assuntos Econômicos realizou aqui uma bela reunião, com a participação e falas de 11 Senadores, Senador Armando Monteiro. Isso mostra a importância da Confederação.

Queria agradecer aqui a presença dos representantes das Federações de Indústrias dos Estados. Os senhores saibam que esta Comissão de Assuntos Econômicos tem uma parceria com a Confederação e com a indústria. Acho que a nossa Presidenta Dilma, também.

Nós sabemos, como bem falou o Senador Armando Monteiro, que o Brasil não pode virar exportador de *commodities*, de matérias-primas. Temos de defender a nossa indústria. Defender a indústria é defender o futuro do País; é inovação, bons empregos.

Nós sabemos que não é uma tarefa fácil. Estamos vivendo um momento muito difícil da economia. Acho que a Presidenta Dilma tem feito seu esforço não só nos discursos, Presidente Robson, sabemos: o Brasil Maior, a política de desonerações. E há muita gente que critica a política de desonerações à indústria que foi feita no ano passado – nos debates que temos, inclusive, nesta Comissão de Assuntos Econômicos. E fico a pensar: o que seria da situação da nossa economia e da indústria, se não houvesse essa posição mais firme do Governo Federal em relação à política de desoneração da nossa indústria.

É claro que temos desafios pela frente. Há a inflação, de um lado, e o crescimento, de outro. Nós temos de andar numa linha fina. Temos o problema do câmbio e a inflação novamente. Mas acho que essa é a compreensão.

Eu queria aqui encerrar a minha fala, Presidente, dizendo o seguinte: por mais que existam debates sobre políticas macroeconômicas, divergências aqui, juros, câmbio, acho que há um consenso na sociedade e neste Parlamento de que é necessário defendermos a nossa indústria.

Nós estamos aqui querendo construir uma pauta de agendas mais simples, ligadas à desburocratização, ao aumento da competitividade, que é uma pauta que interessa a todos os Senadores, de situação e de oposição. Nós estamos fazendo um esforço a partir desse diálogo, Presidente. Nós precisávamos muito ter, daqui a pouco, do nosso José Augusto, contribuições concretas no campo legislativo, para que nós, do Parlamento brasileiro, no meio dessa situação difícil da economia, apresentemos uma pauta que seja a pauta do Parlamento brasileiro, com base nesses temas, para melhorarmos a nossa competitividade e desburocratizarmos o nosso País.

Quando se conversa com o empresário – e temos aqui depoimentos, nesta Comissão de Assuntos Econômicos –, é de espantar a quantidade de procedimentos e de burocracia que existe em toda a cadeia, para que o investimento se realize.

Então, nós precisamos enfrentar esses temas, e seria muito importante que a indústria nos auxiliasse com propostas concretas, para que aqui nós pudessemos avançar.

Agradeço e passo a palavra ao nosso Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade.

O SR. ROBSON BRAGA DE ANDRADE – Bem, Presidente, Senador Lindbergh, como o senhor já falou do Senador Armando Monteiro, eu deveria pedir ao Senador Armando Monteiro para vir responder às colocações que foram feitas, porque ele tem muito mais competência e conhece tudo que estamos discutindo aqui. Tenho certeza de que ele daria as respostas adequadas, que talvez eu não esteja preparado para dar.

Mas me coloco desde já... Aquilo a que eu não pude responder aqui, de imediato, coloco-me pronto e à disposição para vir aqui, às comissões, a outra comissão, à Comissão de Educação ou a qualquer outra, para esclarecer os assuntos que foram colocados, que são profundos e que mostram a seriedade e a importância do Senado na política nacional, na vida nacional, no desenvolvimento da indústria brasileira.

Mas gostaria de começar – e vou procurar responder não em sequência – dizendo que quando pensamos no que fazer para defender a indústria nacional, também pensamos que não estamos à procura de benefícios, não estamos à procura do fechamento do mercado brasileiro nem de protecionismo. A indústria nacional, a CNI e o sistema da indústria têm procurado apresentar projetos e propostas que defendam a atividade econômica da indústria brasileira e que defendam o Brasil. Quer dizer, a gente tem uma visão que extrapola apenas a questão da indústria. E quando falamos nessa defesa da indústria brasileira, estamos falando de competitividade. E quando falamos em competitividade, falamos do próprio Congresso Nacional. As nossas soluções do Brasil e da indústria passam pelo Senado Federal, passam por legislações melhores, legislações que sejam aplicáveis. Temos um País complexo e uma agenda extremamente complexa e grande.

Quando conversamos com os governadores de todos os Estados brasileiros, temos visto as suas dificuldades em relação à agenda do crescimento, à questão financeira, à questão da educação, da saúde, da segurança pública. Muitas vezes, os próprios governadores colocam que a dificuldade vem de um engessamento de ter que aplicar um determinado percentual na educação, na saúde. Então, quando o Senador coloca a questão de quanto nós aplicamos na educação brasileira, não sei se estamos aplicando pouco ou se estamos aplicando mal. Porque temos o problema da formação dos professores. Cada vez que a gente discute, inclusive no próprio Congresso, vemos uma tentativa de ampliação dos currículos escolares em vez de uma concentração daquilo que realmente é importante e que possa fazer diferença para a qualidade de vida e para o futuro dos brasileiros. Então, essas discussões certamente têm que passar pelo Congresso.

Quando o Senador Suplicy coloca a questão da produtividade e nós colocamos que a produtividade no Brasil tem se mantido quase que inalterada em relação aos salários, que têm crescido muito, isso é verdade. A produtividade está ligada a uma série de fatores: à questão do trabalho, da remuneração, do custo do trabalho, mas também à questão das nossas associações, das instituições brasileiras que muitas vezes estão engessadas.

Vemos, por exemplo, a Aneel. Quantos projetos têm na Aneel para serem liberados para investimentos no setor de energia e que não acontecem? O que tem na Anvisa? Não vou citar casos específicos, mas há setores da indústria brasileira que estão fazendo pesquisas e investimentos na Floresta Amazônica do Peru, porque não têm condições no Brasil, pois temos

dificuldades, às vezes, com a Anvisa. O atraso dos leilões na área do petróleo e gás, por exemplo, traz dificuldade para a nossa produtividade. A inovação é outro fator que também tem feito com que a nossa produtividade não cresça.

Na questão, por exemplo, do custo do trabalho, temos no Brasil, segundo o Prof. Pastore, próximo de 20 mil sindicatos, entre sindicatos patronais e sindicatos laborais. A Alemanha tem 18 no total. A diferença é de 18 para 20 mil. O acordo na Alemanha, já há alguns anos, é que os salários só subiriam 0,5% abaixo do crescimento da produtividade alemã. Isso é um acordo que foi respeitado e que, em parte, é responsável pela competitividade da indústria alemã.

No Brasil, Senador, os nossos salários têm subido acima da inflação. Em alguns anos, com uma inflação de 4% a 4,5%, os salários subiram de 10% a 12%. Isso fez com que o custo da mão de obra no Brasil seja muito alto; os salários no Brasil têm um custo muito elevado. A Espanha está procurando resolver o seu problema tentando fazer uma redução das remunerações de salário em torno de 10%. Os Estados Unidos, que o senhor citou, não têm legislação trabalhista.

Nós estamos programando realizar agora, no mês de agosto, um grande encontro, aproveitando a comemoração dos 70 anos da CLT. Nós estamos convidando especialistas em questões trabalhistas da China, da Alemanha, da Itália, da Espanha, da França e dos Estados Unidos, para discutir o que está acontecendo nesses países com relação à questão trabalhista, e nós não conseguimos discutir no Brasil. Nós não conseguimos ter hoje uma legislação que dê segurança jurídica no caso das terceirizações. Nós temos hoje uma multa do FGTS que já cumpriu o seu papel alguns anos atrás, e que ainda continua. Agora, alguns setores pensam em transformar essa multa em alguma coisa para construção. Não tem sentido.

Hoje, a Justiça trabalhista faz muito mais o papel do Senado e da Câmara dos Deputados, porque hoje quem legisla sobre legislação trabalhista é a Justiça trabalhista. Ela é que está colocando a questão da hora *in itinere*, pagamento de férias, pagamento de horas extras, tudo isso. E como nós temos um país enorme, um entendimento da Justiça trabalhista no Rio Grande do Sul é completamente diferente do que acontece no Mato Grosso, do que acontece em Minas Gerais ou do que acontece no Nordeste brasileiro. E nós convivemos com essa situação. Isso tudo é custo Brasil, é insegurança jurídica, dificulta os investimentos e dificulta a produtividade brasileira.

Essas questões estão no centro daquilo que a CNI tem trabalhado. E, apesar de termos um trabalho junto ao Executivo brasileiro, aos Estados, aos gover-

nos e ao Governo central, nós temos trabalhado muito com o Congresso Nacional, porque entendemos que é aqui que está a solução dos problemas do Brasil. A solução da indústria brasileira, do crescimento da indústria, passa pela Casa, passa pelo Senado e pela Câmara Federal. Aqui é que nós temos que discutir essas questões. Então, são os senhores que podem nos dar as soluções dos problemas que nós temos.

Quando nós estamos falando dos incentivos fiscais, Senador, é claro que todo incentivo é bem visto. Muitas vezes, vemos a discussão entre a mídia e economistas, dizendo que a indústria não tem que trabalhar por incentivos, que a indústria tem que trabalhar pela competitividade da indústria brasileira e do Brasil. É verdade. Mas enquanto nós não conseguimos trabalhar nisso, nós temos que trabalhar nas questões pontuais. A questão da competitividade do Brasil e da indústria brasileira passa por infraestrutura. E quando nós começamos com a infraestrutura, mesmo que o Governo brasileiro e que os Estados queiram fazer infraestrutura, enfrentam problemas com o Ministério Público, com meio ambiente, com o Tribunal de Contas, com movimentos sociais, como tem acontecido agora com a questão de índios e de outros movimentos que influenciam e que dificultam os investimentos na infraestrutura brasileira. Então, muitas vezes a gente vê o Estado – e aí não estou falando só do Governo central, mas dos Estados também – querendo fazer e não consegue, porque tem essas amarras, essas dificuldades. E muitas vezes, para melhorar essas questões, passa-se por mudanças das legislações. Os senhores são a nossa esperança de conseguir essas mudanças para que o Brasil possa investir mais.

Nós estamos colocando aqui essa proposta nossa de investir, em 2022, 5% do PIB em infraestrutura. Hoje o Brasil investe próximo de 2%, não chega a 2%, 1,8% do PIB em infraestrutura. Mas se nós não resolvermos os problemas ambientais, os problemas ligados ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, aos movimentos sociais, não vamos chegar aos 5%. Há o marco regulatório. Então, há um conjunto de fatores. Mas quando temos um diálogo com o Governo Federal, temos conseguido algumas políticas que são importantes para a indústria. A questão da inovação, com R\$32 bilhões para inovação e para tecnologia; a criação da Embrapii, pelo Governo Federal, que vai trabalhar junto com a indústria brasileira para trazer inovação e tecnologia; o Ciência sem Fronteiras, um programa que vai trazer técnicos, engenheiros, especialistas em outras ciências para trabalharem, principalmente, na pequena e média empresa, porque a grande indústria tem condições de mandar técnicos

se formarem no exterior e voltarem para cá com o conhecimento necessário.

As desonerações têm sido importantes para alguns setores. Concordo que eu gostaria de ver mais. Nós da CNI temos defendido muito que as desonerações sejam aplicadas na cadeia produtiva, e não no consumo, porque, se aplicarmos na cadeia produtiva, nós, certamente, vamos reduzir o preço e facilitar o consumo. Hoje, muitas vezes, com os incentivos que são dados para o aumento do consumo, a cadeia não é beneficiada, e acaba-se importando muita matéria-prima e bens intermediários, que são usados na produção final, o que não é desejo nosso. Então, essas questões estão na nossa agenda, na nossa pauta.

Quanto à questão que o Senador Armando falou, com relação aos acordos internacionais, aos acordos de livre comércio e de preferência, isso tudo que temos, Senador, mostra que os países pequenos, que têm pouca produção industrial, da América Latina, que têm feito acordos com países grandes, como Estados Unidos, União Europeia e outros países, têm se beneficiado muito mais das exportações, e das exportações industriais, de bens manufaturados, e não de *commodities* e de bens primários, não.

Então, estamos defendendo que esses acordos são importantes para nós e lamentamos que, hoje, tenhamos essa amarra com o Mercosul, que tem nos impedido de ir para frente. Nós achamos que podemos discutir com o Mercosul, mas isso não pode nos impedir de discutir outros acordos de preferência comercial, de livre comércio, com a União Europeia, com os Estados Unidos, com países da Ásia, do Oriente. Temos de estar abertos a essa discussão, porque só seremos, realmente, competitivos quando tivermos uma pressão interna e externa que faça com que a indústria brasileira, realmente, se prepare para competir no Brasil e competir lá fora.

Então, essas questões... Estamos falando da educação; nós vemos os investimentos no ensino fundamental. É claro que eles têm dado resultado. Quando vemos os alunos que saem do Senai hoje – e 85% dos alunos do Senai saem empregados, e com empregos de qualidade –, esses alunos são tão melhores quanto mais tiveram uma educação, no ensino fundamental, de qualidade. E o Senai tem quase que, não um vestibular, mas nós temos, inclusive, ajudado o Governo Federal e os governos estaduais no complemento e no fortalecimento da educação do ensino fundamental para que esses alunos possam sair do Senai com o conhecimento necessário para atender aos requisitos de uma indústria que está se inovando, que está crescendo, que está desenvolvendo tecnologias e quer

participar, ser um *player* global; ela não quer apenas participar do mercado nacional.

Essas colocações... É claro que, quando olhamos o conjunto do custo do Brasil, é isso que está na agenda da indústria brasileira. É isso que estamos procurando trabalhar, apresentando projetos e propostas, mas, se não tivermos o apoio dos senhores de poder chegar, discutir questões, desde trabalhistas, tributárias... Por exemplo, na questão do ICMS, nós mesmos, dentro da CNI, não temos uma proposta definida. Entendo a dificuldade da discussão desse assunto. Mas, se não chegarmos à discussão desse assunto, é um fator de grande insegurança jurídica para as empresas que estão instaladas nos Estados que deram incentivos fiscais. E todos nós sabemos o risco que corremos com esses Estados, com essas indústrias, por não haver uma segurança jurídica dos incentivos que eles obtiveram, e só os senhores podem nos dar, realmente, a segurança para trabalhar e nos ajudar a mudar o País. Somos parceiros, companheiros e estamos aqui prontos para trazer projeto, proposta, ajudar tecnicamente, mostrar os impactos, as vantagens e as desvantagens de cada proposta.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Presidente Robson, muito obrigado.

Antes de encerrar, queria lembrar que os Srs. Senadores têm mais ou menos meia hora para almoçar e voltar, porque, às 14h, teremos audiência pública com o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária. Veja que é um tema quente.

Portanto, mais uma vez, muito obrigado. Quero agradecer a todos da Confederação Nacional da Indústria e a todas as federações que aqui estiveram nesta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2013, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se

a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Blairo Maggi e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Cristovam Buarque, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, José Agripino e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo como expositor o Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. A Presidência convida o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil, e o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica, para comporem a Mesa. Após a exposição do Sr. Alexandre Tombini, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, José Pimentel, Blairo Maggi e Armando Monteiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: audiência pública.

Assunto/finalidade: discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convidado: Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

S. Exª o Sr. Ministro Alexandre Tombini já se encontra na Secretaria da Comissão. Peço ao Senador Francisco Dornelles e ao Senador José Pimentel que conduzam o convidado ao plenário da Comissão. *(Pausa.)*

Comunico que se encontram presentes e os convidado para tomar assento à mesa o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração, e o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica.

De acordo com os arts. 397 e 398, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a o Sr. Ministro Alexandre Tombini terá 30 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos. A palavra aos Senadores será concedida pela ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Com a palavra, o Sr. Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, para fazer sua exposição.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ex^{mo} Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Ex^{mos} Srs. Senadores aqui presentes; senhoras e senhores; estou aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal na condição de Presidente do Banco Central do Brasil para, em atendimento aos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, discorrer sobre as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária no País.

Ex^{mos} Srs. Senadores, começando pelo ambiente internacional, gostaria de reiterar que este permanece complexo e os riscos para a instabilidade financeira global ainda são elevados.

Em relação à atividade econômica, há avanços importantes em economias maduras e as economias emergentes, de modo geral, têm tido um bom desempenho.

Não obstante as perspectivas de atividade global moderada neste ano de 2013, há tendência de que ocorra intensificação no próximo ano, em 2014.

Nas economias maduras, como sabemos, o espaço para utilização da política monetária convencional continua limitado e, desde o meu último comparecimento a esta Comissão, os bancos centrais mantiveram ações não convencionais de política monetária. Ademais, haja vista o processo de redução de endividamento, de desalavancagem em curso nos principais blocos econômicos, também prevalecem restrições fiscais neste e nos próximos anos.

Nos Estados Unidos, discussões sobre o curso da política fiscal ocorridas no final de 2012 e no início de 2013, bem como aumentos de impostos e cortes automáticos de despesas recentemente implementados, contribuem para moderação do ritmo de crescimento neste primeiro semestre. No entanto, a influência des-

ses eventos tende a arrefecer e a economia a avançar nos próximos semestres.

A novidade fica por conta da percepção de que o Banco Central dos Estados Unidos pode vir a reduzir o nível de estímulo de suas ações de política monetária não convencional. A ausência de informações quanto ao prazo, a forma e a intensidade trouxe volatilidade nos mercados financeiros internacionais, resultando na queda observada dos mercados acionários e na desvalorização de praticamente todas as moedas em favor do dólar norte-americano.

Na Europa, a atividade continua mostrando sinais de fragilidade e as projeções para este ano indicam retração na Itália, na França e na Espanha, bem como desaceleração do ritmo de crescimento na Alemanha. Não obstante esse frágil cenário para a atividade, não se pode desconhecer que ações tomadas pelas autoridades europeias, em particular as iniciativas do Banco Central Europeu, contribuíram decisivamente para a estabilização dos mercados desde meados do ano passado.

Aparentemente, entretanto, os canais de transmissão não têm funcionado apropriadamente, de modo que disfunções a exemplo das observadas no mercado de crédito têm afetado de forma importante as pequenas e médias empresas na Europa, que respondem pela geração de mais de 60% dos postos de trabalho na região. Nesse contexto, as taxas de desemprego permanecem elevadas nos países mais diretamente afetados pela crise, especialmente entre a população mais jovem.

No caso do Japão, as perspectivas de crescimento melhoram, resultado dos estímulos monetário e fiscal introduzidos. O Banco do Japão, como já anunciado, planeja injetar algo como US\$700 bilhões por ano na economia, dobrando a base monetária em dois anos. Com essa iniciativa, o Banco do Japão visa não só evitar uma espiral deflacionária como também fazer com que a inflação convirja para a meta de 2% ao ano, até 2015.

Especificamente sobre o Brasil, o principal suporte da atividade tem sido e continuará sendo o mercado interno. Nesse sentido, o consumo das famílias tem se mostrado robusto e tende a continuar em crescimento, apoiado pela expansão do crédito, pela geração de empregos, pelos programas de transferências de renda e pelo crescimento dos salários.

Os investimentos voltaram a crescer no quarto trimestre de 2012 e intensificaram o ritmo no primeiro trimestre de 2013. A recuperação do investimento se reflete, por exemplo, no crescimento da produção e da importação de bens de capital, de máquinas. Na mesma direção também aponta a evolução da rubri-

ca “aluguel de máquinas e equipamentos” no balanço de pagamentos.

É importante mencionar que, além da atual recuperação cíclica da formação bruta de capital dos investimentos, que ocorre em linha com o ciclo dos negócios, criam-se perspectivas de que, nos próximos anos, ocorra uma ampliação da taxa de investimentos da economia. Como parte relevante desse processo, destaco o programa de concessão de serviços públicos, ora em andamento, e as licenças para exploração do petróleo no pré-sal.

Na minha avaliação, tão ou mais importantes do que os impactos diretos dessas ações serão os efeitos positivos sobre o ânimo dos empresários, decorrentes tanto da ampliação da oferta e da redução dos custos de energia quanto da ampliação e melhoria da logística em nosso País.

O fortalecimento da confiança empresarial, combinado com a esperada redução dos custos decorrentes de uma logística e de uma oferta de insumos mais eficientes, contribuirá para viabilizar um maior número de projetos de investimento, que hoje se apresentam economicamente inviáveis. Nesse contexto, como historicamente tem acontecido, a poupança externa continuará como fonte importante de recursos para financiar o nosso desenvolvimento, ou seja, o Brasil continuará a receber vultosos fluxos de investimentos estrangeiros.

É natural que assim seja, pois a teoria e a evidência indicam que o capital se desloca para regiões com melhores perspectivas de crescimento, onde a taxa esperada de retorno é mais elevada. Como contrapartida, poderá ocorrer um eventual aumento temporário do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, o que deve ser visto como decorrência imediata e esperada de um ciclo de expansão do investimento.

No entanto, como tenho procurado alertar em eventos ocorridos no Brasil e no exterior, não devemos perder de vista que os atuais níveis globais de liquidez de taxa de juros fazem parte de circunstâncias muito especiais, que tendem a desaparecer em alguns anos.

Nas últimas semanas, a propósito, tem crescido a volatilidade dos mercados financeiros internacionais, que, nesse sentido, respondem ao aumento da probabilidade que se inicie um processo de normalização das condições monetárias nos Estados Unidos.

Nesse caso, antecipam-se duas relevantes implicações para o Brasil. Primeiro, o encarecimento dos financiamentos externos e, em segundo lugar, a tendência, como já mencionei, de apreciação em escala global do dólar norte-americano.

Mas o Brasil está e estará preparado para enfrentar eventuais ventos contrários. Além de sólidos

fundamentos econômicos, entre os quais destacaria um estoque em torno de US\$375 bilhões em reservas internacionais, temos um sistema financeiro bem capitalizado com elevados níveis de liquidez e de provisionamento.

Ademais, o regime de câmbio flexível e uma adequada condução da política monetária reduzem um eventual repasse da depreciação cambial para a inflação.

Por fim, é importante também destacar que a normalização das condições monetárias nos Estados Unidos somente deverá se concretizar em ambiente de retomada consistente e sustentável da atividade e do emprego naquela economia. Essa retomada impactará demanda global que poderá trazer não só novos desafios, mas igualmente impactos positivos, por exemplo, no comércio internacional e na balança comercial brasileira.

Em relação à oferta doméstica, a produção industrial se expandiu nos últimos meses. Cresceu ao ritmo anualizado de 3,6% no primeiro trimestre em relação ao último trimestre de 2012. E o crescimento tem, paulatinamente, se disseminado entre os diversos segmentos que compõem o setor industrial.

Informações disponíveis sobre o segundo trimestre vão nessa mesma direção. A produção industrial aumentou 1,8% em abril, em relação a março, e, mais uma vez, o destaque foi a produção de bens de capital, com expansão de 3,2% em abril.

No setor agrícola, a produção de grãos tende a ser recorde em 2013. De acordo com estimativas publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a safra de grãos brasileira deverá superar 185 milhões de toneladas este ano. Representa um aumento de 14,8% em relação à safra anterior.

As perspectivas positivas para a agricultura já se refletem em outros segmentos. Por exemplo, a produção de máquinas agrícolas automotrizes aumentou 13% nos primeiros cinco meses de 2013, na comparação com o mesmo período do ano passado.

O setor de serviços, por natureza menos exposto aos efeitos da crise internacional, tem mostrado bastante resistência e permanece em expansão.

Em resumo, no primeiro trimestre, a economia brasileira continuou em expansão, e as perspectivas indicam continuidade dessa tendência neste trimestre, no restante de 2013 e nos próximos anos. Ou seja, a recuperação iniciada no segundo semestre do ano passado tende a se consolidar em 2013 e as perspectivas para os próximos anos indicam sustentabilidade desse processo.

Exm^{os} Srs. Senadores, em relação à inflação, choques de oferta de origem interna e externa registrados

no segmento agrícola, entre outros fatores, contribuíram para manter a inflação em níveis elevados acima do esperado nos últimos trimestres. A intensidade desses choques sobre a dinâmica da inflação não foi desprezível. Há cerca de um ano, em julho de 2012, o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses estava em torno de 4,9%. O Índice de Preço ao Consumidor da Fipe, naquele mesmo período, em julho de 2012, estava acumulado em 4,4%. Todas as medidas de núcleo de inflação do IPCA estavam em trajetória declinante, assim como a inflação implícita dos Títulos Públicos Federais, que estava abaixo do centro da meta para 2012.

A projeção do Banco Central divulgada no relatório de inflação de junho daquele ano, de 2012, indicava variações de preço de 4,7% para o ano. Em síntese, o cenário de inflação, à época, era favorável, com a inflação oscilando próximo ao centro da meta.

Os choques de oferta que observamos na sequência, primeiro de origem externa, depois de origem interna, entre outros fatores, mudaram essa dinâmica fazendo com que a inflação aumentasse de patamar nos trimestres seguintes. Não obstante esses desenvolvimentos, a avaliação do Banco Central, que mais uma vez quero aqui reafirmar, é que a inflação tem estado, está e continuará sob controle.

A comunicação do Banco Central, respaldada por suas ações, tem sido consistente com essa visão. Importante mencionar, por exemplo, que, em janeiro, o Banco Central explicitou sua preocupação com o nível da inflação e com a dispersão dos aumentos de preços. Com isso, também indicou que não compartilhava do entendimento que, na oportunidade, ainda prevalecia em alguns segmentos de que cortes adicionais da taxa básica de juros seriam apropriados.

Em março, o Banco Central reafirmou sua preocupação com o cenário prospectivo para a inflação. Além disso, sinalizou que, no futuro próximo, ocorreria uma resposta de política monetária, ou seja, uma elevação da taxa básica de juros da economia. Não resta dúvida de que a comunicação é parte integrante e importante do processo de condução da política monetária. As mensagens passadas pelo Banco Central, de *per sí*, determinam mudanças relevantes nas condições financeiras de modo geral.

Mas ações também foram tomadas. E as mais relevantes foram o início, em abril, de um ciclo de ajuste na taxa básica de juros da economia, a Selic, isso com intensificação em maio. Essas e outras iniciativas tomadas pelo Banco Central se inserem no nosso entendimento de que o combate à inflação, entre outros benefícios, contribuirá para fortalecer a confiança dos brasileiros na economia.

A inflação mensal já está em patamar menor do que o observado nos primeiros meses de 2013. No entanto, a inflação acumulada em 12 meses ainda apresenta tendência de elevação no curto prazo. Mas, Ex^{mos} Senadores, posso assegurar que o Banco Central está vigilante e fará o que for necessário, com a devida tempestividade, para colocar a inflação em declínio no segundo semestre, para assegurar que essa tendência persista neste e nos próximos anos.

Ex^{mo} Sr. Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Ex^{mos} Srs. Senadores aqui presentes, essas são as minhas breves considerações iniciais. Estou agora à inteira disposição de V. Ex^{as} para prestar esclarecimentos adicionais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Presidente Alexandre Tombini.

As inscrições estão abertas para as perguntas dos Srs. Senadores.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente Tombini, no primeiro quadrimestre deste ano, acumulou-se um déficit de US\$33 bilhões, resultado 90% maior que aquele déficit no mesmo período do ano passado. Há um evidente crescimento do desequilíbrio das contas externas do País.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas mostra que o desempenho das exportações do ano pode ser menos positivo, visto que as fontes de competitividade das manufaturas ficam severamente limitadas, levando em conta os custos unitários do trabalho, a perda de espaço para a China até nos mercados da América Latina, o protecionismo da Argentina, a situação econômica da União Europeia, a deficiência de infraestrutura logística, uma redução dos custos de energia menor do que se previa.

As exportações de produtos básicos também oscilam em decorrência do mercado.

A pergunta que eu faço a V. Ex^a é a seguinte: qual é o conjunto de medidas mais eficaz e mais eficiente para reverter o processo de reajuste? Por que motivo o Banco Central do Brasil insiste em intervir no mercado para impedir a desvalorização do real?

O Banco Central está utilizando a sua política de câmbio como instrumento de política de inflação? Eu acredito, Sr. Presidente, que com o câmbio flutuante é impossível uma crise cambial. O câmbio flutuante é fundamental para manter contas externas equilibradas. E eu não vejo motivo e razão para o Banco Central intervir no mercado impedindo a desvalorização do real.

Pediria que V. Ex^a pudesse abordar esse assunto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra, o Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador Dornelles.

Começando pelo final de sua indagação, Senador, o Banco Central tem, em diversas oportunidades, dito que o nosso regime, o regime que o Banco Central segue, é um regime de câmbio flexível, ou seja, ele deve absorver tanto choques positivos como negativos.

Tivemos, num passado não muito distante, uma valorização dos termos de troca. V. Ex^a mencionava os produtos básicos. Os produtos básicos subiram muito de valor em relação...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vou pedir ao pessoal da Secretaria que aumente um pouco o volume do microfone.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Em relação ao preço das nossas importações, houve uma melhora nos termos de troca da economia e isso se refletiu no câmbio – o real se valorizou por alguns anos em decorrência desse grande choque favorável no preço dos nossos termos de intercâmbio.

Da mesma forma quando em alguns episódios elevou-se, por exemplo, a versão riscos do mercado internacional, houve algum movimento em direção a economias como os Estados Unidos – como ocorreu no passado e certamente neste momento ocorre um pouco desse fenômeno. As moedas se depreciaram em relação ao dólar norte-americano e não foi diferente com o Brasil.

Então, o nosso câmbio flexível, como V. Ex^a mencionou, é uma fortaleza para a economia e ajuda a proteger a economia brasileira nos choques, tanto favoráveis quanto desfavoráveis.

Dito isso, nós temos uma política também de retirar excesso de volatilidade do mercado. Aquela volatilidade que turva, inclusive, as condições de planejamento, de tomada de decisões no campo econômico. Então, nós estamos sempre preparados para extrair volatilidade do mercado quando pensamos que essa volatilidade é excessiva.

Também temos condições, e temos feito isso ao longo do tempo de forma consistente, de fazer com que os mercados de câmbio funcionem de maneira adequada. O mercado de câmbio se manifesta em diversos segmentos; muitas vezes, temos uma disfunção em algum segmento em que esse mercado não está funcionando e nós temos condições e instrumentos para adentrar esse mercado e intervir.

Em relação ao comércio internacional, à nossa balança comercial, ao desempenho das nossas exportações, acho que o fundamental é o câmbio real – o câmbio nominal descontada a inflação. De nada vale

um câmbio desvalorizado se a inflação estiver alta comendo por dentro a competitividade que o câmbio nominal oferece ao exportador. Então, é importante – já tive oportunidade de falar isso em outras ocasiões aqui nesta Comissão – sempre olhar para o câmbio real e não para o câmbio nominal.

Naturalmente que uma forma de fazer com que o câmbio, ainda que evolua, não crie distorções, é ter uma política monetária adequada para esse momento, para evitar que um enfraquecimento do câmbio nominal seja repassado para inflação e essa inflação acabe por tirar a competitividade em um segundo momento.

Então, eu creio que, em relação a nossa política, não há, no Banco Central, utilização da política cambial nem para incentivar a economia, nem para estabilizar a inflação. Nós temos instrumentos para isso.

Em relação à *performance*, vai depender um pouco do quadro internacional. Esperamos que, se essa recuperação vier um pouco mais forte nas economias avançadas, isso terá reflexos sobre o comércio internacional, sobre o crescimento da economia global, e isso poderá se refletir, de forma positiva, sobre as nossas exportações.

Nesse período, enquanto isso não ocorre, acho que são importantes políticas que favoreçam a competitividade do nosso setor produtivo; entre elas, a redução do custo de energia; entre elas, aquelas desonerações que já foram adotadas, dentro de um envelope fiscal, dentro de um quadro de sustentabilidade; e outras políticas que visem também aumentar a produtividade da nossa economia, como, por exemplo, as concessões em áreas importantes, como a dos portos, toda a logística relacionada com o transporte, aeroportos, estradas. Enfim, políticas que venham no sentido de aumentar a produtividade total da economia, não só para produzir melhor para o mercado doméstico, mas também para a exportação.

Então, eu creio que políticas voltadas para a competitividade seriam o conjunto de respostas para fazer com que o Brasil recupere território. Mas nossa política é neutra em relação a incentivar ou estabilizar a inflação utilizando-se o câmbio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Passo a palavra ao segundo orador inscrito, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente desta Comissão, nobre Senador Lindbergh Farias; Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini; Srs. Diretores; nossos pares Senadores; nós temos assistido, do final de 2010 para cá, a uma diminuição nas atividades econômicas no Brasil. Se anali-

sarmos 2011, o nosso crescimento econômico foi bem aquém de 2010, até porque 2010 estava extremamente aquecido. Se nós passarmos a 2012, o nosso crescimento foi inferior a 1%. E há um esforço muito grande do Estado nacional, entendidos aí todos os órgãos do Poder Executivo, e o envolvimento do setor privado e de toda a sociedade brasileira para que, neste 2013, nós possamos voltar a ter um crescimento razoável e, aí, permitir um crescimento sustentado a partir de 2014.

Nós temos visto aqui no Brasil, ao mesmo tempo em que há todo esse esforço para o crescimento econômico e, junto com ele, a melhoria da massa salarial para que se mantenha aquecido o mercado nacional, também uma cobrança muito forte pela elevação da taxa básica de juros, a Selic, como instrumento de diminuir o consumo e, ao mesmo tempo, combater a inflação. Esse desenho nós já assistimos em outros momentos. O primeiro semestre de 2011 é exemplo disso, com reflexo muito forte em 2012.

Eu pergunto a V. S^a: com esse retorno do Banco Central em elevar a taxa de juros Selic, qual o cenário com que nós estamos trabalhando para 2014 e os seus efeitos nos anos seguintes? Pergunto isso porque nós voltamos a aumentar a taxa Selic neste final de primeiro semestre de 2013. Qual o impacto que isso terá na economia em 2014 e nos anos seguintes?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Com a palavra, o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador Pimentel.

A economia brasileira, por certo, desacelerou, como V. Ex^a mencionou. Depois de um crescimento de 7,5% em 2010, tivemos 2,7% em 2011, e 0,9% – abaixo de 1% – em 2012. Sem embargo, nós tivemos, nesse período, contínuo crescimento, contínuo dinamismo no mercado de trabalho, e estamos hoje em recorde de baixo desemprego no País. Ou seja, a economia, de fato, no que diz respeito ao Produto Interno Bruto, teve esse comportamento. No que diz respeito ao mercado de trabalho, ela continuou bastante dinâmica, mesmo com a desaceleração da atividade.

Em relação ao que foi feito ao longo do tempo, creio que o Brasil passou por diversas mudanças estruturais, inclusive nos últimos anos, que permitiram que hoje chegássemos a um quadro de política monetária em que estamos operando com outros níveis de taxas de juros. Tive a oportunidade, no passado, no Congresso, nesta Comissão e também na Comissão Mista do Orçamento, nos nossos depoimentos e em outras oportunidades, de dizer que essas mudanças

estruturais permitiram ganhos na redução da vulnerabilidade externa do balanço de pagamentos; aumento/redução da vulnerabilidade fiscal, com a redução da relação dívida/PIB; aumento da participação do brasileiro no sistema financeiro, tanto pelo crédito, quanto nos depósitos.

Então, houve uma série de mudanças estruturais na economia que tornaram possível que o Brasil opere hoje em um diferente ambiente de taxa de juros. Mas, em nenhum momento, nós abrimos mão de utilização dos instrumentos para reequilibrar a economia. Ou seja, várias vezes nós dissemos, aqui e em outras oportunidades, que os ciclos monetários não haviam sido abolidos no País. Então, diante da necessidade de trazer a inflação para níveis mais baixos e consolidar essa inflação em patamares mais baixos, porque, inclusive, uma parte do reforço da confiança passa por isso; uma parte, digamos, da preservação da renda do assalariado passa por uma inflação, não só sob controle, mas também em níveis mais baixos.

É este o trabalho que o Banco Central está fazendo: a ação do Banco Central vem no sentido de consolidar um movimento de inflação para baixo e de mitigar os efeitos, agora, dessa depreciação, do fortalecimento do dólar em relação às moedas, inclusive o real, para que, ao longo do próximo semestre, ao longo do próximo ano, tenhamos um crescimento balanceado. De fato, esse movimento do Banco Central é consistente, na nossa visão, com esse processo de recuperação gradual da economia brasileira.

Então, no final deste mês, estamos divulgando o relatório trimestral de inflação, em que teremos as projeções de crescimento do Banco Central. Neste momento, a nossa projeção oficial está em torno de um crescimento de 3% para este ano. No final do mês, nós faremos as revisões pertinentes, estamos trabalhando, a equipe técnica está trabalhando sobre os dados para isso.

O que estamos fazendo é trazer, consolidar essa inflação a níveis mais baixos, fortalecer o processo de confiança, fazer com que essa recuperação gradual se dê em bases sustentáveis, ao longo desse período à frente, que V. Ex^a mencionou. É basicamente isso que eu respondo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Temos mais dois Senadores inscritos.

Senador Blairo Maggi, com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente da nossa Comissão, Senador Lindbergh, Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e diretores presentes.

Sr. Presidente Tombini, o senhor afirmou aqui e está escrito: “O comportamento do real está em linha

com o movimento internacional de moedas”. Também reafirma que o regime de câmbio flexível é a primeira linha de defesa contra os choques externos. Depois, abrimos um parêntese, o Banco Central intervém apenas para “mitigar o excesso de volatilidade, corrigir disfunções do mercado de câmbio e, obviamente, acumular reservas, se uma das coisas ocorrerem diferentes.”

A primeira pergunta a V. Ex^a é: qual a expectativa do Banco Central sobre essas três afirmações que foram feitas aqui? O real deve estar em linha com as demais moedas, o que o Banco Central espera da moeda americana, do euro, e, conseqüentemente, nós vamos poder olhar para dentro, para o que vai acontecer com o nosso real. É claro que o senhor já falou aqui no volume de apreciação do dólar, mas eu gostaria de saber, mais especificamente, como é que o Banco Central está olhando, com essas afirmações aqui feitas.

Outra pergunta que eu gostaria de fazer ao Presidente do Banco Central: na última vez que o senhor esteve aqui, nós falamos sobre a questão dos fretes. Naquele momento, os fretes tinham subido muito, e nós tínhamos a expectativa de que esses aumentos fossem sazonais. Na realidade, eles não foram sazonais. Eles vieram e estão aí, permaneceram exatamente nos pontos que estavam lá atrás. Então, a minha pergunta para o Presidente é se esse impacto que houve nos fretes já foi absorvido nos índices de inflação. Se ele foi absorvido, quanto isso representou num índice de inflação? Para termos uma ideia de como se comportou esse assunto referente aos fretes. Porque algumas empresas com quem temos conversado dizem que as desonerações que foram feitas pelo Governo foram muito bem-vindas. Porém, elas são inferiores ao impacto que o frete teve na produção dos seus bens e transporte de fábrica, etc. Esse é o segundo questionamento.

O terceiro, se eu entendi direito – e também não foi só pela afirmação sua, mas li nas revistas, no final de semana, e tenho lido alguns jornais –, a política americana, o FED, vai numa direção de parar um pouco com os estímulos monetários para aumento de consumo, conseqüentemente, um aumento de juros e também uma apreciação do dólar americano. O Japão vai no caminho contrário. V. Ex^a disse aqui que o Japão vai expandir sua base monetária, vai querer chegar a uma inflação até de 2% em 2014, se não me engano, 2015. Quer dizer, uma política compensa a outra em relação ao Brasil, em relação ao resto do mundo, nesse fluxo de moeda, com uma mudança da política americana e uma mudança da política japonesa, já que são duas grandes economias mundiais?

Eram esses os meus questionamentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Presidente Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Bem, acho que a sua primeira pergunta e a sua terceira pergunta são, de certa forma, relacionadas. É uma pergunta complexa. Naturalmente, V. Ex^a citou essa percepção que corre pelos mercados de que estaria próxima uma redução dos estímulos não convencionais de política, por exemplo, nos Estados Unidos. Os mercados, nas últimas três ou quatro semanas, têm agido mais ou menos dessa forma, se antecipando, eventualmente, a um movimento no futuro.

Naturalmente, quem ditará os rumos da política é o Banco Central norte-americano. Hoje e amanhã haverá uma reunião. Amanhã o presidente Bernanke vai participar de uma entrevista coletiva, em que certamente vai trazer a sua visão sobre o futuro da política monetária nos Estados Unidos. Mas o fato é que os mercados, nessas últimas semanas, se anteciparam, tomaram comportamentos mais preventivos em relação a uma eventualidade.

É natural que essas políticas de estímulo não sejam permanentes. As economias avançadas chegaram a um limite inferior da sua política convencional, ou seja, a taxa de juros muito próxima de zero. Não havia mais como estimular por intermédio da política convencional. Recorreram, então, à compra de ativos, a programas de compra de ativos. Os Estados Unidos são pioneiros nessa medida, nessa ocasião, uma medida que já foi adotada no passado. A Europa fez menos desse tipo de política. A Inglaterra fez um pouco, está fazendo. E o mais recente movimento nessa direção foi do Banco Central do Japão, lançando esse programa agressivo de compra do equivalente a US\$700 bilhões ao ano.

Então, acho que no futuro haverá uma saída, uma normalização dessas políticas. Mas uma questão que se coloca é se essa saída será, digamos, simultânea. Não parece ser o caso. O mundo cresce em velocidades diferentes. No mundo das economias maduras, os Estados Unidos talvez sejam a área que esteja mais à frente nesse processo. Por isso é que esse mercado vem reagindo a esses sinais de uma forma antecipada. Mas não me parece ser o caso. Como V. Ex^a mencionou, o Japão entrou agora nessa política; a Europa tem uma situação diferente de perspectiva de crescimento, está em contração neste ano – possivelmente inicie um processo de recuperação mais para o final do ano, em 2014 –; então, não há uma sincronia. Isso é bom para a economia global? Não sei. É algo que nós vamos ter que observar, mas, certamente, não parece ser o caso de uma saída, digamos, simultânea, desse processo.

Portanto, é um dado da realidade; nós estamos observando isso, mas, pelas avaliações, pelo nível de atividade nessas diferentes áreas, não parece ser uma realidade, um movimento sincronizado de saída, que talvez fosse até mais difícil de administrar; mas, enfim, não parece ser este o caso.

Em relação a moedas é muito difícil; o que está ocorrendo hoje é um reposicionamento; um período de transição que pode ser muito longo; nós veremos aí uns sinais mais claros das autoridades monetárias nos Estados Unidos, por exemplo; como é que se dará esse processo. Mas é um processo de transição. Diferentemente de um grande período de volatilidade que nós vivemos no mundo nos últimos cinco anos desde a crise, neste momento o que se coloca é o fato de que há uma percepção de que uma das economias está começando a ganhar mais firmeza e que, diante desse quadro, num futuro próximo, ou não tão próximo – veremos –, essa economia não precisará de tantos estímulos. Então, em tese é algo positivo, mas é uma transição. E transição é sempre sujeita a trepidação, como estamos vendo no momento.

Assim, nada tira a possibilidade de que, passada essa reacomodação, o mundo esteja em uma posição melhor, e não pior, em relação a esses últimos cinco anos que nós vivemos em meio aí a essa turbulência da grande crise financeira internacional, dos efeitos fiscais na Europa, enfim. Nós teremos que ver aonde isso vai nos levar e onde vai se acomodar. Mais do que uma visão, é avaliar essa situação e como ela evolui.

É isso. Acho que a grande visão aqui é que não deve ser sincronizado, não deve ser simultâneo, por um lado. Por outro lado, também, essa transição, ao mesmo tempo em que enseja riscos na transição, ela tem alguns fatores positivos, como, por exemplo, a recuperação da maior economia do Planeta, e que tem implicações sobre o crescimento global e, certamente, sobre o Brasil. E isso é positivo.

Em relação à questão dos fretes, eu me recordo da nossa discussão da última reunião que tivemos aqui em março. O que nós vimos, o detalhe, eu não saberia lhe dizer neste momento, mas o que nós vimos mais recentemente é que o repasse – o que nós falamos, a discussão veio no âmbito do repasse da redução do preço dos alimentos no atacado indo para o varejo –; nós, mais recentemente, já estamos vendo esse processo, independentemente do que ocorreu com o frete, com outros fatores que afetaram a oferta e também a demanda. Então, nós temos visto mais recentemente nas coletas de preço, por exemplo, do IPCA, que a inflação dos alimentos no nível do consumidor já está registrando uma inflação muito baixa, até uma ligeira deflação em alguns dias de coleta.

Acho que esse processo teve um impacto lá atrás, não tenho os detalhes aqui, mas nós já estamos vendo esse repasse ocorrer de uma forma mais firme.

Eram esses os comentários que eu teria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Presidente.

O último orador inscrito é o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente Tombini, quero cumprimentá-lo e dizer que lamento ter chegado um pouco tarde, atrasado, mas, de qualquer forma, vou colocar algumas questões.

Presidente, sobre a inflação, há um sentimento de que o Brasil ainda tem uma inflação alta para os padrões das economias hoje médias. E isso tudo se deve ainda a essa coisa dos mecanismos de indexação que ainda estão presentes, e a essa inflação inercial. Eu queria convidá-lo a nos dar alguma posição sobre o peso desse fator inercial na inflação, dado que ainda existem mecanismos de indexação que estão aí presentes.

E o outro é a questão do Banco Central independente. Também na experiência internacional, há uma relação que indica que os países que têm realmente uma autoridade monetária com uma posição de independência institucional, isso tem uma relação também direta com a inflação. Eu queria um comentário sobre esses pontos e acrescentaria, finalmente outro ponto, que é o reflexo possivelmente da reversão desses fluxos de capitais em decorrência da recuperação da economia americana. Imagina-se que, agora, os ativos americanos se tornarão mais atrativos e isso coincide com o momento em que o Brasil tem um déficit em conta corrente maior.

Então, eu pergunto: isso é razão para uma preocupação tendo em vista que nós temos, hoje, uma necessidade de financiamento maior ou acha V. S^a que ainda há uma liquidez relativamente abundante e que, portanto, isso não terá efeito?

E finalmente, outra questão sobre o Basileia III, que se destina a reduzir os índices de alavancagem do sistema financeiro, mas que todos os analistas apontam a perspectiva de diminuição da oferta de crédito. Isso também vai, de algum modo, afetar a lucratividade do setor, porque vai haver um requerimento maior de capital; isso tem custos evidentemente; portanto, poderá afetar a remuneração do setor.

Querida um comentário sobre essas questões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Presidente Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Em relação à inflação inercial, é algo no que nós temos que continuar evoluindo no sentido de reduzir o nível de indexação ainda remanescente na economia brasileira.

Eu creio que indexação torna o processo de redução da inflação mais custoso. Mas não necessariamente tem muito a ver com o nível da inflação. É certo que já países... o Chile, por exemplo, tem um nível de indexação extremamente elevado, maior do que o nosso e tem mantido a inflação em níveis baixos, estáveis. Então, a inflação inercial torna mais complexa a luta, o combate à inflação, mas não necessariamente é um fator que eleva a inflação em princípio.

Acho que há outras questões que certamente são importantes, que criaram certo desafio. Nós tivemos a incorporação grande de novos consumidores num espaço relativamente curto de tempo e isso pressionou alguns segmentos, como, por exemplo, o segmento de serviços, o que manteve a inflação elevada. Mas esse processo é um processo estrutural e estamos trabalhando para uma estabilização em níveis mais baixos da inflação.

Em relação ao impacto da autonomia ou da independência sobre a inflação, sobre o comportamento da inflação ao longo do tempo, há alguns estudos que demonstram, tudo mais constante, que uma autonomia *de jure* da autoridade monetária pode contribuir com algum delta em relação à inflação.

Essa autonomia pode ser *de jure* ou *de facto*, como temos no Brasil. Não tenho visto estudos sobre a comparação que um grau de autonomia operacional *de facto* versus *de jure* e seu impacto sobre a inflação. Mas, certamente, há estudos que apontam na direção de uma relevância da independência ou autonomia do Banco Central em relação ao comportamento da inflação ao longo do tempo. Não são impactos de curto prazo, mas, ao longo do tempo, há estudos nesse sentido.

Sobre os fluxos de capitais, creio que, no caso brasileiro, nós temos... mencionei aqui também o conta corrente. Hoje o déficit é um pouco maior do que algum tempo atrás, em um nível em torno de 3% do PIB, manejável, administrável. Temos um investimento direto insustentado em nível de US\$60 e US\$65 bilhões, ou seja, cobre, senão a integralidade, uma parte importante do déficit em conta corrente. Como V. Ex^a disse, estamos hoje em um momento de transição, a percepção do mercado é a de que uma transição está ocorrendo, de fato, se essa percepção já está tendo implicações sobre os mercados. Mas, como V. Ex^a mencionou ou sugeriu em sua pergunta, nós ainda viveremos por um bom tempo com níveis de liquidez bastante elevados. Então, depois de um reposicionamento, em função dessa incerteza sobre quando e como será o processo de normalização da política monetária nas economias

maduras, depois desse reposicionamento, essa liquidez permanecerá conosco nos mercados.

De maneira que eu vejo uma situação de curto prazo, que precisa ser administrada, creio que nós a estamos administrando, temos instrumentos para isso, para reduzir volatilidade e riscos na transição, mas não é um processo de reversão de desaparecimento da liquidez da noite para o dia. Ao contrário, há muita liquidez injetada nos mercados globais nos últimos cinco anos. Certamente, isso, para ser dissipado, demorará vários anos.

Em relação à Basileia III, eu creio que o fato de que das lições da crise que estão refletidas em Basileia III, há três principais. A primeira delas é que o capital foi insuficiente para fazer frente às perdas nos Estados Unidos e na Europa. E também a qualidade do capital não era boa no sentido de ter capacidade de absorção de perdas quando mais se precisava do capital. Então, Basileia III é construída para aumentar a quantidade e a qualidade do capital requerido.

Por outro lado, também há uma lição importante, que é a liquidez é importante. Acho que houve um esquecimento ao longo de Basileia II, ao longo do tempo sobre a questão de como se dá a administração da liquidez, de que de tempos em tempos a liquidez desaparece. Então, as instituições têm de estar preparadas para ter fontes de financiamentos, de *funding*, de liquidez, de curto, médio e longo prazo, dependendo da estrutura de seus ativos.

Dito isso, é fato que Basileia III está desalavancando. E a própria crise desalavancou os sistemas financeiros da Europa, dos Estados Unidos – os Estados Unidos ajustaram antes. Ainda há um processo de redução do endividamento lá na Europa.

Em relação ao Brasil, nós já estávamos com a régua muito acima. De maneira que esse novo regime de capital vem mais no sentido de equilibrar as condições de competitividade entre as nossas instituições, que já estavam sujeitas às regras de capital mais duras e as instituições, operando nesses outros mercados que tinham, digamos assim, um regime de capital mais brando.

Então, é isso. Eu acho que há uma desalavancagem no mundo, não necessariamente em função de Basileia, uma Basileia cobra mais qualidade de capital, e nós estamos bem posicionados em relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. PT – RJ) – Presidente, eu quero parabenizar V. Ex^a pela exposição.

Na verdade, esse clima aqui sereno, tranquilo se deve muito ao reconhecimento da postura sóbria do Banco Central, da autoridade monetária.

Eu queria destacar o nosso apoio às decisões do Banco Central quando, em agosto de 2011, houve

aquela mudança em que o Banco Central, corretamente, se antecipou ao cenário de desaceleração da economia, começando por baixar a taxa de juros. O Banco Central mostrou que seguia por critérios técnicos.

Na reunião passada desta Comissão de Assuntos Econômicos, eu fiz questão de dizer, Presidente, que fosse qual fosse a decisão de aumentar ou não a taxa de juros, nós da Comissão de Assuntos Econômicos aplaudiríamos, porque os senhores conquistaram essa confiança por decisões independentes, técnicas.

Acho que V. Ex^a se firma como um guardião dessa estabilidade monetária. A gente que conhece a política aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos, sabemos que, se não fosse dessa forma, isto aqui estaria fervilhando, porque o debate sobre inflação é um debate importante, mas eu acho que há em todos aqui, no mundo político, essa confiança no papel que o Banco Central está jogando neste momento. O senhor se firma como grande defensor da estabilidade monetária e sei que a nossa Presidenta também. Eu tenho certeza de uma coisa: quem apostar na inflação no Brasil vai perder, porque é um compromisso do Banco Central, e essa é a função do Banco Central, mas é um compromisso também da nossa Presidenta Dilma e um compromisso desta Comissão de Assuntos Econômicos.

Por isso, eu parabeno V. Ex^a e, antes de encerrar, quero informar que vai haver amanhã aqui uma audiência pública com a Frente Nacional de Prefeitos, prefeitos de todo o Brasil, para discutir o tema do Reitup, do transporte público, às 11 horas, aqui nesta audiência.

Os convidados para a reunião de amanhã serão o Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad; o Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, José Fortunati; e Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Muito obrigado ao Presidente e a todos os diretores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 26 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2013, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e seis minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e treze, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a

Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Ana Amélia, Jayme Campos, Flexa Ribeiro e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Cristovam Buarque, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, João Vicente Claudino, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 310 de 2009, que “institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros – REITUP, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes”, tendo como expositores o Sr. José Fortunati, Prefeito do Município de Porto Alegre e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos – FNP, e o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, tendo a presença, ainda, do Deputado Carlos Zarattini, da Sra. Maria Antonieta de Brito, Prefeita do Município de Guarujá, e do Sr. Sebastião Almeida, Prefeito do Município de Guarulhos. Após a exposição, usam da palavra as Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin e os Senadores Eduardo Suplicy e Acir Gurgacz. A Presidência concede a palavra, ainda, ao Deputado Weliton Prado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: audiência pública.

Assunto, finalidade: instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 310, de 2009, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup), condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transporte.

Reunião destinada a instruir as seguintes matérias: PLC 310/2009.

Convidados: Prefeito do Município de Porto Alegre, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, José Fortunati; e Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

Chamo para fazer parte da Mesa também o nosso Deputado Carlos Zarattini, que foi Relator desse projeto na Câmara dos Deputados e foi um grande articulador dessa discussão na Câmara e aqui no Senado também.

Queria anunciar aqui a presença e chamar também para fazer parte da nossa Mesa o Prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida, e a nossa Prefeita de Guarujá, Maria Antonieta de Brito.

Senhores, eu vou passar a palavra ao nosso Prefeito e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, José Fortunati, dizendo, Prefeito, que nós lemos o relatório na terça-feira passada e estamos querendo criar as condições para votarmos essa matéria na próxima terça-feira, fazendo uma série de articulações junto com o Governo Federal. A vinda dos prefeitos hoje aqui é muito importante na conversa com os Senadores, porque eu acho que o Senado Federal, os governos e o Parlamento brasileiro têm que estar sintonizados com a manifestação das ruas. E nós sabemos – eu fui prefeito – que nós temos que ter também uma atuação conjunta. A gente sabe que a pressão, Senador Jayme Campos, que foi Governador de Estado, está sempre muito no Município...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – E três vezes prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – E três vezes prefeito.

Então eu acho que a posição dos prefeitos sobre esse projeto aqui é muito importante, para que o Senado tenha tranquilidade para deliberar em cima de um tema como esse.

Na última discussão que tivemos, quando eu li o relatório, muitos Senadores fizeram intervenções, falando: “Puxa! Está muito apressado!”. Nós dissemos que esse é um projeto em discussão há mais de três anos, já passou por três comissões no Senado Federal, já houve deliberação por parte da Câmara dos Deputados. Então, eu acho que um Parlamento que está aberto a ouvir a opinião da sociedade, das ruas, tem que, num momento como esse, se posicionar.

Então, eu passo imediatamente agora a palavra ao Prefeito de Porto Alegre e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, José Fortunati.

O SR. JOSÉ FORTUNATI – Gostaria de, em nome da Frente Nacional de Prefeitos, agradecer ao Senador Lindbergh Farias por esta oportunidade; agradecer aos meus Senadores, começando pela minha querida

Senadora Ana Amélia, que tão bem representa o Estado do Rio Grande do Sul; Senador Jayme Campos; Senador Eduardo Suplicy.

Quero dizer que estamos também com nossos dois grandes Prefeitos: Prefeita Maria Antonieta, de Guarujá, São Paulo; Prefeito Sebastião Almeida, de Guarulhos, São Paulo; a Vice-Prefeita de Canoas, Beth Colombo, que aqui representa o Prefeito Jairo Jorge; os três integrantes da Diretoria da Frente Nacional de Prefeitos.

Quero cumprimentar meu querido amigo Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski; o Deputado Carlos Zarattini por todo o trabalho realizado em torno deste projeto de lei. Quero dizer que esse projeto de lei não nasceu ao acaso, ele é fruto de uma ampla reflexão feita entre prefeitos de várias cidades brasileiras, especialmente as médias e grandes cidades brasileiras, há muitos anos, com a Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Público, que acabou recebendo as informações e, mais do que isso, tomando iniciativa para que o projeto de lei iniciasse a sua tramitação na Câmara dos Deputados, onde foi, de forma exaustiva, discutido, refletido e, finalmente, aprovado.

Todos sabemos, Senador Lindbergh, nosso Presidente, que um projeto dessa envergadura, que diz respeito à questão tributária, à concessão de isenções, de incentivos, normalmente tem uma dificuldade muito grande em tramitar no Congresso Nacional. Então, não tenho dúvida – e quero dizer isso com toda a tranquilidade a minha Senadora e aos Senadores – de que, se ele passou pela Câmara dos Deputados, e passou de uma forma muito tranquila, com ampla reflexão, nós não estamos chegando ao Senado Federal numa fase em que ele não mereça a consideração final desta Casa. Ao contrário, quero lembrar que não é a primeira vez que venho a esta Comissão de Assuntos Econômicos para fazer este debate. Já estive aqui antes de assumir a Presidência da Frente Nacional de Prefeitos, representando, na oportunidade, a Frente Nacional de Prefeitos, Senador Eduardo Suplicy, para fazer o debate. E fui muito questionado, inclusive, pela Senadora Ana Amélia, tirando dúvidas, esclarecendo fatos, para que nós pudéssemos avançar em relação a este importante projeto.

O projeto nada mais é do que um projeto que institui o chamado Reitup, Regime Especial de Inventivo ao Transporte Urbano de Passageiros. Ele, de uma forma muito correta, de uma forma muito sóbria, muito pensada, cria as condições para que os prefeitos e também governadores – porque aqui estamos falando também do transporte intermunicipal – possam pensar políticas adequadas para incentivar o uso do transporte

te público em nossas cidades, em nosso Estado e em nosso País. Ninguém mais aguenta o número de veículos privados que são jogados diariamente nas ruas da nossa cidade.

Nós, Senador Lindbergh, que somos prefeitos, somos penalizados duplamente. Primeiro, porque a política – e não questiono o valor da política que o Governo Federal adota – que foi adotada pelo Governo Federal a partir da grande financeira internacional em 2008, de forma muito correta, incentivando a indústria automobilística, acabou penalizando, em parte, os Municípios, de duas formas. Primeiramente porque a isenção de IPI retirou recursos do repasse do Fundo de Participação dos Municípios, e isso nós sentimos no nosso cotidiano. E, em segundo lugar, propiciou a compra de mais automóveis – hoje a compra de um automóvel se dá de uma forma muito fácil, é fácil comprar um automóvel, do estilo popular, por R\$300,00 mensais. Então, hoje a aquisição de automóvel é muito fácil. Mas isso faz com que as cidades estejam recebendo diariamente centenas, milhares de automóveis, o que se traduz numa dificuldade do prefeito em atender à demanda por maior mobilidade nas suas cidades.

Pasmem, isso traz uma outra consequência: além de reduzir a mobilidade de quem anda de automóvel, trouxe uma dificuldade de mobilidade do transporte coletivo. Os dados que as prefeituras têm, que ANTT tem, que as entidades ligadas ao setor transporte público têm, mostram claramente que a velocidade média dos nossos ônibus, em todas as cidades de médio e grande porte, foi altamente reduzida em função do excesso de automóveis que as cidades passaram a receber. Então, o transporte coletivo acabou também sendo penalizado de uma forma muito direta, e não indireta, pelo acúmulo de automóveis em nossas cidades.

Então, não tenho dúvida de que hoje os prefeitos e prefeitas das 5.565 cidades brasileiras estão buscando formas para otimizar e qualificar, cada vez mais, o transporte coletivo. De um lado, trata-se de possibilitar ao cidadão, seja ele de pequeno poder aquisitivo ou mesmo de médio poder aquisitivo, a utilização do transporte coletivo, possibilitando a que quem tem seu automóvel deixá-lo em sua residência e usar o transporte coletivo.

Para isso, precisamos de uma renovação de frota cada vez mais acelerada, precisamos construir cada vez mais corredores exclusivos de ônibus, e precisamos, sem dúvida alguma, de uma tarifa que não onere tanto o bolso do trabalhador, do desempregado, da dona de casa, daquele que tem que se deslocar pela cidade no dia a dia e depende do transporte coletivo, seja em ônibus, metrô, VLT, em qualquer das várias

opções que os Municípios procuram oferecer ao cidadão brasileiro.

Nós estamos vendo, hoje, inúmeras manifestações no País, e há várias bandeiras sendo apresentadas, mas há, indiscutivelmente, uma que tem mais peso hoje – nós podemos olhar o que aconteceu nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e tantas outras cidades. Aliás, justifico aqui, Senador Lindbergh e demais Senadores: o Prefeito Fernando Haddad já havia, ontem, confirmado comigo, com o presidente da Frente Nacional e o Presidente da Comissão Lindbergh Farias que ele estaria presente nesta audiência. Infelizmente, porém, a depredação, os acontecimentos de ontem à noite, que tomaram conta desde a sua residência, a Prefeitura de São Paulo até o comércio varejista de São Paulo, acabaram fazendo com que o Prefeito Fernando Haddad tivesse que ficar na cidade de São Paulo para dar uma série de encaminhamentos extremamente importantes. Da mesma forma, o Prefeito Eduardo Paes, do Rio de Janeiro. Ontem, em conversa com o Prefeito Eduardo Paes, ele também me garantiu que estaria presente nesta audiência. Infelizmente, toda a pressão, toda a tensão que este momento oferece aos prefeitos acabou impedindo, pelo menos até o momento, que o Prefeito Eduardo Paes pudesse chegar a esta audiência. Como ele, outros tantos prefeitos gostariam de estar aqui presentes nesta audiência importantíssima, mas infelizmente, em função exatamente das tensões que vivenciamos em nossas cidades, isso não foi possível.

Então, quero dizer, com toda tranquilidade, que essas manifestações têm como um de seus pontos fulcrais a questão da passagem do transporte coletivo. E essa é uma bandeira de que os prefeitos não abrem mão. De um lado, para atender às demandas legítimas da população e, de outro lado, porque entendemos – e já realizamos essa discussão na nossa reunião anterior – que a passagem do transporte coletivo deve fazer parte, indiscutivelmente, da cesta básica do trabalhador. Se nós discutimos incentivos para a compra de alimentos, se discutimos incentivos para compra da linha branca, tão importante para as famílias brasileiras, é inadmissível que a tarifa do transporte coletivo, seja em ônibus ou nos demais modais, não esteja colocada como componente da cesta básica do trabalhador.

Por isso, nós, da Frente Nacional de Prefeitos, estamos aqui para defender a aprovação imediata do Regime Especial de Incentivo ao Transporte Urbano de Passageiros. Exatamente a partir da conversa que tivemos nesta Comissão, Senador Lindbergh, com a presença do então Ministro interino da Fazenda, Nelson Barbosa, o Governo Federal, a partir dessa discussão, pouco tempo depois, convencido que saiu do encontro

que aqui realizamos, do profundo debate realizado, acabou, através de medida provisória, isentando PIS/Cofins da tarifa de transporte coletivo.

Mas isso é insuficiente, claramente insuficiente. Eu quero aqui dizer de forma muito clara: a média que poderemos abater das tarifas dos nossos Municípios gira em torno de R\$0,10 a R\$0,15. É isso que, *grosso modo*, a isenção do PIS/Cofins nos possibilita, o que é importante, muito importante. Para alguns, pode parecer pouca coisa, mas, para o prefeito, é bastante importante.

Porém, o projeto de lei prevê outros incentivos, como, por exemplo, a adesão – não a obrigatoriedade – dos Estados à ideia de conceder isenção do ICMS para o sistema de transporte coletivo. Aqui não há qualquer obrigatoriedade, até porque nós estamos numa federação, mas, a partir exatamente do Reitup, os governadores poderão aderir ao sistema isentando totalmente o ICMS e possibilitando, inclusive – vejam bem, quero destacar este aspecto –, que os prefeitos possam isentar de ISS, o imposto sobre serviços de qualquer natureza, o sistema.

Hoje nós vivemos, de certa forma, uma contradição. Eu, pressionado que sou a reduzir tarifa, como os demais prefeitos e prefeitas – e certamente todos queremos dar uma contribuição –, poderia pensar: “Bom, por que Porto Alegre, que hoje cobra 2,5% de ISS sobre o sistema de transporte coletivo, não zera?”. Eu estou impedido neste momento, pela legislação federal, de isentar o transporte coletivo do ISS. Por que, Senador Suplicy? Porque a legislação federal, que é a que comanda o sistema tributário nacional, diz claramente que, nessas áreas – entre elas, a questão do transporte coletivo –, o prefeito ou a prefeita pode disciplinar as alíquotas com um máximo de 5% e um mínimo de 2%. O que permite o Reitup, e essa é a grande novidade? Permite que os Municípios possam aderir ao Reitup isentando plenamente do imposto sobre serviços de qualquer natureza, zero ponto percentual.

É claro que aqui há contrapartidas que os Estados e Municípios terão que assumir, que as concessionárias do transporte coletivo terão que assumir. Um importante exemplo: todos os Municípios terão, a partir exatamente da adesão ao Reitup, que formar os seus conselhos municipais com a participação da sociedade civil. Grande parte dos Municípios têm, não tenho dúvida de que os Municípios que estão aqui representados têm, mas existem outros Municípios que não têm. Segundo, essa tarifa terá que ser transparente. Certamente, os Municípios que aqui estão já fazem isso de forma muito clara, mas nem todos o fazem. E há outros critérios onde essa adesão fica clara: a tarifa única, através do bilhete único; a implantação

do bilhete único para que, nas cidades, o usuário do transporte coletivo possa se deslocar usando um único bilhete. Porto Alegre já tem, outras cidades já têm, mas é uma obrigatoriedade a que, Senadora Ana Amélia, para aderir ao Reitup, Estados e Municípios teriam que se submeter.

Lembra muito bem nosso Senador e Prefeito Lindbergh Farias a realização da licitação do sistema de transporte coletivo. Como exemplo: minha cidade nunca realizou, em toda a sua existência, nos seus 241 anos, licitação para o transporte coletivo. Nós estamos preparando agora, até o final do ano, a primeira licitação. Pois bem, nós queremos realizar essa licitação, achamos que ela é fundamental para o bem do interesse público, para darmos transparência ao processo, e é uma das exigências do Regime Especial de Incentivo ao Transporte Urbano de Passageiros.

Eu não tenho dúvida, minha Senadora e Senadores, de que a votação imediata por parte do Senado Federal do Reitup vai significar para os prefeitos e prefeitas um momento novo nessa reflexão do transporte coletivo como um todo, não somente na desoneração da passagem, mas na qualificação, requalificação, na democratização do processo, na transparência através da licitação, na obrigatoriedade de que isso aconteça.

Por isso, meu caro Presidente, para finalizar, eu quero aqui reafirmar, por tudo o que já fizemos, com os estudos que a Abrasf, que são os nossos secretários municipais da Fazenda, já realizaram, por todo o debate que a Frente Nacional de Prefeitos realizou ao longo desse tempo, desde quando realizamos o debate com a Frente Parlamentar em defesa do transporte coletivo na Câmara dos Deputados, de que este é um projeto absolutamente de acordo com o interesse público, interesse dos prefeitos e prefeitas, interesse dos governadores, e interesse de todos aqueles que desejam um transporte público de qualidade, ofertado com uma tarifa adequada também a todos os passageiros.

Essas são as considerações iniciais que eu gostaria de fazer, em nome da Frente Nacional de Prefeitos.

Que Deus abençoe a todos!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria só pedir desculpas, pois eu cheguei, nesta manhã, dos Estados Unidos, de um compromisso com outros Senadores. Eu saí do aeroporto e vim para cá, Senador.

Então, eu só queria fazer uma referência. Primeiro, destaco a relevância do trabalho do Deputado Zarattini nesta matéria. Coincidentemente, ele chega neste momento em que o País está – eu diria – não

convulsionado, mas mobilizado para este mesmo tema. E caiu nas mãos de também um talentoso Parlamentar, o nosso Presidente Senador Lindbergh Farias, que sentiu as dores na pele, pois foi prefeito. Então, eu penso que, quando se tem essa experiência, o valor e a perfeição do projeto ganham reforço.

Está aqui a querida Maria Antonieta, que eu tive o prazer de conhecer na reunião de prefeitos; o meu querido amigo Paulo Ziulkoski; o meu querido Prefeito José Fortunati, a quem agradeço todas as referências; e o Sebastião Almeida, de Guarulhos.

Na votação do projeto do Reitup que a Câmara aprovou, na relatoria do Zarattini, foi discutido aqui, nesta CAE, amplamente, com os prefeitos, e dela participamos; depois foi apresentada na agenda do Pacto Federativo, na reunião com os Presidentes da Câmara e do Senado, uma grande reunião em que ficou muito claro.

O Governo, percebendo a urgência da matéria, quis apressar, mas eu penso que retirou um pouco do Legislativo aquele valor que ele tem, que é de criar essas ideias inovadoras, como o Reitup.

Agora na tramitação da Medida Provisória nº 617, apresentei uma emenda à Medida Provisória. E como há emendas do Senador Lindbergh ao projeto que ele relatou, se quiser incluir a emenda para, junto com o PIS/Pasep/Cofins, colocar a Cide também, pois essa foi uma demanda das prefeituras. E eu penso que isso agregaria valor à questão. Esse é um ponto.

A minha emenda já está incluída na medida provisória, mas penso que a ampliaria, porque medida provisória pode daqui a pouco cair, mas, numa lei, consolida-se uma política pública de transporte coletivo urbano.

Então, eu queria propor, se vai voltar certamente à mão do próprio Senador aqui, o nosso Relator, essa minha sugestão.

E a outra sugestão eu endosso plenamente. Nós, do Rio Grande do Sul, meu caro Prefeito Fortunati, temos algumas cidades que são gêmeas com países amigos, como é o caso de Santana do Livramento e Rivera, onde apenas uma rua as separa. Então, para que também seja incluído esse transporte coletivo, que tem caráter internacional, e, no caso, seja considerado intermunicipal, para efeito dos benefícios que ganham os usuários desses dois sistemas.

Só entenderemos integração nessa matéria, como não é apenas o caso de Santana do Livramento, mas o caso também de Chuí ou mesmo daquelas que são separadas por uma ponte, como é o caso de Livramento e Rivera; o caso de Libres e Uruguaiana; o caso de Jaguarão e Rio Branco; e tantas outras no Rio Grande do Sul e fora do Rio Grande do Sul.

Então, é para incluir na lei a questão das cidades gêmeas no transporte coletivo.

Ademais, quero dizer aqui que, como Senadora municipalista – e claro todos os Senadores aqui o são, como o prefeito repetente, Senador Jayme Campos – estou à disposição. Eu só não fico em toda a audiência, como eu gostaria de ficar, porque temos uma agenda na Comissão de Relações Exteriores com o Senador Luiz Henrique, com a qual eu havia me comprometido.

Cumprimento novamente o Senador Lindbergh por pautar este tema, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Senadora Ana Amélia, Presidente José Fortunati, vai assumir aqui a Presidência da Subcomissão de Assuntos Municipais desta Comissão. Ela é uma Senadora aplicadíssima; chegou de viagem e para cá veio diretamente.

Mas antes de passar a palavra ao Paulo Ziulkoski, o senhor gostaria de falar sobre a Cide?

O SR. JOSÉ FORTUNATI – Eu gostaria de fazer um pequeno esclarecimento sobre a Cide, porque a Senadora Ana Amélia levanta esse debate com muita propriedade. Aliás, eu agradeço a presença da Senadora Ana Amélia, pois ela chega há pouco de Boston, numa viagem cansativa. Eu a fiz há poucos dias e sei o quanto ela é cansativa. Então, a sua presença aqui, sem dúvida nenhuma, dá um prestígio ainda maior a esta reunião.

Qual é a discussão que se faz hoje sobre a Cide? Nós temos procurado pautar isso com muita força na Frente Nacional de Prefeitos. Sabemos nós que hoje a Cide sobre o óleo combustível está, felizmente, já com uma alíquota zerada. Então, é isso que nós desejamos.

Mas, de outro lado – e é esta a nossa provocação que a Frente Nacional de Prefeitos faz –, nós entendemos que todas as medidas que estão sendo tomadas pelas cidades que estão procurando restringir o automóvel estão fadadas ao insucesso. A própria São Paulo, com as placas alternativas, e outras cidades que usaram tantas outras artimanhas e acabam dificultando e não levando em execução aquilo que nós desejamos: para combater, no bom sentido, o bom combate, o transporte individual, nós temos de oferecer um bom transporte coletivo.

Por isso, a discussão que hoje nós estamos propondo – e o Prefeito Fernando Haddad tem sido um dos grandes defensores desta tese, e quero aqui expressar, em nome da Frente Nacional de Prefeitos, a nossa posição e já apresentamos à equipe econômica do Poder Executivo Federal – é que seja estabelecido um percentual da Cide sobre álcool e gasolina. Para quê? Para que ele se reverta diretamente para o Fundo Municipal do Transporte Urbano. Para quê? Para

que quem use o transporte privado ajude claramente a subsidiar quem usa o transporte público.

Essa é uma defesa que fazemos com muita tranquilidade. É a política Rabin Hood: se o indivíduo quer usar o seu automóvel, use, mas ele vai ter de contribuir para que o Poder Público possa dar a quem queira utilizar o transporte público, ou dependa do transporte público, melhores condições, ou seja, uma tarifa mais baixa de ônibus.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Prefeito.

Com a palavra, o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Bom dia a todos os senhores e senhoras. Eu queria saudar o Senador Lindbergh, Presidente desta Comissão; o Deputado Zarattini; o nosso companheiro Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Prefeito José Fortunati; demais prefeitos e prefeitas, Srs. Senadores e Senadoras, demais presentes a esta reunião.

Primeiro, agradeço pelo convite, porque, na discussão do chamado Pacto Federativo com as prefeituras, houve um debate com prefeitos e não com os Municípios. E quero deixar registrado o nosso protesto, porque a Federação brasileira é integrada por 5.568 Municípios. Mas, hoje, aqui estamos tendo oportunidade de trazer a nossa contribuição.

Em segundo lugar, quero dizer que, ontem à noite, quando fomos instados para esta reunião, nós procuramos produzir um pequeno documento. E vou pedir a permissão dos senhores para não fazer tantos comentários, mas, sim, vou procurar transcrevê-lo – é rápido –, para deixar patenteada a nossa posição.

Reconhecemos que este seguramente é um dos grandes problemas que vivem as cidades do Brasil, mas isso é apenas uma ponta e o projeto de lei que está em discussão, por maior relevância que tenha, eu acho que tem de ter uma resposta, sim, e estamos aqui apoiando a discussão deste projeto.

Mas gostaríamos de deixar aqui uma posição um pouco mais abrangente, até porque eu quero dizer a todos os senhores e senhoras, e principalmente aos Senadores e Senadoras, que nos dias 09, 10 e 11 de julho, nós vamos fazer a Marcha dos Prefeitos em Brasília e já quero deixar registrado aqui que 5.300 Municípios do Brasil estão praticamente falidos, estão ingovernáveis.

Isso que a sociedade hoje aflora, nas manifestações, é exatamente o que nós passamos lá na Frente e que, há anos, a Confederação de Municípios vem procurando mostrar. Essa é uma dura realidade. A questão do transporte é uma delas, mas o que está na

questão de fundo é saúde, é educação, é saneamento, é segurança. Esta é a revolta maior: o serviço público que não atende às demandas do cidadão e toda essa situação que vivemos em Brasília e nos próprios Municípios também.

Então, vou procurar expor a nossa posição, não deixando de reconhecer a importância deste projeto, mas procurando avançar um pouquinho mais.

Aparentemente o projeto tem méritos. Ampliando os mecanismos para a conformação da modicidade das tarifas do transporte. A sua discussão, num momento em que o tema tem sido objeto de protesto em todo o País, serve para dar respostas objetivas ao clamor popular. Todavia, algumas observações se impõem, tanto na análise do mérito do projeto de lei em tela, como na sua contextualização em nível de um sistema nacional de mobilidade e desenvolvimento urbano.

O exame do PL, de forma isolada e fora do contexto, portanto, pode resultar em uma frustrada tentativa de equacionar um problema histórico cuja solução não é simples, nem imediata. O projeto de lei em si, inobstante o aperfeiçoamento trazido pelo substitutivo do Senador Lindbergh Farias, ainda suscita dúvidas e merece reparos, sob pena de frustrar quem espera muito dele.

Ora, as isenções propostas com relação às receitas da União, via de regra, já estão previstas na medida provisória, e os Estados e Municípios têm autonomia para concessão de isenção de seus tributos. Isso já existe, é consolidado. Quem quiser dar não precisa dizer a lei. É da sua iniciativa, da sua prerrogativa. Nesse sentido, a “renúncia” – aqui entre aspas – proposta com relação ao ISS e ao ICMS, pode impactar a já combatida finança dos Estados e Municípios. Mas não é esse o argumento maior, apenas em análise.

O projeto de lei anuncia subsídio à tarifa através da renúncia fiscal, mas não menciona nenhuma fonte nova de custeio ao transporte público, notadamente com recursos, hoje, centralizados na União. O grande debate que nós entendemos e pregamos é o enfrentamento do conflito federativo. Não há mais como criar benesses; não há almoço de graça. Não adianta criar lei, dizendo isso e aquilo, se não se enfrentar a União. A centralização tributária nas mãos da União que, cada vez, aumenta mais.

Assim, é possível afirmar que estamos diante de um paliativo, mas ele tem que vir, porque tem que vir uma resposta. Não se pode esquecer, de outro lado, que a redução a zero da alíquota da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide) é um tributo partilhado com os Municípios. Embora a alíquota esteja zerada desde agosto do ano passado, esse é um ponto que entendo que o Senado poderia corrigir,

tirando o direito que a União tem hoje de colocar a mão no dinheiro que é transferido a Estados e Municípios ao seu alvitre, ao seu talante.

Por que a União renunciou à Cide? Porque é a única contribuição que é partilhada conosco. E foi uma luta, em 2003, que nós conseguimos, mesmo num percentual baixo. Só que a União tem a seu dispor, na Constituição, a faculdade da isenção. A União poderia dar isenção nos seus tributos ou na sua parte, não na nossa parte. Isso é fazer favor com o chapéu alheio.

Merece reparo, também, a salvaguarda do projeto definindo que o montante total da renúncia fiscal da União não poderá ultrapassar o limite global fixado anualmente pelo Executivo. A União se preserva, e agora vêm os Municípios argumentar: “Os prefeitos estão chorando, não querem renunciar”. Mas a legislação, como disse o Prefeito Fortunati, é clara: a União já se ressalva. E nós teremos de estar ressalvados também.

Ora, não adianta zerar as alíquotas, se o próprio Executivo Federal pode fixar depois, quando tirar ou renunciar – vai depender do Governo. Também é questionável que, além dos benefícios tributários, o projeto proponha um desconto mínimo de 75% sobre as tarifas de energia elétrica consumida no metrô, trens metropolitanos, trólebus, a ser compensado com o aumento das tarifas dos demais consumidores.

Quer dizer, alguém tem de pagar. Tu tiras de um e passas para outro. Aqui novamente se verifica que a falta de recursos novos para o transporte desveste um santo para vestir outro, o que pode trazer efeitos colaterais. Há efeitos colaterais.

É imperioso destacar que, para efeito de desmistificação, a maior parte dos usuários do transporte coletivo é de empregados que utilizam o vale-transporte subsidiado pelos empregadores, muitas vezes até integralmente. Somam-se a isso as isenções aos idosos, às pessoas com deficiências e as meias passagens para estudantes. Isso atinge 62%, aproximadamente.

Isso foi votado aqui. Os Estatutos do Idoso e da Criança foram votados aqui. Colocam-se os benefícios, mas não se indica a fonte. Quando se vota o piso do magistério... Tudo se vota aqui, no Congresso Nacional, com o maior respeito que tenho aos senhores... só que não há recurso. Isso, inclusive, fere o art. 15, 17, da Lei de Responsabilidade, que diz claramente: quando se cria uma despesa nova e continuada, tem-se de indicar a fonte do recurso. Quem tem de ser penalizado agora? O prefeito que está descumprindo a lei ou quem criou a lei? Essa é a questão federativa.

Nesse cenário, muitas pessoas que protestam contra o valor das tarifas estão pagando nada ou apenas a metade do seu valor. Quem subsidia a tarifa é, de um lado, toda a sociedade, pois os custos dos va-

les-transportes são diluídos nos preços dos produtos e serviços e, de outro lado, os usuários que não têm nenhum tipo de isenção, que é a minoria.

Ainda com relação ao objeto do projeto, é relevante incluir que o transporte público coletivo internacional – de que a Senadora Ana Amélia falava –, de caráter urbano, caracterizado como serviço de transporte coletivo entre Município localizado na região de fronteira, cujas cidades são definidas como cidades gêmeas... Trata-se de uma reivindicação dos Municípios de fronteira, avalizada pela nossa entidade, que foi contemplada na Lei nº 12.587, que entrou em vigor em janeiro do ano passado. Nós precisamos, agora, da execução.

Não obstante os objetivos do projeto em exame, o tema do transporte dos subsídios tarifários não pode ser analisado isoladamente, até porque vivemos uma contradição no País: de um lado, o Governo Federal desenvolve programas de estímulo ao transporte coletivo, com a participação social na definição das políticas locais e regionais, e propaga a necessidade do transporte sustentável, com a disseminação de veículos não motorizados; do outro, estimula a aquisição de veículos automotores para o transporte individual – e isso é produzido em legislação –, através da isenção de impostos e subsídios ao financiamento, em função da dependência da indústria automobilística para garantir emprego e gerar renda.

Desempregou-se muito mais no Município com a renúncia fiscal do IPI da linha branca e de automóveis do que se gerou de emprego no Brasil. E são dados reais.

Enquanto isso, falta espaço para ciclovias e passeios de pedestres. As pessoas acabam abandonando gradativamente o transporte coletivo, e as vias públicas ficam, cada vez mais, conflagradas. Que políticas nós estamos discutindo?

Quanto à produção de automóveis passa a ser uma necessidade, estaremos remando contra a maré em termos de mobilidade urbana. Claro que é possível dotarmos as cidades de vias públicas compatíveis com o número de veículos postos em circulação diariamente. Nesse sentido, os subsídios propostos ao transporte coletivo em veículos leves sobre trilhos contrastam com a falta de incentivo à disseminação do transporte no modal ferroviário e hidroviário do País. A primazia tem sido o modal rodoviário poluente e com mais risco à segurança das pessoas.

A solução para o transporte deve ser buscada num ambiente holístico, no contexto do planejamento urbano. Ganha relevo a implantação do sistema nacional de desenvolvimento urbano previsto para 2014, um instrumento de institucionalização e regulação da

política urbana, de forma integrada, entre os três níveis de governo.

Nesse sentido, a forma de financiamento de projetos e ação é vital, na esteira do Fundo Nacional do Desenvolvimento Urbano – mais uma vez, é criado um mais fundo, e seguramente não vai haver dinheiro nunca. Também devem ser levados em conta habitação, saneamento e tudo mais.

Já estou indo para a última aqui.

De outro lado, subsídios ao transporte devem ser discutidos com o viés da Lei nº 12.586, de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional da Modalidade Urbana, traduzindo a necessidade histórica de consolidação de um instrumento que volta os olhos sobre a forma de crescimento das cidades e a garantia da locomoção de pessoas. Como todas as normas, ela tem acertos e erros, mas sua eficácia dependerá da competência do Estado em sensibilizar a sociedade de sua importância e fazer dela uma prioridade.

Os Municípios ganharam papel relevante e terão de implantar seus planos locais de mobilidade até abril de 2015. Aqueles que não cumprirem essa missão até lá não receberão subsídios. Mas é como o lixo: era até agosto do ano passado, 9% fizeram o plano, o resto não fez, porque não acredita nesse recurso que vem da União. Isso é lançado bombasticamente, depois o dinheiro não chega. Então, ele escolhe as suas prioridades.

Finalmente, a política do transporte deve ser discutida dentro de um pacto federativo. É preciso que Estados e Municípios passem de coadjuvantes a protagonistas de um processo solidário integrado. Eles não podem ser guindados à condição de executores de projetos prontos, como tem acontecido com a maioria dos programas federais.

Vejo o Senador Gurgacz aqui, que tem um projeto que obriga que, quando houver uma pavimentação em qualquer cidade, ele seja antes dotado de toda a infraestrutura necessária: rede de energia, água, esgoto.

Agora, um programa federal que existe, de bilhões – é anunciado –, é para asfaltamento, para pavimentação. O prefeito vem em busca e não faz obra de infraestrutura, porque isso não dá voto. Colocar embaixo não dá voto. Então, é lógico, essa é a discussão que não é travada.

Avulta, pois, a necessidade de estabelecimento do verdadeiro Pacto Federativo, em que as ações levem em conta a vocação de cada ente, a capacidade de implementação de projetos, os custos para realização e eficiência na execução dos benefícios para o cidadão.

Para que o pacto seja efetivo deve-se manter o equilíbrio de relações, sem hierarquia ou relevância

de um ente em detrimento de outro ou superposição de funções.

Se não, nada mudará.

Desculpe se avancei um pouco, mas no sentido de contribuir estamos aqui querendo discutir o projeto, mostrando que, mais uma vez, vamos combater a febre. É lógico que tem de ser combatida. Para a dor que tem vamos ministrar um Buscopan. É importante esse Buscopan? É. Mas nós temos de aprofundar de uma forma definitiva essa questão. Enquanto o Senado, que é a Casa da Federação, não enfrentar o Executivo federal, que é o grande arrecadador do País, e sem termos políticas realmente federativas e respeitadas, vamos continuar nessa situação. As ruas estão mostrando aonde isso vai ser levado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Paulo.

Vou passar a palavra ao Deputado Carlos Zarattini; depois, vou abrir aos Senadores e os prefeitos falarão ao final.

Antes quero esclarecer uma coisa. O que o Governo já deu de desoneração? O PIS/Cofins sobre o preço da tarifa; a contribuição sobre a folha caiu para 2%; também a Cide está zerada. Isso foi o que o Governo Federal já deu.

Aqui nós estamos incluindo mais itens de desoneração. Em relação à contribuição da folha, cai de 2% para 0,5%. Nós estamos falando de desoneração de PIS/Cofins para o diesel e de PIS/Cofins para bens e equipamentos (veículos, chassis, carrocerias, pneus). Então, há novas coisas aqui, Paulo Ziulkoski. O que o projeto faz? O projeto diz que Estados e Municípios têm de aderir. O Estado aderindo... esse benefício federal, essa isenção federal, só vai vir se o Estado e o Município aderirem. Se o Estado aderir tem de dar isenção de ICMS sobre o diesel e bens e equipamentos e as prefeituras, ISS. A gente cria uma coordenação federativa. Nós não somos ingênuos. O que isso cria aqui...E parabeno o Deputado Zarattini. A gente sabe que, se esse projeto for aprovado a essas manifestações por aí afora, todos os governadores e prefeitos vão ter de aderir. O impacto, ao final, será de algo, em nossos cálculos aqui, em torno de até 15% de incidência sobre o preço da passagem. É muito!

Quero dizer outra coisa em relação aos serviços, à qualidade. Tenho certeza de que vai haver impacto. O projeto traz condicionantes importantes. A primeira é ter licitação. Mais de 90% das linhas de serviços no País não têm licitação. Ter licitação é muito importante, porque vai haver melhora nos serviços. Segundo: a implantação de um bilhete único ou de um sistema – não é bilhete único para todas as cidades, para as

cidades menores – de um sistema integrado. Terceiro: conselho de transporte. E quarto e fundamental: um laudo técnico. Prefeituras bem aparelhadas, estruturadas como a de Porto Alegre, a gente sabe que têm uma planilha transparente e que a sociedade acompanha. Infelizmente, houve a desoneração de PIS/Cofins e, em muitos lugares, não houve impacto nenhum sobre o preço da tarifa. Os empresários não reduziram. Este último ponto também é muito importante: a elaboração de laudo demonstrando o impacto dos incentivos concedidos e determinando os valores máximos das tarifas para as empresas que aderirem ao novo regime.

Vejam que é um projeto muito bem estruturado e que acho que responde às necessidades dos prefeitos, que estão sentindo na pele todo o impacto dessas manifestações. São manifestações muito legítimas, porque, vamos falar a verdade, o preço das passagens está altíssimo nas grandes metrópoles deste País. Os trabalhadores estão sofrendo com os péssimos serviços de transporte público. Acho que esse é uma resposta do Senado Federal e do Congresso Nacional a esse momento.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini. Abrirei logo em seguida aos Senadores.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Obrigado, Senador Lindbergh, pela oportunidade de, mais uma vez, vir a esta Casa discutir este projeto. Agora, neste momento mais agudo, onde vemos um movimento popular muito forte nas principais cidades brasileiras, demonstrando a necessidade de discutirmos a questão do transporte público urbano.

Quero cumprimentar o Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati; o Prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida; a Prefeita do Guarujá, Maria Antonieta; Dr. Paulo Ziulkoski, da Confederação Nacional dos Municípios. Cumprimento os demais Senadores e Senadoras, nosso Deputado aqui presente e todos em geral.

Quero lembrar que a discussão dessa questão do transporte público, Senador Lindbergh, não vem de hoje. Na década de 50, se a gente estudar um pouco da história, houve várias lutas contra a Light, que conduzia os bondes nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Houve diversas manifestações, muitas delas, às vezes, até violentas, para que houvesse redução no preço da passagem. Então, a luta para reduzir os custos do transporte público para a população não vem de hoje. Em vários momentos essas lutas tiveram resultados. Queria citar aqui algo que foi fundamental: um projeto do ex-Senador Affonso Camargo que viabilizou o vale-transporte, no Brasil.

Queria lembrar que na cidade de São Paulo 47% das passagens são pagas com vales-transportes. Portanto, de certa forma, subsidiada pelos empregadores.

Isso foi um elemento importante para que, por muito tempo, fosse reduzida a pressão sobre as prefeituras em relação às tarifas. Então, o vale-transporte teve um efeito importante.

A cidade de São Paulo iniciou também e executou a implantação do bilhete único. O bilhete único também foi um elemento importante na redução do custo do transporte porque, apesar de não mexer com o valor nominal da tarifa, permitiu que o usuário tivesse uma maior circulação pela cidade pagando uma única tarifa. Isso, evidentemente, reduziu também o gasto das pessoas com transporte. Então, é outra medida que também, depois, foi adotada. Guarulhos, por exemplo, é uma cidade que já adotou o bilhete único, assim como Rio de Janeiro, Porto Alegre. Aqui mesmo em Brasília, nós temos isso. Em várias cidades do Brasil foi adotado o bilhete único, que é uma política que tem obtido sucesso. É por isso que nós fizemos questão de que ela constasse também desse projeto.

Queria lembrar também que nós vivemos – e até o Movimento Passe Livre colocou isso em questão – a evolução do preço da tarifa nos últimos 20 anos, de 1994 até 2014, na verdade 19 anos. Eles usaram a implantação do Plano Real. Mas queria lembrar também que essa é uma questão de difícil solução. Aumentaram as tarifas, mas também houve aumento de custos muitas vezes por conta de pressões legítimas daqueles que compõem os custos, principalmente os trabalhadores de transporte. Por exemplo, temos, em diversas cidades, jornadas de trabalho, que foram conquistadas nesses últimos 20 anos, de 6 horas. Isso aumenta o custo do transporte. Plano de saúde privado para os trabalhadores, aumentos reais de salários. Isso constou de várias pautas de reivindicações de motoristas e cobradores.

Quero lembrar, também, que aqui no Brasil, diferentemente da Europa, temos os cobradores de ônibus. Na Europa não existe cobrador de ônibus. Muitas vezes essas grandes cidades turísticas, como Londres, Paris, Nova York, são cidades onde a arrecadação municipal é muito alta, o que permite conviver com uma evasão muito grande. Muita gente não paga o transporte, mas isso não é problema para essas cidades, até porque elas têm uma fonte de receita muito alta.

O que a gente deve questionar nesses aumentos de custo é principalmente em relação ao óleo diesel. Após a mudança da Lei do Petróleo, que foi feita em 1998, quando foi quebrado o monopólio da Petrobras, houve também uma apropriação do custo de cada tipo de combustível. Então, nós tivemos uma redução – e isso é fácil de comprovar – do custo da gasolina e de um aumento do custo do óleo diesel, porque existia

um subsídio cruzado que deixou de existir após a promulgação da Lei do Petróleo, de 1988.

Tivemos, também, um aumento no custo da energia elétrica, principalmente nos Estados mais pobres do Brasil. Então, hoje, todos sabem que o custo da energia elétrica no Maranhão é muito maior do que o custo da energia elétrica em São Paulo. Isso quase que impede que vários Estados tenham sistemas de transporte baseados na energia elétrica. Em outros Estados como, por exemplo, Pernambuco, onde existe metrô, o peso da energia elétrica no custo total do transporte é altíssimo, chega a 20%.

Portanto, houve um aumento do custo da tarifa de energia elétrica que impactou os sistemas de transporte, não só no Rio e em São Paulo, mas em outras cidades onde funcionam os metrô.

Agora, é bastante importante também a gente lembrar que o custo dos veículos teve aumentos substanciais. Um veículo que há 10 anos custava R\$150 mil, um ônibus comum, hoje custa – até queria confirmar aqui com o Atílio, Secretário de Transportes de Guarulhos – cerca de R\$300 mil. Não é isso, Atílio? Está me confirmando ali. Então, praticamente em 10 anos, houve um aumento de 100% no custo do veículo. Então, isso revela que a indústria automobilística também vem aumentando as suas receitas, de forma muito difícil.

Então, dizer aqui que nós acreditamos, Senador Lindbergh, e por isso o nosso projeto coloca a questão de que haja uma apuração dos custos pelo Governo Federal, para que haja admissão dos Municípios e Estados nesse regime, para que efetivamente as receitas das empresas de transporte também não se deem de forma além daquilo que elas devem obter.

E eu diria que o Governo Federal vem investindo fortemente em sistemas de corredores de ônibus, BRTs e metrô em Estados e Municípios, e isso vai levar a uma redução do custo dessas empresas. Essa redução do custo das empresas tem que ser transferida para os usuários. Não é possível que um sistema que se torne mais eficiente com um sistema de corredores não aproprie nenhum custo, aliás, não aproprie esse ganho de eficiência para o usuário. Então, nós temos também que garantir que todo investimento feito redunde em redução de custo para o usuário – e é isso que esse projeto propõe.

Eu queria dizer aqui também, para buscar concluir, que esse projeto nosso surgiu a partir das reivindicações dos prefeitos; nós demos início na Câmara, em 2007, Sr. Presidente. Em 2007, nós conseguimos reunir uma comissão especial e aprovamos em 2010. Esse projeto está aqui no Senado, e nós aguardamos essa votação, estamos em 2013. Essa questão do

transporte, da tarifa de transporte, é uma questão urgente, e é importante que, mais uma vez, nós estamos vendo que é o movimento social que vem conquistando essa aprovação.

Eu diria que seria, talvez, difícil, Senador Lindbergh, que nós conseguíssemos colocar esse projeto em votação, se não houvesse esse movimento social. Esse movimento social, portanto, é importante, e não quero discutir aqui a natureza dele, as bandeiras, mas é importante pelo simples fato de colocar a questão urbana na ordem do dia deste País. A questão da melhoria do transporte urbano e, daí decorrentes todas as outras questões, que são atinentes ao problema urbano.

O Senado, sob sua liderança, agora vem colocando essa questão, a CAE vem fazendo o debate. É importante que seja debatido e que seja aprofundado. Não existe obrigação, ao contrário do que declarou em alguns jornais, de que os governos estaduais façam adesão a esse sistema. A adesão é voluntária, até porque nós aqui em Brasília não podemos decidir sobre o que fazem os Estados e os Municípios. Isso deve ser uma adesão voluntária, mas acreditamos que nenhum governador, nenhum prefeito vai deixar de aderir e de levar esse benefício a sua população.

Portanto, nós achamos até que esse movimento que existe hoje nas ruas vai fazer com que os governadores se disponham também a abrir mão da sua receita de ICMS, para que a gente tenha essa necessária redução no valor das tarifas.

Eu acho que, como ressaltou S. Ex^a o Senador, os conselhos municipais são um elemento importante na política de acompanhamento das tarifas, vai fazer com que a atenção da população se dê de forma permanente. A necessidade de licitação é fundamental, e eu sei – aqui o Prefeito Fortunati colocou o Município de Porto Alegre, que é um Município importantíssimo no nosso País – que milhares de Municípios nunca realizaram uma licitação. Até mesmo no Estado de São Paulo, o transporte intermunicipal, que tem gestão do Governo do Estado, não realizou ainda as suas licitações, e cobram tarifas quilométricas. Tarifa quilométrica paga mais quem mora mais longe. E nós sabemos que quem mora mais longe no Brasil são aqueles que têm menos recursos, são as famílias mais pobres que vão morar nas periferias das grandes cidades, onde o valor do terreno é mais barato. Portanto, é uma injustiça nós termos uma tarifa mais cara para quem mora mais longe, e a tarifa média foi justamente uma conquista. Mas nós consideramos que é importantíssima a licitação.

Por fim, essa questão do acompanhamento do Governo Federal. Acredito, Sr. Senador, que as suas propostas de modificação são propostas que vêm para contribuir. Acho que nós temos que, ainda se possível,

evoluir ainda mais nesse projeto. Talvez, como disse aqui a Senadora Ana Amélia, nós possamos dirigir os recursos da Cide para os Municípios. Hoje, os recursos da Cide são distribuídos assim: 75% para os Estados e 25% para os Municípios, para obras de infraestrutura. Para que nós possamos alterar de obras de infraestrutura para custeio de transporte, nós teríamos que alterar a Constituição. Mas nós podemos alterar a distribuição e, com isso, os Municípios terem recursos para investir na melhoria de infraestrutura, desde já, caso seja novamente cobrada a Cide sobre a gasolina, que eu acho que é importante que seja cobrada, e nós teríamos recursos para os Municípios investirem desde já.

Então, gostaríamos de deixar aqui essas questões e parabenizar, pela realização desta audiência pública, sempre lembrando, Senador Lindbergh, que é importante a urgência na votação desse projeto e, se possível, que a CAE coloque em votação o mais breve possível, porque, eu tenho certeza, estará dando uma grande contribuição ao Brasil, neste momento em que o povo pede a redução das tarifas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Deputado Carlos Zarattini.

Vou passar a palavra agora à primeira Senadora inscrita, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Ficamos dois Senadores aqui. O Senador Suplicy pediu que eu comunicasse que ele teve que sair brevemente para votar na CCJ, mas ele já volta.

Eu quero cumprimentar aqui os prefeitos presentes e a Prefeita do Guarujá.

Senador Lindbergh, ontem, numa sessão assim um pouco tumultuada, foi feita a leitura do projeto, e a gente espera poder votar na semana que vem. Não é essa a intenção, Senador Lindbergh? Votar na semana que vem já nesta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Terça-feira.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente. Terça-feira, para que possa chegar rapidamente, brevemente, ao plenário.

Primeiro, o Sr. Ziulkoski não está mais, mas, ontem, um dos grandes questionamentos feitos por parte dos Senadores era exatamente isto: a competência de uma lei federal estabelecer incentivos que são eminentemente municipais e estaduais, portanto, da alçada e da autonomia de Estados e Municípios.

Entretanto, eu acho que isso está mais do que claro. Ele é um projeto vinculante, adere quem quer. E quem quer receber incentivos federais que conceda os seus também. Então, ele é optativo. Eu concordo com

tudo o que foi dito. Eu fui vereadora de Manaus durante dez anos. Na época em que era estudante, Deputado Zarattini, lá no início da década de 80, nós não sabíamos de onde vinha o valor da passagem. Manaus foi a primeira cidade a conquistar a meia passagem no transporte coletivo, a primeira cidade do Brasil. E nós conquistamos exatamente da forma como a juventude está indo às ruas hoje. Exatamente.

E temos planilha lá, Prefeito Fortunati, desde a década de 80. Está aqui o Senador Acir. O Senador Acir é um grande empresário do transporte público de Manaus. Aliás, temos muitos atritos, não é, Senador, nesse aspecto? Muitos atritos, muitos. Então, eu acho que lei, para além dos incentivos, é importante porque estabelece uma política nacional.

O serviço é municipal, mas ele é parte da cesta básica do trabalhador, ele é parte da vida das pessoas. Então, ele estabelece uma normatização que é federal, com obrigações. E aí vai ficar difícil para um Município não aderir a partir do momento em que os Municípios vão aderindo, porque a pressão popular vai ser muito forte em relação a eles. Vai ser muito forte! E quais as conquistas? A transparência é fundamental. A transparência para se conhecer exatamente de onde vem o custo do transporte: IPK, enfim, o custo do transporte coletivo. Segundo: o Conselho Municipal do Transporte Coletivo é fundamental.

Então, eu sou uma defensora do projeto. Há mudanças que deveriam ser feitas e aprimoradas? Não tenho dúvida. Não tenho dúvidas quanto a isso.

Acho que outra ideia importante: quem sabe até a gente não possa... porque, dificilmente, o projeto sairá da forma como entrou; deverá voltar à Câmara. Mas uma proposta que poderia, desde já, ser incluída é o estabelecimento da cobrança adicional para quem anda de transporte individual de passageiro. Por que esperar, Prefeito Fortunati, Deputado Zarattini? Por que não incluir aqui a essa ideia, essa proposta de taxação quem anda com transporte individual em benefício daquele que anda em transporte coletivo?

Nós acabamos de participar de uma audiência na Comissão de Infraestrutura, às 7h30 – porque esta Casa começa a trabalhar às 7h30 da manhã – e o Presidente da Comissão é o Senador Collor. Nesse horário, iniciou-se um debate público a respeito de mobilidade urbana. Um dos expositores foi um acadêmico da Universidade de São Paulo que mostrava o que ocorre em Londres. Em Londres, já se pratica o que os prefeitos propõem, de uma forma diferente: em Londres é cobrado o pedágio urbano! E não só Londres, mas em outras cidades da Europa. Foi polêmico à época. Prefeitos elegeram-se e reelegeram-se com essa proposta. Algumas cidades puseram fim a essa prática,

mas, quando se fez um plebiscito, a proposta voltou. É óbvio! Essa é uma forma de desestimular o uso do transporte individual e não apenas estimular o coletivo, mas melhorar as condições do transporte coletivo.

Por que o povo brasileiro não anda de transporte coletivo? Porque ele é de péssima qualidade. Ele é péssimo! Então, não anda. Quem tem um dinheirinho é a primeira coisa que quer. A mulher quer a máquina de lavar roupa, não é verdade? E o homem quer o carro para poder... E a mulher também: ela quer a máquina e quer o carro. Lutamos para que o homem queira a máquina de lavar roupa também, que ele se ocupe tanto com o serviço de lavar a roupa em casa que ele também queira essa máquina. Engraçado, a mulher ganha no Dia das Mães... Isso é um absurdo! Máquina de lavar roupas em aniversário e Dia das Mães? Esse é o presente que as mulheres geralmente ganham.

Então, eu quero dizer que concordo com o projeto e acho que a gente deve evoluir para, já nessa lei, estabelecer. O projeto aqui é claro. Não sei da oportunidade de dizer que isso é para diminuir o valor. Não, mas é para chegar ao valor justo. Qual seria o impacto, Deputado Zarattini? Com a aplicação da lei, haverá uma diminuição da passagem, mas aí essa diminuição acabou-se ali, incorporou-se ali, ficou ali, já foi integrada ao custo. Em vez de se dizer sobre diminuição, isso é dito lá nas Disposições Transitórias, ou alguma coisa assim que se invente, melhor dizer que é para ser alcançado um preço justo e um transporte de qualidade. Este é o objetivo maior: não é para abaixar agora, não; é para manter! Abaixar agora e manter um preço justo de transporte de qualidade. Não é só o preço, mas a qualidade.

O Senador Acir não está aqui, mas cito um exemplo de minha cidade. Manaus, há algum tempo, acho que há mais de um ano, incluiu na planilha de transporte coletivo, uma cobrança de R\$0,05, que era para ser recolhido a um fundo municipal de melhoria do sistema. Esse dinheiro nunca foi recolhido. Está lá como uma pendência entre os empresários que atuam no setor e a Prefeitura de Manaus, que também não cobra não sei por quê. Não entrou na justiça ainda não sei por quê. Mas está lá o povo pagando R\$0,05 a mais na passagem para esse fundo, e o dinheiro nunca foi para esse fundo. Já faz bastante tempo isso.

Então, eu creio que a gente deva aproveitar este momento para melhorar.

Eu tenho aqui a tabela de valores. Uma reportagem feita pela Rede Globo mostra que a cidade de Manaus tem uma das passagens mais caras do Brasil. A nossa passagem era R\$2,75... Diz aqui: "Levando-se em consideração o número de servidores do sistema, o número de passageiros, horas trabalhadas, valor

de salário, chega-se à conclusão que Manaus e São Paulo são as cidades que têm o transporte mais caro."

Em Manaus era R\$2,75 e, no dia 30 de março, foi para R\$3,00. Com a medida provisória da Presidência da República, da Presidenta Dilma, a passagem baixou R\$0,10. Poderia ter baixado mais. Poderia ter baixado bem mais! Baixou R\$0,10 e ficou em R\$2,90. Em Vitória, é R\$2,45, já com o reajuste; João Pessoa, R\$2,30; Belo Horizonte, R\$2,80.

Então, eu só quero fazer essas sugestões e dizer aos Prefeitos e à Prefeita aqui presentes de que é muito importante o povo estar na rua. A maior parte é de jovens, mas uma boa parte não é de jovens, mas trabalhadores que estão nas ruas. Está na hora de nós, os representantes do povo, seja no Poder Executivo ou no Poder Legislativo, fazermos a nossa parte. Eu vejo este movimento aqui como a parte que estamos fazendo, atendendo a um ponto da reivindicação.

A *Folha de S. Paulo*, hoje, publica uma pesquisa em que 67% dos manifestantes são contra o aumento da passagem. Logo em seguida, vem a corrupção, com 38%. O Projeto ataca também, pois o momento em que ele visa à transparência, ele ataca a corrupção. Então, nós estamos procurando fazer a nossa parte. Acho que os prefeitos do Brasil da mesma forma, quando pensam em trazer o movimento dos prefeitos para cá também, pois a polêmica vai ser forte e grande com relação a esse projeto.

Agora, nós temos de construir as condições para aprovar este projeto que, em minha opinião, seja mais ampliado e completo do que está hoje. Uma lei que vise à busca de uma garantia do preço justo e da qualidade do sistema de transporte coletivo. De fato, a degradação que se sentiu nos últimos tempos é fenomenal. Não é só em uma ou outra cidade, mas é generalizada! A qualidade do transporte coletivo, há dez anos, era muito melhor do que é hoje. Manaus, uma das cidades mais quentes do Brasil, há dez anos, tinha ônibus com ar-condicionado – todos! – e funcionando. Hoje, nenhum ônibus tem ar-condicionado mais, e a passagem está muito mais cara do que estava naquela época.

Então, era o que eu tinha a dizer e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Vanessa. Depois, farei os contrapontos com V. Ex^a, mas aí do seu lado, não daqui.

Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, quero enaltecer a iniciativa do Senador Lindbergh Farias de colocar em pauta... Eu ainda, na segunda-feira à noite, acordei o Deputado Carlos Zarattini, que estava na França, em um horário que, para ele, era madrugada, mas para

dar a notícia de que o Senador Lindbergh Farias colocaria em pauta, ontem, para leitura, o parecer sobre o projeto para o qual o Deputado Carlos Zarattini deu extraordinária contribuição.

Eu achei muito relevantes as considerações do Presidente da Federação Nacional dos Prefeitos, meu caro colega de tantos anos, Prefeito José Fortunati, porque S. Ex^a compreendeu muito bem a importância desse projeto.

Eu acho que, agora, caberiam algumas questões de natureza prática. E eu gostaria de não me estender para poder aproveitar a possibilidade de ouvirmos o Prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida, e a Prefeita do Guarujá, Maria Antonieta de Brito, inclusive para que possam nos ajudar em como, de maneira prática, poderemos atender à população que traz essas reivindicações de maneira tão forte, seja da minha cidade de São Paulo, e em todas. Portanto, essa é uma preocupação que vai de Porto Alegre até Manaus, passando por São Paulo, Guarulhos, Guarujá, todas.

Em termos práticos, do ponto de vista de possível redução ou diminuição ou não aumento das tarifas de ônibus, em que medida esse projeto, tendo em conta que alguns dos itens colocados já foram objeto de resoluções do Governo Federal, daqui para frente, o que efetivamente pode ser visto nesse acordo de aceitação por parte da prefeitura? Quem sabe o Prefeito José Fortunati possa dar o exemplo de como, em função da eventual aprovação desse projeto, isso poderá afetar a sua própria decisão.

Acredito que o Prefeito Sebastião Almeida e a Prefeita Maria Antonieta também poderão responder de que maneira a aprovação desse projeto, tal como está, poderá representar um passo importante na resposta às reivindicações da população por toda parte.

Boa parte daquilo que está previsto aqui neste projeto tem sido colocado em prática pelo Prefeito Fernando Haddad, que ainda ontem ouviu, perante o Conselho Municipal, os representantes do Movimento Passe Livre e todas as suas reivindicações. Mas, pelo que percebemos, ele quer tomar uma decisão responsável e condizente com o que será possível. Ele quer dar transparência, para que todos conheçam a planilha de custos, quer tomar a decisão mais condizente com o objetivo de poder atender às reivindicações. E, quem sabe, possam os senhores e a senhora responder como isso poderá efetivamente acontecer.

Quero só explicar que estou na premência de eventualmente ter que voltar à Comissão de Constituição e Justiça para votar, porque eu precisei sair, votei um projeto e aqui estou de volta, dada a relevância desse debate, Presidente Acir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Enquanto não retorna o nosso Presidente, Senador Lindbergh, nós poderíamos ouvir a Prefeita de Guarujá, Maria Antonieta de Brito.

A SR^a MARIA ANTONIETA DE BRITO – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o Senador Acir, que preside esta Mesa; a Senadora Vanessa; o Senador Suplicy, do nosso Estado; o Deputado Zarattini; o Prefeito Fortunati, nosso presidente da Frente Nacional de Prefeitos; o Prefeito Sebastião; e, na pessoa do Senador, todos os Senadores presentes.

Qual o motivo que nos traz aqui efetivamente? À medida que nós estamos, ao longo das nossas gestões, trabalhando as políticas públicas para melhoria da qualidade da educação, da saúde, do transporte, o prefeito e a prefeita se deparam com uma série de situações de como manter uma tarifa reduzida e manter a qualidade do sistema de transporte do seu Município.

Isso passa por uma série de decisões, de tomadas de atitude em relação à política pública municipal, mas também passa pelo pensar essa política em âmbito nacional e estadual.

Diante disso, o nosso Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Fortunati, colocou muito bem a postura dos nossos Municípios na Frente, que vem discutindo a questão do transporte com bastante vigor, uma vez que esse é um dos itens que mais pesam na política municipal.

Invariavelmente, quando se faz pesquisa, as pessoas colocam a sua insatisfação, muitas vezes, com a saúde, muitas vezes com alguns aspectos do seu cotidiano; mas o transporte é um item colocado como um grande peso no bolso do trabalhador e da trabalhadora.

Portanto, desde o nosso primeiro mandato – eu vou falar como Guarujá –, qual é a nossa realidade? Para os senhores entenderem, a nossa realidade é a realidade da maior parte dos Municípios brasileiros. O meu Município tem 310 mil habitantes; nós chegamos a 1,8 milhão de pessoas na alta temporada e, nos feriados, a 800 mil pessoas. Então, dar condição de suportar a questão do transporte, da mobilidade e, ao mesmo tempo, de todas as outras necessidades que a população tem, seja a população fixa, seja aquela que vem ao Município, é um grande desafio para todos os prefeitos. E no nosso caso, lá no Guarujá, não seria diferente.

Hoje, o Guarujá já possui uma empresa com a concessão do transporte público. Quando eu assumi, essa empresa já estava no exercício de um contrato. Nós tomamos o cuidado... porque outro aspecto importante de ser avaliado é que se coloca que é necessário propor licitações para a concessão do transporte, para melhorar a qualidade. Mas apenas licitar não

significa garantir qualidade, porque há necessidade de um grande processo de acompanhamento, controle e fiscalização.

Ao mesmo tempo, para permitir um processo de controle e fiscalização, a participação da sociedade, junto com o Poder Público, é fundamental. Daí a necessidade, seja dos conselhos, seja das comissões tarifárias com ampla participação dos segmentos que utilizam o transporte público.

No nosso caso, nós criamos uma comissão tarifária de qualidade do transporte, que se reúne periodicamente e que discute ponto a ponto com os cidadãos, pessoas com deficiência, estudantes, trabalhadores, a empresa concessionária, o Poder Executivo, sindicatos, toda a política de transporte coletivo do Município de Guarujá.

Nós temos avançado. A questão da renovação de frota é um item importante quando falamos de uma política de transporte, porque, quando falamos de mobilidade, se nós não temos um transporte adequado, adaptado, as pessoas não conseguem sair – idosos, pessoas com deficiência.

Em quatro anos de governo, descontando o primeiro ano, que foi um momento dos ajustes, hoje, nós temos 90% da nossa frota adaptada.

A Senadora fala muito bem. Nós não sentimos tanto as diferenças na melhoria da qualidade do transporte se pensarmos que, décadas atrás, nós tínhamos alguns veículos que tinham a climatização. Hoje, para você conseguir que se climatize um veículo, mesmo em um processo de concessão, é um investimento que incide diretamente no bolso do trabalhador que usa o transporte. Então, reduzem-se alguns custos de comodidade e conforto, para tentar ter uma passagem mais módica.

Com os estímulos que estão sendo promovidos pelo projeto de lei que estamos aqui discutindo, nós teremos a condição de fazer a redução, nem que seja em centavos. Mas esses centavos são significativos no bolso das pessoas.

O Guarujá hoje tem mais de quatro mil estudantes que têm direito ao passe livre. É a única cidade da Baixada Santista que garante integralmente o direito ao passe livre, por um processo feito coletivamente, com a participação dos representantes dos estudantes e do Poder Executivo. E isso é transparente, com acompanhamento direto e o controle social.

O passe livre tem permitido que muitos jovens, crianças e adolescentes possam se deslocar para as escolas; às vezes, dentro de um bairro, mesmo, onde nós temos que percorrer um ou dois quilômetros para a criança se deslocar para a sua escola, nós garantimos o passe livre. Isso foi uma grande conquista. Isso era

muito diminuto, menos de 500 estudantes tinham acesso. Hoje, mais de quatro mil têm acesso ao passe livre.

Nós também subsidiamos os 50% do passe escolar. Porque, além do passe livre, em nossa cidade, os estudantes que têm condições pagam 50% menos das suas passagens. Isso é subsidiado pelo Município. E todo o custo, por exemplo, com a passagem da pessoa com deficiência, 100% subsidiado pelo nosso Município. São 60 passagens por mês que o Município subsidia integralmente. Além disso, em nosso Município, o idoso com 60 anos ganhou o direito de acesso à passagem gratuita, porque, em nossa região, a prática era conceder aos 65 anos, Fortunati. Então, nós fizemos garantir o que o Congresso votou, que é o Estatuto do Idoso. Isso causa um impacto significativo na composição da tarifa. Nós ficamos dois anos e onze meses sem elevar o custo da tarifa, fazendo com que a empresa concessionária fizesse adequações no sistema, seja com a mudança, seja com a renovação de frota, seja com a adaptação de frota, seja com a criação de um sistema monitorado para que nós pudéssemos acompanhar o problema dos atrasos, porque isso deixa a população insatisfeita; trajetos que atrasam significativamente fazem com a população fique mais tempo no ponto de ônibus.

Estou mostrando a nossa realidade para as Sras e os Srs. Senadores perceberem a envergadura deste projeto, em que pese nós termos que entrar com a nossa parcela, que é a redução a zero do ISS. Se isso for para garantir que a nossa população tenha uma tarifa menor e ampliar a qualidade daquilo que está sendo prestado como serviço, acho que é um sacrifício que todos nós temos que fazer e o Estado também em relação ao ICMS, principalmente nos produtos que compõem essa base de cálculo para o preço da tarifa. Entendo que isso é muito justo.

Portanto, a nossa defesa em relação ao projeto, à sua aprovação mais rápida. Acredito que a manifestação da população nas ruas, daqueles que falam de maneira consciente e de maneira pacificadora em relação a seus sentimentos sobre aquilo que está arrojando o orçamento familiar e aquilo que faz com que a população descredite, muitas vezes, na conduta e na atuação dos bons políticos, aqueles que atuam como vocês, que estão aqui desde cedo discutindo mobilidade, desde às 7h30; como nós prefeitos que procuramos fazer gestão participativa, uma gestão transparente. Tudo isso faz com que nós tenhamos necessidade urgente de ter projetos que nos auxiliem a colocar em prática os sonhos da população, os nossos sonhos, tanto como executivos quanto como legisladores, garantindo que possamos fazer com que a política pública, que é aquela primeira, aquela que

atua diretamente na composição da renda, ou seja, dos gastos das famílias, da nossa população, tenha o olhar de atenção e o olhar de agilidade.

Eu quero cumprimentar o Deputado Zarattini e o nosso Presidente, Senador Lindbergh Farias, pela proposição, pelas mudanças. Nós acreditamos que são justas, mas eu queria chamar a atenção para a questão do ISS, porque nós, prefeitos, somos impedidos de chegar a uma redução de zero por cento, uma vez que nós precisamos que seja aprovada a lei em que V. Ex^a, Senador, está trabalhando, que é a questão das alíquotas do ISS. Seria necessário fazer uma ação conjugada para que essa lei também saia e nos garanta a condição de não cometer uma ilegalidade, de não cometer uma inconstitucionalidade, uma vez que nós não podemos isentar 100% as empresas.

No meu caso, no Guarujá, nós já temos a redução do ISS, nós já garantimos o subsídio do passe livre a mais de quatro mil jovens, a 50% dos estudantes, aos idosos, aos portadores de deficiência. Portanto, há necessidade de apoio. Do mesmo modo como governo fez com PIS/Cofins, permitindo que possamos reduzir alguns décimos de centavos, ao mesmo tempo a gente tenha a garantia constitucional de poder fazer as coisas com mais agilidade e com segurança, para que não tenhamos nossas contas reprovadas, as nossas aprovações com pareceres contrários dos tribunais que nos fiscalizam e do próprio Ministério Público.

Então, eu gostaria de colocar esse aspecto e dizer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que nós contamos com a sensibilidade das senhoras e dos senhores no sentido da aprovação imediata do projeto de lei, para que nós possamos, efetivamente, no mais breve período de tempo, aplicar esse dispositivo legal, a fim de que possamos fazer com que a política municipal de transporte público coletivo se torne mais adequada à realidade, dentro daquilo que é justo para a nossa população, e que nós possamos praticar tarifas mais condizentes com a realidade da nossa população.

Agradeço pela oportunidade e reforço o apoio à posição da Frente Nacional de Prefeitos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Prefeita.

Passo ao Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Prefeito José Fortunati, quer dar uma resposta ao Senador...

O SR. JOSÉ FORTUNATI – Desculpe, Senador. É só para fornecer um dado. O Senador Eduardo Suplicy fez uma pergunta, que acabei não respondendo.

O impacto direto, curto e grosso: em Porto Alegre, nós hoje temos uma tarifa de R\$3,00, que baixou para R\$2,85 por uma liminar, mas na planilha é R\$3,00.

Com a isenção do PIS/Cofins, abaixa para R\$2,86. Com a isenção do ISS, nós partimos para R\$2,79 e, sem o ICMS, R\$2,73. Então, esse é o impacto, Senador. Na verdade, sairíamos de R\$3,00 para R\$2,73. Um impacto que, para muitos, pode parecer pouco, mas, para quem usa o transporte coletivo no dia a dia, é um belo impacto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Saúdo os Prefeitos que vêm à nossa Comissão debater esse assunto: Prefeito Fortunati, Prefeita Maria Antonieta; Deputado Zarattini, cumprimentos pelo trabalho que fez na Câmara e continua acompanhando esse projeto para que tenha aprovação e que possamos usufruir desse projeto que vem ajudar a população brasileira.

Prefeito Fortunati, Senadores e Senadoras, fui prefeito da minha cidade de Ji-Paraná, sou Presidente até hoje do sistema de transportes de Manaus, onde a gente tem uma atuação já há muito tempo. Portanto, sei exatamente onde é que pesa a questão da tarifa e o trabalho que a gente faz já há muito tempo, Fortunati, para diminuir o custo do transporte coletivo. E nós conseguimos ter um avanço muito grande em Manaus com a isenção total do ICMS sobre o combustível. Manaus tem essa isenção do óleo diesel, pagando zero de ICMS, e as empresas têm um convênio direto com o Governo do Estado.

Esse foi um apoio muito grande que o Governo do Estado deu ao sistema urbano de Manaus. O ISS também não existe; as taxas da empresa municipal de transporte também não existem; tudo no sentido de baixar os custos. E nós temos ônibus novos em Manaus. Mas, hoje, Senador Lindbergh, o apelo já não é por ônibus novos, porque nós não temos mobilidade, não há velocidade no sistema. Precisamos de vias rápidas, exclusivas. Para que possamos contemplar isso, custa realmente muito dinheiro e o investimento é muito pesado. Nós passamos dessa fase de termos ônibus novos, de qualidade.

Para fazer um alinhamento com o Deputado Zarattini, é em torno de R\$300 mil mesmo, acabei de confirmar, o ônibus mais simples. Temos o articulado, em torno de R\$750 mil, e o biarticulado, em torno de R\$1 milhão, que precisamos colocar nos corredores. E nós temos que fazer isso acontecer.

Mas o que quero colocar, Presidente e Prefeitos, e chamo a atenção da nossa Senadora Vanessa Grazziotin, para que ela nos ouça: entendo que nós temos o modo de cobrança de tarifa dos mais injustos que se pode ter. Com exceção do vale-transporte para o trabalhador, cuja passagem quem paga são as empresas, mas a dos demais quem paga a passagem é

a pessoa que tem a menor condição de aquisição de uma motocicleta, de um automóvel ou de um ônibus especial, ele vai para o transporte público. Ele paga todos os nossos custos. E onde é que está a injustiça? É nas gratuidades das passagens.

Nós temos em Manaus, para ser específico, em torno de 13% de gratuidade na catraca – 13%! –, e mais 27% de meia passagem – 27% de meia passagem no sistema! E quem é que paga essa conta? Antigamente os vereadores achavam que quem tinha que pagar era o empresário de ônibus, mas não é assim que funciona. Quem paga a conta é exatamente o trabalhador que vai lá e paga a sua passagem. É ele que paga essa conta, Presidente. Então, nós temos que achar uma maneira de resolver essa questão das gratuidades e da meia passagem.

Por exemplo: a meia passagem é justa para estudantes? É claro que é justa. Eu defendo a gratuidade para o estudante. Mas quem é que tem que pagar a passagem dele? O Estado tem a sua grade? O Estado é que pague para o sistema urbano de cada cidade. Há estudantes da rede de ensino federal? Então, a União que pague a passagem para a empresa municipal, para a prefeitura, para que ela banque e que essa carga não caia sobre o trabalhador, porque hoje quem está pagando todas essas gratuidades são os trabalhadores brasileiros. O trabalhador que tem a menor renda é que paga essas gratuidades. Por isso é que eu entendo que o nosso sistema tarifário é muito injusto.

Eu não sei se é tempo de analisar essa questão, Presidente, mas eu entendo, Prefeito Fortunati... V. Ex^a sabe que nós indicamos para o trabalhador pagar essa conta, de todas as gratuidades. A União não paga por seus estudantes, o Estado não paga por seus estudantes, e o Município também. Aliás, cabe só ao Município a carga de ter que somar e dizer: “Olha, a planilha é esta e a tarifa é esta”. E o prefeito é que não presta, as empresas é que não funcionam, mas ninguém analisa realmente, pontualmente, como é que tem que funcionar essa cobrança tarifária.

Colocando dessa forma, Presidente, analisando o projeto, entendo que há um avanço muito grande com relação ao custo da tarifa. Mas eu gostaria de incluir nesse laudo – não sei o que os prefeitos acham – uma planilha nacional. Que nós tivéssemos uma planilha única no Brasil inteiro, porque a planilha tem que ser única. Eu falo isso com experiência de causa com relação ao sistema de transporte, com relação aos operadores e também como prefeito que fui da minha cidade. O que vai mudar são os índices, é o quilômetro rodado, é a quantidade de gratuidades, é o preço do combustível – em Manaus temos o pior combustível do Brasil e o mais caro também, só para

pontuar, citar como exemplo –, o transporte de todos os equipamentos e tudo mais, os salários dos motoristas, os salários dos cobradores, o preço do pneu, o preço dos lubrificantes. Tudo isso é variável, mas a planilha, Presidente, é uma só.

E eu diria que, para que a prefeitura tivesse acesso a esses benefícios, que fosse aplicada essa planilha para que não houvesse uma manipulação na hora de calcular a tarifa, Prefeito Fortunati.

Há alguns lugares que não aplicam essas gratuidades, podem não aplicar essas reduções. Então, para garantir que haja essa redução, Presidente, eu sugiro, e entendo ser necessário, termos uma planilha nacional, de modo que, quando haja adesão por parte das prefeituras, sejam aplicadas essas planilhas junto com o conselho municipal para que, a cada seis meses, nós possamos medir essa tarifa.

Dessa forma, nós vamos tirar da carga do prefeito a responsabilidade de estar dando aumento ou redução de tarifa. Nós temos que ter uma coisa sintomática, temos que fazer essa engrenagem funcionar. Aumento de tarifa não é uma questão pessoal do prefeito, dar aumento de tarifa, tirar a gratuidade ou dar uma gratuidade. Nós temos que fazer um sistema que funcione por si só e tirar essa responsabilidade das costas dos prefeitos brasileiros.

Eu entendo que isso se faz necessário, Presidente. Eu gostaria que V. Ex^a apreciasse essa condição e que o conselho municipal de transporte, formado evidentemente pelas cidades, tenha a obrigatoriedade de calcular a planilha de seis e seis meses e informar à União ou a um órgão nacional sobre a situação das tarifas em cada Município, até porque, trazendo uma gratuidade dessa, nós vamos reduzir o preço da tarifa; é aplicado; e, daqui a seis meses, pode estar mais baixo ainda o custo porque o IPK vai aumentar. Nós vamos aumentar a utilização e, se nós tivermos ainda uma via rápida, nós vamos diminuir a velocidade e, diminuindo a velocidade, cai o custo da tarifa, cai o custo da passagem.

Se nós não tivermos um acompanhamento mensal, não de laudo, mas numa planilha, fica difícil de aplicar. Colocando isso, nós tiraríamos bastante das costas dos prefeitos no que diz respeito a essa tarifa de ônibus. Temos que fazer essa planilha nacional que vai obrigar a todos. Vai fazer a adesão? Querem as reduções, as isenções? Tem que fazer adesão e, para fazer a adesão, tem que fazer a planilha nacional e, a cada seis meses, colocá-la em prática e pronto. Fica uma questão não pessoal e, sim, um acordo nacional grande entre prefeitos, Estado e União, para que possamos dar uma transparência maior para a população brasileira.

Aqui falo como presidente de um sindicato: a coisa mais difícil é ouvir todos os dias que os empresários é que ficam com o lucro, ficam com o dinheiro dos trabalhadores. Se nós formos avaliar os empresários brasileiros, as empresas brasileiras, veremos que são as empresas que têm o maior endividamento com o INSS no Brasil, porque não conseguem pagar o INSS. Com a receita do sistema paga-se o funcionário e paga-se óleo diesel, senão não roda, e, depois, a manutenção de seus veículos, mas o INSS acaba ficando por último.

Essa planilha tem que ser aberta. É aberta em Manaus. Hoje em Manaus, a planilha é completamente aberta, os vereadores têm acesso ao sistema, têm a sua senha e fazem isso regularmente, mas, mesmo assim, nós temos uma tarifa alta. Por que é alta a tarifa de Manaus? Por conta das gratuidades e quem paga as gratuidades é o coitado do trabalhador, é o trabalhador que paga toda essa conta.

Agora, a questão da planilha, Presidente, no meu entendimento, é de fundamental importância ser incluída nesse projeto como uma autorização para que tenha acesso a essas gratuidades. No mais, cumprimento V. Ex^a pelo belo trabalho; esperamos poder votar o mais rápido possível esse projeto, incluindo as emendas que V. Ex^a apresentou, que vêm beneficiar ainda mais a população brasileira. Nós estamos aqui beneficiando os trabalhadores, beneficiando quem precisa de ônibus, e quem precisa de ônibus tem que ter toda essa atenção.

Eu pediria, então, que incluísse esta planilha para ficar bem claro a toda a população brasileira como é que funciona a elaboração de um preço de tarifa urbana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador, a intervenção de V. Ex^a é muito pertinente. V. Ex^a conhece o tema. Temos a previsão aqui desse laudo técnico.

Eu queria, inclusive, propor um encontro assim que for encerrada esta reunião, comigo e com o Deputado Carlos Zarattini – está aqui também presente o Deputado Weliton Prado. É preciso agora haver um trabalho coordenado entre o Senado e a Câmara dos Deputados, porque esse projeto, sendo aprovado no Senado, vai direto para a comissão especial da Câmara e encerra a tramitação lá, podendo ir para a sanção presidencial.

O Deputado Weliton já está se articulando para tentar fazer o mais rápido possível. Eu não sei se há possibilidade de votar na mesma semana, mas talvez na outra, no máximo. Acho que é importante velocidade, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados.

Então, queria passar rapidamente... Deputado, temos que encerrar esta reunião aqui hoje impreterivelmente às 13 horas.

Antes de passar a palavra ao Prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida, concedo a palavra ao Deputado Weliton.

O SR. WELITON PRADO (PT – MG) – Vou ser breve. Queria cumprimentar e parabenizar todos os Senadores, em nome do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lindbergh Farias, Deputado Carlos Zarattini, os prefeitos aqui presentes.

Com certeza, é um tema que está na pauta do dia, vimos acompanhando o assunto há muito tempo, hoje a passagem de ônibus tem um impacto significativo no orçamento familiar, é um dos principais pontos de evasão escolar. O projeto, que, por ironia do destino – o Lindbergh foi Presidente da UNE e sabe muito bem como é o calor das ruas –, é um projeto que o Deputado Carlos Zarattini já defende na Câmara há mais de três anos. Sou testemunha do empenho do Deputado Zarattini para aprovação. O projeto foi aprovado na Câmara e está aqui no Senado e, hoje, tem todas as condições para ser aprovado, justamente por causa desse momento político no País, para o qual não podemos fechar os olhos.

Tenho certeza de que os governadores e os prefeitos não vão fugir à sua responsabilidade. Então, é muito importante que esta Comissão aprove o projeto o mais rápido possível. Nós assumimos a responsabilidade, conversamos com o Deputado Carlos Zarattini e com o Presidente Lindbergh Farias, vamos fazer esse trabalho, ficar por conta, para que a Câmara constitua essa comissão o mais rápido possível. Votando aqui, se votar na terça-feira da semana que vem, do ponto de vista legal, ver a possibilidade de ser aprovado na semana que vem na Câmara, e, na próxima semana, as prefeituras terem a possibilidade de reduzir até 15% o valor da tarifa.

Enfim, parabenizo a Comissão e todos os Senadores. Esse projeto é muito importante.

Só para finalizar, Presidente, eu defendo, inclusive, que o Poder Público municipal assumira a responsabilidade em relação ao transporte, porque hoje é concessão. Estive visitando várias cidades dos Estados Unidos e fiz esta pergunta: “Aqui não era concessão?”. Eles falaram: “Esse modelo não deu certo, nós já voltamos atrás, porque o transporte é muito caro e nós temos que subsidiar”. Então, nós é que temos que assumir a responsabilidade. Existem várias cidades dos Estados Unidos e vários outros países em que a gente viu que as prefeituras dos governos ou estados assumiram para si essa responsabilidade.

Sei que é uma luta muito complicada, muito complexa, mas é o que eu defendo. Sei que não dá para implementar da noite para o dia, mas é uma saída para o futuro. Antigamente, eu achava que o passe livre seria utópico; hoje é realidade – inclusive está aqui a prefeita do Guarujá para comprovar isso. Acho que é uma tendência para o futuro e os governantes não vão poder fugir da responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vou passar a palavra ao nosso último inscrito, Sebastião Almeida, Prefeito de um Município grande, de 1.300 milhão de habitantes. No entanto, o tempo é curto, cinco minutos, Prefeito Sebastião Almeida.

O SR. SEBASTIÃO ALMEIDA – Tenho uma van-tagem, porque praticamente já falaram tudo, Senador. Quero cumprimentar o Senador Lindbergh, dizer que já me sinto bastante contemplado na fala do nosso Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, o Fortunati; cumprimentar também a Antonieta, Prefeita do Guarujá; cumprimentar o Zarattini, esse Deputado que, lá atrás, teve a sensibilidade de tratar um tema tão importante como esse, é uma pena que demorou muito, mas a gente já podia estar colhendo os frutos dessa lei há muito mais tempo. Saúdo todos os Senadores e Senadoras; e cumprimento também o Atilio Pereira, meu Secretário de Transportes e Trânsito.

Eu queria só contribuir aqui com algumas reflexões, porque acho que esta Casa tem agora uma oportunidade ímpar de aprovar uma lei que vai ajudar os Municípios brasileiros como um todo. Há coisas na vida que a gente aprende, como diz a famosa frase, ou no amor ou na dor. Acho que chegou o momento em que União, Estados e Municípios precisam se unir, cada vez mais, em tudo que for possível fazer, para diminuir o impacto no bolso do trabalhador. Chegar a uma tarifa justa nas cidades não pode ser um desafio só do prefeito, cada um tem que fazer a sua parte. Por isso essa lei é de fundamental importância para que a gente possa dar esse passo decisivo.

A outra questão que é importante lembrar, quando se discute tarifa, na verdade o que estamos vendo hoje também é uma grande irritação das pessoas, porque a gente está perdendo muito tempo da vida dentro de ônibus. As cidades não andam, está tudo travado, o povo está ficando muito irritado com essa história toda. Então, esse movimento que está nas ruas hoje é um recado para o Poder Executivo, para o Poder Legislativo e para o Poder Judiciário. A gente demora muito para aprovar coisas que sejam boas para o povo. Então, é fundamental que possamos dar esse passo nessa questão.

Está nascendo, certamente, com todas essas manifestações, uma geração que vai ser muito mais

exigente do que a nossa. Esse recado das urnas e das ruas tem que servir para todos nós, para que a gente possa ganhar agilidade aqui na votação. Fiquei muito feliz porque há o compromisso do Senador Lindbergh e também de todos os que compõem a Comissão de poder dar agilidade a esse tema.

Só reafirmo, mais uma vez, que esta Casa, dando esse passo, vai possibilitar que a gente possa nos Municípios tornar as tarifas de ônibus mais baratas, o que vai ajudar muito a população brasileira.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero agradecer a todos os Prefeitos que aqui vieram; aos Senadores que participaram desta Comissão: a Senadora Vanessa Grazziotin; a Senadora Ana Amélia; Jayme Campos; Acir Gurgacz; o Senador Armando Monteiro; Flexa Ribeiro; o Senador Eduardo Suplicy, que, com certeza, é o maior mediador deste Parlamento. Eu não sei como o Senador ainda não está tentando construir – já está fazendo isso, com certeza, está conversando com o pessoal do movimento – alguns consensos lá em São Paulo.

Eu o provoquei... com a palavra o Senador.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – O meu apelo a todos tem sido especialmente para que procedam sem violência, e eu tenho a convicção de que, especialmente em São Paulo, o diálogo do Movimento Passe Livre com o Prefeito vai chegar a um resultado de respeito para com todos e para o movimento também. E acho que o mesmo vai acontecer em Guarulhos, no Guarujá; em Porto Alegre já está avançando nessa direção.

Então, meus cumprimentos, Senador Lindbergh Farias, pela iniciativa desta audiência. E, se possível, vamos fazer todo o esforço para votar essa matéria no tempo hábil para ajudar na solução do problema.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, eu acho que esta reunião aqui foi muito importante; eu acho que nós teremos um trabalho de convencimento dos Senadores até a próxima terça-feira, quando veremos colocar em votação. Eu e o Deputado Zarattini – porque está havendo um trabalho articulado também do Senado e da Câmara – estamos fazendo uma série de reuniões com representantes do Governo, do Ministério da Fazenda, e tenho certeza que nós vamos colocar para votar esse projeto na próxima terça-feira.

Eu fui, inclusive, perguntado sobre por que agora esse projeto está em votação? Esse projeto tramita há muito tempo aqui; há mais de três anos. Nós fizemos audiência pública aqui um mês e meio atrás, e o Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, José Fortunati, veio. Agora, de fato, eu acho que as manifestações

criaram as condições políticas para nós colocarmos isso em votação, porque sempre é muito difícil para governos abrir mão de receitas.

Então, foram esses jovens nas ruas que criaram as condições objetivas e políticas para que a gente conseguisse agora colocar em pauta e votar. É uma luta. Muito prefeitos fazem a conta e não querem abrir mão de ISS; governador de ICMS; Governo Federal. Agora eu acho que nós temos todas as condições políticas para avançar, e avançar melhorando a vida do povo trabalhador, das pessoas que mais precisam, que são as pessoas que utilizam o transporte público.

Esses estudantes estão fazendo uma luta muito bonita, porque eu acho que há uma coisa fundamental: o resultado dessa batalha, quem conhece estudante nas ruas sabe, é que eles vão vencer, Senador Eduardo Suplicy. E é bom que vençam para a nossa democracia. E, ao vencer, eles estão mudando e melhorando a vida do povo mais pobre.

Então, nesse sentido, há uma identidade dessa juventude nas ruas com bandeiras históricas dos estudantes brasileiros.

Agradeço aqui a presença de todos, dos nossos Prefeitos, dos nossos Deputados.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Waldemir Moka, Clésio Andrade, Ana Amélia, Benedito de Lira, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro e João Vicente Claudino, e, ainda, do Senador Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Aloysio

Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas das 32ª, 33ª e 34ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, de acordo com o art. 89, IV, designa o Senador Benedito de Lira como membro da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional na vaga antes ocupada pelo Senador Francisco Dornelles, de primeiro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria. Comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 31 de 2013 (Aviso nº 667/2013-Seses-TCU-Plenário), de 29 de maio de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-043.514/2012-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam; e Ofício nº 431/2013-ECBS, de 6 de junho de 2013, do Vereador de São José do Rio Pardo – SP, Reinaldo Milan, contendo manifestações acerca da aprovação da Emenda Substitutiva ao Projeto de Resolução nº 1/2013, que altera as alíquotas do ICMS. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Mensagem (SF) nº 45 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 66,500,000.00 (sessenta e seis milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais (Programa Cidades do Ceará II)”, tendo como relator “ad hoc” o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 18/6/2013, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Anibal Diniz relator “ad hoc” da Matéria. Usam da palavra os Senadores José Pimentel, Ivo Cassol, Eunício Oliveira, Inácio Arruda, Jorge Viana e Alvaro Dias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **Item 2**– Mensagem (SF) nº 46 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contra-

tação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Acre e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 72,000,000.00 (setenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA – Fase II”, tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 18/6/2013, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **Item 3**– Mensagem (SF) nº 36 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática do Congo (RDC), no valor equivalente a US\$ 4,761,470.98 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil dólares dos Estados Unidos da América e noventa e oito centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congoleza para com o Brasil”, tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelos Senadores Alvaro Dias e José Agripino. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 4**– Mensagem (SF) nº 39 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, que seja autorizado Contratos de Reestruturação de Dívida a serem firmados entre a República Federativa do Brasil e a República do Congo, no valor equivalente a US\$ 352,676,103.62 (trezentos e cinquenta e dois milhões seiscentos e setenta e seis mil e cento e três dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e dois centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congoleza para com o Brasil”, tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **Item 5**– Mensagem (SF) nº 40 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que

“propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Contrato de Reescalonamento de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa do Marfim, no valor de US\$ 1,262,856.60 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos), para o reescalonamento da dívida oficial marfinesa para com o Brasil”, tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelo Senador José Agripino e outros Senadores. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 6**– Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2013, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “dá nova redação aos arts. 20, 32, 123 e 127-A do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para dispor sobre a responsabilidade civil dos corretores de seguros e resseguros”, tendo como relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelos Senadores José Agripino e Romero Jucá. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e dá outras providências”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 495 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de sódio para os produtos alimentícios”, com o Projeto de Lei do Senado nº 489 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores, de acordo com a composição nutricional”, e com o Projeto de Lei do Senado nº 106 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de gorduras saturadas, trans e açúcares nos alimentos”, tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 495 de 2007, nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2007 e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 489 de 2008 e 106 de 2011. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pela prejudicialidade do Projeto. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 171 de 2005 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário”, tendo como relator o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). A apreciação da matéria é adiada. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que “altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para prever que furtos e roubos contra instituições financeiras são crimes contra o sistema financeiro nacional e definir a competência da Polícia Federal para a investigação”, tendo como relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pelo encaminhamento do Projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada. **Item 11**– Projeto de Lei do Senado nº 105 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que “acrescenta parágrafo único ao art. 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil –, prevendo a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual”, tendo como relator o Senador Wilder Moraes, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 400 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “altera a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de

1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, para eliminar duplicidades de competências regulatórias e concorrenciais sobre os portos”, tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13**– Projeto de Lei da Câmara nº 310 de 2009, terminativo, de autoria do Deputado Fernando de Fabinho, que “institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros – REITUP, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes”, tendo como relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. Em 18/6/2013, foi concedida Vista Coletiva. Em 24/6/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 7, de autoria dos Senadores Roberto Requião e Randolfe Rodrigues. Em 25/6/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 8, 9, 20 e 23, de autoria do Senador Inácio Arruda; nºs 10 e 15, de autoria do Senador Francisco Dornelles; nºs 11, 12, 13 e 14, de autoria do Senador Acir Gurgacz; nºs 16, 17, 19 e 22, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin; nº 18, de autoria do Senador Anibal Diniz, e nº 21, de autoria do Senador Romero Jucá. O Senador Lindbergh Farias passa a Presidência ao Senador Sérgio Souza, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, para que possa relatar a matéria. Iniciada a discussão, o Senador Lindbergh Farias apresenta novo relatório, pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 9, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 22 e 23 nos termos da Emenda nº 24 (Substitutivo) que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16 e 21. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Eduardo Braga, Romero Jucá, José Agripino, Alvaro Dias, Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin e Inácio Arruda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Emenda nº 24, renúmerada como Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Votam com ressalvas os Senadores Eduardo Braga e Francisco Dornelles. Ficam prejudicados o Projeto e as emendas a ele oferecidas. Conforme disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a turno suplementar. **Item 14**– Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto De Conto, que “altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física”, tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que

oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15**– Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic)”, tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16**– Projeto de Lei do Senado nº 208 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “estabelece regime especial de parcelamento de tributos federais para a empresa nascente”, tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 17**– Projeto de Lei do Senado nº 99 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “determina a inclusão automática na ‘malha fina’ das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo”, tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 4/6/2013, foi concedida vista coletiva da matéria. A apreciação da matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. – Senador **Sérgio Souza**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 32ª, 33ª e 34ª Reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

De acordo com o art. 89, inciso IV, designo o Senador Benedito de Lira como membro da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional na vaga antes ocupada pelo Senador Francisco Dornelles, de primeiro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Avisos do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 31, de 2013.

Aviso nº 667, de 2013 TCU/Plenário, de 29 de maio de 2013 do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 043514/2012-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentam.

Ofício II, nº 431, de 2013 CBS, de 06 de junho de 2013 do Vereador de São José do Rio Pardo, Reinaldo Milan, contendo manifestações acerca da aprovação da emenda substitutiva ao Projeto de Resolução nº 01 de 2013, que altera as alíquotas do ICMS.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Item 1: Mensagem nº 45, de 2013.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Como o Senador Benedito de Lira está no Plenário 9 e está chegando. Se V. Ex^a pudesse priorizar o item 2, enquanto o Benedito chega, eu ficaria muito grato.

Peço uma inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro.

Vamos passar ao item nº 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2013

– Não Terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Acre e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 72,000,000.00 (setenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA – Fase II.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Observações:

1. Em 18/6/2013, foi concedida vista coletiva.

O relatório já foi lido pelo Relator na 32ª Reunião realizada em 18 de junho.

Antes de passar a palavra ao Relator, de acordo com a Resolução nº 4.301, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o

Sr. Eduardo Luis Godar, Gerente de Responsabilidade Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional e representando o Estado do Acre, o Sr. Márcio Veríssimo, Secretário de Planejamento do Estado do Acre.

Com a palavra o Relator José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, da reunião passada para cá não surgiu nenhum fato novo. Por isso, mantenho o meu parecer na sua totalidade, Sr. Presidente, já lido e discutido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador José Pimentel.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CAE favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria de pedir a V. Ex^a que também fosse colocado em votação o pedido de urgência para a matéria ir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Anibal Diniz.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Vai ao Plenário.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

No item 1 da pauta, o Senador Benedito de Lira já leu e foi favorável ao relatório. Estou na Comissão Especial ao lado e pedi ao Senador Benedito de Lira, por coincidência, para ficar presidindo para que eu viesse até aqui defender o meu Estado, o Estado do Ceará. Então, pediria a V. Ex^a que, uma vez que não há necessidade de leitura do relatório, V. Ex^a colocasse o item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2013

– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo,

com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 66,500,000.00 (sessenta e seis milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais (Programa Cidades do Ceará II).

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

A matéria está em discussão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero registrar que esse empréstimo é muito importante para o meu Estado do Ceará e do nosso Senador Eunício Oliveira e Inácio Arruda. Temos clareza da importância desse crédito. Já foi lido, já foi discutido, portanto, peço aos nossos pares que nos ajudem na sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – De qualquer maneira, estou designando o Senador Anibal Diniz, Relator *ad hoc*. Não precisa se manifestar, porque o Relator já havia se manifestado, mas é uma exigência.

A matéria está em discussão sobre esse item, o nº 1, do empréstimo do Ceará, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sei, mas, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para a questão que eu havia pedido vista, na última reunião da Comissão, especialmente do financiamento do Acre. Quero, aqui, deixar bem claro que a equipe técnica que dá o nível de poder de endividamento, infelizmente, na verdade, o Acre tem dificuldade para cumprir com as suas obrigações. Pedi vista esses dias porque o Secretário Nacional de Fazenda está tendo prerrogativa nossa, desta Casa. Ele está mandando...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador, esse item já foi superado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Foi, mas é pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, concedo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mesmo assim, Sr. Presidente, quis pela ordem.

la me abster da votação, porque é uma decisão nossa desta Casa, já foi dado financiamento, autorização para vários Estados, para poder pegar recurso. O

que quero deixar bem claro, Sr. Presidente, que não sou contra – e o Senador Anibal, meu colega, Jorge Viana, aqui, meu colega; são parceiros nossos –, só acho uma injustiça, da maneira que estamos vivendo hoje, e o Acre deu um exemplo para o Brasil, em preservação ambiental, Senador Anibal, quando esse recurso devia ir a custo zero para vocês, sem vocês precisarem pagar nada. São US\$72 milhões, esse recurso o Governo Federal deveria doar para o Acre e não deixar o Acre se endividar mais ainda, da maneira que está se endividando, então, a minha reivindicação é só essa.

Acho uma injustiça esses Estados pobres que contribuem com o desenvolvimento, preservando a Amazônia, e não ganham nenhum tostão para isso. Portanto, quero deixar bem claro aí – se criou uma polêmica, se colocou “olha o Cassol não quer ajudar o Acre”. É o contrário: eu quero ajudar! Mas endividar o Acre, da maneira que está, quando o Governo Federal deveria estar contribuindo e ajudando, infelizmente está prejudicando o Acre, nas próximas gerações.

Temos que decidir nesta CAE aqui, Sr. Presidente, que o Sr. Arno Augustin Filho não tem poder para dizer lá no Ministério da Fazenda o que pode e o que não pode. Ele tem que dar o índice, a categoria de cada área, e nós, aqui, que vamos decidir para que Estado dar. Como temos dado prerrogativa para todos os Estados, não seria diferente também, Senador Anibal, atender o Acre.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ivo Cassol, está registrado o seu posicionamento. Quero dizer que, já falei aqui, vamos chamar uma audiência pública com o Tesouro, para discutir a questão do endividamento dos Estados. Está registrada a posição, aqui, de V. Ex^a.

Estamos no item nº 1, a matéria está discussão, é o empréstimo ao Ceará. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação, o relatório do Relator *ad hoc*, Anibal Diniz.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Tendo em vista a importância desse projeto para o desenvolvimento do meu Estado do Ceará – não é para custeio, é para investimento, numa área importante como é a área do turismo, no Estado do Ceará –, peço a V. Ex^a que submeta, aos demais Senadores, o regime de urgência para encaminhamento ao Plenário, ainda no dia de hoje.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, o requerimento de urgência é também subscrito por José Pimentel e Inácio Arruda, os três Senadores do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Também vamos subscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Os três Senadores desse grande Estado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Esses recursos, grosso modo, são destinados para mobilidade urbana, que envolve a questão de turismo que levantou, aqui, o Senador Eunício Oliveira, mas está destinado à questão da mobilidade urbana, recurso para requalificação urbana de vários Municípios do interior do Estado do Ceará.

Responde às pressões que a juventude, inclusive da União Nacional dos Estudantes e da Ubes, que foi onde começou essa movimentação, aqui no Congresso da UNE, em Goiânia – não sei se V. Ex^a participou, mas tive a oportunidade de participar –, o Senador Randolfe também participou, outros Senadores. Começou ali, depois teve uma extrema Direita que quis pegar um carona, mas acho que o movimento e a juventude têm capacidade de colocar no eixo correto.

Um abraço e vamos mandar o dinheiro para o Ceará.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só queria cumprimentar V. Ex^a e os demais colegas, inclusive da Bancada do Ceará – eu sei que já foi aprovado também o pedido de urgência para ser enviada ao Plenário a proposta recém aprovada na Casa –, e dizer que nós demoramos mais de uma década para sanear o Acre. O Acre hoje só tem acesso a esses recursos porque...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ...tem condição de sobra de pagamento, porque construiu um ambiente fiscal que nos permite fazer isso.

Acho que toda e qualquer preocupação deve se levada em conta, mas eu agradeço e cumprimento os demais colegas pela confiança que todos eles deram e estão dando nesse programa de desenvolvimento sustentável que o Acre está implementando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Olha, nós estamos em votação do requerimento de urgência.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ivo Cassol, eu não vou abrir para discutirmos o Acre, porque nós já estamos no ponto do Ceará. Nós estamos em processo de votação do requerimento de urgência. Se nós abrírmos esse debate aqui agora, nós vamos nos perder. Já perdemos muito tempo nessas duas últimas reuniões.

Então, os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento de urgência permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Cumprimento o Governador do Estado do Acre, o Governador Tião; e o Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu queria fazer...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...um registro relativamente a esta matéria.

Primeiramente, votei favoravelmente em razão de não estabelecer um desrespeito ao princípio da isonomia, de não utilizar dois pesos para uma medida, já que é prática desta Casa aprovar todos os pedidos de empréstimos, mesmo aqueles que chegam na condição da excepcionalidade, porque unidades federativas já extrapolaram os limites da sua capacidade financeira de emprestar.

Ontem, a Presidente Dilma falou em responsabilidade fiscal. E o que se verifica neste País nos últimos anos é irresponsabilidade absoluta, não só da contabilidade criativa para escamotear a realidade, mas mesmo através desse festival de empréstimos convalidados pelo Senado Federal sem a análise técnica que se exige.

Nós estamos endividando o País. Lembro-me bem de que, quando era governador, em determinado momento, o Ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega colocou o pé no freio e impediu que novos empréstimos fossem concedidos às unidades federativas, alegando que o processo de endividamento público se acelerava e que seria uma irresponsabilidade aprofundar o endividamento da União, dos Estados e dos Municípios brasileiros.

Certamente, nós teríamos hoje uma situação econômica mais dramática, especialmente uma situação financeira da Administração Pública perversa, se aquela medida não fosse adotada ao tempo em que

eram Presidente da República José Sarney e Ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega.

Veja, de 2008 até esta data, o Rio de Janeiro tomou emprestado mais de US\$3 bilhões por empréstimos externos. Não estou contabilizando nessa soma os empréstimos de Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES.

Fica a impressão de que é, como se diz popularmente, um saco sem fundo. E os últimos empréstimos concedidos ao Rio de Janeiro já o foram nessa condição da excepcionalidade, ou seja, o próprio Governo da União, a Secretaria do Tesouro Nacional, reconheceu que o Estado já extrapolou os limites da sua capacidade de endividamento.

Esse alerta tem que ser feito. Nós estamos registrando porque certamente vamos pagar caro por essa política de irresponsabilidade absoluta. Estados não terão condições de saudar os seus compromissos financeiros e recorrerão ao Governo da União sempre. E voltam de chapéu na mão, e nós vamos comprometendo a qualidade dos serviços públicos, especialmente em setores fundamentais como saúde, segurança pública, educação.

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos desorganizados, anarquizados, estamos sendo irresponsáveis, em que pese a Lei de Responsabilidade Fiscal, nos últimos anos, a dívida pública interna cresce assustadoramente. Isso é uma bomba-relógio de efeito retardado que o Governo está armando e, certamente, será atirada no colo de todos os brasileiros.

Fica o registro, Sr. Presidente. Não tenho como votar contra, não votei contra, porque seria adotar dois pesos para uma medida, e nós queremos ser, certamente, Sr. Presidente, coerentes em relação à posição aqui adotada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias, essa Comissão não vai se furtar a discutir esse tema. Vamos marcar uma audiência pública com o Tesouro Nacional, com especialistas. Este, de fato, é um problema, o endividamento dos Estados.

Então, eu espero, na próxima terça-feira, apresentar aqui um roteiro de discussões sobre esse tema. V. Ex^a faz uma intervenção muito importante.

Vamos ao item nº 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 36, de 2013

– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Acordo de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República

Democrática do Congo (RDC), no valor equivalente a US\$4.761.470,98 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil dólares dos Estados Unidos da América e noventa e oito centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congoleza para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra, o Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal proposta para que seja a União autorizada a celebrar operação financeira com a República Democrática do Congo, com vistas à reestruturação de seus créditos junto àquele país, no montante equivalente a US\$4.761.470,98 (quatro milhões, setecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e setenta dólares dos Estados Unidos da América e noventa e oito centavos).

Na Exposição de Motivos, o Ministro da Fazenda informa que a dívida oficial da República Democrática do Congo para com o Brasil, classificada como “Dívida de Curto Prazo”, teve origem na exportação de 30 mil caixas de *corned beef* para o antigo Zaire, no valor total de US\$541.536,00 (quinhentos e quarenta e um mil e quinhentos e trinta e seis dólares), e estava amparada por carta de crédito emitida pelo Banco Comercial da República do Zaire, atual República Democrática do Congo, com a interveniência do Banco Zairoise de Bruxelas.

A carta de crédito foi garantida pelo Banco do Zaire. O crédito foi pago em moeda local pelo importador ao banqueiro emitente da carta de crédito, sem que houvesse a transferência das divisas.

A operação teve cobertura do Seguro de Crédito à Exportação, por intermédio do Instituto de Resseguros do Brasil, na modalidade de “Riscos Políticos e Extraordinários”, ficando o Estado brasileiro sub-rogado dos créditos oriundos da execução da cobertura.

Os termos e as condições do contrato de reestruturação de débitos da República Democrática do Congo foram consolidados em 18 de novembro de 2011, nos seguintes termos aprovados pelos membros do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior:

I) dívida total consolidada: US\$4.761.470,98.

a) principal: US\$1.685.020,26;

b) juros contratuais: US\$413.139,85;

c) juros de mora: US\$2.663.310,87;

II) remissão de dívida: US\$2.555.661,61, correspondendo a um perdão de 54% da dívida total consolidada.

III) pagamentos efetuados: US\$ 608.879,84 (seiscentos e oito mil, oitocentos e setenta e nove dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e quatro centavos);

IV) montante a reescalonar: US\$ 1.596.929,53 (um milhão, quinhentos e noventa e seis mil, novecentos e vinte e nove dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e três centavos), que corresponde a 33,5% do total da dívida consolidada, já descontados os pagamentos efetuados a serem pagos em nove parcelas variáveis da seguinte forma:

a) US\$424.288,39 até, o mais tardar, um mês após a assinatura do acordo bilateral;

b) US\$57.129,68 em 31 de dezembro de 2013;

c) US\$236.030,60 em 31 de maio de 2014;

d) US\$57.129,68 em 31 de dezembro de 2014;

e) US\$ 236.030,60 em 31 de maio de 2015;

f) US\$ 57.129,68 em 31 de dezembro de 2015;

g) US\$ 236.030,60 em 31 de maio de 2016;

h) US\$ 57.129,69 em 31 de dezembro de 2016;

i) US\$ 236.030,61 em 31 de maio de 2017.

V) taxa de juros: Libor para seis meses mais 1%;

VI) juros de mora: 0,5% acima da taxa de juros.

O Brasil, no bojo do seu programa de expansão das exportações a partir de meados dos anos 60 – como fonte de sustentação do seu crescimento econômico – financiou com recursos do orçamento da União, nas décadas de 70 e 80, a aquisição de bens e serviços brasileiros por uma série de países pobres, notadamente do continente africano – dentre os quais Gabão, Mauritânia, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Senegal, Nigéria, Congo-Kinshasa (atual República Democrática do Congo), Congo-Brazzaville (atual República do Congo), Serra Leoa, Zâmbia e Tanzânia –, e alguns latino-americanos, como Bolívia, Argentina, Peru, Venezuela, Uruguai, Suriname, Guiana, El Salvador e Nicarágua. No Oriente Médio, financiou exportações para o Iraque e, na Europa, para a Polônia.

Evidentemente, além do impacto positivo dessas exportações na geração de renda e emprego, e no desenvolvimento de nossas forças produtivas e da tecnologia nacional, havia um contexto de inserção maior – já naquela época – de Brasil na economia mundial, e, mais especificamente, de expansão de nossos investimentos empresariais e na ampliação de nossos produtos industrializados, de consumo durável e não durável, no continente africano, assim como a expansão na própria América Latina e no Oriente Médio.

Todavia, a crise da dívida externa – que se alastrou do início dos anos 80 até fins da década de 90 e

da qual o Brasil também foi vítima – afetou inegavelmente a capacidade de pagamento das nações pobres e em desenvolvimento endividadas.

Com efeito, no decorrer desse longo período, compreendendo praticamente duas décadas, realizaram-se várias rodadas de negociações dos débitos, com características diversas: desde a redução de taxas de juros e ampliação de prazos de amortização à concessão de perdão total ou parcial de dívidas.

No caso dos credores privados, predominou inicialmente a renegociação centralizada pelo Comitê de Bancos Credores (Clube de Nova York), que tentava cobrar as dívidas *in totum*, com aumentos nas taxas de juros e nos *spreads*. Só em 1989, diante da persistente insolvência de vários países devedores, foi lançado pelo governo americano o Plano Brady, baseado na securitização das dívidas e na concessão de modestas reduções nas dívidas.

No caso do Brasil, o acordo de redução da dívida junto aos bancos privados, no âmbito do Plano Brady, foi firmado em março de 1992, sendo

implementado em abril de 1994. O Brasil obteve na época uma redução de US\$ 4,7 bilhões, o que representava 5,5% da dívida externa pública.

No caso dos credores oficiais, isto é, de dívidas para com os governos e suas entidades – essencialmente as dívidas junto aos países ricos –, as negociações ocorreram no âmbito do chamado Clube de Paris. O Brasil, por exemplo, renegociou suas dívidas junto a governos credores no âmbito do Clube de Paris em 1992. O acordo em questão permitiu a reestruturação da dívida do setor público brasileiro, incluindo-se os vencimentos ocorridos entre janeiro de 1992 e 2006, e os atrasados até dezembro de 1990. O acordo envolveu 25 agências governamentais estrangeiras, oriundas de 13 países, e reescalou a dívida por 14 anos, com carência de 3 anos.

Consideremos, pois, as negociações no âmbito do Clube de Paris, uma vez que os reescalamentos sob análise dizem respeito a dívidas soberanas de países africanos junto ao governo brasileiro, que, nesses casos, atua na condição de credor oficial.

Com efeito, ao longo dos anos 90 e da primeira década deste século, várias atas de entendimentos (*agreed minutes*) foram firmadas no âmbito do Clube de Paris, nas quais foram estabelecidas as condições de renegociação dos débitos, caso a caso, que se estendem das condições financeiras ao atendimento de compromissos sobre resultados macroeconômicos – da taxa de crescimento real sustentável à estabilidade monetária e ao equilíbrio ou redução drástica de déficits nas contas públicas

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu peço silêncio ao Plenário. O Relator, Senador Ricardo Ferraço, está com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...os quais variam conforme a situação de cada nação devedora.

O Brasil, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é sócio do Clube de Paris – até porque foi até recentemente um dos maiores devedores do mundo. O Governo brasileiro “tem seguido as orientações do Clube para as renegociações e concessão de descontos às dívidas dos seus devedores. Nesse sentido, tem participado de reuniões na condição de credor participante eventual ou observador.”

Dos tratamentos concessionais firmados nesse foro informal, o Brasil tem utilizado o tratamento de Lyon e o de Colônia, que estabelecem, respectivamente, possibilidades de redução direta de 80% a 90% do valor devido. O Brasil opta pela concessão de perdão parcial ao invés de redução da taxa de juros “para não estender o perfil da dívida por muito tempo”. Isso conforme informações do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior.

Na condição de credor oficial, o País promove, dentro dos limites do marco legal doméstico, negociações bilaterais com os países que lhe devem. As negociações situam-se dentro dos parâmetros estabelecidos nas atas de entendimentos firmadas com os membros do Clube, mas sem adesão plena pelo fato de que nossa legislação não permite, por exemplo, a concessão de perdão de 100% da dívida.

Observa-se, nos casos sob exame, que as renegociações dos débitos – conduzidas e levadas a efeito pelos representantes do Governo brasileiro nos entendimentos bilaterais – estão pautadas na concessão de perdão de no máximo 80% do valor da dívida afetada e consolidada, com prazos de reescalamentos variáveis de acordo com a capacidade de pagamento dos países devedores, mas com taxas de juros Libor semestral incidentes sobre os atrasados e sobre os saldos para as amortizações futuras e com garantias dos respectivos governos. Vale dizer, com a minimização de riscos de inadimplências para maximização dos recebimentos acordados.

Sr. Presidente, eu quero consultar a V. Ex^a e ao Plenário se há necessidade de eu continuar fundamentando meu parecer ou se posso partir para a conclusão, dada a absoluta falta de interesse do conjunto da Comissão em acompanhar este tema.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu comunico a V. Ex^a que vou pedir vista. Se V. Ex^a puder...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ferraço, V. Ex^a poderia fazer uma leitura resumida dos três...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu estou tentando, mas não estou conseguindo, porque está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço, eu sinto que a oposição já anunciou aqui... Senador Alvaro Dias disse que vai pedir vista. Acho que V. Ex^a poderia fazer uma leitura resumida desse ponto. A oposição pede vista... Uma leitura resumida do item 4 e do item 5 que a oposição já anuncia vista também. Sei que V. Ex^a fez um parecer muito completo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu tentei robustecer meus pareceres com muitos fundamentos até na expectativa que o debate pudesse se dar para que eu pudesse fazer a defesa e fazer o enfrentamento das teses que estou aqui apresentando à Comissão. Demorei algumas semanas para apresentar o meu parecer para que eu criasse juízo de valor e pudesse apresentar, por convicção, meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Como a oposição disse que pedirá vista, creio que esse debate político de fato vai acontecer com mais fôlego na próxima reunião, na terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Peço a V. Ex^a que pudesse resumir, já que a oposição anuncia o pedido de vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, chamo a atenção para o fato de nós podermos fazer uma pesquisa, no passado recente, de que esta não é a primeira vez que o Estado brasileiro adota esse tipo de iniciativa. Convém lembrar que o Brasil vem renegociando seus créditos, originados em operações no âmbito do extinto Finex, desde os anos 90. As concessões evoluíram da inicial remissão de juros de mora e dilatação dos prazos originais de amortização e concessão de perdão parcial no valor devido como foi o caso proposto pelo ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para Cabo Verde, em 2000, e aprovado pelo Senado Federal mediante Resolução nº 17.

Levantamento das Resoluções do Senado sobre dívidas de outros países para com o Brasil, rescalonadas a partir de meados dos anos 90, apontam as seguintes estatísticas: 15 resoluções nos governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso; cinco resoluções nos governos do Presidente Lula, e quatro resoluções até o momento e mais cinco em tramitação no Governo da Presidente Dilma.

Portanto, Sr. Presidente, com base nesses fundamentos, com base nesses precedentes, com base na ampla pesquisa que nós apresentamos aqui em nosso relatório, nós queremos concluir nosso voto pela concessão da autorização solicitada nos termos do Projeto de Resolução que se segue.

É como apresento o parecer, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concluiu, Senador?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Já concluí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu considero um absurdo, eu considero esbofetear a pobreza nacional. As dificuldades de nosso povo levam milhares às ruas do Brasil para protestar. Nós não podemos aqui pedir perdão, por exemplo, da dívida do Piauí ou do Paraná ou de qualquer Estado brasileiro. Estamos concedendo um perdão de US\$352 milhões para um país onde reina o Sr. Denis Sassou-Nguesso, que nasceu numa pobre província, mas que se deu bem na vida, Sr. Presidente. Foi militar, foi socialista, foi estatizante, esteve no poder de 1979 a 1992, voltou em 1997 e lá permanece até hoje como um autocrata bilionário privatista. Tem 16 imóveis riquíssimos em Nova York, filhos milionários e reina em um dos países mais corruptos do mundo, e o Brasil quer perdoar dívidas dessa gente.

Portanto, Sr. Presidente, peço vista, para que possamos debater, certamente, em profundidade essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Alguém mais pede vista?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Peço vista também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concedida vista coletiva.

Vamos ao item 4.

Sabendo já que vai haver pedido de vista da oposição, tanto do item 4 quanto do item 5, Senador Ricardo Ferraço, e sabendo que o debate político vai ser travado aqui na próxima terça-feira, eu pediria, de fato, uma leitura muito resumida desse ponto, já que temos tantos temas importantes na pauta de hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, nos termos do art. 52, V e VII, da Constituição Federal, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal proposta para que seja a União autorizada a celebrar operação financeira com a República do Congo, com vistas

à reestruturação de seus créditos junto àquele país no montante total equivalente a US\$352,676,103.62.

A operação sob exame decorre de financiamento à exportação de bens brasileiros realizados nas décadas 70 e 80, no âmbito do convênio de crédito firmado entre o Banco do Brasil e o Governo do Congo com recursos provenientes do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (Finex). Os valores consolidados dos créditos dessas exportações em 29 de outubro de 2010 alcançam o montante de US\$344.407.708,07. Adiciona-se a esse crédito o relativo à garantia do Seguro de Crédito à Exportação, cujas indenizações foram transferidas para a União com o advento da Lei nº 11.281, de 2006.

Ao Senador Federal, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é assinalada competência privativa para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, nos termos dos incisos V e VII do art. 52 da Constituição Federal.

A Resolução nº 50 regulamentou esses preceitos constitucionais, dispondo, entre outros aspectos, sobre as operações ativas de financiamentos externos com recursos orçamentários da União. No art. 8º dessa Resolução é determinado que as operações de renegociação ou rolagem de créditos externos do País concedidos mediante empréstimo ou financiamento a devedores situados no exterior sejam submetidos à apreciação do Senado Federal, prestadas todas as informações pertinentes.

A presente proposta da Chefe do Poder Executivo está consoante com o disposto na Constituição federal e na citada Resolução do Senado Federal porquanto se trata de pedido de autorização para renegociar créditos do Governo brasileiro junto ao governo congolês, oriundos de linhas de financiamento às nossas exportações nos anos 70 e 80, com recursos orçamentários da União.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio do Parecer nº 959, de 21 de maio de 2013, analisou os aspectos jurídicos envolvidos no contrato, não apontando qualquer óbice legal à sua autorização, ressaltando ainda que ele atende ao art. 11 da Resolução nº 50 do Senado Federal, não contendo, dessa forma, cláusula de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, nem contrária à Constituição e às leis federais.

Por isso tudo, Sr. Presidente, eu faço aqui um longo e fundamentado voto, expressando as minhas convicções, mas passo à conclusão, votando e relatando favoravelmente à autorização, nos termos que segue a Resolução específica.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Olha, a matéria está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Bota em votação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável, nos termos do PRS apresentado.

Alguém pede urgência? Vanessa, há algum pedido de urgência?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, para que possa ser apreciado o mais rápido possível no Plenário, eu requeiro a urgência na tramitação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Sérgio Souza.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

(É o seguinte o item apreciado:

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 39, de 2013

– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, que seja autorizado Contratos de Reestruturação de Dívida a serem firmados entre a República Federativa do Brasil e a República do Congo, no valor equivalente a US\$ 352,676,103.62 (trezentos e cinquenta e dois milhões seiscentos e setenta e seis mil e cento e três dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e dois centavos), para o reescalonamento da dívida oficial congoleza para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relator: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) –

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2013**– Não Terminativo –**

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizado Contrato de Reescalamento de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa do Marfim, no valor de US\$ 1,262,856.60 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos), para o reescalamento da dívida oficial marfinesa para com o Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Com a palavra, o Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal proposta para que seja a União autorizada a celebrar operação financeira com a República da Costa do Marfim, com vistas à reestruturação de seus créditos junto àquele país, no montante equivalente a US\$9.045.635,40...

Sr. Presidente, acatando sugestão de V. Ex^a, eu estou aqui também com um fundamentado relatório para o debate. Com base nesses fundamentos apresentados, vamos partir à conclusão do nosso relatório, que é favorável nos termos da Resolução que segue, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório. (*Pausa.*)

Em votação o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu pediria vista dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nós já estávamos no período de votação, Senador José Agripino. Nós já estávamos no período de votação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu acho que a votação estava anunciada, mas não iniciada. Estava anunciada. Peço a consideração de V. Ex^a sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Farei dessa forma. Já temos um pedido de

vista, vamos conceder um pedido de vista. Vejo que há outros Senadores que pedem vista, vamos conceder vista coletiva e apreciaremos na próxima terça-feira, atendendo ao apelo de V. Ex^a, Senador José Agripino.

Nós vamos entrar no item 6, não terminativo. Depois desse item 6, nós vamos inverter a pauta e entrar no item terminativo nº 11, que trata do Reitup, discussão que já começamos na última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA**Nº 7, de 2013****– Não Terminativo –**

Dá nova redação aos arts. 20, 32, 123 e 127-A do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para dispor sobre a responsabilidade civil dos corretores de seguros e resseguros.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Com a palavra o Relator.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Comissão examina projeto de lei da Câmara, o PLC nº 7, de 2013, que dá nova redação aos artigos 20, 32, 123 e 127-A do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências para dispor sobre a responsabilidade civil dos corretores de seguros e resseguros.

O projeto foi apresentado à Câmara dos Deputados pelo Presidente da República, tendo sido então registrado como Projeto de Lei nº 6.332, de 2005, e distribuído, para apreciação conclusiva, à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) daquela Casa Legislativa.

Em sua forma original, o projeto compunha-se de dois artigos, sendo que o art. 1º propunha (i) o acréscimo de alínea 'n' ao art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 1966, para tornar obrigatório o seguro de responsabilidade civil das pessoas jurídicas corretoras de seguros e resseguros, a ser regulamentado por resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); e (ii) nova redação para o § 1º do art. 123 do mesmo Decreto, dispondo que, para a habilitação indispensável ao exercício da profissão de corretor de seguros,

dever-se-ia apresentar, além da já hoje exigida prova de capacidade técnico-profissional, prova também da contratação do mencionado seguro de responsabilidade civil. O art. 2º definia que a lei eventualmente oriunda do projeto entraria em vigor na data de sua publicação.

O relator designado na Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Virgílio Guimarães, entendeu que, porquanto o PL nº 6.332, de 2005, não traria implicações nas finanças públicas, não seria cabível o pronunciamento daquela Comissão acerca de sua adequação financeira e orçamentária; no mérito, opinou por sua aprovação.

Já no âmbito da CCJC, foi designado relator do projeto o Deputado Armando Vergílio, que, antes de emitir seu parecer, houve por bem apresentar o Requerimento nº 83, de 2012, a fim de promover audiência pública para “colher subsídios para a relatoria do referido projeto”.

A audiência foi então realizada em 9/10/2012 e contou com a participação de: Luciano Portal Santana, titular da Superintendência de Seguros Privados (Susep); Roberto Silva Barbosa, presidente do Conselho de Ética da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados (Fenacor); Robert Bittar, presidente da Fundação Escola Nacional de Seguros (Funenseg); e Ricardo Pena Pinheiro, assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda.

Em face das exposições sobre o tema feitas na audiência por esses profissionais convidados, várias alterações – assaz pertinentes, diga-se – foram alviatadas para a forma original do projeto pelo relator da CCJC, mediante emenda substitutiva, a qual foi aprovada, unanimemente, naquela Comissão em 18/12/2012.

Assim, o PLC nº 7, de 2013, ora sob exame, carrega o teor desse substitutivo e possui quatro artigos.

Seu art. 1º meramente define o objeto da lei porventura resultante da proposição, de acordo com o que determina o art. 7º, *caput*, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (a qual *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal*).

O art. 2º aprofunda as modificações cogitadas pela proposição em sua forma original, consoante o que segue:

na alínea “n” já anteriormente alviatada para o art. 20 do DL nº 73, de 1966, estabelece-se que o seguro de responsabilidade civil de que trata o PLC será (i) obrigatório não mais apenas para os corretores de seguros e resseguros constituídos sob a forma de pessoa jurídica, mas também para as pessoas físicas; (ii) regulamentado mediante resolução do CNSP, a qual deverá contemplar, entre outros aspectos, o valor de

cobertura desse seguro; e (iii) estipulado em função do volume das operações realizadas e da responsabilidade sobre os respectivos valores segurados;

renumerar-se o atual parágrafo único do art. 20 para §1º, a fim de acrescentar ao dispositivo um §2º e, assim, conferir conjuntamente às entidades autorreguladoras do mercado de corretagem, bem como às sociedades seguradoras, às sociedades de capitalização e às entidades de previdência complementar, a atribuição de fiscalizar a celebração e o efetivo cumprimento do contrato do aludido seguro de responsabilidade civil pelos corretores de seguros e de resseguros, na ocasião em que estes apresentarem suas propostas, inclusive nos casos de simples renovação;

acrescenta-se um §3º ao art. 20, para excetuar da almejada obrigatoriedade do seguro de responsabilidade civil o corretor, pessoa física, que atue exclusivamente na condição de empresário, sócio, acionista ou administrador de sociedade corretora de seguros ou de resseguros.

O art. 3º meramente dá seguimento às inovações ventiladas para o DL nº 73, de 1966, a saber:

modifica-se a redação do inciso XVIII do art. 32, que trata da competência do CNSP para regular o exercício do poder disciplinar das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem, de modo a esclarecer que tal poder é exercido por cada uma dessas entidades não apenas sobre seus próprios membros, mas sobre todos os membros do mercado de corretagem, conjuntamente;

altera-se o §1º do art. 123, para exigir que, doravante, para a habilitação do corretor de seguros, pessoa física ou jurídica, perante a Susep, será exigida não mais somente a prova da capacidade técnico-profissional, mas também a prova da contratação do seguro de responsabilidade civil regulado pelo PLC;

minudencia-se o parágrafo único do art. 127-A, para tornar ainda mais explícito o objetivo da modificação no inciso XVIII do art. 32 (acima descrita), qual seja explicar que incumbe às entidades autorreguladoras do mercado de corretagem fiscalizar não somente seus próprios associados, mas todos os integrantes desse mercado.

O art. 4º – erroneamente numerado como art. 3º – fixa a cláusula de vigência, ao definir que a lei eventualmente oriunda do projeto entraria em vigor na data de sua publicação.

Da justificação, depreende-se que o Poder Executivo Federal está atento para o elevado crescimento do mercado de seguro brasileiro nos últimos anos e que, “na prática, a maior parte das operações securitárias passa pela intermediação de corretores de seguros”. Destarte, tornar-se-ia “necessária a criação de um se-

guro obrigatório de responsabilidade civil dos corretores de seguros (...) uma vez que não existe qualquer mecanismo [no DL nº 73, de 1966] que garanta ao segurado reparação quanto a possíveis danos praticados” pelos corretores. Ademais, far-se-ia necessário, igualmente, que “as corretoras de resseguros [tivessem] que contratar seguro obrigatório de responsabilidade civil, de modo a minimizar os possíveis danos que venham a ocorrer no exercício de suas atividades”.

Em 27 de março de 2013, a proposição veio ao Senado Federal, onde passou a ser identificada como Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 7, de 2013, tendo sido distribuída exclusivamente a esta Comissão de Assuntos Econômicos, para apreciação em caráter não terminativo.

Análise.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 7, de 2013, tendo em vista que *i)* compete privativamente à União legislar sobre direito civil e sobre seguros, a teor do disposto no art. 22, incisos I e VII, da Constituição Federal (CF); *ii)* cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); *iii)* os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e *iv)* não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto *i)* o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii)* a matéria nele vertida *inova* o ordenamento jurídico; *iii)* possui o atributo da *generalidade*; *iv)* é consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; e *v)* se afigura dotado de potencial *coercitividade*.

No mérito, é assaz oportuna a exigência, alvitrada no PLC nº 7, de 2013, de um seguro de responsabilidade civil para os próprios profissionais que intermedeiam a celebração dos contratos de seguro, aprimorando as garantias ofertadas por esse segmento aos consumidores em favor de quem tais avenças sejam constituídas. A importância da iniciativa, aliás, foi corroborada por representantes dos operadores e reguladores do mercado, quando da realização de audiência pública para instrução da proposição, na Câmara dos Deputados, em outubro de 2012.

Conforme já registramos neste relatório, impenhe uma pequena emenda de redação, alterando-se a numeração da cláusula de vigência, passando de art. 3º para art. 4º.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2013, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CAE

(de redação)

Renuncie-se para art. 4º o último artigo do PLC nº 7, de 2013, em que figura a cláusula de vigência.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino pede vista da matéria, Senador Romero Jucá também.

Concedida vista coletiva.

Eu consulto a assessoria: foram muitas emendas que chegaram aqui ao item 13, do Reitup. Podemos inverter a pauta e colocar já em votação? (*Pausa.*)

É que nós temos depois o debate com o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo.

Eu vou colocar o item 8 e pedir ao Senador Anibal Diniz, é um tema pela prejudicialidade, é bem rápido – o Senador Jorge Viana veio até aqui, mas eu o dispensei –, queria nomear o Senador Anibal Diniz como Relator *ad hoc*.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 8, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: pela prejudicialidade do projeto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de indagar a V. Ex^a, diante da audiência que nós temos aqui com Luiz Belluzzo, se V. Ex^a vai continuar. Primeiro, eu imagino que a pauta toda não é possível, pelo fato de que ela é extensa. Eu gostaria de saber até qual item V. Ex^a colocaria em votação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A nossa ideia agora é colocar esse item 8. Logo depois, o item 13, que é o do Reitup, em caráter terminativo, encerrarmos a reunião e abriremos outra para a audiência com o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quer dizer que sai do item 8 e vai para o item 13?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Treze, item terminativo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Os demais, 9 e 10, V. Ex^a não vai colocar em pauta?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não vou colocar em pauta hoje.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É pelo fato de que se eventualmente, fosse colocar o item 10, eu pediria vista do projeto. Nesse caso, já antecipadamente, eu faço aqui o pedido de vista em relação ao item 10, que é o PLS nº 300, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a, então, será atendido. Quando for lido o relatório, V. Ex^a vai pedir vista. Na verdade, fica para a outra semana. V. Ex^a tem que pedir na próxima, mas V. Ex^a já anuncia esse pedido de vista.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Positivo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Relatório simplificado, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2011, possui dois objetivos principais. O primeiro deles é a possibilidade de atender às exigências legais de manutenção da cobertura florestal mediante o cultivo de espécies frutíferas. Tal intento se dá por meio dos arts. 1º e 4º. O segundo objetivo é conceder incentivos fiscais e creditícios para o reflorestamento com espécies frutíferas. Esses incentivos constam dos arts. 2º e 3º do projeto apresentado.

Quanto ao primeiro objetivo, cabem ponderações adversas à aprovação do projeto em exame. Tal adversidade advém da recente aprovação de novos marcos normativos da legislação ambiental, representados pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Enfim, ainda que pesem a validade de seus fundamentos no momento da elaboração e os propósitos que motivaram a valiosa iniciativa do nobre Senador Flexa Ribeiro, todas as observações confluem para recomendarmos, pela perda de oportunidade da discussão da matéria, em decorrência primordial da revogação expressa da legislação que pretendia alterar.

Do voto.

Ante o exposto, em face da recente aprovação do Código Florestal, opinamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2011.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação.

Em votação o relatório do Relator *ad hoc* Anibal Diniz.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE pela prejudicialidade do projeto.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Vamos inverter a pauta para o item nº 13.

Eu peço ao Senador Sérgio Souza que assuma a Presidência, já que sou o Relator desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) –

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 310, de 2009

– Terminativo –

Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros – Reitup, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes.

Autoria: Deputado Fernando de Fabinho

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao Projeto;

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao Projeto;

3. Em 22/4/2013 e em 19/6/2013, foram realizadas audiências públicas para instruir a matéria;

4. Em 18/6/2013, foi concedida Vista Coletiva;

5. Em 24/6/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 7, de autoria dos Senadores Roberto Requião e Randolfe Rodrigues;

6. Em 25/6/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 8, 9, 20 e 23, de autoria do Senador Inácio Arruda; nºs 10 e 15, de autoria do Senador Francisco Dornelles; nºs 11, 12, 13 e 14, de autoria do Senador Acir Gurgacz; nºs 16, 17, 19 e 22, de autoria da Senadora Vanessa Graziottin; nº 18, de autoria do Senador Anibal Diniz, e nº 21, de autoria do Senador Romero Jucá.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Agora, eu passo a palavra ao Relator da matéria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ)

– Senhores, eu já tinha lido o relatório na terça-feira passada. Eu quero aqui aproveitar para tentar explicar didaticamente esse projeto. Primeiro, dizer que esse projeto surgiu em 2003, na Câmara dos Deputados. Está aqui no Senado Federal desde 2009. E agora está em caráter terminativo nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Nós já tínhamos feito, em fevereiro, uma audiência pública sobre esse tema, envolvendo os mais diversos agentes.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu

peço atenção porque eu quero explicar. Não vou fazer uma fala longa. Eu queria explicar aqui, didaticamente, o que nós temos nesse projeto.

Primeiro, nós falamos aqui num compartilhamento de desonerações. Todo mundo sabe que a Presidenta Dilma já fez várias desonerações para o setor. A última foi a redução a zero do PIS/Cofins sobre passagem, mas já tinha feito também redução a zero da Cide e redução da folha de pagamento em 2%.

Nós estamos introduzindo novas desonerações para a União.

Na semana passada, nós tínhamos conversado com o Ministro Mantega, eu e o Deputado Zarattini, que aqui está e foi Relator, e havia dificuldade em relação a mais desonerações por parte do Governo Federal.

No dia de ontem, a Presidenta Dilma Rousseff se pronunciou falando em novas desonerações que vão no sentido do Reitup. Quais seriam essas novas desonerações? PIS/Cofins sobre diesel, PIS/Confinis sobre energia elétrica que incide em metrô, trens, trólebus, e PIS/Cofins sobre bens e máquinas. São esses três pontos.

O que nós criamos aqui? Um regime de adesão. Muita gente tem falado: “Puxa, vocês não podem legislar sobre tributos estaduais”. Nós não estamos querendo fazer isso. Não é essa a nossa pretensão.

Na verdade, você cria um regime de adesão. O Estado que quiser ter essa desoneração dos tributos

federais vai ter que aderir, e ao aderir, se quiser – volto a dizer – ele vai ter que fazer também a desoneração do ICMS sobre diesel, energia elétrica e bens e equipamentos. Se ele quiser. O Município a mesma coisa: desoneração do ISS. Então, primeiro esclarecer isso. É um regime de adesão.

Agora, senhores, mais importante do que as desonerações, que acho que podem incidir, pelos nossos cálculos, em até 15% no preço da passagem, mais importante do que isso são as condicionalidades que esse projeto cria.

Na verdade, o que estamos apresentando aqui – e eu parabeno muito o Deputado Carlos Zarattini pela construção, pelo diálogo com todos os setores – é um plano nacional de mobilidade urbana. O que esse projeto, Senador Armando Monteiro, condiciona? Só vai poder ter acesso a essa desoneração quem fizer licitação, porque 95% das linhas no País, hoje, não são fruto de licitação pública. Isso, a meu ver, vai afetar muito a qualidade do serviço. Condiciona também a construção de bilhete único ou de um serviço integrado. Não são todas as cidades que vão ter condição de construir o bilhete único.

Fala de uma comissão de transporte, com a participação da sociedade civil. Mas vai além, senhores, fala aqui em transparência, isso que a gente tem escutado em todos os lugares. Você condiciona aqui a transparência, a existência de um laudo técnico, de planilhas.

Eu acolhi várias emendas – quando fui entrar na discussão das emendas – dos Srs. Senadores, porque esse ponto da transparência é fundamental. A partir desse projeto, só vai ter desoneração quem apresentar as planilhas, um laudo técnico.

Eu adianto, quando for falar nas emendas, que acatei emendas de vários Senadores: Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Senador Requião, que falam nesse aumento de transparência, inclusive com a inclusão de laudos e planilhas com a obrigação de publicação na Internet, e aplicação de Lei de Acesso à Informação para as empresas de ônibus, inclusive as que não aderirem ao Reitup.

Então, senhores, esqueçamos... As desonerações são importantes, mas acho que o fundamental desse projeto é a discussão da licitação, da organização do sistema e da resposta a um clamor que é da sociedade e que é justo. As pessoas querem ver as planilhas, a explicação da composição desses custos.

Vou acolher também e vou detalhar mais à frente uma emenda do Senador Acir Gurgacz, que foi muito falada ontem na reunião da Frente Nacional dos Prefeitos, com a adesão imediata da Presidenta Dilma. Que nós tenhamos uma planilha nacional de referên-

cia, para que seja aplicada em todos os Estados, em todos os Municípios.

Então, os senhores vejam, esse não é um projeto que trata só de desoneração, esse é um projeto construído com muito debate neste País. E a gente sabe que ele não tinha ido à votação porque sempre há muita resistência na hora de fazer desonerações, por todos os governos. E esse clima novo no País, dado a partir das manifestações, eu acho que cria condições para que este Senado Federal avance, aprovando esse projeto.

Como ele está terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos, nós sabemos que vai ter turno suplementar. Queremos ter uma votação nesta terça-feira e teria outra votação na terça-feira por ser terminativo nesta Comissão. Aprovado aqui, não passa pelo plenário, vai diretamente para a Câmara dos Deputados, numa comissão especial. Também não passa pelo plenário da Câmara dos Deputados.

Então, quero dizer isso para me antecipar aos Srs. Senadores em relação ao não acolhimento de algumas emendas, porque depois dessa votação de hoje, nós vamos ter novos prazos e os Srs. Parlamentares podem reapresentar essas emendas. E eu quero discutir com cada um dos Srs. Senadores até a próxima terça-feira.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, se V. Ex^a me permite, uma informação, um esclarecimento. Se a reunião não poderia ser na próxima quinta-feira em vez de terça-feira que vem?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se não poderia ser na quinta-feira desta semana, para que, semana que vem, a Câmara dos Deputados já pudesse apreciar a matéria?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Na verdade, eu teria prazo, dentro dessa possibilidade de diálogo com os Senadores, de cinco dias para discutir melhor as emendas, porque não quero aqui atropelar.

Seria um tempo a mais, Senadora Vanessa Grazziotin, mas seria um tempo importante para deixarmos todos os Senadores confortáveis com a apresentação de novas emendas, para que eu apresente o relatório novamente.

Senador Randolfe, vou ler aqui as emendas. Depois, a gente abre sobre o que acolhemos e o que não acolhemos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Entendi.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Foram apresentadas pelo Senadores Randolfe Rodrigues e Roberto Requião as Emendas nºs 2 a 7, e a Emenda nº 8, pelo Senador Inácio Arruda.

De forma geral, essas emendas visam incrementar a transparência e o controle social sobre as planilhas de custos das empresas de transporte coletivo e facilitar a fiscalização sobre o cálculo das tarifas e, por conseguinte, os descontos.

Em articulação com os Senadores, acolhemos as alterações propostas por essas emendas na forma de uma nova emenda em relação às Emendas nºs 3, 4, 5 e 7, do Senadores Requião e Randolfe, e a Emenda nº 8, do Senador Inácio Arruda, incorporando de forma sistemática as alterações propostas, visando:

1– Exigir a contratação de auditoria externa para Municípios com mais de 500 mil habitantes para auxiliar na elaboração de laudo para cálculo de tarifa;

2– Garantir a publicação, na Internet, do laudo de cálculo das tarifas e dos relatórios de demonstrativos de autoria, na Internet;

3– Garantir a aplicação da Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527, de 2011, às informações detidas por empresas de transporte coletivo, em razão de existência de contrato de concessão com o Poder Público;

4– Exigir a elaboração de planilha detalhada de custos e receitas, inclusive para as empresas que não aderirem ao regime especial;

5– Garantir a participação social nos procedimentos de cálculo das tarifas;

Emenda nº 9. Senador Inácio Arruda. Também consideramos meritória a Emenda nº 9, que exige que todo benefício tributário proposto converta-se em desconto de tarifas, evitando, assim, que seja apropriado indevidamente pelas empresas de transporte coletivo.

Somos, assim, por sua aprovação.

Emendas nºs 10 a 15. Senador...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Estamos agora nas 10 a 15.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – De 2 a 7.

A Emenda nº 10 propõe que os governos estaduais e municipais possam vincular a investimentos e subsídios na área de transporte até 30% do montante pago à União pela rolagem da dívida. Embora meritória – e respeitando muito meu Líder, Senador Francisco Dornelles –, pois visa a completar a questão da dívida que aflige diversos Estados e Municípios, sugerimos que seja rejeitada a emenda.

Quanto à Emenda nº 15, o Senador Francisco Dornelles justifica a sua apresentação a fim de prever que os governos que concedem subvenções sociais aos usuários... Peço à assessoria que reveja esse ponto 15 e o traga ao final, para eu fazer uma apresentação.

Na verdade, o Senador Francisco Dornelles está incluindo a palavra barcas entre os modais de transporte. Nós aceitamos e acolhemos essa Emenda nº 15.

Emendas do Senador Acir. Quanto à Emenda nº 12, do Senador Acir, que visa a estabelecer planilha nacional de referência para o cálculo dos custos das empresas de transportes coletivos, somos pela sua aprovação parcial, que altera o item b, inciso I, do art. 2º, estabelecendo a referida planilha facilitando assim padronização de procedimentos.

Foi o item que citei ainda há pouco e esteve presente ontem na fala dos prefeitos na reunião com adesão imediata da Presidenta Dilma, porque, com certeza, vai ser um balizador importante.

Quanto à Emenda nº 11, que trata de gratuidades, entendemos pela sua rejeição por se tratar de assunto alheio ao regime especial e que entendemos estar afeto às áreas de competência dos Municípios e Estados, mas V. Exª pode apresentar novamente, depois, para votação em turno suplementar.

Com relação à Emenda nº 13, que visa a incluir no regime especial, como contrapartida dos Estados e Municípios, a adoção de procedimentos para repressão a transporte ilegal de passageiros, entendemos também por sua rejeição, embora meritória por se encontrar fora do escopo do regime especial e por se tratar de questão de repressão ao transporte ilegal, já prevista em legislação específica do Município ou do Estado, que tem competência para regular esse assunto.

A Emenda nº 14, do Senador Acir, visa a incluir nova desoneração para o setor, reduzindo as alíquotas do Imposto de Renda da pessoa jurídica incidente sobre o setor.

Entendemos que a questão merece discussão mais aprofundada e que a nova desoneração pode causar impacto fiscal significativo, razão pela qual somos pela sua rejeição.

Emenda da Senadora Vanessa. Rejeitamos a Emenda nº 16, que trata da obrigação de prover creche aos funcionários pela empresa que aderir ao regime especial. Embora meritória, entendemos fora do escopo do regime. Somos pela sua rejeição.

Quanto à Emenda nº 17, que visa a garantir que a empresa que tenha parcelado débitos tributários siga pagando os débitos, sob pena de exclusão do regime, entendemos ser meritória. Estamos acolhendo.

Quanto à Emenda nº 19, propõe incluir a expressão “preço justo”, nas condições do Reitup, e ainda prevê que o serviço deverá ser prestado em níveis de qualidade adequados. Somos, assim, por sua aprovação.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Emenda nº 18 – já estou perto do fim. Senador Anibal

Diniz. Trata-se de emenda que visa a excluir a desoneração de 0,5 sobre folha de pagamento.

Como a Emenda deveria ter sido aposta no substitutivo, queira deixar claro, aqui, que somos pelo seu acolhimento em forma de sugestões ao novo substitutivo que apresentarei na terça-feira, que será redigido com essas alterações aqui propostas.

Emenda nº 20. Trata-se de emenda aglutinativa das Emendas nºs 3, 4, 5 e 7, dos Senadores Requião e Randolfe, e a Emenda nº 8, do Senador Inácio Arruda, que visa a aumentar a transparência e o controle social sobre os custos e sobre as tarifas.

Emenda nº 21, do Senador Romero Jucá, visa a garantir que os Municípios e Estados poderão aderir ao Reitup, mesmo que o Estado opte por não aderir. Isso aqui não estava muito claro, mas a tese é a seguinte: se o Município quiser aderir com o Governo Federal e o Estado se recusar, ele pode aderir para ter aquela desoneração.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas há alguns casos, Senador Eduardo Braga, em que – vamos ao debate nesse ponto – pode haver uma situação em que o Estado decida não fazer a adesão ao ISS e o Município queira fazer. Vamos colocar essa em discussão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Fale, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Acho que a emenda do Senador Romero Jucá é meritória, mas me permita trazer, aqui, para esse debate, uma experiência do Amazonas.

O Amazonas, até hoje, é o único Estado brasileiro que faz renúncia fiscal de ICMS sobre o óleo diesel do transporte coletivo. E isso aconteceu, em 2003, quando estávamos no governo do Estado. Em contrapartida, o Município de Manaus teve que fazer a renúncia de parte do ISS.

Veja que, ao exigir que haja uma adesão dos três entes – União, Estado e Município –, estamos pedindo a cota-parte de responsabilidade de cada um dos entes, para que tenhamos uma efetiva melhoria na tarifa do transporte coletivo.

O ISS, por si só, é uma contrapartida muitas vezes insuficiente para impactar. Para que V. Exªs tenham uma ideia, o conjunto das desonerações já feitas pela União, seja na folha de pagamento, como aconteceu em janeiro deste ano; seja no PIS e Cofins, como aconteceu em maio, com eficácia em junho deste ano, equivalem a algo como sete ponto alguma coisa por cento do total da tarifa.

Apenas o ICMS equivale a outra desoneração igual ou superior a essa desoneração da folha de pagamento e do PIS e Cofins. Ao estabelecer novas desonerações do Governo Federal sem a obrigatoriedade da contrapartida do Estado, isso é um mecanismo de pressão – e daí a inteligência da proposta apresentada – para que os Estados façam a renúncia fiscal do ICMS sobre o óleo diesel, sob pena de que em um item importante da nossa tarifa não haja renúncia fiscal, que é fundamental para que alcancemos um novo patamar para a tarifa do transporte urbano.

Entendendo as razões apresentadas pelo Senador Romero Jucá, creio que, ao fazermos a aprovação desta emenda, quebramos o princípio geral da ideia de se ter um pacto de adesão entre União, Estados e Municípios para a redução da tarifa. Esse é o mecanismo de pressão para que a população dos Estados... Falo isso com a autoridade de quem, quando governador, deu isenção de ICMS no diesel do transporte coletivo no Estado do Amazonas e na cidade de Manaus.

Portanto, creio que esta emenda deverá ter um debate nesta Comissão ou, quem sabe, permitir que ela seja debatida ao longo do turno suplementar, para que nós não tenhamos a quebra da filosofia do projeto proposto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, já que se debateu essa questão, eu queria apenas registrar o seguinte. Nós estamos aqui propondo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Há uma lista de inscritos, Sr. Presidente? Se tiver,...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Só para ordenar os trabalhos, a palavra está com o Relator. O Relator é que concedeu ao Senador Eduardo Braga e ao Senador Jucá para falar sobre...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu também quero a mesma concessão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Eu vou devolver a palavra ao Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, V. Ex^a tem que dar igualdade para se usar o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Já temos uma ordem aqui de inscritos. Há dez, doze Senadores inscritos.

Com a palavra o Relator, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Romero Jucá, eu quero que V. Ex^a saiba do respeito que tenho por V. Ex^a. Nós discutimos aqui neste ponto uma preocupação do Senador Romero Jucá, que é um dos Parlamentares mais atuantes e experientes desta Casa, em relação à prefeitura do Município querer aderir e o Estado não querer aderir.

Senador Romero Jucá, nós vamos ter espaço para discutir, mas eu queria reformar a minha posição aqui, depois da fala do Senador Eduardo Braga, e não vou acolher, neste momento inicial, esta emenda. E a gente terá espaço para essa discussão, porque eu acho que tem muita razão o Senador Eduardo Braga. E a gente poderia perder essa chance de criar um gatilho envolvendo Municípios, Estados e Governo Federal.

Então, peço desculpas a V. Ex^a, mas nós vamos ter espaço para o debate.

Emenda nº 22 e última, da Senadora Vanessa. Trata-se de emenda para garantir a exigência de mecanismo de GPS para Municípios acima de 500 mil habitantes em novos editais de licitação. Somos pela aprovação.

Senhores, era isso. Eu acho que ficou claro aqui que mais que desoneração, nós estamos falando em qualidade de serviço, em licitação, em transparência, em controle social, em planilhas abertas.

Então, é esse o nosso substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Eu tenho uma lista de inscritos. Primeiro, o Senador Romero Jucá. Depois, o Senador Eduardo Braga, o Senador Francisco Dornelles, o Senador Blairo Maggi, o Senador Ferraço, a Senadora Vanessa, o Senador Inácio. A lista continua em aberto.

A matéria está em discussão.

Eu passo a palavra, para discussão da matéria, ao Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente; Sr. Relator, Senador Lindbergh; Deputado Zarattini, Relator da Câmara; Sr^s e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu gostaria que o Senador Eduardo Braga e o Senador Lindbergh pudessem prestar atenção sobre a questão que eu queria colocar.

Por que eu coloquei a questão do Município? Porque na verdade se está criando uma situação em que os três têm que fazer a opção. Normalmente, o Município pode ser de uma linha e o governo do Estado pode ser de outra linha partidária, em tese.

Com relação à repercussão do transporte municipal. Você tem transporte municipal e transporte intermunicipal. O transporte intermunicipal é regulamentado pelo governo do Estado, e o transporte municipal é regulamentado pelo Município.

O Município pode querer aderir. Se o Município aderir e o Estado não aderir, não vai haver o abatimento do abatimento. Se houver um abatimento por conta do ISS e ficar claro para a população que o abatimento poderia ser maior se o governo do Estado aderisse na questão do ICMS do óleo diesel, isso geraria uma pressão positiva para que o abatimento fosse maior.

Eu acho que a gente iniciaria o abatimento e haveria uma pressão para o Governo do Estado ceder, também, na questão do ICMS.

Se a gente cria o impedimento do não, do Governo do Estado, o processo cessa. O Prefeito, que é o maior interessado e o maior responsável pela gestão do transporte municipal, fica de mãos amarradas, porque ele vai optar pelo ISS, o convênio diz que tem que ter o o.k. do Governo do Estado no que diz respeito à questão do óleo diesel e à questão da energia, e, se o Estado não assinar, a vontade do Prefeito, a vontade Municipal está sublimada aí num...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Romero, V. Ex^a concede um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu queria propor, sobre esse ponto, um encaminhamento: que a gente apresentasse novamente essa emenda, discutíssemos com a Frente Nacional de Prefeitos, fizesse uma rodada de discussão com todos eles, para apresentar isso na próxima terça-feira.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, tudo bem, eu concordo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu acho que temos uma semana à frente...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu estou colocando para discutir, porque são situações que vão ocorrer. Os Governadores colocaram: “Nós não vamos abrir mão de ICMS de óleo diesel”; os Prefeitos querem abrir mão de ISS. Se gera o impasse, a população perde, porque não tem nem desoneração de ISS, nem desoneração federal, nem desoneração do ICMS.

O Governo, como disse o Senador Eduardo Braga, já abriu mão. Eu fui Relator da Medida Provisória nº 589. Abriu mão da questão da contribuição do INSS do empregador, em 20%; abriu mão, agora, do PIS/Cofins do faturamento das empresas. O Governo Federal está fazendo a sua parte. Nós temos que criar uma pressão proativa, positiva, para que isso possa ocorrer.

Eu acho que ela ocorrer em partes e a sociedade ser informada de que vai diminuir R\$0,05 de ISS, podia diminuir mais R\$0,20 ou R\$0,25 de ICMS, seria uma pressão positiva para, efetivamente, o Governador ser forçado a dar o ICMS, e não a gente dizer o seguinte: “Não, o Governador não assinou, não tem nada, e aí para a discussão no Estado”.

Eu acho que não se atinge o objetivo que se quer atingir, mas eu aguardo o debate e estou à disposição para conversar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu acho, há uma questão fundamental para a gente decidir. Está prevista uma reunião com debate com Dr. Belluzzo, economista Belluzzo, que está aqui na Casa, já, no aguardo. Tem um mundo de gente inscrita para discutir uma matéria da maior importância. O que eu gostaria de sugerir à Mesa é que decidisse se vai fazer ainda a audiência pública com o Dr. Belluzzo ou não, para liberá-lo ou não, tendo em vista que essa discussão pode tomar muito tempo. Ou interromper essa discussão para retomá-la por inteiro num segundo momento. O que não dá é para compatibilizar a discussão dessa matéria, que é importante, com o gesto de delicadeza com o convidado que veio de fora e que está aqui no aguardo para falar a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Agripino, nós vamos analisar aqui com o Presidente de fato dessa Comissão, e, enquanto isso, eu vou conceder...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Já que há uma...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Eu quero anunciar que já tem dez inscritos. Realmente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pode me inscrever, também. Mais um.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Mais um.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas eu quero ponderar o seguinte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Já que o Relator propôs uma discussão do substitutivo, inclusive eu tenho emendas que serão apresentadas ao substitutivo, por que não adiamos esse debate para a oportunidade da deliberação do substitutivo, em respeito ao visitante que está aguardando? É uma deslegância com o convidado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias, eu queria propor à Mesa... eu queria aqui, também, pela ordem, propor à Mesa e

aos Srs. Senadores. O Presidente é o Senador Sérgio Souza. Nós, na verdade, estamos no meio da discussão. Vamos ter a discussão em turno suplementar na próxima terça-feira. A gente acolheu aqui várias emendas. Outras emendas vão ser apresentadas.

Então, a minha sugestão, tinha que ser uma sugestão aos Senadores, é que, se existir um certo consenso em cima desse ponto, que a gente colocasse em votação aqui, vamos ter apresentação de novas emendas, e dedicássemos a próxima reunião de terça-feira à discussão aprofundadíssima desse tema, concentrando a reunião só nesse ponto de pauta.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Apoiado, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Apoiado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Eu consulto...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Apoiado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Eu consulto aos demais pares dessa Comissão (*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Lindbergh pela competência com que ele fez esse relatório – aliás, que é sempre inerente a todo trabalho que você faz.

Agora, quero dizer bem claro perante esta Casa: se o projeto for aprovado como está por vícios formais, será vetado pela Presidente da República.

Eu vou estabelecer e dizer alguns pontos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Há uma proposição sobre a mesa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Por favor, com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O art. 2º estabelece alíquota zero para o ISS. Ora, existe uma lei complementar que diz que a alíquota do ISS não pode ser menor que dois. De modo que ela não pode colocar uma alíquota zero antes de revogada essa lei complementar.

Segundo, os Estados comprometer-se-ão a conceder às empresas de transporte subsídio ou restituição direta de valor equivalente ao ICMS.

É uma isenção que só pode ser dada no contexto do Confaz, não pode ser por essa lei, mas sim pelo Confaz.

Os Estados e Municípios que aderirem ao Reitup farão jus aos benefícios do art. 3º. Ora, a União já concedeu a isenção do PIS/Pasep. Nós estamos querendo condicionar um benefício àquilo que já foi dado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu gostaria de... eu raramente falo. Agora, gostaria de ter o direito de falar.

O benefício previsto no art. 3º concede às empresas de transporte, em relação a outros tributos federais, restituição direta da contribuição. Isso é de difícil implementação.

O benefício previsto no art. 4º quase não ocasiona benefício; é prejuízo. É necessário alterar – e eu chamaria a atenção de V. Exª – o caput do art. 9º da Lei 12.596.

A atribuição ao Poder Executivo para fixar o teto anual ... esse é o salto.

A decisão de adotar subsídios para o transporte coletivo... As consequências econômicas não podem ser negligenciadas.

Os §§ 1º e 2º do art. 7º propõem que as classes consumidoras de energia elétrica cubram a queda das receitas das concessionárias.

Essa solução nos parece inadequada porque você não pode dar... que esse benefício seja coberto por consumidores de menor renda. É a reintrodução do subsídio cruzado, que foi eliminada recentemente por medida provisória.

De modo, Sr. Presidente, que eu pediria a V. Exª que examinasse com cuidado os aspectos formais levantados, se é que podem ser levantados, para evitar que ele seja vetado pela Presidente Dilma por razões que ferem as leis complementares e dispositivos específicos da legislação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Dornelles, V. Exª ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Como Relator, só respondendo. Do meu respeito, nós temos aqui talvez o Parlamentar mais experiente desta Casa, com conhecimento técnico, com certeza em vários desses pontos que V. Exª levanta. V. Exª pode ter razão.

Então, qual o encaminhamento que quero dar? Em relação ao PIS/Cofins, o que a gente está vinculando são as novas desonerações, não as anteriores.

PIS/Cofins sobre diesel, sobre energia elétrica, sobre bens e equipamentos, as novas.

Em relação ao que V. Ex^a fale, mas de fato... do ICMS pode ter uma necessidade prévia de passar pelo Confaz. Essa discussão, a gente sabe também.

Qual o encaminhamento que queria dar, dada a profundidade da intervenção de V. Ex^a ?

V. Ex^a sabe do respeito, da admiração. Juntamos aqui a equipe, o Relator da Câmara, que está aqui, Deputado Zarattini. Depois de aprovado nesse dia de hoje para o exame minucioso, ponto a ponto, com V. Ex^a; e a gente trazer o debate aqui na próxima terça-feira, uma análise ponto a ponto. Com certeza, a posição de V. Ex^a vai trazer modificações importantes ao nosso texto.

Então, eu queria tentar encaminhar dessa forma, sabendo que vem do Senador importante como é o Senador Francisco Dornelles, ex-ministro, com a experiência que tem.

Então era esse encaminhamento que eu queria dar, garantindo ao senhor que discutiríamos todos os pontos. Uma comissão no seu gabinete a partir do dia de hoje.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O objetivo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – ... tente impedir que a Presidente seja obrigada a vetar o projeto de grande importância.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro, V. Ex^a vai ajudar e contribuir muito. Vamos discutir cada um desses pontos. Eu garanto a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lindbergh, antes de conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Ferraço e ao Senador Randolfe, há um encaminhamento que está sobre a mesa, colocado pelo Senador Alvaro Dias, também já aceito e ponderado pelo Senador Lindbergh Faria, Relator desse projeto, que seria nós votarmos o substitutivo, mas antes disso vamos ter que analisar o requerimento por votação em separado do art. 7º, colocado pelo Senador Agripino.

E, só definindo, nós deixaríamos as discussões para o turno suplementar, que ocorrerá na próxima terça-feira, e o único item da pauta seria este, conforme colocado pelo Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Veja, esse debate não é novo no Senado e muito menos no Congresso. Esse debate teve início em 2003. Diversas dessas propostas que foram questionadas pelo Senador Francisco Dornelles não constam do debate até aqui. Esse debate passou pela Comissão de Infraestrutura, na qual fui Relator; passou pela Comissão de Desenvolvimento Regional. E tanto a Comissão de Infraestrutura como a Comissão de Desenvolvimento Regional apreciaram essa matéria e nós deliberamos pela forma como a Câmara concluiu, até para que o processo aqui tivesse celeridade.

Essas inovações foram incorporadas no substitutivo do Senador Lindbergh. O que me parece mais razoável, e essa é a proposta que eu quero fazer a V. Ex^a? V. Ex^a acaba de apresentar um substitutivo incorporando novas emendas. Não é possível nós votarmos uma matéria como essa sem uma análise adequada dessas emendas.

A minha proposta é que V. Ex^a, como Relator e como nosso Presidente, distribuisse esse substitutivo; que nós encerrássemos esse debate e, na próxima terça-feira, abrísssemos uma pauta específica para debater o seu substitutivo. E nós iniciássemos agora o debate com o Professor Belluzzo, que nos honra com a sua presença.

Eu quero crer que seria imprudente votar em primeiro turno para depois votar em turno suplementar aquilo sobre o que ainda não temos um juízo de valor, muito mais agora com as questões que foram levantadas pelo Senador Francisco Dornelles.

Então, a proposta é que V. Ex^a conclua o seu substitutivo, socialize-o para o conjunto dos membros e, na próxima terça-feira, faremos uma reunião para votar, porque votado em primeiro turno, no consenso, o turno suplementar fica muito mais fácil.

Eu acho que temos de gastar um pouco mais de tempo agora, para fazer a votação com mais de convergência na próxima semana, na terça-feira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu faço um apelo, porque sabe o que isso significa, na verdade? Há uma discussão há tempos, aqui. Na verdade, se aprovamos hoje, podemos aprovar em caráter definitivo na próxima terça-feira.

Passa um longo tempo também para ir para a Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas esse é também um debate que eu quero fazer, porque nós não temos necessidade... As mudanças que estamos fazendo, em relação ao debate que a

Câmara fez – e está aqui o Deputado Zarattini – são mudanças cosméticas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não são.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O Senado pode concluir essa votação e mandar à sanção. Esse é o debate.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Creio que se perdermos esses tempos, perderemos um pouco o protagonismo nessa discussão. É uma discussão que envolve governadores, prefeitos, Governo Federal. Então, a ideia é de tentar adiantar aqui no dia de hoje, deixando aberta toda essa possibilidade para terça-feira, Senador Ferraço. Eu faço esse apelo: seria simbólico, e nós vamos discutir até o último instante as outras emendas com o Senador Francisco Dornelles e com os outros Senadores. Eu acho que seria muito simbólica a aprovação deste projeto em primeiro turno no dia de hoje na Comissão de Assuntos Econômicos.

Como Relator, eu faço esse apelo. Eu acho que seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, Senador Lindbergh, o meu apelo é no mesmo sentido do apelo do Senador Ferraço.

Eu acho que não teríamos prejuízo de votar esse tema na próxima terça-feira, sem perder o bonde da oportunidade, votarmos na terça-feira e na quarta-feira o turno suplementar do tema.

Parece-me que há temas complementares que precisariam ser votados nesta matéria. Veja, primeiro, gostaria de agradecer e saudar o relatório do Senador Lindbergh, que acata uma emenda fundamental, apresentada pelo Senador Roberto Requião, também de minha autoria e de outros Senadores, que vincula a desoneração à necessidade da abertura da planilha, porque não basta desonerar. O problema é que em todo País existe – e não há outro termo para definir – uma máfia do transporte coletivo.

Então, a questão não é só desonerar o transporte coletivo, mas ficar clara a planilha do transporte coletivo em todo o País. A questão é abrir o que é a “caixa preta” das empresas de ônibus em todo o País.

Mas o sistema do transporte coletivo não é somente isso, é debater o sistema do transporte coletivo, é debater também que o sistema de transporte coletivo não é somente a questão dos ônibus, mas é necessário debatermos outras vias de transporte público, como também a utilização de bicicletas.

Eu acredito que esse debate sobre esse sistema deve incorporar, por exemplo, a instalação de um

Conselho de Transportes, que não me parece estar no âmbito do sistema apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Já está. É uma das primeiras coisas, Senador Randolfe, o Conselho de Transporte, com participação da sociedade.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Um apelo, então, Senador Lindbergh, é que seja sem prejuízo de apresentação de novas emendas. Sem prejuízo inclusive de perdemos a oportunidade seria nós votarmos isso, votarmos na terça-feira, e na quarta-feira votarmos em turno suplementar o tema, se possível.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade é o seguinte: antes de conceder ao Senador Acir e depois à Senadora Vanessa, em aprovado, para que haja o turno suplementar, nós temos que publicar na Ordem do Dia. Isso demora de dois a três dias, mas o prazo são cinco dias.

A sugestão que nós estamos discutindo é de que votemos o texto, o substitutivo apresentado pelo Relator. Vamos publicar na Ordem do Dia, vai abrir prazo para todos os Srs. Senadores – não apenas para os membros desta Comissão – apresentarem as emendas e na próxima semana, conforme já compromisso da Mesa desta Comissão, nós teríamos um único tema para discutir e aí sim debateríamos. Inclusive a lista de inscritos seria muito maior. E debateríamos com profundidade, no tempo necessário.

Então, quero esclarecer também ao Senador José Agripino que fui induzido aqui a erro. Na verdade, a sua emenda é o substitutivo. Como não foi aprovado o substitutivo, ela só pode ser apreciada após a votação do substitutivo. Então, não seria agora.

Pela ordem, Senador...

Primeiramente o Relator.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Chegou uma última emenda, do Senador Inácio Arruda. Emenda nº 26, ao PLC.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Muito importante essa emenda.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Dê-se ao art. 7º do PLC 310, de 2009, a seguinte redação:

Art. 7º – Às tarifas de energia elétrica consumida na tração de veículos de transporte público coletivo

urbano de passageiros, nos sistemas de metrô, trens metropolitanos e trólebus, será aplicado desconto mínimo de 75% (setenta e cinco por cento), nos termos do regulamento.

Parágrafo Único – A eventual redução da receita anual de empresa concessionária ou permissionária prestadora de serviço público de distribuição de energia elétrica, decorrente da aplicação da tarifa instituída no caput, será integralmente compensada pela União, na forma do regulamento.

Eu acolho essa emenda.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – O substitutivo já foi apresentado, Sr. Presidente.

Então, eu sugiro que a gente passe à votação e teremos essa semana para discutir qualquer mudança, mas que façamos a votação imediatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado.

Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É da mesma forma o apelo aqui para o Senado. Nós entendemos a preocupação do Senador Randolfe. Entretanto, se não votarmos agora essa primeira votação, teremos mais dois prazos ainda para a apresentação de emendas, sem falar no que demanda a publicação da matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Quero perguntar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Se não tiver prejuízo de emendas para o turno suplementar, então não tem óbices em votar agora. E se não ocorrer prejuízo de emendas para o turno suplementar, eu concordo na votação agora.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Não vai haver. Calma!

Muito obrigado, Senador Randolfe
Senador Ricardo Ferraço.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu retiro a minha inscrição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não havendo prejuízo do debate e não havendo prejuízo de emendas que possam ser apresentadas, eu também abro mão para darmos mais este passo, a fim de que esse debate seja adiado de forma conclusiva para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado. Então, entramos aqui em um acordo de que vamos votar o substitutivo imediatamente. As discussões ficam para a próxima terça-feira, onde teremos uma reunião exclusiva para este tema.

Vamos colocar em votação o substitutivo apresentado ao projeto incorporado às emendas acatadas pelo Relator.

A votação é nominal, quem vota com o relator vota “sim” ao substitutivo.

Eu peço a relação.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – O voto do Senador Lindbergh Farias é conhecido.

Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, entendendo que estamos votando em primeiro turno e que há modificações já aceitas pelo eminente Relator, Senador Lindbergh, para o turno suplementar, voto favoravelmente, com o Relator, com ressalvas, para que possamos aprimorar alguns artigos e alguns temas abordados pelo projeto de lei.

Portanto, voto com o Relator, com ressalvas, para que possamos aprimorar o projeto no turno complementar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pelas razões que acabei de expor, aguardo o segundo turno e no momento vou me abster.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Entendo que essa matéria é importante, ela se impõe, é urgente, é polêmica.

Pela urgência, abro um crédito de confiança ao Relator, confiando que todas as emendas, inclusive a que apresentei destacando o art. 7º para discussão,

sejam apreciadas com o tempo devido de discussão na próxima reunião. Eu abro o crédito em confiança ao Relator e voto com o substitutivo de S. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente, mas também fazendo observação de que vamos discutir na próxima reunião. Nada de atropelar na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Correto. Assumido já pela Mesa desta Comissão.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente, e vamos discutir na próxima semana para deixar o projeto bem redondo, para que a população tenha esse benefício, que é da maior importância para toda a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, mostrando a importância dos partidos no País e o debate do Congresso Nacional, como Casa democrática, para dar solução a problemas graves da República, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, sem prejuízo das emendas e do debate, voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria novamente destacar a iniciativa oportuna do Senador Lindbergh Farias aqui nesta Casa e na Comissão de Assuntos Econômicos, porque este é um dos temas mais relevantes na agenda das ruas, das manifestações: a questão do transporte coletivo.

Então eu queria cumprimentá-lo e também os colegas Senadores que votamos agora a parte substantiva do seu relatório, aguardando a segunda etapa da votação em relação às emendas.

Parabéns!

Voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Encerrada a votação.

Está aprovada por 15 votos SIM a Emenda nº 1 da CAE, substitutiva, oferecida ao PLC nº 310, de 2009, ficando prejudicados o projeto e as emendas a ele oferecidas, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado.

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado o substitutivo integral ao projeto.

O substitutivo será encaminhado, ainda hoje, a todos os Parlamentares e será aberto um prazo para apresentação de emendas.

Devolvo a Presidência ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PCdoB – RJ) – Senhores, agradeço-lhes muito.

Vamos fazer um debate profundo. Até a próxima terça-feira vamos conversar com todos os Srs. Senadores, em especial com o Senador Francisco Dornelles.

Quero agradecer...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para registrar que, segundo informações, o voto do Senador Francisco Dornelles foi “abstenção”.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PCdoB – RJ) – Abstenção? Isso.

Então foram 14 SIM e uma abstenção.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se V. Ex^a...

Eu posso, até para não dizerem que fui o único a abster-me, votar “sim”, com V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) –... com a ressalva de que na próxima semana nós teremos condições de debater plenamente algumas sugestões aqui apresentadas.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – A Ata registrará o voto de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sim, Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Quero consignar meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2013, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e onze minutos do dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Jorge Viana, Inácio Arruda, Sérgio Souza, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Clésio Andrade, Ana Amélia, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Antonio Carlos Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de debater a solidez da Política Econômica Brasileira, apresentando análises acerca de seu panorama, as perspectivas para a próxima década, priorizando temas que influenciam a competitividade da economia, com ênfase no setor industrial, e a melhoria do ambiente institucional, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 4 de 2013, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros, e 35 de 2013, de iniciativa do Senador Armando Monteiro, tendo como expositor o Sr. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e Doutor da Unicamp. Após a exposição

do convidado, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Armando Monteiro e Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – E abro imediatamente a 38ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, com o nosso convidado Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo.

Peço desculpas ao Prof. Belluzzo pelo atraso, mas essa foi uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que discutiu temas muito importantes.

Então convido imediatamente o Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Professor de Economia na Universidade Estadual de Campinas, Doutor na Universidade Estadual de Campinas. *(Pausa.)*

Olha, já estamos aqui com a presença do Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo. Eu aviso à secretaria que o professor quer utilizar o PowerPoint e chamo o professor para tomar assento. E esse é um esforço desta Comissão de Assuntos Econômicos de entrar no debate sobre os rumos da política econômica brasileira, sobre a crise econômica internacional. Então vamos passar...

Peço aos senhores alguns segundos. O professor está organizando o PowerPoint, porque vai fazer uma apresentação. *(Pausa.)*

Pronto. Senador Eduardo Suplicy, que foi o autor desse requerimento, com nosso Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo.

Estamos prontos? Tudo certo no PowerPoint? Pronto.

Professor, muito obrigado. Quero me desculpar pelo atraso, mas houve uma votação importante no dia de hoje.

O convidado já se encontra aqui no plenário da Comissão. De acordo com o art. 94, §2º, III, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição e depois abriremos para os Srs. Senadores. Com a palavra, o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– Inicialmente, queria agradecer o convite que me foi feito pela Comissão de Assuntos Econômicos, cujo Presidente é o nosso querido Lindbergh.

Ele pediu para falar sobre a crise internacional, e eu estendi um pouco o tema, para falar sobre as trans-

formações na economia global e a divisão internacional do trabalho, porque eu quero tratar desse ponto de vista os problemas que o Brasil vem enfrentando, sobretudo e particularmente na sua inserção internacional, que aconteceu nos últimos anos.

Como o meu tema é sobre economia internacional, vou focalizar essa questão; focalizar o Brasil a partir dessa questão mais geral. Eu quero mostrar a vocês o seguinte, que a partir da década de 1960, o mundo vem sofrendo uma queda no desempenho das economias. Em cima nós temos a Zona do Euro; embaixo, os Estados Unidos. Com exceção dos anos 1995 a 2004, mais ou menos o comportamento é de uma escadinha. O nível de atividade vem caindo, ou seja, as taxas de crescimento vêm caindo sistematicamente.

Eu vou passar rapidamente, para depois a gente... Mas vocês vão achar estranho esse próximo gráfico, mas esse gráfico é muito importante para a gente entender qual é o movimento que transformou, desde o final dos anos 70 até o início dos anos 80, a economia global. Esse gráfico é muito expressivo, porque ele coincide com o fim do chamado período do Estado do bem-estar, ou da economia keynesiana, e dá início à liberalização financeira. E eu queria mostrar a vocês que essa é a conta de capital dos Estados Unidos. Ao contrário do período anterior, ela é sistematicamente superavitária, ou seja, em termos líquidos, o capital se moveu basicamente de outras partes do mundo para os Estados Unidos. Isso tem muito que ver com o que vai acontecer depois com o crédito e com a supremacia dos mercados financeiros americanos em relação ao resto do mundo. Nós estamos observando hoje um fenômeno que tem que ver com essa supremacia, quer dizer, quando se move a política monetária americana, os outros países sofrem a consequência. Esse é um dado muito importante.

E essa é a conta corrente americana, ou seja, onde se registram as transações de bens e serviços – portanto, as transações comerciais. Vocês vão observar que a conta corrente americana é exatamente o simétrico da conta de capital. É exatamente o simétrico da conta de capital, ou seja, a conta de capital se move no sentido do superávit, e a conta corrente se move no sentido oposto.

Qual é o rebate que isso tem para o resto do mundo? Eu vou dar um exemplo aqui. Isso é investimento direto americano no exterior. Um investimento direto americano no exterior tem que ver com aquele outro comportamento da entrada de capital financeiro, sobretudo de portfólio nos Estados Unidos, porque isso financia, em grande medida, o investimento americano no exterior.

Isso aí é a saída das empresas americanas, que se dá com grande velocidade a partir dos anos 80, e essas empresas vão se deslocar sobretudo para alguns lugares.

Esse é o investimento direto na China. Como vocês podem ver, é a partir de meados dos anos 90 que se acelera o investimento direto na China. Então, aquele movimento anterior das empresas americanas se dá sobretudo na China. Vocês vão observar que, na parte debaixo, há um investimento direto que vem de Hong-Kong. Isso não é Hong-Kong: isso é a passagem da grande empresa internacional por Hong-Kong, que é um centro financeiro. Mas o crescimento é impressionante, e cola exatamente com aquele movimento da grande empresa americana. Essa é a conta corrente chinesa. Vocês podem ver que o investimento direto começa em meados dos anos 90, ou um pouco antes, e o superávit comercial de conta corrente chinês coincide exatamente com a aceleração do investimento direto.

Bom, isso é a tendência das exportações dos bens de consumo do Leste Asiático. Esse gráfico é um pouco difícil de interpretar, mas o importante nele é o seguinte: a China exporta para o resto do mundo bens de consumo mais do que os 27 países da União Europeia. A China exporta para o resto do mundo bens de consumo mais do que os 27 países da União Europeia. Portanto, nós temos uma concentração da produção – esses são bens de consumo – da produção manufatureira no arquipélago asiático, que inclui a China, o Vietnã, a Coreia, Taiwan, o Japão.

No comércio interno intra-asiático basicamente o movimento maior é de bens intermediários e de bens de capital. Por quê? Porque, na verdade, você montou um *cluster* manufatureiro em que a China produz, monta e processa os produtos finais e exporta para o resto do mundo. E ela gera, portanto, demanda de peças e componentes para o resto da Ásia.

Isso tem uma implicação muito importante para a organização industrial hoje no mundo. O que aconteceu simultaneamente a esse movimento de concentração da indústria manufatureira no sudeste asiático, sobretudo na China – isso tem importância para o Brasil? É que aumentou brutalmente a concentração industrial, a centralização do controle do capital industrial no mundo inteiro. Eu posso dar vários exemplos para vocês dessa concentração.

Em geral, no caso automobilístico, por exemplo. As cinco maiores empresas automobilísticas concentram 90% da produção global. Isso é verdade. Nem vou falar para a indústria aeronáutica, porque as duas maiores empresas têm 100% da produção global e não vou falar da indústria de máquinas e ferramentas, em que as sete maiores empresas concentram 85%

da produção global. O que aconteceu foi que nessa transformação o mercado escolheu seus próprios vencedores. Então, há uma brutal concentração que não se dá apenas na indústria produtora de bens finais, ela produziu uma reorganização dentro dos fornecedores. Então, os maiores fornecedores... Por exemplo, quanto aos fornecedores de vidros para automóveis, a Pilkington, que é uma empresa importante, tem mais de 50% do mercado.

Então, a gente precisa entender o que aconteceu no Brasil nos últimos 30 anos a partir dessas transformações que eu estou expondo, porque não é só uma concentração geográfica, é um terremoto, é um acontecimento telúrico que mudou a localização da manufatura, é que, na verdade, também se transformou a configuração da estrutura manufatureira. Como mudou? Concentrou-se nas empresas integradoras, que são as empresas que produzem os bens finais, tanto bens de capital como bens de consumo e, ao mesmo tempo, aumentou-se o controle sobre os fornecedores. Então, montaram-se cadeias de produção de valor, cadeias de geração de valor na indústria, que vão muito além do conceito de firma tradicional. Por exemplo, o Boeing tem um controle sobre os tempos de fornecimento, sobre a qualidade tecnológica do que está sendo fornecido a ela. Por exemplo, na aviação são duas empresas que na verdade fornecem o material informático para o controle dos aviões; no caso dos aparelhos de controle internos dos aviões, são apenas cinco empresas que fornecem. Então, isso tudo significa uma reestruturação industrial da maior importância durante o período em que o Brasil – vou entrar no Brasil agora – executou uma não política industrial. O que o Brasil fez? O Brasil ficou fora, afastado desse movimento. Nós estamos falando, na verdade, dos anos 80 aos anos 2000. O Brasil ficou afastado desse movimento. O Brasil participa marginalmente das cadeias produtivas globais.

O que aconteceu dos anos 80 para cá? Primeiro nós tivemos a crise da dívida externa, que durou dez anos; depois tivemos a estabilização de 94. E é aí que começam os problemas maiores, porque o Brasil tem 20 anos pelo menos de valorização da sua taxa de câmbio. Portanto, nesses 20 anos de valorização da taxa de câmbio, o Brasil perdeu as oportunidades que estavam oferecidas pelos países que mantinham a taxa de câmbio subvalorizada, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, que tinham políticas industriais ativas. O Brasil não teve nem uma coisa nem outra, nem políticas industriais ativas nem câmbio favorecido.

Além de não termos acompanhado a terceira revolução industrial, que tem a ver com eletroeletrônica de consumo, que tem a ver com automação, que tem

a ver com a robótica, nós também perdemos importantes elos das cadeias industriais, sobretudo o miolo das estruturas produtivas.

Então, se alguém pergunta se nós tivemos desindustrialização, eu respondo: nós tivemos desindustrialização, que não significa apenas que nós perdemos setores, mas que nós não avançamos nos novos setores que formam a vanguarda da estrutura industrial no mundo inteiro.

Esse erro crasso, que eu chamei de erro crasso de política econômica, que é, na verdade, expor o Brasil a uma competição que mudou de natureza, porque o nosso competidor não é mais... Os nossos competidores são países que têm uma agressividade na sua política de exportações – e o Senador Armando Monteiro sabe disso – que é inédita. Na verdade, nós valorizamos o câmbio no momento em que se estava reconfigurando as estruturas industriais globais e, ao mesmo tempo, havia políticas nacionais de incentivo à exportação. Por exemplo: quando nós retiramos o crédito prêmio à exportação, os chineses faziam *tax rebates* da ordem de 15%, 20% para estimular as exportações deles. Nós andamos na contramão, valorizando o câmbio. E isso vem de 94. Nós tivemos várias oportunidades de segurar o câmbio lá em cima, não seguramos, porque as pessoas confundem o nível da taxa de câmbio, portanto a sua situação de desvalorização ou valorizado com o movimento de desvalorização.

O grave nessa história toda do câmbio é que quando se valoriza – é claro que isso ajudou a política de metas de inflação, que, entre aspas, “foi uma farsa”, porque, na verdade, foi o câmbio que eles usaram para estabilizar a inflação... Na política de metas não se diz que você tem que usar o câmbio, muito pelo contrário. Você tem que administrar as expectativas que movimentam a taxa de juros. Nós usamos o câmbio sistematicamente para ajudar a combater a inflação, desde a estabilização de 94. Se existe alguma herança que sobrou de 94 para o Governo Lula foi essa.

Nós começamos 2002 com a taxa de câmbio em 3,80. Não precisava ser 3,80. Que a deixassem em 3,00, em 2,40. Não. O que nós fizemos? Colocamos em 1,60. Por que não aconteceu nada? Nós tivemos três anos de superávit comercial. Há o outro lado da coisa chinesa como demandante de *commodities*. Então, tivemos três anos de superávit em conta-corrente e, hoje, estamos com uma conta-corrente ameaçando chegar a 3,5% de déficit.

Muito bem. Nós estropiamos o nosso cenário macroeconômico. Por quê? Porque nós temos um erro fatal que é ter uma taxa de câmbio valorizada. E o que aconteceu nos últimos anos? É muito difícil desvalorizar, porque há impacto na inflação. A taxa de câmbio

desvalorizada não tem nenhum impacto na inflação – estou falando do nível –, mas o movimento dela tem. Sobretudo, quando a valorização dura muito tempo, o que aconteceu? Você mudou o fornecimento das cadeias produtivas brasileiras, você passou para fora, sendo que muitos viraram importadores e colocam lá a sua etiqueta no bem importado.

Nós cometemos um grave equívoco em relação a nossa indústria. Tem gente que acha que não precisa haver indústria, porque é economia de serviços. Essa é uma conversa mole. Nunca vi uma tolice... os americanos estão tentando reindustrializar fortemente, relançar a indústria deles, e nós estamos falando que não precisamos da indústria. Aí começam os desequilíbrios. Como o câmbio está valorizado, você precisa dar desonerações para manter um mínimo de competitividade para a indústria brasileira, e aí você começa a dar desoneração. O que acontece com o seu sistema fiscal? Ele começa a ficar fragilizado.

Quanto é que nós demos de desoneração já? Aproximadamente, 65 bilhões, 70 bilhões de desoneração fiscal. Aí, você quebra o outro pé da política econômica, que é o superávit fiscal. Então, quando você quebra o outro pé...

Nós estamos, hoje, numa situação em que as demandas para o transporte, para a educação etc, exigiriam que nós tivéssemos um sistema fiscal, uma situação fiscal, uma *fiscal stance*, como se diz em inglês, muito mais sólida. Então, quando nós cometemos o erro do câmbio, somos obrigados a fragilizar nossa situação fiscal e, na verdade, sobreutilizar a política monetária.

Quando começa a subir a inflação, qual é a defesa que o Governo tem? O Banco Central sobe a taxa de juros. Quando sobe a taxa de juros, ele afeta a dinâmica da dívida pública, porque o superávit primário está aí para regularizar a dinâmica da dívida pública.

Esses são os efeitos de uma sucessão de equívocos à política econômica, que deixaram a descoberto o setor industrial. Quando a gente fala em indústria, a gente está falando num sistema de relações – não é um conjunto de fábricas – que se espalha pela agroindústria, pelos serviços de transporte, pelos serviços financeiros. Então, nós estamos desmontando o elo dinâmico da economia. Ou os chineses são idiotas? Eles estão se industrializando e forçando a mão na industrialização porque eles acham que eles vão...? Eles não acham nada! Eles vão continuar, na verdade, defendendo a economia nacional deles, sem se importar absolutamente com o que os outros fazem.

Vamos tomar nossa situação agora, neste momento. O que acontece? O Federal Reserve anuncia uma mudança na política monetária deles. Eles vão

parar com o chamado *quantitative easing*, ou com a facilitação quantitativa. Os mercados já se anteciparam e já estão desvalorizando as moedas em todos os lugares do mundo, além de estarem forçando a saída dos investidores dos papéis dos países emergentes para os Estados Unidos. É uma mudança pequena, aparentemente, porque o rendimento do título de 10 anos nos Estados Unidos estava em 1.7 e agora está em 2.2, mas o movimento de capitais foi extraordinário, foi fora do comum, porque afetou as moedas de todos os países, afetou o real, afetou a rúpia indiana, afetou quase todos os países.

Então, estamos em uma situação de vulnerabilidade e essa vulnerabilidade tem a ver, claro, com uma simetria na economia internacional, por um lado, e tem a ver, certamente, com esse problema. No caso do Brasil, tem a ver, certamente, com esse problema que estamos vivendo de desequilíbrio entre as variáveis macroeconômicas. E o centro da questão, o problema central é que temos baixo crescimento, devido ao desempenho ruim, o peso da indústria no crescimento brasileiro sempre foi muito alto. Temos um baixo crescimento pelo baixo desempenho da indústria. Vocês pegam, nos últimos anos, o que aconteceu! Ao longo de 2012, a indústria caiu em todos os quadrimestres, em todos os trimestres. E terminou com menos 2.2. Aí o pessoal: Ah, o PIB só cresceu 0.9. Claro, o PIB foi puxado pelos serviços etc. que não têm força suficiente para generalizar o crescimento, sendo que os ganhos de demanda que nós obtivemos por conta das políticas sociais etc., boa parte ou a maior parte deles vazou para o exterior.

Qual o setor industrial brasileiro que tem superávit comercial? Qual é? Se vocês me citarem um... Todos são deficitários, todos, sem exceção, desde aqueles que tínhamos vantagens, que são aqueles mais intensivos em trabalho, até os intensivos em capital, em todos os setores nós temos déficit na balança comercial, e déficit no memento em que a economia está crescendo pouco. Os senhores imaginem se por acaso, por algum mecanismo que eu não sei qual é, a economia comesse a crescer rapidamente, como se comportaria esse déficit com essa taxa de câmbio.

Para terminar, eu só queria dizer o seguinte: eu nunca vi, não tenho nenhum exemplo de economia em desenvolvimento que tenha crescido desde o século XIX, em que os americanos cresceram à sombra de um protecionismo tarifário brutal, porque estavam no padrão ouro, até o século XX, a Alemanha do pós-guerra, o Japão do pós-guerra, a Coreia, Taiwan e agora a China, nenhum país que eu tenha notícia cresceu mantendo a taxa de câmbio valorizada por 20 anos.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo.

Passo a palavra para o primeiro Senador inscrito, Senador Eduardo Suplicy, que é um dos autores desse requerimento.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, quero saudar aqui a excelente exposição do Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, que pôde nos trazer uma explicação melhor sobre os movimentos de capitais e de exportação e importação de bens dos diversos países e como isso, de alguma maneira, contribui para a explicação das dificuldades que temos tido.

O Prof. Belluzzo é um dos analistas econômicos que tem visto na apreciação cambial uma explicação para a nossa baixa taxa de crescimento.

Um segundo debate diz respeito aos instrumentos disponíveis para depreciar a moeda.

O senhor mencionou que avalia que o real tem estado sobrevalorizado e, mesmo reconhecendo uma eventual apreciação, avalia que seria adequado que agora as autoridades econômicas viessem a realizar ou permitir uma depreciação de nossa moeda, tomando o devido cuidado para que a inflação se mantenha baixa para que possa ser alcançada a meta, se possível, de 4,5%, no máximo, ou no limite de 6,5% de taxa inflacionária e, ao mesmo tempo, estimulando o crescimento da economia e das exportações de bens com maior conteúdo de valor adicionado.

Ontem, eu assisti, Prof. Belluzzo, a uma avaliação muito pessimista daquilo que estaria ocorrendo, no Programa Roda Viva, em que o ex-Governador de São Paulo, economista de Unicamp, Prof. José Serra – palmeirense e pessoa com a qual V. Ex^a tem um excelente relacionamento de respeito mútuo –, quando vi as suas observações muito pessimistas sobre o quadro da economia brasileira, fiquei pensando o que dirá o Prof. Belluzzo sobre essa avaliação que ele fez ontem à noite, porque considerou que a economia está numa situação de fim de linha, de que há dificuldades imensas para que a Presidenta Dilma Rousseff e o Ministro Guido Mantega consigam agora fazer com que haja um procedimento de aceleração das diversas áreas que caracterizam a economia brasileira e, ao mesmo tempo, conseguir a estabilidade de preços e continuar o processo de erradicação da pobreza absoluta e de melhoria da distribuição da renda.

A certa altura, um dos jornalistas que o entrevistaram, acho que o Mário, disse: “Mas há alguns muito positivos como, por exemplo, a taxa de desemprego, que é das mais baixas”. Ele até reconheceu. Não falou muito sobre o processo de diminuição da pobreza

absoluta e da desigualdade, que é uma das características do que aconteceu nesses últimos dez anos.

Eu agradeceria se o senhor puder nos dar...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Permita-me só uma observação. Eu assisti ao programa e o que ele falou, independentemente da nossa concordância, é que haveria o fim de um ciclo que tem no consumo o seu principal pilar. Então, o que ele quis dizer foi isso. E até não fez, assim, uma avaliação tão pessimista. Ele acha que é o fim de um ciclo, cujo pilar é o consumo que embalou esses anos de crescimento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu agradeço as palavras do Senador Armando Monteiro, que colocam mais precisamente... Eu tinha falado fim de linha, mas era um fim do ciclo e que, portanto, não há como a economia brasileira reagir com facilidade.

Mas, como o Prof. Belluzzo tem tido um diálogo volta e meia com a Presidenta, volta e meia com o Ministro Guido Mantega e sua equipe, eu agradeço muito se puder nos dizer que caminhos alternativos seriam, agora, os mais saudáveis para acelerar o crescimento, promover a estabilidade de preços, que é tão importante, e, ao mesmo tempo, continuar com o processo de crescimento das oportunidades de emprego, de melhoria da distribuição da renda, ainda que tenhamos passado do terceiro lugar, dentre os mais desiguais do mundo, somos, ainda, o décimo sexto mais desigual do mundo. Então, ainda temos um longo caminho a percorrer para, efetivamente, melhorar a questão das desigualdades sociais e, inclusive, poder responder a esses anseios tão fortes que, por todo o País, observamos nas últimas três semanas, quando os jovens e a população estão reclamando ações ainda mais efetivas para melhorar a vida de toda a população, com melhoria do transporte urbano, da educação, da saúde, e assim por diante.

Finalmente, uma última indagação, Presidente Lindbergh.

Há pouco, eu conversei com o Prof. Belluzzo, que, há anos, tem acompanhado todo o processo de melhoria de distribuição da renda, os programas de transferência de renda, a evolução desde os programas de renda mínima associados à educação, que ele testemunhou, ocorridos em Campinas e no Distrito Federal e que se espalharam hoje pelo Brasil inteiro, com 13,9 milhões de famílias hoje, correspondendo a um quarto da população brasileira, recebendo o Programa Bolsa Família, mas o Prof. Belluzzo tem sido um dos que acompanharam todo o debate havido em

relação àquilo que já é lei, a instituição de uma renda básica de cidadania, que poderá ocorrer como um passo além de uma transição do Bolsa Família para a incondicionalidade e universalidade desse direito para toda a população.

Considero, Prof. Belluzzo, que seria próprio que pudesse a Presidenta Dilma Rousseff formar um grupo de trabalho para pensar, convidando todos aqueles que têm estudado esse tema, como poderá se dar essa transição. Não dá para fazer de um dia para o outro, mas num período razoável, que o grupo de trabalho poderia, inclusive, definir para quando.

São essas as minhas indagações, cumprimentando-o por sua contribuição ao pensamento econômico brasileiro, seguindo a tradição dos grandes Professores Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e toda a sua equipe de colegas na Unicamp e na Facamp.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Passo, imediatamente, a palavra para o Senador Francisco Dornelles. Antes, porém, quero anunciar a presença do nosso Professor e Economista José Carlos de Assis, que muito nos honra com sua presença, e conceder a palavra ao Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria cumprimentar o Professor e mostrar minha concordância completa com a afirmação feita de que, nos últimos dez ou quinze, não vamos colocar anos, a utilização do câmbio como instrumento de combate à inflação desorganizou completamente o comércio exterior no Brasil, criando problemas enormes ao processo de industrialização.

O que eu vejo, Professor, é que nós estamos numa situação complexa. O déficit na conta de serviço aumentando, na conta de renda aumentando, superávit comercial diminuindo, conta corrente também atingindo a projeção de 75 bilhões, o que talvez dificilmente será coberto pelo investimento direto, como o senhor mostrou a atração dos Estados Unidos por novos investimentos financeiros. Eu não vejo motivo para intervenção do Banco Central no mercado querendo impedir a desvalorização do real. Acho que essa desvalorização seria extremamente sadia para a economia e, no que pese a repercussão que ela tem com a inflação, como o senhor disse, através da política fiscal e monetária é possível lidar com a inflação. Mas acho que seria um erro grande do Banco Central tentar impedir a desvalorização do real.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu passaria para o professor ou o Senador Armando Monteiro quer fazer logo... (Pausa.)

Então, prefiro passar a palavra para o Professor.

O SR. LUIZ GONZAGA BELLUZZO – Eu estou ficando com Alzheimer...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Pode fazê-Lo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Eu não prestaria a atenção devida ao querido Senador Armando Monteiro, cujo pai eu conheci. Gente finíssima o seu pai.

Bom, o Eduardo, que é meu colega de Colégio São Luís, sempre me faz umas perguntas tão complexas que não sei direito por onde começar.

Há um estudo da OCDE que mostra o seguinte: a distribuição de renda feita no Brasil andou na contramão do mundo. Nós andamos na contramão do mundo. Eu não queria aprofundar os dados, mas tenho os dados no meu PowerPoint sobre a piora da distribuição de renda nos Estados Unidos. Não preciso citar os autores que trataram disso, fiz uma porção de gráficos, mas, por exemplo, a classe média americana sofreu uma perda de *status* e de renda importantes. Isso é um dos problemas hoje da economia americana e das minhas dúvidas sobre se o Bernanke está certo, se ela vai crescer mais de 2%, não sei. O Bernanke está fazendo uma aposta e a economia, assim mesmo...

Sempre me lembro, quando discuto economia, de uma coisa que o Keynes escreveu, em 1930, num pronunciamento radiofônico, em que ele falava sobre a depressão. Ele disse ao público o seguinte: “Os senhores não acreditem nos *experts*, nos especialistas, porque eles só vão dizer besteiras sobre o que está acontecendo”. Então, a gente precisa ter um pouco de modéstia ao analisar as coisas.

Eu diria a você que a distribuição de renda teve um papel importante no crescimento do Brasil. Ele foi viabilizado, sobretudo, porque o governo Lula soube aproveitar a oportunidade que foi oferecida: nós tivemos três anos de superávit em conta corrente. Isso, na verdade, não escondia a deterioração – por baixo do pano, você tinha a deterioração da indústria –, porque, quantas vezes, discutindo o assunto, nós dissemos que era um risco manter o câmbio valorizado.

Em 2008 – hoje estou vendo a distribuição, passou aí, vocês podem ver que barbaridade é isso aí, a apropriação da renda por parte dos 10% superiores da população –, o que eu queria dizer é o seguinte: aquele momento de ventos favoráveis no comércio internacional, porque nós ganhamos, Senador Dornelles, no preço e no volume, nas exportações de *commodities* – preço e volume –, isso acabou, por isso você está tendo esse efeito sobre o balanço de pagamentos.

Durante o tempo todo, escrevi várias vezes, com o Julinho, o Júlio Sérgio Gomes de Almeida: “A indústria está entrando num período de déficits crônicos”. Quando terminou a bonança lá, isso afetou o crescimento e afetou a situação fiscal. Por quê? Porque a indústria, não ela, mas o sistema que ela forma, tem uma grande importância na geração de receitas fiscais – ela e as suas relações. Muito bem. Nós fomos fazendo um esforço cada vez maior para fazer duas coisas ao mesmo tempo: o superávit primário, tirando as trapalhadas, mas fazer o superávit primário, por um lado, e, ao mesmo tempo, manter os gastos que são incontornáveis.

Agora mesmo com a pressão das ruas, o que você tem? Você acha que consegue aumentar o superávit primário com essa pressão, porque há uma demanda de serviços públicos melhores? O grosso da manifestação – há outras coisas no meio que não vamos comentar – é isso.

Então, nós fizemos uma distribuição de renda, Eduardo, que, para um país normal, corresponderia a um crescimento de 10% ao ano! Corresponderia a um crescimento de 10% ao ano. Nós fizemos uma distribuição de renda impressionante neste País. Muito bem. Com o preço que estamos pagando, que é a desestruturação na indústria brasileira.

O que estou pensando é daqui para frente. Como é que vamos fazer? Como vamos levar adiante isso? Ou não vamos discutir a questão da desindustrialização? O Ministro Dornelles fez uma pergunta, e eu vou lembrá-lo. Ele assumiu o Ministério da Fazenda no fragor da crise da dívida externa. Não é verdade, Ministro Dornelles? Eu assumi a Secretaria de Política Econômica depois dele. Aquilo era uma desgraça. É verdade ou não? Havia uma crise fiscal, uma crise monetária e houve uma crise de crescimento, porque a economia parou ali. Não é verdade? A economia parou. Você não tinha nenhuma possibilidade que o investimento público crescesse. A crise que nós vivemos naquele momento pegou o Brasil... Quanto nós tínhamos de reserva, Ministro, naquele momento?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Nada.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Nada. Só os brincos da D^a. Dulce Figueiredo que ficaram lá, que sobraram. Não tinha mais nada. Muito bem. Hoje a situação é diferente. Nós temos R\$375 bilhões de reserva – R\$380 bilhões.

Então, quando o Ministro Dornelles me pergunta se o Banco Central deve abafar a desvalorização; não. Mas não deve deixar cair; deve, na verdade, deixar, devagarzinho, que o câmbio vai se ajustando em um nível maior. Ele pode fazer isso, porque ele tem

as reservas como instrumento para controlar o movimento. O problema, a diferença de 1979, 1980 é que a desvalorização foi abrupta e o choque nos preços foi brutal. Lembra-se disso? O senhor se lembra bem se era possível, naquele momento, ter algum instrumento convencional de combate à inflação? Não era impossível? Aí, o que aconteceu? Eu sou protagonista disso e não gosto de me desculpar dos erros que eu cometi. Então, nós fizemos o congelamento de preços. Mas ali era uma coisa quase inevitável porque estávamos indo para a hiperinflação. Depois, para corrigir esse negócio da saída dos choques, nós superindexamos a economia, preço que estamos pagando até agora porque não conseguimos nos livrar da indexação. Não é a indexação que está escrita na lei; é a indexação que está posta nos contratos privados, porque as pessoas ainda não recuperaram completamente a confiança na moeda brasileira.

Nós estamos na seguinte disjuntiva. Em 2009, o câmbio foi a R\$2,40, se o senhor se lembra bem, por causa da crise internacional. Em 2009, o PIB caiu quanto? Caiu 0,9%? (Pausa.)

Quanto? Zero vírgula cinco. Obrigado pela sua colaboração. Eu sempre confundo os números, esqueço os números. Então, foi menos. Mas 0,5%, a economia estava caindo, e o que a política monetária fez? Subiu a taxa de juros, porque é uma interpretação errada da crise. Subiu a taxa de juros e logo depois valorizou o câmbio de novo. Ou não é verdade? Eu estou inventando? Não estou. Valorizou o câmbio de novo. Por que não segurou o câmbio ali, naquele momento, naquele lugar?

Em 2010, vem o ciclo de consumo, de que você falou – e o Serra tem razão – quantas vezes eu, conversando com os meus amigos, dizia: “Vocês não se dão conta de que o ciclo de consumo está se esgotando, vocês precisam antecipar o negócio do investimento”. Só que demorou, não é? Só que demorou!

Então é isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Professor.

Com a palavra, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Prof. Belluzzo, é sempre um prazer ouvi-lo. Hoje eu gostei muito, porque o Professor centrou a sua preocupação com a questão da indústria nesse quadro de redefinição da divisão internacional do trabalho, em que a Ásia passou a ter um peso muito expressivo na produção de bens industriais no mundo, em decorrência de um processo que combinou economias de escala fantásticas e custos muito baixos.

Nós fazíamos um debate aqui, Professor, há pouco tempo, e eu lembrava, para se ter uma ideia como

foi agigantado esse processo na China. Há pouco mais de 15 anos – 18 anos, precisamente –, a produção siderúrgica da China era mais ou menos equivalente à nossa, algo como 25 milhões de toneladas de aço. Hoje, a produção de 15 dias da China equivale à nossa produção anual. Ou seja, a China produz 750 milhões de toneladas de aço, e o Brasil produz 37, 38, 40 milhões de aço bruto.

Na indústria de calçados, por exemplo, o Brasil sempre foi um *player* importante. Temos a matéria-prima, temos condições. A indústria brasileira, em seu melhor momento, produziu 900 milhões de pares. A China produz 13 bilhões de pares de sapato. Então, esse processo realmente nos coloca um desafio imenso.

E eu acho que o Professor foi muito claro quando o atribuiu, em grande medida, a essa questão do câmbio, com o que eu concordo inteiramente. Aí vêm alguns e dizem: “Não, mas são outras reformas sistêmicas, para melhorar a produtividade da economia, etc. Ou as reformas estruturais, as reformas tributárias”. Ora, se não tivemos as reformas e, além disso, tivemos um processo de contínua valorização cambial, é evidente que a indústria ao final pagou essa conta. E essa conta se traduz em um déficit na balança de manufaturados, cujo crescimento é quase geométrico. O Professor acompanha isso. Em 2006, o déficit na conta de manufaturados era de US\$6 bilhões, hoje é quase de US\$90 bilhões, US\$95 bilhões. Então é um processo acelerado. Só na área da indústria química, esse déficit é de US\$30 bilhões.

Bom, mas aí, Professor, feita essa análise, eu queria fazer uma reflexão aqui – e convidá-lo a nos ajudar – sobre a questão dessa propensão que o Brasil tem hoje a crescer pouco. Nós falamos que o ciclo de consumo se esgotou, temos que elevar o investimento. E para elevar o investimento, nós temos que aumentar a poupança.

A poupança tem três fontes clássicas: a poupança das pessoas; das empresas, que são os lucros que as empresas geram; a poupança do Estado, quando o Estado investe; e a poupança externa – teríamos que adicionar esta.

Na poupança externa, nós estamos, neste momento, com déficit em conta-corrente. É evidente que não temos muita margem para ampliar o fluxo de poupança externa.

No que diz respeito à poupança das famílias, o Brasil estimulou muito o consumo, que foi muito turbinado aí pelo crédito. E temos também na Previdência um elemento: o sistema previdenciário no Brasil não estimula esse processo de formação da poupança.

Do lado das empresas, custos crescentes, com comprometimento de margens. Então, imaginar que

nós possamos que as empresas ampliem muito a sua capacidade de poupança também não é algo razoável.

Então eu pergunto, Professor, como vencer essa limitação estrutural? Quer dizer, a baixa poupança, essa baixa propensão a poupar e, conseqüentemente, a investir?

E, finalmente, o Professor Marcos Lisboa esteve aqui nesta Comissão e fez uma análise muito pessimista sobre essas mudanças recentes na política econômica, sobretudo, sublinhando o caráter expansionista da política fiscal que não ajudou a questão da politização da taxa de juros que, de repente, passou a ser representada quase que como uma conquista de Governo. E agora até assistimos uma reação atrasada do Banco Central quando foi necessário iniciar um novo ciclo de aumento da taxa de juros. Em suma, esse rearranjo da política econômica se revelou ao final frágil. E aí ele destaca que existem três grupos de países na América do Sul, aqueles que têm políticas de estímulo à produtividade e que têm políticas fiscal e monetária mais conservadora, como Chile, Peru, Colômbia e México, estes têm tido mais crescimento. Crescem a uma taxa entre 4% e 5%. Os países que têm forte intervenção estatal e que protegem setores, assim, de forma mais explícita: Argentina, Venezuela e Equador, têm uma posição ruim. E, finalmente, países que têm posição intermediária, em que ele situa o Brasil. Quer dizer, o Brasil ficaria aí numa posição intermediária.

Então, eu queria saber, Professor, o que o senhor acha dessa análise, e como o Brasil pode vencer esse problema estrutural de baixa capacidade de poupança e conseqüentemente pouca propensão a investir mais?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Professor Luiz Gonzaga Berluzzo.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BERLUZZO – Bom, o senhor me fez uma pergunta muito interessante, porque ela envolve questões controversas entre os economistas.

Em relação ao desempenho da indústria, não é só que o déficit aumentou e se generalizou para todos os setores. Nós temos um preço relativo, pois o câmbio está fora do lugar. Por quê? Porque, na verdade, nós resistimos muito a aceitar certas coisas que até alguns países desenvolvidos estão fazendo, como a Suíça, por exemplo, de impedir a valorização excessiva da sua moeda, tomando medidas adequadas o banco central daquele país. Esse é um dado importantíssimo.

Eu vou responder a questão da poupança.

Como eu sou – a gente tem que dizer quais são as nossas premissas, não é, quais são os nossos pontos de vista, para a discussão ser honesta, não é? –, então, como eu sou um fanático Keynesiano, mas não

um Keynesiano, como dizia – eu acho que os meus alunos podem atestar isso – Joan Robinson: “basta”, mas eu presto muita... O Keynes nunca disse que era preciso gastar sem controle. Nunca disse isso. Aliás, ele disse o contrário, não é? O que o Keynes dizia é o seguinte: é que o investimento é um componente tão importante da formação da renda e para a taxa do crescimento, que era preciso socializar o investimento. Quando ele disse isso, teve gente que queria se jogar do 10º andar. Mas ele não disse nada de mais. Ele disse que é preciso que o governo tenha um orçamento de capital, que esse orçamento de capital seja um orçamento flexível, e que ele tenha o orçamento corrente equilibrado. Sempre o orçamento corrente equilibrado e um orçamento de capital para manter as expectativas de investimento do setor privado.

Ele dizia: “O investimento é um ato de muita coragem, é um ato em que, na alma do investidor, se digladiam o medo e, ao mesmo tempo, a ambição de fazer alguma coisa”. Era muito sutil esse Keynes. Então, o que ele dizia? É preciso que, ao mesmo tempo, você pratique a eutanásia do rentista, ou seja, que você tenha controle sobre o crédito, sobre as condições do crédito, e, portanto, sobre a formação da poupança. Como ele pensava? Ele pensava que, para a poupança crescer, era preciso que o gasto crescesse na frente. Você gasta, forma a renda, as pessoas poupam. As pessoas não podem poupar do nada. Elas poupam, bem assim o Governo. Não só as pessoas poupam, mas o Governo também.

Enquanto há uma conjuntura em que o investimento está caminhando rapidamente na frente da demanda, como foi o caso da Europa nos anos 50 e 60... No Brasil, esse papel era executado pelo sistema produtivo estatal, porque as empresas estatais investiam na frente. Você deve se lembrar bem. Eu, como fui do Conselho da Fiesp durante esse período, lembro-me bem dos bardellas da vida, dos vilares etc., pautando seu investimento pela demanda do setor público. Isso acabou. Não vou discutir esse assunto, se é bom ou se é ruim privatizar. Não vou entrar nessa discussão, porque acho que muitos países que não tinham esse sistema estatal tinham uma capacidade de regular o investimento. Posso falar de vários países europeus e, inclusive, até dos Estados Unidos.

Então, mostrei aquele gráfico, e a entrada de capitais nos Estados Unidos foi fundamental para financiar o investimento. Nós temos, antes de tudo, antes do problema da poupança... É importante a poupança, porque ela redistribui, na verdade, a riqueza entre aqueles que poupam e aqueles que não poupam. Ela é importante por isso. Quando você poupa, você muda a sua situação patrimonial, você se torna um credor. A

poupança não vai diretamente para o investimento, mas vai para os instrumentos que mobilizam os recursos que vão para o investimento. O que não temos aqui é um sistema financeiro que faça essa mediação. O nosso sistema financeiro não faz essa mediação. Por quê? Por razões históricas. Não vou fazer aqui uma diatribe contra os bancos, porque acho isso uma bobagem. Mas esse sistema não o faz.

O que acontece, comparando com a China? A China teve uma taxa de investimento que chegou a 45% do PIB. Sei que você tem bom conhecimento da China. Aliás, você deu exemplos muito interessantes. A China chegou a investir 45% do PIB. Como é que ela mobiliza isso? Ela o mobiliza através de seu sistema financeiro. O seu sistema financeiro tem o quê? Aí vou falar coisas de que as pessoas não vão gostar. Oitenta por cento do crédito são públicos. Há desarranjos, trapalhadas. E há um banco de investimento. Dou o exemplo do Banco de Desenvolvimento da China. Há uma literatura especializada só no Banco de Desenvolvimento da China.

Uma empresa chinesa está aqui, chamada Huawei, que produz...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Em Campinas.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Não é a minha cidade, mas eu trabalho lá.

A Huawei produz *smartphones* etc. A Huawei foi produzida pela política industrial e empresarial do governo chinês.

O que achamos que não temos? Não temos muita clareza, até pela nossa derrota industrial nos últimos tempos, sobre o que nós temos de fazer. É claro que, por exemplo, temos de estimular um sistema de previdência público que funcione como os fundos de investimento, de capitalização. Nós temos de fazer isso. Aliás, vocês votaram essa lei. Não a votaram? Vocês votaram essa lei.

Então, essa é uma coisa que vai ser importante. Mas é preciso que isso seja administrado de maneira correta, que isso seja dirigido a suportar o investimento produtivo. Acho que esse foi um passo importante sobre o qual ninguém falou.

Eu não vejo, nas discussões públicas, darem... Esse é um potencial enorme de formação de poupança e de canalização de recursos, que tem que ser administrados de maneira correta.

Então, eu acho, de fato, que tem um nó nessa questão do financiamento do investimento. A minha discordância é só em relação à precedência. Eu acho que os fundos financeiros, que são acumulados, que eles tenham uma destinação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– Exatamente. Então, por quê? Você que é um homem de negócios sabe bem – e às vezes a mídia faz confusão – que o sistema financeiro, o sistema bancário adianta recursos líquidos para o investimento. É isso que o Keynes diz – desculpem-me, esse é um vício acadêmico; então, peço perdão –, ao tratar da moeda, ele mostra como a moeda de crédito, que surge no final do século XIX e começo do século XX, viu citar outro autor, meio réprobo, o Marx, no volume III, está lá, ele está falando disso. Ele escreve que o capitalismo criou uma capacidade de alavancagem que vai transformar num sistema capaz de avançar vertiginosamente. Foi ao que nós assistimos, aliás, nos últimos dois séculos. Por quê? Porque o pessoal pensa que o banco pega o dinheiro de um lado e passa para o outro. Não. O banco cria moeda, ele cria liquidez, ele avança recursos. A única instituição que faz isso hoje no Brasil é o BNDES. E uma pena que isso... O negócio da politização da taxa de juros.

Esses dois autores que eu mencionei nunca duvidaram de que a taxa de juros fosse uma coisa decidida, digamos, politicamente. É por isso que o Keynes falava na eutanásia do rentista. Ele dizia o seguinte – ele estava falando do Ricardo –: no caso da terra, é justificável que o sujeito obtenha uma renda, porque, à medida que você vai ocupando as terras melhores, mais férteis... Esse caminho é para terras menos férteis. Aquele sujeito que tem terras mais férteis pode exigir uma renda diferencial a favor dele.

Mas, dado ao fato de que o sistema bancário faz o que faz, esse tipo de escassez não justifica a exploração do crédito da maneira que é feita pelos bancos. Então, por isso que ele falava na eutanásia do rentista. No fundo, o que ele queria dizer é que é preciso controlar o capital monetário, o capital líquido, para que ele seja dirigido junto com a coisa da socialização de investimento, ou seja, entendido como essa coordenação que o Estado faz. Não é que socialização significa que o Estado vai tomar as empresas; significa que ele vai coordenar as expectativas do investimento, mantendo uma certa estabilidade da taxa, que pode fazer com que os privados tenham mais segurança ao tomar essa decisão. Como ele diz: é uma decisão crucial essa de investir.

Por exemplo, quando o Governo cometeu aquele erro de tabelar a taxa interna de retorno dos projetos de infraestrutura, isso foi um erro grave. Estou dizendo isso com o coração aberto, porque tenho o maior respeito pela Presidente, mas alguém fez essa besteira. Ou seja, você introduziu um grau de incerteza e de desconfiança desnecessário.

Então, coordenar um investimento significa você ter um sistema de apaziguamento da inquietação do investidor quando ele vai investir. Você é investidor. Você sabe que não há nada mais incerto do que o que vai acontecer com a sua nova planta, com o seu novo equipamento, etc. Então, o que ele falou da socialização? É preciso apaziguar as inquietações.

Em segundo lugar, é preciso que se tenha um sistema de financiamento que te dê segurança. Como você disse, como eles vão na frente, é preciso que você, que toma o recurso, tenha a certeza de que ou vai ter condições de refinanciar, se for o caso... Então, é o sistema financeiro que faz isso. A finança moderna é isso. Infelizmente, ela perdeu as estribeiras nos últimos anos e fez coisas do arco da velha. Mas o sistema financeiro moderno pode ser uma coisa muito eficaz, como os chineses estão mostrando. Para você alavancar uma taxa de investimento de quarenta... Eles exageraram. Estão voltando para os trinta e poucos. Porque não dá. Ninguém segura 45% de investimento. Agora, eles têm que mudar o *mix*.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– (*Fora -do microfone.*)

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– Pois é, mas nós andamos na contramão esse tempo inteiro. Nós andamos na contramão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ)

– Tem que fazer o inverso do que temos que fazer, não é, Senador Armando?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Tem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ)

– Professor, eu passo para o último Senador inscrito, o bravo Senador cearense...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– É a resistência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ)

– ... do PCdoB, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Quero, primeiro, dizer que é uma grande alegria tê-lo falando aqui no Senado da República. Você fala para Senadores bravos, resistentes, mas fala para um distinto público, que está nos acompanhando neste instante para ouvir algumas coisas – não que vão concordar ou discordar – que precisam ser ditas à população brasileira.

Foi uma batalha grande que se travou no Brasil e que não é fácil. Veja o problema da política de juros. O problema é que, ao politizar os juros no inverso, não seria o Governo politizar os juros, mas a sociedade, através de alguns esquemas, politizar de tal forma os juros que se você aumentar ou diminuir, sempre cria uma crise. Se vai aumentar ou se vai diminuir. Não, esse

é um instrumento que a unidade do País deveria dizer: “O.k. Isso é do Governo”. É do Governo em qualquer canto do mundo. É uma escolha política. Então, aqui, nós ficamos neste drama sempre, de como utilizar a taxa de juros.

Infelizmente, a nossa taxa, embora você possa, em uma crise, a inflação vai aumentar, então, pega os juros. É o instrumento mais perto, que está aqui, eu tenho que usar, não tem jeito. Mas nós não tivemos a capacidade, durante esse largo período de tempo, digamos, 20 anos, um espaço de 20 anos, de adotar uma política de juros mais adequada para o desenvolvimento do País. Nós ficamos com uma taxa muito elevada. Então, nós temos que elevar a taxa de novo, mas já é uma taxa muito elevada. Nós não estamos falando de uma taxa pequena de juros que eu estou aumentando. Eu não estou falando de 0,5%, de 0,25%, de 1%, está certo? Estou falando de juros reais superiores, muitas vezes, a 2%. É diferente dos Estados Unidos, com zero vírgula tanto, que estão com juros negativos, ou a Europa. O banco europeu sabe que está com juros negativos. A China está com juros negativos. Todo mundo está com juros negativos. Eu estou com juro positivo. É elevado. Nós estamos obrigados a mexer na taxa de juros elevando o que já é muito elevado. Esse é que é o problema da nossa política de juros. Então, nós temos que usar esse instrumento sabendo que vamos causar mais dores ao paciente.

Outro problema grave também, e eu acho que isso também sempre foi muito politizado, é o da taxa de câmbio, porque a ideia da moeda desvalorizada para o Brasil, que foi muito incutida na cabeça da população, sempre foi tratada como um grande mal. Como grande mal, então você vai desvalorizar a moeda? Que absurdo! E as minhas viagens? Como eu faço agora? Eu queria a Copa do Mundo na Europa...

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Porque é gostoso. A taxa de juros valorizada é gostoso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu queria a Copa do Mundo na Europa, porque aí eu poderia viajar mais. Se fosse nos Estados Unidos, no Japão, seria uma beleza. Mas fazer aqui e ainda desvalorizar a moeda... Quer dizer, é um duplo castigo: você não pode viajar para a Europa para assistir a Copa lá porque a Copa do Mundo vai ser aqui e, além disso, você ainda pega e desvaloriza a moeda e me cria dificuldade para viajar.

Mas não é só para isso. É porque essa intermediação de ganhos da sociedade brasileira não é apenas na viagem, no passeio, no lazer, é também de quem se endividou. O cara fica endividado e diz: “Espera aí, agora você vai desvalorizar moeda? Vai

me causar um problema adicional”. Então, você fica nesse dilema, brasileiro.

Eu sou desses que têm trabalhado aqui; o nosso Partido tem discutido intensamente isso, buscado ouvir muitos setores – todos; quer dizer, desde gente envolvida diretamente, por estar no Governo, aos que estão na academia e aos que não estão na academia mais, mas que têm grande contribuição a oferecer nesse tripé nosso. Como é que nós vamos lidar com taxas altas, com moeda ainda muito valorizada, a nossa? Vê como é que os chineses fazem? Ué, então, a China pode fazer? A Europa inteira, se quiser, faz? Os americanos fazem na hora que querem. A Suíça, que – sei lá – acho que vive mais das suas empresas no exterior do que de negócios no país, realiza a atualização da sua taxa de câmbio para defender seu interesse de exportação local, dentro da Europa, frente à moeda europeia. E nós ficamos prisioneiros dessa ideia, que é o problema da politização também. Quer dizer, a taxa de câmbio é politizada, os juros são politizados no Brasil, e o superávit primário foi politizado. Não se pode mais mexer no superávit primário às vezes. Se o superávit está muito alto, pode-se diminuí-lo um pouco, ou não? Ou ele tem obrigatoriamente de ficar ali retesado, imutável, sem que se possa alterá-lo. Então, nós estamos nesse drama. E há muita concordância aqui entre nós.

Veja o problema dos países da nossa região... (Pausa.)

Essa é uma despedida muito importante, porque o pai do Senador Dornelles era fino, e ele também, viu?

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – O pai dele. Gente fina ele também.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E ele também. Fortinho, mas muito fino.

Então, a questão nossa aqui local. Houve um debate muito grande sobre o problema da nossa associação com os Estados Unidos, México e Canadá, naquela política de um mercado só das Américas. Foi um debate intenso. O debate anterior aqui tratou disto: qual era o melhor negócio para o Brasil. E, na verdade, ao fazer as três divisões, os intervencionistas, os ultraliberais e os do meio – e nós estaríamos no meio –, o problema era este: a gente se associa, faz uma grande associação das Américas una e, se preciso, fortalecer instrumentos como Mercosul e Unasul ou não. Esse que era o debate também de natureza política.

O Brasil fez uma opção – é justa a opção que nós fizemos? Vamos examinar – de encontrar mecanismos que nos fortalecessem na região com a Argentina, com o Uruguai, o Paraguai e, agora, também com a Venezuela; há um pedido do Equador. Mas o Equador também tem uma moeda complicada...

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– É, dolarizada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Dolarizada. Não sei como eles vão fazer, mas há um pedido de ingresso no Mercosul.

Esses instrumentos locais, regionais, eles nos ajudam ou nos atrapalham? Essa é uma dúvida que ficou aqui do debate passado. Porque se criou essa ideia de que não, de que o correto era nos termos nos associado à Alca, na verdade, e que largássemos esse negócio de pobre com pobre. Porque pobre com pobre não ia ter futuro. Nós tínhamos que nos associar aos mais ricos para podermos, então, alavancar a nossa economia.

E o outro dilema diz respeito a esse problema urbano brasileiro, que está ligado, evidentemente, a esse problema principista – eu estou então no canto dos dinossauros, vamos dizer assim, nesse caso –, está ligado à questão da moeda e, evidentemente, a moeda está ligada à questão do câmbio, e o superávit está ligado aos dois.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– Mas é isso mesmo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Com esse arranjo, como é que nós vamos superar o problema? Por exemplo, a China está fazendo a malha metroviária de vinte cidades. Ela não está desonerando empresas, não; ela está fazendo a malha metroviária de vinte cidades, simultaneamente. E a Índia está fazendo a malha de dezoito cidades, simultaneamente. Claro que é investimento de governo, poupança de Estado – poupança de Estado, induzindo. O que fez a China? Fábrica de tatu. O tatu é aquele que cava buraco para fazer...

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– Tatzão, que cava os buracos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Para enfrentar um dilema. São Paulo tem menos de 100 quilômetros de metrô. Vergonha! A cidade do Rio de Janeiro tem menos de 50 quilômetros de metrô rodando! A cidade do Rio de Janeiro, que vai se encontrar com o Papa, com as Olimpíadas e Copa do Mundo, tem menos de 50 quilômetros de metrô rodando. As duas maiores cidades brasileiras! As outras, nem pensar! Se nessas duas uma tem menos de 100 e a outra tem menos de 50, então, olha o problema crucial! O que a China fez, e a Índia está indo no mesmo caminho? A fábrica de tatu, que só havia na Europa e nos Estados Unidos, é lá; fabrica-se lá, gerando... É claro que você tem que pagar, você tem que remeter lucros dessas empresas que vão se instalar na China, mas estão fabricando ali. Quer dizer, eu estou fazendo a encomenda, eu quero aqui, eu estou olhando, estou sabendo. Associou-se

com empresas privadas estrangeiras e fez a fábrica lá. Nós estamos encomendando... Só a encomenda para se fazer uma linha de metrô em Fortaleza, uma linha nova, dentro do Plano de Mobilidade lançado pela Presidente da República, em 2011 – em 2011 ela lançou o Plano de Mobilidade –, por sorte, nós tínhamos um projeto nas mãos, que o governador fez pensando no próximo governador. Ele disse: “Isso eu não vou fazer nunca, mas eu deixo pronto o projeto. Quem chegar tem esse projeto nas mãos. Se o Presidente chamar, está aqui o projeto. Dê-me esse dinheiro que eu faço o metrô”. A Presidente, por sorte, chamou, e ele tinha, por sorte também pensado nisso, atuou planejando e olhando para a frente, fez o projeto, e entregou-o para a Presidente. É um investimento de R\$3,34 bilhões na cidade de Fortaleza, 12 quilômetros de metrô de qualidade. Não é metrô feito para pobre, não, como se diz. É metrô de alta qualidade, para os pobres terem direito a coisa boa. Resultado – 2011, foi logo no começo do Governo que ela lançou o Plano de Mobilidade –: correu todo ano de 2001, quando chegou a aprovação do projeto já foi em setembro de 2011. O Governador comprou os tatus antes de licitar a obra, que não foi licitada até agora. Então, antes de licitar, ele já comprou os tatus, porque ele disse: “Se eu esperar licitar a obra, isso não começa no meu governo. Eu quero pelo menos começar. Então, já vou comprar os tatus, porque na hora em que licitar, mando para frente esse empreendimento”. Nós temos aí pelo menos de 10 a 15 cidades que precisariam ter o tratamento que a China e a Índia estão fazendo.

Mas é preciso encontrar uma certa unidade de natureza política e que não é só natureza política partidária, parlamentar, congressual de sustentação do seu propósito, mas é com a sociedade que nós vamos fazer esse investimento. Porque imaginem, está uma guerra em relação à Copa. Vejam: o estádio do Ceará custou R\$500 milhões, e só a linha leste de 12 quilômetros são R\$3,34 bilhões. Então, você ganha enormemente. Então, é nisso que nós deveríamos investir pesadamente, mas trazer a fábrica para cá. Trilho...

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– Nós não fazemos mais trilhos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Trilho, pelo amor de Deus!

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– Nós não fazemos mais trilhos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Se nós toparmos fazer uma malha ferroviária que ligue o leste com o oeste brasileiro, nós vamos continuar comprando trilhos da China? Vendendo a tonelada de ferro a US\$100 e comprando a tonelada de trilhos a US\$800? Qual é a tecnologia embarcada hoje em

trilhos? Eu desconheço que tenha alguma inovação extraordinária do século XIX para cá.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– Nos trens de alta velocidade há alguma, mas é uma coisa simples.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Dizem que se passa uma lima maior para poder dar uma...

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– É para não ter tanta trepidação. Eu viajei num trem francês e eles me explicaram isso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Então, há um senhor que começou vendendo em um mercado no centro de Fortaleza arame farpado. Ele fez assim um curso de torneiro mecânico, mas, meio abusado, resolveu... O arame farpado dele estava dando problema, porque teve uma tinha de comprar o material do arame farpado fora do Brasil. Mas ele disse: “Espera aí, então, eu vou botar um negócio em que eu vou produzir esse meu açozinho do arame farpado; eu mesmo vou produzir”. E colocou um pequeno negócio para isso. Transformou-se em um dos maiores importadores e um dos maiores distribuidores de aço na Região Norte e hoje Nordeste do Brasil, uma empresa chamada Aço Cearense. Resolveu montar uma siderúrgica no Pará. É um empreendedor privado, talvez porque tenha nascido em cima de uma pedra, na linha do Equador, o cabra tem que se virar, está certo? Mas tomou essa iniciativa.

E eu estou para falar para a Presidente Dilma: “Presidente, fale com o nosso produtor de arame farpado para fazer os trilhos”. Isso porque ele disse que aqui não há escala. Está bem. Eu vou fazer uma Transnordestina; estou concluindo uma Norte-Sul; tenho de fazer uma Leste-Oeste para interligar toda a infraestrutura e não há escala? Tenho de comprar da China, de Cingapura ou então da Europa? Isso não tem fundamento!

Então, levanto essas ideias na concordância, buscando a unidade política capaz de fazer com que o investimento público seja esse grande alavancador que toque à frente.

O “cara” diz: “Ah, mas não tem essa poupança...” Se não se induz, também não vai ter essa poupança. De onde ela vem? É dessa indução que se faz. Mas aqui também é um problema político, porque... Quer dizer, é uma batalha que temos de travar.

Eu, como “dinossauro”, fico nessa situação de dificuldade de travar a batalha política com a turma que tem por aí.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Professor, antes de passar a palavra para o senhor, o Senador Eduardo Suplicy tem um ponto que acha que não foi respondido e que queria colocar,

antes de eu passar a palavra para o senhor encerrar a exposição.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Belluzzo, primeiro queria fazer uma recomendação a todos que estão nos ouvindo pela TV Senado, na Rádio Senado, para que leiam a entrevista de hoje do Professor Luiz Gonzaga Mello Belluzzo, no *Valor Econômico*, em que desenvolve alguns dos pontos que estão... E, aí, nova recomendação, para que todos leiam o seu livro, que acaba de ser publicado, *O capital e suas metamorfoses*, pela editora Unesp.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– Ele já está na livraria, mas já não...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) –

Ele já está há algum tempo.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– Fazer lançamento é um negócio muito chato.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) –

Não, mas estou recomendando que todos leiam.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– Não, já está na livraria. Se quiser comprar...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – É

um livro com razoável preço: R\$32,00.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– É baratinho.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – É

muito barato. Eu o recomendo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Eu vou fazer um levante popular pela redução dos preços dos livros no Brasil.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) –

Porque os que o adquirirem vão aprender muito. Eu mesmo quero adquirir. Nessa entrevista, ele fala dos seus mestres, Karl Marx e John Maynard Keynes.

Vou insistir numa questão que coloquei, porque os keynesianos são extraordinários defensores da proposta que eu mesmo aqui coloquei, pois John Maynard Keynes, em 1939, escreveu *How to Pay for the War*, em que recomendou à Inglaterra que se preparasse para a guerra que estava para acontecer, separando-se uma parcela do PNB para defesa e 2% do PNB, que era de 5 bilhões, portanto, 100 milhões, para se pagar uma renda básica à população, já que iria haver problemas sociais graves em decorrência da guerra.

Mas a Joan Robinson, que o Professor Belluzzo tantas vezes cita, inclusive na entrevista em seu livro, na introdução à teoria do emprego, nos anos 30, também propôs que se pagasse todos os sábados uma libra esterlina para cada membro da população.

Um outro membro do chamado Círculo de Cambridge, onde lecionava John Maynard Keynes e onde estavam a Joan Robinson e James Edward Meads – John Edward Meads foi o primeiro economista que

escreveu um livro didático sobre a teoria, o livro mais famoso de Keynes, sobre a teoria da moeda, dos juros e do emprego –, mas ele, já em 1935, em *Outlining of Economic Policies for The Labor Government*, propôs aquilo que, nos anos 1989, 1992 e 1995, escreveu, na sua trilogia sobre a Aghatotopia, em que ele observa como seria possível construir uma boa sociedade, através de instrumentos que incluíam a flexibilidade de preços e salários, a quota de participação dos trabalhadores e uma renda de cidadania para todos.

Mas um dos maiores amigos intelectuais do Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, que ele tanto admira, foi quem desenvolveu, nos anos 60, a ideia da garantia de uma renda por meio de um imposto de renda negativo. Mas, num passo ainda mais ousado, em 1972, eis que ele recomendou ao então presidente democrata dos Estados Unidos, que assimilou a ideia, mas não todos os seus correligionários do partido democrata, que foi o candidato e Senador George McGovern, que, aceitando a sugestão de James Tobin, propôs a todos os norte-americanos que instituíssem um *demogrant* de US\$1 mil anuais, que hoje seriam pelo menos US\$10 mil anuais, para toda e qualquer pessoa. Na época, eram 150 milhões de brasileiros.

Então, como o Prof. Belluzzo acabou não respondendo propriamente à questão relativa a Presidenta Dilma instituir um grupo de trabalho que poderia até ter o Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, ao lado do Prof. Paulo Singer e tantos outros – outro dia, Paulo Singer sugeriu que fizesse a sugestão, numa palestra, outro dia.

Então, eu pergunto se ele gostaria até de participar de um grupo que pudesse, com o tempo, propor à Presidenta Dilma que instituísse uma renda básica de cidadania, seguindo as recomendações, desde John Maynard Keynes até a própria Joan Robinson e o James Tobin e, em especial, também, aquele que, em 1875, na *Crítica ao Programa de Gotha*, observou que, numa sociedade mais amadurecida, todos os seres humanos vão acabar se portando de tal maneira a poderem inscrever como lema de sua sociedade, “de cada um, de acordo com a sua capacidade, a cada um, de acordo com as suas necessidades” – em inglês: “from each according to his capacities, to each according to his needs”. Doze palavras em inglês que o John Kenneth Galbraith, em *A Era da Incerteza*, disse que tiveram essas doze palavras em inglês um efeito ainda mais revolucionário do que os volumes de *O Capital*.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, mostrando toda a sua erudição. Eu queria, Senador Eduardo Suplicy, antes de passar para o Sr. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, agradecer a sua vinda aqui.

Essa exposição foi uma verdadeira aula. O debate aprofundado, sobre essa nova divisão internacional do trabalho, o papel da China, a discussão mais estrutural da economia internacional e brasileira, mas eu acabaria com uma pequena... Saindo desse debate todo e vindo para a conjuntura mais imediata e mediata possível, para a conjuntura da semana, do mês. Eu perguntaria a V. Ex^a, com os limites que nós temos, inflação por um lado, tentar puxar um crescimento, mas temos que ter... Desemprego, nós temos o menor da história, mas temos ali uma linha fina – câmbio, inflação, as últimas posições do Banco Central. Eu perguntaria ao senhor, se o senhor estivesse ali, no Ministério da Fazenda, no comando dessa política econômica, como a gente sairia disso? Quais os passos? Será que é ir administrando? Esperar os investimentos de infraestrutura?

Então, esse debate, que está muito presente aqui no nosso dia a dia, eu queria muito que V. Ex^a, o senhor entrasse, porque, de fato, a gente sente que há muito pouca margem. Quais os caminhos? Para onde ir? Então, agradecendo ao senhor pela presença aqui, por esse rico debate, por essa rica exposição, eu tomo a ousadia de sair do debate mais estrutural, para entrar no debate da conjuntura mais imediata nossa, que são esses desafios nossos do dia a dia.

Passo a palavra ao senhor, agradecendo, desde já, a sua presença nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

– Eu vou começar respondendo, Senador Lindbergh, a questão mais complicada. Eu acho que nós estamos sofrendo uma dimensão da instabilidade que é gerada fundamentalmente pela mudança de orientação, pelo menos de sinal, da política monetária americana. Isso está pegando todos. Não está pegando só o Brasil. Se olharmos o que aconteceu com o peso mexicano, veremos que ele também sofreu uma desvalorização importante, um pouquinho, até ontem, inferior à do Brasil.

Nós temos o sistema monetário internacional, que é absolutamente assimétrico. Quer dizer, os Estados Unidos dão uma rabanada, ou inflando a economia ou desinflando a economia, e, na verdade, os países de moeda não conversível são obrigados a se ajustar de alguma maneira.

Eu conversava, outro dia, com o ex-Ministro Delfim Netto, que concordou que nós temos uma vantagem: essa crise não é igual à de 1979 nem igual à de 1999, em que estávamos, na verdade, desabastecidos. Na crise de 1999, não sei se vocês se lembram, saíam 5, 6 bilhões por dia. Eu me lembro de que ia assistir, apavorado, aos jornais da noite, porque nós tivemos uma crise cambial séria por conta da valorização do câmbio, do endividamento privado em moeda estran-

geira, coisa que deixamos acontecer de novo, etc., etc. Não podemos deixar o câmbio disparar, porque isso afeta o balanço das empresas. Nós temos que tomar muito cuidado com isso.

A Petrobras mesmo, que teria *head* natural, mas não o tem por razões outras nesse momento, vai sofrer desequilíbrio no seu balanço porque tem muita dívida em moeda estrangeira. Mesmo aqueles que tomaram recursos à perpetuidade – quer dizer, na verdade, que não têm o efeito caixa por conta da desvalorização – vão ter o efeito balanço. O balanço vai piorar.

Muito bem. O que eu diria? Eu acho que imediatamente, é uma sugestão um pouco atípica, nós temos que fazer, nesse momento, duas coisas: na política de inflacionar na taxa curta, não podemos deixar a inflação acelerar, porque isso é um risco danado, a população sente imediatamente, mas, ao mesmo tempo, nós temos que operar nos mercados de ativos.

O que está acontecendo agora? Com a mudança da política monetária americana, esse clima de desconfiança, muita gente está resgatando as cotas dos fundos. Quando se resgatam as cotas dos fundos, o que os fundos fazem? Pegam os ativos que estão lá e vendem. Então, há uma deflação de ativos, caem os preços, a taxa de juros longa, aquela que é formada no mercado, a que interessa para quem toma dinheiro no mercado, começa a subir. As condições de crédito começam a piorar.

Então, o Governo tem instrumentos e deve usar, se for possível, uma parte das reservas para comprar isso, para, na verdade, estabilizar o preço desses ativos, que não têm nada a ver com subir a taxa curta. Você vai, simplesmente, mudar a inclinação da curva, não deixar que ela empine tanto assim, porque, se você deixar que a deflação de ativos, que a queda de preços dos ativos se acentue, a taxa longa sobe muito. Você tem que tentar normalizá-la. É a minha opinião.

É muito fácil falar isso, mas o Tesouro já está fazendo um pouco disso com os títulos públicos, para impedir que esse fenômeno ocorra. Esse é um ponto.

A outra questão é a seguinte: não há como, nesse momento, pensarmos numa aceleração do crescimento sem que os projetos de infraestrutura estejam em movimento. Acho que aí houve um problema de tempo, de *timing*. Houve um problema de *timing* – desculpem a palavra *timing*. Se o Aldo Rebelo estivesse aqui, me daria um tiro, mas ele não faria isso porque somos correligionários de outra natureza. (*Risos*.)

Queria aproveitar para responder sua pergunta sobre o programa chinês – depois respondo ao Eduardo, para terminar. O problema ainda está na diferença do financiamento chinês, que eles usam intensivamente.

Os bancos públicos e as empresas que funcionam como intermediárias – eles inventaram –, elas funcionam como intermediárias. Então, não se tem dívida pública.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Inclusive são *joint ventures*.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Isso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eles inventaram uma *joint venture*. Eles trazem estrangeiros para...

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Exatamente. É uma construção institucional de uma inteligência, de uma capacidade impressionante.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E o sistema financeiro no comando.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Isso.

Então, eles constroem essa montanha, essa enorme extensão de linhas.

Tenho uma história a falar do Serra aqui. Vou contar uma história do Serra. Ele foi a Amsterdã apresentar os planos de expansão. Ele apostou muito nisso, na expansão das linhas de transporte metroviário em São Paulo. Ele fez bastante. Antes dele, falou o Ministro chinês. Ele falou que quase desistiu de falar, porque a diferença era de tal ordem, a desproporção era de tal ordem que ele ficou meio acuado. Por quê? Eles têm esse programa de infraestrutura. O Senador Inácio disse muito bem: na verdade, eles têm uma política de expansão das redes urbanas de transportes, metroviário sobretudo, e de demanda para as empresas chinesas. Essa história do tatuzão é típica. “Temos esse programa aqui e vamos fazer o tatuzão aqui.” Eles têm política industrial.

O que acontece? Tive um debate outro dia – é meu amigo, mas tenho que explicitar – com o Bacha, no jornal *Valor*. O Bacha estava dizendo que o Brasil não precisa fazer esse negócio das encomendas domésticas. Tem que fazer, sim! Isso é política industrial, meu velho! Quem não faz é tonto. Está se passando por bobo. Na verdade, se você tem uma massa de investimentos importante, você tem que conduzir essa massa de investimentos para estimular a indústria brasileira – ou não? – para criar inclusive novos polos de desenvolvimento tecnológico, etc.

Em relação a sua pergunta...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A Huawei, que está em Campinas, eles começaram apenas na área de TI. Hoje eles estão nas redes metroviárias.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – É o negócio do sistema de controle da proximidade

dos trens. Quando menor o intervalo, mais rápido e mais eficaz é o transporte. Isso é um mecanismo de controle de proximidade.

Em relação a sua pergunta, quero dizer, respondendo, que esses dois autores que mencionei, ao contrário do que as pessoas, em geral, pensam não são estatizantes. Na verdade, o propósito da obra dos dois é fazer com que o potencial enorme que o capitalismo criou de produzir, de inventar, de disponibilizar bens, etc., seja dirigido ao cidadão comum. Todo economista, antes de começar a raciocinar abstratamente com os seus modelos, se diverte. É divertido, mas, em geral, é inútil e tolo. Temos que pensar no que funciona para o cidadão comum.

Vou dizer claramente o meu ponto de vista. Acho que, diante das mudanças tecnológicas que estão à frente, das transformações que estamos observando, essa extensão da renda da cidadania e a redução da jornada de trabalho... Os dois achavam que as pessoas...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O pessoal podia fazer um levante porque temos uma proposta de redução de jornada que está pronta para ser votada.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – ... precisavam trabalhar menos, que o potencial produtivo já permite que se trabalhe menos, com mais racionalidade.

Hoje em dia, você vê o pessoal do setor de serviços, em vez de trabalhar menos, com as novas tecnologias, os coitados trabalham mais! Ser acordado de madrugada por um sujeito que quer te perguntar como é que foi a Bolsa em Hong Kong.

Então, aumentou a intensidade do trabalho para uns, quando se poderia estar reduzindo a jornada de trabalho, diante do potencial produtivo global que está aí. Mas não é isso que o capitalismo vai fazer: se você não colocar freio nele, ele não vai fazer isso; se você não colocar regra e não disser que todo mundo tem direito a uma renda, quando nasce – porque esse é o princípio do estado de bem-estar: desde o berço até o túmulo, a pessoa tem direito a uma renda, tem direito à vida! É essa a preocupação que nós temos que ter – nós, que estamos em certa posição política, temos que estar nessa posição, sem preconceito contra quem acha que quem recebe Bolsa Família é vagabundo!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, por essa conclusão tão significativa, prezado Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, acho que foi um dia de aprendizado notável para todos nós! E queremos muito agradecer a sua contribuição. Que bom que os jovens que estudam Economia, hoje,

têm Professores como José Carlos Assis e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, para...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Poderíamos propor ao Belluzzo fazer uma jornada no Brasil inteiro, aproveitando a deixa que ele ofereceu de que todo economista tem de ir onde o povo está, não é verdade? Todo economista tem que ir onde o povo está! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem que ir onde o povo está!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – De acordo como poeta Milton Nascimento. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há poucos dias, tive um encontro com os representantes do Movimento Passe Livre e disse a elas e eles que estou pronto, para explicar a renda básica de cidadania e, logo, logo, na hora em que compreenderem bem... Ainda há poucos dias, sexta-feira passada, dia 21 de junho – para mim um dia muito especial, porque completei 72 anos – e me foi dado um presente notável, porque a escola social do DIEESE me convidou para, por três horas, expor a renda básica de cidadania. Quando terminei, perguntei: “Quem não gostou da proposta?” – o auditório estava repleto, e ninguém levantou a mão. “E quem recomenda a Presidenta Dilma para, logo, considerá-la?” Todos levantaram a mão! Isso aconteceu na escola dos dirigentes e assessores de todos os sindicatos de trabalhadores que compõem a classe de alunos do DIEESE e, para mim, foi um presente de aniversário.

Muito obrigado ao Sr. Belluzzo.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Foi um prazer!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nada mais havendo a tratar...

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Foi um prazer! Quero dizer que o dia 21 de junho é dia de São Luiz Gonzaga, um santo jesuíta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Onde estudamos! (*Risos.*)

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Onde estudamos! (*Risos.*)

Santo Inácio e São Luiz!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Presidente Lindbergh Farias, muito obrigado e parabéns!

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 11 minutos, a reunião foi encerrada às 13 horas e 58 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO, EXTRA-ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2013, ÀS 19 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezenove horas e trinta e dois minutos do dia primeiro de julho do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy e Inácio Arruda. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, José Pimentel, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de debater a Unasul e a Integração Sul-americana: as relações comerciais, o financiamento da infraestrutura logística e a integração social e política da América do Sul, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 4 de 2013, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros, tendo como expositores o Sr. Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Ex-Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores – MRE, Diplomata e Ex-Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; o Sr. José Carlos de Assis, Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul – Intersul; e a Sra. Mônica Bruckmann, Assessora da Secretaria-Geral da União de Nações Sul-Americanas – Unasul. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta. Audiência pública. Debater a Unasul e a integração sul-americana: as relações comerciais, o financiamento da infraestrutura logística e a integração social e política da América do Sul.

Requerimento de audiência nº 4, de 2013, Senador Eduardo Suplicy e outros.

Convidados.

Já está aqui na mesa o Professor José Carlos de Assis, Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos para Integração da América do Sul – Intersul.

Convido nosso Professor Samuel Pinheiro Guimarães Neto, ex-Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, diplomata, ex-Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que muito nos honra com sua presença aqui.

Chamo a Srª Monica Bruckmann, Assessora da Secretaria-Geral da União de Nações Sul-Americanas – Unasul.

Os convidados já se encontram no plenário da Comissão.

O Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores estão encerrando debate no plenário do Senado Federal e estão vindo para esta audiência pública.

Passo a palavra para a Srª Monica Bruckmann, Assessora da Secretaria-Geral da Unasul, primeira expositora.

Com a palavra.

A SRª MONICA BRUCKMANN – Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da Casa, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Dr. José Carlos de Assis, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, boa noite.

Eu queria começar agradecendo pelo convite para participar destas sessões de discussão, que sei que acontecem toda segunda-feira. A proposta é do Senador Eduardo Suplicy, a quem parabeno pela iniciativa. Acho que discutir a integração da América Latina, da América do Sul é uma das questões da maior importância nesse momento em que as enormes fortalezas que a região tem, em relação ao conjunto de possibilidades, só podem ser viabilizadas através da união dos nossos governos, dos nossos países e dos nossos povos.

Não sei quanto tempo temos, mas vou me permitir apresentar algumas ideias que vimos trabalhando, que fazem parte de uma pesquisa desenvolvida já há alguns anos, no contexto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que se aprofundaram através da colaboração com a União de Nações Sul-Americanas, especificamente a Secretaria-Geral da Unasul.

Nós vivemos um momento de grande importância na região. A região tem enormes potencialidades num contexto em que a estrutura do poder mundial e a estrutura econômica, especificamente, passam por rearranjos extremamente importantes.

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2013 do PNUD, na introdução, diz uma coisa bastante interessante, que eu queria observar no início desta fala. Eles dizem que o sul sempre precisou do norte, mas cada vez mais o norte precisa do sul. Entre outras coisas, além do dinamismo econômico, uma coisa que se reconhece no sul é uma diversidade muito grande, que não é mais um impedimento: uma diversidade étnica, cultural, civilizatória. Não é mais um impedimento, mas é a possibilidade de enriquecimento e de encontrar novas formas de convivência humana no planeta. Quer dizer, nós estamos passando de uma visão de choque de civilizações para uma visão, como eles chamam, de aliança de civilizações. Acredito que isso faz parte de um movimento planetário de incluir a diversidade como parte da riqueza das nossas civilizações, mas também dos nossos povos. Uma das coisas mais marcantes da América Latina contemporânea talvez seja a diversidade dos processos econômicos, políticos que estamos vivendo, mas também a diversidade étnica, cultural e civilizatória da nossa região.

A União de Nações Sul-Americanas, apesar da sua curta vida de pouco mais de quatro anos, tem passado por um processo de institucionalização muito importante. Além do Conselho de Chefes e Chefes de Estado, que se reúne uma vez por ano, ordinariamente, temos em pleno funcionamento o Conselho de Ministros de Relações Exteriores dos países-membros, mas também temos doze conselhos setoriais, ministeriais, que vêm atuando muito dinamicamente. Entre os últimos conselhos ministeriais criados, o de Educação, Ciência e Tecnologia já está em pleno funcionamento. Essa tem sido uma fase inicial extremamente importante, que coloca a União de Nações Sul-Americanas com grande capacidade de atuação política, mas com crescentes possibilidades de atuação econômica para aprofundar os processos e os projetos de integração continental.

O que eu queria mostrar nessa primeira lâmina é um quadro publicado pelo serviço geológico dos Estados Unidos. O quadro é publicado todos os anos, atualizado ano a ano, e mostra a dependência dos Estados Unidos em relação a minerais estratégicos selecionados, que os Estados Unidos têm que importar de outras regiões e países, sobretudo da América Latina.

Vou me permitir mostrar rapidamente aqui. Vocês veem, na coluna da esquerda, os minerais estratégicos selecionados, de cuja importação os Estados Unidos

dependem. Na coluna da direita, os países dos quais esses minerais são importados. As barras azuis são o nível de dependência das importações líquidas, portanto, exportação menos importação.

O interessante desse gráfico é que, como a gente pode ver, esse primeiro grupo, de mais ou menos 76 minérios estratégicos, impacta diretamente 14% do Produto Interno Bruto. Quer dizer, têm uma importância muito grande na economia dos Estados Unidos. Os Estados Unidos dependem 100% de importações. Temos um segundo grupo, de mais ou menos 22 ou 23 minerais estratégicos, em relação ao qual os Estados Unidos dependem 50% a 98%. E um terceiro grupo, do qual depende até 49%.

Se virmos de onde vêm esses minerais estratégicos, em primeiro lugar, encontramos a China; em segundo lugar, os vários países da América Latina. Mas temos um processo em andamento e se aprofundando, que é o fato de que a China está deixando de exportar esses minerais estratégicos para os Estados Unidos porque ela própria emerge, na economia mundial, como grande demandante de recursos naturais, sobretudo minerais metálicos. Os Estados Unidos estão tendo que importar, preencher esse déficit, dos países da América Latina, particularmente da América do Sul.

Quando observamos quais são esses minerais, temos, nesse grupo de 100% de dependência, minérios tão importantes como o nióbio. Vocês devem ter conhecimento de que 98% das reservas de nióbio, em nível mundial, se encontram no Brasil. O nióbio é um minério muito usado na indústria aeroespacial, porque é um minério que produz ligações de alta resistência. Além disso, o nióbio tem um conjunto de aplicações na indústria naval, porque evita a corrosão de outros minerais. Então, é um minério profundamente importante para o desenvolvimento científico-tecnológico na área aeroespacial, e os Estados Unidos dependem 100% de importações do Brasil. Segundo as nossas pesquisas, até agora não verificamos que o Brasil tenha uma política estratégica em relação ao nióbio, por exemplo, dada a importância que esse minério tem para a economia mundial e dada a importância das reservas brasileiras em relação às reservas mundiais.

Outro minério fundamental, do qual os Estados Unidos dependem 100% das importações, e a China também, é o lítio. Eu queria apenas chamar a atenção muito rapidamente para o uso industrial do lítio. O lítio é um minério usado para a produção de baterias recarregáveis de quase todos os dispositivos eletrônicos produzidos e consumidos no planeta. Sua alta densidade de armazenamento de energia faz dele um insumo fundamental na produção de novas gerações de baterias de lítio, de lítio e gás, de lítio e íon.

Aqui eu vou avançar um pouquinho para me referir ao lítio.

Este aqui é um gráfico que mostra a produção mundial de baterias recarregáveis de 1994 a 2008. Se nós observarmos os dados de 2006, veremos que a tecnologia anterior de níquel e cádmio começa a decair para dar um lugar muito maior à produção de baterias de lítio, que, em mais de 50%, começam a ser produzidas em 2006. E nós poderíamos dizer sem temor de errar que, para 2012, praticamente todas as baterias recarregáveis produzidas a partir do lítio dominam a produção e o comércio mundial de baterias recarregáveis.

Talvez o uso industrial mais importante do lítio seja a produção dos veículos híbridos elétricos. Os veículos híbridos elétricos usam baterias recarregáveis, que podem ser recarregadas em qualquer tomada de 220 volts doméstica. A recarga não dura mais do que cinco minutos. As principais montadoras de veículos não estão mais produzindo protótipos, mas veículos que estão sendo comercializados no mercado mundial e que estão crescendo no tamanho, porque estão produzindo novos materiais, com a dureza do aço, mas com o peso do plástico, o que quer dizer que quando os veículos híbridos elétricos vierem a ser usados, por exemplo, no transporte público, seguramente estaremos diante de um horizonte de mudança de padrão energético no transporte de energia fóssil para energia limpa armazenada em baterias de lítio.

Pois bem, 96% das reservas de lítio em nível mundial, estão na América do Sul, em três países basicamente: Bolívia, Argentina e Chile.

Até dez anos atrás, as reservas mundiais de lítio ascendiam a 13 milhões de toneladas métricas e com as descobertas das reservas de lítio na Bolívia que ascendem a 100 milhões de toneladas métricas de lítio, as reservas mundiais se multiplicaram em quase nove vezes.

Eu me pergunto quando vejo os dados: será que a região vai se conformar, sendo exportadora de lítio, de matéria-prima sem valor agregado, ou nós temos plenas capacidades e possibilidades, podemos pensar em megaprojetos de produção de baterias recarregáveis de lítio e inclusive megaprojetos para fabricação de veículos híbridos elétricos, veículos que têm melhorado de forma impressionante a *performance* do seu desempenho? São veículos que têm um nível de aceleração de 0km a 180km, nos primeiros dez segundos em que se coloca o veículo em marcha, o que não existia há cinco, seis anos atrás. E são veículos que representam a possibilidade de que a região, que tem grandes capacidades de produção de energia limpa, possa desenvolver um projeto continental. Certamente

um projeto dessa envergadura, que vai competir com um conjunto de interesses extracontinentais, só pode ser viabilizado através de um processo de integração cada vez mais abrangente e mais profundo.

Eu queria mostrar para vocês alguns dados, rapidamente, que nos levam a concluir que esse enorme potencial que tem a região em relação a reservas importantes de recursos naturais estratégicos pode servir de base para uma política, uma estratégia continental de aproveitamento dos mesmos para o desenvolvimento local e regional.

Vejam vocês aqui que esse gráfico mede a importância que tem a América Latina em relação a esses minerais estratégicos aos quais nos referimos na primeira tabela e em relação aos quais os Estados Unidos dependem profundamente de importações e exportações da região. As barras verdes são as reservas da América Latina, as barras vermelhas são as reservas da China e as barras azuis as reservas dos Estados Unidos.

Certamente fica evidente o peso da região em relação a reservas desses minérios estratégicos, em relação, por exemplo, aos Estados Unidos ou à China, que também é um grande produtor, mas cuja necessidade de consumo excede a sua capacidade de produção. E uma das razões pelas quais, nos últimos vinte anos, a China se aproxima crescentemente disso – que, hoje em dia, podemos dizer que é o primeiro aliado comercial da região, primeira origem de importações e o segundo destino de exportações – é justamente a partir da necessidade que tem a economia chinesa e o modelo de desenvolvimento chinês de minerais fósseis, minerais não fósseis e produtos alimentícios que provêm da América Latina.

Esse aqui já é um gráfico que mostra apenas as reservas dos minerais estratégicos cujas principais reservas estão na América do Sul, vejam vocês. No caso do lítio, do nióbio, do tantálio, mais de 95% das reservas mundiais estão na América Latina; ouro, prata, rênio, cobre, 39% das reservas mundiais.

Eu queria mostrar, aqui, o quanto é possível pensar numa política do sul, a partir da afirmação da cooperação sul-sul, para avançarmos numa estratégia de gestão soberana dos recursos naturais. Esse aqui é um gráfico que mede as reservas que tem a América do Sul, as barras verdes; as reservas da Austrália são as barras roxas; as reservas da China, as barras vermelhas; e as reservas da África do Sul são as azuis. Vejam vocês a importância que tem o sul do Planeta em relação às reservas de recursos minerais não fósseis.

Isso aqui nos pode levar a pensar na possibilidade de uma estratégia sul-sul de gestão a partir da cooperação e da coordenação permanente em relação

a essa grande possibilidade que representam as reservas de minerais metálicos no sul do Planeta. Aqui, não temos considerado a Rússia. Seguramente com a Rússia nós incrementaríamos muito a posição do sul, não só o sul geográfico, mas o sul político do Planeta em relação a minerais metálicos.

Em relação aos minerais fósseis, os dados da BP Oil para 2011 mostram que a nossa região, América do Sul, é a segunda região em relação às reservas de minerais fósseis, sobretudo petróleo e gás, em nível mundial. Só depois o meio oriente com reservas totais de 325 milhões de barris de petróleo.

Essa quantificação, que são reservas provadas, ainda não inclui o potencial das reservas do pré-sal no Brasil nem na faixa do Orinoco, na Venezuela, o que poderia levar a região a ser a mais importante em relação às reservas mundiais de petróleo e, consequentemente, de gás, que é um mineral fóssil associado ao petróleo.

Eu queria mostrar isso apenas para pensar o grande potencial que tem a região também na produção de energia a partir de minerais fósseis.

Porém existe um outro elemento de grande importância geopolítica em nível mundial: as reservas hídricas. Segundo dados da Faosat, de 28 a 30% das reservas de água doce em nível mundial estão na América do Sul, apenas nesses três aquíferos, que são os três grandes aquíferos: o Aquífero Amazonas; o Aquífero Maranhão; e o Aquífero Guarani. Com uma característica adicional: as nossas reservas têm 100% de capacidade de reposição através das chuvas por ser uma região tropical. No caso da África, que tem mais aquíferos que a América do Sul, mas cujas dimensões das reservas são menores, nós temos aqui nessa região norte a água praticamente como um recurso natural não renovável, pelo baixo nível de chuvas; e a África subsaariana, com uma capacidade maior de reposição, tem passado por 20 anos de exploração da água para abastecer o mercado europeu, a partir de 3 ou 4 empresas transnacionais engarrafadoras que atendem o mercado europeu.

As reservas de água da Europa são poucas, de baixa qualidade, porque são bastante contaminadas e são bastante preservadas.

Vemos aqui nessa análise geopolítica da água que as reservas que se encontram no norte da Índia têm uma pressão muito grande do próprio país, mas também as reservas de água do sudeste Asiático e da Eurásia têm uma pressão muito grande de consumo da China.

No caso dos Estados Unidos, eles estão enfrentando um gravíssimo problema que é o consumo das reservas de água. Segundo os especialistas, os Esta-

dos Unidos perdem mais ou menos um metro da capa freática de água por ano. Entre outras razões, porque a capacidade reposição de seus aquíferos é menor que o consumo que esse país tem e também porque os Estados Unidos têm cidades de grande demanda de água doce, criadas no meio do deserto, como Las Vegas, o que vem a ser uma grande pressão nos aquíferos do país.

Esse mapa mostra a extração nacional total de água subterrânea por país. Vemos aqui, então, que tanto Estados Unidos, quanto Índia são países que maior extração de água doce têm em relação aos outros países e nós, na América do Sul, ainda estamos com um nível de extração bastante baixa.

Os dados indicam que a América do Sul poderia multiplicar em nove vezes o consumo de água como região e ainda assim não atingiria uma gota só das reservas de água. Temos aqui, exatamente na região Norte do Brasil, a descoberta do Aquífero Alter do Chão, que ainda não foi suficientemente pesquisado, mas os estudos preliminares indicam que esse aquífero teria o dobro das reservas de água do aquífero Guarani que é um dos maiores do mundo. Portanto, a região poderia ir muito além dos 30% das reservas mundiais de água, se aproximando de 40% das reservas mundiais de água.

Onde há alta concentração e grandes reservas de água temos também grande concentração de biodiversidade, de ecossistemas e de pisos ecológicos. Esse aqui é um gráfico feito a partir dos dados do convênio de diversidade biológica que indicam a altíssima concentração de biodiversidade que a região tem em comparação aos outros países. Vejam vocês que esse aqui é o índice de diversidade biológica que vai de zero a um; zero, pouca ou nenhuma diversidade biológica; e um é a taxa máxima de diversidade biológica, que é o caso, por exemplo, de Indonésia. Vejam vocês que a Colômbia vem em primeiro lugar, com 0,93, e Brasil e Equador, em segundo lugar, com 0,87 de índice de biodiversidade.

Apenas 25% dos 190 países do mundo superam o índice de biodiversidade maior do que 0,6. Dez dos doze países da América do Sul superam esse índice, quer dizer, 83% dos países da região sul superam esse índice.

A diversidade biológica é um elemento a ter em conta porque ela é a base da pesquisa mais importante, a pesquisa de ponta que a humanidade está desenvolvendo nesse momento, que é a biotecnologia e o estudo do genoma. Segundo dados de uma pesquisadora argentina, só para citar um exemplo, o Banco Mundial teve 134 projetos de pesquisa de biotecnologia no aquífero Guarani, de 2000 a 2006, em

caráter de exclusividade. Depois de anos de pesquisa, o Banco Mundial se retirou sem deixar nenhuma folha dos resultados dessa pesquisa em uma região de grande concentração de biodiversidade como a tríplice fronteira a partir da grande concentração de água do aquífero Guarani.

Então, o que queria colocar aqui é apenas a ideia de que é necessário pensar essa enorme riqueza que a região tem em termos de ser uma região de grande concentração de biodiversidade, não apenas de um ponto de vista ambiental, mas também de um ponto de vista estratégico, como sendo objeto das pesquisas científicas mais importantes que a humanidade está desenvolvendo neste exato momento.

Junto a esses indicadores que colocam a região com esse nível de importância em nível planetário, temos aqui a outra face da moeda, que seria a perda dessa biodiversidade, o que nos leva a pensar que a região precisa urgentemente desenvolver políticas continentais de conservação e de proteção dessa diversidade biológica, dessa enorme riqueza.

Vejam aqui vocês: esse é o estado de conservação de espécies de plantas medicinais, em diversas regiões geográficas. E a América do Sul é a segunda região em perda ou em número de plantas medicinais em situação de ameaça de extinção, vindo depois apenas da África.

Esses são os dados que mostram a alteração anual da superfície florestal, por regiões, de 1990 a 2005. A região da América Latina e o Caribe tem perdido, de 1990 a 2000, em dez anos, mais de 4 milhões de hectares e, de 2000 a 2005, quase 4,5 milhões de hectares. Temos a floresta úmida mais importante do planeta e também o nível de perda mais importante do planeta.

Aqui, esses dados são inversamente proporcionais à alteração anual na superfície florestal na Ásia Oriental, que ganhou mais ou menos o mesmo que a nossa região perdeu: quase 4 milhões de hectares, graças a uma política de reflorestamento muito importante levada adiante pelo governo da China, sobretudo desde os anos 80.

Não vamos ter tempo para aprofundar a dinâmica, nem o comportamento da China nessa complexidade da redefinição das estruturas de poder mundial e dessa redefinição econômica que mostra que o sul tem um crescente dinamismo e um impacto cada vez maior nessa dinâmica econômica mundial. Apenas queria chamar a atenção para o fato de que a China, sendo um grande produtor de minerais metálicos, por exemplo, é um grande consumidor, mas produz na medida em que incrementa o seu consumo, e não o contrário. E a China mostra para quem pesquisa os documentos

e as políticas concretas em relação ao setor de recursos naturais uma visão estratégica muito bem definida.

Aqui nós temos a produção de cimento para atender o crescente mercado, o fenômeno de criação de infraestrutura, a partir dos anos 90, sobretudo, como podemos ver aqui. Houve um incremento muito forte, portanto, do consumo de cimento e um incremento da produção e consumo de cobre. Mas vejam vocês aqui que, no caso do cobre, por exemplo, a China tem um incremento muito grande de produção de cobre, mas o consumo é maior. E esse déficit mostrado aqui, para 2012, é ainda maior. E esse déficit é preenchido a partir de importações da América Latina, particularmente da América do Sul. Entre o Peru e o Chile, a América do Sul tem praticamente 40% das reservas mundiais de cobre. Grande parte dessas reservas e dessa produção é exportada para a China. Nem o Chile nem o Peru têm uma política conjunta de produção nem de negociação com a China, em relação ao cobre.

Esses dados do CEPAL mostram que a China tem se convertido no primeiro sócio, aliado comercial da região já em 2008. Em menos de 8 anos, tem subido posições importantes, sendo origem das importações e destino das exportações dos principais países da região.

Em 2008, a China desenhou, aprovou, elaborou uma política para a América Latina. Na introdução desse documento – cuja divulgação considero da maior importância, porque mostra os eixos estratégicos da China em relação a sua aproximação com a América Latina – diz o seguinte:

Seguindo invariavelmente o caminho de desenvolvimento pacífico e estratégias abertas baseadas no benefício recíproco e ganho compartilhado, a China, o maior país em vias de desenvolvimento do mundo, está disposto a desenvolver a amizade e cooperação com todos os países sobre a base dos cinco princípios de coexistência pacífica, a fim de promover a construção de um mundo harmonioso de paz duradoura e de prosperidade compartilhada.

Eu queria mostrar isso apenas para assinalar que nesse documento se diz também que a China está disposta a negociar com os países da região, mas com a região no seu conjunto. E isso não é porque a China quer melhorar os termos de intercâmbio da região em relação aos recursos naturais que ela exporta para esse país, mas que a ela interessa garantir a sua segurança energética, a sua segurança alimentar e, portanto, é muito mais importante negociar regionalmente do que individualmente.

Apenas para finalizar, eu quero mostrar o que a região está fazendo em relação à China. Essa aqui,

são as exportações da países da América Latina para a China que mostram que, essa barra azul, a participação das exportações totais dos produtos primários passaram, desde 1995, de 38% ou 39%, para quase 70% do total das exportações. Quer dizer, em oito anos, passamos de 38% para 70% de matérias-primas sem valor agregado em relação ao total de exportações. Portanto, podemos dizer que temos reprimarizado a pauta exportadora em relação à China, no momento em que a região poderia estar perfeitamente agregando valor, pois tem grandes possibilidades de melhorar os termos de intercâmbio e de comercialização com a China a partir, por exemplo, de transferência tecnológica, de projetos de industrialização nacionais, regionais, o que poderia mudar radicalmente esse panorama aqui.

Então, o que a Unasul está fazendo neste momento? Há mais de um ano, vem discutindo uma política e uma estratégia continental de aproveitamento de seus recursos naturais para o desenvolvimento integral da região que aproveite essa grande força que ela tem não só para melhorar os termos de intercâmbio, de *commodities* e das matérias-primas que produz, mas sobretudo para fazer avançar os processos de industrialização desses recursos naturais, de gestão ambiental, para diminuir o impacto ambiental da atividade extrativa, de transformação e de gestão científica e tecnológica que seja capaz de suportar esses processos de industrialização.

Enfim, são os grandes desafios que temos à frente e que seguramente serão objeto de maiores debates nesta reunião.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem. Agradeço a Monica Bruckmann que é Assessora da Secretaria-Geral da Unasul.

Passo a palavra agora ao Professor José Carlos de Assis, Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul (Intersul).

Quero só dizer que a TV Senado passa a transmitir ao vivo. Vai haver várias reprises, durante a semana, desta nossa audiência pública, mas, agora, neste momento, está transmitindo ao vivo. Quero inclusive registrar que esta é uma audiência pública para debater a Unasul, a integração sul-americana, as relações comerciais e o financiamento da infraestrutura logística e a integração social e política da América do Sul.

Nós estamos com a Monica Bruckmann, que é Assessora da Secretaria-Geral da Unasul; com o Professor José Carlos de Assis, que é Presidente do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul (Intersul); e com o nosso grande professor, ex-Secretário-Geral do Ministério de Relações Exteriores, diplomata, ex-Ministro da Secretaria de

Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Samuel Pinheiro Guimarães Neto.

Passo a palavra para o Sr. José Carlos de Assis, dizendo que estamos estipulando um tempo máximo de 20 minutos para que possamos aprofundar o debate, que terá, depois, a participação dos Srs. Senadores.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Senador Lindbergh, meu caríssimo amigo, sinto-me honrado com o convite para participar desta reunião, ao lado do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e da também grande amiga Dr^a Monica Bruckmann.

Em relação ao senhor, quero dizer inicialmente que se trata de uma promessa da política brasileira, mas não posso dizer isso, porque eu acho que já é uma promessa realizada, pelo fato de estar comandando uma Comissão de tal importância dentro do Senado brasileiro, o que indica a realização do seu potencial político que provavelmente vai alcançar novos rumos não muito distante.

Eu vou tentar ser bem breve na parte inicial para me articular com a exposição da Prof. Monica.

Quero falar do contexto geral da crise mundial para situar o processo de integração sul-americana dentro do contexto. Essa crise, como todo mundo sabe, nasce de uma especulação doentia dentro do mercado hipotecário americano e do mercado de derivativos, transforma-se numa crise bancária privada, é exportada dos Estados Unidos para a Europa como crise bancária e força os governos da Europa a salvar os seus bancos e estatizar alguns deles, como fizeram com os dois maiores bancos ingleses, que foram estatizados, de países que são avessos à ideia da estatização e que, no entanto, foram obrigados a isso, coisa de que se perde a perspectiva. A Alemanha, outra privatista, quase teve que estatizar o Commerzbank.

Os países tiveram que confrontar com seu histórico antiestatizante, vamos dizer assim, senão não teriam como salvar seus bancos, mas nesse processo criaram uma crise fiscal, ou seja, para salvar os bancos, os governos tiveram que entrar com muito dinheiro, com isso, sacrificando seus orçamentos e entrando em déficit fiscal grande e em dívidas públicas grandes.

Todos os países europeus, talvez com exceção da Grécia, estavam numa situação fiscal considerada ótima pelos conservadores, abaixo de 60% do PIB de dívida pública, abaixo de 3% do PIB de déficit anual no orçamento e, não obstante, entraram numa crise gigantesca, do ponto de vista fiscal, para salvar o sistema bancário privado.

A reação inicial a essa crise, como todo mundo provavelmente se lembra, talvez nem todo mundo, foi uma reação keynesiana, quer dizer, nas reuniões iniciais do G-20 em Washington e depois em Londres e em

São Petersburgo, houve um consenso geral em torno de políticas fiscais expansivas, quer dizer, os governos teriam que expandir os seus gastos para que incentivassem a retomada do investimento e do emprego. Naquele susto, que foi o início da crise, todo mundo se tornou keynesiano. Eu lembro que até Sarkozy, o Presidente da França, dizia isto: “Agora nós todos somos keynesianos”. Mas isso durou pouco, porque a economia começou a se recuperar, que dizer, apesar do mergulho de 2009, quando chegou o fim de 2009, já se apontava para uma melhoria nos Estados Unidos e na Europa.

Então, entrou outro mantra para ser discutido, sob a liderança da Alemanha, de Londres, da Inglaterra. Tinha mudado o governo inglês, os trabalhistas perderam a eleição e os conservadores, com Cameron, ganharam as eleições. A França, com Sarkosy mudando de lado... Quer dizer, esses três países resolveram entrar no que eles chamavam de “*Exit Strategy*”, quer dizer: “estratégia de saída”, o que, na verdade, era um nome bonito para dizer o seguinte: é preciso sair das políticas fiscais expansivas, os Estados têm que parar de gastar, têm agora que fazer austeridade fiscal para acabar com a dívida e para acabar com o déficit. Isso aconteceu na reunião do G-20 em Toronto, no Canadá, no começo de 2010.

A partir daí, a Europa entra de novo em crise e uma crise profunda. Por quê? Porque em situação de recessão, você tem três caminhos possíveis para superá-la: um é a política fiscal, ou seja, expansão do gasto público; outro é a política monetária expansiva, quer dizer, você disponibilizar mais dinheiro para que o setor privado retome os investimentos; o terceiro é a política de aumento de exportações, porque, na verdade, a exportação cria demanda ao setor industrial. Mas a gente sabe, desde a década de trinta, quando a expressão “armadilha de liquidez” foi criada por Keynes, que a política monetária não funciona em certas situações de recessão, quer dizer, você disponibiliza dinheiro à vontade, com taxa de juros zero e mesmo assim o setor privado não toma o dinheiro emprestado para investir. Por quê? Porque não tem demanda. Ele não vai fazer investimento e criar obrigações, mesmo a custo zero, se não tiver perspectiva de vender. Então, a política monetária não funciona.

A política fiscal, por razões políticas que vou explicar logo em seguida, foi travada, quer dizer, todos os países foram obrigados a, em vez de fazer expansão fiscal, fazer contração fiscal. Então, o que sobrou? Sobrou exportação.

Então, todos os países industrializados avançados – e esta é uma situação nova no mundo inteiro, na história inteira do capitalismo – passaram a uma

política exportadora, por quê? Porque, nos Estados Unidos – quando se deu a reunião de Toronto, em que Alemanha, França e Inglaterra decidiram por uma política de austeridade fiscal –, o Obama ficou contra e a China ficou contra, queriam continuar com as políticas de expansão, mas o Partido Republicano Americano impôs uma derrota a Obama, que tentou fazer uma política de expansão de quatrocentos e poucos bilhões de dólares – ele já tinha feito uma de US\$787 bilhões em 2009, queria fazer uma outra de quatrocentos e tantos bilhões. Não conseguiu, porque o projeto foi engavetado pelo Partido Republicano na Câmara.

Então, todos os países industrializados avançados.. E aí que estamos em risco: todos os países. Nos Estados Unidos, o Obama foi obrigado a perguntar: “Eu estou cercado; pelo lado fiscal, a política monetária não funciona; o que eu tenho que fazer? Aumentar as minhas exportações.” E os Estados Unidos passaram a ter como prioridade dobrar as exportações em cinco anos, o que foi anunciado no programa do Obama sobre o Estado da União em 2010 e reiterado em 2011 e 2012. Dobrar as exportações em cinco anos.

O Japão entrou em desespero para aumentar as exportações, inclusive fazendo uma brutal desvalorização do iene. E a Europa não tinha saída, porque, diante da política alemã de austeridade imposta conjuntamente pela Inglaterra e pela França, a única saída que eles tinham é aumentar as exportações. Então, o conjunto dos países industrializados, mais a China – que continua uma economia liderada por exportações –, está desesperadamente tentando aumentar as exportações. Para quem? Só pode ser para nós.

Quando você quer fazer superávits comerciais – e não se trata apenas de aumentar exportações, mas de aumentar o superávit comercial –, tem que ter alguém para fazer o déficit, porque isso é um jogo de soma zero: um faz superávit, o outro faz déficit. Então, alguém vai ter que pagar a conta. Quem vai pagar a conta? Os emergentes, os subdesenvolvidos.

E, desde então – quer dizer, sobretudo a partir de 2010, mas isso foi acentuado em 2011, 2012 e 2013 –, entramos numa fase de *dumping* comercial dos países industrializados avançados, através de políticas agressivas do ponto de vista cambial e através de políticas agressivas do ponto de vista de subsídios e de esforço exportador.

Nós já estamos em déficit com nossa balança comercial. É uma coisa que, há cinco, seis anos, era impensável, mas já estamos em déficit. E os países da América do Sul também estão em déficit, estão entrando em déficit, inclusive aqueles que eram apresentados como um emblema do sucesso econômico:

Chile, Peru. Em todos, os superávits comerciais estão desabando ou já estão entrando em déficit.

Essa é uma situação política nova no mundo, porque nunca aconteceu isto: uma combinação de esforço político dos países industrializados avançados em fazer superávits comerciais com o resto dos países, por quê? Porque normalmente era o contrário que acontecia: para sair de uma crise, um país subdesenvolvido era submetido a regras do FMI justamente para aumentar as exportações. Para quem? Para os países desenvolvidos. O padrão da política de austeridade do FMI para os países em desenvolvimento sempre foi esse. Quando o Brasil entrou em crise da dívida externa, ele foi forçado a fazer o quê? Política de superávit comercial. Mas agora acontece o contrário e nós somos economias pequenas para suportar o que significa um *dumping* comercial dos países industrializados avançados.

Como é que a gente vai se defender disso? Esta é a verdade e esta é a questão estratégica central: como se defender. Individualmente, nós não temos como nos defender, porque se tentarmos levantar barreiras protecionistas individualmente, vamos enfrentar todo tipo de retaliação possível no nível de organização mundial do comércio. Sozinho é muito difícil. Então é aqui que entra uma situação nova. A integração sul-americana não é mais um sonho, não é mais uma coisa onírica, não é mais uma fantasia. Ela é hoje um imperativo. Porque só como bloco econômico nós podemos proteger o nosso sistema produtivo. Essa é a verdade. E como bloco econômico será possível pelo menos durante algum tempo. Não contraria as regras da OMC você ter um sistema de proteção do seu parque produtivo.

Bom, mas de que adianta fazer isso estaticamente? Não adianta nada, porque daqui a pouco se esgota esse prazo de proteção e você volta à situação inicial. Então, você tem que ter uma estratégia dinâmica para isso. E qual é a esta estratégia? Essa estratégia, nós acabamos de ouvir na exposição da Profª Monica, e desenvolver aquilo que os países da América do Sul têm de mais importante que são os recursos naturais. Nós temos abundantes recursos naturais. Agora, temos que transformá-los aqui, e não vendê-los como matéria-prima.

Agora, esta que é a questão que me traz aqui, sobretudo: você tem mineração em um ponto, você tem industrialização em outro ponto, e aí há uma coisa chave que é a logística. Mineração você pode fazer com recursos privados, porque você vende o produto, não há grandes problemas, está no mercado mundial. Industrialização você pode fazer com recursos privados, inclusive com acordos estratégicos importantes sobre os quais eu vou falar um pouco à frente. Agora,

logística, ou seja, infraestrutura de transportes entre a mina e o ponto de industrialização e o ponto de industrialização em um mercado interno ou internacional, só público. Não tenham ilusão. É impossível fazer isto com recursos privados, com investimentos privados, com risco privado.

São vias, rodovias, ferrovias, hidrovias, em regiões de fronteira, em regiões pioneiras, que não têm carga suficiente, que não têm volume de transporte suficiente para suportar pedágio, por exemplo, e viabilizar o investimento privado. Tem que ser investimento público.

E investimento público significa o seguinte: tem que haver poupança interna pública. Tem que haver poupança interna pública! Ou seja, tem que haver alguma forma de contribuição, ou de imposto, ou de qualquer tributo, para financiar esse esquema logístico.

Nós todos sabemos que os países sul-americanos... Talvez com exceção do Brasil, onde há uma carga tributária de 35%, que já é razoável, mas ainda é baixa em relação aos países europeus, por exemplo. Mas, em relação aos demais países sul-americanos, é até alta, porque há países sul-americanos que têm uma carga tributária de 14% do PIB, de 20% do PIB, de 25% do PIB, é muito baixa. Mas nós não temos realmente alternativa a não ser buscar o aumento da poupança interna através de alguma forma de contribuição.

Nós temos a experiência brasileira nessa área, que é muito rica e que foi muito produtiva. Nós temos a experiência americana. Tanto os Estados Unidos quanto o Brasil criaram a sua infraestrutura de transportes à base de tributos vinculados ao investimento em transportes.

Os Estados Unidos têm hoje um Fundo Rodoviário que, através de uma contribuição que parece com a nossa Cide, rende por ano US\$120 bilhões. A Cide brasileira, que era antes Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, foi o que assegurou o desenvolvimento rodoviário brasileiro, sobretudo na parte sul do País. Foi graças à Cide brasileira que se fez esse desenvolvimento logístico no Brasil.

Infelizmente, o Governo, no ano passado, resolveu zerar a Cide brasileira. Ele não extinguiu a Cide, ele a zerou. E voltou a ter uma situação de falta de recursos na área de transportes.

Já estava descaracterizada, porque, no Governo Fernando Henrique Cardoso, eles desvincularam, na verdade, os recursos do imposto único do investimento de transporte e os colocaram na caixa única do Tesouro. Essa era uma exigência do FMI. O FMI exigiu, desde a negociação da dívida pública, acabar com os impostos vinculados e concentrá-los todos na caixa do Tesouro para garantir o pagamento da dívida pública.

Agora, nós não devemos nada mais ao FMI e podemos voltar a uma situação muito mais eficaz, muito mais efetiva, para o desenvolvimento brasileiro, que é retomar a ideia do imposto vinculado nessa área de transporte especificamente, que pode dar uma contribuição fantástica ao desenvolvimento da integração sul-americana.

Se tivermos infraestrutura de transporte, nós viabilizamos realmente a integração. Se não tivermos infraestrutura de transporte, esqueça, esqueça; não há possibilidade de integração sul-americana sem uma infraestrutura integrada de transporte. Agora, com essa integração de transporte, você facilita a questão da mineração e da transformação.

Na transformação, nós podemos fazer um acordo estratégico importantíssimo com a China, porque a China está saindo dos produtos básicos, porque ela tem problemas energéticos e problemas ambientais. Então, ela pode transferir para fora do território chinês a transformação. Pode fazer um acordo com o Brasil, um acordo com a América do Sul, para ser o grande investidor na área da industrialização dos recursos minerais. Interessa a ela e interessa à América do Sul, que tem escassez de capital. Então, se resolve, na mineração e na industrialização, pela presença entre os dois de um sistema logístico eficiente.

O meu tempo já está se esgotando?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Faltam alguns minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Só para voltar a algo que é pouco compreendido nesse contexto geral que citei antes, por que isso aponta para uma situação permanente, que é a situação da Europa? As pessoas podem dizer assim: “Não, mas essa crise europeia é cíclica; daqui a algumas voltas, não terão mais nenhum problema.” Não. É uma crise da institucionalidade europeia, e vem de fundo, e, sobretudo, da ideia de reduzir a presença do Estado na economia, ou seja, a ideia do Estado mínimo e da redução da carga tributária. Por quê? Quando você tem a preferência pela política monetária em lugar da política fiscal, o que, na verdade, você está fazendo?

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – A política fiscal é distributiva. Ela interessa mais aos pobres do que aos ricos. Os ricos não precisam de serviços públicos; os pobres precisam de serviços públicos. Então, o gasto público, mesmo que sobre alguma coisa para os ricos – não é verdade? –, preferencialmente, atende aos interesses dos pobres. Essa que é a política fiscal.

Já a política monetária atende exclusivamente ao interesse dos ricos, porque só os ricos têm acesso a créditos bancários. Então, dar custo zero para tomar

empréstimo bancário, taxa básica de juros do Banco Central, repassada pelos bancos ao sistema produtivo, quando ocorre isso, tem-se um benefício que é exclusivo para os ricos e altamente concentrador de renda.

Já os índices de concentração de renda, de 2009 para cá, nos países industrializados e avançados, estão crescendo absurdamente em face da preferência pela política monetária. Isso está incrustado nos tratados europeus: Tratado de Maastricht, de 1992; e Pacto de Estabilidade e Crescimento, em 1997, que criou o Euro.

Portanto, não é uma política episódica, comandada pela Alemanha, pela Sr^a Merkel. Não. Está na institucionalidade europeia. Você não sai disso a não ser pela ruptura do Tratado de Maastricht. Por isso que é algo difícil e por isso essa crise europeia vai demorar muito. É uma crise de natureza político-institucional. Portanto, nós estaremos sujeitos às suas consequências durante muito tempo se não tivermos uma estratégia de enfrentamento disso, uma estratégia clara de contorno das consequências desse tipo de política.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Eu acho que a forma, a maneira de fazer isso, talvez a única maneira de fazer isso realmente com eficácia seja pelo aprofundamento do processo de integração sul-americana nas linhas gerais que eu acabei de sugerir.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Prof. José Carlos de Assis.

Passo, agora, imediatamente, a palavra para o nosso Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto. É uma honra recebê-lo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Muito bem. Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias. Eu queria agradecer muito o convite para participar desta audiência pública.

Eu queria aproveitar a oportunidade para fazer alguns comentários. Primeiro, o cenário mundial é de competição acirrada. Há instâncias de cooperação, mas a competição é acirrada entre os Estados Unidos, a China e a Europa em relação a nós, porque, naturalmente, para obter os superávits comerciais que o Prof. José Carlos de Assis mencionou, competem entre si pelos nossos mercados e exportam para nós produtos industrializados. A China exporta produtos industrializados, os Estados Unidos e a Europa também.

Segundo comentário. Eu estou plenamente de acordo com o Prof. José Carlos quanto à duração da crise. É a “financiarização” industrial produtiva, é a prevalência de uma visão neoliberal e de uma visão financeira das atividades.

Não falamos aqui muito das questões relativas a meio ambiente. Falou-se um pouco da China como parceiro na área de cooperação.

Essa emergência da China é extremamente importante do ponto de vista político e econômico, inclusive para nós, porque, passando para o cenário regional, a expansão econômica em alguns países da América do Sul decorre muito da demanda por minérios e por produtos agrícolas. É isto que se reclama volta e meia – uns certos mantras –: é preciso aumentar a exportação de produtos manufaturados para a Europa, para a China e fazem afirmações desse tipo. É preciso, mas não se consegue. Por quê? Vou chegar lá.

Um comentário sobre a questão da ação unida da região. Existe uma clivagem política e econômica na América do Sul. Há três países que adotam uma política de inserção total, no mercado mundial, de uma ideologia neoliberal que considera que total liberdade das forças de mercado resolverá todos os seus problemas econômicos, sociais e políticos.

Naturalmente, como foi mencionado, isso tudo leva a acordos de livre comércio. O Chile tem cinquenta e tantos acordos de livre comércio; o Peru, outros tantos. Portanto, esses países têm, hoje em dia, muita dificuldade de fazer política econômica, porque tiveram os seus instrumentos de política econômica cerceados por esses acordos. Então, isso é um fato.

Existe, de outro lado, um grupo de países, que são basicamente os países do Mercosul, que têm uma visão distinta. O segundo grupo, que está ainda não localizado, é o caso da Bolívia e do Equador mais o Suriname e a Guiana, que não estão nem em uma posição nem em outra. Mas tanto a Bolívia quanto o Equador já pediram adesão ao Mercosul, portanto estão dentro de uma visão de um tipo de política.

Ter uma política comum, da América do Sul, em relação ao aproveitamento de recursos minerais e energéticos ou da biodiversidade é extremamente difícil. Eu não quero ser pessimista, é uma realidade, porque a política desses países é de total liberdade para as companhias estrangeiras, para as grandes companhias multinacionais. Portanto, existem poucos instrumentos para interferir nisso dentro de seus países e muito menos em relação à política global regional. Muito bem. Então, eu acho que é um desafio muito importante para a Unasul como entidade e assim por diante.

Quanto à questão dos desafios e oportunidades, temos de um lado, a questão dos recursos naturais, a sua abundância, que são temas conhecidos. Não há, todavia, uma visão certa dos recursos naturais pela simples razão de que eles não são conhecidos. O que nós conhecemos é muito pouco em relação ao que existe. Tanto é que a descoberta recente de lítio na Bolívia a

transformou no maior país detentor de reservas, subitamente. Não tinha nada e, de repente, passou a ter: 100 milhões de toneladas, sei lá, um número extraordinário, mas uns 80% das reservas mundiais.

No Brasil, a pesquisa geológica é muito sumária, o mapeamento do território é muito pequeno. Para isso, é preciso ter geólogos. Para ter geólogos é preciso estimular as pessoas a estudarem Geologia. Para estimular a estudar Geologia, é necessário um estímulo do Estado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Daí é que vem a ganância.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – O quê?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Daí é que vem a ganância.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Mas ganância é uma coisa boa. É preciso gastar, é preciso gastar nessa área. Se o Estado não gastar certamente não vão ser as empresas que vão investir na formação de geólogos. Pode esquecer.

Então, a informação que eu tenho é que o número de geólogos que se formam, que o número de pessoas que entram nas escolas de Engenharia, de Geologia, é menor do que o número de pessoas que saem, porque há uma evasão muito grande. Então, acho eu que deveria o Estado, naquelas carreiras tecnológicas que são absolutamente essenciais para o conhecimento dos recursos naturais do País... É absolutamente essencial. Não se sabe: terá o Brasil reservas de lítio ou não? Ninguém sabe, porque não há um mapeamento geológico. Então, é preciso que o Estado estimule essas carreiras no Brasil. No Brasil! Entendam como bem entenderem o que estou dizendo. No Brasil! É preciso que estimulem aqui.

Isso não é algo muito difícil porque basta dar bolsas para aqueles que estudam essas matérias. Então, os recursos naturais dependem do conhecimento geológico. Dependem do conhecimento geológico e dependem da formação de pessoal técnico para poder fazer um levantamento dos recursos naturais. Aliás, o mesmo ocorre na biodiversidade e em outras áreas. Biólogos e assim por diante.

Muito bem, estou natural e perfeitamente de acordo com a ideia de que é necessário promover a industrialização dos recursos naturais. Se bem que isso é um pouco relativo, porque é possível desenvolver outras indústrias sem ter os recursos. Não há a menor dúvida quanto a isso. O Japão desenvolveu todo um extraordinário parque industrial sem ter recursos naturais. Não tinha recursos naturais, não tinha minério de ferro, não tinha bauxita, não tem até hoje, não tem energia. E desenvolveu. O segundo maior parque in-

dustrial do mundo está no Japão; não está em outro lugar. E lá não havia nada, só havia ilhas e montanhas. E conseguiram por quê? Por uma decisão do Estado japonês, por uma decisão da sociedade japonesa de querer industrializar o seu país, de se tornar uma grande potência industrial.

Claro que é necessário acreditar no país. Se não se acredita no país, se acreditamos que os outros países são superiores ao nosso fica um pouco difícil. Então, é necessário isso.

Temos uma questão que é central em todo esse debate, que é a seguinte: hoje em dia, a economia brasileira e a dos países da América do Sul estão absolutamente permeadas pelo capital estrangeiro, em todos os setores. Vai da mineração... Se formos ver quem são as mineradoras no Brasil, veremos que são todas grandes empresas multinacionais, não são mais empresas brasileiras. Na área industrial, há empresas de todo o tipo, indústria automobilística, indústria farmacêutica, indústria de linha branca, o que quiserem. Hoje em dia, na área de serviços. Basta ver as grandes redes de serviços como o Carrefour, o Walmart e outras.

O problema é que, hoje em dia, essa prevalência do capital estrangeiro no País faz com que, quando de fala de indústria, se fale de indústria estrangeira instalada no País. Não estamos falando de indústria brasileira, nos setores mais modernos. Como fazer com que essa indústria estrangeira instalada no território do Brasil – assim como está instalada no território argentino, no território peruano, toda a indústria de mineração peruana deve ser estrangeira. Supõe-se que não há nenhuma grande empresa peruana. No Chile, é a mesma coisa. Havia, mas não há mais. Tudo havia, mas não há mais.

Então, como disciplinar o capital? Como fazer com que o capital estrangeiro que está no País contribua para esse processo de industrialização e de integração? Algo está no edifício, porque têm eles as suas políticas de produção e de exportação.

Por exemplo, o Brasil é um grande exportador de produtos manufaturados para os Estados Unidos. E os Estados Unidos, como nós sabemos, é um dos mercados mais competitivos do mundo. Quando eu digo o Brasil, eu estou me referindo às empresas instaladas aqui. Vamos deixar isso claro, não é? Vamos deixar de sonho.

Por que essas mesmas empresas não exportam esses mesmos produtos para a Europa ou para a China? Se conseguem exportar para os Estados Unidos, poderiam exportar para a China e para a Europa. Porque a sua política de produção e exportação faz com que aqueles mercados sejam atendidos por outras unidades.

Então, naturalmente, uma grande empresa automobilística no Brasil tem uma unidade de produção na China e não vai competir. Não é verdade? Então, o problema que nós temos, diante dessa luta dos países desenvolvidos para gerar superávit, só pode ser resolvido ou através das exportações das indústrias instaladas no Brasil... E não vão ser as pequenas e médias empresas; vamos deixar isso claro. As pequenas empresas não conseguem exportar para a esquina. Muito mais atravessar o oceano e exportar. Isso tudo são mitos. Estimular a pequena e média empresa a exportar; tudo isso é mito. Confundem as exportações da França para a Alemanha – um país ao lado do outro – com as exportações possíveis do Brasil para a Alemanha. Há a distância, todas essas dificuldades e assim por diante.

Então, eu estou totalmente de acordo com a Professora quanto à importância de nós organizarmos a produção, mas isso vai passar por decisões de política econômica dos governos, de política econômica em relação a essas empresas.

Porque, além disso – não mencionei –, o número de empresas brasileiras que trabalham com patentes estrangeiras é muito grande. E, muitas vezes, os acordos de utilização de patentes proíbem a exportação. Quer dizer, o acordo só vale para produzir para o mercado brasileiro ou para alguns outros mercados. Mas proíbe. Então, pode usar a tecnologia, mas não pode competir no outro mercado.

Nós temos que partir da realidade dos nossos fatores de produção. De um lado os recursos naturais não são conhecidos. Porque são conhecidos sumariamente. No Brasil, creio que só 1% do território é conhecido em nível de mapeamento adequado – 1%! Mas não sabemos. Tanto é que não sabemos que de repente se descobre um aquífero. Não se sabe. Como, assim, de repente descobrimos Carajás. Só que Carajás já estava lá. Já estava lá há muitos séculos, milhões de anos. De repente se descobre. Por quê? Porque chegaram lá e pesquisaram. Não quer dizer que são totalmente desconhecidos, porque há muito trabalho de prospecção geológica feito por empresas. Muito trabalho de prospecção feito por grandes empresas, que mantêm essas informações reservadas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO

– Pois é. Para você ver. Mas enfim.

E há a questão da infraestrutura. Naturalmente que a infraestrutura, como disse o Prof. José Carlos, é essencial para, digamos, permitir até mesmo um transporte dos recursos – sejam eles minérios, seja produção agrícola e assim por diante.

Agora, essa questão do capital estrangeiro vai se colocar, porque o desequilíbrio comercial que o Prof. José Carlos mencionou vai se agravar. Inclusive porque a nossa capacidade de exportar mais minérios e mais produtos agrícolas pode diminuir, porque a China naturalmente tem todo o interesse de diversificar suas fontes de suprimento. E está agindo dessa forma, inclusive na África: contratando, adquirindo terras para produção, com garantia de abastecimento, e assim por diante. Então, de repente, essa demanda chinesa pode diminuir. E aí, teremos uma situação muito difícil.

Não quero nem falar dos impostos de exportação, porque é algo que poderia ser feito. Naturalmente essa extraordinária demanda chinesa por produtos minerais, por minérios e por produtos agrícolas aumenta a concentração de renda; certamente, porque são, inclusive, empreendimentos que utilizam pouca mão de obra e maior parque.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO –

Então, aumenta a concentração de renda de uma forma extraordinária, porque, inclusive, é uma renda artificial.

Quer dizer, o aumento dos preços internacionais, inclusive pela especulação – a grande parte do aumento dos preços dos minérios é por especulação – faz com que esses preços sejam muito superiores aos custos de produção, mas nós não podemos impor impostos de exportação. Não podemos, não; poder, podemos. Tanto é que a Argentina impõe impostos de exportação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO

– Faz pelo trigo, o que é razoável, para justamente poder recolher para o Estado, isto é, para a sociedade em geral, aquilo que são lucros extraordinários privados. Lucros absolutamente extraordinários, ocasionais, porque, no momento das dificuldades, essas mesmas empresas vão ao governo para obter recursos, nos momentos em que os preços internacionais caem, e assim por diante. Vão lá obter recursos.

Se nós investíssemos na formação de pessoal que já foi pago para o perdão de dívidas dos ruralistas, são recursos extraordinários, são bilhões, dezenas de bilhões de reais.

Então, eu acho que nós temos que pensar um pouco na verdadeira estrutura. Como nós dissemos, nós precisamos investir na produção, na industrialização. Tudo isso depende, hoje em dia, em grande medida, da estrutura do capital no Brasil, da estrutura da propriedade, para saber, inclusive – e aí é o ponto capital que o José Carlos mencionou – como essa crise, esses déficits comerciais do Brasil, se eles se agravarem, como eles vão ser resolvidos? Só podem ser resolvidos com exportação de manufaturados, e a

exportação de manufaturados, hoje em dia, quem pode exportar são as grandes empresas organizadas. Não há de ser uma pequena padaria da esquina que vai exportar. Tem que ser empresas altamente organizadas, com contratos internacionais, e essas empresas, hoje em dia, no Brasil, são principalmente empresas multinacionais.

Enquanto não houver uma disciplina do capital estrangeiro, como existe, aliás, na China, nos Estados Unidos também, e em outros países, nós teremos grande dificuldade nessa área específica. Isso vai ocorrer muito antes de nós processarmos os produtos minerais, muito antes de conseguirmos explorar a biodiversidade. Muito antes, teremos uma crise extraordinária na área externa. Enfim, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Fique à vontade.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO

– Quer que eu pare? Eu posso doar meu 1 minuto e 37 segundos para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Fique à vontade. É sempre um prazer escutá-lo.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO

– Eu estou dizendo isso, porque essa é uma questão, digamos, muito delicada, mas muito importante de ser tratada pelo Senado – a estrutura do capital no Brasil. Não vai ser de outra fonte que vai sair a iniciativa de exportação. Não é só o problema de recursos financeiros. É preciso os contatos, a experiência comercial, financeira, para atuar no nível do mercado mundial. Ninguém exporta daqui para a China porque o governo pede para exportar. “O Governo quer modificar a pauta.” Todo mundo, não é que ache graça, mas sabe que não é assim. Não é verdade?

Pronto? Está bom.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Vou passar agora, imediatamente, a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB) – Presidente, eu quero me manifestar, mas não posso jamais atropelar Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Até porque V. Ex^a fez um pronunciamento de 50 minutos. Nós estávamos querendo começar, mas ficamos esperando.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB) – Defendendo a nossa Presidente, porque vocês sabem que existe gente querendo derrubá-la. E, para protegê-la, eu acho que temos de estar unidos aqui, inclusive na integração sul-americana.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu sei disso. V. Ex^a está certo. Foi um pronunciamento de 50 minutos, mas....

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Pode falar, Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB) – É uma coisa breve porque eu tenho muita concordância.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sem querer atropelar, mas já atropelando o Senador Eduardo Suplicy, com a palavra Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB) – Ele sabe que é verdade. Ele é uma pessoa do bem-querer de todos nós e não teria sentido.

Tenho assim uma grande... Há um sentimento de concordância, de alguns setores do Brasil, com esse posicionamento, Prof. José Carlos de Assis... Eu não pude ouvir a Monica, mas posso presumir que ela defende esse projeto de integração com muita força, do Prof. Samuel. Acabei de liquidar a leitura de Celso Amorim, do seu mais novo *Breves Narrativas Diplomáticas*, inclusive no qual faz elogios à posição de Samuel Pinheiro Guimarães na firmeza de ajudar a conduzir um processo de integração, bombardeado intensamente, de fora – e outro problema – bombardeado de dentro. Aqui é o chamado problema “capital do capital”, que o Samuel e José Carlos levantaram.

Nós topamos ou não o desafio de manter uma nação do porte do Brasil de pé e caminhando? Esse é o problema. Porque, se você ficar, de fato, à mercê de uma política pretensamente industrial, que vai enfrentar os países desenvolvidos e a China numa economia em expansão vigorosa e com controles internos fortes, como você vai fazer isso sendo o Brasil o quarto maior mercado consumidor de automóveis, mas sem nenhuma empresa brasileira? Nenhuma! E elas controlam esse comércio!

Então, porque você vai pedir a quaisquer empresas dessas estrangeiras que façam exportações A, B, C e D e elas disserem não. O que se vai fazer? Eu quero o seu mercado... E elas já estão aqui instaladas em nosso mercado. Nós decidimos deixar de produzir parafusos para automóveis e importá-los, porque havia um acordo, dentro de um programa de industrialização, que vem desde JK, que era um programa que permitia: “Ponha a sua fábrica aqui, mas o parafuso eu que faço.” Isso levou o setor de infraestrutura na área de trens no Brasil a ter que vender o ferro para qualquer um. Hoje vende para a China... O Ceará mandou dois navios de ferro para a China a R\$100,00 a tonelada, Lindbergh, e compra os trilhos para a Norte-Sul e para a Transnordestina a US\$800,00. Qual é a patente de trilho, Samuel? Qual é a tecnologia embarcada hoje

nisso aí? A não ser uma limazinha que ele faz ali para dar uma velocidade maior para que se deslize sobre o trilho. Nada, Lindbergh! Nada!

Então, é uma situação que exigiria uma unidade política muito forte. Por isso, essa ideia de desestabilizar uma base política – porque tem A e tem B; eu não gosto de A e não gosto de B, eu que sou o bom, eu que sou o certo – termina criando uma dificuldade adicional. Como ter uma base política nacional... porque não é só a base parlamentar. Não é apenas o Senador Lindbergh, não é apenas o Senador Suplicy, Senador Requião, Senador Inácio. Não é apenas isso, mas uma base social capaz de dizer que nós queremos manter nosso País de pé. Nós não queremos mais pagar, fazer uma desoneração de R\$27 bilhões para a indústria automobilística, e elas remeterem R\$27 bilhões de lucro.

Então, é uma aberração, é uma coisa estúpida! Está bem, eu lhe dou a desoneração, mas você vai aplicar aqui! Nem isso se diz? Então, é um problema crucial para a economia brasileira.

E o setor de medicamentos, fármacos! Nós, com a riqueza que nós temos, é uma barbaridade! Com a biodiversidade que nós temos, a capacidade e o potencial do Brasil. Quantos medicamentos são retirados, hoje, da nossa flora e vendidos para nós como patentes estrangeiras? Então, é uma barbaridade a que nós estamos assistindo.

Eu tenho muita confiança, Samuel e José Carlos, nesse trabalho que foi feito pela diplomacia brasileira, que foi muito xingada internamente, no Brasil, pela mídia brasileira, pelos principais veículos, todos com grandes anunciantes dessas grandes companhias. Você quer ver qual é a posição político-ideológica dos veículos de comunicação do Brasil, veja quem são os principais anunciantes. Fica claro qual é a posição deles.

Fazer essa integração nossa tem um embate no *front* externo grande. Dizia o Celso, em suas *Breves Narrativas Diplomáticas*: “O meu problema não era o *front* externo, era o *front* interno, era a gente está decidido a fazer.” Ele contou muito com o apoio do Presidente da República. Mas ele conta fatos da presença dos ministros do Presidente Lula no enfrentamento com ele, nas posições dele. Se não fosse o apoio do Presidente Lula, ninguém tinha conseguido avançar para o que nós temos hoje. As manobras, as mil manobras realizadas para a gente poder conseguir esse êxito. E acho que nós devemos perseverar nesse sentido, mesmo com as dificuldades, que são imensas. Mas eu acho que devemos perseverar, pois é um grande caminho nosso.

Imaginar que nós estamos desconectados de Bogotá, de Lima, de La Paz, de Caracas! Desconectados! Não há Facebook que ligue. Qual é o Facebook que

vai nos ligar com La Paz? Qual é? Não estou falando nem da exportação transatlântica, no Pacífico. Nada disso! Estou falando de me conectar aqui com Santiago, Lima, La Paz, Quito, Bogotá, Caracas, que querem vender para nós. Poderia, num trabalho conjugado, haver uma região com outro perfil. E pode e tem todas as condições para haver. Agora, é o enfrentamento.

Eu vejo, por exemplo, quando queremos construir uma ferrovia para nos interligar com Peru, a batalha travada aqui e fora, externamente, com os interesses legítimos de quem está lá fora. Agora, nós, o enfrentamento aqui dentro?! A batalha que nós travamos aqui dentro, não é mole não.

E a minha concordância sobre a questão da formação dos geólogos e biólogos. Por sorte, Senador, está aumentando. Nós já temos mais geólogos saindo do que tínhamos há dez anos. Mudou essa realidade. Mas ainda é pouquíssimo para a necessidade do nosso País.

Meus parabéns pela iniciativa. Esse depoimento de vocês o povo todo está vendo também. Espero que o pessoal, no Facebook, reproduza favoravelmente, porque isso é para o Brasil. Agora, os mobilizadores do mundo são o Facebook e o Twitter. Os dois são americanos, tem de haver certo cuidado. Mas acho que a gente podia reproduzir. Essas intervenções que vocês fizeram aqui ajudam a gente a compreender melhor a batalha que o Brasil está travando já há algum tempo e que tem que continuar, com muita firmeza.

E, nas palavras do Samuel: “Não é pessimismo não, é a realidade.” É que a gente tem que saber bem a realidade para poder ganhar a batalha, senão a gente não ganha.

Então, meus parabéns, Lindbergh, pelo trabalho excelente que você já faz na Comissão. E por este debate temático, que é tão importante. É que o Senado está num ativismo muito forte, impulsionado pelas ruas. E eu ainda tenho uma atividade agora, do Senado, e o telefone não para de tocar aqui no meu bolso, o pessoal dizendo: “Para de falar aí, Inácio, vem para cá que nós temos uma reunião.”

Então, Lindbergh, meus agradecimentos. Eu queria registrar esse apoio à atitude correta e corajosa de figuras como Samuel, José Carlos de Assis e Monica Bruckmann, porque vocês, pelo menos, têm percorrido este Brasil dizendo verdades que, se for eu ou o Suplicy, ou às vezes até o próprio Lindbergh, que tem mais facilidade de falar, porque preside comissões etc e tal, se forem ditas por nós, podem perguntar: “Por quê? É mais um Senador, um Deputado, é um discurso.” Não é um discurso não. É gente que está estudando, gente que está trabalhando todo dia, que tem

conhecimento e legitimidade para fazer o que vocês estão fazendo aqui.

Eu é que agradeço esta oportunidade de estar tendo a possibilidade de ouvi-los.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Senador, eu queria fazer só uma observação, já que V. Ex^a está saindo. O Embaixador Samuel mencionou como vai ser a saída para essa situação de imenso déficit comercial que nós vamos ter no futuro. Não é uma pergunta retórica. Na verdade, eu sei como vai ser a saída se não tivermos uma estratégia: vai ser uma deflação salarial gigantesca, como nunca se viu na história brasileira. A de 1983/1985, que foi promovida pelo Delfim, no âmbito do acordo da dívida externa, vai ser “fichinha” perante o que vai ser essa deflação salarial, que é o que está se promovendo na Europa. É similar a que já está havendo no sul da Europa. Vai ser pela deflação salarial, para criar perdas salariais, porque vai ser a forma de tentar ter produtividade competitiva com o resto do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero agradecer ao Senador Inácio Arruda, esse bravo representante aqui dessas causas populares. O Senador Inácio Arruda – os senhores sabem – faz um trabalho importantíssimo aqui no Senado, na defesa desse projeto de esquerda para o Brasil, para a América Latina.

Então, agradeço muito, Inácio. Sei que V. Ex^a está na correria. Todos nós, em virtude dos acontecimentos políticos, estamos. Amanhã vai ser um dia de batalhas neste Senado Federal – plebiscito, referendo. Amanhã, nós temos reunião da Comissão de Assuntos Econômicos pela manhã. Mas agradeço muito que V. Ex^a tenha saído do plenário direto para esta Comissão de Assuntos Econômicos para prestigiar essa audiência pública. Muito obrigado.

Passo ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Lindbergh Farias, parabéns pela iniciativa de fazer da Comissão de Assuntos Econômicos um lugar de debates tão significativos, como a integração da América Latina e do Caribe, dos países do Mercosul.

Eu vou começar por uma reflexão de natureza humanitária, pois eu fiquei muito impressionado com uma tragédia ocorrida quinta-feira em São Paulo, quando cinco pessoas de dezessete a vinte e poucos anos ingressaram em uma residência, em uma favela, no Jardim Conquista, na região de São Mateus, no extremo da Zona Leste. Soube-se que eles já tinham ingressado lá algumas vezes, mas voltaram. E havia, nessa humilde casa, pelo menos doze pessoas de famílias de bolivianos que trabalham realizando confecções para uma empresa que os contrata.

E essas pessoas não têm a devida documentação, vindas da Bolívia, de regiões relativamente pobres certamente, porque há busca de seu sustento em São Paulo em condições que já foram objeto aqui de apuração por parte da CPI do Trabalho Escravo, na capital paulista, com os nossos colegas, Deputados Puty e Ivan Valente e outros, que estiveram já nesses lugares pela CPI do Trabalho Escravo.

Era a terceira vez que tinham estado nesse lugar. Pessoas relativamente pobres assaltando pobres vindos da Bolívia.

Mas o casal boliviano estava com uma criança que ia completar seis anos no dia 3 de julho. Um menino bonito. Eu resolvi ir ao velório para prestar solidariedade à família boliviana.

Ali disseram, os três assaltantes detidos, ao delegado que iam lá porque sabiam que, por não terem documentos, eles não colocam o seu dinheiro em banco e guardam-no na própria casa. Primeiro, exigiram R\$3.500,00 do casal, pai e mãe daquele menino. Exigiram mais, o pai foi buscar no automóvel mais R\$1 mil, que somaram R\$4.500,00. O menino, desesperado, chorando, falou: “aqui tem mais umas moedinhas para você”, e deu. Como o casal não forneceu mais dinheiro, um deles simplesmente deu um tiro na cabeça do menino, provocando uma tragédia. O casal disse que vai voltar à Bolívia definitivamente. Perderam aqui a criança e toda a esperança dos seus sonhos. Por que eu registro isso? Porque fiquei pensando em como será importante que um dia tenhamos nos países da América do Sul, do Mercosul e todos os demais, se possível, nas três Américas, a real integração do ponto de vista da liberdade do movimento dos capitais para realizar investimentos necessários, a liberdade de movimento dos bens e serviços e sobretudo daquilo que é mais importante, ou seja, do ser humano.

Hoje, temos na União Europeia a liberdade de os seres humanos escolherem onde estudar, trabalhar viver. Hoje, a Croácia está comemorando o seu ingresso na União Européia. Quem sabe um dia possamos ter a não necessidade de haver muros que separem os Estados Unidos do México e do restante da América Latina. Isso vai ocorrer quando tivermos maior igualdade de direitos sociais do Alasca até a Patagônia.

Faço essa reflexão para começar, porque se trata de um fato que chocou muito a opinião pública brasileira. Trata-se até de uma questão de como prevenir a violência em nosso País, sobretudo por um lado que não seja o da punição, o de querer diminuir a maioria penal, mas muito mais por maiores oportunidades para todos.

Como o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto tem tido uma grande vivência nas negociações

relativas à integração do Brasil com os demais países do Mercosul e como disse que é muito importante que o governo possa influenciar as decisões das grandes empresas, mesmo que, em grande parte, sejam multinacionais e estrangeiras, eu perguntaria: qual é o grau de influência que pode ter o governo brasileiro e através de quais instrumentos pode influenciar as decisões dessas empresas para que elas, de fato, se vejam instadas a realizar mais operações de integração, ou seja, de exportação e importação entre elas e suas associadas nos países da América Latina – nos países que integram o Mercosul e outros?

Em que medida pode o Governo, de fato, avançar muito mais, e por quais instrumentos, na direção do que o José Carlos de Assis mencionou, na direção da realização de investimentos na infraestrutura, sobretudo, de transporte, como elemento essencial para o desenvolvimento?

A certa altura, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães mencionou que a exportação de manufaturados, se for para crescer, deve se realizar, sobretudo, através das grandes empresas.

Por acaso, eu estive no Sebrae na semana passada, numa cerimônia de comemoração dos seis anos do Simples, e ali o novo Ministro da Pequena e Média Empresa fez um comentário que aqui quero expor.

Embaixador Pinheiro Guimarães, eu queria lhe fazer uma pergunta. O Ministro Guilherme Afif Domingos mencionou que ele tem como meta estabelecer – isso valeria para toda micro e pequena empresa, essas que estão no Simples, por exemplo; não sei se valeria para a média empresa – o completo livre mercado para as micro e pequenas empresas no Mercosul, na América do Sul e, inclusive, no Caribe. E colocou isso como uma meta importante, já que ele é o Ministro da Pequena e Média Empresa. Então, o seu comentário me fez lembrar daquela afirmação dele. Será que é algo viável? Pode-se realizar um esforço, inclusive, com as pequenas e médias empresas.

A Monica Bruckmann é nascida no Peru. É isso? Procurei saber isso, porque acho que é muito importante a sua visão sobre como podemos conhecer melhor a potencialidade de utilizar as riquezas minerais do Brasil em relação às do resto do mundo, de todos os países da América Latina e da América do Sul, para a sua melhor integração.

Eu gostaria de lhes fazer uma pergunta, tendo em vista, inclusive, o conhecimento do Embaixador Pinheiro Guimarães, que mencionou como a China tem resolvido seus problemas com qualidade de planejamento e com uma integração muito bem-sucedida: como é que poderemos aprender com a experiência chinesa de melhor planejar suas ações, para que o desenvol-

vimento de todos os setores da economia brasileira, inclusive o da mineração, possa ser bem-sucedido?

José Carlos de Assis mencionou o imposto vinculado relativamente aos transportes. Mas, há poucos dias, foi instituído pela Presidenta Dilma o marco da mineração, com uma definição dos *royalties* relativos à exploração de minérios, que, inclusive, são diferentes dos do petróleo e do pré-sal. Ficou definido, salvo engano, algo como 2% e mais 2%, e destinados, sobretudo, para a educação e saúde. Não sei se foi considerada a hipótese da infraestrutura dos transportes, então, se tiver alguma informação sobre isso, ou sugestão, que possa também dar.

Mas meus cumprimentos aos três expositores pela contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Embaixador, vou, como Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, abrir mão da minha intervenção, dos meus questionamentos, porque a gente tem o compromisso de encerrar esta reunião aqui às 21h30. Eu peço desculpas, mas a gente vai ter que fazer uma rodada final de cinco minutos, para fecharmos no horário que nós estipulamos.

Então, eu agradeço e passo a palavra, primeiro, para a Prof^a Monica Bruckmann. Ela fez uma exposição importante no início. Não estava, no momento, televisionada ao vivo, mas esta audiência pública vai ser retransmitida. Peço desculpas à senhora e passo a palavra à Professora pelo prazo de cinco minutos.

Muito obrigado.

A SR^a MONICA BRUCKMANN – Obrigada pelos comentários.

Rapidamente, o Senador Suplicy perguntava como nós aqui, na América Latina, no Brasil, podemos tirar uma lição em relação à política chinesa de aproveitamento desse potencial, não só dos recursos naturais, mas como gestão econômica, da dimensão e da dinâmica chinesa contemporânea.

Eu gostaria apenas de colocar um exemplo para tentar não responder, mas ponderar essa colocação do Senador Suplicy. Em 2010, a imprensa econômica internacional noticiou uma grande vitória do governo chinês na negociação com algumas empresas coreanas – Samsung, LG e outras empresas produtoras de telas de televisão LCD de alta resolução –, porque tinha conseguido o governo chinês trazer para dentro do território continental a produção de telas de televisão, telas de computadores, de equipamentos médicos de altíssima resolução.

Ninguém noticiou, porém, que o insumo fundamental para a produção dessas telas LCD são as chamadas terras-raras, cuja principal reserva está na

China: 90% a 92% das reservas mundiais de terras-raras estão na China.

Um país como a China tem gravíssimos problemas ambientais. Beijing é uma cidade onde a gente transita já não só olhando o estado do tempo, mas o nível de partículas sólidas na atmosfera, e há horas do dia em que simplesmente a gente não sai ou sai com máscaras, porque é indispensável sair. No ano retrasado, morreram 800 mil pessoas na China por problemas respiratórios decorrentes diretamente de contaminação ambiental.

Por que a China, com esses níveis de contaminação, está interessada em trazer para dentro do seu território continental a produção de telas LCD? Não me ocorre outra razão que não seja uma visão estratégica e de apropriação tecnológica na produção desse tipo de produtos. Provavelmente, em um curto prazo de tempo, quando tenha se completado esse processo de apropriação tecnológica, a China tenha que exportar novamente para fora do seu território continental a produção de telas de televisão, equipamentos médicos e computadores.

Isso eu coloco como exemplo de como é importante, fundamental, ter uma visão estratégica. Não daqui a dois, três, quatro, cinco anos, mas daqui a cinquenta, cem anos, e a China tem. Os planos quinquenais e o tipo de planejamento mostram que existe uma vontade política muito importante de construir uma visão estratégica e de desenvolver uma estratégia em nível global. E eu tenho a impressão de que a América Latina, e particularmente a América do Sul, tendo esse enorme potencial de qual falávamos há pouco tempo, precisa, hoje, mais do que nunca, desenvolver-se essa visão estratégica e a possibilidade de aproveitamento conjunto desses recursos naturais para o desenvolvimento integrado dos nossos países.

Essa é uma questão fundamentalmente política, que exige, sim, formação de profissionais, que exige, sim, investimento do Estado em ciência e tecnologia, que exige, sim, fundamentalmente o que o José Carlos de Assis colocou: a necessária construção de uma infraestrutura que o Cosiplan (Conselho de Infraestrutura e Planejamento) está chamando de multimodal, porque é necessário ligar...

(Soa a campanha.)

A SR^a MONICA BRUCKMANN – ...os portos, aeroportos, hidrovias, rodovias de maneira integrada, não só para atender a exportação, mas o crescente mercado interno. Então, nós precisamos ligar os centros de produção de recursos naturais estratégicos de transformação e de consumo. E essa é uma outra visão da infraestrutura continental.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Professora.

Passo a palavra imediatamente para o Sr. José Carlos Assis.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Está no finalzinho do tempo. Só para pegar um pouco essa questão do risco que está se correndo em termos de população brasileira, classe trabalhadora brasileira. Evidentemente, que você só se escapa disso se tiver... O risco é você ter uma degradação salarial grande, não é algo trivial.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mesmo com as reservas?

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Mesmo com as reservas. Reserva se perde por dois caminhos: pelo lado financeiro e pelo lado comercial. Então, é fácil perder um bilhão de reserva por mês. É fácil! É fácil virar a situação. Agora, com essa situação, o País quebra, simplesmente quebra, como quebrou na década de 80 do século passado. Quando quebra, o que é que se faz? Quem paga a conta é o trabalhador. O ajustamento é feito em cima do trabalhador, em cima de salário. O que acontece? Há um brutal desemprego e, a partir do desemprego, reduz-se salários. Quer dizer, o caminho é esse.

Quando eu digo que a gente tem uma linha estratégica que é via transformação de recursos naturais em recursos transformados, quer dizer, em recursos metálicos, eu vejo a questão com a China como crucial. Por quê? Porque a China pode fazer acordos e compra futuras de metais....

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO (*Fora do microfone.*) – Como fez com a União Soviética em petróleo agora!

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Exatamente. E como foi feito com Carajás, e era minério. Agora, nós não queremos mais vender minério; nós queremos vender metais. Então, compra acordos e compra futura de metais. Esses acordos têm, em si mesmo, um potencial de financiamento da industrialização. Se você parte com isso como uma coisa estratégica, em três, quatro anos, você é capaz de levantar uma estrutura produtiva em metais na América do Sul. É possível porque há recursos naturais para isso. É evidente que você conhece muito pouco, mas o pouco que você conhece já é suficiente para começar. Dá para começar já; não há muito problema. Depois você vai acrescentando; você só tem a acrescentar.

Agora, uma pequena observação que quero fazer com o meu querido Embaixador é o seguinte: quando ele fala que o Japão conseguiu se desenvolver sem recursos minerais, sem recursos naturais. É verdade! Os japoneses nunca ficaram confortáveis com isso.

Eles entraram na Segunda Guerra Mundial atrás de petróleo, levaram duas bombas atômicas e, no pós-guerra, eles só conseguiram se desenvolver para valer mesmo porque tiveram um apoio americano muito grande e o mercado americano aberto para eles. Essa foi uma coisa extremamente importante.

Finalmente, a coisa da integração. Realmente, só há integração debaixo de necessidade. O grande exemplo de integração feita no mundo hoje, se fala muito em integração, teoria de integração, livros publicados, essa coisa toda, mas na verdade só houve realmente uma caso de sucesso: o Mercado Comum Europeu. O Mercado Comum Europeu foi feito debaixo de vários imperativos políticos, sociais e econômicos, entre os quais, a ameaça soviética que representava, na época, para os países ocidentais; a ameaça dos partidos comunistas internos na Itália e na França. Quer dizer, a situação do pós-guerra, a degradação da infraestrutura, todo o sentimento de culpa alemão, o sentimento de hostilidade inicial francês, quer dizer... E como eles começam a integração? Recursos naturais. Acordo do carvão e do aço. O carvão,...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – ...recurso natural; o aço, minério de ferro, recurso natural. É o acordo. E infraestrutura. Basicamente, infraestrutura. É assim que começa. Começa sob pressão. Acho que nós também estamos sob pressão. Como eu disse no início, não temos mais um sonho de integração, nós temos um imperativo de integração.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Professor José Carlos de Assis. Passamos, agora, para o nosso Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Bem, quanto à pergunta do Senador Suplicy, como poderia o Governo avançar para estimular as empresas nacionais ou estrangeiras no Brasil para promover a integração. O Governo tem instrumentos poderosos. Primeiro, tem o seu poder de compra governamental, depois, tem o seu poder de financiamento governamental. Então, quando as empresas se dirigem ao BNDES, que é, de longe, o maior banco de investimentos do mundo, de longe, de longe, o Governo – o BNDES é do Governo – pode exigir como condições para acesso a certas linhas de crédito que se faça certo tipo de investimento em outros países, por exemplo. Não é nada impossível. Assim como o seu poder de compra. Nós não temos uma indústria automobilística, mas se tivéssemos, anos atrás, e até hoje mesmo, o Governo, que é um grande comprador de automóveis, estipularia determinadas características para os automóveis,

inclusive de nacionalidade brasileira, e teríamos uma indústria automobilística. Então, há esses instrumentos.

Por outro lado, há um instrumento de regulação. Você pode regular conteúdo nacional, como é feito hoje em dia em certos setores, construção de plataformas, assim por diante.

Pelo que mencionou o Senador Inácio Arruda, na concessão das exonerações, não foram impostas condicionalidades maiores. Poderia ter imposto. Aliás, sou a favor de desonerar o povo brasileiro. Chega de desonerar o capital. Vamos desonerar o trabalhador. Começar, por exemplo, pela mudança no Imposto de Renda, pelo aumento dos tetos das isenções e pelo aumento das faixas mais ricas. Talvez tivesse dado melhor resultado, teria gerado menos remessas para o exterior, não é?

Muito bem, quanto à questão das pequenas e médias empresas, as pequenas e médias empresas no Brasil são muito pequenas, na realidade. Hoje em dia, o número de empresas exportadoras tem diminuído no Brasil. As empresas pequenas têm grande dificuldade para se articularem para exportar. Porque é preciso ter pessoal na empresa que saiba línguas estrangeiras, que esteja acostumado com a legislação dos outros países. Tudo isso é extremamente complexo. E ter acesso aos mercados. Porque não é assim, não se exporta se não há um comprador do outro lado. Tem que descobrir um comprador, não é?

Então, a proposta do Ministro Afif Domingos... É Afif Domingos, não é? (*Pausa.*)

É uma coisa que talvez não esteja dentro das regras do Mercosul. Do Mercosul não, do mundo. Porque, em geral, a tarifa aduaneira não é cobrada pelo tamanho da empresa, mas sim pelo produto. Tanto faz que a empresa seja grande ou pequena. Eu não quero, digamos,... Tudo é possível hoje em dia. Hoje, ninguém está cumprindo norma nenhuma. Nenhum país está cumprindo norma nenhuma. De modo que tudo é possível.

Por exemplo, o acordo automotivo entre o Brasil e a Argentina, que regula 50% a 60% do comércio, regula o comércio. Quando, a rigor, isso não deveria ser permitido dentro de uma união aduaneira. Não deveria ser. E ninguém contesta isso na Organização Mundial do Comércio porque interessa às grandes montadoras. As grandes montadoras é que montaram esse acordo. Então, ninguém, nenhum país vai à Organização Mundial do Comércio contestar.

Quem sabe, se o Brasil e outros países do Mercosul, para começar, determinarem que há uma preferência para as empresas pequenas, eu acho que é possível. Não é impossível. A empresa se registra, é considerada de uma certa dimensão, e você dá a tarifa

zero. Dentro do Mercosul, as empresas já têm tarifa zero. Para outros países da América do Sul fora do Mercosul também já há tarifa zero. De modo que, talvez, isso teria que ser examinado com mais calma, não é?

Enfim, só para a questão das grandes empresas. Quando uma grande empresa vai instalar-se em um país tem que ter todo tipo de permissão. Então, é perfeitamente possível ao governo estabelecer que uma grande empresa que está fazendo um grande investimento cumpra determinados requisitos na área de pesquisa científica, e assim por diante, tendo em vista que muitas dessas empresas recorrem à poupança do trabalhador, que é o dinheiro do BNDES. São empresas multinacionais gigantescas e que tomam os recursos do trabalhador para gerar lucros para serem remetidos.

Então, é perfeitamente possível ao governo, em querendo. Em querendo!

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Embaixador.

O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero agradecer à Profª Monica Bruckmann, que representa aqui a Unasul; ao nosso Prof. José Carlos Assis, que é Presidente da Intersul; e ao nosso grande professor, nosso Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, e reafirmando a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos amanhã, às 10 horas.

Muito obrigado a todos os senhores e senhoras aqui presentes.

(Iniciada às 19 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 29 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta minutos, do dia dezanove de junho de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Sérgio Souza, Romero Jucá e Cyro Miranda, e das Senadoras Angela Portela,

Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da vigésima quarta e da vigésima quinta Reuniões da CAS, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, de 2013 – Não Terminativo – Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Autoria:** Deputada Iara Bernardi. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, de 2009 – Não Terminativo – Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre motocicletas e bicicletas e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, desses bens, quando adquiridos por agentes comunitários de saúde. Autoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Resultado:** Em decorrência do Pedido de Vista o Senador Cyro Miranda apresenta Requerimento, subscrito pelas Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, de Audiência Pública para instrução da matéria, que é aprovado. (Requerimento nº 31, de 2013-CAS). A matéria fica sobrestada, nos termos do artigo 335 do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2010 – Não Terminativo – Flexibiliza limites de ruído para cidades litorâneas de vocação turística. Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senador Wellington Dias (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Cyro Miranda. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Cyro Miranda, em substituição ao Senador Wellington Dias. Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2010. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, de 2012 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar o décimo terceiro salário do imposto de renda das pessoas físicas. Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2012, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, de 2011 – Terminativo – Dispõe so-**

bre o exercício da atividade profissional de vaqueiro. Autoria: Deputado Edigar Mão Branca e outros. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada. Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para limitar a quantidade de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de outros nutrientes, nas bebidas e nos alimentos destinados às crianças e aos adolescentes. Autoria:** Senador Tomás Correia. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Eduardo Amorim. Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2012. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre as informações do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde. Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2013 – Terminativo – Altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências, para determinar o envio de relatórios semestrais ao Congresso Nacional acerca da fiscalização das operadoras de planos privados de assistência à saúde. Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, de 2013 – Terminativo – Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para determinar o envio de relatórios semestrais ao Congresso Nacional acerca da fiscalização de produtos e serviços submetidos a vigilância sanitária. Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Resultado:** Retirado de Pauta. **EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 31, de 2013. Requeiro nos**

termos do art. 93 I do RISF a realização de audiência pública para tratar da fiscalização e incentivos para motocicletas e instrução do PLS nº 412 de 2009, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, incidente sobre motocicletas e bicicletas e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, desses bens, quando adquiridos por agentes comunitários de saúde”, sendo convidado para tal fim o Sr. ANTÔNIO CLÁUDIO PORTELLA SERRA E SILVA, presidente do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN. **Autoria:** Senador Cyro Miranda e outros. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 32, de 2013.** Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “Leilão do Petróleo e Precarização do Trabalho”. Os convidados para compor a mesa dos expositores, são: 1. Fernando Siqueira – Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet). 2. Wagner Freitas – Presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). 3. João Antônio de Moraes – Representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP). 4. Ubiraci Oliveira – Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). 5. Magda Maria de Regina Chambriard – Diretora Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Naturais e Combustíveis. 6. Alberto Ercilio Broch – CONTAG. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Cyro Miranda, Paulo Davim, Paulo Paim, Jayme Campos, Romero Jucá, Casildo Maldaner e Sérgio Souza, e as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Angela Portela e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 24ª e 25ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo quatro projetos não terminativos e seis terminativos.

Antes de examinarmos os nossos itens da pauta, eu queria colocar uma informação aqui.

Na nossa audiência pública em que foi sabatinado o Sr. Ivo Bucaresky, a Senadora Ana Amélia, outros Senadores e eu também questionamos a questão do concurso da Anvisa. E, na ocasião, o Sr. Ivo Bucaresky e o Presidente da Anvisa, depois de um contato direto com ele, disseram que haveria um colegiado que iria decidir, após toda a coleta feita pela Anvisa.

O Diretor Presidente da Anvisa me ligou, no final da semana passada, dizendo que já havia uma decisão. Também pedi ao Dr. Dirceu Barbano que ligasse para a Senadora Ana Amélia, porque, afinal, foi ela que havia levantado, em primeira mão, os questionamentos. E ele, então, disse que a decisão colegiada da Anvisa é de que a prova seria reaplicada. Eu até, num primeiro momento, quis saber. E falei: então vocês vão anular o concurso? Eles falaram: “Sim.” E aí eu falei: vai haver um novo concurso? E ele disse: “Não, porque um novo concurso significaria cobrar novas inscrições, toda uma relação.” Então, eles disseram que iam reaplicar a prova.

Reaplicar a prova, Senadora, antes que V. Exª possa ter entendido mal, é colocar a prova de novo, mas sem nenhum tipo de despesa para os alunos, para os concurseiros, aqueles que prestaram o concurso, que vão fazer a prova sem nenhum custo. Aqueles que eventualmente desistirem de fazer o novo concurso serão ressarcidos do valor da taxa de inscrição.

Então, eu achei – e aqui é uma opinião pessoal – que a atitude foi a mais correta possível. Eu acho que foi.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª pode me dar uma informação?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Se eu estiver de posse...

Só para concluir.

Então, a minha opinião é de que eles agiram corretamente com a Comissão. Informaram a mim, e eu pedi que informasse diretamente à Senadora Ana Amélia, em função de que a Senadora que tinha questionado mais. Todo mundo questionou, mas foi V. Exª quem levantou em primeira mão. Eu apenas pedi o compromisso de que eles nos avisassem. Eles cumpriram o compromisso, pedi que fizessem o contato com V. Exª, e eu quero dizer que fiquei satisfeito com a conduta do Diretor Presidente da Anvisa. Eu acho que ele agiu corretamente para com esta Comissão.

Agora, Senador Vanessa, por favor!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu também, como V. Ex^a, concordo. Eu acho que a medida é correta, apesar de eu não entender por que ele disse que não é outro concurso. É outro concurso; é o concurso reaplicado. Então, é uma nova prova; não é a reaplicação. Reaplicar a prova é reaplicar a mesma prova. É uma nova prova, sem ônus, obviamente, mesmo porque o Código de Defesa do Consumidor não permite. E se tivesse passado pela cabeça da Agência Nacional de Vigilância Sanitária cobrar uma nova taxa dos inscritos, dos 125 mil inscritos?

Agora, eu pergunto a V. Ex^a: a Anvisa informou também que, para ela, não haverá custo adicional algum, porque, assim como...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sim. No jornal, neste folheto aqui, V. Ex^a terá todas as informações. Eu fiz questão de colocar no nosso boletim informativo, aqui, todas as condições que a Anvisa colocou para a empresa que realizou o concurso.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, é tudo a cargo da empresa...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Tudo a cargo da empresa. Inclusive aqueles que não quiserem fazer mais o concurso terão o valor da sua inscrição restituído.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, estou chegando agora de viagem. Eu estava numa missão, num seminário debatendo o Brasil do séc. XX, nos Estados Unidos, em Boston. Então, saí do aeroporto e vim para cá, porque a pauta da Casa, hoje, era importante, tenho duas relatorias e fico feliz que V. Ex^a abra esta reunião falando sobre essa iniciativa.

Coincidência feliz que o Dr. Ivo Bucaresky, que foi sabatinado naquela ocasião, era o presidente da comissão do concurso. Portanto, era a autoridade máxima, depois do Presidente da Anvisa, no cuidado com essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – E era a autoridade responsável pelo concurso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fiz alguns questionamentos a ele, e eu queria também destacar o valor que tem a rede social. Todos vieram – e eu imagino que para outros Senadores – pela Internet, ou pelo meu *e-mail* do Senado, pelo meu *e-mail* particular; todos com fundamentação absolutamente adequada e correta. Cada um tinha um ponto de vista sobre isso: um era sobre como é que podia uma empresa cobrar

uma tarifa de R\$240,00, e essa empresa que acabou ganhando apenas R\$70,00 a inscrição do concurso. Cento e vinte cinco mil pessoas foram inscritas e fizeram o concurso em 26 capitais.

A resposta do sabatinado, aqui, Dr. Ivo Bucaresky, foi clara: “Vamos ter uma reunião de um colegiado.” E eu até sugeri que a Comissão, na pessoa de V. Ex^a, fosse o primeiro a ser informado, porque, aqui, tinha sido levantado o problema.

E eles cumpriram rigorosamente. Eu sou testemunha disso que V. Ex^a está fazendo. Eu até destaquei.

É bom, Senador, porque nós criticamos agência reguladora, aqui. Muito! Elas merecem! Demoram muito para liberar medicamento; demoram a decidir algumas coisas importantes. Mas, quando fazem uma coisa certa, precisamos reconhecer e elogiar, não só o Presidente, porque fizeram antes do tempo; a reunião foi antes do tempo. Então, resolveram o problema.

Mas, Senadora Vanessa, além de refazer o concurso e de aqueles que não quiserem terem a devolução dos R\$70,00 que pagaram, a Anvisa vai aplicar uma multa à empresa pelo que aconteceu.

Então, eu penso que seja uma punição adequada e necessária para que o processo tenha, sim, a cobertura de uma lisura, de uma claridade e de uma ética.

Então, eu queria cumprimentar V. Ex^a e dizer também que tanto o Dr. Dirceu Barbano quanto o Dr. Ivo Bucaresky, que aqui foi sabatinado, merecem, nesse caso, o reconhecimento desta Comissão de Assuntos Sociais, presidida com muita competência por V. Ex^a, Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não quero ser pretensioso, mas eu acho que é este o papel das comissões do Senado, particularmente da Comissão de Assuntos Sociais, o papel de fiscalizar, de cobrar. E eu acho que a cobrança, aqui, foi firme, foi tempestiva, antes da decisão. É claro que o fato de a Anvisa ter estado aqui na Comissão de Assuntos Sociais causou uma certa pressão – inclusive amanhã prestará conta, aqui, a ANS (Agência Nacional de Saúde) –, mas, de alguma forma, as agências estão submetidas à fiscalização desta Comissão.

E eu acho que a Comissão agiu a tempo, fez uma cobrança, e nós obtivemos uma resposta, que eu acho que seja a melhor solução para todos aqueles que prestaram esse concurso.

Pois não, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente Moka, pegando uma carona nas suas palavras, nas cobranças, eu acho que nós, esta Comissão, temos de continuar cobrando, inclusive agilidade, neste próximo concurso. Porque a Anvisa está parando, e o Presidente Barbano me falou que está com falta

de pessoal. Então, veja, o que implicou esse concurso malfeito, que vai ter que ser refeito? No mínimo, ficou atrasado em seis meses. Então, veja, são seis meses que a fila continua cada vez maior.

Então, continuamos cobrando. Vamos cobrar, agora, agilidade desse concurso para que a Anvisa possa desempenhar o seu papel satisfatoriamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Exª tem razão, Senador Cyro Miranda.

Item 1 da pauta, cuja Relatora é a Senadora Angela Portela.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Exª me permite, só gostaria de um espaço para eu dar um aviso e fazer um convite.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É muito rápido.

O *Jornal do Senado*, inclusive, hoje, traz uma bela publicação – e quero agradecer aos profissionais de comunicação – do evento que nós vamos ter logo mais às 14h30, aqui no Plenário nº 7, Sr. Presidente. Nós vamos fazer o lançamento de um *site* em defesa da Amazônia. É um movimento apartidário, um movimento de entidades Parlamentares, contra uma pretensão de uma empresa privada americana Amazon de ter o uso exclusivo do sufixo “.amazon” em todas as línguas, não só Amazon, na Internet.

Então, eu quero fazer o convite a V. Exª, extensivo a todos os nossos colegas, companheiras e companheiros, Senadores, para que passemos rapidamente aqui nesse ato, que vai ser muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senadora, pelo convite.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) –

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 3, de 2013

– Não Terminativo -

Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

Autoria: Deputada Iara Bernardi

A Deputada é uma grande Parlamentar.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continuando:

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013.

Observações:

– Em 10.04.2013, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer Favorável ao Projeto.

– Votação simbólica.

Concedo a palavra a Senadora Angela Portela para proferir o seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Waldemir Moka, Presidente da nossa Comissão.

Como todos os Srs. Senadores têm aí o relatório em mão, vou-me limitar a fazer a análise e dar o voto. Análise.

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS apreciar proposições que versem sobre proteção e defesa da saúde (inciso II), área em que se enquadra a matéria do projeto sob análise.

A exemplo da visão da Câmara dos Deputados, no que concerne à constitucionalidade e juridicidade, não vislumbramos óbices à aprovação do PLC nº 3, de 2013.

É sem dúvida meritória a iniciativa da Câmara dos Deputados de buscar garantir amplo atendimento à saúde e amparo legal e social às vítimas de violência sexual. Também é digna de elogio a intenção de estender de forma generalizada esse atendimento e amparo, sem distinção de gênero entre as vítimas. A proposição está a serviço da promoção dos direitos individuais e coletivos, conforme estatuídos em diversos incisos do art. 5º da Carta Magna.

A sociedade brasileira contemporânea tem ganhado consciência lenta, mas seguramente, da impossibilidade de convivência com as nossas taxas de criminalidade e de violência de natureza sexual.

Nesse sentido, registramos avanços significativos no reconhecimento e na defesa dos direitos da mulher. Podemos citar como um significativo exemplo nesse sentido a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. O PLC nº 3, de 2013, caminha nesse mesmo sentido.

Está em atividade, Sr. Presidente, nesta Casa, ao tempo da elaboração deste parecer, a Comissão Parlamentar Mista sobre a Violência contra a Mulher, que vem reunindo dados, sobre esse tema, relativos a

todo o País. Os resultados preliminares das investigações da Comissão tornam claros o acerto e mesmo a urgência de medidas que previnam e combatam condutas criminosas que, infelizmente, são ainda muito frequentes.

Fica o registro de que, acertadamente, a proposta inclui igualmente na sua proteção todo um universo de vítimas que não são do sexo feminino. Sabemos que não são raros os casos de violência sexual contra crianças, jovens e idosos, do sexo masculino, bem como contra transexuais, travestis e homossexuais de qualquer sexo. O projeto trata de não fazer distinção de gênero entre as vítimas. Só podemos louvar esse posicionamento.

Destaco, enfim, que o projeto de lei que ora apreciamos busca o atendimento integral das vítimas, ao mesmo tempo em que se constitui em importante instrumento de combate à impunidade. Uma vez que as vítimas estejam conscientes de que terão atendimento condigno, deixarão de ter receio de se exporem a novas violências, receio esse que, muitas vezes, dificultam ou mesmo impedem a persecução penal dos agressores.

Nosso voto, Sr. Presidente, em virtude de todo o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013, de autoria da grande Deputada Iara Bernardes.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, essa matéria já foi discutida e votada na Comissão de Direitos Humanos. Eu votei a favor, porque acho meritória, acho que o sistema tem que ter uma preocupação e um olhar diferenciado para as vítimas da violência sexual. Eu acho até que teremos de preparar os servidores – e, quando digo servidores, são de todos os níveis – para um acolhimento mais humanizado das vítimas desse tipo de crime.

Agora, paira em mim uma dúvida, que não será motivo nem óbice para que eu vote a favor, como o fiz na Comissão de Direitos Humanos.

O art. 3º diz o seguinte: “O atendimento de imediato é obrigatório em todos hospitais integrantes da rede do SUS.”

Hoje em dia, nós sabemos que os hospitais e o sistema SUS estão construindo o perfil dos hospitais. Então, existe hospital de trauma, que é só trauma; existe o hospital de pediatria, que é só pediatria; os hospitais cirúrgicos, etc e tal.

De certa forma, a lei obrigaria todos os hospitais – até mesmo nos hospitais de trauma, que não têm o perfil para atender pacientes do tipo com lesões gine-

cológicas ou obstétricas – a se prepararem para isso. Então, a minha preocupação é no sentido da logística para a aplicabilidade da lei.

Não é terminativo, aqui, né?

É não terminativo. Então, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Veja bem, é a última Comissão por onde vai passar ao projeto, mas ele vai ao Plenário do Senado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Certo. Então, eu queria até ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É porque, quando falamos, assim...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só uma explicação. Quando dizemos “terminativo na comissão” significa que ele é aprovado, aqui, e não vai ao Plenário. Agora, no caso, esta é a última Comissão onde ele será examinado, e ele vai ao Plenário para ser votado. São coisas diferentes.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Então, de duas, uma, Senadora Angela: eu votei a favor e vou votar a favor de novo.

Agora, no sentido de dar aplicabilidade à lei, que é extremamente importante, eu gostaria de fazer uma pergunta: essa lei é passível de regulamentação? Primeiro aspecto. Porque, de qualquer forma, vai ter que adequar o sistema para essa lei. Então, eu acredito ser passível de regulamentação.

Segundo, se não for, a possibilidade de se apresentar uma emenda em plenário. Entendeu?

Eu gostaria de ouvir a Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senador Davim, eu queria esclarecer que esse art. 3º, que prevê o atendimento imediato obrigatório em todos os hospitais da rede pública de saúde, do SUS (Sistema Único de Saúde), no caso do hospital de trauma, como V. Exª colocou, pode estar muito clara a obrigatoriedade de, uma vez que o hospital de trauma não possa atender, encaminhar imediatamente para um hospital que possa fazer o atendimento, inclusive, aqui, dos exames necessários, o amparo médico, psicológico e social que está previsto no projeto de lei. Os exames necessários para atender imediatamente. Se, no hospital de trauma, não há esse entendimento, encaminhar imediatamente para um hospital que possa fazer esse atendimento qualificado.

O que não pode é a vítima de violência sexual, sendo ela criança, jovem, idoso, adolescente, mulheres – porque o projeto expande para atender não só a mulher, mas todas essas outras, sem distinção de sexo e de gênero –, chegar ao hospital e ter um aten-

dimento desqualificado, porque a pessoa já está vitimizada, já está emocionalmente abalada. Se ela não tiver uma orientação adequada, um amparo médico, o trauma é muito maior.

Então, o projeto é meritório. Sei que o Senador Paulo Davim é médico, conhece muito bem o dia a dia dos hospitais e, obviamente, esse art. 3º pode ser plenamente operacionalizado com profissionais habilitados, capacitados, encaminhando devidamente para um hospital qualificado, com as condições de fazer o que está previsto no art. 3º, que é o amparo médico, psicológico, social, imediato, os exames que estão previstos na lei.

Acho que esclarece um pouco a dúvida.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV -RN) – Acredito que nesse caso o art. 3º poderia sofrer uma complementação da minha redação. Em caso da impossibilidade de o atendimento ser prestado na unidade do primeiro atendimento, da assistência na unidade do primeiro atendimento, deverá ser encaminhado imediatamente, prioritariamente, para garantir a transferência dessa vítima. Talvez fosse...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Essa alteração o Senhor poderia apresentar no plenário, porque o projeto irá para discussão e aprovação no plenário.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – De redação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu penso, Senador Paulo Davim, que teremos tempo hábil. Eu concordo com V. Exª, pela formação. Tem de ficar claro que... Eu entendi o objetivo da Deputada Iara que, aliás, é uma grande Parlamentar, diga-se de passagem, e tem toda uma trajetória, uma luta, dedicada a essa questão da saúde. A preocupação dela é que seja atendida. Quer dizer, a pessoa já está vitimizada, já está fragilizada. O hospital que vai receber tem de receber bem. Se não tiver condições – aí V. Exª tem razão –, se não tem toda essa equipe, talvez seja importante colocar isso na lei, Senadora Angela Portela, porque, a partir do momento em que vira lei, a impressão que fica é de que todo e qualquer hospital tem de dar esse tipo de atendimento, e às vezes o hospital não está devidamente aparelhado. Acho que a gente resolveria se colocasse essa questão do encaminhamento.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Aí seria uma emenda de redação para não correr o risco de voltar para a Câmara dos Deputados. Ok, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar a nossa relatora, Senadora Angela Portela, pelo

relatório produzido. Como V. Exª, todos nós que tivemos oportunidade de conviver com a Deputada Iara Bernardi sabemos da sua luta, principalmente da sua dedicação em garantir uma vida mais digna às mulheres na sociedade, porque, infelizmente, nós mulheres, apesar de sermos maioria, ainda sofremos muito com a violência das ruas e com a violência doméstica. Exatamente por isso o país tem uma lei chamada Lei Maria da Penha.

Entretanto, Sr. Presidente, quero aqui relatar algumas leis aprovadas no passado que foram insuficientes e, por isso, tivemos de aprovar outras. Uma, a reconstituição da mama, do câncer de mama. Para isso foi aprovada uma lei, só que a lei não dizia que a reconstituição tinha de ser imediata. Aprovamos outro projeto. Havia um projeto da Deputada Rebecca Garcia, que foi aprovado, e havia um de minha autoria. Tivemos de aprovar outro para dizer na lei que tem de ser imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas, nessa lei, tivemos um cuidado, Senadora. Não sei se fui eu quem relatou, acho que eu fui o relator, e tivemos o cuidado de dizer que tem casos em que a reconstituição da mama não é possível ao mesmo tempo. Fica difícil para os colegas médicos, com a formação que você tem aqui. Muitos perguntariam: mas, Moka, Davim, como é que vocês deixam passar um negócio desses?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Claro, Sr. Presidente, V. Exª tem razão, mas o projeto já vinha assim, apenas com uma exceção, quando não há indicação médica.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas, a verdade é que na grande maioria das vezes é possível fazer.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Outra lei que tivemos de aprovar, Sr. Presidente, aquela em que as unidades não podem rejeitar pacientes, depois de ter morrido aqui em Brasília um funcionário público que teve o atendimento emergencial rejeitado por um dos grandes hospitais. Então, acho que o projeto que detalha, que fala sobre a prioridade que mulheres e crianças devam ter nesse atendimento... Como V. Exª diz, quando tem uma lei, parece que as coisas funcionam melhor. Infelizmente, precisamos de leis assim para que funcione na prática, efetivamente. Quero cumprimentar a nossa relatora, que transmito à Deputada Iara Bernardi, pela iniciativa importante da matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Só para um esclarecimento, sei que o assunto já foi discutido, nessa questão da Lei de Reconstrução.

A gente tem de ter muito cuidado com a legislação quando ela trata de assuntos técnicos. Da mesma forma que a área da saúde, pode ter outras áreas, como engenharia, eletrônica, etc.. Então, nessa questão, em

particular, tem-se que ter cuidado, porque para uma parcela significativa das pacientes a indicação de reconstrução imediata está contra-indicada, porque há a retirada da mama, o esvaziamento ganglionar e depois essa paciente é submetida à radioterapia. No momento em que há a reconstrução, a colocação da prótese, a radioterapia lesa a prótese. Portanto, tem-se que esperar a conclusão do exame para depois fazer a complementação, através da reconstrução. Então, só para alertar sobre essa questão, que já foi discutida, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para prosseguimento da sua tramitação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pela ordem, sem revisão do orador.) – O próximo item é o Item 2 da pauta, do qual eu tinha pedido vistas.

Eu solicito a V. Ex^a que seja apreciado um requerimento de audiência que se encontra na Mesa desta Comissão. O Requerimento está em consenso com o relator da matéria, que irá subscrevê-lo. Esse Requerimento é subscrito por mim e pela Senadora Ana Amélia, para instruir melhor esse Projeto que foi acordado na última reunião.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu gostaria de pedir a autorização de V. Ex^a para subscrever também o Requerimento, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o maior prazer, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Requerimento extrapauta, mas importante, porque tem a ver com o próximo item da pauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 31, de 2013

Requeiro nos termos do art. 93, inciso I, do RISF a realização de audiência pública para tratar da fiscalização e incentivos para motocicletas e instrução do PLS nº 412 de 2009, que “concede

isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre motocicletas e bicicletas e reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, desses bens, quando adquiridos por agentes comunitários de saúde”, sendo convidado para tal fim o Sr. ANTÔNIO CLÁUDIO PORTELLA SERRA E SILVA, presidente do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Autoria: Senador Cyro Miranda e outros

A autoria é do Senador Cyro Miranda e da Senadora Ana Amélia, também subscrito pela Senadora Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia e ao Senador Cyro Miranda para que possam encaminhar o requerimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, surgiram várias dúvidas na última reunião desta Comissão. Como tinha várias maneiras de se fazer, se isso seria através do órgão competente, examinar o índice também de acidentes, levantado pela Senadora Ana Amélia, então, nós fizemos esse requerimento, que poderia consubstanciar mais a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ainda para encaminhar, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Reforço os argumentos do Senador Cyro Miranda. Penso que a audiência pública, Senador Moka, V. Ex^a sabe bem, tem um efeito muito grande. É um tema que merece ser examinado.

Tivemos há pouco tempo aqui, eu até fiz referência à Senadora Vanessa, numa discussão com os Senadores, atacando muito a questão das motocicletas, que matam muita gente, mas o carro também mata muita gente. Para muitos jovens pobres, que usam a moto como instrumento de trabalho, o índice... No Rio Grande do Sul, onde temos experiências de trânsito seguro com motocicletas, há um índice muito pequeno de acidentes, porque há uma formação adequada ao motorista, ao motociclista que trabalha com fretes, com todo esse serviço de tele-entrega, e se conseguiu isso.

Ora, se isso é bom, se isso está resolvendo um problema social também, porque é um autônomo, um trabalhador, e isso dá a ele a oportunidade de fazer em horas que ele não tem convencionado, penso que a gente tem de facilitar isso. Então, acho que o debate proposto pelo Senador Cyro, com o meu apoio e o apoio da Senadora Vanessa, vai ter grande relevância, através da audiência pública.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu informo que o Requerimento, ao ser aprovado, faz um sobrestamento da pauta. O Projeto só voltará a ser novamente discutido e pautado após a realização dessa audiência pública, que, aliás, é a finalidade da audiência, instruir o relator.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu tive o cuidado de ir à Mesa porque ouvi V. Exª, na leitura do requerimento, relatando que há um único convidado para a audiência pública, o representante do Contran. Eu conversei há pouco com o Senador Cyro – a Senadora Ana Amélia estava ao telefone – que seria importante analisar os dois aspectos, a questão da saúde, do trânsito, mas também a questão tributária, porque o projeto é para a isenção tributária. Então, que fizéssemos o convite à representante do Ministério da Fazenda. O autor do requerimento concorda, seriam apenas dois convidados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu peço à Senadora Vanessa que encaminhe isso para que a gente possa depois decidir.

Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu só quero deixar a minha posição clara, de que sou totalmente favorável ao projeto do Senador João Vicente Claudino, com relatoria do Senador Wellington Dias, até por que tanto eu como o Senador Inácio Arruda já apresentamos projetos, inclusive para todo o setor de bicicleta. Aqui é específico, inclusive, para o agente. Se apresentamos para todo o setor de bicicleta que não houvesse esses impostos, é mais do que justo que pelo menos esse setor específico tenha esse direito. Então, por isso quero reafirmar a minha posição. Seria importante que a gente votasse, que a audiência, se tiver de acontecer, que aconteça o mais rápido possível e que a gente vote essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em votação o Requerimento, agora complementado pela sugestão da Senadora Vanessa Grazziotin, de convidar também um representante do Ministério da Fazenda.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com um adendo, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com um adendo. Eu, conforme já havia dito, o Item 2 da pauta...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Estão votando o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ele está sobrestado, até que a gente possa fazer a audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É que tem um requerimento de minha autoria, que já deixei há um tempo junto à Mesa. A orientação que recebi foi de que seria importante que eu o levantasse para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O requerimento do Senador Paulo Paim... Eu pergunto a V. Exas... No caso específico, Senador, o requerimento era para sobrestar a votação do...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu não tenho problema nenhum em votar no final, só quero que fique na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Já está pautado, Senador.

Então, o Item 2 foi sobrestado.

(É o seguinte o item sobrestado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 412, de 2009

– Não Terminativo -

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre motocicletas e bicicletas e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, desses bens, quando adquiridos por agentes comunitários de saúde.

Autoria: Senador João Vicente Claudino

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2009, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Em 12.06.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista ao Senador Cyro Miranda.

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Item 4, Senador Jayme Campos.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 266, de 2012

– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar o décimo terceiro salário do imposto de renda das pessoas físicas.

Observações:

– Em 03.06.2013, a Presidência do Senado Federal comunica o recebimento da resposta do Ministro de Estado da Fazenda ao Requerimento nº 1.110, de 2012, de iniciativa do Senador Jayme Campos, referente a informações para instrução do Projeto.

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.

Autoria: Senador Lobão Filho

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2012, e da emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir o seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta Comissão para o exame do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2012, de 2012, que, ao alterar o art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, isenta o décimo terceiro salário do trabalhador do imposto de renda das pessoas físicas.

Determina, ainda, que o Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal que deverá acompanhar o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 dias da publicação desta Lei, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Por fim, estabelece que a lei que se pretende aprovar só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao cumprimento, pelo Poder Executivo, do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no § 6º do art. 165 da Constituição Federal.

Ao justificar sua iniciativa, o autor afirma:

A isenção que se der ao décimo terceiro salário não causará perda ao Erário, pois o efeito econômico mais provável e lógico será o de que a parcela dispensada irá fomentar o consumo e retornará logo em seguida ao Tesouro na forma de tributos sobre o consumo (Imposto sobre Produtos Industrializados, Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins) e sobre a renda das pessoas jurídicas. Atente-se que o efeito econômico gerado pela alta de vendas se propaga para toda a cadeia produtiva, de tal forma que se pode falar em efeito multiplicador, afetando o crescimento da arrecadação em ondas sucessivas.

Ao projeto não foram apresentadas emendas. Análise.

Nos termos do disposto no art. 100, inciso I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar o presente projeto de lei.

Relativamente ao mérito da proposta, concordamos com os convincentes argumentos apresentados pelo autor. Como se sabe, antes mesmo do décimo terceiro se tornar um direito do trabalhador, boa parte das grandes e médias empresas tinha o hábito de pagar uma gratificação aos seus trabalhadores, sempre no mês de dezembro, visando a proporcionar-lhes a realização de compras para as festividades do dia de natal. Com o passar dos anos, aquilo que era mera liberalidade do empregador, tornou-se imprescindível para que o empregado pudesse suprir seu apertado orçamento.

Atento a esta necessidade, o legislador decidiu reconhecer a gratificação natalina como um direito trabalhista, por meio da Lei 4.090, de 13 de julho de 1962. Mais tarde, em 1988, o Constituinte elevou esse direito à categoria de direito social do trabalhador, inscrevendo-o no artigo 7º da Constituição Federal.

Hoje em dia, além de sua função social, que é a de proporcionar à classe trabalhadora participar mais ativamente do mercado de consumo, representa também um instrumento importante não só para fazer frente a suas obrigações financeiras, relativamente a empréstimos realizados durante o ano, como também a compromissos financeiros típicos de começo de ano, como pagamento de impostos, compra de material escolar para os filhos, entre outros.

Além desses aspectos, vale frisar, ainda, que o décimo terceiro salário traz um aumento expressivo na economia do País, que constitui um ambiente favorável para a geração de novos empregos.

Para melhor instruir o presente relatório, tivemos o cuidado, Sr. Presidente, de encaminhar ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda Requerimento de Informações relativo à estimativa de renúncia de receita de 2013 a 2015, decorrente da isenção do décimo terceiro salário do imposto de renda das pessoas físicas.

De acordo com a Receita Federal do Brasil, a estimativa de renúncia se baseou nos dados do 13º salário inseridos na ficha “Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva” das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (DIRPF) do exercício de 2012, ano-calendário 2011.

A renúncia prevista de arrecadação seria da ordem de R\$7.442.220.000,00, em 2013; R\$8.205.220.000,00, em 2014; e R\$9.060.810.000,00, em 2015.

Sem nos determos nos aspectos financeiros e tributários da matéria, bem como no que tange ao impacto relativo à renúncia fiscal decorrente da medida, cujo exame será feito, em seguida, pela Comissão de Assuntos Econômicos, entendemos que a proposta é extremamente benéfica ao trabalhador assalariado. Ademais, não deverá trazer prejuízos ao Tesouro Nacional, já que grande parte dos resultados da isenção pretendida será direcionada para o consumo e, obviamente, aumentará a arrecadação de outros tributos.

Em conclusão, trata-se de medida que, em tempos de baixo crescimento econômico, como o que estamos atravessando no momento, deverá incrementar o desenvolvimento do setor produtivo, com o aumento do mercado de trabalho e a circulação de bens, serviços e renda, como um todo.

Entretanto, ante a vigência da Lei nº 12.761, de 2012, sancionada após a apresentação do PLS 226, de 2012, que acresceu novo inciso ao art. 7º ora emendado, faz-se necessária a renumeração do dispositivo que se pretende introduzir.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2012, com a emenda a seguir:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2012:

Art. 6º
.....
XXIV – os valores recebidos a título de décimo terceiro salário a que se referem o art. 7º, VIII e o art. 39, § 3º da Constituição Federal.
..... (NR)

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, está inscrito o Senador Cyro Miranda. Em seguida, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu quero, Sr. Presidente, parabenizar o autor, em especial – como diz o Senador Jayme Campos – o valoroso Senador Jayme Campos, porque o projeto é extremamente meritório.

Nós sempre discutimos isso, a vida inteira – mas não podemos mudar –, que salário não é renda. Imposto de Renda. Então, se você tem fruto de premiação, gratificações, renda de aluguéis, isto é renda. Mas salário nunca foi renda. Isto foi muito mal interpretado, desde o começo, na nossa Constituição. Infelizmente, isso

é impossível mudar, dado o volume de arrecadação, prejudicando, assim, Estados, Municípios e a União.

Mas então é extremamente meritório. Acho que temos que fazer um esforço concentrado para que esse projeto ande bem depressa, porque ele vai ainda para a Comissão de Assuntos Econômicos e deverá ir para a Câmara. Ou ele veio da Câmara? Não, ele vai para a Câmara ainda.

Então, isso eu acho que é realmente recompensar o assalariado, que já tem sua carga tributária excessiva. O assalariado brasileiro tem que trabalhar até maio, durante cinco meses, para pagar os impostos que lhe são imputados, e sem ter o retorno. Ele não tem a segurança, ele não tem a saúde, ele não tem a educação, e ainda tem que complementar isso. Então é extremamente meritório. Parabéns. Sou pela aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin, para discutir a matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, se eu bem entendi, o projeto vai, depois da CAS, para a Comissão de Assuntos Econômicos. Eu acho que, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós vamos debatê-lo.

Eu concordo com a tese levantada pelo Senador Cyro Miranda. Aliás, o sistema tributário do Brasil é de cabeça para baixo, porque o trabalho é que é tributado. Isso é um absurdo. É por isso que o Brasil é caro. Não que a nossa carga tributária seja maior do que em outros países, não. Muitas vezes é até menor do que em alguns países, mas é equivocada, porque ela tributa o trabalho.

Então, Sr. Presidente, eu acho que aqui eu vou votar a favor desse projeto, mas, lá na Comissão de Assuntos Econômicos, nós vamos ter que debater com muito cuidado, porque o impacto é muito forte. Só este ano seria mais de R\$7 bilhões.

Na sequência, no item 6 da pauta, há um projeto de autoria do Senador Cyro Miranda. Um projeto que diminui a idade dos idosos para o recebimento do Benefício Continuado de 65 para 60 anos. Corretamente, o Senador coloca que é preciso baixar de 65 para 60 anos, porque, pelo Estatuto do Idoso, com 60 anos de idade, a pessoa já é idosa. Aliás, há muitos idosos aqui no Senado Federal. Então, é correto, mas há um impacto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não é o meu caso, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nem o meu! Não, não somos nós que estamos

aqui, nem os outros que estão em outras comissões. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Estou brincando, Senadora. Eu já passei há algum tempo! (Risos.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas há o impacto, também, Sr. Presidente. Há o impacto nas finanças públicas, e nós não podemos aprovar os projetos, por mais justos que eles sejam, sem olhar para o impacto.

Então, neste projeto, o que eu percebo? Ele apenas deixa de cobrar o Imposto de Renda no 13º salário – correto? –, para todo mundo, sem uma linha de corte. Aí, quem vai ser beneficiado? Quem ganha R\$20 mil, R\$30 mil, vai ser tão beneficiado quanto quem ganha R\$4 mil. Isto não é justo.

Não, proporcionalidade, não. Eu acho que não. Eu acho que não é justo. Mas eu quero deixar esse debate lá para a Comissão de Assuntos Econômicos. Eu quero dizer que aqui eu voto a favor do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Olha, não é muito comum... É incomum a Presidência... Mas eu acho que não. Eu tenho uma posição favorável. Eu acho que isso pode inclusive representar uma experiência de como seria baixar essa tributação do Imposto de Renda sobre o salário. Porque, da mesma forma que você coloca... Mas, imagine, no final do ano, esse dinheiro será totalmente colocado no consumo.

A perda, aí, Senadora, é entre aspas, porque esse recurso vai é estimular o consumo, o mercado, de tudo.

Eu acho que o projeto é meritório. É claro que a Receita terá restrições, até porque a função do Ministro da Fazenda é arrecadar, não tenho a menor dúvida. Mas eu acho que o projeto, sem dúvida nenhuma, é meritório.

Eu gostaria de ver essa experiência, porque eu acho que, a partir dessa experiência, pode-se chegar à conclusão de que seria melhor diminuir esses índices de retenção de Imposto de Renda no sentido de estimular a economia.

Continua em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2012, com a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, apenas para, antes de mais nada, agradecer as palavras bondosas, generosas, do valoroso companheiro Senador Cyro Miranda e dizer que projetos como este, sem sombra de dúvida, são meritórios pelo fato de que...

Eu agradeço também à Senadora Vanessa Grazziotin, em que pese entender que a matéria tenha que ser discutida na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu também concordo com V. Ex^a. Entretanto, eu tenho a certeza de que o Senador Edison Lobão, responsável e, acima de tudo, competente, deve ter procurado, quando da construção deste projeto aqui, sobretudo, eu imagino, o Ministério da Fazenda. E deve ter procurado a própria Presidente da República, para que, eventualmente, ouvisse das autoridades que têm o papel de arrecadar neste País se esse projeto era pernicioso ao Governo Federal e aos próprios Estados, que também descontam, e, por conseguinte, a própria Receita.

Quando você desconta do salário do servidor público estadual ou municipal – muitas pessoas não têm conhecimento, Senador Waldemir Moka –, essa receita do desconto do Imposto de Renda do salário do servidor municipal fica para o Município, e o do estadual fica para o Estado.

Muitas pessoas têm a impressão – talvez por nunca terem sido gestores públicos – de que quando o Estado ou o Município desconta o Imposto de Renda do salário do trabalhador ele repassa para o caixa do Governo Federal. Não é verdade, fica para os cofres estaduais e para os cofres municipais.

Entretanto, tenho certeza de que este caso aqui é um projeto meritório. E quero crer que vai ter também a aquiescência e a aprovação por parte dos Senadores que compõem, naturalmente, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Depois, quando chegar à Câmara, eu acho também que vai ser aprovado, pelo fato de que é claro e explícito que se trata de um projeto que vem atender sobretudo aqueles que precisam muito desse recurso que é descontado da sua folha de pagamento.

O próprio Ministério da Fazenda, pelo requerimento que encaminhei, não manifestou nada em contrário. Caso entendessem que não era correto, eles tinham nos enviado naturalmente a informação de que era inviável. Neste caso, eu entendi que o Ministro da Fazenda é favorável a este projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Item nº 5, Senador Paulo Davim.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 83, de 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.

Autoria: Deputado Edigar Mão Branca e outros

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2011 e as Emendas nºs 1 e 2-CRA.

Em 19/4/2012, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 da mesma Comissão. Em 30/5/2012, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

A votação será nominal.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de consultar o nobre colega Paulo Davim se, ao invés de eu pedir vista, se eu poderia propor algo: já está pronta uma emenda. Porque ocorre que o parágrafo único do art. 4º estabelece também que deverá ser contratado seguro de vida e de acidentes em favor do trabalhador, pelo ressarcimento das despesas médicas e hospitalares decorrentes de acidente ou doença ocupacional. Ora, não podemos concordar com a contratação de seguro de vida, visto que o vaqueiro é um trabalhador normal, o qual deve ser regido pela CLT ou pela Lei nº 5.889, de 1973.

Portanto, sendo o vaqueiro um profissional apto a realizar práticas relacionadas ao tratado e manejo de animais, pode ele ser considerado um trabalhador rural e, portanto, deve seguir as regras constantes da Lei nº 5.889. Assim, opinamos pela aprovação do PLS nº 83, mas apresentamos uma emenda supressiva, a fim de excluir a obrigatoriedade da contratação de seguro de vida e incluir que a atividade de vaqueiro passe a ser regulamentada pela Lei nº 5.889. E, se o nobre colega Paulo Davim entender que é legítima essa ponderação, eu...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda, o Senador Paulo Davim já havia dito que ele vai pedir para retirar de pauta, porque ele quer, na verdade, fazer uma audiência pública, para que possamos discutir. Quero

chamar a atenção dos senhores, porque eu tenho recebido algumas indagações, alguns questionamentos de que, na nossa Comissão, essa questão da regulamentação de profissões, realmente, é delicada. Penso que vai ser preciso que nós tenhamos algum critério, porque várias das profissões já estão regulamentadas.

Inclusive, quando as regulamentamos, há toda uma... Então, eu creio que qualquer projeto nesse sentido..., até porque, vou dizer, a maioria dos projetos de regulamentação aprovados estão sendo vetados. Quero fazer uma discussão sobre quais são os critérios, se for possível.

Claro que ninguém vai impedir Senador de apresentar projeto e de tentar aprovar. Eu apenas chamo a atenção, porque os projetos estão sendo vetados, e considero que seria importante que pudéssemos, de alguma forma, fazer uma discussão, estabelecer alguns critérios, para que possamos dar continuidade à apreciação desses projetos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para que S. Exª possa formalizar o pedido.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senador Moka, na verdade, esta audiência pública que eu quero propor não é especificamente para discutir esta matéria, mas exatamente para discutir sobre as carreiras privativas de Estado e especialistas. Nós pretendemos convocar e convidar o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério do Planejamento, especialistas. Enfim, nós queremos, dentro de sua preocupação, discutir uma forma de balizar o debate sobre regulamentação de atividades e profissões aqui, na CAS.

E esta matéria, em particular, carece de discussão mais aprofundada. Por isso que nós nos antecipamos e a retiramos de pauta, para que esta matéria já seja beneficiada com um debate que nos oriente melhor na regulamentação de profissões.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero acolher a sugestão e transformá-la na sugestão da Comissão como um todo, para que possamos marcar aqui um dia. Vamos definir as pessoas que serão convidadas. Eu acho essa audiência pública importante, para estabelecer critérios e padrões de como nós vamos apreciar, daqui para frente, projetos que versam sobre a regulamentação de profissões.

Ouçõ o Senador Romero Jucá. É sobre essa questão, Senador?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, Sr. Presidente. Eu gostaria de, assim que concluir essa questão, pedir pela ordem. Eu sou Relator do item nº 8 do projeto do Senador Renan Calheiros, que trata de agregar informações ao cartão do SUS. É um projeto terminativo, eu sou o Relator, e eu tenho

que apresentar, daqui a alguns minutos, o relatório da regulamentação do emprego doméstico na Comissão de Constituição e Justiça. Então, se V. Ex^a pudesse, logo após essa matéria tratada pelo Senador Paulo Davim, inverter a ordem, eu gostaria de relatar essa matéria rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Certamente, Senador.

Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ainda para discutir, Sr. Presidente. Quero endossar perfeitamente a sugestão do Senador Paulo Davim e dizer para não perdemos de vista essa retirada da obrigatoriedade, se for pertinente. Mas essa audiência pública é realmente necessária, como diz o Senador Paulo Davim, para que entendamos a amplitude dessa profissão de vaqueiro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está, então, retirado da pauta o item 5, cujo Relator é o Senador Paulo Davim, e aí nós vamos combinar a audiência pública, para que possamos estabelecer os convidados que haverão de balizar critérios, definições de apreciação de projetos que versam sobre a questão de profissões. Eu indago do Plenário se podemos, a pedido do Senador Romero Jucá, fazer a inversão da pauta, uma vez que ele vai relatar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele merece, ele merece! Eu sou a próxima, eu cedo meu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, o item 8 da pauta. O Relator é o Senador Romero Jucá.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 342, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre as informações do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012 e das duas emendas que apresenta.

A votação será nominal.

Eu concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para proferir o seu relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, esse projeto do Senador Renan Calheiros é extremamente simples, mas extremamente importante, porque ele define que o car-

tão do Sistema Único de Saúde (SUS) deverá conter informações referentes ao grupo sanguíneo e fator Rh do usuário, os medicamentos e as substâncias a que o usuário é alérgico e define que não ter, no momento do atendimento da urgência, o cartão do SUS não impede que o hospital ou a unidade de saúde preste tal atendimento.

Nós estamos dando parecer favorável, apenas com emendas que ajustam o projeto, mas na sua operacionalidade, porque a emenda que apresento define que será criado, sob coordenação do gestor federal do Sistema Único, de acordo com o regulamento, cartão único de identificação de serviço de saúde para uso em todo o território nacional. Então, é apenas um ajuste operacional que diz respeito ao Ministério da Saúde – esse é o parecer.

O projeto é importante. Portanto, peço a aprovação de todos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Eu quero aproveitar o quórum. O projeto é terminativo. A votação será nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu voto a favor do autor e do Relator, também.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o autor e o Relator, elogiando a finalidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Olha, eu vi o relatório *fast track*. Extremamente rápido, fulminante, não só para competência, mas pela rapidez com que foi apresentado. Então, eu voto com o Relator e com o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Essa é uma característica do Romero Jucá.

Senador Paulo Davim

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o autor e com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos, grande Presidente desta Comissão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

Com o autor e o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Romero Jucá, voto conhecido, Relator.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, *the flash*, Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aprovado o projeto.

Consulto as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para as duas emendas do Relator, em globo. *(Pausa.)*

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012, e as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Assuntos Sociais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item nº 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 279, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012.

Observações:

– Em 11.12.2012, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável à matéria.

– Em 12.06.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede vista coletiva aos Senadores Jayme Campos e Humberto Costa, nos termos regimentais.

– *Votação nominal.*

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, tenho preferência, porque sou Relatora. Como já foi lido, trata-se de matéria de grande interesse social – esta é uma Comissão de Assuntos Sociais! Tratamos dessas questões do ponto de vista social. Reconheço que a Liderança do Governo argumentou sobre o que representa isso financeiramente para o caixa do Governo. Tudo bem.

A Senadora Vanessa há pouco, numa matéria relatada pelo Senador Jayme Campos, fez um raciocínio que vou aplicar agora para esta matéria. Temos de discutir. A iniciativa é louvável, há um grande mérito no aspecto, ela tem todos os requisitos de constitucionalidade e sobressai o aspecto social da iniciativa do Senador Cyro Miranda.

Minha sugestão, como fez a Senadora Vanessa na matéria relatada pelo Senador Jayme Campos, é a de que a Comissão de Assuntos Sociais, encarnando ou assumindo esse compromisso social, faça isso. E já houve um requerimento ao Plenário, para que essa matéria seja submetida também à Comissão de Assuntos Econômicos. Então, votamos, aprovamos, e a Comissão de Assuntos Econômicos examina os aspectos da questão da viabilidade econômico-financeira, mas esta Comissão cumpre o seu papel de tratar desta questão, que é um direito do cidadão comum.

E é bom que com isso, Senador Moka, vejamos o recado das ruas – isso também tem a ver com o direito social, acho que essa questão está relacionada a essas demandas. Precisamos focar as prioridades, e as prioridades têm de ser as corretas, porque a sociedade – sabemos – está percebendo também a nossa ação aqui. Queria, então, fazer essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Estamos em sintonia, hoje, Sr. Presidente. Esta Comissão está caminhando muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^{as} sempre estiveram em sintonia.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas é exatamente a mesma proposta. Eu faço apenas a sugestão a V. Ex^a, de votarmos requerimento do Senador Humberto Costa, que está sobre a mesa da Comissão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas isso é Plenário.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É para Plenário? Sim, mas que a Comissão apoiasse e pedisse que a votação fosse hoje; que nós, da Comissão, apoiássemos para votar hoje! Votaríamos hoje a matéria aqui para, no plenário, apoiarmos o requerimento do Senador Humberto Costa, para a matéria ir também à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Se me permite, vamos fazer em duas etapas: aprovamos a matéria e, em seguida, discutimos o requerimento do Senador Humberto Costa, para ver se ele tem a aprovação do Plenário também. Isso porque, na verdade, o requerimento dele – só para tentar atender ao pedido de V. Ex^a –, o requerimento do Senador Humberto Costa é para o Plenário, e V. Ex^a está pedindo que ele tenha apoio da Comissão. Para que ele tenha o apoio da Comissão, tenho que considerar isso um extrapauta e discutir com o conjunto do Plenário, mas, não é o procedimento normal.

Entendo a preocupação com o Regimento, mas eu preciso atender também ao anseio, porque o Plenário sempre será soberano. Penso que isso é uma inovação que pode gerar uma precedência. Tenho preocupação, mas não quero deixar também de discutir, com toda a transparência, a ponderação que faz V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Ex^a me permite, há também uma precedência no que diz respeito à urgência. Cabe ao Plenário aprovar requerimentos de urgência e às Comissões, sempre, principalmente matérias relativas a empréstimos e a projetos importantes – aprova o requerimento para mandar para lá. É somente uma posição política da Comissão, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador Cyro Miranda; em seguida, Senador Romero Jucá.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, como autor, só para fazer um esclarecimento. Sr^{as} e Srs. Senadores, não se trata de apenas distribuir, aleatoriamente, benefícios financeiros, mas de fortalecer as premissas que fazem o Estatuto do Idoso e a legislação específica para tratar de assuntos relacionados à defesa do envelhecimento com dignidade. Além disso, gera um retorno do crescimento econômico do País despendido com o benefício a um crescimento de R\$1,32 no Produto Interno Bruto e um aumento de renda familiar de R\$2,20. Ao estabelecer um marco étário da sociedade brasileira de cuidar melhor dos seus idosos, acredito que esse projeto contribuiu para a eficiência da justiça social.

Agora, o problema é que nós estamos em confronto com o Estatuto do Idoso. Então, não é possível você ter duas idades para comparação da senioridade – ou se modifica posteriormente o Estatuto do Idoso. Também acho que com 60 anos ainda se é jovem. Eu, que tenho 59 anos, julgo-me um jovem, certo? Mas isso é outra etapa.

Por falar em jovem, chegou o mais jovem Senador da Comissão. E eu concordo plenamente que os aspectos econômicos sejam discutidos na CAE.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Até porque, lembrando – pela ordem, Senador Presidente Moka – esse argumento do Senador Cyro apenas reforça que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, na Presidência do Senador Paim, que está aqui presente, aprovou esse incentivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ouço o Senador Romero Jucá que está inscrito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer duas observações. A primeira é quanto ao mérito do projeto: eu apoio o projeto. Acho que nós estamos tratando aqui de casos de excepcionalidade de pessoas que não podem ter o seu sustento – portanto, casos excepcionais.

A discussão, depois, com o Governo, se é possível, se não é possível, qual a data, enfim, qual o prazo, qual a idade – isso é outra discussão. Mas, acho que a posição política da Comissão deve ser de sinalizar e aprovar esse projeto: primeira coisa. Então, quero encaminhar favoravelmente. Vou votar favoravelmente.

Segunda questão: acho que a Comissão não deveria dar o voto aprovando a ida para a Comissão de Assuntos Econômicos. Essa é uma atribuição do Plenário. Ao fazer isso, estaremos enfraquecendo a posição política da Comissão, porque estaremos dizendo que aprovamos, mas também que a Comissão de Assuntos Econômicos é que deve decidir.

Acho que aqui estamos tomando uma decisão política. O Regimento é claro – já existe o requerimento do Senador Humberto Costa para o Plenário – é o Plenário que vai decidir. Quando chegar à CAE, serão decididos os aspectos econômicos, e aqui estamos decidindo os aspectos sociais, a questão de relevância social.

Portanto, acho que referendar essa posição seria, de certa forma, enfraquecer a posição justa e correta que a Comissão está tomando. E, portanto, eu queria fazer esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas, aqui, eu preciso dar uma informação: na verdade, o projeto é terminativo aqui. Se for aprovado o requerimento pelo Plenário, aí... Na

verdade, aprovado aqui... A menos que mude, porque daqui ele vai ao Plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Se o projeto é terminativo aqui, a Comissão não pode dizer que ele não é mais terminativo aqui. Tem de haver o requerimento para o Plenário, com nove assinaturas – votar o requerimento em audiência da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Romero Jucá, é isso que a Presidência está explicando.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Nós estaremos contra o Regimento, se fizermos isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, hoje, ao ser votado o projeto aqui, eu não posso dizer o contrário. O projeto é terminativo nesta Comissão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – É terminativo, claro. Quem quiser, faça o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agora, se houver recurso para que esse projeto vá para a CAE e o Plenário do Senado aprovar, aí é outra condição.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Mesmo assim, Sr. Presidente, é preciso nove assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sim.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu penso que a manifestação do Senador Romero Jucá é muito clara, não só do ponto de vista político, mas, sobretudo, do ponto de vista até regimental, Presidente, até da coerência da Comissão em relação à natureza da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu fui autor do Estatuto do Idoso, e esse debate fizemos lá, na época. O que me foi levantado é que não havia condição, naquele momento, de aplicar, como nós lá colocamos, 60 anos em todos os casos. Por isso ficou essa lacuna.

Ora, se neste momento há um projeto na Casa, a Comissão de Direitos Humanos já votou, o projeto, pela informação que temos, vai naturalmente ao Plenário, por opção do Governo, que vai fazer o recurso. Indo para o Plenário, ele volta para a Comissão de Economia. Eu acho que o Senador Jucá foi feliz – aqui, é um gesto político da Comissão, que entende que esse tema deve ser votado e, assim, o Estatuto do Idoso ficaria com 60 anos, em todos os casos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu entendi que, através do Senador Romero Jucá, a coisa ficou muito clara – eu estive olhando. Na verdade,

aqui ele se refere a essa Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de 60 anos, para fins de recebimento de benefício de prestação continuada, e não é para estabelecer a idade de 60 anos para todo mundo. Não, não existe isso: isso é para quem está com deficiência, para quem não pode.

Chegou aos 60, está com 45, 50, 55, 59 – não é o Cyro Miranda, é claro –, e está com a prestação continuada todos esses anos: chegou aos 60, não adianta mais fazer exames. Já se vê que aquela prestação continuada vai ter sequência. Então, estabelece-se um limite; são casos excepcionais, Sr. Presidente.

Então, entendo que não há necessidade nem de nós acatarmos um requerimento para ir a Plenário. De minha parte, não há necessidade. Essa é a ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu acho que está suficientemente esclarecido.

A votação é...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vamos votar. A votação será nominal. Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a Comissão de Direitos, com o autor, com a Relatora e com a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu voto, Sr. Presidente, com o autor e com a Relatora, a favor do projeto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – De acordo com o que expressei antes, com a Relatora e com a proposta do assunto terminativo na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, Relatora, voto conhecido, voto, “sim”.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto conhecido. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com autor.

Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentá-lo aqui, de forma pessoal. Realmente, o projeto é meritório, tem não só o apoio, mas, sobretudo, o apoio do povo brasileiro, principalmente daqueles mais idosos. Parabéns!

Estou com o autor e com a Relatora. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – De autoria do grande Senador de Goiás, o jovem Senador Cyro Miranda.

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o autor e a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda, voto conhecido, ele que é o autor do projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado.

Sr. Presidente, pela ordem. Só para fazer um agradecimento...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minutinho. Deixe-me concluir aqui e proclamar o resultado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Com a palavra o autor projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para fazer um agradecimento muito especial à Senadora Ana Amélia pelo seu relatório; agradecer aos nossos pares, inclusive ao Senador Romero Jucá, pela intervenção oportuna valorizando esta Casa. Agradeço a todos os nossos pares, em especial ao Senador Jayme Campos, pelas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, o item 9

O item 9, Senadora Ana Amélia, penso que podemos recuperar o quórum. O Senador Romero Jucá, infelizmente, teve que sair.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, aqui nós temos duas matérias – V. Exª, meu caro Presidente, é o autor dessa matéria, Senador Moka. E nós já falamos aqui sobre isso, porque há uma deliberação da Mesa a respeito das agências reguladoras e da prestação de contas ao Senado Federal. Então, no caso aqui, é a ANS, a que V. Exª faz a referência, e

também o Senador Sergio Souza tem uma relatoria no mesmo sentido. V. Exª tem uma atuação parlamentar do consenso, de construir entendimento, de diálogo, produtiva e construtiva. Então, eu vejo que, sempre que possível, V. Exª quer isso.

Nessa matéria, Senador Moka, há uma sugestão – e eu consulto V. Exª não só como Presidente, mas como autor disso: sobre um encaminhamento coletivo de todas as agências para essa finalidade, pela Liderança do Governo, para fazer esse encaminhamento. Eu, particularmente, penso que nós não podemos anular as iniciativas individuais de cada Senador, mas, como V. Exª não briga por paternidade das questões e constrói coletivamente as saídas, as soluções, eu consulto V. Exª se acolhe essa sugestão de retirar a matéria de pauta, para que o Governo encaminhe a sugestão dessas fiscalizações pelas audiências públicas. Imagino que, dessa forma, também o Senador Sérgio Souza... – então, nós abríamos, com a aquiescência, é claro! Não posso fazê-lo sem a aquiescência de V. Exª, que é o autor do projeto.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ouço também o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente Waldemir Moka. Senadora Ana Amélia, no mesmo sentido, porque o Governo tem nos procurado para debater, porque nós temos uma resolução aprovada recentemente no Senado, que obriga...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A de nº 4.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – ... as agências a entregarem anualmente, a virem às Comissões do Senado anualmente, para prestarem contas. Não sei se isso resolve – uma coisa é o relatório do que eles fizeram. Então, a sugestão é realmente retirar de pauta para que possamos promover um estudo mais aprofundado, sem renegar as nossas funções de acompanhar, de fiscalizar as agências e os órgãos públicos, e aí acharmos um bom termo para que o Senado cumpra o seu papel, mas também de forma alinhada com essas agências, que devem, sim, uma satisfação à sociedade. Então, é pela retirada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria aproveitar e sugerir – se há o representante da Liderança do Governo assistindo, participando e acompanhando – que recomendem ao Senador que responderá pela Liderança do Governo, ao elaborar esse requerimento, mencione as iniciativas feitas por V.

Ex^a e de outros Senadores. Eu penso que esse é um reconhecimento pela forma como aceita fazer esse compartilhamento de responsabilidades, numa matéria tão relevante quanto essa que é fiscalizar a ação das agências reguladoras.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, o projeto nasceu da necessidade que, na época, senti de que essas agências reguladoras tivessem realmente uma obrigatoriedade de prestar contas aqui às Comissões a que elas estão vinculadas. É essa a autoria... Mas, se o Governo vai mandar ou tem uma outra proposta, desde que atenda essa exigência e que as agências passem a se reportar, obrigatoriamente, às Comissões, eu vou me dar por atendido, porque não vou ficar aqui brigando pela autoria do projeto.

Acho até que, quando você tem um projeto que o Governo acha viável, eu, se estou no Executivo, estimo que aquele projeto seja aprovado, porque é uma forma de o Executivo valorizar o processo legislativo, e não o contrário. Mas não vou fazer absolutamente nenhuma resistência no sentido de retirar, como já autorizei a Senadora Ana Amélia e o Senador, para que possamos, depois, Senador Sérgio Souza, fazer uma discussão, para ver se o que vem aí realmente vai suprir a necessidade do Senado da República. Então, o item 9 e o item 10, os dois projetos, na verdade, de minha autoria, estão sendo retirados de pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Há um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Temos, ainda, dois projetos, temos quórum. O Relator do item 3, lamentavelmente, não está presente; o Relator do item 7 é o Senador Eduardo Amorim. Os dois são pela rejeição. Consulto a Senadora Ana Amélia se poderia relatar o item 7 da pauta, projeto de autoria do Senador Tomás Correia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para ser mais precisa, vou direto à análise, rapidamente.

Análise.

Não há óbices constitucionais visíveis ao projeto e não se pode dizer o mesmo quanto à sua juridicidade, porém. Observa-se que a matéria já está regulamentada pelo Decreto-Lei 986, de 21 de outubro de 1969, que fixa as bases e os critérios de regulação e fiscalização da produção e comercialização de alimentos, bem como de sua propaganda. Outrossim, existe todo um complexo normativo ligado à Anvisa, criada pela Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que se desincumbem das atribuições dadas pelo Decreto mencionado.

Em seu art. 8º, a Lei endereça à Anvisa, respeitada a legislação em vigor, a tarefa de regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que en-

volvam risco à saúde pública e, no inciso II, do seu § 2º, esclarece que tais produtos e serviços incluem alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários. A juridicidade da proposta fica prejudicada por incidir sobre matéria já legislada, sem declarar a intenção expressa de revogá-la. Ademais, seria necessária a revogação não apenas de tópicos da legislação em vigor, mas também do sistema como um todo, que atribui justamente à Anvisa, em sua interlocução com os setores definidos da sociedade, a missão que o projeto em comento toma para si.

Muito embora a intenção do PLS nº 335, de 2012, seja louvável – aí reporto ao Senador Tomás Correia, de grande atuação aqui nesta Casa –, não se pode deixar de acompanhar a análise e a avaliação da Comissão de Direitos Humanos (CDH), que argumenta que a proposição busca incidir sobre o sistema normativo autônomo, já construído para tratar do assunto que está baseado na independência da Anvisa e que conta também com o concurso do Ministério da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e, ainda, com os órgãos estaduais e municipais com autoridade sobre o assunto. Tal sistema já consagrou um padrão de avaliação de alimentos que incorpora uma previsão de atualização constante. O sistema expressa também o estado atual de equilíbrio e consenso entre os diversos atores sociais envolvidos no setor da alimentação, equilíbrio esse orquestrado justamente pela autonomia da agência reguladora Anvisa para regular o setor – essa é a manifestação da Comissão de Direitos Humanos.

À guisa de conclusão, observemos que já dispomos de um sistema normativo, para tratar do assunto, e que tal sistema estabelece o procedimento e protocolos que, além de eficazes em si, implicam a geração de uma normatividade legítima, posto que nascida do debate daqueles que detêm interesse e conhecimento da causa para tanto. Trata-se, portanto, de gerenciar junto à Anvisa e às entidades que são atores relevantes da regulação do setor, conforme previsão legal. O voto é pela rejeição do PLS nº 335, de 2012.

Esse é o voto, Senador, como Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está em discussão o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, de 2012 – Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para limitar a quantidade de açúcar, de gordura

saturada, de gordura trans, de sódio e de outros nutrientes, nas bebidas e nos alimentos destinados às crianças e aos adolescentes.

Autoria: Senador Tomás Correia.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim (substituído por *ad hoc*).

Relatoria ad hoc: Senadora Ana Amélia.

Relatório: pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2012.

O parecer é contrário. Aliás, é bom que se diga que já veio com parecer contrário também da Comissão de Direitos Humanos. (*Pausa*.)

Encerrada a discussão.

Em votação, que será nominal, lembrando que quem vota com o Relator vota “não” ao projeto.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu voto com a Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ana Amélia é Relatora *ad hoc*, voto “não”.

Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator e a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Voto “não”, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora *ad hoc* Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O último item e, depois, vamos ver o requerimento do Senador Paulo Paim.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 286, de 2010

– Não Terminativo -

Flexibiliza limites de ruído para cidades litorâneas de vocação turística.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador Wellington Dias (substituído por *ad hoc*).

Eu vou pedir ao Senador Cyro Miranda que seja o Relator *ad hoc*. O relatório é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2010. A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para proferir a leitura do relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, submete-se ao exame desta Comissão, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que concede... Perdão, este é o item 2, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, é o item 3.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Item 3, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro, para economia de tempo, o relatório é pela rejeição.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vamos à análise.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O resultado é pela prejudicialidade, e a votação é simbólica.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para recordar, a iniciativa do Senador Raimundo Colombo tem por objetivo permitir aos Municípios litorâneos com expressiva atividade turística o estabelecimento de áreas de vocação recreacional, em que os limites máximos de ruído fixados por norma nacional poderiam ser excedidos em até 15 decibéis, conforme determina seu art. 1º. E eu já vou direto à análise, Sr. Presidente.

Análise.

O projeto sob análise pretende permitir que o limite de exposição sonora ambiental em áreas resi-

denciais com vocação recreacional possa ser elevado. Dessarte, concluímos que a aprovação do PLS nº 286, de 2010, em que pesem eventuais benefícios que possa trazer à atividade turística no País, será prejudicial à saúde dos habitantes das áreas a serem atingidas pela inovação legislativa.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O relatório é pela rejeição. A votação é simbólica. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão. Em votação.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que votam com o Relator votem “não” ao projeto.

Quem vota com o Relator permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, está rejeitado o projeto de lei, e o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, que é contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2010.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão que será terminativa.

Segue requerimento do Senador Paulo Paim.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 32, de 2013

Com fundamento no disposto no art. 93 inciso II, do RISF, requero a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “Leilão do Petróleo e Precarização do Trabalho”. Os convidados para compor a mesa dos expositores são: 1. Fernando Siqueira – Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet). 2. Vagner Freitas – Presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). 3. João Antônio de Moraes – Representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP). 4. Ubiraci Oliveira – Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). 5. Magda Maria de Regina Chambriard – Diretora Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Naturais e Combustíveis. 6. Alberto Ercílio Broch – CONTAG.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, isso é uma solicitação do conjunto do Movimento Sindical Brasileiro, que quer aprofundar esse tema. Eu acho que esse requerimento está repercutindo os movimentos nas ruas, onde há uma enorme preocupa-

ção com o tema precarização do trabalho. Por isso, eu peço a aprovação do requerimento – claro que a data vai ser combinada com V. Ex^a e com os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria, o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As senhoras e os senhores senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

É o seguinte o requerimento aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 30 minutos, a reunião foi encerrada às 11 horas e 02 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (27ª REUNIÃO), COM A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (28ª REUNIÃO) E COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (36ª REUNIÃO), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e oito minutos, do dia vinte de junho de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença das Senadoras Ana Amélia e Ana Rita, e os Senadores Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Alberto Souza, José Pimentel, Luiz Henrique, Vicentinho Alves e Vital do Rêgo. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada à apresentação anual da prestação de contas e da avaliação das políticas públicas da Agência Nacional de Saúde – ANS, em atendimento à **Resolução nº 4**, de 2013 do Senado Federal, com a presença do seguinte orador: **André Longo Araújo de Melo**,

Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Usam da palavra as Senadoras Ana Amélia e Ana Rita, e os Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel e Waldemir Moka, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos respectivos Senhores Presidentes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, a 28ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a 36ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião de audiência pública destina-se à apresentação anual da prestação de contas e da avaliação das Políticas Públicas da Agência Nacional de Saúde (ANS), em atendimento à Resolução nº 4, de 2013, do Senado Federal.

Convido para compor a Mesa o ilustre orador André Longo Araújo de Melo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Comunico ao ilustre orador que esta Presidência concederá a palavra por 15 minutos. Se houver necessidade, evidentemente que podemos prorrogar por mais alguns minutos.

Dr. André, é uma satisfação e uma alegria muito grande recebê-lo aqui hoje nesta que passa a ser, anualmente, por iniciativa da Resolução... Eu mesmo tinha um projeto de lei, que já está tramitando, e a Resolução se antecipou a isso. Mas eu digo que a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição e Justiça, evidentemente, nós faremos sempre em conjunto, que é exatamente para otimizar o tempo e o trabalho.

Concedo a palavra a V. Sª para que possa fazer a sua prestação de contas.

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO –

Bom dia, Presidente, Senador Waldemir Moka. Queria saudar também, como tem um número pequeno neste momento vou saudar pessoalmente, a Senadora Ana Amélia, uma batalhadora pelas causas da saúde, saudar o Senador Eduardo Suplicy, também um homem, um Senador bastante preocupado com as questões da saúde, como o nosso Presidente.

Para a Agência Nacional de Saúde Suplementar, esta Resolução nº 4, do Senado, é muito importante e vem ao encontro de um aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização e controle do Senado sobre a atuação das agências, o que para nós é bastante salutar num ambiente democrático. Prestar contas é sempre um momento de reflexão importante para que a gente possa estar alterando a dinâmica dos processos internos e dos processos de relações externas da Agência no sentido de aprimorar um setor que é bastante complexo e importante para a saúde da população brasileira.

Pode passar o próximo eslaide, por favor.

Bom, a nossa Agência Nacional de Saúde Suplementar tem 13 anos. Ela surgiu em 2000, através da Lei nº 9.961, de 2000, que criou a Agência, no sentido de regular o setor da saúde suplementar, no marco legal anterior, de 1998, que foi a Lei nº 9.656, que dispôs sobre os planos de seguros privados de assistência à saúde.

Nossa finalidade institucional é a de promover a defesa do interesse público nessa assistência suplementar à saúde, regulando essas operadoras nas suas relações com prestadores e consumidores e também contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no País.

Próximo.

Essa é a estrutura da Agência. Nós funcionamos num ambiente colegiado, onde temos cinco diretorias, assim definidas: Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras, Diretoria de Desenvolvimento Setorial, Diretoria de Fiscalização, Diretoria de Gestão, Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos.

Próximo.

Essa era a composição. Nós estamos prestando contas de 2012, então temos que fazer referência a todos os Diretores que participaram desse processo no ano de 2012. A Agência foi presidida até 19 de novembro de 2012, pelo Dr. Mauricio Ceschin, que no término do seu mandato não renovou a sua condição de diretor, então nós assumimos a direção, a Presidência interina da Agência, a partir de 19 de novembro de 2012. Ficamos nessa condição até o dia 25 de fevereiro de 2013, quando assumimos, após a publicação

pela Presidência da República, esse honroso cargo de Presidente da Agência.

Os demais diretores que estavam presentes nessa gestão de 2012, Dr. Leandro Reis Tavares, na ocasião Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras; o Dr. Eduardo Sales, Diretor de Fiscalização e posteriormente também Diretor de Gestão interino, acumulou a diretoria de gestão; e o Dr. Bruno Sobral de Carvalho, Diretor de Desenvolvimento Setorial, que acumulou também a Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras.

Passa o próximo, por favor.

Essa é um pouco da dimensão da nossa saúde suplementar hoje: 47,9 milhões de beneficiários em planos de assistência médica, cuja grande maioria em planos coletivos, que também é um comportamento que vemos nos planos exclusivamente odontológicos, a maior parte em planos coletivos. Nós temos um setor bastante heterogêneo com 1.538 operadoras setoriais. Isso remonta a uma receita da ordem de R\$92,7 milhões, uma despesa assistencial da ordem de R\$78,79 milhões e uma taxa de sinistralidade, que nada mais é do que a reversão daquilo que é pago pelos beneficiários em assistência à saúde, da ordem de 85% daquilo que é arrecadado.

São 31 mil planos de assistência médica com comercialização no Brasil, neste momento, e a assistência retorna em benefícios assistenciais para essa comunidade, para essa massa que tem planos de saúde no pagamento de mais de 244 milhões de consultas médicas, 7,4 milhões de internações, mais de 580 milhões de exames complementares e mais de 50,6 milhões de terapias.

Próximo.

Esse é o comportamento da evolução do registro de operadoras desde o início do processo de regulação pela Agência. Observa-se que há uma queda no número de operadoras ao longo do tempo. Essa queda se deve à normatização e à regulação imposta pela Agência. Nós tiramos uma série de operadoras oportunistas do mercado que não tinham compromisso com a assistência mais adequada à população dentro dos parâmetros que foram estabelecidos pela lei. Houve saída espontânea, mas houve também muita saída por conta de medidas regulatórias.

Próximo.

Essa é a distribuição percentual dos beneficiários hoje, por modalidade de operadora. Isso para registrar que as cooperativas médicas, neste último ano, assume a liderança em número de beneficiários em seus quadros, com 36,6%, ultrapassando o segmento da medicina de grupo, que tem 36,3% e era líder em número de beneficiários até o ano passado.

As seguradoras que estão nesse campo de cima é quem mais têm crescido, do ponto de vista percentual, mas o segmento de cooperativas ocupa... Aqui abaixo, está o segmento das autogestões, que têm um papel importantíssimo, hoje, na assistência à saúde de várias categorias de servidores públicos.

Próximo.

Aqui, é para mostrar o comportamento da evolução das receitas das contraprestações pagas pelos beneficiários, as despesas. É importante frisar que, nesses últimos anos de 2011 para 2012, nós temos pela primeira vez o crescimento das despesas de maneira superior ao crescimento das receitas. Então, as receitas subiram R\$10,1 bilhões e as despesas do setor subiram R\$10,7 bilhões, o que aponta para uma preocupação com a questão da sustentabilidade do setor.

É lógico que, além desse gasto com assistência, aqui ainda estão todas as despesas de comercialização e todas as despesas administrativas das operadoras. Isso aqui não é simplesmente subtrair R\$92,7 de R\$78,7 para ver a lucratividade do setor.

Aliás, as margens de lucro do setor têm-se reduzido bastante ao longo desse período, o que é também preocupante no sentido de que o empresariado não vislumbra nesse setor um retorno para investimentos.

Nós temos, aqui, abaixo, o crescimento do número de beneficiários. A gente já citou os planos de assistência médica e os planos exclusivamente odontológicos.

O próximo, por favor.

A Agência faz uma medição anual da qualificação das operadoras em um programa da qualificação da saúde suplementar e atribui notas às operadoras. Essas notas variam de 0, a pior nota, a 1, a melhor, em quatro dimensões: dimensão assistencial, dimensão econômico-financeira, dimensão de estrutura e operação e dimensão de satisfação dos beneficiários.

Nós temos observado ao longo dos anos que os beneficiários tem procurado migrar. Há um comportamento de melhoria do setor, com cada vez mais beneficiários nas melhores faixas de IDSS.

Aqui, as faixas cinza e amarela são as melhores faixas. Observamos que há uma evolução do ponto de vista de qualificação, com 33 indicadores que a Agência mede nessas quatro dimensões que eu falei. Temos observado uma melhoria na qualificação das operadoras que persistem no mercado.

Ainda há problemas no setor. Não podemos, de maneira alguma, esquecer-los e temos de sempre trabalhar sempre para uma melhor qualificação e uma assistência mais adequada à população.

O próximo, por favor.

Esse é o comportamento do monitoramento que fazemos trimestralmente na Agência, mostrando que

a maior parte das operadoras, em especial do grupo médico-hospitalar, está com um risco assistencial baixo. E isso é uma característica do setor. Mas ainda há problemas.

E nós temos um contingente de mais de 60 operadoras com um risco assistencial para a população alto. Essas operadoras sofrem por parte da Agência um acompanhamento mais direto, inclusive com a possibilidade de a Agência instaurar um agente chamado diretor técnico, para, *in loco*, estabelecer para aquela operadora uma série de colocações e indicações da necessidade de melhoria da assistência.

O próximo, por favor.

Também o foco no monitoramento econômico-financeiro. Como a gente viu, o setor passa por um desafio, que é a questão da sustentabilidade. Hoje, nós temos 118 operadoras em regime de direção fiscal. Nesse momento, mostrando que, em 2012, começamos com 161 regimes de direção fiscal; hoje, são 118. Tivemos 14 direções fiscais instauradas durante o ano. Algumas renovadas, e, no final do ano de 2012, tínhamos 120 operadoras em regime de direção fiscal.

O regime de direção fiscal aponta para aquela operadora que está com grave desequilíbrio econômico financeiro. A Agência, então, nomeia um diretor fiscal que vai cuidar das contas das operadoras *in loco*, colocando instruções diretivas no sentido de acompanhar muito de perto o desempenho econômico-financeiro daquelas operadoras.

O próximo, por favor.

Uma outra preocupação da Agência é com a garantia do acesso à informação e da busca, cada vez mais, de uma melhoria no setor. A Agência tem-se feito cada vez mais conhecida, e isso tem levado a uma procura crescente dos canais de atendimento da Agência.

Veja que, em 2010, nós tivemos solicitação de informações da ordem de 417 mil e 30 mil reclamações. Então, cresce o conhecimento da Agência; cresce o total de ligações de ligações recebidas, mas também cresce o número de reclamações do setor, o que é preocupante. Cada reclamação nesse setor é ainda mais importante por se tratar de um setor que mexe com saúde, com vida. E a Agência preza cada reclamação dessa, no sentido de tentar solucionar através da mediação de conflitos, que hoje é uma característica muito importante da Agência.

O próximo, por favor.

Medimos o índice de reclamações de cada operadora. Essa é uma página do nosso *site* e está disponível na Internet. Em todas as operadoras a Agência divulga, mensalmente, esse índice, porque a gente considera importante na hora, inclusive, de o beneficiário fazer a escolha do seu plano de saúde e das

oportunidades que ele tem para fazer portabilidade especial sem carências; para que ele possa ver como está o desempenho das operadoras em relação ao conjunto de reclamações.

O próximo, por favor.

Vamos mostrar agora os principais avanços que nós consideramos nesse ano de 2012. Sem dúvida nenhuma, a grande mudança que no paradigma dos monitoramentos da Agência foi o estabelecimento dos prazos máximos de atendimento.

Garantir acesso no setor saúde é importante, mas garantir acesso em tempo oportuno é muito mais importante e pode fazer toda a diferença para assistência à saúde mais adequada.

Então, a Agência, em um processo extremamente democráticos, consultas públicas, inclusive, envolvendo todo o setor, estabeleceu esses limites máximos para o atendimento dos diversos serviços que são prestados, que vão desde o atendimento de urgência que obviamente tem prazo imediato para ser cumprido até aqueles exames de procedimentos de alta complexidade que tem o limite máximo de 21 dias úteis para que o beneficiário de plano de saúde seja atendido.

Passe o próximo.

A Agência, então, começou a fazer o monitoramento desses tempos máximos. Esses aqui são os resultados desse monitoramento ao longo de 2012 e já agora com a última divulgação em 2013. A gente observa que, quanto mais conhecido o programa, esse número de reclamações tem crescido. O número de operadoras que tem reclamações em relações ao tempo máximo está nessa coluna aqui, chega a 480 operadoras que tiveram reclamação, e a Agência faz uma distribuição dessas reclamações, calcula o índice operacional e aquelas operadoras que se encontram, traçam uma mediana, nós traçamos uma mediana, aquelas operadoras que ficam acima de 75% dessa mediana têm aqueles produtos que são reclamados com sua comercialização suspensa. Essa é uma medida que nós entendemos de proteção aquela massa de consumidores que já tem plano de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Quanto tempo mais V. S^a precisa?

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – Eu acho que mais em uns cinco minutos eu já consigo concluir, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Dulcília, peça que sejam registrados mais cinco minutos.

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – Então, nesse momento nós temos 17 operadoras com 120 planos de saúde suspensos, a fim de que possam

melhorar a sua assistência à população para, só assim, melhorando o índice de reclamações, o índice operacional, restabelecerem a venda desses produtos.

Passa o próximo.

Temos também investido cada vez mais nessa qualificação do setor. As operadoras hoje são obrigadas a divulgar as suas redes de prestadores nos portais na Internet. Obrigamos as operadoras a criar ouvidorias, para que essas ouvidorias possam funcionar como uma segunda instância na própria operadora para que possam atender às demandas dos consumidores. E temos buscado incentivar programas de promoção e prevenção e de participação de beneficiário de terceira idade e também para o gerenciamento de doenças crônicas, que acreditamos é muito importante para melhorar, mudar o foco da prestação de serviço para o tratamento de doenças, para que a gente possa cada vez mais promover saúde nesse setor.

Passa o próximo.

A nossa mediação de conflitos daquelas reclamações que falei tem procurado resolver... Nós devolvemos para a operadora, ela tem cinco dias para resolver o problema do beneficiário. Nós temos atingido um índice de resolução da ordem de 78,4%; atingimos em 2012. Isso aponta para a necessidade do aperfeiçoamento nessa mediação de conflitos. Nós passamos agora a abordar todas as queixas, não só aquelas de garantia de tempo máximo, mas todas as queixas estão envolvidas agora no procedimento de notificação das operadoras para que a gente possa atender mais celeremente às demandas.

Passa o próximo.

Temos procurado atacar também o passivo processual da Agência. Esse passivo processual nos preocupa. Nós comunicamos e interagimos com o Ministério da Saúde, com o Governo Federal e temos agora a contratação temporária de 200 servidores para atender especificamente ao passivo processual corrente, no decorrer da Agência – esses servidores devem estar entrando em primeiro de outubro. Nós estaremos fazendo uma seleção no próximo mês.

Passa o próximo.

Temos procurado garantir cada vez mais atendimento aos consumidores. O nosso site é a nossa porta de entrada, nós velamos muito para que ele seja aperfeiçoado continuamente, teve mais de um milhão de acessos no último ano.

Passa o próximo.

O nosso disque ANS, que é 08007019656 teve mais de um milhão de ligações no último ano. Nós já duplicamos a capacidade dele para atender os consumidores e tentar garantir o mesmo padrão de atendimento no ano de 2013.

Passa o próximo.

Nosso site, queremos, cada vez mais, garantir o fortalecimento da capacidade de escolha do consumidor. Então, criamos esse espaço da qualidade com uma série de informações importantíssimas para o consumidor na hora que ele vai escolher seu plano de saúde ou fazer portabilidade.

Passa o próximo.

Da mesma forma, temos um guia da ANS com todos os planos de saúde com comercialização ativa para que os beneficiários possam fazer suas escolhas.

Passa o próximo.

Este é um ponto importantíssimo: uma parceria da Agência com o CNJ para tentar melhorar os entendimentos junto ao Judiciário. Nós sabemos que parte expressiva das demandas, de atrito entre consumidores e operadoras, acaba chegando ao Judiciário. Então, há uma série de instruções que normatizam uma série de entendimentos da Agência para que o Judiciário tenha acesso e os beneficiários também tenham acesso na busca contínua de seus direitos.

Passa o próximo.

Os pareceres técnicos da ANS também estão colocados aí.

Passa o próximo.

Outra questão importante por que zelamos é a integração da saúde suplementar com o SUS. Para isso, nós temos o ressarcimento. Há necessidade de aperfeiçoamento do ressarcimento. Nós fizemos muitos nos últimos dois anos. Os números mostram isso. A receita realizada nesses últimos dois anos é da ordem de R\$154 milhões, enquanto nos dez anos anteriores ela foi de R\$124,6 milhões. Isso aconteceu em virtude do aperfeiçoamento dos processos. Isso foi repassado para o Fundo Nacional de Saúde.

Nós também estamos inscrevendo, para aqueles que não pagam aquilo que é cobrado – o ressarcimento – ao SUS, cada vez mais operadoras em dívida ativa. Há, neste momento mais de 600 operadoras inscritas em dívida ativa por não pagamento do ressarcimento devido ao SUS.

Passa o próximo.

Essa foi a nossa Agenda Regulatória 2011/2012. Dos 28 projetos, nós conseguimos cumprir 24.

Passa o próximo.

Melhorar a gestão interna também é importante para nós. Então, nós investimos muito em transparência com diversas ações que estão aí descritas.

Estou encerrando, Senador Moka.

Passa o próximo.

Desafios da saúde suplementar que se impõem para que nós continuemos trabalhando no sentido de aperfeiçoar esse setor tão complexo estão aí coloca-

dos, como o envelhecimento e a longevidade da população que a nossa sociedade conquistou e nós temos que nos preparar para dar conta disso; a crescente incorporação tecnológica, o modelo de pagamento a prestadores que prestigiam consumo e utilização de materiais em detrimento da remuneração do trabalho médico, uma cultura de tratamento de doenças sem investimento adequado em promoção de saúde e prevenção de doenças; grande heterogeneidade concorrencial. Vivemos o sonho dessa nova classe média que chega ao mercado. Temos que conviver com a ampliação desse mercado e com as garantias, cada vez mais necessárias, de assegurar acesso e qualidade assistencial.

Passe o próximo.

Essa é a Agenda Regulatória para 2013/2014, e nós temos a obrigação de encampá-la e encaminhá-la. Foi uma agenda construída de forma pública e transparente, com a participação ativa da sociedade. Há sete eixos que estão aí colocados. O primeiro deles é sempre a garantia de acesso e qualidade assistencial na esteira de também conseguir isso dentro de um ambiente sustentável.

Passe o próximo.

Agradeço a paciência e me coloco à disposição, Senador Moka.

Há um relatório que nós preparamos e gostaríamos, Senador Moka, se possível, que o senhor autorizasse a distribuição dele aos Senadores. É uma pasta com nosso relatório de atividades do ano de 2012. Tentei, ontem, vir à Casa para tentar distribuí-los para alguns Senadores, mas não consegui entregá-lo a todos. Então, trouxe o material. Se o senhor permitir, vou distribuí-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Coloco, Senador Eduardo Suplicy, a fase de questionamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Waldemir Moka, é importante essa iniciativa de ouvirmos os presidentes de agências prestarem o balanço das suas atividades, quero agradecer ao Sr. André Longo Araújo de Melo pela exposição, e quero explicar: nós temos agora uma audiência que vai se iniciar, dentro de instantes, com o Ministro Antonio Patriota, das Relações Exteriores, aqui na Comissão de Relações Exteriores, então, também, eu, como outros Senadores, terei que estar ali presente.

Mas eu pediria ao senhor que pudesse nos dar um melhor quadro da... Pelo que compreendi, a Agência Nacional de Saúde é responsável, então, por avaliar, todos os dias, como funcionam os planos de saúde e a relação dos responsáveis pelo plano de saúde com

todos os brasileiros que se inscrevem nos planos de saúde, e, salvo engano, o número de pessoas na população foi em torno de 47 milhões, foi isso? Portanto, cerca de um quarto da população brasileira, isso inclui adultos e crianças, um quarto, portanto, dos 194 milhões de brasileiros hoje, de alguma maneira, se utiliza dos planos de saúde. Eu agradeço se puder nos explicar qual é, de fato, a integração entre o Sistema Único de Saúde e os planos de saúde.

Nós temos, até pela Constituição, o direito universal à assistência à saúde. Isso é colocado em prática, o Ministro da Saúde tem ressaltado, nós temos um dos planos de saúde de maior universalidade entre os países do mundo, e, obviamente, está-se procurando melhorar o nível de atendimento, na medida em que, em quase todos os Municípios brasileiros, há hoje filas de pessoas, que nem sempre conseguem a sua consulta médica na hora num hospital, às vezes, com alguma doença com gravidade e, nem sempre, conseguem obter ali o leito devido, porque alguns hospitais estão lotados. Isso, muitas vezes, acontece.

Na sua exposição, o senhor mencionou uma interação para algumas coisas com o Sistema Único de Saúde. Eu agradeço se puder nos explicar e fazer o paralelo: o que é que a Agência Nacional de Saúde faz em relação ao sistema público de saúde, o Sistema Único de Saúde? Qual é esse entrosamento? Em que medida nós temos, já que existe o Sistema Único de Saúde, mas também existem os planos de saúde privados, de que a Agência Nacional de Saúde é responsável por tomar conta, qual é a integração que existe, cooperação? Até para que possa a população, os 100% de brasileiros e brasileiras terem assegurado o seu direito pleno à assistência à saúde, que está avançando, melhorando, mas ainda sabemos que há muito por se fazer.

Eu agradeço.

Só essa pergunta que eu tenho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita, eu acho melhor... Eu acho que a Senadora Ana Amélia teve que... Nós temos, na quinta-feira, várias reuniões, isso sempre será um problema. Nós estamos avançando para que a gente faça uma semana de plenário e uma semana de comissões, para ver se conseguimos equacionar.

Senadora Ana Rita, eu também tenho alguns questionamentos, aí você responderia em bloco, e também vamos otimizar o tempo de V. Ex^{as}.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu serei breve, Sr. Presidente. Eu quero aqui cumprimentar o Dr. André Longo Araújo de Melo, que é o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, e parabenizá-lo pela prestação de contas. Isso é muito

bom, porque é importante que todo serviço prestado pelas nossas agências seja de conhecimento público, assim como todo serviço prestado pelo Poder Público, tanto pelo Legislativo quanto pelo Poder Executivo. É importante a prestação de contas para que a população possa acompanhar tudo.

Quero ainda complementar as perguntas que o Senador Eduardo Suplicy fez, porque um grande desafio para o usuário dos planos de saúde, para aqueles que desejam ter um plano de saúde, é escolher bem esse plano de saúde. Então, como é que o usuário comum, a população comum, pode ter acesso a essas informações? Como é que ele pode buscar, junto à Agência Nacional de Saúde, as informações necessárias para avaliar se aquele plano que ele está escolhendo é o melhor plano? Enfim, de que maneira pode haver uma aproximação maior entre a população e a Agência Nacional de Saúde?

É só isso. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – A maior queixa da população brasileira, efetivamente, são os planos de saúde. Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), há uma década os planos de assistência médica são os principais vilões de consumo do País, liderando o *ranking* de atendimento do órgão. Segundo o Idec, na hora em que se faz o cruzamento de dados de PRO-CONs de todo o Brasil, percebe-se que as principais queixas dos segurados se referem à negativa de cobertura, quando o usuário é impedido de receber determinado tratamento apesar de previsto no plano; reajuste por faixa etária anual; descredenciamento de prestadores de serviços. Essas são as principais queixas.

Seria importante que você pudesse, então, detalhar como é que o órgão tem atendido esse tipo de reclamação. De 35 mil reclamações, hoje se tem 75 mil segundo o que vi ali no gráfico. Na última década, elas quintuplicaram. Quer dizer, em dez anos houve um crescimento de 362% nas reclamações.

É claro que o fato de estarem reclamando mais junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar significa também que a Agência adquiriu credibilidade, e isso é um dado importante. Quer dizer, as pessoas reclamam mais porque encontram também lá um atendimento, um retorno. As pessoas, de alguma forma, estão consultando mais, reclamando mais, porque também – eu entendo assim – são mais bem atendidas, e isso é positivo.

A rede de atendimento. Nós tivemos ontem juntos, por coincidência, o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira, a Federação dos Médicos. O que eles dizem? O Conselho Federal de Medicina diz que a oferta disponível não é capaz de atender

o crescente número de usuários e tende a encolher ainda mais se não houver acordo entre os médicos, estabelecimentos de saúde e operadora. Essa é uma encrência mesmo. Vira e mexe, há greves, os médicos fazem paralisações.

Como é que a Agência pretende... É realmente responsabilidade da Agência mediar esse conflito, estabelecer, quer dizer, criar uma forma para que isso seja...

Informação. O Governo não está conseguindo assegurar aos beneficiários dos planos que a operadora tem rede adequada. A empresa não tem como saber se determinado hospital credenciou outros convênios naquela mesma cidade. Então, uma operadora tem o mesmo hospital. Só que aquele hospital tem convênios com várias operadoras; não é um só. Então, na maioria das vezes, as pessoas demandam aquele hospital, só que existe uma superlotação. Quer dizer, os planos de saúde não conseguem atender à demanda.

Eu acho que a empresa, o hospital, enfim, tem de ter um número limite. Não pode... Eu tenho hospital com cem leitos e não posso ter convênio com um monte de operadoras. Como é isso?

Então, os profissionais de saúde querem ter um reajuste anual de honorários. Eu quero saber se realmente vocês têm, por determinação legal, de fazer isso ou se é uma reclamação dos profissionais de saúde, mas que vocês não têm competência para isso.

De qualquer forma, eu acho que mediar isso seria interessante.

Eles dizem que até há necessidade de um novo marco regulatório para o setor. Há essa questão. E não é só a cobrança, mas também nós, da Comissão de Assuntos Sociais – a Senadora Ana Rita, o Senador Eduardo Suplicy, a Senadora Ana Amélia –, se houver alguma legislação, alguma mudança na legislação que a Agência ache necessário, eu gostaria que vocês a enviassem para nós, para que pudéssemos, atendendo, modificar a legislação para que vocês, onde não têm competência, pudessem ter ou precisassem esclarecer alguma coisa.

Enfim, quer dizer, eu acho que a Comissão de Assuntos Sociais tem de ter esta responsabilidade também de dar as ferramentas adequadas para que a Agência Nacional de Saúde Suplementar possa ter condições de atuar também. Não é só cobrar.

Em nota, a Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor) reclama que o índice de reajuste autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, válido para o período entre maio de 2012 e abril de 2013, está acima da inflação do período, considerando o Índice Nacional de Preço ao Consumidor, que foi de 4,86%.

Segundo informações da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), o percentual ficou abaixo da inflação, levando em conta a inflação dos custos médicos, medida pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar, conhecida como Variação de Custos Médico-Hospitalares (VCMH), que foi de 11,6%.

Eu gostaria que você pudesse comentar isso.

Aproveito a chegada da Senadora Ana Amélia, que tenho certeza...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É retorno.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – RS) – Como?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É retorno.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – RS) – Retorno, né? É verdade. Ela foi retocar a maquiagem ali e está...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não precisava, Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – RS) – É claro que estou...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É isso que dá dar apoio ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – RS) – É pela liberdade que eu tenho. A Senadora Ana Amélia é uma das Senadoras mais atuantes, mais presentes. Ontem, a Bárbara me disse que ela chegou de viagem e veio trocar de roupa aqui, no Senado. Senadora, V. Exª é um exemplo para todos nós.

Eu costumeo brincar, pois eu chego aqui, às vezes, às 7h30, às 8h, e a Senadora Ana Amélia já está aqui. Eu acho que ela dorme numa rede no corredor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Moka, pela generosidade. Na verdade, trabalhamos todos para cumprir a missão que temos aqui, delegada pelos eleitores. E a democracia espera de nós essa responsabilidade.

Eu agradeço a V. Exª e cumprimento a iniciativa. Eu tenho apenas uma questão, caro Presidente André Longo.

Já conversamos várias vezes sobre isso e me preocupou muito a questão da sustentabilidade do sistema. Hoje, digamos a classe média brasileira e a classe emergente...E felizmente houve uma grande evolução social, temos de reconhecer, desde a estabilização econômica do País com as políticas sociais desenvolvidas ao longo do tempo, nos últimos governos. A classe média tem hoje como referência entre suas prioridades, sonhos de consumo, ter uma casa, ter um carro e ter um plano de saúde.

Ora, o senhor coloca essa crítica situação em um ponto de agudo equilíbrio de despesas aumentando violentamente e a sustentabilidade do sistema, isso porque os SUS não está atendendo como deve-

ria a toda a camada. São milhares de pessoas e cada vez aumenta mais a demanda, aumenta a exigência e isso provoca exatamente um problema de equilíbrio na saúde financeira do sistema, seja público, seja sustentado pelos planos de saúde. Então, eu queria um comentário de V. Sª: como a agência reguladora, que cuida dessa interface está vendo essa questão e o que pode fazer para que não haja nenhum risco futuro de que os direitos dos associados a esse sistema possam ser, de alguma maneira, prejudicados? Também, é claro, tenho, como Senadora, a preocupação de que esse sistema funcione corretamente em respeito aos consumidores também.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Antes de responder, tenho uma questão. O Senador Humberto Costa, que não está presente porque está em missão especial, é relator na subcomissão que está discutindo fontes de financiamento à saúde, presidida pelo Senador Vital do Rêgo. Em um debate que fizemos aqui, pacientes que têm planos de saúde, quando acometidos de traumas, acidentes – os planos de saúde não têm hospitais credenciados, pode ser que um ou outro tenha –, na verdade, recebem atendimento de urgência do SUS.

Eu queria saber sobre o ressarcimento disso. Como é que se dá isso? E se vocês têm uma proposta. A proposta do Senador Humberto Costa é a seguinte, pois segundo ele, não funciona o ressarcimento, então, seria melhor: o SUS, no que diz respeito a trama, seria específico do SUS. Ou seja, plano de saúde não entraria nisso. Por outro lado, os planos de saúde pagariam por isso. Quer dizer, essa é uma forma de estruturar, porque, quando se generaliza, acaba não tendo um tratamento de qualidade.

Não sei se estou sendo claro, mas acho que você entende o que estou dizendo. Quer dizer, como fazer isso? Seria complementar. Os planos de saúde se encarregariam de determinados atendimentos e o SUS de outro atendimento, separando qual é a obrigação de cada um. Eu acho que, talvez, fosse uma alternativa. Confesso que ainda não tenho isso muito claro comigo, mas há críticas de todos os lados. Eu gostaria que, na sua visão, pela experiência que tem, qual seria a proposta da Agência Nacional de Saúde Suplementar quanto a essa questão?

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – O senhor me dá oportunidade, com essa última intervenção, de abordar o tema que o Senador Suplicy puxou inicialmente. Então, vou juntar as duas coisas. Isso que o senhor está falando chama-se complementaridade, buscar uma maior complementaridade entre os dois sistemas.

Na verdade, o Brasil tem um sistema duplicado de saúde para 25% da população, que é o contingente, hoje, que tem plano de saúde. As pessoas, para terem plano de saúde, não abdicaram do seu direito à saúde pública. Quer dizer, o nosso sistema é duplicado do ponto de vista do seguro. Eu tenho um seguro, mas não abdiquei do meu direito público, que é o direito constitucional de todos os brasileiros. Então, é preciso organizar melhor.

Vários países têm experiências para garantir uma maior complementaridade. Ou seja, os planos de saúde têm, hoje, a obrigação de ter cobertura para um rol mínimo definido pela Agência. Muitas vezes, vários acessos, em determinadas regiões, em determinados tipos de atendimentos, como bem lembrou o Senador Moka, são feitos primariamente na atenção pública. Esse é o caso mais emblemático, talvez, que o Senador Moka citou, que é o caso das urgências e emergências, em que a própria atenção, em primeira linha, é do Samu, ou do Corpo de Bombeiros, em vários locais deste País, e há uma linha de atendimento que leva diretamente ao setor público, para as grandes emergências públicas que fazem esse primeiro atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Aliás, é o caso do Mato Grosso do Sul. Em um grande trauma, a pessoa tem plano de saúde, mas pede: “Me leve para a Santa Casa.” Porque é o hospital de referência, aquele que tem condições. A pessoa sabe que ali vai ter um atendimento melhor, se precisar de uma UTI, se precisar de uma série de coisas porque, muitas vezes, os planos de saúde credenciam hospitais que não têm a mesma condição de um hospital de referência. Citei só para contextualizar aí a nossa fala.

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – É uma verdade absoluta. Na minha terra, também, temos o Hospital da Restauração. Virou até marchinha de carnaval: Quando se faz alguma coisa errada, vai parar na Restauração. Isso é universal, mesmo para quem tem plano de saúde. É a linha de trauma, quer dizer, é um hospital especializado em trauma. Nós temos uma dificuldade muito grande de ter isso no serviço privado, montado, com toda a estrutura.

Estivemos na comissão de financiamento e estamos apostando muito que ela possa inovar, inclusive, em um contexto de responsabilidade sanitária, que é outro processo que está também sendo discutido nesta Casa – a Lei de Responsabilidade Sanitária –, a uma melhor definição do que seria esse sistema de saúde brasileiro. Na verdade, não temos um sistema único, temos um sistema único de saúde pública, universal, integral, com uma série de garantias e temos um sistema de saúde complementar de planos de saúde. Então,

verdadeiramente, é hora de a gente repensar esse modelo do ponto de vista de uma atenção melhor e para evitar alguns desperdícios que nós temos de recursos.

O ressarcimento ao SUS é um processo extremamente burocratizado. Até convidaria os Senadores para verem como é que é feito isso. Na verdade, temos dois andares, na Agência Nacional de Saúde, empilhados de AIHs que vêm do Sistema Único de Saúde para fazermos a análise. Nós notificamos as operadoras e identificamos os beneficiários de operadoras que utilizaram o SUS e notificamos as operadoras para o pagamento. Elas recorrem praticamente em todas as vezes que a gente as notifica. Então, isso gera um procedimento administrativo burocrático que dura anos e acaba se revertendo... Há um custo para o Estado grande. Nós temos funcionários, em dois andares, ocupados fazendo isso. Isso acaba gerando um valor que não resolve o problema de financiamento do Sistema Único de Saúde.

A sustentabilidade do nosso sistema de saúde é um dos maiores desafios, hoje, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Se você analisar, todas as economias do mundo têm essa preocupação. Por quê? No Brasil, talvez isso seja pior ainda. Nós temos, hoje, uma mudança do perfil etário, uma mudança do perfil epidemiológico, numa velocidade muito grande. Para se ter uma ideia, vamos duplicar a população com mais de 60 anos em 2030. Em 2050, isso vai se triplicar. Entre os mais idosos, Senador Moka, estão vivendo mais aqueles ainda mais idosos. Para se ter uma ideia, a população brasileira com mais de 80 anos vai triplicar até 2030 e quadruplicar em 2050. Quer dizer, são dados que apontam... A gente sabe que essa população é uma população que demanda mais serviços de saúde, que demanda mais custos, que demanda internação. Quer dizer, nós temos efetivamente que nós preparar para isso. A Agência tem uma preocupação com isso, com a questão da sustentabilidade, e nós temos apontado para a necessidade, inclusive, de se ver outras linhas de financiamento.

Nós desenvolvemos, em conjunto com a Superintendência de Seguros Privados, um produto chamado VGBL Saúde. É um produto para tentar melhorar aquilo que sustenta esse setor: mutualismo dentro de um pacto intergeracional, ou seja, que o jovem se prepare para envelhecer e faça uma poupança, caso assim deseje, para o pagamento do seu plano de saúde, no futuro. Então, esse produto teria isenções fiscais que estão sendo, neste momento, alvo de atenção do Ministério da Fazenda, da Receita Federal. No decorrer do tempo, logicamente, esse recurso não seria administrado pelas operadoras, seria administrado como os fundos previdenciários são hoje administrados. Só

que ele seria voltado especificamente para a atenção à saúde daqueles beneficiários após os 60 anos, após os 65 anos.

A gente sabe que o Estatuto do Idoso criou um limitante para os reajustes pós 60 anos. Então, há um limitador ali. Ao mesmo tempo, há uma queda na renda dessas pessoas quando elas chegam perto da aposentadoria. Então, isso tudo compõe um quadro que ameaça a sustentabilidade do setor saúde, e nós precisamos estar atentos no sentido de aperfeiçoar os mecanismos de financiamento do setor.

Em relação ao que a Senadora Ana Rita colocou com muita propriedade, um dos eixos fundamentais, Senadora, da atuação da Agência é a garantia de acesso à informação. Nesse setor, há muita assimetria de informação. Ou seja, as operadoras detêm as informações; os contratos, por vez, não são com a clareza que nós gostaríamos, apesar de haver regras para isso. Então, o consumidor precisa, cada vez mais, ter acesso a dado, a informação, a conhecimento.

O nosso site, que eu ouso pedir que V. Ex^a dê, depois, uma entrada – www.ans.gov.br –, foi construído muito com esse sentido de ser autoinstrutivo e permitir que o consumidor possa ter acesso e tirar uma série de dúvidas e poder resolvê-las. Nós temos um guia de planos de saúde que tem todos os planos disponíveis para que o consumidor possa ter acesso nas regiões onde ele está.

E nós temos um espaço, que foi uma das grandes realizações no ano de 2012, chamado espaço da qualidade, no qual há um conjunto de informações essenciais: o índice de reclamação que é atualizado mensalmente; a nota das operadoras em cada um de 33 indicadores, Senadora. Nós avaliamos as operadoras em 33 indicadores, em 4 dimensões – dimensão assistencial, dimensão econômico-financeira, dimensão de estrutura e operação e dimensão de satisfação do beneficiário. Cada um desses indicadores tem uma nota. Isso, ainda neste momento, é anual. Nós estamos querendo aperfeiçoar isso, até 2014, para trazer essa informação mais para tempo real. Nós estamos ainda, nesse momento, fazendo a avaliação desses indicadores do ano de 2012.

Mas observamos – eu até mostrei um eslaide – que tanto a própria população tem procurado migrar para planos melhores, que tem melhor avaliação, como as próprias operadoras têm procurado se qualificar.

Existem problemas no setor. O Senador Moka colocou vários deles aqui. Acho que esses problemas vão desde a questão das reclamações. Em um setor que lida com saúde, qualquer reclamação é fundamental e tem que ser tratada. E não adianta para nós, também, que ela se transforme em multa, Senador,

porque a multa não resolve o problema do beneficiário. O que resolve o problema do beneficiário é a atenção adequada em tempo oportuno. Então, a Agência está investindo fortemente na questão da mediação de conflito. Toda queixa que chega à Agência é devolvida para a operadora, que tem até cinco dias para resolver aquele problema.

Nós temos atingido índices de até 78,4% de resolução. Então, isso, logicamente, faz com que cada vez mais beneficiários procurem a Agência. Está havendo até uma procura além daquilo que a Agência gostaria. Há beneficiário que está procurando a Agência antes de procurar a operadora, o que na verdade já desvirtua um pouco o processo. Na verdade, nós queremos que a operadora seja procurada; ela tente resolver. Aí, se o beneficiário não consegue resolver com a operadora, ele procura a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Hoje, tamanha é a nossa capacidade de interação com as operadoras, em especial depois que nós colocamos a questão da suspensão de comercialização de planos de saúde. Essa foi uma medida que a gente considera pedagógica, no sentido de que, em benefício da proteção daquela massa, que já tem plano de saúde, nós impedimos a operadora de vender aquele produto até que ela recupere seu poder e sua capacidade de prestar assistência para aquela massa que já está dentro do plano de saúde.

Então, essa medida começou a ser tomada em 2012. Nós suspendemos 396 planos de saúde de 56 operadoras ao longo de 2012; essas operadoras tiveram oportunidade de recuperar sua condição assistencial; várias delas recuperaram sua condição assistencial ao longo do ano.

É verdade aquilo que o Senador Moka disse. Houve um crescimento muito grande do setor ao longo desses últimos 12 anos, e nós tivemos, em algumas regiões, uma diminuição do número de leitos privados, por exemplo. Quer dizer, a capacidade instalada para este crescimento não se colocou totalmente à disposição desses beneficiários que chegaram. Então, nós temos efetivamente problemas de rede. Em algumas regiões do País, isso é mais sensível, a gente sente mais isso. E aí, esse instrumento que nós criamos usa o protagonismo do consumidor, na medida em que é por meio da reclamação dele que a Agência age, no sentido de coibir a má prática.

Porque, hoje, o que a Agência fez? Como é muito difícil fazer a aferição de qual é a capacidade de um hospital atender a quantos planos de saúde, é uma pergunta muito difícil de responder, o que a Agência fez? Disse que a operadora é a responsável pela atenção. Então, ela tem que garantir, naquele tempo máximo, a atenção ao beneficiário. Se não for garantido naquele

tempo máximo, é para se fazer a reclamação na Agência para que a gente possa reverter isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Dr. André, só um minuto.

Eu acho que há condição de fazer uma estatística. Tem que haver uma estatística – determinada quantidade de leitos têm condição de atender a uma demanda x. Quer dizer, eu entendo que, claro, isso é só por meio de estatística. No ano de dois mil e tanto... Porque, se não limitar a quantidade que um determinado hospital tem, ele vai ter uma quantidade de convênios tão grande, que sempre vai ter uma superlotação, em qualquer época do ano. Eu acho que temos que ter um limite nisso daí.

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – Eu ia chegar nisso, porque, na verdade, aí a gente entra na questão do marco regulatório. Na Agência, não nos foi dado o poder de fazer essa regulação mais direta do prestador, seja ele pessoa física, seja ele pessoa jurídica, no campo do hospital, no campo da clínica. Então, essa, sem dúvida nenhuma, é uma omissão que nós temos do texto legal, lá da Lei nº 9.656, de 1998, e da Lei nº 9.961, de 2000, uma regulação mais específica, do ponto de vista das capacidades instaladas de prestadores.

Quer dizer, as relações contratuais entre prestadores e operadores, nós temos uma dificuldade de regular com maior intensidade, inclusive nesse aspecto que o senhor tocou também, que é outra coisa a que tenho que fazer referência, que é a questão dos reajustes, entre operadores e prestadores.

Na verdade, a Agência, inclusive, é alvo, quando nós queremos avançar um pouco mais nessa questão da mediação. Nós criamos agora, no ano de 2012, uma instrução normativa, chamada Instrução Normativa nº 49. Está até nessa cartilha que eu distribuí com os Senadores, uma cartilha de contratualização que a gente fez.

O que diz a IN nº 49? Ela diz que, em caso de não haver acordo entre as partes, deveria constar no contrato – entre as partes que eu digo, operadora e prestador –, estar expresso no contrato uma forma alternativa de reajuste, para que não se estabelecesse a parada do serviço. Só que nós tivemos demanda judicial. Por exemplo, o Grupo Unidas, que representa as autogestões no País, achou que essa era uma medida que fugia do escopo da lei. Entrou na Justiça e a Justiça concedeu liminar para que a Agência não fosse adiante.

Então, há uma fragilidade nisso. Nós não queremos nos esquivar de tentar ajudar a melhorar o ambiente de negociação entre operadora e prestador. Inclusive, esse também é um dos eixos da Agenda

Regulatória da Agência para 2013/2014. Nós temos que investir fortemente num aperfeiçoamento das regras de contratualização, dentro desse limite que nós temos aí. E, talvez, no Congresso, existam vários projetos tramitando, para dar mais poder à Agência, no sentido de regular melhor essa relação.

Nós não acreditamos que a Agência deva estabelecer um índice de reajuste para prestador, até porque, se a gente imaginar que nós temos 53 especialidades médicas, com mais 54 áreas de atuação, cada qual com a sua reivindicação de pauta específica, em cada um dos 27 Estados da Federação, imagine como seria difícil criar indicador econômico para regular esse setor. Isso a gente já discutiu com as entidades médicas.

Eu tenho muita facilidade de fazer esse debate, porque eu vim das entidades médicas. Eu era do Conselho Federal de Medicina, fui Presidente de Conselho Regional de Medicina, fui Presidente de Sindicato de Médicos. Então, eu tenho uma clareza de que trazer esse debate do reajuste, colocado pela Agência, é um debate que pode ser inclusive prejudicial para a própria categoria, que tem aspirações. E alguns dos projetos colocam inclusive como balizador o índice de reajuste que é dado para os beneficiários.

Veja, se nós tivéssemos essa regra em vigor, os médicos, ao longo desse período, teriam perdido bastante, porque de acordo com o indicador da Agência, os dados mostram isso, houve uma recuperação superior a dois dígitos, no último ano, em relação aos honorários médicos, enquanto os beneficiários tiveram, em planos individuais, um limitador de 7,93%, que foi o reajuste dado no ano passado.

Então, é preciso tomar cuidado porque, por vezes, a mão do Estado pode, em vez de beneficiar, pode, inclusive, chegar a atrapalhar em alguns aspectos a regulação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas, evidentemente, que isso não impede a intermediação, que é o que a Agência está fazendo.

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – Isso.

Nós queremos avançar, cada vez mais, em um melhor ambiente de negociação. Nós acreditamos que tem de ter o aperfeiçoamento da regra de contratualização, a questão da hierarquização de procedimentos, algo que os médicos ambicionam há muito tempo. Acho que já há uma sensibilidade das operadoras no sentido de que a gente precisa, realmente, hierarquizar, mudar um pouco esse modelo de remuneração no setor hospitalar e trabalhar para que a gente possa privilegiar as negociações coletivas. E, de repente, pensar – isso também está aqui na Casa, pensar em

alguma coisa como arbitragem em caso de impasse. A arbitragem privada é um instrumento que poderia ser utilizado em casos de impasse entre rede de prestadores e rede de operadores.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, como o diálogo está fluindo bem, e nós estamos com a Comissão Especial, atualizando a Lei de Arbitragem, eu deixaria, como sugestão a V. Ex^a, em nome da Comissão, encaminhar essas ponderações à Comissão Especial de Arbitragem que está atualizando a legislação. Ela foi constituída por vinte e poucos membros para nos ajudar nesse processo.

Se V. Ex^a estiver de acordo, acho que é razoável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu gostei realmente da colocação que faz o André Longo. Eu acho que esse é o caminho mesmo. No caso de impasse – ele tem razão –, seria difícil regulamentar o índice em 27 Estados e com tantas especialidades. Mas eu acho que a Comissão de Arbitragem realmente seria...

Vamos providenciar as notas taquigráficas. As notas taquigráficas serão encaminhadas, e eu farei também uma contextualização do que se pretende.

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – Eu só queria encerrar e abordar sobre as reclamações.

Quero dizer que o Idec apresenta todo o ano esse *ranking*. A gente respeita, até porque, como eu disse, reclamação a gente não tem que contestar, mas tentar resolver o problema. Mas o Idec é um instituto que se especializou muito na questão saúde. Então, ele recebe um número de demandas maior dos consumidores de saúde.

Para se ter uma ideia – não estou contestando, mas só para apresentar outro dado aqui –, o Sindec, que reúne todos os PROCONS do País, divulga, anualmente, uma lista dos principais serviços que são contestados pela população, e os planos de saúde estão em 16º lugar, com 26 mil demandas. Eu tenho dito que isso reforça a importância hoje, o protagonismo da Agência... Todos os PROCONS do Brasil receberam 26 mil reclamações. Os meus dados apontam que, em 2012, nós recebemos 75 mil. Quer dizer, nós temos hoje de ter cada vez maior o compromisso de trabalhar essa questão e de resolver a vida do consumidor para que ele tenha atendido aquilo que foi efetivamente prestado ou contratado junto à operadora de plano de saúde.

Senador, só para a gente não ficar como campeão, na verdade, não queremos aqui disputar esse campeonato, mas a questão é cada vez mais investir na resolução de conflito por intermédio da mediação junto à operadora. A operadora tem de resolver o problema do consumidor, inclusive antes de isso virar mul-

ta, porque a multa não se reverte para o consumidor, ele acaba perdendo essa oportunidade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como nós estamos encerrando, eu não posso deixar de fazer um registro aqui, pela relevância que a Comissão de Assuntos Sociais tem assumido no trato e na defesa dos interesses do cidadão brasileiro. E isso eu faço em nome de todos os Senadores que integram esta Comissão de Assuntos Sociais, particularmente, do nosso Presidente, Waldemir Moka, que foi o primeiro relator de um projeto de minha autoria, acolhido pela Agência Nacional de Saúde, que trata do fornecimento da quimioterapia oral como um direito também do cliente do plano de saúde, no caso de acometimento de doenças cancerígenas, receber essa terapia oral.

O projeto começou em 2011 e veio por uma iniciativa de uma organização não governamental, a ONG Oncoguia, e nós assumimos e trabalhamos intensamente nesse projeto. Para conforto não só dos pacientes, mas particularmente da nossa iniciativa legislativa, a ANS assumiu essa responsabilidade.

O projeto que trata da quimioterapia oral em domicílio já está na última comissão. Eu pedi ao Deputado Ricardo Berzoini a delicadeza de assumir a relatoria – ele foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça – e ele o fez com muita atenção, como o fizeram os relatores anteriores.

Eu faço questão de agradecer à Deputada Jan-dira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro, na Comissão de Seguridade Social, e ao Deputado Reguffe, na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, que é do PDT aqui do Distrito Federal. E aqui no Senado, o primeiro relator foi o querido Senador Moka, na Comissão de Assuntos Sociais.

Então, eu queria, Dr. André Longo, no momento do encerramento do seu relatório sobre as atividades de 2012, perante as Comissões, dizer que para nós é como aquele princípio chinês do líder Deng Xiaoping: “Não importa que o gato seja preto ou pardo, desde que ele cace o rato.” Quer dizer, a iniciativa legislativa continua, porque a lei é permanente, ela deve prevalecer, mas uma iniciativa de uma agência reguladora que já abriu audiências públicas abrirá as audiências públicas para essa matéria. Nós queremos saudá-la como uma iniciativa de interesse da sociedade brasileira.

Muito obrigada.

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – Senadora Ana Amélia, para mim, como diretor da área assistencial da Agência, foi um marco poder tocar essa

questão que a senhora encampou aqui, junto com o Senado, de trazer mais essa garantia assistencial para os beneficiários de planos de saúde.

Neste momento, há uma consulta pública, que vai até o dia 7 de julho, para que a gente possa aprimorar o Instituto Oncoguia, como a senhora citou muito bem, que participou ativamente das discussões lá com a Agência, com os representantes de todos os segmentos de operadores. Eles também, em sua grande maioria, reconheceram que esse avanço do ponto de vista da incorporação de medicamentos é um avanço necessário, neste momento, para atenção melhor àqueles beneficiários que têm câncer.

Então, para nós, foi uma grata satisfação poder tocar esse projeto. Na hora da coletiva, quando anunciamos a audiência pública, eu disse até que, se tivéssemos que nominar essa resolução normativa, seria “Resolução Normativa Senadora Ana Amélia”, do ponto de vista da luta e da batalha que a Senadora Ana Amélia empreendeu para a aprovação disso.

Gostaríamos de sempre fazer esse registro de que se não fossem verdadeiramente as iniciativas desta Casa talvez não tivéssemos conseguido avançar neste momento. Então, acho que é preciso também fazer esse registro de reconhecimento, Senador Moka, o senhor que também foi relator do projeto.

Nós achamos que o projeto continua. Vamos garantir já para janeiro de 2014 essa perspectiva para os beneficiários de plano de saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – André, veja como foi importante! Eu me lembro da resistência, Senadora, eu me lembro da pressão, porque os medicamentos orais representam custo.

Como era antes? Como é, na verdade, porque ainda não mudou. A pessoa tem que se internar e tomar, injetável, quando hoje há drogas no mercado com as quais você pode fazer o tratamento – aliás, até mais eficaz – na própria casa. Agora, os planos não querem incorporar isso, porque representa custo.

Agora, só para encerrar, agradecendo ao André, eu acho que a exposição é importante. Eu acho que isso tem que virar uma prática, mesmo, aqui no Senado. E as comissões permanentes têm que exercer esse papel de fiscalização.

Eu estive visitando o Tribunal de Contas da União. Eu fui autorizado – até porque o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar – a pedir auditorias, e vamos fazê-las. Nós aqui da Comissão de Assuntos Sociais vamos pedir auditorias naquilo que nós acreditamos que não esteja funcionando.

Ao agradecer-lhe, quero dizer da satisfação que tivemos em recebê-lo e cumprimentá-lo pelo trabalho. Mas quero dizer, André, que, embora o trabalho seja bom, sabemos que nós precisamos melhorar cada vez mais, porque são, sim, as agências que têm esse papel de regulamentar, de fiscalizar e fazer com que a gente tenha um atendimento de saúde de melhor qualidade.

Então, agradecendo a participação e nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos, do dia vinte e seis de junho de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Sérgio Souza, e Cyro Miranda, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões realizadas nos dias dezoito e vinte de junho de dois mil e treze, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, de 2007 – Não Terminativo – Autoria:** Deputado Capitão Wayne. *Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, regulando o uso de películas de proteção contra raios solares, e dá outras providências.* **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por *Ad Hoc*) **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007. **Resultado:** A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Ana Rita, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin. Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2007 – Não Terminativo – Autoria:** Deputado Walter Feldman.

Dispõe sobre o atendimento de requisitos específicos, nas licitações para a compra de medicamentos e insumos farmacêuticos. Relatoria: Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2007 na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012. – Não Terminativo – Autoria:** Senador Marcelo Crivella. *Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais. Relatoria:* Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2012. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2012. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, de 2012 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Romero Jucá. *Altera os arts. 96 e 102 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõem sobre parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais de que tratam as alíneas 'a' e 'c' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Relatoria:* Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela recomendação de Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2012. **Resultado:** Aprovado Parecer recomendando a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2012. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Deputada Íris de Araújo. *Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia, alterando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso. Relatoria:* Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011 e da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva aos Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, nos termos regimentais. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Deputado Celso Russomanno. *Obriga a contratação de seguro para os serviços de entrega que se utilizam de motocicletas ou veículos afins. Relatoria:* Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2012, e das Emendas nºs 1 e 2-CAE. **Resultado:** Aprovados o

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2012, e as Emendas nºs 1– CAE-CAS e 2-CAE-CAS. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Deputado João Dado. *Dispõe sobre a obrigatoriedade de as fábricas de produtos que contenham látex gravar em suas embalagens advertência sobre a presença dessa substância. Relatoria:* Senador Eduardo Amorim (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2012 e da Emenda nº1-CMA. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Eduardo Amorim. Aprovados o Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2012, e a Emenda nº 1-CMA-CAS. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Senador Ivo Cassol. *Altera o Decreto-Lei nº 986 de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para permitir a reutilização de alimentos preparados, para fins de doação. Relatoria:* Senador João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2012 e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2012, e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Senador Ivo Cassol. *Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que os dirigentes sindicais somente poderão ser reeleitos para um único período subsequente. Relatoria:* Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2012. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2012, com 11 (onze) votos NÃO, nenhum SIM e 1 (uma) ABSTENÇÃO do Senador Humberto Costa. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2012 – Terminativo – Modifica o caput do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências, para fixar a contribuição do PIS/PASEP para as pessoas físicas, urbanas e rurais, na condição de empregadoras e para estender aos seus empregados o pagamento do abono salarial anual. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria: Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA******

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 33, de 2013.

Autoria: Senador Paulo Paim. *Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, Requeiro a realização de audiência pública para analisar: “As manifestações públicas, no Brasil, na ótica dos movimentos sociais”. A lista dos expositores será enviada posteriormente para a secretaria da Comissão.* **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 34, de 2013.**

Autoria: Senador Paulo Paim. *Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, Requeiro a realização de Audiência Pública para debater sobre o tema: “Aposentadoria Especial”. Os convidados para compor a mesa dos expositores são: – Roberto Wanderley Nogueira – Juiz do TRF – 5ª Região, professor da UFPE e da UNICAP. – Sérgio Caribé – Procurador do TCU. – Ricardo Tadeu Marques da Fonseca – Desembargador do TRT – 9ª Região. – Rosinha da Adefal – Deputada Federal. – Antônio José Ferreira – Secretário da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. – Representante do Ministério da Previdência Social.* **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 35, de 2013.**

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros *Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater sobre “fortificação obrigatória de alimentos com ácido fólico e ferro”, sendo convidados para fundamentar o assunto: o médico José Murilo de Carvalho Martins; um representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e; um representante do Ministério da Saúde.* **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita, e os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Jayme Campos, Sérgio Souza, Cyro Miranda e Waldemir Moka – Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais,

da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 19 e 20 de junho de 2013.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo quatro não terminativos e seis terminativos.

Srs. Senadores, nos últimos dias, aqui, tenho recebido muitas mensagens, talvez centenas delas, de profissionais da carreira de aeronauta. Trata-se de pedido da categoria para que a Comissão de Assuntos Sociais aprecie o Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011, do Senador Blairo Maggi, que modifica a jornada de trabalho do aeronauta. Imagino que mensagem semelhante deve estar chegando a cada um dos integrantes. Como Presidente deste Colegiado, informo à categoria que designei em 7 de março deste ano o Senador Paulo Paim como Relator da matéria. O Projeto está em boas mãos, com um relatório que precisa ainda de alguns... Mas tenho certeza de que o Senador Paulo Paim, diligente e comprometido, tão logo tenha corrigido alguma questão mais técnico-administrativa aqui, da Comissão, vamos colocá-lo em pauta.

Eu queria dar essa explicação, na verdade, porque as pessoas quando começam a acessar e mandar, realmente não tem por que não pautarmos o projeto, e o mérito do projeto certamente será debatido aqui, na Comissão. Na verdade, o Senador Paulo Paim chegou a entregar o relatório, não é isso? Mas, em função de uma questão, parece-me, mais técnico-administrativa...

Já me informam aqui que a dificuldade que havia foi sanada, cobrei isso aqui e vamos pautar para a próxima semana, eu pediria à Assessoria que pautasse para a próxima semana esse projeto dos aeronautas, cujo autor é o Senador Blairo Maggi.

Eu gostaria de dar essas explicações, em função de que várias pessoas me ligaram e enviaram mensagens.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Waldemir Moka, bom dia; bom dia, Senador Jayme Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores; primeiramente, eu queria pedir a V. Ex^a a retirada de pauta do item 2, porque a Anvisa me alertou que tem algumas nomenclaturas que precisam ser mudadas nesse projeto.

Então, eu pediria para retirar de pauta para que fizéssemos uma análise mais profunda, o que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não. Então, regimentalmente, o Relator pede a retirada de pauta e estamos de ofício...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E também, Sr. Presidente, conversando com o ex-Presidente desta Comissão, Senador Jayme Campos, tínhamos, no ano passado, a televisão ao vivo, com muita justiça, nesta Comissão. E parece-me que, este ano, não sei se algumas reuniões ou todas, não está transmitindo. E, para mim, esta é uma das Comissões de maior importância.

Queria saber se V. Ex^a sabe qual é o motivo, se é temporário isso, se foi negociado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda, já coloquei ao Presidente Renan esta questão do horário aqui. Evidentemente que eu acho que a TV Senado e a própria Mesa Diretora têm que, democraticamente, dividir esses espaços. Agora, a mim, pessoalmente, o que eu tinha que fazer, eu já fiz, que foi comunicá-lo.

Parece que, originariamente, as reuniões da Comissão de Assuntos Sociais não eram realizadas na quarta-feira – eu até queria ouvir o Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Este ano, a Comissão de Infraestrutura começou mais cedo e, aí, Senador Cyro Miranda, eu acho que a Mesa Diretora tem que disciplinar isso da forma mais democrática possível.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Provoquei este assunto porque acontece a mesma coisa na Educação. Estamos já terminando o primeiro semestre e não tivemos o direito de uma transmissão ao vivo. Então, está existindo uma parcialidade muito grande, não há democratização. Acho que precisaríamos nos reunir com o Presidente Renan, e isso tem que ser para todos. Eu, por exemplo, lá, há uma Comissão que deveria começar às 10h, ela marca para às 9h, mas só começa às 11h. E bloqueia tudo. Não é justo isso. Todos têm que ter o mesmo direito, ou reveza-se semana sim, semana não, não sei como, mas não é possível que uns sejam beneficiados, e outros, não.

Não existe Comissão mais importante ou menos importante do que a outra. Então, acho que há um desrespeito para com essas Comissões.

Então, quero me unir a V. Ex^a e com outros também que estão descontentes e fazemos uma coisa democrática realmente, o que não está acontecendo, a direção não tomou nenhuma atitude até agora.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Pois não, Senador. *(Pausa.)*
(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu queria indagar ao Senador Cyro Miranda sobre o Item 2 da pauta. A Senadora Lúcia Vânia também pediu também a retirada do projeto que está relatando, em função da dificuldade que existe hoje, pois há uma audiência importante, inclusive, tratando do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO), junto ao Banco do Brasil. E realmente é importante, e ela disse que na semana que vem vai relatar.

Eu gostaria de pedir ao Senador Cyro Miranda se pode relatar o Item 4, cuja autoria é do Senador Romero Jucá e a relatoria é o Senador Benedito de Lira. Trata-se de um projeto que está tramitando aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) –

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 392, de 2012

– Não Terminativo -

Altera os arts. 96 e 102 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõem sobre parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais de que tratam as alíneas 'a' e 'c' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

Autoria: Senador Romero Jucá

Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela recomendação de Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2012.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir a leitura do relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto em tela, como já bem mencionou V. Ex^a, tem por finalidade permitir que os Municípios possam renegociar seus débitos junto ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Análise.

A despeito de ser uma proposta meritória, ela perdeu sua oportunidade em decorrência da decisão desta Casa, que aprovou, em 18 de abril deste ano,

o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2013, oriundo da Medida Provisória nº 589, de 13 de novembro de 2012, transformada na Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, que dispõe sobre o refinanciamento das dívidas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios junto à Previdência Social.

Conforme o texto aprovado, os débitos com a Fazenda Nacional de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas relativos às contribuições sociais incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço e as relativas às dos seus servidores, incidentes sobre seu salário de contribuição, bem como às respectivas obrigações acessórias, provenientes de competências vencidas até 28 de fevereiro de 2013, inclusive 13º salário, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, serão consolidados e pagos em 240 parcelas a serem retidas no respectivo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e repassadas à União, ou em prestações equivalentes a 1% da média mensal da receita corrente líquida do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou o que for de menor prestação.

Os débitos parcelados terão redução de 100% das multas de mora ou de ofício, de 50% dos juros de mora e de 100% dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios.

A referida lei amplia o prazo de adesão até 16 de agosto, amplia as parcelas de 180 para até 240, reduz multas e juros e amplia os débitos passíveis de parcelamento: de até 31 de dezembro de 2011 para até 28 de fevereiro de 2013.

A nova lei também beneficia os Estados e Municípios no cálculo da contribuição que eles fazem para o PIS/Pasep, que corresponde a 1% das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.

A partir de agora, não serão mais incluídas nessa base de cálculo as transferências decorrentes de convênios, contratos de repasse ou instrumento equivalente.

Percebe-se, portanto, que a referida medida provisória já contempla todos os objetivos do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2012, ficando este, pelas razões acima explicitadas, prejudicado.

Voto.

Em face das considerações expostas, opinamos, nos termos do artigo 334, I, do Regimento Interno do Senado Federal, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2012.

Esse é o relato que faço como Relator *ad hoc*, tendo como Relator o Senador Benedito de Lira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Para discutir, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente Waldemir Moka, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, quero cumprimentar o autor do projeto, o valoroso companheiro Senador Romero Jucá, e o Relator, o Senador Benedito de Lira, e o aqui nomeado Relator *ad hoc*, o Senador Cyro Miranda.

Na verdade, isso tinha causado e vem causando, até então, um certo transtorno para as prefeituras municipais deste Brasil. Muitas delas estão inadimplentes já alguns anos e não conseguem saldar essa pendência com a Previdência Social e isso as inviabiliza de receber qualquer convênio, não só por parte do Governo Federal, mas por parte de alguns Estados mesmo, o que impossibilitam a assinatura do convênio com o Município.

Ora, Sr. Presidente, muitas prefeituras estavam tendo muita dificuldade – o senhor sabe disso, o senhor é um municipalista – na medida em que acredito que 70% das prefeituras brasileiras estão com dificuldade para fazer até o custeio da máquina administrativa, não só com relação à folha de pagamento, mas à transferência do duodécimo às Câmaras municipais e, sobretudo ao custeio do dia a dia. Hoje, a manutenção do custeio das prefeituras também tem um peso muito grande em relação ao orçamento.

E este projeto que o Senador propôs aqui é meritório, pelo fato de que vai facilitar e, sobretudo, porque já garantiu aqui o percentual que vai ser destacado para pagamento: apenas 1% da receita corrente líquida do Município. Isso facilita, porque, na medida em que se negocia essa dívida, já se sabe quanto vai se pagar, tendo em vista que, quando entra o INSS para fiscalizar as folhas de pagamento dos Municípios, eles arrombam as prefeituras. Chegam a cobrar aquilo que não é nem devido. E, acima de tudo, vêm juros, multa e correção. Uma dívida de R\$10 mil pode chegar a R\$30 mil, R\$40 mil, R\$50 mil.

De maneira que eu quero aqui me solidarizar, dizer que estou plenamente a favor do projeto do Senador Romero Jucá, como, da mesma forma, com o Relator *ad hoc*, o valoroso companheiro Cyro Miranda, na certeza absoluta de que assim nós estaremos buscando a solução para os problemas que hoje a

maioria das prefeituras brasileiras está vivenciando no seu cotidiano.

Por outro lado, Presidente, eu só não vou pedir vista aqui para fazer até um adendo que não só com o INSS, mas nós tínhamos que acabar com a cobrança do PIS/Pasep da folha de pagamento. É inconcebível que as prefeituras paguem hoje sobre a folha de pagamento o que recolhem para o Governo Federal. Hoje, qualquer merreca – vou usar esse termo chulo aqui – que fosse liberada em relação à receita dos Municípios seria muito importante. Inclusive, já há essa tese de que essa contribuição teria que ser eliminada, o que poderia melhorar a *performance* do caixa das prefeituras municipais.

Mas, de qualquer forma, quero dizer que sou favorável ao projeto de lei que ora V. Ex^a coloca na pauta no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu compreendi perfeitamente o parecer do Relator *ad hoc*, Senador Cyro Miranda, que se manifestou pela prejudicialidade. Isso não quer dizer que o projeto não seja importante, mas ele já está contemplado com a Medida Provisória nº 589, recentemente aprovada. Então, embora o Projeto seja meritório, seja importante, ele já está contemplado com a aprovação da Medida Provisória. Portanto, ele fica prejudicado diante da Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam com o relatório do Senador Cyro Miranda, que é o Relator *ad hoc*, permaneçam como se encontram.

O relatório é pela prejudicialidade do projeto, embora a Senadora Ana Rita diga que ele está sendo considerado prejudicado em função de a Medida Provisória já atender exatamente ao que pretendia o projeto.

Chamo atenção para o fato de que, sempre que nós temos um projeto aqui, aí vem uma medida provisória. Eu acho que isso é uma forma de deslustrar o trabalho das Comissões, do Poder Legislativo. Por que não discutir aqui um projeto de lei que tramitou?

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ou seja, foi considerado prejudicado o presente projeto.

Passamos ao item 1da pauta, à página 13.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 5, de 2007

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, regulando o uso de películas de proteção contra raios solares, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Capitão Wayne

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº5, de 2007.

Observação:

– Em 30 de setembro de 2009, a Comissão de Assuntos Sociais realiza audiência pública para instrução da matéria.

– A votação será simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, como Relatora *ad hoc*, para proferir o relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vou ler apenas a análise, que eu penso ser suficiente para que possamos nos manifestar com relação ao projeto.

O Código de Trânsito Brasileiro, no art. 111, proíbe a aplicação de películas, quando comprometer a segurança do veículo, e atribui ao Contran a competência para regulamentar a matéria.

O Contran, a seu turno, no exercício dessa atribuição, editou a Resolução nº 254, de 2007, que estabelece requisitos para os vidros de segurança e critérios para aplicação de inscrições, pictogramas e películas nas áreas envidraçadas dos veículos automotores, de acordo com o inciso III, do art. 111, do Código de Trânsito Brasileiro. Essa norma define as áreas envidraçadas, indispensáveis à dirigibilidade do veículo, estabelecendo para cada uma os limites mínimos de transmitância luminosa – 75% para os vidros incolores dos pára-brisas e 70% para os demais; sendo de 28% o limite aceitável para os vidros não indispensáveis à dirigibilidade.

O mencionado regulamento proíbe a aplicação de película refletiva nas áreas envidraçadas, admitindo-se a película não refletiva, desde que atendidas às mesmas condições de transparência para o conjunto vidro-película.

Ao alterar o Código de Trânsito Brasileiro para permitir o uso de películas refletivas nos vidros dos veículos e estabelecer novos limites de transmitância luminosa, a proposição subtrai essa competência do

Contran. Importa destacar que a moderna teoria do Direito Constitucional considera que a edição de normas de forte teor técnico não deve ser feita diretamente em lei, mas em regulamento do Poder Executivo, atendidas às diretrizes políticas fixadas pelo Legislativo.

No caso presente, a fixação de padrões técnicos envolve considerações de medicina e segurança do trânsito, além do conhecimento das tecnologias disponíveis no mercado automobilístico. Adicionalmente, deve-se considerar que a rápida evolução tecnológica poderá exigir alterações nos parâmetros técnicos fixados, o que também desaconselha sua veiculação por lei. Trata-se, portanto, de matéria cuja regulamentação deve permanecer a cargo do Poder Executivo, por meio do órgão especializado, que é o Contran, Conselho que conta com câmaras técnicas específicas de formação e habilitação de condutores e de saúde e meio ambiente no trânsito, das quais participam especialistas nos assuntos submetidos à deliberação colegiada.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007.

É esse o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão, a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É louvável o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin, como também da Senadora Ana Rita, como *ad hoc*.

Evidentemente que, aqui, mostra que o Conatran já havia tomado essas providências, mas só que, na prática, isso não acontece. Você chega numa revenda, quando vai pôr a película, falam assim: “O senhor quer a película de 50%, de 30%, mas damos o certificado que é 75%.” E não há fiscalização nenhuma. Passa-se por essas barreiras, pela Polícia Rodoviária, polícias estaduais, e é uma aberração, porque, hoje, isso facilita, inclusive, os assaltos. Não se sabe quem está dentro de um veículo, além do perigo de não permitir a visão necessária.

Então, o Projeto está realmente correto pela rejeição, mas fica aqui o protesto de que não existe a menor fiscalização no Brasil todo. Isso é uma das coisas que acho que podíamos – aliás, há um requerimento, se não me engano, aqui na mesa, convocando o Presidente do Conatran ou Denatran, coisa assim. Então, fica só essa observação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, rapidamente, se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só lembrar, Sr. Presidente, que acabei acompanhando esse projeto, veio até o setor empresarial do Rio Grande do Sul para dialogar comigo.

Lembro-me de que, à época, se não me engano, o Relator era o Senador Botelho, naquele período ainda, e eu fui um dos que pediram audiência pública porque a sua visão já era pela rejeição, acompanhando a posição atual. Mas, no fundo, nós todos nos convençamos, com alerta dado pelo Senador Cyro Miranda, de que isso é uma questão de regulamentação, porque a tecnologia muda todo dia, inclusive da forma de produzir essa película e da fiscalização.

Por isso, eu, que estive caminhando com esse projeto, neste momento, submeto-me à decisão da relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou até sugerir, na vinda – é do Diretor-Presidente do Conatran, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu sei, ele vem por um outro motivo, mas eu acho que nós tínhamos que aproveitar a presença dele aqui para que pudéssemos até... Vou ver se consigo fazer alguma coisa por escrito mesmo, nossa aqui, um pedido de maior fiscalização, porque eu acho que isso realmente é importante. O Senador Cyro Miranda lembra bem que essa é uma questão... o sujeito não pode andar absolutamente... Uma coisa é impedir os raios solares, a outra coisa é o sujeito... Infelizmente!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Temos a moda do capacete das motos, em que a gente nunca sabe quem está dirigindo a moto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu acho que deve também haver alguma explicação, mas, no caso, acho que tem razão. Essa é mais uma questão de regulamentação e fiscalização do que iniciativa de um projeto de lei.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin, que, aliás, é a Relatora da matéria.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, a Relatora... Eu quero cumprimentar a Senadora Ana Rita pela leitura do relatório e também V. Ex^a, e dizer que a gente lamenta muito quando tem que apresentar um parecer rejeitando um projeto de lei de iniciativa parlamentar, seja de Senador ou Sena-

dora, Deputado ou Deputada. Lamento. É muito difícil não só para mim, tenho certeza, como para qualquer um de nós. Entretanto, é isto que meus colegas, meus companheiros, Senadores e Senadoras, já colocaram aqui: vamos debater mais a matéria. Se sentirmos a necessidade de chegar a tal nível na legislação brasileira, chegaremos, sem dúvida alguma, mas, para já, acho que não caberia transformar em lei essa iniciativa, isso que já está regulamentado no Brasil.

Agradeço a V. Ex^a e a Senadora Ana Rita.
Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, em votação o parecer de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, cuja relatora *ad hoc* foi a Senadora Ana Rita.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o parecer, que é pela rejeição, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Só para atualizar os Srs. Senadores: o item 1 da pauta acabamos de votar; do item 2 o Senador Cyro Miranda e a Senadora Lúcia Vânia pediram a retirada; os itens 2 e 3 foram retirados de pauta; o item 4 foi relatado aqui pelo Senador Cyro Miranda e o parecer já foi aprovado.

Então, na sequência, passamos ao item 5 e entram os projetos terminativos.

A Relatora é a Senadora Ana Rita. Vamos ler o relatório e discutir o projeto. Penso que, até o momento de votar, já teremos o quórum necessário.

Passamos ao item 5, à página 79.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 52, de 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia, alterando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso.

Autoria: Deputada Íris de Araújo

Relatora: Senadora Ana Rita

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011 e da Emenda nº 1-CDH.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para proferir a leitura do seu relatório.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011 (Projeto de Lei nº 937, de 2007, na origem), denominado Estatuto do Idoso, para aos idosos de baixa renda pelo menos 3% das habitações produzidas no âmbito de programas “financiados com recursos do orçamento geral da União”.

Nos termos da lei proposta, considera-se idoso de baixa renda aquele com renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Na Casa de origem, o PLC nº 52, de 2011, foi sucessivamente submetido à Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), que o aprovou nos termos de emenda substitutiva; à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), que o aprovou nos termos do substitutivo da CDU; e, por fim, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), que o aprovou nos termos de subemenda substitutiva, apresentada no sentido de adequar a proposição aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação das leis.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH); e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à última a decisão terminativa.

Na CDH, o PLC nº 52, de 2011, foi aprovado com a Emenda nº 1-CDH, de iniciativa do Relator, a qual se mostrou necessária para harmonizar a proposição com o disposto no atual parágrafo único do art. 38, do Estatuto do Idoso. Acrescido pela Lei nº 12.419, de 9 de junho de 2011, norma editada posteriormente à apresentação do projeto sob exame, o mencionado parágrafo único determina que as habitações reservadas aos idosos situem-se, preferencialmente, no pavimento térreo, conteúdo que poderia ser inadvertidamente suprimido se mantida a redação submetida à revisão do Senado Federal.

Adicionalmente, o parecer da CDH retirou do PLC nº 52, de 2011 a restrição de seus efeitos aos programas habitacionais “financiados com recursos do Orçamento Geral da União”, para mantê-los, como também já ocorre na redação vigente do Estatuto do Idoso, no âmbito mais abrangente dos “programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos”.

Excetuada a Emenda nº 1-CDH, adotada por aquela Comissão, não foram oferecidas emendas ao PLC nº 52, de 2011.

Impõe-se agora a manifestação desta Comissão. Análise.

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre a matéria em análise, cabendo-lhe, no caso presente, por força da competência terminativa que lhe foi atribuída, pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A iniciativa em pauta encontra abrigo no disposto no art. 23, incisos IX e X, da Constituição Federal, que incluem a “promoção de programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais”, o combate às “causas da pobreza” e aos “fatores de marginalização”, bem como a promoção da “integração social dos setores desfavorecidos” no rol das competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Apoia-se, ademais, no disposto no art. 230, que impõe à família, à sociedade e ao Estado “o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar”. De outra parte, é lícita a iniciativa parlamentar, uma vez que a proposição atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Lei Maior, não incidindo no campo normativo reservado ao Presidente da República.

No mérito, a alteração proposta em relação ao Estatuto do Idoso consiste em restringir apenas àqueles de baixa renda a reserva hoje indistintamente assegurada a todos os idosos, com o que concordamos em face do princípio de que a promoção da igualdade advém de políticas compensatórias, no sentido de reconhecer a necessidade de tratar desigualmente os desiguais.

As alterações promovidas pela CDH não apenas observam esse princípio, como também cuidam de manter a prioridade, nesse caso sem discriminação, em relação à renda dos idosos, no tocante à ocupação do pavimento térreo dos edifícios habitacionais, disposição legal recentemente incorporada ao Estatuto do Idoso, consentânea com as dificuldades de locomoção comumente encontradas nessa faixa etária.

A proposição encontra-se adequadamente disposta, não merecendo reparos quanto à técnica legislativa empregada.

Voto.

Em razão do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011, com as alterações decorrentes da Emenda nº 1, da CDH.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Para discutir, o Senador...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu vou pedir vista do projeto e gostaria de justificar.

Existe, Senadora Ana Rita, já no Código do Idoso uma reserva de 3% das unidades habitacionais residenciais para atender aos idosos. Esse projeto da Deputada Íris de Araújo diminui essa possibilidade, porque ela fala em “idosos e com baixa renda”. Então, tira a possibilidade de qualquer idoso.

Vou pedir vista para fazer uma análise melhor, porque no Estatuto, como ela diz no art. 1º: “Para efeito de disposição desse artigo, considera-se idoso de baixa renda aquele com rendimento familiar mensal *per capita* de até três salários mínimos.”

Então, ela está diminuindo a possibilidade do idoso, quando já o Estatuto do Idoso contempla com 3%, sem discriminar baixa renda ou não.

Eu, aqui, gostaria de pedir vista para maior discussão, se assim me permitir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador Paulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como a gente trabalhou muito no Estatuto do Idoso e, de fato, lá houve um amplo debate sobre essa questão, foram assegurados 3% para todos os idosos.

Se é para ampliar o direito, nós poderíamos fazer uma emenda, garantindo o que está lá, mas também para os outros idosos. O pedido de vista é positivo. Nós faríamos vista coletiva e dialogaríamos com a relatoria, não é Senadora Ana Rita? Poderíamos dialogar no sentido de fazer um ajuste em uma emenda e votar na próxima semana, se a relatoria concordar.

Entendi a preocupação, e confesso que a assessoria também tinha me alertado, porque, na verdade, a redação no Estatuto é mais ampla. E nós temos de ter políticas que, cada vez, protejam mais o idoso.

Então, acho que é razoável pedirmos vista coletiva e tentar construir uma emenda de redação que vá na linha de não diminuir o que está assegurado lá.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Às vezes, a pessoa tem como renda três salários e meio e fica fora. É uma questão que realmente acho uma emenda corrigiria, Senadora Ana Rita.

Mas V. Exª tem talento de sobra para, junto com o Senador Paulo Paim e Senador Cyro Miranda, conseguirmos, com a vista coletiva... Lembrando, como V. Exª sabem, o art. 132. É regimental.

Concedo vista coletiva inicialmente pedido pelo Senador Cyro Miranda, mas também pelo Senador Paulo Paim (*Pausa.*)

O próximo item da pauta é o item 6, na página 92.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 83, de 2012

– Terminativo –

Obriga a contratação de seguro para os serviços de entrega que se utilizam de motocicletas ou veículos afins.

Autoria: Deputado Celso Russomanno.

Relator: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2012, e das Emendas nºs 1 e 2-CAE.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Este projeto é do Deputado Celso Russomanno e confesso que ele me ligou inúmeras vezes, dizendo da importância do projeto, ele que é também comunicador e tem acompanhado, diz ele, quando surgiu a ideia, o número de acidentes nessa área, que não é fato novo aqui nesta Comissão. Já realizamos aqui inúmeras audiências públicas para debater o tema.

O projeto é, na verdade, simples e objetivo e vai na linha de dizer que as empresas têm que garantir um seguro para aqueles que operam a moto naquele setor da sociedade. E por isso, com essa simplicidade, eu vou direto à análise.

O projeto do nobre Deputado Celso Russomanno – e digo a V. Ex^a que, havendo quórum, eu acelero aqui tranquilamente o meu relatório, o quórum é importante –, o PLC nº 83, de 2012, versa sobre interdisciplinaridade entre Direito Civil, vez que trata do contrato de seguro, direito do trabalho, porquanto lida com o tema do acidente de trabalho, e Direito Econômico, já que restringe a livre iniciativa econômica ao obrigar que o explorador de frota de motocicletas contrate seguro para seus condutores.

Tais matérias são de competência da União, da Constituição, privativa nos casos do Direito Civil e do Trabalho, e concorrente no caso do Direito Econômico. Tais matérias estão compreendidas entre as atribuições do Congresso Nacional – é só olhar a Constituição. A iniciativa parlamentar, então, é legítima, por força do *caput* do art. 61 da nossa Constituição e porque a matéria não se inclui entre as reservas do §1º do mesmo artigo.

Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional.

Acelerando, Sr. Presidente, vou entrar direto agora quanto ao mérito.

Quanto ao mérito, o PLC nº 83, de 2012, merece prosperar. Não há que se falar que a exigência de um novo seguro obrigatório vai causar significativa majoração nos preços cobrados pelos serviços de entrega. O seguro obrigatório, na hipótese, não assume valor vultoso e será razoavelmente diluído nos custos dos empresários.

Nós sabemos que, no final, é o conjunto da sociedade que vai pagar, mas nós estamos aí protegendo os trabalhadores e seus familiares.

Também não retira o mérito do projeto o mero fato de a morte e a invalidez do condutor de motocicleta em serviço de entrega já ser enquadrada no conceito de acidente de trabalho, previsto, claro, no art. 19 da Lei nº 8.213, de 1991. O seguro obrigatório criado pelo projeto em análise não se confunde com os seguros obrigatórios convencionais, previstos na Lei da Previdência, que é já uma conquista histórica de todos os trabalhadores e todos os setores da sociedade.

E o mérito do projeto ainda persiste, mesmo a se considerar que os motociclistas, assim como os demais usuários das vias públicas, já são cobertos pelo chamado seguro contra a invalidez, contra acidentes que venham a acarretar morte ou invalidez permanente, previstos no sistema DPVAT, criado pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que “dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT), ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não”.

Enfim, termino dizendo que a cobertura a esses profissionais é medida lúdica e, como bem asseverou o Senador Gim em seu parecer proferido na Comissão de Assuntos Econômicos, o seguro de vida obrigatório previsto nesse projeto vai-se constituir em uma forma de alívio às dores que se sucedem às tragédias, e, portanto, tem alcance social bastante significativo e aumenta a responsabilidade de todo o setor na linha de combater os acidentes.

Ante o exposto, eu voto pela aprovação do PLC nº 83, de 2012, com as emendas apresentadas e aprovadas lá na Comissão de Assuntos Econômicos.

E cumprimento aqui a iniciativa do comunicador e Parlamentar – uma série de iniciativas dele eu tive a alegria de relatar; todas muito produtivas –, Deputado Celso Russomanno.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Vou encerrar a discussão.

Está faltando apenas um Senador para que tenhamos quórum.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu achei que já tivesse dado e acelerei até.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, não. Mas a Senadora Ana Amélia, que está relatando, está terminando e já vem, Nós vamos, então, ter garantia de quórum.

Enquanto aguardamos o quórum, vamos ao próximo item da pauta. Seria o item 7, mas, dada a ausência do Relator, Senador Eduardo Amorim, nós vamos passar para o item 8, cujo Relator é o Senador João Alberto.

O relatório se encontra na pág. 118.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 102, de 2012****– Terminativo –**

Altera o Decreto-Lei nº 986 de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para permitir a reutilização de alimentos preparados, para fins de doação.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2012, e da Emenda que apresenta.

Observações: Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, o projeto de autoria do Senador Ivo Cassol é um projeto que vem facilitar que as instituições de venda de alimentos não destruam os alimentos

Segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Brasil está entre os dez países que mais desperdiçam comida no mundo. Trazem dados estatísticos horríveis, chegando a dizer que cerca de 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do País é jogado fora.

Eu sou pela aprovação.

Apenas existe uma emenda de redação:

Art. 1º O Capítulo X do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 61-A:

Art. 61-A. Será permitida a reutilização de alimentos preparados, para fins de doação, garantida a sua inocuidade, conforme dispuser o regulamento.

Faço apenas essa modificação.

Eu sou pela aprovação.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu queria parabenizar o autor e principalmente o Relator, o grande Senador João Alberto, porque tenho presenciado e fiquei sabendo, há uns quatro meses, Sr. Presidente, que, quando nós viajamos e eles nos dão aquele lanchinho, basta retirar da gaveta e colocá-lo

à disposição do passageiro que, utilizando ou não, ele vai para o lixo. São toneladas e toneladas.

Eu encontrei uma pessoa que estava vindo a Brasília para conversarmos sobre isso. Há milhares e milhares de brasileiros passando fome, e é impressionante que alimentos intactos são jogados no lixo. E estou citando apenas o caso das companhias aéreas. Eu não sabia disso. Por lei, na hora em que ela disponibilizou para o passageiro – às vezes, você nem toca, ou às vezes, você rasga para ver o que é, já que fica num invólucro fechado...

Então, isso é extremamente meritório. É um desperdício no nosso País, que briga pela fome zero. E há um instrumento dessa natureza.

Portanto, parabenizo não só o autor, o Senador Ivo Cassol, como também o Relator, o Senador João Alberto Souza, cujo relatório tem meu voto favorável.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão a matéria.

Para discutir, tem a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Na mesma linha do Senador Cyro Miranda, quero externar meu apoio a essa matéria.

No Brasil, ainda há alguns milhões de brasileiros desnutridos, vítimas da fome. Vivemos, no Nordeste, uma seca impiedosa, a pior seca dos últimos 30 anos. Entretanto, nos grandes centros do Nordeste, por exemplo, há grandes restaurantes que, todos os dias, jogam no lixo toneladas e toneladas de alimentos absolutamente aproveitáveis, alimentos prontos e preparados e de boa qualidade para o consumo humano. Existe um desperdício médio nos restaurantes do Brasil de 20% dos alimentos preparados.

O mundo todo se preocupa com a fome. No ano de 2050, a quantidade de pessoas que sofrerão de fome no mundo será muito grande, tanto que já existe um estudo da Organização Mundial da Saúde sobre o aproveitamento de insetos em determinadas regiões como fonte protéica. Estamos vendo a preocupação do mundo, e não se concebe que, no Brasil, dentro desse contexto de pobreza predominante, não haja medidas e critérios de reaproveitamento de alimentos que poderão muito bem alimentar milhares e milhares de pessoas.

Dessa informação que o Senador Cyro Miranda deu eu já tinha conhecimento. Nas aeronaves, aquele lanchinho, se não for utilizado, vai para o lixo da mesma forma. Muitas vezes, o suco e o iogurte que foram servidos e que não foram abertos vão para o lixo da mesma forma, porque as empresas têm medo de pa-

gar uma multa ou de responder penalmente por qualquer distúrbio gastrointestinal provocado por aqueles alimentos. Muitas vezes, não é que o alimento esteja vencido. Muitas vezes, pode coincidir com determinada infecção gastrointestinal e ser imputada ao alimento a responsabilidade pelo distúrbio. Por isso, as empresas, os restaurantes, os hotéis não fazem a doação de alimentos em excelente estado, prontos para serem aproveitados.

Portanto, é meritória essa matéria. Acho que há como, sim, a Anvisa estabelecer critérios de segurança alimentar que vão permitir que os proprietários de restaurantes e até mesmo as empresas aéreas façam a doação, para que possamos diminuir a fome no Brasil e no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Tem a palavra a Senadora Ana Rita, para discutir.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero rapidamente, Sr. Presidente, também manifestar nossa preocupação. Este é um tema que deveria estar sempre na pauta, na ordem do dia: a questão da segurança alimentar. O Brasil é um grande produtor de alimentos, mas, ao mesmo tempo, não temos as políticas necessárias para o reaproveitamento de alimentos.

Digo isso também com relação, por exemplo, a verduras. Nós desperdiçamos muitas coisas, como cascas de verdura, coisas que, muitas vezes, poderiam ser reaproveitadas, e a Pastoral da Criança sabe fazer isso bem. Acho que poderíamos nos dedicar um pouco mais a esse tema.

O projeto apresentado aqui pelo Senador Ivo Cassol vem em bom momento e é importante. Sem perder a qualidade desses produtos, sem colocar em risco a saúde da nossa população, devemos, sim, preocupar-nos com o reaproveitamento de muitos alimentos em condições de serem consumidos e de outros alimentos que são descartados porque não há uma política de reaproveitamento também.

Esse é um tema para o qual precisamos dar uma atenção especial. A minha posição é pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço-lhe um minuto só, Sr. Presidente, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero, primeiro, dizer da minha concordância. Há um dado que me passaram aqui: cerca de 1,4% do Produto Interno Bruto do País, de acordo com um estudo realizado, nós perdemos na cadeia produtiva. No setor agrícola, lembro que a gente ia à Ceasa, no Rio Grande do Sul, e via que grande parte dos produtos que ali não

eram considerados utilizáveis, nós do sindicato recolhíamos e fazíamos o sopão no próprio sindicato para nós mesmos e para os trabalhadores.

O que eu quero dizer, Sr. Presidente, com responsabilidade, que ninguém – vou votar favorável por convicção, porque eu sei como é a fome lá fora – diga depois que nós do Congresso aprovamos um projeto que diz que os restos de restaurante e da produção agrícola está sendo dada aos pobres. Não tem nada a ver com isso, porque o projeto é muito claro, mostrando que esse alimento é de qualidade, qualquer um de nós poderia almoçar e jantar, não há nenhuma discriminação, só não queremos que não botem fora e que a gente consiga, de forma organizada, atender principalmente àqueles que mais precisam.

O projeto é meritório, tem o nosso apoio e, repito, já fiz muito sopão no meu sindicato, pegando produtos que a Ceasa me dava, ou seja, que vinha da linha dos produtores e que eram considerados produtos de primeiríssima qualidade. E nós fazíamos o nosso sopão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Deputado Celso Russomanno e, logo em seguida, o Senador Sérgio Souza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, na verdade, V. Ex^a tem uma semelhança com o Deputado Celso Russomanno.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Obrigado.

Quero cumprimentar o Senador Ivo Cassol, autor desta proposta, e o Relator, reconhecendo como foi dito aqui que há um desperdício aqui de alimentos e que nós precisamos buscar evitar.

Será muito importante, e o Senador Paulo Paim levanta um tema importante, acompanhar a formulação do regulamento, porque é óbvio que, em um país onde há muitas necessidades, nós temos que evitar o desperdício – o desperdício de alimentos de boa qualidade, o desperdício de alimentos não utilizados, que nós não podemos confundir com restos de comida. E a disposição disso tem que estar prevista no regulamento, ou seja, o detalhamento das diversas utilizações que pode haver.

Mas o espírito do projeto é um espírito positivo e é por isso que nós queremos nos manifestar favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador Rodrigo Rollemberg. Senador Sérgio Souza.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Peço minha inscrição para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria primeiro de parabenizar a iniciativa do Senador Cassol. É um tema que há muito vem sido debatido na sociedade brasileira de como nós poderíamos fazer com que os alimentos não utilizados possam ser aproveitados de forma prudente, com um controle sanitário importante para que não haja nenhum dano à saúde.

E parabeno o Senador João Alberto pelo brilhante relatório.

Eu acho que o Brasil realmente é isto: um Brasil que produz, mas que também desperdiça muito. E o que nós estamos fazendo aqui é que criar uma lei permitindo essa reutilização, desses alimentos que não estão sendo utilizados para um fim social, ou seja, para o benefício do cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Apenas para sugerir que aproveitemos o quórum para fazer a votação dos projetos de lei.

Mas, Sr. Presidente, quero reconhecer o projeto do Senador Ivo Cassol e, sobretudo, o brilhante relatório proferido pelo Senador João Alberto.

Na verdade, hoje, o Brasil, como bem disse aqui, perde tanto que daria para alimentar quase dez milhões de brasileiros todos os dias.

Eu só tenho uma preocupação – Senador Paulo Davim, que é médico – em como acomodar essa sobre os restaurantes. Primeiro, o que sobrar no prato tem que ser jogado no lixo. E o que sobrar nas travessas ou coisa parecida poderá ser revisado.

Na regulamentação tem que haver muita preocupação, porque há, queria ou não queira, alimentos que se perdem rapidamente, ou seja, em prazo de duas ou três horas há alimentos que, com certeza, não servem para ser consumidos pelo cidadão. Essa é uma preocupação que tenho.

Sou favorável, mas também precisamos estar conscientes de que, meu caro Presidente Moka, o que se extravia, o que se perde nas estradas brasileiras eu imagino que seria do mesmo tamanho, nos mesmos números que estão aqui. Eu tenho andado pelas estradas no Mato Grosso e o que se perde de soja, de grão em grão, são toneladas e mais toneladas. Eu acho que essa produção, se fosse evidentemente catada ou recolhida, também poderia ser reaproveitada.

Então, há um conjunto de medidas sobre as quais nós teríamos que tomar providência porque, em que pese o Brasil ser um grande país em termos

de produção agrícola, em que a população já melhorou sua condição de vida, ainda há alguns milhões de brasileiros que almoçam mas não jantam. Isso é fato concreto. Estamos aqui falando sobre a realidade com dados estatísticos.

De maneira que eu quero, aproveitando a oportunidade, dizer que este projeto tem que ser bem aprimorado, para que, amanhã ou depois, não traga transtornos à saúde da população e, como bem disse o Senador Paulo Paim, que a população também não fique com a impressão de que nós estamos votando um projeto para dar restos de comida às famílias mais humildes deste País.

Muito pelo contrário. O projeto é meritório e, sobretudo, o que nós queremos dar, com certeza, é uma segurança alimentar, de tal maneira para melhoramos a alimentação de alguns milhares de famílias deste País, que, lamentavelmente, não têm muitas vezes o direito de ter duas refeições: o almoço e a janta.

Parabéns, Senador Ivo Cassol. E parabéns, Senador João Alberto, pelo belo relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem. Estou me inscrevendo, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Eu só queria dar um esclarecimento a mais.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu sei, mas após eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está inscrita a Senadora.

É que eu quero dizer aos senhores o seguinte: nós temos um problema. Nós estamos com dois projetos cuja leitura fizemos e não pudemos votar em função do quórum. Qual é a preocupação da Presidência? Começa, daqui a pouco, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça e aí eu terei dificuldades para manter o quórum. É só isso.

Claro que nós vamos dar... Temos quórum! Agora, não vou cercear manifestação de nenhum Senador.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Veja quem está inscrito na minha frente, Sr. Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não. Senador Casildo...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu apenas queria fazer um registro. Na cidade de Passo Fundo, a Sr^a Heloísa Almeida tem mais de 80 anos

e conseguiu, no Comitê de Cidadania da cidade, no programa Fome Zero, que foi um programa inicial do Governo, ganhar da comunidade um ônibus. E, nessa idade, com mais de 80 anos, ela anda pelos restaurantes recolhendo os alimentos que ela reprocessa e distribui depois para uma fila de pessoas carentes na cidade de Passo Fundo.

Então, eu queria dizer que, antes que a lei tivesse chegado, já havia essa iniciativa de um grande alcance social, especialmente nas noites frias do inverno do meu Estado do Rio Grande do Sul, e essa cidade de Passo Fundo, conhecida por todos, é muito fria. A D. Heloísa Almeida está sendo homenageada com esse projeto do meu colega e correligionário Ivo Cassol, tão bem relatado pelo Senador do Maranhão.

Eu queria cumprimentar os dois, fazendo esse registro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu queria penas elogiar, Sr. Presidente. Eu sei que a CCJ tem assuntos importantes, mas a questão aqui é a saúde. Eu queria cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo, V. Ex^a entendeu a minha preocupação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Há reunião na CCJ, temos quórum, vamos votar, mas isso agora é a saúde.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas V. Ex^a entendeu a minha observação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quero elogiar o Senador Ivo Cassol, o Senador João Alberto, deixando as preocupações para que, amanhã ou depois, como disse o Senador Jayme Campos, não venham de lá de Várzea Grande produtos vencidos transformados e digam que o Senador Jayme Campos disse que pode comer, que há uma lei agora que permite usar produtos vencidos.

Então, há de haver cuidado para que não haja distorção. É preciso que, em relação aos produtos que estão para vencer, se tomem providências antes. Agora, com a nova lei, pode surgir a preocupação de alguns: “Os Senadores votaram uma lei que permite recondicionar.” Então, deve-se ter essas precauções, sem dúvida alguma.

Quero me aliar a isso. E são essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin? (*Pausa.*) Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apoiando.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador João Alberto, que é o Relator. Voto conhecido.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator e com o autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os meus elogios à Relatora e ao autor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Srs. Senadores, eu vou colocar em votação o projeto já relatado pelo Senador Paulo Paim, a quem peço que atualize as informações, pois eu vou aproveitar o quórum para que possamos votar este que é um dos projetos que nós já fizemos a leitura e

que estávamos aguardando quórum para que pudessemos votar ainda nesta reunião.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só me situe, Presidente, sobre qual o projeto. São tantos... *(Pausa.)*

Ah, é o do Celso Russomanno.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a acabou de relatar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é um projeto do Deputado Celso Russomanno, que eu o relatei – V. Ex^a tem toda razão, eu estava aqui ouvindo meus Senadores –, em que S. Ex^a quer garantir, simplesmente, que os profissionais que atuam como motoboys tenham o direito a um seguro de vida e um seguro acidente, patrocinado pela empresa. Isso vai evitar o número de acidente, aumenta a responsabilidade do setor que emprega e a família fica amparada no caso de o acidente acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou concluir, então. Foi aprovado o projeto, relatado pelo Senador João Alberto.

Eu consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras se podemos repetir a votação para a emenda do Relator.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 102/2012 e a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O item 6 já foi lido, discutido e eu vou passar à votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim? É o Relator, voto conhecido.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)* Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aprovado o projeto, consulto as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores se podemos votar em globo e repetir a votação para as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Assuntos Econômicos.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado.

O item 9 da pauta tem como Relator o Senador Wellington Dias. A página é a 125.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 106, de 2012

– Terminativo –

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que os dirigentes sindicais somente poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2012.

Observações: *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, conforme exposto no relatório, a nossa Constituição trata, em todos os temas de organização, inclusive de organização de sindicatos, da liberdade de organização. São os estatutos das entidades, tanto laborais quanto patronais, que definem as regras para as suas eleições.

Diante disso, conforme está no relatório, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão o projeto.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu não sei se isso, em função do que ocorre hoje no Brasil, pudesse constar de uma proposta de referendo.

Hoje, os governadores são reeleitos por duas vezes. O Presidente da República também pela segunda vez e não pode pela terceira.

Eu não sei se um referendo sobre reforma política poderia se incluir presidentes de cooperativas, mandatos de Senadores, de Deputados, presidentes de sindicatos. Eu conheço cooperativas como a CBF do meu Estado, por exemplo, que há 20 anos tem a mesma diretoria. Eu não sei se no referendo que se fizer agora, no Brasil, não poderia se dizer: “É uma reeleição e vamos dar uma oxigenada”. Eu não sei se não vai entrar. Por enquanto isso não é prática, a não ser para o Poder Executivo, prefeitos, governadores, e Presidente da República. Outros têm direito *ad eternum* de serem reeleitos. Eu não sei se isso não é alguma coisa que vai entrar também em discussão agora, nas reformas.

Eu vou apoiar essa proposta agora, vou ficar com o Relator, mas eu acho que é alguma questão capaz de, no fervor das ruas, poder entrar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Senador Cyro Miranda, para discutir.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor sabe que a federação é composta pelos sindicatos. E nós temos hoje sindicatos – eu vou até falar do lado patronal – que não pertencem mais ao ramo e já estão há mais de 30 anos encastelados como presidentes de sindicato. Isso porque o próprio presidente da federação – e estou falando do lado patronal – detém.

Então, eu sou contra essa rejeição. Eu sou a favor do autor. Digo sinceramente porque tem que haver

renovação. Se não houver uma metodologia, aí como está, nós vamos encontrar sindicalistas que estão fazendo disso uma profissão, dos dois lados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Presidente, esta é uma matéria polêmica, sem sombra de dúvida. Eu tive experiência sindical, fui de sindicato da minha categoria, conheço muitos sindicatos. A vida sindical é uma vida dura, não é uma vida fácil. É uma vida complicada, trabalhosa, incompreendida muitas vezes, que exige um denodo muito grande dos seus dirigentes, uma abnegação enorme de quem está fazendo política sindical. E muitas vezes, na hora de renovação, poucos se dispõem a assumir essa tarefa árdua. Não é fácil.

Então, com essa medida, nós correremos um risco de muitos sindicatos deixarem de existir. Vocês sabem que, no mundo, existem aquelas pessoas que gostam de ser comandadas. Poucas são aquelas que têm talento para comandar. Essa é a lei do mundo. Existem sindicatos e associações em que a diretoria faz um bom trabalho, e as pessoas da corporação esperam a reeleição.

Ora, quem deve deliberar sobre isso são os membros, são as corporações, são aqueles associados ou sindicalizados. Eu acho que a postura do Relator é muito lúcida nesse sentido.

Portanto, reafirmo aqui a minha posição, corroboro a posição do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, estão inscritos: Senador Paulo Paim, Senadora Ana Rita, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Jayme Campos e Senador Humberto Costa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, queremos aproveitar o quórum. Então, me usarei menos de um minuto para a minha argumentação.

Na minha avaliação, como elogiei o mesmo autor em um momento anterior em outra proposta, o projeto é equivocado. Se nós aprovarmos esse projeto, estaremos contra o que falam as ruas. E estaríamos na seguinte linha: para Deputado e Senador também só uma. Se para o sindicato só pode uma, por que para Deputado e Senador nós podemos ficar 20 anos, 30 anos.

Só isso.

Parabéns para o Relator.

Vamos votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiro quero parabenizar o Relator que deu parecer pela rejeição do projeto. Acho que o projeto realmente tem que ser rejeitado, porque fere a Constituição Federal e fere também a Organização Internacional do Trabalho, porque a própria Constituição Federal confere aos sindicatos autonomia e liberdade de organização.

Então, não cabe ao Poder Público interferir ou intervir na organização sindical. Cabe aos trabalhadores decidirem a melhor forma de se organizar. Se, conforme foi dito aqui, em algum sindicato haja alguém ou alguma direção que persiste em permanecer anos e anos, não é com projeto de lei que vamos alterar isso. Quem deve alterar são os trabalhadores, que devem se organizar e mudar essa realidade do sindicato.

Na minha opinião, o Relator está correto, deu parecer pela rejeição da matéria, de acordo com o que prevê a nossa Constituição Federal e a Organização Internacional do Trabalho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, quero fazer coro à argumentação do Senador Cyro Miranda, pois isso não ocorre apenas no seu Estado de Goiás. No Mato Grosso, há uma família que comanda a Fecomercio há 35 anos. Por sinal, não é apenas comerciantes que estão nessa atividade.

Lá ocorre um fato inusitado também, Senadora Lúcia Vânia. Há pouco tempo, o cidadão que era Presidente da associação de criadores de gado da Capital, Cuiabá, do sindicato de lá, não era pecuarista. Lá também o Presidente da Federação das Indústrias também não era industrial.

Então, o fato é até inusitado. De maneira que em Mato Grosso as coisas são todas diferenciadas.

Em que pesem as boas argumentações do Senador Cyro, por outro lado, não justifica votarmos contra aqui. Vou votar favorável ao Relator na medida em que compete aos sindicatos, as entidades expurgarem aqueles que certamente não estejam conduzindo bem os trabalhos dentro da sua entidade.

De maneira que sou favorável ao Relator. De qualquer forma, V. Ex^a tem toda a razão que se monta, muitas vezes – não vou chamar de máfia –, um verdadeiro monopólio daquilo que certamente cabia aos sindicalizados excluir. Se está há 30 anos comandando a Fecomercio em seu Estado, como em Mato Grosso, é sinal de que algo de bom ele deve ter: muita competência, muita habilidade. O regimento interno das entidades teria que estabelecer apenas dois, três ou quatro mandatos. Mas cabe à entidade regulamentar.

De maneira, V. Ex^a tem razão. Entretanto, será mais democrático nós acatarmos aqui o parecer do Relator da matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, abro mão da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero, Sr. Presidente, cumprimentar o Senador Wellington.

Acho que principalmente pelo momento em que estamos debatendo a matéria, é importante que este projeto de lei não tenha curso, pois como vamos definir regras para o movimento sindical sem a participação do próprio movimento sindical?

Eu, como tantos outros Parlamentares aqui, Sr. Presidente, sou oriunda do movimento sindical. E mais o que a gente quer é ter participação na formatação das regras. Então, concordo com o Senador e antecipo meu voto com o Relator.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiramente, eu devo dizer aqui que compreendo perfeitamente a posição do Senador Casildo, Senador Ciro, Senador Jayme, enfim. Há realmente um incômodo, tanto do lado laboral como patronal, em relação à existência de donos de sindicato – vamos usar aqui um termo verdadeiro.

Vejam que muitas vezes não é pelo seu mérito, pela sua ação. Muitas vezes é uma entidade que ali não deixa entrar mais ninguém, só entra ali quem é do lado dele e vira o dono da entidade. Por essa razão é que eu defendo, de um lado, a liberdade e, de outro lado, o fim do imposto sindical. Acho que é por conta do imposto sindical, por conta de ter uma receita sem precisar de sócio, que existe essa deformação no Brasil.

Eu fui do sindicato dos bancários do meu Estado. Não houve reeleição de nenhum e, hoje, é estatutário lá. Este ano vai haver uma nova eleição e será outro presidente. Em outro ano em que tiver outra eleição, vai ser outro presidente. Mas é da conscientização, da força, da liberdade.

E quero chamar a atenção para o ponto de vista legal. O Brasil é signatário da Convenção 87, da Organização Internacional do Trabalho, que defende, como está na nossa Constituição, a liberdade e a autonomia.

E chega ao ponto de dizer que as autoridades não devem intervir nesse tema.

É por isso que mantenho aqui esse voto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Lembro que votar com o Relator é votar “não” ao projeto.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Abstenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Abstenção.

Senador Wellington Dias. Como Relator, o voto é “sim”.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Enquanto não sai o referendo, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu não vou ser contra e aceito os argumentos do Se-

nador Wellington, mas fico também com o referendo, porque sei que o meu voto contra não ia mudar nada, mas fica essa observação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O resultado: rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vou proclamar o resultado.

Votaram NÃO 11 Srs. Senadores; e nenhum voto SIM.

Houve uma abstenção.

Vou pedir ao Senador Paulo Paim para que relate o item 7, na página 104.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 96, de 2012

– Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as fábricas de produtos que contenham látex gravar em suas embalagens advertência sobre a presença dessa substância.

Autoria: Deputado João Dado

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2012 e da Emenda nº 1-CMA.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Observações:

– Em 11.12.2012, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA.

– *Votação nominal.*

Peço ao Senador Paulo Paim para que possa ler o relatório como Relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, cumprimento aqui o Deputado João Dado pela iniciativa. O relatório muito bem feito pelo Senador Eduardo Amorim.

Sr. Presidente, quero aproveitar o quórum e vou resumir o meu relatório e vou direto ao que considero mais importante.

Na justificação da proposta, o autor informa que a alergia ao látex é muito pouco conhecida pela maioria da população. No entanto, estudos do mundo – e aqui pego o exemplo dos Estados Unidos – demonstra que é elevada a incidência junto à população, criando um sério problema à saúde pública.

Ao fim – e essa partezinha, para mim, é a mais importante –, diz o Relator:

A alergia ao látex é uma reação a determinadas proteínas encontradas no látex de borracha natural, produto derivado da seiva da seringueira. A reação ocorre porque o corpo erroneamente reconhece essas proteínas como uma substância nociva e direciona o sistema imunológico para combatê-la. A alergia ao látex pode se manifestar desde simples manchas na pele até a anafilaxia, que é potencialmente letal se não tratada rapidamente.

Devido a isso, Sr. Presidente, o parecer, que é na verdade o parecer do Senador Eduardo Amorim, reconhece a Emenda nº 1, da CMA, que deve ser acatada, pois aprimora a redação do projeto, sem interferir em seu mérito.

Segundo, não há nenhum reparo a fazer.

Sou totalmente favorável tanto à visão do autor, como do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

A votação é nominal.

O Senador Paulo Paim, Relator *ad hoc*, vota “Sim”. Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Eu voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aprovado o projeto.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a Emenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Podemos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2012, e a Emenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, e agora também da Comissão de Assuntos Sociais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para a ciência do Plenário, e a publicação no *Diário do Senado Federal*.

Eu vou voltar ao item que nós tínhamos retirado de pauta. A Senadora Lúcia Vânia estava participando de uma audiência, mas, com o seu retorno, eu coloco na pauta o item 3, de autoria do Senador Marcelo Crivella. Está na pág. 53.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 13, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2012.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em Decisão Terminativa.

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, para proferir a leitura do seu relatório.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^{as} Senadores, vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 13, de 2012, de autoria do Senador Marcelo Crivella. A iniciativa tem o propósito de alterar o inciso III do art. 34 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.

As obrigações da lei proposta passariam a vigor na data de sua publicação.

O autor justifica o projeto lembrando que a lei do desporto já obriga a entidade de prática desportiva formadora de atleta a garantir assistência psicológica, sob pena de não ser reconhecida como tal. No entanto, ele defende que clubes empregadores tenham igual obrigação, que contribuiria para o bom desempenho dos atletas e para a preservação de sua saúde física e mental.

O projeto, que não recebeu emendas no prazo regimental, foi distribuído para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, em caráter terminativo, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Cabe à CAS opinar sobre a matéria no que diz respeito à proteção e defesa da saúde, conforme dispõe o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. As questões de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa ficam a cargo da CE, em razão do caráter terminativo de sua apreciação.

A *performance* do esportista não depende apenas de suas condições físicas, mas também de sua saúde mental. A maior parte dos atletas de alto rendimento vive sob constante pressão para que obtenham resultados satisfatórios em suas categorias de competição. Além disso, muitos têm de deixar a cidade em que vivem suas famílias para poderem desfrutar de melhores condições de treinamento, o que poderá deixá-los em situação de fragilidade.

Nesse sentido, são frequentes os relatos de carreiras precocemente liquidadas em virtude da baixa resiliência de alguns jovens para lidar com o estresse, a ansiedade e as frustrações relacionadas à carreira esportiva. Atletas profissionais não têm muito tempo de vida esportiva, o que torna seus fracassos muito mais avassaladores e irreversíveis do que os infortúnios de outros profissionais.

Assim, consideramos justo que os clubes empregadores que mantêm vínculo mais duradouro com os

atletas sejam obrigados a prestar assistência psicológica contínua a eles.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2012.

Lúcia Vânia, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Pois não, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A Relatora é a Senadora Lúcia Vânia e o autor é o Senador Marcelo Crivella. Seria para que jogadores profissionais tenham assistência psicológica. Não tem nada a ver com aquele projeto da Câmara, de direitos humanos? Não. Porque estão criando...

Em princípio não sou contra, não. Eu acho que outros setores da sociedade também têm que ter assistência. Crianças nas escolas. Eu acho que o colégio hoje tem que ter psicólogo também. Colégios, na minha opinião, tinham que ter um fonoaudiólogo, porque as crianças começam a exercitar o vocabulário, exercício vocálico, eu acho que uma fonoaudióloga nos colégios hoje seria uma questão sumamente importante também.

Não só para o jogador profissional, que tem que ter uma assistência psicológica, mas não sei se hoje a legislação já prevê que os colégios com x alunos precisem oferecer essa assistência, como um fonoaudiólogo, para poderem as crianças começarem a exercitar.

Eu vou pedir até à assessoria dar uma verificação se já existe uma legislação para isso. Mas eu acho que essa é uma questão fundamental, porque, mais tarde, as crianças, muitas vezes, como não aprenderam a exercitar isso, o exercício vocálico, começam a ter prejuízos.

Mas em tese nós apoiamos.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Maldaner...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Na verdade, nós analisamos a matéria apenas quanto ao mérito, quanto ao mérito social... Aliás, nós analisamos quanto ao aspecto social. Quanto ao mérito, ela será analisada na Comissão de Educação. A Comissão de Educação é que vai fazer essa verificação, se se adequa ao conjunto das atividades.

Portanto, como eu acredito que a assistência psicológica é fundamental em qualquer atividade que envolva estresse, que necessite de acompanhamento, ela tem o mérito de ser positiva.

No entanto, a equiparação e a conveniência de ser aplicada como lei só a Comissão de Educação poderá avaliar, porque vai não só avaliar o mérito, como

avaliar a juridicidade e a constitucionalidade. Então, aqui é apenas o aspecto social. Se é importante ou não é importante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Rapidamente também, eu quero cumprimentar o Senador Casildo Maldaner por levantar a questão. Eu acho que de fato ele tem toda razão.

Se nós olhamos para os atletas – e é bom que se olhe –, temos que olhar para a sala de aula, nos colégios, onde também devia haver assistência psicológica. Mas, como disse muito bem a Senadora Lúcia Vânia, vamos aprofundar ali, na Comissão de Educação, essa questão.

Voto com a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2012.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

O último item da pauta é o de nº 10.

Aquilo que eu temia e que acontece sempre, porque temos uma dificuldade que é o número de Senadores e o número de Comissões. Eu sou o autor do item nº 10 e vou retirá-lo em função da falta de quórum.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a já leu o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador, não vai haver nenhum prejuízo. Vou inseri-lo na próxima votação, e certamente será o primeiro item dos não terminativos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu tenho dois requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu tenho dois requerimentos e, se V. Ex^a pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou colocá-los.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente, eu queria fazer um comentário e uma pro-

posta a V. Ex^a. O comentário é o seguinte: ontem, nós tivemos, por parte do Presidente desta Casa – acredito que numa iniciativa extremamente louvável –, o estabelecimento da prioridade de votação de alguns projetos que dormitam há muito tempo aqui nas Comissões do Senado e no Plenário também. No entanto – eu, inclusive, na hora, tive a oportunidade de fazer essa colocação –, acredito que isso tem que ser feito com muita cautela. Acho que seria interessante, especialmente porque os temas relativos à saúde estão na ordem do dia, que nós pudéssemos ter uma conversa no sentido de esta Comissão poder fazer a proposta da questão das prioridades.

Segundo, eu fiz um requerimento para a realização de audiência pública com uma série de entidades e instituições sobre a Lei de Responsabilidade Sanitária. Ouvindo esses segmentos, acho que essa proposta estará em perfeitas condições de poder ser votada nesta Comissão e ir ao Plenário. Então, eu queria solicitar a V. Ex^a que procurasse marcar o mais rapidamente possível essa audiência pública para que possamos dar vazão a esse projeto.

A outra questão é que a Comissão que trata do financiamento vinha trabalhando na perspectiva de apresentar no segundo semestre uma proposta que pudesse ser analisada por esta Comissão e votada pelo Plenário. No entanto, acho que os fatos que estão tomando a dimensão que estão no Brasil exigem uma maior rapidez. Queria sugerir, até porque, por exemplo, o Presidente, ontem, quando citou o projeto que vai ser priorizado, falou de um projeto da Câmara dos Deputados, que me parece estar aqui no Senado e que fala de 10% do PIB. E V. Ex^a sabe que já não é essa a demanda que o movimento apresenta. Nós também temos que discutir se a melhor forma é essa.

Eu queria fazer uma proposta a V. Ex^a, e vou conversar com o Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão, para que nós possamos acelerar a conclusão dos trabalhos daquela Comissão e trazer um grupo de três ou quatro propostas que possam ser objeto de discussão desta Comissão e que nós possamos dar segmento e votar aqui. Naturalmente que vamos discutir com o Governo. Se envolver algo de Estados e Municípios, teremos que discutir com eles também. Não podemos ficar aqui só passando a caneta, porque alguém vai ter que pagar essa conta.

Identifico como positiva essa decisão da Câmara de, dentro dos *royalties* do petróleo, garantir 25% para a saúde. Então, também é uma forma boa de fazer a discussão, a proposta e a origem dos recursos.

Por último, embora não tenha sido listada como proposta da saúde, o Presidente colocou prioridade em relação àquele projeto que trata da mudança da Lei de

Drogas e que envolve o debate sobre internação compulsória. Eu acho uma temeridade que se faça essa discussão em regime de urgência. Tivemos, inclusive, o debate nesta Comissão em torno do projeto que a Senadora Ana Amélia relatou e sabemos que é um tema extremamente político, complexo e polêmico para ser votado, vamos dizer, em toque de caixa, como se fala.

Acho que seria interessante que pudéssemos também...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não, não, é o do Deputado Osmar Terra.

Acho que é importante primeiramente buscarmos algum tipo de consenso nessa proposição. Em segundo lugar, que possamos fazer uma discussão muito séria sobre essa questão. Temos já o projeto aprovado na CAS, tramitando na Comissão de direitos Humanos. Há um pedido de audiência pública, envolvendo todas as partes, para discutir esse tema.

Faço esse alerta no sentido de reforçarmos, junto ao Presidente Renan – isso não está fazendo parte da pauta das ruas, não está fazendo parte – a discussão, com calma, com tranquilidade. Repito: acho que é muito justo que fiquemos apressados, mas não podemos começar a votar tudo sem uma reflexão, sem um debate, sem uma discussão.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Eu quero colocar uma opinião pessoal: a internação compulsória realmente não é a pauta, realmente não é. Mas, acerca da questão dos dez por cento, acho que é o momento é agora, Senador Humberto Costa. É exatamente o momento que devemos aproveitar, mas, é claro, devemos fazer isso com responsabilidade. E sempre foi assim, desde o início. Queremos colocar os dez por cento, mas temos que ter a responsabilidade de indicar fonte de financiamento. Acho que a discussão dos dez por cento é importante – é claro que tenho certeza de que não foi isso, conversei com o Ministro da Saúde –, mas temos outra questão importante, que é a dos médicos. A importação de médicos estrangeiros é uma coisa, mas que precisamos estruturar a saúde com fontes de financiamento é outra coisa. Às vezes, não se tem um médico em um determinado lugar porque ele não tem, absolutamente, condições de trabalho. E exatamente o que vai melhorar essas condições é garantirmos fonte de financiamento, ou seja, mais recursos para a saúde. Acho que – conversamos em uma reunião com entidades médicas e com o Ministro da Saúde – vamos criar, segundo disse o Ministro, 35 mil postos, mas vamos dar prioridade aos médicos brasileiros. Tenho uma proposta, que é das entidades: vamos chamar um concurso público para seis mil, para

dez mil, o que for, em lugares específicos. Se o médico não for, se essas vagas não forem preenchidas por médicos brasileiros, estaremos absolutamente à vontade para fazer a contratação de médicos estrangeiros. Mas essa é uma discussão que vamos ter que travar, porque ela precisa ser feita aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Eu, evidentemente, estava aguardando a oportunidade. Qual era a oportunidade? Criamos uma subcomissão, a do financiamento da saúde, cujo Relator é o Senador Humberto Costa – não poderíamos ter tido um relator melhor, por sua capacidade e experiência na área. O Presidente é o Senador Vital do Rêgo, que também é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Então, vamos, juntos, falar com o Senador vital do Rêgo. Eu me somo a V. Ex^a no sentido de procurarmos o Senador Renan dizendo que queremos votar, sim, mas queremos votar uma proposta atual, inclusive com a responsabilidade de indicar fontes de financiamento. Não sei se isso atende ao que V. Ex^a pretende.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com certeza, Sr. Presidente, acho que V. Ex^a está inteiramente sintonizado com nosso pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se. V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, sobre o assunto, eu queria fazer uma sugestão, mas, antes disso, pergunto a V. Ex^a se ainda é possível votarmos um requerimento que já está há algum tempo sobre a mesa. É um requerimento do Senador Inácio Arruda, solicitando audiência pública.

Mas, em relação ao que disse o Senador Humberto, primeiramente, é importante, Presidente Moka, destacar o esforço que esta Comissão tem feito para dar agilidade à Comissão. Um esforço. Isso nós devemos a V. Ex^a, que tem sido muito duro, inclusive na cobrança da assiduidade dos seus membros. A gente não tem uma reunião que se encerre sem que tenhamos decidido sobre toda a pauta. Isso é muito importante.

Vivemos um momento especial. Eu queria fazer uma sugestão, Presidente, se V. Ex^a concordar. Na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, nós aprovamos a realização de um ciclo de debates. Acho que aqui o que poderíamos fazer, Senador Humberto: é óbvio, além da Comissão, porque acho que V. Ex^a relata e é muito importante até para mostrar os caminhos, os eixos, nós poderíamos, através de V. Ex^a, fazer um levantamento de todos os projetos que aqui estão. Todos, absolutamente todos, Sr. Presidente, para determinar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Senadora, nós já temos isso na Comissão sobre finan-

ciamento. Eu vou, inclusive, passar para todo mundo da CAS, para que possam também ter.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Em qual Comissão?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Nessa Comissão sobre financiamento nós levantamos todos os projetos que tratam de financiamento...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas sobre financiamento. Eu falo dos outros também.

E não sei se seria o caso de a gente antecipar uma daquelas reuniões para debater o que V. Ex^a tem organizado, para termos uma opinião mais clara. Com relação aos médicos, eu concordo. Agora, é uma parte do problema, não é o todo do problema.

Acho que a Presidenta pecou um pouco quando não disse: “Vamos resolver o problema da saúde”. Entre as ações adotadas virá essa também, mas da forma como ela falou parece que é o único problema. Não é! V. Ex^a, por exemplo, fala do concurso. Pode ser posteriormente, mas o problema tem que ser resolvido agora. E pelo que eu entendi depois, na explicação, vai ser resolvido um pouco assim: abrem-se vagas emergenciais para médicos brasileiros e dos que não vierem as vagas serão preenchidas. Na sequência, poderia vir imediatamente um concurso.

O Senador Renan falou ontem, no seu pronunciamento, na carreira. Na necessidade da carreira, que na minha opinião não tem que ser de médico, mas de profissional da saúde. Por que de médico? Tem que ser de profissional da saúde. Então, vamos debater isso também na nossa Comissão, pois seria muito importante, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu continuo dizendo o seguinte: como nós criamos uma subcomissão, eu aguardo o relatório do Senador Humberto Costa. É claro que, em função das circunstâncias, será agilizado, com certeza. E nesse momento vamos ter a oportunidade de debater esse assunto, até para transformar o relatório dessa subcomissão num parecer da Comissão como um todo. Pelo menos esse é o encaminhamento que eu pretendo dar.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu quero aqui corroborar com a preocupação do Senador Humberto Costa, porque acredito que não haverá solução para a saúde no País se o problema do financiamento não for encarado de frente. Qualquer outra medida será paliativa ou simplesmente panaceia.

Todos estamos cansados de promover esse debate aqui nesta Casa; nós sabemos, todo Brasil sabe e o mundo sabe, que o financiamento da saúde no Brasil

é extremamente aquém do que seria necessário para manter um sistema como o nosso.

Aliás, nos últimos dias, esse tema saúde está levando as pessoas a atropelarem tudo, dizerem coisas sem se estruturarem, sem discutirem, debaterem antes. Primeiro, foi o pronunciamento da nossa Presidenta, quando ela deixou transparecer para o Brasil que o problema da educação ela vai resolver com todos os recursos dos *royalties* para a educação. E para a saúde, trará milhares de médicos do estrangeiro. Pronto. Aí ela transpareceu – eu sei que ela não pensa assim – que o problema da saúde resume-se à figura do médico.

Naquele dia, na casa de V. Ex^a, naquela boa reunião que realizamos com as entidades médicas, o Ministro da Saúde e alguns Senadores médicos – o Senador Humberto Costa estava viajando, acho que nos Estados Unidos – eu disse ao Ministro: Ministro, outro dia eu estava no voo Natal/Brasília e a comissária perguntou se havia algum médico a bordo. Eu me apresentei. Ela me levou até a poltrona do passageiro, que estava passando mal, com um problema cardiorrespiratório, colocou a mão no ombro do passageiro e disse: “Pronto, fique tranquilo, Sr. fulano, o médico já está aqui.” Aí eu pensei: o que eu vou fazer com esse paciente lá nas alturas? Nada! Não há estetoscópio, não há remédio, nada! Então, eu disse: nós vamos rezar junto aqui! Vamos os dois aqui. Qual é a sua religião? Ele disse que era igual a minha. Então, vamos rezar.

No jantar na casa de V. Ex^a, eu disse ao Ministro: Ministro, o problema não está aí não. Se levarem um médico lá para regiões de difícil provimento sem dar as condições, ele vai passar as mesmas coisas que eu passei no avião. A mesma coisa.

Porque precisamos de recursos. Não adianta tergiversar. Eu já estou ficando rouco de dizer isso. Sem dinheiro a gente não sai do canto, mas não sai mesmo. Falta tudo, minha gente, pelo amor de Deus! Eu não preciso dizer isso para vocês. Nos seus Estados, vocês se deparam com calamidades absurdas. Lá no meu Estado, é comum encontrar um paciente no soro caminhando no corredor para cima e para baixo, segurando o soro. É comum. O que eu vejo lá, o Brasil inteiro está precisando.

Existe problema de gestão? Claro! De financiamento? Claro. Se a gente resolver o problema de financiamento e o problema de gestão, a gente vai resolver os outros problemas.

Há uma lei aqui – não é minha, gostaria muito que fosse minha, eu não tive a capacidade nem a inteligência de concebê-la, foi o Senador Humberto Costa, o que não é de se estranhar –, a Lei de Responsabilidade Sanitária. Eu acho fundamental a gente colocar em pauta. Fundamental!

O Presidente Renan – lógico que movido por todas as melhores intenções – fez uma pauta da saúde. Eu acho que no mínimo era para conversar com esta Comissão, os temas são pautados aqui, são discutidos. Se existe uma comissão que discute diuturnamente saúde é esta Comissão. E em nenhum momento esta Comissão foi consultada para ajudar a construir a pauta emergencial do Senado.

Discutir financiamento sem se reportar à Comissão que está debatendo esse assunto há dois, três meses. Não é isso, Senador Humberto Costa? Nós nos reunimos. Eu acho que realmente foi precipitado. Então, nós temos feitos reuniões, audiências públicas, discutido, nós temos aprendido muito, e acho que a Subcomissão tem condição, sim, de elencar algumas sugestões de financiamento. Temos. Há outros projetos que não foram citados, mas que também ajudarão no financiamento da saúde.

Portanto, eu acho, Senador Waldemir Moka, que V. Ex^a precisa evocar esse direito de discussão desse tema junto à Presidência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Lembrando sempre que nós podemos chamar para nós, mas nós temos que ter prazo para apresentar, porque nós não podemos também chamar e aí termos dificuldade na apresentação de uma proposta. Se dissermos que vamos apresentar uma proposta ao Presidente, aí temos que apresentar uma proposta que tenha sido debatida e discutida nesta Comissão.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Em relação à questão para a qual a Senadora Vanessa chamou a atenção, sobre a carreira do profissional de saúde, essa ideia da carreira federal, é algo que precisa ser discutido. Nós temos, o tempo inteiro, organizado o Sistema Único de Saúde de forma que seja descentralizado, regionalizado e que a execução das políticas de saúde sejam municipais.

Já houve um processo descentralização em que os profissionais que eram do antigo INAMPS, os profissionais da Fundação Nacional de Saúde, foram progressivamente colocados à disposição dos Estados e Municípios para os seus serviços. Se nós fizermos carreira municipal, nós não vamos conseguir fazer uma carreira única.

E a outra coisa importante é que se ficar nas costas de um dos entes da Federação, certamente nós vamos estourar, e muito, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, entendo que uma proposta que deveria anteceder essa discussão, para formação de uma carreira única, seria nós construirmos algum tipo de estrutura interfederativa em que possamos garantir o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso

também vai exigir um entendimento com o Tribunal de Contas da União. Assim, poderíamos ter, de fato, uma carreira nacional. Estou só dizendo isso, não estou defendendo uma proposta, para dizer que não é tão simples pegar uma proposta e discutir. E como é que faz? Não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Acho que esse assunto que insisto que esperemos o relatório dessa Subcomissão e, em cima dele, façamos esse debate.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a é médico, Sr. Presidente, o Senador Humberto Costa também, que já foi Ministro da Saúde, Paulo Davim é médico. E vejo que a assessoria parlamentar do Ministério da Saúde está distribuindo um boletim informativo destinado aos Parlamentares. Está correndo agora, aqui na Comissão.

E vejo que o movimento nas ruas começa a dar resultado. Aqui diz que o Ministério da Saúde, o Ministro Padilha, já vão abrir 12 mil vagas para residências e vão estipular o PET-Saúde, principalmente voltado a estudantes interessados em atuar no Sistema Único de Saúde (SUS). Serão investidos R\$41,9 milhões para beneficiar 3.456 graduandos e residentes. Falam nas modalidades principalmente do PET-Saúde. Vão aplicar R\$172 milhões por ano só no PET-Saúde. Pelo jeito, começa a dar resultado. Acho que chegou para V. Ex^a também um exemplar desse.

Chamo a atenção, e até avisei à assessora parlamentar do Ministério da Saúde, que o nome PET-Saúde, para mim, fica muito vinculado a essas clínicas veterinárias de pequenos animais.

A minha filha primogênita tem uma clínica veterinária de pequenos animais e, às vezes, brinco com ela: minha filha, se você fizer um curativo no seu pai ou me examinar da maneira como você cuida dos cachorrinhos na sua clínica, eu fico feliz. Porque, hoje, os pequenos animais são tão bem cuidados... Se nós, por esse interior do Brasil, levarmos um atendimento igual às pessoas, se isso aqui funcionar, com carinho, com dedicação, vamos começar a resolver o problema.

É um programa sobre o qual o Ministério está distribuindo esse material, para refletirmos também sobre isso. É uma ponderação que faço, porque, hoje, saúde, sem dúvida alguma, é uma questão fundamental no Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador.

Temos aqui, na mesa, dois requerimentos: o do Senador Humberto Costa, que já foi aprovado e quero marcar essa data. Estou sugerindo para quinta-feira

aqui, dia 4 de julho, a audiência pública. E aí temos que fazer os convites para os debatedores.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 33, de 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para analisar sobre o tema: “As recentes manifestações públicas lideradas pela juventude brasileira”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, se V. Ex^a permitir, queria fazer um ajuste nesse requerimento para “recentes manifestações públicas dos movimentos sociais”. Eu ajusto aqui e nós ajustaríamos aí.

Vou explicar por quê, Sr. Presidente. Fiz dois requerimentos. Todo o Brasil está acompanhando e nós, naturalmente, e esta Comissão, entendo, poderá ajudar, chamando aqui para debater na ótica dos movimentos sociais.

E fiz outro requerimento – não será audiência conjunta –, lá para a Comissão de Direitos Humanos, para discutir a questão da juventude. Por quê? Até para não botar quinhentas pessoas na mesa. Traremos aqui e vamos combinar com V. Ex^a o nome dos convidados para debater essa questão na ótica desta Comissão, que é a Comissão de Assuntos Sociais. Este é o objetivo: fazer um debate sobre o tema nacional, trazendo, para dentro do Congresso, um tema que está preocupando a todos nós e, ao mesmo tempo, queremos contribuir na linha de buscar soluções

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu tenho uma preocupação. Acho que é válido o requerimento. Mas a preocupação é na hora de convidar, porque temos que tomar um cuidado. De repente, você traz as pessoas aqui e o próprio movimento diz que eles não representam essas manifestações...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por isso que fiz a separação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Temos que ter uma preocupação com isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Coloquei aí movimentos sociais, e estou colocando lá na Comissão de Direitos Humanos a questão da juventude. E, para essa questão da juventude, estamos buscando os líderes do movimento lá. Aqui seriam – por que não

dizer, de antemão – centrais, confederações, federações... Os movimentos sociais, que são uma coisa, e lá debateremos a questão da juventude.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, mas aí nós vamos dizer que esses movimentos sociais vão debater aqui não o movimento, mas opinar sobre o que está acontecendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exato, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas não tem nenhuma pretensão de estar representando, aqui, as manifestações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ninguém, Sr. Presidente, com certeza absoluta. É como houve recentemente uma reunião com o Presidente Renan Calheiros, em que o Senador Cristovam perguntou quem vai representar. Respondi que só se fizer um plebiscito nacional, como agora é moda, ou um referendo. Não dá. Aqui, no nosso caso – estou me referindo aos movimentos sociais –, trazer as lideranças do movimento social, constituídas oficialmente, para que deem sua opinião sobre um tema. O que não dá, na minha opinião, é ficarmos só olhando a carruagem passar e não tomarmos algumas medidas.

O pedido é deles, não é meu, não estou inventando. Lá, na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater com a juventude, a pedido também da juventude especificamente. E eles pediram para não misturar, inclusive. Que fosse lá, com a juventude, e aqui, com os movimentos sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão o requerimento do Senador Paulo Paim, modificado, convidando representantes de movimentos sociais para que a gente faça uma análise das manifestações.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 34, de 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, Requeiro a realização de Audiência Pública para debater sobre o tema: “Aposentadoria Especial”. Os convidados para compor a mesa dos expositores são: – Roberto Wanderley Nogueira – Juiz do TRF – 5ª Região, professor da UFPE e da UNICAP. – Sérgio Caribé – Procurador do TCU. – Ricardo Tadeu Marques da Fonseca – Desembargador do TRT – 9ª Região. – Rosinha da Adefal – Deputada Federal. – Antônio José Ferreira – Secretário da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos

da Pessoa com Deficiência. – Representante do Ministério da Previdência Social.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço a V. Ex^a para incluir um representante do Ministério da Previdência. Já falei e eles mandarão o representante.

Qual é a intenção, Sr. Presidente? É debater a questão da aposentadoria especial. Hoje, nós temos esse debate para as pessoas com deficiência, na área pública e na área privada; há aqueles também que não são deficientes, mas têm direito à aposentadoria especial por causa de atividade em área insalubre, penosa e periculosa.

Como virou uma parafernália, nós queremos debater o tema, trazendo o Ministério da Previdência e essas pessoas que listei como convidadas, para debater a aposentadoria especial.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com o adendo do representante do Ministério da Previdência, coloco o requerimento em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 35, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater sobre “fortificação obrigatória de alimentos com ácido fólico e ferro”, sendo convidados para fundamentar o assunto: o médico José Murilo de Carvalho Martins; um representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e; um representante do Ministério da Saúde.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Inácio Arruda.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, para encaminhar o requerimento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, Sr. Presidente, o requerimento é assinado pelo Senador Inácio Arruda e por mim, que sou membro desta Comissão. Tem o objetivo de discutir a regulamentação RCD 344, da Anvisa, que determinada como obrigatoriedade a fortificação das farinhas, ou seja, o enriquecimento. Portanto, é um debate importante a ser travado aqui na Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o presente requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A pauta desta reunião, com exceção do item 10, foi toda votada e discutida aqui.

São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 27, de 2007

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o atendimento de requisitos específicos, nas licitações para a compra de medicamentos e insumos farmacêuticos.

Autoria: Deputado Walter Feldman

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2007 na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 165, de 2012

– Terminativo –

Modifica o caput do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências, para fixar a contribuição do PIS/PASEP para as pessoas físicas, urbanas e rurais, na condição de empregadoras e para estender aos seus empregados o pagamento do abono salarial anual.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012.

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Agradeço a presença e o esforço pela manutenção do quórum.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE JULHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos, do dia três de julho de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Cícero Lucena, José Agripino, Jayme Campos, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves, José Pimentel, Sérgio Souza, Benedito de Lira e Paulo Bauer, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita. Justificam ausência os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Cyro Miranda. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2007 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com pagamento de aluguel residencial. Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2008 – Não Terminativo – Altera o inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, de despesa com aluguel de imóvel residencial, do Imposto de Renda da Pessoa Física. Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senador José Agripino. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista ao Senador João Alberto Souza, nos termos regimentais. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 2011 – Não Terminativo – Institui a Política Nacional de Tecnologia Social. Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2011, com as Emendas nºs 1-CCT-CAS, 2-CCT-CAS, 3-CAS e 4-CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Decisão Terminativa. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, de 2012 – Não Terminativo – Acrescenta o § 4º ao art. 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e**

contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar que, no caso de aquisição de medicamentos, a entrega dos produtos adquiridos deve ocorrer em até 5 (cinco) dias da assinatura do contrato. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2012. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Decisão Terminativa. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2012 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o uso do colete inflável de proteção (colete “airbag”) por condutores de motocicletas e assemelhados, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conceder benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com esses produtos, suas partes e acessórios. Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2012, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2010 – Terminativo – Dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas. Autoria:** Deputado Silvinho Peccioli. **Relatoria:** Senador João Alberto Souza. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2008 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e destinados ao custeio da assistência médico-hospitalar dos vitimados. Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, de 2011 – Terminativo – Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências. Autoria:** Senador Marcello Crivella. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 9 – PROJE-**

TO DE LEI DO SENADO Nº 434, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Senador Paulo Paim.

Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais e suspensa a discussão, são aprovados os Requerimentos nº 36, de 2013-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim, e nº 37, de 2013-CAS, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e dos Senadores Vicentinho Alves e Paulo Paim, ambos solicitando Audiência Pública para instruir o PLS nº 434, de 2011. A matéria fica sobrestada, nos termos do artigo 335 do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna.

EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 36, de 2013.

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso I, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para instruir o PLS 434/2011 – Altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta. Os convidados para compor a mesa dos expositores, são: 1. Marcelo Ceriotti – Sindicato Nacional dos Aeronautas. 2. Representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. 3. Representante da Agência Nacional de Aviação Civil -ANAC. 4. Arturo Spadale – Sindicato Empresas Aéreas – SNEA. 5. Carlos Seixas – Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil – ABRAPAC. 6. Paulo Rogério Licati – Especialista em gerenciamento de risco de fadiga humana.. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado.

EXTRAPAUTA – ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 37, de 2013.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater e instruir o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011, que “dispõe sobre o exercício da profissão do aeronauta”. Para tanto, convidamos as seguintes autoridades representativas do Governo Federal, dos sindicatos dos trabalhadores e das empresas aéreas: 1. Representante da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC); 2. Representante da Associação Internacional de Transporte Aéreo, IATA; 3. Representante do Sindicato Nacional das Empresas de Táxis Aéreos – SNETA; 4. Representante do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA; 5. Representante da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil – BRAPAC; 6. Representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA. **Autoria:** Senador Vicentinho Alves e outros. **Resultado:** Aprovado. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2010, e ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2012.**

Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, José Agripino, Jayme Campos, José Pimentel, Benedito de Lira, Paulo Bauer, e as Senadoras Ana Amélia, Ana Rita e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srs Senadores e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo quatro projetos não terminativos e seis terminativos.

Eu gostaria, ao iniciar esta reunião, de trazer ao conhecimento desta Comissão e de todos aqueles que nos veem e nos ouvem pela TV Senado uma correspondência do Conselho Federal de Medicina.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) é uma autarquia federal de direito público, portanto órgão do Estado brasileiro, que tem como função defender a sociedade da má prática médica em todos os seus aspectos. Assim, as posições assumidas pelo CFM não são corporativistas, mas expressam o entendimento sobre as melhores medidas para assegurar assistência em saúde para a população.

É preocupação recorrente do Conselho Federal de Medicina a desassistência em saúde da população e a busca de formas para combater essa distorção, no atual momento. Nota-se a existência de pontos de discordância entre a entidade e o Governo em relação às soluções anunciadas, as quais podem trazer graves consequências para a população brasileira.

Sendo assim, imbuídos do compromisso com a melhora do acesso da população a uma assistência de qualidade e com a garantia da

equidade e segurança no atendimento dos pacientes, os médicos brasileiros – por meio do CFM – manifestam sua intenção de colaborar com o esforço para preencher os vazios assistenciais.

Entende-se que essa ação, solidária com os interesses da sociedade, deve se pautar pela observação de aspectos que possibilitem o exercício da boa medicina. Na construção de uma solução para superar esse desafio, o que atenderá a necessidade dos moradores do interior e dos profissionais, elencamos a seguir pontos de uma proposta aprovada por unanimidade pelo Plenário do CFM, nesta quinta-feira (23).

A aplicação desses pontos trará respostas de curto prazo aos problemas apresentados e abrirá o caminho para a consolidação de soluções definitivas para a desigualdade na distribuição de médicos e de outros profissionais da saúde pelo País. Anexa, encaminhamos detalhamento da proposta do CFM, a qual se atém sobre três pontos básicos:

1) Oportunidade e estímulo aos médicos formados no Brasil para ocupação dos postos de trabalhos existentes nas áreas de vazio assistencial, nos moldes de um Programa de Interiorização do Médico Brasileiro, segundo critérios a serem estabelecidos em conjunto pelo Governo Federal e as entidades médicas nacionais, dentro de um processo de retomada do diálogo necessário;

2) Concordância com a vinda de médicos estrangeiros e de brasileiros com diplomas obtidos no exterior, desde que aprovados no Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida) – instituído pela Portaria Interministerial nº 278, de 17 de março de 2011, e mantendo-se sua forma e seu conteúdo atuais;

[Aliás, essa portaria foi transformada em projeto de lei pelo Senador Paulo Davim, e já foi aprovado nesta Comissão.]

3) Construção e implementação de uma carreira federal para médicos, cirurgiões-dentistas, enfermeiros, farmacêuticos e bioquímicos com entrada em vigor – no máximo – em 36 meses de funcionamento das ações previstas anteriormente.

Como temos ressaltado, os médicos brasileiros e os Conselhos de Medicina querem colaborar com esse processo de forma ativa e estão abertos ao diálogo. Esperamos que esse

documento possa ser recebido como um sinal do nosso empenho em atender às necessidades da população, cercando-a de profissionais competentes, comprometidos, bem preparados e estimulados a cumprir sua missão de levar o bem-estar e salvar vidas.

Eu ainda digo, informo que médicos e residentes, estudantes de Medicina, hoje, vão paralisar as atividades a partir das 10 horas, em todo o País. De acordo com o Conselho Federal de Medicina, o objetivo é mobilizar e chamar a atenção da população para a importação de médicos estrangeiros de Cuba e outros países sem a revalidação de diploma, com baixo investimento na saúde pública e sem incentivo à carreira.

Segundo o Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, Emmanuel Fortes, a principal reivindicação dos profissionais é que o Governo Federal respeite as regras para trazer os médicos estrangeiros. O Governo Federal quer trazer ao Brasil, já neste ano, os médicos estrangeiros para atuarem na rede pública de saúde. A medida faz parte do Pacto pela Saúde.

É necessário avaliar a capacidade deles não só com respeito às regras que nós mesmos escrevemos, como também pela segurança da população.

Além disso, há outras demandas. Nesta quarta-feira, serão suspensas as consultas agendadas e procedimentos como cirurgias e exames, que poderão ser remarcados. Portanto, não haverá prejuízos à população. O serviço de urgência e emergência será mantido em todos os hospitais. Se não houver avanço na conversa, o Presidente diz que não estão descartadas novas paralisações. O Governo diz que irá prover 12 mil novas vagas, mas falta preceptoria e infraestrutura.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Moka, hoje, pela manhã, assistindo ao noticiário, fui buscar nos cartazes o que a população pede. Além das questões relacionadas à mobilidade urbana, preço de passagem seja na área metropolitana, seja interestadual ou intermunicipal, o pedido mais repetido é: saúde de qualidade e educação de qualidade.

Ontem, esta Casa deu uma resposta ao votar a distribuição e o compartilhamento dos recursos do pré-sal para esses dois setores na proporção de 75% para educação e 25% para saúde. É um passo relevante e importante.

Também ontem o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, esteve aqui para conversar o ex-Ministro Humberto Costa, nosso colega Senador, sobre o financiamento à saúde. E ele está defendendo carreira de Esta-

do para o pessoal do SUS. Talvez esse seja o caminho. Mas o mais importante: eu queria cumprimentá-lo pela leitura da manifestação do Conselho Federal de Medicina pela mobilização que, no Brasil inteiro, hoje vai ocorrer para exatamente virem condições de trabalho.

O fundamental: ninguém é contra a importação ou a vinda de médicos estrangeiros de qualquer parte, desde que todos se submetam ao Revalida, que é um exame de aferição de sua qualidade. E, a propósito disso, em homenagem à categoria dos médicos, e V. Ex^a é um deles, eu queria ler em homenagem a todos os médicos brasileiros e aos estrangeiros que trabalham no Brasil há tanto tempo. São todos bem-vindos.

Este texto foi feito por uma médica cirurgiã que dá expediente no Hospital Estadual Azevedo Lima, no Rio de Janeiro, cujo nome é Juliana Mynssen da Fonseca Cardoso. Elio Gaspari, na sua coluna de domingo, recomendou a leitura do artigo dessa jovem médica. Ela começa dizendo o seguinte:

Há alguns meses eu fiz um plantão em que chorei. Não contei a ninguém (é nada fácil compartilhar isso numa mídia social). Eu, cirurgiã geral, “do trauma”, médica “chatinha”, preceptora “bruxa”, que carrego no carro o manual da equipe militar cirúrgica americana que atendia no Afeganistão, chorei. Na frente da sala da sutura tinha um paciente idoso internado. Numa cadeira. Com o soro pendurado na parede num prego similar aos que prendemos plantas (diga-se: samambaias). Ao seu lado, seu filho. Bem vestido. Com fala pausada, calmo e educado. Como eu. Como você. Como nós. Perguntava pela possibilidade de internação do seu pai numa maca, que estava há mais de um dia na cadeira. Ia desmaiar. Esperou, esperou, e toda vez que abria a portinha da sutura ele estava lá. Esperando. Como eu. Como você. Como nós. Teve um momento que ele desmoronou. Se ajoelhou no chão, começou a chorar, olhou para mim e disse “não é para mim, é para o meu pai, uma maca”. Como eu faria. Como você. Como nós. Pensei “meu Deus do céu, com todos que passam aqui, justo eu. Nãooooo... Porque se chorar eu choro, se falar do seu pai eu choro, se me der um desafio vou brigar com 5 até tirá-lo daqui”. E saí, chorei, voltei, briguei e o coloquei numa maca retirada da ala feminina. Já levei meu pai para fazer exame no meu HU. O endoscopista quando soube que era meu pai, disse “por que não me falou, levava no privado, Juliana!” Não precisamos, acredito nas pessoas que trabalham comigo. Que me

ensinaram e ainda ensinam. Confio. Meu irmão precisou e o levei lá. Todos os nossos médicos são de hospitais públicos que conhecemos, e, se não os usamos mais, é porque as instituições públicas carecem. Carecem e padecem de leitos, aparelhos, materiais e medicamentos. Uma vez fiz um risco cirúrgico e colhi sangue no meu hospital universitário. No consultório de um professor ele me pergunta: “e você confia?” “Se confio para os meus pacientes tenho que confiar para mim.” Eu pratico a medicina. Ela pisa em mim alguns dias, me machuca, tira o sono, dá rugas, lágrimas, mas eu ainda acredito na medicina. Me faz melhor. Aprendo, cresço, me torna humana. Se tenho dívidas, pago-as assim. Faço porque acredito. Nesses últimos dias de protestos nas ruas e nas mídias brigamos por um país melhor. Menos corrupto. Transparente. Menos populista. Com mais qualidade. Com mais macas. Com hospitais melhores, mais equipamentos e que não falem medicamentos. Um SUS melhor. Briguei pelo filho do paciente ajoelhado. Por todos os meus pacientes. Por mim. Por você. Por nós. O SUS é nosso. Não tenho palavras para descrever o que penso da “Presidenta” Dilma. (Uma figura que se proclama “a presidenta” já não merece minha atenção). Mas hoje, por mim, por você, pelo meu paciente na cadeira, eu a ouvi. A ouvi dizendo que escutou “o povo democrático brasileiro”. Que escutou que queremos educação, saúde e segurança de qualidade. “Qualidade”. Ela disse. E disse que importará médicos para melhorar a saúde do Brasil. Para melhorar a qualidade? Sr^a “presidenta”, eu sou uma médica de qualidade. Meus pais são médicos de qualidade. Meus professores são médicos de qualidade. Meus amigos de faculdade. Meus colegas de plantão. O médico brasileiro é de qualidade. Os seus hospitais é que não são. O seu SUS é que não tem qualidade. O seu governo é que não tem qualidade. O dia em que a Sr^a “Presidenta” abrir uma ficha numa UPA, for internada num Hospital Estadual, pegar um remédio na fila do SUS e falar que isso é de qualidade, aí conversaremos. Não cuspa na minha cara, não pise no meu diploma. Não me culpe da sua incompetência. Somos quase 400 mil, não nos ofenda. Estou amanhã de plantão, abra uma ficha, eu te atendo. Não demora, não. Não faltam médicos, mas não garanto que tenha onde sentar. Afinal, a

cadeira é prioridade dos internados. Hoje, eu chorei de novo.”

Essa é a mensagem da Juliana Mynssen da Fonseca Cardoso e ela retrata muito bem isso. Nós precisamos sim de mais médicos, mas precisamos também da cadeira para o paciente sentar, precisamos dos equipamentos, dos medicamentos, da atenção, porque, como disse a Dr^a Juliana, o SUS é nosso e nós precisamos fortalecê-lo.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro eu quero cumprimentá-lo por nos permitir, aliás, iniciar essa rodada de debates antes da Ordem do Dia. Acho que isso creio que é muito importante, principalmente em decorrência do que está ao nosso redor. Nós vivemos em momento especial para o Brasil e a saúde tem um espaço destacado nesse debate travado hoje no País. Então algumas questões eu quero levantar:

Primeiro, como fez a Senadora Ana Amélia e V. Ex^a, a votação no dia de ontem. Acho que no dia de ontem, nós no Senado – e o projeto vai à Câmara para concluir, ter a sua votação concluída lá – demos um passo significativo no reforço – não digo que resolvemos – do investimento da saúde no Brasil, que nós sabemos que está extremamente deficiente. Acho que nós temos aqui... Há uma comissão relatada pelo Senador Humberto cujo objetivo é exatamente isso: buscar fontes de financiamento para a área de saúde.

Em relação ao que nós votamos ontem, Sr. Presidente, eu falava a V. Ex^a, mas faço questão de dizer aqui. O projeto que veio da Câmara é diferente. Houve mudanças em relação ao projeto encaminhado pelo Poder Executivo. O Poder Executivo propunha 100% para educação dos rendimentos do fundo, fora os *royalties*. Além dos *royalties*, propunha que 50% dos rendimentos do Fundo Social fossem para a educação. A Câmara mudou e colocou que 50% do principal do fundo deveriam ser aplicados em educação, até que se atingisse a meta do PNE, 10% para o setor.

Ontem, promovemos uma outra mudança. Não sei se todos prestaram exatamente a atenção, Senador Paim, na mudança que promovemos.

O Senador Eduardo Braga, Líder do Governo, que foi Relator, apresentou a proposta de substitutivo. Na proposta inicial por ele apresentada, tirava os percentuais de 75% para educação e 25% para a saúde dos *royalties*, e dizia que isso seria determinado na forma do regulamento. Tirava o percentual de 75% para a

educação e 25% para a saúde dos *royalties*, e mantinha esse percentual apenas nos rendimentos do fundo.

Fizemos uma mudança. Sugerimos ao Relator – e aqui quero cumprimentar o Senador Eduardo Braga, que acatou nossa sugestão – incluir o item I também no §3º do art. 2º, onde dizia que “União, Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarão os recursos previstos no inciso III”. O inciso III é a referência dos 50% dos rendimentos dos recursos recebidos pelo Fundo Social. Então, dizia que Estados, Municípios e União aplicarão os recursos previstos no inciso III deste artigo no montante de 75% para a educação e 25% para a saúde – e só. Ou seja, previa uma repartição de recursos somente de 50% dos rendimentos do fundo.

Se aprovássemos dessa forma, correríamos o risco, Senador Humberto, de a Presidenta Dilma, na hora de regulamentar a lei, colocar 100% dos *royalties* do petróleo para a educação. Esse é um desejo manifestado pela Presidenta. Gostaríamos todos nós, muito, também de aprovar desta forma. No entanto, entendemos que este é um caminho, também, para ajudar a melhorar a questão da saúde no Brasil.

Então, o Senador Eduardo Braga acatou uma sugestão que fizemos ontem em Plenário: que no §3º do art. 2º fosse incluído o item I também. Ele aprovou, e foi assim que aprovamos; ou seja, a proposta aprovada no Senado, Presidente, Senadora Ana Amélia, Senador Humberto e Senador Paulo Paim, ampliou os recursos para a saúde, em relação ao que veio da Câmara. A Câmara mandou para cá 25% dos *royalties*. O que nós aprovamos ontem? Aprovamos 25% dos *royalties* e mais 25% dos 50% dos rendimentos do fundo. Então, nós ampliamos.

Solicitei e gostaria que V. Ex^a reforçasse o pedido da Consultoria da Casa, que acompanha a tramitação deste projeto, para que possamos ver exatamente o impacto na área de saúde com a medida apresentada ontem. Que a gente possa ir também à Câmara dos Deputados, talvez, para defender a manutenção dessa matéria.

Esse é um assunto.

O segundo assunto, Sr. Presidente, é em relação à carta. Primeiro, quero cumprimentar as entidades médicas pela forma respeitosa, aberta ao diálogo, como se encaminha perante esta Comissão. Primeiro, isso.

Segundo, vejo que avançam muito porque passam a defender uma carreira na área de saúde não só para médicos, mas para outros profissionais igualmente da área de saúde, o que defendo. Ontem, apresentei uma emenda, a PEC do Senador Vital do Rêgo, solicitando isso. Então, meus cumprimentos.

Em relação à preocupação central dele, que é a vinda dos médicos de fora, não sei por que Cuba. Só

se fala em Cuba, estigmatizando Cuba. Querem discutir Cuba, vamos fazer uma audiência para discutir a saúde em Cuba. Vamos chamar, Presidente, se for o caso, o Embaixador de Cuba. Por que criticar Cuba, os profissionais de Cuba?

Cuba tem índices de saúde que nem países desenvolvidos têm. Cuba é o país que tem maior proporção de médicos por habitantes e tem uma saúde de grande qualidade. Isso não é dito por mim, nem por ninguém, não. É dito pela Organização Mundial de Saúde.

Então, primeiro, acabar com esse negócio de ficar criticando Cuba! Acabar com esse negócio.

Segundo, de acordo com os jornais, Presidente, o Ministro deverá... a Presidência da República deverá anunciar na próxima segunda-feira o programa denominado Mais Médicos. Quais são as bases do programa? Fazer um edital chamando médicos para os locais onde há carência; e preferência para os brasileiros. Nos locais em que os brasileiros não se habilitarem, o Governo estaria livre para chamar estrangeiros. Aí, não importa se seja de Cuba, de Portugal, da Espanha, de onde quer que seja, Sr. Presidente.

Então, eu acho que seria bom... E me desculpe, eu não sou de falar tanto assim quando estou falando. Sei que falo muito, mas não tanto quanto estou falando hoje. Mas quero fazer uma outra sugestão a V. Ex^a, acho que é a terceira. Vamos chamar para uma conversa, Senador. Eu não sou médica. A Senadora Ana Amélia não é médica. Se V. Ex^a acha que essa conversa deva ser só com os membros da Comissão que são médicos e as entidades, não tem problema. Mas chamar para ter um diálogo, porque o que nós queremos é resolver o problema. E o problema da saúde é óbvio que não é só médico, mas passa também pelos médicos, como passa pelo financiamento. E eu creio que nós estamos tentando enfrentar todos os níveis de problema, mas precisamos enfrentar esse também.

Desde a semana passada, o Ministério da Saúde distribui aqui na nossa Comissão, Presidente, esse *Radar Saúde*, que mostra o esforço para aumentar o número de profissionais especializados na área das residências médicas, neurologia, obstetrícia, em que também há muita falta. Há muita falta. Então, esforço está havendo. Então, a gente poderia...

V. Ex^a tem se mostrado não só um excelente Presidente, mas uma pessoa extremamente hábil no debate das questões políticas mais candentes, mais delicadas. Que esta semana ainda, Sr. Presidente, V. Ex^a promovesse esse encontro, quem sabe chamando o Ministro logo, porque logo no início da semana que vem haverá o anúncio de um programa. Vamos ter outra guerra? Eu acho que não é de guerra que o Brasil precisa. Não é de guerra.

E por fim, Presidente, quero aqui registrar e pedir que fique registrada uma outra decisão tomada pelo Governo e que nós temos que aplaudir: a decisão do Governo Federal de incluir, a partir de 2014, a vacina contra HPV. Será a 27^a vacina, um investimento importante, toda ela produzida no Brasil, em parceria com o laboratório Merck, que tem a vacina quadrivalente, e o Instituto Butantã, e com custo menor. Então, isso também é saúde. Isso também é investimento em saúde. Se o Brasil comemora, nós, mulheres – Senadora Ana Amélia, eu que tenho um projeto, a ex-Senadora Ideli, que tem um projeto de lei – comemoramos ainda muito mais. Então, eu quero cumprimentar aqui a Presidenta e o Ministro Padilha por essa importante decisão de incluir a vacina contra HPV no conjunto das vacinas do Brasil.

Obrigada.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É só uma informação. É claro que eu já promovi uma conversa entre todos: os Presidentes do Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica Brasileira, do Sindicato dos Médicos com o Ministro Padilha, na semana passada. E a conversa evoluiu para essa questão de que o Governo pudesse, antes de trazer médicos estrangeiros, fazer um concurso, para que os médicos pudessem... Se os médicos não fossem para os postos, aí você teria muito claro que realmente há um déficit. Mas logo em seguida vieram as manifestações e aí veio o anúncio da própria Presidente de que iria fazer... a questão de que iam trazer os médicos estrangeiros. Então, essa conversa realmente não teve um prosseguimento, mas a gente estava caminhando, porque eu acho que essa seria a forma correta. Eu acho que o Governo evoluiu para oferecer postos de serviço.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A única diferença é que não é concurso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não é concurso.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É a única diferença, mas a ideia é essa das categorias médicas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É, Senadora, mas essa questão... O concurso público dará ao médico no interior a garantia, porque muitas vezes o médico vai para o interior. Ele fica lá durante o mandato de um prefeito. Muda o prefeito e ele não tem esse tipo de garantia.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, desculpe-me. Se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – E ouvi V. Ex^a, Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas se V. Ex^a me permite...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora, eu ouvi V. Ex^a falar, por favor, eu estou com a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É que eu queria fazer só mais uma sugestão, mudar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, mas aí não dá.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu faço depois, eu escuto V. Ex^a, se V. Ex^a me permitir, claro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Tudo bem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – São questões como essas que precisamos conversar, porque você tem que garantir, no interior, não só a presença do médico, mas a estrutura no hospital, condições para atendimento. Muitas vezes, o jovem médico não vai em função até dessa insegurança. É muito mais do que o médico, é uma equipe multidisciplinar. Um hospital, para funcionar minimamente, para fazer uma cirurgia, para fazer uma cesariana precisa de um anestesista, de um pediatra, de um clínico; essas questões são mais complexas.

Sou um dos que acho que está sendo feito um esforço. Isso é real! O que está faltando é conversarmos para estabelecer um programa pelo qual possamos fazer isso. E é nesse momento de dificuldade que mais se tem necessidade de diálogo. Eu acho isso. Eles estão aqui, está aqui escrito querendo esse diálogo, tentou-se. Acho que, nesse momento, a própria Comissão tem que fazer essa intermediação para que esse diálogo continue e possamos realmente chegar a bom termo.

Agora, sou um daqueles que... Iniciamos nosso trabalho. Existe uma coisa que é a dificuldade maior: o financiamento da saúde. Vamos conversar, conversar e chegar ao final: falta o financiamento da saúde.

E acho que essa é a grande oportunidade também para que possamos votar aqui a regulamentação da Emenda nº 29. Claro, com responsabilidade, indicando fonte de financiamento, que sempre foi o objetivo dessa Comissão.

Ouçõ agora o Senador Humberto Costa, que inclusive é relator da Comissão Especial aqui sobre financiamento da saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu queria propor que diante dessa pauta elaborada pelo nosso Presidente do Senado, diante de todos os fatos que aconteceram, temos que antecipar e apressar esse debate sobre a questão do financiamento. Pretendo, nesses próximos dias, trabalhar no relatório; o Presidente Sarney também me indicou Relator dessa matéria nessa pauta e acho seria interessante que pudéssemos, ou na Comissão ou mais informalmente fora da Comissão, fazer algumas discussões. Para isso, uma das questões importantes é essa que a Senadora Vanessa levantou: sabermos qual será o verdadeiro impacto dessas decisões que tomamos ontem e que ainda vão passar pela Câmara.

É importante o contato com o Ministério de Minas e Energia para sabermos o que isso representa. Ontem, estava lá com o Ministro Mercadante, uma pessoa que domina esse assunto, essa matéria. Vou tentar identificar o nome dele para ver se poderíamos ter, daqui para amanhã, um balanço mínimo dessa questão por meio da assessoria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Temos assessoria, aqui, do Ministério de Minas e Energia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Tem? Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – E aqui já vou fazer o contato com a assessoria parlamentar, que, permanentemente, está aqui nas discussões.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ela, tenho certeza, dará conta dessas informações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Outra coisa que acho relevante discutirmos é esse tema da carreira de Estado.

Queria levantar somente três questões, para serem objeto dessa discussão: o primeiro deles é que o Sistema Único de Saúde tem, como uma grande característica e uma coisa extremamente importante, a descentralização. Nós lutamos por isso, a Constituição define isso, a Lei Orgânica da Saúde define isso.

Um primeiro problema dessa ideia de carreira de Estado é que vamos seguir no sentido inverso: vamos jogar de volta para o Governo Federal a contratação dos profissionais e, conseqüentemente, a fiscalização e uma série de coisas nesse sentido.

O segundo ponto que entendo que é relevante: até que seja mudada a Lei de Responsabilidade Fiscal, essas contratações vão incidir na relação que há

entre receita e percentual de gastos com folha de pagamento. Para qualquer um, se a carreira for estadual ou se a carreira for federal. Então, nós temos de discutir.

Eu defendo a carreira nacional, porém eu acho que nós precisávamos encontrar uma forma em que houvesse a contratação por uma instituição interfederativa. Poderia ser um consórcio entre Estados e Municípios, poderia ser uma fundação estatal pública, como acontece na Bahia, onde há uma carreira para o Saúde da Família. Isso, por enquanto, não está sendo debitado à conta de nenhum individualmente, mas dividido entre Municípios.

Então, são questões assim que nós precisamos discutir antes de tomarmos uma decisão. Nós não podemos votar tudo aqui a toque de caixa, até porque a proposta do ilustre Senador Vital do Rêgo fala em uma carreira que termina com um salário que é 95% dos rendimentos de um ministro do Supremo Tribunal Federal. Ora, ninguém vai imaginar que isso vai ser uma carreira só de médico; isso vai ser carreira de todas as categorias da área da saúde.

Há a hipótese, a possibilidade de a União conseguir bancar uma coisa essa? Não sei. É uma discussão a que sou favorável, mas acho que nós temos de discutir um pouco mais.

Outra questão que vejo é a do problema de mais médicos. Acho que tanto faz se o médico que vai lá para as cidades de difícil acesso ou para as periferias das grandes cidades é brasileiro ou se ele não o é. Acho que o importante é que a população tenha atendimento de qualidade. O que me preocupa, Senador, é que há o argumento de que os médicos não vão para esses lugares porque falta infraestrutura. Primeiro, nem para a proposta de trazer alguém de fora nem para esta proposta do Provab, essa proposta que o Governo está querendo apresentar, ninguém está propondo gente para ir para o interior trabalhar em hospital, fazer cirurgia ou procedimentos complexos. O que está sendo proposto é a atenção básica.

O que seria infraestrutura para atenção básica? Uma farmácia básica, exames mínimos para o diagnóstico de 85% das doenças existentes e problemas de saúde que podem ser resolvidos na atenção básica. O que é infraestrutura? É ter a referência e a contrarreferência. Para onde será mandado aquele paciente que não pode ser tratado somente na atenção básica? Qual é o hospital de referência e de contrarreferência? E o resgate? E o Samu?

Eu propus ao Ministro que agregasse a essa proposta essas condições de infraestrutura para a atenção básica e acho que isso é possível. Porque, se nós formos trabalhar por essa lógica, nunca vamos levar os profissionais para essas regiões de difícil acesso.

A minha tia foi casada, durante muitos anos, com um médico que, num determinado momento da vida dele, foi morar no interior, a 300 km da capital. Era a única pessoa naquela cidade, onde não havia ambulância para mandar ninguém para lugar nenhum, ele fazia os partos. Ora, se era possível, àquela época, prestar algum tipo de atenção, hoje é também, com uma estrutura muito melhor e que pode ser melhorada.

Nós agora estamos criando um círculo vicioso, que é o seguinte: o médico não vai porque não há infraestrutura, e essa infraestrutura vai demorar quantos anos da forma como está sendo proposta? Eles querem anestesista, e nem aqui em Brasília tem anestesista para tudo. Por quê? Porque a corporação controla a formação de anestesistas no Brasil. O dado é esse, a verdade é essa. Então, o que acontece? Nunca, por essa lógica, nós vamos ter uma solução.

Então, eu espero... Sugerir também ao Ministro há alguns dias atrás, primeiro, fazer um edital para os médicos brasileiros para eles irem lá. Com que? Com referência e contrarreferência, farmácia básica, exames complementares básicos para atenção básica, Samu, inclusive com resgate aéreo, supervisão de uma universidade. Isso é o que muitos e muitos médicos que, no passado, salvaram muitas vidas não tiveram. Eu vi esse depoimento dessa médica e acho-o profundamente importante e relevante para mostrar o que os médicos passam. Eu passei por isso também porque fui plantonista tanto de emergência quanto de hospital psiquiátrico. Agora, alguém resolveu escrever a situação dos pacientes que ficam ali em situações gravíssimas e sem serem atendidos porque o médico faltou? Qual é a posição das entidades médicas para aqueles médicos que não cumprem a sua carga horária?

Eu vi o Presidente do Conselho Nacional falar que vai acompanhar cada ato dos possíveis médicos que venham do exterior; deveria acompanhar hoje os atos dos médicos que estão aqui no Brasil, onde sabemos que há muito erro médico.

Então, eu acho que essa discussão está mal colocada. Nós temos de colocar como principal objeto do nosso debate o povo, a população e não, a corporação. Ninguém está querendo tomar mercado de trabalho nem emprego de ninguém.

Eu já disse aqui que, depois que eu me formei, em 1980, eu fiz o primeiro concurso em 1989, porque não havia concurso para médico. Hoje, o médico forma e, no outro dia, ele tem a alternativa de um emprego de R\$12 mil, de R\$15 mil ou de R\$20 mil. Então, isso não vai alterar a situação do mercado de trabalho.

Provavelmente essa matéria vem como medida provisória, e nós deveremos fazer um amplo debate, uma ampla discussão para garantir o que está sendo

proposto pelos médicos, mas garantir também o que está sendo cobrado pela população.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Bom, nós temos posições divergentes. É evidente isso aqui, mas acho que essa questão não será debatida neste momento. Eu vou esperar que venha a medida provisória. Aqui é o fórum ideal.

Penso que, quando as entidades médicas estiveram aqui, e não só as entidades médicas, mas também o Conselho Nacional de Secretários de Saúde...

Mas eu insisto em uma coisa: nós precisamos aproveitar o momento para que a gente possa votar, Senador Humberto, V. Ex^a que é o Relator, essa questão do financiamento da saúde. Essa é, para mim...

E vejam o seguinte: as pesquisas mostraram que a educação é a coisa mais importante. Eu, como professor, sei disso, mas 40% das reclamações da população referem-se à saúde. É evidente isso!

Eu digo o seguinte: as pessoas que conseguem ser atendidas no SUS, quando são atendidas, não reclamam do atendimento. O difícil, o que está cada vez mais difícil é que se formam filas enormes. Não há condições! Elas não chegam a ser atendidas. Essa é a dificuldade. E também há dificuldade lá na cidade. Muitas vezes, no interior, há uma cidade em que, às vezes, há um ou dois médicos, e a distância até a cidade de referência é de 200km, 300km, muitas vezes em estrada de chão; em outras, nem estrada há, como é o caso da Região Norte, onde só há transporte fluvial. Então, isso é que é desesperador.

Por isso é que nós temos, aqui, de colocar o melhor dos nossos esforços no sentido de ajudar no encaminhamento da solução. E eu tenho certeza de que o esse bom senso vai prevalecer aqui.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, acho que nós encompridando muito, mas, se V. Ex^a permite, eu não sabia dessa reunião que houve semana passada. Destaco como importante.

Agora, é isso. O Senador Humberto traz a notícia de que deverá sair por medida provisória o programa Mais Médico. Não sei. Acho que o que nós precisamos evitar é a guerra; não há contradição. E, pelo que percebo, o Governo aceitou a reivindicação da categoria, de chamar primeiro os nossos e, não havendo, vamos abrir. Agora, quem sabe, embora o Governo tenha optado por chamamento sem concurso, o próprio Governo não aceita, Presidente. Essa não é uma questão do Governo Federal. O Governo Federal não contrata médico; quem contrata médico são Estados e Municípios. Então, tudo passa por uma negociação. O Governo Federal não contrata médicos para o atendimento; quem contrata são os Municípios e os Esta-

dos, mas, quem sabe, nessa negociação, uma nova conversa seria muito importante.

Eu vou achar muito ruim. Hoje os médicos estão às ruas, e fica parecendo que os médicos estão contra a vinda de médicos de fora. E aí? Já pensou se os prefeitos resolvem se mobilizar também para colocar usuários na rua? Já imaginou a confusão que vai ser neste País? Então, a minha sugestão, que V. Ex^a pode acatar ou não, é a de que V. Ex^a, pela experiência, pela disponibilidade, pelo compromisso chame um novo diálogo, Sr. Presidente. Acho que aceitaria o Ministro, aceitariam os médicos, para darmos continuidade à conversa da semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só para encerrar, Senadora Vanessa.

O Município tem a obrigação de investir 15% do orçamento – nós votamos isso na Emenda 29 –, e os Estados, 12%. A União não tem. Não há uma prefeitura em que o prefeito não investe mais de 25% do seu orçamento. E qual é a fonte de financiamento dos Estados e Municípios? É orçamentário! Tem de priorizar! O prefeito prioriza, o governador prioriza. Por que a União não pode priorizar também? Diante dessas coisas, sou obrigado a dizer: mas isso não é prioridade?

Então, temos de ser francos aqui. Eu vejo falar, mas não há essa prioridade. E, se esta Comissão não colocar no projeto os 10%, acho que, com responsabilidade, nós não vamos vencer a questão, que, a meu juízo, é a maior dificuldade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Antes, porém, o Ministro Padilha disse que hoje, a partir das 21 horas, está disposto a conversar com os Senadores da Comissão a respeito de uma ideia. É claro que estou tendo uma informação. Eu converso ainda hoje com o Ministro e eu mesmo dou a informação ou marcamos uma conversa hoje ou amanhã, o que for melhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu queria fazer um aparte à fala de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a está absolutamente correto. É um problema de prioridade.

Lembro-me de que, em 2003, o orçamento da educação era pelo menos quatro vezes menor que o orçamento da saúde. Hoje, são orçamentos equivalentes. Por essa proposta aprovada ontem, vamos ter um orçamento da União, de Estados e Municípios de 10% do PIB, R\$500 bilhões. Correto! Totalmente correto. Não tenho nenhuma divergência, mas por que não se

dá um tratamento semelhante à outra área prioritária, como o é a área da saúde? Nós estamos brigando para ter R\$140 bilhões da União mais os recursos dos Estados e Municípios. A educação, com toda razão, com correção, daqui a uns anos – também estamos querendo para daqui a uns anos –, nós vamos ter R\$500 bilhões, 10% do Produto Interno Bruto do nosso País.

Acho que é hora, realmente, de fazermos a cobrança da questão da prioridade. Existem problemas? Existem. Então, vamos uma proposta. Eu quero fazer uma proposta que busque metas. Hoje, se a gente pegar R\$5 bilhões e jogar no que está aí, vai virar fumaça. Vamos fazer metas para os padrões de qualidade do SUS? Vamos discutir coberturas? Entendeu, Presidente?

Acho que V. Ex^a está correto, e, se conduzir desta maneira, acho que vamos ter sucesso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, para concluir, Senador, mudar os percentuais da lei a respeito do que deve o Município aplicar. A lei determina 15% da receita líquida do Município e 12% da receita líquida do Estado, e para a União não há disposição orçamentária de um percentual, que era a Emenda 29. Por conta da falta de recurso e pela pressão recair sobre as pequenas e médias cidades, sobre as prefeituras municipais, as prefeituras, como disse V. Ex^a, são obrigadas a ampliar, não cumprindo apenas a lei, mas chegando à média de 23% de aplicação da sua receita líquida, desviando de outros setores para atender à demanda crucial e emergencial da saúde.

Muitos Estados maquiavam a contabilidade desse orçamento. Usam saneamento, usam áreas que não são propriamente a da saúde para cumprirem os 12%. O meu Estado não cumpre. E não é só o Governo atual; os outros também não cumpriam os 12%. É grave a situação!

Por fim, Senador Moka, penso que nós devemos insistir nisso. A Emenda 29 veio numa meia-sola, e precisamos investir nisso, conforme o Senador Humberto Costa.

Eu queria concordar com o Senador Humberto Costa em um aspecto. Relativamente às entidades médicas, penso que, naquelas carreiras de serviço público de atendimento público do SUS, é necessário que haja o compromisso dos profissionais com o atendimento. Nós já vimos que – tenho a convicção, a crença mesmo – que é exceção à regra o fato de médicos que criaram até um dedo de silicone para registrar uma presença inexistente. Então, esse mau exemplo contamina também a imagem de uma categoria muito importante.

Então, elas precisam, as entidades de classe, atuar também para que haja o cumprimento desse

serviço, porque é o povo que paga o salário. No SUS, é o povo que está pagando os salários desses profissionais. Também é preciso um cuidado, porque as ruas estão pedindo qualidade; que as pessoas cumpram o seu dever, as pessoas que são pagas com o dinheiro do povo.

Eu queria aproveitar, Presidente Moka, para retirar de pauta o item 6, da minha relatoria, porque nós estamos negociando com o Denatran uma alternativa interessante para esse projeto. É o item 6 da pauta, em relação a uma emenda que eu tenho. Então, eu acho que há um bom entendimento sobre isso e peço para retirar de pauta o item 6.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, vamos atender à sua solicitação.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2008

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e destinados ao custeio da assistência médico-hospitalar dos vitimados.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2008 e da Emenda que apresenta.

Observações:

– Em 14.12.2010, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

– Votação nominal.)

O primeiro item...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu só queria fazer um pedido, Presidente. Perdoe-me, eu estou sendo inconveniente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, não. Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu queria pedir, porque sou relator daquele projeto que trata da reestruturação do direito autoral na música, aquele do Ecad. Vai ser o primeiro ponto de pauta lá na Comissão de Constituição e Justiça, que deve começar às 10h30. Eu gostaria de pedir, se houvesse concordância da maioria, uma inversão de pauta

para que esse meu projeto, que está no item 4, fosse relatado pela Senadora Ana Amélia. É o que trata de protetores para motociclistas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada. Eu lhe agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ele é não terminativo. Eu consulto a Senadora Vanessa Grazziotin, porque iria começar pela relatoria de V. Ex^a. (Pausa.)

Então, vamos direto ao item 4. A Relatora é a Senadora Ana Amélia.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2012 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o uso do colete inflável de proteção (colete “airbag”) por condutores de motocicletas e assemelhados, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conceder benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com esses produtos, suas partes e acessórios.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

– Votação simbólica

A votação será simbólica e eu concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir a leitura do seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, eu queria, antes de mais nada, cumprimentar o Senador Humberto Costa, porque nós, aqui nesta Comissão, fizemos pelo menos duas audiências públicas a respeito do problema grave dos acidentes com motos.

O Senador Humberto Costa chama a atenção para a invenção recente do colete de proteção, *airbag*, que, em caso de impacto, deixa protegidas regiões importantes do corpo humano, como o cóccix, a coluna vertebral, o peito e o pescoço; e alerta para a necessidade de, por um lado, alterar o Código de

Trânsito brasileiro para tornar obrigatório o uso desse equipamento e, por outro lado, reduzir os tributos incidentes sobre ele, de forma a reduzir o preço do colete *airbag*, que ainda não é fabricado no País e, por isso, custa bastante caro.

Portanto, essa é a origem principal e é importante lembrar, também, que, no nosso Brasil, o panorama dos acidentes com motocicletas tornou-se uma verdadeira calamidade, a qual demanda a implantação urgente de iniciativas para minimizar as consequências desses trágicos eventos, grandes responsáveis pela perda em nossa capacidade de trabalho e em vidas humanas, principalmente de jovens. Nesse contexto, portanto, o projeto sob análise possui inquestionável relevância pública.

O colete de proteção *airbag*, como se referiu, protege partes fundamentais do corpo, as mais sensíveis, que são sempre aquelas mais afetadas num acidente. Seu valor será ainda maior se for confirmado, após um período de uso obrigatório, seu potencial para reduzir em até 75 % a ocorrência de lesões e traumas com o uso do *airbag* numa motocicleta.

Aliás, é bom lembrar, também, que o Brasil já adota isso nos automóveis, na legislação brasileira. Nos nossos veículos, será obrigatório haver *airbag* e também ABS, equipamentos fundamentais para a segurança no trânsito.

Grupos especializados nessa área, como uma instituição francesa, mostraram que não só o *airbag*, mas também a jaqueta com estrutura adequada, a luva, a bota apropriada e uma calça com costuras de proteção podem prevenir e minimizar. São as primeiras providências e necessidades que tem o motociclista.

Além disso, o substitutivo que nós apresentamos – estou resumindo um pouco, para facilitar – estende o uso obrigatório do vestuário, acrescido de dispositivos retrorrefletivos, aos condutores abrangidos pela Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, que são os motoboys e os mototaxistas.

No caso dos motociclistas que não trabalham como autônomos, a pessoa natural ou jurídica que empregar ou firmar contrato de prestação continuada de serviço com condutor de motofrete será responsável – a empresa – pelo fornecimento do vestuário de segurança.

Temos consciência das dificuldades para a implantação e a efetividade dessa proposta do Senador, que é necessária, porque a história tem mostrado que o caminho da obediência às regras de trânsito passa não somente pela fiscalização, mas, sobretudo, pela educação e pela conscientização dos condutores, dos motoristas, dos passageiros e dos pedestres.

Exatamente nessa medida é que nós elogiamos a proposta do Senador, com a emenda substitutiva que passo a ler, já que o *caput* foi apresentado pelo Senador Presidente Waldemir Moka:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 54.....

III – usando vestuário completo de proteção, que incluirá os seguintes itens:

- a) luvas;
- b) botas;
- c) macacão ou calça com jaqueta;
- d) colete ou jaqueta inflável (colete ou jaqueta airbag).

§1º O Contran poderá dispor acerca das especificações do vestuário de que trata o inciso III, bem como estipular itens adicionais de utilização obrigatória pelos condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores.

§2º Os itens de vestuário previstos na alínea c devem conter estrutura completa de proteção.

§3º O uso da jaqueta com estrutura completa de proteção prevista na alínea c do inciso III será dispensado pelo uso da jaqueta inflável prevista na alínea d do inciso III.”

“Art. 55

III – usando vestuário completo de proteção, que incluirá os seguintes itens:

- a) luvas;
- b) botas;
- c) macacão ou calça com jaqueta;
- d) colete ou jaqueta inflável (colete ou jaqueta airbag).

§1º O Contran poderá dispor acerca das especificações do vestuário de que trata o inciso III, bem como estipular itens adicionais de utilização obrigatória pelos passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores.

§2º Os itens de vestuário previstos na alínea c devem conter estrutura completa de proteção.

§3º A jaqueta com estrutura completa de proteção prevista na alínea c do inciso III será dispensada pelo uso da jaqueta inflável prevista na alínea d do inciso III.”

“Art. 244.

I – sem observar as disposições de que trata o art. 54 desta Lei;

II – sem observar as disposições de que trata o art. 55 desta Lei; e

.....”

Art. 2º A Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.

IV – usar o vestuário completo de proteção previsto no inciso III do art. 54 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, complementado por dispositivos retrorrefletivos, conforme regulamentação do Contran.

.....”

“Art. 6º A pessoa natural ou jurídica que empregar ou firmar contrato de prestação continuada de serviço com condutor de motofrete é responsável solidária por danos cíveis advindos do descumprimento das normas relativas ao exercício da atividade, previstas no art. 139-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e ao exercício da profissão, previstas no art. 2º desta Lei, responsabilizando-se também pelo fornecimento, sem custo para o condutor, do vestuário previsto no inciso IV do art. 2º desta Lei.”

Art. 3º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação, pelo período de cinco anos, os coletes e as jaquetas infláveis de proteção (coletes e jaquetas airbag), bem como suas partes e acessórios.

Art. 4º Os arts. 8º e 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º.

§12.

.....

§ 12.

.....

XXXIX – coletes e jaquetas infláveis de proteção (coletes e jaquetas “airbag”), pelo período de cinco anos.” (NR)

“Art. 28.

.....

XXXVII – coletes e jaquetas infláveis de proteção (coletes e jaquetas “airbag”), pelo período de cinco anos.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X e XIII a XXXVII do *caput*.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor um ano após a data de sua publicação, exceto o disposto na alínea d do inciso III dos arts. 54 e 55 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que entrará em vigor três anos após a data de publicação desta lei.

Então se está adaptando exatamente às condições da realidade nacional, a um problema que é sério.

Renovo os cumprimentos, pela iniciativa, ao Senador Humberto Costa com essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Para discutir, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Na verdade, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um registro, porque acho que nós já fizemos, conforme a Senadora Ana Amélia mencionou, diversas discussões aqui com relação aos acidentes de trânsito, que, na verdade, consomem um volume muito grande de recursos da saúde.

Então, quero aqui parabenizar o Senador Humberto Costa pela autoria desse projeto e a Senadora Ana Amélia, que qualificou mais ainda o projeto, no sentido de possibilitar que tanto os motoboys quanto os mototaxistas possam utilizar equipamentos de proteção para sua autoproteção. Então, parabenizo os nossos colegas Senadores por essa iniciativa que acho que vai contribuir muito para a redução dos acidentes de trânsito.

Era apenas essa colocação que gostaria de fazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório da Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2012, na forma da Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais, substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da sua tramitação.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 2011 – Não Terminativo –

Institui a Política Nacional de Tecnologia Social.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2011, com as 2 (duas) Emendas que apresenta; e pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2-CCT.

Observações:

– Em 07.03.2012, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCT.

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em Decisão Terminativa.
– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Bauer para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs Senadores, Srªs Senadoras, esse é, de fato, um projeto muito oportuno e muito importante que eu tenho a honra de relatar.

Passo a fazer a leitura do relatório que é submetido a esta Comissão.

Submete-se ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 111, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg. A proposição institui a “Política Nacional de Tecnologia Social”, com o objetivo de “promover, potencializar, organizar, desenvolver, fomentar e fortalecer as atividades de tecnologia social”, conforme reza o *caput* de seu art. 1º.

Na proposição, “tecnologia social” é definida como o “conjunto de atividades desenvolvidas mediante processo coletivo de organização, desenvolvimento e aplicação, que podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico, voltadas para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida e geradoras de efetiva transformação social, relacionadas ao planejamento, pesquisa, desenvolvimento, criação, aplicação, adaptação, difusão e avaliação de: (I) técnicas, procedimentos e metodologias; (II) produtos, dispositivos, equipamentos e processos; (III) serviços; e (IV) inovações sociais organizacionais e de gestão”, de acordo com o § 1º de seu art. 1º.

O art. 2º estabelece os “princípios da Política Nacional de Tecnologia Social”; o art. 3º, os objetivos da Política, enquanto o art. 4º define os seus instrumentos. Conforme o art. 5º, as atividades de tecnologia social ficam inseridas, com igual tratamento em relação às demais atividades, na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O art. 6º da proposição define que as atividades de tecnologia social devem ser incluídas em políticas e projetos referentes à saúde, meio ambiente, recursos hídricos, saneamento básico, gestão de resíduos, educação, arte, cultura, lazer, extensão universitária, segurança alimentar, geração de trabalho e renda e moradia popular, agricultura familiar, agroecologia e microcrédito, entre várias outras.

O art. 7º autoriza a União e os entes públicos dotados de personalidade jurídica a celebrar convênios com entidades privadas ou públicas, nacionais ou in-

ternacionais, para obtenção de recursos técnicos, humanos ou financeiros destinados a apoiar e fortalecer a Política Nacional de Tecnologia Social.

O art. 8º determina que a lei que resultar do projeto entre em vigor quando de sua publicação.

Em favor do projeto, o autor argumenta que as tecnologias sociais poderiam ensejar a aproximação entre a produção tecnológica e as necessidades de melhoria de qualidade de vida da população, especialmente daqueles tradicionalmente excluídos, ao promoverem a integração entre o conhecimento popular e o conhecimento científico formalizado. Essa integração, porém, não ocorreria, especialmente em razão da falta de reconhecimento legal e institucional dos saberes populares. A integração dos saberes popular e científico-formal que o PLS nº 111, de 2011, busca evitaria o desperdício das tecnologias sociais, bem como promoveria inclusão e desenvolvimento econômico-social.

O PLS nº 111, de 2011, chega a esta Comissão após ter obtido parecer favorável da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Após ser aqui apreciado, seguirá para exame, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Até o momento, não foram oferecidas emendas. Análise.

De acordo com o inciso IV do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS examinar proposições correlatas a assuntos como seguridade social, previdência social, assistência social e populações indígenas, querendo com isso fazer referência aos temas de interesse das populações fragilizadas e desprivilegiadas socialmente. Nessa medida, entendemos ser regimental o exame do PLS nº 111, de 2011, por este Colegiado.

Tampouco se pode enxergar óbices quanto à constitucionalidade e à legalidade da proposição.

Quanto ao mérito, a iniciativa é louvável. Reconhece a dignidade dos saberes populares, por tanto tempo estigmatizados pelos conhecimentos científico-formais, ao mesmo tempo em que os põe a cooperar com esses últimos. E isso com a finalidade de ampliar a inclusão social, transformando assim a vida de seus beneficiários. Apoiar essa transformação em elementos que já se encontravam, ainda que em condição dispersa e fragmentada, na própria vida social é um bom exemplo de sabedoria na feitura das leis.

A proposta, que louvamos e aprovamos, necessita, contudo, de reparos de redação para se adequar à melhor técnica legislativa. Assim, propomos nova redação para o *caput* do inciso I do § 1º do art. 1º, para vazá-lo em termos concisos, separando os comandos

da lei dos ideais políticos que inspiraram a sua feitura. Também para a correção da redação, renumeramos, de I a VIII (no lugar de IV a XII), os incisos do art. 4º da proposição.

Finalmente, louvamos também a emenda aprovada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com a qual estamos de acordo. A emenda acrescenta a expressão “no ambiente produtivo ou social” à definição de inovação em tecnologia social, dando contornos mais precisos ao conceito do inciso II do § 1º do art. 1º do projeto que analisamos.

Voto.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2011, nos termos das emendas aprovadas na CCT, bem como das seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao *caput* do inciso I do § 1º do art. 1º do PLS nº 111, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º
§ 1º
I – tecnologia social: atividades voltadas para a inclusão social e a melhoria da qualidade da vida, desenvolvidas mediante processo coletivo de organização, desenvolvimento e aplicação que tenham por finalidade o planejamento, pesquisa, desenvolvimento, criação, adaptação, difusão e avaliação de:”

EMENDA Nº – CAS

Renumerem-se os incisos do art. 4º do PLS nº 111, de 2011, iniciando-se pelo inciso I e terminando com o inciso VIII.

Sala da Comissão.

Assino o relatório que acabo de apresentar a V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Rodrigo Rollemberg, autor do projeto.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Presidente, Senador Waldemir Moka, quero agradecer as palavras do Relator, Senador Paulo Bauer, e explicar que apresentei esse projeto em conjunto com a Deputada Luiza Erundina.

Esse projeto foi elaborado a partir de diversas consultas feitas conjuntamente com representantes da sociedade civil, especialmente com a colaboração muito forte da ex-Deputada Irma Passoni, que hoje dirige o Instituto de Tecnologia Social, a partir de uma

experiência que foi muito rica para mim, quando fui Secretário de Ciência e Tecnologia para inclusão social do Ministério da Ciência e Tecnologia.

É claro que num País como o nosso temos que investir muito nas áreas de fronteira do conhecimento, nas tecnologias sofisticadas, como na área de nanotecnologia, de biotecnologia, de microeletrônica. Mas é muito importante também, num País ainda com enormes diferenças sociais, enormes desafios sociais, em que temos uma criatividade muito grande no âmbito das nossas universidades, dos institutos de pesquisa e nas organizações sociais que trabalham com a população no seu dia a dia, que tenhamos também uma política nacional de tecnologias sociais que reconheça essas tecnologias sociais e possa fomentar, promover, difundir tecnologias que contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade de vida da população.

Vou dar exemplos muito simples. O soro caseiro é uma tecnologia social que salva milhares de vidas no Brasil. A tecnologia da barraginha vem contribuindo para recuperar lençóis freáticos. Podia aqui passar horas descrevendo o conjunto de tecnologias sociais desenvolvidas pela criatividade da população brasileira, das universidades, dos institutos de pesquisa, das organizações sociais na sua luta, na sua integração, na sua interação com a população no dia a dia para melhorar as condições de vida do povo.

Portanto, é com muita alegria que peço aos nobres pares a aprovação desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2011, com as Emendas nºs 1 e 2 da CCT e CAS e Emendas 3 e 4 da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão que será terminativa.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 27, de 2012

– Não Terminativo -

Acrescenta o § 4º ao art. 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da

Administração Pública e dá outras providências, para determinar que, no caso de aquisição de medicamentos, a entrega dos produtos adquiridos deve ocorrer em até 5 (cinco) dias da assinatura do contrato.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2012.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Antes, Sr. Presidente, quero dizer que lamento muito ter apresentado um relatório rejeitando o projeto. Sempre é muito difícil rejeitar o projeto de um colega. Entretanto, como V. Exª falou, o Senador Randolfe Rodrigues propõe alteração na Lei nº 866, Lei das Licitações, determinando um prazo máximo para entrega de medicamentos, pelo Sistema Único de Saúde, de cinco dias.

Entendo que a intenção do autor, Senador Randolfe, seja nobre, correta. Entretanto, devemos ponderar que a repercussão prática da matéria, se for aprovada, será exatamente no sentido oposto ao que pretende o Senador. Vou listar algumas questões apenas. Poderia, caso aprovada, haver uma redução do número de empresas aptas a concorrer nas licitações. Qual a empresa que teria a capacidade de entregar tão rapidamente, às vezes, volumes grandiosos de medicamentos? Outra questão a ser ponderada é a diminuição da concorrência e a entrega de grande quantidade de medicamentos de uma só vez, que poderia gerar problemas em relação à estocagem e prazo de validade. Muitas vezes a compra é feita, mas a entrega não se dá de uma vez só; a entrega é feita segundo o cronograma estabelecido entre o vendedor e o ente público que fez a compra. Então, sob esse ponto de vista, Sr. Presidente, sob o ponto de vista da saúde pública, consideramos que a medida não está adequada, não se mostra adequada. Seria temerário pelas possíveis consequências que aqui acabo de apontar.

Portanto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, que é contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2012.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Acerca do item 1 da pauta, o Senador José Agripino, segundo informações, está se deslocando para a Comissão. S. Ex^a é o Relator.

Vou pedir ao Senador Paulo Paim que faça o relatório, porque há um acordo entre o Relator e os interessados no projeto, de pedirem, logo após a leitura, uma audiência pública. E, logo em seguida, passo à pauta normal, com os projetos terminativos, para os quais vamos precisar de quórum. Sei que os Senadores estão nas outras Comissões, mas, a partir da leitura, precisaremos de quórum para deliberar sobre projetos terminativos.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 434, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta.

Autoria: Senador Blairo Maggi.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Em 06.12.2011, a Comissão de Assuntos Sociais realizou Audiência Pública para instrução do Projeto.

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, faço questão de ler o relatório. Para mim, é uma questão de segurança nacional, é uma questão que vai tratar da vida de milhões e milhões de passageiros nos aviões. Vamos aqui discutir, neste projeto, muito bem encaminhado pelo Sindicato, o Substitutivo, que foi feito em parceria com todos os profissionais que participam do tema, tais como o Sindicato Nacional dos Aeronautas, que, inclusive, está aqui presente acompanhando o desenrolar dessa matéria.

Vou ler o relatório, para que todos tomem conhecimento. A partir da leitura do relatório, encaminhado, eu mesmo, a V. Ex^a – já conversamos – o requerimento para que tenhamos uma audiência pública ouvindo todos os setores. Por exemplo, comentando: o Sindicato Nacional dos Aeronautas, o representante do Ministério do Trabalho e Emprego, o representante da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac), representante do Sindicato das Empresas Aéreas (SNA), Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil (Abrapac) e especialistas em gerenciamento de risco de fadiga humana. Por isso tudo, acho importante que cumprimentemos a iniciativa do Senador Blairo Maggi. A partir do relatório lido, a discussão vai continuar, naturalmente. Com a audiência pública, podemos ajustar o relatório para que ele atenda ao objetivo: uma carga horária decente para todos que atuam nessa área e, ao mesmo tempo, a proteção aos passageiros.

Se der quórum, eu abreviarei a leitura. Se tivermos quórum para votar, eu abreviarei a leitura do relatório.

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011, do nobre Senador Blairo Maggi, que pretende introduzir modificações na legislação que rege a jornada de trabalho dos aeronautas. Na sua parte substancial, o projeto prevê que a jornada de trabalho do aeronauta será de 14 horas, se integrante de uma tripulação mínima, simples ou composta. O texto proposto também introduz modificações nas normas que regem o período de sobreaviso, folgas, tempo de adestramento em simulador e limites de tempo de voo e de pousos permitidos para uma jornada.

Em sua justificação, o autor afirma que há uma excessiva rigidez na legislação que regulamenta a jornada de trabalho do aeronauta. Destaca, também, que as normas foram concebidas em um momento histórico em que a utilização do modal aéreo e a tecnologia embarcada nas aeronaves eram muito diferentes do que são na atualidade. Em resumo o objetivo da proposta seria a modernização da legislação.

Em 6 de dezembro de 2011 foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria, nesta Comissão de Assuntos Sociais – CAS, em atendimento aos Requerimentos nos 54 e 64, de 2011-CAS, de iniciativa do Senador Vicentinho Alves. O processado também recebeu manifestação (Moção nº 129, de 2011, apresentada pelo Deputado Luis Carlos Gondim, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) pela rejeição, na íntegra, da proposta.

Respeito a iniciativa da Assembleia legislativa de São Paulo. Tomei posse da moção pela rejeição da proposta, mas não acatei e fui para a linha do Subs-

titutivo mediante grande discussão com os próprios aeronautas.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A regulamentação da jornada de trabalho dos aeronautas insere-se no campo temático do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Observados esses pressupostos, temos que a proposição original não apresenta vícios de inconstitucionalidade, nem de ilegalidade. No mérito, consideramos necessária, aí, sim, uma reavaliação aprofundada do tema, que deve implicar mudanças textuais. A atividade legislativa deve estar atenta à dinâmica social e econômica, não apenas para regulamentar novos fatos e práticas, mas também para atualizar as normas já existentes. Caso contrário, teremos disposições legais obsoletas vigorando na ignorância da passagem do tempo e das mudanças ocorridas na sociedade, na economia e na tecnologia.

O projeto em análise promove algumas alterações numa lei que já foi considerada adequada às necessidades de seu próprio tempo, mas, em nossa visão, é preciso ir bem mais além, mudando substancialmente a regulamentação da profissão de aeronauta. É preciso alterar a forma de divulgação de escalas de voo, os limites da jornada de trabalho e o regime de folgas e férias desses profissionais, adequando o conteúdo legal aos novos estudos e pesquisas científicas sobre a fadiga incidente sobre o tripulante.

Aumentar a carga horária diária, semanal ou mensal, então, como pretende o projeto na forma original, pode até ser uma alternativa em alguns casos, mas como regra geral é impraticável. Isso iria, ademais, na contramão de tudo o que vem sendo discutido pelas centrais, confederações e sindicatos, como política geral, global e não específica. Estamos dando precedência à discussão sobre a redução da jornada.

Por outro lado, na nossa visão, as formas de pagamento e remuneração do aeronauta não fundamentadas em horas de voo são injustas para os trabalhadores e perigosas para a segurança aérea. Injustas porque a remuneração calculada com base na distância entre origem e destino acarreta trabalho sem compensação remuneratória para o aeronauta. E perigosas, por induzir a rapidez das operações, dada a

ausência de remuneração. Consequentemente, estaríamos andando na linha da insegurança. Ocorre que, na maioria esmagadora dos voos, há procedimentos de espera em altitude, com até uma hora no aguardo de sequenciamento de pousos ou melhoria de condições meteorológicas. Além disso, após os pousos e antes das decolagens, ocorrem os procedimentos de taxia-mento das respectivas aeronaves, que podem durar quarenta minutos, por exemplo. É preciso aguardar a sequência de decolagens e as posições de estacionamento. Temos aí novamente trabalho sem remuneração, o que contraria a Constituição Federal em vários de seus dispositivos.

Em suma, todos os períodos em que o aeronauta coloca seus serviços à disposição do contratante devem ser remunerados integralmente, como acontece com todos os outros trabalhadores. Registre-se, ainda, a existência de prática de empresas aéreas que prejudicam os aeronautas no que se refere ao número de folgas prescrito pela legislação vigente.

A norma recomenda o mínimo de oito folgas mensais, mas o que era para ser o mínimo converteu-se no máximo. Ou seja, as empresas concedem oito folgas mensais como única opção; outros dias sem programação de voos são ocupados com outras tarefas, como plantões ou reservas.

Assim, observa-se que o aeronauta possui 88 folgas anuais, oito vezes onze meses de trabalho, explicando aqui, não gozando de feriado e nem de finais de semana regulares. Trabalhadores de outras categorias folgam, regularmente, 99 dias, em finais de semanas, e mais de 20 dias, feriados anuais. Ao todo, eles somam 31 dias anuais a mais do que o aeronauta. Ou seja, os outros assalariados têm, em matéria de folga anual, 31 dias a mais do que os aeronautas.

Ainda mais. Uma profissão especial deve ser protegida por uma legislação especial, com o afastamento de riscos de fadiga, pressurização, efeito de fuso horário e vibração externa. Na prática, no entanto, esses profissionais são penalizados com 31 dias a menos de folga em relação aos trabalhadores de outras profissões.

É a última parte agora, Sr. Presidente. Não vou ler o Substitutivo, porque vamos aproveitar o Substitutivo no debate na audiência pública.

Para atualizar a regulamentação dessa profissão, fomos buscar inspiração... Eu quero, aqui, dar todo o mérito do Substitutivo, naturalmente, ao sindicato, aos aeronautas, à categoria, mas também quero dar o mérito da inspiração e orientação do Projeto de Lei que ora debatemos quanto ao Substitutivo ao Deputado, gaúcho também, Jerônimo Goergen, que tem um projeto semelhante a este tramitando na Câmara dos

Deputados, projeto que foi discutido amplamente com todos os setores que tratam de um tema tão delicado como é o da segurança dos nossos voos.

Pretendemos permitir a adequação da jornada das folgas e das horas de voo dos aeronautas com o objetivo de reduzir a fadiga e o estresse a que se submetem os tripulantes. Também fixamos regras sobre a remuneração dos períodos acrescidos à jornada em razão de eventos não previstos a normas que podem permitir o efetivo repouso dos aeronautas acrescidos à tripulação.

Por fim, são inúmeras as regras necessárias para dar tratamento compatível com as características atuais da atividade de aeronauta. Em se tratando de jornada de trabalho, o fator fadiga acaba sendo muito, muito relevante na definição dos limites do tempo de trabalho e de descanso. Como sabemos, esse fator é definido a partir de um conjunto completo de condições e de ambiente de trabalho e depende até de condições físicas pessoais do próprio aeronauta.

Enfim, pelo exposto, como o Projeto é constitucional, opinamos pela sua juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, nosso parecer é pela aprovação do Projeto do nobre Senador Magno Malta na forma do Substitutivo que apresento aqui, na Casa, neste momento.

Sr. Presidente, li o relatório só para que a Casa tome conhecimento. Sei que V. Ex^a agora poderia abrir espaço para discussão, mas, se V. Ex^a permitir, conforme combinei com V. Ex^a e com outros setores, eu entrarei com o requerimento para outra audiência pública, por entender que é uma matéria muito, muito delicada. Nosso Substitutivo pode ser adequado, pode ser alterado, pode ser modificado, na busca de um substitutivo e uma lei que atendam, em primeiro lugar, à segurança da população brasileira, porque todos voamos praticamente todos os dias ou todas as semanas, garanta um trabalho digno e decente para os aeronautas e, ao mesmo tempo, para que a gente olhe para a realidade também das empresas.

Este é o objetivo, Sr. Presidente, e por isto eu peço que a gente não vote a matéria no dia de hoje e que, sob a orientação de V. Ex^a, a gente marque uma audiência pública, conforme requerimento que encaminhei à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou colocar em discussão e suspêndê-la. Por quê? Porque, estando em discussão, nós vamos permitir emendas. Ou seja, vamos permitir que haja condições de fazer, se for possível, um texto de consenso: se não for possível, na audiência pública há controvérsia nesse Projeto de Lei. Ainda conversei com o Senador Blairo Maggi ontem e ele disse que

quer uma audiência pública, assim como o Senador Vicentinho. Então, é um tema que precisa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O próprio Sindicato também insistiu que tem que haver audiência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Entende dessa forma.

Então, em discussão.

Para discutir, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Primeiro, quero pedir autorização do autor do requerimento para subscrevê-lo. Há um pedido aqui para que eu também subscreva o pedido do Senador Vicentinho.

E cumprimentar aqui o Senador, viu, Senador Paim? Eu recebi, assim que o Senador Blairo apresentou o Projeto de Lei diminuindo as folgas e aumentando a jornada de trabalho, não só da minha irmã, que é casada com um comandante, mas de muitos outros amigos, recebi, imediatamente, várias comunicações, vários *e-mails* solicitando que ajudássemos no sentido de demover o Senador Blairo da ideia. Conversei com o Senador Blairo algumas vezes, mas ele está muito fixo nessa ideia. Então, eu até entendo que é muito bom que haja a audiência pública porque isso acaba... O Senador Paim, aqui, conseguiu fazer do limão uma bela limonada. Abre uma janela e permite que a gente aprove uma lei que regulamente de fato as condições de trabalho da profissão, que tem sido, Sr. Presidente, cada vez mais explorada pelas companhias aéreas deste País.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Está suspensa a discussão.

Vou ser bem claro para, amanhã ou depois não... Então, ao suspender a discussão...

V. Ex^a quer...?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu quero só indagar a V. Ex^a... Essa matéria já tramitou aqui há pouco tempo pelo fato de que houve algumas audiências públicas para instruir, com certeza, eu imagino, o relatório do Senador Paulo Paim. Estiveram aqui várias autoridades da aviação civil, porque, naquela oportunidade, existia uma subcomissão da Comissão de Infraestrutura, presidida pelo Senador Vicentinho Alves, onde foram realizados vários eventos, não só em relação, naturalmente, a essa questão da jornada de trabalho, mas, sobretudo, também sobre a questão aeroportuária no Brasil, havendo discussão até mesmo sobre combustível, porque há uma dicotomia em rela-

ção aos preços de combustível no Brasil, pois o valor do combustível cobrado em vários aeroportos do Brasil não é o mesmo. Ou seja, por que Mato Grosso cobra um preço e Brasília cobra outro? Isso torna difícil, na verdade, até a operação de algumas companhias regionais do nosso País.

Essa matéria tem que ser muito bem discutida. Eu acho que aqui tem que haver alguns contraditórios em relação... Por exemplo, eu acho que aumentar a jornada de trabalho para comandantes, para aqueles que trabalham nas aeronaves do nosso Brasil não é o legal, não é o ideal, na medida em que é uma profissão extremamente estressante, desgastante, e nós precisamos, com muito critério e, sobretudo, com muita responsabilidade, votar um projeto que certamente atenda à demanda de uma categoria a que nós temos que, como bem disse o Senador Paulo Paim, realmente prestar homenagens todos os dias, porque eles transportam vidas, e quem transporta vidas, quem lida com a vida tem que ser respeitado, tem que ser tratado, talvez, de forma diferenciada. Não pode ser, talvez, tratado como outras categorias que merecem só o respeito.

Entretanto, eu quero aqui dizer que, na medida em que for feita outra audiência pública, com certeza, poderemos chegar a uma forma consensual provando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permite-me, Senador Jayme Campos? Até porque a audiência pública vai discutir o Substitutivo. Foi isso que combinei com o nosso Presidente, que com sua paciência e sua habilidade, concordou e entendeu, porque eu tinha que apresentar o Substitutivo, que vai ser fruto de uma nova audiência pública.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu quero somente me solidarizar e dizer que concordo em gênero e número pelo fato de que a matéria é meritória e extremamente relevante para toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu estou suspendendo a discussão.

Eu tenho dois requerimentos, um subscrito pela Senadora Vanessa Grazziotin, que é do Senador Vicentinho, e um do Senador Paulo Paim, mas os dois requerimentos querem a mesma coisa, ou seja, uma audiência pública.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 36, de 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso I, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para instruir o PLS 434/2011 – Alte-

ra a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta. Os convidados para compor a mesa dos expositores, são: 1. Marcelo Ceriotti – Sindicato Nacional dos Aeronautas. 2. Representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. 3. Representante da Agência Nacional de Aviação Civil -Anac. 4. Arturo Spadale – Sindicato Empresas Aéreas – SNEA. 5. Carlos Seixas – Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil – Abrapac. 6. Paulo Rogério Licati – Especialista em gerenciamento de risco de fadiga humana.

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 37, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater e instruir o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011, que “dispõe sobre o exercício da profissão do aeronauta”. Para tanto, convidamos as seguintes autoridades representativas do Governo Federal, dos sindicatos dos trabalhadores e das empresas aéreas: 1. Representante da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC); 2. Representante da Associação Internacional de Transporte Aéreo, IATA; 3. Representante do Sindicato Nacional das Empresas de Táxis Aéreos – SNETA; 4. Representante do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA; 5. Representante da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil – Abrapac; 6. Representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA.

Autoria: Senador Vicentinho Alves e outros

Eu não vou ler o nome dos convidados, Senador Paulo Paim, porque eu acho até que as pessoas que virão serão fruto desse entendimento. Se V. Ex^a permitir... Mas eu percebo aqui que no requerimento do Senador Vicentinho ele pede o representante... A única diferença é que V. Ex^a nominou quem seria. Mas eu acho que, por uma questão até de abertura, para a gente realmente ter esse consenso, eu digo que esses seis convidados serão previamente discutidos entre V. Ex^a, o Senador Blairo Maggi, o Vicentinho, enfim...

Coloco em votação os dois Requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Era isso que eu iria dizer. Os dois requerimentos como se fosse uma fusão e nós combinamos a ordem...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A forma e o formato da audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam com a aprovação do Requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento.

A matéria fica sobrestada, nos termos do art. 335 do Regimento Interno, aguardando a realização da audiência pública em data oportuna.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu acho que a melhor saída mesmo é essa audiência pública, principalmente depois de ouvirmos essas duas personalidades: a Senadora Vanessa, que tem familiares ligados ao transporte aéreo, e o próprio Senador Jayme Campos, preocupado com o assunto não só porque é proprietário de aviões e tem tripulantes, naturalmente, vinculados à empresa dele, mas porque conhece, por experiência própria, a questão. Eu acho que é, sem dúvida alguma, com pessoas ligadas a isso que nós podemos, nessa audiência pública, Paim, buscar o que seja melhor para esses profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O item 1 da pauta é decisão, também, não terminativa.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2007

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Imposto de Renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com pagamento de aluguel residencial.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2008

– Não Terminativo –

Altera o inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, de despesa com aluguel de imóvel residencial, do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2007, com a Emenda 1-CCJ; pela aprovação da Emenda 2-CCJ na forma da Subemenda que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2008, que tramita em conjunto.

Observações:

– Em 18.04.2013, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2007, com as Emendas 1 e 2-CCJ; e pela Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2008.

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão terminativa.

– Votação simbólica

A votação é simbólica e eu concedo a palavra ao Senador José Agripino para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são submetidos a esta Comissão, como V. Ex^a mencionou, os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 316, de 2007, e 317, de 2008, de autoria, respectivamente, dos Senadores Lúcia Vânia e Expedito Júnior, que objetivam permitir às pessoas físicas deduzirem da base de cálculo do Imposto sobre a Renda as despesas com aluguel.

Diferença relevante entre as duas proposições refere-se ao limite da dedução previsto no PLS nº 316, de 2007, equivalente a R\$10 mil, inexistente no projeto apensado. Por sua vez, o PLS nº 317, de 2008, determina que a dedução se limite a pagamentos especificados e comprovados, com indicação de todos os dados de quem os recebeu. Na ausência da documentação, a prova poderá ser feita pela indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento.

Eu queria passar diretamente para a análise.

Consoante analisado pela CCJ, não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade e juridicidade dos projetos, que, em nossa opinião, foram aperfeiçoados pelas Emendas nºs 1 e 2 apresentadas ao PLS nº 316, de 2007. A adequação orçamentária e financeira será analisada pela CAE, no momento oportuno.

Quanto à técnica legislativa, são necessárias duas alterações formais ao texto da Emenda nº 2 – CCJ. Trata-se de modificar a referência à alínea “h” do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, pois esse dispositivo já foi incluído na norma pela Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, e vetado. E substituir a nomenclatura “ano-base” por “ano-calendário” no texto do mesmo dispositivo, que é a terminologia mais usual.

No mérito, estamos de acordo com as proposições por entender que realmente as despesas com

aluguel e pagamento de parcelas para aquisição de imóvel pelo SFH devem ser consideradas para fins de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda. Esses valores são relevantes no orçamento familiar e a medida ora analisada certamente propiciará alívio financeiro importante.

O projeto, portanto, é meritório na medida em que propõe que o aluguel seja deduzido da base de cálculo do Imposto de Renda, com as adequações que são feitas pelas submendas. A submenda da CAS à Emenda nº 2 da CCJ:

No art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, com a redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2007, nos termos da Emenda nº 2 – CCJ, substitua-se a referência à alínea “h” por alínea “j” e a expressão “ano-base” por “ano-calendário”.

Com essa emenda, eu acho que o projeto fica adequado, legal e apropriado do ponto de vista do interesse da sociedade. Assim, nosso voto é pela aprovação da matéria proposta pela Senadora Lúcia Vânia com o projeto do Senador Expedito Júnior apensado à matéria.

O voto, portanto, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, só para entender. Em tese, eu acho meritório, porque quem aluga uma casa, um apartamento, tem que declarar à Receita Federal e naturalmente o proprietário dessa casa e desse apartamento computa como receita e vai pagar Imposto de Renda. Se chegar ao limite, ele vai recolher Imposto de Renda ao Governo.

Da mesma forma, pelo que estou entendendo, quem toma um imóvel alugado e paga o aluguel, pode computar como despesa na base, como livros, educação, saúde, etc. Aliás, saúde não, porque saúde desconta tudo. Educação e livros são jogados como despesa na base.

Eu acho que é justo, porque o Governo já recebe de quem aluga, porque é obrigado a declarar. E se ultrapassar o limite de receitas, vai recolher o Imposto de Renda. Então, quem paga computa na base como despesas tal como os livros e educação. Acho que é muito justo. Quero cumprimentar o autor da proposta e V. Exª que a relatou.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – O Senador Casildo colocou com muita propriedade e de forma muito sintética o mérito. Quem ganha R\$50 mil por ano e paga R\$5 mil de aluguel não tem renda de R\$50 mil, mas de R\$50 mil menos R\$5 mil, para efeito

de Imposto de Renda. Até porque aqueles R\$5 mil que ele pagou significou renda para alguém.

A Receita, portanto, teoricamente, não perde tributação. E você faz justiça social ao sistema tributário. Dá a César o que é de César. Paga quem tem a renda e deixa de pagar quem subtrai da renda o aluguel para ter onde morar.

Essa é a essência do projeto para o qual eu dou o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Para discutir, Sr. Presidente...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Para discutir.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senador João Alberto, por favor, o senhor é o mais velho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Eu acho que o projeto é meritório, mas não traz o impacto financeiro para o Governo. Qual será o impacto financeiro se desonerarmos essa cobrança? O que representa? Houve alguma consulta?

Assim sendo, Sr. Presidente, eu ficando em dúvida, gostaria de pedir vistas do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Regimentalmente, o Senador João Alberto Souza pede vistas e estão concedidas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu queria só esclarecer ao Senador João Alberto que o impacto financeiro aqui foi colocado.

Na medida em que uma parte ganha e a outra perde, não há impacto financeiro para a tributação, porque na medida em que alguém deduz do Imposto de Renda a pagar parcela equivalente ao que alguém vai declarar como acréscimo de renda, há uma compensação automática.

Se alguém deixa de pagar Imposto de Renda, alguém vai pagar mais Imposto de Renda. É o dono do imóvel. E o inquilino passa a pagar, por justiça social, menos Imposto de Renda, porque retirou de sua renda aquilo que pagou de aluguel.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Permita-me, Senador...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Permita-me, V. Exª, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vamos organizar. O Senador Jayme Campos pediu a palavra e, logo em seguida, o Senador João Alberto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Está assegurado, eu imagino, o pedido de vistas para V. Ex^a. É questão de entendimento.

Eu particularmente entendi o seguinte: quando o cidadão paga o seu aluguel, quem paga os 27,5% é o dono do imóvel. O que fala no projeto? Se o meu entendimento está correto, é o cidadão que paga o aluguel poder descontar esse percentual “X” em relação à declaração do Imposto de Renda sobre a base. Ou seja, o Governo não vai perder nada, muito pelo contrário, continua recebendo os 27,5%, porque quem paga é o proprietário do imóvel, nunca quem aluga. V. Ex^a sabe disso.

Então, nesse caso, não vai haver impacto algum. Só vai haver benefício, é óbvio, evidente, para o cidadão que aluga o imóvel. Ele vai ter a possibilidade de lançar, claro, dependendo da sua receita, do que tem de renda anual, e abater parte desse aluguel da base de cálculo em relação ao Imposto de Renda que eventualmente poderia pagar.

Eu particularmente entendo, no meu pouco conhecimento, que não vai haver praticamente nenhum impacto na arrecadação desse tributo para o Governo Federal. Essa é a minha visão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Um esclarecimento a mais, Senador Jayme Campos, ao Senador João Alberto.

No texto do projeto que está se submetendo à apreciação nesta Comissão, no PLS nº 317, de 2008, está escrito claramente a determinação de que a dedução se limite a pagamentos especificados e comprovados, com a indicação de todos os dados de quem os recebeu.

Esse é o elemento claro de justificação à Receita Federal da operação de pagamento e de crédito, porque no projeto está claríssima, é taxativa a obrigação da comprovação por documentos do pagamento do aluguel. Na Receita Federal haverá, a menos que não haja, e haverá a multa pela omissão, elementos de controle contábil para aumento da receita ou da renda do proprietário do imóvel e a dedução, evidentemente, da renda de quem pagou o aluguel.

No corpo do projeto, para que a lei tenha eficácia, está claríssima a obrigação da existência de documentos que comprovem o pagamento e o recebimento do aluguel por quem pagou e por quem recebeu, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Permitam-me Senadores Jayme Campos e meu colega Agripino, mas estamos modificando o *status quo*. Isso é o que acontece no momento. Se você modifica

agora e diz que alguém vai descontar, tem um impacto financeiro claro. Tem que ter. Atualmente, quem paga é o proprietário. Não é isso? E agora, o que vai acontecer? O inquilino vai descontar, e não tem impacto financeiro? É claro que tem? Alguém está perdendo. E de quanto é esse impacto financeiro? É isso que eu quero ver. Posso até voltar e ser plenamente de acordo, mas temos que realmente consultar a Receita. É uma desoneração. Claro que há desoneração. E alguém perde. E qual é esse impacto?

São coisas que discutimos há pouco tempo. Os imóveis que pagam uma taxa para a Marinha e que a gente pensava que era pouco. Na hora que consultamos a Receita, vimos que só no Rio de Janeiro a desoneração era de mais de R\$10 bilhões. Quer dizer, precisamos consultar a Receita para ver.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Permite-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É que, regimentalmente, o Senador João Alberto pediu vista e a vista está concedida. Então, eu acho que essa discussão vai voltar...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Para desencargo de consciência...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Para esclarecer melhor a minha participação, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – PB) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Existem o locatário e o locador. Em muitos contratos que são feitos – V. Ex^a tem conhecimento –, muitas vezes, é descontado na fonte, ou seja, o locador que aluga o imóvel já desconta na fonte o Imposto de Renda, certo? Muitas vezes, deixa para que o inquilino – o termo mais conhecido – pague esse Imposto de Renda. Então, quando o senhor fala que, eventualmente, poderá haver um desenaixe por parte do Governo Federal dessa arrecadação, eu acho que não haverá prejuízo algum. Até porque significa que muitas pessoas que pagam Imposto de Renda têm um limite de absorção.

O Senador Casildo disse que educação e saúde são descontados na sua totalidade. Não é verdade. Se num tratamento médico, o senhor gastar acima do limite permitido para desconto no Imposto de Renda.... Se gastou R\$100 mil, mas só puder descontar R\$30 mil, só vai descontar R\$30 mil; os R\$70 mil restantes não serão descontados no Imposto de Renda. A regra é muito clara na declaração de Imposto de Renda. Podem-se gastar R\$100 mil, R\$200 mil, mas às vezes a própria declaração não absorve essas despesas médicas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para esclarecer. Parece-me que o fato gerador é o

mesmo. O governo poderia sentir o impacto se entrasse em vigor agora, porque ele não estava esperando.

Mas nenhuma lei entra em vigor na hora. Ela tem um prazo para entrar em vigor. Toda legislação tem prazo para entrar em vigor.

A segundo questão é que, quando o locador recebe o aluguel, ele recolhe Imposto de Renda, naturalmente, se atingir o limite; se a renda estiver enquadrada, ele vai recolher. E aquele que paga aluguel geralmente é aquele menos possuidor de bens, etc. Por isso é uma questão social também que entra em pauta. Ele vai poder abater dentro dos limites também que a legislação prevê.

Então, o governo não terá prejuízo nunca. Em tese, o fato gerador é o mesmo. É o mesmo para o prestador de saúde. O médico que presta saúde vai receber e quem pagou pode declarar até um limite a ser abatido no Imposto de Renda. Mas houve uma receita para o governo do profissional médico ou da clínica que emitiu o recibo.

É a mesma coisa: ou usou o livro se ultrapassar a renda... O fato gerador é o mesmo. Então, não vejo que o governo possa ter prejuízo.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Senador, quer dizer que o governo não perde nada?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – PB) – Senadores! Senador João Alberto, Senador Casildo, me perdoem, mas o assunto está... V. Ex^a pediu vista, foi concedida, não há mais o que... É um assunto em que, claro, tanto há dúvida que ensejou uma discussão, embora extemporânea...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas aí, no caso, não é o Senador que pediu vista que está puxando o debate, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, sou Relator do item 8, só que há uma dúvida com relação ao parecer e gostaria de pedir retirada de pauta do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – PB) – Está bom.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 36, de 2011

– Terminativo -

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de

atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (Substitutivo).

Observações:

– Em 27.10.2011, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

– Em 26.03.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CRA-CAE (Substitutivo).

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.)

Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Para encerrar. Nós estamos tratando aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, de justiça tributária. Essa matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, onde poderá ser debatida no seu mérito. Aqui, discute-se a questão social. O meu parecer, tendo em vista a questão social, é pela aprovação para fazer justiça tributária.

Na CAE se apreciarão as questões relativas à receita.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – PB) – Senador, eu entendo o parecer de V. Ex^a, mas, regimentalmente, a Presidência tem que conceder e o Senador João Alberto tem o direito de pedido de vista.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – PB) – Os próximos itens são...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Não pode nem ler os relatórios, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – PB) – Ele já leu o relatório.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Dos próximos itens. Seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – PB) – Por que não?

Então, vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 52, de 2010

– Terminativo -

Dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas.

Autoria: Deputado Silvinho Peccioli

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2010, na forma da Emenda Substitutiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a Subemenda que apresenta; e pela rejeição da Emenda de iniciativa do Senador Arthur Virgílio apresentada no prazo regimental.

Observações:

– No prazo regimental, o Senador Arthur Virgílio apresentou uma Emenda ao Projeto, nos termos do art. 122, inciso II, alínea “c”, do Regimento Interno do Senado Federal.

– Em 14.07.2011, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma de Emenda Substitutiva.

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – No Senado Federal, a matéria já foi examinada na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e aprovada na forma de um novo Substitutivo.

O projeto tem como objetivo estabelecer os cuidados e procedimentos que devem ser observados pelo proprietário ou morador de imóvel, localizado em zona urbana e rural, que possua ou venha a instalar cerca eletrificada ou energizada.

Análise.

Embora a matéria esteja aparentemente dentre as atribuições legislativas dos municípios, na prática, a maior parte deles não impõe um mínimo de normas, o que acaba resultando na proliferação de cercas eletrificadas, praticamente sem qualquer critério. Como consequência, há um número crescente de mortes e ferimentos em decorrência da instalação das cercas sem as devidas precauções com a segurança.

Diante desse cenário, o autor quis, acertadamente, estabelecer algumas normas aplicáveis em todo o País.

Como esta Comissão tem a incumbência de pronunciar-se de forma terminativa sobre o projeto, faz-se necessária a verificação da constitucionalidade do projeto.

Embora a cerca eletrificada seja, em princípio, assunto de interesse local e, portanto, matéria de competência municipal, ela se diferencia das demais edificações de interesse local pelo fato de usar energia elétrica. Como a Constituição Federal estabelece,

no seu art. 22, inciso IV, que compete privativamente à União legislar sobre energia, conclui-se que a competência para legislar sobre cercas eletrificadas é federal e a proposição está adequada aos ditames constitucionais.

Relativamente à emenda oferecida pelo Senador Arthur Virgílio, embora seja uma questão meritória, concordamos com o argumento contido no parecer da CI, de que a abordagem apresentada é mais adequada a normas sobre compatibilidade eletromagnética, entre as quais não se encontra o tema “cercas elétricas”.

Por fim, com a finalidade de corrigir equívoco de técnica legislativa, apresentamos subemenda para sanar a ausência de ementa no substitutivo aprovado pela CI.

Voto.

Em face do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do

Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2010, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com a subemenda adiante apresentada, e pela rejeição da emenda de autoria do Senador Arthur Virgílio.

SUBEMENDA Nº – CAS

(ao Substitutivo aprovado pela CI
ao PLC nº 52, de 2010)

Acrescente-se ao PLC nº 52, de 2010, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), ementa com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a instalação de cerca eletrificada ou energizada em zonas urbana e rural.”

Esse é o relatório, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão o relatório.

Senador João Alberto, consulto V. Ex^a porque posso encerrar esta discussão, e, na próxima reunião, só vamos a voto; ou também posso suspender a discussão, se V. Ex^a, que é o Relator, assim entender.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Eu acho que, na próxima reunião, vamos só votar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

O projeto está apto a ser votado. Só não vamos votá-lo em função de requerer quórum qualificado, uma vez que o projeto exige votação nominal.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar.

Antes, porém, só para convidar a audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a debater regras sobre a elaboração dos planos de

saúde para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do SUS, em atendimento aos Requerimentos 29 e 30, de 2013, ambos de autoria do Senador Humberto Costa. Esta audiência pública será amanhã, quinta-feira, 10h30min.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE JULHO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e oito minutos, do dia quatro de julho de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Jayme Campos, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Sérgio Souza, e da Senadora Vanessa Grazziotin. Justificam ausência os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Cyro Miranda. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a instruir o PLS nº 174, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que “altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para modificar o art. 36, que institui regras sobre a elaboração dos planos de saúde, para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde”, em atendimento aos **Requerimentos nºs 29, de 2013, e 30 de 2013**, da CAS, ambos de autoria do Senador Humberto Costa, com a presença dos seguintes oradores: **Maria do Socorro de Souza**, Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS, **René Santos**, Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, **José Enio Duarte**, Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS e **Fausto Pereira dos Santos**, Representante do Ministério da Saúde – MS. Usam da palavra os Senadores Humberto Costa, Wellington Dias e Waldemir Moka, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calhão, Secretária da Comissão, a presente

Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 29 e 30, de 2013, da CAS, de iniciativa do Senador Humberto Costa, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2011, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para modificar o art. 36, que institui regras sobre a elaboração dos planos de saúde, e para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde, de autoria do próprio requerente, o Senador Humberto Costa.

Eu quero convidar para compor a Mesa os ilustres expositores: Sr. Fausto Pereira dos Santos, representante do Ministério da Saúde, que para a minha alegria e honra já está aqui presente; a Srª Maria do Socorro de Souza, Presidente do Conselho Nacional de Saúde – muito obrigado! –; Sr. René Santos, representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Sr. Antônio Carlos Figueiredo Nardi, representante da Frente Nacional de Prefeitos; Sr. José Enio Duarte, representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

O Senador Humberto Costa, que é o nosso requerente, através da sua assessoria, nos avisou que já está chegando ao plenário.

Na verdade, esta audiência pública é para instruir o projeto cujo Relator é o Senador Wellington Dias. Então, é claro que esta exposição evidentemente interessa muito de perto ao Senador. Com a palavra, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, primeiro agradeço todos os convidados. Sejam bem-vindos e bem-vindas!

O Senador Humberto Costa, que também nos ajuda neste trabalho, Sr. Presidente, nos comunicou que está chegando. Ele foi ali, porque está havendo hoje a leitura do relatório lá da CPMI da Violência Contra a Mulher, de que ele é membro, mas já assinou e está a caminho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou conceder a palavra por um período de 10 minutos. É claro que eu posso estender, se for necessário, mas penso que o assunto em si, embora seja complexo, tem uma pauta bem objetiva – não sei se vocês concordam comigo. Trata-se de uma modificação. Eu considere, então, em princípio, conceder 10 minutos; nós colocamos naquele relógio ali 10 minutos. Quando chegar ao nono minuto, soará uma campainha – é automático, não sou eu que estou fazendo isso –, apenas para que o expositor, em um minuto, possa concluir se for possível, e, se não for, vamos dar um tempo maior.

Vou, de imediato, conceder a palavra à Sr^a Maria do Socorro de Souza, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, pelo prazo de 10 minutos.

Contamos já com a presença do Senador Humberto Costa.

A SR^a MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Bom dia a todos os Senadores, ao Presidente da Comissão, a toda a equipe de assessoria – temos que valorizar bastante o trabalho dessa equipe técnica – e aos convidados presentes.

Este convite, Presidente, ao Conselho Nacional de Saúde para discutir este projeto no momento por que passa o País, mais do que agradecer por ele, temos que fazer menção ao comportamento político desta Comissão, que soma, na verdade, reforça o compromisso da Casa. Não dá para discutir política social, que implica no papel do Estado e da sociedade, sem, de fato, criar esse ambiente onde se exerce de uma forma articulada a democracia representativa, trazendo também aqui os representantes da democracia participativa. Vocês foram eleitos para esse processo, e eu também fui eleita num processo de democracia participativa para fazer esse papel das mediações. E acho muito acertado, porque temos que explicitar o comportamento, a atitude política que esta Comissão, particularmente, tem tido todas as vezes que há uma pauta relacionada à saúde.

Outro aspecto que quero ressaltar, e várias vezes temos vindo aqui, a convite tanto da Câmara como do Senado, fazer discussões, é que esse é um projeto que tem um teor bastante denso e não trata de questões prioritárias de Governo, mas estruturais, históricas para o sistema de saúde, olhando as três instâncias da gestão.

Então, quero colocar também a importância do teor do projeto, que traz uma dimensão mais sistêmica, olhando o papel também do Ministério da Saúde. É importante que esteja aqui, também, a sua representação, mas também o Conass e o Conasems, representantes das outras esferas da gestão. Acho isso extremamente relevante.

Nesse sentido, quanto às contribuições do Conselho Nacional de Saúde, sobretudo para o Relator, a gente, Senador Humberto Costa, terminou não tendo acesso direto à última versão. Então, posso trazer algumas preocupações e algumas dúvidas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – *(Intervenção fora do microfone.)*

A SR^a MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – É. A gente terminou fazendo uma série de considerações a partir dos pareceres, por isso, quero colocar, mais de início, dúvidas que, talvez, já tenham sido respondidas.

A primeira dúvida é, na verdade, também, sobre até onde vai a compatibilidade do projeto com a Lei 141, considerando que ela é de 2012, e os dois projetos são de anos anteriores, 2009 e 2011, sobre o exercício que foi feito para essa compatibilidade, aquilo em que se aproxima e aquilo em que, na verdade, diverge. Acho que é o primeiro ponto que queremos considerar.

Nesse sentido, quando se colocam exatamente as possibilidades de alteração no plano de saúde, a gente compreende que há certa inversão de lógica, considerando que a política de saúde tem que estar em consonância com a política fiscal. Então, a primeira dúvida que temos, que colocamos aqui, é se o plano de saúde pode sofrer alteração se tiver concordância também com a lei orçamentária; é a primeira dúvida que temos. O plano de saúde está dentro do PPA, então, o Plano Anual de Saúde, sim, poderia ter alguma alteração relacionada à disponibilidade orçamentária. Assim, a primeira dúvida que temos é se, dessa forma como está a redação, não se altera essa lógica constitucional do ciclo orçamentário.

O segundo aspecto que traz o projeto é em relação à responsabilidade dos gestores. Compreendemos que o projeto tem uma colocação muito objetiva e muito determinada em relação ao gestor da saúde, mas também fazemos referência aqui aos gestores das áreas orçamentárias e financeiras, porque, muitas vezes, o gestor da saúde é impossibilitado de exercer sua função por conta de uma hierarquia que existe no sistema e que, muitas vezes, limita o seu poder de garantir a implementação do plano de saúde e também do planejamento orçamentário, por decorrência de uma hierarquia que existe na gestão. Isso vemos muito fortemente, sobretudo nos Municípios, pelo poder que o prefeito tem de determinar, muitas vezes, a

sua execução. E isso inviabiliza ações de saúde com forte impacto junto à população.

Então, a gente sugere incluir algum dispositivo no sentido de também responsabilizar o gestor, sobretudo da área orçamentária e financeira. A gente vê muito, inclusive, quando o Conselho Nacional de Saúde analisa o relatório de gestão, as responsabilidades que são atribuídas ao Planejamento, à Fazenda, e fica no meio do caminho, exatamente pensando como é que a gente resolve alguns nós críticos.

A quarta contribuição que a gente quer também trazer aqui é em relação ao papel do Conselho. Acho que a Lei 141, como também essa de responsabilidade sanitária, valoriza, reafirma a importância do controle social. Entretanto, a gente considera que a Lei Complementar 141 deixa mais explícito o papel deliberativo do Conselho em relação aos relatórios, sobretudo o relatório de gestão.

Pela legislação, pela lei complementar, o parecer tem um caráter conclusivo e cabe ao Conselho aprová-lo ou não. A gente ficou na dúvida com essa redação também, pois é como se colocasse uma atribuição, ou melhor, certa submissão ao Conselho, mas negando ou minimizando o caráter deliberativo em relação aos relatórios.

O parecer do Conselho não pode deixar dúvida. Segundo a Lei 141, ele é conclusivo. Ele pode aprovar ou reprovar, ainda que tenha algumas ressalvas.

Nesse sentido, também ficamos com dúvida, porque não encontramos no documento disponível, no caso da reprovação do relatório, qual a possibilidade que se tem – quero colocar isso para discussão, pois essa é uma questão bastante delicada, mas que tem sido muito recorrente. Os conselhos municipais e os conselhos estaduais têm trazido isso ao Conselho Nacional de Saúde, porque, quando o relatório é aprovado, permanece o repasse de recursos.

O Ministério da Saúde tem colocado que não é a partir do relatório esse mecanismo de suspensão de repasse dos recursos, mas é importante também o controle social saber qual é a implicação que se tem quando a gente não reprova o relatório, qual é a implicação que isso tem para a gestão. Não está claro para o controle social se é reter o repasse de recurso. Se não é essa a regra, qual seria então? A gente não pode ficar indiferente quando o relatório, pelo Conselho, é reprovado ou as ressalvas consideradas não são tratadas. Tem que ter um nível de compromisso.

Por último, outro ponto que nós temos de colocar são as infrações. Acho que a lei, a proposta do projeto do Deputado – do Senador, desculpe; por conta de ser de Pernambuco, tanto tempo convivendo com ele como Deputado... Senador Humberto Costa, a gente

também faz uma ponderação em relação à Lei Complementar 141, porque, quando se coloca quais são as infrações administrativas, a lei traz esse mesmo teor que a gente está destacando: deixar de estruturar o fundo de saúde, deixar de prover condições materiais, técnicas e administrativas para o funcionamento dos conselhos, deixar de estruturar o componente de auditorias etc., etc. Está na Lei 141. Ela é mais rigorosa no sentido de não colocar com infração administrativa. Por isso, eu queria, desde já, colocar que nós tivemos dúvidas nessa última versão: qual a compatibilidade ou se não se tem isso. No caso da Lei 141, não coloca como infração administrativa.

Por último, quero parabenizar, nesse ponto que coloca as infrações mais relacionadas com o Código Penal, o nível de compromisso que esta Casa tem, e também o autor do projeto, em trazer essa penalidade máxima em caso também de infrações máximas. E quero dizer que o Conselho Nacional de Saúde encerra sua fala parabenizando por esta iniciativa que está totalmente em consonância com os anseios que o controle social e a sociedade brasileira têm em relação a esta Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradeço a expositora pela objetividade, por ter se colocado de forma clara e objetiva. Agradeço, portanto, a sua presença e sua exposição.

De imediato, concedo a palavra ao Sr. René Santos, representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

O SR. RENÉ SANTOS – Inicialmente, em nome do Presidente do Conass, Dr. Wilson Alecrim, quero agradecer o convite feito pela Comissão e saudar o Senador Waldemir Moka, o Senador Wellington, o Senador Humberto Costa, a Maria do Socorro, o Fausto e o José Enio.

Primeiro, eu queria ressaltar, como já foi colocado pela Maria do Socorro, a importância do momento. Acho que estamos vivendo um momento ímpar para a área da saúde pública no País, e audiências públicas como esta reforçam a necessidade imediata de nós termos a saúde numa agenda definitiva e estruturante. Acho que não teremos talvez oportunidade como esta se não soubermos aproveitar este momento.

Segundo, o momento significa a oportunidade também de fazer uma interpretação correta das demandas da rua. E acho que essa interpretação passa, a meu ver, por questões que estamos discutindo aqui, mas principalmente por questões que vão ter que ser discutidas aqui, porque são estruturantes para o compromisso que precisamos ter para melhorar a saúde pública no Brasil, que é a questão do subfinanciamento.

to do sistema. Na sequência até, vou aprofundar um pouco mais em relação a isso.

Toda vez que nós falamos que a questão do subfinanciamento é central do sistema, o primeiro argumento que nos chega à frente é que o problema é de gestão, e é claro que temos de melhorar a gestão. Acho que aqui ninguém está dizendo que a gestão está exatamente como a gente gostaria. Ela precisa ser melhorada. E é claro que, para melhorar a gestão, é preciso discutir mecanismos normativos e de regulamentação que permitam que a gente coloque claramente os papéis de cada um. E aí eu acho que o processo de pactuação é fundamental quando a gente discute uma lei que se chama de responsabilidade sanitária, ou seja, é preciso ter clareza de que existe no sistema uma divisão de responsabilidades sobre quais cada um tem de assumir sua parte e pactuar essas responsabilidades.

Temos de ter clareza também de que essa definição de responsabilidades tem de estar visível sob o ponto de vista do cidadão e do sistema. E aí eu entendo inclusive que a proposta apresentada pelo Senador Humberto Costa já caminha para a figura de um contrato organizativo do sistema que defina não só como ele se organiza, mas também como ele compartilha responsabilidades. E é óbvio que qualquer questão que envolva gestão também não pode prescindir de planejamento.

Nesse sentido, acho importante que o projeto ressalte o papel do plano de saúde como orientador do processo de planejamento, como orientador do processo de acompanhamento de gestão, como orientador também da análise do seu cumprimento e também que se avalie porque não se cumpriu esse plano. Até porque o planejamento e o plano de saúde já ganharam espaço, a meu ver, significativo quando da Lei nº 141. Há alguns aspectos da Lei nº 141 que, de forma significativa, colocaram o planejamento na ordem do dia do sistema.

Com relação à questão colocada aqui, que principalmente envolve o aspecto da responsabilidade sanitária, o que nos preocupa muitas vezes – aí podemos tipificar como infração administrativa ou como crime mesmo – é que a lei tem de trazer caracteres objetivos dos fatos, porque se a gente não for muito claro no que coloca, às vezes, pode inclusive induzir interpretações. Quando a gente coloca, por exemplo: dar toda a assistência necessária na atenção primária à saúde, na atenção básica à saúde, isso tem de ficar muito claro, tem que ser muito objetivo porque, se for usado um critério subjetivo, pode ensejar inclusive penalizações administrativas ou tipificações de crime por conta da interpretação de quem faz a leitura da lei.

Lembro que, em geral, a lei vem sempre sob o olhar do legislador, mas, a partir do momento em que a questão se transforma em lei, passa a ter interpretação do dia a dia, e, às vezes, essa interpretação leva a cenários que muitas vezes não eram o objetivo do legislador, mas, pela leitura ou pelo momento dessa discussão, isso foi colocado de uma forma talvez não tão esclarecedora, não tão objetiva.

Entendo que a responsabilidade sanitária, além de estabelecer questões objetivas, definir o que são sanções administrativas e tipificar crime, deve ser observada de acordo com a Lei nº 141. E aí eu acho importante que a gente faça a leitura de comparação de compatibilidade entre o que foi posto na 141 e o que está sendo proposto não só nesse projeto de lei que tramita aqui no Senado, mas em outro projeto de lei que está tramitando na Câmara dos Deputados, que justamente estabelece essa prerrogativa de se avaliar o que significa, por exemplo, o cumprimento de uma meta no plano de saúde, o que significa o plano de uma meta no relatório de gestão. Como isso, na verdade, eu acho, ainda é objeto de discussão, ficam aqui algumas questões que eu queria ponderar antes de discutir a questão do que é considerado de infração administrativa ou não.

Boa parte dos problemas que os gestores dos sistemas têm hoje são oriundos das formas como se normatizam. Se nós tivéssemos critérios de diferenças e transferências de recursos federais para os Estados, se nós tivéssemos formas diferentes de rateio de recursos, talvez uma parte das grandes dificuldades que os gestores têm hoje não se teria.

Na medida em que se estabelece forma de transferência de recurso e se dissocia o recurso de forma tão diluída que nós chegamos a ter mais de cem formas de repasse e o gestor tem que saber que para cada repasse ele só pode usar naquele tipo de situação, perde ele a governabilidade de gestor e fica sujeito à situação de avaliação de situação de que ele não cumpriu ou utilizou irregularmente o recurso.

A Lei nº 141 traz dois elementos que para mim são fundamentais: primeiro, transforma a questão da transferência fundo a fundo em caráter obrigatório, colocando-a associada a programas e prioridades; e estabelece um critério de rateio que vai dar mais flexibilidade para o gestor local de, de acordo com o seu plano, aplicar em saúde, independente do carimbo “a”, “b”, “c” ou “d”, porque hoje convivemos com o fato de muitos gestores, às vezes, serem chamados à responsabilidade porque em vez de usar o recurso da caixinha “a”, usaram o recurso da caixinha “b”. Isso nós mesmos criamos no sistema. Mas não foi pensa-

do assim na Lei 8.080, não foi pensado na concepção geral. Nós fomos criando isso.

Então, eu acho que, para se fazer responsabilidade sanitária, nós temos que definitivamente romper algumas amarras principalmente na forma de repasse dos recursos e de como eles chegam para a utilização. Quem deve orientar isso? Os planos de saúde. Quem deve fiscalizar isso? Os conselhos de saúde. Como é que isso deve ser orientado de forma a ser fiscalizado? Obviamente utilizando aqui, como foi colocado, o Sistema Nacional de Auditoria, entendendo-se nesse sistema os três componentes que ele tem: federal, estadual e municipal.

Agora, além disso, eu acho fundamental também, e entendo que o artigo colocado no início do projeto fala sobre quem são os gestores solidários, definir que gestores solidários são desde o Chefe do Poder Executivo, passando por áreas meio que interferem na execução, e o gestor da própria saúde, porque, como foi colocado aqui pela representante no Conselho Nacional Saúde, eu diria que não são só os dos Municípios – viu, Socorro? –, mas, com certeza, os do âmbito dos Estados e do âmbito federal. As áreas econômicas sempre têm certa força, sob o ponto de vista orçamentário e financeiro, o que muitas vezes pode dificultar o cumprimento desses aspectos.

Agora encaminho para a conclusão.

Eu entendo que a responsabilidade sanitária e a responsabilização oriunda dela tem que estar proporcional aos meios de que se dispõem. Não é possível discutir responsabilidade sanitária diante de um gestor que não dispõe dos recursos financeiros necessários – e nós estamos falando de um Sistema Único de Saúde que não dispõe dos recursos financeiros necessários. E eu acho que nos estamos vivendo um momento histórico em que, se estamos discutindo uma lei de responsabilidade sanitária, podemos aqui, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, colocar na pauta imediata do Congresso Nacional a modificação dos repasses federais, para ampliá-lo para o equivalente a 10% das receitas correntes brutas, a fim de dar exatamente a condição necessária para que essa responsabilidade sanitária seja proporcional aos recursos necessários para formatar o sistema.

Eu não vou me estender aqui demais, mas nós sabemos que o Brasil precisa de mais recursos para se aproximar aos gastos, por exemplo, de outros países com os sistemas universais. Por exemplo, o equivalente a 10% da receita corrente bruta da União equivale a quase R\$40 bilhões. Senador Humberto Costa eu peguei a relação atualizada do valor MAC mais FAEC. Dobrar um MAC mais FAEC causaria, com certeza,

uma situação de melhoria de toda a estrutura de atenção de média complexidade e de alta complexidade.

Para concluir, eu acredito que a importância de uma Lei de Responsabilidade Sanitária, acoplada a um financiamento adequado, vai dar os meios necessários, que, somados à Lei 141, nos darão a sustentação, a partir de agora, da implantação do Sistema Único de Saúde.

Confesso, pessoalmente, que eu acho que nós vivemos um momento, uma oportunidade histórica. Se essas questões centrais do sistema, principalmente a questão do financiamento, da sua organização, não forem colocadas neste momento em que a população está sensibilizada nas ruas para fazer esse apelo, eu não sei se nós estaremos diante de uma situação que não se repetirá pelos próximos anos.

Para concluir, o momento é agora. Depois de 25 anos do SUS, depois de 25 anos que a Constituição brasileira definiu que saúde é um direito de todos e um dever do Estado, está na hora de dizer que País nós queremos, está na hora de dizer que SUS nós queremos, está na hora de dizer que futuro nós queremos para a população brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Quero agradecer a exposição do Sr. René Santos. Aliás, como Presidente da Comissão, eu quero elogiá-lo pela objetividade. Acho que a escolha do Senador Humberto não poderia ter sido mais feliz.

Nós percebemos que o diagnóstico é o mesmo. A Lei de Responsabilidade Sanitária é importante, mas nós precisamos dos recursos porque senão nós vamos só responsabilizar.

Confesso que, nas duas exposições, percebi a objetividade e o compromisso com essa gestão.

Eu combinei aqui, Senadores Humberto e Wellington, que o representante do Ministério da Saúde seria o último a falar, até porque alguns questionamentos são dirigidos ao Ministério...

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Não sendo para assinar o cheque, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Só de vir aqui, V. S^a já está comprometido com isso.

Eu concedo a palavra, também por dez minutos, ao Dr. José Enio Duarte, representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

O SR. JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE – Bom dia a todas e a todos, aos Senadores Waldemir Moka, Humberto e Wellington.

Agradeço o convite para vir participar. O nosso Presidente, que gostaria de estar presente, ficou aqui na segunda, na terça, na quarta, mas precisou voltar

para Maringá, senão correria o risco lá também de... Amanhã, ele voltará novamente a Brasília, porque nós realizaremos um congresso de 8 a 10 e esperamos a participação de V. Ex^{as} na abertura e durante os nossos eventos, principalmente no dia 10, em que ocorrerá um evento importante do qual já vou falar.

Eu acho que essa proposta do Senador Humberto Costa foi muito oportuna. Há anos estamos discutindo a responsabilidade sanitária, mas estávamos, primeiro, priorizando a regulamentação da Emenda 29, o que ocorreu pela Lei 141, que saiu agora. Não foi como nós gostaríamos em relação ao financiamento, mas encerramos uma fase. Agora, nós vamos voltar para a responsabilidade sanitária.

Eu acho que a proposta que o Senador fez está muito boa, está muito simples, porque, às vezes, fica muito extensa. Acho que já foi abordada aqui pela Socorro a Lei 141, que nós precisamos compatibilizar, mas ela está ótima.

Como foi dito também, acho que é importante melhorar a nossa gestão, porque o financiamento é insuficiente, e, muitas vezes, coloca-se a área orçamentária e financeira. E eu concordo plenamente com a Socorro, quando ela fala que a área orçamentária e financeira precisa ficar mais...

Eu observo que os gestores da área de saúde se unem, independente de partido. Agora, os da área orçamentária e financeira fazem o contrário: todos se unem, mas para dizer que não há recursos, que nós gastamos demais. Esse problema ocorre em nível municipal, estadual e federal. Então, eu acho que foi muito oportuna essa discussão.

A proposta está muito interessante, mas acho que precisamos rever algumas coisas aqui, como a impropriedade. Já fizemos até um TAS, o nosso comitê – esqueci o nome agora – do Denasus. Há um comitê do Ministério, Conass e Conasems. Criamos o TAS, que foi importantíssimo para realmente separarmos o que é deslize e fraude do que é impropriedade. Isso está dando muito certo. Agora, há uma lei, uma portaria – não é nem decreto – do Ministério sobre o TAS. Estando na lei, eu acho que vai ser importante ver o que é impropriedade. Isso é fundamental.

Quanto à responsabilização dos gestores, nós temos algumas dúvidas, e vou colocar rapidamente alguns pontos para cumprir o meu tempo.

Já falaram também sobre os planos de saúde. Nós fazemos planos de saúde. Acho que há 5.568 Municípios. Hoje, todo mundo faz plano de saúde. Agora, como fazer é outra questão. É importante analisar a qualidade do plano, e ainda precisamos de apoio dos Estados para esse processo de qualificação dos planos de saúde que são feitos hoje.

Os relatórios de gestão são outro ponto. Hoje, praticamente 100% dos Municípios fizeram o SargSUS, indicador que o Ministério criou baseado em relatórios. Esse é um processo feito principalmente pelo André, da Gestão Participativa do Ministério, que contribuiu muito para o SargSUS, que hoje todos os Municípios estão fazendo. Agora, precisamos analisar também esses relatórios para saber em que devemos investir mais. Esse é outro assunto importante para o qual a lei vai dar mais compromisso.

Nós temos uma dúvida em relação ao §3º do art. 36, que estabelece que os planos de saúde conterão as metas estabelecidas no contrato organizativo da gestão pública.

O Coap também é outra coisa importantíssima que foi colocada aqui. O Coap, hoje, está no decreto do ano retrasado que regulamenta a Lei 8.080, mas agora vai entrar na lei. Esse é um grande avanço que houve nessa proposta.

Agora, nós estamos achando que é preciso inverter. Na verdade, os planos de saúde vão contribuir para o Coap, e não o Coap para os planos. Então, nós precisamos talvez entender um pouco melhor o §3º, que está aqui. Mas a proposta é interessante. Acho que o Coap é fundamental.

Nós estamos num processo de implantação do Coap. Por enquanto, estamos meio lentos. Conseguimos implantar no Mato Grosso do Sul, durante um ato em que o Senador e o Governador estavam presentes, e em algumas regiões do Ceará. Nós sabemos que outros Estados estão passando por esse processo, mas nós vamos ter que fazer isso no Brasil inteiro. Há quatrocentas e poucas regiões de saúde, e todas elas têm que fazer o contrato. Vamos ver se conseguimos fazer todos os anos, e o Conselho precisa acompanhar esse processo. O fundamental é que nós vamos ter esse contrato, que vai começar a entender melhor qual a responsabilidade dos vários Municípios, dos Estados, do Ministério para cobrar de quem realmente está com problema e não cobrar de maneira apenas cartorial. Então, acho que o trabalho do Coap é fundamental. Era essa a observação.

Uma coisa que aparece muito aqui, Senador, é o Sistema Nacional de Auditoria. Precisamos entender melhor o que é isso. Existe em vários lugares? O que é isso? O Decreto 1.651, de 1995, baseou-se muito no sistema de auditoria que estava vindo do Inamps, incorporado ao Ministério da Saúde, e ficou por aí. O que é esse sistema? O Ministério vai ter que rever um pouco a auditoria hoje do SUS – nós vamos rever. Que auditoria será feita no Estado? Que auditoria será realizada do Município? Como será a auditoria em Serra da Saudade, em Minas, que tem 810 habitantes, e a

auditoria no Município de São Paulo? Como será feito isso? É preciso haver uma auditoria na área de saúde ou uma auditoria no Município com um todo? Nós vamos ter que discutir essa questão que aparece muito aqui. Nós vamos ter que detalhar um pouco mais o que é o Sistema Nacional de Auditoria, que está meio confuso. Precisamos entender melhor.

Senador, quando se fala aqui de bipartite, de tripartite, talvez seja importante acrescentarmos também as CIRs, que são as comissões regionais de saúde que fazem parte já do decreto. Eu acho que elas são citadas, se não me engano, naquela lei que aprovou aqui a Comissão Intergestores; nela já aparece a CIR. Foi o senhor que incorporou a CIT, a CIB e colocou a CIR. Ela é fundamental para fazer o contrato, o estudo da regionalização. Então, acho que a CIR também é interessante.

Eu já falei sobre o relatório de gestão. Nós fizemos o SargSUS em praticamente 100% dos Municípios, mas nós vamos ter que trabalhar um pouco mais esse relatório, porque ele é fundamental para os Conselhos Municipais de Saúde. Com base no relatório, o Conselho vai trabalhar, como o senhor colocou. É realmente fundamental qualificarmos mais esses relatórios. Mas já avançamos bastante, pelo menos nós estamos cobrindo hoje praticamente 100% dos Municípios. Estão produzindo. E nós precisamos agora avançar mais na qualidade.

Eu notei uma coisa interessante: o Denasus, sistema de auditoria, coloca que nós temos 600 Municípios com sistema de auditoria. Então, nós temos quatro mil... Mas o que são 600? Por que há Municípios que têm e Municípios que não têm? Daqui a pouco os que não têm podem... Nós precisamos saber como esses 600 chegaram a isso para ver – pode ser até que...

Outra coisa que foi colocada aqui, o René colocou bem, é o rateio. Esse rateio está na Constituição, está na Lei 8.080, mas, na prática, como ele colocou, é aquele sistema fragmentado de caixinhas, de blocos que não estão na lei, que a contrariam, criam um problema. Grande parte da impropriedade é consequência de um Município pegar dinheiro do MAC, laboratório básico, coisa simples de laboratório, e aplicar no PAB ou vice versa: pegar dinheiro do PAB e aplicar em laboratório. Aí fazem um processo, ficam anos para responder, recebem correspondência em casa dizendo que têm que devolver 1 milhão em não sei quanto tempo. A Cidinha está numa situação dessas lá. Isso acontece porque pegou um dinheiro e colocou...

Eu sei que o Ministério está fazendo essa discussão, parece que está terminando essa discussão para apresentar para nós. E nós estamos até discutindo isso no nosso congresso agora, porque realmente essa é

uma oportunidade boa que nós temos de mudar esse sistema de repasse de recursos dos Estados para os Municípios e de recursos federais para os Municípios.

Outra coisa que eu vou falar do Ministério, dos Estados aqui é que uma coisa importante na Constituição sobre o papel do Município é o apoio técnico e financeiro aos Municípios.

Sobre o financiamento já foi falado aqui. Nós estamos realmente com financiamento insuficiente. Vamos ver se discutimos agora e trazemos para o Congresso aquela emenda popular, no dia 10, no nosso congresso, quando vamos discutir isso. Estamos convidando os Senadores para participar da reunião do dia 10. É o Conselho Nacional de Saúde que está conduzindo esse processo.

Agora, nós precisamos também apoio técnico, porque, se o Ministério e o Estado não derem apoio técnico aos Municípios, eles vão ter muita dificuldade. E se não houver esse apoio técnico, como controlar isso? Como controlar o apoio técnico?

Vou dar um exemplo: formação de médico. Se não houver uma formação de médico adequada e algumas coisas que dependem muito do Ministério da Educação e da Saúde, como é que o Município montará serviço de Saúde da Família, UPA, Samu, 35 mil equipes de Saúde da Família, se não formam médicos, quer dizer se não há apoio técnico para isso? E os Municípios estão todos aí em ações difíceis e até sendo acusados de não cumprir a lei, porque não têm médicos, como se fossem eles que conduzissem esse processo.

Então eu acho que, nessa área de apoio técnico e financeiro, talvez a gente precisasse colocar alguma coisa aqui nessa proposta dessa lei para estar cobrando.

Na parte de vigilância sanitária, item 1 do art. 38, alínea “k”, quem responde quando você deixa de prestar o serviço de forma satisfatória? Quem responde é o Ministério, o Estado ou o Município? Quem é? De repente a culpa pode não ser só do Município. De repente, ele não faz porque não conseguiu. Então, eu acho que a gente precisaria talvez definir um pouco mais também esse item 1 do art. 38, “k”.

E outras coisas também, Senador, por exemplo: “inserir ou facilitar a inserção de dados falsos” e tal. Isso já é crime. Então, não sei se haveria necessidade de repetir isso aqui. Falsificar não precisa nem estar aqui, porque já é crime; talvez haja outras leis até que responsabilizem.

Então é isso aí. Eu acho que está ótima essa proposta. Nós vamos trabalhar e eu acho que é interessante que a gente realmente aprove logo isso para realmente começar a tomar providências que são fundamentais para os Municípios, junto com Estados e com o Ministério da Saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Queria agradecer a exposição do Dr. José Enio Duarte, que começou dizendo que estava muito bom, mas fez várias observações sobre o que é preciso modificar. Não sei se o relator percebeu isso. Ele foi bem diplomático... Mas são essas contribuições que a Comissão espera receber, porque uma lei como essa – estava conversando aqui com o Dr. Fausto –, quem sabe, o pessoal dessa área da saúde, no repasse, pode sentar com quem faz isso e com o pessoal que recebe, para ver como é que vamos diminuir...

Imagine cem formas de repasse, Senador Humberto! O recurso vai para a caixinha A e o prefeito, naquele desespero, acaba usando para atender uma ou outra necessidade. Isso vai acontecer! Então, acho que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Com uma necessidade aqui, olhando o dinheiro ali.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É difícil. Acho que essas coisas práticas é importante discutir, para que a lei atenda realmente com abrangência, mas também flexibilizando quem opera o sistema lá na ponta, senão fica muito difícil.

Quero, aqui, dizer o seguinte: fizemos o convite ao Sr. Antônio Carlos Figueiredo Nardi, que é representante da Frente Nacional dos Prefeitos, a assessoria confirmou a presença, e não temos, até o presente momento, uma justificativa...

O SR. JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE – Ele é representante do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde.

Estou representando também a Frente Nacional dos Prefeitos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não ouvi. Desculpe-me.

O SR. JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE – Eu me esqueci de falar da Frente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Você se colocou como representante...

O SR. JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE – Como Presidente do Conasems; agora, como representante da Frente, realmente não falei.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então está justificado. Estava achando realmente estranho, porque essa é uma questão que diz muito, que é muito próxima dos prefeitos. Então, o Sr. José Enio Duarte, na verdade, também falou aqui como representante da Frente Nacional dos Prefeitos. Está esclarecido isso. Só queria esclarecer porque alguém poderia questionar: “Mas essa Mesa não tem essa representação?”.

Agora ouviremos o último expositor, o Dr. Fausto Pereira dos Santos, que representa aqui o Ministério da Saúde.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Waldemir Moka, Presidente da CAS; o Senador Humberto Costa; o Senador Wellington; de agradecer a oportunidade dada ao Ministério de participar, mais uma vez, desse debate; de cumprimentar os colegas da Mesa, do Conass, do Conasems, do Conselho Nacional de Saúde, e todos os presentes.

Primeiro quero falar – e já expressei isso em outras ocasiões para o próprio Senador Humberto Costa – da importância que o Ministério dá a esse projeto e a essa discussão.

Já tínhamos feito essa discussão outras vezes, desde o projeto original do Deputado Roberto Gouveia, em 2003 – acho que é o nº 1, de 2003. Esse projeto não andou na Câmara na velocidade que queríamos. Na época, já discutíamos isso. É importante essa discussão como uma questão estruturante para o Sistema Único de Saúde.

Claro que houve outras leis nesse período que trouxeram novos componentes para essa discussão, como a Lei nº 141, como a lei que criou o Conass, o Conasems – não que criou, mas que identificou a representação formal dessas duas instituições dentro da pactuação do SUS, das comissões intergestoras. Então, na verdade, tivemos aí, nesse período, um conjunto de outros documentos legais que entraram em vigor e todos eles, ainda assim, ressaltaram a importância de termos uma discussão de responsabilidade sanitária no Brasil.

Acho que a Lei nº 8.080, apesar de definir responsabilidade para os gestores, até em nível de complexidade tenta se aproximar do que seria responsabilidade, mas manteve certa zona cinzenta, talvez porque esse não fosse o papel dela. Deixou uma zona cinzenta de responsabilização e de objetivação dos papéis.

Então, eu acho que uma discussão de responsabilidade sanitária tem que ter um primeiro pressuposto que é a definição mais clara da divisão de responsabilidades e dos papéis e uma objetivação desse processo, até para depois haver uma imputação de responsabilidade, porque a responsabilidade compartilhada, que muitas vezes é discutida, do ponto de vista, por exemplo, do Judiciário, acaba não alcançando ninguém, ou alcançando a todos e, no final, se gera um processo extremamente moroso, inclusive em termos de tomada de decisão. É a tal da ação contra todos os entes, o litisconsorte, um ente se retira outro é colocado...

A iniciativa de ações judiciais, por exemplo, no Estado de Minas Gerais, contra todos os entes, nor-

malmente se inicia contra todos os entes e acaba terminando na mão do Estado. Pelo menos esse é o padrão do Judiciário mineiro. O Estado acaba sendo... Principalmente porque acontece muito na área de medicamentos.

Então, eu acho que a questão da responsabilidade objetiva de cada um dos entes precisa ser definida. Acho que nós temos alguns instrumentos para caminhar nesse sentido, um padrão de cobertura obrigatório, que pode estar expresso naquilo que o Decreto nº 7.508 colocou, como a Renases e a Rename, e dentro de uma discussão objetiva de qual é a cobertura do SUS, qual é a responsabilidade de cada ente nesse tipo de cobertura, que pode estar expressa no contrato organizativo de ação pública, em um contrato entre os entes, para expressar essas responsabilidades. Não que a gente vá eliminar a responsabilidade compartilhada, mas para diminuir um pouco essa discussão que muitas vezes acaba não apontando e não alcançando ninguém.

A saúde, Senador, diferentemente, por exemplo, da educação... A educação tem um pouco mais de clareza do que é o papel de cada ente no processo. É claro que o processo de estruturação da educação é um pouco mais simples do que o da saúde. O aluno não começa aqui, de manhã frequenta aula no Município tal e de tarde vai para outro. Não é isso. Então, óbvio, é um pouco mais simples. Se a gente conseguisse objetivar as responsabilidades de cada um dos entes, não eliminaríamos de forma definitiva a responsabilidade compartilhada, porque ela tem a ver com financiamento, tem a ver com a estruturação do sistema, mas poderia objetivar um pouco mais aquilo que é precípua da organização do Estado, do Município e da União. Eu acho que essa é uma primeira questão que a gente precisa enfrentar, então, para a definição de uma responsabilidade sanitária mais objetiva.

Outra questão é que eu acho que o agente público imputado na responsabilidade sanitária – concordando aqui com os colegas que me antecederam – não pode ser exclusivamente o gestor da saúde. Na minha opinião, não só o gestor econômico, ele tem que alcançar também o agente público eleito, que é, na verdade, o responsável final por nomear os secretários municipais, nomear os secretários estaduais, nomear os secretários de fazenda. Essa imputação de responsabilidade ao agente público é fundamental. E aí, tem que definir também algum nível de gradação, porque uma coisa é o desvio de recursos, alguma coisa de ações que estavam ali e não foram feitas; outra coisa é não ter a condição de executar aquilo que deveria estar colocando como sua responsabilidade.

Outra questão que me preocupa também nessa discussão da responsabilidade sanitária, que às vezes se confunde e que eu acho que talvez fosse preciso deixar um pouco mais claro, é que nós já temos um conjunto de legislações e de controles externos sobre o funcionamento do setor público em que as coisas não poderiam se misturar muito. Essa coisa de fraude, de não cumprir o rito da licitação... O que está previsto na legislação da Administração Pública tem inclusive agentes e controles externos para fazer, até para não levarmos, às vezes, para o Conselho de Saúde uma questão que não está afeta à sua capacidade, digamos assim, de analisar. O Conselho teria dificuldade de dizer se uma licitação foi ou não...

Então, às vezes, nessa discussão da responsabilidade sanitária, deve ficar um pouco mais clara a separação do que ela está buscando, que é o cumprimento dos planos municipais, que é o cumprimento do contrato, que é o cumprimento da responsabilidade definida para o setor saúde. E essa outra questão tem um conjunto de regras, inclusive de normas, às quais hoje os agentes públicos já estão submetidos até para tentar desviar um pouco dessa confusão, que muitas vezes está sendo criada, entre o Sistema Nacional de Auditoria ou o Sistema de Auditoria e o papel da CGU, no caso do Governo Federal. Mas acho que nos Estados também há algum nível de instâncias de controle interno em que se gera uma *overdose* de ritos de controle e não se alcança o que é de nosso interesse em uma Lei de Responsabilidade Sanitária, ou seja, que os gestores de saúde, os gestores do sistema cumpram as responsabilidades a ele definidas e os seus papéis claramente definidos. Então, acho que essa é uma preocupação.

Acho que nós temos problemas importantes que a Lei de Responsabilidade Sanitária vai nos obrigar a enfrentar – e aí alguns já foram levantados –, como a reorganização do Sistema Nacional de Auditoria, nessa compreensão de que ele tem componentes municipais, estaduais e nacional, e o papel do nacional, para, de novo, não entrarmos em uma discussão sobre o papel da CGU e o papel do Sistema Nacional de Auditoria.

O Sistema Nacional de Auditoria, em minha opinião, tem a ver muito mais com a discussão sobre a responsabilidade sanitária do que com essa outra discussão de controle, digamos, do rito processual da execução da despesa. Isso, para mim, parece muito mais uma preocupação dos órgãos de controle, pois todos estão afetos a ela e não especificamente a uma discussão que... Infelizmente, no nosso sistema de auditoria, na maior parte das vezes, 80%, 90% delas – seja provocado pelo Ministério Público, seja provocado pela Controladoria-Geral da União, seja provo-

cado pelo Tribunal de Contas da União –, o Sistema Nacional de Auditoria acaba gastando mais de 80% do seu tempo com essas análises de ritos processuais e desvios de finalidade daquele recurso. Eu acho que essa é uma questão.

Por último, é importante o que a Lei Complementar nº 141 trouxe, e eu acho que nós temos de absorver, que é o novo papel tanto dos planos quanto dos relatórios de gestão, quanto dos conselhos de saúde. Então, eu acho que a lei... Quer dizer, um RAG (Relatório Anual de Gestão) reprovado tem de ter repercussão, seja para o órgão de controle, para o Tribunal de Contas do Estado que fará a análise daquela prestação de contas, portanto, ele tem de estar atento a essa questão de se o Relatório Anual de Gestão foi aprovado ou não, até para poder balizar a prestação de contas nesse outro âmbito. Mas a Lei de Responsabilidade Sanitária teria de acolher essa discussão e a visão de que um Relatório Anual de Gestão reprovado precisa ter repercussão.

É claro que a aprovação do Relatório Anual de Gestão muitas vezes tem algum nível de, vamos chamar assim, politização, não de política partidária, mas de política de compreensão de políticas de saúde e de encaminhamentos. Também é claro que um Relatório Anual de Gestão tem constrangimentos legais de leis orçamentárias, de leis de diretrizes orçamentárias, de leis de execução orçamentária. Então, tem seus constrangimentos legais. Mas ele, como expressão do plano, como expressão da realização ou não do plano, me parece que precisa ser bastante valorizado, bastante absorvido nessa discussão da responsabilidade sanitária.

Então, para nós do Ministério, a conjunção da implantação da 141 com uma Lei de Responsabilidade Sanitária que alcance essas questões já colocadas pelos colegas e que eu aqui coloco, daria, em nosso entendimento, uma estruturação bastante interessante e importante para o futuro do sistema, inclusive para a discussão do que fazer, eventualmente, com mais recursos para a área de saúde, preocupação que há na sociedade brasileira. Se a sociedade brasileira, de um lado, expressa a vontade de que tenhamos mais recursos para a área da saúde, ela expressa também a vontade de que os recursos da área de saúde sejam mais bem utilizados e de maneira mais transparente e que se possa, de alguma forma, fazer esse acompanhamento.

Então, eu acho que a conjunção da Lei Complementar nº 141 e de uma Lei de Responsabilidade Sanitária dariam, inclusive, uma resposta para a sociedade. É o seguinte: “Olha, a saúde precisa de mais recursos e há capacidade, estrutura e forma de mostrar para a

sociedade que esses recursos vão ser bem aplicados, vão ser aplicados na finalidade correta, no sentido de impactar para melhorar o sistema de saúde brasileiro, que eu acho que é o esforço de nós todos aqui, tanto desta Casa quanto nós, que estamos na operação cotidiana do sistema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer a exposição do Dr. Fausto.

E, de imediato, também passar a palavra ao requerente desta audiência pública e também ao nosso Relator, o Senador Wellington Dias.

Então, com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu serei muito breve.

Apenas queria resgatar as preocupações que nós tivemos quando formulamos essa proposta. Primeiro, ela foi formulada há algum tempo e muitas coisas mudaram. Inclusive, como ela procura tratar também de responsabilização, responsabilidade, transparência e acho que nós estamos vivendo outros tempos, vamos precisar adaptar essa legislação a esses tempos que nós estamos vivendo.

O que me moveu a apresentar essa proposta – e quando também estávamos no Ministério nosso objetivo foi também esse – era, em primeiro lugar, nós termos clareza do que cabe a cada um dos atores dentro do sistema de saúde. Isso hoje ainda é uma complicação; há uma franja em que não se sabe o que é do Estado, o que é do Município, até mesmo o que é do Governo Federal, embora com relação a este haja uma clareza um pouco maior. Isso é importante inclusive com o objetivo de isso poder ser cobrado e que o não cumprimento dessas responsabilidades pudesse ensejar algum tipo de constrangimento aos que deixassem de cumpri-las.

Há algumas coisas no sistema de saúde que são complexas – o Fausto estava conosco no Ministério, e atualmente essa situação se colocou em vários momentos –, como não termos instrumentos para enfrentar certas situações, sendo a única prejudicada a população, enquanto nós ficamos discutindo de quem é a culpa, de quem é a responsabilidade. O que fazer com um Município que não cumpre uma responsabilidade mínima por uma decisão política do prefeito ou do secretário de saúde? Nós precisamos ter esses instrumentos.

A segunda coisa relevante é que eu acho que nós estamos precisando, de fato, dar uma resposta forte a esses questionamentos quanto à gestão do sistema. E não é somente dar uma resposta forte do ponto de vista de ampliar a legitimidade do sistema.

Eu acho que um dos objetivos dessa proposta é nós construirmos uma legitimidade que nos permita cobrar da sociedade que ela viabilize os meios para que o sistema possa funcionar, ou seja, a população saber que o recurso está sendo bem gasto, que quem gastar mal pode ser apenado, que quem roubar pode ser apenado, que quem for negligente pode sofrer algum tipo de pena, enfim.

E, portanto, eu entendo que nós precisamos avançar nisso. E eu gostaria, o meu desejo é o de que essa lei possa ajudar nesse objetivo. Nós estamos discutindo o tema do financiamento, mas todas as pessoas, sejam do Ministério, sejam dos Estados, dos Municípios ou técnicos colocam hoje o seguinte: não vai dar certo se a gente pegar esse dinheiro e jogar; ele vai virar pó. Tem que ser uma coisa planejada, com metas e tal. E eu acho que isso se coloca também dentro dessa visão e dos objetivos que essa lei tem.

Acho que não poderia ter melhor relator para essa matéria que o Senador Wellington Dias. A nossa ideia, nós temos tentado trabalhar junto com a Câmara, para ver se conseguimos elaborar aqui um relatório que vá para lá e não seja modificado, para evitar que volte para cá ou que vá para lá novamente, e a gente possa ter essa lei aprovada num espaço de tempo curto.

Uma primeira versão feita pelo Deputado Rogério Carvalho me pareceu algo muito complexo, mas era importante que vocês tivessem conhecimento. Há uma mais recente, mas ainda é, no meu ponto de vista, muito complexa. Eu acho que trata de coisas que, talvez, devessem ser tratadas em outro momento, mas o Relator vai poder dar o encaminhamento que ele achar adequado. Se nós conseguirmos chegar a esse entendimento, bem; se não, acho que a gente vai ter que coser por aqui mesmo. Wellington é uma pessoa que ouve bastante. Vamos ter, certamente, oportunidade de nos encontrarmos mais para fazer esse ajuste.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito bem. Agradecemos ao Senador Humberto.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer não só pela contribuição de cada um aqui presente, mas também pela forma muito precisa com que apresentaram. Vejam: ainda no primeiro semestre de 2011, a gente tinha na sociedade um momento em que o tema da saúde estava muito na ordem do dia. E ali, a discussão era a gestão, era a falta de dinheiro. Eu me lembro de uma fala da Presidenta Dilma em Sergipe, em Aracaju, em uma reunião com os governadores do Nordeste, de que participei e em que estava presente o Ministro da

Saúde. E ela disse uma frase que eu acho que mostra um pouco as chances que a gente tem neste Governo de andar. Ela disse que, primeiro, estava convencida de que, na verdade, eram os dois – e nas falas aqui, claramente, não há controvérsias; temos que melhorar a gestão e temos que ter mais recursos.

Eu acho que nesse ponto – é o que vocês colocam aqui –, nós concordamos. Na fala do Dr. Enio Duarte, fica clara a necessidade que têm os Municípios. Eu fui governador do Piauí, cuja capital tem com 800 mil habitantes; Parnaíba, 150 mil, mais uns dez Municípios com 40 mil, 70 mil, mas boa parte são Municípios de 4 mil habitantes, de 5 mil, 10 mil, enfim. Então, vocês podem imaginar um Município desses. Agora a gente está discutindo a aprovação de uma lei para procuradores nos Municípios. Qual é a chiadeira dos pequenos? “Moço, a gente não vai ‘guentar’...” (*Risos.*) Então, não tem como aguentar mais coisa lá. No meu Município, sobram R\$30 mil por mês. Se eu for pagar o salário que quer um procurador... Já estamos negociando para puxar, inicialmente as capitais, ter uma regra em relação aos outros. Eu ouvi aqui em relação às auditorias. Vocês imaginem ter em cada Município um sistema de auditoria! Enfim, não vão aguentar. Bom, então a gestão, tem que modificar.

Venho defendendo que a gente precisa ter, como se trata de uma área muito complexa a da saúde... Eu gostei da comparação do Dr. Fausto, que disse que, se a educação já é complexa, a saúde é muito mais. Qual é o nó que a gente tem? Pela democracia, quem é eleito não tem a obrigação de entender da complexidade de cada coisa que ele vai gerir. Eu era um bancário, virei governador e tinha que entender de saúde, de educação, de segurança, do social, enfim, de mil coisas. Então, há necessidade de a gente aprimorar esse sistema de formação.

Eu vi a dureza no meu Estado para fazer uma coisa óbvia. Para ser diretor de um hospital, o requisito não é ser médico, como muitas vezes é colocado; o requisito é entender de gestão hospitalar, de administração hospitalar. Aliás, até para dirigir uma escola, ou outras coisas, há essa necessidade.

Mesmo assim, a gente tinha uma dificuldade muito grande de onde formar. “Se eu não tenho ninguém, o que eu vou fazer?” Agora, mais recentemente, é que as universidades passaram a pulverizar, descentralizar um pouco mais a formação. Então, eu acho que é um tema essencial. Esse, em minha opinião, até já é um pouco mais claro. Já há experiência, já há formatações que estão melhores, e acho que podem ser trabalhadas. E a contribuição que foi dada aqui da necessidade de a União, no seu papel, dar um apoio principalmente aos

Municípios – os Estados até que têm uma condição melhor –, eu acho muito importante.

Dentro disso que a Presidenta colocava, ela dizia, sobre o financiamento, uma coisa que eu acho fundamental – eu e o Humberto temos acompanhado aqui; o Waldemir Moka, como também o nosso Presidente, tem tido muitas reuniões com o Ministro: se não há dinheiro para tudo... Teoricamente, vamos colocar xis por cento do PIB, ou da receita bruta, ou da receita corrente líquida; nós aqui conhecemos como é a finança pública. Na hora em que a gente apresenta a conta de quanto quer, tem que definir de onde vêm os recursos. Isso na União, nos Estados e nos Municípios. Então, há R\$50 bilhões sobrando, para botar na saúde? Não. Há R\$40 bilhões? Não. Mas eu acredito que, se a gente estabelecer uma meta... É precisa mover.

Por exemplo, eu me senti frustrado aqui, mas o Humberto – na época, eu não era Líder – é que ficou mais apertado aqui, porque nós tínhamos a posição de não votar a Emenda 29 sem definir a fonte da União. Eu dizia: “É melhor não votar, porque nós vamos votar, não vamos definir, e a conta não vai fechar. Vamos botar o lado das despesas, não vamos botar o lado das receitas, vai piorar”. Piorou. Nós temos hoje uma situação muito mais delicada. Já não era fácil. Quando eu fui governador, para cumprir os 12%, eu respondi a processos porque não cumpria os 12%. Será que era porque eu não queria? Na época, eu me lembro, fiz um levantamento: 21 governadores não cumpriram. Será que é porque 21 governadores não queriam? Será que ninguém tem compromisso com a saúde? Não, é porque, na formatação que havia ficado, realmente não dava, porque, do outro lado, havia a educação, querendo 25%, às vezes ia para 30%, e por aí vai.

Então, eu cito isso para dizer que a gente tem problemas. O que a Presidenta e o próprio ministro têm manifestado em encontros, em falas é: nós temos problemas na área de profissionais? Há escassez de profissionais? Essa discussão, todo esse debate sobre os médicos, em minha opinião, foi todo truncado, todo malfeito. Esses dias, eu perguntava ao Ministro e à Presidenta: vamos imaginar aqui que a gente faça uma conta e cheguemos à conclusão de que precisamos de seis mil médicos imediatamente; se aparecerem seis mil médicos brasileiros, nós vamos precisar de estrangeiros? Não. Então, porque é que eu estou botando na frente o estrangeiro nessa discussão, se o objetivo primeiro é resolver com o brasileiro? Nós estamos perdendo a comunicação nesse negócio, porque quem conhece a proposta completa vê que não tem nada dessa discussão no mundo real. A discussão é: descentralizar a formação, residência, etc., etc.

Então, esse é um problema que o Governo que resolver. Qual é o valor? Ou seja, ter dinheiro para algo e que depois a gente possa prestar contas ao povo.

O povo percebe que chega à unidade de saúde e não há médico para atendê-lo. É um problema real. Então, vamos dar solução para esse problema real. Há uma cidade do Mato Grosso do Sul em que o cidadão vai, no bairro dele, no povoado ou na sede da cidade, e não há um médico. Ele quer uma solução para aquilo ali. Então, vamos ter de dar uma solução. Aí, vamos ter de achar dinheiro, não há para onde correr. É a média complexidade? Alguém precisa de um exame, de uma cirurgia? O cidadão está doente; como é que ele vai entender que há uma fila e que ele vai ser atendido daqui a 90 dias, daqui a 180 dias? É isso que a população não entende. Então, para isso aí, a Presidenta, o Ministro da Saúde, da Fazenda estão dizendo: “Isso aqui nós vamos resolver”.

Então, em que acredito? – e, nesse ponto, eu parabeno-o aqui, pela experiência também. A gente tem aqui o luxo de ter um ex-Ministro da Saúde, autor de um projeto, para nos ajudar a entender. Aqui o aprendiz sou eu, de todos os que estão presentes.

Mas o que eu avalio, de forma sincera – e é isso que eu queria compreender com vocês –, é que há uma ideia que nós vamos resolver aqui. Desde a época do governo do Presidente Lula, eu já tratava dela, Senador Moka. O dinheiro que vai fundo a fundo tem menos esse problema de conflito, de fiscalização. Dinheiro que sai do Governo Federal e entra Fundo Nacional de Saúde, do qual vai para o Fundo Municipal ou Estadual de Saúde; na hora em que ele entra lá, ele é regido pelas regras do Município. É diferente de um convênio. Eu faço um convênio...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu sei, mas é aí onde está a nossa responsabilidade de separar, porque, se não for assim, não é preciso de fundo. Quer dizer, se...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas é isso que precisa ficar claro, não é?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Beleza!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Essa é a preocupação que eles externaram aqui.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É a isso que eu vou chegar aqui.

Então, todo o raciocínio que estou fazendo é para compreender exatamente isso. A gente precisa fazer.

Eu gostei aqui de uma palavra que foi dita, acho, pelo René, da necessidade de se fazer uma coisa muito objetiva, muito clara. Acho que a Dr^a Socorro aqui

também colocou. Se você faz uma lei muito genérica, dá mil e uma interpretações, porque não tem sentido. Não fomos nós que inventamos esse negócio de fundo; quem inventou foram outros países. E a lógica do fundo é a tal da independência dos níveis de governo. Se eu tenho coragem de botar dinheiro na sua conta, eu tenho de confiar no seu sistema. Se eu coloco esse dinheiro num fundo que tem um objetivo, que é a saúde, eu tenho de acreditar que ali ele vai ser trabalhado, e é com as regras daquele ente.

Então, é uma tese internacionalmente resolvida, e o Brasil não pode deixar... Aliás, eu brinco muito que as corregedorias, as controladorias, que são para evitar o problema, muitas vezes são geradoras de problemas. A controladoria é para proteger, para orientar os que estão em determinado nível de governo, e acaba virando outro órgão externo, e não deve haver, de modo algum, esse papel de ser um novo órgão externo. “Olhe, há este problema; Sr. Ministro, chame a sua equipe aqui; a solução é assim, assim e assado.” Por quê? Porque, para fiscalizar, já existe o TCU, já existem as auditorias, já há um sistema próprio para fazer.

Eu queria aqui fazer uma pergunta. Apesar de ter me sentido bastante contemplado, eu queria examinar aqui apenas: nesta parte do Sistema Nacional de Auditorias, houve posições aqui que me deixaram confuso. Há um sistema nacional, e todos dizem que é preciso definir os papéis; mas eu acho que não ficou muito claro, no pensamento de cada um, qual é mesmo o papel do nacional, qual é mesmo o papel do estadual e do municipal. E isso, pelo que ouvi aqui, é ponto dos mais relevantes para os objetivos aqui que o nosso autor do projeto deseja. É garantir aquilo que a população cobra, que é a eficácia do que ele bota de dinheiro para a gente executar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Bom, por coincidência, eu estou participando de uma comissão especial que vai tratar das leis de licitações, Senador Humberto. E é impressionante como sai uma legislação, e aí, por conta de possíveis fraudes – “Ah, mas o cara pode fazer isto, pode fazer aquilo” –, coloca-se um monte de coisas, um monte de objetivos, para evitar que alguém possa fraudar, e fica um negócio tão complexo que, na hora de operacionalizar aquilo, vira um problema.

Então, eu acho que as coisas têm de ser objetivas. E o cara que fraudar tem que ser punido exemplarmente. É isso que tem de acontecer! Agora, se a gente começa a colocar em vários níveis: “Oh, mas pode acontecer isto, pode fazer aquilo!”... A começar pelo próprio Tribunal de Contas da União. Quantas obras paralisadas? E então dizem: “Mas, ali, o preço do parafuso...”

Não pode ser nesse nível. Eu acho que nós temos de ter alguma coisa mais rígida, mas em que o importante seja o custo. Aconteceu, e aquilo foi realizado e tem qualidade? Senão, vamos ficar o tempo todo... É uma burocracia, e acaba se criando uma equipe em função da burocracia. Eu estava conversando com ele, é tanto questionamento que, muitas vezes, aquelas pessoas que tinham que se dedicar à parte administrativa ficam respondendo a indagações de um órgão tal, de outro órgão tal e de outro órgão tal. O dia inteiro respondendo a esse tipo de indagação.

Por isso, Senador Humberto, encerrando minha participação aqui, como Presidente, considero duas coisas com objetividade, Senador Wellington Dias: aproveitar essa opinião aqui, sentar, se for o caso, com as equipes aqui e colocar esse projeto, o mais objetivamente possível, na Comissão de Assuntos Sociais, para que a gente possa votar. Estou convencido disso, de uma lei de responsabilidade sanitária. É do que precisamos para que possamos dizer que podemos ter mais recursos porque temos condições de fiscalizar esses recursos de forma mais eficiente.

São essas duas coisas que considere, mas não posso deixar de dizer o seguinte: tudo isso é importante, a questão da gestão é importante, mas eu me arrisco a dizer que o subfinanciamento chegou a tal ponto que bagunçou a execução orçamentária nos Municípios. Foi tão escasso o recurso que se começou a fazer uma série de improvisações lá na base, lá no pequeno Município, no Estado com menos recurso.

Então, não é possível. Nós temos de corrigir essa distorção; temos um sistema universal de saúde, nós fizemos opção política para isso. Eu me orgulho disso, é um sistema importante. Sou de uma geração que, quando fiz o meu curso de Medicina, no Estado não tínhamos isso. Havia o paciente particular, o que tinha o Inamps e havia um segmento que era chamado de indigente. O acadêmico, o médico ia lá tratar daquele paciente quase que como uma doação ou por piedade. Nós não temos mais isso; temos um sistema em que o Estado se obriga a atender 100% dos brasileiros. Há uma distorção em que o cidadão tem o plano de saúde, mas ele não abdicou do seu direito constitucional de receber tratamento via SUS. Aí, há a confusão do que é a saúde, o atendido no SUS, e o plano de saúde não promove o ressarcimento disso tudo.

Então, tudo isso é fundamental.

Para encerrar, Senador Wellington, acho, Senador Humberto Costa, nós já conversamos sobre isso. Vamos conversar hoje à noite sobre isso, mas não temos a maior e a melhor oportunidade para votarmos aqui uma obrigação, a questão de destinar 10% dos recursos da receita bruta...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu vi aqui, da receita corrente líquida, dão em torno de R\$20 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É importante isso...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Da bruta, dão R\$40 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador, é importante isso, essa é a melhor oportunidade. Agora, com responsabilidade. De que forma vou fazer? Vai haver uma transição? Qual é a fonte de financiamento? Concordo com isso, mas nós precisamos definir isso.

Vou ficar o tempo todo aqui, na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, dizendo que este é o meu papel como Presidente: fazer com que ainda possamos votar isso, destinando os recursos. Os Municípios são obrigados, os Estados estão obrigados, e nós não temos isso na União, e com um detalhe, a nossa Emenda 29 dispõe que determinados recursos que os Estados e os Municípios colocavam também tiveram que tirar, porque esses recursos não se caracterizavam também diretamente para a saúde.

Portanto, há um rigor com Município e com Estado que não há no âmbito do Governo Federal.

Eu indago se algum dos expositores quer ainda fazer alguma colocação em relação ao que foi dito pelo Senador Wellington Dias. (*Pausa.*)

Pois não. Vou fazer, depois, uma rodada para encerrarmos.

O SR. RENÉ SANTOS – Bem rapidamente.

Primeiro, concordando com o Senador Wellington, quando a gente discute responsabilidade sanitária do gestor público, talvez uma grande preocupação que temos de ter também é dar as condições necessárias para formar as pessoas para trabalharem na Administração Pública. Muitas vezes, eu vejo, principalmente nos Municípios, que quem assume a gestão municipal, por exemplo na área da saúde, Senador Humberto, nem conhece a Administração Pública; vai aprender fazendo. E acho que nós precisamos qualificar melhor esse conhecimento da Administração Pública, criando quadros preparados para isso. Acho que isso é fundamental que a gente também tenha esse cuidado. Muitas vezes, o que a gente chama de impropriedade é o completo desconhecimento do que diferencia o ator do setor privado daquele do setor público. Como no setor público só podemos fazer aquilo que a lei nos autoriza e para isso há que se ter conhecimento pleno e capacidade técnica, precisamos investir muito nessa formação.

Com relação ao que foi colocado em relação à transferência fundo a fundo, Senador Wellington, apesar

de a transferência fundo a fundo ter dado maior dinâmica e maior velocidade de repasse, a forma como ele é pensado em sua essência – e aí não são as normas legais, são as normas criadas por normativas de portarias – cria tantas situações que, em alguns momentos, o fundo a fundo se assemelha até a um convênio. E, à medida que tivemos até um avanço, Senador Humberto, quando saímos das quase cem caixinhas para seis blocos, com o passar do tempo, quem hoje olha a portaria que vigora vai ver que em cada bloco foram se abrindo várias questões que foram criando amarras para um determinado gasto.

E eu acho inclusive o seguinte: quem hoje é gestor público, se continuar na área da saúde com esses recortes, sinceramente, ele estará sempre em risco de estar cometendo alguma impropriedade, porque ele vai ter que tomar decisão política, inclusive de gestor. Muitas vezes, é o seguinte: “Será que vou cometer uma impropriedade em relação a usar o recurso do bloco A no bloco B? Ou vou deixar a população desassistida?” Então, acho que nós precisamos fazer essa discussão. Acho que a Lei Complementar 141 veio para isso inclusive, precisamos definir o critério de rateio de uma forma clara, precisamos qualificar a transferência vocacionada para olhar para os planos – isso está escrito na 141 –, porque isso diminui uma boa parte daquilo que nós chamamos hoje de agendas que os secretários executam para ficar ou se defendendo ou buscando entender como é que o sistema funciona.

Com relação ao Sistema Nacional de Auditoria, acho que é importante o que foi colocado pelo Enio e pelos que estão à Mesa, porque temos de ter claramente o papel de cada componente. Inclusive, Senador Humberto, quanto ao detalhe do projeto, acho que é colocado de forma genérica em vários momentos, mas, principalmente, quando faz o papel de ser participante, junto com o conselho, para a questão de se houve uma infração administrativa ou se houve uma situação de crime. Se for essa situação, têm que ficar claros os limites que ele tem, até em função dos demais Poderes, inclusive dos demais órgãos de controle interno e externo do próprio conselho, para que não se criem dúvidas sobre o papel que ele tem.

Sabemos que a 141, inclusive, traz um papel importante do Siops, instrumentos de acompanhamento do Sistema Nacional de Auditoria, que acho que se têm que conciliar. Não queremos que haja uma interpretação, que às vezes acontece, sei que não há interpretação em seu projeto, Senador Humberto, de que o Sistema Nacional de Auditoria se confunde com o Departamento Nacional de Auditoria do SUS.

Tem que ficar muito claro que o Sistema Nacional de Auditoria é formado por três componentes que

têm de ter papéis de acordo com as necessidades e de acordo com aquilo que é sua atribuição. Às vezes, como a gente sabe que os Municípios já não têm quantidade tão grande de componentes e são só os Estados que fazem auditoria no sistema estadual, tem que ficar claro que não estamos falando de Sistema Nacional de Auditoria do SUS, do Denasus, mas estamos falando de um sistema que vai ter que ser construído de acordo com as suas competências.

Agradeço pela oportunidade, Senador, para estarmos aqui em nome do nosso Presidente, Wilson Alecrim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado.

Dr. José Enio Duarte.

O SR. JOSÉ ENIO SERVILHA DUARTE – Quero aproveitar a fala do Senador Humberto sobre o problema da sociedade, que acompanha esse processo. Ouvi aqui uma coisa de que me esqueci de falar, que uma das infrações administrativas é a gente não manter atualizado o Sistema Nacional de Formação em Saúde. Na verdade, isso está na Lei... Levamos dois anos para fazer isso; estamos em dois mil... E o Ministério abriu um processo agora para que realmente tenhamos informação, para que possa o conselho acompanhar e a própria sociedade. Eu acho que uma das coisas interessantes deste Governo foi a Rede SUS. Eu falei no começo: “Olha, nós não podemos fazer uma vez e daí a quatro anos fazer outra vez. Nós precisamos acompanhar a RET-SUS, que acho que foi importante nesse processo.

Acho que há uma coisa interessante neste Governo, que foi a RET-SUS e o PMAQ-AB, que está avaliando também a atenção básica, que acho que está melhorando muito, colocando mais recursos no Município, para quem realmente está cumprindo.

O René falou aqui que quer duplicar, dobrar o recurso para a Faec e MAC. Nós queremos quadruplicar o programa para a atenção básica também. Nós queremos quatro vezes para a Atenção Básica, porque, a partir daí, nós vamos avançar muito nos outros níveis também.

Quanto à discussão do sistema de informação, eu acho que nós precisamos fundamentar para que a sociedade tenha mais contato com ele, para que ela entenda o que está acontecendo e cobre de quem realmente não está cumprindo. É por isso que o conselho é importante.

O Senador Wellington também colocou o problema da auditoria. Pegue um Município de pequeno porte. Será que tem que haver um sistema de auditoria na Secretaria Municipal da Saúde ou um sistema de auditoria do Município? Porque ele vai ver não só o

recurso federal que entrou fundo a fundo, e é preciso saber que esse fundo a fundo é diferente. O Senador colocou muito bem que nós precisamos, realmente, introduzir esse sistema. Faz parte de um sistema como um todo. É o dinheiro que veio do Estado. A auditoria federal vê o dinheiro que caiu do federal. O Estado vê o dinheiro que caiu do Estado. Aí, há um componente da auditoria do Município, que vai ver o dinheiro que é próprio do Município? Essa, realmente, não é a ideia. Precisamos repensar bem isso aí. Temos que ter uma auditoria do Município, talvez seja do Município mesmo, como um todo, articulada com a auditoria do Estado, articulada com o Governo Federal. A auditoria tem que ser muito em cima também da qualidade do sistema, dos serviços e não só o dinheiro que caiu.

Essa linha que o Senador colocou, da licitação, achei interessante. Hoje está tão complicado esse processo. E não está fácil para conseguir secretário municipal da saúde hoje não, Senador. Há muitos lugares aí que ninguém quer, porque, realmente, é uma tarefa árdua e, ao mesmo tempo, com cobranças que, às vezes, não são porque houve fraude. Porque fraude é fraude. Não queremos nem discutir isso. Às vezes é por interpretações e dificuldades de se fazer isso.

Eu acho que os Municípios hoje estão reclamando por determinar financiamento. O Senador colocou também que a maior parte dos Municípios está gastando os 12%. Se o Município está gastando 15%, que é o que ele tem que fazer, ele fica constrangido. Ele diz: eu gasto 15%, mas eu vou melhorar. Porque a maior parte dos Municípios está gastando 18%, 20%, 30%, e os Estados estão chegando aos 12%. Então, nós esperamos, daqui a algum tempo, que os Estados estejam gastando 15%, 18%, e o Governo Federal esteja gastando no mínimo os 10% que nós estamos querendo do Orçamento. Esperamos isso realmente, até para poder haver até mais cobrança dos Municípios.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Dr. Fausto Pereira dos Santos.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Vou ser bem rápido. Sobre essa questão que o Senador Wellington levantou, do Sistema Nacional de Auditoria e os diversos órgãos de controle que nós já temos, eu entendo o seguinte – aliás, o Decreto de 95, apesar de ter sido feito há quase vinte anos, ele traz um pouco dessa concepção. A implementação ficou muito longe do que está escrito no próprio Decreto. Mas, já no Decreto, havia uma concepção de que o sistema de auditoria que estamos discutindo aqui, que estamos discutindo para dentro do SUS, não tem um caráter de análise de contas. Ele tem que ter um caráter de uma

análise de *performance*, de uma análise de sistema e das questões da área da saúde.

Eu acho que uma auditoria municipal tem a ver com aquilo que o Município opera, do ponto de vista dessa responsabilidade objetiva, que a gente vai definir para ele. Quer dizer, aquilo que ele opera, se ele opera a Atenção Básica, ele tem que ter algum nível – pode chamar de auditoria, mas pode chamar de qualquer outra coisa – que vá minimamente acompanhar esse processo, que vá observar se os sistemas de informação ali estão sendo preenchidos, algum nível de qualidade da prestação de serviço, quer dizer, ele está voltado para auditoria do Município. No caso, ele está voltado para aquele nível de responsabilidade que foi imputado ao Município. E aí, quando você sobe para o Estado, é óbvio que o Estado, também de novo, o sistema de auditoria, no nível estadual, vai ter essa preocupação com o conjunto das questões que estão relacionadas àquele Estado e vai também, óbvio, monitorar e acompanhar os sistemas municipais. Acho que é papel dos Estados acompanhar as *performances* dos sistemas municipais. Não é ingerência.

Aqui, no Brasil, essa coisa dos entes, os três entes da Federação que não têm hierarquia etc., o fato de não ter essa discussão constitucional de hierarquia não significa que esses entes não possam ser ou não devam ser acompanhados e avaliados do ponto de vista das políticas públicas que eles estão implementando, porque ele é um ente que está dissociado, ainda mais na saúde, que tem toda essa relação. Ninguém faz saúde num único Município, apesar de o Município ser um ente autônomo, ninguém faz saúde completa dentro do Município, nem em São Paulo, que é o nosso Município mais complexo. Ainda assim nós podemos precisar naquele dia ultrapassar as barreiras do Município para ser atendido em outro lugar, para fazer outro fluxo.

Então, se essa é uma concepção sistêmica, também essa visão de que as auditorias possam e devam fazer-se monitorar e avaliar *performances* de sistema. Acho que esse talvez seja o grande papel que os sistemas de auditorias vão ter de fazer.

Nesse caso, a gente definindo claramente a responsabilidade, então, é o acompanhamento dos Coap, sim, dos contratos organizativos, sim, é o acompanhamento do cumprimento das responsabilidades que estão definidas e até para poder municiar eventualmente algum nível de interno inclusive de cobrança de responsabilidade que não precisa estar no âmbito judicial, que não precisa estar no âmbito dos tribunais de conta, mas que estão no âmbito do próprio funcionamento do Sistema Único de Saúde. Acho que esse talvez seja o desafio da constituição desse sistema nacional

de auditoria, com muita coisa já no decreto de 95; há uma implementação meio heterogênea desses quase 20 anos, mas eu acho que já há ali alguns elementos importantes para serem observados.

Agradeço mais uma vez a oportunidade do convite.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradecendo o Dr. Fausto, concedo a palavra à Dr^a Maria do Socorro de Souza.

A SR^a MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Quero mais ressaltar a importância do debate que esta audiência proporcionou. A gente colocava aqui questões estruturantes nesses 25 anos de consolidar o SUS, mas acho que ainda há um debate necessário que é a politização da administração pública. Acho que esse caráter que foi trazido aqui, com muita sinceridade, muita transparência, de quem já foi governador e de quem já foi ministro e de quem é gestor, acho que há um caráter político e pedagógico bastante colocado nesse ambiente.

Quero ressaltar a importância da qualidade das questões trazidas aqui na audiência pública. Com isso, acho que é esse espírito que tem de continuar avançando. E a necessidade de politizar a administração pública olhando a saúde.

Também há outra coisa colocada nesta audiência que é a inversão da lógica do debate político que está na agenda. A gente não está discutindo prioridade de governo. Não significa dizer que as prioridades de governo não sejam também desta Casa nem da sociedade. Mas, quero dizer que estamos discutindo prioridade para consolidar o Estado democrático e uma política mesmo como o SUS, que vai para além de uma política de governo.

Quero ressaltar isso porque eu acho que a gente inverte a lógica inclusive da agenda política. Então, nós queremos, sim, mais médicos, nós queremos mais hospitais, mas se isso não tiver conjugado com esse nível de política e esse nível de compromisso de agenda, a gente também não garante uma satisfação da sociedade. E nesse sentido eu queria colocar que a gente não pode perder o horizonte do que a gente quer construir. Acho que a gente quer construir uma gestão pública mais transparente, mas a gente também quer fortalecer todo o sistema de participação, e queremos também fortalecer a garantia do direito à saúde.

Coloco isso porque a gente não pode fugir a esse propósito, ou seja, a lei de responsabilidade sanitária, que acho que saiu na fala do Senador Humberto. É sobretudo também o propósito de atender às necessidades de saúde da população. Não pode ficar como um instrumento só de gestão para gestão. É uma dimensão importante, mas tem de ser o propósito, a finalidade

de não só de melhorar a gestão, mas o propósito de garantir as necessidades de saúde da população.

Por que estou dizendo isso? Porque o Decreto nº 7.508 é importante; o Coap é importante, mas o Coap também nem sempre incorpora. E aí eu estava conversando com o Fausto no sentido de se ter de ampliar as metas do Coap. Nem sempre essas metas estão dialogando com o plano de saúde, e nem sempre o plano de saúde, da forma como hoje é formulado, também expressa as necessidades de saúde e nem vai no sentido de ultrapassar um pouco ou questionar ou superar o modelo de atenção focado ainda muito em médicos e hospitais.

Então, eu acho que a gente tem um exercício político pedagógico importante, o Coap tem de ser sim uma das nossas referências, agora tem de também botar nesse conjunto de discussão o planejamento ascendente. Acho que quando trouxe aqui o debate de repensar a lógica de financiamento da saúde sem ser por caixinhas – e isso só vai ser possível... –, enfrentar desigualdades e repensar a forma de rateio se também tiver esse respaldo e essa forma de construção do planejamento ascendente. É outro debate que a gente precisa fazer.

O que é planejamento ascendente na saúde? Normalmente... Acho que isso coloca exatamente o papel que hoje ainda o Ministério da Saúde exerce de muita centralização.

Se a gente quer discutir a autonomia dos Municípios, precisa dizer que eles vão ter legitimidade e sustentabilidade à medida que essa autonomia esteja muito sintonizada com a necessidade de saúde e com o pacto que forma com a população, no sentido de dizer: “Olha, essas necessidades vão ser as prioridades no meu Município”, seja um Município de 5 mil habitantes, seja um Município de 500 mil habitantes. Acho que, em relação a essa legitimidade, vocês que estão na gestão devem, sobretudo, dizer: um Município de 5 mil habitantes não tem condições de imediatamente estruturar todo um sistema de auditoria, ou isso, ou aquilo, ou todo o apoio técnico que o Conasems nos trouxe aqui. Mas esse respaldo se dá à medida também que esse plano de saúde e esse planejamento participativo ascendente tenha o respaldo da população. Nesse sentido, acho que aí é onde a gente precisa chegar, é onde a gente tem que chegar nesse debate todo, sem sombra de dúvida.

Eu acho que também a gente coloca aí, e o Senador Wellington trouxe isso, o compromisso deste Governo e desta Casa com o debate do financiamento.

Eu quero reforçar aqui o que já foi dito também pelos demais, sobretudo pelo Enio, acerca da nossa articulação, do Conselho Nacional de Saúde, Conass,

Conasems, de no dia 10, pela manhã, estar no Centro de Convenções, durante o congresso do Conasems, fazendo essa discussão do financiamento com toda a articulação.

Estamos aqui com conselhos estaduais de saúde, conselho das capitais, organizações que compõem o Conselho Nacional de Saúde, 6 mil secretários e uma série de representações também articuladas pelo Conass. Inclusive, Senador Humberto, a gente tinha feito um convite para o senhor ir ao Conselho Nacional de Saúde ajudar nesse debate pela manhã. E a gente está invertendo essa agenda. Em vez de ser no Conselho Nacional de Saúde, com o Ministro Padilha, com o senhor e com o Dr. Rosinha, nós propusemos, e concordamos com o Conasems e o Conass, ir lá para o Centro de Convenções. E esperamos muito a participação de vocês, porque, mesmo que ainda haja o compromisso da Presidenta, a gente sabe que é preciso uma luta política enorme para fazer da intenção um gesto político histórico em responder à necessidade de financiamento de que o SUS precisa.

E nessa linha, já encerrando, Senador Moka, acho que trouxe aqui também o desafio de muito apoio técnico para a gestão, Enio, mas também para os conselhos de saúde. Acho que à medida que o Estado é mais regulador, à medida que o Estado também cumpre um papel regulador, para a sociedade também há o desafio da sua formação política e da sua capacitação técnica. Então, os conselhos vão errar ou vão se equivocar tanto quanto muitos gestores, principalmente se não tiverem uma formação política e técnica pra nós. Porque senão, a gente vai estar comprometendo também o sistema de participação.

A gente não pode, e aí eu vou trazer a conjuntura, a gente está... Eu fui às ruas. O Conselho Nacional de Saúde está cada vez mais colocando esse caráter mobilizador de também de fazer ações de massa, ação de rua, dialogando com a sociedade. A minha entidade vai para a rua sempre, a minha entidade de representação dos trabalhadores rurais vai para a rua sempre, a gente acredita nesse mecanismo de participação.

Agora, se a gente também não fortalece o sistema nacional de participação, incorre, sim, no risco de ter várias manifestações destoando do que a gente constrói nessa esfera democrática. Eu digo isso porque é importante, sim, para que o que se manifeste na rua não seja tão distante do debate da agenda que a gente está construindo nessa esfera. Tem que ter sintonia.

Finalizo parabenizando por esta iniciativa.

Acho que vamos ter que dar também a fala aqui aos demais, se for necessário.

Eu queria colocar também o seguinte: a gente está fazendo todo esforço para levar a Presidenta Dil-

ma para essa nossa atividade. E a gente queria muito a presença do Senador Wellington, do Senador Moka e de todos vocês aqui.

A gente tem que reconhecer a legitimidade das entidades que estão aqui. Até agora a Presidenta Dilma não recebeu as organizações da saúde. É preciso que a gente também coloque na agenda da Presidenta a importância de receber essas organizações que aqui estão para que a gente possa fazer o debate e a argumentação necessária da defesa do nosso pleito em relação ao financiamento e à agenda necessária para a saúde brasileira. Então, é isso. Será dia dez. E será muito importante ter o retorno de vocês.

Acho que têm que ser garantidas, inclusive, algumas complementações, se for possível, Senador, para quem está no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Lamentavelmente não posso fazer isso, porque abre um precedente e, depois, nas outras audiências públicas, não tenho como controlar. Regimentalmente falam as pessoas que foram convidadas e que o segmento apontou como representantes nesta audiência pública. Peço desculpas. Senão, depois, não consigo, numa outra audiência pública, regular, porque abri precedentes.

Consulto o Senador Wellington Dias e o Senador Humberto Costa se desejam fazer mais alguma colocação.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às onze horas e trinta e nove minutos, do dia vinte e cinco de junho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, José Agripino, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Car-

los Rodrigues, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Paulo Paim, Wellington Dias, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, e das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Magno Malta. A Presidência registra a presença dos Senhores: Felipe Locke Cavalcanti, Presidente da Associação Paulista do Ministério Público; Fábio Stica, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima; Jeferson Luiz Pereira Coelho, Corregedor Nacional do Ministério Público; Leonardo de Farias Duarte, Juiz Auxiliar do CNJ e Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; Marcelo Weitzel, Procurador-Geral de Justiça Militar da União; Oswaldo Trigueiro, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais; Victor Hugo Palmeiro, Presidente da AMP-RS e Vice-Presidente da CONAMP; Bruno Dantas, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça; Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da ANPT; Nedens Ulisses, Presidente da AMMP-MG; Manuel Pinheiro Freitas, Vice-Presidente da International Association of Prosecutors; Luciano Oliveira Mattos de Souza, Presidente da AMPERJ; Marco Antônio das Neves, Procurador-Geral do Pará; e das Senhoras Daniela Varandas, Vice-Presidente da ANPT; Luzia Nadja Guimarães Nascimento, Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; Eunice Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e Debora Ciocci, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 26ª e 27ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) OFÍCIO “S” Nº 23, de 2013.** Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GILBERTO VALENTE MARTINS, Promotor de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado do Pará, para a composição do Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Procurador-Geral da República. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Votação secreta. Em 12/06/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concedeu vista coletiva automática, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor GILBERTO VALENTE MARTINS para a composição do Conselho Nacional

de Justiça, por unanimidade, com dezenove (19) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 26ª e 27ª Reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Sr^{as} e Srs. Senadores, na reunião da última quarta-feira, esta Presidência teve a oportunidade de externar a V. Ex^{as} que estamos enfrentando um período de ampliação das atividades da nossa Comissão, como é tradição em final de semestre legislativo. Para que possamos cumprir toda a nossa agenda, precisamos, já nesta semana, realizar um total de quatro reuniões, divididas entre hoje e amanhã, com duas reuniões em cada dia, conforme convocações encaminhadas aos gabinetes de todos os integrantes do nosso Colegiado.

Como sabem V. Ex^{as}, nossa pauta de proposições legislativas, objeto da reunião ordinária de amanhã, às 10h, contém matérias de grande relevância e que despertam a atenção de setores da sociedade para os nossos trabalhos. Apenas a título de ilustração, relembro que constam ali matérias tais como a regulamentação dos direitos dos trabalhadores domésticos, combate ao trabalho escravo ou análogo à escravidão, o Estatuto dos Concursos Públicos na Administração Federal e as novas regras para o combate ao crime organizado.

Ademais, a pauta legislativa é dinâmica e deve ser elaborada com os olhos voltados para o dia a dia do País. Por isso, especialmente no momento histórico de protagonismo político da sociedade brasileira, temos que ter a percepção de que, antes do encerramento dos nossos trabalhos, previsto para o dia 17 de

julho próximo, a nossa pauta deverá ser acrescida de novas e urgentes matérias, em consonância com as aspirações que vêm das ruas.

Além dessas ponderações e da apreciação dos projetos, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, como é do nosso conhecimento, desempenha papel crucial no chamado sistema de freios e contrapesos adotado no modelo constitucional brasileiro de separação dos Poderes. Em cumprimento a postulados desse sistema, que visa o equilíbrio entre Poderes, é que este Colegiado, com exclusividade, realiza arguições dos indicados para o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Superiores e os Conselhos Nacionais de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP), entre outros cargos relevantes da República.

Por essa razão estamos agilizando a apreciação das indicações que chegaram ao Senado Federal e a esta Comissão, o que elevou a programar para hoje as duas reuniões que estamos iniciando e a outra prevista para às 14h.

Registro para nossa honra as diversas autoridades que vêm prestigiar a reunião de hoje: Sr. Felipe Locke Cavalcanti, Presidente da Associação Paulista do Ministério Público; Sr. Fábio Stica, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima; queridíssimo companheiro Dr. Jeferson Luiz Pereira Coelho, Corregedor Nacional do Ministério Público; Sr^a Luzia Nadja Guimarães Nascimento, Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a quem tenho a honra de convidar a fazer parte da nossa mesa, em homenagem à Justiça do Brasil; Sr^a Eunice Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Território, querida companheira, a quem cumprimento e convido para fazer parte da mesa, fraternal colaboradora desta Comissão; Dr^a Débora Ciocci, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; e o Dr. Leonardo de Farias Duarte, Juiz Auxiliar do CNJ e Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Quero também convidar para compor a mesa o Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores, Dr. Oswaldo Trigueiro. Está presente.

Registro a presença do Dr. Bruno Dantas, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça queridíssimo amigo; do Dr. Victor Hugo Palmeiro, Presidente da AMP-RS e Vice-Presidente da Conamp; e do Dr. Marcelo Weitzel, Procurador-Geral da Justiça Militar da União. Também o meu querido Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da ANPT e a Dr^a Daniela Varandas, Vice-Presidente da ANPT.

Convido para fazer parte da Mesa o Dr. Gilberto Valente Martins, Promotor de Justiça, hoje integrante do Ministério Público Estadual do Pará, o nosso sabatinado.

Convido o Procurador-Geral Marco Antônio das Neves, do Pará, para fazer parte da mesa.

Registro as presenças do Dr. Nedens Ulisses, do Dr. Manuel Pinheiro Freitas, Dr. Luciano Oliveira Mattos de Souza.

Item único da pauta.

ITEM 1

OFÍCIO “S” Nº 23, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. GILBERTO VALENTE MARTINS, Promotor de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado do Pará, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Procurador-Geral da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Votação secreta.

Observações: Em 12/06/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concedeu vista coletiva automática, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado, em cumprimento à alínea “b” do art. 2º do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Concedo a palavra, para sua exposição inicial, ao Sr. Gilberto Valente Martins.

O SR. GILBERTO VALENTE MARTINS – Bom dia a todos! Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; cumprimento os demais Senadores, Senador Flexa Ribeiro, Senador Pedro Taques; queria cumprimentar também aqui o nosso Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, Dr. Marco Antônio das Neves e a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Drª Luzia Nadja; cumprimento o nosso Corregedor Nacional do Ministério Público, Dr. Jeferson Coelho, na pessoa de quem, por ter sido Procurador-Geral da Justiça do Trabalho e do MPT, cumprimento todos os membros desse ramo especializado do Ministério Público brasileiro; cumprimento aqui na mesa também a Drª Eunice, Procuradora Geral do Distrito Federal e, na pessoa dela, todos os outros procuradores gerais que estão me dando essa grata satisfação de vê-los nesta sabatina. Queria cumprimentar também, na pessoa do Dr. Samir Dahás, presidente da nossa Associação do Ministério Público do Estado do Pará, todos os demais presidentes de associações e os diretores também da nossa entidade nacional, a Associação Nacional dos

Membros do Ministério Público (Conamp), que está aqui representada por seus diretores. Queria cumprimentar todos os integrantes do Ministério Público, os Srs. Senadores, senhoras e senhores.

É uma oportunidade ímpar de retornar a esta Casa, especialmente aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para, de certa forma, nesse momento, prestar conta do trabalho que desenvolvemos nesses quase dois anos, Senadores, como Conselheiro do CNJ.

Começo logo entregando a V. Exª uma pequena parcela do trabalho que o Conselho Nacional de Justiça vem desenvolvendo para o aprimoramento do Poder Judiciário brasileiro, fazendo o levantamento estatístico, o chamado *Justiça em Números*. Vou entregar três exemplares, Senador, para que possa compor o acervo da própria Comissão de Constituição e Justiça, da Presidência do Senado Federal e também da Biblioteca do Senado. Vou passar três exemplares para V. Exª. Vou pedir permissão só para permanecer com os dois.

Além do trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça nos aspectos estatísticos da Justiça brasileira, o que permite desenvolver um trabalho de planejamento estratégico para o Poder Judiciário brasileiro, o trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça é também para retratar o sistema carcerário brasileiro, conhecido como “Mutirão Carcerário”, problema que afeta o sistema de Justiça Penal e que tem hoje levantado quais os principais problemas desse sistema que estão sedimentados não só no Poder Judiciário, mas são também problemas a serem enfrentados pelo Poder Executivo, através dos sistemas penitenciários brasileiros.

Eu transmito a V. Exª, agora formalmente, os três exemplares, que poderão servir de consulta dos Senadores sobre esse importante trabalho desenvolvido no Conselho Nacional de Justiça.

Parece que tenho 20 minutos, Senador. Vou fazer um breve relatório dos trabalhos, mas inicio falando um pouco da minha carreira profissional e do início da minha atividade, em nível de formação superior, como estudante. Eu fui aluno da Universidade Federal do Pará, me formei em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito. Posteriormente, fiz alguns cursos na área de especialização, *lato sensu*, inclusive na área de inteligência. Depois, tive oportunidade, no período de 2008 a 2010, de fazer o curso de mestrado em Direito na Universidade de Coimbra.

Tenho, na área profissional, um currículo que me permitiu angariar conhecimento dos problemas do Judiciário brasileiro, dos problemas da Justiça brasileira. Comecei como servidor do Poder Judiciário, hoje aqui representado pela nossa Presidente. Posteriormente,

fui defensor público, desde 1990, completando aí 23 anos na carreira do Ministério Público, quando ingressei, em 1990, passando a integrar, dentro do quadro do Ministério Público, por várias oportunidades, a assessoria do Procurador-Geral de Justiça.

Coordenei, no meu Estado, o grupo de trabalho que tem por papel fundamental a área de enfrentamento ao crime organizado e fui um dos fundadores e compus, durante vários anos, quase dez anos, o GNCOC, que é o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas. Tive, inclusive, a grata satisfação e a grande honra de ter trabalhado, em algumas oportunidades, com o Senador Pedro Taques, que prestou grandes colaborações ao GNCOC.

Tive oportunidade, depois de uma escolha pelos meus colegas no Pará, de concorrer a uma vaga...

Bom dia, Senador Eunício. Satisfação.

Após essa indicação do meu Estado, para concorrer a essa indicação para o primeiro mandato, de dois anos, pela Procuradoria-Geral da República.

O processo, fazendo aqui um breve relatório, passa por eleição no Estado e, depois, pela indicação ao Procurador-Geral da República, que faz a escolha daqueles indicados por cada Ministério Público estadual.

Tive a oportunidade de ser escolhido. Fui sabatinado com muita alegria nesta Comissão, ainda sob a Presidência do Senador Eunício, que acabou por aprovar no plenário a minha indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Já no Conselho Nacional de Justiça, órgão de extrema importância, hoje, para o aprimoramento do Poder Judiciário brasileiro, eu passei a integrar duas comissões que entendi de grande relevância, hoje, para o Poder Judiciário: a Comissão de Tecnologia da Informação, estratégica para o Conselho, e a Comissão de Gestão e Aprimoramento do Poder Judiciário.

Na área de tecnologia da informação, vou fazer um pequeno relato do quem vem sendo desenvolvido no Conselho Nacional de Justiça. O primeiro papel do Conselho Nacional de Justiça foi traçar o nivelamento do parque tecnológico de todo o Poder Judiciário brasileiro. Entendemos que não seria razoável alguns tribunais, alguns órgãos do Poder Judiciário ou alguns segmentos do Poder Judiciário avançarem, de forma significativa, nesse aprimoramento da tecnologia no emprego dos recursos tecnológicos para agilizar o processo judicial e outros tribunais ficarem ainda tratando a questão de forma retrógrada, de forma ainda como se tratava nos idos de 1960, 1970.

O primeiro papel foi traçar o nivelamento de todo o Poder Judiciário com relação à tecnologia.

O próprio CNJ desenvolveu programas para o Processo Judicial Eletrônico e, hoje, o Conselho Na-

cional de Justiça, onde já tramitaram mais de 40 mil processos, funciona no processo judicial, no processo administrativo do Conselho Nacional de Justiça, eminentemente com o processo eletrônico. Todos os processos hoje em tramitação no Conselho Nacional de Justiça funcionam através de meio eletrônico. Hoje, no gabinete de cada conselheiro ele pode não ter sobre a sua mesa qualquer papel e fazer todo o trâmite processual através do meio eletrônico, através da Internet.

Também foram desenvolvidos programas para tratar da interoperatividade dos sistemas que os tribunais hoje já desenvolveram para o Processo Judicial Eletrônico. O grande papel hoje do Conselho Nacional de Justiça é poder permitir que essa tecnologia se comunique entre os tribunais e os tribunais superiores e todo o sistema de justiça possa operar com uma mesma linguagem, como o mesmo sistema, ou com sistemas, embora diferentes, que se comuniquem perfeitamente, para que não haja, por exemplo, julgamentos no Processo Judicial Eletrônico nas instâncias inferiores e, depois, para remessa aos tribunais superiores, tenha-se que digitalizar novamente tudo aquilo que já foi desenvolvido para que cheguem nos tribunais superiores esses processos de recurso.

Hoje, o grande desafio que o CNJ enfrenta na área de tecnologia não é só implementar o Processo Judicial Eletrônico – que será o marco da revolução, acredito, no Judiciário, com o aprimoramento do rito processual, com agilização do rito processual – mas essa comunicação que deve existir dos tribunais de 1º e 2º graus com os tribunais superiores e o próprio Supremo Tribunal Federal, que também hoje já funciona integralmente no sistema eletrônico. As petições, os procedimentos, hoje, tramitam todos no Supremo Tribunal Federal através do sistema eletrônico.

Na Comissão de Gestão e Aprimoramento, nós temos também desenvolvido – e com muita preocupação – vários programas de aperfeiçoamento do Judiciário na capacitação também dos serviços judiciais e extrajudiciais do Poder Judiciário, inclusive na área dos serviços notariais. Temos hoje em pauta no Conselho Nacional de Justiça, já aprovado pela Comissão e que está em discussão no plenário, de grande importância, que é a questão do recrutamento dos magistrados, do processo seletivo, processo de ingresso na Magistratura brasileira.

Temos propostas hoje claras para o aprimoramento desse processo. Acreditamos que esse processo não vai se extinguir, ele não vai se exaurir – melhor falando – com essa resolução, mas vai ser um grande avanço no aprimoramento, na seleção da Magistratura brasileira. Um dos problemas, Senadores, que permanentemente batem à porta do Conselho Nacional de

Justiça, através dos processos de controle administrativo, dos concursos realizados nos Estados e nos segmentos da Justiça Federal no âmbito da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal comum, diz respeito ao processo de seleção, à questão das etapas do concurso, da forma de contratação dos terceirizados para realização dos concursos. Nós temos hoje essa preocupação em tentar uniformizar primeiramente o processo de seleção. Mas também avançou.

Para permitir que cada tribunal regulamente a segunda etapa, embora nós tenhamos aqui cinco etapas nesse processo de seleção e recrutamento, Senador Flexa, que hoje está mais ou menos preservado o que os tribunais adotam, pretende-se que a primeira etapa desse concurso seja feita em âmbito nacional, para que se tenha um cadastro de aprovados para que eles possam, num segundo momento, ser submetidos ao certame local de cada Estado. Nós teríamos uma aprovação nacional, preparada pela Escola Nacional da Magistratura e com apoio do próprio Conselho Nacional de Justiça. Para a Justiça do Trabalho, a Escola da Magistratura Trabalhista também faria o recrutamento no primeiro momento, e essa seleção partiria depois para os tribunais regionais.

A outra preocupação que se teve nessa fase do recrutamento é na capacitação desses magistrados para o exercício da função. Um grande avanço que se deu através da Constituição de 1988, especialmente na reforma da Emenda 45, que entrou em vigor em 2005, a emenda de 2004, foi o tempo mínimo exigido de efetivo exercício de prática jurídica para o candidato ser submetido ao processo seletivo para a carreira da Magistratura.

Nós temos hoje também a possibilidade de uma sexta etapa, prevista pela Resolução, para a capacitação desse profissional recrutado através de concurso público no processo de capacitação também. Uma sexta etapa é prevista na Resolução, para que, durante o curso de formação nas escolas da Magistratura, permita-se que, nessa etapa, o candidato também seja submetido a uma avaliação de caráter eliminatório.

Esses são os avanços que temos dado, diante da preocupação permanente do Conselho Nacional de Justiça em aprimorar um dos momentos mais importantes, que é justamente o ingresso na Magistratura brasileira.

E eu cito aqui como exemplo alguns países europeus, como a Itália, a França e Portugal, em que o processo de seleção e de capacitação, Senador Flexa, aqueles que se habilitaram após o concurso público se submetem, em média, por dois ou três anos, nessas escolas de capacitação para...

Queria registrar aqui a presença do Senador do Estado de Roraima Senador Mozarildo. Registro que o Senador é também do nosso Estado, pelo menos na área acadêmica, na sua formação profissional.

Então, eu estava falando aqui, Senador, do momento de ingresso na carreira da Magistratura brasileira, que é um momento de importância para a capacitação e melhora do Judiciário brasileiro no recrutamento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Taques.

Eu peço desculpas ao indicado, ao sabatinado, até porque ao Senador Pedro Taques ocorreu agora um chamado de urgência, e o Senador precisa justificar sua saída.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu fui chamado à Presidência do Senado para uma reunião de Líderes e peço desculpas, mas terei que sair; não por este ato ser menos importante do que aquele; este ato é muito importante, só que eu fui chamado como Líder do meu Partido, e eu gostaria de comparecer à Presidência. E nós todos sabemos o momento histórico que o Brasil vive. Então, em situações excepcionais, o direito a ser aplicado tem de ser o excepcional.

Eu também solicito a V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que, em sendo o caso, coloque em pauta o projeto que nós apresentamos em 2011 – Projeto nº 204/2011 –, que convola, transforma a corrupção em crime hediondo. Esta Casa tem projetos nesse sentido. Não é possível que, neste momento, nós abramos mão das nossas atribuições, deixando à custa da Presidência da República.

Portanto, eu peço a V. Ex^a licença, porque fui chamado à Presidência, e volto para sabatar o Dr. Gilberto e participar da votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, V. Ex^a está liberado em caráter de excepcionalidade, até porque a imprescindibilidade da presença de V. Ex^a é parte do sucesso das sabinas nesta Comissão, pelo teor científico dos questionamentos que V. Ex^a faz, pelo caráter que V. Ex^a dá ao espírito que norteia essas sabinas.

Quero me permitir pedir a V. Ex^a que leve para a reunião de Líderes o apelo para desmembrar da comissão especial que V. Ex^a relata, que é a Comissão Especial do Código Penal, o Projeto de Lei nº 204, de 2011, de autoria de S. Ex^a, para que nós possamos recepcioná-lo de volta na Comissão de Justiça e imediatamente o colocarmos em pauta, até porque esta Casa produz muito, e projetos bons como esse preci-

sam protagonizar esse exercício e dar, efetivamente, celeridade a matérias como essa. V. Ex^a leve já o testemunho de que a Presidência desta Comissão, ao receber de volta o PL nº 204 da Comissão Especial do Código Penal, haverá de pautá-lo

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Devolvo a palavra, com as devidas escusas pela interrupção, ao Dr. Gilberto Valente Martins.

O SR. GILBERTO VALENTE MARTINS – Eu já estava encerrando Senador e gostaria de deixar um espaço para as perguntas, os questionamentos ou as dúvidas que demandem esclarecimento, mas, antes disso, só queria discorrer de forma rápida a respeito de uma preocupação do Poder Judiciário, uma preocupação permanente que, como disse, é a questão do sistema carcerário brasileiro.

Hoje, como sabemos, há um número ínfimo de vagas no sistema, um número muito grande de mandatos judiciais a serem cumpridos e quase todos os presídios brasileiros possuem superlotação. E o que mais nos preocupou nesse diagnóstico, no retrato do sistema carcerário, foi a questão dos presos provisórios.

Lamentavelmente, hoje, o percentual de presos provisórios é bem superior ao dos condenados, ao dos presos em caráter definitivo. Hoje há um percentual de aproximadamente de 70% de presos provisórios se amontoando nos presídios brasileiros.

Existem, no Conselho Nacional de Justiça, Senador, programas para desenvolver mecanismos de controle maior nas varas criminais para que se obtenha resultados positivos não só nos julgamentos de caráter definitivo dessas ações que envolvem presos provisórios, mas também para que a permanência desses presos no sistema carcerário brasileiro se dê naqueles casos de excepcional importância, quando o risco à sociedade for iminente.

Eu faço esta pequena introdução do nosso trabalho no Conselho Nacional de Justiça e fico à disposição dos Senadores e de V. Ex^a para qualquer indagação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Inicialmente, quero dizer ao Dr. Gilberto Valente que, durante esta primeira fase do ano, há uma coincidência: no mês de agosto próximo, nós havemos de renovar tanto o Conselho Nacional de Justiça, como o Conselho Nacional do Ministério Público. Há, efetivamente, o recolhimento de diversas indicações dos órgãos que compõem os dois conselhos. E nas indicações, quando vêm com renovações, como é o caso do Dr. Gilberto, nós temos o interesse de apreciá-las exatamente porque elas vêm carregadas também

por um sentimento maior, que é o do dever cumprido nessa primeira fase e um relatório de prestação de contas que V. Ex^a faz com muita propriedade.

Eu iniciaria, antes de passar a palavra ao Sr. Relator, perguntando sobre a implantação do Processo Judicial Eletrônico, até porque é uma das suas atividades como membro de uma das comissões de que fez parte: se esse Processo Judicial Eletrônico é viável no Brasil inteiro. Inclusive, coincidentemente, o senhor faz parte, ou pertence ou é oriundo, de uma região de difícil acesso à Internet, a Região Norte, onde os serviços não são estáveis. E como viabilizar esse Processo Judicial Eletrônico, de caráter exclusivo e a viabilidade dele em regiões tão distantes do País, como a região do Senador Mozarildo, do Estado de Roraima, que tanto pena com a Internet ou a presença dos provedores?

Outra questão, Senador Randolfe Rodrigues, é perguntar a V. Ex^a com relação ao Programa. Como sabemos, V. Ex^a trabalhou como membro do Programa Juiz Valorizado, Justiça Completa. A respeito disso, no que tange à carga de trabalho que pesa sobre os membros do Poder Judiciário, qual seria o ponto de equilíbrio entre produtividade e qualidade da prestação jurisdicional? Há necessidade de se criarem mais cargos para a Magistratura? Nós temos espacialmente a Magistratura bem dividida?

São essas as duas indagações da Presidência.

Passamos a palavra aos nossos dois inscritos.

Senador Flexa Ribeiro, com a palavra, como Relator da matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Vital do Rêgo; Dr. Gilberto Martins, sabatinado de hoje, para a vaga no Conselho Nacional de Justiça; quero saudar a todas as autoridades que vieram participar desta reunião, em nome da Presidenta Luzia Nadja Nascimento, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e do Procurador-Geral de Justiça do Pará, Dr. Marco Antônio das Neves.

Quero saudar também o Presidente da Associação do Ministério Público do Pará, o Promotor Samir Dahás; os componentes da Mesa, Dr^a Eunice Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal, e Dr. Oswaldo Trigueiro, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais.

Sr. Presidente, eu, como Relator, tive a satisfação de poder encaminhar, na reunião anterior, o nosso parecer. Neste parecer, já foram bastante ressaltadas as qualidades – o saber jurídico e a determinação – do Conselheiro Gilberto Valente Martins no seu primeiro mandato como Conselheiro do CNJ.

É tão verdadeiro o trabalho do Conselheiro que ele foi escolhido pelo Procurador-Geral do Ministério Público Federal para novamente vir a renovar o seu

mandato por mais dois anos no Conselho Nacional de Justiça.

Para satisfação nossa, o Conselheiro Gilberto Valente Martins é paraense, oriundo do Ministério Público do nosso Estado, e honra a todos nós, Conselheiro Gilberto, pelo seu saber jurídico e pela forma como se colocou nesses dois anos no seu primeiro mandato.

A prova disso, como já foram aqui apresentado a todos, é que V. Ex^a entrega ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça edições do trabalho desenvolvido pelo CNJ e por V. Ex^a ao longo desses dois anos. E V. Ex^a fez chegar ao conhecimento dos Srs. Senadores um relatório das suas principais atividades.

Por este relatório, Sr. Vital do Rêgo, os Srs. Senadores têm todas as condições não só de arguirem o indicado, o Promotor Gilberto Valente Martins, como também tomarem conhecimento dessas atividades. E quero ressaltar aqui a presença, a participação em 100% das sessões plenárias do CNJ, tanto ordinárias, quanto extraordinárias, o que demonstra a dedicação do Conselheiro e tenho certeza de todos do CNJ.

O Conselheiro Gilberto fez várias observações sobre as duas comissões que ele integra no Conselho Nacional de Justiça, a Comissão Permanente de Tecnologia, Informatização e Infraestrutura e também a Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas. O Presidente já fez uma indagação que era a minha, Conselheiro Gilberto Valente Martins, sobre o processo que se instala no CNJ, o Processo Judicial Eletrônico, que é da maior importância. Não há dúvida com relação a isso, para que tenhamos agilidade nos processos judiciais, o que é, sem sombra de dúvida, uma das maiores preocupações do próprio Conselho Nacional de Justiça: fazer com que os processos tenham o andamento dentro da agilidade necessária, o que muito se debate, desde a criação do CNJ.

Então, o Presidente Vital do Rêgo levantou uma questão que debatemos aqui quase que permanentemente. Lamentavelmente, a Internet no nosso País ainda é de péssima qualidade, em especial nas regiões mais periféricas, como é o caso da nossa Amazônia. Então, como implantar um sistema desse em nível nacional que, efetivamente, possa trazer os benefícios que são indiscutíveis. Nós não colocamos aqui, em hipótese nenhuma, a discussão com relação à implantação do sistema. Acho que ele tem que ser feito, mas é preciso que seja antecedido de uma ação de governo, no sentido de levar banda larga a todo o Território Nacional e, em especial, a essas regiões mais distantes e com maior dificuldade para chegar.

Áí, eu perguntaria a V. Ex^a se o CNJ já tem algum dado de levantamento da redução de tramitação dos

processos, na questão da agilidade dos processos. E também se há alguma informação estatística com relação à implantação do Processo Judicial Eletrônico. Se já está implantado, se houve redução.

E, com relação à questão do acesso, do ingresso na carreira da Magistratura, a que V. Ex^a fez referência, eu gostaria de perguntar como se faz o treinamento dos magistrados antes de iniciar suas atividades. Um estudo comparativo, Senador Vital do Rêgo, que, no Brasil, e na União Europeia, onde V. Ex^a tem experiência e conhecimento, como disse aqui, pelo mestrado que fez na Universidade de Coimbra.

E, por último, ouvir a sua opinião, ontem, a Presidente Dilma fez uma reunião com os 27 Governadores e 26 Prefeitos das capitais e, entre as suas propostas, ela fez o chamamento, a convocação de uma Constituinte específica para a questão da reforma política. Há uma questão política, Presidente Vital do Rêgo, já que essa é uma iniciativa do Congresso Nacional, mas há uma questão jurídica, e os professores estão apresentando as suas posições. Com relação a essa questão, eu gostaria de ouvir do nosso Conselheiro e indicado a novo mandato no Conselho Nacional de Justiça, Dr. Gilberto Valente Martins.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB –PB) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Relator, parabenizando-o pelo trabalho, e concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, depois, abriremos o processo de votação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Dr. Gilberto Valente Martins, demais membros que ilustram esta mesa, como já disse ao Dr. Gilberto, sou também meio paraense, porque fui para lá com 16 anos de idade, terminei o meu curso, à época o curso científico, e fiz a faculdade de Medicina toda lá. Parte da minha família ficou no Pará ainda, minha mãe morreu recentemente, mas minhas irmãs moram lá.

Não só por isso eu tive até o cuidado de olhar o relatório de atividades do Conselheiro Gilberto, mas também por informações de pessoas que são seus colegas lá no CNJ. Com certeza a sua recondução é muito importante, tanto pelo trabalho feito quanto pela experiência acumulada.

E queria só ressaltar, realmente, um ponto que o Senador Flexa Ribeiro colocou: essa questão da Justiça na nossa imensa Região Amazônica. Nós, lá de Roraima, estamos no verdadeiro extremo norte do País, que não é mais o Oiapoque, como se dizia, é o Monte Caburá. Eu passei dez dias agora lá. É a maior dificuldade para fazer ligações telefônicas. Internet, então, nem se fala. Mas esperamos que realmente haja um esforço para que modernizemos, agilizando a questão judiciária nas suas diversas fases.

Eu tenho também que dizer que o CNJ, no período em que está funcionando, tem dado, sim, um grande reforço à Magistratura no sentido de fiscalizar, de agilizar, de fazer exigências. E, portanto, eu quero concluir dizendo que fará muito bem ao CNJ a recondução do Dr. Gilberto Valente Martins.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu vou passar a palavra ao Dr. Gilberto, para objetivamente responder às perguntas, para iniciarmos o processo de votação.

O SR. GILBERTO VALENTE MARTINS – O.k. Eu começo respondendo às perguntas de V. Ex^a, Senador Vital do Rêgo.

Realmente, hoje, a grande preocupação é atender às regiões mais longínquas do País, os lugares de difícil acesso. Inclusive, em algumas comarcas, a Internet ainda não chegou, como ainda não chegou, em algumas situações – como V. Ex^a disse –, o sinal do telefone celular, a telefonia móvel. Mas o Conselho Nacional de Justiça tem feito tratativas junto com as agências reguladoras e com as empresas prestadoras de serviço, visto que, na maior parte do Território Nacional, esse serviço é função delegada do Estado, é trabalho da iniciativa privada. A tratativa feita tem sido muito positiva para que nós possamos atender mesmo àquelas comarcas mais distantes das capitais através de Internet, se não por banda larga, pelo menos com a Internet simples, que permita o acesso à rede mundial de informática. Essa é a grande preocupação.

Hoje, nós temos já, no âmbito da Justiça do Trabalho, grande parcela das varas trabalhistas de 1º grau e dos tribunais regionais funcionando inteiramente, na integralidade, através do Processo Judicial Eletrônico. No âmbito das justiças estaduais, nós temos, hoje, como um laboratório em fase de implantação na sua totalidade da jurisdição, no Tribunal de Justiça de Pernambuco, que foi, por conta do seu parque tecnológico, escolhido para servir de plano piloto na implementação do Processo Judicial Eletrônico. Mas, hoje, no Brasil inteiro, as varas da fazenda pública, as varas dos juizados especiais em muitas capitais já funcionam com um sistema de processo judicial eletrônico, não o PJE especificamente, mas um processo judicial eletrônico que vai ter interoperatividade com os outros sistemas.

Na valorização dos magistrados, Presidente, o Conselho Nacional de Justiça implementou um programa, ainda no ano passado, para estudar os problemas que afligem, hoje, a Magistratura brasileira. E são vários setores em que o CNJ tem aprimorado essa questão da valorização. Primeiramente, na movimentação da carreira para aprimorar o sistema de valoração de merecimento na Resolução nº 106, que regulamenta, e várias propostas de modificação na movimentação

da carreira, valorizando o magistrado no aspecto profissional. Nós temos hoje resoluções que tratam da compensação dos plantões judiciais, hoje obrigatórios para que a Justiça seja um serviço permanente e ininterrupto, e a melhoria da carga horária.

Hoje, é indispensável que esse serviço do Estado seja integral, permanente e ininterrupto, mas, obviamente, nós trabalhamos também com essa melhoria do serviço, na qualidade dele para o magistrado. Nós temos vários projetos, hoje, sendo desenvolvidos na valorização ou na valoração da magistratura.

Com relação à pergunta do Senador Flexa – muito obrigado pela pergunta, Senador –, o sistema do PJE simplifica e desburocratiza a tramitação do processo. Aqueles serviços de caráter cartorial, de secretarias judiciais vão ser extintos. O processo vai tramitar diretamente do advogado das partes em acesso direto ao magistrado, que, onde estiver, bastando ter a conectividade a uma rede, vai poder despachar o processo.

A questão da importância, a que eu também dei destaque, com relação ao ingresso e à capacitação do profissional, o Brasil, hoje, em alguns Estados, permite que essa capacitação, depois da aprovação do concurso, seja também de caráter eliminatório, mas o grande avanço que se pode dar no futuro é que essa capacitação do magistrado também seja de caráter eliminatório quando do curso de formação. Nós abrimos o primeiro precedente na resolução que está em discussão no Conselho Nacional de Justiça, para permitir que essa fase, no Brasil inteiro, seja de caráter eliminatório e tenha uma formação mínima de pelo menos três meses.

Quanto à questão da emenda constitucional, Senador, eu vou encerrar nessa última resposta, visto que a outra do Senador Mozarildo... Mas essa resposta me parece ter sido respondida quando eu falei da questão da rede mundial de Internet, também esclarecido nesse ponto e com a reforma política.

O Congresso Nacional é o órgão reformador da Constituição. Para reformarmos a Constituição, inclusive no aspecto da reforma política, basta que o Congresso se reúna, cada uma das Casas por duas vezes e com maioria qualificada de três quintos, e aprove as reformas necessárias que a Constituição possa fazer.

A ideia de um plebiscito específico para se instalar uma assembleia nacional com o caráter pontual de reforma política dividiu a opinião dos juristas brasileiros, inclusive alguns entenderam que essa possibilidade não seria viável para fazer essa reforma pontual e, sim, uma reforma de caráter geral, e outros entenderam que poderia, sim, através da aprovação por plebiscito, fazer essa reforma política pontual nesse capítulo da nossa Constituição.

Eu acho que ficaria muito longo expor aqui a opinião dos juristas que se defrontaram com essa polêmica, que surgiu recentemente, praticamente de ontem para hoje. Mas o poder constituinte derivado hoje, que é o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara dos Deputados, tem ampla possibilidade de fazer essa reforma política, basta ter disponibilidade dos Parlamentares, a compreensão do Governo e a colaboração da base aliada, que é uma base que tem a sustentação do Governo, de grande maioria e que viabiliza qualquer reforma e o aprimoramento da nossa chamada Constituição cidadã.

Na minha opinião, foi um grande avanço que se instalou no Brasil, após 1988, com a nossa Constituição, que, sim, precisa de algumas reformas, mas que podem ser feitas através do processo constituinte derivado, sem necessidade da reforma ampla que se pretende.

Agora, se esse é o projeto, temos que amadurecer, ver se é o caminho, porque permitiria, com o plebiscito e aprovação pontual de uma assembleia, que se modificasse a Constituição através de uma maioria não só mais qualificada, mas pela maioria absoluta dos membros da assembleia, para fazer essa reforma pontual. Essa seria a diferença no processo legislativo reformador, seja ele originário, seja ele derivado.

Eu acho que atendi a todas as perguntas e também me coloco à disposição de maiores esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos iniciar o processo de votação.

Vou convidar os Srs. Parlamentares presentes e, depois, fazer uma convocação geral de todos os membros.

Sr. Senador Eduardo Braga. (Pausa.)

Sr. Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

Sr^a Senadora Lídice da Mata. (Pausa.)

Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Sr. Senador Antonio Carlos Rodrigues. (Pausa.)

Sr. Senador Vital do Rêgo. (Pausa.)

Já votaram os Srs. Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Rodrigues, Flexa Ribeiro e Lídice da Mata.

Vamos dar continuidade ao processo de votação.

Sr. Senador José Pimentel. (Pausa.)

Sr^a Senadora Ana Rita. (Pausa.)

Sr. Senador Pedro Taques. (Pausa.)

Sr. Senador Anibal Diniz. (Pausa.)

Sr. Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Sr. Senador Inácio Arruda. (Pausa.)

Sr. Senador Eduardo Lopes. (Pausa.)

Sr. Senador Randolfe Rodrigues. (Pausa.)

Sr. Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Sr^a Senadora Angela Portela. (Pausa.)

Sr. Senador Jorge Viana. (Pausa.)

Sr. Senador Acir Gurgacz. (Pausa.)

Sr. Senador Walter Pinheiro. (Pausa.)

Sr. Senador Rodrigo Rollemberg. (Pausa.)

Sr. Senador Humberto Costa. (Pausa.)

Sr. Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Sr. Senador Wellington Dias. (Pausa.)

Sr. Senador Francisco Dornelles. (Pausa.)

Sr^a Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Sr. Senador Waldemir Moka. (Pausa.)

Sr. Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Sr. Senador José Pimentel. (Pausa.)

Sr. Senador Sérgio Souza. (Pausa.)

Sr. Senador Luiz Henrique. (Pausa.)

Sr. Senador Eunício Oliveira. (Pausa.)

Sr. Senador Sérgio Petecão. (Pausa.)

Sr. Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Sr. Senador Roberto Requião. (Pausa.)

Sr. Senador Ricardo Ferraço. (Pausa.)

Sr. Senador Clésio Andrade. (Pausa.)

Sr. Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Sr. Senador Benedito de Lira. (Pausa.)

Sr^a Senadora Kátia Abreu. (Pausa.)

Senador Lobão Filho. (Pausa.)

Chamarei, agora, os Senadores do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB e DEM).

Senador Aécio Neves. (Pausa.)

Senador Cássio Cunha Lima. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senador José Agripino. (Pausa.)

Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Pausa.)

Suplentes do Bloco Parlamentar da Minoria.

Senador Ataídes Oliveira. (Pausa.)

Senador Cícero Lucena. (Pausa.)

Senador Paulo Bauer. (Pausa.)

Chamarei o Bloco Parlamentar União e Força.

Senador Armando Monteiro. (Pausa.)

Senador Magno Malta. (Pausa.)

Suplentes do Bloco Parlamentar União e Força.

Senador Gim Argello. (Pausa.)

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Armando.

Senadora Ana Rita. (Pausa.)

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Sérgio. Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. *Fora do microfone.*) – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Blairo.

Nós completamos o Bloco Parlamentar União e Força.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – Sempre presente, Sr. Presidente, para as boas causas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Nós estamos concluindo o processo de votação. *(Pausa.)*

Já foi alcançado o quórum mínimo, de modo que podemos encerrar... *(Pausa.)*

Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Nós estamos encerrando o processo de votação. *(Pausa.)*

Está encerrado o processo de votação.

Peço ao Senador Mozarildo e ao Senador Antonio Carlos Rodrigues que apurem, que façam o escrutínio.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Votaram 19 Srs. Senadores e foram 19 votos SIM.

A escolha do nome do Sr. Gilberto Valente Martins foi novamente aprovada por unanimidade nesta Comissão.

A matéria vai a plenário, com a solicitação do Senador Flexa Ribeiro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ... telepaticamente identifiquei aqui, para solicitar pedido de urgência.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

A matéria vai regime de urgência para o plenário da Casa.

Não havendo quem queira mais fazer uso da palavra, está encerrada a presente reunião, e fica convocada a próxima para às 14h.

Tenham todos um bom dia e fiquem com Deus.

(Iniciada às 11 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos, do dia vinte e cinco de junho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Souza, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, José Agripino, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Paulo Paim, Wellington Dias, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, e das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Magno Malta. A Presidência registra a presença dos Senhores: Francisco Falcão, Corregedor Nacional de Justiça; Carlos Alberto Marques Soares, Ministro Aposentado do Superior Tribunal Militar; Carlos Fernando Mathias, Ministro Aposentado do Superior Tribunal de Justiça e Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro; Roberto Rosas, Professor e Ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral; Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; e Tércio Lins e Silva, Advogado. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2013.** Não Terminativo. Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Massami Uyeda. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Votação secreta. Em 19/06/2013, a matéria foi

submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concedeu vista coletiva automática, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com dezesseis (16) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quinze horas e trinta e oito minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador, **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Item único da pauta:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 49, DE 2013

- Não Terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição Federal, o nome da Senhor PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Massami Uyeda.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Votação secreta.

Em 19/06/2003, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007, a Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência concedeu vista coletiva automática, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado, em cumprimento à alínea “b” do art. 2º do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Solicito ao eminente Senador Antonio Carlos Rodrigues que conduza o Sr. Paulo Dias de Moura Ribeiro ao recinto desta reunião.

Registro a presença do Ministro Francisco Falcão, Corregedor Nacional de Justiça, que veio prestigiar a solenidade e já teve de retornar às suas atividades normais no Conselho Nacional de Justiça e no Superior Tribunal de Justiça.

Registro a presença do Ministro Carlos Alberto Marques Soares, Ministro do Superior Tribunal Militar; do Ministro Carlos Fernando Mathias, do Superior Tribunal de Justiça e Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro; do Ministro Roberto Rosas, professor e ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral; do Presidente Henrique Nelson Calandra, que peço para fazer parte da Mesa; e do queridíssimo advogado Técio Lins e Silva, representando a Ordem dos Advogados. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Prof. Paulo Dias de Moura Ribeiro para sua exposição.

O SR. PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO – Sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento e votos de boa tarde aos presentes.

A minha saudação especial é ao Senador Vital do Rêgo, Presidente desta CCJ, e o meu agradecimento e o meu carinho ao Senador Cícero Lucena, meu Relator, que me recebeu com uma fidalguia imensa no seu gabinete dias antes, dias atrás, quando lá estive para me apresentar a S. Ex^a. São duas pessoas que exortam o nosso Senado e não precisam de outras considerações, bastando ver a figura do Presidente Vital do Rêgo, presidindo nesta Casa esta Comissão tão importante do Senado, e os projetos de lei do Senador Cícero Lucena, que tendem a ajudar o setor da educação, o que é extremamente maravilhoso.

Nas suas pessoas, Senadores, saúdo os demais Senadores presentes e uso também da figura do Senador Antonio Carlos Rodrigues, do meu Estado, para esta saudação.

Agradeço a presença do meu líder na Magistratura, o Desembargador Nelson Calandra, a presença do representante da OAB, Dr. Técio Lins e Silva. Saúdo muito fraternalmente o estimado amigo Carlos Fernando Mathias de Souza, assim com o Dr. Roberto Rosas, aqui presente.

Senadores, eu não sei dizer da minha felicidade de estar aqui. E pensando um pouco em como demonstrar essa felicidade, hoje de manhã veio à minha cabeça a letra da música de Caetano Veloso *É Hoje*. Acho que a música demonstra exatamente a minha felicidade e a minha alegria quando indaga: “diga, espelho meu, se há na avenida alguém mais feliz que eu”. Isso, no meu sentir, revela, nos mais 30 anos de Magistratura, a honra de estar nesta Casa no dia de hoje, sendo sabatinado por este ato complexo que espelha a vontade da Presidência da República e a vontade do Senado Federal em acolher o meu nome.

Sou nascido em Santos, gosto de Santos e do Santos. Fui formado pela Faculdade Católica de Direito de Santos em 1976. Fui levado à faculdade pelas mãos dos meus pais. Minha mãe, que não está mais aqui conosco e a quem reverencio, deve estar aqui ao meu lado, sorrindo com aquele seu sorriso largo, e o meu pai, que à beira dos seus 88 anos, como se diz lá em Santos, ainda bate um bolão.

Eu gostaria, Senador, de poder reverenciar todos os meus professores da Faculdade Católica de Direito de Santos – não há quem não goste da faculdade em que foi formado –, mas não posso fazer isso. Entretanto, sem medo de errar, vou citar três nomes e sei que aqueles que não foram nominados saberão exatamente que, através deles, todos estarão sendo homenageados.

O primeiro é o Dr. Carlos Pacheco Cyrillo, um *gentleman* jurídico e social. E depois dois professores que tive e com quem trabalhei durante todo o período de estágio: um é Prof. Francisco Carlos Rocha de Barros, que já não está mais conosco; assim como a minha mãe, está em outra esfera. O outro, que também me forjou naquele escritório, Prof. José Paulo Fernandes Freire, que ainda advoga com o mesmo vigor, e eu o conheci quando menino.

Fui advogado em Santos, advoguei bastante, cheguei a ser advogado do IRB. A advocacia me seduzia, mas de jeito nenhum me apaixonava. Eu queria mesmo era fazer a Magistratura e, para isso, fui fazer a faculdade em Santos.

Depois de muito esforço, de muito estudo, em 1983, tomei posse no Tribunal de Justiça de São Paulo, e ali percorri todo o Estado: de norte a sul, de leste a oeste.

Devo à Magistratura tudo aquilo que tenho no campo emocional e no campo material. Devo até meus filhos, Maria Carolina, que me acompanhou por toda a Magistratura, desde o primeiro instante, desde Juiz Substituto. Meu filho Pedro já nasceu em berço esplêndido, já nasceu em Santo André. Ficou mais fácil para ele, mas todos me acompanharam.

Na Magistratura, Sr. Presidente, tenho momentos que deixaram marcas de que não esqueço. Em 1988, sob a Constituição Cidadã que os senhores votaram, eu era juiz eleitoral da zona mãe de Santo André, à época o maior colégio eleitoral do Estado depois da capital, e ali tive a honra de presidir a eleição de Celso Daniel. Quase 900 urnas, Sr. Presidente, nem uma única sequer impugnação nós tivemos em Santo André. Carrego isso no meu peito, no meu patrimônio.

Cheguei à capital para a Vara Especial da Infância e Juventude, conhecida por nós, carinhosamente, como Vara de Menores Infratores, e ainda fui Corregedor, e lá fui nomeado Corregedor da Febem.

Em 1996, virei Juiz Substituto, da capital, em 2º Grau, e, em 2005, me tornei Desembargador, integrando a 11ª Câmara de Direito Civil, Direito privado, desde então presidida pelo estimado amigo Gilberto dos Santos, lá, compondo a Câmara, colega de concurso, Gil Coelho, Walter Fonseca, Marino Neto e Rômulo Russo Júnior, aos quais cumprimento.

E ainda, Sr. Presidente, integrei o Núcleo Permanente de Solução de Conflitos, que foi implementado pela Resolução nº 125, do CNJ, e conseguimos, depois de muito trabalho, implementar e criar o primeiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Brasil, lá em São Paulo, presidido pelo Desembargador José Carlos Ferreira Alves. Isso no dia 07 de novembro de 2011, o primeiro Centro.

E ainda, Sr. Presidente, sou Professor concursado na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, faculdade presidida e dirigida pelo Prof. Marcelo Mauad. E dirijo, com muita honra e orgulho, o curso de Direito da Universidade Guarulhos, que tem como o capitão maior o Professor e Chanceler Antônio Veronese.

Fiz minhas pós-graduações pela PUC, sempre pelas mãos e orientação do Prof. Arruda Alvim. Meu mestrado e meu doutorado foram feitos lá. E lá, Sr. Presidente, conheci pessoas maravilhosas que me orientaram muito na vida. E devo muito aos ensinamentos que recebi: Senador Franco Montoro; Prof^a. Maria Helena Diniz; grande Celso Antônio Bandeira de Mello; Geraldo Ataliba; Celso Bastos; Celso Fiorillo; Rui Geraldo Camargo Viana; e este, cujas aulas são absolutamente inesquecíveis, guardo no peito e sei de cor, o Prof. Michael Temer, Vice-Presidente da República.

Pelas mãos do nosso Presidente Ivan Sartori, que me incentivou, eu consigo chegar hoje aqui nesta Casa com essa alegria quem mencionei no início, com essa felicidade.

São mais de 30 anos de Magistratura paulista.

Hoje, então, estou à disposição de V. Ex^{as} para a sabatina a que alude o art. 104, parágrafo único, da nossa Constituição, mas carregando no meu patrimônio

nio afetivo a marca que ninguém me tira: a marca de 19 votos logrados no primeiro escrutínio do Superior Tribunal de Justiça, presidido pelas mãos firmes e doces do Ministro Felix Fischer.

Sr. Presidente, depois de 30 anos, então, de Magistratura, sei que, daqui para frente, para terminar, como diria Lulu Santos, “Nada do que foi será, de novo, do jeito que já foi um dia”. E eu, então, Sr. Presidente, coloco-me firme nas mãos de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, e do meu querido Santo Antônio, e à disposição de V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essas foram as primeiras manifestações do Desembargador Paulo Dias de Moura, a respeito da sua vida, da sua história na magistratura, que, de forma emocionada, trouxe à Comissão. E passaremos às indagações dos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy, também estou inscrito.

Senador Cícero Lucena, Relator, tem a prece-dência entre todos nós.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Dr. Paulo, Dr. Henrique, demais Sr^{as} e Srs. Senadores.

Dr. Paulo, eu já tive o prazer não só de recebê-lo, como de conversarmos um pouco e também de já apresentar o meu relatório, mas gostaria de fazer pequenas indagações a V. Ex^a.

Primeiro, qual a opinião de V. Ex^a em relação à PEC nº 37?

Ainda: V. Ex^a teve a felicidade e a honra, como disse há pouco, de, ao chegar à capital do Estado de São Paulo, ser responsável pela Vara da Infância. Consequentemente, eu lhe pergunto sobre a redução da responsabilidade penal.

Nós sabemos que um dos gargalos, hoje, da Justiça são os prazos de julgamento. Consequentemente, além de ouvir a opinião de V. Ex^a sobre a criação dos tribunais regionais, que medidas poderiam ser propostas no sentido de que pudéssemos estabelecer prazos ou discutir os prazos de determinados julgamentos, até levando em conta que, muitas vezes, despachos de juízes são rápidos em determinado sentido e tão demorados na solução definitiva daquilo que está sendo julgado?

Por fim, Dr. Paulo, no STF, é exigida a presença da repercussão geral para julgar os recursos extraordinários. O senhor entende que é necessário criar alguma repercussão geral também para o STJ julgar os recursos especiais?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foram as perguntas do Senador Cícero Lucena.

Gostaria de passar a palavra ao Senador Suplicy e, depois, ao Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Rodrigues e, por fim, a esta Presidência.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; o prezado Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Henrique Nelson Calandra. Desembargador Paulo Dias de Moura Ribeiro, quero saudá-lo pelo reconhecimento que obteve entre seus colegas para ter sido apontado inclusive à Presidenta Dilma Rousseff para que o designasse para o Superior Tribunal de Justiça.

Nesses dias, estamos todos voltados para essas manifestações, dentre as quais se coloca em questão a própria representação de nós, Senadores e Deputados, e daqueles que têm sido eleitos para prefeito, governador, presidência da República. Em decorrência disso, fala-se em propostas de reforma política.

Ontem, a Presidenta Dilma Rousseff inclusive avaliava que seria possível realizar-se um plebiscito sobre a convocação de uma Constituinte a propósito de uma reforma política, mas, por outro lado, há uma declaração mais recente, de hoje mesmo, de que ela voltou atrás na questão de necessariamente haver uma Constituinte e um plebiscito para isso. Mas a importância da reforma política é fundamental. Agradeço nos transmitir a sua visão sobre os temas principais relativos à reforma política que estão sendo objetos de reflexão nosso no Congresso Nacional e, em especial, no Senado.

São temas tais como aqueles que foram expostos há dois dias, por exemplo, em *O Estado de S. Paulo* de domingo, pelo movimento que organizou a coleta de assinaturas para o Ficha Limpa, e que agora por eleição limpa. Eles esperam que, quem sabe, no prazo de um mês, tal como na vez anterior, consigam obter 1,5 milhão de assinaturas para que, então, seja encaminhada a nós a proposição de reforma política.

Queria até assinalar, Presidente Vital do Rêgo, que observei que temos diversos projetos relativos à reforma política, como a transparência em tempo real das doações de pessoas físicas, jurídicas, do Poder Público aos partidos e candidatos. Temos a escolha de candidatos através de prévias nos respectivos partidos políticos e uma série de outras que aguardam designação de relator nesta Comissão. Vou encaminhar a V. Ex^a uma lembrança e agradeço muito se puder – na premência do que estamos vivendo – designar os relatores para os diversos projetos. Eu falarei sobre isso daqui a instantes da tribuna do Senado, tendo em vista essa situação.

Eu perguntaria, por exemplo, ao Desembargador Paulo Dias de Moura Ribeiro como vê a proposta de financiamento público, se ela deve ser exclusiva. Esse movimento pelas eleições limpas está propondo que não mais se permita a doação por pessoa jurídica, que se limite a doação à pessoa física e a uma quantia de até um salário mínimo. Parece-me uma proposta bastante sensata, que é denominada de financiamento democrático das eleições.

Pergunto também: em que medida considera adequado que tenhamos a obrigatoriedade de transparência em tempo real de todas as doações de pessoas físicas e jurídicas e do próprio Poder Público. Pergunto sobre se deve continuar a pessoa jurídica – que eu também acho que deveria ser limitada – e os demais itens da reforma política que V. Ex^a pudesse nos dizer.

O segundo ponto: agradeço se puder nos dizer as suas recomendações ao nosso Relator, que ainda hoje reuniu uma série de especialistas na área da reforma do Código Penal, para que tenhamos a melhor reforma do Código. Entre os temas ali colocados, está a questão relativa às penas alternativas, a expansão das penas alternativas.

Agradeço muito se puder nos transmitir a sua visão ao Senador Pedro Taques, que é o Relator, e tem estado muito atento às sugestões de todos os juristas e especialistas no tema.

Muito obrigado, Presidente Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy, esta Presidência agradece a manifestação de V. Ex^a e, inclusive, coloca-se à disposição para continuar o processo de distribuição de todos os pedidos que chegam a esta Presidência. Nós recebemos um volume expressivo, de mais de 1500 projetos a serem distribuídos. Já o fizemos em mais de 500 propostas em três meses, que foram distribuídas aos colegas Parlamentares.

Queremos continuar acelerando o processo de tramitação nesta Comissão, transmitindo a V. Ex^{as} o fato de que, quanto maior o volume de proposituras que chegar às mãos de V. Ex^{as}, mais nós teremos pauta para encaminhar, aqui, à deliberação desta Comissão.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Se conseguirmos votar os itens de reforma política mais importantes até o dia 02 de outubro, essas modificações serão válidas para as eleições de outubro do ano que vem e serão um tanto formidável do Congresso Nacional, respondendo a esse grande anseio da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Farei isso com a máxima diligência, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero cumprimentar o Desembargador Paulo Dias de Moura Ribeiro, o Desembargador Calandra, e dizer, Desembargador Paulo, que é uma honra participar da sabatina de V. Ex^a.

A minha primeira indagação: em julgamento recente do Agravo em Recurso Especial nº 297351, a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça manteve uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que condenou a Companhia Estadual de Águas e Esgotos daquele Estado ao pagamento de indenização a moradores de um determinado bairro carioca, que possuía serviço de esgoto precário.

Eu gostaria de saber o entendimento do senhor a respeito: é possível, em se tratando de direitos difusos, como saneamento básico, haver condenação para satisfação de direitos individuais, nessa interlocução entre os direitos difusos? Porque aqui se trata de direitos difusos, o saneamento, e condenação ao pagamento de direitos individuais.

Qual é a opinião do senhor a respeito do delito de terrorismo? Seria possível a aplicação imediata da Convenção Interamericana Contra o Terrorismo, criando um tipo penal através de uma convenção internacional, tendo em conta que o art. 5º, inciso XLIII, da Constituição nos dá notícia do que se denomina mandado expresso de criminalização? Infelizmente, o Congresso Nacional, nesses 25 anos, quase, não regrou esse delito.

Qual é a opinião do senhor a respeito da construção de tipos penais em razão de convenções internacionais? É o caso, também, da convenção das Nações Unidas que trata de crimes transnacionais, a Convenção de Palermo, que fala sobre organização criminosa. Veja que esse tema, no tocante às organizações criminosas, foi agitado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do mensalão, a respeito do tipo de organização criminosa.

O senhor concorda com o teor da Súmula 231, do STJ, que diz o seguinte: “A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.”? A Súmula 231, do STJ.

Muito bem. No entendimento de V. Ex^a, essa Súmula tem compatibilidade vertical, uma vez que a Constituição determina a chamada individualização da pena aqui, nesse segundo momento da aplicação da lei penal? O enunciado da Súmula seria constitucional ou inconstitucional no entendimento de V. Ex^a?

Se a Constituição estabelece a necessidade de individualização no momento da criação da lei, aqui, pelo Congresso, no momento da aplicação da lei pelo magistrado e também na execução penal, como é pos-

sível não permitirmos, no Brasil, ao juiz reduzir abaixo do mínimo? Isso ofenderia o princípio constitucional?

Qual é a opinião do senhor a respeito de recente julgamento da Segunda Seção do STJ em um conflito de competência, que reconheceu a competência da Justiça do Trabalho para julgar ação de indenização promovida pela empregadora em face de terceiro? O STJ disse que a competência, agora, é da Justiça do Trabalho.

Qual é o entendimento do senhor a respeito da natureza jurídica dos regimentos internos dos Tribunais? Regimento interno de Tribunal pode estabelecer diferentemente do que a lei, em sentido material e formal, faz?

Qual é o entendimento do senhor a respeito da convocação de magistrados e membros do Ministério Público para prestar depoimento em CPI? Magistrados e membros do MP podem depor em CPI?

O senhor entende que a Constituição oferta ao Estado o dever fundamental de proteger o cidadão?

E uma última indagação, Sr. Presidente. A Constituição, lá no art. 96, estabelece o autogoverno dos tribunais, que é uma consequência – e o senhor é um magistrado de carreira, um nobre magistrado de carreira – da independência do Poder Judiciário. Como é possível a criação de tribunais regionais federais através de Proposta de Emenda à Constituição? O senhor acredita nessa possibilidade? Isso não ofenderia a independência do Poder Judiciário ou é possível? Existem argumentos contrários, como o senhor sabe: a Emenda à Constituição nº 45 extinguiu os tribunais de alçada. São Paulo possuía tribunal de alçada, dois cíveis e um criminal. V. Ex^a se recorda disso. E como fica isso?

O senhor fez mestrado e doutorado em Direito Civil. Quero homenagear um grande desembargador do Estado de São Paulo, professor também da PUC, o Desembargador Lotufo, Renan Lotufo, que foi um dos primeiros a fazer no Brasil o diálogo entre o Direito Civil e a Constituição da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Vital; o Dr. Calandra; o nosso sabatinado, Paulo Dias.

Eu gostaria de ouvir a sua opinião, Dr. Paulo Dias, sobre se V. Ex^a é favorável à intervenção do Poder Judiciário mediante determinações à Administração Pública para que forneça gratuitamente medicamentos em uma

variedade de hipóteses, procurando realizar a promessa constitucional de prestação do serviço de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues, estou coletando as manifestações de V. Ex^a a cada sabatina, sempre as mesmas, para fazer um corolário de reconhecimento do comportamento de futuros ministros acerca desse assunto. V. Ex^a tem-se mostrado um belo estudioso sobre essa questão. Parabéns, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não é à toa, com sua brilhante formação política. Agora, sim, Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente Vital do Rêgo, Ministro Paulo Dias de Moura, nosso Presidente Henrique Nelson Calandra, Dr. Paulo, a partir da apresentação na Câmara dos Deputados de uma Proposta de Emenda à Constituição, a chamada PEC nº 37, estabeleceu-se uma verdadeira polêmica neste País sobre o poder de investigação do Ministério Público. Segundo a própria instituição, ela estaria subtraída na sua atribuição de investigar a contento os crimes cometidos, notadamente aqueles contra a Administração Pública, crimes de corrupção, contra o patrimônio, enfim, uma polêmica, para dar às polícias federais e estaduais o poder único e exclusivo de promover inicialmente a investigação.

Queria aqui, sem fazer nenhum juízo de valor, porque tenho o maior apreço pelo Ministério Público saber sua opinião – sei dos inestimáveis serviços que essa instituição tem prestado, colaborando para fortalecer a sociedade, a transparência e a defesa do patrimônio nacional, como também as polícias estaduais e a Polícia Federal, que têm trabalhado, sem dúvida alguma, no combate ao crime organizado – a respeito dessa polêmica que se instalou na Câmara dos Deputados. Aqui, no Senado, esse assunto ainda não foi ventilado, mesmo porque não sabemos nem se a Câmara dos Deputados vai aprovar. Pelas últimas manifestações, eu tenho quase que absoluta certeza de que a Câmara dos Deputados vai rejeitar a PEC nº 37. Está votando agora, mas, assim mesmo, gostaria de saber a sua opinião.

Sobre o sigilo dos inquéritos perante os tribunais superiores, STJ e Supremo, o que acha V. Ex^a de manter os nomes das pessoas envolvidas sem uma divulgação pelos tribunais, notadamente o Supremo Tribunal Federal, que adotou essa norma recentemente.

Sobre o foro de prerrogativa de função, essa condição especialíssima de autoridades que poderão, ao serem investigadas, ser condenadas ou não pelo STJ ou pelo Supremo Tribunal Federal, como tem aconte-

cido durante muitos anos, a partir da democratização do nosso País.

Sobre o Código de Processo Civil, que está em andamento na Câmara dos Deputados – passou aqui pela Comissão de Justiça –, que reduz prazos, também reduz a apresentação de recursos, enfim, facilita o acesso do cidadão ao Poder Judiciário, quais outras medidas poderiam ser adotadas para melhorar esse acesso e acelerar as decisões do Poder Judiciário?

Agradeço V. Ex^a e desejo-lhe muito sucesso nas funções que irá exercer perante o STJ, confirmando o seu passado, confirmando a sua capacidade e o brilho de sua profissão ao longo de tantos anos. Que Deus o ajude nessa nova função! Já estou antecipando a sua vitória.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Algumas perguntas que havia formulado já foram feitas pelos Senadores que me antecederam. Retomo a questão dos prazos, a demora da prestação jurisdicional, que citou o Desembargador Paulo, atento também a questão dos prazos, se V. Ex^a identifica outros problemas e quais seriam as soluções para agilizar a prestação jurisdicional no Brasil.

Como V. Ex^a considera o momento que estamos vivenciando no Brasil? Seria um período de ativismo judicial, na opinião de V. Ex^a, com os tribunais superiores protagonizando decisões sobre temas relevantes com inovações, inclusive, legislativas?

Não havendo mais nenhum orador, vamos passar, objetivamente, às respostas de V. Ex^a para iniciarmos o processo de recolhimento dos votos.

Ainda há um requerimento aqui, que, rapidamente, preciso ler. Nós estamos, sob a orientação do Senador Pedro Taques, criando a possibilidade, depois da deliberação de V. Ex^{as}, de realização de duas audiências públicas com especialistas em Direito Eleitoral, para a discussão do financiamento público, exclusivamente público, das campanhas eleitorais.

Seriam duas segundas-feiras, como fizemos na discussão da maioria penal. Faremos dois painéis com o Dr. Adriano Soares da Costa, Dr. Carlos Velloso, Dr. Fernando Neves, Dr. Joel José Cândido, Dr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, Dr. Márcio Luiz Silva, Dr. Thales Tácito Cerqueira. São esses os indicados pelo requerimento lido e que será votado na reunião de amanhã.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO – Muito obrigado, Presidente. Vou procurar ser rápido e, de alguma forma, congrega algumas questões, como a da PEC 37, que foi a primeira questão que o Senador Cícero Lucena e outros tantos também assim indaga-

ram. Imagino que possa, em uma só resposta, atender a todas essas indagações.

A respeito da PEC 37, Senador Cícero Lucena, agradecendo mais uma vez a acolhida que tive no seu gabinete, muito fidalgo da sua parte, ao meu sentir, a investigação deve ser sempre a mais ampla possível sem dúvida alguma. Não se deve deixar nada que não possa ser investigado. Agora, a questão, como V. Ex^a mesmo falou e também o Senador Suplicy, é extremamente polêmica, todos aqui estão a mencionar essa polêmica. O único local, o único foro privilegiado para a discussão dessa matéria é só um: esta Casa. É aqui que as coisas devem ser resolvidas a respeito desse tema; não há outro.

Agora, eu já ouvi isto e me parece verdade, quando a polícia se serve de cão farejador nos aeroportos, o cão também está fazendo investigação para ver se tem ou não... Eu já ouvi isso. Essa matéria precisa ser um pouco mais cautelosa, e não termos amores por ela, puxar por um lado ou por outro, porque, com isso, perde a população. E isso é ruim para nós. Não podemos perder determinados momentos da vida política que esta Casa melhor saberá dizer.

A respeito da menoridade, Senador Cícero Lucena, eu gostaria de dizer para o senhor o que a imprensa fala: tem que abaixar. Sistemáticamente ela fala isso. A gente escuta isso no rádio desde às 6h, até antes disso. Mas, lamentavelmente, o meu coração não me deixa falar isso para o senhor. Eu acho que estamos criando outro problema rebaixando a maioria. A população gostaria de ver isso, mas eu não sei se também o clamor deve ser imediatamente abraçado. Se não temos presídios suficientes para os maiores, como é que teremos para os...? Eu gostaria de poder dizer, mas não consigo; o meu coração não deixa, Senador.

Se nós temos a repercussão geral no Supremo, nós temos os recursos repetitivos no STJ. Temos visto que isso tem vindo em bons momentos para nós.

Agora, acerca da taxa de abertura de contrato, o Superior Tribunal de Justiça acabou com esse tema, suspendeu para regular a matéria. Veja, Senador, é muito interessante isso. A que nível essa taxa de abertura de contrato pode ser tolerada? Eu tenho casos que julguei e compreendendo a jurisprudência do STJ, já admitindo a cobrança da taxa, mas uma taxa de 10% em um mútuo financeiro, parece ser usura disfarçada, não é? Então, precisaria haver algum outro regramento um pouco mais especificado a respeito, embora a posição do STJ deva ser respeitada sem dúvida alguma.

Acerca dos prazos, que é a pergunta também do Senador Vital do Rêgo, a celeridade processual, tenho para mim, Senadores, que estamos em um momento em que não podemos mais viver desse jeito com o

processo demorado. O processo até vai rapidamente no conhecimento. O problema é a execução. Apesar da reforma que tivemos no Código de Processo Civil, a execução continua demorada. A mim parece que estamos vivendo o que há 40 anos Estados Unidos, Canadá, Argentina também viveram, ou seja, a de-longa no processo, principalmente na execução. Isso foi extirpado através dos métodos alternativos de solução de conflitos pelos quais estamos enveredando. O Senador perguntou.

O Senador perguntou, e a reforma do Código de Processo Civil trata especificamente da figura do conciliador, trata especificamente da pessoa do mediador em muito bom momento.

Eu só esperava que o projeto falasse que seriam cargos de carreira – ao meu sentir, esses auxiliares da Justiça – com remuneração, porque o Conselho Nacional de Justiça, na Resolução nº 125, diz que eles poderão ser remunerados. Estaria fazendo falta realmente a especificação disso, porque é um novo viés no Judiciário, uma forma mais agradável e palatável. Não se vê acordo que seja descumprido depois, Senador. O acordo é sempre muito mais amplo do que a sentença, a solução adjudicada e que se deve evitar, no meu modo de ver. Mas a repercussão também temos, de uma certa forma, no Superior Tribunal de Justiça, através dos recursos repetitivos.

Apesar de não estar aqui, agradeço também a acolhida e as palavras do Senador Suplicy, que trata, sem dúvida alguma, no respaldo último que traz, da dignidade humana pelo seu projeto de renda mínima.

Sobre as passeatas que temos, não há como fugir das palavras da Presidência da República. São legítimas, fazem parte do nosso regime democrático, instituído no art. 1º da nossa Constituição Federal. É aqui o cerne dessas passeatas. Agora, Senador, nós não estamos, ao meu sentir, preparados para lidar com esses acontecimentos.

Nesse domingo, uma amiga muito querida me lembrou de um artigo na *Folha de S. Paulo* que diz que não temos regime jurídico para apreciar esse tipo de movimentação. Talvez se pudesse, quando muito, traçar esse movimento como crime de bando, mas bando é para crime organizado. Nós não poderíamos falar isso. Nós nem sequer teríamos como tratar dessa matéria neste instante, mas a legitimidade já foi até consagrada pela Presidência da República. O problema é o que não se quer: os atos de vandalismo. Isso ninguém quer.

Sobre o plebiscito perguntou o Senador Suplicy. Parece que essas reformas políticas são, como ele mesmo disse, fundamentais. Ouvi hoje o Prof. Ives Gandra, a quem reverencio, dizer da necessidade de um plebiscito, assim como ouvi o Presidente da OAB

dizer que não se necessita de plebiscito. Isso é a cachaca do Direito, não é, Senador? São as posições de um lado e de outro, o que nos encanta, sem dúvida alguma. Mas o que se precisa é fazer essa reforma, sem dúvida alguma, e todos os senhores estão absolutamente unânimes no sentido da necessidade dessa reforma, desde que ela não venha ferir o nosso princípio republicano e federativo, consagrado no art. 1º, pela indissolubilidade da nossa Federação.

O financiamento público das campanhas me parece ser a ordem do dia, a que precisamos chegar. Quanto às doações das pessoas físicas limitadas a um salário mínimo, só não sei se um salário mínimo seria o ideal para essa limitação. Mas me parece, sim, que as pessoas jurídicas deveriam ser afastadas desse movimento e ficar a questão apenas e tão somente limitada às pessoas físicas ou pessoas naturais, como se queira, para um fim absolutamente democrático, com um financiamento absolutamente democrático, com a população podendo participar deste movimento. Acompanho, sim, a fala do Senador Suplicy.

As penas alternativas são tendência mundial, e o Brasil não vai ficar à margem dessa tendência mundial. Os Srs. Senadores e Deputados saberão, sem dúvida, conduzir, porque essa é a tendência. Nós precisaríamos, de alguma forma, reprimir com penas alternativas, ao meu modo de ver.

Isso foi muito salutar. No período em que estive na Febem, pude ver o que havia na Febem – atual Fundação Casa – a respeito dessas medidas alternativas. Quando havia o acompanhamento efetivo, nós tínhamos soluções positivas de tratamento; quando não havia esse acompanhamento, Senador, lamentavelmente, a melhora não era prevista, a par daquelas pessoas que...

Eu não consigo me esquecer, Senador, de um menor que jogava um futebol maravilhoso, chamado para jogar num time também muito famoso lá em São Paulo, no Brasil. Ele virou para mim e falou, Senador: “Senhor, eu jogo futebol por lazer, porque o meu negócio é crime”. Como se faz numa situação como essa?

Agradeço as palavras do Senador Pedro Taques. Li esse acórdão, a respeito do serviço de esgoto do Estado do Rio de Janeiro, que saiu no último ementário do Superior Tribunal de Justiça. Se houver lesão a direito individual, a toda lesão segue-se composição de perdas e danos. E, quanto à solução já apontada pelo Senador na sua indagação, parece-me que é essa que deve ser abraçada, sem dúvida alguma.

Também me parece que o mínimo legal não pode retroagir ao mínimo legal. Eu aplaudo a Súmula nº 231, do Superior Tribunal de Justiça. Confesso que não tenho ciência dessa questão do empregador contra

terceiros, mas o Regimento Interno dos tribunais, no seu autorregramento do art. 96, realmente não poderia afrontar a lei de jeito algum.

Não vejo por que não possam participar na apresentação da verdade membros da Magistratura e membros do Ministério Público. E o dever fundamental de proteção é o dever fundamental da saúde, da vida. Esse dever se encontra no art. 1º, inciso II, da nossa Constituição Federal, quando ela fala de cidadania.

Muito mais que votar e ser votado, estamos falando de pessoas que têm esse direito, o direito de proteção das regras fundamentais do art. 5º da nossa Constituição.

Senador Antonio Carlos Rodrigues, sempre votei no sentido de preservar a saúde; sempre votei e vou continuar votando, no sentido de que os medicamentos têm de ser entregues, sem dúvida alguma.

Senador Antonio Carlos Valadares, já falei da Emenda nº 37. Quanto ao sigilo, ao foro de prerrogativa, parece-me que a matéria é de ordem constitucional, está no Código de Processo Civil e no Código de Processo Penal, e os senhores bem sabem a razão pela qual assim votaram.

E o acesso ao Judiciário, Senador, é muito fácil nos dias de hoje. Se eu não tiver dinheiro, consigo entrar no Judiciário através dos alunos de Direito, das faculdades, do serviço público, dos advogados dativos, mas não consigo sair do Judiciário, Senador. E este é o nosso grande problema: como sair do Judiciário depois das demandas ajuizadas e das execuções.

Senador Vital do Rêgo, quanto à demora na prestação jurisdicional, já falei a respeito dos métodos alternativos e de solução de conflitos. E, sobre ativismo, assim chamado ativismo judicial, parece-me que se está fazendo um pouco... Ele está se tornando um tema muito candente, quando sabemos que, na Lei de Introdução ao Código Civil, já se dizia que o juiz não se escusava de julgar, mesmo sem lei. Então, parece-me que não precisamos fazer...

É só isso, Senador. Se V. Exª me permite, não sei... Estou às ordens. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a exposição de V. Exª, sempre muito candente, sincera, feita de forma positiva.

Vamos abrir o processo de votação.

Senador José Pimentel. Estou chamando logo, agradecendo a presença de V. Exªs, os Senadores presentes: Senador José Pimentel, Senador Eduardo Suplicy, Senador Pedro Taques, Senador Antonio Carlos Valadares.

Agora vem: Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Mesmo no fogaréu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Mesmo no fogaréu, você está presente, meu Líder. Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)
– Presente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Líder Eunício.

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Armando, meu irmão, obrigado por ter vindo.

Senador Cícero Lucena, Relator. *(Pausa.)*

Senador Blairo Maggi. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Rodrigues. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello, meu líder. *(Pausa.)*

Fechou o Bloco União e Força.

Valadares, já votou?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu gostaria de pedir urgência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

O SR. PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO – Eu peço a vênia do Senador Presidente dos trabalhos. A gente sabe que errar é humano, mas persistir no erro é burrice, e peço vênia para me escusar por não ter saudado o nome do nosso Ministro do STM, Carlos Alberto Marques Soares.

Minhas escusas e muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Seja muito bem-vindo. A Presidência reitera a saudação de V. Exª.

O SR. PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou fazer nova chamada.

Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Senador Ataídes Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Paulo Bauer. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Senador Luiz Nóbis estamos encerrando o processo de votação. Já atingimos o quórum. Vamos aguardar a presença do Senador Francisco Dornelles, que externou o seu desejo de participar do processo de votação. *(Pausa.)*

Com a presença do Senador Francisco Dornelles e em homenagem à solidariedade que tem para com a Comissão e o Dr. Paulo Dias de Moura, nós encerramos o processo de votação.

O Senador Dornelles será o último a votar.

Está encerrado o processo de votação.

Solicitamos a presença do Senador Antonio Carlos Rodrigues para funcionar como escrutinador.

Já foram muitos votos na Câmara Municipal de São Paulo.

Senador Waldemir Moka veio abraçá-lo.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – São 16 votos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – São 16 votos “sim”.

A escolha do nome do Desembargador Paulo Dias de Moura Ribeiro foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

O Senador Antonio Carlos Valadares solicita regime de urgência.

Em discussão a proposta do Senador Valadares. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

A matéria vai ao Plenário com aprovação dos Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião de hoje.

Convoco para a próxima reunião, amanhã às 9h.

Tenham todos um bom dia! Fiquem com Deus.

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e oito minutos, do dia vinte e seis de junho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Tavares, Aníbal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Paulo Paim,

Wellington Dias, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Vicentinho Alves, e das Senadoras Ana Rita, Angela Portela, Lídice da Mata e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles e Magno Malta. A Presidência registra a presença dos Senhores: Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Marco Aurélio Bellizze, Ministro do STJ; Francisco Falcão, Ministro Corregedor Nacional de Justiça; Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Nino Oliveira Toldo, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE); José Arthur Diniz Borges, Vice-Presidente da AJUFE, 2ª Região; Ivanir César Ireno Júnior, Vice-Presidente da AJUFE, 1ª Região; Décio Gabriel Gimes, Diretor de Comunicação da AJUFE; Paulo Sérgio Domingues, Juiz Federal e Ex-Presidente da AJUFE; Paulo Cezar Neves Junior, Presidente da Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul; Alexandre Saliba, Juiz Federal e Conselheiro do CNMP; José Firmo Reis Soub, Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); Evandro Manoel da Silveira Gomes, Promotor de Justiça do MPDFT; Carlos Alberto Cantarutti, Promotor de Justiça do MPDFT; Bruno Amaral Machado, Promotor de Justiça do MPDFT; Dácio Vieira, Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT); Deputado Odair Cunha, Deputado Federal (PT-MG); Vitor, filho do indicado, Sr. Rogério Schietti Machado Cruz; e das Senhoras Maria Thereza de Assis Moura, Ministra do STJ; Eunice Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Ana Maria Amarante Brito, Desembargadora do TJDFT; Genny Cruz, mãe do indicado, Sr. Rogério Schietti Machado Cruz; Danielle Martins, Promotora de Justiça e esposa do indicado; Marlene Marcolino Costa, mãe da indicada, Sra. Regina Helena Costa e Ana Rivera; Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2013.** Não Terminativo. Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome da Senhora REGINA HELENA COSTA, Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Juizes Federais dos Tribunais Regionais Federais, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Teori Albino Zavascki. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador

Antonio Carlos Rodrigues. **Relatório:** Votação secreta. Em 19/06/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concedeu vista coletiva automática, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Senhora REGINA HELENA COSTA, Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com vinte e seis (26) votos favoráveis. **ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2013.** Não Terminativo. Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ, Procurador de Justiça, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de ministro, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Francisco Cesar Asfor Rocha. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Votação secreta. Em 19/06/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concedeu vista coletiva automática, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ, Procurador de Justiça, para compor o Superior Tribunal de Justiça, com vinte e quatro (24) votos favoráveis e dois (02) votos contrários. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e vinte e seis minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária.

Cumprimento as autoridades do mundo jurídico, que nos estão dando a honra de suas presenças em mais uma reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sr^{as} e Srs. Senadores, entre ontem e hoje, a nossa Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania

cumprirá, mais uma vez, um calendário que totalizará quatro reuniões. Desses encontros, três destinam-se à apreciação de indicações para o Superior Tribunal de Justiça e para o Conselho Nacional de Justiça.

Esse esforço resulta do compromisso de exercermos com celeridade a magna competência constitucional, de arguirmos os indicados para o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal e os Conselhos Nacional de Justiça e do Ministério Público.

Como é do conhecimento de todos nós que compomos esta Comissão, o Senado Federal desempenha o papel crucial no sistema de freios e contrapesos adotado no modelo constitucional brasileiro de separação dos Poderes.

As indicações para as mencionadas Cortes competem à Presidenta da República, mas elas somente se consumam se houver a aprovação do Senado Federal, Casa que detém a competência constitucional privativa para aprovar ou rejeitar os nomes que lhes são submetidos pela chefia do Poder Executivo. E, no Senado Federal, cabe a nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a competência exclusiva para sabatar os indicados, instruindo as matérias para posterior deliberação do Plenário.

Nesta Legislatura, tem sido notório o esforço desta Comissão em transformar essas sabatinas em arguições consistentes. Não estamos aqui para cumprir formalidades, mas exercer com responsabilidade o nosso dever constitucional. Além disso, nossa pauta de proposições legislativas, objeto da reunião ordinária das 10 horas de hoje, contém matérias de grande relevância e que despertam a atenção de setores da sociedade para os nossos trabalhos.

Apenas a título de ilustração, relembro que, já na semana passada, constavam matérias importantes que hoje retornam à pauta, tais como o combate ao trabalho escravo ou análogo à escravidão, o estatuto dos “concursos públicos” na Administração Federal e as novas regras de combate ao crime organizado.

Além disso, esta Presidência envidou esforços junto ao Presidente do Senado Federal para que tramitasse por nosso Colegiado a regulamentação dos direitos dos trabalhadores domésticos, sob a relatoria do Senador Romero Jucá, também essa matéria consta da pauta dos nossos trabalhos. Ademais, precisamos ser céleres no final do semestre legislativo para conseguirmos cumprir os nossos objetivos.

Todas essas matérias são relevantes e estamos conscientes de que a pauta legislativa é dinâmica e está sendo reformulada com os olhos atentos à realidade política do País.

Por isso, especialmente no momento histórico de protagonismo político da sociedade brasileira,

temos que ter a percepção de que, antes do encerramento dos nossos trabalhos, previsto para o dia 17 de julho, a nossa pauta deverá ser acrescida de novas e urgentes matérias, em consonância com as aspirações justas que vêm das ruas. E precisamos concentrar os nossos esforços para corresponder a todas essas demandas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Sr. Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Apenas para me associar a V. Ex^a da importância das sabatinas.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem transformado as sabatinas na vontade da Constituição, ou seja, que o Senado da República não seja um mero homologador do que vem do Poder Executivo. As sabatinas, aqui, têm se transformado na vontade da Constituição.

V. Ex^a, como Presidente deste Colegiado, está de parabéns, assim como o seu antecessor, o Senador Eunício, para que nós possamos, efetivamente, viver a Constituição. Aliás, viver a Constituição é que o cidadão está fazendo aí nas ruas.

Parabéns por V. Ex^a ressaltar a importância da sabatina para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Quero dizer a V. Ex^a que foi na fonte inspiradora de V. Ex^a, com a seriedade com que V. Ex^a trata todos os assuntos desta Comissão, principalmente as sabatinas, que, de forma assídua, pontual, responsável e republicana, inspirei-me desde então, o meu Líder e amigo, Senador Eunício Oliveira, o fez, à frente da Comissão, o exercício dessas sabatinas. Nós precisamos cumprir nosso papel como Senadores da República.

Para informação dos Srs. Senadores, as proposições encaminhadas pelo Senador Presidente José Sarney – fruto de comissão especial que tratava da matéria da reforma política, votada e aprovada nesta Casa – à Comissão de Constituição e Justiça, tendo à frente a liderança sob a presidência do Senador Eunício Oliveira... Faço questão, antes de iniciarmos os nossos trabalhos e em razão da justiça que quero fazer ao desempenho da Presidência anterior, de dizer que todas as matérias sobre reforma política foram votadas pela CCJ, todas.

A PEC nº 37, de 2011, que tratava de suplência de Senador, teve o Relator designado Luiz Henrique.

Está desde 13/08/2012 aguardando a inclusão na Ordem do Dia do plenário.

A PEC nº 38, de 2011, que teve o Senador Renan Calheiros como Relator, está também aguardando a Ordem do dia do plenário.

A PEC nº 39, Senador Renan Calheiros, falava sobre reeleição. Esta Comissão aprovou o parecer contrário. A matéria foi arquivada nesta Comissão.

A PEC nº 40, que trata de coligações, teve como Relator o Senador Valdir Raupp. A matéria aguarda a inclusão na pauta da nossa Ordem do Dia do plenário.

A PEC nº 41, candidatura avulsa, também foi arquivada. Teve, então, o Senador Demóstenes Torres como seu Relator.

A PEC nº 42 versava sobre referendo e teve como Relator o Senador Romero Jucá. A matéria encontra-se esperando a inclusão na Ordem do Dia do plenário.

A PEC nº 43, sobre sistema eleitoral, lista fechada e quota para as mulheres, teve a aprovação de requerimento para desapensamento das matérias, de autoria do Senador Suplicy. A proposta aguarda a apresentação de novo relatório.

Ao PLS nº duzentos... Ambas foram rejeitadas, quando tramitavam em conjunto.

Enfim, todas as matérias que estavam a cargo desta Comissão, sobre reforma política, a Comissão deliberou na forma da sua competência.

Convido para compor a Mesa o Sr. Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, o Desembargador Henrique Nelson Calandra; o Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Nino Oliveira Toldo; e a minha queridíssima Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Dr^a Eunice Carvalhido.

Com essas representações, que honram a Comissão de Justiça e que estão compondo a Mesa, quero saudar também as autoridades: os Ministros Maria Thereza de Assis Moura, do Superior Tribunal de Justiça; Herman Benjamin; e Marco Aurélio Bellizze.

Estiveram aqui para cumprimentar os nossos sabatinados e já estão voltando às suas atividades, nos seus respectivos tribunais, o Sr. José Arthur Diniz Borges; o Dr. Ivanir César Júnior; Alexandre Saliba, que esteve conosco já, nesta Comissão; a Dr^a Ana Maria Amarante Brito; Marlene Marcolino Costa; Daniele Martins; o Dr. Paulo Cezar Neves Junior; o Dr. Paulo Cesar Domingues; o Dr. Evandro Manoel da Silveira Gomes; o Dr. Décio Gabriel Gimenez; o Dr. Carlos Alberto Cantarutti; a Dr^a Ana Rivera; o Dr. Bruno Amaral Machado; e Dr. José Firmo Reis Soub.

Pauta única: itens 1 e 2.

ITEM 1**MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2013****- Não Terminativo -**

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome da Senhora REGINA HELENA COSTA, Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Juízes Federais dos Tribunais Regionais Federais, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Teori Albino Zavascki.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2013****- Não Terminativo -**

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ, Procurador de Justiça, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Francisco Cesar Asfor Rocha.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Solicito ao Senador Pedro Taques para acompanhar os indicados: Dr^a Regina Helena Costa, Dr. Rogério Schietti. (Pausa.)

Registro com muito carinho o companheiro de grandes e heróicas jornadas, Deputado Odair Cunha, Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados.

Quero agradecer ao Senador Renan Calheiros a atenção imediata do requerimento desta Presidência: já estamos tendo a tradução simultânea das nossas reuniões para a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras). Está aqui a nossa companheira, com o agradecimento desta Presidência.

Registro a presença do Desembargador Dácio Vieira, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Passo a palavra a Sr^a Regina Helena Costa para sua exposição inicial.

A SR^a REGINA HELENA COSTA – Muito bom dia a todos.

Ex^{mo} Sr. Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a quem

agradeço a cordialidade com que recebeu os três indicados, bem como a presteza e rapidez na condução deste processo; Ex^{mo} Senador Antonio Carlos Rodrigues, Relator da minha indicação, a quem também agradeço e na pessoa de quem cumprimento todos os demais Senadores e Senadoras; demais autoridades; senhoras e senhores; inicialmente registro a minha honra e grande satisfação de estar aqui em razão da indicação para a vaga de Juiz Federal no Superior Tribunal de Justiça. Agradeço à Senhora Presidente da República por esta oportunidade.

Fico ainda mais lisonjeada e quero registrar também esse aspecto porque, segundo apurei um amigo meu, que é muito estudioso da Justiça Federal, trata-se da primeira vez que um juiz federal de carreira que ingressou na magistratura após a Constituição de 1988 é indicado para o Superior Tribunal de Justiça. Então, eu não tinha percebido esse aspecto, mas esse amigo pontuou, e achei que seria interessante trazer essa notícia, fazer esse registro aqui também.

Pois bem, eu penso seja desnecessário fazer considerações acerca da importância do Superior Tribunal de Justiça, que é de todos conhecida. Apenas gostaria de pontuar dois aspectos em relação a isso. Em primeiro lugar, trata-se de uma corte, cuja competência precípua é a tutela do direito federal infraconstitucional, bem como sua interpretação uniforme, atuando como última instância para o exame de matérias puramente infraconstitucionais. Esse é um aspecto muito importante. O outro diz com uma das competências originárias do Superior Tribunal de Justiça, que é exatamente aquela de julgar os crimes comuns praticados pelos governadores de Estado e do Distrito Federal, bem como os crimes de responsabilidade de desembargadores dos tribunais de Justiça e dos conselheiros dos tribunais de contas estaduais, bem como dos membros dos tribunais regionais federais, eleitorais e do trabalho, e ainda também julgar os crimes comuns e de responsabilidade dos membros dos conselhos ou tribunais de contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

Dito isso, eu farei um brevíssimo relato da minha trajetória profissional, muito breve mesmo, Sr. Presidente, muito singelamente, para que eu possa me apresentar aos Srs. Senadores de uma maneira mais adequada.

Sou natural de São Paulo, capital, onde realizei meus estudos e me graduei em 1983, em Direito, pelas Faculdades Metropolitanas Unidas. Aos 22 anos, eu ingressei, em julho de 1984, para ficar mais claro, na carreira de Procurador do Estado de São Paulo, mediante concurso de provas e títulos, no qual eu tive a felicidade de passar em primeiro lugar. Exerci

as atribuições inerentes a esse cargo inicialmente na Procuradoria Fiscal, pelo período de um ano, e, depois, na Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, que é um órgão integrado exclusivamente por Procuradores do Estado, ao qual compete a elaboração de pareceres dos assuntos de interesse da pasta para propiciar adequado suporte jurídico às decisões do secretário.

Em fevereiro de 1991, após aprovação em concurso de provas e títulos, tornei-me Procuradora da República, exercendo o cargo também na cidade de São Paulo, por um curto período, na verdade, cerca de dois meses apenas, uma vez que, em abril do mesmo ano, portanto, em abril de 1991, após aprovação em novo concurso que foi realizado quase que simultaneamente, e por vocação, eu ingressei na magistratura federal.

Na magistratura, em primeiro grau, eu exerci minhas funções pelo período de 12 anos, passando por vara de execuções fiscais e, depois, titularizando a 14ª Vara Cível na capital de São Paulo. Fui, então, promovida, em 2003, para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, cuja competência territorial abrange os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, Corte que atualmente integro. Inicialmente, atuei na 3ª Seção desse Tribunal, que é afeta à competência de cursos ou feitos relacionados a benefícios previdenciários. Em agosto de 2005, transferi-me para a 2ª Seção, que tem a competência de matéria de Direito Público, precipuamente, Direito Administrativo e Tributário, vindo a integrar a 6ª Turma. No período de 2009 a 2011, exerci a presidência dessa Turma.

Nesses 22 anos de magistratura, completados recentemente, no último mês de abril, que foram precedidos por um período de advocacia pública e por um breve tempo no Ministério Público Federal, breve, mas de significativa experiência como Procuradora da República, eu tive a oportunidade de apreciar e julgar casos referentes às diversas matérias, matéria tributária especialmente, administrativa, consumidor, meio ambiente e previdenciário.

Gostaria também de registrar que, paralelamente a essa trajetória no serviço público, essa carreira pública, eu também construí uma carreira acadêmica junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que muito me ajudou no exame dos casos especialmente no exercício da judicatura. Ingressei no quadro docente da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como auxiliar de ensino em agosto de 1985 ao mesmo tempo em que iniciei, na mesma instituição, os meus estudos de pós-graduação. Nessa universidade, obtive os títulos de mestre em Direito do Estado, em 1992; doutora em Direito do

Estado, em 2000. Posteriormente, livre docente em Direito Tributário, em 2006.

Atualmente, sou professora da Faculdade de Direito e da Pós-Graduação em Direito da mesma universidade na qual leciono Direito Tributário. Sempre tive muito prazer em estudar e escrever sobre temas dessa área. Os meus primeiros livros foram justamente livros correspondentes as minhas teses acadêmicas. Em 2009, prestes a completar 25 anos de magistério, eu fiz publicar um livro, um curso em homenagem a meus alunos de todo esse tempo, reunindo lições muito singelas, muito básicas que são aquelas que posso oferecer, chamado *Curso de Direito Tributário – Constituição e Código Tributário Nacional*. Tive a felicidade de vê-lo laureado com o Prêmio Jabuti, em 2010, no terceiro lugar da categoria Direito do Prêmio Jabuti 2010. Foi uma felicidade, uma alegria que jamais imaginei poder conquistar.

Esses são os aspectos muito singelos que quis destacar da minha vida profissional e quero dizer que sempre exerci minha atividade judicante com muito entusiasmo e com muita dedicação e, caso eu venha ser aprovada por esta douda Comissão, assim também como pelo Plenário do Senado, assim também o será no Superior Tribunal de Justiça.

Eu agradeço a todos a oportunidade de estar aqui e coloco-me a disposição para responder quaisquer perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Parabênizo a Drª Helena pela sua exposição. Desde já me congratulo pela brilhantíssima carreira jurídica.

Com a palavra o Dr. Rogério Schietti Machado Cruz para sua exposição inicial.

SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Bom dia a todos, Ex^{mo} Sr. Senador Vital do Rêgo, Sr. Senador Eduardo Braga, eminentes Senadoras e Senadores, minha saudação aos Ministros do STJ que estiveram presentes, aos amigos, senhoras e senhores, aos ilustres componentes desta Mesa, Presidente Henrique Calandra, Presidente Nino Toldo, magistrados dignos, minha colega e amiga Eunice Carvalhido, digna Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e minha colega de candidatura, Drª Regina Helena Costa, numa especial saudação a meus amigos aqui presentes – vejo tantos e me perdoem se não consigo visualizar a todos –: Ana Maria, Bruno, Flávia, Evandro, Cantaruti, Desembargador Dácio, André Vinicius, tantos outros colegas que são amigos de longa jornada que prestigiam este momento. Uma saudação especial a minha esposa Daniele e, enfim, a todos os amigos presentes.

Este é verdadeiramente um momento de singular importância em minha vida e, antes de mais nada, sou grato a Deus por me permitir vivenciar a emoção e a honra de estar em cumprimento a mandamento constitucional pronto para arguição pública perante nobres Senadoras e Senadores da República.

Considero esta etapa a mais democrática e republicana de todo o complexo ato de acesso ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Após a eleição pelos meus pares, após a eleição pelos membros do Tribunal e após a indicação da Presidenta da República, é chegado o instante em que este candidato indicado apresenta-se perante à Nação, diante de seus representantes eleitos, para publicamente expor as suas ideias e ser arguido sobre temas de relevo, de sorte a permitir aos Senadores aferir a qualidade do candidato e o preenchimento dos requisitos constitucionais para ocupar tão digno e elevado cargo.

Nasci aos 26 de junho de 1962, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Meu pai é de Ribeirão Preto e, após o casamento com a minha mãe, Genny, paulistana radicada em Londrina, Paraná, desde tenra idade, para ali nos mudamos e permanecemos por poucos anos. Meu pai, seduzido pelo sonho dos pioneiros, trouxe-nos para Brasília em 1966. E, graças a isso, finquei aqui os meus pés, as minhas raízes e me considero, além de mineiro, cidadão brasileiro, do que tenho muito orgulho. Aqui segui a minha carreira, aqui tracei o meu destino.

Iniciei, senhores e senhoras, aos 14 anos a minha vida profissional como menor estagiário do Banco do Brasil, onde permaneci depois por dez anos, na qualidade de escriturário por concurso público.

Formado em Direito pelo UniCeub em 1984, tive profícuo aprendizado como estagiário da Defensoria Pública, então exercida por membros do Ministério Público do DF, entre os quais o meu amigo e colega José Firmo Reis Soub, que hoje me honra com sua presença.

O atendimento à população carente potencializou-me um sentimento que já nutria, um sentimento de incômodo e de indignação com as injustiças e o sofrimento comuns aos extratos menos favorecidos da população. Despertou-me a vontade de poder ingressar em uma instituição que passei a conhecer de perto e a admirar, ainda que naquele momento não ocupasse o espaço constitucional que lhe reservaria a Carta de 1988 pouco tempo depois.

Assim foi que, aos 24 anos, tomava posse como Promotor de Justiça Adjunto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, onde, para minha alegria, iniciei meus primeiros passos, continuando, sob outra condição, a desempenhar a função de Defensor Público. Atendi a centenas de pessoas ansiosas e sedentas

por justiça de toda ordem – familiar, civil, criminal –, e isso me trouxe, creio, uma ligação perene com os dramas do homem, da mulher, do idoso, da criança, do deficiente, das minorias, da vítima, do infrator, enfim de todos os que acorrem ao Poder Judiciário à busca da preservação ou da conquista de um direito negado, ameaçado ou tolhido pelo Estado ou por terceiros.

Com a chegada da nova ordem constitucional, desloquei-me para o lado do Estado acusador, do titular da ação penal. E estou absolutamente convencido de que o período em que servi como Defensor Público permitiu-me enxergar a realidade do sistema jurídico, sobretudo o sistema criminal e penitenciário, com olhos mais abertos e atentos e também a sempre ponderar na balança da Justiça os interesses contrapostos nas lides submetidas a exame jurisdicional.

Coroei minha carreira no Ministério Público com o exercício do cargo de Procurador-Geral de Justiça, no qual pude implementar, com o auxílio de meus colegas, dezenas de projetos institucionais que marcaram positivamente nossa gestão e que se encontram registrados em publicação disponibilizada aos interessados.

Pari passo à prioritária atividade profissional busquei permanentemente o meu aperfeiçoamento pessoal, por meio de estudos individuais, cursos de pós-graduação, frequência a aulas, palestras, seminários e congressos. Trabalho e estudo sempre foram atividades presentes em minha rotina diária. Realiza-me o esforço pelo crescimento pessoal, não mais do que a sensação de transformar o conhecimento teórico em prática viva, nas oportunidades que o exercício de minha profissão sempre me ofereceu.

Não concebo o Direito ou qualquer ciência como um fim em si mesmo. O Direito é ferramenta para a organização da vida social, para a constituição de uma sociedade sobre regras racionais. É a preservação e a conquista de bens, direitos e interesses legítimos. É a afirmação de valores elevados; é, enfim, a passagem da barbárie para a civilização.

Como já tive ocasião de explicitar, penso que os profissionais do Direito, nomeadamente os que militam na esfera criminal, não podemos perder de vista a dimensão humana e transformadora da nossa atuação. Sempre procurei não negligenciar a percepção de que minha intervenção como Promotor de Justiça, e futuramente como magistrado, se evidentemente V. Ex^{as} assim o entenderem, não se esgota em uma folha de papel ou em uma audiência. Vez por outra, corta a carne viva dos seus destinatários.

Diante do fenômeno mais grave da convivência humana, juízes, promotores de Justiça e advogados têm a missão de protagonizar esse *script* dramático que se escreve com a ocorrência de um crime. O juiz e o

promotor, mais comprometidos que estão com a busca da justiça e o encontro da verdade, devem esforçar-se para desincumbir-se da missão de eliminar, mitigar ou, pelo menos, não propagar os sentimentos que derivam do crime. Isso se realiza, acredito, com uma atuação serena, equilibrada, sem ranços, sem antagonismos pessoais ou sentimentos de cólera ou vingança.

Entendo que o trabalho de um membro do Ministério Público e de um magistrado consiste em servir exemplarmente à sociedade, a quem sempre devemos prestar contas. Nosso grande desafio, então, é, a meu sentir, desempenhar nossas funções de maneira inteligente e, quando me refiro à inteligência, não faço alusão a uma cultura jurídica livresca, algo que qualquer pessoa com tempo e disposição para a leitura pode adquirir, mas, sim, ao permanente esforço mental dirigido ao emprego do Direito como valiosa ferramenta para a realização dos valores e das virtudes superiores da humanidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a vida sempre sorriu para mim. Fui muito bem criado em uma família que me deu toda atenção e o amor de que uma criança e um jovem precisam para entrar com saúde psíquica e física na vida adulta. Tive a graça divina de receber de minha primeira esposa duas almas elevadas, meus filhos mais velhos, Vitor e Larissa. Já na maturidade, encontrei Daniele e, de nosso amor, nasceu Lorenzo, essa pequena criatura que iluminou nossas vidas, que me renovou o espírito e que me reposicionou neste plano terreno.

No âmbito acadêmico, pude também caminhar bastante sem afastar-me de minha atividade profissional. Logrei, com o esforço de viagens semanais, concluir o mestrado e, depois, o doutorado em direito processual na Universidade de São Paulo, berço de luminares do Direito, que me deram oportunidade, mercê das aulas, seminários e textos apresentados, de incursionar mais verticalmente nos estudos jurídicos. Em razão disso, animei-me a escrever e lecionar, atividades muito prazerosas, que me proporcionaram, além de muitos amigos, desenvolver ainda mais meu já espírito inquieto e questionador.

Tudo isso se soma para formar um homem que, nas sábias palavras de Rui Barbosa, está consciente de que a reivindicação do poder importa em reivindicação da responsabilidade.

Saúdo minha querida mãe que chega, neste momento, ao auditório.

Se V. Ex^{as} entenderem que sou digno e capacitado para o cargo de juiz do tribunal da cidadania, estejam certos de que procurarei honrar a toga que vestirei na companhia e com o consórcio de ministros experien-

tes, ciente, sem embargo, dos grandes desafios que poderei enfrentar.

Nessa quadra tão memorável de nossa história republicana, em que milhares de jovens clamam por uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”, nas palavras do preâmbulo da Constituição Federal do Brasil. Sonho, como fez Jacques Charpentier, em aproximar-me do juiz por ele sonhado: cavalheiresco; hábil para sondar o coração humano; enamorado da ciência e da justiça; ao mesmo tempo em que insensível às vaidades do cargo; arguto para descobrir as espertezas dos poderosos do dinheiro; informado das técnicas do mundo moderno, no ritmo dessa era nuclear, onde as instâncias se apagam e as fronteiras se destroem, onde, enfim, as diferenças entre os homens logo serão simples e amargas lembranças do passado.

Espero, assim, jamais me esquecer da sensível afirmação do grande líder mundial, Nelson Mandela, que aguarda em seu leito os últimos momentos entre nós: “Uma boa cabeça e um bom coração formam sempre uma combinação formidável.”

Quero, por fim, agradecer àqueles que, de algum modo, fizeram possível este momento. Inicialmente à Presidenta Dilma Rousseff, por minha indicação em lista composta por dois brilhantes e dignos colegas do Ministério Público, Mauro Renner e Francisco Xavier; aos estimados Ministro do Superior Tribunal de Justiça que, em votação expressiva, me fizeram acreditar na meritocracia; a todos os meus parentes e amigos, que, a seu modo, se envolveram nessa longa caminhada; e aqui, na impossibilidade de homenagear todos, faço um agradecimento especial aos amigos José Firmo Reis Soub, Evandro Manoel da Silveira Gomes, Valtér Moura, Hussain Kaludi e Benedito Siciliano, com quem dividi as escassas agruras e as fartas alegrias cotidiana ao longo dos últimos dois anos.

Agradeço, particularmente, a minha esposa Daniele, que tem sido a minha maior incentivadora. Seu apoio e otimismo constantes me renovaram diariamente o ânimo para perseverar na realização de um sonho. A minha querida mãe Genny, pelas orações e confiança; e ao meu honrado pai Sérgio, sempre orgulhoso do filho, que estaria nesta reunião, emocionado, não fora a necessidade de seu convalescimento.

Coloco-me, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, à inteira disposição de V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Dr. Rogério Schietti Machado Cruz,

pela sua sincera e franca exposição. E declaro iniciado o período de arguições com as coleta de inscritos.

O primeiro orador é o Senador Alvaro Dias, que tem a palavra. Depois, o Senador Eduardo Braga e o Senador Pedro Taques.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Minha saudação a todos os presentes, integrantes da Mesa, colegas Senadores e Senadoras e visitantes a esta Comissão.

A primeira indagação seria em respeito às manifestações populares que tomam conta das ruas do Brasil, escrevendo um manifesto de protesto e um apelo pela mudança.

Eu gostaria que se manifestassem sobre como entendem essa reação popular do ponto de vista do Poder Judiciário e qual evidentemente é a postura que se exige diante desse quadro de exigências dos novos tempos; qual a postura que se exige do Judiciário em relação a essas manifestações, sobretudo em relação aos pontos cruciais da justiça em que se exigem reformas e providências administrativas, como a questão da celeridade, a justiça descentralizada, mais próxima do cidadão, a justiça mais barata, oferecendo condições a todos, independentemente das condições financeiras de cada um. Essa é uma questão que certamente deve preocupar, neste momento, o Poder Judiciário, já que a crise de credibilidade atinge os Três Poderes. Evidentemente, o Legislativo, por ser o mais fragilizado, é mais alcançado pelas agressões, pelas críticas e pelas manifestações populares. No segundo plano, o Executivo, especialmente porque estamos sob a égide de um presidencialismo forte. Sem dúvida nenhuma, a Presidente da República é a principal protagonista desses impasses. Mas é óbvio que o Poder Judiciário também alcançado por essas manifestações, sobretudo porque há um conceito arraigado na coletividade de que, no Brasil, só vai para a cadeia o pobre.

Hoje, especialmente, há essa cobrança. Há uma angústia em relação à conclusão do julgamento do mensalão. Há aqueles que ainda duvidam do resultado final desse julgamento. Duvidam que condenados irão para a prisão. Eu coloco essa questão exatamente para tentar verbalizar aquilo que entendo como insatisfação popular diante do Poder Judiciário; muito mais, evidentemente, diante do nosso Poder Legislativo, mas, sem dúvida, também em relação ao Poder Judiciário. Eu creio que essa é uma questão macro que pode ser respondida.

Há outras questões aqui anotadas que são pontuais: a aposentadoria compulsória aos 70 anos deveria ser revista? A adoção de mandato fixo para ministros dos tribunais superiores seria conveniente? O instituto do foro da prerrogativa para autoridades – há propostas

tramitando no Congresso – deveria ser revogado por ferir a ideia republicana da igualdade de todos perante a lei? Eu vou parar por aqui, porque evidentemente acabaria esgotando a oportunidade de outros colegas de fazerem indagações pontuais.

Era isso, Sr. Presidente, para ser econômico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a e a disciplina do tempo também.

Senador Eduardo Braga, com a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Bem, Sr. Presidente, primeiro, cumprimentando tanto a Dr^a Regina quanto o Dr. Rogério, pelas suas indicações pela Presidência da República bem como pela qualidade da carreira na magistratura de ambos, quero dizer que fiquei evidentemente sensibilizado, Dr. Rogério, inclusive, com o depoimento que V. Ex^a ainda há pouco fez, até emocionado, em torno da família. Sabendo como eu sei dos desafios que V. Ex^a passa neste momento com a saúde do seu pai, eu tenho passado recentemente por esses desafios, quero aqui prestar a minha homenagem à família de V. Ex^a, desejando o pronto restabelecimento da saúde do seu pai, para que ele possa ter a alegria de ver o seu filho chegando a um degrau próximo do ápice da carreira da magistratura.

Da mesma forma, cumprimento a Dr^a Regina pela sua carreira. Tive oportunidade de conversar com a Dr^a Regina antes da sabatina, Senador Vital do Rêgo, e fiquei muito impressionado também com o currículo e com a história de sensibilidade social dela.

Mas vamos às perguntas, da mesma forma, pela economia do tempo, tendo em vista que hoje ainda teremos uma longa sessão deliberativa nesta Casa.

Eu gostaria de ouvir de ambos, não há dúvida nenhuma sobre uma das questões que hoje permeia a sociedade brasileira e que tem feito com que o povo se manifeste às ruas: a segurança pública. A questão da segurança pública passa evidentemente pela questão da investigação criminal, passa, com relação à questão criminal, na Justiça brasileira, bem como a questão do Código de Processo Penal brasileiro.

Portanto, eu gostaria de fazer as seguintes colocações.

Ao Dr. Rogério. Em sua tese de doutorado, o senhor afirmou que há países que permitem ao órgão de acusação propor a revisão do julgado, mesmo nos casos em que o réu foi absolvido. Seria conveniente, em sua opinião, adotar-se algo similar no Brasil?

E acrescento, Dr. Rogério. Temos visto permanentemente, no Brasil, mesmo homicidas acabarem sendo beneficiados por generosidades do nosso sistema prisional e do nosso sistema penal. Eu me refiro

a indultos de Natal, eu me refiro à evolução das penas, que acabam fazendo com que esses homicidas, sem estarem recuperados, acabem voltando à sociedade, praticando, muitas vezes, a reincidência do crime e trazendo novamente grandes riscos à segurança da sociedade.

Outra pergunta. Investigação criminal. O modelo brasileiro possui entraves para a maior eficiência da investigação criminal? Mesmo em relação à PEC nº 37, que ontem foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, eu gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^{as}, que possuem, portanto, grande experiência nessa área, para que nós possamos compreender de que forma poderemos avançar. Hoje, inclusive, teremos, na pauta, um projeto de minha relatoria com relação à questão do enfrentamento das organizações criminosas.

A segunda pergunta seria: em relação ao Código de Processo Penal brasileiro, o atual CPP, e ao projeto que se encontra em tramitação no Congresso Nacional, quais as principais inovações na opinião de V. Ex^a? Em relação à ação penal privada, e sua possível extinção, o senhor já defendeu, antes da modificação do Código Penal, em 2009, que, nos crimes de natureza sexual, cometidos contra crianças e adolescentes, a ação jamais poderia ser privada, por que razão essa regra vigorou por tanto tempo em nosso Direito?

Seriam apenas essas as colocações, Sr. Presidente, para que nós pudéssemos ter uma economia processual e pudéssemos, portanto, ir à votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Pedro Taques, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores indicados ao Superior Tribunal de Justiça, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e da Ajufe, sejam bem-vindos a esta Casa.

Eu gostaria de indagar aos dois indicados como é possível a uniformização da jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça – aliás, o STJ nasce com esta função de uniformizar a jurisprudência – com constantes modificações de sua composição e a segurança jurídica. Como podemos compatibilizar isso, diante da realidade nacional?

No entender dos senhores, seria possível nós estabelecermos, na composição do Superior Tribunal de Justiça, um percentual de Ministros por região, tendo em conta que, hoje, se nós levantarmos os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, a maioria deles são de Estados do centro-sul, e a República Federativa do Brasil possui outros Estados? Nós sabemos que não podemos discriminar brasileiros em razão do seu nas-

cimento – está no art. 19 da Constituição –, mas, se o Superior Tribunal de Justiça é um tribunal nacional, de que maneira nós poderíamos resolver isso na opinião dos senhores? De que maneira, na opinião dos senhores, deve ser julgada a ação de improbidade de autoridades dotadas de foro por prerrogativa de função, se o foro por prerrogativa de função – previsto na Constituição – pode ser alargado por decisões de tribunais.

Eu ouvi com atenção a preleção do Dr. Rogério. Fiquei também entusiasmado com ela, mas a vida não são só flores. Existem espinhos também. De que maneira o Estado pode exercer o seu dever fundamental de defender o cidadão contra aquele que pratica crimes, diante do princípio da razoabilidade, diante do princípio da proporcionalidade?

Dr^a Regina, a senhora bem sabe que, dentre os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, existem dois do STJ. Portanto, em sendo o nome de V. Ex^a aprovado, a senhora pode ser uma das duas Ministras do Tribunal Superior Eleitoral. Qual é a opinião de V. Ex^a a respeito da indicação pela Presidenta da República de ex-advogados dela nas eleições anteriores para o Tribunal Superior Eleitoral?

Qual é o entendimento da senhora sobre Direito Constitucional que os partidos políticos têm a propagarem a sua ideologia através do direito de antena? Se é possível o estabelecimento de partidos políticos de primeira categoria e de segunda categoria?

Apenas um minuto, Sr. Presidente.

Dr. Rogério, é possível direito adquirido em Direito Ambiental? Há a existência de direito adquirido em matéria ambiental? O Superior Tribunal de Justiça tem debatido sobre isso.

Dr^a Regina, em homenagem ao departamento em que V. Ex^a é livre docente na PUC, a grande escola brasileira, qual é a visão da senhora a respeito da aplicabilidade da vedação constitucional do confisco, previsto no art. 150, inciso IV, da Constituição? Ainda que o mencionado dispositivo fale em tributo, que é fato lícito, seria possível a aplicação à multa? Um exemplo disso: são constitucionais as multas de 100% do valor do bem culminadas, por exemplo, pelo regramento do Imposto de Importação? Isso não ofende esse dispositivo?

Já me encaminho para o final, Sr. Presidente.

Dr. Rogério, qual é o limite, no entendimento de V. Ex^a, da responsabilidade objetiva do Estado em relação a acidente sofrido em treinamento militar, por exemplo?

E para os dois, Sr. Presidente, encerrando: alguns defendem a existência de direitos absolutos na Constituição. O direito à vida, a defesa do direito à vida é um direito absoluto?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo.Bloco/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Dr. Calandra, a Dr^a Eunice, o Dr. Nino, os sabatinados Rogério e Regina e, ao cumprimentar o nosso Presidente, cumprimentando todos os Srs. Senadores.

Em primeiro lugar, quero agradecer o trabalho do Senador Armando Monteiro, como Relator *ad hoc*, da Mensagem nº 47, de 2013, que submete à apreciação desta Comissão a indicação da Sr^a Regina Helena Costa. Em meu relatório, destaco o notório saber jurídico da indicada e seu currículo comprova a sua competência.

Eu gostaria de ouvir a opinião da jurista Helena Costa sobre duas questões. Qual é o entendimento que V. Ex^a possui em relação à imunidade tributária sobre o livro eletrônico e suas espécies: disquete, CD-ROM e leitor digital? E qual a opinião de V. Ex^a sobre ativismo judicial?

Para o Dr. Rogério, a minha pergunta é sobre a sua opinião... A ONU tem criticado muito o sistema prisional brasileiro. São compatíveis as críticas?

São as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Srs. futuros Ministros, minha pergunta é bastante simples e não tem muito a ver para o futuro, só para orientação mesmo.

Até ontem, nós discutimos a questão da PEC 37, as ruas se manifestaram, e a Câmara, ontem à noite, já votou, e não prosperou a proposta da PEC 37. Mas eu, como não sou jurista, e tenho certeza de que milhares de pessoas, ou milhões de pessoas no Brasil, acabei não entendendo essa contenda, essa demanda que havia aqui dentro do Congresso Nacional. De um lado, os procuradores, Ministérios Públicos, e, de outro lado, os delegados. E nós, políticos com mandatos, ficamos com a incumbência de resolver, de sermos árbitros dessa contenda.

Por outro lado, eu vejo que delegados são advogados, juízes são advogados, promotores são advogados, todos vêm da mesma escola e todos têm, na Ordem dos Advogados do Brasil, o seu órgão de representação. No entanto, nessa briga, a Ordem, pelas manifestações que fez, ficou do lado dos delegados, dizendo que a PEC 37 seria constitucional e deveria ser votada e aprovada para restabelecer, segundo a Ordem, a questão das investigações.

Eu gostaria de ouvi-los, agora que já não vale mais, que não existe mais essa pressão sobre o Congresso, que já foi rejeitada a PEC, na primeira vota-

ção, mesmo assim, para informação e até para futuros discursos, futuras posições, futuros questionamentos e discussões que virão pela frente. Porque eu confesso, como disse, que, em todo esse momento de discussão, sempre fiquei em dúvida para que lado andar dentro dessa questão. Ouvi todos os lados, e a minha proposição sempre foi a de acompanhar aquele que sempre foi o defensor da democracia, que sempre esteve presente nos maiores e nos menores, nos mais importantes movimentos em defesa da democracia, que é a Ordem dos Advogados do Brasil. Ela nunca se posicionou contrária à população e contrária à democracia. Por que nesse momento ela estava do lado contrário?

Então, eu gostaria que os nossos dois sabatinados pudessem dar alguma orientação nesse sentido. Qual a posição de vocês? Como eu disse, ela já não vale mais, mas vale para orientação, vale para formação até de opinião para o futuro do nosso País.

E, para finalizar, gostaria de cumprimentar tanto a Dr^a Regina como o Dr. Rogério pela indicação. Tenho certeza de que serão aprovados aqui e, depois, no plenário, e que tenham uma boa gestão, um bom mandato nos cargos a que serão levados agora. Parabéns e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, senhoras e senhores sabatinados, Sr. Presidente da Associação dos Juízes Federais (Ajufe), Sr. Senadores, a minha pergunta vem na confluência da política com a Constituição e diz respeito à criação, por meio de proposta de emenda à Constituição, de iniciativa parlamentar, de Tribunais Regionais Federais. O Congresso já aprovou algumas delas, e há outras na pauta, ainda hoje.

Eu entendo que, adotada a tese, aceita a tese de que é possível a criação de tribunais inferiores ao Tribunal Superior de Justiça, no caso Tribunais Regionais Federais, por iniciativa parlamentar e através de emenda constitucional, sem observância das questões orçamentárias, como determina a Constituição, uma vez que a Constituição diz que a competência é do STJ propor, através de projetos de lei, encaminhados ao Congresso, a criação de tribunais inferiores, adotada a tese de que isso é legítimo – eu sinto que vai ser adotada, porque eu constato uma total passividade do STJ em relação a uma usurpação de suas competências que vêm ocorrendo –, adotada essa tese, nós teríamos – os senhores não tenham a menor dúvida, nenhuma dúvida – a criação de um Tribunal Regional Federal por Estado, a pretexto de se facilitar o acesso à Justiça, evidentemente com o aplauso das corporações:

dos promotores, dos advogados, dos juízes, que verão aí oportunidade de ascensão na sua vida profissional.

Mas não tenho dúvida nenhuma de que haverá a criação de um Tribunal Regional Federal por Estado. No limite, nós poderemos ter até a criação de Varas da Justiça Federal por emenda constitucional, porque onde passa boi passa boiada.

Por que eu digo que essa tendência vai se concretizar? Porque o Senador A que não teve o seu Tribunal Regional Federal criado no seu Estado vai ser pressionado pelos advogados, pelos promotores, pelos juízes federais do seu Estado para propor a criação, porque, afinal de contas, o Senador B propôs, e foi aprovado. E nós teremos um Tribunal Regional Federal por Estado.

A minha pergunta é a seguinte: qual será a consequência, do ponto de vista da natureza da Justiça Federal, as suas competências, o desenho que o Constituinte original atribuiu a esse ramo da Justiça, qual será a consequência da adoção dessa prática, da generalização dessa prática? Qual será a consequência dessa fragmentação, que fará com que a jurisdição dos Tribunais Regionais Federais coincida com a jurisdição dos tribunais estaduais de segunda instância?

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, primeiro, quero agradecer as providências que V. Ex^a está tomando para agilizar a votação das matérias de reforma política. Inclusive, já encaminhei a V. Ex^a, já protocolei na Mesa o ofício, relatando os projetos de lei para os quais faltava designar relator, e V. Ex^a garantiu que essa providência será tomada.

Muito obrigado.

Quero cumprimentar a Dr^a Regina Helena Costa e o Dr. Rogério Schietti Machado, pela qualidade de seu trabalho e do preparo que mostraram aqui para ingressar no Superior Tribunal de Justiça.

Eu gostaria de formular a seguinte pergunta: como é que recomendam a nós, Senadores, que possamos ampliar as denominadas penas alternativas? Qual é a visão que ambos têm a respeito e que recomendação fazem, no sentido de ampliarmos essa possibilidade?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Pedro Taques, antes do Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, é rapidinho.

No tocante ao que disse o Senador Aloysio, se os indicados entendem como constitucional a criação de Tribunais Regionais Federais por propostas de emenda, seria possível a criação de dois TRFs no Estado por emenda, como existem em São Paulo dois TRTs?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Seria um adendo à pergunta do Senador Aloysio, uma complementação à pergunta do Senador Aloysio.

Senador Pedro Simon, depois, Senador Sérgio Souza. Aí encerraremos o... Faltam ainda o Senador Armando – não poderíamos deixar de ouvi-lo, claro, Senador Armando, não poderia deixar de ouvi-lo – e o Senador Ataídes, com certeza.

Senador Pedro, com a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ao cumprimentar os dois ilustres magistrados e felicitando-os pelo trabalho, eu peço desculpas pela pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Melhore o som do Senador Pedro Simon, por favor. Sua voz precisa ser ouvida como é ouvida no País inteiro, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É que, com a idade, o meu som está cada vez mais diminuindo. Infelizmente está se apagando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Mas todos nós estamos sedentos para ouvi-lo, Senador Simon. Por isso, peço silêncio ao auditório.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A pergunta é a seguinte: na semana passada, nós votamos aqui a questão dos procuradores e delegados, a PEC. À exceção de quatro Parlamentares, ela foi aprovada e aqui, delegados e Senadores se abraçaram e cantaram o Hino Nacional. A paixão e a alegria eram quase iguais a quando se cantou o Hino Nacional no encerramento da Constituinte.

Ontem, na Câmara dos Deputados, a quase unanimidade da Câmara dos Deputados rejeitou a emenda e o Congresso inteiro cantou o Hino Nacional. Matéria conhecida, amplamente conhecida e debatida, não é novidade, não foi uma surpresa, não foi um equívoco, há de se consentir que os Srs. Senadores votaram com conhecimento de causa e há de se imaginar que os Srs. Deputados votaram com conhecimento de causa. Como é que, em questão de quatro dias, o resultado pode ser radicalmente contrário?

Eu tenho defendido e tenho dito que, para influenciar a ação desta Casa no futuro, as mudanças que a gente espera, é só com a mocidade nas ruas. Os jovens nas ruas... Foi o que aconteceu aqui no Ficha Limpa. A rigor, dá para dizer que todo o mundo era contra o Ficha Limpa, todo o mundo! Na hora de votar em plenário, nós, os Senadores, votamos, por unanimidade,

a favor – e a gurizada lá na frente. Ontem, a gurizada estava lá na frente; no dia em que votamos, a única coisa que havia eram os delegados aqui e nós demos as mãos e cantamos o Hino Nacional.

Como é que se explica, em uma Casa, compreensível como a nossa, que a votação tenha sido exatamente o contrário? Há de se imaginar sobre o que deve ser o Senado e o que deve ser a Câmara... O mais racional é que a Câmara tivesse votado junto com os delegados, e o Senado tivesse votado junto com os procuradores; no entanto, foi o contrário. Como é que vocês... Todo o mundo faz pergunta para os senhores para saber o que pensam; mas, agora, eu estou fazendo uma pergunta para saber o que os senhores pensam de nós e dessa decisão?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; Dr. Rogério Machado, Procurador de Justiça; Juíza Regina Helena Costa; Eunice Carvalhido; Dr. Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Dr. Nilo Toldo, Desembargador do TRF-2 e também Presidente da Ajufe, recentemente, na semana passada, uma pesquisa no DataFolha, publicada na *Folha de S. Paulo*, perguntou aos paulistanos o que eles achavam do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

A credibilidade do Poder Executivo, nos últimos dez anos, caiu de um pouco mais de 50% para pouco mais de 20%. O Legislativo é medido ao contrário. Aqueles que não acreditavam aumentou. E o Poder Judiciário também foi medido. O Poder Judiciário veio também para pouco mais de 30%, caiu para 31%, aqueles que acreditam no Poder Judiciário, aqueles que acham que o Poder Judiciário é satisfatório.

Nos corredores, nos bastidores, nós ouvimos, com bastante ênfase, que, cada vez mais, a sociedade está descrente de seus Poderes; tanto no Executivo, no Legislativo como também no Judiciário. Nós estamos vendo isso nos últimos anos. O que V. S^{as} entendem ou acham que precisamos melhorar para melhorar a imagem? Mas, para melhorar a imagem, nós temos que melhorar o conteúdo, a celeridade processual, a qualidade dos votos? A reforma tem que acontecer também nesses termos? Qual é o papel do Judiciário para nós darmos uma resposta aos anseios da sociedade?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Armando Monteiro com a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu me senti inteiramente atendido com a pergunta do nobre Senador Sérgio Souza.

A minha questão era fundamentalmente essa. Neste momento em que o Brasil assiste a esse processo de cobrança que está sendo endereçado à classe dirigente – e evidentemente isso alcança todos os Poderes da República –, eu queria exatamente saber qual é a percepção em relação à necessidade também de reformas e de um reposicionamento do Poder Judiciário. Quer dizer, nós sabemos que a prestação jurisdicional no Brasil ainda deixa muito a desejar. Então, fundamentalmente, era esta a pergunta: que contribuição o Poder Judiciário oferece neste momento à discussão dessa agenda de reforma do País?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Armando, sempre muito disciplinado na otimização e na racionalização do tempo. São heranças da iniciativa privada, não é, Senador?

Senador Ataídes, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, muito obrigado. Cumprimento toda a nossa Mesa, os nossos indicados, a Dr^a Regina, o Dr. Rogério. Também vou ser muito rápido, Sr. Presidente.

A minha pergunta, na verdade, vem das ruas hoje, Dr^a Regina. É sabido que o nosso Brasil, o nosso País não está indo bem. Isso é sabido por todos e agora, então, o povo brasileiro deixou isso insofismavelmente. E um dos pontos alto dessas manifestações é a corrupção; ela é danosa, ela é maldita. Eu tenho dito isso aqui sempre. Ela desvia o dinheiro da saúde, da educação, de investimentos e outros. Percebo que a impunidade e a falta de transparência no uso do dinheiro público permite, fomenta e facilita essa tão malvada corrupção.

Eu pergunto, então, a V. Ex^a, que vem da magistratura, e ao nosso Dr. Procurador Rogério, que está aí atendendo o povo brasileiro – e estou muito contente hoje por essa ideia maluca de alguns poucos políticos, imagino eu, em relação a essa esdrúxula PEC 37, que ontem deixou de existir no nosso País, eu fiquei muito contente –, eu pergunto o seguinte, Dr^a Regina e Dr. Rogério: o Poder Judiciário se vê com uma parcela de culpa diante dessa manifestação em relação à corrupção no Brasil? E qual seria a solução para debelar essa maldita corrupção?

Em segundo, gostaria também de saber – a nossa Presidente Dilma disse sobre a possibilidade desse Congresso, então, aprovar um projeto em que coloca como crime hediondo esse crime de corrupção – o que V. Ex^{as} podem dizer sobre essa ideia dolosa, é evidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Temos ainda o Senador Cássio Cunha Lima inscrito.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr^a Regina, Dr. Rogério, o Senador Pedro Simon, que sempre precisa de fato ser ouvido, de forma absolutamente singela, simples traz um elemento novo para as sabatinas. Ele inverte o polo da pergunta e o que pode parecer simplesmente uma brincadeira não é e vou, mais uma vez, beber da fonte de Pedro Simon, da sua trajetória respeitada por um Brasil sempre melhor até porque sabemos e conhecemos, pelo currículo de V. Ex^{as}, do notório saber jurídico de ambos, da conduta ilibada dos dois e, portanto, do preenchimento daqueles requisitos outros que a Constituição estabelece para o exercício das funções para os quais foram designados e, seguramente, serão aprovados aqui e confirmados no plenário.

O momento do Brasil é tão especial que até mesmo a sabatina serve como palco, como ambiente para que possamos pensar de forma conjunta o nosso País e o pensamento não pode ser excludente nem tampouco isolado. Mais do que qualquer outro instante, precisamos de reflexão, de debate para que tenhamos a capacidade de compreender bem o que está acontecendo e para onde vamos.

Eu já disse várias vezes, até porque tenho muito cuidado de não parecer oportunista diante de tudo o que vem acontecendo nas ruas do Brasil, que não é possível que nós sejamos um país formado por incompetentes, mal intencionados, desonestos, incapazes. Não! É claro que temos problemas graves na conduta individual de algumas pessoas, mas respeitadas as exceções de praxe, não há um recanto deste País onde as coisas funcionem bem. E a expectativa da população é que ela possa ter uma vida melhor.

Quando lutamos pelo voto direto, não era apenas em busca do direito máximo da cidadania de escolher os seus representantes. Era para que, a partir das escolhas feitas, pudéssemos ter avanços na qualidade de vida da população em geral. Essa etapa foi vencida. Conquistada a democracia foi dito: “Não, mas não é possível ainda mudar a realidade do nosso povo porque falta um outro elemento essencial, que é a estabilidade econômica.” A estabilidade econômica veio e, novamente, depois de quase uma década, a população brasileira não percebeu, no seu cotidiano, mudanças reais efetivas nas questões básicas do dia a dia.

A pauta da rua é muito clara, além dos temas que já foram discutidos e alguns já respondidos como ontem aconteceu com a Câmara dos Deputados, por quem novamente o Dr. Ulysses Guimarães tinha absoluta razão: político só tem medo de uma coisa, de povo na rua. E foi o povo na rua que fez com que, em quatro dias, como bem registrou o Senador Simon, a

posição da Câmara virasse em 180 graus. Pois bem. É preciso que tenhamos essa percepção de que o que a população está querendo na rua são serviços públicos de qualidade, que dizem respeito, claro, às iniciativas do Poder Executivo, do papel do Poder Legislativo, mas também da participação do Poder Judiciário.

A pergunta, portanto, é esta – muito mais para amplificar o trabalho dessa sabatina, aproveitando presenças ilustres das pessoas esclarecidas que tem, claro, uma visão de Brasil, fruto de uma trajetória construída –: como fazer para que possamos dar resposta? Porque aquilo que dizia, e concluo, Presidente, para não exacerbar no tempo: não é possível que sejamos todos incapazes, incompetentes, mal intencionados, desonestos, corruptos. Existem esses, mas temos outros também. O problema é do nosso modelo, o modelo brasileiro está errado, pode botar Manoel, José, Joaquim, não vai resolver. Não resolve porque o modelo, o arranjo institucional está equivocado, em que temos, na nossa Constituição, uma Federação, inclusive como cláusula pétrea, e, na verdade, caminhamos para um Estado unitário, inclusive no Judiciário, em que decisões de primeiro grau têm baixíssima eficácia, e que todas as questões mais relevantes precisam ser decididas num segundo grau de jurisdição e, quase sempre, na jurisdição federal.

Então, é essa visão que gostaria de ouvir da parte da Dr^a Regina, do Dr. Rogério, para que possamos aproveitar o mote e a provocação muito bem colocada e oportuna, trazida por Pedro Simon, para que essa sabatina possa se transformar numa constante de debates, que é o que o Brasil precisa fazer para apontar os rumos para o nosso futuro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Cássio.

Consulto se há mais algum Senador que queira se posicionar. *(Pausa.)*

Não havendo, esta Presidência fará uma última indagação, já que se sente absolutamente atendida com outros 13 companheiros que usaram de forma oportuna e brilhante nas suas manifestações, inclusive de forma coincidente com suas exposições.

Não foi tratado aqui, Dr. Rogério, Dr^a Regina, da questão do Projeto de Lei da Câmara nº 37, que trata da Lei Antidrogas, principalmente no que diz respeito a atendimento ao usuário ou dependente de droga. Nesse projeto, o que mais trouxe elemento de debate na Câmara foi a previsão de possibilidade de internação involuntária, a pedido da família ou por decisão do profissional médico.

Gostaria de saber de V. Ex^{as} se consideram essa posição ou se essa disposição ofenderia o direito fundamental da liberdade. E se essa internação voluntária

dependesse de decisão judicial, ouvidos os peritos, o perito oficial e o Ministério Público. Essa é uma questão que basicamente vamos tratar logo mais aqui. O projeto está chegando, já chegou à Comissão de Justiça, está com a relatoria competente do Senador Antonio Carlos Valadares.

Estou me antecipando um pouco à discussão que a Comissão de Constituição e Justiça vai fazer proximamente no que diz respeito à legislação que trata da Lei Antidrogas.

Com essas indagações, transiro a palavra à Dr^a Regina, para, de forma objetiva, condensar as respostas, algumas correlatas. V. Ex^a tem toda a liberdade, inclusive de tempo, peço apenas que seja objetiva nas suas indagações para os Srs. Senadores; depois, o Dr. Rogério.

A SR^a REGINA HELENA COSTA – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Atendendo a solicitação da Presidência, procurarei ser objetiva e concisa nas respostas, mas me colocando à disposição para quaisquer esclarecimentos que os Senadores entendam devam ser efetuados.

Vou começar, então, com os questionamentos do Senador Alvaro Dias, a quem agradeço a oportunidade para me manifestar. Penso que esta sabatina está ainda mais valorizada pelo momento que estamos vivendo no Brasil, com essas manifestações populares que, evidentemente, não passaram despercebidas de quaisquer pessoas que sejam sensíveis à importância desses reclamos.

Todos nós que trabalhamos, especialmente os que trabalham no seio do Estado, no meu caso, no Poder Judiciário, não podemos estar insensíveis a essas manifestações. Evidentemente que ninguém apoia os excessos, mas eu penso que as manifestações de rua nos estão dizendo que o povo brasileiro está se tornando mais exigente. O povo brasileiro está querendo mais, mais do que tem há muito tempo. Então, em função disso, acho que temos que ler e tentar interpretar, todos nós, o que significam essas manifestações.

Do ponto de vista do Poder Judiciário, Senador, eu entendo que se foi o tempo em que o juiz era um ser isolado, trancado em seu gabinete, apenas com seus processos, sem atentar para o que acontecia da janela para fora. Quando eu ingressei na magistratura, há 22 anos, acho que essa situação ainda vigorava, mas efetivamente já de algum tempo não é mais assim; felizmente não é mais assim.

Acho que o acesso à Justiça melhorou muito nessas duas décadas, especialmente com a criação dos juizados especiais, tanto na Justiça Federal quanto na Justiça estadual. E a mim me parece que o maior problema do Judiciário hoje, da prestação jurisdicional,

seja evidentemente a morosidade. As modificações que foram feitas nos últimos anos, especialmente na legislação processual civil, de início, nos animaram muito, mas não surtiram o efeito desejado. A questão dos incidentes de coletivização de julgamento, como os próprios recursos repetitivos no STJ, a repercussão geral e outros mecanismos pareciam muito alvissareiros, mas, na verdade, acabaram não tendo o efeito desejado. Acredito que outras medidas devam se pensar para que se possa acelerar a prestação jurisdicional.

Esse me parece o maior problema, porque é muito frustrante ingressar com uma ação e não ver resultado em uma década ou em duas. Então, esse é o ponto que parece mais importante.

V. Ex^a indagou também com relação à aposentadoria compulsória aos 70 anos. Esse é um tema muito...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu peço à assessoria... Eu sei que há uma presença crescente e constante nas nossas sabatinas, pela importância dos nossos sabatinados, há a certeza da felicidade da presença dos senhores, mas nós temos que ter silêncio para ouvir as manifestações para consolidar as nossas convicções no momento do nosso julgamento.

Por favor, eu peço licença e atenção neste momento, que talvez seja o mais importante da sabatina, por favor.

A SR^a REGINA HELENA COSTA – Muito obrigada.

Então, prosseguindo, Senador Alvaro Dias, V. Ex^a indagou acerca da minha opinião sobre a aposentadoria compulsória aos 70 anos.

Eu devo dizer que esta é uma questão polêmica, mas a mim parece que a discussão é muito saudável, porque, quando essa data limite foi imposta, isso era tradição do Direito brasileiro, efetivamente, a sociedade não era tão longa nem tinha as possibilidades de saúde e de preservação do ser humano, que nós temos hoje.

Eu acho que é uma discussão saudável. Eu sei que existem posições contrárias, inclusive da Ajufe com relação a isso, à aposentação compulsória. O Dr. Nilo sabe disso. Mas eu acho que é viável pensar, por exemplo, numa idade um pouco mais adiantada, talvez 75 anos, porque as coisas mudaram. O Brasil e o mundo mudaram. Acho que se precisa refletir sobre essa idade. Talvez fosse o caso, mesmo, de se alterar.

Com relação ao mandato fixo para os tribunais, essa é uma questão também interessante. Eu vejo, Senador, que, nesse processo pelo qual estou passando no momento de escolha da indicação para o Superior

Tribunal de Justiça, eu pude ter esta riquíssima experiência – eu nunca tinha passado por nada parecido – de ver os três Poderes atuando para que se possa fazer um ministro do Superior Tribunal de Justiça. E em outras Cortes isso não acontece.

Eu achei muito interessante essa experiência e acho que seria interessante discutir, se não o mandato, pelo menos uma participação de todos os Poderes nas indicações para as Cortes superiores. Então, isso no STJ acontece, mas, como não é o caso, por exemplo, no Supremo Tribunal Federal, no TSE, em todas as hipóteses, eu acho que isso poderia ser pensado, ao lado, também de se cogitar um mandato. Acho que o Poder Judiciário vem sendo instado a muitas indagações com relação a essa ascensão aos tribunais superiores. Acho que, como forma de dar mais legitimidade. Portanto, eu acho que outros meios podem ser pensados, sim, eu sou favorável, sou aberta a essa discussão.

Com relação ao foro privilegiado para autoridades, se isso feriria a igualdade de todos perante a lei. O foro privilegiado é uma opção constitucional. Portanto, a gente precisaria discutir em que medida se poderia falar sobre isso: senão numa própria assembleia constituinte ou se uma emenda poderia questionar. Por que existe o foro privilegiado? Na verdade, porque aqueles que estão sendo processados exercem funções elevadas na República, então, o foro privilegiado seria colocado para certas hipóteses. Eu penso que isso é interessante para certas hipóteses, não como uma maneira alargada para todas as questões criminais ou cíveis haver o foro privilegiado, porque, evidentemente, ele é uma exceção, e, como exceção, tem que ser compreendido, então, em hipóteses restritas. Agora, a questão de ampliar ou restringir, eu penso que isso teria de passar por uma discussão ampla numa assembleia constituinte, uma questão mais aberta.

Eu não sei se atendi a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado. Estou satisfeito.

A SR^a REGINA HELENA COSTA – Obrigada.

Então, vou passar às indagações do Senador Eduardo Braga, e aqui na questão da PEC nº 37, talvez, possamos reunir as diversas indagações.

O Senador Pedro Simon também fez ponderações em relação à PEC nº 37, e essa sabatina invertida, agradeço a oportunidade e o ineditismo, eu entendo que nenhum Poder sente tanto a voz das ruas quanto o Poder Legislativo. Talvez por essa razão V. Ex^a tenha lembrado o que aconteceu no Senado, há poucos dias, e dias depois, poucos dias, na Câmara, um entendimento diferente.

A voz das ruas reverbera muito antes aqui, no Legislativo, no Congresso do que no Executivo ou no

Judiciário, mas é claro que os três Poderes estão sentindo o que está acontecendo. Como eu disse, acho que a sociedade está mais exigente, está reclamando mais de todos os Poderes. E nenhum deles, nenhuma autoridade, nenhum órgão governamental poderá ficar insensível a essa postulação, a essas postulações.

Então, eu acho que é salutar, foi muito bom ver o povo nas ruas opinando diretamente. Temos que entender que cidadania não se exerce só por ocasião das eleições, não é? Não é só na hora do voto. Acho que as pessoas têm o direito de se manifestar, como fizeram, e acho que todos nós temos obrigação de ouvir. Nós que estamos em posições de Estado, temos obrigação de ouvir e de interpretar o que se está postulando. Então, eu penso que foi muito saudável.

A questão da PEC nº 37, o Senador Blairo Maggi também ponderou, como interpretar, eu entendo, e isso é uma posição pessoal, que, embora não haja dúvida de que compete à Polícia Civil realizar a investigação criminal, não se deve afastar outras possibilidades quando a atuação não for eficiente ou quando houver uma omissão ou, enfim, o que é melhor para sociedade independentemente do debate corporativo, independentemente da postulação da Polícia ou do Ministério Público? O que é melhor para a sociedade? Que haja controle, quanto mais controle melhor; quanto mais possibilidades de investigação... É o que eu penso. Se nós queremos um Brasil melhor, com transparência, com responsabilidade, com um Estado forte, sociedade forte, nós temos que ter controle e temos que ter investigação. Então, eu não veria com simpatia o impedimento absoluto do Ministério Público de investigar. Eu acho que isso não soa bem com a ordem do dia, com os reclamos da sociedade de hoje. Então, independentemente das disputas do debate corporativo, penso que seja melhor para a sociedade que o Ministério Público possa também investigar.

É a minha opinião. Isso com relação à PEC nº 37, mas estou à disposição se houver mais alguma...

Satisfeito, Senador? Obrigada.

Muito bem, passo, então, às indagações do Senador Pedro Taques. Inicialmente, V. Ex^a perguntou-me sobre a uniformização de jurisprudência no STJ em razão de constantes modificações de sua composição. Essa é uma pergunta, eu agradeço, porque essa é uma preocupação que já expressei em algumas ocasiões, isso já aconteceu nos últimos anos no Supremo Tribunal Federal em que, em cinco, seis anos, houve uma modificação, talvez, de seis, sete Ministros, foi muito ampla. No Superior Tribunal de Justiça deve acontecer muito o ano que vem ou a partir do segundo semestre agora, um este ano, mais cinco no ano que vem.

A jurisprudência, nos últimos anos, se tornou uma autêntica fonte do direito na minha opinião, na medida em que passarmos alguns mecanismos de *Common Law*, embora nosso sistema não seja o de *Common Law*. Então, estamos em uma transição do sistema de direito escrito para um sistema que adota também precedentes. Então, a jurisprudência está ganhando uma importância. Quando fiz há muitos anos, já mencionei, não vou repetir a data para não me constranger novamente...

O SR. BAIRÓ MAGGI (Bloco/PR – MT. *Fora do microfone.*) – Está no currículo.

A SRª REGINA HELENA COSTA – Eu sei. Mas para que não fique mais divulgado.

Há muitos anos, a jurisprudência não tinha o relevo que ganhou, vamos dizer, de uma década para cá.

Então, penso que essa questão da jurisprudência como fonte se apoia num tripé, que vem a ser a uniformidade – e nisso, como V. Exª bem lembrou, o Superior Tribunal de Justiça tem o papel fundamental, porque deve tutelar essa uniformidade da interpretação do direito federal, da legislação federal. Segundo, é a estabilidade. E aí entra, Senadora, a meu ver essa questão da alteração da composição, a estabilidade, ou seja, a jurisprudência precisa ser estável. É preciso que a sociedade entenda quais são os entendimentos fixados pelo Judiciário, o que deles se pode extrair e, quando houver uma modificação, essa modificação tem que ser muito clara, muito bem fundamentada para que não haja surpresa. Então, uniformidade, estabilidade e irretroatividade, que é muito importante também. Tudo isso é segurança jurídica, três manifestações de segurança jurídica. Portanto, penso que a questão da alteração de composição, já que é inevitável, até porque as aposentadorias compulsórias continuam aos 70 anos, em função disso, acredito que algumas cautelas na transição dos entendimentos sejam necessárias.

V. Exª também pergunta do foro privilegiado, ação de proibição de autoridades dotadas de foro privilegiado, se o foro pode ser – até anotei –, se o foro pode ser alargado. Eu penso que não. Já mencionei há pouco, na minha opinião, foro privilegiado é para hipóteses restritas, eu diria bem restritas. Não acredito, na minha opinião, que, em princípio, decisões judiciais possam alargar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Presidente. A Reclamação 2.138 do Supremo alargou. Qual a opinião da senhora?

A SRª REGINA HELENA COSTA – Minha posição pessoal não seria de se alargar. Eu entendo que restrições, exceções devem ser entendidas na sua devida medida. *Data venia* do Supremo, eu não entenderia dessa forma.

V. Exª também me pergunta em relação ao Tribunal Superior Eleitoral. Ministro, acredito que vai levar muito tempo para eu ter assento no Tribunal Superior Eleitoral, se é que terei, Senador. Mas de qualquer maneira, V. Exª me indaga sobre o que eu entendo, se entendo adequado que o Presidente da República indique ex-advogados. O fato é que o sistema permite. Se é ético fazer isso ou não, acho que o debate é interessante. Mas o sistema dá discricionariedade ao Presidente da República para indicar os advogados e, evidentemente, há até uma tendência de indicar aqueles que conheça. Então, não vá indicar alguém de quem não tenha maiores informações e vá indicar quem conheça. O debate é salutar, mas o sistema permite. Talvez precisemos aperfeiçoar esse sistema para criar alguns filtros, como disse em relação aos Tribunais Superiores, para criar filtros maiores ou participação maior.

V. Exª também me perguntou sobre o direito de antena. Eu sou pelo pluripartidarismo. Aliás, a Constituição de 1988 é. Então, eu creio que o direito de antena deve ser acessível ao maior número de partidos políticos. Acho que isso é um dever de informação à sociedade. Todos têm que ter acesso aos programas, aos candidatos. Quanto maior abertura possível, maior facilidade para que se tenha, para que o partido possa divulgar suas ideias, acredito que isso é saudável, democrático. Sou favorável à ampliação o mais possível nesse ponto.

Também V. Exª me pergunta com relação ao confisco. O confisco, na minha opinião, é vedado não só em matéria tributária. Quer dizer, em matéria tributária, a Constituição de 1988 trouxe de maneira inédita a norma que V. Exª lembrou, esculpida no inciso IV do art. 150, mas o confisco é vedado na medida em que se assegura o direito de propriedade, no art. 5º, inciso XXII, na medida em que a própria Constituição diz que eu só perco meu direito de propriedade se houver desapropriação no devido processo legal, e desapropriação, portanto, com indenização prévia e justa. Essa é a regra. E as hipóteses de confisco são aquelas previstas na Constituição, a meu ver: a primeira é aquela do produto do crime, prevista no art. 5º, inciso XLVI, alínea “b”; e a segunda, das glebas que podem ser expropriadas sem indenização, que está prevista no art. 243 da Constituição. Então, o confisco é vedado, no geral – no tributário também –, mas não só no tributário.

Finalmente, V. Exª indaga com relação a direitos absolutos. É uma discussão polêmica esta, se existem direitos absolutos, porque sempre pensamos no Direito com o perfil desenhado ou recortado na Constituição. Mas me parece que o direito à vida é um direito que

se poderia reputar como absoluto. Fica muito difícil pensar numa limitação a isso, até porque, no Brasil, não se prevê a pena de morte. Então, parece-me que o direito à vida – se é que se pode adotar essa tese dos direitos absolutos – seria realmente um direito absoluto preservado em toda sua plenitude e sem um recorte constitucional que pudesse estabelecer limitação. Então, daí por que penso que seria favorável a essa ideia.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Só em guerra declarada, art. 84

A SRª REGINA HELENA COSTA – Só em situações anômalas. Mas, falando no regime normal, ordem jurídica...

Não sei se V. Exª está satisfeito, se gostaria que eu... Muito obrigada.

Vou passar, então, às indagações do Senador Antonio Carlos Rodrigues. Agradeço imensamente a oportunidade de me manifestar também.

Em relação à imunidade de livro eletrônico...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – Seu Relator.

A SRª REGINA HELENA COSTA – É meu Relator, sim; e o foi com grande honra.

A imunidade do livro eletrônico, conforme V. Exª me indaga, é uma questão que pende de apreciação no Supremo Tribunal Federal. Há pouco tempo, o Ministro Dias Toffoli suscitou o regime de repercussão geral para essa questão, que eu espero que venha a ser decidida. É um tema sobre o qual me debruço há muito tempo, advogando, evidentemente, a opinião de que a imunidade deve se estender aos livros digitais.

A Constituição da República prevê a imunidade aos livros, jornais e periódicos, bem como ao papel destinado a sua impressão, uma norma que já vem de textos constitucionais anteriores, desde 1946. Obviamente que a sociedade evoluiu, e, naquele momento, não se pensava em mídia digital, em outras mídias que não a mídia impressa.

É claro que, quando a Constituição de 1988 foi promulgada, já se pensava nisso, mas o texto acabou sendo aquele que foi trazido de momentos históricos anteriores. Muito bem. Acho que é preciso reler a Constituição, a cada momento da sociedade, o que não significa desprezar o que nela está escrito; ao contrário, significa reavivar o que nela está escrito; significa inspirar-se pelo que ela diz e inspirá-la pelo momento contemporâneo.

Eu penso que a imunidade deva abranger, sim, os meios digitais, porque essa imunidade não existe por si mesma, ela existe para preservar liberdades: liberdade de manifestação, liberdade de cultura, de expressão, acesso à educação, acesso à informação, liberdades caríssimas a um Estado democrático de di-

reito. Daí por que penso que também essa imunidade deva ser entendida para meios que não apenas o meio impresso ou o meio escrito. Então, sou favorável, sim. Já me manifestei, inclusive, judicialmente, por várias vezes, nesse sentido.

Ativismo judicial. Também agradeço, Senador, a oportunidade. Esse é um tema sempre atual. Princípio dizendo que há dois conceitos – pelo menos pelo que tenho ouvido neste debate de ativismo –: há o ativismo do mal e o ativismo do bem, se é que possamos simplificar.

O ativismo do mal é o quê? Um comportamento inadequado do Poder Judiciário, no sentido do mau comportamento, o exercício da função jurisdicional além dos limites constitucionais. É evidente que ninguém pode ser adepto de ativismo judicial assim entendido, com o transbordamento da função jurisdicional, que é contida pela Constituição e pelas leis. Então, não é possível o Judiciário se substituir a outros Poderes, querer ser administrador público, querer ser legislador. A isso, evidentemente, ninguém pode ser adepto.

Agora, também se usa o conceito de ativismo judicial no sentido de que – e isso não é novidade – a atividade jurisdicional é criativa também, especialmente com o modelo constitucional que foi adotado, um modelo constitucional que tem uma plenitude de direitos e garantias nele estampada. Então, o Judiciário tem declarado esses direitos, tem que dar efetividade a uma porção de direitos, e, nesse sentido, existe um ativismo, porque, antes de 1988, não se instrumentalizava também a sociedade, o Judiciário com a possibilidade de se efetivarem esses direitos. Então, nesse sentido, o “ativismo do bem” não é. É um novo nome para algo que sempre existiu, na minha opinião. Agora, “ativismo do mal” – aspas –, que seria esse transbordamento. Evidentemente, não acredito que ninguém seja adepto dessa tese.

Enfim, não sei se atendi V. Exª (*Pausa.*)

Passo, então, às indagações do Senador Blairo Maggi.

Eu já falei da PEC nº 37, mas posso voltar a falar se V. Exª desejar... (*Pausa.*)

O Senador Aloysio Nunes me pergunta dos Tribunais Regionais Federais. Estou aqui recebendo vibrações do presidente da Ajufe sobre isso. O que eu posso dizer, Senador, é que nessa questão entendo a preocupação de V. Exª. A questão do Judiciário é sempre colocada no seguinte sentido: o que é melhor? Colocar mais dinheiro no Judiciário ou melhor gerir os recursos que eles já têm? Recursos *versus* gestão (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a REGINA HELENA COSTA – Exatamente. Eu vou chegar lá. Mas a questão é – a criação dos tribunais passou por esse debate –: é melhor nós melhorarmos a gestão dos Tribunais Regionais que já existem, e isso passou inclusive também por uma colocação de ampliação da estrutura dos tribunais existentes, que são cinco, então, o que é melhor fazer? Efetivamente, a situação consolidada, desde a criação dos tribunais em 1989, pós-Constituição, até o presente, quase recentemente, mostrou que há uma deficiência de prestação jurisdicional pelos tribunais.

Enfim, eles não conseguem enfrentar o volume com a celeridade que a sociedade quer, e tem direito de receber.

Bom, o que devemos fazer? Ampliar os tribunais já existentes ou criar outros tribunais? Então esse debate, que resultou na PEC nº 73, foi um debate que eu acompanhei por estar dentro do Poder Judiciário e acredito que uma das duas soluções precisava ser adotada. Ou ampliar os tribunais que já existiam, manter os cinco, mas com uma estrutura mais eficiente, ou, então, criar outros tribunais.

A opção que o Legislativo resolveu adotar foi a de criar outros tribunais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu pergunto a Constituição, minha senhora. Esse é o problema.

O que diz a Constituição? A Constituição diz que cabe ao tribunal...

A SR^a REGINA HELENA COSTA – A questão da iniciativa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...a iniciativa. Encaminhar por projeto de lei. Isso não é uma coisa...

A SR^a REGINA HELENA COSTA – Eu entendo, Senador. Penso que a questão da emenda, tenho para mim, que a emenda não tem vício de iniciativa. O que vou dizer aqui pode ser até... Pode-se autorizar a criação e eles nunca virem a ser criados, porque vai depender da lei.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Então existe uma emenda autorizativa.

A SR^a REGINA HELENA COSTA – A Constituição autoriza e a lei é que vai efetivar. A lei pode efetivar de diversas maneiras, com mais ou menos gastos; com maior ou menos ampliação.

Eu acho que, em minha opinião, a emenda não tem vício, mas claro que o debate está sendo discutido. Inclusive, estará sujeito a controle pelo Supremo Tribunal Federal, se assim se entender. Então, provocado, o Supremo poderá dizer se a emenda é inconstitucional.

Eu, em minha opinião modesta, entendo que não. V. Ex^a perguntou qual seria a consequência. Eu, evi-

dentemente, acho que não poderemos partir para um Tribunal Regional Federal em cada Estado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Intervenção fora do microfone.*) – Pela tese de V. Ex^a, o que vai acontecer?

A SR^a REGINA HELENA COSTA – A minha tese é apenas de que não há (*falha na gravação*)... iniciativa.

Como eu disse, poder-se-ia ter optado por não criar nenhum tribunal, mas ampliar as estruturas que já existem. Talvez fosse o mais econômico. Mas não foi. Foi uma decisão política. Acredito que a Justiça Federal poderia ter sido bem-atendida talvez só com a ampliação das estruturas. Essa é uma questão, enfim...

Não sei se posso avançar. Se V. Ex^a... (*Pausa.*) Obrigada.

Passo, então, à pergunta do Senador Eduardo Suplicy, a quem também agradeço a oportunidade.

Como ampliar as penas alternativas?

Eu tenho uma opinião muito mais de cidadã com relação a isso do que propriamente... Por não haver atuado nessa seara, mas penso que as penas alternativas são grandes possibilidades de recuperação e de investimento daquele que infringiu a lei. Embora, Senador, eu entenda que, por exemplo, muitas vezes, condenado a oferecer cesta básica. Há muitas condenações nessa linha como pena alternativa, mas, pergunto eu, em que medida pagar cestas básicas realmente recupera ou dá a lição devia, vamos dizer assim, a quem infringiu a lei? Acho até que seria necessário pensar em penas mais eficientes do que o mero pagamento ou dispêndio de dinheiro. Penso que um trabalho social, por algum tempo, seria muito mais eficiente, do ponto de vista dessa linha.

Muito obrigada.

O que mais? A do Senador Pedro Simon, penso já ter respondido.

A do Senador Sérgio Souza sobre a credibilidade do Poder Judiciário. Eu acho que a grande satisfação mesmo com o Poder Judiciário, isso, todos nós que somos membros do Poder Judiciário somos muito cientes disso e sofremos com isso, posso dizer ao senhor a ideia de que maneira pode melhorar, eu de alguma maneira já mencionei, que a celeridade é o grande objetivo que nós estamos buscando, porque a Emenda nº 45, de 2004, a emenda da reforma do Judiciário, inseriu aquele inciso LXXVIII no rol dos direitos individuais, direitos e garantias individuais, todos nós temos direito à duração razoável do processo. Só que nenhum de nós conseguiu exercer esse direito até agora, ou pelo menos genericamente não se consegue ter o desfecho de um processo em uma duração razoável. E também o que é razoável é uma discussão, um conceito amplo. Não se sabe o que seria razoável em termos de

duração de um processo. Isso varia, dependendo da região, dependendo da Justiça, enfim. Mas nós ainda não fomos atendidos.

Acho que esse é o ponto fundamental: celeridade e eficiência e uma atividade jurisdicional que satisfaça. Acho que isso passa necessariamente pelo melhor aparelhamento da primeira e da segunda instâncias, em qualquer Justiça, seja a Justiça Federal, Estadual, trabalhista, enfim, porque essas são as instâncias que garantem o duplo grau de jurisdição – que parece ser um desdobramento do que a Constituição quer, muito bem, duplo grau de jurisdição.

Os tribunais superiores, na minha opinião, devem convergir para julgar aquilo de uma maneira melhor. Ele deve julgar menos para julgar melhor. Quer dizer, não adianta nós termos milhares e milhares de recursos num tribunal, numa Corte Superior, que inviabiliza a jurisdição de qualidade e de diretrizes que essa Corte deve dar. Então, devemos aparelhar a primeira e a segunda instâncias, para que elas possam oferecer uma prestação rápida e eficiente, e que eu consiga uma prestação adequada em segundo grau. Em primeiro grau, tribunal de apelação, e os tribunais superiores para situações muito mais restritas, e efetivamente julgar menos para julgar melhor. Eu acho que essa coisa, nas Cortes Superiores, não é? Nas Cortes Superiores esse deveria ser o mote, na minha opinião, para melhorar.

Não sei se atendi à indagação de V. Ex^a. (Pausa.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Sou o Senador Ataídes.

A SR^a REGINA HELENA COSTA – Desculpe. É o Sr. Sérgio Souza. O senhor é o seguinte. O senhor falou de corrupção – agora sim, me perdoe; me perdoe aqui a anotação. Agora sim, o Senador Ataídes falou de corrupção.

Isso é um mal de todas as... Está nas entranhas de todas as instituições, infelizmente, Senador. Claro que nós já tivemos vários problemas no Poder Judiciário. Acredito que de uns anos para cá a apuração e a transparência melhoraram muito em relação a isso.

Como poderíamos melhorar? Eu penso que a própria morosidade, em certa medida, pode ensejar. É mais um foco que pode ensejar a corrupção. Quer dizer, se nós tivermos soluções rápidas, soluções eficientes, acredito que nós possamos ter um campo menos fértil a práticas que seriam inadequadas do ponto de vista legal. Então é uma maneira.

Agora, é claro, controle também. Quer dizer, já foi um avanço o próprio CNJ, a criação do CNJ é um inegável avanço em termos de controle, inclusive controle nessa seara. Poderíamos pensar em outros mecanismos. Acho que estamos avançando, talvez não

um avanço com a velocidade desejada nesse campo, mas acredito que a conscientização e a própria postura do Judiciário hoje, que sabe que tem que ser muito mais aberto à sociedade do que vinha sendo nas últimas décadas. Então, é preciso colocar os números, é preciso que todos tenham acesso aos indicadores, é preciso que todos possam ter acesso aos magistrados.

Então, eu acho que nós estamos evoluindo, mas é preciso, concordo com o senhor que é preciso pensar em mecanismos mais eficientes.

E me desculpe por tê-lo confundido, desculpe.

Passando ao Senador Cássio Cunha Lima – muito obrigada pela provocação também. Quanto à questão dos reclamos das ruas, de alguma maneira já mencionei.

Isso que V. Ex^a colocou, de que é preciso prestigiar a Magistratura de primeiro grau. Eu acho isso extremamente importante, exatamente por essa razão, por essa visão que tenho. Não é possível eu entender que a Magistratura, que a jurisdição de primeiro grau é só porta de entrada; eu só vou resolver isso dali a 20 anos, numa Corte Superior. Essa é uma ideia muito equivocada. É uma ideia, enfim, arraigada à cultura brasileira, mas, a meu ver, muito equivocada. É preciso entender que quem faz a jurisprudência é a primeira instância; a segunda instância confirma ou não. E os tribunais superiores devem se ocupar de questões maiores, de diretrizes, e não de questões menores. Então, o furto de um pneu chega ao Superior Tribunal de Justiça, e é uma discussão que não faz sentido numa Corte Superior. Isso tem de acabar na segunda instância, por exemplo.

Acho que deve haver a valorização da jurisdição de primeiro e segundo graus, porque são essas instâncias, como já mencionei, que garantem o duplo grau de jurisdição obrigatório. Ou seja, ter acesso à jurisdição de tribunais Superiores para questões que realmente mereçam, do ponto de vista social.

Então, essa questão de repercussão geral, que no STF já existe – acredito que deva ser adotada também, já existe uma PEC em andamento para adotá-la no STJ –, acho muito salutar, porque a Corte vai poder se ocupar daquilo que realmente interessa.

Essa é a ideia. Não sei se os atendi.

Finalmente, Senador Vital do Rêgo, chego ao final com a sua indagação sobre a Lei Antidrogas. V. Ex^a me pergunta sobre a internação involuntária.

Eu entendo, Senador, e sou favorável em situações especialíssimas, em casos absolutamente definidos, depois de parecer, efetivamente de avaliação médica rigorosa, de exame judicial, de inspeção judicial, se for o caso. Acredito que só em casos em que realmente possa haver ameaça à família, ameaça à

sociedade, sou favorável a essa internação, mas sempre entendendo isso como o excepcional e envolto por toda a cautela legal possível.

Essa é a opinião que eu posso dar neste momento. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A agradeço e a parabenizo pela brilhantíssima exposição. Estou certo de que falo, já de forma preliminar, pelos companheiros da Dr^a Regina Helena Costa.

Quero prestar uma homenagem toda especial a Sr^a Marlene Marcolino Costa, a mãe da sabatinada Desembargadora, que está aqui nos acompanhando. Um abraço para a senhora. Seja muito bem-vinda à nossa Comissão. (*Palmas.*)

Sr^a Marlene Marcolino Costa, mãe da nossa homenageada, seja muito bem-vinda!

Com a palavra, o meu querido Dr. Rogério Schietti Machado Cruz, para as suas respostas às nossas indagações.

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ

– Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, agradeço a deferência e digo, de plano, que confirmo o que disse há pouco, quando mencionava que a vida sorri para mim. Acabei de ouvir uma aula sobre temas variados pela minha – se tudo correr bem – futura colega de tribunal. E talvez pudesse dizer, como se diz muito comumente em julgamentos, que irei votar com a relatora em todas as suas considerações.

Então, a precedência do gênero já me favoreceu, neste momento, facilitou o meu trabalho e acredito que talvez não precise reforçar temas que a minha nobre colega Regina expôs com brilhantismo, firmeza e muita clareza.

Bem, eu, na sequência das indagações, iniciando pelo eminente Senador Alvaro Dias, diria que vivemos esse momento tão único na história republicana deste País, em que principalmente os jovens saem às ruas para manifestar os seus anseios, as suas indignações, os seus desejos por transformações que todos nós, brasileiros, aguardamos.

Evidentemente que nesses movimentos, vez por outra, há algum descontrole que não retira o significado especial dessas manifestações. E como bem disse a colega, cabe a nós, agentes políticos, quer no Poder Legislativo, quer no Executivo, quer no Judiciário, saber ouvir essas demandas e nos posicionarmos conveniente e adequadamente, dando encaminhamento a essas reivindicações, que são justas, são audíveis por todos nós.

Quanto às propostas de possível aposentadoria compulsória, de ser, digamos, aumentada a idade para essa aposentadoria ou o mandato fixo dos membros dos tribunais superiores, essa é uma opção do nosso

Constituinte, enfim, da nossa tradição mesmo. Nós temos modelos europeus, por exemplo, na corte alemã, em que os mandatos são fixados por um número de anos, e temos, de outro lado, a tradição do direito norte-americano, em que o cargo do juiz à suprema corte é efetivamente vitalício. Vitalício no sentido até que a vida cesse. E vemos, com isso, juizes octogenários ainda em plena atividade, julgando. Mas eu não poderia sustentar uma posição como essa porque pareceria como algo de possível aproveitamento pessoal. Eu não diria provável, mas possível. Então, é uma questão de opção do Estado brasileiro.

A respeito do foro privilegiado, Sr. Senador Alvaro Dias, eu tenho uma posição já registrada, de que a nossa tradição colonial, imperial e mesmo republicana sempre foi no sentido de conceder essa prerrogativa, que muitos chamam de privilégio, a certas autoridades, e uma tradição que precisaria, a meu modo de ver, ser revista, ao menos para reduzir, em grande número, os cargos e não as pessoas deles detentoras, que podem ou devam merecer esse privilégio de serem processadas perante determinadas Cortes Superiores.

Se me permite, Senador Alvaro Dias, estando satisfeito, eu passaria às indagações do eminente Senador Eduardo Braga, que me honra com a relatoria e a quem parabenizo não só pelo mandato como Parlamentar, mas também pela atuação no Executivo estadual e municipal do Estado do Amazonas. E me indaga S. Ex^a quanto à segurança pública. E isso tem a ver com, como que disse há pouco, o momento não só dessas manifestações, mas a própria situação do Brasil não de hoje, mas, enfim, uma situação já longa, de uma crise de segurança pública. O Estado brasileiro não conseguiu ainda encontrar um ponto de equilíbrio entre a necessária repressão a práticas ilícitas, criminosas, e, por outro lado, a proteção do indivíduo, a preservação das liberdades públicas, tão arduamente conquistadas em nossa história recente, diria eu.

Quanto à indagação sobre a possibilidade de revisão criminal a favor da sociedade, é um tema de que me ocupei em minha tese de doutorado, e ali sustentei a possibilidade, em casos muito excepcionais, seguindo o exemplo de outras legislações, como é o caso da Inglaterra, da Alemanha e de Portugal, de permitir, excepcionalmente, mediante certos condicionamentos, que haja essa revisão de julgados absolutórios. Por exemplo, em situações em que se comprove documentalmente, sem margem a qualquer dúvida, que a sentença absolutória foi proferida mediante suborno da autoridade judiciária competente ou com o uso de documento falso. Isso não é de toda novidade no Direito brasileiro, porque o próprio Supremo Tribunal Federal já considerou, em várias situações, a possi-

bilidade de reabrir o caso naquelas hipóteses em que o réu teve extinguido sua punibilidade quando utilizou para isso certidão de óbito posteriormente declarada falsa. Não se trata de uma revisão criminal, mas de uma renovação do mesmo juízo em que foi proferida a sentença extintiva de punibilidade. Então, não seria uma hipótese de todo absurda, de acordo com opções legislativas a serem feitas.

A crise do sistema penitenciário é uma pergunta recorrente e, evidentemente, está na ordem do dia, porque nós não temos sido capazes de encontrar, de prover um sistema eficaz na contenção de pessoas incapacitadas para o convívio social, e ao mesmo tempo, um sistema capaz de cumprir as finalidades da pena, não apenas a de reprimir as infrações, mas também prevenir novos crimes e também a de ressocializar o indivíduo. Principalmente esta última função da pena tem sido considerada uma verdadeira quimera, dada a quase impossibilidade de que alguém inserido no sistema penitenciário brasileiro – e, como acredito, em muito outros – efetivamente se recupere e se ressocialize, mesmo porque em boa parte dos casos nunca houve sequer uma socialização. Essa pessoa sempre foi uma pessoa abandonada pelo Estado, uma pessoa sem direito aos serviços mínimos de educação, de saúde, de atendimento psicológico, de assistência familiar. Isso tudo contribui para a eclosão dos crimes em geral.

Sobre a investigação criminal, é evidente que nós poderíamos aqui falar muito. Mas, tentando ser breve, e talvez tentando deixar de lado um certo corporativismo, ou seja, a minha origem como membro do Ministério Público, eu tenho já uma posição há muitos anos defendida nesse sentido, e acredito que coincide com a da maioria de todos os que pensam a respeito.

Esta Casa e a Casa congênere, a Câmara dos Deputados, evidentemente tiveram os seus posicionamentos, que oscilaram de acordo com o andamento dessa questão, o debate público que tomou conta de toda a sociedade e do próprio Congresso Nacional. À medida que esse debate foi se agigantando, foram-se evidenciando razões que levaram a Câmara dos Deputados ontem – a meu modo de ver com muita propriedade – a rejeitar quase por unanimidade essa Proposta de Emenda à Constituição nº 37, que tornou-se uma causa da sociedade. A própria sociedade percebeu que a aprovação desta PEC, independentemente das questões corporativas, importaria na desproteção dessa sociedade por suas minorias, seus segmentos representativos, enfim, a sociedade em geral na apuração dos crimes, diante da impossibilidade de uma instituição democrática criada, na sua essência atual, na sua configuração atual, pela Constituição da República de 1988, exatamente para defender a ordem

jurídica, velar pela defesa da ordem social, dos interesses individuais e sociais indisponíveis e para proteger o indivíduo contra eventuais agressões por terceiros ou pelo próprio Estado a seus direitos individuais. Então, felizmente, houve essa posição, que teria possibilidade de ser estendida na sua análise.

Eu apenas faço uma menção ao que muito bem disse um dos Parlamentares que ontem teve a oportunidade de discursar, o Deputado Carlos Sampaio...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu vejo que nós estamos faltando com respeito com os nossos indicados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Objetivamente, por favor, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Objetivamente, nós estamos faltando, esta Comissão... O nosso sabatinado está falando, mas ninguém consegue ouvir. Eu acho que nós não estamos sendo corteses com os nossos sabatinados. Eu pediria um pouco mais de respeito, Sr. Presidente, com os nossos sabatinados. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Observação pertinente.

Gostaria de reafirmar o pedido de um pouco mais de silêncio, para que a gente possa ouvir de maneira clara o sabatinado.

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz. Muito obrigado distinção da Presidência.

Então, apenas para arrematar essa questão, eu me reportava ao que disse o Deputado Carlos Sampaio em um discurso muito emotivo ontem, tarde da noite já. Ele dizia que sonhava com o dia em que Ministério Público e polícia iriam andar de braços dados, em uma tarefa comum de investigar e de punir autores de crimes. Eu também sonho com esse dia, porque são duas instituições que devem caminhar juntas e não em polos opostos, como, às vezes, acontece.

A pergunta sobre o Código de Processo Penal atual e o projeto que está em andamento aqui no Congresso Nacional também demandariam uma série de considerações, mas eu diria que é um projeto de posições muito avançadas que tornam a nossa persecução penal mais moderna.

Nós temos um Código septuagenário e que, pelas regras da aposentadoria integral, já deveria ter sido aposentado, mesmo porque provém de um momento político de exceção, Estado Novo, enfim. Com toda inspiração ideológica fascista, inspira-se em um código

italiano de origem fascista e, portanto, é um Código que sofreu retaliações durante essas décadas todas e hoje é uma verdadeira colcha de retalhos, embora, seguramente, esteja hoje oferecendo a possibilidade de realização do Direito Processual Penal muito mais moderna, muito mais racional do que há algumas décadas passadas. Então, toda tentativa de sua substituição por um Código de Processo Penal compatível com as aspirações modernas, compatível com aquilo que se pratica em outros sistemas, em países centrais, creio seja muito bem-vinda.

Também me foi indagado a respeito da minha posição pessoal, já antiga, sobre a ação penal privada, que, aparentemente, tem uma conotação democrática, porém, em muitas vezes, consagra um modo de persecução penal já anacrônico, porque implica, muitas vezes, impor ao particular o ônus não só financeiro, mas moral, psíquico de perseguir autores de infrações penais gravíssimas.

A ação penal privada, se válida, deveria reservar-se tão somente para aquelas modalidades de delitos que afetam, muito tenuemente, alguns direitos de menor monta, como é o direito de questões talvez de furtos simples, furtos de pequeno valor, ou então questões relativas a honra que dizem muito mais respeito a própria pessoa que é atingida pela ofensa.

Porém, a minha grande crítica foi e, felizmente deixou de ser, porque hoje se resolveu pela Lei nº 12.015, de 2009, o uso da ação penal privada em crimes gravíssimos, considerados pela nossa Constituição como crimes hediondos, como é o caso dos crimes contra a liberdade sexual, crimes de estupro com violência presumida, em que crianças eram sujeitas ao condicionamento da ação penal por iniciativa dos seus representantes legais, o que nem sempre ocorria por uma série de motivos, entre os quais até questões econômicas, questões de injunções familiares que evitavam que essas crianças fossem protegidas pelo Estado na punição dos responsáveis por uma conduta que é, repito, hedionda e assim qualificada pela nossa Constituição.

O Senador Pedro Taques me honra com algumas indagações. Iniciando pela questão relativa à uniformização da jurisprudência do STJ, eu diria que há um problema não apenas do STJ, um problema que nós verificamos no Judiciário como um todo, pela nossa configuração sistêmica pela nossa herança. Como bem disse a colega Regina, fazemos parte da tradição romano-germânica e nos afastamos nesse ponto da tradição dos países anglo-americanos de *Common Law* em que nestes prevalece o sistema dos precedentes, quase vinculativos. Praticamente, o que diz a suprema corte norte-americana é seguido sem qual-

quer discussão. E mesmo na própria suprema corte há uma esterilidade dessas decisões.

O sistema brasileiro dá uma liberdade muito grande aos juízes de todos os graus, em que pesem as recentes modificações da nossa legislação, que introduziu mecanismos de filtragem do acesso à jurisdição extraordinária, como é o caso das súmulas vinculantes, da lei de recursos repetitivos, enfim, são tentativas, a repercussão geral no Supremo, e agora se tenta a arguição de relevância, a reinauguração ou repristinação da arguição de relevância no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. São mecanismos que não só tornam o acesso a jurisdição extraordinária mais seletiva, mas também procuram dar uma maior estabilidade as decisões jurisdicionais.

A instabilidade ou a imprevisibilidade do que decidem as Cortes Superiores têm efeitos inclusive na economia. Há estudos consagrados que demonstram quantos investimentos deixam de ser feitos em nossa economia por conta da imprevisibilidade da jurisprudência do País. O Superior Tribunal de Justiça, talvez por sua natureza constitucional, por seus fins constitucionais, que, essencialmente, se voltam a conferir uniformidade à interpretação do Direito Federal, seja uma Corte, portanto, que deve se atentar mais ainda a isso. Essa tarefa é de todos os ministros e, acredito que, se estivermos lá, vamos tentar colaborar para que haja o menor número possível de oscilações dessa jurisprudência que, em todos os níveis, produzem efeitos muito danosos. No âmbito criminal, por exemplo, não é nada confortável para advogados, juízes e promotores não saberem, exatamente, como pensam as Cortes Superiores a respeito de determinados temas polêmicos, como crimes hediondos, possibilidade de progressão de regime, substituição de pena. Enfim, todas essas questões são polêmicas e nem sempre encontram direcionamento uniforme pelos tribunais superiores.

Quanto à regionalização do STJ, claro que sempre há um objetivo a se perseguir. Isso dentro de uma federação, que se espera atender a todos os órgãos federados de maneira equilibrada. Isso, evidentemente, deve ser buscado. Nas Cortes Superiores, talvez haja alguns desequilíbrios em alguns Estados e em algumas regiões mais providas de magistrados, mas é algo que se constrói com o tempo.

Sobre a ação de improbidade, Senador Pedro Taques, eu também me alio à restrição dessa competência e separo a competência civil da criminal. A ação de improbidade de natureza civil, embora possa ter, talvez, latente um componente criminal, deve ser mantida sob a jurisdição civil, deixando, portanto, os crimes praticados pela própria conduta que configurou o ato de improbidade na jurisdição criminal e, portan-

to, separando-se as prerrogativas de foro apenas para dá-las àqueles que praticam crimes e não atos de improbidade; embora, repito, sejam competências quase sempre concorrentes e sempre, evidentemente, dentro da ideia de redução, ao máximo, dessas competências por prerrogativas de foro.

Se me permitem caminhar para a questão a respeito dos direitos absolutos, eu tenho certa preocupação com qualquer absolutização de direitos, por maiores, e importantes, e dignos que sejam. Claro, obviamente, que o direito à vida seria o direito supremo e, como muito bem lembrado por V. Ex^a, nem mesmo o direito à vida é absoluto e, em hipóteses excepcionalíssimas, como o é no estado de guerra em que a vida pode ser sacrificada em nome da preservação do Estado e da sociedade. Há possibilidade também de ceifar-se a vida de alguém em situações extremas como em legítima defesa. Então, a vida há de ser preservada em todas as circunstâncias, mas há hipóteses muito excepcionais em que se consente no seu sacrifício.

Não sei, Senador, se V. Ex^a estaria satisfeito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Faltou o dever fundamental do Estado e o Direito de Antena.

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Quanto ao Direito de Antena, eu também me posiciono como a Desembargadora Regina. São direitos que vão sendo conquistados pela sociedade no âmbito eleitoral e sempre voltados à pluralidade de posicionamentos, à publicidade, à transparência e acesso a qualquer questão que envolva interesse público.

Quanto ao dever de proteção penal, Sr. Senador, eu também tenho escrito sobre isso e, como Promotor de Justiça, Procurador de Justiça, e se Deus quiser e os senhores permitirem, como Magistrado, eu tenho pautado minha atuação – e procurarei assim agir – na busca de um permanente equilíbrio entre o dever de proteção penal a sociedade, ao indivíduo, e o dever de proteção do indivíduo contra o Estado.

O Claus Roxin, que hoje é talvez o maior nome do Direito Penal mundial, um alemão que tem uma proximidade muito grande com o Direito brasileiro, diz que o Direito Penal tem por objetivo não apenas a proteção do indivíduo contra eventuais mazelas ou excessos nas reações formais do Estado, como também tem o objetivo de punir as condutas criminosas. Ou seja, é um permanente equilíbrio de funções de proteção da sociedade contra ela mesma e proteção dos indivíduos contra terceiros e contra o Estado, muitas vezes opressor.

Então, quando se fala de dever de proteção penal eficiente, há que se fazer uma leitura objetiva dos direitos fundamentais. Os direitos fundamentais não

podem apenas permanecer naquela leitura tradicional de direitos subjetivos, direitos que o indivíduo tem contra o Estado, direitos de primeira geração, mas há que se buscar também uma visão objetiva desses direitos, porque, na verdade, são direitos e são deveres. Todos nós, cidadãos, temos direitos e deveres fundamentais, e o ingresso na vida pública, o ingresso na sociedade exige do indivíduo sujeitar-se também a deveres. E, entre esses deveres, está o dever de respeitar a segurança e a liberdade do próximo. A liberdade e a segurança são direitos fundamentais que estão equiparados. Portanto, não é possível a proteção da liberdade sem a proteção e sem a preservação da segurança. Não há liberdade sem segurança. A proteção penal, portanto, há que ser eficiente para que cada indivíduo possa conviver em sociedade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Talvez um pouco acima de Roxin, seria o caso de pensarmos um pouco em Hassemer...

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Sim, Winfried Hassemer.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) –... e não chegarmos a Günther Jakobs.

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – No seu funcionalismo...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Sem esses extremos que talvez tenham originado, muitas vezes por interpretações equivocadas, uma visão do Estado como um Estado que considera o cidadão um inimigo do Estado, um cidadão que infringe a lei, quando, na verdade, o cidadão que infringe a lei deve ser punido no rigor que a lei determina e nada mais, sem excessos e também sem nenhum tipo de concessão.

Obrigado, Senador Pedro Taques, pelas indagações.

Passo agora à indagação formulada pelo Senador Antonio Carlos Rodrigues, que diz respeito ao sistema prisional, que é muito criticado por organismos internacionais. É uma realidade, enfim, que não podemos ocultar. Hoje nós caminhamos para 600 mil pessoas presas no Brasil, e esse número tem crescido vertiginosamente, enfim, num sentido muito latente.

De 1992 a 2007, o crescimento da população brasileira foi de 27%, e, no mesmo período, o crescimento da população carcerária passou para 127%, ou seja, nós aumentamos mais de dez vezes a população carcerária, quando a população brasileira aumentou apenas 27%.

Então, isso demonstra que tem havido uma encarcerização muito grande, um aprisionamento talvez muito grande no Brasil. Mas, ainda assim, reclama-

-se que estamos encarcerando pouco, porque temos centenas de milhares de pessoas condenadas, ainda aguardando vagas nos presídios para serem ocupadas.

Então, como compatibilizar isso? Hoje, os Estados Unidos possuem mais de 2,3 milhões de pessoas presas, uma taxa de encarceramento de pouco mais de 700 pessoas a cada 100 mil habitantes, enquanto a média no Brasil é inferior a 300. Mas estamos aumentando esse número. E me pergunto: até onde iremos? Iremos nos transformar num país que tem uma dimensão de encarceramento tão grande quanto aos Estados Unidos? Estamos hoje em quarto lugar no mundo em números absolutos de pessoas presas.

E é evidente que, se nós queremos privar essas pessoas do convívio social, porque são pessoas, aquelas mais violentas, para as quais não há outra solução pensada que não a supressão da liberdade, é imperioso que nós repensemos o sistema penitenciário, para que ele se habilite a, se não recuperar esse indivíduo, porque isso depende da própria boa vontade, pelo menos neutralizar futuras práticas delitivas.

Senador Blairo Maggi, também agradeço a pergunta que fala a respeito também da PEC. Indaga sobre a posição que a OAB assumiu. A sua pergunta, Senador, é a mesma pergunta que me faço: por que a OAB ficou ao lado da PEC nº 37. Evidentemente que as opiniões não de ser respeitadas e aqui nesta Casa sei de Senadores favoráveis à ideia de que o Ministério Público não pode investigar, o que é absolutamente sustentável, mas pessoalmente não me posiciono dessa maneira e não o faço por questões meramente corporativas, faço-o pela configuração do Estado democrático de direito introduzido com a Constituição de 1988, em que o Ministério Público assumiu funções essenciais à administração da Justiça.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem. Peça silêncio, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Reafirmando a solicitação da Mesa para que todos façam silêncio para que possamos ouvir plenamente a exposição do Dr. Rogério. Peço também do Dr. Rogério para tentar objetivar, para que possamos imediatamente fazer a votação a tempo de iniciarmos a nossa Ordem do Dia que está sendo convocada para às 12 horas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, se as assessorias têm muita coisa para conversar, vão para o corredor. Nós queremos ouvir o que os nossos debatedores, os convidados a quem estamos questionando possam responder nossas perguntas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Também concordo com o Senador Maggi quanto a isso. Eu também gostaria de ouvir as considerações dos sabatinados na sua integralidade. A objetividade é muito interessante, mas muitas vezes a objetividade no Direito leva ao caos. Nós precisamos fundamentar inclusive as respostas, porque a Constituição determina a fundamentação. Eu gostaria de ouvir a fundamentação, que é muito importante.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Muito obrigado.

A pergunta que me faço é exatamente essa: a OAB, que sempre caminhou historicamente ao lado da defesa dos direitos humanos, se colocou como instituição a favor de um Projeto de Emenda à Constituição que, na minha modesta opinião, iria trazer prejuízos na defesa dos direitos humanos em todos seus aspectos e em todos seus segmentos, não só apenas relacionados ao âmbito criminal.

O Senador Aloysio Nunes concentra sua argumentação no tema da criação dos Tribunais Regionais Federais, que gerou algumas manifestações de lado a lado, ora pela possibilidade da criação por meio da PEC, ora pela inconstitucionalidade por conjecturado vício de iniciativa.

Realmente é difícil essa indagação, mas posso dizer que o Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de enfrentar esse tema quando analisou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que visava combater a criação do Conselho Nacional de Justiça e também, nessa Emenda Constitucional nº 35, de 2004, extinguir tribunais de alçada criminal. E o Supremo entendeu que não haveria inconstitucionalidade e...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desculpe-me, mas a analogia não se aplica, porque o Conselho Nacional de Justiça não é um tribunal inferior ao STJ, muito menos o Tribunal de Alçada.

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Sim. Não, em relação à...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nem o Tribunal de Alçada é inferior ao Tribunal de Justiça dos Estados, ele apenas tinha alçadas diferentes. Então, a comparação, desculpe-me V. Ex^a, não se justifica.

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Certo. Sim, Senador, só fiz esse paralelo para dizer que a alegação de que qualquer criação ou extinção de tribunais deva partir necessariamente do Poder Ju-

diário foi objeto dessa análise do Supremo na questão dos Tribunais da Alçada, porque foi uma extinção dos tribunais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Isso está dentro da letra da Constituição; Tribunal de Alçada não prevê.

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Como bem colocado pela eminente Desembargadora Regina, essa é uma questão em que o próprio STJ vai, agora, exercendo seu poder de dar segmento a essa proposta, encaminhar um projeto que acredito que vá regulamentar a criação desses tribunais.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nessa seara, seria possível, então, apresentarmos uma proposta de emenda para acabar com os cinco Tribunais Regionais Federais na opinião do senhor?

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Se esse for o modelo concebido pelo Parlamento, com certeza. Acho que não há impedimento a que o Congresso exerça sua missão constitucional. Perdoo-me se essa posição não é a mais correta, mas é a que eu entendo deva prevalecer.

Quanto à indagação do Senador Eduardo Suplicy, também na linha do que venho defendendo ao longo da minha carreira, o Direito Penal, trabalhando, acima de tudo, com a punição de autores de condutas criminosas, busca sempre o atendimento daqueles objetivos que são atribuídos à sanção criminal: retribuir, prevenir novos crimes e ressocializar. Em alguns casos, digamos, de menor monta, esses objetivos são mais bem atingidos por penas alternativas à privativa de liberdade. A pena privativa de liberdade – é bom que se diga – foi uma medida modernizadora, porque, até o século XIX, ela só era utilizada não como pena, mas como meio de segregação cautelar, para manter o acusado preso, à disposição do monarca, para o julgamento, quando, então, lhe eram impingidas medidas punitivas muito mais corporais, como amputação de membros, marcas de ferro, a própria morte, enfim, como uma medida profilática e utilizada em quase todas as situações.

Então, a introdução da pena privativa de liberdade foi um avanço. E hoje ela se mostra em crise pelo sistema penitenciário que não atende, pelo menos na nossa configuração, aos objetivos da pena. Então, é evidente que, se nós pudermos, em algumas situações menos graves, naquelas situações em que a manutenção da liberdade do indivíduo condenado não ofereça risco à sociedade, deixá-lo fora do sistema prisional e

dar-lhe, por meio de medidas concretas e fiscalizadas, efetivas, de cumprimento de penas alternativas, como é o caso de prestação de serviços à comunidade ou até de retribuição de prestação pecuniária à vítima, evita-se o ingresso dessa pessoa no sistema penitenciário incrementalmente o risco de um retorno dessa pessoa ainda com maior potencial lesivo. Lembremo-nos de que as duas maiores organizações criminosas do Brasil, o PCC e o Comando Vermelho, foram geridas no seio do sistema penitenciário.

O Senador Pedro Simon também falou a respeito da PEC nº 7 e, com muita maestria, pois é um Senador pelo qual todos nós temos o máximo respeito pela sua história de vida e pelo que representa na consolidação da democracia neste País, apontou a antinomia de posicionamentos até na entoação do Hino Nacional, tanto cantado no momento em que se aprovava um projeto de lei, o PL nº 132, aqui, no Senado, que, depois, foi convertido em Lei, com um veto da Senhora Presidenta da República, como pela entoação do mesmo Hino, na Câmara dos Deputados, ontem, por ocasião da rejeição da PEC nº 37.

Eu não sei se posso ousar dizer isso, mas essa é a maravilha da democracia e do Parlamento, que reproduz, a cada momento, o que a sociedade diz nas ruas. Essa sintonia entre o Parlamento e o povo consagra o sistema representativo, a nossa democracia representativa, que se traduz nessas oscilações, muitas vezes individuais, ou até coletivas, de parlamentares, de partidos e do próprio Parlamento. Então, vejo isso de uma maneira até positiva, e nós temos que ler essas mensagens e crescer com essa leitura.

O Senador Sérgio Souza fala a respeito da imagem do Judiciário, enfim, de como aperfeiçoar a maneira como a sociedade nos vê, vê o Poder Judiciário. Eu já estou antecipando as coisas, mas é impossível também, em tão pouco tempo, discorrer a respeito dessa temática tão rica. Mas nós temos mudanças estruturais, mudanças funcionais e mudanças de mentalidade. Talvez as mudanças estruturais, hoje, no Brasil, já tenham avançado em bom grau. E, em minha opinião, precisaríamos, talvez, corrigir aspectos procedimentais do sistema de justiça, principalmente com a racionalização dos recursos utilizados, principalmente, na esfera criminal, que tornam as demandas excessivamente longas, muito mais do que seria razoável imaginar.

Talvez, as mudanças mais importantes sejam as mudanças de mentalidade. De nada adianta termos boas leis se os Juízes não lhes dão interpretações que permitam a essas leis serem aplicadas com maior racionalidade, com mais economia, com maior prontidão. Esta, uma tarefa que os senhores já cumpriram em boa parte, e que nós, do Poder Judiciário, ainda temos de

avancar na criatividade, no uso da inteligência criativa para o manejo correto, adequado, pronto, expedito das leis que compõem o ordenamento jurídico.

O Senador Armando nos pergunta quais são as reformas necessárias. Eu acho que são no mesmo sentido. Posso dizer que caminhamos nessa mesma direção; enfim, as reformas estruturais já foram feitas várias, como a criação do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público, toda essa revolução causada por esses dois órgãos no funcionamento da Justiça, a transparência que tem sido dada, a cobrança maior das Corregedorias, a punição maior dos magistrados que infringem a lei. Tudo isso vem ao encontro das aspirações por um Judiciário cada vez mais transparente e democrático, que presta contas e que torna as suas decisões mais compreensíveis e se comunica mais bem com a sociedade.

Essa falta de comunicação é um problema que todos os magistrados e membros do Ministério Público devem enfrentar. Eu, particularmente, muito me ocupei disso e tive oportunidade, inclusive, de coordenar uma publicação, com vários colegas do Ministério Público e da Magistratura, em que tentamos explicar o funcionamento da Justiça Criminal, por meio de uma linguagem a mais clara possível, se é que nós conseguimos, para a compreensão geral do povo.

O Senador Ataíde fala a respeito do mau uso do dinheiro público, enfim, da parcela do Judiciário nos índices de corrupção e se o crime de corrupção poderia se transformar em crime hediondo. É evidente que as opções legislativas são, nesse sentido, plenas e, talvez, pela dimensão que essa forma de criminalidade alcançou no Brasil, colocando-o em posição vergonhosa no cenário internacional, seja realmente o caso de se pensar nessa hipótese, embora de nada adiantará classificar um crime como hediondo, como não adiantou assim classificar alguns crimes, se não são implementadas algumas políticas públicas que enfrentem essas questões nas suas raízes, e não apenas nos seus resultados.

O Judiciário tem, acredito, se sensibilizado com essa mudança de perspectiva. Nós temos visto condenações serem proferidas em todos os níveis do Poder Judiciário, por juízes, desembargadores e ministros, em relação ao crime de corrupção. Então, eu percebo um aumento muito grande da sensibilidade do Poder Judiciário no combate ao crime de organizado, fazendo cumprir as leis a esse respeito.

Seguindo com a solicitada objetividade, sem descurar, como bem disse o eminente Senador Pedro Taques, da tentativa de bem fundamentar as respostas, o Senador Cássio Cunha Lima observa algo que, logo no início da minha fala, eu ressaltai, ou seja, este

momento tão bonito da democracia, particularmente para nós, candidatos indicados, de podermos expor à Nação o que pensamos a respeito dos variados temas que, talvez, surjam um dia para a nossa análise. E, mais do que isso: permite conhecer o perfil do candidato e saber se ele atende minimamente aos requisitos constitucionais. Além disso – e acho que aí é o objeto do seu questionamento –, o que estamos vendo aqui, enfim, como muitas pessoas que assistem à sabatina, os próprios Senadores e a população em geral que, eventualmente, tem acesso por meio da mídia, há um momento em que estamos discutindo temas da República, temas atuais, temas importantes e que nos permitem expor as opiniões individuais e, talvez, já daqui sair algum consenso sobre algumas posições que estão sendo debatidas.

Quanto ao modelo, o nosso modelo, claro, é um modelo em construção. Nós vivemos um período de democracia que é o mais longo da história da Nação brasileira. Nós temos, acho, 28 anos de democracia, o que não se repetiu antes. Nós temos uma história segmentada e alternada de governos ditatoriais, autoritários e governos democráticos. Estamos avançando não apenas na democracia, mas na República. Os valores republicanos, *pari passu*, vão galgando um espaço maior. E isso que estamos vivendo nesses dias de manifestação seja, talvez, a maior prova de que o nosso amadurecimento vai chegando. E vai chegar um dia, certamente, em que nos igualaremos às nações centrais na consolidação dos valores, dos bens, dos fundamentos de um verdadeiro Estado democrático de direito, sob a forma republicana.

Creio que a última indagação, se não estou equivocado, veio do meu prezado e eminente Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Vital do Rêgo, sobre a questão do tratamento involuntário. E eu a respondo, eminente Senador Presidente, reportando-me a um episódio recente. Um amigo me contatou, como Procurador de Justiça, solicitando se haveria alguma providência no Ministério Público para ser adotada em relação a uma pessoa que era vista, diariamente, numa região central de Brasília, abandonada, caída ao solo, seminua, uma moça, absolutamente desprotegida em razão do uso de substâncias entorpecentes, aparentemente *crack*, e o que poderia ser feito em relação a essa pessoa. Eu me recordo desse exemplo, para concluir que, naquelas hipóteses em que o portador dessa adicção, enfim, dessa dependência química chegou a um ponto, a um patamar de total dependência, a num estágio que não lhe permite sequer ter a noção e a percepção do que está acontecendo e se direcionar de acordo com essa percepção, nessas hipóteses é um dever do Estado

intervir. Não se trata de suprimir a liberdade, não se trata de violar o direito individual dessa pessoa a sua liberdade de decidir o que é melhor para ela. Ela não está mais em condições de decidir.

Da mesma forma, se nós temos um parente que está adoentado e que sofreu uma enfermidade que lhe retira essa capacidade de decidir, nós somos obrigados a intervir e prover a uma internação psiquiátrica ou hospitalar em geral, nós não podemos descurar daquelas pessoas que, por razões múltiplas, estão largadas ao vício decorrente de uma substância entorpecente. Lembrando, porém, que o Estado brasileiro precisa mais bem se aparelhar para receber essas pessoas, que nem sempre recebem o tratamento adequado.

É bom que se diga que o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, foi a primeira condenação que sofremos, alguns anos atrás, exatamente porque uma pessoa, sofrendo de doença psíquica, foi internada – Damião Ximenes Lopes, se não me engano, o nome – e ali sofreu todo tipo de violência e veio a falecer dentro de uma casa de repouso. E essa questão chegou à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que julgou o Estado brasileiro culpado pela denegação do tratamento correto para essa pessoa.

Então, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, me desculpem por não ter, eventualmente, respondido à altura das indagações, e me coloco à disposição de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) Eu gostaria, também de registrar, em nome de meus pares, a brilhante intervenção desse jovem Procurador Rogério Schietti, que nos abrilhanta com mais um dia de realização para esta Comissão, especialmente para ele, para a Dr^a Regina, agora há pouco, um dia de alegria, na presença de sua esposa Daniele Martins Silva, a quem cumprimento – seja muito bem-vinda! –, na presença de sua mãe, dona Genny Cruz e do seu filho Vitor também presente.

Eu queria também dizer que hoje, para ele, é um dia de superação. Seu pai está enfermo, hospitalizado, e ele está aqui vivendo as alegrias deste momento e a expectativa da boa recuperação do seu pai. Além do mais, é o dia do aniversário dele.

Senhoras e senhores, vamos iniciar o processo de votação, mas, antes, não deixando de registrar a presença, para nossa honra, de um Ministro queridíssimo da Casa, do Senado, do Congresso Nacional, Ministro Francisco Falcão, Corregedor Nacional de Justiça, pernambucano/paraibano. A gente não deixa Armando Monteiro – não é, Cássio? – ficar sozinho nessa história, nem Humberto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL

– AP) – Mais pernambucano, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Não. Meio a meio, no mínimo.

Vamos iniciar o processo de votação. São duas cédulas.

Inicialmente os titulares:

Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Senador Anibal Diniz. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Lopes. *(Pausa.)* Está presente.

Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

Vamos continuar na lista dos titulares do Bloco Parlamentar da Maioria.

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Francisco Dornelles. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

Fechamos o Bloco Parlamentar dos Democratas e do PSDB.

Senador Aloysio, aqui estão as cédulas, por favor.

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Magno Malta. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Rodrigues. *(Pausa.)*

Vou chamar um suplente do Bloco de Apoio ao Governo.

Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

A Senadora Lídice não está presente, mas está vindo para cá.

Completamos o Bloco.

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador Roberto Requião. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

O Senador Ricardo Ferraço não está por aqui, não? *(Pausa.)*

Senador Clésio Andrade. *(Pausa.)*

Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

O Senador Valdir Raupp está aqui? *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

O Senador Moka estava por aqui.

Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Senador Lobão Filho. *(Pausa.)*

Senador Blairo Maggi. *(Pausa.)*

Concluímos o Bloco União e Força.

Declaro encerrado o processo de votação.

Convidamos o Senador Antonio Carlos Rodrigues e o Senador Romero Jucá para procederem ao escrutínio. *(Pausa.)*

Informo ao Plenário que haverá sessão extraordinária a partir das 12 horas. O Presidente Renan solicita que seja dada essa informação.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Aqui, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Tem a palavra o Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Só uma informação. Em função, então, da convocação do Presidente, não haverá o prosseguimento da CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nós vamos discutir exatamente isso, Senador Agripino, quando terminarmos esta primeira fase. Vamos abrir imediatamente e V. Ex^a vai se pronunciar.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Era a informação que eu queria passar a V. Ex^a. *(Pausa.)*

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Antonio Carlos Rodrigues informa: 26 votos SIM para a escolha da Sr^a Regina Helena Costa, e 24 votos SIM para a escolha do Sr. Rogério Schietti Machado Cruz.

A escolha do nome do Sr. Rogério Schietti Machado Cruz foi aprovada por esta Comissão.

A matéria vai a Plenário.

A escolha do nome da Sr^a Regina Helena Costa foi aprovada por esta Comissão.

A matéria vai a Plenário.

O Senador Eduardo Braga solicita para ambas o regime de urgência.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Em votação.

O regime de urgência está aprovado.

Dois votos NÃO para o Sr. Rogério.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se for possível registrar o meu voto “sim”...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Fica registrado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Obrigado. Para ambos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu queria parabenizar com uma salva de palmas à manifestação dos senhores. Brilhante apresentação e exposição dos senhores.

Eu solicito que V. Ex^{as} permaneçam em plenário, vamos iniciar a segunda parte da reunião em dois minutos.

Está encerrada a presente reunião na sua primeira parte. *(Pausa.)*

(Iniciada às 09 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às doze horas e quarenta e três minutos, do dia vinte e seis de junho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Paulo Paim, Wellington Dias, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Lobão Filho, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Vicentinho Alves, e das Senadoras Ana Rita, Angela Portela, Lídice da Mata e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles e Magno Malta. A Presidência registra a presença do Senhor Tim Rescala, músico, da Senhora Paula Lavigne, produtora cultural, e da Deputada Federal Jandira Feghali. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, de 2010.** Terminativo. Ementa do Projeto: Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União,

dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Autoria do Projeto: Senador Marconi Perillo. **Relatoria do Projeto:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:**

Pela aprovação do Substitutivo, com as Emendas nºs 9, 10, 11 e 12. Em 19/06/2013, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 74, de 2010, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser

oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em 26/06/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 9, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 26/06/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 2 a 8, de autoria do Senador Valdir Raupp. Em 27/06/2013,

foram retiradas as Emendas nºs 2 a 8 e apresentadas as Emendas nºs 10 a 12, de autoria do Senador Valdir Raupp, oferecidas em Turno Suplementar. **Resultado:** O

Substitutivo oferecido ao PLS nº 74, de 2010 é aprovado em Turno Suplementar, com as Emendas nºs 9 a 12, renumeradas como Emendas nºs 1-CCJ a 4-CCJ. **ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57A, de 1999.** Não Terminativo. Dá nova redação ao

art. 243 da Constituição Federal. **Autoria:** Senador Ademir Andrade. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 57A, de 1999. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, de 2011.** Não Terminativo. Dispõe sobre a criação da carreira de

médico de Estado. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo e outros. **Relatoria:** Senador Mozerildo Cavalcanti. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Retirada de Pauta e encaminhada ao Plenário. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2012.** Não Terminativo. Dispõe sobre a Gestão Coletiva de Direitos Autorais e estabelece condições para o exercício das prerrogativas do Escritório Central cujo objetivo é a arrecadação e a distribuição dos direitos relativos à execução pública de obras musicais e literomusicais e de fonogramas. **Autoria:** CPI - ECAD - 2011 (CPI). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA: ITEM 14) OFÍCIO “S” Nº 22, de 2013.** Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor WELLINGTON CABRAL SARAIVA, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Procurador-Geral da República. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:**

Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 26, de 2013.** Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir as PECs nº 13, 32, 70 e 97 de 2007; 6, 30 e 34 de 2008; 16 de 2011; 21 de 2012 e 3 de 2013, com o tema: limite de idade para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos. **Autoria:** Senador José Pimentel. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 27, de 2013.** Requeiro, nos termos do art. 89, inc. I, e, por analogia, do art. 334, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja dispensada a realização de audiência pública solicitada pelo Requerimento n. 3, de 2012 - CCJ, para instrução da PEC n.º 15, de 2011, que pretende transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 17) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 28, de 2013.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal c.c. art. 93, inc. I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento de Requerimento n. 26, de 2013, apresentado pelo Senador José Pimentel e aprovado nesta Comissão na reunião do dia 26 de junho de 2013, para instrução das PECs ns. 13, 32, 70 e 97 de 2007; 6, 30 e 34 de 2008; 16 de 2011; 21 de 2012 e 3 de 2013, cujos temas estão relacionados ao limite de idade para aposentadoria compulsória de servidor público, para acrescentar à lista de convidados o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. A Presidência suspende a Reunião às 13 horas do dia vinte e seis de junho de dois mil e treze e reabre às 9 horas do dia vinte e sete de junho de dois mil e treze. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e nove minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e treze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2013 – Complementar; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, de 2010; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2011; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, de 2011; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2012; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2013; ITEM 9) PROJETO DE LEI

DA CÂMARA Nº 90, de 2012; ITEM 11) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2006; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2013; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 13.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Só um minuto, Senador Eduardo, para eu me organizar aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu vou passar a palavra, pela ordem, inicialmente, ao Líder Eduardo Braga, quem primeiro pediu a palavra; depois, em sequência, ao Senador Randolfe, ao Senador Jucá, ao Senador Rodrigo Rollemberg e ao Senador Pedro Taques.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, tendo em vista que o Brasil tem testemunhado e acompanhado todos esses movimentos da nossa população nas ruas, que têm motivado transformações importantes em nosso País; tendo em vista inclusive o pronunciamento de Sua Excelência a Presidenta da República e o pronunciamento do Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, que estabeleceu uma pauta prioritária para o Senado da República e que, ontem, teve desdobramentos com o entendimento entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, para que pudéssemos avançar numa pauta de transformações e de reformas

no País; e tendo em vista que hoje teremos uma série de atos, como a posse do Ministro Barroso – aprovado por esta Comissão e referendado pelo Plenário do nosso Senado –, às 14h30, houve entendimento das Lideranças com os Srs. Presidentes tanto do Senado quanto da Comissão de Constituição e Justiça, e com todos os Líderes, de que deveríamos propor a V. Ex^a e ao Plenário desta Comissão uma inversão da pauta da reunião que ora se inicia, fazendo-se a leitura do relatório apresentado pelo Senador Humberto Costa, no que diz respeito à questão do Ecad, e, logo em seguida, haveria um pedido de vista coletivo e uma suspensão dos trabalhos da nossa CCJ, para que nós pudéssemos iniciar a Ordem do Dia no Plenário do Senado, para que possamos deliberar, no dia de hoje, matérias extremamente importantes.

A Câmara dos Deputados votou, nesta noite e madrugada, vários projetos importantes, entre eles o FPE, a questão da distribuição dos *royalties* do pré-sal tanto para a educação quanto para a saúde e outras matérias importantes que estão na pauta, como requerimentos de urgência de matérias que estão inclusive na Ordem do Dia da CCJ.

Portanto, Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex^a para submeter ao plenário esse entendimento dos Líderes com V. Ex^a e com o Presidente Renan Calheiros, para que nós possamos, então, concluir o trabalho da CCJ no dia de hoje e iniciar a Ordem do Dia do Senado com importantes votações que haverá de dar respostas a esses entendimentos e a esses movimentos a que o Brasil vem assistindo, acompanhando e participando da nossa juventude, da nossa sociedade, nas ruas do nosso País.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu vou continuar ouvindo V. Ex^{as} e é meu dever ratificar, em todas as suas linhas, a manifestação do Líder do Governo, que me trouxe a questão e eu ponderei que precisava ouvir os Líderes a respeito da suspensão dos nossos trabalhos, desde que algumas tarefas fossem cumpridas, como a leitura do relatório do Senador Humberto Costa a respeito do projeto do Ecad.

Todavia, também há um relatório do Senador Armando, que é um ofício que nós haveremos de ler rapidamente, para sabatinar... E a recondução do indicado para o Conselho Nacional de Justiça, o Sr. Wellington Cabral Saraiva.

Eu vou ouvir todos os Líderes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Por favor.

Eu pergunto: na oitiva dos Srs. Líderes, além da concordância, como já expressei ao Senador Eduardo Braga, se no ato da suspensão desta reunião eu poderia marcar uma extraordinária para amanhã, às 9 horas, para continuarmos a nossa pauta de hoje dos remanescentes para a nossa deliberação.

É o que eu queria ouvir de V. Ex^{as}.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Randolfe, antes do Senador Jucá. Logo após, imediatamente o Senador Jucá.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, no mesmo sentido, estou de acordo com a proposta encaminhada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – E amanhã também?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Que nós façamos a leitura, com o consequente pedido de vista, do PLS nº 129, de 2012, resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as atividades do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, nunca é demais lembrar: a quarta Comissão Parlamentar de Inquérito em Assembleias Legislativas e a segunda no Congresso Nacional que investigaram as atividades irregulares do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, e que resultou num projeto de lei para modificar o sistema de atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, com o projeto relatado pelo Senador Humberto Costa, então, a leitura e o consequente pedido de vista desse relatório é o que podemos fazer para, em seguida, termos ascensão do Senado Federal.

E também de acordo com a proposta de V. Ex^a: amanhã convocaremos reunião extraordinária...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Às 9 horas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Votamos a PEC do trabalho escravo e as demais matérias em pauta.

Eu queria só registrar, e que V. Ex^a fizesse constar, a presença, no plenário da Comissão de Constituição e Justiça, para acompanhar a leitura do relatório do Senador Humberto Costa, da produtora cultural Paula Lavigne e do músico Tim Rescala, que têm acompanhado toda essa luta pela democratização do direito autoral no Brasil desde o início da Comissão Parlamentar de Inquérito, além da presença nesta Comissão de Constituição e Justiça da Deputada Federal Jandira Feghali, que também tem acompanhado toda essa luta pela democratização do direito autoral no Brasil, que também é Presidente da Frente Parlamentar de Cultura

do Congresso Nacional e da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência se irmana aos registros que V. Ex^a fez.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sr. Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação aqui. Concorde com o encaminhamento feito, queria apenas levantar uma questão. Amanhã, eu não estarei aqui, pois gravarei um programa de entrevistas em São Paulo, no começo da tarde. E como não poderei estar na reunião, eu gostaria de, dentro desta programação de hoje, poder apresentar – depois seria concedido vista coletiva – o projeto de lei de autoria da comissão mista do Congresso que trata da questão do emprego doméstico. Nós não iríamos discutir, apenas seria dado como lido o parecer da constitucionalidade; seria concedido vista coletiva, para, na próxima semana, discutirmos também a constitucionalidade.

Quero registrar que a discussão de mérito, pelo Regimento do Congresso, se dará no plenário do Senado. Então, eu gostaria de poder apresentar o parecer pela constitucionalidade, para que seja dado vista coletiva hoje em vez de amanhã, porque amanhã eu não estarei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Jucá, eu gostaria que V. Ex^a, enquanto ouvimos os outros Senadores, discutisse com os Líderes, porque hoje foi apresentada uma emenda pelo Senador José Agripino e uma outra emenda pela Senadora Lúcia Vânia que dependem de relatório de V. Ex^a, e, certamente, vai manter o seu relatório ou...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, isso seria feito depois do pedido de vista, na próxima semana. O parecer seria dado na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eles não apresentaram antes... V. Ex^a discuta com os Líderes e eu conduzo a discussão...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, não vai dar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou ouvir o Senador Rollemberg agora, e essa questão do Senador Jucá, antes do final da reunião, nós haveremos de decidir.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Vital do Rêgo, o item 1 da pauta disciplina a realização de concursos públicos no âmbito federal. Nós tivemos já uma discussão e aprovação

da matéria, em primeiro turno, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, na semana passada, já há quase um consenso e já tenho conhecimento das emendas apresentadas. Tenho a impressão de que a gente consegue concluir o turno suplementar de forma rápida. E até em respeito às pessoas que estão aqui prestigiando – muitas não conseguiram entrar no Senado para acompanhar a votação –, eu consulto e solicito a V. Ex^a que apreciemos, em turno suplementar, essa matéria, que já está bem debatida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Rollemberg, o acordo produzido pelo Líder Eduardo Braga foi apenas para a leitura do projeto do Ecad, e o relatório do Senador Armando Monteiro a respeito da indicação. Se V. Ex^a produzir um outro acordo, para a Presidência não há problema. Há uma Ordem do Dia começando às 12h30. Mas esta Presidência é refém...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Então, eu quero me associar à proposta de que possamos dar continuidade a esta reunião amanhã pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Impreterivelmente, às 9h, o primeiro item da pauta será a questão dos concursos, que V. Ex^a está, brilhantemente, relatando.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Agradeço.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para dar um retorno sobre a questão.

Atendendo à ponderação dos Líderes, nós vamos deixar para a próxima quarta-feira. Agora, eu pediria que, na próxima quarta-feira, a gente discutisse, porque este é um tema que a sociedade está cobrando e, efetivamente, nós precisamos dar uma resposta a ela. Então, na próxima semana, nós discutiríamos a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a é um democrata por natureza.

Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, diante deste movimento de afogadilho, quase supersônico, para que nós possamos votar os projetos, debater os projetos, é interessante que nós possamos também entender que o Poder Judiciário tem uma contribuição muito forte a dar neste instan-

te por que a República passa. Existe a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, que está a merecer debate nesta Comissão de Constituição e Justiça. Já foram realizadas audiências públicas. Esta Proposta de Emenda à Constituição foi relatada pelo Senador Aloysio, de autoria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A PEC dos recursos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A PEC dos recursos. Isso é importante para que o Poder Judiciário também possa dar a sua contribuição. Vamos trazer esta PEC para votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ela já está na linha de discussão do Plenário. Já está na lista de prioridades que foi discutida agora há pouco com o Presidente Renan Calheiros.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está bem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Notícia nova para V. Ex^a, inclusive.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado. O senhor não é “novidadeiro”, mas essa foi uma boa notícia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Mozarildo, com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, na verdade, diante desse acordo, quero só registrar que eu iria pedir preferência para a votação de um projeto de sua autoria, que, como médico e advogado, fez um excelente projeto sobre a questão da carreira de médico do Estado.

Acho muito importante que esse projeto seja urgentemente apreciado e votado, porque está também no foco das reivindicações do momento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a manifestação de V. Ex^a. Inclusive está entre os projetos prioritários que serão votados ou nesta Comissão, temporariamente, ou em regime de urgência, em Plenário, com a relatoria sempre muito competente de V. Ex^a. Ou em Plenário ou nesta Comissão.

Senador Armando Monteiro, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já foi aqui explicado, vem ao exame desta Comissão a indicação por parte do Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, do nome do Procurador Regional da República Wellington Cabral Saraiva para compor, em recondução, o Conselho Nacional de Justiça como representante do Ministério Público Federal.

O Sr. Wellington Cabral nasceu em Recife, em 31 de dezembro, se diplomou em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, concluiu o curso de Mestrado em

Direito e Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, foi Assessor Técnico Judiciário do Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, cargo em comissão, no período de janeiro a junho de 1991. Também em comissão, foi nomeado Assessor do Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Aprovado em concurso público, foi nomeado Promotor de Justiça Adjunto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, cargo que exerceu no período entre 1992 e 1994, quando foi então promovido a Promotor de Justiça. Nesse cargo, foi Assessor da Procuradoria de Recursos Constitucionais.

Mediante concurso público ainda, assumiu o cargo de Procurador da República do Ministério Público Federal em 1995. Promovido desde abril de 2004 ao cargo de Procurador Regional da República, está lotado na Procuradoria Regional da República da quinta Região.

Indicado pelo Ministério Público Federal, integra o Conselho Nacional de Justiça desde 2011. No CNJ, coordena o Projeto sobre Diagnóstico e Fortalecimento dos Judiciários Estaduais.

Foi Presidente da Comissão Executiva Nacional do Fórum. No ano de 2011, ocupou o cargo de Ouvidor do Conselho Nacional de Justiça. É representante dessa instituição na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro desde 2011.

Na condição ainda de membro do Ministério Público, seja do Distrito Federal e Territórios, seja da União, ocupou os mais diversos cargos e recebeu as mais variadas incumbências, dentre as quais a de representar o Ministério Público na 22ª Sessão da Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal das Nações Unidas, evento ocorrido em Viena, em abril deste ano.

Foi integrante, como representante do Ministério Público, do grupo de trabalho em lavagem de dinheiro e crimes contra o sistema financeiro.

Sua atividade docente é igualmente ampla, seja como monitor, seja como professor de diversas disciplinas jurídicas nas Faculdades de Direito da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade de Brasília, assim como nas Escolas Superiores da Magistratura e do próprio Ministério Público.

É coautor de diversas obras jurídicas e figura como autor de inúmeros artigos. Proferiu inúmeras palestras.

Finalmente, cabe registrar que S. Exª apresentou todas as declarações exigidas pela Resolução nº 7, de 2005, e suas alterações e pelo Ato nº 1, de 2007, desta Comissão.

Encontram-se assim atendidas todas as exigências dos dois diplomas legais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que as Srªs e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva, automaticamente, nos termos do Ato nº 1, de 2007, da CCJ.

Passamos ao Item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2012

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a Gestão Coletiva de Direitos Autorais e estabelece condições para o exercício das prerrogativas do Escritório Central cujo objetivo é a arrecadação e a distribuição dos direitos relativos à execução pública de obras musicais e literomusicais e de fonogramas.

Autoria: CPI - ECAD - 2011 (CPI).

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu quero inicialmente dizer que vou fazer aqui uma leitura resumida. E como esse relatório já foi entregue a todos os Senadores, todos poderão lê-lo detidamente e fazer as suas avaliações para a votação em reunião, provavelmente na próxima semana.

Quero dizer também que, ao longo desse período, eu receberei todas as emendas, sugestões de todos os segmentos que tenham interesses diretos em relação a essa regulamentação.

Portanto esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2012, produto final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 547, de 2011.

Tal projeto dispõe sobre a gestão coletiva de direitos autorais e estabelece condições para o exercício das prerrogativas do Escritório Central, cujo objetivo é a arrecadação e distribuição dos direitos relativos à execução pública de obras musicais e literomusicais e de fonogramas.

Analisando o projeto do ponto de vista da sua constitucionalidade, entendo que todos os requisitos formais e materiais atendem ao cumprimento da Constituição Federal.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, também atendendo aos pré-requisitos que caracterizam essa condição.

E, no mérito, entendo que os fundamentos espoados na justificação do projeto afiguram-se razoáveis.

Os principais pontos desse projeto são: primeiro, a definição da competência do Ministério da Justiça, por meio de um órgão específico, de selecionar e habilitar uma única associação responsável pela gestão coletiva de cada segmento de direitos. Define também que essas associações reunir-se-ão em um único Escritório Central que terá a função de arrecadar e distribuir os direitos relativos à execução pública. Uma das inovações é que haverá um processo de habilitação por parte do Ministério da Justiça, e as entidades que não cumprirem aquelas exigências poderão ser inabilitadas.

Outra questão relevante é a definição, como eu disse, de regras para a concessão dessa habilitação, havendo inclusive alguns critérios estabelecidos pelo PL. Sobre a publicidade e a transparência de informações também existem vários dados no que diz respeito a esses critérios.

O art. 9º trata da responsabilidade dos dirigentes, gestores, gerentes, superintendentes e ocupantes de cargos análogos das associações do Escritório Central, inclusive definindo que responderão solidariamente com os seus bens por desvio de finalidade ou quanto ao inadimplemento das obrigações para com os associados.

O art. 11 trata da exigência de apuração por parte das emissoras de rádio e televisão de toda a execução de músicas, fonogramas, enfim, de tudo o que trata essa lei, inclusive a exigência de que isso seja público e colocado em um sítio eletrônico.

Define também que as associações de gestão coletiva de direitos autorais deverão estar, desde 1º de janeiro de 2012, legalmente constituídas, arrecadando e distribuindo direitos autorais são consideradas habilitadas para exercício de suas atividades.

Sr. Presidente, do ponto de vista do meu entendimento, eu promovi uma série de mudanças na emenda que eu vou ler muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Primeiro, o entendimento de que o direito do autor é um direito humano fundamental e esse direito deve ser protegido.

Outra questão relevante que nós identificamos, como foi dito aqui também, é que há outros projetos que tratam do tema, entre eles o do Senador Vital do Rego, que também institui mecanismos de fiscalização, mas acredito que não se confronta com essa proposição.

No meu relatório, nós definimos uma série de regras de funcionamento dessas associações e procuramos nos amparar em fartas decisões do Supremo Tribunal Federal que falam que na condições de interesse público será possível haver uma definição por parte do Poder Público de normas de funcionamento.

Bem, no meu projeto também, Sr. Presidente, nós procuramos trabalhar com alguns princípios. Primeiro, o princípio da transparência. O projeto cria obrigações claras de transparência para gestão coletiva, por se tratar de atividade que afeta número difuso de pessoas, tanto na sociedade quanto no segmento de artistas produtores e titulares de direitos.

Eficiência. O projeto estabelece a eficiência como princípio tanto técnico quanto econômico.

Modernização. O projeto reorganiza a gestão coletiva, racionalizando a estrutura das associações que a compõem.

Regulação. O projeto mantém a existência de um único Escritório Central, ou seja, um único ente arrecadador. E o Poder Público, no caso o Ministério da Cultura e não o Ministério da Justiça, funcionará como instância reguladora e fiscalizadora.

Fiscalização. O projeto institui mecanismos claros de fiscalização da gestão coletiva, habilitando as entidades por ela responsáveis e prevenindo abusos. Além disso, mantemos as associações atualmente existentes, sendo que elas terão que se adequar aos critérios de habilitação do Ministério da Cultura.

As associações existentes já serão consideradas habilitadas, como eu disse, devendo cumprir aqueles requisitos legais de habilitação.

A habilitação só pode ser anulada mediante decisão que observe o contraditório e a ampla defesa e levará em condição a gravidade da infração.

O ente arrecadador pode ser o próprio Ecad, desde que ele, no prazo a ser estabelecido, cumpra as exigências de transparência e eficiências estabelecidas nesta lei.

Novas associações podem também buscar habilitação junto ao Ministério da Cultura para tomar parte da atividade econômica de cobrança e serão integradas ao ente arrecadador unificado.

Haverá um cadastro unificado de obras que será administrado de forma a prevenir o falseamento de dados e promover a desambiguação de títulos similares de obras.

As associações disponibilizarão sistema de informação para comunicação pelo usuário da totalidade das obras e fonogramas utilizados.

Às associações cabe estabelecer preços pela execução das obras e fonogramas, sendo que a cobrança deverá ser proporcional ao grau de utilização das obras e fonogramas, considerando as particularidades de cada segmento.

A taxa de administração do ente arrecadador e das associações deverá ser proporcional ao custo efetivo da operação, observando-se o percentual mínimo de 85% para distribuição aos titulares de direitos.

As entidades de gestão coletiva serão regidas de modo isonômico e por meio de normas democráticas de governança.

Votar e ser votado nas associações serão prerrogativas dos titulares originários de direitos do autor ou conexos, bem como a investidura em cargo de direção.

Há definições também quanto à existência de mandatos e sua duração.

Os litígios entre usuários e titulares de direito autorais ou seus mandatários, em relação aos critérios de cobrança, formas de oferecimento de repertório e valores de arrecadação, e entre titulares e suas associações, em relação aos valores e critérios de distribuição, poderão ser objeto da atuação do Ministério da Cultura para resolução de conflitos por meio de mediação ou arbitragem, sem prejuízo de apreciação pelo Judiciário ou pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Prevemos regras claras para prestação de contas e definimos também obrigações claras para os usuários. Os usuários de repertório da associação de gestão coletiva serão obrigados a entregar e tornar pública aos interessados a relação completa das obras e fonogramas que utilizou.

Portanto, Sr. Presidente, ante o exposto, nós votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 129, na forma da emenda substitutiva que segue, a que todos os Srs. Senadores e Senadoras já tiveram acesso. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço o trabalho de V. Ex^a.

Concedo vista coletiva, na forma do entendimento dos Srs. Líderes.

Quero também pedir a deliberação de V. Ex^{as} para o requerimento do Senador José Pimentel, convocando audiência pública para deliberação das PECs nºs 13, 32, 70 e 97, com representantes da Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, AMB, Ajufe e Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 26, de 2013

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir as PECs nº 13, 32, 70 e 97 de 2007; 6, 30 e 34 de 2008; 16 de 2011; 21 de 2012 e 3 de 2013, com o tema: limite de idade para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos.

Autoria: Senador José Pimentel

Ao mesmo tempo, peço a V. Ex^{as} apoio na dispensa de realização de audiência pública para instruir a PEC nº 15, conforme solicitação do Senador Pedro Taques.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 27, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 89, inc. I, e, por analogia do art. 334, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja dispensada a realização de audiência pública solicitada pelo Requerimento nº 3, de 2012 - CCJ, para instrução da PEC nº 15, de 2011, que pretende transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está retirado de pauta.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aprovados os requerimentos.

Por favor, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Só um esclarecimento. Amanhã, na reunião extraordinária, os demais itens da pauta, inclusive o item 2 da PEC do trabalho escravo, ficarão para amanhã.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos os itens remanescentes ficarão para a reunião de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, tenham um bom-dia! Está encerrada a reunião.

Fiquem com Deus!

Tenho dito: está suspensa a reunião.

Amanhã, na forma da solicitação, reabriremos às 9 horas, Senadora Ana Rita.

(Iniciada às 12 horas e 43 minutos, a reunião é suspensa às 13 horas do dia 26/06/2013 e reaberta às 09 horas do dia 27/06/2013.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Declaro reaberta a 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Peço a V. Ex^{as} que tomem seus lugares.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens remanescentes, os Itens n^{os} 1 a 9, 11 e 12.

Hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, completam-se três dias consecutivos de reuniões da nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nas reuniões das duas semanas anteriores, já tínhamos aproveitado para manifestar a V. Ex^{as} que passaríamos por um período de ampliação dos nossos esforços, porque, além das importantes matérias que estavam previamente incluídas em pauta, sempre aparecem novas demandas e urgências em finais de semestres legislativos.

Ademais, esta Presidência também estava acompanhando e sendo sensível aos acontecimentos políticos nacionais, razão pela qual vínhamos alertando para a provável repercussão nos trabalhos legislativos das reivindicações que a sociedade brasileira tem externado em manifestações por todo o País.

Por causa deste momento histórico de promissor e valioso protagonismo da sociedade, ainda ontem tivemos de abreviar os trabalhos da nossa Comissão. Afinal, o Presidente da Casa, o Senador Renan Calheiros, antecipou o horário da sessão do plenário, e, por essa razão, tivemos de adiar para hoje a maior parte da pauta das proposições legislativas.

Temos insistido que nossa pauta contém matérias de grande relevância, que despertam a atenção de muitos segmentos sociais para os nossos trabalhos. Algumas dessas matérias, aliás, foram consideradas tão relevantes que o Presidente do Senado, em conjunto com as lideranças partidárias, entendeu que deveriam ter sua tramitação simplificada. Como é de conhecimento de V. Ex^{as}, ontem mesmo, elas seguiram para o exame do Plenário em caráter de urgência.

Mas aqui remanescem proposições importantíssimas. Hoje, por exemplo, devo lembrar, constam matérias tais como o combate ao trabalho escravo, análogo à escravidão; ou, como chamamos, o estatuto dos concursos públicos na Administração Federal; ou as novas regras sobre o combate ao crime organizado.

Além disso, esta Presidência envidou esforços junto ao Presidente do Senado Federal para que trans-

mitisse, por nosso Colegiado, a regulamentação dos direitos dos trabalhadores domésticos. Conforme aqui manifestou ontem o Relator da matéria, o Senador Romero Jucá, na próxima quarta-feira, S. Ex^a apresentará o relatório.

Em síntese, esta Presidência avalia que, organizando a pauta de proposições legislativas com essa magnitude e sendo sensíveis para atender às demandas do Presidente do Senado e das lideranças partidárias, procuraremos trabalhar em consonância com as aspirações que vêm das ruas. Mas esse trabalho, desejamos aqui assinalar, nunca foi desta Presidência de forma isolada. Se a nossa pauta está atenta aos clamores sociais é porque ela tem sido produto da contribuição permanente das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores. Democraticamente, procuramos consultá-los, procuramos ouvi-los, procuramos distribuir matérias para relatorias sem quaisquer tipos de distinções nem entre os integrantes deste Colegiado. É com esse espírito de trabalho coletivo que, hoje, temos de avançar em matérias tão relevantes como as que já tivemos oportunidade de exemplificar.

Passaremos, agora, à apreciação dos projetos em pauta.

Nós temos dificuldade para a obtenção de quórum para os itens terminativos.

Item 1 da pauta, conforme esta Presidência havia se comprometido ontem com o Senador Rollemberg, primeiro item de pauta.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 74, de 2010

- Terminativo -

Ementa do Projeto: Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Autoria do Projeto: Senador Marconi Perillo.

Relatoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 19/06/2013, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 74, de 2010, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

- Em 26/06/2013 foram recebidas as Emendas nºs 1 e 9, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

- Em 26/06/2013 foram recebidas as Emendas nºs 2 a 8, de autoria do Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Rodrigo Rollemberg para proferir o seu relatório sobre as emendas apresentadas. Especificamente, Senador Rollemberg, sobre as emendas apresentadas, tanto as do Senador Aloysio Nunes, 1 e 9, quanto as do Senador Valdir Raupp, 2 a 8.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Vital do Rêgo, quero cumprimentar V. Ex^a, que é o Presidente desta Comissão, pelo trabalho, pela postura e pelo compromisso que tem demonstrado desde o início com esta matéria ao pautá-la como primeiro item há algumas sessões. Ontem não conseguimos encerrar a votação porque tivemos que suspender a sessão para a reunião no plenário desta Casa. Hoje cumpre o compromisso de trazê-la como item 1 da pauta.

Como V. Ex^a disse, temos nove emendas, duas do ilustre Senador Aloysio Nunes e sete do Senador Valdir Raupp. Nós conversávamos há pouco com a assessoria do Senador Valdir Raupp, que está fazendo ajustes em três emendas em comum acordo com este Relator.

Como esta matéria é terminativa e não temos ainda, neste momento, quórum para votar, vou sugerir a V. Ex^a que passe para algum item não terminativo da pauta e, tão logo cheguem as novas redações das emendas, eu proferirei o meu parecer em relação a essas.

Então, essa é a sugestão que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu entendo a preocupação de V. Ex^a no sentido de construir uma solução mais rápida para este item 1, que foi compromisso desta Presidência.

Eu suspendo a apreciação do item 1 até a conclusão do encaminhamento do Senador Valdir Raupp sobre as três emendas sobre as quais V. Ex^a versa para apreciar um adendo ao requerimento do Senador Pedro Taques, a quem cumprimento pela aprovação do projeto de sua autoria ontem no plenário do Senado Federal, projeto que estava aqui tramitando de forma regular nesta Comissão.

Passo à discussão de um adendo ao requerimento de S. Ex^a em que solicita, para a instrução processual de audiência pública na próxima segunda-feira, requerimento que ontem nós votamos, do Senador José Pimentel, que acrescenta à lista o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, nosso querido companheiro, colaborador desta Comissão, Carlos Eduardo de Azevedo Lima.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, essa audiência pública é muito importan-

te. Mas, antes de discutir o assunto, gostaria de cumprimentar V. Ex^a, Presidente da CCJ, porque existiam projetos os mais variados possíveis sobre corrupção e crime hediondo. Entretanto, nós valorizamos o Legislativo, valorizamos o Senado, para votar um projeto com parecer aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Parabênz V. Ex^a por isso.

Esse projeto não vai resolver os problemas do mundo, não é uma panaceia, não podemos enganar o cidadão; ele não serve para consertar dor de cabeça, câncer, todos os males da humanidade. Não serve para isso, não. É um instrumento para que nós tenhamos uma sociedade mais livre e mais justa, uma sociedade livre de corrupção. É um instrumento. A quantidade de pena não faz com que o cidadão deixe de praticar o crime, e nós sabemos disso, mas a certeza de que ele será punido. E o projeto busca esse caminho.

Eu o cumprimento e agradeço a V. Ex^a por indicar esse projeto para ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu preservei, Sr. Senador Pedro Taques, o projeto de V. Ex^a, e, na condição de Presidente desta Comissão, terei de fazer o mesmo com todos os integrantes deste colegiado.

Há outros projetos correlatos, mas esta Presidência, junto com o Presidente do Senado, tomou a decisão mais correta, mais coerente: fez valer o projeto que estava tramitando na Casa, com a relatoria do Senador Alvaro Dias. Conseguimos convencer a Presidência do Senado e, ontem, em uma sessão histórica, construímos mais uma ferramenta pedagógica de combate à criminalidade. Acho que este é o objetivo desta Presidência: fazer valer as iniciativas dos Parlamentares que compõem este colegiado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Pedro Taques, também quero elogiar a conduta de V. Ex^a ao prestigiar, na votação de ontem, um projeto que já tinha recebido parecer nesta Comissão.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitando a ocasião, me referir a uma passagem do discurso em que o Senador Pedro Taques defendeu o projeto que transforma corrupção, em suas diferentes modalidades, em crime hediondo, quando S. Ex^a menciona a urgência de deliberarmos sobre a chamada PEC nº 15, a PEC dos Recursos, que, se aprovada, no meu entender, dará uma resposta mais célere ao julgamento das ações tanto cíveis quanto penais.

Veja, ontem foi decretada a prisão de um Deputado Federal que havia cometido um crime em 1995, repito: 1995, quando diretor-financeiro na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Muito bem. Somente ontem, 18 anos depois, a sentença foi executada.

Então, veja V. Ex^a que, por mais que as leis sejam rigorosas, se não houver certeza de que elas serão efetivamente aplicadas e que as sentenças serão eficazes, elas serão vãs.

Nós já fizemos duas audiências públicas para a elucidação dessa matéria. Sei que é uma matéria polêmica, dificilmente haverá unanimidade nesta Comissão, não sei qual é o resultado da votação, da deliberação da Comissão, mas o fato é que já fizemos duas audiências públicas. Não creio que seja o caso de se fazer mais uma.

Ontem foi também apontado pelo Presidente Renan esse caráter muitas vezes apenas ritual de audiências públicas que nada acrescentam àquilo que nós já sabemos. Porque, afinal de contas, nós estamos aqui é para deliberar, para votar.

A minha intervenção, Sr. Presidente, é no sentido de pleitear junto a V. Ex^a a inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 15, de autoria do Senador Ferraço, para que nós possamos deliberar sobre ela.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sr. Senador Aloysio, não é por coincidência, mas eu tenho memorizado o número da PEC, por força de um conhecimento que já tenho e um juízo de valor no mérito, que foi construído nas audiências públicas.

As audiências públicas, eu entendo, são de suma importância para a instrução processual legislativa, e não um instrumento procrastinatório – jamais! E tenha certeza V. Ex^a de que, tão logo nós tenhamos deliberado os assuntos que estão remanescentes nesta pauta, eu assumo o compromisso com V. Ex^a de colocar em pauta essa PEC, na exata proporção da prioridade que ela merece, pois tenho a exata dimensão de que precisamos dar celeridade à apreciação dessa matéria aqui, na Comissão de Constituição e Justiça.

Vamos, até o final do nosso recesso, terminar com os assuntos pendentes, mas V. Ex^a terá desta Presidência a imediata colocação em pauta da PEC nº 15 no início do próximo semestre legislativo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Cumprimento-o por isso, Sr. Presidente.

Essa PEC nº 15 é uma das mais importantes matérias em tramitação no Congresso – e vou dizer o porquê. O cidadão, que está aí fora a manifestar, está

no pleno exercício da democracia, mas, muitas vezes, chega-se à conclusão de que o problema está aqui, no Congresso. Eu quero reconhecer que o problema também se encontra aqui no Congresso Nacional. Aqui, nós temos os projetos mais maravilhosos; há projeto, aí, que traz a mulher amada em três dias, como diz o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Barroso – (Risos.) – para o homem abandonado, Sr. Presidente, para aquele que é sofrido. É muito bonito isso. Agora, nós precisamos apreciar esses projetos que são significativos, como essa PEC nº 15, porque o problema também se encontra lá, no Poder Judiciário, em razão da demora dos julgamentos. Culpa dos juízes? Não. Culpa do próprio sistema, que permite que um processo no Brasil demore, em média, doze anos! Há países em que o processo se resolve em oito meses. O cidadão quer a certeza. Muitas vezes, ele pode até perder a ação, mas ele quer logo o julgamento.

Essa PEC é muito importante! Eu fiz um pedido por escrito, que V. Ex^a deferiu, concordando com o pleito, para que nós possamos também trazer ao debate a resolução dos processos, uma vez que o processo é, também, um instrumento de dignidade, serve também para absolver o cidadão, não apenas para condená-lo. E essa PEC trilha esse caminho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu coloco em votação o adendo ao requerimento.

Nós fizemos uma nova discussão antes de votar o adendo ao requerimento do Senador Pedro Taques para convidar o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho para a audiência pública da próxima segunda-feira.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Ricardo Ferraço, acabamos de falar sobre V. Ex^a – eu, o Senador Aloysio e o Senador Pedro Taques.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quero só pedir a V. Ex^a um esclarecimento: ficou pautada, então, a PEC nº 15?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ficou priorizada a matéria, tão logo a pauta que está na atualidade para deliberar seja esgotada. Não temos a data ainda, mas vamos esgotar a votação desta pauta atual e priorizaremos essa outra pauta com data prevista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a.

Esse projeto, parece-me, Sr. Presidente, caminha em absoluta sintonia com os esforços que estamos coletivamente fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É verdade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Em que pese não haver unanimidade em relação a essa proposta, eu acho que V. Ex^a dá um passo adiante quando a põe em pauta para que nós possamos fazer o debate sobre se essa não é uma proposta que, efetivamente, no segundo grau de jurisdição, por exemplo, nos possibilita o combate à impunidade.

Então, quero cumprimentar V. Ex^a e dizer da minha expectativa, na condição de autor, para que possamos ter a chamada PEC dos Recursos, a PEC nº 15, apreciada. Ocasionalmente, a matéria é de minha autoria, mas ressalto a importância de enfrentarmos esse debate.

Eu fico na expectativa e confiando na forma diligente com que V. Ex^a tem dirigido esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Já havia me congratulado com V. Ex^a, antes de sua chegada a esta Comissão, dizendo que tenho um conceito de mérito formado a respeito da iniciativa extraordinária de V. Ex^a, acompanhando o movimento que começou no Supremo Tribunal Federal. Desejo pautar rapidamente, tão logo conclua a nossa pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Essa proposta, Sr. Presidente, não impede os recursos. Os recursos continuam existindo, mas, uma vez sentenciado até a segunda instância, o cidadão, a cidadã, enfim, o sujeito que cometeu delito vai efetivamente ser punido, porque a percepção de impunidade tem trazido às instituições brasileiras grande desgaste. Por isso quero cumprimentar V. Ex^a mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. Bloco/PMDB – PB) – Esse é um dos recados das ruas.

Eu pergunto ao Senador Rollemberg: Senador, eu tenho hoje um período muito curto para deliberação. Nós já temos uma situação...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como estamos, com relação a V. Ex^a...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Já estou pronto. Mas eu quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, cumprimentar V. Ex^a pela postura, como Presidente da CCJ, de ter prestigiado o Senado – e não poderia ser diferente – trazendo a iniciativa de um Senador. E quero parabenizar o Senador Pedro Taques pelo projeto que aprovamos ontem, no Plenário do Senado, de aumentar as penas para os crimes de corrupção. Tenho dito que o que quer a população, que está se manifestando nas ruas para pedir melhores condições de saúde, de educação, de segurança, tem uma forte relação com o combate à corrupção, que drena recursos dessas áreas. Portanto, parabenizo o Senador Pedro Taques pela iniciativa e parabenizo V. Ex^a pela postura.

Quero dizer que eu já tenho condições de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Agora, consulto se V. Ex^a não quer apreciar, em primeiro lugar, a PEC do Trabalho Escravo, que não é terminativa, e, logo em seguida, eu apresento o relatório para que possamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. Bloco/PMDB – PB) – Faremos assim, Senador Rollemberg, até porque, como o item 1 da pauta é terminativo, vamos trabalhar para que tenhamos os 14 Senadores, número mínimo para a deliberação.

O Senador Aloysio está na Casa? (*Pausa.*)

Eu pergunto a V. Ex^a, Senador Aloysio, se há condições para anteciparmos o item 2 da pauta, sobre o trabalho escravo. V. Ex^a já dissipou todas as dúvidas? Ontem, havia dúvidas do Senador Jucá, de alguns Senadores da Casa, preocupados com algumas questões que foram feitas a V. Ex^a. Eu pergunto se todas essas questões foram dissipadas, se as dúvidas foram esclarecidas e se V. Ex^a tem a convicção em relação ao seu relatório e podemos iniciar o processo de votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero dizer que tenho absoluta convicção em relação ao meu relatório. Eu sou favorável ao projeto de emenda constitucional que propõe a expropriação das propriedades urbanas e rurais onde for encontrado trabalho escravo.

Tenho a mais absoluta convicção, igualmente, de que essa emenda constitucional, uma vez aprovada, não é autoaplicável. Ela precisa, para ser plenamente eficaz, da edição de duas leis: uma que defina exatamente o que é trabalho escravo, para efeito da emenda constitucional, que não será necessariamente o tipo penal a redução à condição análoga de escravo. E nesse sentido, inclusive, já foi aprovado na legislatura

passada, aqui no Senado, um projeto de lei de autoria do Senador Tasso Jereissati e que se encontra hoje na Câmara dos Deputados, que busca uma definição do que seja trabalho escravo, inspirado na Convenção Internacional da OIT que trata do tema, colocando no centro da definição o caráter coercitivo do trabalho.

Em segundo lugar, é preciso que haja uma lei disciplinando o processo expropriatório. Veja, o direito de propriedade é também um direito garantido pela Constituição. É bem verdade que a Constituição diz que a propriedade deve ter uma função social, e a propriedade onde se encontra trabalho escravo não está cumprindo a sua função social. Mas, por outro lado, também no art. 5º da Constituição, que trata dos direitos individuais e de suas garantias, está dito com todas as letras que ninguém será privado dos seus bens sem o devido processo legal. Logo, a expropriação de uma fazenda ou de um imóvel urbano onde for encontrado trabalho escravo deverá obedecer ao devido processo legal, com ampla defesa etc. E é preciso que haja uma lei disciplinando esse processo.

Veja, eu cito, no meu parecer, o fato de que a Constituição, no seu texto original de 1988, já previa a expropriação imediata das glebas onde fosse encontrado o cultivo de plantas psicotrópicas, repito: imediata. Não obstante a expressão “serão imediatamente expropriadas”, foi necessária uma lei, editada em 1991, para disciplinar o processo expropriatório de terras onde fossem encontradas plantas psicotrópicas.

Então, essa é minha convicção.

Mas essa não é a ideia, quer dizer... Há colegas nossos que me procuraram e que têm dúvidas quanto a essa minha posição. Refiro-me a Blairo Maggi, a Waldemir Moka, a Romero Jucá e a outros Senadores que hesitam em aceitar essa posição sem maiores esclarecimentos. E eles pediram que a matéria fosse votada dentro de uma semana, para que eles pudessem promover consultas junto a juristas de sua confiança para votar com tranquilidade.

Quero dizer também, lembrar a V. Exª e à Comissão que, no meu parecer, eu relato o processo de deliberação ocorrido na Câmara dos Deputados, inclusive as confusões que ali ocorreram. A deliberação da Câmara foi bastante confusa porque, no fundo, o Presidente da Câmara queria porque queria aprovar a PEC do Trabalho Escravo ainda no mês de maio e, de alguma forma, negociou com líderes de partidos com representação numerosa naquela Casa que haveria a constituição de uma comissão para elaborar essas leis regulamentadoras da PEC. Esteve aqui no Senado quando nossa Casa era presidida interinamente pela Senadora Marta Suplicy e, na companhia de líderes partidários, assumiu esse compromisso de que have-

ria uma comissão para elaborar esse projeto de lei. Acontece que esse compromisso nunca foi cumprido. O Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, assumiu o compromisso, tirou fotografia, virou as costas e nunca mais falou no assunto.

Ora, essa comissão, se houver receio por parte de colegas que temem que possam ser cometidas arbitrariedades ao abrigo da PEC do Trabalho Escravo, pode ser constituída pelo Presidente Renan Calheiros e pelo Presidente Henrique Alves. O Regimento Comum do Congresso, no seu art. 142, se não me engano, prevê a criação de comissões especiais para elaborar projetos de lei que teriam inclusive uma tramitação mais rápida, uma tramitação também especial a respeito de matérias que conviessem às duas Casas tratar de uma maneira célere e harmônica. De modo que nada impediria, aliás, acho que seria de todo recomendável, que uma vez aprovada a PEC na Comissão, fosse constituída essa comissão especial pelos dois Presidentes da Casas, cumprindo assim um compromisso do Presidente Marco Maia, que não foi cumprido.

Agora, se houver, por parte dos colegas Senadores que compõem a Comissão, algum receio, não tenho nenhuma objeção a deliberarmos daqui a uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu gostaria inclusive de colocar a manifestação final de V. Exª como um adendo ao seu relatório, ou uma sugestão ao seu relatório. Inclusive acho que está no seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A sugestão já está aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Já está no seu relatório. Li o seu relatório. Trata-se de um relatório longo, com (...)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu reafirmo a minha posição, se me permite, a que adotei em 2004.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Reafirma a posição de 2004, quando Deputado Federal, inclusive coloca a possibilidade da criação da comissão como alternativa...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ...tendo em vista que não houve o processamento dessa iniciativa do então Deputado Federal Marco Maia à frente da Presidência da Comissão da Câmara dos Deputados.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o meu objetivo é o de que a PEC seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k.!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E, para isso, é preciso afastar qualquer tipo de dúvida, qualquer tipo de objeção. Não quero que a PEC seja motivo de aumentar a inquietação no campo. Quero que ela seja aprovada e seja aplaudida por todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Aloysio conclui as suas manifestações a respeito do seu relatório.

Coloco em discussão a matéria.

Estão inscritos a Senadora Ana Rita, o Senador Pedro Simon e o Senador Blairo Maggi.

A Senadora Ana Rita está com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores aqui presentes nesta Comissão, primeiro, eu gostaria de ressaltar o relatório elaborado pelo Senador Aloysio Nunes. Eu li atentamente o relatório que ele fez. Foi um relatório bastante detalhado, que resgata todo o processo de votação da PEC na Câmara e também o seu andamento aqui, no Senado.

Quero dizer, Senador Aloysio Nunes, que acho que o senhor apresenta um relatório bastante conciso, bastante detalhado, um relatório que realmente resgata todo o processo de discussão que aconteceu na Câmara. Portanto, deixa-nos bastante claro também que essa PEC foi muito discutida na Câmara dos Deputados.

Quero só lembrar aos colegas Senadores aqui presentes que essa PEC tramita no Congresso Nacional há 14 anos. Então, são 14 anos de espera.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Qual é essa PEC?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – A PEC do Trabalho Escravo, Senador.

Essa PEC tramita no Congresso Nacional há 14 anos. Nós sabemos que, quanto mais nós demoramos aqui em aprovar essa PEC, mais vidas estão sendo ceifadas, mais vidas estão sendo escravizadas. Então, depende muito da nossa decisão aqui a conquista da liberdade de milhares de pessoas. É preciso nós nos lembrarmos disso, da nossa responsabilidade como legisladores, como representantes da população. Temos o papel e a missão de, aqui, aprovarmos leis quem venham a assegurar os direitos da população, especialmente daqueles que estão alijados dos seus direitos básicos, de terem uma vida digna. Eu queria só lembrar isso.

Também lembro que o projeto tramita nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e é não terminativo. Então, a discussão não se encerra na aprovação do projeto nesta Comissão. A PEC tramará também em outras comissões.

Também compreendo que o Senador Aloysio Nunes tem razão, mas acho que não é motivo para criar-

mos nenhum problema aqui hoje, porque a PEC, com certeza, precisa ser regulamentada. Mas o primeiro passo nós temos de dar, antes de a regulamentarmos, que é sua aprovação. Se a PEC não for aprovada, não teremos condições de discutir a sua regulamentação. Na verdade, a regulamentação só se discute após a aprovação da matéria. Então, ela precisa ser aprovada nesta Comissão, precisa tramitar nas demais comissões que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ela vai para o plenário.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Ela vai para o plenário?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vai a plenário.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mas ela não é terminativa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ela vai daqui para o plenário.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Ela vai daqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – PEC do Senado passa só pela CCJ e segue para o plenário.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É porque a PEC vai diretamente para o plenário. Está certo. Então, desculpe-me, Sr. Presidente. É melhor ainda. Quer dizer, sendo aprovada hoje, ela irá para o plenário, passará ainda por um processo de discussão no plenário e, após a sua aprovação, nós discutiremos a sua... Ela ainda vai para a Câmara? Ela retorna para a Câmara? Não, Presidente! Ela não sofreu nenhuma modificação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ela vai para a regulamentação.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Ela vai para a regulamentação. Ela só retornaria para a Câmara se sofresse aqui alguma alteração. O Senador Aloysio Nunes apresenta um relatório muito bom e não apresenta nenhuma modificação. Apenas faz uma ressalva, um apelo para que ela seja regulamentada no sentido de sanar qualquer dúvida que ainda possa existir.

Então, o meu encaminhamento, Sr. Presidente, é o de que nós aprovemos, o mais rapidamente possível, aqui, hoje, a PEC do Trabalho Escravo, que ela vá, então, para o plenário e que, após sua aprovação no plenário, nós possamos discutir a sua regulamentação e, assim, sanar as dúvidas que ainda, porventura, algum Parlamentar possa ter.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço à Senadora Ana Rita, que tem, de forma muito brava e competente, lutado pela aprovação desta matéria, Senadora Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, primeiro quero felicitar o companheiro Pedro Taques pela brilhante vitória que ele teve ontem. Acho que ontem todo universo girou em torno da aprovação da sua emenda: o povo, as ruas, a movimentação. O clima foi amplamente favorável e foi uma das sessões mais bonitas a que assisti aqui na Casa, com a vitória de V. Ex^a. Meus cumprimentos.

Segundo, vejo aqui com nosso querido Relator, o companheiro Aloysio, que ele está nos avisando que o problema do trabalho escravo vai seguir o ritmo da reforma agrária. Quando na reforma agrária não se chegou a resultado nenhum, chegou-se à perspectiva de que haveria o chamado buraco negro, os constituintes chegaram à conclusão de que em todo item que tem problema de não ser votado porque não tem acordo – reforma agrária, reforma tributária, sistemas políticos – a gente coloca: aprovado o item, parágrafo único, lei complementar esclarecerá como será aplicado. É o que aconteceu com a reforma agrária. Foi aplicada, mas a lei complementar até agora não saiu.

Disse o Sr. Senador Aloysio Nunes que essa emenda não é autoaplicável...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – E não é mesmo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... vai depender de uma lei. A emenda constitucional está aqui há quantos anos?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Há 14 anos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Há 14 anos. Não sei quantos anos mais para ser aprovada e depois vai ficar como a tese da reforma agrária que foi aprovada na Constituinte. A lei vai levar mais 20 anos, talvez os nossos filhos estejam aqui para aprová-la.

Então, acho que, no mínimo, V. Ex^a deveria dar uma de Renan, bater na mesa e dizer: “Até o recesso nós vamos aprovar essa medida”. Se ele pode fazer, por que V. Ex^a não pode? Ainda mais que está explicado que volta para a Câmara e está explicado que se fosse para aprovar e entrar em execução, tudo bem. Acho que é só V. Ex^a bater na mesa...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite-me, Sr. Presidente, como Relator...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Tem meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como Relator, para esclarecimento, o Senador Aloysio, a respeito da tramitação da PEC.

A PEC veio da Câmara e V. Ex^a não a alterou, mesmo tendo motivos para alterá-la no seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A PEC foi aprovada na Câmara em 2004. Eu era Deputado Federal e votei a favor no primeiro turno. Depois, ela foi aprovada na Câmara no segundo turno oito anos depois. Eu já não era mais Deputado Federal.

Chegou aqui no Senado, veio para mim a relatoria e eu rapidamente apresentei o parecer. Eu não coloquei no meu parecer uma emenda, na forma da lei, para que ela voltasse para a Câmara, de jeito nenhum; não fiz isso.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas não se iluda, V. Ex^a não tem a garantia de que alguém não apresentará emenda para que volte para a Câmara.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – No plenário. Ah, não! Pode ser que apresentem, mas eu não apresento e acho que...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Alguém apresentará.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu votarei contra e o senhor também.

Sr. Senador, acho que essa comissão especial prevista no art. 142 tem uma vantagem em relação a isso: ela evita essa eternização da lei, porque os projetos que saem dessa comissão especial têm uma tramitação mais rápida, tramitam na Câmara e no Senado muito rapidamente – art. 142 do Regimento Comum. Então, seria uma saída para uma regulamentação rápida, porque a PEC, efetivamente como está, precisa ter uma regulamentação. Ela não pode ser aplicada automaticamente. É preciso haver a lei que regule o processo expropriatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos dar a palavra ao Senador Blairo Maggi e, depois, à Senadora Lídice, para conclusão do processo. Senador Pedro. (*Pausa.*)

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu venho acompanhando o assunto dessa PEC há muito tempo também e quero, antes de começar a fazer minhas ponderações, dizer claramente que sou favorável à PEC. Acho que ninguém, em sã consciência, pode ser favorável a trabalho escravo ou análogo a trabalho escravo.

Eu, na condição de Governador do Estado do Mato Grosso, quando assumi, o Estado era o líder nacional em trabalho escravo. Em todas as listas, o Mato Grosso era o primeiro; depois, vinha o Pará, o Maranhão. Em um trabalho bastante grande junto com várias Comissões como a de Direitos Humanos, junto com o Governo Federal, com a Secretaria que a minha esposa comandava, de Trabalho, Emprego e

Cidadania, Terezinha Maggi, junto com a nossa Secretaria de Segurança Pública, Polícia Federal, Ministério Público estadual e federal, constituímos as comissões, a Conatrae. E conseguimos, no final do mandato, já não estar mais em primeiro lugar, mas em quarto, em quinto lugar.

Fizemos isso, Sr. Presidente, com conversas. Não foi à base do cacete que se fez isso, porque só o comando e o controle, às vezes, não funcionam. Funcionam, mas há resistência, há limites. Mas foram trazendo as associações de produtores de soja, de milho, de algodão, de madeira, de cana-de-açúcar, de pecuária para a discussão, mostrando que as condições que se apresentavam ou que eram possíveis no passado para se trabalhar numa fazenda, nesse momento, não se aceitavam mais. E não era, muitas vezes, por trabalho escravo mesmo, mas pelas acomodações ruins de trabalho.

Por exemplo, no passado, admitia-se que uma pessoa que fosse roçar um pasto, reabrir uma picada de divisa de fazenda, levasse sua matula, levasse sua barraca e dormisse à beira de um rio. Era assim. Antes era assim. Hoje, não se admite mais esse tipo de coisa. Hoje, se alguém for pego nessa situação, o trabalho dele vai ser enquadrado como trabalho escravo ou análogo a trabalho escravo.

Existe uma discussão muito grande na legislação sobre o que é efetivamente trabalho escravo e o que é análogo a trabalho escravo. Dependendo do fiscal que vai à propriedade, ele enquadra o produtor, muitas vezes, Senador Pedro Simon, até porque a NR 31 diz que a porta tem que abrir para fora do alojamento, e a porta abre para dentro do alojamento. Então, ele descreve como falta grave e enquadra como trabalho análogo ao de escravo. O colchão, na NR 31, tem que ter 20 centímetros. Ele vai lá, mede e vê que o colchão do funcionário tem 18 centímetros e ele ali está dormindo. A pessoa é punida por isso.

Então, existe uma linha tênue, muito tênue, entre o que é uma coisa e o que é outra coisa, o que é interpretação de um e de outro. E é aí que mora o perigo de aprovarmos a PEC da forma como o Senador Aloysio colocou.

O Senador Aloysio está absolutamente convencido de que não é autoaplicável. Só que eu conversei com vários juristas, várias pessoas que entendem da matéria. Eu não entendo. Até, lendo aqui, posso dizer: “Senador Aloysio, concordo com V. Ex^a. Para mim isso aqui não é autoaplicável.” Mas muitos dizem que é. E como nós temos fiscais e temos promotores, temos Ministério Público do Trabalho, não sabemos como o cidadão vai se portar quando chegar lá embaixo.

Então, eu temo que, da forma como está aqui, sem que haja um esclarecimento exato sobre o que é trabalho escravo ou análogo a escravo, nós criemos um confusão, criemos uma conflagração no campo com a aprovação da medida da maneira como está aqui.

E mais: o que eu estou dizendo para o campo também serve para as cidades, porque essa expropriação aqui dita não é mais só para o campo. Imagine se o senhor é dono de um apartamento – o apartamento tem que estar na cidade –, aluga o apartamento, e o seu inquilino, para consumo dele, planta um pé de maconha ou de alguma planta psicotrópica ilícita. Você vai ser expropriado do seu apartamento? Ou se você tem uma empregada doméstica que mora na sua casa, e as condições de trabalho podem ser consideradas análogas à do trabalho escravo e você vai perder o seu apartamento porque não cumpriu com as regras trabalhistas ou, muitas vezes, como diz o Senador Pedro Taques, cometeu um ilícito trabalhista se ela foi enquadrada no trabalho escravo?

Então, eu gostaria de pedir aos colegas que refletíssemos um pouco mais sobre isso, que nós, Senador Aloysio, se V. Ex^a concordasse, não fizéssemos a votação hoje e fôssemos ao Presidente do Senado para dizer desse acordo que foi feito – e eu estava presente, como Líder do PR – no sentido de que essa matéria só andaria aqui, no Senado, depois que nós regulamentássemos o que é trabalho escravo. Foi feito um acordo político, e esse acordo político o Senador Aloysio admite, reconhece aqui. Ocorre que ele diz que, como não foi feito até agora, não vão mais fazer.

Todavia, eu gostaria de pedir ao Presidente do Congresso e do Senado que nós déssemos atenção a esse acordo que foi feito, que criássemos uma comissão rápida, que, em trinta ou quarenta dias no máximo, ou o tempo que fosse necessário, fosse votado isso aqui, definindo o que é trabalho escravo. Então, com isso, nós votaríamos a PEC.

Quero, mais uma vez, deixar claro que eu não sou contra a PEC; sou contra o trabalho escravo. Trabalhei com isso, conheço e sei o que é uma coisa e o que é outra coisa. Portanto, deixo aqui a minha preocupação para que nós não criemos uma conflagração no campo, que pode vir também para as cidades, uma vez que os terrenos urbanos, hoje, estão aqui também enquadrados nesse tema.

Então, Senador Aloysio, peço a V. Ex^a, com todo o carinho, com toda a humildade, com toda a preocupação, para não votarmos essa matéria hoje. Não que sejamos contra, mas para não criar mais confusões no País, já que vivemos um momento tão complicado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem. (*Pausa.*)

Presidente, eu tenho um pedido pela ordem e gostaria também de fazer uma fala. O pedido pela ordem é para tratar de outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deixe-me ouvir, primeiramente, a Senadora Lídice da Mata, Senadora Ana.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, permita-me antes falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Então, fale pela ordem, até para nós organizarmos os trabalhos.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, primeiro, falarei pela ordem.

Gostaria de dizer o seguinte, Senador: há várias pessoas da Contag na portaria do Senado querendo entrar. Ocorre que está havendo resistência. Permitiram que entrassem apenas cinco pessoas, que já estão aqui no plenário. É bom lembrar que, quando votamos aqui o Ato Médico, pelo que sei, não houve nenhuma resistência para que as pessoas entrassem, tanto que eles estiveram nas galerias do plenário durante toda a votação.

Então, eu faço um apelo no sentido de que se libere a entrada dessas pessoas. São pessoas de bem, são trabalhadores. Será que é por isso que estão sendo impedidos de entrar?

Então, faço um apelo aqui para que a Comissão solicite a liberação dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PN) – Determino à Secretaria que tome as providências.

Como nós temos na Casa estudantes que se submetem a concursos, nós estamos disponibilizando um telão na Sala 13, com transmissão ao vivo desta reunião. Ali, também, os trabalhadores da Contag terão a liberdade para assistir a esta reunião, tanto quanto aqui, havendo as acomodações necessárias.

Assim, determino à Secretaria e à Segurança para tomarem as providências cabíveis.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu estou compreendendo que há uma solicitação do Senador Blairo Maggi e do Senador Moka para que não se vote esse projeto hoje em função de se buscar um entendimento sobre o que é trabalho escravo.

Eu queria fazer uma contraproposta. Eu acho que nós estamos com essa questão há muito tempo no Congresso Nacional. Felizmente ou infelizmente – felizmente porque é indispensável que o Congresso seja capaz de absorver as pressões dos segmentos

organizados e desorganizados do nosso povo –, essas questões se estendem quando não encontram consenso, e o Senado e a Câmara, o Congresso Nacional, usam isso como um pretexto para não deliberar – e deliberação não necessariamente exige consenso; exige debate, exige conhecimento da matéria. Vão ficando, vão ficando, vão ficando, como inúmeras leis que estão sem regulamentação, e a gente vai criando uma situação de leis inaplicáveis no Brasil ou leis que não têm regulamentação, que não avançam, portanto, nem mesmo as conquistas dos direitos.

A minha proposta, portanto, seria que nós déssemos uma sinalização de que concordamos com a ideia, como foi dito aqui pelo Senador Blairo Maggi, votando na Comissão uma primeira proposição, e constituindo, como eles estão propondo, uma comissão para a definição do que é trabalho escravo. Mas que não se levasse meses fazendo isso, porque não há necessidade de levar meses. Nós temos, mais ou menos, tanto pela prática, de um lado, dos trabalhadores, quanto pela prática dos empregadores uma definição, até que possamos votar em plenário.

Em plenário, nós vamos ter cinco sessões ainda para debater esse assunto. É um tempo em que se costura um acordo de definição do que é, quais são os limites, o que é o trabalho escravo efetivamente, para que se possa avançar. Eu digo isso porque temos outra matéria aqui, para a qual tenho solicitado o apoio do nosso Presidente, que tem todo o compromisso com isso.

Nós fizemos a CPI do tráfico de pessoas. Uma tipificação do crime do tráfico de pessoas é o tráfico para fins de trabalho escravo, interno e internacional. Então, nós estaríamos avançando até chegarmos, inclusive, à deliberação sobre o tráfico de pessoas, que complementaria também esse debate a respeito do trabalho escravo. Nós já chegaríamos lá com uma definição clara do que é trabalho escravo e com essa PEC sendo votada.

Então, é esse apelo que faço também ao Senador Moka, ao Senador Blairo, compreendo os dois como grandes negociadores e pessoas muito coerentes e equilibradas na defesa dos interesses que buscam representar legitimamente no Senado Federal, corretamente. E acho que poderíamos construir um acordo que fosse por aí e avançar na votação aqui hoje. Ela não é definitiva. Votada aqui, passa para uma segunda fase. Constituiríamos um grupo de trabalho aqui.

Eu perguntaria aos Líderes aqui presentes se concordam em fazermos uma comissão de trabalho, com representantes do Governo Federal, com representantes do Bloco do Governo, da oposição, dos interessados no assunto. E até a votação, nós cons-

truíamos essa pauta de definição do que é o trabalho escravo que pudesse acordar, claro, uma posição que fosse de construir uma legislação que obtivesse o máximo de apoios aqui, no Senado Federal, para que não tivéssemos um retorno.

Então, nós sairíamos da votação da PEC já com uma proposta de regulamentação do que é o trabalho escravo a ser apresentada ao Senado Federal por esse grupo de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores – Senador Blairo, Senadora Ana, Senadora Lídice, Senador Aloysio. Estou tentando um contato com o Presidente do Senado agora, e, entendendo a necessidade de uma decisão que possa ser tomada, Senador Moka, em consonância e paralelamente às duas Casas, estou tentando, com o Presidente do Senado, a imediata constituição de uma comissão, na forma do art. 142, para que tão logo esta Comissão, por exemplo, hoje, defina esta matéria, já na próxima semana, possamos constituir uma comissão para, em 30 dias, definir a questão do trabalho escravo ou análogo ao escravo e regulamentar a matéria, enquanto nós transcorreríamos as cinco sessões de discussão obrigatórias antes da votação no primeiro turno. Depois, teríamos três sessões de votação do interstício para o segundo turno. É o tempo em que aquela comissão concluiria o seu trabalho. Trago essa proposta aos senhores porque nós correríamos tanto com a aprovação da matéria aqui quanto, no curso do Congresso Nacional, com uma comissão avaliando e dissipando as dúvidas na regulamentação dessa matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me uma ...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Votaríamos hoje?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Hoje. Ao mesmo tempo, constituiríamos essa comissão.

Essa é a proposta da Presidência.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senhores, é importante dizer que a definição do que é trabalho escravo, mesmo na jurisprudência, não é uniforme. Eu, como Membro do Ministério Público Federal, durante 15 anos, denunciei várias pessoas por trabalho escravo, várias – passam de cem. Muitos processos foram trancados em razão da falta de definição de trabalho escravo.

O Senador Aloysio, no seu relatório, cita decisões do Supremo Tribunal Federal discutindo se é trabalho escravo ou trabalho escravo contemporâneo, escravidão contemporânea, o art.149; ou falsificação de documentos no registro trabalhista, art. 297 do Código Penal; ou violação de regras trabalhistas do art. 203 do Código Penal.

Na prática, senhores, sou absolutamente favorável à aprovação dessa Proposta de Emenda à Constituição, acho que todos aqui, que defendemos uma sociedade livre desse mal, todos nós.

Agora, nós vamos aprovar essa Proposta de Emenda à Constituição, mas nós precisamos, sim, dessa legislação definindo o que é trabalho escravo. Eu estou trabalhando isso no projeto de que sou relator na Comissão Especial do Código Penal. Existe uma dificuldade para nós estabelecermos isso. A jurisprudência não é perfeita nesse sentido – perfeita no sentido de trazer a certeza.

Aqui, nós temos uma discussão. Essa Proposta de Emenda à Constituição, após a sua promulgação, ela será autoaplicável? O que significa isso? Ela poderá ser aplicada na realidade social, na vida do cidadão? Ou ela depende de uma normatização futura? Ou ela precisa ser integrada por uma lei ordinária? – essa é a grande discussão.

Ao se estabelecer que a Proposta de Emenda à Constituição, observado, no que couber, o disposto no art. 5º da Constituição... O art. 5º da Constituição, como gênero, ele é autoaplicável. Isso está lá no §2º do art. 5º. Agora, o art. 5º possui normas contidas. O que significa isso? Podem sofrer limitações. É o caso do devido processo legal, art. 5º, inciso LIII: ninguém pode perder o seu patrimônio sem o devido processo legal. Precisariamos estabelecer qual é esse devido processo legal, de que maneira isso se dará.

Portanto, temos de nos recordar, Senadora Ana Rita, que aqui é uma casa política, e V. Ex^a diz isso. Aqui não é uma casa de juristas que vão fazer a aplicação da lei, a aplicação do devido processo legislativo sem levar em conta questões de ordem política, o que é absolutamente legítimo.

Para que essa proposta de emenda seja aprovada, precisamos de um quórum qualificado. Portanto, esta mediação é a mais certa no sentido de que possamos aprovar esta Proposta de Emenda à Constituição.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me ainda dizer o seguinte: o Senador Maggicitou a NR 31. A NR 31 estabelece a distância entre a cama e a parede. Está lá estabelecido. Se nós formos aplicar a NR 31 aos apartamentos dos Senadores,

aos apartamentos funcionais, é tudo trabalho escravo, porque não tem 1,3 metros, me parece, entre a cama e a parede. Isso é fato. Nós temos que aplicar. Eu não calculei isso, mas temos que aplicar.

Portanto, nós precisamos votar essa Proposta de Emenda à Constituição. Está há muito tempo, muito tempo, tramitando no Congresso Nacional. Mas não adianta nós aprovarmos essa Proposta de Emenda à Constituição para que ela fique como um símbolo só. Nós precisamos que ela tenha efetividade. Que ela tenha efetividade. Eu vejo que essa mediação é o melhor caminho, porque se não nós não vamos aprovar. Eu vou votar favoravelmente. Sem a mediação, não vai aprovar. Não vai aprovar.

Eu estou vendo trabalhadores aqui – sejam bem-vindos ao Senado!

Nós não podemos aprovar para inglês ver, só para aprovar, para que nós possamos, nos fóruns internacionais, afirmar: “Nós estamos livres do trabalho escravo”. Mas, na realidade, existe trabalho escravo. Existe trabalho escravo sim. Precisamos dessa mediação. Eu gostaria que essa mediação fosse construída aqui entre nós. Em não sendo possível, eu vou votar favoravelmente, mas esta mediação é o melhor caminho. Sem essa lei definindo, nós vamos jogar a batata quente para o Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Relator, para sua posição.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador Vital.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou inscrever o Senador Wellington. A Senadora Lídice já falou, depois volta a falar. Vamos aos primeiros inscritos, depois a Senadora Ana Rita e a Senadora Lídice voltam a falar. Senador Wellington, Senador Ataídes. O único que tem precedência para falar toda hora, por ser o Relator, é o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, eu quero reafirmar o que eu disse, porque alguns colegas ainda não tinham chegado quando fiz a minha primeira intervenção.

Essa Proposta de Emenda à Constituição começou a tramitar e foi votada em primeiro turno, na Câmara, em 2004. Eu votei a favor, e repito hoje o meu voto a favor. Chegou aqui à minha relatoria, foi distribuído para minha relatoria, Sr. Presidente, no dia 7 de março. No dia 23 de abril, já tinha meu parecer pronto, e esse parecer reflete exatamente a minha opinião. A PEC é importante, é necessária. Ela não é autoaplicável, necessita de uma lei que defina com clareza o que é trabalho escravo e de uma lei processual que discipline a ação expropriatória.

Mais ainda, faço uma consideração de ordem política. Para atingirmos o quórum constitucional de dois terços de votos favoráveis em dois turnos de votação, é preciso que haja a mais absoluta convicção de um número muito expressivo de Senadores. Para que isso possa ocorrer, eu considero importante que essas leis regulamentadoras possam estar pelo menos esboçadas, para que os Senadores tenham garantia de que, aprovada a PEC, ela não servirá de pretexto a arbitrariedades.

Por isso, Sr. Presidente, eu concordo com o encaminhamento sugerido por V. Ex^a, que aliás já está no meu parecer, dito em outras palavras: que concomitantemente à tramitação, através de uma comissão especial, prevista no art. 142, que inclusive tem um prazo bastante célere para a conclusão de seus trabalhos, nós possamos fazer confluir para uma votação, digamos, concomitante a PEC e as leis regulamentadoras. Concordo com a posição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Relator concorda com a sugestão da Presidência. O Senador Renan já foi contatado, concorda e vai contatar o Deputado Henrique Eduardo Alves. Efetivamente, V. Ex^{as} estão entendendo que, na prática, sem uma mediação e sem um acordo, não há nenhuma possibilidade de haver sucesso na vitória dessa PEC.

Senador Moka, depois Senador Wellington, por favor. Senador Moka antes.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Presidente Vital do Rêgo, eu votei favoravelmente, na Câmara dos Deputados, a PEC do trabalho escravo. Quando foi para ser votada no segundo turno – porque votou em primeiro turno e depois ficou muito mais do que um ano –, eu já era Senador, quando foi votada pela última vez. E o Senador Aloysio Nunes – diga-se de passagem, com uma postura e um comportamento exemplar –, no relatório, coloca como é que isso foi construído na Câmara, este ano, para que pudesse ser votado – este ano não, no ano passado. E esse acordo era exatamente, Senador Wellington, que ninguém...

O produtor rural é o mais interessado, porque ele quer que se discipline o que é trabalho escravo, porque em cima dessa questão do trabalho escravo se comete muita subjetividade. Muitas pessoas estão sendo inclusive processadas por não haver uma definição. E o produtor rural quer isso, porque nós não podemos confundir as coisas.

Se vocês perguntarem para a CNA, para a OCB, para as entidades, nós somos os primeiros a dizer: quem praticar trabalho escravo tem que ser punido

mesmo. E com rigor. Porque isso depõe contra a imagem do produto brasileiro nos mercados internacionais.

O que nós não podemos mais admitir é conviver com essa questão, se não há definição. Eu perguntei ao Senador Pedro Taques: Senador Pedro Taques, essa PEC é autoaplicável? Ele disse para mim: “Moka, eu acho que não é autoaplicável, acho não, tenho certeza de que não é, mas há gente que pode entender que seja.”

Então a única preocupação, Senadora Ana Rita, Senador Pedro Simon e Senadora Lídice da Mata, a única preocupação é que se defina o que é trabalho escravo. Definido o que é trabalho escravo, nós somos os primeiros a querer votar essa PEC. Como disse, votei e vou votar. A única questão é a definição clara na lei até para que ninguém seja surpreendido ou aja de uma forma que não seja absolutamente aquela que defendemos.

O produtor brasileiro quer seguir as normas, insisto em dizer. Eu agradeço, e muito, aqui a intermediação do Senador Pedro Taques, do Senador Aloysio Nunes, da Senadora Lídice da Mata, que entendendo o momento, com bom senso, e principalmente a intermediação do Senador...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Me permite um aparte, Senador Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Se posso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu vejo, Senador Moka, que a questão aí, V. Ex^a fez referência a isso, é que a sociedade brasileira não quer mais trabalho escravo, mas nós temos que reconhecer que já houve sim trabalho escravo. Em determinados Estados ainda existe trabalho escravo.

Nós precisamos superar a insegurança jurídica, é lógico, para que o Brasil possa conquistar mercados internacionais. Agora, muito mais do que isso, para que nós possamos trazer dignidade ao cidadão, àquele cidadão mais simples. Eu vejo que...

Eu sou de um Estado produtor. Eu tenho orgulho de ser de um Estado produtor. Eu tenho conversado muito com os produtores nesse sentido. Eu não vejo ninguém que quer trabalho escravo na sua fazenda. Eu tenho acompanhado isso, e eu visitei, eu passei quatro dias fazendo visitas para saber disso, à época como Procurador da República, e agora como Senador. Então nós temos que buscar...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. *Fora do microfone.*) – O senhor conversou com trabalhadores?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Conversei com trabalhadores. Eu conversei com os trabalhadores e conversei com a Contag no Estado – conversei não só com o setor produtivo – a respeito disso. Conversei, vi, fui acompanhar, para saber exatamente isso.

Agora, nós buscamos aqui a proteção da dignidade da pessoa humana. Isso é fato. E eu quero concordar com o que o senhor disse. Aqui eu entendo – não sou o dono da verdade, ninguém é o dono da verdade – que esse dispositivo precisa ser regulamentado, porque ele vai trazer, se não for regulamentado, insegurança jurídica. E ninguém quer a insegurança jurídica. O trabalhador não quer a insegurança, ele quer a paz, a tranquilidade, todos querem isso. Mas ele vai trazer isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Moka...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer o aparte do Senador Pedro Taques e dizer o seguinte: Sr. Presidente, o produtor rural só quer exatamente essa definição. E digo mais: o produtor rural tem uma preocupação muito grande, e eu convivo... Muitas pessoas, sou do Mato Grosso do Sul, enxergam em mim naturalmente um grande produtor rural.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a é médico.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não sou; eu sou médico e professor. Eu só estou dizendo que a economia dos nossos Estados depende da agricultura e da pecuária. E muito mais importante do que a economia do meu Estado é a dignidade do povo do Mato Grosso do Sul, do povo trabalhador.

Sr. Presidente, tenho no meu gabinete o grande e o médio produtor, mas sou um representante também do pequeno agricultor, da chamada agricultura familiar, o que é importante para nós. E presido, aqui, a Frente Parlamentar do Cooperativismo. Não há nada mais democrático do que cooperativa, que produz riqueza e a distribui de forma equânime.

Então, Senador Pedro Taques, nós vamos votar a PEC do Trabalho Escravo. E vamos votar de forma exemplar, com definição na lei do que é isso. Aí ninguém vai poder alegar mais que não sabia ou que tem... Nem de um lado, nem do outro, nem aquele que exagera, nem aquele que quer se fazer de desentendido.

Então, isso é que estamos procurando aqui. E tenho certeza de que aqui, Sr. Presidente, com a intermediação de V. Ex^a, muito mais rápido do que se imagina, vamos votar a PEC do Trabalho Escravo com definição do que é o trabalho escravo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

E, tão logo termine esta votação, vamos constituir, na forma do art. 142, a comissão especial para dirimir todas as dúvidas, para que os Srs. Senadores tenham consciência.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Nós temos a garantia do Presidente do Senado de que não vamos levar a plenário sem antes passar por essa comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O art. 142, meu queridíssimo Senador Blairo Maggi, prevê, inclusive, tempo determinado para a conclusão dos nossos trabalhos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Então, nós é que temos de dar a garantia ao Presidente do Senado de que vamos concluir, no prazo certo, a responsabilidade que vamos aceitar ao assumirmos essa incumbência.

Sr. Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, primeiro quero parabenizar V. Ex^a pela condução e pela forma sempre lúcida e importante para a solução.

Sou de um Estado, o Piauí, que teve registrados, já comprovados, casos de trabalho escravo, mas muito poucos. E temos um problema grave: somos exportadores de mão de obra para lugares em que foi detectada a presença do trabalho escravo. Aliás, isso é algo muito difícil.

Fui Governador de Estado, e o problema que tínhamos era em outro Estado. Quando começamos a dialogar – e destaco aqui: diálogo com o Estado de São Paulo, com o Estado do Pará, principalmente – sobre a realidade da nossa região, havia dificuldade exatamente na interpretação do que é o trabalho escravo, tanto pelos fiscais do Ministério do Trabalho, quanto pelo Ministério Público e, lá na frente, pela Justiça.

Em razão disso, nós tínhamos uma situação em que boa parte dos processos não chegavam ao final. Raros processos chegavam ao final.

Então, quero aqui dizer que esse encaminhamento que V. Ex^a faz, dando um prazo de 30 dias... Fazemos a votação, dá-se o prazo de 30 dias para que possamos prosseguir. Acho que podemos ter aqui, a partir

do relatório do Senador Aloysio, a condição, sim, de chegar a um entendimento.

Há um fato concreto. Nós falamos muito aqui do rural: não é só rural; é rural e urbano. Há outro fato: não é só mais trabalho escravo de brasileiros, mas de brasileiros e estrangeiros. Recentemente, foram presos indianos, bolivianos, enfim, foi comprovado que ali se caracterizava o trabalho escravo.

Quero dizer que, tanto no campo, como na cidade, tanto para brasileiros como para estrangeiros, o nosso País precisa ter uma regra para coibir esse tipo de situação.

Então, quero aqui, de um lado, deixar minha posição clara, favorável; de outro lado, favorável também ao encaminhamento que V. Ex^a faz, para que tenhamos a condição de um texto – vou usar um termo aqui que não sei se... mas, como o Magri já usou lá atrás – cumulável, algo que possa ser realmente efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a posição de V. Ex^a, que não é a posição apenas do Senador, mas do Líder do Partido dos Trabalhadores, que deverá ser muito útil na condução dessa solução, tanto no plenário, quanto na comissão que irá tratar do assunto.

Agradeço a V. Ex^a, de forma penhorada, a construção dessa solução.

Com a palavra, o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES DE OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu lamento que um assunto de tamanha relevância como este do trabalho escravo esteja há tantos anos neste Congresso a ser discutido, a ser debatido.

Eu percebo agora que, com os movimentos da rua, este Congresso resolveu realmente tirar da gaveta principalmente esses projetos mais importantes para a nossa sociedade. Isso me deixa mais contente. Mas lamento novamente – repito – estarmos aqui hoje, depois de 14 anos, a discutir este projeto.

Eu coaduno, Sr. Presidente, com o nosso Senador Blairo e com a nossa Senadora Lídice, e vejo como bom alvitre por parte de V. Ex^a a criação desta comissão para estudar carinhosamente este assunto, como já foi colocado aqui, da NR 31, que é muitíssimo delicado.

E esta douta Comissão, Sr. Presidente, tem o dever de filtrar esses projetos, principalmente esse de maior relevância, de uma forma que, quando chegar ao nosso Plenário, chegue redondo, para que discussões de todas as formas não venham a ocorrer por lá.

Eu posso dizer, Sr. Presidente, que eu sou um privilegiado, porque eu vim de família muito pobre. O meu pai era meeiro no Norte do Estado de Goiás. E lá, então, pegávamos aquelas empreitadas para bater

pasto, para roçar pasto, por aí. Então, lá nós colocávamos o nosso barracãozinho de palha no centro daquela área – o Senador Blairo sabe muito bem como funciona e outros mais –, nós construíamos ali o nosso barracão e as nossas necessidades fisiológicas eram feitas ali mesmo, assim como tomávamos água do córrego mais próximo. E isso hoje, aos olhos do Ministério do Trabalho, é considerado trabalho escravo. Então, é uma situação extremamente delicada.

Hoje, eu tenho o privilégio de estar do outro lado. Hoje, eu sou empresário. Nos nossos negócios, sou incorporador e construtor, e nós temos diariamente a presença tão necessária do Ministério do Trabalho. E a cada dia chega um fiscal com uma concepção sobre o trabalho escravo em nossas empresas. O assunto é de uma delicadeza tremenda. Então, eu fico muito contente com a criação desta comissão e, se eu puder participar com a experiência que carrego, eu vou ficar muito feliz.

Quero dizer, por final, Sr. Presidente, que este Congresso é uma fábrica de leis e nós não podemos errar. Nós temos um exemplo muito claro, com uma votação feita no virar do dia, como a PEC das Empregadas, tão necessária, que hoje está a ser regulamentada, como outras mais, Sr. Presidente.

Então, nós temos de ter muita atenção e muita responsabilidade da parte de um Senador da República. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Estamos prontos para votar.

Vamos votar.

A Senadora Ana Rita quer dar uma palavra ainda, só de conclusão.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Rapidamente, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentá-lo pela condução da reunião de forma bastante democrática e, segundo, dizer que nós temos plena concordância com a opinião dada aqui por diversos Senadores, como os Senadores Pedro Taques, Moka, Blairo Maggi, enfim, de que é necessária realmente a criação dessa comissão.

Eu só queria dizer, Sr. Presidente, aproveitando a opinião da nossa assessoria, até para tirar algumas dúvidas – e sei que não responde a todos os questionamentos –, que, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, toda forma de trabalho escravo é trabalho degradante, mas o recíproco também é verdadeiro. O que diferencia um conceito do outro é a liberdade.

Acho que há muitas questões ditas aqui que, em minha opinião, não se encaixam como trabalho escravo, porque o que diferencia, de fato, é a liberdade. Ou seja, quando falamos de trabalho escravo, estamos

nos referindo a muito mais do que o descumprimento de leis trabalhistas. Nós estamos falando de homens, mulheres e crianças que não têm a garantia da sua liberdade. Eles ficam presos em fazendas, durante meses ou anos, por três principais razões: acredito que para pagar uma dívida ilegalmente atribuída a eles, por vezes de instrumentos de trabalho, alimentação, transporte, por estarem distantes da via de acesso mais próxima, o que faz com que seja impossível qualquer fuga; ou por serem constantemente ameaçados por guardas que, no limite, lhes tiram a vida na tentativa de uma fuga. Então, comum é que sejam escravizados pela servidão da dívida, por dívida, pelo isolamento geográfico e pela ameaça às suas vidas.

É isso, Sr. Presidente, que caracteriza um pouco o trabalho escravo.

Então, era apenas para ajudar um pouco nessa reflexão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu estava concluindo o processo de discussão...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – O que a Senadora Ana Rita colocou como trabalho escravo, se o Ministério do Trabalho, o Ministério Público Federal ou a Polícia Federal entender que é assim, assinamos embaixo agora, está fechado. Só que não é o que os fiscais fazem quando vão às fazendas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos fechar o processo de discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Esse conceito que a Senadora Ana Rita trouxe é o que nós estamos trabalhando no Código Penal. O conceito está no projeto do Código Penal. É exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Paim, para arrematar, fica com V. Ex^a a palavra final da discussão dessa matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar, também, depois do Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu vou ser rápido, porque eu acho que o caminho aqui é da conciliação e do entendimento, e isso é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Fizemos um entendimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso é muito bom. Eu fui informado aqui, Sr. Presidente. Isso é sinal de que o Senado está ouvindo a voz das ruas, a exemplo do que fizemos ontem, Senador Pedro Taques. Eu acho correto que a gente vote. Vai haver uma comissão, vamos aprofundar o debate ali naquele

momento da regulamentação. Tenho certeza de que vamos construir um grande entendimento.

Eu não vou entrar no mérito. Eu gostaria apenas de avaliar a decisão que os senhores tomaram. É o entendimento. Em um tempo razoável. O que as ruas estão pedindo é isso.

O Senador Aloysio faz o relatório, a gente aprova, vamos a essa Comissão, da qual, oxalá, eu farei parte, e a gente vai para a regulamentação criando um grande entendimento. Todos ganham, o País ganha.

Parabéns, aqui, de forma atenciosa, à nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu serei bastante sucinto, até porque estou contemplado com o debate promovido pelos colegas. Eu creio que se aprofundou o tema e, certamente, nós estamos convictos de que há necessidade da constituição dessa comissão especialmente para definir o que é trabalho forçado, jornada exaustiva e condições degradantes de trabalho, já que a nossa legislação é insuficiente para essa definição.

Eu apenas pedi a palavra porque recebi aqui várias manifestações de entidades do Paraná, entre elas a Faep, e faço este registro dizendo que esta é uma decisão madura desta Comissão de propor essa comissão para aprofundar essa questão da legislação que defina o que é realmente trabalho escravo, trabalho exaustivo, enfim, o que falta à nossa legislação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a minha prerrogativa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a sua prerrogativa. Eu sou disciplinado ao Regimento e não posso deixar de lhe dar, Senador Aloysio, a palavra, que é sua prerrogativa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu quero dizer a toda a Comissão, com toda lealdade e a bem da verdade, que essa ideia de uma comissão para regulamentar esses dois aspectos da aplicação da lei, definição de trabalho escravo e também o procedimento, eu avantei essa sugestão à própria Ministra Maria do Rosário, quando ela me visitou, assim que fui designado Relator por V. Ex^a. Creio não estar cometendo nenhuma indiscrição ao dizer que pareceu a ela bastante razoável esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a fidelidade e a franqueza da sua exortação.

Senador José Agripino, eu não poderia deixar de ouvir V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Rapidamente, Sr. Presidente. Acho que é uma contribuição.

É muito claro que os movimentos da sociedade que estão em protesto nas ruas impuseram uma série de prioridades à agenda do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

Eu gostaria de que a proposta que V. Ex^a fez, que foi consensual porque as partes envolvidas concordaram, foi uma fórmula engenhosa de tratar um assunto que, na minha opinião, tem que ter a mesma prioridade dos assuntos que estão tendo a prioridade acrescida pelos movimentos da rua, a mesma coisa se dê com esse assunto que se impõe.

Agora, para solução do problema – e aí vai o meu apelo –, peço o envolvimento pessoal de V. Ex^a, no contato com os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para que a Comissão aqui proposta aconteça e aconteça breve e rapidamente, para que possamos esvaziar esse assunto, que está pronto, está no forno para ser resolvido, porque o entendimento está feito. O que é preciso são apenas providências de ordem processual dentro do Congresso. E isso acontecerá na medida em que V. Ex^a se envolva pessoalmente na administração da Câmara e do Senado. É a proposta que faço a V. Ex^a, cumprimentando-o pela condução do encaminhamento do problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a. Tenho essa missão encaminhada por esta Comissão, por todos os meus pares quando, de forma consensual, admitiram que essa seria a solução. Já recebi do Senador Renan Calheiros a aprovação dessa solução e devo estar com o Presidente da Câmara dos Deputados para encaminharmos também, e com prazo fixo e determinado, na forma do art. 142, Senador José Agripino. Tomo essa tarefa como mais uma missão, com a opinião abalizada, sincera e competente de V. Ex^a.

Senhoras e senhores, encerrado o processo de discussão.

Em votação o relatório favorável à proposta do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Quero cumprimentar o Senador Aloysio e espero que todos conheçam do relatório. É um relatório longo, mas muito bom.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade. *(Palmas.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável da Comissão. A matéria vai a plenário.

Aprovado, por unanimidade.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Blairo Maggi, depois o Senador Rodrigo Rollemberg para irmos ao item 1 da pauta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar o Senador Aloysio pelo relatório, que eu li duas ou três vezes, muito bem fundamentado. Tem total segurança o que ele propôs no relatório, resgatou todas as discussões desde a Câmara, fez algumas inconfiáveis dentro do relatório, mas foi importante. Aliás, até criou um novo padrão para relatórios daqui para frente.

Parabéns, Senador Aloysio, pela dedicação. Também cumprimento V. Ex^a, Senador Vital, Presidente da Comissão, pela condução e, principalmente, por ter assumido o compromisso de levarmos adiante esse assunto e não deixar morrer na praia como estávamos prevendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem só por uma questão de justiça...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... eu quero aqui render minhas homenagens ao Senador Ademir Andrade, do PSB, que apresentou essa proposta 14 anos atrás. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito bem, Senador Paim. Faça-se justiça à história desse Legislativo, ao Senador Ademir Andrade. Senador Rollemberg, podemos ir ao item 1?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Podemos.

Eu quero agradecer, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senhores da Contag, parabéns! Fiquem à vontade. Sejam bem-vindos a esta Comissão. Sempre que queiram a Comissão está de portas abertas.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu quero agradecer, Sr. Presidente, e quero apelar aos nobres Senadores desta Comissão que permaneçam mais um pouco, já que esse tema é terminativo e nós precisaremos do voto de pelo menos 14 Senadores.

Sr. Presidente, o relatório desta Comissão, deste Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deixe-me passar o item 1, Senador.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 74, de 2010

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.*

Autoria do Projeto: Senador Marconi Perillo.

Relatoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 19/06/2013, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 74, de 2010, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

- Em 26/06/2013 foram recebidas as Emendas nºs 1 e 9, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

- Em 26/06/2013 foram recebidas as Emendas nºs 2 a 8, de autoria do Senador Valdir Raupp.

O Relator está com a palavra para analisar as Emendas nºs 1 a 9.

Em 27 de junho, o Senador Raupp retira as emendas nºs 2 a 8. Então, o Senador Raupp retirou. Fica apenas, para análise, a Emenda nº 1 e a Emenda nº 9, do Senador Aloysio Nunes, e a Emenda nº 12, do Senador Valdir Raupp.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É terminativa a matéria.

Peço aos Srs. Senadores que não se dispersem.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, serei muito objetivo em função do horário e em função de que o projeto é terminativo. Quero dizer que nós buscamos construir um entendimento com diversos Senadores que trouxeram sugestões a este projeto. Portanto, Sr. Presidente, vou direto ao voto.

Análise das Emendas.

Eu acolho a Emenda nº 9, do Senador Aloysio Nunes Ferreira – peço a atenção do Plenário –, que suprime o §1º do art. 61 do Projeto de Lei do Senado

nº 74, de 2010, remunerando-se os demais e tornando prejudicada a Emenda nº 1, do mesmo Senador Aloysio Nunes.

Acolho a Emenda nº 10, do Senador Valdir Raupp, que diz que, no caso do Inciso II do *caput* desse artigo: “A instituição organizadora do concurso será selecionada mediante licitação nos termos do art. 46 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, admitidas as hipóteses de dispensas previstas no art. 24 daquela lei.”

Acolho também a Emenda nº 11, do Senador Valdir Raupp, que diz – apenas fazendo uma correção, ele se refere ao §3º e, como já existe o §3º, eu o estou reenumerando para §4º do art. 21 –: “Aos candidatos que, em razão de credo religioso, não puderem fazer as provas nas datas e horários estabelecidos, será oferecida a realização em horário compatível com sua fé, devendo o órgão ou entidade executora garantir o sigilo das provas.” Isso já existe no Enem, é uma prática.

A Emenda nº 12 eu também acolho, do Senador Valdir Raupp, que diz – §3º do art. 43, substitutivo ao PLS 74 –: “As provas objetivas e discursivas terão caráter eliminatório e classificatório; a prova oral terá caráter meramente classificatório.”

São essas as emendas, fruto de um grande entendimento. Entendo que é um grande avanço termos uma lei que regulamente os concursos no âmbito federal, por isso peço a aprovação dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação.

A votação será nominal.

Iniciamos o processo de votação.

Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Senadora Ana Rita, como vota V. Ex^a? *(Pausa.)*

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques? *(Pausa.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aníbal Diniz. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares, sim.

Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy? *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Francisco Dornelles. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, com os cumprimentos ao Relator, meu voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio. Voto conhecido.

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Magno Malta. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Rodrigues. *(Pausa.)*

Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Senador Rodrigo Rollemberg. Voto conhecido, autor do projeto.

Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o autor e com o Relator.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) –

Com o Relator, Sr. Presidente.

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador Requião. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Clésio Andrade. *(Pausa.)*

Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Com o Relator.

Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) –

Com o Relator, parabenizando efusivamente o autor da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Com o Relator e autor.

Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Com o Relator.

Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Senador Paulo Bauer. *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, cumprimentando-o pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Com o Relator, cumprimentando-o pelo trabalho.

Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Aprovado o substitutivo no turno suplementar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Com o Relator, Senador Eduardo Suplicy.

Consulta V. Ex^{as}, antes dos aplausos, se podemos repetir a votação na votação das emendas. *(Pausa.)*

Podemos, sim, repetir a votação para as emendas.

Então, aprovado, e agora os aplausos. *(Palmas.)*

A matéria vai ao Plenário.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem. Senadora Lídice da Mata aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Apenas, além de parabenizar o Senador Rodrigo Rol-

lemberg, Sr. Presidente, eu queria pedir licença a V. Ex^a, porque nós estamos em votação na Comissão de Relações Exteriores ao mesmo tempo, votando dois embaixadores. Queria também convidar os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Relações Exteriores para irem lá votar e voltar, se for possível.

Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, pela ordem mesmo.

Quero primeiro cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg. Segundo, Sr. Presidente, falo pela ordem mesmo, e preciso da atenção de V. Ex^a, porque entendo que é um assunto delicado.

Sr. Presidente, milhões e milhões de jovens estão nas ruas. Essa juventude que está nas ruas ficou perplexa, e alguns deles me procuraram na semana passada, porque tinham entendido que o Estatuto da Juventude, que esta Casa votou por unanimidade, mediante acordo, estaria já na Câmara dos Deputados. Perplexos, procuraram-me nesta semana, e nós fomos dialogar. Estive com o Senador Renan Calheiros, e soubemos que o Estatuto da Juventude voltou para esta Comissão.

Sr. Presidente, a proposta do Senador Renan Calheiros, que está sendo aplaudida em todo o País – milhares e milhares de internautas, para não dizer milhões, estão tuitando, entrando e apoiando essa proposta –, é unanimidade em nível nacional. Qual é a proposta do Senador Renan Calheiros, à qual todos nós, entendo, somos simpáticos e que defendemos? É garantir o passe livre para os estudantes. O Estatuto da Juventude, na verdade, garante duas vagas. Só duas! E retornou para cá.

Então, o que eu queria de V. Ex^a, Sr. Presidente... Claro que aqui não estou propondo, em hipótese alguma, que a gente tenha uma posição de atropelar este ou aquele setor. Houve o recurso para cá, por uma questão de procedimento de votação, segundo me alegaram, e agora ele tem de voltar para cá e tem de voltar para o Plenário e ser encaminhado à Câmara dos Deputados.

Então, este é o apelo que faço a V. Ex^a – oxalá, se fosse esse o entendimento –: incorporar o projeto do Renan aqui já, sem prejuízo de que tramite, inclusive, com o apoio, tenho certeza, de milhões de pessoas. Como eu sei que dificilmente ele vai ser inserido no Estatuto, vamos permitir pelo menos que o Estatuto vá

para a Câmara e seja debatido lá. E vamos trabalhar em cima do projeto do Senador Renan, para aprovação o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar V. Ex^a e cumprimentar o Senador Renan pelo projeto do passe livre para os estudantes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu peço à Secretaria para tomar as providências acerca da matéria que vem em forma de recurso para esta Comissão, para que a Presidência possa, rapidamente, tomar as providências.

Senador Valadares e, depois, Senador Rollemberg.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, é somente para eu tirar uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pois não, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a, por acaso, como Presidente desta Comissão, foi avisado de que domingo teríamos uma sessão plenária do Senado Federal?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Domingo?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com essa assiduidade avassaladora do Senado Federal, só está faltando uma convocação para as 16 horas do próximo domingo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não recebi essa convocação não, Senador. (Risos.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, muito obrigado pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nós é que lhe agradecemos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a tem autonomia para convocar a Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não, mas, no domingo, não haveremos de convocar.

Senador Rollemberg, parabéns pela matéria, pelo relatório, pelo esforço. Eu dividi com V. Ex^a a ansiedade de ver pautada essa matéria. E imagino a alegria de V. Ex^a, porque Brasília representa o epicentro, o núcleo mais importante do País na construção das esperanças e sonhos de tantos milhões e milhões de estudantes brasileiros que querem um lugar ao sol em suas carreiras.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a atendeu tantos apelos, não apenas de brasileiros e brasilienses, mas de todos os grandes homens e mulheres desta Nação.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Presidente, eu quero, em primeiro lugar, agradecer a V. Ex^a, que, desde o primeiro momento, demonstrou um grande compromisso com essa matéria, pautando-a em primeiro lugar, na frente de outras matérias, porque compreendeu o alcance.

Nós tivemos um grande avanço, na Constituição de 1988, ao definir o concurso público como forma de acesso ao serviço público, mas, até hoje, milhares de concursandos que se preparam, buscando ingressar no serviço público, muitas vezes, ficam a mercê de regras autoritárias e arbitrárias dos editais ou das bancas examinadoras. Precisávamos ter uma lei que regulamentasse os concursos no âmbito da Administração Pública federal. E isso a Comissão de Constituição e Justiça está fazendo, a partir de uma iniciativa do ex-Senador Marconi Perillo, que nós transformamos em substitutivo, depois de ouvir representantes do Governo Federal, representantes das entidades realizadoras de concursos, como o Cespe, aqui do Distrito Federal, de entidades formadoras de concursandos para a participação nesses concursos e de entidades representativas dos concursandos. E buscamos construir um grande entendimento. Acabamos excluindo um parágrafo que já faz parte de jurisprudência firmada pelo Supremo, portanto, prevalece, neste momento, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Quero agradecer a compreensão de todos os Líderes partidários e informar que o projeto é terminativo. Sendo terminativo, ele agora vai à Câmara dos Deputados, imediatamente. Certamente, estamos dando um passo importante na moralização da realização dos concursos públicos no Brasil.

E quero registrar, Presidente, com muita alegria, que este é o primeiro projeto que eu aprovo na condição de avô, porque passei a ser avô nesta madrugada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Rodrigo. Parabéns.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só falta pedir uma vaga de concurso para o neto, viu?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Só falta pedir uma vaga.

Com a palavra, o Senador Wellington. E, por fim, o Senador Randolfe.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sei bem breve, Sr. Presidente, mas também não poderia deixar de parabenizar V. Ex^a e o Senador Rollemberg. Acompanhei atentamente. Aliás, quando aqui cheguei, um dos primeiros projetos que foi absorvido, na ideia, foi esse dos concursos, pois houve muitos problemas com concursos. Primeiro, devo dizer ao Senador Rollemberg, que houve muitos conflitos na interpretação pelo próprio Judiciário. Muitas vezes, faz-se um concurso, estabelece-se um número de vagas, definem-se classificados, além dos aprovados, e fica o conflito: é obrigado a chamar o quê? A lista de vagas oferecidas? E há situações em que se faz um concurso que, daqui a pouco, é anulado com toda facilidade. Enfim, situações diversas. Muitas vezes, o governo estanca. Foi feito um concurso, divulga-se o resultado e, em seguida, alegando situação financeira, suspendem os chamamentos. Na suspensão, vence o concurso. E veja que situação! Fica uma situação de enganação.

Então, eu quero aqui parabenizar pela aprovação e dizer que é uma matéria muito importante. Espero que a Câmara a trate também com a mesma prioridade e agilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não há mais matérias a serem tratadas no dia de hoje.

Agradeço a presença dos senhores.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Moka, já estamos com a matéria de V. Ex^a, que trata da hepatite, para a próxima reunião. Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg pela aprovação do projeto e pela condição de avô. Eu posso cumprimentá-lo de cátedra, porque também cumpro a condição desse substantivo do português que não existe, de “avoísmo”, e sei o quanto é boa essa condição de “avoísmo” precoce. Então, quero cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg.

Sr. Presidente, queria fazer coro nessa questão de ordem apresentada pelo Senador Paim. Existe, na verdade, uma questão de ordem apresentada em plenário pelo Senador, salvo melhor juízo, Clésio Andrade. Essa questão de ordem é sobre a votação de um dos destaques para votação em separado de uma das emendas, que diz respeito à meia passagem no Estatuto da Juventude. Eu acredito, Sr. Presidente, que

é necessário ser designado o relator o quanto antes, por parte desta Comissão de Constituição e Justiça, para essa questão de ordem, para isso ser resolvido.

Os últimos sete, nove dias foram intensos para a história brasileira. E estes últimos sete, nove dias foram produzidos, em especial, pela juventude brasileira, por uma geração de quinze a dezenove anos, que é efetivamente essa geração que, hegemonicamente, tem ocupado as ruas do País. Nada mais adequado, Sr. Presidente, do que nós resolvermos o Estatuto da Juventude, solucionando essa questão de ordem, seja qual for o seu desenlace.

Então, considero fundamental resolvermos essa questão de ordem, o quanto antes, aqui nesta Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu já pedi o processado, para tomar as providências cabíveis, Senador Randolfe, porque entendo a necessidade da urgência ante a voz das ruas. E principalmente, como colocou o Senador Paim, porque a manifestação do Congresso Nacional no curso da ideia de um movimento de passe livre para os estudantes casa muito bem com a iniciativa do Estatuto da Juventude, quando concedeu passe livre para os estudantes, não para todos os estudantes, mas para alguns.

A matéria teve uma decisão que foi submetida a um recurso. Chega a esta Comissão e mandei tomar o processado.

Nada mais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, se V. Ex^a me permite, na reunião de Líderes nesta semana, foi definido um conjunto de matérias a serem votadas.

Iniciamos a apreciação ontem, no plenário da Casa, com a votação do projeto do Senador Pedro Taques de tornar corrupção crime hediondo, de um conjunto de matérias que será votado, como *royalties* para educação, PNE, dentre outras, até semana que vem, e a ampla maioria passará aqui por esta Comissão. Dentre essas matérias, será votado o projeto, também de iniciativa do Senador Pedro Taques, que estende a ficha limpa para os cargos em comissão dos servidores públicos da Administração Pública.

Existe também um projeto de resolução de minha autoria que estende também a ficha limpa para todos os servidores do Senado da República. Esse projeto já está aqui na Comissão de Constituição e Justiça, foi designado Relator o Senador Inácio Arruda e consta que já há relatório pronto para pauta. Então, eu queria solicitar a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Posso interromper V. Ex^a?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL

– AP) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Determino à Secretaria a inclusão em pauta na próxima reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL

– AP) – Pronto, Presidente! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Nada mais havendo a tratar, tenham todos um bom dia e fiquem com Deus.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 43 minutos e suspensa às 13 horas do dia 26/06/2013, a reunião é reaberta às 09 horas e encerrada às 11 horas e 09 minutos do dia 27/06/2013.)

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos, do dia primeiro de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Pimentel, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Antonio Carlos Rodrigues, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Roberto Requião, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena, Paulo Bauer, Vicentinho Alves e da Senadora Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Magno Malta e a Senadora Ana Rita. Justifica a ausência o Senador Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador José Pimentel) declara aberta a Reunião. A Presidência registra a presença do Senhor Evandro Pertence, Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Distrito Federal, e da Senhora Candice Lavocat Galvão Jobim, Juíza Federal e Presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública. Assunto / Finalidade:** Instruir as PECs nº 13, 32, 70 e 97 de 2007; 6, 30 e 34 de 2008; 16 de 2011; 21 de 2012 e 3 de 2013, com o tema: limite de idade para a aposentadoria compul-

sória dos servidores públicos. **Requerimentos de realização de audiência:** RQJ 26/2013, de autoria do Senador José Pimentel e RQJ 28/2013, de autoria do Senador Pedro Taques. **Reunião destinada a instruir as seguintes matérias:** PEC 13/2007, Senador Alvaro Dias e outros; PEC 32/2007, Senador Mozarildo Cavalcanti e outros; PEC 70/2007, Senador Alvaro Dias e outros; PEC 97/2007, Senador Renato Casagrande e outros; PEC 6/2008, Senador Pedro Simon e outros; PEC 30/2008, Senador Lobão Filho; PEC 34/2008, Senador Alvaro Dias e outros; PEC 16/2011, Senadora Ana Amélia e outros; PEC 21/2012, Senador Antonio Carlos Valadares e outros; e PEC 3/2013, Senador Fernando Collor e outros. **Participantes:** **Afonso Arantes de Paula**, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Seccional Distrito Federal, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; **Henrique Nelson Calandra**, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, representante da Associação dos Magistrados Brasileiros; **Nino Oliveira Toldo**, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE, representante da Associação dos Juizes Federais do Brasil; **Paulo Luiz Schmidt**, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; e **Daniela de Moraes do Monte Varandas**, Presidenta em Exercício da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT, representante do Presidente da ANPT, Senhor Carlos Eduardo de Azevedo. **Resultado:** Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quinze horas e dezoito minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador José Pimentel) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **José Pimentel**, Presidente em Exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir as PECs nºs 13, 32, 70 e 97, de 2007; 6, 30 e 34, de 2008; 16, de 2011; 21, de 2012; e 3, de 2013, com o tema: limite de idade para

a aposentadoria compulsória dos servidores públicos, conforme os Requerimentos nºs 26 e 28, de 2013, da Comissão de Constituição e Justiça, de iniciativa dos Senadores José Pimentel e Pedro Taques.

Convido para compor a mesa o Sr. Afonso Henrique Arantes de Paula, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Distrito Federal, representante do Presidente da OAB, Sr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

Por gentileza, Dr. Afonso. *(Pausa.)*

Convido o Dr. Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). *(Pausa.)*

Convido o Dr. Nino Oliveira Toldo, Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). *(Pausa.)*

Convido o Dr. Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). *(Pausa.)*

Convido a Dr^a Daniela de Moraes do Monte Varandas, Presidente em exercício da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, representante do Presidente da ANPT, Sr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima. *(Pausa.)*

Composta a mesa com nossos convidados. O nosso Presidente Senador Vital do Rêgo está chegando e nos pediu que fôssemos iniciando esta audiência pública, que embora tenha várias propostas de emendas à Constituição com temas diferenciados, destina-se principalmente à questão da idade de aposentadoria, a chamada compulsória aos 70 anos. Nada impede que o expositor queira abordar qualquer outro tema, mas o objetivo principal nosso nessa audiência pública é discutir a questão da ampliação da data limite da aposentadoria compulsória, que se dá aos 70 anos.

Na verdade, desse conjunto de emendas à Constituição aqui acostadas, três delas tratam desse tema: a PEC nº 6, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon, que propõe a sua extensão para os 75 anos de idade; a PEC nº 21, de 2012, do Senador Antonio Carlos Valadares, que propõe que o presidente de uma corte que completa os seus 70 anos de idade seja prorrogado até completar o seu mandato; e a PEC 3, de 2013, do Senador Fernando Collor, que apresenta a compulsória aos 75 anos e permite a espontânea aos 70 anos – hoje já é assim. Na verdade, o que chama a atenção mesmo é a compulsória aos 75 anos.

Quero também registrar as presenças do Dr. Evandro Pertence, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Distrito Federal. Seja bem-vindo.

Registro a presença da Dr^a Candice Lavocat Galvão Jobim, Juíza Federal e Presidente da Associação

dos Juízes Federais da 1^a Região. Seja bem-vinda, assim como todos os demais aqui presentes.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelações.

Com a palavra o Sr. Afonso Arantes de Paula.

O SR. AFONSO ARANTES DE PAULA – Boa tarde a todos. É uma honra estar aqui na CCJ.

Sobre a questão da aposentadoria compulsória, do ponto de vista da constitucionalidade, não vemos, pelo menos nos estudos que fizemos, nenhuma inconstitucionalidade na proposta.

Seria uma decisão política, porém a nossa posição com relação a essa ampliação é de que os 70 anos hoje já configuram uma idade bastante razoável para aposentadoria compulsória dos juízes em geral. Algumas PECs tratam só da questão de mandato de presidente de tribunal, mas outras tentam avançar esses 75 anos para todos os servidores públicos.

Parece-me que os 70 anos ainda são bastante adequados e há um ponto de vista positivo que é a troca de cargos, a oxigenação dos tribunais. Então vislumbramos como possível juridicamente, mas entendemos que seria mais razoável permanecer como estamos.

Agradecendo a oportunidade, vou passar a palavra aos demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra, o Dr. Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA – Senador José Pimentel que preside neste momento a CCJ do Senado; Nino Toldo, Presidente da Ajufe; Paulo Schmidt, representante da Anamatra; Daniela de Moraes do Monte Varandas, Presidente em exercício da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, representando o Presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima; povo brasileiro, meus colegas que integram esse plenário, esse tema do limite de idade de aposentadoria para magistrados é um tema que já vem sendo debatido a largos anos no seio da magistratura.

Eu queria passar ao Presidente desta reunião o trabalho realizado pela AMB no campo do direito comparado e a pesquisa feita em relação ao nosso sistema, que nos traz a conveniência da manutenção do limite atual de 70 anos de idade para a aposentadoria.

Casualmente, eu que este ano completo 32, virando a página de 33 anos de magistratura, e no próximo dia 16, 68 anos de idade, 56 anos de trabalho, acho que posso falar com base na minha própria experiência. Talvez tivesse motivos até pessoais para vir aqui falar que seria conveniente ampliar o limite de idade, mas ao longo do tempo nós vamos sentindo, adqui-

rindo a experiência, a necessidade da renovação nos tribunais. E é por isso que a AMB, a Ajufe, a Anamatra, historicamente, se posicionaram contra a ampliação do limite de idade.

A magistratura brasileira começa, nos patamares iniciais da carreira, aos 25, aos 26 anos – modernamente, um pouco mais que 25 anos, mas, tradicionalmente, aos 25 anos. Portanto, a permanência durante 45 anos a serviço do Poder Público e do Poder Judiciário revela-se já um tempo mais do que suficiente para termos o direito à aposentadoria integral e retirarmo-nos para desfrutar um bocadinho daquela quantidade de vida que nos resta, porque, na verdade, a vida de um juiz modernamente e já em tempos históricos é trabalhar de segunda a domingo, sem folga. As férias, em regra, são férias trabalhosas, porque a única maneira de parar a distribuição é saindo de férias, mas tudo aquilo que já se recebeu não pode ser devolvido. Nós temos que atender às metas do CNJ, aos anseios da sociedade, mas, às vezes, não é possível fazer isso em tempo normal. Portanto, o desgaste que nós sofremos ao longo do tempo é brutal, embora a experiência aumente com o passar do tempo.

Então, o nosso posicionamento é contrário à ampliação do limite de idade, especialmente num momento como esse, em que a população vai às ruas reclamar mudanças substanciais no comportamento e na direção política do País. Eu acho que esse é o momento de nós não tocarmos em garantias, em prerrogativas em relação ao que está estabelecido há longos anos.

Se é verdade que a vida humana passa a ter maior duração em razão da Medicina, em razão dos estudos, é verdade que ainda não inventaram remédio para um desgaste brutal como esse que nós sofremos ao longo de tantos anos, 45 anos de trabalho – poucos trabalhadores enfrentam isso.

Eu queria, Senador, trazer, juntamente com meus colegas, a esta importante Comissão do Senado brasileiro a reivindicação da magistratura de devolução para a classe da aposentadoria integral para os magistrados do século XXI, porque os nossos colegas que agora ingressam na magistratura serão a única categoria de trabalhadores no País a pagar contribuição previdenciária sobre a totalidade dos seus ganhos e a se aposentar depois de toda uma vida de trabalho com dez salários mínimos. De sorte que é uma verdadeira contradição.

É por isso que a AMB, sempre irmanada com as demais associações, encaminhou ao Senado uma PEC que restabelece a paridade entre a aposentadoria e os proventos para a aposentadoria dos magistrados do século XXI.

Eu li com atenção e com muito respeito a emenda apresentada pelo Senador Collor. Parece que isso coincide com algumas outras opiniões importantes de pessoas que entendem que é possível temporizar, dar um limite temporal mais estreito para os Ministros do Supremo, ou seja, haveria uma temporariedade nas funções do Supremo. E eu vejo nisso um erro fundamental.

O princípio da vitaliciedade é o mais importante do sistema judicial brasileiro, e, se quebrado esse princípio, nós vamos viver o que viveu a Costa Rica recentemente: certos embates entre o Poder Público e o Poder Judiciário. Na Costa Rica, semanas atrás, um ministro da Suprema Corte foi recusado porque procedeu a veredictos contra o Poder Executivo. Imaginem, no Brasil, com a competência criminal do Supremo, o que aconteceria se Ministros do Supremo, para serem reconduzidos, dependessem de um critério político para essa recondução! O princípio da vitaliciedade é o princípio que não pode ser tocado. Ainda agora há outra PEC em tramitação no Senado que pretende quebrar a vitaliciedade. Juízes seriam a única categoria de servidores que poderia ser demitida com um simples processo administrativo.

Senador Pimentel, o processo administrativo, embora o Constituinte diga que deve haver o contraditório, é um processo quase inquisitorial; não é um processo onde há defesa plena. De sorte que, se nós demitirmos um juiz, pura e simplesmente, embarcando na manchete de que o juiz aposentado compulsoriamente recebe um prêmio, nós vamos destruir um sistema de garantias. Quem é juiz sabe. Eu fui corregedor de tribunal, participei de uma equipe de corregedoria, e nós já demitimos juízes, mas com processo criminal e condenação criminal – é assim que o juiz brasileiro perde o cargo. Se ele comete um desvario, se ele comete uma infração penal, a condenação criminal vai implicar perda de cargo e perda até da aposentadoria. E mais: é a única categoria de servidores no País que está sujeita, mesmo tendo contribuído durante todo o tempo necessário para adquirir um benefício, a perder o cargo por uma condenação criminal. Magistrado brasileiro é o único protagonista de poder neste País que não pode ter ficha suja, que não pode cometer nenhum desvario. Qualquer infração de ordem ética, qualquer infração de ordem financeira por parte do magistrado faz perder a sua credibilidade, faz ingressar no campo da violação do Estatuto da Magistratura, está sujeito a ser aposentado compulsoriamente e está sujeito a um processo criminal em que perde o cargo e a aposentadoria.

Portanto, ao apresentarem no Congresso esse novo projeto, que pretende abolir a aposentadoria compulsória falando em demissão no processo admi-

nistrativo, nós estamos, na verdade, Senador, dando uma marcha ré, um retrocesso em todas as conquistas que não são da magistratura. Na verdade, essas conquistas são do povo brasileiro, porque, onde houver uma magistratura atemorizada, onde houver uma magistratura que não tenha independência... Falo isso porque fui, por duas vezes, Vice-Presidente da União Internacional de Magistrados. Qual o tesouro que nós buscávamos? Nós buscávamos juízes independentes como única forma de garantir vida democrática plena em qualquer país, e são mais de cem países em cinco continentes. Esse é o tesouro que nós buscávamos.

E, relativamente à Emenda 21, que pretende dar uma sobrevida àqueles que estão no momento ocupando o cargo de presidente de uma determinada instituição para que, até o final do mandato, possam permanecer no cargo, essa é uma questão que também vai quebrar o mesmo princípio. Mas, se a Corte, de certo modo, elegeu aquele magistrado para dirigi-la por um período de dois anos, nós já tivemos até uma discussão jurídica sobre se é possível considerar prolongado o período de permanência pelo tempo do mandato outorgado ao ocupante daquele cargo.

Eu penso que tudo isso deve passar por outro tema. Nós também estamos unidos em torno da defesa deste outro tema: a eleição direta para os presidentes dos tribunais. Ou seja, cabe a nós, juízes... Imagine, Senador: um juiz que pode impor uma condenação, por vários anos, de detenção, de prisão, que pode determinar a perda de patrimônio, mas não pode eleger o presidente do tribunal! Atualmente, apenas 17% da magistratura é quem vota para eleger o dirigente de cada corte regional, seja ela estadual, federal ou do trabalho, e isso rompe com o princípio da democratização plena que inspira o legislador constituinte quando diz que deve haver transparência, mas deve haver também participação da magistratura de primeiro grau na eleição dos dirigentes.

Então, para concordarmos com esse prolongamento de um mandato de alguém eleito para a presidência, haveria a necessidade de que, antes disso, houvesse uma democratização plena na escolha do presidente de cada corte. Porque aí, então, poderíamos falar que, ungido por uma gestão eficiente, ungido por um projeto construído para toda a categoria, alguém poderia ser guindado a permanecer por maior tempo.

Nós, AMB, Anamatra e Ajufe, questionamos até a reforma da Previdência porque entendemos que ela se mostra inconstitucional diante do primado da vitaliciedade e da irredutibilidade de vencimentos. E vou lhe passar, para concluir e não ocupar mais o tempo da Comissão e dos nossos participantes, Presidente, um retrato rápido do quadro da magistratura. Nós

perdemos, no ano passado, 538 magistrados; muitos se aposentaram precocemente, desgostosos com a impossibilidade de progredir na carreira, desgostosos com esse sistema que não elege o presidente, e 4 mil cargos vagos de magistrados existem em todo o País. Esse é o número divulgado pelo CNJ.

Portanto, Presidente, para que nós possamos falar em ampliação de idade para aposentadoria, nós teríamos que negar esperança a todos aqueles que ingressam na carreira no dia de hoje; mais ainda, nós precisamos democratizar a gestão para poder falar em prolongar o mandato de alguém que não foi eleito por toda a categoria. Portanto, esse projeto que a Frente Parlamentar capitaneada pela AMB – e o Senador Suplicy aqui ouvindo os nossos queixumes também apresentou uma emenda nesse sentido – só poderia ir adiante com essa previsão.

(Soa a campanha.)

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA – E quebrar a vitaliciedade é sentença de morte para a democracia brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu que agradeço.

Com a palavra, o Dr. Nino Oliveira Toldo, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

O SR. NINO OLIVEIRA TOLDO – Sr. Senador José Pimentel, que preside esta reunião, meus colegas Nelson Calandra, Paulo Schmidt, Dr. Afonso, Dr^a Paula, minha colega Candice, Presidente da Ajufer, Dr. Fabrício, Dr. Evandro, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, fui convidado na condição de Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) a participar desta audiência pública, que tem por finalidade discutir o tema Limite de Idade para Aposentadoria Compulsória dos Servidores Públicos e a ele procurarei me restringir.

O convite foi formulado por recolhimento de S. Ex^a, Senador José Pimentel, e subscrito pelo Ex^{mo} Sr. Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa Legislativa. A eles o meu agradecimento pela oportunidade de, em nome da Ajufe e em nome dos magistrados federais brasileiros, pronunciar-me sobre tema tão relevante.

A idade para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos não é tema novo, sendo objeto de diversas propostas de emenda à Constituição, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados. Nesta Casa, foi aprovada, por exemplo, a PEC nº 42, de 2003, de autoria do Senador Pedro Simon, que, na Câmara dos Deputados tramita sob o nº 457, de 2005, e encontra-se pronta para ser votada em plenário.

A posição história da Ajufe a respeito da idade para aposentadoria compulsória tem sido externada periodicamente em razão dessas PECs por meio de notas técnicas apresentadas ao Parlamento, muitas delas subscritas em conjunto com outras associações de classe da magistratura – AMB e Anamatra, principalmente. Entendemos que, não obstante o reconhecimento do expressivo e positivo aumento da expectativa de vida dos cidadãos brasileiros, a elevação da idade para aposentadoria compulsória no serviço público, particularmente na magistratura, contraria o interesse público pelas seguintes razões:

1 – a tendência de estagnação da jurisprudência dos tribunais. A periódica renovação dos quadros da magistratura nos tribunais contribui para a constante renovação das decisões revisoras, o que tenderia a estagnar-se caso os magistrados permanecessem mais tempo na carreira.

2 – estagnação ou engessamento da carreira. A elevação da idade para aposentadoria compulsória impede a ascensão funcional dentro da magistratura, o que contraria o interesse público, na medida em que ocasiona o aumento do desânimo dos magistrados com sua carreira, fenômeno que vem causando grande preocupação, como destacou aqui o Desembargador Calandra.

3 – possibilidade de aumento das despesas com previdência. Como decorrência do desalento em relação à carreira ante a impossibilidade de ascensão funcional, magistrados experientes com anos de dedicação à magistratura e, conseqüentemente, ao serviço público precipitarão suas aposentadorias.

4 – obstáculos ao desenvolvimento gerencial dos órgãos do Poder Judiciário. O alongamento em mais cinco anos do exercício da carreira impediria a renovação da administração nos tribunais.

Dessa ordem de preocupações, Senador, a que mais chama a atenção é a da estagnação da carreira, com implicações nas aposentadorias precoces de magistrados experientes, assim como, na outra ponta, do desinteresse pelo ingresso na magistratura. Com efeito, se a carreira não for minimamente atraente, com possibilidade de ascensão funcional, juízes antigos se sentirão desmotivados e findarão por dela se desligarem-se, enquanto não se conseguirá atrair pessoas com mínima experiência para ingressarem na magistratura, já que por ela não se sentirão atraídas. Os jovens que ingressarem na magistratura em pouco tempo sentirão a frustração decorrente da dificuldade de progresso na carreira e da falta de perspectiva para o futuro. Serão magistrados desestimulados.

Senhoras e senhores, esse fenômeno já vem ocorrendo, Senador José Pimentel. A magistratura

brasileira, especialmente a da União, já não tem sido capaz de manter ou de atrair valores para os seus quadros. Eu poderia aqui enumerar diversas causas de desestímulo para quem integra tão importante carreira, mas não quero fugir do tema proposto e sobre o qual fui convidado a manifestar-me.

Aproveito esta oportunidade, no entanto, Senador, para conclamar os Senadores da República e os Deputados também a voltarem os olhos para o que vem ocorrendo com a magistratura brasileira. O Poder Judiciário tem seus problemas, é verdade, e não são poucos, mas não se pode deixar de considerar que muito tem sido feito para que esses problemas se resolvam. A Ajufe, assim como as demais entidades de classe da magistratura, tem contribuído seriamente para a busca de soluções para os problemas do Poder Judiciário, especialmente do acesso à justiça pelos cidadãos mais carentes.

É preciso, todavia, que se observe o que vem acontecendo com a magistratura da União há alguns anos: perda do sentido de carreira pela extinção do adicional por tempo de serviço; perda da aposentadoria integral pública, conforme aqui já destacado; concentração de poderes decisória nas instâncias superiores, com desprestígio para as decisões de primeiro e segundo grau, dentre outras coisas. A elevação da idade para aposentadoria compulsória dos magistrados nesse contexto apenas agrava a situação, não contribuindo significativamente para a melhora dos serviços judiciários no Brasil. Respeitamos, sem a menor sombra de dúvida, o quanto alguém com mais de 70 anos de idade pode produzir. Um dia, todos nós, se Deus permitir, teremos mais de 70 anos de idade e desejamos estar em condições físicas e mentais de ser úteis à sociedade. Contudo, se precisamos valorizar esse segmento da sociedade, que tem aumentado no País, também temos de ter preocupação com quem está no serviço público, especialmente em carreiras com vagas restritas, como é o caso da magistratura, e que também precisa ser valorizada. Também temos que nos preocupar com quem vai ingressar no mercado de trabalho, especialmente pelas portas do serviço público federal.

Em relação, Senador, às PECs mencionadas no seu requerimento, a posição da Ajufe é contrária a sua aprovação. Mas destacaria duas, apenas para um comentário: a PEC 21, de 2012, porque entendemos que ela é casuística, na medida em que busca a prorrogação do mandato de quem chegue à cúpula de tribunal. Não se justificaria a sua aprovação apenas em função de quem eventualmente ali esteja. Em segundo lugar, a PEC 3, de 2013, que é muito recente, do Senador Fernando Collor. Ela traz aqui, diria eu, quase

uma aberração porque aumenta a idade da aposentadoria voluntária, não só da compulsória. Propõe aqui que a aposentadoria dos magistrados – e apenas dos magistrados, num total descompasso com o princípio da isonomia –, com proventos integrais, será voluntária aos 70 anos. Por essa proposição, obriga-se que todos os magistrados fiquem no serviço público até os 70 anos de idade, o que é um fator altamente preocupante, até em razão daquilo que disse antes, do desestímulo que constitui hoje.

Atualmente, algo extremamente preocupante vem acontecendo com a magistratura. Eu até vou promover uma pesquisa para saber, dentro da magistratura federal, quantos juízes padecem, hoje, de algum tipo de transtorno emocional decorrente do trabalho, porque a situação de desestímulo verificada dentro da magistratura é impressionante. Por isso, volto aqui a fazer esse apelo para que os Parlamentares brasileiros atentem para o que vem acontecendo na magistratura. Nós precisamos parar, analisar e perguntar: que Judiciário queremos?

Eu tenho certeza, porque tenho conversado com o Sr. Presidente, que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil tem essa preocupação e tem também assim entendido que é preciso valorizar a magistratura. No contexto atual, Senador José Pimentel, a elevação da idade de aposentadoria compulsória não beneficia a sociedade. Ela prejudica a sociedade, na medida em que é um fator de maior desestímulo para a magistratura de carreira.

Portanto, a nossa posição. Agradeço, uma vez mais, a oportunidade de, na condição de Presidente da Ajufe, participar desta importante audiência pública. Cumpro à Ajufe, desse modo, Sr. Presidente, o seu papel de contribuir com o Senado da República para o aperfeiçoamento das instituições e pela defesa do Estado democrático de direito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Muito obrigado.

Com a palavra o Dr. Paulo Schmidt, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Por gentileza.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – Senador José Pimentel, agradeço, em nome da Anamatra, o convite. Gostaria que o senhor comunicasse, e fosse extensivo ao Presidente da Comissão, nosso amigo Vital do Rêgo.

Meus colegas de mesa, em primeiro lugar, eu gostaria de assinar embaixo da manifestação, tanto do Presidente da AMB, Calandra, quanto do Nino, da Ajufe. Efetivamente, eles circunstanciaram o problema em alguns aspectos. Isso, de certo modo, facilita até minha vida aqui, Senador. Eu vou tentar enfocar outros

pontos ou pegar outros enfoques, para tentar justificar nossa posição histórica, clara, transparente, de sermos contra a elevação da aposentadoria compulsória, da idade para a aposentadoria compulsória. Eu não vou nem comentar a questão do aumento da idade, agora é piso, para aposentadoria voluntária – apareceu na PEC 21, Senador. Isso atenta seriamente contra o sistema de garantias já instituído. Mas quero crer que, talvez, seja um equívoco ou um rigor interpretativo da nossa parte. Mas, efetivamente, a PEC 21 agrava seriamente a discussão que nós estamos aqui fazendo. Evidentemente, circunscrever esse problema, vamos dizer assim, à cúpula dos tribunais brasileiros é, de certa forma, circunscrever o problema ao ambiente onde ele tem interesse.

Eu não tenho notícias – pelo menos a Anamatra não tem notícias – de que a aposentadoria compulsória no serviço público, dos servidores, tenha como limite mais usualmente frequente a idade de 70 anos. No geral, os servidores públicos se aposentam antes, voluntariamente, pela implementação das condições para tanto. Mesmo no Poder Judiciário, os servidores não vão até a compulsória. Isso, notadamente, não acontece nos tribunais e também não acontece entre os juízes ou nos níveis inferiores da carreira, especialmente entre os juízes substitutos e os juízes titulares. Elevar a aposentadoria compulsória atende, vamos dizer assim, o interesse legítimo, enfim, de um público muito restrito, Senador.

Falar em economia para os cofres da Previdência com a ampliação da aposentadoria e da idade para a aposentadoria compulsória é um fator – e eu acho que o Senador, como ex-Ministro da Previdência, pode mais bem avaliar esse quadro – que estará circunscrito a um número muito restrito de magistrados que, talvez, não atinja 15% do universo dos 15 mil juízes no País. Os outros 85% não são atingidos, pelo menos na sua generalidade, por essa alteração.

Eu temo que, com a aprovação da elevação para 75, a reiteração e a generalização das aposentadorias voluntárias precocemente, agravando aquele número que o Desembargador Calandra já havia colocado, será um efeito quase que imediato, porque a falta de perspectivas na carreira é um dos fatores – e não o exclusivo nem o único – de antecipação das aposentadorias. O que corre paralela com a falta de perspectiva é a falta de progressão, inclusive, vinculada ao tempo de serviço, no que também eu já fui precedido, então não preciso nem enfocar esse aspecto.

Mas eu acho que a questão mais principal, mais importante desse conjunto argumentativo que a gente procura trazer para o Parlamento – aliás, Senador, me permite, um pouco da nossa vivência pessoal, os meus

mais de vinte anos de magistratura já me dão alguma bagagem e o fato de ter contato com o País inteiro, por já ter sido conselheiro do CNJ, me faz ver isto – é que a jurisprudência engessada, que é uma consequência, vamos dizer assim, da longevidade dos quadros integrantes do Poder Judiciário, esse desenvolvimento, esse aprimoramento está diretamente relacionado à alteração no quadro de composição dos tribunais.

Vamos pegar um exemplo do Supremo Tribunal Federal e comparemos o Supremo Tribunal Federal nesta década, da última década. Eu não tenho, pessoalmente, nenhuma dúvida de que julgamentos históricos importantes havidos na última década – demarcação de terras, pesquisa com células-tronco, união homoafetiva, e assim por diante –, eu não tenho dúvida nenhuma de que, se a composição do Supremo não tivesse sido renovada, especialmente em razão da compulsória aos 70, eu não tenho dúvida de que esses julgamentos não teriam acontecido. O País não teria dado esse salto qualitativo em direção a um futuro mais democrático, mais harmônico, em direção à civilidade.

Eu não tenho dúvida quanto a isso. Isso para mim é uma prova acabada de que a renovação dos quadros é absolutamente fundamental para a renovação da interpretação do direito, para aquilo na direção do que é efetivamente o anseio da sociedade.

Vou me pautar, Senador, também, pelo que disse, alguns anos atrás, o então Deputado Flávio Dino, ex-juiz federal, que hoje preside a Embratur. Dizia ele: São extremamente permeáveis as manifestações advindas da sociedade. O Supremo Tribunal Federal sofreu recentemente uma rápida mudança na composição, com efeitos bastante positivos. Ele estimulou então as associações ao bom debate e à busca de sintonia entre a vitaliciedade dos juízes e o princípio republicano da alternância do poder.

Acho que o Deputado foi muito feliz quando disse isso.

O Dr. Ciro Teixeira Correia, então presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, a propósito do que muitos parlamentares diziam, que a aposentadoria compulsória aos 70 anos retirava importantes cientistas dos quadros das instituições públicas brasileiras e das universidades, disse ele que não existe essa pressão da sociedade (não existia na época), para que a alteração para 75 anos fosse aprovada pelo Parlamento. Talvez, diz ele, isso venha dos cargos de direção do topo da carreira das universidades. Segundo ele, independe se a pessoa, o cientista, pesquisador, se ele é ativo ou não, funcionário. A pesquisa depende de credenciamento pelas instituições e pelas condições

de pós-graduação na universidade. O orientador não precisa sequer ser da própria instituição.

Naquela época nos pautamos muito em relação a essas manifestações, e que hoje, por incrível que pareça, tem uma grande atualidade.

Eu gostaria ainda de lembrar o que disse o Dr. Ophir Cavalcante, então presidente representando o Conselho Federal da Ordem: “Os advogados compõem o tripé da Justiça, e para nós (nós, advogados) é importante que haja oxigenação do Poder Judiciário – disse ele. Não interessa aos advogados a fossilização das instituições”. Palavras dele, textualmente estão aqui entre aspas.

De modo que eu não vejo, e aí com alguma preocupação, que o Senado da República tenha de atender a uma pauta emergencial, vamos dizer assim, ditada pelo clamor das ruas. Quando nós tratamos das instituições que já entre nós são quase seculares, de garantias da magistratura que, em outras palavras, garantem o Estado democrático de direito, que sem um juiz independente não há exercício livre e garantido dos direitos, eu não penso que o Senado, composto das pessoas mais brilhantes do Parlamento, experimentados, muitos deles ex-governadores, prefeitos, ex-ministros, ex-Presidentes da República, deixe se conduzir no debate de temas tão caros à sociedade brasileira, às instituições republicanas, que nós possamos nos sentir de alguma forma preocupados com o momento político que estamos vivendo.

Eu tenho confiança de que o Senado da República, atendendo a sua autonomia, a sua independência, vai examinar essas matérias postas, mas não vai perder, até pela garantia da experiência de seus membros, da sabedoria, deixar-se pautar por – vamos dizer assim – clamores momentâneos e que têm lá grandes méritos de trazer para a cena política temas que muitas vezes são relegados pelas instituições.

Nesse sentido, Senador, a Anamatra posiciona-se claramente pela manutenção do sistema como está hoje. E nós não achamos que vivemos num mundo maravilhoso. Há problemas, como há em todas as instituições, e os magistrados brasileiros, os Juízes do Trabalho são sempre os primeiros a estarem dispostos a corrigir naquilo que lhe for afeto.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Obrigado, Dr. Paulo Schmidt.

Com a palavra a Dr^a Daniela de Moraes do Monte Varandas, Presidente em exercício da Associação nacional dos procuradores do Trabalho (ANPT) e representando o Presidente da Associação, Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima.

A SR^a DANIELA DE MORAIS DO MONTE VARRANDAS – Boa tarde a todos!

Senador José Pimentel, eu gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa de requerer essa audiência pública. É muito importante esse momento em que o senhor pode colher todos os fundamentos das associações e entidades de classe.

Gostaria de cumprimentar meus colegas de Mesa e dizer da excelência desse trabalho, Desembargador Calandra, da Associação dos Magistrados do Brasil. Ela traz aqui, Senador, uma coisa muito interessante: o tempo médio de permanência dos ministros em cada um dos tribunais. E eu fiquei analisando aqui. No Supremo, a média é de 17 anos. Então, é um tempo longo. E o que a gente observa dessas proposições é que elas atendem muito aos interesses restritos dessa cúpula do Judiciário, ela não atende aos interesses de base da categoria como um todo.

Como bem já foi colocado aqui, a idade média de ingresso, tanto no Judiciário quanto no Ministério Público, é de 30 anos, 25 a 30 anos. Então, são muitos anos na carreira e muitas vezes sem perspectivas de ascensão. A nossa carreira é muito afunilada e essas pessoas podem nela ingressar e nunca virem a ser promovidas durante a carreira, passar 30 anos no mesmo cargo que ingressaram.

Acho que não atende também aos interesses do Ministério Público nem ao interesse público. Isso porque, sob o aspecto previdenciário, como foi bem colocado aqui, também não há vantagem, porque isso estimularia inclusive as aposentadorias voluntárias por tempo de contribuição. Então, não vejo aspecto positivo algum. A estagnação da jurisprudência é uma questão que deve ser considerada. É preciso mesmo uma renovação, um progresso de idéias, e isso vem com a alternância das pessoas nos cargos.

Acho que todos os fundamentos foram bem colocados aqui, é só reiterar a posição da Associação dos membros do Ministério Público do Trabalho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Obrigada, Dr^a Daniela.

Devolvo a palavra ao Dr. Henrique Nelson Calandra.

Por gentileza.

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA – Senador, eu queria registrar, em nome da nossa entidade de classe, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a AMB, a nossa gratidão àqueles que nos brindaram com a sua assistência, aqueles que estão aqui pessoalmente, a V. Ex^a, o Senador Vital do Rêgo, Presidentes desta importante Comissão, o agradecimento da AMB, que este ano completa 64 anos de jornada – está

quase caindo uma compulsória, não é? –, com mais 6 anos e já completamos os 70 anos de existência. Mas é o único lugar onde não há compulsória.

Acho que o tema foi muito bem tratado por todos os colegas e eu queria depositar aqui, nesta Comissão do Senado, e para aqueles que nos ouvem e nos veem, a nossa preocupação, Senador, com a PEC 33, que tramita na Câmara Federal, irmã gêmea da PEC 37, já definitivamente arquivada naquela Casa, que pretende mutilar o Supremo Tribunal Federal e subtrair a independência daquele Tribunal, submetendo a referendo a edição de decisões definitivas daquele Tribunal. Porque muitas vezes, quando se olha para um projeto de emenda constitucional, olhamos exclusivamente para aquilo que é de âmbito maior na União, mas tudo aquilo que é dito para o Supremo vai ser reproduzido para os tribunais regionais e para os tribunais de justiça, ou seja, tudo aquilo que for produzido em termos de uniformização de tribunal de justiça vai estar sujeito a referendo do Legislativo, o que é um contrassenso ao princípio da independência dos Poderes.

Eu queria conclamar aqueles que nos vêem e ouvem através desta Comissão que nos ajudem nessa caminhada para afastar essa PEC nº 33, que é pior do que a PEC nº 37. A PEC nº 37, na realidade, como diz o caboclo brasileiro, chovia no molhado, mas essa PEC nº 33, não. Ela pretende mutilar poderes e garantias que a nossa Constituinte, a nossa Constituição cidadã outorgou ao Poder Judiciário. Quem vai sofrer é o povo brasileiro. E é preciso derrubar imediatamente essa medida.

Queria também registrar, Senador, a tristeza que nós temos de alguns colegas no Brasil ameaçados de morte. São mais de 170. Há um juiz no Estado do Rio de Janeiro. Os narcotraficantes, as organizações criminosas... Ele tem um menino de seis meses de idade e mandaram um aviso de que vão degolar o filho dele, porque ele decretou o congelamento de um valor expressivo de uma organização criminosa. E enquanto o criminoso está em prisão domiciliar, o nosso colega e sua família vivem escoltados por seis PMs dia e noite, sem parar, com um risco desse na sua vida.

O Senado, que é casa do povo brasileiro, é o local adequado para lançarmos esse ultimato. Aqui tramita a reforma do Código Penal, por aqui passou a reforma do Código de Processo Penal, por uma iniciativa das três entidades e também do Ministério Público brasileiro.

Nós viemos em mais de mil a Brasília protestar quando da morte da nossa colega Patrícia Acioli, covardemente assassinada por uma organização criminosa no Rio de Janeiro. Dez anos se passaram do assassinato de Alexandre Martins, no Espírito Santo. Os três acusados de mandantes desse assassinato até hoje

não se sentaram no banco dos réus, tal é o volume de recursos que a lei brasileira coloca à disposição daquele que covardemente ordena o assassinato de um magistrado, de um promotor, de um jornalista, de um político brasileiro. E nós temos que acabar com isso.

Patrícia Acioli completará, dia 11 de agosto, o segundo ano de sua morte. E aqueles que também são acusados de serem os mandantes até hoje não foram julgados. Uma parcela importante dessa organização criminosa já foi julgada, mas aqueles que são os mandantes sempre há uma dificuldade maior em condenar.

Eu queria deixar registrada, em nome da Magistratura brasileira, a nossa tristeza. Toda essa multidão que vai às ruas muitas vezes nos provoca o desejo até de pintar a cara e sair para a rua, para ver mudada essa lei penal, porque depois que eu presido um júri por cinco dias, o criminoso, aquele que foi considerado criminoso pelo Tribunal do Júri, sai pela porta da frente junto com a família da vítima. Isso é Brasil, isso é clima de impunidade e por isso nós vivemos num País no qual nem juiz, que é a autoridade máxima do Poder Judiciário, tem direito a sua integridade, à sua paz e a ter os seus veredictos realmente executados.

Senador, agradeço, em nome da AMB, nesses quase 64 anos de caminhada, a esta importante Comissão do Senado brasileiro e ao próprio Senado, hoje presidido pelo Senador Renan Calheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Quero registrar que esta audiência pública tem como objetivo instruir a PEC 6, de 2008; a PEC 21, de 2012, e a PEC 3, de 2013. Portanto, as exposições aqui serão muito importantes para a tomada de decisão da Comissão de Constituição e Justiça. Temos clareza dos vários problemas que ocorrem nas instituições brasileiras e precisamos enfrentá-los, para dar segurança aos nossos trabalhadores, nossos profissionais e aos operadores do Direito. E também há necessidade de que atendamos aos reclamos que vêm das ruas.

Exatamente por isso, eu quero agradecer a presença do Dr. Afonso Arantes de Paula, aqui representando a nossa OAB; do Desembargador Dr. Henrique Nelson Calandra, Presidente da AMB; do Dr. Nino Oliveira Toldo, Presidente da Ajufe; do Dr. Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Anamatra; e da Dr^a Daniela de Moraes do Monte Varandas, aqui representando a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 18 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte minutos, do dia três de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Antonio Carlos Rodrigues, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Romero Jucá, Roberto Requião, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena, Paulo Bauer, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Ana Rita, Lídice da Mata, Kátia Abreu e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Sérgio Petecão e Magno Malta. Justifica a ausência o Senador Mozerildo Cavalcanti. A Presidência registra a presença dos Senhores Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça; e das Senhoras Maria Helena Mallmann, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT/RS); Maria Isabel Cuervo, esposa do indicado, Senhor Flávio Portinho Sirângelo; e Rosa Karina Marize Silveira, esposa do indicado, Senhor Rubens Curado Silveira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 29ª Reunião à 33ª Reunião, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) OFÍCIO “S” Nº 24, de 2013.** Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RUBENS CURADO SILVEIRA, Juiz do Trabalho, para a composição do Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Votação secreta. Em 12/06/2013, a matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concede vista coletiva automática, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer

favorável à escolha do nome do Senhor RUBENS CURADO SILVEIRA, Juiz do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça, com vinte e um (21) votos favoráveis e um (1) voto contrário. **ITEM 2) OFÍCIO “S” Nº 25, de 2013.** Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FLÁVIO PORTINHO SIRÂNGELO, Desembargador do Trabalho, para a composição do Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Pedro Simon. **Relatório:** Votação secreta. Em 12/06/2013, a matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. A Presidência concede vista coletiva automática, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor FLÁVIO PORTINHO SIRÂNGELO, Desembargador do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça, com dezenove (19) votos favoráveis, dois (2) votos contrários e uma (1) abstenção. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e dois minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 29ª Reunião à 33ª Reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas são aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a exemplo do que ocorreu na última quinta-feira, a agenda da nossa Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania contém proposições legislativas de grande relevância e repercussão social, que serão apreciadas logo após a arguição de dois magistrados indicados pelo Tribunal Superior do Trabalho para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Rememorando, na nossa última reunião, conseguimos aprovar em caráter terminativo e em turno

suplementar o Estatuto ou a Lei Geral dos Concursos Públicos da Administração Federal, bem como a Proposta de Emenda à Constituição que prevê a expropriação de terras onde houver trabalho escravo ou análogo à escravidão, a chamada PEC de Combate ao Trabalho Escravo.

Para hoje, retorno à pauta o item 1, Projeto de Lei nº 77, do Senador Raimundo Colombo, hoje Governador de Santa Catarina, que estabelece mecanismo de participação popular na elaboração de lei pelo Congresso Nacional e dá outras providências.

O Relator da matéria é o Senador Luiz Henrique, ex-governador do mesmo Estado, que sugeriu a aprovação sob forma de projeto de resolução do Senado, que viabilizaria sua imediata aplicação por esta Casa.

Em síntese, a proposição se coaduna com as aspirações populares identificadas no atual cenário político nacional de maior participação na vida política do País, em particular do Poder Legislativo, ao prever que os cidadãos, por meio da Internet, poderão se manifestar a respeito das proposições legislativas, o que representará importante instrumento para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores possam avaliar a repercussão das matérias junto à sociedade que representam.

Outro item de maior importância e relevância social é o Projeto de Lei complementar nº 224, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e dá outras providências.

Esta Presidência envidou esforços junto ao Presidente do Senado Federal para que a matéria viesse ao nosso Colegiado, pois aqui haveria condições de tramitação da PEC que assegurava a equiparação de direitos entre todos os trabalhadores brasileiros.

Conforme definido e anunciado na reunião ordinária da última quarta-feira, hoje o Senador Romero Jucá apresentará o seu relatório.

Poderia mencionar aqui, ainda, outras matérias que constam da pauta, mas precisamos avançar nos nossos trabalhos. Teremos uma longa reunião no dia de hoje. Por isso, vamos iniciar a arguição dos magistrados indicados para o Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nesse esforço que nós todos estamos fazendo, Sr. Presidente, é interessante também a PEC capitaneada, inicialmente, pelo Senador Jarbas Vasconcelos, a chamada PEC 18. V. Ex^a conhece a PEC 18? Se fosse o caso de colocá-la também, ou analisar com os Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu peço à Secretaria para informar se o Relator, Senador Eduardo Braga, já concluiu o seu relatório. *(Pausa.)*

Ainda não entregou o relatório.

Eu peço à Secretaria que tome providências para que, junto à assessoria do Sr. Relator, possa ultimar os preparativos do relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Tão logo chegue à Mesa, nós haveremos de pautar.

ITEM 1

OFÍCIO “S” Nº 24, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RUBENS CURADO SILVEIRA, Juiz do Trabalho, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador José Pimentel

ITEM 2

OFÍCIO “S” Nº 25, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FLÁVIO PORTINHO SIRÂNGELO, Desembargador do Trabalho, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador Pedro Simon.

Ambas as matérias têm votação secreta.

As matérias em 12/06 foram submetidas à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

A Presidência concede vista coletiva automática, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos candidatos, em cumprimento à alínea “b” do art. 2º do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de escolha.

Convido os Srs. Rubens Curado Silveira e Flávio Portinho Sirângelo para comporem a Mesa, um à minha direita e o outro à minha esquerda.

Quero registrar, para nossa alegria e honra, a presença da Sr^a Maria Isabel Cuevas, esposa do sabinado Dr. Flávio Portinho; a Sr^a Rosa Karina Mariz Silveira, esposa do Dr. Rubens Curado; o Sr. Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Associação Nacional dos

Magistrados da Justiça do Trabalho; a Desembargadora Maria Helena, Presidenta do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no Rio Grande do Sul; o atual Corregedor Nacional de Justiça em exercício, nosso queridíssimo Dr. Guilherme Calmon Nogueira, que passou recentemente aqui de forma brilhante! Seja muito bem-vindo, Dr. Guilherme Calmon.

Concedo a palavra ao Sr. Rubens Curado Silveira para a sua exposição preliminar.

O SR. RUBENS CURADO SILVEIRA – Bom dia a todos.

Ex^{mo} Senador Vital do Rêgo, Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, Ex^{mos} Srs. Senadores, gostaria de fazer um registro especial, uma saudação especial ao Senador José Pimentel, Relator do meu processo aqui nesta Comissão. Gostaria de dizer, Senador, em público que é uma honra ter o senhor como Senador não só pela admiração pessoal ao senhor, mas também pelo vínculo histórico que o senhor mantém com a minha querida Justiça do Trabalho, desde a época de origem sindical, como Ministro da Previdência Social e também como Parlamentar nos vários projetos da Justiça do Trabalho nesta Casa.

Gostaria de saudar o juiz Paulo Schmidt, Presidente da Anamatra (Associação Nacional da Magistratura do Trabalho). Gostaria de saudar também o Conselheiro Guilherme Calmon, hoje respondendo também como Corregedor Nacional de Justiça. Senhoras e senhores.

Pretendo, Presidente, ser muito objetivo nesta exposição inicial, mesmo porque o meu currículo já foi apresentado, já foi entregue a todos os Senadores e foi também resumido muito bem, como lhe é particular, pelo Senador Pimentel, no relatório apresentado.

O meu objetivo, então, nesta apresentação inicial é apenas destacar alguns aspectos da minha atuação profissional e expor a minha perspectiva sobre a atuação do Conselho Nacional de Justiça e do Poder Judiciário como todo.

Sou goianiense, nascido na cidade de Goiânia, formei-me pela PUC de Goiás; desde 1995, sou juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que abrange o Distrito Federal e o Estado do Tocantins; portanto, completo agora, no próximo mês de agosto, 18 anos de magistratura trabalhista.

Ao longo desse período, atuei, durante mais de dez anos, nas varas de Trabalho aqui de Brasília e, desde 2006, titularizei-me, e assumi como juiz titular e atuei como juiz titular em varas do Trabalho também do Estado do Tocantins.

Nesses 18 anos de magistratura, procurei também aperfeiçoar a minha formação acadêmica até para dar conta das missões naturais da judicatura. Sou es-

pecialista em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília e também sou mestre em Direito, Estado e Constituição por essa mesma universidade, a UnB. Sou autor de um livro sobre imunidade e jurisdição de organismos internacionais e direitos humanos, como fruto inclusive desse trabalho acadêmico que fiz, uma pesquisa acadêmica voltada ao Direito Internacional, na época do mestrado na Universidade de Brasília.

Desde 2007, sou professor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), que funciona junto ao Tribunal Superior do Trabalho, especificamente em duas matérias muito ligadas à gestão do Poder Judiciário. A primeira é uso de tecnologia da informação em favor da magistratura e efetividade da jurisdição. A Enamat é um curso tradicional para juízes recém ingressos na magistratura, onde, desde 2007, tenho o prazer de atuar. E um curso mais recente, também da Enamat, para dirigentes de tribunais regionais de trabalho e de gestão estratégica do Poder Judiciário, há cerca de três anos, mais ou menos, atuo e ministro, com muita satisfação, essa disciplina.

Nestes dois temas, tecnologia da informação e gestão do Poder Judiciário, posso afirmar que tive a possibilidade e a oportunidade de me aperfeiçoar e me aprofundar durante o período em que atuei no Conselho Nacional de Justiça, entre 2007 e 2010, na função de juiz auxiliar e de secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça. Cheguei ao Conselho Nacional de Justiça em 2007 para auxiliar a comissão de informatização, atual comissão de tecnologia da informação. Pouco tempo depois, fui convidado pela Ministra Ellen Gracie, que à época era presidente do CNJ e do Supremo, para auxiliar a presidência do CNJ. Permaneci na equipe de juízes auxiliares da gestão do Ministro Gilmar Mendes e, em 2009, fui convidado, com muita satisfação e muita honra, pelo Ministro Gilmar para atuar como Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, onde fiquei até abril de 2010.

Essa experiência administrativa, Presidente, me deu a certeza hoje do poder de transformação que o Conselho Nacional de Justiça tem sobre o Poder Judiciário. O poder, a capacidade de mobilização, de aperfeiçoamento e de mudança propriamente dita do Poder Judiciário em prol de um Poder Judiciário mais efetivo, mais célere, mais eficiente, que é o anseio de toda a sociedade brasileira.

Eu poderia citar aqui muitos projetos, programas, políticas judiciárias que o Conselho Nacional de Justiça vem implementando ao longo dos anos e que tive, de alguma forma, a oportunidade de atuar ou de acompanhar de perto, mas pretendo não os cansar com isso. Basta mencionar, por exemplo, o próprio

plano estratégico do Poder Judiciário, que foi instituído pela Resolução nº 70, do Conselho Nacional, de março de 2009, que vem impondo uma mudança de cultura, um choque de gestão no Poder Judiciário, que é esta nova cultura de resultados, de se trabalhar com indicadores, com metas, com objetivos estratégicos, com planos estratégicos, com projetos estratégicos e que vem colhendo bons resultados.

Posso citar também o mutirão carcerário, o próprio programa Começar de Novo, voltado à sociedade, reinserção social dos egressos do sistema carcerário, que tem, sobretudo, um viés social, mas também de evitar a volta desse egresso ao mundo do crime. Podemos citar também o projeto de transparência da Resolução nº 102, que é o Siafi-Jud, o Sistema de Acompanhamento Financeiro do Judiciário, de 2009. Ou seja, muito antes da tão bem-vinda lei de acesso à informação, o CNJ já pregava para seus órgãos internos a transparência absoluta das suas contas.

Posso mencionar também diversos projetos na área de tecnologia da informação, que vêm modernizando o Judiciário, tentando dar conta dessa grande litigiosidade da sociedade brasileira: são cerca de 28 milhões de processos que, a cada ano, chegam ao Judiciário, que tem se desdobrado para dar conta. Confesso, temos que reconhecer, com um esforço ainda insuficiente, mas que vem, de alguma forma, gerando alguns resultados.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer, de público, os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, que, juntamente com o Desembargador Sirângelo, me indicaram para compor o Conselho Nacional de Justiça. No meu caso, na vaga de juiz de 1º Grau. Eu só posso supor que a indicação do meu nome decorreu, sobretudo, da oportunidade também que tive de atuar no Tribunal Superior do Trabalho nos últimos dois anos, de março de 2011 a março 2013, como Secretário-Geral da Presidência do TST, na gestão do Ministro João Oreste Dalazen. Também no Tribunal Superior, tive a oportunidade não só de conhecer mais de perto a Justiça do Trabalho, a minha querida Justiça do Trabalho, conhecer mais de perto o próprio Tribunal Superior do Trabalho, mas também de atuar em outros projetos de interesse social, de interesse da Justiça do Trabalho, voltados à melhoria da instituição.

Destaco aqui alguns, como o Trabalho Seguro, que é um programa nacional de prevenção de acidentes de trabalho, que tem um viés social de prevenção desse grave problema social, mas também um viés que inova a atuação do Judiciário na prevenção de novos litígios dentro do Poder Judiciário. Assim como a própria implementação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, hoje já implementado nos 24

Tribunais Regionais do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho, um sistema único nacional, desenvolvido inclusive em parceria com o próprio Conselho Nacional de Justiça, e que tão bons resultados vem gerando para a Justiça do Trabalho.

Por fim, gostaria de destacar um projeto que tem interesse, até mesmo porque passou muito recentemente por esta Comissão, que foi a implantação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Os senhores hão de lembrar que, exatamente há dois anos, passou por esta Comissão e foi aprovada pelo Plenário a lei que criou a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas como requisito essencial para que as empresas possam participar de licitações e contratar com o Poder Público. Esse projeto foi transformado, depois, na Lei nº 12.440, que entrou em vigor no dia 4 de janeiro de 2012 e vem gerando resultados excepcionais, a meu ver, para o Poder Judiciário. Daí a importância de dar um retorno para os Srs. Senadores de quanto foi bem-vinda essa aprovação pelos senhores.

Só para os senhores terem uma ideia, entre janeiro de 2012 e junho de 2013, em um ano e meio, já foram expedidas mais de 30 milhões de certidões eletrônicas e gratuitas no *site* do Tribunal Superior do Trabalho. Esse número impressiona. São mais de 1,5 milhão de certidões por mês, mais de 50 mil certidões por dia, e com um viés social muito grande, já que a finalidade precípua da Certidão Negativa é incentivar o pagamento das dívidas trabalhistas pelas empresas, para que possam participar de licitações públicas. E que toca num problema muito grave, o maior problema da Justiça do Trabalho, que é a execução das sentenças, a dificuldade de executar as sentenças. São mais de 3 milhões de processos de execução pendentes na Justiça do Trabalho.

E um problema, na verdade, de execução muito grave, também no Poder Judiciário como um todo – e aqui finalizo minha exposição, Presidente –, que é o número excessivo de execuções. São mais de 30 milhões de execuções pendentes no Poder Judiciário, segundo os últimos dados do Justiça em Números. E, pasmem, desse número, 25 milhões são execuções fiscais. Há algo errado nisso aí. Eu acho que o modelo próprio de funcionamento de atuação em execuções fiscais no Brasil precisa urgentemente de alguma medida para tentar resolver esse problema que afeta, sim, os cofres públicos, porque diminui a arrecadação, mas afeta diretamente o Poder Judiciário.

Sr. Presidente, agradeço a atenção de todos e fico à disposição para os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a bela exposição do Dr. Rubens

Curado Silveira, que teve uma passagem brilhante pela Justiça do Trabalho.

Peço à Secretaria para tomar duas providências. A primeira, para melhorar o som dos nossos sabatinados, visando à melhor audibilidade dos nossos Senadores, fato tão bem reclamado pelo Senador Pedro Taques. A segunda, em razão da nossa segurança, no sentido da acomodação dos nossos queridos visitantes, possam fazê-lo da melhor forma possível, sem que possa atrapalhar a nossa reunião. Vamos disponibilizar outras salas também.

Hoje nós temos uma longa reunião. Precisamos todos estar psicologicamente bem preparados para enfrentarmos o dia com naturalidade e eficácia.

Com a palavra o Desembargador Sirângelo.

O SR. FLÁVIO PORTINHO SIRÂNGELO – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, meus cumprimentos, minhas saudações, minhas homenagens aos eminentes Senadores presentes. Eu também gostaria de saudar, ainda que brevemente – acho que não devemos ocupar o tempo precioso da Comissão –, e fazer as mesmas homenagens que o meu colega Rubens Curado já fez em relação aos nossos colegas magistrados aqui presentes.

Finalmente, não posso deixar de saudar o eminente Senador Pedro Simon e agradecer S. Ex^a pelas generosas palavras com que se referiu a minha pessoa, ao fazer o relatório do processo da minha indicação, numa das reuniões precedentes desta Comissão.

Eu, como já disse, não pretendo evidentemente me estender e ocupar demasiadamente o tempo da Comissão. A nossa biografia dos indicados, o nosso currículo e a nossa argumentação acerca da afinidade que pensamos ter para a execução dessa tarefa espinhosa, que é a de compor o Conselho Nacional de Justiça, todos esses dados já estão no expediente que forma o processo da nossa indicação.

Portanto, eu vou tentar reduzir a minha exposição a duas ou três palavras, que, por dever, eu devo fazer.

Vou começar dizendo, Srs. Senadores, que me move, neste momento, um sentimento de enorme gratificação. Não é a gratificação pessoal por ter sido honrado com uma distinção tão grande no seio da magistratura, que é a de representar a Justiça do Trabalho, ocupar a cadeira destinada aos desembargadores federais do trabalho no Conselho Nacional de Justiça, mas é a gratificação por ver realizado um projeto de trabalho profissional, ao qual eu me dediquei praticamente desde que ingressei, há mais de 25 anos, no Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, ocupando uma vaga reservada ao quinto constitucional do Ministério Público do Trabalho.

Eu fui Presidente do TRT da 4ª Região, no final da década de 90. Portanto, estava como dirigente de órgão judiciário – acho que não exagero se utilizar a expressão que eu estava como muitos, inclusive alguns aqui presentes e Senadores que integram a Comissão, no olho do furacão –, naquele momento em que a sociedade brasileira e o poder político do Brasil levantaram um determinado clamor de reforma do Poder Judiciário.

O sistema judicial brasileiro se organizou do ponto de vista da sua estrutura, a partir da burocracia tradicional com que se formou o serviço público no Brasil, de um modo geral, principalmente da segunda metade do século XX, a partir dos anos 1940, 1950.

A burocracia, como nós sabemos, é um método de execução de tarefas, organizado, importante, que visa a imprimir uma metodologia na realização dos serviços públicos. Mas, com a mudança dos tempos, a mudança da própria sociedade, a burocracia brasileira, de um modo geral e particularmente a burocracia do Poder Judiciário, naquele período, quando nos aproximávamos do final do século e estávamos celebrando a promulgação da Constituição Federal em 1988, essa burocracia passou a sofrer deformações e a se revelar incapaz de enfrentar os desafios que uma litigiosidade, crescente naquele momento, desafiava a capacidade de trabalho dos magistrados brasileiros.

Eu, naquele momento, sendo Presidente do meu Tribunal, percebi isso claramente, como percebi também a dificuldade; nós, de um modo geral, que recebemos a formação jurídica no perfil da formação das escolas de Direito tradicionais, e não éramos preparados para nos tornarmos gestores.

No Judiciário brasileiro, ao contrário do que acontece em alguns países, há uma opção clara por entregar a responsabilidade de gestão principal aos próprios juízes. Os presidentes dos tribunais são atores da gestão da Justiça, e, muitas vezes, acontecia de nós chegarmos a esses cargos sem termos um conhecimento, digamos assim, mais adequado das técnicas gerenciais, porque isso não era tema para advogados, promotores, bacharéis, de um modo geral, e principalmente para magistrados.

Acho que evoluímos de maneira bastante importante, de forma extraordinária, com a reforma do Judiciário, que se consagrou, pelo menos na sua parte mais importante, a partir do advento da Emenda Constitucional nº 45. E, quem sabe, o próprio Conselho Nacional de Justiça já não representa o maior feito da transformação que o Poder Judiciário brasileiro recebeu nessa reforma, com a criação de um órgão que passou a exercer as funções de coordenar esse gigante, que é o Judiciário do Brasil e que, hoje, como referiu

há pouco o meu colega Rubens Curado, recebeu, segundo a última estatística do próprio CNJ, 28 milhões de processos novos no ano de 2011. Já estamos, Srs. Senadores, com 90 milhões de causas em andamento, segundo o *Justiça em Números*, que é o relatório mais importante produzido pelo CNJ, cuja última edição se reporta aos dados do ano de 2011.

Vou me permitir fazer uma observação curiosa, que acho um fato curioso. Há 90 milhões de pessoas litigando em juízo, portanto somos um país em que um a cada três brasileiros, talvez, se pudesse dizer, está em juízo. Acho que já superamos o recorde do Judiciário dos Estados Unidos, em que, há muitos anos, esta marca vem sido alcançada: para uma população de 300 milhões, eles têm também 90 milhões, 100 milhões de processos judiciais.

Isso revela uma tendência de uma sociedade em processo de litigiosidade muito preocupante. Acho que a tarefa dos gestores da Justiça neste momento comporta a inserção nos seus trabalhos de planejamento estratégico de uma maneira de trabalhar a consistência do Direito que é produzido nos tribunais brasileiros, de modo que cumpramos com uma parte da nossa missão, que é a de evitar que as nossas decisões criem mais litigiosidade. Nós temos de conter a litigiosidade através de uma maneira, talvez, que devemos procurar encontrar pelo gerenciamento que é feito através do CNJ.

Nós temos metas de produtividade, aí pelo lado da quantidade, que estão sendo em parte cumpridas. Muitos tribunais aderiram, de maneira bastante proativa, ao sistema das metas, instituído pelo CNJ, e isso já é um grande avanço, é um movimento muito importante. Mas acho que nós temos de pensar, e estou aqui para expor as minhas ideias e submetê-las – essa é a finalidade, Senador Vital do Rêgo, penso eu – ao crivo de V. Ex^{as}.

E acho que o Conselho vem cumprindo rigorosamente com o seu papel. Temos que trabalhar ao lado da questão da eficiência, com a questão da consistência.

Gostaria de dizer que tenho essa visão, porque, em uma parte da minha formação, que está no meu currículo que foi distribuído a V. Ex^{as}, eu tive o privilégio de poder trabalhar como pesquisador convidado no Centro Federal de Justiça dos Estados Unidos; fui bolsista da Fundação Fulbright e lá estive durante um período em que percebi que o Judiciário daquele país, quando se deu conta que estava na iminência ou já estava atolado numa crise de enorme litigiosidade, que aconteceu mais ou menos na década de 70, do século passado, passou a adotar medidas gerenciais para administrar e conter a insatisfação popular que havia naquela época em relação à justiça dos Estados Unidos.

E, aqui, um curiosidade – acho que talvez muitos conheçam; o Senador Pedro Taques parece que esteve visitando o Centro Federal de Justiça e deve saber disso –: em 1976, a Suprema Corte americana convocou uma conferência nacional, da qual participaram não só os magistrados daquele país, mas advogados e todos os interessados na questão da justiça e essa conferência – e esse é o fato curioso – é conhecida por Conferência Pound, porque foi o Juiz Pound, que dirigiu e organizou essa Conferência, mas o nome da conferência era Conferência sobre as Causas da Insatisfação Popular com a Justiça.

E, a partir dali, estabeleceu-se uma série de medidas consensualizadas na sociedade daquele país, para implementar a modernização da Justiça, de modo que ela pudesse responder aos reclamos da sociedade que não quer litigar.

Aliás, tenho, por convicção – já disse isso em alguns artigos que escrevi, pequenos artigos de jornal que escrevi quase que em profusão, depois que retornei da minha experiência no Judiciário norte-americano –, que não conheço quem goste de litigar em juízo; litigar ocupa tempo e dinheiro das pessoas e causa desconforto e atrasa o desenvolvimento das atividades normais a que as pessoas têm que se entregar na sua vida – pessoas físicas, pessoas naturais e pessoas jurídicas. Acho que temos que construir um Judiciário que contenha um volume tal de um de cada brasileiro em juízo, 90 milhões de processos judiciais. Temos que pensar – e faço aqui o preconício, permita-me fazer – de quem sabe possamos encontrar uma solução para isso, e estamos caminhando com isso. Temos os projetos todos que o Conselho Nacional de Justiça tem levado a efeito, e, aqui, sublinho a questão da conciliação, que tem sido cada vez mais implementada no seio do Judiciário e não fora dele.

Temos a possibilidade, hoje, de termos projetos de conciliação. Meu tribunal, há muitos anos, desenvolve, inclusive tentativas de conciliação bem sucedidas, inclusive em processos que já foram julgados nas duas instâncias ordinárias. Nossos processos, antes de subir para exame de admissibilidade do recurso de revista, que é o recurso de natureza extraordinária trabalhista, passam por uma audiência de conciliação e temos um índice ali, que, se não me engano, segundo a última vez que verifiquei, era de quase 50% de conciliação. Significa que, de cada dois processos que ameaçavam subir para o TST, um se resolvia por conciliação, depois de julgado com sentença de primeiro grau e acórdão no segundo grau.

Quero registrar, para finalizar, para não me estender, que acho o que construímos, ao longo dos últimos 10 anos, 15 anos, na verdade, foi agregar a um atributo

que o Judiciário brasileiro – felizmente, sempre teve – que é o de ser um Judiciário rigorosamente independente, nos momentos, evidentemente, de normalidade constitucional. E acho que, até mesmo nos momentos em que não tivemos essa normalidade constitucional, o nosso Judiciário se manteve – bem ou mal –, erguido.

Mas nós aliamos a esse atributo da independência um outro atributo que é necessário para que possa dar a resposta que tem que dar à sociedade, que está numa palavra, que está muito em voga, e eu peço desculpas por usar um anglicismo, mas é a palavra *accountability*. O nosso Judiciário agora, com o Conselho Nacional de Justiça, tem a “responsividade” pelo que faz. Ele está se comunicando com a sociedade, ele tem interlocução com os outros poderes, ele tem uma interlocução com o poder político que o levou, por sinal, a reformar-se, e desenvolve um trabalho importantíssimo em diversas áreas.

Eu referi a conciliação. E me penitencio por não referir a construção do Sistema de Formação de Magistrados, tanto a formação inicial quanto a formação continuada. Eu acho que, nesse ponto – me permitam puxar a brasa para o meu lado um pouco –, a Justiça do Trabalho tem um sistema de formação, de ensino judicial, para simplificar, que está em franco desenvolvimento e que está já demonstrando resultados extremamente positivos. E eu me orgulho de ter participado, de ter sido um dos fundadores desse Sistema Nacional de Formação Judicial, que é centralizado, dirigido pela Escola Nacional da Magistratura Trabalhista, no Tribunal Superior do Trabalho, e pelas escolas judiciais, que são órgãos integrantes da estrutura dos tribunais. Não são órgãos alheios aos tribunais, não pertencem a associações ou quaisquer outras entidades, são órgãos públicos essencialmente, e talvez este seja o canal para que nós possamos encontrar um campo de discussão e de interlocução para resolver o problema da congruência do Direito, que eu acho que é um dos grandes problemas que nós enfrentamos hoje.

Senador Vital do Rêgo, peço desculpas, eu acho que já falei demais, não abordei tudo que gostaria de abordar, mas em síntese esse é o meu perfil.

E finalmente, evidentemente, assim como o meu colega Rubens Curado, não posso deixar de prestar aqui o reconhecimento e o agradecimento aos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, quando resolveram fazer a indicação do meu nome, dentre tantos outros colegas qualificadíssimos, talvez mais qualificados pessoalmente do que eu, mas acho que, como eu disse no início da minha locução, a minha gratificação reside exatamente nisso. Eu acho que há um reconhecimento de um trabalho dedicado ao longo de 25 anos dentro do Judiciário, voltado, além da jurisdição, que eu sempre

desenvolvi, evidentemente, por obrigação funcional, à questão da gestão e da administração judiciária como ciência necessária e que deve ser desenvolvida no seio do Poder Judiciário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço e parabeno o Desembargador Si-rângelo pela sua exposição.

Está aberta a lista de inscrição. Já estão inscritos os Senadores Pedro Taques, José Pimentel, Antonio Carlos Rodrigues e Pedro Simon.

Com a palavra...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Peço a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, bom dia, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres indicados.

Eu quero cumprimentar o Dr. Guilherme Calmon, hoje Corregedor em exercício, e dizer que não sei se nós dois começamos cedo – não é, Dr. Guilherme? –, mas é sempre bom lembrar que ele era juiz de direito, e eu fui estagiário na vara em que ele exercia suas atribuições.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Biologicamente depõe contra o Guilherme.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A Constituição, penso que já era a Constituição de 1988, não é, Dr. Guilherme? A Constituição era de 1988.

Mas é um grande servidor público, que tem grandes contribuições...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O senhor não deu trabalho como estagiário...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito trabalho. Muito trabalho, Sr. Presidente.

Mas eu fico feliz, Sr. Presidente, que os dois indicados falaram de gestão, falaram de tecnologia de informação, falaram a respeito de conciliação, notadamente administração da Justiça, porque alguns pensam que o cidadão nasce e já tem assim no DNA a carga genética de ser juiz e ser um bom administrador. Como nem todo Senador é um bom administrador, nem todo juiz é um bom administrador, nem todo médico é um bom administrador hospitalar. Nós precisamos ter essa cultura de administração, gestão, tecnologia de informação no Poder Judiciário.

E é interessante que o Conselho Nacional de Justiça foi criado também com esta atribuição: de fazer a uniformização e a unificação até, não só uniformização, dos procedimentos administrativos dos mais de 80 tribunais que nós temos. São mais de 80 tribunais, e cada um deles funcionava como uma ilha, onde cada

Desembargador Presidente era um reizinho e traçava suas estratégias de acordo com a sua vontade, com o seu talante, com o seu alvedrio; algumas vezes, até não republicanas – nós temos que citar isso. Fico muito feliz.

Eu quero indagar, mais ou menos nessa linha, a respeito da contribuição que os senhores podem ofertar ao Judiciário brasileiro e à sociedade brasileira neste momento em que a República está em comoção interna, sem as determinações constitucionais de estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal, mas todos temos que convir que o cidadão está a reclamar da atuação dos agentes políticos. E o juiz é um agente político. Os magistrados têm uma contribuição a ofertar. A resistência do cidadão, hoje, não é só em relação à classe política.

De que maneira nós podemos, a sociedade brasileira, não só fazer leis, porque temos muitas leis, mas fazer com que elas sejam aplicadas num prazo razoável? De que maneira os senhores contribuirão no Conselho Nacional de Justiça para que tenhamos o cumprimento, por exemplo, da Meta 18? Porque o cidadão não quer só lei que combata a corrupção. Ele deseja que os julgamentos sejam céleres, sempre lembrando que o processo é um instrumento de dignidade e serve também para absolver aquele que não tem culpa, mas o Poder Judiciário precisa trazer a sua contribuição neste momento. Não é razoável que um processo, no Brasil, demore, em média, dez anos. Como podemos resolver isso? Esse é o primeiro ponto. É lógico que os senhores não têm a verdade absoluta aqui, mas uma contribuição dos senhores, que conhecem esse tema.

Eu analisei o currículo dos senhores, conversei com ambos a respeito disso. De que maneira se pode atingir a Meta 18, que objetiva julgar, até o fim de 2013 – para o cidadão que está nos ouvindo –, os processos contra a Administração Pública, de improbidade administrativa, distribuídos ao Superior Tribunal de Justiça, à Justiça Federal e aos Estados até 31 de dezembro? De que maneira contribuirão com isso? Para ambos, Sr. Presidente.

Qual a opinião dos senhores sobre a extinção da Justiça Militar? A Justiça Militar, hoje, no Brasil, exerce suas atribuições de acordo com a Constituição, tendo em conta o princípio da economicidade, do art. 37 da Lei Fundamental?

Tramita aqui, no Senado, o Projeto de Decreto Legislativo nº 85, que pretende sustar os efeitos de uma resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral. Essa resolução administrativa redefine o número de Deputados Federais de várias unidades federadas. Essa é uma atribuição do Poder Judiciário? Nós sabemos que o Código Eleitoral esta-

belece essa função normativa da Justiça Eleitoral desde 1965. Na opinião dos senhores, é uma atribuição do Poder Judiciário?

A respeito da Meta 4, todos sabemos, para que o cidadão que nos ouve e nos assiste possa se lembrar, na Meta 4 cabe o julgamento das ações penais relativas a homicídios dolosos distribuídas até 31/12/2007. Do total de ações abarcadas por essa meta, somente 45% atingiram a Meta 3 e 46% atingiram a Meta 4. Em outras palavras, as metas estabelecidas não foram atingidas na maior parte dos casos. De que maneira resolver isso? Estamos a tratar de homicídios.

Outra pergunta: o Ministro da Justiça, recentemente, num momento verdadeiro – não que ele não seja verdadeiro – mas de profunda verdade, vamos dizer assim, disse que as prisões brasileiras são medievais. E são medievais. De que maneira os senhores podem contribuir para isto, para que nós possamos não fazer com que as prisões continuem medievais, mas que a execução penal deixe de ser uma execução penal de fichinha, cadastro. Aí, o cidadão, quando termina de cumprir a pena, de ponta a ponta, no linguajar do preso, de ponta a ponta, que nós tenhamos um cadastro para que ele possa saber exatamente a data em que ele vai purgar a sua pena.

Só um minutinho, Sr. Presidente.

Veja que nós não tratamos de corrupção. Não tratamos de corrupção.

É possível – a última pergunta, Sr. Presidente – nós abrandarmos, mitigarmos, flexibilizarmos o princípio, a garantia, o predicativo da magistratura da vitaliciedade? Isso significaria, para o Poder Judiciário, o quê, no entendimento dos senhores?

E me permita, Sr. Presidente: o que o Congresso Nacional pode fazer, na opinião dos senhores – e aqui é uma opinião –, se o Supremo Tribunal Federal está *in mora*, está omissa há 25 anos de encaminhar para esta Casa um projeto de lei complementar para mudar a Loman, que é de 1979, a Lei Complementar 35? O Supremo, nesta semana, por meio do Ministro Toffoli, diz que nós temos 120 dias para votar um projeto de lei, mas o Supremo está há 25 anos demorando para apresentar. E nós não podemos apresentar esse projeto de lei.

E uma última, me permita: é razoável na República que um magistrado ou membro do Ministério Público se aposente recebendo proporcionalmente mesmo que essa aposentadoria ou disponibilidade tenha se dado em razão da prática de atos ilícitos, de crimes? Isso é razoável? Isso não seria um prêmio para eles, membros do Ministério Público e magistrados?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador José Pimentel.

Senador José Pimentel funcionou como Relator da indicação do Juiz Rubens Curado Silveira.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos sabatinados, eu quero começar registrando o acerto que o Estado nacional teve ao criar o Conselho Nacional de Justiça. Se nós voltarmos aos debates do final dos anos 90 até a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, nós tínhamos muitas dúvidas sobre o seu funcionamento, o seu papel, a sua consolidação. Hoje, todos elogiam o papel do Conselho Nacional de Justiça, é acreditado e, acima de tudo, trouxe uma organicidade maior para o nosso Poder Judiciário. E, quando nós temos indicados da nossa Justiça do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, isso também nos traz uma clareza de que boa parte das demandas que nós tínhamos ontem acumuladas na Justiça do Trabalho passe a fazer parte de uma agenda propositiva para todo Território Nacional.

Aqui o nosso Desembargador Flávio Portinho traz um número assustador de que temos aproximadamente 90 milhões de processos em andamento no Poder Judiciário brasileiro. Por um lado, o número é muito alto, mas também demonstra a confiança da sociedade brasileira no Poder Judiciário, porque, se a sociedade não tivesse confiança, fatalmente não a procuraria, mas, ao mesmo tempo, é basicamente a metade da nossa população. Nós somos em torno de 198 milhões de pessoas, 200 milhões de pessoas, e basicamente a metade está litigando, sem esquecer que boa parte tem menos de 20 anos de idade. Portanto, é um número que nos preocupa.

E o que faz em face dessa litigância? Eu acho que esse é ponto em que todos precisamos nos debruçar.

Eu lembro muito bem de que, quando cheguei ao Ministério da Previdência Social, em 2008, fizemos um levantamento do que havia de litígio contra o INSS e encontramos aproximadamente 5,4 milhões de processos em 2007. E fomos observar o porquê dessa quantidade de litígios contra a Previdência Social e era resultado de leis malfeitas, particularmente nos anos 90, com o propósito de retirar direitos. Ou seja, dadas as dificuldades que o Estado nacional tinha para cumprir com as suas obrigações, passou a legislar uma série de planos econômicos e uma série de outras legislações como forma de retardar o pagamento de direitos, e isso resultou numa litigância muito grande.

Nós chegávamos ao absurdo de exigir que o contribuinte da Previdência Social comprovasse as con-

tribuições regulares que ele fazia todo mês à própria Previdência Social. É como se eu fizesse um depósito bancário e depois, no dia em que eu fosse retirar, fazer um saque do meu depósito bancário, o banco exigisse que ele comprovasse os depósitos que ele fez. A partir dali, nós tivemos, com o apoio do Congresso Nacional, uma série de mudanças e montamos uma estrutura para que, em seis anos, pudesse liquidar esses 5,4 milhões de processos que ali estavam em estoque, parte deles ainda dos anos 80 em tramitação.

Fizemos com o Poder Judiciário um conjunto de ações de conciliação e assumimos o compromisso de que, a partir de 2009, nós resgataríamos, no mínimo, R\$6 bilhões/ano em precatórios e em ações que estavam em litígio. E, ao mesmo tempo, uma ação para o reconhecimento automático do Direito previdenciário e a concessão do benefício em até meia hora. Esse processo foi implantado, está funcionando, e, desses 5,4 milhões de processos, estamos dando baixa, em média, a 1 milhão por ano. E, ao mesmo tempo, cria o mecanismo para evitar novos processos. Isso faz parte como um instrumento de diminuição da quantidade de ações.

Falta um outro dado, que eu deixaria como sugestão, para que os nossos membros do Conselho Nacional de Justiça – eu tenho certeza de que os dois estarão lá, porque todos nós vamos apoiá-los, pela qualidade, pela dedicação –, que é o custo do processo. É uma outra questão, em que o Brasil não tinha o hábito, e ainda não tem, de calcular o custo da ação, de mover o Poder Judiciário com uma ação *versus* o que ali vai ser pago no final do processo.

No caso concreto da Previdência Social, o custo médio de uma ação, em 2008, era de R\$9 mil. Entre mover o processo, todo o custo processual pessoal, do Judiciário, e diligências, o custo médio, R\$9 mil cada um. E eu fiz um outro levantamento, do custo de indenização por ação contra a Previdência Social, que era de R\$5,5 mil. Ou seja, o Estado nacional pagava R\$9 mil para movimentar o Poder Judiciário e, quando ele ia pagar o resultado da condenação, eram R\$5,5 mil. Ou seja, se ele resolvesse pagar os 5,4 milhões processos que existiam contra o INSS, em 2007, ele faria uma economia de 40%, além de não ter nenhuma ação em tramitação.

A partir dali, a Receita Federal, com o Secretário Executivo na época, Nelson Machado, nós, nessa articulação entre Previdência Social e Ministério da Fazenda, desenvolvemos um processo para deixar de ajuizar ações até um determinado valor. Ou seja, as ações até R\$10 mil de cobranças fiscais, de execução fiscal, deixavam de ser ajuizadas e uma boa parte delas era também da Previdência Social, porque era um

custo médio da ação, e deixava em dívida ativa para, quando o contribuinte precisasse, fosse ali e pudesse fazer a sua cobrança.

Eu deixaria como sugestão aos nossos dois expositores, para que nós pudéssemos aprofundar no Conselho Nacional de Justiça esse debate, o custo da ação *versus* o montante que o Estado vai indenizar, para que possamos reduzir esses custos.

Por último, trato da questão do trabalho decente, do trabalho seguro.

Quando nós montamos esse acompanhamento para implantar o FAP (Fator Acidentário de Prevenção), identificamos por CNPJ cada empresa brasileira e formamos dois blocos: o acidente de trajeto e o acidente no chão de fábrica, como chamo, ou seja, dentro da empresa. Esses dados foram montados a partir de 2009, ou melhor, de 2007 para frente. O que nos chamava a atenção? O crescimento dos acidentes de trajeto e a diminuição dos acidentes dentro da empresa, dentro da repartição, dentro da fábrica.

Como o SAT (Seguro de Acidente de Trabalho) teve uma modificação grande a partir dali, nós precisamos enfrentar essa questão do acidente de trajeto. O empregador não tem como diminuir o acidente de trajeto, porque isso depende do Poder Público. Com a questão da mobilidade urbana, com essas dificuldades, tem aumentado muito o acidente de trajeto *versus* o acidente dentro da empresa. Acho que esse é outro tema sobre o qual precisamos nos debruçar, para darmos respostas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como visto, o Senador José Pimentel é especialista em Direito do Trabalho e em Direito Previdenciário, com sua vasta história tanto na Justiça do Trabalho quanto na experiência executiva, no Ministério da Previdência Social.

Parabéns, Senador José Pimentel!

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o nosso Presidente, os sabinados, os demais Senadores aqui presentes.

Vou apenas reiterar a pergunta do nobre Senador Pedro Taques: qual a opinião dos indicados sobre a PEC nº 53, de 2011, que altera a redação do art. 93 da Constituição, para excluir a pena de aposentadoria do magistrado por interesse público?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O Senador Pedro Simon é o próximo inscrito. O Senador funcionou como Relator da matéria relacionada ao Desembargador Sirângelo.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Ministro Rubens Silveira e Dr. Flávio, eu apenas repito aqui rapidamente, Sr. Presidente, o adendo que fiz ao meu parecer sobre a indicação do Sr. Flávio.

Pouco mais de dez anos após seu ingresso no Ministério Público, mais precisamente em dezembro de 1997, o Dr. Flávio Portinho Sirângelo tomava posse como Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região, em Porto Alegre.

Cumpra registrar que o Desembargador Flávio Portinho Sirângelo vem de uma família com longa tradição como operadora de Direito, tendo seu pai, Dr. Sílvio Sirângelo, brilhante advogado gaúcho, sido colega de turno do ex-Ministro Paulo Brossard. Por indicação do Ministro Paulo Brossard, o Juiz Flávio Portinho ingressou no Tribunal Regional do Trabalho pelo quinto constitucional. Na época da posse como Presidente do TRT, o jovem e brilhante magistrado – ainda é jovem – deixou registrada a sua carta de princípios, que era, ao mesmo tempo, suas propostas, seu currículo, sua história, suas metas.

Enfatizo, porque acho importante, numa hora como esta, uma análise semelhante à feita pelo ilustre companheiro, apenas algumas de suas louváveis menções, por considerá-las ainda oportunas.

Assim falou o Juiz Flávio Portinho:

Acredito, Srs. Juízes, que, neste mandato, está incluída também uma cláusula especialíssima, ditada pelo momento histórico, que é a de promover o que for necessário e possível para que o Judiciário trabalhista no Rio Grande do Sul acompanhe os novos tempos, que, aliás, já se acrescentaram sem maiores cerimônias e parecem trazer consigo uma realidade totalmente inovadora no campo das relações de trabalho. O arrebatamento pelas questões da administração judiciária, de que me faço confesso hoje, foi alimentado em outro período da minha vida profissional, quando atuei na administração pública direta, junto ao Ministério da Justiça, requisitado que fui ao Ministério Público pelo então titular da Pasta da Justiça, o Exmo. Sr. Ministro Paulo Brossard. Naquele período, que não foi longo mas foi rico o suficiente para merecer a lembrança que faço agora, percebi, claramente, o quanto é imperioso e ao mesmo tempo possível que o serviço público do nosso país seja exercido com verdadeiro profissionalismo, em busca

de metas e resultados que atendam, de fato, às necessidades dos cidadãos. Colhi este aprendizado no trabalho diário conjunto que fazíamos, um grupo de pessoas abnegadas que a liderança do Dr. Paulo Brossard soube reunir e manter unida. Quase todos nós nos apaixonamos pelas coisas da administração pública e alguns acabaram por exercer as mais altas funções públicas nas suas respectivas carreiras profissionais. Como podem ver, não foi por acaso, mas por convicção, que desde logo me interessei pelas coisas administração em nosso Tribunal e procurei dar a minha colaboração no que fosse possível. Nesse percurso, por delegação dos Presidentes Ehlers de Moura e José Luiz Prunes, envolvi-me no processo de informatização da nossa Justiça, que então se iniciava, e acabei tendo a felicidade de participar diretamente de um dos projetos que melhor resultado obteve, hoje conhecido nacionalmente, em se tratando da implantação da informática no âmbito do Judiciário Trabalhista. Este projeto, que resultou na concepção de um sistema de dados próprio e na delimitação do parque de equipamentos de informática da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, desenvolveu-se ao longo das administrações que se seguiram e prossegue em execução, ainda recentemente tendo sido informatizadas as últimas Juntas de Conciliação e Julgamento que ainda faltavam. (...) A situação em que nós, juizes do trabalho, nos encontramos, parece-se com aquela cena do clássico de Chaplin, de 1936, premonitariamente chamado de 'Tempos Modernos', em que o personagem se vê à frente de uma esteira implacável que lhe exige esforços cada vez maiores, não importa a quantidade de trabalho que já tenha sido por ele realizado. (...) No caso da Justiça do Trabalho, tenho defendido a necessidade de retomarmos, na prática diária, a simplicidade com que o processo trabalhista foi concebido. O nosso processo do trabalho, idealizado há mais de quarenta anos, com as suas características de plena oralidade, de concentração dos atos processuais e de simplicidade das formas, tem sido adotado em toda a sua essência pela moderna legislação processual, como a forma mais adequada e eficaz de solução da maioria dos conflitos. (...) Acompanho, neste ponto, a tese que tem sido defendida, dentre outros, por Nelson Jobim que hoje honra as tradições jurídicas do

Rio Grande ocupando uma das cadeiras da Suprema Corte do nosso país, que trata da questão da funcionalidade do judiciário brasileiro. Precisamos lutar contra a eternização do conflito e fazer com que a prestação jurisdicional seja entregue em tempo socialmente útil ao jurisdicionado; que a nossa jurisprudência produza menos incerteza no seio das relações jurídicas estabelecidas, o que conseguiremos se nos conscientizarmos de que devemos resolver com eficácia os litígios, ainda que disso decorra o eventual sacrifício da nossa própria satisfação intelectual. 'Last, but not least', não esqueçamos jamais da natureza conciliatória da audiência e da própria concepção dos nossos colegiados de primeiros grau, dirigida para a obtenção da composição entre empregados e empregadores, pois esta é, em muitos casos, a solução que se mostra mais eficaz em relação ao dissídio estabelecido.

Como podem ver, meus ilustres Pares, Senadoras e Senadores, a decisão de termos que tomar está bem batizada pelas qualidades e méritos do indicado. Sua vida e sua carreira são os mais cristalinos indicativos de que teremos o candidato certo para a magistratura certa e pretendida.

Isso, Sr. Presidente, apenas porque conheço o Sr. Sirângelo. Sei da sua história, sei da sua biografia, sei da sua dedicação, sei da credibilidade que ele tem na Justiça do Rio Grande do Sul, sei do respeito que ele conseguiu hoje em todo o Judiciário brasileiro. É por isso que, com muita emoção, apresento o meu voto absolutamente favorável à indicação deste ilustre homem público para o cargo. O Rio Grande do Sul apresenta o que tem de melhor e creio que esta Casa haverá de acatá-lo.

Acho, Sr. Presidente, e fiz esta leitura porque é difícil de encontrar um texto tão firme, que demonstre a personalidade e o caráter de uma pessoa. Eu acho que, nesta hora, neste momento em que vamos decidir sobre a ida de um ilustre personagem como esse para o Conselho, aquilo demonstra o que ele fará lá. Essa é a sua personalidade, o que vem fazendo, ao longo da vida, em todos os cargos por que passou.

Quando o Brossard falou comigo, fazendo referências a V. Ex^a, dizendo dos trabalhos inestimáveis que V. Ex^a prestou a ele, bem como o grupo a que V. Ex^a fez referência, dizendo da dedicação, do carinho, o Brossard asseverou que, se a gente conseguisse fazer, em cada Ministério, um grupo como aquele, para fazer, para melhorar, para olhar, para ter a preocupação pelo bem comum, indiferentemente das questões pessoais em relação a isso ou aquilo, o Brasil seria diferente.

Esta, a melhor maneira pela qual eu poderia apresentá-lo, ou seja, exatamente através...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...com todo esse tempo que passou, não digo que V. Ex^a continue o mesmo, mas melhorou muito na capacidade e na experiência.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Simon.

Com a palavra o Senador Rollemberg. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

Depois de V. Ex^a, só temos mais um, o Senador Suplicy, para, então, iniciarmos o final da exposição dos senhores para as suas respostas.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saúdo o Desembargador Sirângelo e o Dr. Juiz Rubens Curado.

É sempre um prazer estar aqui e ter a oportunidade de apreciar currículos importantes, com bastante conteúdo, e, naturalmente, votar e apoiar as respectivas indicações. Contudo, hoje, é um caso especial, Sr. Presidente: nós estamos, aqui, diante do Dr. Rubens Curado, de uma família tradicional do Estado de Goiás, e que muito contribuiu com o Estado do Tocantins, como Juiz do Trabalho, em Araguaína, em Dianópolis, em Gurupi. E S. Ex^a, hoje, indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Presidente, eu conheço uma boa parte da família do Dr. Rubens e o conheço também. Assim, quero dizer que o Conselho Nacional de Justiça estará de parabéns com o ingresso de S. Ex^a o Dr. Rubens, que, hoje, veio aqui em nome dos tocantinenses, como a Senadora Kátia Abreu, aqui presente.

Desejo, pois, hipotecar o nosso apoio e registrar a nossa admiração, o nosso respeito pelos relevantes serviços prestados à gente do Tocantins. E é, portanto, em nome de todos os tocantinenses, quero dizer que estamos aqui a apoiá-lo, asseverando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores aqui presentes que o Tocantins se sente bastante honrado com a indicação de S. Ex^a o Dr. Rubens Curado para o Conselho Nacional de Justiça.

Assim, Dr. Rubens Curado, além de apoiarmos a sua indicação, registramos toda a nossa consideração por V. Ex^a, que conta com o nosso apreço e com o nosso voto.

Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Vicentinho Alves.

Com a palavra, como último inscrito, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, senhores indicados, Dr. Rubens Curado Silveira, Dr. Flávio Portinho Sirângelo, nesses últimos dias, temos observado alguns problemas relativos à segurança e dificuldades que levam pessoas a cometer crimes que impressionam toda a população. Esses fatos se relacionam, de um lado, aos temas do trabalho escravo, objeto da atenção de ambos como Juízes do Trabalho, como também as questões relativas a como prevenir a criminalidade violenta.

Ainda na quinta-feira passada, numa favela de São Paulo, na Zona Leste, perto de São Mateus, num daqueles bairro, um grupo de cinco pessoas, algumas das quais egressas da prisão, sendo que uma delas havia saído no Dia das Mães e não havia retornado, entrou numa casa muito modesta de uma favela onde havia pelo menos 12 pessoas de famílias bolivianas que vieram a São Paulo para realizar um trabalho de confecção para uma empresa que não as registrava. Essas pessoas, exatamente por não terem os seus documentos, não costumavam abrir contas bancárias e mantinham em casa os recursos que haviam obtido depois de algum tempo de trabalho. Os ladrões, sabendo dessa circunstância, resolveram ir ali pela terceira vez, sendo que era a primeira vez que um casal era vítima daquelas cinco pessoas, e, armados de facas e revólveres, exigiram que aquelas famílias entregassem recursos. O casal entregou R\$3.500,00. Os ladrões disseram que achavam muito pouco e exigiram mais. O marido, então, foi ao automóvel e conseguiu mais R\$1.000,00, totalizando R\$4.500,00. Mas eles ainda achavam pouco. E um menino que exatamente hoje completaria seis anos de idade, no colo da mãe, chorando, ainda entregou algumas moedas às mãos do assaltante. Mas, como esse menino chorava muito, eis que um dos assaltantes resolveu desferir um tiro em sua cabeça, ocasionando o falecimento desse menino boliviano.

Ontem, o casal retornou ao seu país, com o apoio do Consulado da Bolívia, que providenciou o retorno do corpo do menino com a família. Pelas declarações que deram, os pais decidiram não mais voltar ao Brasil. O pai tem 28 anos e a mãe tem 24 anos. Como essas pessoas estavam com a documentação tramitando para obterem o seu Registro Nacional de Estrangeiros, ainda não tinham o documento e não tinham conta bancária, então, toda aquela circunstância foi objeto de aproveitamento de um grupo de jovens, um com 17 anos e os outros quatro com cerca de 20 anos, que, infelizmente, cometeram essa tragédia que abalou muito a opinião pública.

Aqui há diversas circunstâncias. Como prevenir que um número tão significativo de pessoas trilhe o caminho da criminalidade? O que fazer para que menos pessoas estejam realizando isso? Se avaliam que a diminuição da idade da maioridade penal... E já expressei que não sou a favor da redução da maioridade penal, mas, como alguns falam sobre isso, eu lhes pergunto a opinião e também sobre como assegurar a pessoas de todos os países da América Latina, vizinhos do Brasil, que possam vir ao País com maior liberdade para aqui estudarem, trabalharem e viverem, assim como o direito de brasileiros viverem nesses outros países da América do Sul, da América Latina. Ou seja, em que medida deveremos avançar ainda mais para a real integração não apenas do ponto de vista da liberdade de movimentação de bens e serviços, do capital, mas daquilo que é mais importante, ou seja, do ser humano, e, portanto, dos trabalhadores, para que possam trabalhar de maneira legal, inclusive em lugares tão desenvolvidos do Brasil, como São Paulo.

Relato esse episódio para trazer diversas questões. E agradecer se puderem nos informar.

E gostaria de dar a ambos o livro *Renda de Cidadania – a Saída é pela Porta*, que trata justamente da renda básica de cidadania, que acredito ser um dos instrumentos que, no dia em que existir, vai contribuir para diminuir significativamente a criminalidade violenta em nosso País e assegurar melhores condições de trabalho àquelas famílias que às vezes se sujeitam a condições de trabalho que fazem lembrar o tempo da escravidão, tema de preocupação dos juízes do trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A Bancada de Tocantins quer continuar se manifestando.

Com a palavra, o Senador Ataídes; depois, a Senadora Kátia Abreu.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Dr. Flávio Portinho e Dr. Rubens.

Eu não quero fazer perguntas, Sr. Presidente. Eu só quero fazer aqui um registro. As biografias dos nossos sabatinados, por si só, dizem tudo. É sabido, Dr. Flávio e Dr. Rubens, que a impunidade em nosso País é uma das causas da perversa corrupção, que desvia dinheiro da saúde, da educação e da segurança. Sabemos que a responsabilidade de V. Ex^{as}, como magistrados, é enorme. Mas agora – acredito eu – que V. Ex^{as} serão aprovados para o Conselho Nacional de Justiça e, evidentemente, a responsabilidade crescerá ainda mais. O Brasil precisa urgentemente de pessoas sérias, competentes, responsáveis e comprometidas com a sociedade brasileira. Porque nós sabemos que,

dentro da magistratura, infelizmente... Há pouco tempo, a ex-Corregedora Eliana Calmon disse que existem, em nosso País, bandidos de toga. Isso é lamentável. Como podemos aceitar que haja, dentro do Poder Judiciário, julgadores bandidos?

Portanto, a responsabilidade de V. Ex^{as} é muito grande. E que V. Ex^{as} venham a combater esses maus profissionais. Em particular V. Ex^a, Dr. Rubens Curado, que é do nosso querido Estado de Goiás, consequentemente, do nosso também querido Estado do Tocantins – porque Tocantins e Goiás, Goiás e Tocantins, Sr. Presidente, separamos o território, mas não separamos o nosso povo, que continua junto –, para nós é um orgulho muito grande, Dr. Rubens Curado, tê-lo aqui hoje, indicado ao Conselho Nacional de Justiça.

Desejo que Deus dê muita sabedoria a V. Ex^{as}.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD –TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu também gostaria de cumprimentar o Dr. Flávio. E o Dr. Rubens Curado também, que já foi juiz em Tocantins, na cidade de Guaraí, de Dianópolis e de Araguaína. É para nós um prazer e uma alegria vê-los no CNJ.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer, apenas expressar um posicionamento que para mim é da maior importância.

Nós todos sabemos que os três pilares da democracia, importantes pilares, são as nossas instituições: o Poder Judiciário, Legislativo e Executivo.

Ainda no sábado, no artigo que escrevo para *Folha de S.Paulo*, no caderno de mercado, eu escrevi sobre isto, que as três instituições, neste momento, no Brasil, precisam se unir para melhorar a sua *performance* e que ninguém ou nenhuma dessas instituições está no direito de puxar a orelha da outra. Talvez o Legislativo seja o mais transparente de todos. E, por ser mais transparente, há mais oportunidade para a sociedade e para a imprensa colocar e expor nossas mazelas. Não há nenhum problema. A transparência é importante. A sociedade precisa conhecer por dentro e por fora os três Poderes.

O Executivo também é mais acompanhado pela imprensa e pela transparência da questão política. Só que o Executivo é mais fácil de corrigir as suas mazelas, porque, no Legislativo, a cada quatro anos, podem ser ratificados os mandatos ou eles podem ser substituídos, e o Congresso começa uma vida nova. No Executivo, apesar também de termos uma eleição a cada quatro anos, muda apenas o Chefe do Executivo. A estrutura governamental continua a mesma, muitas das vezes

aparelhada por partidos. O Judiciário é o mais difícil de recompor pelos cargos serem vitalícios.

Então, o CNJ tem um papel superimportante, porque o eleitor não tem como trocar juízes. Quem tem esse papel de auferir a competência, a ética e a *performance* dos juízes do Brasil é principalmente o CNJ. E eu gostaria muito de ver o CNJ numa atuação mais forte, como já foi no passado.

No Tocantins, por exemplo, dos onze desembargadores, nos últimos três anos, cinco foram cassados por venda de sentença. Nenhum está preso ainda, quer dizer, quase 50% do Tribunal de Justiça do meu Estado do Tocantins, foram cassados – os nossos juízes –, porque, como se sabe, vendiam sentenças há anos. Ninguém, repito, está preso até hoje.

A demonstração disso é que, em outros lugares, nós precisamos agilizar, porque pior do que a falta de saúde, pior do que a falta de educação, estradas, portos, infraestrutura, o pior para um cidadão é ele sentir que não exerce o seu direito humano, que é constitucional e pétreo, que é o direito à Justiça célere e verdadeira. Nada traz indignação maior a uma pessoa do que ele ser injustiçado pelo Poder Judiciário do seu país, do seu Estado, do seu Município.

No meu Estado do Tocantins, nós temos 190 juízes. Cada juiz no Tocantins tem um assistente judiciário. Não existe possibilidade de esse Judiciário do meu Estado ser eficiente com um assistente judiciário para analisar em torno de oito mil processos cada um.

Então, nós precisamos com urgência, e o CNJ tem respeitabilidade para propor situações que possam melhorar a *performance* dos Estados, principalmente da primeira instância. Nós não queremos – eu, pessoalmente – apenas atacar. Não! Nós queremos limpar o Judiciário, como precisamos sempre limpar o Executivo, o Legislativo, mas nós precisamos melhorar a *performance* do Legislativo, do Executivo e do Judiciário.

Como é que os juízes do meu Tocantins podem ser eficientes se eles não possuem estrutura para trabalhar? E o acúmulo de processos todos os dias, ano após ano, faz com que o povo do meu Estado seja prejudicado. A notícia que se tem é a de que a Primeira Instância, em praticamente todos os Estados do Brasil, tem dificuldades com relação à assessoria e ao pessoal técnico especializado, para dar vazão aos processos a serem julgados.

Então, desejo boa sorte aos dois. Que possamos revitalizar, cada vez mais, o CNJ no Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Alvaro Dias deseja ainda rapidamente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim, Sr. Presidente. Serei sucinto. Vou me restringir apenas

a uma investigação, colaborando com os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Minha saudação ao Dr. Rubens e ao Dr. Flávio!

A investigação diz respeito a um tema que é recorrente nesta Casa. Na pauta dos debates, recentemente, houve o arquivamento da PEC nº 37, mas há duas proposições que continuam tramitando no Congresso, e há um esforço para que elas sejam votadas brevemente. Uma delas institui dois tipos de inquérito: o policial, presidido por delegados; e o penal, por promotores e por procuradores. Existe ainda a Proposta de Emenda à Constituição nº 75, que prevê demissão de promotor e de procurador pela via administrativa sem decisão judicial.

Segundo o Procurador de Justiça de São Paulo, Márcio Fernando Elias, “a vitaliciedade constitui garantia do membro do Ministério Público que impede a perda de seu cargo senão por decisão judicial transitada em julgado”.

Na avaliação de Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, isso “é enforcar o Ministério Público”. Vejam a afirmação forte da Presidente Norma Cavalcanti: “É enforcar o Ministério Público. Se o promotor não tem as prerrogativas da vitaliciedade, da inamovibilidade e da irredutibilidade de vencimentos, não terá segurança e coragem para processar os poderosíssimos”.

Daí vem a pergunta. O Ministério Público é uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional. Como se posicionam V. Ex^{as} no tocante à função de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais individuais? As propostas mencionadas configuram, em alguma medida, uma nova PEC da impunidade?

Fico apenas nessa investigação, Sr. Presidente, atendendo ao apelo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Peço silêncio agora a V. Ex^{as} e aos senhores assessores.

Nós vamos ouvir, em sua participação final, os dois sabatinados.

Com a palavra, o Sr. Rubens Curado Silveira.

O SR. RUBENS CURADO SILVEIRA – Srs. Senadores, vou procurar ser bem sucinto, bem objetivo nas respostas, mesmo porque são muitas indagações. Caso eu me omita em alguma delas, por favor, peço-lhes a gentileza de me lembrarem.

Respondo, inicialmente, às indagações do Senador Pedro Taques. A primeira delas é: de que maneira

a sociedade brasileira ou o Judiciário podem alcançar uma razoável duração de processo?

S. Ex^a tocou também na questão da Meta 18, do Conselho Nacional de Justiça, sobre o julgamento dos processos de improbidade administrativa.

Eu tentei, na minha exposição inicial, tocar em algum ponto... Afirmo e repito: a principal missão do Conselho Nacional de Justiça, a meu ver, é buscar um Judiciário mais célere, mais eficiente e mais efetivo. O caminho para isso, como mencionei, é, primeiro, o foco em gestão, o choque de gestão. É preciso buscar uma metodologia de gestão por meio de metas e de objetivos estratégicos, de indicadores que possam melhorar a eficiência do Judiciário.

Também é preciso investimento permanente em TI. O Judiciário atual, o juiz atual, moderno, no terceiro milênio, não pode ficar trabalhando com ferramentas de 50 anos atrás, usando o computador como máquina de escrever de luxo. Precisamos, sim, investir em TI, para que o Judiciário possa dar uma resposta célere, no prazo razoável, como é a nossa missão, como está previsto na Constituição. É a promessa constitucional da duração razoável do processo.

Quanto à gestão de pessoas, à infraestrutura, lembro que a Senadora Kátia Abreu tocou num ponto fundamental, que é a melhor estrutura dos serviços judiciários de primeiro grau.

Nós temos, sobretudo na Justiça Estadual, que tive oportunidade de conhecer, apesar de ser da Justiça do Trabalho, no período em que atuei no Conselho Nacional de Justiça e, de fato, é uma realidade a ausência absoluta de estrutura, sobretudo no interior do Brasil. Essa realidade de juiz trabalhar com oito mil processos e um servidor, dois servidores por Vara é uma realidade infeliz no Brasil todo, e isso até gera – não sou eu que estou falando, os dados da Justiça em números mostram isso – uma grande distorção na distribuição interna da mão de obra.

Os relatórios das inspeções feitas pelo Ministro Dipp – quem tiver curiosidade que os leia –, quando ele era Corregedor Nacional de Justiça, mostravam muito claramente, em muitos tribunais do Brasil em segundo grau, assessorias e desembargadores com vinte, trinta, quarenta servidores e, no primeiro grau, um primeiro grau paupérrimo, com um, dois servidores numa Vara, e oito, dez mil processos. Então, o Judiciário precisa trabalhar também fazendo a sua lição de casa, que é uma melhor gestão de pessoas, melhor distribuição da sua própria força de trabalho.

Meta 18, Senador Taques. O Judiciário, pelo que tenho percebido nas notícias, tem se desdobrado para o seu cumprimento. É uma meta importantíssima, voltada ao julgamento de todas as ações distribuídas,

salvo engano, até 2011, de improbidade. Nem sempre é possível, por falta de estrutura, mas o importante é a política judiciária que está por trás, que é o pano de fundo de uma meta estabelecida consensualmente pelo CNJ com os presidentes de todos os tribunais brasileiros, essa política judiciária de atacar o problema de julgamento prioritário das ações que tocam improbidade administrativa. Ainda que nem todos os processos sejam julgados, a política permanece e será dada a prioridade.

O Senador também me pergunta sobre a extinção da Justiça Militar. É um tema que está em discussão no Conselho Nacional de Justiça; foi criada, pelo que soube pela imprensa, uma comissão para discutir este tema, e eu não teria como opinar, porque não tenho os dados numéricos para saber até sobre a questão do princípio da economicidade, se vale a pena a manutenção ou não. Acho que é uma discussão que precisa ser levada adiante e que o CNJ precisa enfrentar. Sabemos que a especialidade, em algumas áreas, é importante, mas precisamos, realmente, avaliar a questão da economicidade, como o senhor bem lembrou.

A questão do Decreto Legislativo 85, uma resolução administrativa do TSE, eu peço desculpas ao senhor, mas eu não conheço os argumentos dessa discussão e eu não poderia opinar – seria leviandade minha – sobre uma discussão cujos argumentos, inclusive do Tribunal Superior Eleitoral, eu não conheço.

Meta 4 – Crimes Dolosos. O problema de não atingimento de metas também vem da estrutura do modelo de gestão do CNJ. Não é nem um problema, isso faz parte do próprio processo de mudança de cultura de trabalhar com metas. As metas são objetivos estratégicos que precisam ser alcançados, mas elas precisam estar acompanhadas de infraestrutura e precisam também estar acompanhadas dessa política permanente.

Julgamento de crimes dolosos deve ser uma prioridade absoluta. Lembro que, em 2010, foi estabelecida uma ação estratégica pelo Conselho Nacional de Justiça – eu estava lá à época –, no Encontro Nacional de São Paulo, também de dar prioridade absoluta ao julgamento dos crimes dolosos contra a vida. E...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu não estou conseguindo ouvir o nosso sabatinado, Presidente. Não estou conseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu peço silêncio novamente.

O SR. RUBENS CURADO SILVEIRA – E renovo a informação de que, a meu ver, mais importante ainda do que o cumprimento da meta é esse esforço

institucional e a política judiciária feita para alcançar aquela política que está por trás da meta, aquele tema importante para o Judiciário que está por trás da meta, e buscar soluções, pôr o tema na pauta do dia e buscar soluções para ele.

O problema das prisões brasileiras, Senador Pedro Taques, o senhor abordou muito bem, inclusive utilizando a expressão do nosso Ministro da Justiça, de que são “medievais”. Já ouvi outras expressões também, como “casa de horrores”. Já ouvi expressão de que as nossas prisões causam inveja às prisões do auge do nazismo alemão. De fato, é um problema seriíssimo a ser enfrentado, e o CNJ jogou luz nesse problema quando lançou os mutirões carcerários. E não só o problema das prisões, mas o problema da ineficiência absoluta da nossa justiça criminal, do nosso sistema de justiça criminal que abrange, além do Poder Judiciário, o Ministério Público, Polícias e Defensorias Públicas.

Apenas um dado eu gostaria de dar, que vem a corroborar tudo isso. Na época dos mutirões carcerários, quando eu estava no Conselho Nacional de Justiça, em determinados Estados, nos diálogos institucionais que ocorriam em torno do mutirão carcerário, foi identificado, em um Estado, cinco mil homicídios registrados na Polícia local sem sequer inquérito aberto, ou seja, sem nem sequer possibilidade de apuração para uma eventual punição daquele criminoso. Isso retroalimenta o problema criminal, retroalimenta a criminalidade e gera esse problema de segurança pública que vivenciamos Brasil afora.

É possível mitigar o princípio da vitaliciedade, outro tema importantíssimo que está na pauta desta Casa. Vejo nisso um grande problema. Vitaliciedade é uma garantia fundamental da independência da Magistratura.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, tenho dificuldade em ouvir. Realmente, muita dificuldade em ouvir o sabatinado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Estou com dificuldade. Vou suspender por um minuto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Nós não temos condições também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aécio, por favor. Senador Alvaro Dias, essa reunião pode ser feita lá na Secretaria, na minha Secretaria. Disponibilizo a sala para o Senador Randolfe ter as suas reuniões. Por favor, Senador Randolfe.

Por favor, fica a minha sala franqueada para as reuniões de V. Ex^{as}. Senador Aloysio, Senadora Kátia, por favor. Só fica na reunião quem estiver interessado em ouvir os sabatinados. Peço à Secretaria para tomar

as providências necessárias. Já tentei coordenar os trabalhos, só fica na reunião quem estiver interessado em ouvir os sabatinados. Por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Sr. Presidente, pela ordem.

Percebo sempre, quando estamos aqui a sabatinar nossos futuros Ministros, que V. Ex^a sempre tem chamado a atenção dos assessores. Mas percebo que a culpa maior não é dos assessores; é dos Senadores. Percebo que aqui, durante esta Comissão, os assessores vêm despachar com os Senadores. Eu sugeriria que os nossos assessores não despachassem com os nossos Senadores em um momento como este, Sr. Presidente. É uma sugestão nossa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos avaliar. Vamos retomar com essa solicitação da Presidência. Volto a palavra ao Dr. Rubens

O SR. RUBENS CURADO SILVEIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Retomando a discussão, o princípio da vitaliciedade, que está na pauta da Casa, a meu ver, é uma segurança imprescindível para o exercício tanto da missão do magistrado como dos membros do Ministério Público. E mais: é uma garantia da própria sociedade ter magistrados e membros do Ministério Público independentes para exercer adequadamente essa missão. Portanto, vejo com muita preocupação e, por óbvio, só posso opinar contrariamente à proposta.

Na verdade, vejo na proposta – esse é o ponto principal – uma preocupação importante, quando se toca na questão da perda de cargo por decisão administrativa, com a celeridade dos processos judiciais que gerem perda do cargo. Na verdade, acho que não podemos enfraquecer a Magistratura nem o Ministério Público com o problema da celeridade do Judiciário. O que temos que fazer é adotar medidas concretas para que o Judiciário seja efetivo, célere para que possa julgar inclusive os crimes de perda de cargos dos próprios juízes e membros do Ministério Público com a celeridade devida. Para isso, temos instrumentos. Um exemplo é a própria meta nº 18, que deu celeridade aos processos de improbidade administrativa e também pode, se assim quiser, se assim for necessário, dar prioridade ao julgamento dos processos de perda de cargo.

A última pergunta, salvo engano, do Senador Taques é referente à omissão do Supremo quanto à Loman. De fato, sei que esse é um tema complexo, que o Supremo, há muito tempo, vem discutindo. Mas a magistratura brasileira como um todo anseia que esse tema venha para a pauta, para o Congresso, abrindo a discussão com o Poder Legislativo. Não tenho dúvida de que o Supremo, muito brevemente, fará esse enca-

minhamento, para que possa haver uma Lei Orgânica mais atualizada, mais adequada aos tempos atuais.

É razoável o magistrado aposentar por aposentadoria proporcional, por aposentadoria compulsória, administrativa? Essa foi a última pergunta do Senador Pedro Taques. Sei que a sociedade vê isso com muita dificuldade, tem dificuldade em compreender o problema da aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais. O que nós temos de discutir também – este é um ponto que trago à discussão – é que o sistema de recolhimento para aposentadoria é um sistema contributivo. Aquela pessoa que recolheu contribuiu ao longo do tempo e, com a aposentadoria proporcional, está simplesmente recebendo de volta a poupança, digamos assim, que depositou ao longo do tempo. Então, temos de mudar o foco e até esclarecer à sociedade que não se trata de privilégio, mas, sim, de uma retribuição por uma contribuição já feita. Ou, então, procede-se à restituição, não como aposentadoria, do valor recolhido ao longo do tempo.

A primeira pergunta do Senador Pimentel se refere ao problema da litigiosidade existente no Brasil, na sociedade brasileira, com 90 milhões de processos.

De fato, existe uma expressão que já ouvi algumas vezes sobre esse problema do excesso. O senhor diz também que, ao mesmo tempo em que é um problema do Judiciário, há o reconhecimento da sociedade de que acredita no Judiciário. Existe uma expressão que foi usada para os casos de asoamento de ações nos juizados especiais federais, que foi “o fracasso do sucesso”, ou seja, o sucesso foi tão grande perante a sociedade, a quantidade de ações foi tão grande, que gerou um fracasso. E é mais ou menos esse é o problema do Judiciário, esse excesso de litigiosidade na sociedade brasileira. São 28 milhões de ações por ano; são 90 milhões, no total.

Agora, tenho uma boa notícia. Isso, talvez, mostre um pouco dos resultados desse choque de gestão que o próprio CNJ vem dando. Pela primeira vez, no último Relatório Justiça em Números de 2010, a quantidade de ações baixadas, ou seja, a porta de saída do Judiciário, foi igual à quantidade de ações ajuizadas, a porta de entrada: 28 milhões. Ou seja, pelo menos, o Judiciário equilibrou o jogo.

O nosso problema são os 60 milhões de processos do estoque. Para que o Judiciário pudesse zerar, digamos assim, esses 60 milhões de processos, ele precisaria parar a distribuição durante dois anos e julgar, com esse esforço, em torno de 30 milhões de processos por ano. Ou seja, é um problema muito grande. O Judiciário ainda presta um serviço muito grande, mas, pelo menos, há uma boa notícia: talvez, a gente consiga, daqui a pouco, virar esse jogo e começar, com o

tempo, a diminuir esse estoque grande de 60 milhões de processos que viram de um ano para outro. Com isso, quem sabe podemos buscar a promessa constitucional da duração razoável de processos?

Há um ponto que o senhor mencionou também e que eu gostaria de frisar: o Judiciário, a ciência jurídica precisa começar a atuar na prevenção de litígios, com uma política pública judiciária. Todas as grandes ciências atuam na prevenção, como a Medicina e a Engenharia. Dizem que essa é a forma mais econômica, mais barata: é melhor prevenir do que remediar. E o Judiciário não tem essa cultura. O Judiciário, tradicionalmente, atua só no pós-conflito. Após o conflito ocorrido é que ele entra para fazer a sua atuação.

Então, o Judiciário precisa entrar com políticas públicas na prevenção de novos litígios. Já há dois exemplos. Um deles é o projeto Começar de Novo, do CNJ, que lida com a prevenção da reincidência criminal de egressos do sistema carcerário. O outro é o programa da Justiça do Trabalho que mencionei, o Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho, que visa a prevenir o acidente de trabalho. Ou seja, é um programa social, mas que visa também à prevenção de novos litígios na Justiça do Trabalho.

O senhor menciona também a questão do custo da ação judicial, o choque de gestão, que o senhor utilizou lá como Ministro da Previdência, e é um cálculo importante de fato. Hoje, as execuções fiscais até R\$10 mil não são ajuizadas.

E o que trago também de retorno do senhor é que o CNJ já chegou a pôr o dedo nesse tema; contratou, em 2009, uma pesquisa do próprio Ipea para identificar o custo da execução fiscal na Justiça Federal, e o TST também, recentemente, fez uma parceria também com o Ipea para identificação do custo do processo trabalhista, tentando pensar nessa discussão que o senhor trouxe mesmo do custo da ação judicial *versus* o que vai ser pago e poder, a partir daí, traçar algumas políticas públicas.

O senhor mencionou trabalho decente, seguro, o problema do FAT. O senhor tocou num ponto fundamental, que era o problema também dos acidentes de trajeto, que vêm desvirtuando as estatísticas sobre acidentes de trabalho. São 700 mil acidentes de trabalho no Brasil por ano, com quase 3 mil mortes. Ou seja, um grande mal social, e é um custo previdenciário muito alto. Além do custo social, um custo previdenciário de mais de R\$10 bilhões por ano.

Mas, de fato, talvez o caminho seja uma marcação no comunicado de acidente do trabalho, que aquilo ali é um acidente de trajeto, para que uma política possa ser estabelecida; tratado o problema do trajeto e a locomoção urbana, como o senhor bem trouxe.

E há mais um dado em relação a isso. Foi identificado também nesse trabalho do Tribunal Superior do Trabalho um grande índice de acidentes na indústria de transporte. É uma das que mais matam no Brasil hoje em dia, e a prioridade do Programa Trabalho Seguro, em 2013, é o foco na redução de acidentes. Um trabalho inclusive em parceria com o Ministério Público do Trabalho de redução dos acidentes no transporte, o que vem ao encontro também do problema dos acidentes de trânsito no Brasil.

O Senador Antonio Carlos Rodrigues pergunta sobre a PEC nº 53, inamovibilidade. Eu acho que já respondi, quando respondi ao Senador Pedro Taques, que também fez essa pergunta, que é a questão que não há garantia da independência da magistratura e da sociedade. Acho que não podemos abrir mão disso. Acho que a sociedade brasileira não pode abrir mão.

Ele também menciona a questão dos proventos proporcionais, que já tive, acho eu, oportunidade de responder.

Senador Vicentinho, e aproveito para mencionar também, ao mesmo tempo, o Senador Ataídes, a Senadora Kátia Abreu, pela gentileza das palavras dirigidas a mim. Foi para mim um imenso prazer atuar no belo e pujante Estado do Tocantins nessa minha passagem por lá. Foi uma felicidade conviver com um povo amável. Na verdade, minha sociedade, já que sou goiano, e o Estado do Tocantins fez parte um dia, mas ainda faz parte da nossa sociedade. É a mesma sociedade goiana.

Então, agradeço as gentis e amáveis palavras particularmente aos senhores.

O Senador Eduardo Suplicy menciona o problema do trabalho escravo, prevenção da criminalidade.

Senador, trabalho escravo, em primeiro lugar. Sobre isso, eu queria registrar aqui o meu reconhecimento pelo belíssimo trabalho e pela demonstração de amadurecimento institucional desta Comissão, ao aprovar, na semana passada, a PEC do Trabalho Escravo. Sei que os temas ainda estão sendo discutidos. Na verdade, os temas que estão sendo discutidos são da maior relevância, sobre a própria conceituação do trabalho escravo, o Código Penal. O tipo penal mesmo do Código Penal deixa uma conceituação muito aberta sobre o que é trabalho forçado, o que é trabalho exaustivo, doze, treze, catorze, quinze horas, ou seja, é preciso, realmente, dar uma conceituação melhor, e esse eu sei que é um dos focos do trabalho.

E o problema do procedimento da expropriação da terra. Realmente, algo tem que ser discutido e definido.

Mas o fundamental que eu vejo é esse amadurecimento institucional. A Justiça do Trabalho, há anos, clama por essa aprovação. Nós estamos na ponta e

convivendo. No próprio Estado do Tocantins, tive, infelizmente, oportunidade de pegar alguns casos sobre o trabalho escravo. É uma realidade brasileira, infelizmente, não só na área agrária, na área agrícola. Nós temos também o trabalho não decente, o trabalho escravo, análogo ao trabalho escravo também no meio urbano. E precisa haver, realmente, uma política pública permanente voltada ao combate desse mal social.

O problema da prevenção da criminalidade. O senhor menciona esse crime bárbaro de São Paulo, que comoveu o Brasil. Como prevenir a criminalidade? Eu só vejo um caminho: pela educação. A educação é o caminho de tudo. E, também, não só pela reparação, mas pela punição efetiva, que toca no problema do Judiciário, da ineficiência da Justiça criminal no Brasil. A punição efetiva, rápida e séria de criminosos – e aí não entra só o Judiciário, mas o sistema criminal como um todo, abrangendo polícia e Ministério Público – é algo fundamental. É o que chamamos de caráter pedagógico da decisão judicial.

O senhor menciona também a diminuição da maioria penal. Assim como o senhor, não sou favorável. Sei que há certo clamor público por essa diminuição quando surgem, aqui ou acolá, crimes cometidos por menores, mas quando nós conhecemos, do outro lado do balcão, nossos cárceres, nossas prisões, nós vemos que não é o local para colocar o menor, que vai sair pior dali. Temos que tocar também no problema de evitar a reincidência criminal no pós-cárcere. E aí, sim, também, uma política pública permanente para a reinserção social.

Finalizo aqui esta questão. Quero apenas citar um dado. Alguns estudos mostram que a taxa de reincidência criminal no Brasil é algo em torno de 70%, mas quando um criminoso sai da prisão e tem oportunidade de emprego, de trabalho decente, essa taxa de reincidência cai para 10%. Ou seja, o caminho é a reinserção social dos egressos do sistema carcerário, que é um dos projetos do Conselho Nacional de Justiça, que é o projeto Começar de Novo.

Para finalizar, gostaria de registrar minha admiração pessoal a V. Ex^a. Conversando com V. Ex^a, tive a oportunidade de conhecê-lo mais de perto e de receber seu livro sobre a renda básica de cidadania, que é uma bandeira que carrega há muitos anos. Esse trabalho belíssimo renovou a minha admiração por V. Ex^a.

Retomando, ainda, o Senador Ataídes menciona a questão do compromisso dos magistrados, de pessoas públicas como um todo, com a melhoria do Judiciário para a sociedade brasileira. De fato, isso vem a calhar com o momento atual. O Judiciário também precisa ouvir as vozes das ruas, porque tocam no problema do mau serviço público prestado pelo Poder Judiciário. O

Judiciário precisa, sim, adotar medidas efetivas, concretas e urgentes, colocar na pauta do dia essa melhoria efetiva do serviço judicial à sociedade brasileira.

A Senadora Kátia Abreu – já cheguei a mencionar – aborda o problema da falta de estrutura. De fato, é uma realidade o problema da falta de estrutura no primeiro grau de jurisdição e é onde está a taxa de congestionamento maior no Poder Judiciário. Precisa haver também um direcionamento do problema e uma melhor estruturação da Justiça do Trabalho de 1º Grau e em todos os segmentos, Justiça do Trabalho federal e estadual.

O Senador Alvaro Dias menciona – já estou finalizando, Presidente – a PEC 37, que foi arquivada. V. Ex^a menciona a proposta que está em discussão, dos dois tipos de inquérito. Essa, eu peço desculpas, eu não conheço exatamente a proposta e teria dificuldade de abordar, de emitir minha opinião. Sinceramente, peço desculpas, não consegui conhecer de perto a proposta.

Quanto à PEC 35, a questão da demissão pela via administrativa, cheguei a mencionar isso quando respondi ao Senador Pedro Taques, eu acho que a finalidade é boa, que o que se busca atingir com a demissão pela via administrativa, ou a perda do cargo por via administrativa, é que seja feita com maior celeridade, tendo em vista que a perda do cargo com o trânsito em julgado e a ação judicial tem sido lenta. Mas não podemos, na minha opinião, prejudicar ou enfraquecer uma garantia da magistratura em razão de um problema de celeridade. Nós temos é que combater o real problema, que é a celeridade do processo judicial, e priorizar esses julgamentos de perda de cargos, de demissão, para que esses julgamentos ocorram com a celeridade possível.

Defesa da ordem jurídica do Ministério Público, o senhor menciona também muito bem. Eu sou até pela irmandade existente entre Poder Judiciário e Ministério Público. Sou defensor nato do Ministério Público, do irrelevantíssimo trabalho que o Ministério Público exerce; conheço mais de perto do Ministério Público do Trabalho, tive o prazer de ser estagiário do Ministério Público do Trabalho no início da década de 90 e reconheço no Ministério Público do Trabalho a função fundamental – no Ministério Público como um todo –, essencial à democracia brasileira.

Senhores, peço desculpas pela celeridade das respostas, pela objetividade, e agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Desembargador Sirângelo.

O SR. FLAVIO PORTINHO SIRÂNGELO – Obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Eu também tentarei ser breve, embora os temas que foram suscitados nos diversos questionamentos são extremamente complexos e, evidentemente, merecem um tipo de enfoque e de análise num momento em que isso seja possível, ou seja, ingressar na profundidade das questões que são suscitadas em cada item desses que V. Ex^{as} trouxeram.

Eu quero dizer que pensei que tudo poderia acontecer na minha carreira, Senador Pedro Taques – respondendo à primeira referência de V. Ex^a –, menos coincidir este momento com o momento que o Brasil está vivendo de comoção, como foi a expressão que V. Ex^a utilizou. E eu acho que não posso me furtar a fazer uma sucintíssima observação, que é uma observação, evidentemente, construída da minha condição de cidadão brasileiro. Além de não poder deixar de reconhecer que também é uma constatação que eu faço com a preocupação de autoridade pública que sou, de membro de Poder que sou.

Acho que a única coisa certa de tudo que estamos vivendo, Senador Pedro Taques, é que ninguém sabe o que fazer, exatamente, para responder o que está acontecendo. Mas acho que, por alto, uma interpretação sobre esse problema reside em alguma coisa a que me referi, sobre o que acontecia nos anos 90 em relação à funcionalidade do Poder Judiciário. Há nitidamente uma exaustão sobre o sistema da burocracia brasileira na atuação de atender às necessidades fundamentais e mais elementares que a cidadania brasileira exige. Acho que é isso que nós testemunhamos. Não é uma ruptura, mas é um grito, é um berro de que algo precisa ser feito por nós, que temos responsabilidades públicas tão grandes como as que nos são cometidas.

Então, no nosso caso, em relação ao Poder Judiciário – o meu colega Rubens já abordou, em grande parte, coisas que eu subscrevo integralmente –, eu acho que a nossa contribuição, em relação aos atuais questionamentos, Senador Pedro Taques, da população de um modo geral sobre funcionamento de serviços públicos no que toca ao Poder Judiciário, é continuar fazendo o que está em execução, o que está em elaboração. É criar condições para termos um Poder Judiciário que seja mais próximo da população, que possa ter uma interlocução maior com a população, que compreenda a necessidade do seu papel fundamental de solucionar litígios e de não acumular os conflitos individuais. Temos que, juntamente com o Congresso Nacional – penso eu –, trabalhar para que possamos criar mecanismos processuais de resolução de conflitos em caráter coletivo, com maior intensidade do que temos hoje. As reformas processuais que nós acompanhamos, muitas das quais estão ainda em andamento, inclusive a própria discussão sobre a edição

do novo Código de Processo Civil. Mas, particularmente, no que toca a minha área de atividade, projetos de lei que visam trazer racionalidade ao processo judiciário trabalhista, por exemplo, têm uma tramitação muito difícil. E muitas das inovações voltadas a atender as necessidades de uma maneira mais contemporânea, muitas vezes, são combatidas, acabam sendo alvo de algum tipo de negociação e quase que se esvaziam. Penso que deveria haver uma interlocução maior do Poder Judiciário. Acho que o CNJ deve também exercer esse papel de interlocutor com o Poder Político, no sentido de procurar um caminho de aperfeiçoar a organização do Poder Judiciário e do modo como ele funciona.

O Poder Judiciário brasileiro seguiu o modelo republicano norte-americano, mas se distribuiu em justiças estaduais, uma Justiça Federal, mais recentemente, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar, que são estruturas diferentes, que têm origens diferentes, que têm complicações diferentes. As justiças estaduais estão vinculadas, evidentemente, aos governos estaduais; elas dependem da ação dos Executivos e dos Legislativos estaduais para obter os recursos de que precisam para se modernizar. Então, é uma plethora de problemas trazida por essa estrutura complexa que é o Poder Judiciário brasileiro, em um país das dimensões do Brasil, mas organizada com base no regime federativo como aconteceu nos Estados Unidos.

Acho que tivemos períodos de efervescência, especialmente de expansão econômica, mais recentemente, desde a década de 90, quando superamos o problema da inflação principalmente. Desde então, tivemos o desenvolvimento do País, o que, naturalmente, foi criador de situações de litigiosidade. E isso, como eu disse na minha apresentação inicial, foi a causa que levou ao questionamento sobre o modo como o Poder Judiciário funcionava naquela época. Hoje, há o CNJ como órgão de controle e gestão do funcionamento da Justiça.

A Meta nº 18 está inserida no contexto dessas dificuldades – e isso foi alvo de uma das indagações de V. Ex^a, Senador Pedro Taques –, ou seja, o problema de cumprimento da Meta nº 18.

Em primeiro lugar, é preciso constatar que, em boa parte, ela está sendo por muitos tribunais atendida, como foi referido recentemente em pronunciamento do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, na abertura, se não estou enganado, da última sessão do CNJ. E há tribunais que têm enfrentado dificuldades provavelmente porque têm dificuldades estruturais. Mas, bem ou mal, a meta foi concebida dentro do sistema que foi introduzido pelo

CNJ, de gestão, de planejamento estratégico, de técnicas de gestão por resultados. Além do mais, ela foi discutida pelos atores envolvidos, foi aceita e, obviamente, deverá ser cobrada, como já foi, alias, anunciado pelo próprio Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Ministro Joaquim Barbosa.

Quanto à questão da extinção da Justiça Militar, confesso que acompanhei um pouco esse debate, uma vez que, casualmente, estava assistindo a uma sessão do CNJ, há cerca de três ou quatro meses atrás, quando esse tema foi acerbamente discutido. Até por causa disso, houve a formação de uma comissão para deliberar sobre esse assunto. É um problema delicado. Ele mostra que há muitas disfunções no funcionamento dessa Justiça especializada, que são notórias e que são lembradas sempre que o tema é trazido, e acho que essa questão haverá de ser encaminhada no âmbito dos trabalhos desse colegiado, dessa comissão que foi criada no Conselho Nacional de Justiça.

Quanto à Meta 4, que liga com o tema do sistema prisional, porque ela trata do compromisso de julgamento dos crimes dolosos contra a vida, especificamente dos crimes de homicídio. Há poucos dias, eu li a notícia de uma reunião, de uma audiência pública, se não estou enganado, que aconteceu aqui, nesta Comissão, à qual V. Ex^a estava presente, Senador Pedro Taques, onde se ouviu a afirmação de que o sistema prisional brasileiro está destruído. Essa foi a expressão utilizada por um técnico, não por um membro da Casa ou por alguém de fora do sistema que talvez pudesse usar uma expressão forte sem ter razões para fazê-lo.

Um sistema prisional totalmente destruído leva a uma situação de dificuldade de enfrentamento. Inclusive, aí já procurando responder a uma pergunta que foi feita mais adiante, a respeito da maioria penal... Quer dizer, são coisas que se inter-relacionam porque não há sentido em reduzir a maioria penal quando não conseguimos resolver a burocracia pública que deveria administrar o sistema de execução das penas seja em relação às penas dos crimes contra a vida e todos os demais crimes que são apreciados pela Justiça, seja em relação à delinquência da criança e do adolescente, principalmente.

Então, acho que, em relação à meta, o problema provavelmente reside na deficiência estrutural de tribunais estaduais. Certamente, me defrontarei com esse problema no Conselho Nacional de Justiça, mas confesso que não sei... Acho que o Conselho Nacional de Justiça tem poder de coerção para fazer com que seja mais bem tratado o tema relativo também a essa meta, que é importante tanto quanto a Meta 18.

O problema da vitaliciedade. O Senador Pedro Taques perguntou a respeito das propostas de flexibi-

lização da vitaliciedade. Eu não sou simpático a essa ideia. Penso que o juiz tem garantias a um juiz, não é um juiz inteiro, e a vitaliciedade do magistrado, bem ou mal, é a garantia mais importante que a sociedade possui. Ela não é uma benefício do juiz, mas uma garantia, como todos nós sabemos, da sociedade para se assegurar a independência do magistrado. Talvez por isso a expressão flexibilização usada por V. Ex^a. É claro que há experiências, nós sabemos, em outros países, de mandatos em tribunais de instâncias mais elevadas, uma questão que deve ser debatida. Não fecho questão sobre ela. Acho que é muito importante... Há experiências que funcionam muito bem, mas há outras totalmente desastrosas em alguns Estados dos Estados Unidos, por exemplo, onde magistrados, por terem agido ou por terem jurisdicionado com a exação devida, não foram reconduzidos por causa de um debate público, principalmente onde há o processo eleitoral de juízes.

Acho que a vitaliciedade é um princípio em que, como regra geral, não se deveria tocar, em hipótese alguma. É uma garantia da cidadania brasileira e da democracia brasileira.

Loman. Há muito que dizer e há muito o que referir acerca da perplexidade que é de todos, da nossa dificuldade em discutirmos e, mais do que discutirmos, de levarmos adiante, de maneira incisiva, um processo que leve à edição de uma lei orgânica da Magistratura condizente com os tempos atuais. Ela deve superar os enormes entraves causados por uma disciplina jurídica que foi criada lá, se não me engano, no bojo do pacote de abril – e é de um tempo que o Brasil já superou – e que tem algumas disposições que inclusive já estão não recepcionadas pela Constituição. Essas disposições não conseguem mais regular a estrutura judiciária brasileira e a Magistratura brasileira na complexidade com que elas passaram a se formar a partir do processo de redemocratização, da Constituição de 88, da ampliação da estrutura judiciária, da criação de um sem número de tribunais, da modernização do Judiciário, enfim, de todo esse complexo que é o Poder Judiciário hoje, trabalhando praticamente na ausência de um diploma consistente, congruente com a realidade atual.

É preciso – novamente vou me valer da expressão – ter interlocução política. Talvez, nós, do Judiciário, tenhamos que nos penitenciar um pouco porque estamos vindo de uma cultura do Século XX, em que éramos insulados nas nossas coisas, não dialogávamos com a sociedade e não dialogávamos, ou melhor, tínhamos um diálogo muito restrito, muito reduzido, muito pouco com os demais Poderes, o Poder Legislativo principalmente.

Então, acho que é preciso encontrar um caminho através de um modelo de interlocução do Judiciário com esta Casa e com a Câmara dos Deputados para que se agilize o processo de elaboração da nova lei orgânica da Magistratura.

Vou me permitir – não quero alongar – relatar a experiência que presenciei, da Conferência Nacional da Justiça Federal dos Estados Unidos, que é composta por 26 magistrados. Essa conferência tem o nome de conferência, porque *conference*, em inglês, é reunião, não é um conselho propriamente. Ela se reúne duas vezes por ano apenas e trabalha fundamentalmente – são 26 Conselheiros – por comissões. O orçamento da Justiça, por exemplo, nos Estados, Unidos é discutido diretamente por uma das comissões, da conferência, com o Parlamento.

O Executivo mal passa perto disso. As reformas processuais são debatidas pela Conferência também. Há uma comissão, ou melhor, um comitê, como eles chamam, que trata da legislação processual, que tem uma interlocução tão rica e tão produtiva com o Parlamento, que chegou a um ponto tal de haver uma negociação pela qual as inovações processuais aprovadas no seio da conferência judicial, se aprovadas pela suprema corte, entram imediatamente em vigor e ficam subordinadas apenas a um referendo do Congresso Nacional. Isso agiliza a adaptação das leis processuais às necessidades do tempo.

Senador José Pimentel, tive novamente grande prazer em ouvi-lo. Novamente, percebi o grau de *expertise* de V. Ex^a no tema especialmente da questão previdenciária, que é tormentosa, controversa, e que causa muita apreensão e muita preocupação para quem exerce a jurisdição, porque são questões que envolvem os cidadãos comuns. São pequenas causas que estão jogadas dentro de uma máquina recursal trituradora. E acho que isso é outra coisa que tem que ser imediatamente enfrentada.

Eu fui ministro substituto convocado no Tribunal Superior do Trabalho e me lembro de me defrontar com levar para julgamento processos cujo valor não superava R\$500; o processo tramitando há quase dez anos para resolver um acordo sobre a incidência da contribuição previdenciária e assim por diante.

Na Justiça Federal nós sabemos que o congestionamento, onde há, é marcadamente relacionado com a dificuldade de gestão mais racional dos problemas que envolvem as questões previdenciárias. E acho que poderemos encontrar soluções.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*) – Eu vou pedir novamente silêncio, sob pena de ter que intervir e esvaizar o plenário.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. FLAVIO PORTINHO SIRÂNGELO – Senador, eu me penitencio, não sei se estou me alongando, mas não quero deixar de responder a todos os questionamentos, pois vários foram feitos. A questão é essa, simplificar e trazer racionalidade ao trato da questão previdenciária entre o Executivo e o Judiciário, principalmente através novamente de uma consensualização de soluções básicas que afastem o congestionamento dessas causas, que são pequenas e deixam o cidadão que precisa de solução totalmente destituído da presença do Estado quando ele precisa dessa atuação da Justiça em relação à Previdência Social.

O problema do acidente de trabalho. Eu subscrevo o que o meu colega Rubens já referiu, não vou ser repetitivo. Ele conhece até muito mais do que eu esse tema, por ter trabalhado como Secretário-Geral do CNJ no tempo em que se desenvolveram programas, e também no próprio Tribunal Superior do Trabalho.

O Senador Antonio Carlos Rodrigues fez referência à PEC 53, a uma alteração do art. 93 para excluir a pena de aposentadoria. Em outros países há o processo de *impeachment*. O juiz, depois de submetido ao processo disciplinar administrativo, pode ser submetido ao processo de *impeachment*. Quem sabe uma solução, desde que seja pensada no sentido de estabelecer um processo simples, obviamente com respeito aos cânones do devido processo legal, quem sabe seja um caminho.

Eu sei que o CNJ tem uma nota técnica a esse respeito. Ele acha que não pode chegar no ponto, pelo menos dentro do ordenamento jurídico atual, de penalizar com a perda do cargo. Mas isso precisa ser enfrentado com uma maior seriedade e deve ser enfrentado, porque é muito difícil explicar ao cidadão, na rua, por que um juiz que praticou atos que serão submetidos depois ao crivo de um juiz criminal, porque são tipificados como crimes de improbidade, será afastado com os proventos da sua aposentadoria? Como aconteceu há poucos dias. Acho que na última reunião do CNJ houve um caso em que o desembargador já estava aposentado e se debateu longamente sobre se poderiam aplicar pena, porque ele havia se aposentado antes do julgamento no CNJ? Então, isso é inexplicável ao senso comum! Se isso é inexplicável ao senso comum, temos que pensar uma solução a esse respeito.

Senador Suplicy, também o meu colega Rubens Curado tratou dos temas que V. Ex^a referiu. Não posso deixar de registrar, Senador, que obviamente o Brasil inteiro conhece a sensibilidade social de V. Ex^a. Eu fiquei encantado de conversar com V. Ex^a quando tive o privilégio de encontrá-lo dias atrás. Admiro a luta de

V. Ex^a por esse projeto que nós sabemos que até no Estado do Alasca e num país africano já foi implantado.

V. Ex^a suscita uma reflexão importante em todos nós, quando mantém a bandeira dessa luta pelo projeto da renda única e que está relacionada com o episódio dramático ocorrido recentemente – os episódios, porque não foi só – que foi o mais chocante talvez, o do menino boliviano. E está relacionado talvez, novamente, com os problemas de deficiência da estrutura do Estado em atender, no caso específico, quem sabe, a questão da fiscalização da exploração do trabalho análogo ao de escravo, onde acabam sendo utilizadas essas pessoas destituídas, como esses imigrantes – fenômeno novo em nosso País – e que estão nessa situação.

Acho que precisamos privilegiar as ações de natureza coletiva. Nós temos que sair do passado em que o Estado juiz, o Estado Ministério Público, tratava dos problemas que surgiam através de conflitos e solucionando os conflitos meramente interindividuais, solucionando casos acontecidos no passado, há muito tempo. Nós temos que inverter a lógica perversa no sistema que nós herdamos – o sistema jurídico – para trabalhar com a questão das ações coletivas. Talvez se tivéssemos isso mais avançado, teríamos mais êxito na prevenção de situações de trabalhadores que acabam nas favelas, sofrendo os efeitos da criminalidade que também decorre, por sinal, da mesma causa.

O Senador Ataídes Oliveira fez referência àquela expressão famosa “bandidos de toga”. Senador Ataídes, eu acho que o CNJ tem demonstrado a capacidade do Estado brasileiro de, em primeiro lugar, enfrentar com consequência o problema que acontece em qualquer tipo de categoria profissional, de corporação, de reunião de pessoas, de associação em que há os maus. E o CNJ, acho que neste ponto, tem dado efetiva consequência à sua missão de fazer o controle da probidade da atuação dos magistrados brasileiros.

Na semana passada, houve mais de um julgamento no CNJ com solução de penalização da delinquência judicial e isso certamente vai ter o efeito que normalmente o sancionamento eficaz produz, que é o de prevenir novos comportamentos. Quem sabe? Eu acredito que sim.

O Senador Alvaro Dias fez referência à já votada e derrubada PEC 37, mas dizia que continuam iniciativas legislativas no sentido de restringir ou limitar algumas ações do Ministério Público.

Minha opinião é que o caminho de estabelecer um *modus* de operação do Ministério Público, assim como das polícias, que seja melhor do que exista atualmente e que traga consigo a responsabilidade, inclusive pessoal e funcional, desses agentes do Estado,

não será restringindo poderes. Não acredito nisso. Eu tinha muita apreensão com o andamento da PEC 37; confesso que estava entre os que achavam que seria desastroso se ela tivesse tido curso. Mas existe o Conselho Nacional do Ministério Público, que assim como o Conselho Nacional de Justiça, exerce o controle da atuação dos membros do Ministério Público.

E espero ter atendido às indagações. Essa é a lista que me ocorreu, Não quis ser repetitivo, como eu disse, Senador Vital do Rêgo. Em boa parte foi facilitada pela brilhante apresentação do colega Rubens Curado. Enfim, eu agradeço a paciência de todos, a atenção de todos os Senadores, tenho certeza de que saio – se for aprovado por V. Ex^{as} – mais fortalecido da reunião de hoje.

Por fim, Senador Vital do Rêgo, não posso novamente deixar de fazer o agradecimento ao Senador Pedro Simon pela lhaneza, pela gentileza, pelas palavras que são fruto, tenho certeza, da generosidade de V. Ex^a. Quero agradecer, encerrando, não posso deixar de fazê-lo, as referências que V. Ex^a fez ao Ministro e Senador Paulo Brossard, que foi com quem eu praticamente comecei a minha vida profissional e de quem eu hauri uma pletora de ensinamentos e lições de vida. Estive com ele a dez dias atrás, vejo-o com frequência e fico encantado de ver que, quase aos 89 anos de idade, S. Ex^a está, como V. Ex^a sabe, andando pelas ruas de Porto Alegre, escrevendo um artigo semanal no jornal *Zero Hora*, que é um dos artigos mais lidos da imprensa gaúcha.

De modo que lembro aqui – para finalizar mesmo –, referindo-me a algo que o Senador Pedro Taques mencionou anteriormente, eu sempre aprendi, desde os tempos em que trabalhei com o Ministro Paulo Brossard, S. Ex^a costumava dizer que o Brasil não precisa de mais leis; o Brasil tem boas leis. E nós, que lidamos com isso, sabemos que isso é verdade. Nós temos é que encontrar mecanismos de fazer com que as leis funcionem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Desembargador Sirângelo.

Esta Presidência comunica a todos os interessados que as salas 7 e 2 estão à disposição com telões já previamente instalados para o acompanhamento desta reunião.

Eu inicio a lista de votação nominal, convidando o Senador José Pimentel para votar. (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita. (*Pausa.*)

Senador Pedro Taques. (*Pausa.*)

Senador Anibal Diniz. (*Pausa.*)

Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*)

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Lopes. *(Pausa.)*
Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*
Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*
Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*
Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*
Senador Sérgio Souza. *(Pausa.)*
Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*
Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*
Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*
Senador Francisco Dornelles. *(Pausa.)*
Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*
Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*
Senador Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*
Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*
Senador José Agripino. *(Pausa.)*
Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*
Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*
Senador Mozarildo. *(Pausa.)*
Senador Magno Malta. *(Pausa.)*
Senador Antonio Carlos Rodrigues. *(Pausa.)*
Vamos lá.

Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Senador Rollemberg e Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Com eles concluímos o Bloco.

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Tem mais quantos para chamar pelo PMDB?
(Pausa.)

Senador Roberto Requião. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Clésio Andrade. *(Pausa.)*

Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Senador Moka. *(Pausa.)*

Senador Cássio, por favor. *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Senador Lobão Filho. *(Pausa.)*

Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Senador Ataídes. *(Pausa.)*

Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Senadora Lúcia. *(Pausa.)*

Senador Ataídes. *(Pausa.)*

O Senador Cícero acabou de votar com a pro-
curação do Senador Aécio Neves.

Senador Gim Argello. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Senador Blairo Maggi. *(Pausa.)*

Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Está encerrado o processo de votação.

Peço à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Ataídes para formalizarem o processo de escrutínio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, enquanto o escrutínio é feito, eu gostaria de saudar o Flavio Portinho Sirângelo por sua exposição e também o Rubens Curado Silveira.

E quero dizer que o CNJ tem um papel muito importante para o Brasil. O Senado Federal, que tem a prerrogativa de sabatiná-los e aprovar a indicação, espera muito de V. Ex^{as} neste momento em que o Brasil passa por uma reflexão profunda e o órgão colegiado que analisa todo o Poder Judiciário em nível de Brasil, tanto o estadual quanto o federal, congregando em uma única câmara o poder de, inclusive, orientar e suprimir e até reprimir determinadas ações dentro do Poder Judiciário. Nós sabemos que estamos passando por este momento de reflexão, quando os Poderes da República estão em baixa. E o CNJ tem essa prerrogativa de ajudar a elevar o moral dos Poderes brasileiros, o moral da sociedade brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço aos Senadores Ataídes e Lúcia Vânia.

Vou proclamar o resultado em relação ao indicado Rubens Curado Silveira.

Resultado: 21 votos SIM; 1 voto NÃO.

O nome do Sr. Rubens Curado Silveira foi aprovado por esta Comissão.

Vou proclamar o resultado em relação ao indicado Flavio Portinho Sirângelo.

Resultado: 19 votos SIM; 2 votos NÃO.

Uma abstenção.

A escolha do nome do Sr. Flavio Portinho Sirângelo foi aprovada por esta Comissão.

Os Srs. Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza estão solicitando regime de urgência nas respectivas votações.

Em discussão. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

A escolha dos senhores será encaminhada ao Plenário em regime de urgência.

Estão aprovados com as felicitações desta Comissão. *(Palmas.)*

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu estou ouvindo, mas faço de conta que não estou ouvindo, porque vou encerrar a primeira parte.

Está encerrada a primeira parte.

Agora, eu vou resintonizá-los.

Está encerrada a primeira parte da reunião.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 2 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às doze horas e dois minutos, do dia três de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Antonio Carlos Rodrigues, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Romero Jucá, Roberto Requião, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena, Paulo Bauer, Flexa Ribeiro, Gim, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, e das Senadoras Ana Rita, Lídice da Mata, Kátia Abreu e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Sérgio Petecão e Magno Malta. Justifica a ausência o Senador Mozarildo Cavalcanti. Registra a presença o Senador Paulo Paim. A Presidência registra a presença da Deputada Jandira Feghali, Presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, de 2010.** Terminativo. Estabelece mecanismo de participação popular na elaboração de lei pelo Congresso Nacional e dá outras providências. **Autoria:** Senador

Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique.

Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução e, conseqüentemente, pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2010. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Em 12/06/2013, foi feita a leitura do relatório. Votação nominal. **Resultado:** Aprovado o Parecer que conclui pela apresentação de Projeto de Resolução e, conseqüentemente, pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2010. Aprovado o Requerimento 29/2013-CCJ, de urgência para a matéria. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2012.** Não Terminativo. Dispõe sobre a Gestão Coletiva de Direitos Autorais e estabelece condições para o exercício das prerrogativas do Escritório Central cujo objetivo é a arrecadação e a distribuição dos direitos relativos à execução pública de obras musicais e literomusicais e de fonogramas.

Autoria: CPI - ECAD - 2011 (CPI). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 26/06/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Em 03/07/2013, foram apresentadas as Emendas nº 1, de autoria do Senador José Pimentel; nº 2, da Senadora Ana Rita; nº 3, da Senadora Lúcia Vânia; nº 4, da Senadora Kátia Abreu; e nº 5, do Senador Randolfe Rodrigues. Durante a Reunião, o Senador Humberto Costa acolheu as emendas nºs 1 a 5, incorporando-as ao Substitutivo. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 129, de 2012, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Aprovado o Requerimento 30/2013-CCJ, de urgência para a matéria. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2013 – Complementar.** Não Terminativo. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, e dá outras providências. **Autoria:** ATN Nº 2, de 2013 - CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF (CMESP). **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta, favorável às Emendas nºs 1, 2 e 4, e contrário às Emendas nºs 3 e 5. Em 26/06/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador José Agripino, a Emenda nº 2, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, e as Emendas nºs 3, 4 e 5, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 02/07/2013, foi recebido o relatório reformulado do Senador Romero Jucá. Em 03/07/2013, durante a discussão, o Senador Romero Jucá reformula o Relatório, para acolher a Emenda nº 2. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 9) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150,**

de 2006. Não Terminativo. Dispõe sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção da prova, o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, nos termos do texto final encaminhado pela Câmara dos Deputados, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 10) OFÍCIO “S” Nº 29, de 2013.** Não Terminativo. Encaminha, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, os documentos do Senhor Juiz de Direito LEONARDO FARIAS DUARTE, da Vara Única de São Miguel do Guamá, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2013-2015. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Votação secreta. A avaliação do indicado será feita em duas etapas, nos termos do art. 2º, do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado:** Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2013.** Não Terminativo. Reduz a zero a alíquota da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP de que trata a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 13) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, de 2009.** Não Terminativo. Dispõe sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Ideli Salvatti. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2009. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2009. Aprovado o Requerimento 31/2013-CCJ, de urgência para a matéria. **EXTRAPAUTA: ITEM 14)**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, de 2011. Não Terminativo. Acrescenta o inciso IV ao caput do art. 60 e o § 3º ao art. 61 da Constituição, e altera a redação do § 2º também do art. 61, para viabilizar a apresentação de propostas de emenda à Constituição de iniciativa popular e facilitar a apresentação e a apreciação de projetos de lei respectivos. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, de 2011.** Não Terminativo. Altera a redação do § 2º e acresce os §§ 3º a 7º ao art. 61 da Constituição Federal, para conferir nova disciplina à apresentação e à tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues e outros. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Favorável à PEC nº 3, de 2011, com sete emendas que apresenta, de modo a incorporar algumas das propostas trazidas pela Emenda nº 1 e pela PEC nº 45, de 2011. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 15) OFÍCIO “S” Nº 28, de 2013.** Não Terminativo. Comunica ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação da Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, pelo Supremo Tribunal Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça - Biênio 2013-2015. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Gim. **Resultado:** Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **ITEM 16) OFÍCIO “S” Nº 30, de 2013.** Não Terminativo. Comunica, na forma do disposto nos incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal, a indicação da Juíza de Direito DEBORAH CIOCCI, Titular da 2ª Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Santana, Comarca da Capital, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Conselho Nacional de Justiça – Biênio 2013/2015. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Resultado:** Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **ITEM 17) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, de 2013.** Não Terminativo. Altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Favorá-

vel à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM 18) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 29, de 2013.** Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLS nº 77, de 2010. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 19) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 30, de 2013.** Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLS nº 129, de 2012. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 20) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 31, de 2013.** Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o SCD nº 244, de 2009. **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. A Presidência suspende a Reunião às 13 horas e quarenta e seis minutos e reabre às 13 horas e quarenta e nove minutos do dia três de julho de dois mil e treze. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quinze horas e dois minutos do dia três de julho de dois mil e treze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2012; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2013; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2011; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2011; ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, de 2012; ITEM 12) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, de 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador, **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a

35ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 13.

Com a palavra, Senador Romero Jucá...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ... Senador Randolfe Rodrigues, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação, inclusive embasado na reunião anterior quando eu pude usar da palavra e registrei que não estaria presente na reunião seguinte para tratar da questão da regulamentação do emprego doméstico.

Eu estou com o relatório pronto, que está na ordem do dia. Eu levarei menos de cinco minutos para relatar essa matéria e discuti-la. Estou inclusive acautando as emendas que foram colocadas aqui.

Então, eu pediria a inversão de pauta para que eu pudesse relatar rapidamente esta matéria, item 8, que é a do emprego doméstico. A partir daí, nós nos dedicaremos à questão do Ecad e aí, sim, com o debate, poderemos votar também essa matéria, Senador. *(Palmas.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos só organizar aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos só organizar aqui. Vou ouvir o Senador Randolfe Rodrigues; depois, o Senador Rodrigo; depois, o Senador Moka; depois, o Senador Luiz Henrique.

Vamos organizar a Casa. Vamos ouvir, pela ordem, V. Ex^{as}. Quero disponibilizar novamente as salas 2 e 7 para os nossos queridíssimos convidados e dizer que esta reunião não admitirá nenhuma manifestação dos senhores presentes. Peço respeito ao Srs. Senadores. Vamos assistir e participar ativamente, com o respeito necessário, sem as manifestações.

Com a palavra, o Sr. Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, queria inicialmente destacar... Bom, inicialmente é uma questão de ordem, arguindo o art. 413, combinado com o art. 311, do Regimento Interno para solicitar a inversão de pauta, de acordo com o encaminhamento proposto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pelo Senador Romero.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – ... pelo eminente Líder Romero Jucá. Eu concordo com a leitura da regulamentação da proposta de emenda das domésticas e, logo em seguida, com a leitura do relatório do Senador Humberto Costa do PLS 129, resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as atividades do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição.

Eu queria, Sr. Presidente, somente destacar que o dia de hoje é um dia histórico para a música popular brasileira. Faço questão de destacar a presença, nesta reunião, dos seguintes expoentes da música brasileira: Sr. Erasmo Carlos, representado aqui pelo Sr. Léo Esteves – daqui a pouco, à tarde, a presença do próprio Erasmo Carlos; Sr. Roberto Carlos, representado aqui pelo Sr. Dody Sirena – daqui a pouco, à tarde, na sessão do Senado Federal, a presença do próprio Roberto Carlos; Sr. Caetano Veloso, representado aqui pela Sr^a Paula Lavigne – daqui a pouco, à tarde, a presença do próprio Caetano Veloso; Sr. Gilberto Gil, aqui representado pela Sr^a Flora Gil – daqui a pouco, à tarde, a presença do próprio Gilberto Gil; Grupo Racionais, representado aqui pela Sr. Eliane Dias; Rogério Flausino, do Jota Quest; Carlinhos Brown; Péricles; Thiaguinho; Otto; Roberta Miranda; Gaby Amarantos; Emicida; Lenine; Lula Queiroga; Pretinho da Serrinha; Leoni; Tim Riscala; Dudu Falcão; Amigos do Gap.

Mais tarde, a presença de Nando Reis; Fernanda Abreu; Fafá de Belém.

Já presentes: Patrícia Bastos; Joãozinho Gomes.

Ainda a presença do Coletivo Palafita – Fora do Eixo e outros 60 músicos da Música Popular Brasileira no ato hoje, no Senado Federal, que é uma das maiores reuniões da Música Popular Brasileira para aprovar a modificação da gestão coletiva do direito autoral brasileiro.

Hoje o Senado Federal realiza um ato histórico que, com certeza, contará com a audiência e com o apoio de todos os Senadores membros do Senado Federal brasileiro, que, com certeza, dará a audiência a esta data histórica para a Música Popular Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sejam todos muito bem-vindos.

Senador Rodrigo Rollemberg; depois, Senador Moka; depois, Senador Luiz Henrique, Senadora Lúcia Vânia.

Nós temos já a proposta do Senador Jucá; depois, do Senador Rodrigo...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Vital do Rêgo, quero cumprimentar V. Ex^a e cumprimentar Senadores e Senadoras aqui presentes e, de forma muito especial, os artistas que hoje nos honram com sua presença.

Quero concordar, em nome da Liderança do PSB, com o encaminhamento de termos a leitura rápida do relatório do Senador Romero Jucá – imagino que haverá pedido de vista coletiva – e, em seguida, que nós possamos apreciar o projeto de nova regulamentação do Ecad.

Mas quero fazer uma sugestão a V. Ex^a, para que, logo em seguida, V. Ex^a possa incluir na pauta a PEC nº 3/2011, conforme entendimento no plenário, que é PEC de minha autoria e do Senador Randolfe Rodrigues, que reduz o número de assinaturas para os projetos de iniciativa popular, dentro da necessidade, digamos assim, de ampliarmos os instrumentos de participação popular na elaboração de proposições legislativas.

É a solicitação que faço a V. Ex^a. O Relator da matéria, Senador Lindbergh, já se encontra aqui com o relatório pronto, que já é de conhecimento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Primeiro, preciso receber o requerimento. A matéria está extrapauta, o Senador Lindbergh deve entregar-me um requerimento; vou votar o requerimento, Senador Lindbergh. Há uma matéria correlata do Senador Luiz Henrique, que será imediatamente posta. Na esteira da matéria do Senador Luiz Henrique, vamos aprovar a matéria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, apenas e tão somente para dizer: o relatório está pronto, é um dos primeiros itens, mas, entendendo exatamente a prioridade, eu quero dizer a V. Ex^a que abro mão disso daí e me coloco à disposição de V. Ex^a para relatar o projeto na hora em que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a sensibilidade de V. Ex^a.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, não obstante a importância do projeto já mencionado, a respeito da questão relevante dos direitos autorais, eu quero salientar a V. Ex^a que o Item 1 da pauta, resultante de projeto de lei do Senado do hoje Governador Raimundo Colombo, tem também importância fundamental.

Esse projeto entrou no Senado no dia 24 de março de 2010 e foi-me distribuído no dia 15 de março de 2013. No dia 10 de abril, eu já apresentei o parecer. Na reunião passada, eu o relatei, e esse projeto, que visa estabelecer mecanismo virtual para a participação popular em relação a matérias em tramitação nesta Casa, é um projeto de grande relevância.

Por isso, peço a V. Ex^a – acredito que não será um projeto polêmico, porque apenas aplica o dispositivo constitucional de participação popular na elaboração legislativa – que mantenha a ordem pré-estabelecida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Será mantida, na forma do acordo previamente definido nesta Comissão.

Não havendo consenso, voltamos ao item 1 da pauta. Depois o item do Jucá, depois o item dos direitos autorais.

Vamos manter o que já foi definido por esta Comissão.

Com a palavra, pela ordem, Senadora Lúcia Vânia. Depois, Senador Taques, Senador Sérgio e Senador Simon.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar gostaria de cumprimentar todos os nossos convidados, todos os artistas presentes.

Concordo com a sugestão do Senador Romero Jucá e pediria que, logo em seguida, fosse colocado em pauta o projeto de lei que trata dos papiloscopistas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k., Senadora Lúcia Vânia. (*Palmas.*)

Peço à galeria novamente para não se manifestar, por favor. Os senhores são cientes das regras da Casa, são acostumados a vir aqui.

Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, abro mão da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal tem adotado uma postura de dar prioridade a temas relevantes à sociedade brasileira. São vários os temas que estamos votando nas comissões, no plenário do Senado Federal; e a sociedade brasileira tem pedido agilidade necessária para o tema do voto secreto, para acabarmos com o voto secreto no âmbito do Congresso Nacional.

Eu sou o Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim. Entreguei esta semana o relatório à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e requeiro a V. Ex^a, Senador Vital, para colocarmos extrapauta essa Proposta de Emenda à Constituição que acaba com o voto secreto no âmbito do Congresso Nacional, que já está pronta aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que possamos dar inclusive a celeridade necessária e aprovarmos no plenário do Senado Federal antes do recesso do mês de julho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a deve tomar a mesma posição que eu anteriormente já anunciei. Entra com um requerimento, nós votamos aqui e terei o maior prazer de colocar

extrapauta nesta ou na outra reunião, Senador Sérgio Souza.

Senador Pedro Simon; depois, Senador Lindbergh.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, o Senador Jarbas Vasconcellos está internado no Hospital Sírio-Libanês para uma revisão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Exames de rotina.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Exato. E por isso ele não está aqui. Mas ele me pediu que eu lembrasse a V. Ex^a da PEC nº 18, a chamada PEC do Bem, que V. Ex^a tinha dito a ele que provavelmente poderíamos votar o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Já comuniquei ao Senador Jarbas Vasconcellos, com estimas de melhoras. É um exame de rotina, o Senador foi submetido a uma cirurgia cardíaca há seis meses e precisa voltar a esses exames periodicamente. Está muito bem, graças a Deus. O Senador Jarbas sabe que o projeto está nas mãos do Senador Eduardo Braga ultimando o relatório.

Hoje mesmo já tomei providência junto ao Senador Eduardo Braga para conclusão do relatório. Tão logo o relatório chegue às mãos desta Presidência, nós haveremos de votar rapidamente.

Senador Lindbergh, com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever no item 1, que vai ser relatado pelo Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Então nós teremos o item 1 da pauta; depois o item do Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, o item 8.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O item 1 da pauta é do Senador Luiz Henrique. Não houve acordo.

Não havendo acordo, volta ao item 1 da pauta do Senador Luiz Henrique.

Depois, havendo acordo, o item de V. Ex^a, o nº 8.

Depois teremos o item do Senador Rollemberg, que é extrapauta. Estou esperando chegar o requerimento do Senador Lindbergh Farias. Depois temos uma PEC do Senador Aloysio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Também gostaria de pedir preferência ao item 11, não terminativo, que é um assunto de grande relevância para Estados e Municípios no que diz respeito a PIS e Cofins.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É a PEC do Senador Aloysio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Voltando, para acompanhamento de V. Ex^{as}: temos o item 1 da pauta; depois o item 8; depois o item 7; depois o item da Senadora Lúcia Vânia, o item do Senador Cássio e o item do Senador Moka, que se disponibilizou a aprovar no final.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, e o item extrapauta? Eu não ouvi V. Ex^a se referir, agora, desta vez...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Logo depois do item da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, permita-me. O Item 7 é o segundo ou o terceiro?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Item 7 é o terceiro, depois do de Jucá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos caminhar.
Item 1 da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Estou pedindo pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, quero também saudar todos os artistas que aqui se encontram para a discussão do item 2, do Ecad, em nome de duas paraenses ilustres, a Gabi e a Fafá – a Gabi aqui já se encontra e a Fafá está chegando. Em nome das duas, quero saudar todos.

E quero pedir, Presidente, Senador Vital do Rêgo, após as inversões já aprovadas por V. Ex^a e pelo Plenário, que possamos também colocar em seguida o item 10, do Ofício nº 29, de 2013, que trata da indicação do Juiz de Direito Leonardo de Farias Duarte para o Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É um paraense?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É um juiz de Direito do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com certeza, Senador Flexa Ribeiro.
Item 1 da pauta.

Quero comunicar, para minha honra, a presença, ao meu lado, da Deputada Jandira Feghali, Presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados.

É um prazer tê-la aqui, Deputada.

Item 1 da pauta, pág.14.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, de 2010 - Terminativo -

Estabelece mecanismo de participação popular na elaboração de lei pelo Congresso Nacional e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução e, conseqüentemente, pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2010.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;

- Em 12/06/2013, foi feita a leitura do relatório.

Coloco em discussão a matéria.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto já foi lido e encontra-se em avulso distribuído a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, e seu objetivo é muito simples: estabelece que esta Casa e a Câmara dos Deputados abriguem mecanismo que permita ao cidadão manifestar sua opinião sobre toda proposição legislativa, mediante cadastro único com seus dados pessoais. Determina, igualmente, que o número de manifestações a favor e contra a proposição seja aferido e registrado ao longo de sua tramitação por meio eletrônico.

Esse projeto foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, em que o Relator, ex-Senador e ex-Vice-Presidente, Marco Maciel, assinalou o descompasso entre as possibilidades de participação direta que a Carta de 1988 abre e a oferta de possibilidades ao alcance de todo cidadão que delas queira fazer uso.

A questão torna-se premente quando considerarmos que a tecnologia disponível permite ou simplifica oportunidades de participação que, embora asseguradas há muito, eram e são ainda de difícil operacionalização.

O projeto, portanto, entendo que deva merecer apoio integral desta Comissão, em caráter terminativo, nos termos do projeto de resolução que apresentei no meu parecer.

Esse é o pleito que faço à Comissão no sentido de que aproveemos essa instrumentalização de participação popular no acompanhamento dos projetos em tramitação nas duas Casas legislativas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador Luiz Henrique? Apenas uma consideração ao Senador Luiz Henrique, se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Faça a consideração, Senador Alvaro Dias. O Senador Luiz Henrique está ouvindo V.Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Rapidamente.

Senador Luiz Henrique, eu indago se não seria possível V. Ex^a acrescentar uma emenda delegando ao Prodasen a responsabilidade de adotar providências, para garantir a segurança de dados digitais do cidadão que se cadastrar no *site* do Senado para opinar sobre as matérias em tramitação. Eu creio que nós estaríamos contribuindo para assegurar o sigilo das pessoas que se cadastram, exatamente, para opinar sobre o nosso trabalho no Senado Federal.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Alvaro Dias, a proposição é excelente, mas ela será alvo de resolução da Mesa Diretora desta Casa, em execução dessa deliberação sendo tomada nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Luiz Henrique atesta que, aprovado o projeto de resolução de S. Ex^a, com a regulamentação da Mesa Diretora, essa preocupação de V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, haverá de ser anotada...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Será atendida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ... e é muito pertinente. A Presidência vai ficar atenta para isso e todos nós devemos ficar atentos para isso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Certamente, o Senador Luiz Henrique vai ficar atento para isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu quero me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Inclusive, Sr. Presidente, a título de colaboração, nessa regulamentação há o controle, para nós não temos aqui assinaturas, encaminhamentos de robôs que possam mascarar a própria indicação popular. Então, é importante que haja, efetivamente, no Prodasen, um controle do IP, um controle do processo todo de interação entre a população e o Senado. Mas nós vamos votar favoravelmente à proposta do Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a tem toda razão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A matéria, tão logo aprovada, o Senador Luiz Henrique continuará tomando conta na Mesa Diretora, com vistas a sua regulamentação.

Com a palavra, para discussão da matéria, o Senador Lindbergh Farias; depois, o Senador Pedro Taques.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Luiz Henrique. Quando a gente vê o que aconteceu nas ruas do Brasil e eu vejo a discussão dessa reforma política e das propostas que estão sendo discutidas no Congresso Nacional, eu verifico que a gente está com uma pauta velha, uma pauta importante da reforma eleitoral, de discutir financiamento público, voto distrital, mas nós temos que entrar numa verdadeira reforma política, que fale de participação popular, utilizando os novos canais, as redes sociais, a Internet.

Senador Luiz Henrique, a Avaaz, que é um comitê de mobilização política pela Internet no Brasil, no universo de um milhão de pessoas que assinaram petições nas últimas quatro semanas, fez perguntas sobre reforma política. Um milhão de pessoas assinaram petição da Avaaz. Foram feitas várias perguntas sobre reforma política, voto distrital, e 51% dessas um milhão de pessoas responderam o seguinte: “Um novo mecanismo oficial, por meio do qual as pessoas poderiam reunir certa quantidade de assinaturas *on-line* para propor uma lei para votação no Congresso.” As pessoas querem participar.

Então, Senador Luiz Henrique, ao mesmo tempo em que parabenizo V. Ex^a, digo que há aqui, na pauta de hoje, a PEC nº 3, do Senador Rodrigo Rollemberg. Hoje, existe a figura da iniciativa popular para apresentação do projeto de lei. O último caso que houve, da ficha limpa, trouxeram as assinaturas em carrinhos de supermercado.

O Senador Rodrigo Rollemberg coloca a possibilidade de iniciativa popular para projeto de emenda à Constituição, e o Senador Randolfe vai no mesmo sentido. Só que nós, a partir de uma discussão com o Tribunal Superior Eleitoral, estamos propondo que esses projetos de emenda à Constituição e projetos de iniciativa popular possam ser apresentados por meios eletrônicos. Isso seria constitucionalizar a cidadania digital. Isso é possível, Sr. Presidente, como fazemos na Receita Federal, como fazemos com as instituições financeiras. É o Congresso Nacional criar uma plataforma aqui.

Adianto-me também, Senador Luiz Henrique, dizendo que seria um grande prazer relatar esse projeto de resolução nesta Comissão, dizendo que apresentei outro projeto – esse talvez seja mais polêmico; mas é um projeto que também, a meu ver, é muito importante, que fala da consulta pública colaborativa. O que há? O que houve no marco civil da Internet?

O Ministério da Justiça disponibilizou um portal na discussão do marco civil da Internet e houve uma grande consulta e participação popular nesse processo. Só que nós estamos querendo trazer isso para dentro

do processo legislativo. Essa outra proposta minha é uma alteração do projeto de resolução que significaria a possibilidade de trancarmos uma discussão por 30 dias, para que houvesse a consulta pública e o relator, quando apresentasse o seu relatório depois, levasse em conta a opinião dos Parlamentares e a opinião também daquela consulta colaborativa, a opinião das pessoas que participaram via Internet.

Resumo, parabenizando novamente o Senador Luiz Henrique. Acho que essa é a pauta que está sintonizada com as ruas – mais participação popular. Isso não ataca, como dizem alguns, a democracia representativa. Muito pelo contrário, fortalece a nossa democracia representativa. Então eu acho que essa pauta tem de ser enfrentada por este Senado Federal e por este Congresso Nacional.

Muito obrigado a V. Ex^a. E eu faço esse pleito: se eu puder ser o relator desse projeto de resolução apresentado pelo Senador Luiz Henrique, eu agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Primeiro, eu queria dar boas-vindas a V. Ex^a. Chegou e, primeiro dia, já vai pedindo, não é?

Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para cumprimentar o Senador Luiz Henrique e também encaminhar na mesma direção do Senador Lindbergh.

A Constituição fala em democracia representativa, mas essa democracia precisa ser dialógica, precisa de ter um diálogo com o cidadão.

Quanto ao projeto referido pelo Senador Lindbergh, temos uma proposta de emenda à Constituição, já apresentada – está pendente de relatoria – em que o cidadão pode escolher quais projetos serão votados. Porque não adianta o cidadão ter a iniciativa popular, se o projeto é engavetado na Câmara dos Deputados ou é engavetado aqui. O cidadão pode, dependendo do número de assinaturas, escolher quais projetos serão votados. E, aliás, já existe também um estudo sobre o chamado *login* cidadão no Tribunal Superior Eleitoral.

Na Islândia, foi votado um projeto de constituição através da Rede Mundial de Computadores. Isso é possível, fazer a interpretação da Constituição tendo em conta o momento em que estamos vivendo.

Já existe uma PEC, Senador Lindbergh, nesse sentido, que o cidadão possa fazer a escolha.

Sr. Presidente, quero cumprimentar os artistas, na pessoa do Pablo Capilé, grande mato-grossense aqui presente; do Otto, que está aí também; do Jair Rodrigues, que está ali atrás; do Emicida que está aí. São artistas que fazem com que as nossas discus-

sões sejam mais democráticas, em razão da poesia por eles escrita.

Agora, é interessante dizer também, Sr. Presidente, que num *show*, num espetáculo de circo, num teatro, num *show* de João Gilberto, de Caetano Veloso, de Roberto Carlos, tocar um celular é uma ofensa ao artista. E nós que estamos trabalhando aqui – pode parecer diferente para alguns – é importante esse projeto do Senador Randolfe, que surge na Comissão Parlamentar de Inquérito do Ecad; que possamos entender a importância desse projeto.

Com isso, quero cumprimentar o Senador Randolfe pela iniciativa e por levar a cabo essa empreitada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a e renovo os cumprimentos aos novos artistas citados.

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto-me já contemplado com a observação feita pelo Senador Romero Jucá. Apenas reforço a preocupação no que diz respeito aos controles em relação a esses instrumentos de participação, porque todos nós conhecemos o volume de robôs e de *scripts* que existe na rede de computadores e que pode ser facilmente utilizado para fraudar, para manipular, para induzir a erro este ou qualquer parlamento.

Portanto, a iniciativa é extremamente importante, mas deve estar permeada dos cuidados devidos, das proteções que a tecnologia exige.

Minhas felicitações ao Senador Luiz Henrique, pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Rollemberg.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Senador Vital do Rêgo, quero apenas cumprimentar, muito rapidamente, o Relator desta matéria, Senador Luiz Henrique, e também o autor, Senador Raimundo Colombo, dizendo que nós temos, sim, que ampliar os instrumentos de participação popular e a oportunidade de ouvir a população sobre os temas que tramitam no Senado Federal.

Daqui a pouco o Senador Lindbergh relatará a Proposta de Emenda à Constituição de minha autoria, que tem apensada uma outra proposta, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que reduz o número de assinaturas para os projetos e propostas de emenda à Constituição de iniciativa popular. Ele propôs, do nosso ponto de vista, adequadamente, a possibilidade de fazê-lo via Internet com certificação digital, como a Receita Federal já faz, por exemplo, no caso das declarações do Imposto de Renda.

É importante registrar, como disse o nosso Presidente, Governador Eduardo Campos, que os governos e os partidos ainda estão na era analógica e a sociedade está na era digital. Nós precisamos nos modernizar para estarmos em consonância com o sentimento que vem das ruas.

Essa é a nossa colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O senhor está em campanha 24 horas.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar a minha manifestação favorável ao projeto de autoria do Senador Raimundo Colombo, com relatoria do Senador Luiz Henrique, dizendo o seguinte: a nossa Constituição Federal já prevê diversos mecanismos de participação popular, como é o caso do referendo, do plebiscito e também de iniciativa popular.

E o Senado Federal tem uma comissão cujo nome é Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa, o que possibilita também ao cidadão e à cidadã, ligados a instituições, apresentar iniciativas de projeto de lei, além do Jovem Senador, que é um mecanismo altamente importante.

Vejo que este projeto, cujo Relator é o Senador Luiz Henrique, é altamente importante, porque possibilita que os sítios da Internet, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados, abriguem mecanismos que permita ao cidadão comum manifestar a sua opinião sobre toda proposição legislativa que esteja tramitando no Congresso Nacional.

Isso é muito importante, porque assegura de fato a participação popular de uma forma mais ampla, uma vez que o cidadão comum poderá se manifestar através da Internet.

Considero que o projeto relatado pelo Senador Lindbergh, a PEC nº 3, que trata da iniciativa popular, também vem se somar a esse projeto de lei.

Nós temos uma demanda – eu tenho uma demanda – e eu quero, por meio da Comissão de Direitos Humanos, fazer uma audiência pública posteriormente, em outro momento, no segundo semestre, sobre cidadania eletrônica.

Então a minha intervenção é no sentido de parabenizar o Senador Luiz Henrique pela relatoria do projeto, e parabenizar também o autor, Senador Raimundo Colombo, porque amplia os mecanismos de participação popular.

Vejo que o Senado também, através do e-Cidadania, possibilitou inclusive que, durante a audiência pública em que nós discutimos a PEC das domésticas, várias pessoas se manifestassem simultaneamente.

Então, Senador Vital do Rêgo, essas iniciativas contribuem para que de fato a participação popular no Congresso possa ser mais efetiva. E acredito que essas iniciativas poderão contribuir também para que as Câmaras Legislativas, nos Municípios, e as Assembleias Legislativas sigam esse exemplo de criar mecanismos de participação popular pelos quais a nossa população possa opinar de forma mais efetiva em relação às matérias que tramitam no Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço à Senadora Ana Rita.

Eu vou fazer um apelo. Não quero tolher manifestação, longe de mim, V. Ex^a me conhece, mas nós temos uma pauta extensa hoje e quanto mais breves forem as falas, mais nós poderemos produzir em termos de deliberações, votações.

Por isso, peço a sensibilidade dos senhores, convidando o Senador Aécio, o Senador Sérgio e o Senador Requião.

Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Atenderei a V. Ex^a, Presidente Vital do Rêgo.

Quero fazer apenas uma consideração, mas acho importante que o registro seja feito.

Esta Comissão, se o Senado fosse um organismo, um órgão do corpo humano, certamente seria o coração do Senado. É por aqui que pulsam as questões mais relevantes que acabam fazendo com que o Senado tenha uma razão de existir.

E vejo que a Comissão de Justiça – cumprimento V. Ex^a – busca construir uma pauta sintonizada com aquilo que nós ouvimos nas ruas do Brasil inteiro. Na verdade, um, dentre tantos recados, Presidente Vital, que nós devemos ter presente, após tantas históricas manifestações, é aquele de que há um divórcio muito grande entre os representantes, que somos nós, e os representados, que são os milhões de brasileiros que levaram, cada um a seu modo, suas manifestações às ruas do Brasil.

Cabe a esta Casa estar atenta, sem qualquer tentativa de aproveitamento político-partidário dessas manifestações, sem terceirizar responsabilidades, porque acho que esse é um sinal muito claro de que nós precisamos ouvir.

Esta pauta, obviamente, não é a única, mas vem na direção correta.

Eu me lembro – e V. Ex^a se lembrará também – de que, quando presidi a Câmara dos Deputados – e lá se vai mais de uma década, por mais que não pareça –, nós construímos, criamos lá a Comissão de Legislação Participativa, que foi a primeira janela criada no Congresso Nacional de interlocução direta com a sociedade; uma comissão, Senador Pedro Taques, criada

exatamente para receber diretamente da população manifestações e projetos de lei. Portanto, ali se abriu uma primeira janela que agora se aprimora.

É absolutamente correta a proposta relatada pelo Senador Luiz Henrique, de autoria do Senador Raimundo Colombo, no que diz respeito também à ampliação dessa janela de acessibilidade do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. O Senador Lindbergh busca relatar uma matéria que avança na possibilidade de que também propostas de emenda à Constituição possam ter como matriz a iniciativa popular.

Mas eu quero aqui, com a mesma responsabilidade com que conduzi umas negociações e participei de outras, dizer que o alerta que faz o Senador Cássio Cunha Lima é extremamente importante, porque é inenarrável esse processo de digitalização, de interlocução maior com a sociedade. Mas é preciso que possamos investir nos mecanismos de controle para que não haja fraude, para que não haja direcionamento de temas extremamente relevantes, principalmente quando se fala, agora, de alteração na Constituição.

Nós sabemos – o Senador Cássio Cunha Lima aqui externou, de forma clara – que existem robôs, existem instrumentos hoje utilizados, empresas que vivem já disso para orientar enquetes, para denegrir imagem de adversários, para construir falsamente imagens de aliados. Então, é muito importante que esses mecanismos, ou a construção desses mecanismos de controle estejam no cerne, esteja no âmago das discussões que nós aqui vamos ter.

Ampliar a interlocução com a sociedade é vital, e esta Casa deve fazê-lo, mas é preciso criar instrumentos para garantir que a real mobilização, que a real manifestação da sociedade seja aquela que chegue ao Parlamento.

Era apenas essa consideração que eu gostaria de fazer, Presidente Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Flexa Ribeiro e, depois, Senador Sérgio Souza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, quero parabenizar o autor do projeto, hoje Governador e ex-Senador Raimundo Colombo, e o Relator, Senador Luiz Henrique.

O projeto é da maior importância, e eu quero aqui só dar um testemunho de tudo que já foi aqui falado, da necessidade de fazermos a interação com a sociedade, com todos os brasileiros, para que eles participem da atividade legislativa, do trabalho das Casas Legislativas, no Senado, na Câmara, nas Assembleias e nas Câmaras Municipais.

Eu quero informar que o Prodasen, órgão de Tecnologia da Informação do Senado, está preparado para receber, Senador Luiz Henrique, as obrigações que virão com a regulamentação. Hoje, como bem disse a Senadora Ana Rita, já interagimos com a sociedade por vários meios da mídia eletrônica. A Comissão de Serviços de Infraestrutura, hoje, já faz as suas audiências *on-line* com a sociedade, inclusive com a participação de perguntas de todos os cidadãos de todos os Estados do Brasil. E isso já é possível.

Então, o que nós vamos fazer agora com o projeto que V. Ex^a tão bem relatou é regulamentar pela Mesa Diretora do Senado Federal e ter todas essas preocupações muito bem aqui colocadas – pelo Senador Aécio, pelo Senador Cássio, pelo Senador Jucá – no sentido de termos a segurança necessária para que o cidadão possa participar do trabalho legislativo e tenhamos a segurança das informações que até aqui chegam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu ainda tenho o Senador Sérgio Souza, o Senador Requião e o Senador Ataídes para completar. Rogo celeridade.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, todos nós gostaríamos de ter mais tempo para debater com mais profundidade os projetos nas comissões, participar de todas as comissões, ter mais atividade no plenário, mas, na verdade, o tempo é um só.

A participação popular na formação do processo legislativo começa desde quando o cidadão vai às urnas escolher seus representantes. Além disso, é permitida, por um dispositivo constitucional, a iniciativa popular de oferecimento de projetos.

Concordo com a maioria daqueles que colocaram sua posição aqui: os projetos chegam ao Congresso Nacional, alguns tramitam rápido, como a questão do Ficha Limpa, que inclusive, numa interpretação do Supremo, teve aplicação imediata, retroativa em alguns casos. Mas muitos deles andam a passos lentos no Congresso Nacional. Eu tenho uma sugestão legislativa que já está na Consultoria do Senado para nós darmos a todos os processos de iniciativa popular o tratamento de regime de urgência. Que ele tenha prioridade na tramitação sobre os demais.

E aqui eu quero parabenizar o Senador Luiz Henrique, pela brilhante sugestão de nós colocarmos esse mecanismo eletrônico da assinatura, lógico que com a segurança que precisamos ter. E nós sabemos que há meios, há mecanismos seguros o suficiente para nós atestarmos as assinaturas de forma correta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – No início, nós tínhamos a democracia direta, na ágora, na grande praça, com o ostracismo. Mas, em determinado momento, percebeu-se que a população não poderia se reunir para tomar providências a respeito de todas as coisas. Surge a democracia representativa.

É evidente que esse novo vento da radicalização da democracia me empolga. Quando Governador do Paraná, tomei uma série de medidas inspirado inclusive em experiências suecas. Mas o que nós vemos hoje aqui, ao lado desse vento que sopra na direção da radicalização da democracia, é que nós não temos democracia nem no Legislativo! Nós temos uma democracia delegada, que é contida pelas medidas provisórias, é contida pela falta de votação dos vetos.

Então, eu me pergunto: de que vale termos um projeto de iniciativa popular rapidamente aprovado se, quando vetado pelo Poder Executivo, ele se somar aos 3.200 vetos não votados no plenário do Congresso Nacional?

Nós temos que tomar algumas outras medidas de criar espaços de participação. É a tese da democracia participativa que melhora as condições da democracia representativa.

Uma das ideias é o mandato imperativo. O mandato imperativo é um mandato que você recebe através da mediação do seu partido e da população para fazer determinadas coisas. O mandato imperativo é usado no sindicalismo italiano. Não cumpriu o compromisso, pode ser afastado por sua própria base. É a ideia do *recall* no Executivo.

Mas nós temos, fundamentalmente, ao lado da radicalização da democracia, de desobstruir o Congresso Nacional.

Rapidez para os projetos de iniciativa popular! Eu tenho aí uma dúzia de projetos que estão parados há dois anos! Projetos aprovados por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça arquivados pela Mesa! Um deles era para mudar esse processo obtuso de escolha dos ministros dos tribunais superiores e das autoridades indicadas pelo Executivo.

Nós temos hoje, por exemplo, a ANTT com um diretor nomeado pela Presidenta da República que não passou ainda pelo Senado Federal! E, depois daquela crise com a Rosemary, mais dois diretores que não passaram ao exame do Senado Federal. A democracia delegada do Congresso Nacional está obstruída, e temos que pensar sim em abrir espaços de participação popular, oxigenar esse processo todo, mas sabendo que a obstrução principal está aqui no Congresso e que a

nossa democracia representativa, democraticamente delegada pelo Executivo, na realidade não funciona.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns a V. Ex^a.

Senador Ataídes, com a palavra, para finalizarmos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Quero parabenizar o nosso Relator Luiz Henrique e pedir a permissão, Senador, para sugerir uma emenda que proíba o Senado de dispor sobre o banco de dados digitais perante terceiros; ou seja, o Senado Federal não poderá encaminhar, comercializar ou ceder o banco de dados a ninguém. É só uma sugestão que eu gostaria de fazer a V. Ex^a, Senador Luiz Henrique.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Luiz Henrique, para suas considerações. A seguir, vamos iniciar o processo de votação.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Na mesma direção do que já falei, todas essas questões que foram aqui citadas serão objeto de resolução da Mesa Diretora. E acredito que vai atender à preocupação de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Está encerrado o processo de discussão.

O Projeto de Lei nº 77 foi transformado pelo Relator num Projeto de Resolução. Com isso, cai o seu caráter terminativo e passa a ter a votação simbólica.

Em votação o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade.

O Senador Romero Jucá pede urgência na tramitação do projeto.

Em discussão a urgência na tramitação do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O projeto está em regime de urgência para o Plenário.

Parabenizo o Senador Luiz Henrique.

Item 2 da nova pauta, que é o item 8, página 147.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2013 - Complementar - Não Terminativo -

Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, e dá outras providências.

Autoria: ATN Nº 2, de 2013 - CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF. (CMESP)

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. Favorável às Emendas nºs 1 e 4. Contrário às Emendas nºs 2, 3 e 5.

Observações:

- Em 26/06/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador José Agripino, dependendo de relatório;

- Em 26/06/2013, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, dependendo de relatório;

- Em 26/06/2013, foram apresentadas as Emendas nº 3, 4 e 5 de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

- Em 02/07/2013, foi recebido o relatório do Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao Senador Jucá para proferir o seu relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos aqui relatando a regulamentação da Emenda Constitucional nº 72, que deu igualdade ao trabalhador doméstico.

Emenda extremamente importante, que resolve definitivamente uma chaga, uma pendência que havia, que era a falta de igualdade para o trabalhador doméstico neste País.

Entendemos que é um projeto extremamente importante e que faz justiça.

Procuramos criar, na regulamentação, a garantia de todos os direitos dos empregados. Procuramos também criar as condições para que a família brasileira, a dona de casa, que não é uma empresa, portanto não tem contador, não tem departamento de pessoal, não tem como enfrentar a burocracia do Governo, pudesse sobreviver e pudesse, mais do que isso, manter os empregos domésticos na sua residência.

Estamos diminuindo encargos; estamos baixando encargos do Governo perante as famílias; estamos implantando o Simples doméstico, que vai facilitar o pagamento dos encargos que a família vai ter que pagar por conta desse empregado doméstico; estamos criando banco de horas; estamos, enfim, criando uma série de dispositivos que vão fazer com que as peculiaridades do trabalho doméstico possam ser respeitadas, defendidas e preservadas.

Nós temos hoje, no Brasil, mais de sete milhões de trabalhadores domésticos. Só 1,5 milhão de trabalhadores são regularizados. Portanto, há um imenso potencial de regularização e de justiça social.

Nós recebemos cinco emendas, como disse V. Ex^a. Quero fazer aqui um reparo: nós estamos atendendo a Emenda nº 1, do Senador José Agripino, que trata

da fiscalização na residência da questão do trabalho. Nós estamos mudando o parecer da Emenda nº 2, da Senadora Lúcia Vânia – eu tinha dado a emenda como prejudicada porque ela já estaria atendida na norma que fiz, mas, em homenagem à Senadora Lúcia Vânia e para reforçar a questão da violência contra a mulher, nós estamos atendendo a Emenda nº 2 e, portanto, colocando aqui especificamente essa questão da violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha. Nós estamos rejeitando a Emenda nº 3, do Senador Aloysio Nunes, porque ela de certa forma precarizaria mais o trabalho, levando à ampliação de jornadas de terceirizados. O Tribunal Superior do Trabalho já entende que dois dias por semana é o limite do terceirizado no serviço doméstico; nós estamos mantendo esse entendimento. Nós estamos atendendo a Emenda nº 4, que coloca o prazo de contrato de experiência até 90 dias, sem prazo inicial, de autoria do Senador Aloysio Nunes. E estamos rejeitando a Emenda nº 5, que tratava da questão de Lei de Responsabilidade Fiscal, levando em conta que poderia haver diminuição de receita e, na verdade, vai haver acréscimo de receita com a ampliação da regularização do trabalhador doméstico. Portanto, não é necessária esta Emenda nº 5.

Além disso, temos aqui quatro ajustes que nós fizemos no nosso relatório e pedimos, Sr. Presidente, a aprovação dessa matéria, porque é muito importante para a sociedade brasileira que nós tenhamos a condição de aprovar no plenário ainda esta semana ou no máximo na próxima semana, para que encerremos este primeiro semestre sinalizando à sociedade que não é preciso demitir o seu empregado doméstico, que a dona de casa vai poder pagar o empregado doméstico, vai poder pagar as contribuições e vai poder fortalecer um trabalho que é importante para a sociedade brasileira.

O parecer é favorável, com esses ajustes a que me referi aqui.

Peço o voto de todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima e a Senadora Ana Rita.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Relator Romero Jucá, na condição de Vice-Líder do PSDB, uma vez que o Líder, Aloysio Nunes Ferreira, ao lado de outros Líderes, encontra-se na Presidência da Casa discutindo a pauta dos vetos que deverão ser votados pelo Congresso Nacional, eu gostaria de ter um esclarecimento por parte do Relator, a quem quero cumprimentar pelo trabalho dedicado, sempre muito competente, operoso, diligente, em relação a um fenô-

meno real que muitas vezes não consegue ser alcançado pelo legislador. Eu tenho notícias de regiões do Brasil, sobretudo de onde venho, do Nordeste, onde o grau de informalidade aumentou em decorrência das medidas adotadas pelo Congresso, pelas características econômicas das famílias, pelo receio humano e natural do desconhecido, uma vez que não tínhamos ainda a regulamentação. Mas o Senador Aloysio foi autor de uma emenda rejeitada por V. Ex^a, que permitia o refinanciamento de dívidas tanto daqueles que já... E essas hipóteses existem de forma real; você tem um empregado doméstico com carteira assinada, a carteira está devidamente assinada, contudo não se procede ao recolhimento das contribuições para a Previdência Social. E aí se criaria, através do Redom, ou seja, de um Refis, a possibilidade de renegociar essas dívidas dentro de um prisma de facilitar o pagamento e até mesmo aqueles que estão na informalidade, quando reconhecidos para o campo formal de maneira retroativa, também possibilitar ao empregador esse parcelamento recolhido, que é o objeto da emenda do Senador Aloysio.

Então, obviamente, com todo respeito à posição manifestada por V. Ex^a, eu gostaria que fosse reexaminado esse aspecto da vida prática, da vida real, porque, de fato, existem situações em que o trabalhador doméstico é contratado regularmente, com carteira assinada, mas o empregador, por uma série de razões, não consegue recolher as contribuições sociais, as contribuições previdenciárias. Com a medida, seria possível o parcelamento dessas dívidas e, acredito, haveria, dessa forma, de maneira concreta e efetiva, um estímulo à formalidade, que é o nosso grande objetivo: ampliar a formalidade e combater a informalidade.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Cássio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Antes da fala do Senador Romero e antes de passar a palavra à Senadora Ana Rita, V. Ex^a vai falar, respondendo ao Senador Cássio, há um esforço da Presidência – e o Senador Cássio já colabora, em nome do PSDB – no debate da emenda do Senador Aloysio, que não foi apreciada por V. Ex^a, na inclusão ao seu relatório. E aí a Senadora Ana Rita também tem outras emendas. Se nós pudéssemos resolver, num debate hoje, aqui, V. Ex^a discutir com cada um dos autores, para não procrastinar a discussão e a deliberação deste projeto que é tão importante à vida nacional... V. Ex^a responda ao Senador Cássio, e, depois, a Senadora Ana Rita vai fazer também indicações a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu serei rápido. Eu quero registrar ao Senador Cássio Cunha Lima que o Redom, o parcelamento está mantido. A emenda do Senador Aloysio Nunes queria que nós identificássemos qual seria a renúncia de receita por esse parcelamento. Ora, não vai haver renúncia de receita. O que iria ocorrer se não houvesse o parcelamento? O dono de casa, a dona de casa, ia chamar a empregada e dizer: “Olhe, você está atrasado, tire outra carteira. Eu vou assinar a partir de agora, que é obrigatório”, e seria contado para frente.

Nós estamos possibilitando esse parcelamento ser pago em dez anos, com 100% de abatimento de juros, com 100% de abatimento de encargo, de multa. Então, nós vamos, efetivamente, dar a condição de se fazer justiça e de se regularizar para trás situações de pessoas que trabalharam cinco, dez anos e que não foram reconhecidas e que estão aí, na verdade, pairando. Se a gente não botasse esse parcelamento, os contratos seriam a partir de agora e as pessoas ficariam prejudicadas. Então, está mantido o parcelamento.

O que o Senador Aloysio queria é que nós quantificássemos qual seria a abertura de receita, qual seria a renúncia fiscal. Na minha visão, não vai haver renúncia fiscal porque nós vamos ampliar a arrecadação e vamos fazer isso.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, permita-me, apenas para destacar que a preocupação do Senador Aloysio diz respeito ao cumprimento da Lei de responsabilidade Fiscal. Então, ele arrima a sustentação dele na Lei de responsabilidade Fiscal. A partir do momento em que o Governo perdulário propõe um pacto fiscal, depois de ter maquiado o Orçamento do País com um déficit primário de R\$20 bilhões, eu acho que todo movimento é no que diz respeito ao cumprimento da Lei de Responsabilidade, que foi um dos grandes avanços deste País. O curioso é que, neste momento de crise, o Governo Federal, a Presidenta Dilma propõe um pacto que já foi feito há alguns anos. E o grande pacto firmado pelo Brasil, em nome da estabilidade, é a Lei de Responsabilidade Fiscal, de que ela se distanciou de forma muito grave.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Mas eu só quero registrar que não há renúncia fiscal. É como foi feito no Refis também. Na verdade, vai haver o acréscimo de receita. Portanto, não é necessário se apropriar, porque não há como apropriar. Na verdade, vai haver parcelamento para pagamento e reconhecimento de dívidas para pagamento. Isso já está, inclusive, negociado com o Governo Federal, com a Secretaria da Receita Federal. Portanto, o parcelamento já

está de certa forma assimilado pelo Governo e haverá aprovação pelo Governo e a sanção desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, reconhecemos todo o esforço e a dedicação do Senador Romero Jucá na elaboração do projeto de regulamentação. No entanto, nós recebemos a visita da Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, que nos trouxe várias preocupações. Recebemos também um documento bastante extenso, não só da Fenatrad, mas também da Contracs e da CUT, levantando uma série de questionamentos. Diante disso, eu gostaria de pedir vistas. Eu quero colaborar com o Senador Romero Jucá, para que possamos aperfeiçoar o projeto de regulamentação e, assim, atender o interesse das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senadora Ana Rita, eu queria fazer um apelo a V. Ex^a. Essa matéria vai receber caráter de urgência, portanto, nós poderemos votar no plenário qualquer emenda que for apresentada.

Quero registrar que eu fiz reunião com os sindicatos, com as cinco centrais sindicais. Nós ajustamos o texto com as centrais sindicais, inclusive a não cobrança do imposto sindical obrigatório foi ajustada com as centrais sindicais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Romero, V. Ex^a faz um apelo... Mas feito o apelo, a Senadora Ana Rita...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu gostaria de fazer um apelo à Senadora Ana Rita...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Inclusive, Sr. Presidente, os requerimentos que nós fizemos para que essa matéria também pudesse passar por outras comissões está realmente na Mesa da Presidência, só que está aguardando o retorno do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a mantém a solicitação de vista? *(Pausa.)* Concedida vista.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza, Senador Aécio Neves, Senador Randolfe, Senador Flexa, Senador Ataídes, Senador Pedro Taques: vista coletiva.

A matéria é primeiro ponto de pauta na próxima quarta-feira.

Cumprimento a Senadora hoje Deputada Benedita da Silva. Prazer em tê-la aqui na nossa Comissão.

Item 7 da pauta, pág. 95.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, de 2012

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a Gestão Coletiva de Direitos Autorais e estabelece condições para o exercício das prerrogativas do Escritório Central cujo objetivo é a arrecadação e a distribuição dos direitos relativos à execução pública de obras musicais e literomusicais e de fonogramas.

Autoria: CPI - ECAD - 2011 (CPI)

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 26/06/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

- A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Consulta os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista. *(Pausa.)*

Informo que encaminho ao Relator cinco emendas que acabaram de chegar à Mesa de autoria do Senador José Pimentel, da Senadora Ana Rita, da Senadora Lúcia Vânia, da Senadora Kátia Abreu e do Senador Randolfe Rodrigues.

Encaminho a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Relator, para as suas considerações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu gostaria de poder sentar-me ao lado de V. Ex^a para fazer esse relato.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esteja convidado, para minha honra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero saudar aqui os artistas presentes, em especial os nossos pernambucanos: Lula Queiroga, Otto, Lenine – e já que V. Ex^a não saudou a paraibana, eu saúdo Roberta Miranda. Em nome deles, eu queria saudar todos os artistas aqui presentes, saudar os representantes das associações de direitos autorais, a representação do ECAD, a representação dos usuários, especialistas em direitos autorais que estão presentes, e todos e todas que aqui comparecem.

Antes de iniciar a defesa do meu relatório, eu queria aqui fazer três homenagens que eu entendo que são extremamente importantes, independentemente de posições assemelhadas ou não em torno desse tema. O Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Lindbergh Farias e o Senador Vital do Rêgo que, além de ter

um projeto que trata de tema semelhante, me deferiu com essa possibilidade de ser o Relator desta matéria.

Procurei fazer este relatório ouvindo todas as partes envolvidas. Ouvi titulares de direitos autorais; ouvi entidades representativas de usuários; ouvi o Ecad; ouvi os representantes de associações e especialistas em Direito Autoral também. Então, procurei fazer o relatório para que ele fosse uma síntese dessas contribuições, o mais próximo possível de uma ideia de consenso.

Termino o relato desse projeto sem que haja vencidos ou vencedores. Aliás, o único vencedor, no meu ponto de vista, será o detentor de direitos autorais.

Eu gostaria de, no meu relatório, na minha fala, procurar responder a algumas dúvidas, algumas indagações, algumas colocações que foram feitas.

Primeiramente, por que votar agora?

Eu recebi de entidades o pedido para que essa discussão se ampliasse.

Entendo que nós precisamos votar agora porque temos uma necessidade inconteste de realização de uma reforma no sistema de gestão coletiva, no que diz respeito aos direitos autorais relativos à música.

Nós temos que votar agora porque esse sistema vive hoje uma crise de credibilidade muito grande. Não é o meu julgamento, não tenho nem sequer as condições para fazer esse julgamento, mas nós temos dois sentidos comuns na sociedade brasileira hoje. Um deles é de que se paga caro ao Ecad e não se sabe se o autor é o real beneficiado. Segundo senso comum da nossa população – e eu espero que a discussão aqui ajude a mudar–: a cultura de que não é preciso pagar para utilizar a obra de alguém. Está aí o exemplo da pirataria, que tem sido combatida, mas que ainda é muito forte na sociedade brasileira.

Acredito que se conseguirmos fazer um relatório que trate dessa temática vamos começar também a mudar essa cultura que desrespeita o autor, o compositor, o artista.

Então, o objetivo do meu relatório é dar uma melhor proteção ao detentor de direitos. Para que isso aconteça, é necessário que se dê o primeiro passo.

Esse assunto não é discutido agora, ele já vem de muitos anos. Foram quatro CPIs que aconteceram no Brasil, nas quais apurações foram feitas e debates foram realizados sobre a situação e as características do sistema de gestão coletiva. Só que, da mesma forma que o sistema está sem credibilidade, a ideia de reformá-lo também não tem credibilidade. Por isso nós temos que dar um passo para mostrar ao Brasil, para mostrar principalmente aos detentores de direitos autorais que nós vamos fazer essa reforma, que o Congresso Nacional está empenhado em fazer essa reforma.

Portanto, respondo à pergunta sobre por que votar agora.

Segundo ponto, o projeto é inconstitucional. Essa é uma das questões que foram colocadas.

Quero dizer que conversei com essas entidades e com todas elas tratei desse tema, especialmente com o Ecad, com o qual discutimos todos os pontos que o parecer do Ministro Rezek qualificava como inconstitucionais na proposta que saiu da CPI do Ecad. E fiz todas as modificações que entendi que tornavam o projeto absolutamente enquadrado na condição de constitucionalidade. Se V. Ex^{as} comparem o projeto que saiu da CPI e o projeto que estamos apresentando agora, há muitas e muitas diferenças.

Uma segunda questão levantada: por que o Estado ter algum tipo de interferência nessa temática? Eu respondo: o Estado tem um papel importante nas relações entre entes privados, entre usuários de serviços e serviços e, portanto, ele tem um papel de regulação, um papel de fiscalização exatamente para viabilizar direitos, viabilizar o cumprimento de contratos e de leis e proteger principalmente a parte mais frágil nessa relação.

Portanto, eu proponho o estabelecimento de parâmetros de fiscalização que o Estado vai fazer em relação ao sistema de gestão coletiva de direitos autorais.

Foi dito: “Não, mas o Estado vai definir preço. O Estado vai definir os critérios para se fazer a cobrança. O Governo quer tutelar os artistas brasileiros”. Eu quero dizer o que o relatório que apresento é absolutamente explícito ao colocar que a formação do preço é uma atribuição das associações, que a elaboração de critérios para essa cobrança é também dessas associações e não há qualquer tipo de interferência do poder estatal nessas definições. Portanto essa é uma relação entre privados.

Segundo, coloca-se esse debate de por que o Estado entra. E eu quero dizer que baseei minha posição – eu peço vênias a todos os Senadores e Senadoras para talvez demorar um pouco, mas, como o assunto é extremamente sério e importante, eu gostaria de criar a situação para que V. Ex^{as} pudessem votar com o mais absoluto conforto essa questão. E, aí, por exemplo, quando se faz o debate sobre essa questão da intervenção do Estado, a Constituição brasileira estabelece duas coisas importantes, primeiro: “Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras”. Esse é um direito constitucional. Considero inclusive um direito humano fundamental, porque essas pessoas sobrevivem do seu trabalho, sobrevivem disso.

Mais à frente, a Constituição diz:

São assegurados, nos termos da lei [no mesmo artigo]:

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas.

Portanto, a Constituição garante dois direitos, um direito é o de poder usufruir da criação, usufruir do produto econômico dessa criação, e o outro, garantir que essas pessoas que vão usufruir desse benefício, do produto do seu trabalho, tenham as condições de fiscalizar a distribuição, a arrecadação desses recursos. E quem melhor do que o Estado, e quem constitucionalmente mais indicado do que o Estado para fazer exatamente, para dar a garantia de que o artista ou o compositor irá fiscalizar como seus recursos são arrecadados e distribuídos?

Eu entendo que essa intervenção é absolutamente constitucional.

Então, o Estado entra aí.

Mas o Ecad é uma instituição privada. É verdade. Então não deveria haver uma interferência do Estado em relação a isso. Mas eu digo o Ecad foi uma conquista importante dos detentores de direitos autorais no Brasil, porque antes havia um processo extremamente difuso e fragmentado, e era praticamente impossível aos autores e usuários se entenderem em relação ao recolhimento desses direitos autorais. Então o Ecad foi criado com esse objetivo. Foi uma criação importante.

Na lei de 1998, relatada pelo hoje Senador Aloysio Nunes, foi preservada a existência do Ecad. Quando o Ministro Gilberto Gil assumiu o Ministério da Cultura, procurou abrir um debate sobre uma nova lei de direito autoral, mas, em nenhum momento houve um questionamento quanto à existência de um único órgão arrecadador desses direitos. Portanto, não seria eu, nem seríamos nós aqui que agora iríamos extinguir essa ideia de um ente central arrecadador que, na prática, é o próprio Ecad. Desde que ele venha a se submeter às determinações que nós vamos instaurar a partir de agora, ele pode continuar a exercer esse papel e essa função, bem como as associações que o compõem.

Assim, Senadores, o que nós temos é um monopólio; um monopólio legal. E todo monopólio precisa de uma regulamentação, E nisso se baseia a nossa decisão.

O Congresso Nacional pode regular o funcionamento desse ente arrecadador e das associações. E aí se diz: “Não, mas pode o Senado ou o Congresso Nacional interferir no funcionamento de uma instituição associativa, em uma instituição privada?” E eu vou

me valer aqui da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, para tornar minhas, palavras aqui que foram ditas pelo Ministro Celso de Mello em um determinado julgamento. Ele diz que a liberdade de associação tem uma dimensão positiva – todos têm o direito de se associar –, e tem uma dimensão negativa, pois também quem não quiser não é obrigado a se associar. Mas, mais à frente, ele diz:

Essa importante prerrogativa constitucional [o direito de associação] também possui função inibitória, projetando-se sobre o próprio Estado na medida em que se veda claramente ao Poder Público a possibilidade de interferir na intimidade das associações e até mesmo de dissolvê-las compulsoriamente, a não ser mediante regular processo judicial.

Temos que levar isso em consideração. Por isso essa regulação precisa ser uma coisa absolutamente equilibrada, e o Congresso Nacional assim o fará. Essa regulação será de sorte a conciliar três questões: a primeira, o direito individual de livre associação; a segunda, o direito do autor de receber integralmente o aproveitamento econômico de suas obras e, a terceira, o direito do autor à fiscalização. São três pontos que eu procurei equilibrar nesse parecer.

Portanto, sendo um monopólio legal, a lei tem que ter um poder-dever de regular a forma de atuação dessa instituição. Assim, respondi que nós, em nenhum momento, propusemos o fim do Ecad, e ele tem todas as condições nessa legislação para se manter.

O ente arrecadador, ou seja, o Escritório Central será constituído das associações de titulares de direitos autorais e continuará a ser uma associação das associações. E vai lidar com evidente interesse coletivo. Isso justifica também a participação do Estado. O Brasil tem centenas de milhares de autores cujo aproveitamento econômico só se viabiliza se ele for filiado a uma associação de recolhimento de direitos autorais. Então, precisamos também estabelecer regras mínimas de funcionamento dessas associações.

Pois bem, há ainda um terceiro personagem nesse processo, que é o usuário e que também precisa ser objeto de contemplação dessa proposta de lei. Como consumidor de músicas, os usuários têm o dever de pagar pela exploração das obras, sejam eles públicos ou privados, mas também têm o direito de saber se o preço que está pagando é justo. E, mais do que isso: se aquilo que aquele pagou vai ser entregue efetivamente a quem de direito. Portanto, esse outro ator dentro desse processo também foi objeto da nossa intervenção nessa discussão.

Aqui eu queria, para sepultar de vez essa discussão sobre a correção ou não de o Estado poder definir normas para o funcionamento dessas associações, me valer novamente da jurisprudência do Supremo num parecer do Ministro Gilmar Mendes, julgando, inclusive, uma causa que foi colocada por um membro de uma associação que teria sido expulso dessa associação. Essa causa chegou ao Supremo. Disse o Ministro Gilmar Mendes:

Os princípios constitucionais [um item] como limites à autonomia privada das associações. A ordem jurídico-constitucional brasileira não conferiu a qualquer associação civil a possibilidade de agir à revelia dos princípios inscritos nas leis, em especial dos postulados que têm por fundamento direto o próprio texto da Constituição brasileira, notadamente em tema de proteção às liberdades e garantias fundamentais. O espaço de autonomia privada, garantido pela Constituição às associações, não está imune à incidência dos princípios constitucionais que asseguram o respeito aos direitos fundamentais de seus associados.

Por fim, ele diz:

As associações privadas que exercem função predominante em determinado âmbito econômico e/ou social, mantendo seus associados em relações de dependência econômica e/ou social, integram o que se pode denominar de espaço público, ainda que não estatal.

E aí ele fala da associação e diz:

[Associação tal], sociedade civil sem fins lucrativos integra a estrutura do Ecad e, portanto, assume posição privilegiada para determinar a extensão do gozo e fruição dos direitos autorais dos seus associados.

Espero ter respondido também a esse questionamento.

Portanto, cabe agora ao Congresso Nacional, com equilíbrio, regular essa matéria. A minha proposta se baseia em cinco pontos fundamentais, perdoem-me. O primeiro ponto é o ponto que trata da eficiência como um princípio técnico e econômico, adequando, assim, as normas de habilitação para os requisitos, para que essas instituições funcionem. Eu defini uma série de normas, muitas delas já cumpridas pelo Ecad e pelas associações, mas que, a partir daí, serão um parâmetro para uma habilitação. Essa habilitação vai exigir, entre outras coisas, a demonstração da capacidade de gerir com menor taxa administrativa, com maior eficiência e com melhores resultados.

O outro ponto fundamental é o que diz respeito à transparência. Esta é talvez a questão mais relevante nesse debate. O projeto de lei cria obrigações claras de transparência para a gestão coletiva por se tratar de atividade que afeta número difuso de pessoas, tanto na sociedade quanto no segmento de artistas, produtores e titulares de direitos.

O terceiro princípio seria o da modernização. O projeto reorganiza a gestão coletiva, racionalizando a estrutura das associações que a compõem, estabelece regras de modernização tecnológica em favor do artista e dos titulares de direitos autorais.

Em uma sociedade em que você, ao fazer uma compra com cartão de crédito, em um segundo, tem isso registrado no seu telefone celular, ela tem de estabelecer uma norma para que o detentor do direito autoral saiba, *on-line*, onde a música dele foi tocada, quantas vezes isso foi feito, quanto isso vale e quanto é o valor que ele tem a receber. Isso significa estabelecer uma espécie de conta corrente do autor em relação ao pagamento dos seus direitos. Isso é possível hoje tecnologicamente e perfeitamente cabível numa questão como essa tão relevante que é a da modernização.

A regulação. Tirei do projeto original a ideia de que a regulação seria do Ministério da Justiça. Não. A nossa proposição é de que seja do Ministério da Cultura; e da fiscalização da gestão coletiva e prevenção dos abusos. Por que o Ministério da Cultura? Primeiro, porque as criações científicas, artísticas e tecnológicas são patrimônios culturais brasileiro, e o Minc é o responsável pela proteção do patrimônio histórico e cultural. O que nós estamos falando aqui é de cultura, é de identidade nacional, é de cultura de um povo. Nós aqui não estamos buscando proteger tão somente os autores ou os artistas, os cantores; nós estamos querendo proteger aqui um patrimônio da nossa sociedade. E é o Estado que tem que ter a obrigação de viabilizar a preservação e a promoção desse patrimônio social que nós temos.

Quais são as principais medidas? A proposta de criação de um cadastro unificado. Todas as associações deverão ter um cadastro unificado com os autores, com a relação dos autores que estão ali afiliados, com a relação de todas as obras que estão no seu cadastro e em disponibilidade, e ela deverá prover a desambiguação. Uma coisa interessante que aprendi lendo o relatório da CPI é que existem músicas com o mesmo nome, às vezes um artigo a mais, um a menos, em que uma é uma música famosa e a outra é uma obra de alguém que pode ter sua capacidade, sua competência, mas não tem a mesma dimensão social. Isso estabelece uma situação de ambiguidade que prejudica a ambos. Então, caberá à associação,

também, promover o processo de desambiguação, além de proteger... Nós estamos falando de transparência, vai ter que haver transparência do usuário, da associação, porém, naquilo que diz respeito aos valores recebidos pelos autores, será sigiloso, e é óbvio e necessário que assim o seja. Segundo, o sistema de informação pública, as informações dos usuários, do que executou, as informações que o Ecad precisa dar.

A questão da formação de preços. Nós propusemos – e já acatei uma emenda que foi apresentada aqui – que os preços sejam formulados pelas associações. Elas devem levar em consideração a razoabilidade, a boa-fé, a cobrança proporcional ao uso e a importância também daquele tipo de usuário. Incorporei essa emenda ao meu projeto.

Segundo ponto, terceiro ponto, aliás, quarto ponto. Nós sabemos que a busca da eficiência é crucial. Quanto maior a eficiência de uma instituição, menor o custeio que ela tem para cobrar. Hoje em dia, a taxa de administração desse sistema é de aproximadamente 25%. Creio que não haja no Brasil nenhuma outra atividade em que a taxa de administração seja tão alta. Portanto, estou reduzindo essa taxa de administração para 15%. Ou seja, 85% de tudo o que for arrecadado tem que ser encaminhado aos autores, àqueles que são detentores do direito autoral.

Obviamente, acatei outra emenda, porque me foi dito pelo Ecad, e eu concordei, que isso não pode ser uma coisa abrupta. Então, adotei um processo de transição para, ao longo de quatro anos, termos o escalonamento de 2,5% a cada ano para, enfim, atingirmos estes 15% de taxa de administração, que já é boa, que já é alta.

Outro tema é o da governança. Nós estamos definindo que quem vota e pode ser votado nessas associações são os detentores de direito autoral, os detentores originais. E aí nós estamos criando uma situação em que caberá aos detentores de direitos autorais se organizarem para defender os seus direitos e fazer funcionar as suas associações. Não é a lei que vai substituir o ator, o autor, o cantor, mas a lei vai estabelecer um regramento e esse regramento deverá ser levado em consideração. Então, votar e ser votado nessas associações.

Nós teremos um mandato fixo para os integrantes da direção dessas associações, um mandato de três anos podendo ser renovado por mais três anos. Porém, para não retroagir a lei, aqueles que estão no exercício do mandato concluem o seu mandato de acordo com as regras atuais da sua associação e depois entram na condição de serem candidatas e candidatos à reeleição. Aceitei essa emenda também que foi apresentada, e

definimos que o voto das associações junto ao Ecad será um voto por associação.

Em relação ao outro componente: os usuários. É obrigação dos usuários pagar, informar a relação de músicas executadas e informar corretamente. Por que essa informação é tão importante? Eu inclusive apeno aqueles usuários que não informarem corretamente ou que não informarem. Por quê? Porque hoje o processo de levantamento da arrecadação é feito por amostragem. Muitas vezes um compositor lá do Estado de Pernambuco, do interior, faz um sucesso enorme no Estado de Pernambuco ou na sua região e esse método de levantamento por amostragem não vai identificar. O que nós queremos, a partir de agora, isso é possível fazer, é que a identificação do que foi executado seja formalmente comunicada por quem executa. E a amostragem pode ser feita pela fiscalização. Esse é o sentido correto de um trabalho de fiscalização. Fiscalização por amostragem, mas levantamento do serviço tem que ser feito pela execução concreta desse serviço.

Estou concluindo.

Um outro ponto importante diz respeito aos créditos retidos. Pela minha proposta, os créditos retidos, ou seja, aqueles que não foi possível identificar de jeito nenhum quem foi que foi executado ou identificar aquele autor para que ele pudesse receber aquele recurso, esse crédito retido ele só poderá ser retido durante cinco anos. Ao final de cinco anos ele será distribuído pelos detentores de direito autoral proporcionalmente ao que eles arrecadam. E estou proibindo terminantemente que esse recurso possa ser utilizado para qualquer outra finalidade. Ele não pode ser utilizado para capitalizar o Ecad. Ele não pode ser utilizado para equilibrar as finanças do Ecad e muito menos para pagar prêmios aos diretores do Ecad. Acho que isso é uma questão crucial, fundamental.

O penúltimo ponto que eu quero defender aqui diz respeito aos litígios. Nós sabemos que hoje, infelizmente, por essa falta de credibilidade do sistema, tudo praticamente se judicializa.

Quem perde com a judicialização? O detentor do direito autoral é o maior perdedor, porque ele vai esperar cinco, seis anos até que se decida no Supremo Tribunal Federal se aquele recurso deve ser pago ou não. Portanto, nós precisamos criar espaços de negociação que coloquem a Justiça como última instância.

Então, eu estou propondo que o Ministério da Cultura disponibilize gratuitamente a possibilidade de mediação de conflitos ou de arbitragem, sem qualquer prejuízo de se poder recorrer à Justiça. Quem quiser resolver logo na Justiça, resolve também, mas nós abrimos essa possibilidade.

E, por último, no que diz respeito à obrigação dos usuários. A obrigação de informar o repertório, trabalhar a partir de agora com a fiscalização por amostragem, e coloquei – era até desnecessário, porque a lei que trata do direito autoral já deixa isso explícito –, eu fiz questão de colocar um parágrafo que diz que o não cumprimento dessas obrigações, especialmente o não pagamento ensejará a aplicação de regras da legislação civil contra aquele usuário.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, certamente não consegui fazer aquilo que satisfizesse a todos, mas eu creio que foi um esforço grande, um esforço de discussão para que nós pudéssemos fazer, não somente uma reforma, mas uma revolução no Brasil, no interesse da arrecadação e distribuição do direito autoral na área da música.

Pedem-me, aqui, que dê o parecer específico sobre as emendas.

Meu parecer é favorável à Emenda nº 1, que é a que trata exatamente desses litígios e a possibilidade de mediação.

A Emenda de nº 2, da Senadora Ana Rita, é a que permite o cumprimento do mandato para, a partir daí, se contabilizar novamente o processo. E eu acato essa emenda.

A Emenda de nº 3, da Senadora Lúcia Vânia, é a que propõe o escalonamento da redução da taxa de administração das associações e do Ecad nessa proposição.

A Emenda de nº 4, da Senadora Kátia Abreu, coloca que caberá às associações, no interesse dos seus associados, estabelecer os preços pela utilização de seus repertórios, considerando a razoabilidade, a boa-fé e os usos do local de utilização das obras. Portanto, acato também essa emenda.

E a Emenda de nº 5, cujo autor não pude identificar, que diz o seguinte:

Sem prejuízo do disposto no §3º do art. 98, as associações devem estabelecer e unificar o preço de seus repertórios junto ao ente arrecadador para sua cobrança, atuando este como mandatário das associações que o integram. §9º O ente arrecadador cobrará do usuário, de forma unificada, e se encarregará de sua devida distribuição às associações, observado o disposto nessa lei, especialmente os critérios estabelecidos nos §§3º e 4º do art. 98.

Portanto, Sr. Presidente, eu incorporo também essa emenda.

São cinco emendas.

Então, quero agradecer a todos e a todas. Espero ter cumprido com a minha responsabilidade e

atendido à confiança de todos que desejam um melhor sistema de arrecadação e de distribuição de direitos autorais no Brasil.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Por favor.

Eu, antes de abrir o processo de discussão, vou fazer uma consulta aos senhores, de forma prática. Nós estamos quase que iniciando a sessão do Congresso Nacional. Está nas preliminares.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Iniciou, mas não há quórum ainda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu consultaria V. Ex^{as}: estamos com três oradores inscritos para discussão, o que eu faria com V. Ex^{as}? Eu votaria, agora, reabriria o processo, faríamos a votação agora do projeto, depois iniciariamos as falas. Na hora em que realmente começar a Ordem do Dia do Congresso, eu vou suspender a nossa reunião aqui para continuar votando, porque há projetos importantes na pauta de prioridades que V. Ex^{as} decidiram. E retomaremos a reunião na Comissão de Constituição e Justiça após a conclusão da sessão do Congresso.

Mas eu apelaria a V. Ex^{as} para iniciarmos o processo de votação dessa matéria neste exato momento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Parabéns pela decisão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k. (*Palmas.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu tenho uma questão de...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, só antes de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pois não!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu tenho uma emenda supressiva incidindo sobre o art. 100-B, por entendê-la inconstitucional.

Pergunto a V. Ex^a se é o momento de apresentá-la ou é preciso, primeiro, aprovar-se o substitutivo para, depois, ela ser apreciada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Qual é a emenda de V. Ex^a?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A Emenda 100-B, que atribui ao Ministério da Cultura essa incumbência de fazer mediação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Transfere do Ministério da Justiça para o Ministério da Cultura.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, o Ministério da Justiça nunca teve. *(Risos.)*

A proposta seria do Ministério da Justiça para a Cultura.

Agora, a minha dúvida, aliás, a minha objeção de mérito, de constitucionalidade, porque esta é a Comissão de Constituição e Justiça, é sobre a constitucionalidade de se dar atribuição a um órgão do Poder Executivo por iniciativa Parlamentar. É essa a dúvida. Por isso que eu apresentei uma emenda supressiva sobre esse ponto.

No mais, é elogiar o trabalho do Relator.

Em que momento eu devo apresentar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – No turno suplementar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – No turno suplementar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu vou colocar... Consulto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Só um minutos, Sr. Presidente. Desculpe-me, mas é muito rápido.

No momento em que prestei, aqui, algumas homenagens, eu deixei de prestar uma que também foi relevante, que é ao Dr. Márcio do Val, que, representando o Ecad, discutiu comigo em várias situações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Encerrada a discussão, em votação o relatório favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva com as emendas recentemente inseridas.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade o relatório do Senador...

(Manifestação da plateia: assobios, palmas.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu peço urgência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu peço urgência para ir para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a urgência do Senador Lindbergh e do Senador Randolfe, Senador Jucá, de todos os Senadores a urgência.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não entendi o que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É a urgência.

Em discussão a urgência

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com licença. Eu quero saber...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a urgência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...qual a urgência?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Essa discussão é discutida.

Eu tenho que mandar para a Comissão de Educação, é minha obrigação mandar para a Comissão de Educação, somente os Líderes é que podem pedir a urgência em Plenário. É o Regimento que assim determina, mas eu vou fazer como V. Ex^{as} me pediram.

Em discussão a urgência. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, em votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu não estou entendendo o que estamos votando. Se não é da competência da Comissão de Constituição e Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É a urgência da Comissão, é uma manifestação da Comissão pedindo ao Plenário para votar de urgências, mas somente os Líderes é que podem decidir isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas eu queria perguntar ao...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Existe esse instrumento político.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu vou lhe dizer com toda a clareza, com toda a clareza a minha posição.

A minha posição é que esta matéria precisa ser instruída, como determinou o Presidente da Casa, pela Comissão de Educação e Cultura porque é uma matéria que diz respeito diretamente à produção cultural, a interesses conflitantes que existem entre produtores, autores; entre gravadoras, rádio, televisão.

De modo que eu considero absolutamente importante para que o Plenário seja bem instruído que essa matéria passe pela Comissão de Educação e Cultura que é o âmbito... Eu considero que o trabalho feito pelo Senador Relator, Humberto Costa, foi um excelente trabalho, eliminou algumas inconstitucionalidades que, no meu entender, existiam no projeto da CPI, ele foi muito atento para ouvir as pessoas, disposto a ouvir as pessoas, procurou convergências, um trabalho elogiável. Eu até, se pudesse, sugeriria que ele continuasse como Relator na próxima comissão, uma vez que já está enfronhado no assunto e que já tem a credibilidade para conversar com todas as pessoas

interessadas, mas eu considero indispensável que o projeto passe pela comissão de mérito.

Não vejo objeção na matéria constitucional, a não ser essa matéria que levantei sobre o artigo 100-B. No mais, não considero que haja, na Comissão de Constituição e Justiça nenhum obstáculo para que ela possa prosseguir para a próxima etapa, mas a próxima etapa, no meu entender, é absolutamente essencial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, o nosso encaminhamento é contrário.

Nós...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Só um minuto, Senador Randolfe, só para esclarecer ao Senador Aloysio.

A manifestação da urgência desta Comissão não elimina o despacho da Presidência da matéria ir à Comissão de Educação que é a comissão de mérito. É a manifestação da Comissão para os Líderes. Somente o Colegiado de Líderes pode suprimir o despacho da Presidência.

Em votação.

Aqueles que concordam com a solicitação dos Srs. Senadores permaneçam como se encontram. Aqueles que divergirem levantem, contra o voto do Senador Aloysio Nunes Ferreira já fundamentado. *(Pausa.)*

Aprovada a urgência.

(Manifestação da plateia: palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Parabenizo o Senador Humberto Costa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para registrar a importância do relatório do Senador Humberto Costa e, uma vez que estamos tratando da cultura, já que estamos tratando da música, é muito importante votarmos a PEC da Música que está no Plenário do Senado, que retira multas de CDs e DVDs, barateando os produtos e combatendo a pirataria.

Queremos levantar esse tema também porque é complementar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu queria cumprimentar a todos os senhores e senhoras artistas, compositores, cantores em nome da representação paraibana, da nossa queridíssima Roberta Miranda, aqui tão bem aludida pelo Senador Humberto Costa, e dizer que os senhores são muito bem-vindos aqui em nossa Comissão. Sejam muito bem-vindos. Estejam seguros de que os seus direitos são bem defendidos pelo Senado Federal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, não seria o caso de suspender a reunião por dois minutos? Essa é uma matéria tão importante,

aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e V. Ex^a conduziu o processo de forma tão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou suspender os trabalhos por dois minutos para solicitar que se V. Ex^{as} quiserem tirar uma foto com o Senador Humberto, podem vir.

Está suspensa a reunião por dois minutos para os cumprimentos e fotos.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Está reaberta a reunião.

Vamos retomar os nossos trabalhos, por favor.

Vamos ao próximo item da pauta.

ITEM 13

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 244, de 2009

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ideli Salvatti

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2009.

Concedo a palavra a S. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, para proferir o seu relatório.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – A proposição sob exame nasceu do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2009, da Senadora Ideli Salvatti, que logrou ser aprovado, na sua redação original, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, na reunião de 24 de junho de 2009.

O texto encaminhado à Câmara dos Deputados estabelecia que, respeitadas a iniciativa legislativa e a competência do Poder Executivo a que estejam vinculados, são peritos oficiais para fins cíveis e criminais, nas suas áreas específicas, os papiloscopistas e demais servidores públicos com denominações equivalentes, que exerçam atividades de perícias papiloscópicas e necropapiloscópicas.

Prevía-se, ainda que, no exercício da atividade de perícia oficial do papiloscopistas lhe é assegurada autonomia técnica e científica, exigido concurso público com formação de nível superior e que esses profissionais que tivessem ingressado no serviço público sem exigência do diploma de curso superior até a data da entrada em vigor da lei que se originasse da proposição continuariam a atuar exclusivamente nas respectivas áreas para as quais se habilitaram.

Na Casa Revisora, a proposição foi autuada como Projeto de Lei nº 5.649, de 2009. Após apreciação das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o texto sofreu alterações, tendo ficado na forma do Substitutivo da Câmara dos Deputados, que ora se aprecia.

Além de alterações redacionais, essencialmente o Substitutivo da Câmara dos Deputados introduz dispositivo para definir que são peritos oficiais para fins cíveis e criminais, nas suas áreas específicas, os papiloscopistas e demais servidores públicos com denominações equivalentes, que exerçam atividades de perícias papiloscópicas e necropapiloscópicas,

O que motivou a Senadora Ideli Salvatti a apresentar o PLS nº 244, de 2009, foi a não inclusão da categoria dos papiloscopistas no rol dos peritos oficiais criminais, definido pelo Projeto de Lei da Câmara nº 204, de 2008, que deu origem à Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009.

A análise.

Sr. Presidente, não vou ler tudo porque o material já está nas mãos dos Senadores.

Ao dispor sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas, a proposição em exame não só repara uma grave injustiça cometida contra esses profissionais, mas também contribui para o aprimoramento do Estado democrático de direito, já que fortalece os meios para obtenção de provas lícitas, com vistas a evitar condenações por erro judiciário, assegura a garantia dos direitos humanos, no contexto do devido processo legal, da ampla defesa. Portanto, trata-se de uma proposição cuja finalidade é fortalecer o denominado moderno processo constitucional democrático, que é um dos fundamentos da cidadania e da democracia.

Cumpramos ressaltar que os papiloscopistas são peritos criminais há mais de um século, conforme dispunha o Decreto nº 4.764, de 1903. Desde então, eles comparecem à cena do crime, levantam impressões, elaboram laudos, fotografam o local do crime e confeccionam laudos e trabalham em conjunto com os seus colegas médicos legistas.

Do nosso ponto de vista, contudo, o texto do PLS afigura-se mais adequado do que o texto do Substitutivo, pois disciplina a matéria de modo mais genérico, com observância da legislação de cada unidade da Federação a que estejam vinculados os profissionais, não interferindo em suas organizações administrativas.

Voto.

Pelo exposto, somos pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2009.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Cumprimento V. Ex^a e quero fazer justiça à história de V. Ex^a com essa causa e esse projeto, Senadora Lúcia Vânia. V. Ex^a se agarra em temas importantes como o Ato Médico, assim como essa questão, que V. Ex^a trouxe há vários anos para discussão nesta Casa.

Coloco em discussão a matéria.

O Senador Pedro Taques tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para apoiar o projeto, o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

Quero cumprimentar os papiloscopistas do Estado de Mato Grosso que se encontram aqui: Idejair da Conceição do Sindicato, Victor Braga, Coordenador de Identificação Criminal.

Antigamente, Sr. Presidente, partia-se do criminoso para o crime. Partia-se do criminoso. Existia uma expressão assim: “Vamos trabalhar o preso para chegarmos até o crime”. Esse é um eufemismo para a tortura. Na técnica, nós não podemos partir do criminoso para o crime, mas do crime para o criminoso. Daí a importância da perícia, da autonomia da perícia.

Quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia e lembrar também, Senador, que agora aqui está parecendo depois de um *show*. Percebam: copos quebrados – olha só –, papéis espalhados. Está parecendo depois de um *show*. Os artistas foram e muitos artistas ainda ficaram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Estamos trabalhando.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Estamos trabalhando.

Quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu gostaria de registrar a importância da polícia científica que hoje, a cada ano, tem um papel cada vez mais relevante na elucidação criminal do Brasil.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A Senadora Lúcia Vânia trabalhou com arte e competência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka e depois a Senadora Lídice da Mata.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, não com a experiência nem com o vernáculo do Senador Pedro Taques, mas eu gostaria de me associar-me ao apoio. Eu tive oportunidade, ainda no meu Estado, de ser relator da Lei Orgânica, da época, dos Papiloscopistas.

Sr. Presidente, nada mais importante do que a evolução, a técnica. É uma verdade a polícia científica, técnica. É o aprimoramento. Para evoluir nisso, nós pre-

cisamos ter esse segmento na categoria organizada. E organizar é respeitar exatamente a sua ascensão e a sua funcionalidade.

Quero parabenizar a Senadora Lúcia Vânia e, em nome dos papiloscopistas do Mato Grosso do Sul, parabenizar a organização dos que se encontram aqui defendendo seus legítimos interesses.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu vou renovar o que eu faço em todas as reuniões: vamos deixar as manifestações para o final, para que a reunião possa transcorrer normalmente.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador, apenas quero destacar a importância desse relatório da Senadora Lúcia Vânia, que tanto tem se dedicado a relatórios que buscam a regulamentação de carreiras com muita dedicação, muito trabalho, ouvindo e elaborando um relatório, portanto, que pode ser aprovado, em geral, por unanimidade.

Eu quero parabenizar a Senadora pelo trabalho e dizer que os papiloscopistas da Bahia também estiveram comigo buscando esse apoio e nós queremos, portanto, parabenizar todos.

Acho que quanto mais nós temos condições de aperfeiçoar tecnicamente a condição de análise e identificação do crime mais a justiça pode chegar aos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não havendo mais quem...

O SR. RODRIGO RELLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu também quero, rapidamente, registrar minha posição favorável ao tema. Já votei a favor dele na Câmara dos Deputados.

Quero também expressar meu apoio ao relatório e ao voto da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Da mesma forma, desejo parabenizar a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório contrário ao Substitutivo da Câmara e favorável ao PLS nº 244, de 2009.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório por unanimidade.

Agora, sim, os senhores podem se manifestar.

(Manifestação da plateia: palmas e brados.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de agradecer a presteza com que V. Exª colocou esse projeto na pauta, o apoio que V. Exª deu aos papiloscopistas, aqui representados pelo Estado de Goiás – eu tenho que puxar pelo meu Estado. Cumprimento a todos eles, dizendo da excelência desse trabalho desenvolvido em cada Estado.

Portanto, muito obrigada, Sr. Presidente. Parabéns pela condução do seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Cícero Lucena requer que seja colocado em regime de urgência o referido projeto.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o regime de urgência.

(Manifestação da plateia: palmas.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Projeto seguinte. Está na pauta.

Projeto seguinte.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É o projeto de Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ah, está. Muito obrigado, era essa a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Exª chegou...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, antes de começar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Há um requerimento sobre a mesa.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Antes de começar a votação no projeto do Senador Lindbergh – sei que a pauta é definida pelos Srs. Líderes, mas V. Exª tem um assento muito importante nesta Casa, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça –, eu queria solicitar a V. Exª uma intervenção junto aos Líderes para que possamos botar em votação no plenário o mais rápido possível, de preferência hoje ainda, os nomes de algumas autoridades....

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos votar as autoridades.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Especialmente o do Dr. Cláudio Brandão, para o TST, representando toda a Bahia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Há um requerimento sobre a mesa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E

Vladimir Aras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Vamos incluir.

Requerimento extrapauta sobre a mesa.

Requeiro à Presidência, na forma regimental, a inclusão, na CCJ de 3/7, da Proposta de Emenda Constitucional nº 3, de 2011, na forma do entendimento desta Casa.

Senador **Lindbergh Farias**.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

(Pausa.)

Aprovada a matéria extrapauta.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB

– DF) – Só para fazer uma correção: de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, relatoria do Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Não. O requerimento é de autoria do Senador Lindbergh Farias.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB –

DF) – Não. O projeto. É porque antes...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – O projeto é de V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB –

DF) – A proposta.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB –

PB) – Sr. Presidente, o senhor já colocou em votação essa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Não, é requerimento de inclusão da matéria.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB –

PB) – Ah, é inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Vou colocar a matéria agora.

ITEM 14

TRAMITAÇÃO CONJUNTA**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Nº 3, de 2011

- Não Terminativo -

Acrescenta o inciso IV ao caput do art. 60 e o § 3º ao art. 61 da Constituição, e altera a redação do § 2º também do art. 61, para viabilizar a apresentação de propostas de emenda à Constituição de iniciativa popular e facilitar a apresentação e a apreciação de projetos de lei respectivos.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros

TRAMITA EM CONJUNTO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, de 2011**

- Não Terminativo -

Altera a redação do § 2º e acresce os §§ 3º a 7º ao art. 61 da Constituição Federal, para conferir nova disciplina à apresentação e à tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e outros

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Favorável à PEC nº 3, de 2011, com sete emendas que apresenta, de modo a incorporar algumas das propostas trazidas pela Emenda nº 1 e pela PEC nº 45, de 2011.

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias, para proferir o seu relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu vou fazer um relatório aqui muito resumido, porque o Senador Aloysio Nunes já antecipou que vai pedir vista, e nós faríamos o debate de mérito, com mais fôlego, na próxima reunião.

Já são mais de 14h, então eu vou fazer aqui um resumo, para fazermos o debate mais à frente.

Primeiro, dizer que eu não apresentei um substitutivo em homenagem ao Senador Rodrigo Rollemberg, que apresentou um projeto tão importante. Então, eu achei que a melhor forma de contribuir era apresentando outras emendas e deixando claro que a autoria do projeto é do Senador Rodrigo Rollemberg.

Qual a iniciativa central do projeto de emenda constitucional do Senador Rodrigo Rollemberg? Ele permite que exista também iniciativa popular na apresentação de projetos de emenda constitucional. Hoje, nós só podemos ter iniciativa popular para projetos de lei. Agora, para projetos também de emenda constitucional.

Ele também reduz o quórum tanto para apresentação de projeto de iniciativa popular de lei quanto para PEC. Reduz de 1% para 0,5%. Vai ficar claro, numa emenda que eu apresento lá à frente, que eu aceito a redução para 0,5% para iniciativa popular em projeto de lei, mas, em relação à PEC, eu deixo em 1%, porque eu acho que tem que ter um quórum diferenciado.

O projeto do Senador Lindbergh também prevê urgência constitucional para projetos de iniciativa popular, ou seja, o projeto já chegaria aqui com urgência constitucional. Há uma emenda do Senador Valadares que também permite iniciativa popular em emendas. Vamos manter o mesmo quórum: se for emenda constitucional, 1%; se for projeto de lei de iniciativa popular, 0,5%. Foi pensada a PEC do Senador Randolfe

Rodrigues, que também reduz para 50% o percentual em relação à iniciativa popular.

O que eu introduzi de novo? A partir de uma série de debates, nós colocamos a possibilidade aqui de a iniciativa popular com PEC poder ser subscrita por meio eletrônico. Aqui o Senador Cássio Cunha Lima fez uma intervenção, que eu concordo integralmente, que é preciso saber da segurança desses processos. Quanto a isso, Senador Aloysio Nunes, devo dizer aos senhores – e na próxima semana trarei aqui –, pois é muito mais seguro um processo desse, com participação por meios eletrônicos do que a conferência por assinaturas manuais. Nós já temos vários sistemas e plataformas que funcionam muito bem. Um exemplo: Receita Federal. O Congresso Nacional vai ter que criar essa plataforma com CPFs. Há vários caminhos para se construir isso. A assinatura eletrônica é uma realidade nas nossas vidas com as instituições financeiras e em todos os lugares. Esse exemplo da Receita Federal é muito interessante e o Congresso Nacional vai ter que organizar a forma de construirmos essa plataforma.

O fato que o Senador Cássio Cunha Lima levantou é fundamental: é preciso total segurança. E todas as reuniões que tivemos envolvendo assessores do TSE, representantes do Ministério da Justiça, vimos que é muito possível de ser feito.

Resumindo, é esse o nosso relatório. Sei que nós vamos ter um debate aqui na próxima quarta-feira, eu não acho que estejamos abrindo mão da nossa representação parlamentar, acho que nós estamos fortalecendo essa representação parlamentar. Quem vai decidir são os Senadores e Deputados, são os Congressistas, os Parlamentares do Congresso Nacional. Agora, a gente tem que se aproximar de uma realidade em que as pessoas querem ter mais participação, estar mais perto dos debates. Não dá para o Senado funcionar ignorando que nós temos redes sociais, Internet. Isso pode aproximar essa participação popular do Congresso Nacional e fortalecer a nossa democracia representativa.

Eram essas as minhas palavras, fiz questão de resumir muito o relatório, e acho que na próxima terça-feira poderemos aprofundar o nosso debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vista.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Vista coletiva, Sr. Presidente. Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista coletiva. Não há mais nenhuma...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu não posso fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nenhuma observação. Só na próxima semana. V. Ex^a sabe que eu sou extremamente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Estou aprendendo com V. Ex^a.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, conversando aqui com alguns Senadores, eu gostaria de propor a V. Ex^a e aos Senadores e Senadoras aqui presentes que nós pudéssemos agora fazer a leitura do relatório do crime organizado, que é uma matéria que está na pauta, na Ordem do Dia, é extremamente importante...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deixa eu só ler esse do Senador Aloysio, cujo Relator é o Senador Cássio e imediatamente após farei a leitura do seu...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Foi pedida uma inversão de ordem após o que foi lido para a leitura da indicação do Dr. Leonardo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k.

Determino à Secretaria para o segundo ponto de pauta ser o projeto do Senador Lindbergh e do Senador Rollemberg.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2013 - Não Terminativo -

Reduz a zero a alíquota da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP de que trata a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Relatório: A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passo à leitura do relatório.

Relatório.

Chega a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que reduz de um por cento para zero a alíquota da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) incidente sobre as receitas correntes arrecadadas e as transferências correntes e de capital recebidas pelas pessoas jurídicas de direito público interno.

Em atendimento ao disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o art. 2º enuncia caber ao Executivo estimar o montante da renúncia fiscal decorrente da lei originada do projeto. A vigência da norma, segundo o art. 3º, será a partir de sua publicação.

A justificação destaca a necessidade de revisão do Pacto Federativo brasileiro, tendo em vista, principalmente, o agravamento do desequilíbrio das finanças das unidades descentralizadas da Federação. Há perda de receitas próprias e daquelas transferidas. As despesas, por seu turno, têm apresentado expansão que escapa do controle dos Estados e Municípios, pois decorrem da aprovação de medidas, pelo Congresso Nacional, que impõem novos encargos e vinculações às suas finanças, sem que sejam estabelecidas fontes de receitas correspondentes. A proposição, então, vem como alternativa para desafogar as finanças dos entes federados.

Após ser analisada pela CCJ, a matéria segue para a CAE, onde será apreciada em caráter terminativo. Análise.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das proposições que lhe forem submetidas, bem como sobre o mérito das matérias de competência da União, nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar a respeito do tema, a teor dos arts. 24, I, 48, I, 239, todos da Constituição Federal. A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, da CF). O art. 150, §6º, igualmente, da Carta Magna, que estabelece a exigibilidade de o benefício tributário ser concedido mediante lei específica, foi respeitado.

Quanto à juridicidade, o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos está autorizado. O PLS também possui o atributo da generalidade, aplicando-se a todas as situações de fato que se insiram na hipótese legal.

Revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. O art. 2º torna a proposição adequada em termos orçamentários e financeiros.

Em sua tramitação, o PLS seguiu o Regimento Interno desta Casa.

Em termos de técnica legislativa, para que sejam observadas as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, são necessários ajustes formais.

A ementa precisa detalhar o objeto da proposição, sob pena de sugerir ao seu leitor que esteja propondo, de forma generalizada, a redução a zero da contribuição para o PIS/Pasep, quando, na verdade, o projeto reduz a alíquota apenas em um caso específico. Devem ser acrescentadas aspas e a sigla “NR” após a redação proposta ao art. 8º da Lei nº 9.715, de 1998, pelo art. 1º do projeto.

No mérito, somos totalmente favoráveis ao PLS, que reduz a zero a alíquota da contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre as receitas arrecadadas pelas pessoas jurídicas de direito público interno e sobre as transferências correntes e de capital recebidas. Apesar de a regra proposta beneficiar todos os contribuintes do tributo, que, segundo esclarece o art. 67 do Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, são a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas autarquias, o fato é que os entes subnacionais é que são verdadeiramente desafogados do pagamento da contribuição.

No caso, é relevante destacar também que, diversamente do previsto no art. 150, inciso VI, alínea “a” da CF, que trata da imunidade recíproca relativa a impostos, não existe vedação constitucional à incidência de contribuições federais sobre a renda de Estados e Municípios. Assim, a despeito do inconformismo de vários entes federados no que toca ao pagamento da contribuição para o PIS/Pasep, a exigibilidade da exação é constitucional, como já decidiu em várias oportunidades o Supremo Tribunal Federal, valendo destacar, por todos, o julgamento da Ação Cível Originária nº 471/PR.

Sobre a matéria, lembramos que, recentemente, durante a tramitação da Medida Provisória nº 589, de 13 de novembro de 2012, foi incluído no Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2013, aprovado pela Comissão Mista, dispositivo que, por meio de inserção de §7º ao art. 2º da Lei nº 9.715, de 1998, pretendia excluir da base de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep, devida pelos três entes governamentais e suas autarquias, os valores de transferências decorrentes de convênio, contrato de repasse ou instrumento congênere com objeto definido. A norma foi sancionada como art. 13

da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, e representa uma vitória da federação.

Esse é o espírito que se deve ter, razão pela qual apoiamos a desoneração das rendas dos Estados e Municípios, tributadas pela contribuição para o PIS/Pasep.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2013, com as emendas abaixo.

Trata-se de emenda de redação basicamente, incluindo aspas e a sigla (NR) ao final da nova redação atribuída pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2013

Este é o relatório e consequentemente o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Por favor, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Suplicy, com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente e prezado Senador Aloysio Mercadante... Senador Aloysio Nunes – eu tenho de corrigir esse engano que, na minha mente, recorrentemente eu tenho feito, ainda que...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Aliás, não me desmerece.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas, caro Senador Aloysio Nunes Ferreira, V. Ex^a, com muita disciplina, sempre que aparece um projeto, seja na Comissão de Assuntos Econômicos ou nesta Comissão, quando há uma isenção, sempre procura saber se está sendo justificada segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, qualquer projeto deve estar sempre acompanhado da “estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições”. E daí prossegue o art. 14.

Como o projeto isenta as pessoas jurídicas de direito público do pagamento da contribuição do PIS/Pasep, não havendo estimativa de impacto dessa medida no Orçamento e como ela pode impactar negativamente duas ações estatais importantes, tendo em vista que a arrecadação dessa contribuição custeia o

Programa de Seguro Desemprego e o abono do PIS, eu vou pedir vista para melhor exame.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k. Vista solicitada. A vista é coletiva. A matéria está na próxima reunião...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu perguntaria ao Senador Suplicy, apenas pela oportunidade, se o projeto que V. Ex^a apregoa aqui e que institui o Programa de Renda Básica de Cidadania – que V. Ex^a apresentou e foi sancionado pelo Presidente Lula – assim previa. É só uma curiosidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero, então, recordar o seguinte: quando eu apresentei o projeto ao Relator, na Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Francelino Pereira, ele estudou o assunto, leu o meu livro – e eu gostaria que V. Ex^a tivesse a oportunidade de ler...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não apenas li, como eu estudei.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Exato.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Segui a recomendação que Lenin fez a respeito de Plekhanov: não basta ler, é preciso estudar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Pois bem, então, V. Ex^a há de recordar que o Senador Francelino Pereira era um homem com muita experiência: foi presidente da Arena, ex-governador de Minas e era do DEM. Ele me disse: “Olha, eu não vou me candidatar de novo [ele tinha 81 anos], mas eu vou estudar com toda seriedade”, e o fez. E disse a mim: “Eduardo, a ideia é boa, mas eu quero saber se você aceitaria sugestão ao parágrafo que diz ‘a renda básica de cidadania [ou seja, o *caput* do artigo] será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelas pessoas mais necessitadas [por exemplo, como faz o Bolsa Família] até que um dia será incondicional para todos.”

Eu lembrei, então, dos ensinamentos de um grande laureado com o Prêmio Nobel de Economia, James Edward Mead, de 1977, que, no seu livro *Agathotopia: The Economics of Partnership*, menciona que nós precisamos saber muito bem as metas a que queremos chegar e caminhar passo a passo, firmemente, naquela direção, porque se quisermos todas as coisas simultaneamente, é muito possível que surjam instabilidades como aquelas que ele observou ao longo de sua vida no século XX: a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, todos os golpes de Estado etc. e graças àquela... Então eu, lembrando da recomendação de James Mead, aceitei a recomendação do Senador Francelino Pereira e, graças a ela, o Senado, inclusive o PSDB, aprovou por unanimidade e consenso, a

Câmara o fez, e foi ao Presidente Lula, o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci e disse: “Presidente, como é para ser instituído progressivamente, é factível, pode sancionar.” E o Presidente sancionou em 8 de janeiro, e só falta agora nós.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k. Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só uma observação telegráfica. Quer dizer que as suas utopias cabem da Lei de Responsabilidade Fiscal; as minhas, não?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k. Qualquer dia, nós vamos marcar uma...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A sua lei é tão precursora da Bolsa Família quanto a Lei do Ventre Livre é precursora da CLT. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Qualquer dia, nós vamos marcar uma audiência pública sobre esse assunto, que me interessa muito.

Item 9 da pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu tenho uma dúvida, Sr. Presidente. Deixo essa dúvida para a audiência pública ou posso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deixa essa dúvida para a audiência pública.

Item 9 da pauta.

Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pelo art. 14, V. Ex^a tem direito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu não disse que era contra. Eu só disse que queria estudar o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k. A vista foi concedida a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu não falei que sou contra a utopia dele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A vista foi concedida a V. Ex^a.

Item 9. O Senador Flexa Ribeiro entendeu como fundamental a leitura do item 9 pelo Senador Eduardo Braga, que a cedeu. Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro.

Item 9 da pauta, pág. 227. É uma matéria *ex officio*. A Presidência já conclama para vista coletiva e, por ser uma matéria fundamental e importante, há maior estudo por parte dos nossos colegas, por isso o Senador Eduardo Braga, meu Líder, vai fazer a leitura do relatório.

São 14h25. Esta Presidência está há cinco horas aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deixa eu só anunciar o item para organizar aqui.

ITEM 9

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 150, de 2006

- Não Terminativo -

Dispõe sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção da prova, o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, nos termos do texto final encaminhado pela Câmara dos Deputados, com uma emenda de redação que apresenta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, se ninguém for pedir vista, eu queria por, em respeito à dignidade da pessoa humana –, eu tenho 42 pontos para debater sobre esse tema...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vai ser vista coletiva.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria, inclusive, de propor aos Senadores... Efetivamente, este é um relatório complexo, de uma matéria extremamente importante e creio que ler o relatório a essa hora não tem significado. O que eu gostaria de propor? Dar por lido o relatório. Haverá o pedido de vista. Todos leem. Na próxima reunião, eu apenas farei um resumo do relatório para que possamos abrir o debate.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Consulto os Senadores presentes, o Senador Pedro Taques...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concorro absolutamente com isso. Mostra que o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Relator está...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ele está trazendo a importância desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Relator traduz bem o caráter e a importância do relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Portanto, Sr. Presidente, pediria para dar por lido o relatório, com vista concedida, assegurando, portanto, ao Relator, na próxima reunião, que eu possa fazer o resumo do relatório para que possamos abrir, então, o debate.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência dá como lido, na forma do consenso adquirido entre os presentes, o relatório do Senador Eduardo Braga e concede vista coletiva. A matéria estará na próxima pauta.

ITEM 10

OFÍCIO “S” Nº 29, de 2013

- Não Terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, os documentos do Senhor Juiz de Direito LEONARDO FARIAS DUARTE, da Vara Única de São Miguel do Guamá, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2013-2015.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, mediante o Ofício “s” nº 29, de 2013 (nº 216, de 2013, na origem), o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, encaminha ao Senado Federal, nos termos do inciso IV do art. 130-A, da Constituição Federal, a indicação, realizada em sessão administrativa de 19 de junho de 2013 naquela Corte suprema, do Juiz de Direito Leonardo de Farias Duarte para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no biênio 2013/2015.

No ensejo, S. Ex^a encaminha o currículo do indicado e os documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, do Senado Federal, que trata do processo de exame da indicação de autoridades por esta Casa legislativa.

Nos termos constitucionais, os membros do CNMP, instituição incumbida do controle externo do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maio-

ria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Conforme a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examinar a indicação e proceder à sabatina dos indicados. E, nos termos desse mesmo ato normativo, cabe à pessoa indicada fornecer os documentos que especifica, dentre os quais o seu currículo, que passamos a sumarizar.

O currículo fornecido por Leonardo de Farias Duarte principia com a anotação de que o indicado nasceu na cidade de Crato, Estado do Ceará, e bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Rondônia em abril de 2001. O indicado também é pós-graduado em Ciências Jurídico-Políticas II pela Universidade de Coimbra, Portugal, em 2006, tendo obtido, além disso, o grau de mestre em Ciências Político-Jurídicas II pela mesma Universidade de Coimbra em 2008.

O Sr. Leonardo de Farias Duarte realizou diversos estágios na área jurídica, tendo sido assessor jurídico da Procuradoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia entre os anos de 2001 e 2002.

Em 6 de dezembro de 2002, foi empossado como juiz de direito do Estado do Pará e atuou em diversas comarcas desta unidade da Federação.

De 1º de agosto de 2008 a 31 de julho de 2010, foi juiz auxiliar do Supremo Tribunal Federal, atuando junto ao gabinete do Ministro Joaquim Barbosa.

De 1º de agosto de 2010 a 31 de julho de 2012, foi juiz instrutor do Supremo Tribunal Federal, atuando, igualmente, junto ao gabinete do Ministro Joaquim Barbosa.

Desde 1º de agosto de 2012 até a presente data, vem atuando como juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

O indicado possui um livro publicado, intitulado *Obstáculos econômicos à efetivação dos direitos fundamentais sociais*, Rio de Janeiro, Editora Renovar, 2011. Também possui um artigo, *Direitos e Princípios no Contexto da Crise do Positivismo Jurídico*, publicado, em resumo, na Revista Consulex, nº 243, página 19, e, na íntegra, na revista eletrônica Consulex.net.

Participou, ainda, na condição de Secretário, da comissão de estudos e redação do anteprojeto de lei complementar destinada a dispor sobre Estatuto da Magistratura, conforme Portaria nº 47, de 18 de fevereiro de 2013, do Presidente do Supremo Tribunal Federal; e, como membro, do grupo de trabalho instituído para acompanhar o cumprimento da meta de combate à improbidade administrativa e ações penais correlatas definidas no VI Encontro Nacional do Judiciário, conforme Portaria nº 21, de 18 de fevereiro de 2013, do Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Lecionou a disciplina Impactos Econômicos e Sociais das Decisões Judiciais nos dias 12 e 13 de abril de 2013, com um total de 20 horas-aula, no curso de formação inicial para juízes substitutos do Estado do Pará, ministrado na Escola de Magistratura daquele Estado, em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Foi debatedor no Seminário Nacional: *Inovações e Desafios da Nova Lei sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro*, na palestra intitulada *A Intencionalidade nos Crimes de Lavagem de Dinheiro*, proferida pela Subprocuradora-Geral da República, a Sr^a Raquel Elias Ferreira Dodge; bem como no *Seminário Nacional de Probidade Administrativa*, no painel intitulado *O Papel do MP no Combate às Improbidades Administrativas*, apresentado pelo Conselheiro do CNMP e Procurador Regional da República, Sr. Mario Luiz Bonsaglia.

O currículo traz ainda outras atividades docentes e palestras de que participou o indicado, entre elas, na qualidade de palestrante, *O Papel do Judiciário na Tutela dos Direitos Fundamentais*, proferida em Brasília, Distrito Federal, em outubro de 2008.

Em cumprimento ao disposto nos incisos II, III e IV do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, que trata do processo de indicações nesta Casa, o Sr. Leonardo de Farias Duarte encaminha as informações pertinentes, como a de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Poder Judiciário, que o indicou; de que não sofreu qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar, não está em cumprimento de qualquer sanção e não teve nem tem contra si instaurados processos dessa natureza; de que não é membro do Congresso Nacional ou de casa legislativa de qualquer unidade federativa, nem cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses poderes; declarando, ainda, para os fins do disposto no art. 1º, II, “c”, do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sua situação fiscal é regular nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Declara o indicado, ainda, para os fins do disposto no art. 1º, II, “a”, do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que possui irmão, de nome Lausemiro Duarte Pinheiro Júnior, que, após aprovação em concurso público, exerce o cargo de Procurador Federal desde 2 de agosto de 2002.

Para os fins do inciso “b” do mesmo dispositivo, declara o indicado que não participa nem participou como sócio, proprietário ou gerente, de empresa ou entidade não-governamental.

Para os fins do inciso “d” do mesmo dispositivo, declara o indicado que não figura na condição de au-

tor ou réu em qualquer ação judicial em tramitação; e, para os fins do inciso “e”, que atuou perante os juízos e tribunais listados à folha 22 da documentação.

Por fim, o indicado redige uma argumentação escrita, nos termos do inciso III do art. 1º do referido Ato nº 1, de 2007, desta Comissão.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a. Esta Presidência concede vista coletiva automática, nos termos do Ato nº 1, de 2007.

ITEM 16

OFÍCIO “S” Nº 30, de 2013

- Não Terminativo -

Comunica, na forma do disposto nos incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal, a indicação da Juíza de Direito DEBORAH CIOCCI, Titular da 2ª Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Santana, Comarca da Capital, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Conselho Nacional de Justiça – Biênio 2013/2015.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu parecer é pela aprovação, tendo em vista que a indicada possui **currículum vitae** que lhe dá todas as credenciais para exercer a função para a qual foi indicada. Por outro lado, apresentou toda a documentação que atende às exigências relativas ao Ato nº 1, de 2007, desta Comissão.

Sendo assim, Sr. Presidente, nos termos do parecer lavrado, opino pela aprovação desse Ofício.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esta Presidência concede vista automática, na forma do art. 1º do Ato da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Peço ao Senador Paulo Paim, nomeio V. Ex^a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu faria com o maior orgulho. Uma indicação sua para mim entra para o meu currículo. O problema é que parece que houve uma troca no PT. Por 20 dias, eu cedi para o Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu peço para o Senador Pedro Taques. O Se-

nador Gim acabou de se submeter a um exame e está fora do Senado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O exame foi favorável a ele?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sempre é favorável. O Senador Gim não falha. Ele está indicado Relator da Desembargadora Ana Maria Duarte Amarantes de Brito, indicada pelo Supremo Tribunal Federal para a composição do Conselho Nacional de Justiça – biênio 2013-2015. E o Senador tem uma confiança muito grande em V. Ex^a, é um parceiro, um amigo. E aí, me pediu para, na eventualidade de o Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu pensei que a confiança era em mim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Na eventualidade de o Senador Paim não poder funcionar, o Senador Taques poder fazê-lo. Eu tenho certeza de que eu falo pelo Senador Gim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso é para descontrar, Pedro Taques. Autorizo na íntegra a indicação do Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Digamos que seja um concurso de confiança.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito bem. O meu currículo é quase inexistente, é pobre, paupérrimo, vai enriquecer muito mais o meu currículo, Sr. Presidente. Senador Gim Argello, eu faço para o ato, como se diz na missa, *ad hoc*.

Submete-se ao exame desta Comissão a indicação, feita pelo Supremo Tribunal Federal, da Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante Brito, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para integrar o Conselho Nacional de Justiça em uma das vagas destinadas àquele tribunal, nos termos do inciso IV do art. 103-B, da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Na forma da Lei Maior, os membros do Conselho Nacional de Justiça, ao qual cabe o controle externo do Poder Judiciário, são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão, Sr. Presidente, proceder à sabatina dos indicados, antes verificando se foram atendidos os requisitos contidos na Resolução nº 7, de 2005, que “estabelece normas para apreciação das indicações para composição dos dois Conselhos criados pela Emenda Constitucional nº 45.

Primeiramente, verifica-se que a Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante Brito encaminhou o

seu currículo, no qual constam, detalhadamente, sua qualificação, formação acadêmica e experiência profissional, com a discriminação dos referidos períodos, além da relação das publicações de sua autoria, com respectivas referências bibliográficas, atendendo, assim, ao disposto em um dos dispositivos da pré-falada Resolução.

Nascida em Itajubá, em Minas Gerais, a indicada formou-se em Direito pela Universidade de Brasília, em 1983, tendo adquirido grau de especialista em Direito Público e Estado, pela mesma instituição de ensino superior, e de especialista em Direito Público, pela Universidade Cândido Mendes.

Suas atividades profissionais, Sr. Presidente, compreendem o exercício da advocacia, de 1983 a 1984; Fiscal do Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho no Distrito Federal, a partir de 1984; Procuradora da Execução Judicial da Coordenadoria da Dívida da União, da Fazenda Nacional, 86 a 87, Promotora de Justiça de 87 a 88, Juíza de Direito de 88 até 2004, quando foi promovida a Desembargadora do Tribunal de Justiça dessa unidade federada, cargo que ocupa até os dias atuais.

Registra-se ainda, Sr. Presidente, que a indicada foi nomeada, em caráter eventual, Juíza Eleitoral Presidente da 10^a Zona Eleitoral de Brasília, de 94 a 96, e juíza do Tribunal Regional Eleitoral dessa unidade.

Além disso, a indicada exerceu atividades de magistério na área do Direito na Associação do Ensino Unificado do Distrito Federal e na Universidade de Brasília, bem como na Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e também na Escola da Magistratura do Distrito Federal.

Também teve atuação como palestrante em eventos na área jurídica e é autora das obras Inovações no Processo Civil, Da Nova Disciplina, e Lições de Processo de Conhecimento.

A indicada apresentou todas as declarações exigidas pela resolução pré falada. A magistrada anexou também certidões que demonstram regularidade fiscal no âmbito federal, estadual e municipal.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendemos que os Srs. Senadores integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

E, ao meu turno, na minha própria boca, sem falar em nome dos outros, eu tenho a honra de relatar essa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a. Ninguém melhor do que V. Ex^a, com sabidamente a experiência jurídica e o

conhecimento de companheiros de cátedra, para conhecer a indicada.

Esta Presidência concede vista coletiva e automática, nos termos do Ato 1 da CCJ, de 2007.

(É o seguinte o item cuja vista foi concedida:

ITEM 15

OFÍCIO “S” Nº 28, de 2013 - Não Terminativo -

Comunica ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação da Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, pelo Supremo Tribunal Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça - Biênio 2013-2015.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Último item da pauta, um requerimento extrapauta. Não estava incluso, mas, pela importância e por sugestão de S. Ex^a o Senador Sérgio Souza, estamos propondo a inclusão da Emenda à Constituição nº 20, que altera os arts. 52, 55 e 66 da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona; terminando com o voto secreto do Parlamentar.

Em discussão o requerimento de inclusão extrapauta da matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

A matéria passa a entrar agora.

ITEM 17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, de 2013 - Não Terminativo -

Altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável à Proposta

Autoria de ninguém mais ninguém menos do que o Senador Paulo Paim. Embora ausente, lamentavelmente, desta Comissão, mas presente na pauta sempre.

O relatório é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. No mérito, favorável à proposta.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) –

Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer a V. Ex^a e ao pleno desta Comissão pela deferência de colocar extrapauta essa proposta de emenda constitucional, que vem ao encontro de uma reivindicação da sociedade não de agora, mas de muitos anos, de algumas décadas.

E ao que tudo parece, o Parlamento está preparado para votar matéria de tal natureza, ou seja, a democracia no Brasil está consolidada, não se justificam mais os meios que fizeram que a Constituição da República Federativa do Brasil inserisse no seu texto o voto secreto.

Passo então, Sr. Presidente, a relatar a Proposta de Emenda Constitucional nº 20, de 2013, de autoria do nobre colega Senador Paulo Paim.

Vem a exame desta Comissão a proposta legislativa que pretende eliminar da Constituição todas as hipóteses de voto secreto que se praticam no Parlamento brasileiro, nos termos do vigente texto constitucional.

Deixa de ser secreta a votação nas comissões do Senado e no plenário desta Casa da indicação de autoridade feita pelo Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso III, da Carta Magna, ou seja, escolha de magistrados, ministros do Tribunal de Contas da União, governador de território, presidente, ex-diretores do Banco Central, procurador-geral da e de titulares de outros cargos que a lei determinar.

Do mesmo modo, passa a ser pública e aberta a votação relativa à escolha, pelo Presidente da República, de chefes de missão diplomática de caráter permanente, nos termos do inciso IV do mesmo art. 52. A hipótese constitucional de exoneração do Procurador-Geral da República, antes do término do seu mandato, inscrita no inciso IX do mesmo art. 52, relativo às competências privativas do Senado, passa também a se dar mediante votação aberta.

A votação relacionada ao processo pertinente à perda do mandato de Deputado Federal ou Senador da República acusado de infringir proibições constitucionais, quebra de decoro parlamentar ou que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado, a se realizar na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, passa a se dar de modo aberto e público.

A apreciação dos vetos presidenciais apostos a projetos de lei aprovado pelo Congresso Nacional, única circunstância do processo legislativo que se dá mediante voto secreto, nos termos da vigente da ordem constitucional, passa também a se realizar mediante o voto público e aberto, conforme a nova redação que ora se confere ao §4º do art. 66 da Constituição da República Federativa do Brasil.

A abolição do voto secreto do Parlamentar é hoje mais do que um clamor popular, argumentam na justificativa, o Senador Paulo Paim e os demais autores da proposição, e “é, também, um apelo moral e ético”. Em resposta à opinião pública diz-se: “É urgente e inevitável o transcurso dessa propositura como busca dessa sintonia com a sociedade”. “Já não vivemos num momento histórico que seja imperativo ocultar o voto do Parlamentar em face de represálias das forças constituídas e para proteger o exercício das funções parlamentares em prol do cidadão comum, muito mais o voto secreto ocultar, em alguns casos, o caráter torpe do votante” – afirmam os autores da proposta.

Assim, “a democracia urge por esta abolição. E é com muito prazer que servimos a esse princípio democrático para atualizarmos e solidificarmos nossas bases de decisões em proveito do Brasil melhor”, pois, “o Parlamentar assume um mandato por fruto de votos que recebeu e o que legitima a representar a vontade do cidadão que a ele confiou o seu voto. Nada mais justo que este cidadão possa fiscalizar suas ações e posturas através do voto aberto”.

Finalmente, o argumento dos autores é no sentido de que “o julgamento do Parlamentar, feito diariamente, exercido pelo seu eleitor e pela opinião pública, decretará a sua permanência ou continuidade na vida pública, sendo legítima esta relação, pois a conduta ilibada e responsável é pré-requisito da vida parlamentar.

Não foram apresentadas emendas à proposição, Sr. Presidente.

Passamos, então, à análise da proposta de emenda constitucional.

As alterações constitucionais veiculadas na Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2013, ora sob análise, em nada interferem com as cláusulas constitucionais pertinentes ao núcleo material imutável da Carta Magna. Não se trata aqui de medida tendente a abolir direito ou garantia individual, separação dos poderes, o voto da cidadania, direto e secreto, ou a federação. Do mesmo modo, inexistem circunstâncias impeditivas da apreciação de emenda à Constituição, tais como a decretação de estado de sítio ou de defesa. Tampouco há unidade da Federação ora objeto de intervenção federal.

A proposição se dispõe em termos que respeitam as regras pertinentes ao processo de formação de leis, inscritas na Lei Complementar nº 95, de 1998, assim como as exigências regimentais a esse respeito. Diante da inexistência de quaisquer óbices de natureza material ou circunstancial, e considerados adequados os termos em que está disposta a medida ora discutida, entendo que nos encontramos em condições de apreciar o seu mérito.

Em outras circunstâncias históricas, a adoção do voto secreto no processo legislativo e em outros momentos da vida parlamentar foi justificada com o argumento de que era necessário proteger o detentor do mandato parlamentar das pressões oriundas de diversas instituições detentoras de poder político e administrativo, como o Poder Executivo, e daquelas oriundas de entes dotados de poder econômico, ou ainda, nos processos de cassação de mandato, até mesmo de um colega parlamentar.

No exame do veto presidencial apostado a projeto de lei, o voto secreto seria necessário para proteger o parlamentar de eventuais represálias do Poder Executivo, a quem compete a gestão dos recursos públicos e a execução do orçamento. Nos processos de cassação de parlamentar, o voto secreto se destinaria a evitar o constrangimento de o parlamentar, atento à ética e aos interesses da opinião pública, votar pela cassação de um colega seu, e essa circunstância eventualmente beneficiar o parlamentar infrator dos mandamentos legais e éticos, favorecendo a impunidade.

Nas indicações de autoridade, o voto secreto se imporia como medida destinada a proteger o Senador da República de futuras e hipotéticas retaliações a serem praticadas pela mesma pessoa, quando empossada no cargo para o qual foi indicada. Seria destinado também, nessa circunstância, a não fragilizar o indicado no exercício de suas funções, na hipótese da aprovação de seu nome por apertada maioria.

A realidade de nosso País e do mundo, Sr. Presidente, na presente quadra histórica, superou todas essas objeções, as quais, cada qual ao seu modo e, especialmente, ao seu tempo, tiveram seu mérito, sua oportunidade. Hoje, diante da presença maior e mais expressiva da cidadania no acompanhamento das atividades do Congresso Nacional, podemos entender e afirmar que todas as pressões que atuam contrariamente à independência e à autonomia do parlamentar na formação de sua vontade podem ser compensadas pela vigilância dos cidadãos.

A chamada revolução científica e tecnológica tem gerado imensos efeitos em todos os planos da vida social: econômico, cultural, comportamental. Como era de se esperar, passa agora a gerar efeitos poderosos sobre a vida política e o funcionamento das diversas instituições estatais. A medida que ora apreciamos aponta nesta direção: ao tornar todas as deliberações do Congresso Nacional abertas e públicas, revela a necessária transparência e publicidade que deve reger a vida pública e o funcionamento das instituições do Estado, de um lado; e, de outro, contribui para a vigilância cidadã e a sindicabilidade, pela sociedade, sobre

a atividade do Congresso Nacional e dos Deputados Federais e dos Senadores da República.

Voto.

Com este relatório e estes argumentos, Sr. Presidente, o voto deste Relator é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2013, e, quanto ao mérito, por sua aprovação.

São o relatório e o voto, Sr. Presidente.

Eu faço, uma vez aprovado aqui nesta importante Comissão do Senado Federal, um apelo a todos os Líderes do Senado Federal, para que possamos aprovar um calendário especial e quebrar o interstício para votar o mais rápido possível no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Coloco em discussão a matéria.

Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente, para apoiar as propostas de emenda à Constituição e ressaltar a luta do Senador Paulo Paim de há muito por esse tema, e o relatório do Senador Sérgio Souza.

Agora, existe um ponto aqui, Sr. Presidente, que nós precisamos debater. A Constituição da República, em nenhum momento, fala que a votação para Presidente do Senado, Presidente da Câmara, ou Presidentes das Comissões seja secreta. Isso está, ao menos aqui no Senado, no art. 291. O art. 291, do Regimento Interno do Senado, fala que a votação para Presidente será secreta.

Veja que, neste ano, no início desta Sessão Legislativa, como é público, eu concorri com o Senador Renan Calheiros. Ele foi eleito legitimamente – é bom que se diga –, ele teve mais votos. Mas alguns declararam na *Folha de S. Paulo* que votaram em mim. A *Folha de S. Paulo* fez uma pesquisa sobre isso. Eu tive 29 votos, segundo a *Folha de S. Paulo*, mas, na urna, apareceram 18. Então, é mais ou menos isso.

Então, nós precisamos acabar com esse voto secreto aqui dentro. Eu apresentei uma proposta de resolução, é a nº 8, de 2013. Seria um bom momento para que nós pudéssemos acabar com essa inconstitucionalidade. Se a Constituição não estabelece a votação secreta para Presidente da Casa e também para Presidentes das Comissões, não cabe a um Regimento Interno não ser compatível com a Constituição. Existe um projeto de resolução, como fiz referência, o de nº 8, de 2013. Seria interessante, já neste bojo, nós votarmos esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Determino à secretaria para encaminhar ao Sr. Relator Sérgio Souza o projeto de resolução referido pelo Senador Pedro Taques, para servir como instrumento e referência, inclusive, nos futuros relatórios.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Rapidamente, só para cumprimentar o Senador Sérgio Souza e cumprimentar o Senador Pedro Taques. O seu projeto, para mim, tem que ser aprovado. Conte totalmente com o nosso apoio.

Quero dizer, Sr. Presidente, que já, no Brasil, cinco assembleias legislativas acabaram com o voto secreto em todas as hipóteses. O DF aqui não tem mais; o meu Rio Grande do Sul não tem mais; o Paraná não tem mais; Roraima não tem mais. É um processo natural. Câmaras de Vereadores são centenas, Sr. Presidente, onde não existem mais o voto secreto. No mundo, mais de 30 países aboliram totalmente o voto secreto.

Eu não vou me aprofundar, porque eu acho que, neste momento, já são quase três horas da tarde. Eu só peço que a gente vote a matéria, faço um apelo a todos os Senadores. E, naturalmente, com um apelo feito pelo nobre Relator Sérgio Souza, que me surpreendeu positivamente. Ontem à noite, ele me disse: “Meu relatório está pronto.” E nós não precisaríamos jogar para o plebiscito, ou consulta popular, até porque, Senador Pedro Taques, eu dizia aqui para o Senador Luiz Henrique, nosso sempre Governador de Santa Catarina, que eu fiz uma pesquisa na Internet, e eu sei que V. Ex^a faz muito bem, entraram 3.400 pessoas, sabe quantas contra o voto secreto em todas as situações? Nenhum, porque tem que botar o nome.

Então, eu só faço um apelo para votar e nós precisarmos jogar isso para o plebiscito. Se jogar no plebiscito, vai dizer: “Olha, é dez a zero.”

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Sérgio Souza, ontem, me consultava a respeito da disposição desta Presidência de incluir a matéria extrapauta. E eu determinei à Secretaria que ultimasse os preparativos para fazê-lo ainda na reunião de hoje. Todavia, precisava do esforço do Senador, para concluir o seu relatório e trazer o relatório pronto. Por isso, nós deixamos a matéria como última matéria da pauta, mas sem perder de vista a necessidade de encaminhar nessa agenda, que poderemos, com passos serenos, mas largos, em direção ao pensamento nacional, trazer e antecipar a essa pauta tão relevante.

Senador Taques.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para, antes do Senador....

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Sérgio tem preferência, na condição de Relator.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Só para complementar um pouco o que o Senador Pedro Taques falou. Senador, eu acho o seguinte: não há problema naqueles 22, ou 18, que votaram em V. Ex^a, nem daqueles que votaram do outro lado. O problema é daqueles que mentiram. Esse é o problema. Eu acho que isso é que a política tem que extirpar. Eu não tive nenhum constrangimento de assumir meu voto para a Presidência do Senado. Fui criticado por muitos por conta disso. Mas sou partidário e faço parte de uma ideologia... Agora, aqueles que dizem, inclusive à imprensa, e não assumem! Agora, precisamos realmente.

Eu agradeço a indicação para relatar esse projeto de alteração do Regimento de iniciativa do Senador Pedro Taques.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu quero expressar que não fiz nenhuma crítica a quem votou no Senador Renan Calheiros, inclusive eu adjectivei dizendo que foi uma eleição absolutamente legítima. Na democracia...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sem nenhum reparo. V. Ex^a fez menção.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sem nenhum reparo. Agora não é possível juntarmos um projeto de resolução a uma proposta de emenda à Constituição. O Regimento não permite isso. Esse projeto de resolução me parece que estaria com o Senador Lobão, porque existe uma comissão... Mas seria o momento azado para que nós pudéssemos separá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – E esta Presidência fez o registro para que o Senador Sérgio faça a menção à existência de um processo de resolução e se pudesse inclusive relatar tendo em vista a sua afinidade com a matéria, será possível. Nós vamos designá-lo relator. Inclusive no início do próximo período nós vamos ter uma pauta exclusiva de Regimento Interno. A matéria já está conclusa e nós vamos trabalhar essa matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável à proposta.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Sérgio Souza, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à proposta.

A matéria vai a plenário, solicitada a urgência pelos Senador Luiz Henrique...

A PEC está sujeita a disposições especiais, os Líderes podem tomar as providências necessárias.

Não há mais matérias, votamos 13 matérias hoje com a participação importante de cada um dos Srs. Senadores, cinco horas e dez minutos de reunião.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Parabéns a V. Ex^a pela persistência e pela competência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me: pela coragem também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, tenham todos uma boa tarde e fiquem com Deus.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 2 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às onze horas e vinte e dois minutos, do dia nove de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Antonio Carlos Rodrigues, Rodrigo Rollemberg, Wellington Dias, Romero Jucá, Benedito de Lira, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena, Paulo Bauer, Flexa Ribeiro, Gim, Vicentinho Alves e da Senadora Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Pedro Simon, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti e Magno Malta. A Presidência registra a presença dos Senhores Bruno Dantas, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça; Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Ângelo Fabiano Farias da Costa, Diretor-Fi-

nanceiro da ANPT; Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral de Justiça Militar; José Robalinho Cavalcanti, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Vladimir Barros Aras, Procurador da República; e das Senhoras Daniela de M. do Monte Varandas, Vice-Presidente da ANPT; e Yasmin Barreto Belian, Esposa do indicado, Senhor Wellington Cabral Saraiva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 34ª e 35ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) OFÍCIO “S” Nº 22, de 2013.** Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor WELLINGTON CABRAL SARAIVA, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Procurador-Geral da República. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Votação secreta. Em 26/06/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor WELLINGTON CABRAL SARAIVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, com quatorze (14) votos favoráveis e um (1) voto contrário. **ITEM 2) OFÍCIO “S” Nº 29, de 2013.** Não Terminativo. Encaminha, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, os documentos do Senhor Juiz de Direito LEONARDO FARIAS DUARTE, da Vara Única de São Miguel do Guamá, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2013-2015. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Votação secreta. Em 03/07/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor LEONARDO FARIAS DUARTE, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com quinze (15) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e quarenta e sete minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas

taquigráficas. – Senador **VITAL DO RÊGO**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. *(Texto com revisão.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos!

Solicito que V. Ex^{as} tomem os seus lugares.

Cumprimento as autoridades presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 34ª e 35ª reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 e 2.

ITEM 1

OFÍCIO “S” Nº 22, de 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Wellington Cabral Saraiva, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Procurador-Geral da República.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Votação secreta.

Observações:

Em 26/06/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

ITEM 2

OFÍCIO “S” Nº 29, de 2013

– Não Terminativo –

Encaminha, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, os documentos do Senhor Juiz de Direito Leonardo de Farias Duarte, da Vara Única de São Miguel do Guamá, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2013-2015.

Autoria: Supremo Tribunal Federal.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Votação secreta.

Observações:

Em 03/07/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados, em cumprimento à alínea *b* do art. 2º do ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades.

Convido os Srs. Wellington Cabral Saraiva e Leonardo de Farias Duarte para compor a mesa.

Registro a presença de autoridades, do querido Conselheiro Nacional de Justiça, Dr. Bruno Dantas, figura muito querida desta Casa, membro do nosso Colegiado; servidores; Srª Yasmin Barreto, esposa do Dr. Wellington Cabral Saraiva; Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Srª Daniela Varandas, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Sr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Diretor Financeiro da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Sr. Marcelo Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar; e o Sr. José Robalinho Cavalcanti, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Tenho a honra de registrar e de ter a presença dessas autoridades conosco.

Vamos iniciar a exposição dos sabatinados.

Convido o Dr. Wellington Cabral Saraiva para sua exposição inicial.

O SR. WELLINGTON CABRAL SARAIVA – Bom dia a todos. Bom dia, Ex^{mo} Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Vital do Rêgo, em nome de quem cumprimento todos os Senadores presentes. Cumprimento também o Senador Flexa Ribeiro e os demais que aqui se encontram.

Início dizendo que é uma honra muito grande ter a oportunidade de compor o Conselho Nacional de Justiça, e, por essa razão, de retornar ao plenário da CCJ, de rever Senadores que aprendi a respeitar pela grande quantidade de trabalho que realizam. Muitas vezes a população tem a impressão de que alguns Parlamentares não trabalham tanto quanto deveriam, e nas minhas andanças aqui no Senado, desde antes, por ter sido Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, aprendi que a rotina dos Senadores é, muitas vezes, sobre-humana. É uma honra muito grande estar aqui também, desta vez tendo sido reconduzido ao cargo de Conselheiro Nacional de Justiça pelo Ex^{mo} Procurador-Geral da República, já que se trata de uma vaga no CNJ destinada ao Ministério Público da União. Então, necessariamente, é

uma vaga que deve ser preenchida por um membro do Ministério Público da União, e, pela segunda vez, tive a honra de ser indicado, agora me submetendo à avaliação dos ilustres Senadores.

Tentei encontrar todos os Senadores ao longo dos últimos dias para me reapresentar. Enviei a todos um relatório sucinto de minhas atividades no CNJ nesses últimos dois anos, que vou resumir de forma muito breve nesta apresentação.

Antes de estar no Ministério Público Federal, fui empregado do Banco do Brasil, fui advogado militante, fui assessor do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, fui assessor do Superior Tribunal de Justiça, assessor do Ministro Demócrito Reinaldo, paraibano que engrandeceu o Judiciário com a sua atuação séria e serena no Poder Judiciário de Pernambuco e que chegou ao Superior Tribunal de Justiça. Fui promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios, aqui em Brasília, e, desde 1995, tenho a honra e o orgulho de integrar o Ministério Público Federal.

O meu ingresso, portanto, no CNJ ocorreu em 11 de agosto de 2011, quando tomei posse, e creio que em razão do trabalho que venho desenvolvendo no CNJ, perdoem-me a falta de modéstia, tive o privilégio de ser reconduzido pelo Procurador-Geral da República para a função.

Além do trabalho de análise de processos, que é o trabalho cotidiano, digamos, dos Conselheiros, o CNJ realiza, simultaneamente, uma enorme quantidade de projetos de interesse do Poder Judiciário. São tantos projetos que o CNJ realiza, que o CNJ conduz simultaneamente, que os próprios Conselheiros não conhecem todos deles, porque muitos desses projetos ficam a cargo de colaboradores do CNJ, como por exemplo juízes auxiliares, que são convocados pelo Conselho para conduzir esses projetos, porque o próprio corpo de Conselheiros, que é de 15 membros, não é suficiente para conduzir todos eles. Alguns dos projetos são efetivamente conduzidos pelos Conselheiros. E nessa perspectiva eu recebi a incumbência, nesses dois anos, de ser responsável por alguns deles, que vou relatar a V. Ex^{as} e me disponho a prestar esclarecimentos adicionais.

Desde que entrei no CNJ, sou ouvidor do CNJ, uma função que me parece da maior relevância porque é a função de interlocução direta com o cidadão brasileiro. E a nossa Ouvidoria, de certa forma, concentra as angústias e aspirações, reclamações e também elogios – nós recebemos elogios – de cidadãos do Brasil todo em relação ao trabalho do Poder Judiciário. Nós temos recebido aproximadamente 25 mil relatos por ano de cidadãos brasileiros, o que dá uma média de aproximadamente 60 relatos por dia, que vêm para o

CNJ. E esse volume de interlocução com a cidadania brasileira é interessante também porque nos permite, de certa maneira, auscultar quais são as principais demandas ou quais são os principais reclamos do cidadão. E como era de se esperar, conhecendo as carências do Poder Judiciário como a maioria aqui de nós conhece, aproximadamente 60% dessas demandas que chegam dizem respeito ao tema “morosidade judicial”. Então, é um volume eloquente, que mostra que ainda precisamos avançar muito na melhoria, no aperfeiçoamento do sistema judicial.

Em boa parte, algo que está fora do poder do CNJ é racionalizar, a meu ver, a estrutura da legislação processual brasileira. Essa estrutura precisa receber do Congresso Nacional a atenção que vem recebendo e, se me perdoam a ousadia, uma atenção ainda mais intensa, para racionalizar o nosso sistema processual. E nós poderemos falar disso mais na frente.

No CNJ, tenho sido, nestes dois anos, membro da Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura, sob a Presidência do Conselheiro Sílvio Rocha. Sou um dos membros, junto com os Conselheiros Emmanoel Campelo e Gilberto Valente Martins, que passou aqui pela CCJ recentemente e que também foi reconduzido.

A Comissão de Tecnologia da Informação tem realizado um trabalho muito importante em várias áreas. O principal projeto de responsabilidade da Comissão é o projeto do Processo Judicial Eletrônico, conhecido como PJE, que o CNJ vem capitaneando nos últimos anos, procurando congregando as iniciativas dos tribunais brasileiros para a adoção de um modelo único de Processo Judicial Eletrônico. Isso é algo que consideramos de grande importância, porque, hoje, quando se fala em PJE, as pessoas pensam que existe um só modelo de PJE, mas, na verdade, isso não ocorre. Muitos tribunais brasileiros têm modelos diferentes de PJE, e isso causa um problema muito sério para o advogado, porque o advogado se vê obrigado a conhecer o funcionamento, as características e, eu diria, até as idiossincrasias de cada um desses modelos de Processo Eletrônico.

Então, o CNJ, na sua função de coordenação dos esforços do Poder Judiciário e de supervisão do funcionamento geral do Poder Judiciário, desenvolve esse projeto, procurando trazer para esse modelo que ele vem desenvolvendo a adesão de todos os tribunais. Então, é um trabalho, ao mesmo tempo, de supervisão e de planejamento, mas também com respeito à autonomia dos tribunais brasileiros.

Sou representante do CNJ na Enccla – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, que é uma das principais iniciativas do Poder

Público, nos últimos dez anos, para aperfeiçoar o sistema brasileiro de prevenção e repressão da corrupção e da lavagem de bens. A Enccla é uma iniciativa informal, que reúne, hoje, cerca de 70 órgãos públicos e algumas entidades privadas, como as associações de juízes e de membros do Ministério Público, a Febraban e outras entidades. A Enccla se reúne anualmente, há dez anos, estabelecendo estratégias para a prevenção e a repressão da corrupção e da lavagem de bens.

Cito apenas um dos exemplos de produtos importantes da Enccla: uma contribuição que a Enccla deu ao projeto de lei que foi aprovado há pouco tempo, há dois anos, mais ou menos – salvo engano, no ano passado –, alterando a Lei de Lavagem de Dinheiro e permitindo que qualquer crime, que qualquer contravenção seja considerada crime antecedente da lavagem. Esse projeto de lei, que foi aprovado pelo Congresso Nacional, contou com uma importante participação técnica da Enccla, na forma de subsídios, de notas técnicas e de trabalho de exposição desse tema aos Srs. Parlamentares.

No CNJ, sou também responsável, obviamente com a equipe da Ouvidoria, pelo Serviço de Informações ao Cidadão, que busca dar cumprimento a uma importantíssima lei aprovada pelo Congresso Nacional, que é a Lei de Acesso à Informação. A lei prevê que todos os órgãos públicos brasileiros tenham um Serviço de Informações ao Cidadão, para receber as demandas de acesso à informação que qualquer cidadão brasileiro possa ter.

Então, temos recebido demandas de toda espécie, e todas, com raríssimas exceções, têm sido deferidas. As que não foram deferidas não o foram por conta de previsão na própria lei para os casos, por exemplo, em que o órgão público não detém a informação que o cidadão deseja. Recebemos, algumas semanas atrás, a demanda de um cidadão que queria uma informação que não existia. Então, obviamente, não tínhamos como fornecê-la. O CNJ não tinha aquela informação. Mas, com exceção de casos assim, todas as demais demandas de informação têm sido sistematicamente deferidas pelo CNJ, num trabalho de transparência muito interessante. São atendidas até algumas demandas que, em outro momento, poderiam causar algum constrangimento. Vou dar apenas um exemplo. Nós recebemos, tempos atrás, uma demanda, que deferimos, para saber todos os deslocamentos dos carros oficiais do CNJ nos últimos anos, com o nome do usuário e com o destino final de cada um desses deslocamentos. E nós tivemos um bom trabalho para sistematizar esses dados, mas entregamos a informação para o cidadão, que era um jornalista e que, depois, usou

essa informação em uma matéria da imprensa, o que é perfeitamente normal numa sociedade democrática.

Então, esse é um trabalho importante que o CNJ vem realizando e que tenho privilégio de coordenar no Conselho.

Tenho também recebido algumas missões do CNJ no plano internacional, para minha honra. Fui representante do CNJ, no ano passado, juntamente com o Conselheiro Gilberto Martins, na reunião da comissão de peritos para a implementação da Convenção Interamericana contra Corrupção, da Organização dos Estados Americanos. Essa comissão reúne-se semestralmente, e estivemos lá, ano passado, para prestar informações sobre o funcionamento do Poder Judiciário e as iniciativas que o Poder Judiciário tem recebido com a finalidade de cumprir a Convenção Interamericana contra Corrupção.

Tenho atuado também como colaborador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). A Enfam tem tomado uma dimensão muito intensa nos últimos anos. Atualmente está sob direção da Ministra Eliana Calmon, e eu tenho sido convidado a falar sobre o funcionamento do CNJ em cursos de aperfeiçoamento e de capacitação de juízes do Brasil inteiro.

Sou atualmente Presidente da Comissão Executiva Nacional do Fórum do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa. Também recebi a missão de coordenar o grupo de trabalho para diagnóstico e elaboração de propostas sobre o aperfeiçoamento da Justiça Militar no Brasil, grupo que foi constituído pelo Plenário do CNJ para traçar um diagnóstico da Justiça Militar no Brasil e propor, se for o caso, como provavelmente o será, medidas para aprimorar o funcionamento do Poder Judiciário, para racionalizar o funcionamento do Poder Judiciário Militar no Brasil.

E, mais recentemente, recebi a incumbência do Presidente do Conselho de ser o coordenador-geral de um projeto que me parece também muito importante: o projeto de diagnóstico e fortalecimento dos Judiciários estaduais por meio do CNJ. É um trabalho conjunto do CNJ com parceria do Banco Mundial. Nós recebemos uma pequena doação do Banco Mundial e estamos fazendo esse trabalho em conjunto com os Tribunais de Justiça, para diagnosticar o funcionamento dos Tribunais de Justiça, particularmente em duas áreas: áreas de administração de recursos humanos e administração de recursos financeiros.

Fizemos a primeira reunião em Brasília, graças ao trabalho magnífico de um dos departamentos do CNJ, o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ). A equipe do DPJ tem-se desdobrado para dar eficiência a esse projeto, que está começando de forma

muito auspiciosa. Será uma iniciativa inédita que busca encontrar nos Tribunais de Justiça do Brasil, já que é voltado especificamente ao Poder Judiciário estadual, o que se chama de boas práticas na área de gestão de recursos humanos e financeiros e de disseminar essas boas práticas entre os Tribunais de Justiça, notadamente aqueles que têm maiores deficiências na administração desses recursos, maiores deficiências de gestão desses recursos.

É um projeto muito relevante, a meu ver, porque realiza justamente a principal função do CNJ, em minha opinião, que é a função de coordenação dos esforços do Poder Judiciário, de planejamento conjunto do Poder Judiciário. Essa, em minha opinião, Senador Vital do Rêgo, é a principal virtude do CNJ.

A população é muito atraída pelos julgamentos disciplinares do CNJ: “O CNJ aposentou compulsoriamente um desembargador. O CNJ afastou um juiz. O CNJ aplicou de disponibilidade a um magistrado”. E assim por diante. Isso atrai muito a atenção da imprensa. É um trabalho importante, não se nega. O CNJ tem sido muito relevante na aplicação, com maior rigor, das penas da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, mas eu diria que esse não é o mais importante trabalho do CNJ. O mais importante trabalho dele é justamente congregando os esforços do Poder Judiciário que, até então, eram dispersos entre os 91 Tribunais do Brasil.

O Brasil tem 91 Cortes, das quais apenas uma não se submete à jurisdição do CNJ, que é o Supremo Tribunal Federal, mas, em todas as outras 90, em todos os cinco ramos do Poder Judiciário, por falta de um órgão que congregasse esses esforços e que procurasse servir como interlocutor desses 90 Tribunais, não havia coordenação de iniciativas.

Então, o projeto do Processo Judicial Eletrônico, por exemplo, o PJE, não poderia existir, a meu ver, se não houvesse um órgão que coordenasse tudo isso; e esse órgão é justamente o CNJ. Esse outro projeto que eu mencionei há pouco, de Diagnóstico e Fortalecimento dos Poderes Judiciários Estaduais, dificilmente existiria se não fosse um órgão como o CNJ que consegue atrair para uma reunião, para um esforço conjunto, tribunais de todo o País, que são autônomos e que nem sempre falam a mesma língua, nem sempre direcionam os seus esforços administrativos para o mesmo caminho.

O CNJ realiza esse papel, traça metas para os tribunais. O programa de metas do CNJ é outra iniciativa da maior relevância, que o Conselho realiza procurando orientar os tribunais a seguir determinadas prioridades.

Agora, por exemplo, nós estamos às voltas com a Meta nº 18, do CNJ, que foi uma proposta do Conselheiro Gilberto Martins – é preciso registrar o mérito

da autoria de S. Ex^a – para que os órgãos do Poder Judiciário julguem, até o final deste ano, todas as ações que sejam possíveis julgar relativas aos temas de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública ajuizadas até 2011.

Os tribunais estão fazendo um esforço conjunto para isso. É verdade que nem todas essas ações poderão ser julgadas, porque algumas delas não estão ainda maduras para julgamento, ainda estão em fase de produção de provas. Mas mesmo assim a fixação da meta pelo CNJ é com a interlocução e com o trabalho coordenado com os tribunais, porque as metas não são impostas pelo CNJ, elas são fruto de um consenso do CNJ com os tribunais interessados. A aprovação dessa meta, no Encontro Nacional do Judiciário que aconteceu no ano passado em Aracaju, tem servido como uma diretriz muito importante para que os juízes levem os seus esforços, intensifiquem o seu trabalho na direção de determinadas prioridades.

Na semana passada, por exemplo, eu fui convidado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, que é o meu Estado de origem, para justamente expor o funcionamento da Meta 18, em um encontro regional de juízes no agreste de Pernambuco, na cidade de Garanhuns, e isso mostrou justamente uma das concretizações que a meta gera, ou seja, o Tribunal de Justiça convocou os seus juízes para sensibilizá-los a dar tramitação prioritária àquelas ações.

É justamente isso que a meta deseja: trazer, despertar a consciência, ou fortalecer a consciência dos juízes sobre a necessidade de darem prioridade a determinados processos. E a meta foi aprovada no ano passado, como eu disse, em novembro do ano passado, mas foi uma meta muito feliz porque ela está em plena sintonia com a voz das ruas, que nós estamos ouvindo agora nessas manifestações populares, ou seja, a intensificação do combate à corrupção e à improbidade, por parte aqui do Poder Judiciário.

Então, após esses dois anos, Senador Vital do Rêgo, e eu encerro agora, após esses dois anos, eu que, confesso, mal conhecia o trabalho do CNJ me tornei um entusiasta fervoroso do trabalho que ali se faz. O CNJ erra, como toda organização humana erra, mas o saldo que o CNJ tem para apresentar à sociedade brasileira é extremamente positivo. Isso se reflete na grande credibilidade que o CNJ angariou perante a população brasileira.

O CNJ tem trabalhado de forma muito intensa, em todas as gestões, em todas as presidências que eu tive a oportunidade de ir lá ver, porque nesses dois anos eu tive como Presidente o Ministro Cezar Peluso, depois o Ministro Ayres Britto, e agora o Ministro Joaquim Barbosa. Todos eles têm se dedicado – eu

diria – além dos limites do ser humano normal para o funcionamento do Conselho, porque a carga de trabalho do Conselho é muito intensa. E com esse, com o concurso dos servidores, que realizam um trabalho muito valioso no Conselho, dos Juízes auxiliares, dos conselheiros e dos demais colaboradores, nós temos felizmente conseguido mostrar resultados muito importantes à população. E isso me entusiasma a pleitear a recondução para um novo mandato de dois anos.

Então eu me coloco à disposição de V. Ex^{as} para qualquer indagação que desejem fazer. Agradeço a atenção que inúmeros Senadores puderam me dar, apesar de sua agenda muito intensa, nas vezes em que os procurei para me reapresentar, e coloco-me à disposição da Presidência para qualquer indagação que os Senadores desejem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Passo a palavra ao Dr. Leonardo de Farias Duarte.

O SR. LEONARDO DE FARIAS DUARTE – Bom dia a todos. Eu cumprimento o Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na pessoa de quem eu cumprimento todos os demais Senadores presentes; Senador Flexa Ribeiro, Senador Pedro Taques. Cumprimento, também, as demais autoridades, os demais presentes; a todos o meu bom dia.

Eu prometo ser breve e pensei em usar esses minutos que me foram concedidos em uma apresentação sucinta da minha trajetória profissional e acadêmica, com o objetivo de facilitar a avaliação dos senhores.

Neste ano de 2013, completo 11 anos de magistratura, 36 anos de idade. Fui assessor jurídico no Ministério Público do Estado de Rondônia. Como quase todo cearense, também andei por diversos Estados do nosso País e acabei me fixando no Estado do Pará, Estado do Senador Flexa Ribeiro.

Fui assessor de um ex-professor, que era procurador de justiça no Ministério Público de Rondônia. Depois, fui aprovado em um concurso público de provas e títulos do Banco da Amazônia (BASA), entretanto, optei por não tomar posse nesse concurso público e permanecer como assessor jurídico do Ministério Público do Estado de Rondônia. Isso porque, à época, a remuneração me propiciava tanto ajudar financeiramente a minha família, que necessitava dessa ajuda financeira, como também fornecer recursos para que eu pudesse viajar para outros Estados e me submeter a concurso público em outras unidades da Federação.

Em 2002, tive a grande satisfação de ter sido aprovado em um concurso público de provas e títulos para Juiz de Direito do Estado do Pará, Estado onde

trabalhei em diversas regiões: na região central, na região norte, na região do Marajó, na região oeste, na região metropolitana, na capital Belém, tanto como substituto e também como titular.

Após a aprovação no concurso público da Magistratura, um sonho antigo, eu, paralelamente à minha atividade profissional, procurei retomar os estudos, fiz alguns cursos de extensão, alguns no antigo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), que era um centro de excelência em Ciências Políticas e Sociologia. Depois, tive a grande satisfação de ser selecionado para o mestrado em Ciências Jurídico-Políticas II da Universidade de Coimbra, em Portugal, onde, após a defesa da dissertação intitulada *Obstáculos Econômicos à Efetivação dos Direitos Fundamentais Sociais*, eu tive a grata satisfação de ter sido aprovado, com a nota final de 16, equivalente a bom, com distinção. O título foi validado pela Universidade Federal de Minas Gerais e a primeira fase desse mestrado também rendeu outro título de pós-graduação *latu sensu*, também em Ciências Jurídico-Políticas II, pela mesma Universidade de Coimbra, em Portugal.

Em 1º de agosto de 2008, eu tive a honra de ter sido convocado pelo Supremo Tribunal Federal para atuar como juiz auxiliar; permaneci nessa função por dois anos, após o que, em 1º de agosto de 2010, fui convocado para atuar também no Supremo Tribunal Federal como juiz instrutor.

Os estudos na Universidade de Coimbra, aliados ao comprometimento do pouco tempo livre de que eu dispunha, tendo em vista a nossa intensa atividade profissional, foram importantes para que eu pudesse escrever um livro que levou o mesmo título da minha dissertação, que é *Obstáculos Econômicos à Efetivação dos Direitos Fundamentais Sociais*, publicado pela Editora Renovar, em 2011.

Tive, também, a grata satisfação de ter sido convidado para proferir algumas palestras, atuar em alguns seminários, tanto na minha área de atuação acadêmica, voltada para os direitos fundamentais, sobretudo os direitos fundamentais de cunho social, como também na área de improbidade administrativa e encargos praticados em contratos bancários.

Particpei de alguns seminários na área de improbidade administrativa, de cursos de formação para juízes substitutos, do Estado do Pará, ministrando a disciplina de Impactos Econômicos e Sociais das Decisões Judiciais. O curso foi realizado em uma parceria da Escola Superior de Magistratura em conjunto com a Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados).

Eu permaneci como Juiz instrutor do Supremo até 31 de dezembro de 2012, ano passado, quando

fui convocado para atuar como Juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), muito bem integrado pelo Conselheiro Wellington. Fui nomeado em 1º de agosto de 2012 e permaneço no CNJ, como Juiz auxiliar, até então.

Eu acredito que essas atividades profissionais e acadêmicas me deram uma oportunidade, que eu acredito ter aproveitado, de adquirir experiência profissional e formação técnica em diferentes ramos do Direito. Eu espero contar com a confiança desta Casa para colocar essa experiência à disposição do Conselho Nacional do Ministério Público, para o qual eu tive a honra de ter sido indicado pelo Supremo Tribunal Federal na vaga, naturalmente, de Magistrado.

O Conselho Nacional do Ministério Público tem uma importante função tanto na fiscalização do cumprimento dos deveres funcionais dos membros do Ministério Público como também no controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e, ainda, no desenvolvimento de políticas e ações preventivas de aperfeiçoamento dessa instituição.

Como o Conselheiro Wellington falou há pouco, embora a atividade correicional desperte um grande interesse da sociedade, como também dos veículos de comunicação, muitas vezes é justamente esse desenvolvimento de políticas de ações preventivas e de aperfeiçoamentos do Ministério Público que se revelam até mais importantes do que essa atuação correicional.

Enfim, são essas considerações que eu acho que fazem um resumo da minha trajetória acadêmica e profissional que eu gostaria de expor para os senhores e espero contar com a confiança de todos, reafirmando aqui o meu compromisso de cumprir a Constituição, a legislação do nosso País e de atuar com prontidão e dedicação todas as funções que me forem cometidas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a participação dos Srs. Leonardo de Farias Duarte e Wellington Cabral Saraiva.

Agora iniciamos a segunda etapa, com a participação dos Srs. Senadores, com suas dúvidas, indagações, a respeito dessas matérias.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques, pela ordem de inscrição.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustres indicados, Dr. Wellington Cabral, Dr. Leonardo de Farias Duarte.

Sr. Presidente, o Dr. Wellington Cabral é Procurador da República do meu concurso. Concurso que eu fiz também. Ele é um servidor público absolutamente decente, honesto, republicano, que cumpre os seus deveres constitucionais. Além disso, tem um preparo técnico acima da média. E eu posso afiançar, tendo

em conta que ele é indicado, de há muito, para representar o Ministério Público Federal em organismos internacionais, na defesa da República Federativa do Brasil – porque nós sabemos que, na ordem internacional, o único sujeito de direitos é a República Federativa do Brasil –, em missões que nos orgulham. É um nordestino, um pernambucano que merece todo o nosso respeito.

Digo que o Dr. Wellington não é candidato do Procurador-Geral da República, Dr. Gurgel. Não que isso fosse alguma mácula na sua conduta, não que isso representasse uma nódoa na sua vida pretérita. Se nós formos trabalhar nesta Casa com vingança, nós não estaríamos exercendo as nossas atribuições. Eu fico imaginando um procurador da República, Dr. Wellington ou Dr. Leonardo, um juiz de direito agir com vingança, querendo prejudicar os inimigos e beneficiar os amigos. Por isso, os juízes e os membros do Ministério Público no Brasil devem ser respeitados. É lógico que, como existem Senadores que cometem crimes, existem magistrados e membros do MP que cometem crimes.

Eu queria trazer esse testemunho, não que se fizesse necessário em relação ao Dr. Wellington. Aliás, o Dr. Wellington já presidiu uma comissão de investigação contra mim, em razão de uma representação de um ex-presidente de uma corte superior, porque eu consegui a prisão do filho deste ex-presidente de uma corte superior e ele me representou, e Dr. Wellington presidiu essa comissão com absoluta decência e honestidade cívica. Isso deve ser tratado.

Eu gostaria de perguntar aos dois qual a importância do predicativo da garantia da vitaliciedade para os membros do Ministério Público e para os magistrados, para que nós tenhamos a ideia disso.

Ao Dr. Leonardo, a quem fui apresentado, conversamos, também tive oportunidade de analisar sua vida passada, o que é importante que seja feito, faço uma pergunta. O Senhor fez uma interlocução entre os direitos fundamentais e a sua necessidade de concretização. É possível aplicarmos, no Brasil, a reserva do possível? De um Estado central, como a Alemanha, aplicar isso num Estado periférico como a República Federativa do Brasil, tendo em conta o piso mínimo de dignidade, o mínimo existencial? Como compatibilizar um conceito da teoria alemã com as necessidades básicas do povo brasileiro, a necessidade de água, a necessidade de dignidade, a necessidade de escola, a necessidade de saúde? Como compatibilizar o chamado piso mínimo de dignidade com essa reserva do possível? Por mimetismo, trazermos do estrangeiro, de países alienígenas, para ser aplicado na nossa realidade? Isso é possível, na opinião de V.

Ex^a? É possível que V. Ex^a julgue, em sendo aprovado nesta Casa, no Conselho Nacional do Ministério Público, ações promovidas pelo Ministério Público na defesa desses direitos fundamentais previstos no art. 6º da Constituição.

Dr. Wellington, o chamado ativismo judicial ou judicialização de políticas públicas, alguns querem responsabilizar os magistrados e os membros do MP por isso. São essas as duas indagações, ressaltando o meu respeito pelos indicados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; Dr. Wellington Cabral Saraiva, Procurador-Geral da República; Dr. Leonardo de Farias Duarte, Juiz de Direito; Srs. Senadores.

Eu quero, primeiro, dizer da honra que tive de relatar o processo de indicação do Dr. Leonardo de Farias Duarte, indicado pelo Supremo Tribunal Federal para a vaga do CNMP. Dizer que o parecer, lido na reunião anterior, demonstra a capacidade, a honestidade do Dr. Leonardo na sua vida profissional, em todas as funções por que passou. Por último, como ele disse, no sistema judiciário do meu Estado, o Pará, onde passou por diversas comarcas, como foi dito por ele, e sempre honrou a sua função. Disse, ao final do relatório, que os Srs. Senadores estavam em condições de não só sabatinarem o indicado, como de terem a comprovação da sua competência, Dr. Leonardo, para exercer a função para a qual foi indicado, de Conselheiro do CNMP.

O Dr. Wellington Cabral Saraiva já esteve conosco, quando foi indicado para o primeiro mandato à frente do CNJ, como Conselheiro do CNJ, e vem agora a sua recondução, o que dá uma demonstração do seu trabalho, do trabalho desenvolvido ao longo desses dois anos do seu primeiro mandato, o que lhe dá todo o respaldo, todas as condições para a sua recondução ao novo mandato, para continuar o trabalho, pelo seu relato aqui desenvolvido, que dignifica o Conselho Nacional de Justiça e também todos nós brasileiros.

Gostaria somente de fazer duas ou três indagações aos senhores, até porque não há tanta necessidade dessas indagações; mas, como V. Ex^{as} estão na reunião de sabatina, eu faria ao Dr. Leonardo de Farias Duarte uma pergunta. O Conselho Nacional de Justiça é um órgão do Poder Judiciário. O Conselho Nacional do Ministério Público não faz parte do Ministério Público. Então, segundo alguns de seus integrantes, esse fato traz alguns problemas, principalmente de ordem orçamentária. V. Ex^a é favorável à alteração constitucional que torne o CNMP um órgão do Ministério Público, assim como o CNJ é um órgão do Poder Judiciário?

Uma segunda pergunta, Dr. Leonardo. Observam-se alguns excessos de membros do Ministério Público na publicidade dos processos em curso, muitas vezes ofendendo a presunção de inocência do investigado. Na opinião de V. Ex^a, qual seria o ponto de equilíbrio entre o dever de informar à sociedade sobre as investigações e o princípio constitucional de que ninguém será considerado culpado, ou apresentado nessa condição, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória?

Por último, em que consistirá o programa de localização de pessoas desaparecidas do CNMP, e por qual razão o Conselho Nacional desenvolverá esse papel? Não seria essa uma atividade a ser desempenhada pelas Polícias Federal e Civil?

Ao Dr. Wellington, eu perguntarei a V. Ex^a. Tramita atualmente no Senado Federal a PEC nº 15, de 2011, a chamada PEC dos recursos, que incorpora a proposta do Presidente do STF no tocante à restrição da interposição dos recursos especiais e dos recursos extraordinários. Qual é a opinião de V. Ex^a, com a futura recondução ao CNJ, sobre a possibilidade de restrição desses recursos, em face da garantia da ampla defesa?

São essas as questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador, Líder do Partido dos Trabalhadores, Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro, gostaria também de saudá-lo e de dizer que é um prazer, mais uma vez, partilhar aqui deste momento com V. Ex^a e apenas reafirmar aqui o nosso apoio, o nosso posicionamento e nossa confiança nos dois aqui apresentados, pelos relatos já feitos pelo Senador Pedro Taques e outros Parlamentares, tanto o Dr. Wellington, que já faz um importante trabalho, como o Dr. Leonardo. E ambos contam com o nosso apoio. É apenas para manifestar esse posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Só uma pequena palavra, Sr. Presidente, para também coadunar com o nosso Líder, Senador Wellington. Eu já havia recebido no meu gabinete os currículos do Dr. Wellington e também do Dr. Leonardo; e as suas biografias por si só dizem tudo. Eu só desejo muito sucesso e volto sempre a repetir que o Brasil precisa de pessoas sérias, competentes e comprometidas com a nossa sociedade. Então, desejo aos senhores sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Muito obrigado, Presidente. O Senador

Flexa Ribeiro já colocou a pergunta que eu ia fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de fazer uma saudação muito especial à possibilidade de reencontrar. Nós estamos vivendo hoje a 25^a sabinina, nestes últimos três meses. E têm sido momentos de rara felicidade, pelas felizes indicações do Poder Executivo, que foram extremamente criteriosas; tanto as do Executivo quanto das associações, dos membros. E hoje estamos vivenciando a recondução do Dr. Wellington Cabral Saraiva. Na sua manifestação inicial, bem falou o nosso oráculo Pedro Taques, que aqui serve para mim, pessoalmente, como referência, não apenas pela sua vida, pela sua história, mas, nesta Comissão, pela sua experiência junto ao Poder Judiciário. Nós procuramos beber nessa fonte sadia e saudável de Pedro Taques quando se reporta aos colegas com quem pôde viver; e o Dr. Wellington foi um desses membros que ele pôde acompanhar.

Eu me encantei com a prestação de contas do Dr. Wellington e com a vontade do Dr. Leonardo, um juiz que vem do Pará, cheio de esperanças e expectativas de desenvolver um trabalho. E hoje eu me sinto muito à vontade e feliz por reencontrar aqui o Procurador Vladimir Aras.

Seja muito bem-vindo. O senhor é, sem dúvida alguma, uma figura muito querida deste Colegiado. Receba novamente desta Presidência a confirmação do nosso apoio, da nossa integral solidariedade à sua história, ao seu currículo. Aqui o senhor teve, pela sua *performance* e pelo seu desempenho, a extraordinária manifestação de apoio. Seja muito bem-vindo, Dr. Aras, à sua casa que é a Comissão de Constituição e Justiça.

Eu gostaria de rapidamente me posicionar a respeito da morosidade no julgamento dos feitos, o que o CNJ tem feito e o que o CNJ pode fazer, tanto a um quanto a outro, o Dr. Wellington. Questionado que foi, com a Ouvidoria, mais de 60% das reclamações falam da morosidade da Justiça no julgamento dos feitos. Fora as metas, fora a correlação de divisão de responsabilidade, a coordenação de trabalhos com os Tribunais, o que tem sido feito de forma prática?

No próximo período legislativo, nós vamos ter aqui um painel com duas audiências públicas a respeito do funcionamento da Justiça Militar no Brasil. Hoje isso é motivo de questionamento, com alguns projetos de iniciativa de Parlamentares que versam sobre o funcionamento da Justiça Militar do Brasil. Quais seriam os estudos do CNJ já acabados a respeito dessa questão?

São dois temas que eu gostaria de tratar. Outros já foram posicionados pelos colegas que me antecederam.

Com a palavra, pela ordem, Dr. Wellington.

O SR. WELLINGTON CABRAL SARAIVA – Obrigado, Senador Vital do Rêgo, mais uma vez.

Eu gostaria de cumprimentar, mais uma vez, os Senadores que chegaram à Comissão depois do início da minha fala e, particularmente, agradecer as palavras muito gentis, talvez excessivamente gentis. Mas, no caso do Senador Pedro Taques, pela sua lhanza já conhecida, eu queria agradecer essas palavras gentis de S. Ex^a e também dos Senadores Flexa Ribeiro, Wellington Dias, Ataídes Oliveira, Antonio Carlos Rodrigues e do próprio Presidente Vital do Rêgo.

Eu tomo essas palavras não como um elogio para apenas serem corteses, mas como uma forma de me estimular a intensificar meu esforço no CNJ. Agradeço a V. Ex^{as} as palavras de estímulo que me dirigiram.

Em relação ao Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a perguntou qual seria a minha opinião em respeito ao tema da restrição de recursos prevista na chamada PEC dos Recursos versus o direito à ampla defesa. É um tema muito instigante, Senador, que renderia provavelmente uma discussão alongada. No pouco tempo que essa resposta deve tomar, eu diria o seguinte. Nós precisamos fazer uma reflexão conjunta, o Congresso Nacional, os Poderes constituídos, o Judiciário, o Ministério Público e entidades representativas como a Ordem dos Advogados do Brasil. Precisamos fazer uma reflexão conjunta sobre o conflito de princípios que temos hoje no Brasil.

A Emenda Constitucional nº 45 estabeleceu como um direito fundamental do cidadão o direito à duração razoável do processo. E a Constituição de 88 assegura, desde a sua versão original, o princípio da ampla defesa, que tem vários desdobramentos, como o do contraditório, etc.

A impressão que eu tenho, Senador Flexa Ribeiro, é de que, ao longo dos anos, a jurisprudência brasileira, a doutrina brasileira e talvez também a legislação brasileira tenham dado dimensão excessiva ao princípio da ampla defesa e uma dimensão indevidamente restrita ao princípio da duração razoável do processo.

A interpretação que a doutrina e a jurisprudência brasileira desenvolveram ao longo desses últimos 20 anos sobre esse princípio da ampla defesa e sobre alguns princípios que estão relacionados com ele, de certa maneira, como o princípio da não culpabilidade e o princípio da presunção de inocência, a meu ver tem levado a um grau de ineficiência do Poder Judiciário que é absolutamente intolerável para a sociedade brasileira.

É inacreditável que nós tenhamos processos criminais que durem 20 anos, que durem 15 anos, que durem dez anos. E é normal, infelizmente, com a minha pequena experiência de 21 anos de Ministério Público,

co, primeiro no Distrito Federal e depois no Federal. É inacreditável que nós tenhamos processos, inquéritos policiais, por exemplo, que durem, ordinariamente, cinco, seis anos, e depois que tenhamos ações penais que durem dez, 15 anos. Não é admissível.

Não se pode ter, não se pode conviver com processos criminais que ensejem dez, quinze, vinte recursos, em que os acusados, já condenados, oponham embargos de declaração, depois embargos de declaração dos embargos de declaração, depois terceiros, quartos e quintos embargos de declaração. Agravos regimentais que não acabam nunca.

Nós precisamos voltar a procurar um equilíbrio entre esses dois princípios. Obviamente, longe de mim contrariar ou procurar revogar, seria insano, o princípio da ampla defesa. Esse princípio tem que ser prestigiado e fortalecido, mas eu penso que há excesso hoje na legislação processual brasileira. E não é desconhecido que uma das grandes fontes de resistência ao encurtamento ou a uma certa restrição dos mecanismos processuais recursais é a da corporação dos advogados. A Ordem dos Advogados do Brasil tem se manifestado sistematicamente contrária à redução dos recursos.

Eu penso que nós temos que fazer uma reflexão serena sobre se convém ao Brasil mantermos a multiplicidade de recursos que temos hoje. Eu penso que não. Eu fiz a faculdade de Direito entre 1984 e 1988, vou fazer agora 25 anos de formado, e aprendi algo que muitos dos Parlamentares que estão aqui, que fizeram o curso de Direito, devem ter aprendido também. Era um ensinamento básico, quando se estudavam os recursos, que era um ensinamento segundo o qual os recursos extraordinários, os recursos excepcionais, particularmente o especial, o de revista na área trabalhista e o extraordinário não tinham efeito suspensivo. Era o que nós aprendíamos.

Então, as decisões de segundo grau dos Tribunais de Justiça, Regionais Federais, do Trabalho poderiam ser executadas, uma vez tomadas. E, ao longo do tempo, a jurisprudência e a doutrina subverteram essa noção. Hoje, os recursos excepcionais na prática têm efeito suspensivo e os processos não acabam nunca.

Na área criminal, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal, com o enorme respeito que lhe dedico, decidiu que não se pode executar uma pena enquanto houver recursos pendentes, inclusive recursos de caráter extraordinário. Então, os processos não terminam nunca e as pessoas não cumprem a pena nunca. Se nós fizermos uma comparação com o que ocorre no exterior, por exemplo, nós vemos que, no exterior, na maioria dos países mais avançados, os cidadãos começam a cumprir a pena, se não, quando são condenados em primeiro grau, mas, sem dúvida quando

são condenados em segundo grau, quando a condenação de primeiro grau é confirmada.

Nós vemos isso até nos filmes americanos que passam muito. Na área de crimes, nós vemos o cidadão que é julgado no Tribunal do Júri, é condenado e sai algemado para começar a cumprir a pena. Aqui no Brasil nós temos casos emblemáticos em que ocorre o contrário. Eu cito apenas um para passar à pergunta seguinte, porque o tempo não me permite alongar nisso, mas nós tivemos um caso que é notório, e, portanto, eu não vou aqui cometer nenhuma indiscrição, o caso do jornalista Pimenta Neves, que matou a sua ex-namorada com dois ou três tiros pelas costas. Ele era réu confesso – réu confesso –, condenado no Tribunal do Júri, a condenação foi confirmada no Tribunal de Justiça e ele só veio cumprir a pena muitos anos depois disso.

Então, eu pergunto, não é o caso, a pergunta é meramente retórica, porque eu não vou pretender que V. Ex^a me responda, mas eu pergunto a todos: faz sentido que um réu confesso seja condenado, a condenação seja confirmada e ainda se fale em presunção de inocência? Eu penso que não. Eu penso que nós estamos levando esse Princípio a extremos que não convêm ao Brasil.

Nós precisamos dar mais poder, mais prestígio à decisão judicial de primeiro grau. Eu tenho ouvido de muitos Juízes, nesse meu diálogo no CNJ, com o Judiciário, eu ouço de muitos juízes de primeiro grau a afirmação de que as sentenças de primeiro grau não valem nada, porque elas serão apenas projeto a servir de reflexão para o Tribunal de Justiça. E muitos membros de tribunais chegam a dizer algo semelhante. O Acórdão também não vale mais nada, porque ele vai ser ainda reexaminado em terceiro e quarto grau.

Então, a meu ver, modestamente, não faz sentido, com a quantidade de processos que temos hoje, eles passarem por quatro instâncias. Os Tribunais Superiores não dão conta desse volume.

Vou dizer algo também que não é nenhuma inconfidência: o próprio Ministro Cesar Peluzo, quando era Presidente do Supremo Tribunal Federal, numa entrevista a uma revista de grande circulação, disse: “Quem julga a maior parte dos processos do Supremo Tribunal Federal não são os juízes, são os assessores; não são os Ministros, são os assessores.” Porque é humanamente impossível que um Ministro do Superior Tribunal de Justiça julgue dez ou quinze mil processos por ano, como é humanamente impossível que um Ministro do Supremo Tribunal Federal julgue cinco, seis, sete mil processos por ano. Na verdade, nós estamos vivendo uma ficção.

Em nome da ampla defesa, em nome da presunção de inocência na área criminal, nós estamos delegando a jurisdição aos assessores, porque os Ministros não têm condições de julgar a carga de processos que recebem.

Então, eu penso que nós deveríamos fazer uma reflexão conjunta, como disse – e já encerro esta parte –, no sentido de que precisamos atribuir mais eficiência ao Poder Judiciário.

Já entrando na pergunta do Senador Vital do Rêgo, o CNJ, dentro das suas limitações, tem procurado colaborar para reduzir a morosidade judicial. Há uma grande parcela desse esforço que não depende do CNJ; depende do Congresso Nacional, porque consiste em mudar a legislação processual, como, por exemplo, pela chamada PEC dos recursos, que penso que tem algumas virtudes. Ela procura, por um caminho diferente, digamos assim, reinstituir aquela noção que aprendemos na faculdade de direito de que os recursos extraordinários das decisões dos tribunais de 2º Grau não têm efeito suspensivo. Ela faz isso por um outro caminho, mas o que ela visa, em última análise, é a dar eficácia às decisões dos Tribunais de Revisão, dos tribunais de 2º Grau. E isso eu penso que é uma prioridade.

Nós não podemos ter todos os processos dependendo de decisão do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Isso não convém à Nação e esses Tribunais não dão conta. Ainda que amanhã venha uma PEC e multiplique por cinco o número de Ministros do Supremo Tribunal Federal e venhamos a ter 55 Ministros lá, esses 55 Ministros também não darão conta da carga de trabalho que têm.

Em relação ao CNJ. O CNJ tem desenvolvido diversos projetos para fortalecer a eficiência do Judiciário e diminuir a morosidade, por consequência. Eu cito três desses projetos.

Um deles diz respeito à comissão que eu integro, que é a Comissão de Infraestrutura. Além do próprio projeto do processo judicial eletrônico, temos outro. O PJE é uma iniciativa muito importante nessa área da diminuição da morosidade, porque com a adoção do processo eletrônico, nós de uma só vez eliminamos todos os prazos de tramitação interna de processos nas secretarias judiciárias, porque não há mais aquela necessidade que existe com o processo físico de que a parte ingresse com uma petição, o secretário – o diretor de secretaria ou equivalente – ponha um carimbo, ou o servidor ponha um carimbo; isso vai para a mesa do juiz; o juiz só vai examinar dali a vários dias, e isso leva também alguns dias para tramitar internamente.

Ou seja, cada movimento do processo leva de dois a três dias, pelo menos, para um processo trami-

tar. Com o processo eletrônico tudo isso desaparece, porque a parte ingressando com a petição, ela está automaticamente juntada e automaticamente submetida à decisão do juiz.

Esse é um projeto que contribui muito para reduzir a morosidade e contribui muito também para facilitar o acesso à Justiça. Na Justiça Federal da 1ª Região, por exemplo, nós temos o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cuja jurisdição corresponde a cerca de 70% do Território nacional. Então, nós temos um advogado, por exemplo, nos Estados do Norte – Acre, Rondônia e Roraima –, se ele tiver um processo na Justiça Federal e houver recurso, esse processo vem para Brasília; e, para consultar o processo físico, ele tem de pegar um avião, pagar um hotel e vir para Brasília. E isso é caro. Nem todas as pessoas podem pagar essas custas para o seu advogado.

Com o processo eletrônico, o advogado, de qualquer lugar do Brasil e até do mundo, tem acesso aos autos do processo. Então, isso gera muita economia para o cidadão. É um dos projetos que o CNJ tem para reduzir a morosidade e aumentar o acesso à Justiça.

Temos outro processo importante que é o de nivelamento de recursos tecnológicos dos tribunais, Senador Vital do Rêgo. Por esse projeto, o CNJ tem estabelecido certos padrões mínimos de tecnologia para o funcionamento dos tribunais. E muitos tribunais, por estarem com os seus limites de responsabilidade fiscal comprometidos, não têm às vezes recursos para adquirir equipamentos. Então, o CNJ tem um projeto permanente de doação de equipamentos aos tribunais com maior carência de recursos tecnológicos, para que eles possam exercer a sua função de maneira mais aprimorada, mais rápida.

Na Região Norte, por exemplo, uma das grandes dificuldades que o Judiciário tinha era a comunicação entre as comarcas, porque a rede de Internet não tinha cobertura em todos os lugares e em alguns lugares a rede era muito lenta. Então o CNJ tem adquirido equipamentos, como um dos equipamentos, chamado de acelerador Lan, que é um acelerador para permitir a comunicação via Internet mais rápida entre as comarcas, os juízes federais e as sedes dos tribunais. Isso tem sido uma ferramenta que parece algo tolo, mas que tem sido uma ferramenta muito importante para a tramitação mais rápida dos processos eletrônicos naquela região e das comunicações em geral.

Temos um outro projeto que é fascinante, que o CNJ vem realizando, há alguns anos, com grande sucesso, sob a direção do colega Conselheiro José Roberto Neves Amorim, que é um projeto nacional de conciliação e mediação. É um projeto que o CNJ vem desenvolvendo, há alguns anos, para, primeiro, criar

a cultura da solução conciliatória de processos entre as partes e para estimular juízes, advogados e mediadores a ampliar o uso dessa ferramenta.

Por força desse projeto, mais de um milhão de processos judiciais já foram conciliados, nos últimos anos, de forma muito mais barata, muito mais célere para as partes e que gera muito mais satisfação. Porque, no julgamento tradicional do processo, nós temos o que se chama de solução heterônoma: o Estado, representado pelo juiz, impõe às partes uma solução. E as partes têm de aceitá-la – queiram ou não –, a não ser que recorram e obtenham uma solução. Mas, no final das contas, quase sempre uma das partes vai se sentir vencida.

Na conciliação, a solução do processo é interna; são as próprias pessoas em conflito que chegam a um entendimento. E, além de ser mais rápido e mais barato – porque essa solução evita infinitos recursos, que vão durar décadas –, as partes sentem que elas próprias contribuíram para chegar à solução do seu conflito. Então, esse é um dos projetos que o CNJ realiza que contribui também para reduzir a morosidade judicial – respondendo a pergunta de V. Exª, embora haja outros que o tempo não me permite declinar.

Em relação à Justiça Militar, Senador Vital do Rêgo, o CNJ formou esse grupo – que eu mencionei a V. Exª na minha fala inicial – do qual eu sou coordenador, mas que está ainda em fase inicial de trabalho. Então nós não temos ainda conclusões a apresentar por essa razão.

Nós optamos, na metodologia de trabalho do grupo, por fazer primeiro a coleta de dados em duas áreas. Primeiro, nós estamos solicitando, dos tribunais do Brasil, de todos os tribunais que têm jurisdição militar – que são todos os tribunais de Justiça, os três tribunais de Justiça Militar que são especializados, que são de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, do Superior Tribunal Militar e do STJ –, dados sobre a movimentação de processos de direito penal militar nesses tribunais. E estamos solicitando, também, uma comparação da representatividade percentual desses processos em face do estoque total de processos que esses tribunais têm. Estamos, também, solicitando dados sobre o ingresso de processos militares a cada ano nesses tribunais. E estamos solicitando, por fim, que esses tribunais forneçam suas considerações, seus subsídios, que propostas eles têm para aperfeiçoar a Justiça Militar.

Dois semanas atrás, por exemplo, eu recebi o Presidente do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, que foi ao CNJ para ter uma reunião comigo como coordenador do grupo, para apresentar o resultado do trabalho do TJM de São Paulo, que até onde eu pude

perceber, vem realizando um trabalho adequado, um trabalho eficiente e célere, com o rigor que exige a realidade das corporações militares. Elas exigem um trabalho, uma jurisdição rápida e que mantenha os seus dois pilares, que são os da hierarquia e da disciplina.

Nós temos notícia, por exemplo – não é o caso de São Paulo; no caso de São Paulo, o TJM parece que vem realizando realmente um trabalho muito valioso –, de que em outros tribunais, há vários anos não se condena nenhum oficial por indignidade para o ofício. Há oficiais da Polícia Militar respondendo a ações penais por crimes graves, como corrupção, envolvimento com grupos de extermínio, concussão e outras infrações graves, que geram grande descrédito para a Polícia Militar daquele Estado, e cujos processos não vêm sendo julgados pelo respectivo Tribunal de Justiça.

Isso é grave. Eu não quero revelar nomes específicos, porque ainda não temos os dados. Mas isso é um dos motivos da nossa preocupação. Oportunamente, se o Senado Federal tiver oportunidade, eu terei a maior honra em trazer esses dados para contribuir com os trabalhos do Senado. Mas isso é algo que deve ser motivo de preocupação.

É preciso que os tribunais de Justiça deem à jurisdição militar a relevância que ela possui para a manutenção da hierarquia e da disciplina dentro das corporações.

Então, a minha tentativa de responder as indagações foi essa, Senador Vital do Rêgo. E continuo à disposição.

E quero também, se me permite, encerrando, agradecer a presença de vários colegas do Ministério Público e do Judiciário que estão aqui, a da minha querida esposa Yasmin, que também aqui veio me dar energia para esta manhã.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a participação do Dr. Wellington Cabral Saraiva e passo a palavra ao Dr. Leonardo de Farias Duarte.

O SR. LEONARDO DE FARIAS DUARTE – Eu gostaria de cumprimentar os demais Senadores, que chegaram há pouco, e vou procurar responder as perguntas seguindo a ordem em que elas foram realizadas.

Vou começar pelo Senador Pedro Taques.

Agradeço imensamente a pergunta relativa à reserva do possível e a sua possível – trocadilho à parte – aplicação no Brasil.

Como todos sabem, a reserva do possível ganhou fôlego no começo da década de 70, com os estudos do Professor Peter Häberle e Wolfgang Martens, na Alemanha, e, em linhas gerais, é uma forma de tentar condicionar a realização de demandas sociais à

disponibilidade orçamentária, aos recursos de que o Estado dispõe.

Obviamente, todo tipo de avanço nesse sentido realizado em países centrais, como a Alemanha, deve ser, antes de ser transposto para o Brasil, de certa forma tropicalizado.

O que quero dizer com isso? Há um professor, um alemão, que reside no Brasil, que acho que tem escritos muito interessantes nessa área justamente por ter as duas experiências, tanto no cenário alemão quanto no brasileiro, chamado Andreas Joachim Krell. E ele pontua justamente a necessidade de fazer o temperamento com relação à possível restrição na realização de direitos sociais, tendo em vista a insuficiência de recursos de que o Estado dispõe, o que é perfeitamente compreensível e aceitável em países mais desenvolvidos, como a Alemanha, em que já há um mínimo de realização social, coisa que nós não temos no Brasil.

Então, é, de fato, necessário, é, de fato, preciso observar, atentar para essas diferentes peculiaridades. Não se pode simplesmente importar teorias avançadas de países centrais, da Alemanha e outros, e simplesmente trazê-las para o Brasil, sem os devidos cuidados. Essa é uma das principais controvérsias que gira em torno dessa questão, que acaba desaguardando no Judiciário. Mas não só essa, também a própria possibilidade ou não dessas demandas serem realizadas pelo Judiciário.

E aí se entraria na questão que foi levantada pelo Senador Pedro Taques para o Conselheiro Wellington, relativa ao ativismo judicial. Muitas vezes o Judiciário é demandado para a realização desses direitos sociais pela omissão do administrador e se vê numa situação de conflito. Ou ele avança determinando a realização desses direitos e, de certa forma, estaria interferindo na atuação de outros poderes, ou não, ele se mantém mais reservado e, por outro lado, de certa forma, daria sua chancela à omissão na realização desses direitos.

Passando à próxima pergunta do Senador Pedro Taques, relativamente à questão da importância da vitaliciedade para juízes e membros do Ministério Público. É um assunto que está bastante em evidência atualmente. Penso que é um desejo da sociedade, é um grande reclamo da sociedade, de uma forma geral, acabar com a aposentadoria compulsória para magistrados, porque isso daria a idéia de que aquele que foi pego incorrendo em algum desvio funcional, e algum desvio funcional de natureza grave, estaria, na verdade, sendo premiado.

A matéria já foi submetida a esta Casa, que aprovou a PEC 505, de 2010, da Câmara dos Deputados,

mas continua em aberto tendo em vista a PEC 53 e a 75, de 2011. Acredito que deve ser votada amanhã.

Eu penso que o Congresso Nacional é a arena ideal e apropriada para decidir essas questões e não sou eu a pessoa mais indicada para opinar a esse respeito. O que posso fazer é apenas trazer à tona argumentos que são mobilizados pelos dois lados.

Por um lado, os que são favoráveis não só à extinção da pena de aposentadoria compulsória para magistrados, em casos graves, mas também a possibilidade de demissão por via administrativa e não só judicial, colocam como principal fundamento da sua tese justamente essa necessidade de rever essa punição, que se aplica àqueles que incorreram em desvios funcionais, em graves desvios funcionais, ser representado muito mais, ser refletido muito mais como uma vantagem do que como uma desvantagem.

Por outro lado, os que são contrários a essa alteração lançam mão justamente da questão relativa à independência. Todos nós sabemos que tanto magistrados como membros do Ministério Público são chamados a atuar em questões controversas e relativas ao crime organizado – que infelizmente, tem braços no aparelho estatal –, de modo que essa garantia da vitaliciedade seria imprescindível para a atuação mais livre, mais independente. Seria uma garantia mínima para que os membros da Magistratura e também do Ministério Público pudessem atuar nesses casos mais delicados. Seria, em última análise, uma garantia da própria sociedade. Mas, como eu disse há pouco, esse é o ambiente ideal, é o ambiente correto para que essas questões sejam debatidas e votadas.

Avançando agora para as perguntas do Senador Flexa Ribeiro, Relator do meu processo, eu começo com a questão relativa a um ponto de equilíbrio – para usar as palavras do Senador – entre a publicidade que se dá aos investigados e a privacidade que todos merecem. Isso foi, inclusive, objeto recente de deliberação do Supremo Tribunal Federal, que alterou uma resolução que tratava da forma como devem ser expostos os nomes daqueles que foram denunciados e dos investigados em inquéritos que lá tramitam; se eles deveriam ser identificados apenas pelas iniciais ou pelo nome completo.

Isso é uma questão também bastante delicada, porque, por um lado, há a necessidade de transparência, é um anseio de todos, necessidade de um Estado Democrático, mas, por outro lado, todos nós sabemos que aquele que exerce, sobretudo aquele que exerce uma função pública pode ser alvo de retaliações, pode ser alvo de ações temerárias, pode ser alvo de vinganças, em casos extremos. E a simples publicidade dessas demandas envolvendo essas pessoas pode

trazer um grave prejuízo para essas pessoas que, ao final das contas, no final do julgamento, podem se revelar inocentes. Depois que a mancha está presente, é muito difícil, senão impossível, recuperar a reputação que foi comprometida. Há que se fazer, portanto, uma ponderação entre a necessidade de transparência e a privacidade do investigado ou do processado.

Por último, respondendo à pergunta do Senador Vital do Rêgo, que já me pediu um pouco mais de brevidade nas respostas, é uma grande questão, talvez a maior questão relativa ao Judiciário, pelo menos do ponto de vista dos jurisdicionados, que diz respeito à morosidade da Justiça. Esse é um problema complexo e, como todo problema complexo, demanda soluções interdisciplinares e até interinstitucionais.

Além das causas e das possíveis soluções apontadas pelo Conselheiro Wellington, que mobilizou, dentre outras possíveis soluções, a questão do PJE, o processo judicial eletrônico, que ajuda inclusive na vida do magistrado, porque, como todos nós sabemos, a estrutura de que goza a Justiça estadual, sobretudo no interior do nosso País, é bem diferenciada e bem reduzida em relação à estrutura da Justiça Federal. O juiz do interior tem que fazer diversos relatórios, tanto para o CNJ quanto para o seu tribunal e para a sua corregedoria, de modo que a digitalização dessas demandas ajuda não só a vida do advogado como também dos próprios magistrados.

Mas eu citaria, além dessa questão da informatização, do investimento em informática, da questão da necessidade de alterar a legislação, sobretudo a legislação processual, a questão da infraestrutura, que muitas vezes passa despercebida.

Infelizmente, a Justiça estadual, sobretudo no interior, nas comarcas mais distantes, não goza de uma infraestrutura razoável, principalmente infraestrutura de pessoas. Na parte material até que houve grandes avanços nos últimos tempos, graças, inclusive, à atuação do CNJ, que entre outras medidas, procurou uniformizar, padronizar as diferenças que existiam entre os tribunais.

Voltando à questão da falta de infraestrutura, é muito complicada a atuação tanto dos magistrados quanto do Ministério Público nessas comarcas do interior em que ele tem necessidade de atuar diretamente, tendo em vista a falta de servidores, tanto em quantidade quanto em qualidade. Isso é uma questão que também esbarra na questão orçamentária – retomando aqui a questão da reserva do Conselho, levantada pelo Senador Pedro Taques, porque muitas vezes os tribunais já estão com o seu limite de disponibilidade financeira esgotado, já estão no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e não dispõem de recursos neces-

sários para ampliar o seu quadro funcional. Mas acredito que esse é um tema que precisa ser considerado também, inclusive pelo próprio CNJ. Não é incomum o número de servidores de uma única vara federal ser igual, ou maior, ao número de servidores de três ou quatro varas da Justiça estadual, principalmente, volto a repetir, nas comarcas do interior.

Bom, acredito que, com isso, eu tenha respondido às perguntas dos Srs. Senadores.

Coloco-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a participação dos senhores.

Vamos abrir o processo de votação.

Vou chamar todos os Senadores que são membros titulares e depois vou chamar dois suplentes.

Senador José Pimentel. (Pausa.)

Senadora Ana Rita. (Pausa.)

Senador Pedro Taques. (Pausa.)

Senador Anibal Diniz. (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Senador Inácio Arruda. (Pausa.)

Senador Eduardo Lopes. Está aqui. Senador Eduardo Lopes. (Pausa.)

Senador Randolfe Rodrigues. (Pausa.)

Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Senador Eduardo Braga. (Pausa.)

Senador Vital do Rêgo. (Pausa.)

Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Senador Sérgio Souza. (Pausa.)

Senador Luiz Henrique. (Pausa.)

Senador Eunício Oliveira. (Pausa.)

Senador Francisco Dornelles. (Pausa.)

Senador Sérgio Petecão. (Pausa.)

Senador Aécio Neves. (Pausa.)

Senador Inácio Arruda. (Pausa.)

Senador Cássio Cunha Lima. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senador José Agripino. (Pausa.)

Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Pausa.)

Senador Armando Monteiro. (Pausa.)

Senador Mozarildo Cavalcante. (Pausa.)

Senado Magno Malta. (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Rodrigues. (Pausa.)

Senadora Angela Portela. (Pausa.)

Senadora Lídice da Mata. (Pausa.)

Senador Jorge Viana. (Pausa.)

Senador Acir Gurgacz. (Pausa.)

Senador Walter Pinheiro. (Pausa.)

Senador Rodrigo Rollemberg. (Pausa.)

Senador Humberto Costa. (Pausa.)

Senador Lindbergh Farias. (Pausa.)

Senador Wellington Dias. (Pausa.)

Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Senador Ricardo Ferraço. (Pausa.)

Senador Roberto Requião. (Pausa.)

Senador Clésio Andrade. (Pausa.)

Senador Benedito de Lira. (Pausa.)

Senador Waldemir Moka. (Pausa.)

Senadora Kátia Abreu. (Pausa.)

Senador Lobão Filho. (Pausa.)

Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Senador Ataídes Oliveira. (Pausa.)

Senador Paulo Bauer. (Pausa.)

Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

Senador Gim Argello. (Pausa.)

Senador Eduardo Amorim. (Pausa.)

Senador Blairo Maggi. (Pausa.)

Senador Vicentinho Alves. (Pausa.)

Falta apenas um do quorum mínimo.

Senador Eduardo Lopes. (Pausa.)

A questão da PEC 122 está avançando? O.K.

Vamos colocar o seu... peça através de requerimento...

Senador Eunício Oliveira, meu Líder. (Pausa.)

Senador Eduardo Lopes, requerimento extrapauta na reunião de amanhã.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Líder Gim Argello. (Pausa.)

Já atingimos o quórum de forma suficiente.

Vou encerrar a votação com os votos do Senador Gim Argello. E peço a V. Ex^a para ao tempo em que votar também proceder ao escrutínio.

V. Ex^a tem uma experiência muito grande de urna e está se preparando para enfrentar outras. Então, pode...

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente, o indicado, Wellington Cabral Saraiva, para membro do Conselho Nacional de Justiça teve 14 votos favoráveis SIM e 01 voto NÃO.

O Dr. Leonardo de Farias Duarte, indicado para membro do Conselho Nacional do Ministério Público, teve 15 votos favoráveis, 15 votos SIM.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A escolha do Sr. Leonardo de Farias Duarte foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

A escolha do Sr. Wellington Cabral Saraiva foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

O Senador Flexa Ribeiro e o Senador Romero Jucá solicitam a urgência nos presentes projetos.

Em discussão a solicitação dos Srs. Senadores. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.*(Pausa.)*

Aprovadas as urgências.

Não havendo mais quem queira discutir, essa primeira fase da reunião está encerrada.

Tenham todos um bom dia. Fiquem com Deus.

(Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos, do dia nove de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Rodrigues, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Lindbergh Farias, Wellington Dias, Romero Jucá, Benedito de Lira, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena, Paulo Bauer, Flexa Ribeiro, Gim, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Eduardo Braga, Pedro Simon, Aécio Neves, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti e Magno Malta. A Presidência registra a presença dos familiares da Sabatinada, Senhora Ana Maria Duarte Amarante Brito: as Senhoras Ana Maria Amarante Brancio, Filha da Sabatinada e Promotora de Justiça do MPDFT; Elisabeth Amarante Brancio, Filha da Sabatinada e Juíza de Direito do TJDF; Débora Amarante Brancio, Filha da Sabatinada e Advogada; e Patrícia Amarante Brancio, Filha da Sabatinada e Analista Judiciária do TJDF. O Presidente registra ainda a presença da Senhora Gilda Sigmaringa Seixas, Juíza do Tribunal Regional Federal – TRF 1ª Região. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta:

ITEM 1) OFÍCIO “S” Nº 28, de 2013. Não Terminativo. Comunica ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, e de acordo com

as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação da Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, pelo Supremo Tribunal Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça – Biênio 2013-2015. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Gim. **Relatório:** Votação secreta. Em 03/07/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Senhora ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com quinze (15) votos favoráveis. O Senhor Presidente passa a Presidência ao Senador Lindbergh Farias. **EXTRAPAUTA: ITEM 2) OFÍCIO “S” Nº 31, de 2013.** Não Terminativo. Indicação do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na forma do art. 130-A, VI, da Constituição Federal. **Autoria:** Líderes Partidários. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Votação Secreta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **ITEM 3) OFÍCIO “S” Nº 32, de 2013.** Não Terminativo. Indica o Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal. **Autoria:** Líderes Partidários. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Votação Secreta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. O Senhor Senador Lindbergh Farias devolve a Presidência ao Senador Vital do Rêgo. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **VITAL DO RÊGO, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.**

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Consti-

tuição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação do item único da pauta: Ofício “S” nº 28, de 2013.

Antes, porém, passo a Presidência ao Senador Lindbergh Farias, para que eu possa ler o relatório do Ofício “S” nº 31, de 2013, indicação do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Na condição de Relator, devo exprimir o relatório e passo a Presidência para o Senador Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Passo, imediatamente, a palavra para o Senador Vital do Rêgo, para apresentar o seu relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Lindbergh, Sr^{as} e Srs. Senadores, mediante o Ofício “S” nº 31, de 2013, dos Líderes partidários que o subscrevem, a saber, Senadores Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Gim, Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino e este Relator, é feita a indicação, nos termos do art. 130 da Constituição Federal, do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no Biênio 2013/2015.

No ensejo, os respeitáveis Líderes encaminham o currículo do indicado e os documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, do Senado Federal.

Nos termos constitucionais, os membros do CNMP, instituição incumbida do controle externo do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Conforme a Resolução nº 7, de 2005, compete a esta Comissão examinar a indicação e proceder à sabinha dos indicados. E, nos termos desse ato normativo, cabe à pessoa indicada fornecer os documentos que especifica, dentre os quais o seu currículo, que passamos a sumarizar.

O currículo fornecido por Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho principia com a anotação de que o indicado nasceu na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, em março de 1976, bacharelando-se em Direito pela Universidade de Fortaleza, e declara que é pós-graduado em Direito Processual Civil.

Declara, em seu currículo, ter realizado diversas atividades profissionais, entre as quais: visita à Suprema Corte dos Estados Unidos da América, em junho de 2007; assessor parlamentar na Assembleia Legis-

lativa do Ceará; conselheiro estadual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção Ceará; e consultor jurídico de Municípios cearenses, bem como membro da Comissão de Direitos dos Idosos da OAB.

Atualmente, o indicado advoga em seu próprio escritório; é conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil; membro da União Ibero-americana de Colégios e Associações de Advogados (UIBA), com sede em Madri, Espanha; e membro da Comissão Estadual de Direito Eleitoral do Conselho Seccional da OAB no Estado do Ceará.

O indicado declara, ainda, possuir publicações nas áreas de Direito Eleitoral, de Processo Civil e Processo Penal.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores Líderes integrantes desta CCJ dispõem de elementos para deliberar sobre a presente indicação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva, automaticamente, nos termos do Ato nº 01, de 2007, CCJ.

(É o seguinte o item apreciado:)

EXTRAPAUTA

ITEM 2

OFÍCIO “S” Nº 31, DE 2013

– Não Terminativo –

Indicação do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na forma do art. 130-A, VI, da Constituição Federal.

Autoria: Líderes Partidários

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Votação Secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Devolvo a Presidência ao Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Lindbergh Farias.

Voltamos ao item único, deliberativo, da pauta.

ITEM 1

OFÍCIO “S” Nº 28, DE 2013

– Não Terminativo –

Comunica ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, IV, da Constituição Federal, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação da Desembargadora do Tribunal de

Justiça do Distrito Federal e Territórios, ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, pelo Supremo Tribunal Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça – Biênio 2013-2015.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria Senador Gim

Relatório: Votação secreta.

Observações:

Em 03/07/2013, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Na presente reunião, procederemos à arguição da indicada, em cumprimento à alínea “b”, do art. 2º do ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação da escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Convido a Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante Brito para, no recinto desta Comissão, compor a Mesa.

Gostaria de registrar a presença de diversas autoridades e familiares da Drª Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante de Brito, que está acompanhada de suas duas filhas: Drª Anna Maria Amarante Brancio, Elisabeth Amarante Brancio, Débora Amarante Brancio e Patrícia Amarante Brancio, respectivamente, Promotora de Justiça do Distrito Federal, Juíza de Direito, Advogada e Analista Judiciária.

Antes de passar a palavra à Desembargadora, eu gostaria de solicitar ao Senador Eunício Oliveira que proferisse o seu relatório no Ofício “S” nº 32, de 2013, até porque S. Exª está se dirigindo à Comissão que analisa a Medida Provisória nº 610, que terá de ser votada ainda no dia de hoje, e que precisa ser apreciada.

Antes de iniciarmos a sabatina propriamente dita, peço a V. Exª que encaminhe o relatório do item a seguir:

EXTRAPAUTA

ITEM 3

OFÍCIO “S” Nº 32, DE 2013

– Não Terminativo -

Indica o Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Líderes Partidários

Relator: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Votação Secreta.

A avaliação do indicado será feita em duas etapas, nos termos do art. 2º, do Ato 1º, desta CCJ.

Passo a palavra ao Sr. Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Obrigado, Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, trata-se, como disse o Presidente, do Ofício “S” nº 32, de 2013, de Lideranças partidária, que indicam, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, o Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sr. Presidente, pelo adiantado aqui do tempo, vou me cingir a dizer que o Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira é natural de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, onde nasceu em 19 de dezembro de 1974.

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1998, obteve o título de Mestre em Ciências Penais, também pela UFMG, no ano de 2003. Em 2008, alcançou o Doutorado em Ciências Penais, pela mesma Universidade.

Ainda no que diz respeito à sua vida acadêmica, cabe consignar que o Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira cursou a disciplina de Ética, no Mestrado em Filosofia da UFMG, em 1998; participou também do Curso de Criminologia, ministrado por Alessandro Baratta, Professor da Universidade de Saarland, Alemanha, e do Curso de Teoria Generale del Diritto, sob a titularidade do Professor Luigi Ferrajoli, da Università degli Studi di Roma Ter, no ano de 2006. O indicado estudou, portanto, com dois dos mais renomados penalistas de nossa época.

Entre 2006 e 2007, o indicado foi recebido como pesquisador visitante junto ao Instituto de Direito Penal da Facoltà di Giurisprudenza da Università degli Studi di Roma 1 – La Sapienza, um dos mais tradicionais centros de estudos do direito penal da Itália, reconhecido internacionalmente.

No que se refere à sua atuação profissional, cumpre registrar que o Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira é Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, biênio 2011/2013, indicado por esta Casa.

Como membro desse Conselho, foi autor das propostas que resultaram na Resolução nº 88, de 2012, que obriga membros do Ministério a prestarem atendimento pessoal às partes e a advogados, e à população de um modo geral, e na Resolução nº 93, de 2013, que dispõe sobre a participação dos membros do Ministério Público nos programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

Cabe destacar que, como membro do CNMP, o Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira encaminhou

relatórios periódicos sobre suas atividades às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

É Consultor Legislativo deste Senado Federal, onde ingressou no ano de 2002, após ser aprovado em 1º lugar em Concurso Público de provas e títulos, para a área de Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário.

Nesse período, o indicado contribuiu tecnicamente no processo legislativo que levou à formulação de leis de grande impacto social, como, por exemplo, o Estatuto do Desarmamento (2003), a Lei de Combate ao Trabalho Escravo (2003), a Lei de Falências (2005), a Lei de Drogas (2006), a Lei de Combate à Pedofilia na Internet (2008), entre outros diplomas normativos.

Destacam-se, ainda, no seu trabalho de assessoria legislativa, participações na CPMI da Exploração Sexual (2003), na CPI da Pedofilia (2008) e na CPMI da Emigração (2005).

Figura, ainda, como organizador do número 183 da *Revista de Informação Legislativa do Senado Federal*, especialmente dedicado à reforma do Código de Processo Penal.

O ilustre indicado também tem proferido diversas palestras em congressos e seminários de profissionais do Direito por todo o País.

Por fim, devemos anotar que o Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira foi agraciado com os prêmios Aliomar Baleeiro, concedido ao melhor aluno na disciplina de direito tributário, e Hugo Andrade Santos, concedido ao aluno que mais se destacou no movimento estudantil, ambos pela Faculdade de Direito da UFMG.

Um dos pontos altos dessa exitosa carreira foi a participação do indicado como membro efetivo da Comissão de Juristas responsável pela Reforma do Código de Processo Penal, constituída no Senado Federal nos anos de 2008 e 2009 e que elaborou o anteprojeto de lei que resultou no PLS nº 156, de 2009, relatado pelo nosso nobre Senador Pedro Taques, aprovado nesta Casa e encaminhado à Câmara dos Deputados no final de 2010.

De igual modo, caberia citar a participação do ilustre indicado como membro do Comitê Gestor do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, nos anos de 2009 e 2010.

Além do *curriculum vitae*, instruem a presente indicação todos os documentos e declarações requeridos pela Resolução nº 7, de 2005, e pelo Ato nº 1, de 2007 – CCJ.

Diante do exposto, entendemos que as Sr^{as} e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação

para o Conselho Nacional de Justiça, tendo em vista que o Dr. Fabiano já é membro do CNMP e agora será conduzido, se assim o desejar os pares, para ser membro do CNJ.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, esta Presidência concede vista coletiva, automaticamente, nos termos do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ.

A sabatina será na próxima quinta-feira, às 10 horas.

Registro a presença, para nossa honra, da Sr^a Juíza Federal Gilda Sigmaringa Seixas.

Seja muito bem-vinda!

Passo a palavra à Dr^a Ana Maria Duarte Amarante Brito para sua exposição inicial.

A SR^a ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO – Ex^{mo} Senador Vital do Rêgo, Presidente desta nobre Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal; Ex^{mo} Senador Pedro Taques, que foi designado meu Relator *ad hoc*; também cumprimento o Ex^{mo} Sr. Senador Gim Argello, designado originariamente, autoridades presentes, Ex^{ma} Sr^a Dr^a Juíza Federal, de quem tive a honra de ter sido professora, mas que, hoje, sei que tem lições a me dar, Dr^a Gilda Sigmaringa Seixas; minhas filhas, nobres familiares amigos, Sr^{as} e Srs. presentes, inicialmente registro a imensa honra que tenho de estar, neste momento, sendo submetida à arguição pelo Senado Federal, em obediência à norma regimental, após a minha indicação para a vaga conselheira do Conselho Nacional de Justiça, na vaga de Desembargador de Tribunal de Justiça.

Tenho completos 24 anos na Magistratura e inteiro 25 anos no próximo mês de agosto. É realmente instigante essa possibilidade de atuar em um órgão que vai sempre lutar pelo aperfeiçoamento da Magistratura, pela garantia da sua autonomia, claro que também revendo os atos dos juízes no tocante à administração, como o cumprimento dos seus deveres funcionais.

Cheguei ao mundo jurídico aos 35 anos, quando me formei em Direito pela Universidade de Brasília. Cheguei com a pressa dos retardatários, e, se me permitem parte do pensamento de Ariano Suassuna, cheguei também com o galope dos sonhos. Apesar de já madura – antes tinha sido professora – cheguei com entusiasmo de adolescente nesse mundo novo que se descortinava. Eu vivia entre adolescentes, já tinha três filhas nessa faixa etária e uma temporã, com dois meses de idade, com que Deus me presenteou, a mim e a meu marido, já àquela altura, com 19 anos de casados. As contas ficam meio apertadas. Eu me casei aos 16 anos, o que não era tão incomum à épo-

ca. Incomum é estar casada há quase meio século, já que completo 50 anos no ano que vem. De qualquer sorte, pude, primeiro, trilhar a advocacia, enquanto aguardava a oportunidade de entrar no serviço público.

E ela veio, primeiramente, com o concurso de Fiscal do Trabalho, hoje Auditor Fiscal do Trabalho. Nessa função, em que fiquei dois anos, pude ver o nascedouro da lide trabalhista. Atuei em campo na fiscalização e, depois, fui designada para a elaboração de pareceres nos processos administrativos disciplinares de imposição de multas e, igualmente, fiquei atuando nos plantões de orientação trabalhista. Em seguida, vieram as oportunidades com a abertura de dois concursos: Procurador da Fazenda Nacional e Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Inscrevi-me em ambos. Fui fazendo todas as etapas, e o primeiro chegou ao final antes. Assim fui lotada na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ainda requisitada para exercer função em comissão, enquanto se aguardavam os trâmites para a homologação do concurso.

Fiquei na Coordenadoria de Assuntos Tributários. E foi um tempo bastante movimentado. Corria o ano de 1986, e acabara de ser implementado o Plano Cruzado, com inúmeros problemas, dúvidas, consultas decorrentes da interpretação das normas que concretizavam melhor aquele plano. Trabalhamos bastante, e, em novembro, após as eleições, veio o início do fim. Não seria daquela vez que um choque heterodoxo iria dar certo. De qualquer sorte, fizemos o possível para esclarecer o implemento daquelas regras todas.

Paralelamente, eu prestava as etapas do concurso de promotor de justiça. Sagrei-me vitoriosa e, quando todos tomaram conhecimento pela publicação da lista, indagavam-me se iria ou não assumir. Falei: É outra voz do ideal que chama. Outra experiência, enfim.

Direito Penal e Direito Tributário têm o mesmo denominador comum, que é o princípio da legalidade estrita. Não há crime nem tributo sem lei anterior que os defina. E assim, então, fui assumir o Ministério Público, mas inicialmente fui lotada na Assistência Judiciária do MPDFT. Tratava-se praticamente de uma defensoria, que foi patrocinada, neste Distrito Federal, durante cerca de 28 anos, pelo Ministério Público. Eram novatos na defesa e os veteranos na perseguição criminal. Nas férias dos veteranos, atuei também na perseguição.

Fui lotada na Vara de Execuções Criminais e, nessa vara, pude ver a questão penitenciária na prática. Eu tinha sido aluna do Prof. Augusto Thompson, que explicava toda essa problemática envolvendo a compatibilização entre punir e educar. O preso está sempre sob efeito de uma situação chamada de prisionização e fica impermeável à atuação das normas educativas sobre ele. É um desafio permanente e que

está a exigir maiores estudos a questão da oferta de trabalho, da profissionalização de presos e, principalmente, do cuidado quando retornam ao meio social. O fato é que não temos, felizmente, nessa etapa do desenvolvimento das ideias jurídicas, pena de morte, não temos penas perpétuas. Portanto, eles voltam daquela universidade do crime como todos bem sabem. Então, foi uma problemática interessante.

Atuei também no júri, colega contra colega. Atuei na defesa apenas. Já tinha sido promovida a promotora titular e, quando aprovada também no concurso de juíza, cheguei finalmente a minha função atual. Como diz o Ecclesiastes: “Acha teu ofício e nele permanece”. Eu achara, finalmente, a minha situação.

Como juíza, foi-me indagado que fizesse uma lista de prioridades sobre quais varas eu teria preferência para atuar e coloquei vara cível, vara de família, vara da infância e juventude e vara de fazenda pública. Só no final, coloquei as criminais. Todo mundo até perguntou: “Uai, pensei que você não fosse especialista em Direito Civil”. Eu falei: Nem eu sei disso também, mas agora eu quero desbravar uma nova área do Direito. E, nos cinco anos em que eu permaneci como juíza substituta, atuei prioritariamente na área cível, mas a titularidade veio na área criminal. Foi titular durante 12 anos da 1ª Vara Criminal aqui do Distrito Federal.

Também, em 1996, fui, então, eleita para ocupar a titularidade da 10ª Zona Eleitoral, que abrange Núcleo Bandeirante, Candangolândia e, na época, ainda abrangia Riacho Fundo I e Riacho Fundo II. Fiquei dois anos regulamentares, muito úteis. Seis anos mais tarde também fui nomeada para ocupar o Tribunal Regional Eleitoral na vaga ainda de juiz de primeiro grau. Só não completei os dois anos porque fui promovida a desembargadora.

Como desembargadora, depois de 12 anos de titularidade de vara criminal, chegou a hora de novo de voltar ao cível. Estou, há nove anos, na 6ª Turma Cível, que presido pela terceira vez, e também na 2ª Câmara Cível e, já mais veterano, no Conselho Especial do meu Tribunal.

Atuei também no Comitê Gestor para a Modernização do Judiciário durante dois anos. De 2004 a 2008, fui suplente da Comissão de Regimento e, desde então, até os dias de hoje, sou integrante dessa Comissão como membro efetivo.

Paralelamente a esses trabalhos, desenvolvi o meu magistério. Continuei aquela atividade interrompida durante um bom período, quando era juíza substituta ou reduzida em fases mais difíceis, mas procurei voltar às lides do magistério na Escola Superior do Ministério Público, primeiramente; na Escola da Ma-

gistratura; lecionei no Instituto Processus; no curso de pós-graduação da Atame; no Instituto de Magistrados.

Tenho a honra e a felicidade de constatar que, hoje, grande parte dos operadores de direito aqui, do Distrito Federal, foram meus alunos. É uma honra muito grande ter contribuído para a formação da consciência jurídica local.

Como veem, trago uma bagagem que todos conhecem e que, espero, possa realmente me qualificar para a atuação no Conselho Nacional de Justiça. É instigante poder participar de um grupo, somar esforços para o aperfeiçoamento da Magistratura.

Assim, realmente, um sonho, se for sonhado sozinho, como já disse o poeta, continua sonho, mas um sonho conjunto é realidade. Espero levar meu sonho e minha atuação para continuar tornando realidade o aperfeiçoamento do Poder ao qual pertenço.

Muito obrigada.

Fico à disposição para as arguições e peço que compreendam se pedir algum esclarecimento de V. Ex^{as}.

À disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a manifestação inicial da Desembargadora, que nos conta uma história de vida muito rica, muito bela. É servidora pública com experiência em vários setores administrativos: promotora de justiça, juíza, desembargadora, professora. Certamente, com essa bagagem, terá o coroamento de sua vida no desempenho de importantes atividades no Conselho Nacional de Justiça.

Com a palavra o Senador Pedro Taques para as arguições que são ordinárias, sempre muito presentes para que essas manifestações, após apurados os votos, sejam cada vez mais legitimadas por este Senado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr^a Ana Maria, indicada, seja bem-vinda ao Senado.

A vida passada, pretérita de V. Ex^a já foi demonstrada. Tive a oportunidade de ser o Relator para o ato, Relator *ad hoc*, uma vez que o Senador Gim aqui não se encontrava; para variar, estava em outra Comissão, como nós aqui, também, que temos três, quatro Comissões ao mesmo tempo. A culpa não foi do Senador Gim; a culpa é do sistema. Para que a senhora tenha uma ideia, neste momento, temos três, quatro Comissões para que o Senador esteja presente.

O Senador Maggi já emagreceu 1kg...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Estou precisando.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, não está precisando, isso é questão de gosto e de alfaite, mas já emagreceu 1kg, desde que começou esta sabatina de corre para lá.

Muito bem, deixando as delongas de lado. Qual é a importância para a senhora da vitaliciedade do Magistrado? A senhora acha possível o Conselho Nacional de Justiça por um quórum, digamos, qualificado, demitir magistrados? Qual é a opinião de V. Ex^a e a importância do predicativo da garantia da vitaliciedade? Essa é a primeira indagação.

A segunda é: a senhora acha possível o Supremo Tribunal Federal até hoje não ter apresentado o projeto de lei complementar para modificar a Loman, como a senhora sabe, a Lei Complementar 35, de 1979? Há 25 anos, desde a Constituição de 1988, o Supremo Tribunal Federal não cumpre a sua obrigação. E, aí, a responsabilidade pela omissão é do Congresso Nacional. Não nos cabe, como Senadores e Deputados, apresentar projeto de lei que regra a vida funcional do magistrado, e o Supremo Tribunal Federal não fez isso até hoje. Como podemos resolver isso na opinião abalizada da senhora?

A senhora conhece algum país do mundo que tenha quatro graus de jurisdição como no Brasil – o juiz, o tribunal, o STJ e o Supremo Tribunal Federal? A senhora conhece algum país do mundo que tenha quatro graus de jurisdição, quando a Constituição da República fala do princípio do duplo grau? Não fala de quatro graus, mas nós temos isso. É possível?

Uma última pergunta, Sr. Presidente: no Brasil, nós temos 550 mil presos, destes, 697 estão presos por corrupção – 697 presos de 550 mil; dá 0,012% dos presos. Ou nós vivemos na Suíça e não temos corrupção, ou a legislação é mal feita justamente para que ela não possa ser bem aplicada, ou a polícia não está investigando de forma competente, ou o Ministério Público não está denunciando de forma competente, ou o Poder Judiciário não está condenando quem tem que condenar. Qual é a explicação para isso na opinião da senhora, se nós temos 550 mil presos, e, no Brasil inteiro só temos 697 presos por corrupção?

Por que ocorre isso? Quem está errando nisso? É o legislador, que faz uma lei mal elaborada justamente para que ela não seja aplicada? E eu sou legislador. É a polícia que não investiga? O Ministério Público que não denuncia direito? O Poder Judiciário que deixa prescrever? De quem é a culpa? Eu gostaria de um culpado se a senhora pudesse estabelecer essa culpa.

Uma última indagação. A senhora militou em uma zona eleitoral e, depois, no Tribunal Regional Eleitoral. Qual é a opinião da senhora a respeito da fiscalização das contas, que é feita pela Justiça Eleitoral? Salvo engano, o Ministro Velloso uma época disse que a prestação de contas e a sua conferência é algo para inglês ver. Qual é a opinião da senhora sobre a fiscalização que é feita pela Justiça Eleitoral? A senhora, como

membro do Tribunal Regional Eleitoral, deve ter aprovado contas lá, aprovou contas. Então, o debate melhor não seria não o financiamento público, financiamento híbrido, financiamento privado, fundo de campanha, mas um melhor sistema de fiscalização e controle?

São essas as indagações, e gostaria de vê-las respondidas na medida em que a senhora entender por bem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento a Dr^a Ana Maria, que está hoje na nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Doutora, eu fui designado pelo Presidente da CCJ, Senador Vital do Rêgo, para relatar duas PECs que estão na Casa; uma é a 53, a outra a 75. Mas, no caso específico, a PEC 53 fala dos Magistrados. O Senador Pedro Taques, na realidade, já fez a pergunta; só vou reforçá-la, porque vem ao encontro do tema que estou relatando – vou apresentar meu relatório amanhã, na comissão, e, depois nós vamos ao Plenário –, que diz respeito à vitaliciedade dos Magistrados. Eu queria saber a sua opinião sobre isso. Eu ouvi, nesses últimos dias, magistrados do Brasil inteiro... (*Falha na gravação.*) ...todas as todas as associações que nos procuraram e disse a eles que a minha missão como Relator desta matéria era buscar um caminho que fosse bom para a Magistratura e também para dar respostas àquilo que a sociedade cobra no Senado Federal.

Então, eu gostaria de saber qual a sua opinião sobre isso, porque o meu relatório vem no sentido de admitir algumas coisas e fazer algumas mudanças. Eu gostaria de saber, então, qual a sua opinião sobre esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Gim Argello, Senador Relator original do projeto da indicação da desembargadora Ana Maria, passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Obrigado, Presidente, brilhante Presidente da CCJ, nobre Senador Vital do Rêgo, advogado, médico e mais que conhecido no nosso País como alguém que está dando um novo norte a nossa CCJ aqui no Senado. Parabéns, Senador Vital do Rêgo.

Eu pedi a palavra a V. Ex^a só para confirmar todos os termos que eu usei no meu relatório original, em relação ao qual eu tive muita honra de ter sido substituído pelo Senador Pedro Taques como Relator *ad hoc*. porque falar da Desembargadora

Falar da Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante Brito é uma honra. A senhora é aqui de Bra-

sília, professora conhecida, que toda a cidade admira e respeita pela sua história de vida, por ser uma servidora pública, uma pessoa com vasta experiência em vários setores administrativos, promotora de Justiça, juíza, desembargadora, e, acima de tudo, uma pessoa que Brasília toda conhece e respeita demais. Para a gente, é uma honra. Para mim, foi uma honra ter sido o seu relator aqui na CCJ. Agradeço ao Senador Vital do Rêgo por essa indicação, dizendo que quem vai ganhar muito é o CNJ com a indicação da Desembargadora Ana Maria.

Vejo aqui a ansiedade do Deputado Chiquinho – o Deputado Francisco Scórcio, que já foi Senador aqui nesta Casa também – em testemunhar tudo isso, porque conhece a senhora há muitos anos aqui na nossa cidade.

Dizendo isso, parablenzo a senhora e todos os seus, porque, realmente, quem está ganhando muito é o Conselho Nacional de Justiça com a sua indicação para lá.

De minha parte, dizer que me senti honrado em poder ser Relator, agradecendo o relatório *ad hoc* do nobre Senador Pedro Taques.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a pelo trabalho e contribuição que deu ao relatório.

Desembargadora, V. Ex^a foi indicada para o Conselho Nacional de Justiça, mas começou, conforme já nos informou, no serviço público como fiscal do Trabalho.

Esta Comissão aprovou, na semana passada, uma proposta de emenda à Constituição que prevê a expropriação de terras onde for identificado o trabalho escravo ou análogo à escravidão. A atuação dos fiscais do Ministério do Trabalho contra essa prática, muitas vezes, resulta em ações judiciais. Pergunto a V. Ex^a se considera que a Justiça do Trabalho está atuando a contento no julgamento dessas causas. Quais as diferenças de atuação entre as causas de trabalho escravo urbano e rural? Que medidas o Conselho Nacional de Justiça pode adotar para auxiliar a Justiça do Trabalho a ter uma atuação mais ampla, especialmente alcançando regiões mais distantes do País, em que são mais frequentes as denúncias de trabalho escravo ou análogo à escravidão?

É uma questão que envolve efetivamente uma contribuição importante que a senhora pode nos dar: nós haveremos de constituir – e essa deve ser uma pauta nossa, Senador Blairo, agora à tarde, com o Senador Presidente Renan Calheiro – a Comissão Especial Mista que esta Comissão se comprometeu

de fazer para acompanhar a questão da PEC do trabalho escravo.

Na reunião de amanhã desta Comissão, examinaremos o projeto de lei que regulamenta os direitos dos trabalhadores domésticos. Para V. Ex^a, que medidas o Conselho Nacional de Justiça pode adotar para auxiliar a Justiça do Trabalho a ter uma atuação mais ampla e célere nas demandas que advirão dos trabalhadores domésticos?

Na opinião de V. Ex^a, o Conselho Nacional de Justiça vem atendendo aos propósitos para os quais foi criado? Qual é a ideia que V. Ex^a tem sobre o Conselho Nacional de Justiça e os propósitos para os quais foi criado?

V. Ex^a atuou na área penal, no Poder Judiciário. Como vê o projeto do novo Código Penal, cujo relator é o nosso brilhante Senador Pedro Taques? Quais as sugestões originais que teria para essa matéria? Fale um pouco sobre o projeto do Código Penal.

Passo a palavra à Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante de Brito para as suas exposições.

A SR^a ANA MARIA DUARTE AMARANTE DE BRITO – Agradeço as referências elogiosas do nobre Senador Gim Argello. Credito-as à sua nobreza de alma e fico muito agradecida.

Passo a responder às perguntas, na medida do possível, primeiro àquelas formuladas pelo Ex^{mo} Senador Pedro Taques sobre a vitaliciedade. É uma questão polêmica. O art. 24 do Código de Ética que o Conselho Nacional de Justiça editou em 2008 determina aos juízes sempre, na esteira do mandamento constitucional, que faça sempre uma exposição fundamentada racionalmente, concluindo com o juízo equilibrado, após ouvir os dois lados da questão.

A questão da vitaliciedade, que é um predicamento da Magistratura, faz parte de uma das garantias da magistratura – vitaliciedade, na inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos; está na Constituição. Ela vem sendo considerada pela Magistratura – conquista, não há dúvida – garantia para o exercício livre do Poder. Então, do lado dos magistrados, embora com alguma divergência – porque nem as associações de classe apresentaram uma proposta unânime; há muita divergência – preconiza-se sempre a manutenção da garantia, uma vez que o juiz julga poderosos, enfrenta exercentes do poder, os nobres do momento que poderão ser a oposição no futuro. Entendem que o importante é preservar a instituição para garantia de tantos, para garantia de cerca de quinze mil Magistrados.

Do outro lado o porquê então desse assunto ter vindo à baila. V vamos ouvir o outro lado. A sociedade não se conforma com a realidade que aí está de ver juiz receber na área administrativa a penalidade máxi-

ma da aposentadoria compulsória ou com vencimentos proporcionais, ou vencimento integral conforme o seu tempo de contribuição. E, nesse sentido, preconiza-se que ao invés só dessa aposentadoria compulsória, já se passe logo a pena de demissão. Demissão no sistema atual é possível; existe a pena sim. É efeito da condenação a perda do cargo também no tocante à prática de ato de improbidade. A Lei da Improbidade, movida uma ação civil pública pelo Ministério Público, pode culminar na perda do cargo. Por que então o abandono desse predicamento? É que o Judiciário tem sido moroso como sempre, e vou abordar mais a questão quando falarmos nas delongas para aplicar a lei penal em caso de corrupção. É a morosidade do Judiciário. Está aí o cerne da questão.

Esta Casa é a arena ideal realmente, como já se disse hoje, para o debate da matéria, porque aqui é uma Casa de consenso. Muitas vezes, de forças que se entrechocam, pode sair uma resultante. Como algumas sugestões vem sendo abordadas, certamente surgirão, durante os debates parlamentares, como uma manutenção da vitaliciedade – porque vitaliciedade significa isso, só poder ser demitido por decisão judicial; senão seria estabilidade, ser demitido por decisão administrativa, assegurado, claro, em um e outro, ampla defesa e contraditório. Mas seria o caso, por exemplo – e há um substitutivo nesse sentido, seria um parágrafo a acrescentado ao art. 39 da Constituição –, para que, uma vez condenado, já não se atribua ao recurso efeito suspensivo e desde então se possa executar a decisão. Seria talvez, um atalho que poderia prevenir debates futuros.

Mas, enfim, está em boas mãos. Os senhores estão debatendo, escutaram amplamente os órgãos representativos de classes, estão escutando também a voz do povo. Que Deus os ilumine, que Deus os abençoe!

Como magistrada, com a tradição de 25 anos, eu ainda ficaria com a vitaliciedade como predicamento, mas já pedindo, nessa resultante apontada, que se desse efetividade a um processo judicial para afastamento daquele que descumpriu o dever da Magistratura, que atuou com corrupção, para que a sociedade possa ver uma justiça efetiva atuando a tempo e a hora, sem prejuízo, claro, do contraditório e da ampla defesa. De qualquer sorte, estamos aguardando a decisão dessas duas Casas Legislativas, e parece-me que o debate se aproxima já dos seus últimos termos.

Por falar em mora de processos, estamos cobrando agora no Supremo a chamada mora legislativa na edição da Loman.

Veja bem, o que eu entendo é o seguinte: não há que se falar propriamente em vácuo legislativo. A Lei Complementar 35 foi recepcionada pela Constitui-

ção, compatibilizou-se com os seus ditames. O que se propugna agora é um aperfeiçoamento da legislação, já antiga e que traz a pecha de autoritária, um aperfeiçoamento com a revisão de alguns aspectos. Mas, de qualquer sorte, não há que se pensar, no momento, ainda, em uma medida mais drástica para tal, uma ação de inconstitucionalidade por omissão do próprio Supremo Tribunal, que estaria julgando em causa própria.

De qualquer sorte, estamos vivendo novos tempos, Senador. O povo está aí, hoje, com os recursos tecnológicos, tendo voz mais audível. Há uma sintonia com todos os segmentos da sociedade. Todos os Poderes estão naquela atitude de quem se depara com a passagem de nível: “Pare, olhe, escute”. Estamos todos atentos – Executivo, Legislativo e Judiciário – aos reclames de aperfeiçoamento das nossas instituições.

Por isso, tenho certeza de que nosso órgão máximo vai se mostrar sensível a esses reclamos, e virá, então, a outra lei complementar, que vai aperfeiçoar aquela que nós já temos.

Quatro graus de jurisdição. V. Ex^a perguntou se há outro país que tenha esse fenômeno dos quatro graus de jurisdição. Veja bem, assegura-se, como expressão do contraditório, da ampla defesa, o duplo grau de jurisdição. Não é um princípio absoluto na medida em que há processos de competência originária de nosso órgão de cúpula. Então, nas instâncias ordinárias, preconiza-se esse duplo grau de jurisdição a fim de que uma decisão, principalmente a monocrática, possa ser revista por um órgão colegiado, integrado por julgadores mais experientes.

Muito bem, e a terceira e quarta seriam o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. Na verdade, não são terceira e quarta instâncias. Foram concebidos, na verdade... Primeiro, o Supremo acumulava toda essa competência, seja para fazer valer a lei federal como a norma constitucional, mas, com a Constituição de 1988, optou-se pelo desdobramento.

Não são instâncias para reavaliar toda a causa. V. Ex^a bem sabe que não se revê justiça e injustiça da decisão, valoração da matéria probatória. Na verdade, as instâncias foram concebidas, o STJ para fazer valer a lei federal, o tratado federal, e o Supremo Tribunal Federal como o garante, o guardião maior da nossa Constituição. Somente questões de direito envolvendo, para uma, os temas federais; para outra, os temas constitucionais, os federais infraconstitucionais, bem dizendo, que a nossa Federação também está disciplinada na Constituição.

Então, vejam bem, estamos diante de vários desafios. O atravancamento, o emperramento dessas instâncias excepcionais estão aí evidentes.

O problema está até no nascedouro. Temos mania de copiar instituições estrangeiras. Copiamos o recurso extraordinário dos norte-americanos, para fazer valer a Constituição. Lá eles têm uma constituição com 7 artigos e 27 emendas, em vigor desde 1787. Além de terem uma constituição sintética, principiológica, os estados, que formaram a federação por agregação, abrindo mão das respectivas soberanias, as 13 ex-colônias, para formar, então, os Estados Unidos, mantiveram notável grau de autonomia. A legislação maior que rege a vida dos cidadãos é estadual, não é federal.

Aqui, há a concentração das competências legislativas – foi nossa opção – nas mãos da União. Então, tudo é federal, tudo é constitucional. Optamos por uma constituição que está muito longe daquele modelo sintético. Temos uma constituição analítica, com uma capacidade de crescimento.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA MARIA DUARTE AMARANTE DE BRITO – Tranquilamente. Foi uma opção histórica. Não poderíamos afirmar, apressadamente, que o que deu certo nos Estados Unidos poderia dar certo no Brasil. Então, o recurso extraordinário já nasceu comprometido. Uma feliz ideia; já foi algum filtro que se fez.

Sou do tempo da arguição de relevância, mas daquela época da questão federal. No início da década de 70 foi uma boa ideia; agora, nós já criamos outro filtro constitucional muito importante, da repercussão geral da questão constitucional. Algo semelhante deverá ser criado, claro, para o âmbito dos recursos especiais. Também uma relevância da questão federal. O problema tem sido muito complexo. O ataque somente por um meio é difícil.

E aqui já aproveito também para falar na questão da dificuldade de se chegar à aplicação da lei penal em crimes de corrupção, que agora começam a ser erigidos à categoria de crimes hediondos. Pelo menos o trabalho do Legislativo está sendo feito, só que há necessidade do implemento de políticas públicas de alto controle, de supervisão. Só a lei não vai fazer todo serviço; só o Judiciário também não. O Judiciário exerce a função provocada, é provocado pelas partes legitimadas; não sai por aí adotando iniciativas para punir corruptos.

Então, vamos chegar àquele denominador comum: à necessidade de se fortalecerem esses órgãos de controle da atuação do Poder Judiciário, controle também, como o caso do CNMP, da atuação do Ministério Público, a fim de que torne efetiva a legislação. A vontade legislativa já está expressa com maior apenamento, com tratamento mais gravoso para os crimes de corrupção, mas pensar que apenas a tradução da vontade popular, por meio da legislação baste, fica

longe da realidade. Temos de aperfeiçoar as políticas públicas no âmbito de todos os poderes para podermos ver a mudança dessa tendência, que é realmente muito grande.

Também no âmbito dos recursos, tentamos muito, mas uma luz já começa a se avizinhar no fundo do túnel. Veja bem, temos no CNJ um projeto nacional de conciliação e mediação.

Na prática, pude observar os resultados flagrantes, patentes de tentativas de conciliação. Ainda no início da década de 90, na 7ª Vara Cível, como juíza substituta da então juíza titular, hoje Ministra Nancy Andrighi, começamos um projeto para implementar conciliação. Marcávamos 20 audiências toda terça-feira – obviamente, uma tarde é insuficiente para 20 audiências, mas para tentativa de conciliação – e conseguíamos resultados na ordem de 78%, ou pouco mais de 80%.

Observem, ali conseguimos realizar o verdadeiro objetivo da jurisdição. Jurisdição não é só resolver conflitos aplicando o direito objetivo ao caso concreto, fazer valer o ordenamento jurídico. A finalidade maior da jurisdição é a pacificação social, e ela se obtém de forma muito mais plena mediante uma conciliação. Tive na prática, seguidamente, essa alegria de ver ambas as partes despedirem-se do juiz, agradecendo felizes. Então, uma das vias de desafogo do Judiciário para se implementarem todas as políticas seria essa atividade maior, mais concentrada. E isso está sendo feito.

Participei, na semana passada, como mediadora de um encontro nacional sobre o tema, organizado pelo CNJ.

A par disso, temos uma tecnologia que a cada dia mais se aperfeiçoa. Há muito o que promover nesse sentido, e o CNJ promove aquele nivelamento de recursos tecnológicos e acena agora com o processo eletrônico, que vai encurtar bastante os trâmites processuais.

Que bom será o dia em que pudemos intimar todos por via eletrônica, porque um dos emperramentos na Justiça – e isso trago na minha prática de 25 anos – é o problema de intimação, de comunicação dos atos processuais; citação, para começar, e depois intimações. E ficamos naquele jogo do cerca-lourenço, no jogo do gato e do rato. Se passarmos por uma etapa, corremos o risco de colocar todo o trabalho a perder, por causa de uma nulidade: falou intimar aquela parte, ou aquele advogado. Então, se nós cuidarmos especificamente das normas processuais nesse sentido, se conseguirmos efetivar a implantação do processo eletrônico, dotar todos os juizes, de forma equilibrada, de recursos tecnológicos, acredito que possamos, então,

atingir um funcionamento que permita realizar, de forma mais razoável, aquele ideal da duração do processo.

Princípios constitucionais impregnam de valores o ordenamento jurídico. Eles são, como dizem os doutrinadores, mandamentos de otimização. Significa que, embora não se apliquem direto à regência de um caso concreto, eles vão impregnar de valores de tal sorte que serão realizados na medida do possível – progressivamente realizados. Com isso, caminharemos nesse sentido.

Quanto à indagação do Ex^{mo} Senador Blairo Maggi sobre a PEC 53, eu já devo tê-la respondido, mas renovo os votos de que Deus os abençoe. Está em boas mãos, estão ouvindo ambos os lados, e que possa, então, o constituinte da emenda traduzir a vontade do povo, e nós obedeceremos, pois estamos aqui para fazer cumprir a lei, com certeza.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – A senhora me permite...

A SRª ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO – Jurei cumprir a Constituição e a lei tantas vezes já – na posse de promotor, na posse de juiz, na posse de desembargador, na posse lá do Tribunal Regional Eleitoral – e renovo o meu juramento: cumprirei, sim, aquilo que prometi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Se a senhora me permitir, Drª Ana, gostaria só de dizer que o caminho que nós encontramos é o caminho que a senhora sugeriu aqui; se nós tivéssemos ouvido só a senhora, talvez tivesse saído igualzinho está saindo do forno o nosso parecer.

A SRª ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO – Eu não disse que estava em boas mãos? É uma Casa de consenso; de forças que se entrechocam, há sempre uma resultante que vai atender ambos os lados.

Parabéns, Senador. Fico satisfeita com essa sinalização.

Quanto às perguntas do Senador Vital do Rêgo, estou um pouco afastada das lides trabalhistas, mas não vejo nenhum problema particular da Justiça do Trabalho no tocante à repressão ao trabalho escravo; e batemos na mesma tecla: há necessidade do implemento de políticas públicas, a começar pela maior segurança aos fiscais do trabalho quando vão para essas fazendas nos mais recônditos cantos do País.

À época em que assumi a fiscalização do trabalho, estávamos ainda de luto com a morte de fiscais que faziam fiscalização em motéis. Pouco depois, já promotora, deparei-me com o anúncio da morte de fiscais do trabalho exatamente fiscalizando o trabalho lá nas fazendas. Então, maior segurança para eles, maior aparelhamento da Justiça, pois a nossa nobre, brava Justiça do Trabalho dá exemplo de maior agili-

dade, dá verdadeiras lições para nós que atuamos na área da Justiça comum.

Espero ter atendido às perguntas.

Ah, falta ainda uma importante: se o CNJ atende aos propósitos. Confesso que, como toda pessoa mais conservadora, de início, quando ainda se debatia sobre a necessidade de criação do Conselho Nacional de Justiça, fiquei temerosa no tocante à independência dos Magistrados, que há de ser preservada.

Hoje posso falar de peito aberto, em alto e bom som: é imprescindível um órgão dessa natureza. Veio ocupar os espaços e deverá, cada dia mais, se aperfeiçoar com, por exemplo, as metas. Meu tribunal já cumpriu a meta 2 no tocante às estatísticas do ano de 2011. A meta 2 manda que se julguem mais processos do que aqueles que chegaram. A meta 18, julgamento das ações de improbidade. É uma sistemática muito importante.

E, quanto ao projeto do novo Código Penal, fica para... Na verdade, vou passar, se tiver a honra de ser aprovada pelos senhores, algum tempo na atividade administrativa, mas terei muito empenho em estudar as novas regras da legislação penalista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço à Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante Brito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Quantas sabatinas já fizemos este ano?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vinte e seis.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ah, 26. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esta é a 26ª.

Vamos abrir o processo de votação.

Convidamos o Senador Pedro Taques, Relator *ad hoc*, Senador Gim Argello, Senador Blairo Maggi e Senadora Lídice da Mata para iniciarem o processo de votação, até para liberá-los.

Está iniciado o processo de votação.

Senador Pedro Taques. (Pausa.)

Senador Gim Argello, Senador Relator original. (Pausa.)

Senador Blairo Maggi. (Pausa.)

Senadora Lídice da Mata. (Pausa.)

Senador Vital do Rêgo. (Pausa.)

Senador Ataídes Oliveira. (Pausa.)

Senador José Pimentel. (Pausa.)

Senadora Ana Rita. (Pausa.)

Senador Aníbal Diniz. (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Senador Inácio Arruda. (Pausa.)

Senador Eduardo Lopes. (Pausa.)

Senador Randolfe Rodrigues. (Pausa.)

Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Senador Presidente, Vital do Rêgo, só para deixar registrado, por favor, o pedido de urgência, para quando terminar o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Encaminho o pedido de urgência, por solicitação de V. Ex^a, na condição de Líder do Bloco União e Força.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Braga.

Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Senador Sérgio Souza. (Pausa.)

Senador Luiz Henrique. (Pausa.)

Senador Eunício Oliveira. (Pausa.)

Senador Francisco Dornelles. (Pausa.)

Senador Sérgio Petecão. (Pausa.)

Agradeço a presença do Senador Dornelles, sempre muito prestativo com esta Comissão.

Senador Aécio Neves. (Pausa.)

Senador Cássio Cunha Lima. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senador José Agripino. (Pausa.)

Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Senador Cícero Lucena. (Pausa.)

Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Pausa.)

Senador Armando Monteiro. (Pausa.)

Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Senador Magno Malta. (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Rodrigues. (Pausa.)

Senadora Angela Portela. (Pausa.)

Senador Jorge Viana. (Pausa.)

Senador Acir Gurgacz. (Pausa.)

Senador Walter Pinheiro. (Pausa.)

Senador Rollemberg. (Pausa.)

Senador Humberto Costa. (Pausa.)

Senador Lindbergh Farias. (Pausa.)

Senador Wellington Dias. (Pausa.)

Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Senador Roberto Requião. (Pausa.)

Senador Ricardo Ferraço. (Pausa.)

Senador Clésio Andrade. (Pausa.)

Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Senador Benedito de Lira. (Pausa.)

Senador Waldemir Moka. (Pausa.)

Senadora Kátia Abreu. (Pausa.)

Senador Lobão Filho. (Pausa.)

Suplentes do Bloco PSDB/DEM.

Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Os Senadores Ataídes Oliveira e Cícero Lucena já votaram.

Senador Paulo Bauer. *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Suplentes do Bloco União e Força.

Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Peço à Secretaria que me informe quantos votos nós já computamos. *(Pausa.)*

Nós temos nove votos computados. *(Pausa.)*

Estamos em processo de votação.

Senador Anibal Diniz. *(Pausa.)*

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Presente.

O SR. RESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Valoroso Senador Anibal Diniz. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Muito obrigado, Senadores.

Estamos em processo de votação.

Esta Comissão já informou que o Plenário nº 6 está em processo de votação também. Estamos a um voto para concluir o quórum necessário a iniciar o processo de apuração. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares, seja bem-vindo ao Brasil. O senhor voltou de missão.

Está encerrado o processo de votação.

Peço ao Senador Antonio Carlos Valadares que proceda à apuração.

São 15 votantes.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Quinze votos SIM.

Por unanimidade, a escolha da Sr^a Ana Maria Duarte Amarante Brito foi aprovada nesta Comissão.

A matéria vai a Plenário, por solicitação do Líder do Bloco União e Força.

Está solicitado o regime de urgência.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o regime de urgência.

A matéria vai a Plenário.

Nada mais havendo a tratar, felicito a Desembarçadora Ana Maria Duarte Amarante Brito pela unanimidade desta Comissão.

Tenham todos um bom-dia e fiquem com Deus.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 48 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e três minutos, do dia dez de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Rodrigues, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Wellington Dias, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi e Vicentinho Alves, e das Senadoras Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Aécio Neves, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti e Magno Malta. Registra a presença o Senador Paulo Davim. A Presidência registra a presença dos Senhores Nino Oliveira Toldo, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE); Ivanir César Ireno Júnior, Vice-Presidente da 1ª Região da AJUFE; Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, Diretor de Assuntos Legislativos da ANAMATRA; Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; e das Senhoras Daniela de M. do Monte Varandas, Vice-Presidente da ANPT; e Norma Cavalcanti, Presidente em Exercício da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. A Presidência suspende a Reunião às nove horas e quarenta e oito minutos e reabre às dez horas e oito minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2013** – Complementar. Não Terminativo. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, e dá outras providências. **Autoria:** ATN Nº 2, de 2013 – CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF (CMESP).

Relatoria: Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com oito emendas que apresenta, favorável às Emendas nºs 1, 2 e 4, e contrário às Emendas nºs 3, 5, 6 a 16. Em 26/06/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador José Agripino, a Emenda nº 2, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, e as Emendas nº 3, 4 e 5, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 02/07/2013, foi recebido o relatório reformulado do Senador Romero Jucá. Em 03/07/2013, durante a discussão, o Senador Romero Jucá reformula o Relatório, para acolher a Emenda nº 2. Em 03/07/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. Em 09/07/2013, foram apresentadas as Emendas nº 6 a 15, de autoria da Senadora Ana Rita. Em 10/07/2013, foi apresentada a Emenda nº 16, de autoria do Senador Antônio Carlos Valares. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ a 11-CCJ. **ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, de 2011.** Não Terminativo. Acrescenta o inciso IV ao caput do art. 60 e o § 3º ao art. 61 da Constituição, e altera a redação do § 2º também do art. 61, para viabilizar a apresentação de propostas de emenda à Constituição de iniciativa popular e facilitar a apresentação e a apreciação de projetos de lei respectivos. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, de 2011.** Não Terminativo. Altera a redação do § 2º e acresce os §§ 3º a 7º ao art. 61 da Constituição Federal, para conferir nova disciplina à apresentação e à tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues e outros. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Favorável à PEC nº 3, de 2011, com sete emendas que apresenta, de modo a incorporar algumas das propostas trazidas pela Emenda nº 1 e pela PEC nº 45, de 2011. Em 03/07/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. Durante a discussão, o Senador Lindbergh Farias reformula seu relatório para acolher as sugestões dos Senadores Cássio Cunha Lima, Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à PEC nº 3, de 2011, com as Emendas nº 1-CCJ a 9-CCJ, de modo a incorporar as sugestões apresentadas durante a discussão, algumas das propostas trazidas pela Emenda nº 1 e pela PEC nº 45, de 2011. Vota com restrições o Senador Aloysio Nunes Ferreira. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2011.** Terminativo. Altera a Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir os portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador

Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Votação nominal. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2013.** Não Terminativo. Reduz a zero a alíquota da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP de que trata a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Em 03/07/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 10) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2006.** Não Terminativo. Dispõe sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção da prova, o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, nos termos do texto final encaminhado pela Câmara dos Deputados, com uma emenda de redação que apresenta. Em 03/07/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao SCD nº 150, de 2006, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. **EXTRAPAUTA: ITEM 11) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, de 2011.** Não Terminativo. Altera a redação do art. 93 da Constituição Federal para excluir a pena de aposentadoria do magistrado, por interesse público. **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. **Relatoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, restando rejeitada a Emenda nº 1. Em 10/07/2013, foram apresentadas as Emendas nº 2 a 6, de autoria do Senador Humberto Costa. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 12) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, de 2011.** Não Terminativo. Dá nova redação aos arts. 128, § 5º, I, a, e 130-A, § 2º, III, da Constituição Federal, para prever a possibilidade de aplicação, a membros do Ministério Público, das penas de demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade pelo

Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. **Relatoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatório:** Favorável à Proposta, na forma da emenda substitutiva que apresenta, restando rejeitada a Emenda nº 1. Em 10/07/2013, foram apresentadas as Emendas nº 2 a 6, de autoria do Senador Humberto Costa. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 13) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2011.** Não Terminativo. Altera a redação do inciso VIII do § 3º do art. 142, da Constituição Federal, para estender aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade de cumulação de cargo a que se refere art. 37, inciso XVI, alínea c. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella e outros. **Relatoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatório:** Favorável à Proposta, na forma da emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 32, de 2013.** Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, e o Ministro Cezar Peluso, para que compareçam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, a fim de discutir a PEC 15, de 2011, que visa transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias. **Autoria:** Senador Francisco Dornelles. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 33, de 2013** – Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS nº 224, de 2013. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 34, de 2013.** Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o SCD nº 150, de 2006. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 17) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, de 2011.** Não Terminativo. Dispõe sobre a criação da carreira de médico de Estado. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo e outros. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, de 2013.** Não Terminativo. Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Pre-

venção e Combate à Tortura; e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Nilmário Miranda. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria Ad Hoc:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quatorze horas e onze minutos do dia dez de julho de dois mil e treze, restando adidos os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2012; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2013; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2011; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, de 2011; ITEM 9) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, de 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.**

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunico aos membros da Comissão o recebimento do Ofício nº 7.634, de 2013, do Supremo Tribunal Federal, que comunica o provimento de embargos de declaração para assentar, assim, a extensão da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.724/79, matéria esta já tratada pelo Ofício “S” nº 11, de 2002, que culminou na Resolução do Senado Federal nº 71, de 2005.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 10.

Conforme vem ocorrendo, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o mês de junho, a qualidade e a quantidade de proposições legislativas incluídas na nossa pauta exigem de todos nós, membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, grandes esforços para sermos céleres e prudentes, ao mesmo tempo.

A nossa CCJ tem procurado atuar em consonância com o momento político brasileiro, examinando matérias de grande interesse e relevância social.

Hoje não será diferente!

De grande repercussão na sociedade brasileira, a CCJ e o Plenário da Casa aprovaram a PEC nº 66, de

2012, que altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. Essa matéria transformou-se na Emenda Constitucional nº 72, de 2013, e veio fazer justiça a um contingente de cerca de cinco milhões de brasileiros e brasileiras que até então não tinham seus direitos equiparados aos dos demais trabalhadores.

Sobre esse tema, hoje examinaremos o relatório, já proferido na última quarta-feira pelo Senador Romero Jucá, ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 224, de 2013 – Complementar, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e dá outras providências. A proposição visa a regulamentar os novos direitos dos empregados domésticos. Depois de instruída pela CCJ, a matéria seguirá para o Plenário do Senado Federal.

Também aprovamos a PEC nº 20, de 2013, do Senador Paulo Paim, que estabelece o voto aberto em todos os casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

A proposição corresponde a uma justa e antiga aspiração de transparência política nos atos parlamentares e coaduna-se integralmente com as reivindicações da sociedade externadas nas mais recentes mobilizações populares.

Para completar essa matéria, todavia, e considerando que as eleições internas ao Senado Federal não são de natureza constitucional, a Presidência determinou e solicitou ao Senador Sérgio Souza, Relator da mencionada PEC, que também apresentasse relatório, na reunião de hoje, sobre o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 8, de 2013, do Senador Pedro Taves, que altera o art. 291 do Regimento Interno do Senado para determinar que as votações secretas no Senado Federal só ocorrerão nos casos previstos na Constituição.

Aprovadas as duas proposições, tanto as deliberações legislativas quanto as eleições internas do Senado Federal serão abertas a fim de que os eleitores conheçam as posições de seus representantes, o que significará transparência total no Legislativo.

Ainda quanto à relação Parlamento-sociedade, devemos recordar a PEC nº 3, de 2011, do Senador Rollemberg, que acrescenta o inciso IV ao caput do art. 60 e o §3º, ao art. 61 da Constituição Federal, e altera a redação do §2º também do art. 61, para viabilizar a apresentação de propostas de emenda à Constituição de iniciativa popular e facilitar a apresentação e a apreciação de projetos de lei respectivos. Ela já teve seu relatório lido pelo Senador Lindbergh Farias, depois de pedido de vista coletivo. A PEC é outra importante matéria que retorna à pauta nesta reunião.

Atualmente, são muito difíceis as proposições populares por causa da quantidade de assinaturas exigidas. A referida PEC simplifica as regras e exigências, mas o maior avanço dessa PEC é prever que a sociedade possa também apresentar sugestões de modificação da Constituição Federal, centro do ordenamento jurídico.

Essas são algumas das matérias legislativas, entre outras, que gostaríamos de destacar.

O PLS 150, que dispõe sobre organizações criminosas, haveremos de pautar hoje nesta reunião.

Acuso o recebimento do requerimento do Senador Francisco Dornelles, que requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, para que compareça à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a fim de discutir a PEC 15, de 2011, que visa a transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.

Com a palavra, o Senador Dornelles para justificar o seu requerimento.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu reitero a V. Ex^a o meu respeito e a minha maior admiração pelo trabalho que vem desenvolvendo no Senado.

Eu acho que o exame de uma PEC dessa importância não pode ser feito aqui nesta Comissão sem que seja ouvida a Ordem dos Advogados do Brasil. Por esse motivo, eu apresentei a V. Ex^a esse requerimento e pediria a sua consideração.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a já conta com o apoio das Lideranças.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº32, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, e o Ministro Cezar Peluso, para que compareçam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, a fim de discutir a PEC 15, de 2011, que visa transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.

Autoria: Senador Francisco Dornelles

Em discussão. (Pausa.)

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Dornelles.

Eu gostaria de cumprimentar, neste momento, as associações que representam o Poder Judiciário brasileiro; os senhores desembargadores, que representam os Tribunais de Justiça dos seus respectivos Estados e que eu já tive a honra de cumprimentar e de receber em nosso gabinete.

Peço à Secretaria para anotar os nomes das respectivas autoridades para eu ter o prazer de mencioná-los à mesa.

Gostaria de registrar a presença do Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, o Sr. Dr. Nino Oliveira Toldo; do Vice-Presidente da 1ª Região da Ajufe, o Dr. Ivanir César Júnior; do Dr. Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; do Dr. Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra; do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima; da Drª Daniela do Monte Varandas, Vice-Presidente da ANPT; da Drª Norma Cavalcanti, Presidente em exercício da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp); além do nosso querido e ilustre convidado, Presidente Nelson Calandra, da Associação dos Magistrados do Brasil.

Eu suspendo a reunião até a presença dos relatores das matérias que constam da nossa pauta.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, suspensa às 9 horas e 48 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 08 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sr^{as} e Srs. Senadores, eu peço que tomem os seus lugares.

Estão reabertos os nossos trabalhos.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2013

Complementar

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, e dá outras providências.

Autoria: ATN Nº 2, de 2013 – CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF. (CMESP)

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável ao Projeto, com oito emendas que apresenta, favorável às Emendas nºs 1, 2 e 4, e contrário às Emendas nºs 3 e 5.

Observações:

– Em 26/06/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador José Agripino;

– Em 26/06/2013, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria da Senadora Lúcia Vânia;

– Em 26/06/2013, foram apresentadas as Emendas nº 3, 4 e 5 de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– Em 03/07/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Em 08/07/2013, foram recebidas as Emendas de nºs 6 a 15, de autoria da Senadora Ana Rita.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu estou com a palavra e espero que a assembleia me mantenha a palavra.

Agradeço.

Em 09/07/2013, foi recebido o relatório reformulado pelo Senador Romero Jucá.

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista. *(Pausa.)*

Consulto os Senadores que pediram vista a essa matéria se desejam se manifestar. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para proferir o seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, o relatório está entregue. Já foi bastante discutido, inclusive pela imprensa, e V. Ex^a falou de todas as emendas aprovadas ou não.

Portanto, eu peço a aprovação da forma como consta o relatório.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, há um requerimento sobre a mesa para incluir, como extrapauta, a discussão da PEC 53 e da 75.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Após esse item, eu vou discutir o requerimento de V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão o relatório do Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Chegou uma emenda do Senador Valadares, que passo à mão de S. Ex^a para apreciação. Por favor, Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, o parecer é contrário, tendo em vista que o Senador Valadares coloca 1% a mais para a cobrança de pagamento dos titulares, dos contratadores. Portanto, gera uma despesa de PIS/Pasep, o que, em tese, oneraria ainda mais tanto os empregadores quanto os cofres do Governo.

O parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, uma palavra só...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – ... de elogio ao relatório do Senador Romero Jucá, que passou mais de um mês ouvindo, recolhendo argumentos, estabelecendo ponderações e produzindo um relatório equilibrado. Para o momento, é o que é possível fazer e é o que é justo fazer.

Quero dar esta opinião, que é pessoal, com a manifestação de que vou votar a favor do relatório do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Continua em discussão o relatório do Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu estava na Comissão de Assuntos Sociais. Portanto, não participei do início da discussão aqui, mas quero aqui fazer um apelo para esta Comissão e, de modo particular, para o Relator da CEC das Domésticas. Eu gostaria de saber a opinião dele a respeito das emendas que nós apresentamos. Eu só queria explicar um pouquinho, Senador: essas emendas eu fiz a partir de uma reunião que foi solicitada pela presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, a Creuza. Ela me disse que tinha vários pontos da regulamentação sobre os quais não há acordo com a Federação, e ela me pediu que fizesse algumas emendas. Juntamente com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, eu recebi também um documento da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (Contracs) e também da Central Única dos Trabalhadores. Um documento que faz uma série de observações com relação ao banco de horas, com relação ao trabalho em tempo parcial, trabalho por prazo determinado; também sobre a necessidade da de alteração no *caput* do art. 1º, “Da Jornada de Tra-

balho”; também com relação aos intervalos do trabalho realizado pelas domésticas, com relação ao descanso semanal e uma série de outras questões.

Então, as emendas que nós apresentamos contemplam essas preocupações. São emendas apresentadas por essas entidades, que acolhi perfeitamente, coloquei-me inteiramente à disposição de ser signatária dessas emendas, e eu acho que seria muito bom se nós pudéssemos aqui aprovar o relatório, contemplando essas emendas, porque uma reflexão que devemos fazer, que acho esta Casa deve fazer, é que nós tivemos a oportunidade de oferecer aos trabalhadores e às trabalhadoras domésticas um grande avanço com a aprovação da PEC. Mas nós não podemos ter retrocessos na regulamentação. E, diante das informações, das reflexões e das observações trazidas por essas entidades, que representam as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos, nós teremos retrocesso.

Assim, eu acho que esta Casa deve assegurar que nós tenhamos ganhos e tenhamos avanços, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, faço aqui este apelo em nome dos trabalhadores e das trabalhadoras, pois me coloquei à disposição para ser esta pessoa que faz esta interlocução, até pela oportunidade que tive de ser procurada por eles e de receber as emendas.

Então, faço aqui este apelo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao Relator, eu vou ouvir o Senador Ricardo Ferraço, porque concluo a discussão e passo a palavra ao Relator, para iniciar a votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu queria apenas um esclarecimento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Consta da pauta desta reunião o projeto de autoria do Senador Romero Jucá, uma proposta de emenda à Constituição, que põe fim ao instituto da reeleição?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não, não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ah, não vai constar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não, não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Só na próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB –

ES) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Na próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Na próxima reunião. Neste semestre ainda?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Não, no próximo semestre. A primeira reunião...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– E a PEC 15, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Também... Já foi aprovado um requerimento, teremos uma audiência pública, conforme entendimento com o Senador Aloysio Nunes Ferreira e, parece-me, com V. Ex^a, por intermédio do Senador Dornelles. Faremos uma audiência pública sobre a PEC 15 e, imediatamente, colocaremos em votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria dar uma palavra sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Requerimento do Senador Francisco Dornelles.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Pois não.

Deixe-me só concluir este processo de votação?

(Pausa.)

Senador Romero Jucá.

Não vou me esquecer, Aloysio.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) –

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, primeiro, eu quero registrar que nós fizemos um trabalho minucioso, conversando com centrais sindicais – eu me reuni com as cinco centrais sindicais e fechamos um texto. Igualmente me reuni com o Tribunal Superior do Trabalho, juízes do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, sindicatos, organizações, e o texto é fruto desse trabalho.

Eu dei parecer contrário às emendas da Senadora Ana Rita e vou aqui falar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Eu peço ao Senador Jucá um minuto, por favor.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) –

Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Eu vou pedir à Assessoria para disciplinar as nossas laterais. Estamos com dificuldade... Hoje, mais uma vez, a reunião está superlotada. Na semana passada, tivemos artistas aqui. Hoje, temos outro quórum,

também muito qualificado, e espero a atenção dos senhores, a compreensão da importância desta reunião. (Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Voltando ao comentário.

A emenda substitutiva da Senadora Ana Rita, no art. 1º, tira a caracterização do prazo do trabalho da diarista, o que geraria um confronto e uma disputa exatamente na Justiça do Trabalho.

No meu projeto, defino que, em até dois dias por semana de diarista, é possível ter a diarista. Essa é a jurisprudência do TST. Portanto, estou mantendo a jurisprudência do TST exatamente para não gerar demandas judiciais e deixar clara essa questão da diarista.

Outro ponto que a Senadora Ana Rita levanta e que oneraria muito a classe dos empregadores é dizer que quem mora no emprego ou quem dorme no emprego contaria como se fosse sobreaviso dormir no emprego. Isso representaria o pagamento de um terço de hora para quem dormisse, para quem passasse o sábado, para quem passasse o domingo, mesmo estando de recesso, mesmo estando no período de descanso. Então, isso seria uma despesa que oneraria demais os empregadores e quebraria de certa forma o equilíbrio econômico dessa relação de trabalho, o que geraria também demissão dos empregados. E não é isso que queremos.

Outro ponto que a Senadora Ana Rita levanta é a divisão das férias em três períodos. Eu tinha colocado isso em três períodos, mas, em contato com as centrais sindicais e com o próprio Tribunal Superior do Trabalho, a CLT define a divisão das férias em dois períodos. Então, mantive os dois períodos de todo trabalhador regido pela CLT.

A Senadora Ana Rita amplia também a cobrança para 1% a mais para os empregadores pagarem de contribuição e 1% a mais de FAT. Eu retirei isso porque é acréscimo a mais para despesas dos empregadores.

E também, no substitutivo, ela não prevê o Reduc, é um parcelamento para que os empregadores possam colocar em dia, através de um parcelamento com a Receita Federal, as dívidas dos seus trabalhadores. Esse é um ponto.

Outro ponto: a Senadora Ana Rita reduz o tempo de jornada de trabalho para apenas mais duas horas por dia, o que geraria, de certa forma, a impossibilidade de, numa emergência, para cuidar de uma criança ou de um idoso, o empregado doméstico trabalhar. Nós estamos mantendo 44 horas, mantendo as duas horas que devem ser pagas, mas estamos criando o banco de horas exatamente para, em casos excepcionais, que excedam essas duas horas, elas possam ser

computadas e efetivamente ser pagas ao trabalhador. Então, o parecer também é contrário.

A Senadora Ana Rita pede também para suprimir o art. 11, que é o artigo em que levanto a possibilidade de a empregada doméstica, de o empregado, de o motorista acompanhar a família nas viagens, para que possam efetivamente viajar e cobrar e pagar hora extra. Ela aqui retira essa possibilidade e, portanto, isso cria uma dificuldade de equilíbrio e de possibilidade da prestação do serviço doméstico.

Na outra emenda, ela define a questão do descanso semanal, que eu defino também, mas, no parágrafo único – não entendi –, diz que, na hipótese de dispensa por justa causa, a pedido do término do contrato por prazo determinado, os valores previstos serão destinados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. Ora, não é isso, é destinado a empregado doméstico que presta o serviço. Então, demos também parecer contrário.

Na outra emenda, no artigo se diz que poderá ser dispensado o acréscimo de salário e instituído o regime de compensação mensal para acordo coletivo ou inexistência do sindicato de representante do empregado, mediante acordo escrito entre empregado, devendo a compensação de um mês ocorrer no mês seguinte.

Eu estou fazendo o pagamento de até 40 horas no mês; para o restante, nós estamos dando um banco de horas com um ano para pagar ou compensar. Por que estou dando um banco de horas com um ano para compensar? Porque isso pode ser compensado ampliando o limite de férias. Então, essa é uma hora em que pode haver esse acordo entre empregado e empregador.

Portanto, nós também estamos dando parecer contrário.

Ela pede para suprimir também o §3º do art. 3º, dizendo que o direito às férias é proporcional à jornada de trabalho. Isso está na CLT. Então, eu estou mantendo a proporcionalidade do período de férias ao período de jornada de trabalho.

Ela está também suprimindo os §§ 1º e 2º do art. 13, que cria a condição de que quem resida no emprego possa ter parcelado o seu intervalo de trabalho. Isso foi negociado com as centrais sindicais, e nós temos aqui as condições de, efetivamente, dar a comodidade da prestação do serviço em horários alternados para quem reside no local de trabalho, na residência.

Portanto, estamos mantendo essa condição que fará parte do contrato de trabalho.

Na outra emenda, altera a redação do art. 45, aplicando ao trabalhador doméstico a contribuição prevista no Capítulo XV. Então, ela aumenta a contribuição e manda ser obrigatório o pagamento do imposto sindical, o que nós estamos tirando por duas razões:

primeiro, o empregador doméstico não é categoria econômica; então, não tem como você cobrar um dia de serviço do empregador. Cobrar-se-ia baseado em quê? Então, nós não vamos cobrar o imposto sindical para o empregador e não vamos cobrar o imposto sindical para o empregado. A contribuição será optativa. Assim, a empregada ou empregado doméstico que quiserem pagar poderão fazê-lo, mas nós não estamos impondo isso, até porque não haveria condição. Não há sindicatos de empregados domésticos em todas as cidades do Brasil, o que geraria uma burocracia e uma situação impossível.

Então, nós estamos dando parecer contrário no particular.

E, por último, estamos dando também parecer contrário à emenda que visa suprimir a palavra “contínua” no art. 1º do projeto de lei, que é, exatamente, o registro do que caracteriza o trabalho doméstico como sendo uma atividade contínua na residência, que não tenha dois dias por semana de diarista. Então, é uma definição discutida e acertada com as centrais sindicais e com o Tribunal Superior do Trabalho.

Esse é o parecer sobre as emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Há um requerimento de destaque de autoria do Senador Valadares: “Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 16 ao PLS nº 224, de 2013.”

Há, pois, um requerimento de destaque.

Assim, antes de votarmos o relatório do Senador Romero Jucá, eu devo votar esse requerimento de destaque do Senador Antonio Carlos Valadares.

Em votação...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Posso explicar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Encaminhar; só encaminhar.

Em votação. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de destaque.

Em votação...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de discutir as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não pode mais, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A senhora já apresentou as emendas...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não; eu estou com alguns requerimentos aqui que vou entregar a V. Exª agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Requerimentos?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Requerimentos de destaque.

Eu quero discutir cada emenda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Então, entregue à Mesa os requerimentos de destaque.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Vou entregá-los a V. Exª agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O art. 310, parágrafo único, do Regimento Interno prevê que “o encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido”.

Encaminhamento na hora da votação. No caso, à autora, Senadora Ana Rita, e ao Relator, Senador Romero Jucá. É encaminhamento, não discussão.

Requerimento da Senadora Ana Rita: “Requeiro, nos termos do art. 312, destaque para votação em separado da Emenda nº 11.”

Em votação. *(Pausa.)*

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aqueles que divergirem levantem-se. *(Pausa.)*

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Contrário.

Rejeitado o requerimento.

Requerimento da Senadora Ana Rita: “Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, destaque para votação em separado da Emenda 12.”

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Quem divergir levante. *(Pausa.)*

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Rejeitado.

Requerimento...

Podemos votar em bloco?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria que houvesse votação nominal. Acho que é importante votação nominal.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, podemos votar em bloco. O parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos votar em bloco, com votação nominal.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com votação nominal, vamos votar em bloco.

Vou ler todos os requerimentos da Senadora Ana Rita e faremos a votação nominal: “Requeiro, nos ter-

mos do art. 312, votação em separado das Emendas 14, 13, 10, 5, 6, 7, 8 e 9.”

Vamos chamar os votos.

Senador José Pimentel, como vota V. Exª? *(Pausa.)*

Senadora Ana Rita, voto conhecido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, o encaminhamento é contrário ao requerimento.

Senadora Ana Rita, “sim”, a favor.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Anibal Diniz. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Randolfe Rodrigues.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Contrário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Contrário.

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Contrário.

Senador Petecão. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá, voto conhecido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Com o Relator.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.
Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*)
Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)
Senador Magno Malta. (*Pausa.*)
Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Angela Portela. (*Pausa.*)
Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)
Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)
Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)
Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)
Senador Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)
Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – “Sim”.

Senador Wellington Dias. (*Pausa.*)
Senador Roberto Requião. (*Pausa.*)
Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Clésio Andrade. (*Pausa.*)
Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)
Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Waldemir Moka. (*Pausa.*)
Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)
Senador Lobão Filho. (*Pausa.*)
Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)
Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Cícero Lucena. (*Pausa.*)
Senador Paulo Bauer. (*Pausa.*)
Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)
Senador Gim Argello. (*Pausa.*)
Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)
Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Vicentinho Alves. (*Pausa.*)
Senador Wellington Dias, como vota V. Ex^a?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – “Sim”.

Rejeitados os requerimentos da Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu quero fazer um registro aqui. Na verdade, eu quero registrar a minha preocupação, insatisfação, por esta Comissão de Constituição e Justiça, que rejeita requerimentos sem conhecer-lhes o conteúdo. Aprovou requerimento do Senador Valadares e rejeitou todos os meus requerimentos, sem analisar nenhum requerimento.

Esta Comissão será responsabilizada pelo retrocesso – quero deixar isso bem claro – que teremos na PEC das Domésticas, com todo respeito ao relatório do Senador Romero Jucá. Mas acho que caberia a esta Comissão pelo menos conhecer quais são as emendas que eu estou apresentando.

E, mais do que isso, Senador, a Central Única dos Trabalhadores, com certeza, não opinou favoravelmente ao relatório do jeito que está sendo apresentado, porque tenho aqui um documento assinado pela Central Única dos Trabalhadores que também se manifesta contrária ao relatório apresentado pelo Senador Romero Jucá. É um documento assinado em conjunto: Central Única dos Trabalhadores, a Contracs e a Fenatrad. São três grandes instituições representativas de trabalhadores e trabalhadoras que se manifestam contrariamente.

Quero aqui fazer esse registro, porque saio desta reunião completamente insatisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k..Obrigado. Feito o registro de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não, V. Ex^a não foi citado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Citado possivelmente.

Apenas, para restabelecer a verdade. Não quero polemizar com a Senadora Ana Rita, mas estive na minha sala o Vagner, Presidente da CUT, e as cinco centrais sindicais. Fechamos um texto. O texto é um avanço. Não há nenhum retrocesso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Jucá, precisamos avançar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pelo contrário, retrocesso seria aprovar as emendas que comentei aqui, que gerariam desequilíbrio para os empregadores e, portanto, gerariam desemprego para os empregados domésticos.

É isso que nós queremos manter, o equilíbrio e a estabilidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, por favor, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos votar o requerimento de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na verdade, é o seguinte, Sr. Presidente. Acho que a Senadora Ana Rita tem toda razão, uma vez que o meu requerimento não é mais importante do que os que ela apresentou. Sou Senador igual a ela, e ela é uma Senadora igual a mim. Então parece, à primeira vista, que houve um acordo entre o Senador Antonio Carlos Valadares e o Relator, e não houve.

O meu requerimento foi atendido, e eu gostei. Mas, infelizmente, não aconteceu o mesmo com a nobre Colega.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A orientação do Plenário deve ser respeitada, Senador Valadares.

Com a palavra o Senador Romero Jucá, que analisou todas ...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – As emendas da Senadora Ana Rita foram entregues antes e fazem parte do meu relatório. A do Senador Valadares chegou agora. Como chegou agora e foi distribuído, não fazia parte do relatório, eu acedi para que pudesse ser, com a elegância de V. Ex^a, exatamente pudesse ser ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em votação o relatório do Senador Romero Jucá, ressalvado o destaque do Senador Antonio Carlos Valadares.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam com o relatório do Senador Romero Jucá permaneçam como se encontram, os que divergirem levantem. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, contra os voto da Senadora Ana Rita, nominalmente: Senador Lingbergh Farias, Senador Humberto Costa, Senador Wellington Dias.

Em votação a Emenda nº 16, com o parecer contrário do Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Para encaminhamento, Senador Valadares.

Peço à assistência para não se manifestar, enquanto ...

Senador Valadares, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, a Emenda nº 16, fruto deste requerimento, tem o objetivo de assegurar o pagamento do abono salarial no valor de um salário mínimo anual aos trabalhadores domésticos que se inscreverem – naturalmente, os pagadores dos seus salários – também no PIS/Pasep. No mês em que receber o benefício, o impacto na renda pode alcançar aproximadamente 70%. Ou seja, o benefício do abono salarial acaba servindo como uma espécie de 14º salário.

Infelizmente, Sr. Presidente, por falta de regulamentação legal, os trabalhadores domésticos não terão essa possibilidade, caso essa emenda seja rejeitada. A nossa emenda institui a competente fonte de custeio a que se refere o art. 195, § 5º da Constituição Federal, para financiamento do benefício.

Então, Sr. Presidente, o trabalhador doméstico que se inscrever no PIS/Pasep terá direito, se o empregador, descontando 1% daquilo que ele paga ao doméstico, colocar no fundo, a receber somente depois de cinco anos, não será de imediato.

O fundo vai economizar dinheiro decorrente desse desconto de 1%, e somente após cinco anos, conforme já diz uma lei em vigor, a Lei do PIS/Pasep, só depois de cinco anos é que o empregado doméstico terá direito a receber esse benefício, que é chamado abono salarial.

Hoje só os trabalhadores ou empregados de empresas é que recebem o abono salarial. O que estou propondo é que os empregados domésticos tenham esse direito, porque há uma discriminação. Se o trabalhador doméstico permanece o ano inteiro exercendo a sua atividade, por que não tem direito ao abono salarial a que tem direito o trabalhador qualquer que trabalha em uma empresa?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Feito o esclarecimento de V. Ex^a e o encaminhamento.

Com a palavra o Senador Jucá, para votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apesar de entender o espírito do Senador Valadares, eu dou o parecer contrário por dois motivos. Primeiro, estaremos ampliando o custo do empregador doméstico em mais 1%. Depois, estaremos criando uma obrigação para o Governo, que não terá condição de pagar porque o empregador vai recolher 1%, que corresponde a 12% ao ano, e o Governo vai ter pagar 100% referente a um salário mínimo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas são cinco anos, cinco anos, nós temos que ter...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, tudo bem, Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vamos ter uma arrecadação. São cinco anos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador, cinco anos. Deixe-me explicar a conta, deixe-me fazer a conta. Cinco anos, a 12% ao ano, recolhido, representa 60%. Então vai ter pago 60% com cinco anos, mas vai receber 100%. Depois, todo ano vai pagar 12%, e o Governo vai pagar 100% isso cria um buraco nas contas públicas com que o Governo não tem condições de arcar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas os depósitos vão render,

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, mas não porque é 1%.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a está fazendo uma conta de chegar. Desculpe.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, não estou fazendo uma conta de chegar, estou fazendo uma conta que é factível. Nós já reduzimos de 12% para 8% a contribuição do empregador ao INSS, exatamente algo que considero que é suportável pelo Governo, já é um esforço. Então, criar outra despesa para o Governo, que o Governo não poder cumprir, sem dúvida nenhuma, não há condição de equilibrar as contas da Previdência nessa questão.

O parecer é contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em votação a Emenda do Senador Valadares, a Emenda nº 16, com parecer contrário do Relator.

Aqueles que concordam com o Relator permaneçam como se encontram, quem divergir, levante-se. (Pausa.)

Quem é favor fique como está, quem divergir levante-se. (Pausa.)

Contrário à Emenda, foi rejeitada, contrários os votos dos Senadores que já nomeiei.

Item seguinte. Item 10 da pauta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero pedir urgência para a Comissão, tendo em vista a urgência dessa matéria para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) –

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 33, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS nº 224, de 2013

Autoria: Senador Romero Jucá

Em votação a urgência. (Pausa.)

Aprovada a urgência, contra o voto da Senadora Ana Rita.

O item 2 da pauta é o Item 10, está na página 213.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas a retomar aquele ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou retomar, Senador Aloysio, muito bem lembrado por V. Ex^a.

Senador Ricardo Ferraço, e aí eu faço uma breve pausa..

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, permita-me abordar dois assuntos brevemente.

Primeiro, o Senador Dornelles me perguntou, a mim, que sou o relator da matéria, se eu concordaria com a audiência do Presidente da OAB para instrução da PEC nº15, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, Não obstante, a OAB já tenha sido ouvida aqui nesta Comissão, mas o Senador argumenta que o atual Presidente não o foi.

Então, concordo, não tenho nenhuma objeção, mas eu gostaria de propor – peço também a aquiescência do Senador que apresenta o requerimento – que aproveitássemos essa audiência para fazer um debate entre o Presidente da OAB e o ex-ministro do Supremo

Tribunal Federal que foi o inspirador dessa PEC, que é o ex-Ministro Peluso. Teríamos então uma audiência com os dois e poderíamos passar para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O requerimento do Senador Dornelles já foi aprovado e seria um adendo ao requerimento de V. Ex^a, muito justo.

Vou ouvir o Senador Dornelles, Senador Taques. Vamos resolver esse assunto rapidamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu acho, Presidente, que precisamos resolver isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos resolver rapidamente tanto o assunto em tela, quanto esse assunto.

Senador Dornelles, o senhor concorda com o Senador Aloysio?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu perguntaria ao Senador Aloysio e ao Senador Ferraço uma questão de simplesmente apresentação, que fizéssemos as audiências de forma separada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu acho que seria de todo conveniente, se o Senador Dornelles me permite, termos uma confrontação de pontos de vista para que...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Nós podíamos ter uma confrontação com o outro Ministro do Supremo Tribunal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Veja, eu acho que fazemos mais uma audiência...

Já fizemos duas, seriam mais duas audiências...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Já está aprovada mais uma. Os senhores vão fazer a modelagem, por favor.

Proponha, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, como não estamos conseguindo o acordo, o que eu considero absolutamente natural, o ideal era que nós pudéssemos – aliás, era não; é – explorar o contraditório até porque, Sr. Presidente, a OAB já foi ouvida em processo de audiência pública.

V. Ex^a está sendo generoso ao extremo ao considerar outra audiência pública, mas, se não for possível o Ministro recomendado pelo Senador Dornelles, quero recomendar um nome que me parece ser do conhecimento do querido e estimado Senador Dornelles, que é o Dr. Joaquim Falcão, Presidente da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, porque se faz necessário o enfrentamento da contradição.

Peço vênha ao Senador Dornelles para que posamos ter aqui, pelo menos...

(Soa a campanha.)

Sr. Presidente, assim não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Se eu não conseguir silêncio da plateia, vou parar a reunião até ter tranquilidade para conduzi-la, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, peço vênha ao Senador Dornelles e peço-lhe apoio, porque conhece a Fundação Getúlio Vargas, ele conhece o Professor Joaquim Falcão, e o enfrentamento desse contraditório é absolutamente necessário. É o encaminhamento que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Dornelles, vamos concluir nossa egressão rápida.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu não posso negar nada a V. Ex^a.

Vamos fazer a urgência entre o Ministro Peluso, de um lado, e o Presidente da OAB, de outro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Resolvida a questão, o Ministro Peluso e o Presidente da OAB, com audiência marcada para a primeira semana após o recesso parlamentar. Definido o problema.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos às questões elencadas e levantadas, primeiramente, pelo Senador Blairo Maggi, que é um requerimento extrapauta e, depois, pelo Senador Eduardo Lopes, que um outro requerimento extrapauta.

Vou votar esses dois requerimentos extrapauta para continuarmos com o item 2 da pauta.

Senador Blairo Maggi, para justificar o requerimento extrapauta de S. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, eu sou o Relator de duas PECs, a 53 e a 75, que tratam da questão da Magistratura e também dos Ministérios Públicos. Depois de um exaustivo trabalho junto às associações, chegamos a um texto que eu gostaria de apresentar hoje à Comissão e votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão o requerimento do Senador Blairo Maggi.

Em votação. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Eduardo Lopes.

Com a palavra.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de apresentar o requerimento extrapauta para a PEC nº 122, que altera a redação do inciso VIII, do § 3º, do art. 142 que estende aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade

de cumulação de cargo a que se refere o art. 37, a conhecida PEC dos médicos, a PEC 122.

Pediria a inclusão extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão o requerimento do Senador Eduardo Lopes.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

As matérias já estão inclusas na pauta.

Item 2 da pauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem o Senador Alvaro Dias. Depois, Senador José Agripino, para que possamos iniciar o item 2.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, apenas para solicitar a V. Ex^a a designação de Relator para a PEC nº 14, de 2003, trata de reforma política, diz respeito a voto facultativo, permite que a lei disponha sobre a adoção do voto facultativo. Essa Proposta de Emenda à Constituição foi relatada, favoravelmente, pelo Senador Demóstenes Torres e, por motivos óbvios, está aguardando a designação de novo Relator.

Peço a V. Ex^a que priorize.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Faço a designação imediata. O pedido de V. Ex^a atendo de pronto.

Senador Francisco Dornelles é o Relator da matéria. Ninguém melhor que S. Ex^a.

Senador José Agripino, com a palavra, pela ordem, para iniciarmos a votação do item 2.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Apresentei a esta Comissão, ao Senado, o PRS que estabelece a convocação do Presidente do BNDES para comparecer no Senado, na CAE, de três em três meses.

As notícias que os órgãos de imprensa vêm apresentando com grande destaque, ultimamente, é uma lamentável perda de 38% do patrimônio do BNDES e a perda, em valor absoluto, de R\$28 bilhões, em aplicações no mínimo discutíveis, aplicações com o Sr. Eike Batista, com ações da Petrobras, da Eletrobrás, da Vale do Rio Doce, aplicações que merecem explica-

ção permanente por parte do BNDES. Acho que esse assunto se impõe.

O Relator designado por V. Ex^a ao PRS que apresentei é o Senador Aloysio Nunes, que já encaminhou o parecer para apreciação.

Gostaria de pedir a V. Ex^a – submeto a V. Ex^a o requerimento – para que essa matéria entre na Ordem do Dia, para que possa, em função da prioridade evidente que os fatos demonstram, ser apreciada e votada “sim” ou “não”, com maior brevidade possível. É o requerimento e apelo que faço a V. Ex^a e aos membros desta Comissão, tendo em vista que o relatório já está apresentando à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão, o requerimento do Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador José Agripino para inserção, também, extrapauta, de matéria importante.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex^a está anunciando que vamos apreciar agora o item 2. O item 2 da pauta distribuída é o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não é da pauta distribuída, é da pauta acertada com essa Presidência e V. Ex^a.

É o item 10, Sr. Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Portanto, em seguida, será o item 2 da pauta distribuída. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Item 10.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Gostaria que fosse incluído também, como extrapauta, o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2013, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão, o requerimento da Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a torna-se a Relatora desse Projeto.

Item 10 da pauta passa a ser o item 2, a página é 203:

ITEM 10
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2006
– Não Terminativo –

Dispõe sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção da prova, o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, nos termos do texto final encaminhado pela Câmara dos Deputados, com uma emenda de redação que apresenta.

Observações: *Em 3/7/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, conforme entendimento realizado no final da reunião passada, já que estávamos por volta das 14h30, aqui no plenário, deixaríamos para ler o resumo do relatório na reunião de hoje para que pudessemos dar oportunidade para o debate.

Então, indago a V. Ex^a se posso ler o resumo do relatório, de acordo com entendimento feito naquela ocasião, para que, em seguida, possamos fazer o debate sobre esse importante tema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a, na forma do entendimento acertado, tem a palavra para proferir o resumo, a síntese do relatório, que foi dado como lido na reunião passada desta Comissão, para que assim possamos abrir o processo de discussão.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Um esclarecimento: nós temos aqui as PECs nºs 3 e 45, que tratam da questão da participação popular. E eu tenho um requerimento que foi apresentado à Mesa, no plenário, para o apensamento da Emenda nº 30, de 2009, do Senador Marcelo Crivella.

Então, a minha dúvida é a seguinte: não deveriam voltar as PECs para serem apensadas? Porque, se votarmos aqui, vai para lá e vai voltar para cá de novo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A Secretaria vai esclarecer V. Ex^a.

Devolvo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu gostaria de fazer uma contribuição à Presidência. Obviamente que é de interesse de várias categorias aqui presentes a pauta de hoje da CCJ, mas, para que possamos chegar ao item de cujo debate elas querem participar, é preciso que avancemos. Se elas contribuírem fazendo um pouco de silêncio, estariam nos ajudando a discutir matérias importantes da nossa pauta e chegar ao item da pauta que lhes interessa.

Gostaria, Sr. Presidente, de pedir a anuência de V. Ex^a, para que eu faça a leitura abreviada do relatório apresentado, que está disponível a todos os senhores já há algumas semanas na pauta.

Em março de 2007, esta Comissão aprovou – veja, Sr. Presidente, em março de 2007 – Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, de autoria da então Senadora Serys Slhessarenko, e na oportunidade relatado pelo então Senador Aloízio Mercadante. Foram apresentados recursos para o PLS ir à votação em Plenário, onde recebeu emendas. Novo relatório foi aprovado por esta Comissão em novembro de 2007, com a aprovação de algumas dessas emendas de Plenário. A matéria foi novamente apreciada por esta Comissão em 2009, em razão de requerimento para o seu reexame de autoria do Senador Romeu Tuma.

Várias autoridades e especialistas no tema foram ouvidas em audiências públicas, e esta Comissão aprovou o novo relatório do Senador Mercadante em novembro de 2009, com substitutivo. O substitutivo foi finalmente aprovado em Plenário em dezembro de 2009 e encaminhado à Câmara para revisão.

Isso é apenas para mostrar há quanto tempo esta matéria, Sr. Presidente, está no Congresso Nacional e no Senado da República, recebendo contribuições e emendas para o melhoramento.

É oportuno citar que a matéria ganhou o apoio da Enccla – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro –, fórum que reúne os órgãos mais importantes incumbidos da persecução penal e que anualmente traça metas conjuntas para o combate à criminalidade organizada.

Em dezembro de 2012, a matéria retornou a esta Casa, na forma de Substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados – SCD.

O SCD ora sob exame define organizações criminosas que se caracterizam pela associação de quatro

ou mais pessoas para a prática de infrações penais, cuja pena máxima seja superior a quatro anos, estabelecendo para participação, promoção ou financiamento da organização pena de reclusão de três a oito anos e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

Ainda o Substitutivo estabelece, como meios de obtenção de prova na investigação desse crime, a colaboração premiada, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, a ação controlada, o acesso a dados cadastrais, a interceptação telefônica, a quebra dos sigilos bancários e fiscais, a infiltração de policial e a cooperação entre os órgãos de investigação federais, estaduais, municipais e distritais.

O SCD altera, por fim, o Código Penal, para: (a) renomear o crime de quadrilha ou bando, que passa a se chamar associação criminosa, acrescentando como causas do aumento de pena o uso de armas e a participação de criança ou adolescente (art. 288); e (b) agravar a pena do crime de falso testemunho (art. 342).

Passo agora à análise dos aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e ao mérito da proposta em respeito à competência desta Comissão.

Sob o aspecto da constitucionalidade formal, a proposta está de acordo com a Constituição Federal, que atribui à União, em seu art. 22, inciso I, a competência privativa para legislar sobre Direito Processual e Penal; e o art. 48, *caput*, que atribui ao Congresso Nacional a competência para dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Também é observada a legitimidade de iniciativa atribuída a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, nos termos do art. 61, *caput*, da Constituição Federal, para deflagração do processo legislativo.

Quanto à constitucionalidade material, o projeto de lei em análise respeita os princípios do devido processo legal da não culpabilidade previstos no art. 5º, incisos LIV e LVII da Constituição Federal. Ademais, assegura a observância do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, que garante aos acusados, em geral, o exercício do contraditório e a ampla defesa.

Não há no Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 150, de 2006, que dispõe sobre o crime organizado, quaisquer vícios de natureza constitucional, legal ou regimental.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil precisa urgentemente que este projeto se torne lei.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

Nobre Relator, por favor, está-se tornando impossível se trabalhar neste ambiente. Impossível!

Eu vou me recordar de uma experiência vivida na Assembleia Nacional Constituinte, quando, em situações semelhantes, tivemos que reunir a comissão temática no plenário. Talvez seja a hipótese de esta CCJ passar a se reunir no plenário da Casa, porque não é possível, todos os dias, todas as reuniões, é este ambiente, onde não se escuta nada, onde não se observa nada, e estamos aqui decidindo sempre temas importantes, sem falar na descortesia vexatória com os sabatinados que passam por esta Comissão. Os relatores...

Portanto, fica aqui talvez de forma exagerada, a minha sugestão para que façamos essas reuniões no Plenário Petrônio Portella, mas aqui está constatado, de forma reiterada, que é impossível se trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima, V. Ex^a exprime com absoluta fidedignidade o pensamento desta Presidência. Talvez esteja sob os meus ombros a tarefa mais difícil, de levar, durante esses meses todos, essas reuniões com uma pauta profundamente importante porque afeta interesses de corporações e traz para cá, para a nossa honra e para a nossa alegria, um grupo cada vez maior de interessados na matéria. O nosso espaço físico é comprometido. A sala 2 está com um telão para receber os nossos convidados. Já pedi outra sala. Nós temos dificuldades também com os nossos assessores. Já determinei, inclusive, que, a partir da próxima reunião, não haja mais nenhum assessor nas laterais, ninguém nas laterais, absolutamente ninguém nas laterais, porque, senão, Senador Cássio, nós teremos que fazer uma reunião administrativa e definir qual espaço esta Comissão vai utilizar no Senado para, com eficiência e responsabilidade, proceder às suas reuniões.

Eu agradeço a manifestação de V. Ex^a, que é construtiva e pedagógica, fazendo, talvez, uma advertência importante.

Devolvo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E qual a providência que V. Ex^a vai tomar considerando a manifestação do Senador Cássio Cunha Lima, que é, absolutamente, a vontade de todos nós, Sr. Presidente? É impossível continuar com esse clima. Eu acho que V. Ex^a tem os mecanismos para agir já.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, antes de voltar ao relatório, eu apenas gostaria de dizer o seguinte: os nossos convidados são sempre muito bem-vindos, mas eles precisam também respeitar a nossa Casa. E nós temos que ter assessores para poder trabalhar. Os nossos assessores não são responsáveis por essa balbúrdia que está aqui, não o são. Lamentavelmente, os nossos convidados chegam

ao Senado e querem fazer militância dentro do nosso ambiente de trabalho. Os nossos assessores são fundamentais para o exercício da nossa função aqui, na Comissão de Constituição e Justiça. Nós estamos tratando de matérias constitucionais. Nós estamos tratando de matérias que têm impacto no Código Penal, em todas as outras áreas, e os nossos assessores são importantes. Agora, os nossos convidados deveriam se comportar como convidados na nossa Casa, e não sempre penalizar os nossos assessores. No plenário, penalizam os nossos assessores; na Comissão, penalizam os nossos assessores; quando, na verdade, os nossos convidados deveriam ficar em silêncio para que pudéssemos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Cada um de nós sabe bem o limite das nossas responsabilidades.

Devolvo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, o Brasil precisa, urgentemente, que este projeto se torne lei. Eu me refiro ao projeto de combate a organizações criminosas. Há anos, o problema da conceituação de organização criminosa é um incômodo em nosso sistema jurídico.

Mesmo com a internalização da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também denominada Convenção de Palermo, que traduz uma recomendação de definição, falta ao ordenamento brasileiro uma lei clara que resolva definitivamente essa lacuna.

Por isso, Senhores Senadoras e Senadores, faço questão de reforçar que o projeto de lei aperfeiçoa o ordenamento jurídico ao instituir instrumentos que aumentam a eficiência na repressão e combate ao crime organizado. De acordo com a proposta, as novas técnicas de investigação permitem identificar e desarticular as organizações criminosas.

Uma vez que o projeto de lei em análise já foi aprovado por esta Comissão, manifesto-me, agora, sobre os pontos modificados na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e tão somente.

Destaco que as referidas emendas têm o mérito de terem sido amplamente discutidas por representantes da Magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Federal, da Polícia Civil e do Ministério da Justiça.

Com relação ao aumento do número mínimo de pessoas associadas para a configuração do tipo – de três para quatro –, bem como a substituição da expressão “prática de crimes” por “prática de infrações penais”, são alterações necessárias a fim de se ver ampliada a possibilidade de repressão e combate ao

crime organizado, uma vez que no Brasil essas ações têm sido frequentes.

Importante notar que a opção da Câmara dos Deputados por conferir uma nova roupagem à conceituação de organização criminosa foi criteriosa e acertada. Como já destaquei, as alterações trazidas representam um aperfeiçoamento ao texto – e nem poderia ser diferente, tendo em vista a autoridade daqueles que colaboram para seu aperfeiçoamento. É meritório o que se conseguiu de consenso, razão pela qual optei por manter integralmente o texto substitutivo apresentado pela Câmara.

Quanto ao crime de associação à organização criminosa, foi proposta uma adequação da pena de quatro a dez anos para três a oito anos. Entendo adequada a alteração pelo fato de que a associação à organização criminosa é um crime meio para execução de outros puníveis, independentemente da consumação desses.

Em relação ao crime de violação de sigilo, a pena foi ajustada com o objetivo de adequá-la ao tipo equivalente contido no § 1º-A do art. 153 do Código Penal – que dispõe sobre a divulgação de informações sigilosas ou reservadas da Administração Pública – que é de reclusão de um a quatro anos e multa. O mesmo ajuste foi realizado também no tipo que criminaliza a revelação de informações falsas ou a falsa imputação de infração penal, sob pretexto de colaboração com a justiça.

Outra modificação importante, em respeito ao princípio da não-culpabilidade, garantido na Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso LVII, é a emenda que estabelece que, em caso de afastamento cautelar de funcionário público, o mesmo deverá ser realizado sem prejuízo da remuneração, uma vez que não seria justo punir um funcionário público, inclusive o prejudicando de sua remuneração, sem que houvesse sentença transitada em julgado.

Foi alterado o texto também com o fim de aperfeiçoar o instituto da infiltração de agentes. Deixou-se de listar, no projeto de lei, os crimes que não poderiam ser cometidos pelo agente infiltrado, pois a forma como estavam listados poderia possibilitar à organização criminosa criar “rituais” específicos para a identificação dos agentes. O novo texto propõe que não seja punido apenas nos casos em que a prática do crime se dê em situação que seja inexigível do agente conduta adversa.

Ainda houve modificação na nomenclatura do crime de quadrilha ou bando, previsto no art. 288 do Código Penal, que passará agora a ser chamado de associação criminosa, Sr. Presidente.

Outra alteração foi o ajuste da pena, previsto no art. 342 do Código Penal que trata de falso testemu-

nho ou falsa perícia buscando adequá-la ao princípio da proporcionalidade.

Por fim, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista o aperfeiçoamento da redação final nos debates havidos na Câmara dos Deputados, sugiro apenas uma emenda de redação ao art. 15 do SDC, nº 150, de 2006, que trata dos acessos aos dados cadastrais relativos à qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial.

A entrada em vigor da Lei nº 12.683, de 09 de julho de 2012, com a intenção de tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro, aprovado já por este Senado e nesta Comissão, passou a prever a permissão de acesso aos dados cadastrais pela autoridade policial e pelo Ministério Público, independentemente de autorização judicial. Assim, os debates realizados na Câmara dos Deputados, a respeito do SCD, resultaram na modificação da disposição relativa ao acesso de dados cadastrais, independentemente de autorização judicial, de modo que o atual art. 15 do texto sob discussão encontra-se adequado às atuais normas vigentes, tendo o mesmo texto que o referido art. 17-A da nova Lei de Lavagem de Dinheiro.

Eis que o projeto, novamente em análise pelo Senado Federal, nos exige ter que debruçar sobre esse importante dispositivo. O acesso a aos dados cadastrais pelo Delegado de Polícia e pelo Ministério Público pode suscitar algum debate quanto a sua constitucionalidade, como de fato ocorreu na recente Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4906, apresentada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado – ABRAFIX – contra o referido art. 17-B da Lei nº 12.683, de 2012, cujo texto é reproduzido no art. 15 do SDC nº 150, de 2006. O Relator da ADIn nº 4906, o Ministro Celso de Mello, ainda não decidiu sobre a medida cautelar nessa ação, pois aguarda manifestação dos órgãos de que emanou a norma ora impugnada em sede de controle normativo abstrato (nos termos do art. 12 da Lei nº 9.868, de 1999).

A preocupação que está subjacente em tal ação – o risco de abrir porta para exceções e abusos – é legítima e nos leva a ponderar sobre dois pontos:

(I) necessidade de prévia autorização judicial *versus* burocratização da investigação e do combate às organizações criminosas;

(II) ausência de definição legal para “dados cadastrais”.

No entanto, Senhoras e Senhores Senadores, como demonstrarei abaixo, tanto a nossa legislação vigente quanto a nossa consolidada jurisprudência não dão abertura para que haja desvios nesse campo de

aplicação. Por isso, entendo que uma mera emenda de redação, tão-somente para explicitar o que já vigora em nosso ordenamento jurídico, servirá para afastar de uma vez por todas qualquer preocupação sobre a interpretação na aplicação da norma.

O nosso Judiciário tem-se manifestado sobre o acesso por parte do Ministério Público a tais dados como nos exemplificam as decisões que colacionei no relatório disponível aos Srs. Senadores. Já está aqui publicado na nossa pauta, Sr. Presidente.

Não há como apresentarmos uma nova lei para enfrentarmos as organizações criminosas em descompasso com os avanços trazidos na lei já aprovada por nós de combate à lavagem de dinheiro.

Sendo pacífico na jurisprudência e na doutrina jurídica de que tal disposição não afeta direitos constitucionalmente assegurados, sugiro somente uma emenda de redação com objetivo de tornar mais claro o texto do art. 15, acrescentando os termos “apenas” e “exclusivamente”.

Tal cuidado se deve a uma preocupação em se evitar o abuso no fornecimento de outros tipos de dados, o que poderia ensejar negativa de vigência à Constituição da República.

Com essa medida, adequamos o texto do projeto à nova lei de lavagem de dinheiro, resguardando o acesso exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço.

O Substitutivo da Câmara dos Deputados estabelece o critério limitativo de aplicação do tipo de organização criminosa, com base na duração máxima da pena, e, assim, deixa para trás o rol taxativo de crimes cometidos pelo grupo criminoso organizado. Aliás, caminhou no mesmo sentido a nova Lei de Lavagem de Dinheiro, Lei nº 12.694, aprovada em 24 julho de 2012, cuja principal inovação foi a exclusão do rol taxativo de crimes antecedentes. Esse modelo é mais adequado à realidade do fenômeno, dado que as organizações criminosas são caracterizadas pela diversidade de condutas criminosas.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, nos termos do texto final encaminhado pela Câmara dos Deputados, que é a seguinte, Sr. Presidente:

Art. 15 – O delegado de polícia e o Ministério Público terão acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.

É esse o parecer, e voto pela aprovação, Sr. Presidente, do substitutivo com a emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esta Presidência informa que, além da Sala 2, a Sala 9 está à disposição dos convidados com o telão.

Em discussão, a matéria, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadores, convidados que aqui se encontram, quero parabenizar o Senador Braga pela relatoria, Sr. Presidente, porque este é um projeto importante, e ressaltar o projeto que saiu do Senado de autoria da Senadora Serys, do PT do Estado de Mato Grosso.

Votarei favorável ao projeto, porque a sociedade brasileira precisa de um instrumento de defesa em relação às organizações criminosas. No entanto, eu quero ponderar com o Relator quatro pontos. Esses pontos, penso sejam significativos, Sr. Presidente.

O primeiro deles: o substitutivo que veio da Câmara altera o conceito de organização criminosa, que deixaria de ser associação de três ou mais pessoas para a prática de crime, cuja pena máxima seja igual ou superior a quatro anos, passando a ser conceituada como associação criminosa quatro ou mais pessoas.

Imaginem, o projeto que saiu do Senado fala em “três ou mais pessoas”. Agora, o projeto que veio da Câmara fala “associação de quatro ou mais pessoas”. Esse é um ponto muito significativo.

Um outro ponto: “[...] para a prática de infração penal, cuja pena seja superior a quatro anos”. Nós precisamos aqui voltar à redação do Senado da República, e argumento no seguinte sentido: aqui, nós temos um abrandamento do que significa organização criminosa, e quebra o sistema da nossa legislação. Exemplifico, Sr. Presidente: o projeto – ainda projeto – em que estamos tratando do Código Penal diz “três ou mais pessoas”. Nós aprovamos, recentemente, aqui, a Lei 12.694 – recentemente que eu digo, no ano passado, em 2012 –, que é a “lei do juiz sem rosto”, cuja redação é idêntica ao projeto.

O art. 2º da lei que aprovamos diz o seguinte:

Para os efeitos desta Lei, considera-se organização criminosa a associação, de 3 (três) ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a 4 (quatro) anos [...].

A Lei 12.694, que nós aprovamos no ano passado, estabelece de forma diversa. Esse é um ponto.

A República Federativa do Brasil é signatária de tratados internacionais, um deles, muito bem citado pelo Senador Braga, é a Convenção de Palermo, e, nesta Convenção de Palermo, houve um decreto legislativo, que foi promulgado por um decreto, que traz o conceito de organização criminosa. “Grupo criminoso organizado: grupo estruturado de três ou mais pessoas existente há algum tempo”. Nós temos já um conceito numérico do que é a organização criminosa. Agora, a Câmara dos Deputados muda esse conceito.

Eu tenho outros três pontos e gostaria, sendo possível, se o Relator pudesse nos esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Fale sobre os três pontos, por favor, e o Relator...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Esse é o primeiro.

O segundo, Sr. Presidente: diminuição da pena do crime envolvendo a organização criminosa. A modificação trazida da Câmara pretende a diminuição da pena de três a dez anos para três a oito anos. Parece simples a pena máxima de dez passar para oito, mas, se nós tivermos a possibilidade de o magistrado, tendo em conta o caso concreto, definir uma pena máxima em abstrato, para que ele possa individualizar a conduta, para que, com a individualização da conduta pelo magistrado, possa não ocorrer o fenômeno da prescrição, seria muito mais interessante o projeto que saiu do Senado da República.

Muito bem, exclusão, Sr. Presidente. O art. 6º do projeto, que saiu do Senado, permitia ao Ministério Público promover a ação penal contra o colaborador em caso de este prestar informações falsas ou ineficientes.

Esses pontos são significativos no combate aos crimes transnacionais. Por isso, eu gostaria de ouvir o Relator. Eu vou votar favoravelmente ao projeto, mas eu quero, Sr. Presidente, trazer esta preocupação.

Os dois primeiros pontos são os mais importantes. Sobre o conceito de organização criminosa já existe o tratado internacional. Nós votamos uma lei aqui no ano passado e agora estamos modificando o que votamos no ano passado e o decreto legislativo que trouxe para o cenário nacional o conceito de organização criminosa da Convenção das Nações Unidas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Feitas as observações pertinentes de V. Ex^a, com a palavra o Relator, para os esclarecimentos necessários.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, é óbvio que as colocações do Senador Pedro Taques com relação à Convenção de Palermo são pertinentes.

A Convenção de Palermo tem efeito legal do ponto de vista brasileiro, porque nós subscrevemos a

convenção de Palermo e há um decreto com relação a isso. E a intenção – creio eu – quando a Câmara dos Deputados acatou essa questão da organização criminosa é que aqui neste projeto estão tipificados dois grupos: a organização criminosa e quadrilha e bando. E estabeleceram os crimes da seguinte forma: a questão da alteração do conceito de organização criminosa, que deixará de ser “associação de três ou mais pessoas para a prática de crime cuja pena máxima seja igual ou superior a quatro anos”, passando a ser conceituada como “associação de quatro ou mais pessoas para a prática de infração penal cuja pena seja superior a quatro anos”.

Os crimes com pena igual a quatro anos são sujeitos ao regime aberto pelo art. 33 do Código Penal. Até quatro anos de acordo com o art. 33 do Código Penal. A pena pode ser substituída pelo art. 44 do Código Penal. Não se aplica à prisão preventiva de acordo com o art. 313 do Código Penal. O número de pessoas é analisado conjuntamente com a alteração do tipo de quadrilha, como eu falei ainda há pouco, que passou a ser de três pessoas de acordo com o art. 24 do projeto de lei, Sr. Presidente.

Portanto, não há o intuito do legislador de abrandar a pena, muito pelo contrário. O que estabeleceu o legislador na Câmara – creio, e aqui tem o meu de acordo – é que nós possamos ter, além da Convenção de Palermo, uma tipificação clara no combate moderno às organizações criminosas de quadrilha e bando com três ou mais membros e, ao mesmo tempo, manter a tipificação da organização criminosa, até para que nós não tenhamos aqui uma apenação diferente da que é estabelecida pelo Código Penal.

Eu gostaria também de citar, com relação ao outro tema apresentado pelo nobre Senador Pedro Taques, inclusive em discussão com o Ministério da Justiça, que é a diminuição da pena máxima do crime para oito anos. A adequação leva em consideração, Sr. Presidente, as causas de aumento existentes no projeto de lei, que já aumentam o rigor das condutas mais graves. As penas também são somadas às dos crimes cometidos por organização criminosa.

Portanto, mais uma vez, não há o intuito de abrandamento. Ao contrário, há o disciplinamento, e volto a dizer que esse substitutivo foi amplamente discutido com todas as instituições brasileiras que estão afeitas ao combate à organização criminosa. E levou muito tempo, como já foi registrado por mim e pelo próprio Senador Pedro Taques, para que pudéssemos chegar a um entendimento e a um consenso para aprovarmos essa matéria.

Com relação a outra indagação do Senador Pedro Taques, trata-se da exclusão de fatos equiparados

contidos no §1º e no §2º do art. 2º do projeto, referentes a fraudes em concurso público, intimidação de testemunhas, financiamento de campanhas e disponibilização do local para depósito de armas ou reunião de organização criminosa.

De novo, ao longo da tramitação do projeto de lei – e ela foi longa, esse projeto de lei começou a tramitar, como dissemos, ainda há pouco em 2007 –, foi aprovada lei que criou o tipo penal de fraude ao concurso público, cuja pena pode chegar a oito anos de prisão, as demais condutas são absolvidas por tipos penais já existentes e/ou pelas causas de aumento já criadas. Portanto, também já atendido pelo projeto de lei.

Outra questão levantada pelo Senador Pedro Taques foi a possibilidade de o delegado de polícia, com a manifestação do Ministério Público e durante o inquérito, formalizar acordo de colaboração premiada. Ora, o delegado de polícia já pode tomar medidas restritas à liberdade da pessoa, como a prisão em flagrante, a representação pela prisão preventiva ou temporária, o que não afasta a possibilidade de o juiz ouvir o Ministério Público e formar a sua convocação.

Portanto, o que o projeto de lei faz é dar instrumentos modernos para que nós possamos fazer o enfrentamento com relação à questão das organizações criminosas.

Eram essas as considerações, com as indagações pertinentes, respeitadas do nosso sempre eficiente Senador Pedro Taques, mas que eu creio estarem atendidas pelo substitutivo da Câmara e, em função da longa trajetória, Sr. Presidente, que nós levamos a chegar com este projeto aqui, que está pronto para ser votado por esta Comissão e, finalmente, pelo Plenário, para ir à sanção da Presidência da República, creio que esses pontos estão atendidos no substitutivo e no relatório que ora apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, mais uma observação rápida.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Bem rápido, Sr. Presidente.

Concordo com o Senador Braga, esse projeto recebeu a concordância das várias entidades que militam nessa área, da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, das associações, concordo, mas isso não retira a minha legitimidade como Senador de questionar esses pontos. Eu gostaria de ressaltar isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Para nós, o senhor tem mais legitimidade do que qualquer outro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, eu não quero ter mais legitimidade que ninguém. Não existem melhores entre aqueles que são iguais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Aqui sim, porque é garantida pelo voto popular.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Reconheço a importância desse projeto. Reconheço que precisamos, sim, mudar a Lei 9.034, de 1995, trazendo instrumentos modernos, que foram trazidos pelo projeto. Reconheço isso, Sr. Presidente.

Agora, esses dois pontos significam, sim, um abrandamento, uma mitigação ao combate às organizações criminosas. Isso aqui vai propiciar prescrições em razão da diminuição da pena máxima, isso aqui vai evitar que algumas organizações criminosas com três possam ser combatidas, e esse é o termo correto, possam sofrer repressão da autoridade policial, do Ministério Público, do Poder Judiciário e da sociedade brasileira. Esse é um ponto.

O segundo ponto, o tratado internacional, a Convenção de Palermo, foi assinado pelo Presidente da República, depois o Congresso aprovou num decreto legislativo, depois o Presidente promulgou através de um decreto. É lei, segundo o Supremo Tribunal Federal, porque não se trata de tratados que têm por objeto direitos humanos. É lei em sentido material.

Muito bem. Nós estamos criando aqui vários dispositivos legais que tratam do mesmo tema com sentidos diversos. Isso vai trazer dúvidas na aplicação do dispositivo e vai beneficiar, sim, organizações criminosas com três, porque mais de três é de diferente de três. E nós sabemos que, nas organizações criminosas, hoje, aquele que tem o domínio do fato não pratica o núcleo objetivo do tipo. Isso significa dizer que ele não estará contido nesses três ou mais.

Então, eu quero ressaltar a importância do projeto. Vou votar favoravelmente a ele, mas esses pontos mitigarão o combate às organizações criminosas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Feito o reparo de V. Ex^a, antes de passar definitivamente a palavra ao Relator, para arrematar, vou ouvir o Senador Aloysio e mais algum Senador que deseje discutir para que nós possamos otimizar a votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio, por favor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu também, fazendo coro com o Senador Pedro Taques, quero elogiar o trabalho feito pelo nosso prezado companheiro, o Líder Eduardo Braga.

Agora, eu quero dizer aos senhores que, diante das ponderações do Senador Pedro Taques, surgiu-me uma dúvida, meu caro Relator. Surgiu-me uma dúvida. O Senador Pedro Taques, sem nenhum demérito a qualquer um de nós, é quem está mais enfronhado, hoje, nesta matéria, porque ele é o Relator da comissão especial que foi criada para a reforma do Código Penal. Mais do que todos, nós ele está, além da sua dedicação profissional de toda uma vida, ele está muito voltado ao estudo dessas questões de que trata o projeto.

Então, a minha sugestão, meu querido Eduardo Braga, se o senhor concordar, é que nós pudéssemos deixar a votação para a próxima semana de modo que, daqui até lá, nós pudéssemos ter a condição de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois bem, mas, ele saindo do Senado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só um minutinho. Saindo do Senado, ele vai para a sanção da Presidência da República. De modo que um pouquinho de cautela para que cada um de nós, especialmente para que eu possa ver com mais cuidado esses pontos levantados pelo Senador Pedro Taques seria conveniente. Creio que não há prejuízo se nós pudéssemos fazer isso. Não haveria prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Consulto se há algum outro Senador que queira discutir a matéria para encerrar a discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Tenho as mesmas preocupações já suscitadas aqui, tanto pelo Senador Pedro Taques quanto pelo Senador Aloysio, especialmente a questão de redução pena máxima. É uma preocupação que, de certa forma, não atende à expectativa da população que quer um rigor sempre maior no combate ao crime e à impunidade.

Mas eu queria apenas fazer um registro, exatamente para que, nesta Comissão, possamos ter o cuidado de não adotar dois pesos e duas medidas no trato de matérias semelhantes.

Eu lembro a V. Ex^a e aos colegas, Sr. Presidente, que, quando nos discutimos o Projeto de Lei da Câmara nº 132, apresentei uma emenda de redação que superava divergências entre vários setores, como o Ministério Público e a Polícia Federal. Era uma emenda de redação exatamente igual a essa que o Senador Eduardo Braga apresenta em relação ao art. 15 do substitutivo da Câmara desse projeto de lei.

Portanto, apenas um registro. Nós não podemos adotar dois pesos e duas medidas. Se há possibilidade de aceitar essa emenda de redação proposta pelo Senador Eduardo Braga, e eu a aceito, eu não contrário o Relator neste ponto, era possível também aceitar aquela emenda de redação que apresentei, que resguardava todas as prerrogativas de forma explícita do Ministério Público naquele enfrentamento que se estabeleceu aqui.

Era apenas um registro, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Continua em discussão.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo. Eu queria, primeiro, elogiar o relatório do Senador Eduardo Braga, depois as pertinentes manifestações do Senador Pedro Taques, que é, digamos, o nosso consultor para esse tipo de matéria e que colocou coisas, em minha opinião, muito pertinentes.

O Senador Aloysio Nunes pede um prazo alongado; eu faria um apelo ao Senador Aloysio Nunes para que a gente agora encontrasse, pelo argumento de parte a parte, porque nenhum momento mais oportuno para que um juízo de valor se faça do que agora. Os argumentos estão com o Senador Pedro Taques e com o Senador Eduardo Braga.

Eu acho que a Comissão, se puder votar essa matéria, que se volta, fundamentalmente, para o combate ao crime organizado, é um esforço internacional em que o Brasil se insere, com a criação, inclusive, da delação premiada e uma série de elementos importantes na conclusão de processos que visem a punição do narcotráfico e do crime organizado. Eu acho que se a gente pudesse se antecipar e votar esse texto que está 99% próximo da perfeição, eu diria, eu ousaria dizer isso, pela força dos argumentos do Senador Pedro Taques, pela compreensão do Relator, eu pediria para que a gente pudesse, efetivamente, votar hoje esse texto e remetê-lo ao plenário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Feito o apelo de V. Ex^a, a sugestão do Sr. Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Uma sugestão que acho que poderia conciliar.

O cerne da minha preocupação, Senador Braga, é a hipótese levantada pelo Senador Pedro Taques –

eu sei, V. Ex^a faz que não com a cabeça, V. Ex^a é criterioso – de que poderia haver uma redução da pena máxima e, portanto, isso poderia beneficiar processos em curso ou condenados já pela Justiça, porque seria uma lei mais benéfica posterior à atual lei.

Minha sugestão é a seguinte: se o Senador Eduardo Braga e o Senador Pedro Taques tivessem um tempo para se ajustarem em relação a essa questão, nós votaríamos até o final da reunião. Poderíamos voltar a essa matéria. É apenas para me dar tranquilidade de espírito. Não custaria nada você fazer uma interrupção da deliberação, você ter uma... Concorda, Eduardo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Peço a palavra, por favor.

O Senador Pedro Taques sabe, Sr. Presidente, que nós buscamos o entendimento, mas o Senador, inclusive, preferiu discutir com o Ministério da Justiça, e nós entendemos que o Ministério da Justiça é, do ponto de vista da matéria, o melhor mitigador com relação a essas questões. Portanto, não houve, em nenhum momento, de nossa parte, nenhuma dificuldade de diálogo com o nosso Senador Pedro Taques.

Agora, eu gostaria apenas de dizer o seguinte: em que pese todas as colocações com relação à Palermo serem absolutamente verdadeiras, não havia, até então, a tipificação da organização criminosa na nossa legislação. V. Ex^a sabe disso. Não há o que dizer com relação à redução de pena se não havia a tipificação criminosa. E não há, até que seja aprovada essa lei.

Portanto, peço a atenção dos Srs. Senadores de que o entendimento meritório, sempre eficiente, do nosso Senador Pedro Taques busca sinalizar que estamos reduzindo a pena de um crime que sequer está tipificado, hoje, na nossa legislação. Ele não tem tipificação. Primeiro ponto.

Segundo: no projeto de lei apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que foi amplamente debatido e que, nesta Casa, também já sofreu amplos debates, o que se está fazendo é tipificar o crime de quadrilha e bando e manter a questão da organização criminosa, fazendo com que possamos ter, como disse o Senador Agripino, instrumentos importantes, contemporâneos, modernos, sem os quais não conseguiremos avançar nesse combate.

Portanto, apenas para tirar a dúvida levantada, primeiro, não há – e o Senador Pedro Taques sabe disso – tipificação para o crime de organização criminosa na legislação brasileira. Portanto, não estamos reduzindo pena, porque não há tipificação. Segundo, nós estamos criando, no art. 24... E eu quero ler o art. 24, Sr. Presidente, porque acho que muitos ainda não se detiveram em ler sobre o art. 24.

Art. 24. O art. 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Associação criminosa:

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas para o fim específico de cometer crimes. Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.”

Art. 25. O art. 342 do Decreto-Lei [nº tal, que é o Código Penal] [...] passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.”

[...]

Art. 26. Esta lei entra em vigor após decorridos 45 (quarenta e cinco) dias de sua promulgação oficial.

Portanto, nós estamos aqui tipificando, estabelecendo um mecanismo contemporâneo e endurecendo a legislação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou concluir o processo de discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sim.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Em nenhum momento, Sr. Presidente, eu disse que, no Brasil, exista tipo penal de organização criminosa.

Um tipo penal é composto de um preceito primário e um preceito secundário. O preceito primário traz um verbo transitivo direto que representa uma ação. No Brasil, não existe tipo penal para isso, para organização criminosa. Nós assinamos uma convenção internacional que não tipifica a organização, dá o conceito de organização criminosa. Não disse, em nenhum momento, que havia tipo penal.

Então, o segundo ponto que quero ressaltar, Sr. Presidente, é que não disse que estamos diminuindo a pena de lei, disse que o projeto de lei que saiu do Senado, da Senadora Serys, a pena em abstrato máxima era maior, era de dez anos, e houve uma redução na Câmara dos Deputados e que entendo que é um abrandamento, uma mitigação às organizações criminosas.

Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Está encerrado o processo de discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Gostaria de ler, Sr. Presidente, o §1º do art. 1º, diz assim: “Considera-se organização criminosa a associação de quatro ou mais pessoas”. Quatro ou mais pessoas. Aqui está o conceito de organização criminosa; diferentemente do projeto que saiu do Senado, que era três ou mais, conforme as determinações internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Está encerrado o processo de discussão.

Em votação, o relatório favorável ao substitutivo, com uma emenda de redação que apresenta.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao Substitutivo nº 150, de 2006, com a Emenda nº 1 da CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Parabenizo o Senador Eduardo Braga.

Item 2 da pauta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sim.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 34, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o SCD nº 150, de 2006.

Autoria: Senador Romero Jucá

Em discussão, a urgência solicitada pelo Senador Humberto Costa e Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Em votação. (Pausa.)

Aprovada a urgência.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Quero informar que, relativamente ao item 8, que havia pedido vista, projeto do Senador Aloysio Nunes, estou entregando com parecer favorável, ou seja, não tenho qualquer objeção, apenas gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos votar hoje.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...recomendar que, como ainda vai à CAE, a observação que havia feito pode ser mais bem examinada até...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos votar hoje com o apoio de V. Ex^a.

O item 2 da pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Volto à pauta originária e estou aqui com o item 2, de autoria do Senador Rollemberg, mas faço um apelo ao Senador Rollemberg e aos Líderes da Casa, temos uma matéria extrapauta aprovada, os nossos convidados juízes, magistrados e membros do Ministério Público estão ansiosos para participar da votação das duas Propostas de Emenda à Constituição nº 75 e 53. Gostaria de pedir, tanto ao Senador Rollemberg quanto ao Senador Lindbergh, para que o próximo ponto de pauta...

Concordam os Líderes?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, apenas uma questão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – De acordo, Senador Alvaro e Senador Aloysio.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, apenas faria um apelo. Há um projeto em que a votação será rápida, diz respeito à saúde, à hepatite, o Senador Moka é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Depois do Senador Lindbergh, será o próximo. É rápido.

Já está na pauta, com o cuidado desta Presidência, meu querido Senador Alvaro Dias.

Vou me posicionar sobre as duas propostas.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, só pela ordem. A minha extrapauta pediria que fosse na mesma linha que colocou o Senador Alvaro Dias; a PEC nº 122, fosse na mesma linha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) –

EXTRAPAUTA

ITEM 11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 53, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a redação do art. 93, da Constituição Federal, para excluir a pena de aposentadoria do magistrado por interesse público.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Favorável à proposta, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, restando rejeitada a Emenda nº 1.

Observações: Em 10/07/2013, foram apresentadas as Emendas 2 a 6, de autoria do Senador Humberto Costa, dependendo do relatório.

ITEM 12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 75, DE 2011

– Não Terminativo –

Dá nova redação aos arts. 128, § 5º, I, a, e 130-A, § 2º, III, da Constituição Federal, para prever a possibilidade de aplicação, a membros do Ministério Público, das penas de demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Relatório: Favorável à Proposta, na forma da emenda substitutiva que apresenta, restando rejeitada a Emenda nº 1.

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Observações: Em 10/07/2013, foram apresentadas as Emendas nº 2 a 6, de autoria do Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra, para proferir o seu relatório sobre ambas as Propostas de Emenda à Constituição, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, muito obrigado, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, nossos convidados, aqueles que visitam esta Comissão, magistrados, membros dos Ministérios Públicos estaduais, federais, do Trabalho, enfim, todos aqueles que estão aqui presentes conosco.

Eu vou ao relatório, Sr. Presidente.

Vem a esta Comissão, para exame, a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 2011, cujo primeiro signatário é o Senador Humberto Costa, que objetiva alterar a Constituição Federal, para excluir a pena de aposentadoria do magistrado por interesse público.

Propõe, por conseguinte, a modificação do art. 93 da Constituição Federal, mediante o acréscimo do inciso VII-A, a fim de que seja observado como princípio da lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que disporá sobre o Estatuto da Magistratura, regime disciplinar com penas de advertência, censura, remoção compulsória, disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço e demissão, incorporando, desse modo, ao texto cons-

tutucional as penas disciplinares previstas no art. 42 da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), exceto quanto ao seu inciso V, que prevê a pena de aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Por força de correlação com o mencionado inciso acrescido, modifica também a redação do inciso VIII do mesmo art. 93, para excluir a pena de aposentadoria do magistrado por interesse público, mantendo, no entanto, a de remoção e de disponibilidade, sujeitas à decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.

De acordo com os autores da proposta em exame, não se afigura razoável que magistrados que cometem faltas gravíssimas, inclusive vendendo suas sentenças, sejam punidos com mera aposentadoria, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Alegam os signatários da PEC que, não obstante a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 – Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) – relacionar em seu art. 42 as penas disciplinares, inclusive a aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço no seu inciso V, não informa, ao cuidar de cada uma dessas penas em seus artigos imediatamente seguintes, quando deve ser aplicada essa pena de aposentadoria.

Ademais, denunciam os autores da PEC que, em julgamento de magistrados, o espírito corporativo dos julgadores induz à aplicação da pena de aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, indiscutivelmente mais branda e que, muitas vezes, chega a ser um prêmio para o magistrado faltoso ou criminoso.

A PEC recebeu a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que estabelece que a decisão judicial de perda do cargo proferida por órgão colegiado, em processo criminal ou civil, produzirá efeitos imediatos independentemente do trânsito em julgado, provocando a suspensão do exercício funcional e da remuneração ou subsídio do detentor de mandato eletivo, membro do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público, bem como de servidores públicos em geral, assegurado, entretanto, o direito de reintegração e restabelecimento da situação anterior na hipótese de improcedência definitiva da ação, em decisão final.

Análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre propostas de emenda à Constituição.

Do ponto de vista de sua admissibilidade formal, nada temos a objetar, pois entendemos que a proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, ou que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa.

É importante observar, inicialmente, que a presente proposição se completa com a Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2011, também encabeçada pelo Senador Humberto Costa, que dá nova redação aos arts. 128, §5º, I, “a”, e 130-A, §2º, III, da Constituição Federal, para prever a possibilidade de aplicação, a membros do Ministério Público, das penas de demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade pelo Conselho Nacional do Ministério Público, cuja relatoria nos foi, igualmente, distribuída. A conclusão que aqui propomos abarca, igualmente, essa proposição.

Quanto ao mérito, compartilhamos da preocupação dos ilustres autores das duas proposições no sentido da necessidade do aperfeiçoamento do regime disciplinar aplicado aos magistrados e aos membros do Ministério Público Federal.

Trata-se, aqui, de buscar atender ao magno princípio republicano de que todos são iguais perante a lei. Ou seja, é preciso que as garantias asseguradas aos juízes, promotores e procuradores não constituam privilégios para quem não cumpre com os seus elevados deveres de magistrado, solapando a credibilidade das instituições públicas, especialmente a do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Trata-se, entretanto, de matéria altamente complexa e sensível, cujo desenho envolve vários pontos.

Em primeiro lugar, parece-nos importante manter a lógica adotada pelo constituinte originário e reforçada na Reforma do Judiciário, a Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, de dar tratamento similar à magistratura e ao Ministério Público no tema, tendo em vista a semelhança que deve existir entre as duas instituições na matéria.

De outra parte, é preciso atentar para a necessidade de não atingir as cláusulas pétreas da nossa Constituição no que se refere às garantias do Poder Judiciário.

A matéria já foi objeto de exame pelo Supremo Tribunal Federal. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 183, cujo relator foi o Ministro Sepúlveda Pertence, o acórdão restou vazado nos seguintes termos:

...sob esse prisma, ascende a discussão ao nível de um dos verdadeiros princípios fundamentais da Constituição, o dogma intangível

da separação dos Poderes (CF, arts. 2º e 60, §4º, III).

Com efeito, é patente a imbricação entre a independência do Judiciário e a garantia da vitaliciedade dos juízes. A vitaliciedade é penhor da independência do magistrado, a um só tempo, no âmbito a própria Justiça e externamente – no eu se reflete sobre a independência do Poder que integra frente aos outros Poderes do Estado.

Desse modo, a vitaliciedade do juiz integra o regime constitucional brasileiro de separação e independência dos Poderes.

Dado que o Judiciário é, por excelência, um Poder de controle dos demais Poderes – sobretudo nos modelos positivos de unidade e universalidade da jurisdição dos tribunais, como o nosso –, parece incontestável, contudo, que a vitaliciedade ou outra forma similar de salvaguardar a permanência do Juiz na sua função será, em cada ordem jurídica considerada, marca característica da sua tradução positiva do princípio da independência dos Poderes.

Mais recentemente, aquela Corte reafirmou esse entendimento, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.367, na qual se arguia a inconstitucionalidade da citada Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

No feito acima referido, assim se manifestou o Relator, o Ministro Cezar Peluso:

O último tópico da inicial impugna o disposto no art. 103-B, § 4º, inciso III, que, também introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, se ressentiria de inconstitucionalidade formal, uma vez que a expressão “perda do cargo”, contida no texto vindo da Câmara dos Deputados, foi suprimida ao texto aprovado no Senado Federal. O argumento é de que a norma decotada deveria ser submetida à reapreciação da Câmara, em atenção ao art. 60, § 2º, da Constituição da República.

A Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da República invocaram, com muita propriedade, precedentes da Corte que demonstram não padecer de inconstitucionalidade o dispositivo.

.....
De todo modo, como reconhece a própria autora, a inclusão do poder de ordenar perda do cargo de magistrado vitalício, dentre as atribuições do Conselho Nacional de Justiça, essa é que poderia encher-se de vistosa inconstitucionalidade, perante o art. 95, inciso

I, da Constituição da República, que restringe, taxativamente, as hipóteses em que pode dar-se a perda.

Nada valeria tornar a submeter a locução suprimida ao escrutínio da Câmara dos Deputados se eventual norma resultante da aprovação estaria fadada a ser tida por inconstitucional, como bem alvitrou o parecer da PGR:

“...a supressão da expressão ‘perda do cargo’ não comprometeu a aprovação do remanescente, vale dizer, do conteúdo temático do texto normativo, posto que (sic), reconheceu-o a própria inicial, a expressão até então existente era ‘flagrantemente inconstitucional’, por indispor-se até mesmo ante a literalidade do art. 95, inciso I, parte final, da Constituição Federal, daí por que a supressão preserva o conjunto remanescente, para trilharmos o correto pensamento...”

Isso tudo não significa, no entanto, que não devamos avançar no assunto na direção de tornar mais efetivo o regime disciplinar das duas categorias aqui citadas.

Nesse ponto, duas questões nos parecem fundamentais.

Em primeiro lugar, é preciso agir no sentido de prever instrumentos que determinem a propositura de ações judiciais que possam conduzir à perda do cargo de magistrados e membros do Ministério Público, para impedir que a impunidade derive da omissão nesses casos.

Além disso, é importante estabelecer algumas normas para disciplinar a sanção disciplinar da aposentadoria compulsória.

É fato que existe, hoje, forte resistência a esse tipo de penalidade, que é considerada, por muitos, quase como um prêmio.

Efetivamente, é inegável que, em alguns casos, é de todo inconveniente a aplicação dessa sanção, especialmente naquelas situações em que se identifica a prática de ilícitos graves, que podem resultar na perda do cargo do agente público.

De outra parte, entretanto, parece-nos importante manter a possibilidade da aplicação dessa penalidade. Isso vai ocorrer não apenas naquelas hipóteses em que o ilícito administrativo que, embora grave, não configura um crime, como, por exemplo, no caso de desídia ou inassiduidade habitual, como naqueles em que pode haver crime de menor ofensividade.

Ademais, é importante chamar a atenção para o fato de que ideia de que a aposentadoria compulsória é uma forma de prêmio está ainda relacionada com um regime previdenciário que não mais existe no serviço

público, quando os servidores e membros de Poder passavam para a inatividade com proventos integrais e com paridade.

Essa realidade foi superada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003, ainda que seus efeitos perdurem por algum tempo, em razão das regras de transição previstas naquele ato. Além disso, a partir deste ano de 2013, começaram a ser implantadas as primeiras entidades de previdência complementar para os agentes públicos, limitando o pagamento dos benefícios previdenciários pelos Tesouros públicos ao teto do regime geral de previdência social.

Assim, temos, hoje, um processo em andamento que vai eliminar qualquer possibilidade de se considerar a aposentadoria compulsória dos juízes, procuradores e promotores como um prêmio.

É fato que aqueles que estejam muito próximos da aposentadoria compulsória acabem, ainda, recebendo proventos de aposentadoria muito próximos de seus subsídios. Entretanto, é preciso lembrar que se trata de pessoas que, efetivamente, contribuíram para tal por um longo período; ou seja, não se trata de concessão do Estado, mas de contraprestação.

Com base nesses princípios, estamos propondo duas alterações no regime disciplinar dos magistrados e membros do Ministério Público.

Em primeiro lugar, no caso de ilícitos penais para os quais haja previsão de perda do cargo, o tribunal, o Conselho Nacional de Justiça ou o Conselho Nacional do Ministério Público ficarão obrigados a representar ao Ministério Público para que esse proponha ação judicial para a perda do cargo, no prazo de 30 dias. Essa ação terá regime de tramitação preferencial no âmbito do Poder Judiciário, que poderá, se for o caso, determinar a suspensão cautelar das funções. A ação judicial correrá sem prejuízo da aplicação de sanções disciplinares.

Além disso, no caso de crimes hediondos e equiparados, corrupção ativa e passiva, peculato, na modalidade dolosa, concussão e outros ilícitos graves definidos em lei complementar, o magistrado ou membro do Ministério Público será colocado em disponibilidade com subsídios proporcionais enquanto corre a ação judicial, não se aplicando a sanção disciplinar de aposentadoria.

Com a colocação em disponibilidade, o agente público terá uma redução em sua remuneração e, por ficar, ainda, vinculado à respectiva carreira, manterá os impedimentos que, conforme estamos propondo no substitutivo, serão integralmente aplicados nessa situação.

Assim, o agente público em disponibilidade não poderá, por exemplo, advogar ou prestar consultoria,

ao mesmo tempo em que perceberá uma remuneração reduzida.

Por exemplo, se considerarmos um juiz cujo subsídio é de R\$24.957,33, se ele tiver 15 anos de serviço, passará a receber, até ser julgado, R\$10.310,28. Se contar com 10 anos de contribuição, receberá R\$6.873,52 e para 20 anos, R\$13.747,05. Dá para perceber que a disponibilidade não é nenhum prêmio e, sim, uma redução de vencimentos e ele não poderá, de forma alguma, exercer algum tipo de atividade a não ser a do magistério.

Com essas alterações, acreditamos ter avançado até onde era possível, dentro dos parâmetros constitucionais, para alcançar um regime previdenciário que garanta a punição daqueles poucos maus profissionais existentes na magistratura e no Ministério Público sem afetar as garantias funcionais das instituições, que são imprescindíveis para assegurar a autonomia de seus membros, a separação e a independência dos poderes e, no limite, o próprio Estado de direito.

Além dessas alterações, estamos promovendo dois outros ajustes na organização do Poder Judiciário, na direção da agilização de seus trabalhos.

Trata-se, aqui, em primeiro lugar, de transferir aos tribunais funções hoje exercidas pela Presidência da República e que são apenas formais.

Assim, estamos propondo que, os atos de promoção por antiguidade e merecimento de magistrados de carreira para os Tribunais Regionais Federais e para os Tribunais Regionais do Trabalho, que hoje têm que ser firmados pelo Chefe do Poder Executivo, passem à responsabilidade dos presidentes das respectivas cortes, observando o que for decidido pelo respectivo tribunal pleno.

Mantêm-se sob a responsabilidade do Presidente da República aqueles atos nos quais cabe a sua participação ativa, quando o chefe do Poder Executivo promove a escolha dos membros dos tribunais originários do quinto constitucional.

Em segundo lugar, propomos transferir para os tribunais a responsabilidade pela edição dos atos de concessão de aposentadoria de seus membros, que, como no caso da promoção por antiguidade, configuram-se, tão-somente, como manifestações formais e vinculadas, praticamente de caráter declaratório.

Temos a certeza de que essas alterações, além de desafogar o Presidente da República de atos meramente burocráticos, permitirão agilizar o funcionamento dos tribunais.

Finalmente, no tocante às emendas apresentada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, estamos nos manifestando pela rejeição, tendo em vista os argumentos já expendidos sobre a impossibilidade de se atingir a

vitaliciedade dos juízes. Além disso, parece-nos que a solução que ora apresentada equaciona com propriedade a questão, sem o risco de sua contestação quanto à constitucionalidade.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 2011, quanto aos aspectos constitucionais, de mérito e regimentais, na forma da seguinte emenda substitutiva, restando rejeitada a Emenda nº 1.

Então, vamos à Proposta de Emenda Substitutiva aqui na CCJ.

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, DE 2011

Altera a Constituição Federal para regulamentar o regime disciplinar da magistratura e do ministério público, a escolha de juízes dos tribunais de segunda instância da União e a edição dos atos de concessão de aposentadoria no âmbito do Poder Judiciário.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de chamar a atenção para o fato de que esta proposta eu englobei numa só, do Ministério Público e da magistratura. Portanto, depois, quando for fazer a leitura da 75, eu não farei mais a leitura desse texto, já que compete às duas PECs, tanto à 75 quanto à 53.

Então, as Mesas da Câmara e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art.93

VIII – O regime disciplinar dos magistrados observará o seguinte:

a) o ato de remoção, disponibilidade com subsídios proporcionais ao tempo de serviço e aposentadoria, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa;

b) no caso de ilícitos penais para os quais haja previsão de perda de cargo, o tribunal, ou o Conselho Nacional de Justiça, por maioria absoluta, sem prejuízo das sanções disciplinares, representará compulsoriamente ao Ministério Público para a propositura de ação judicial para a perda do cargo perante o foro competente

por julgamento de ação penal no prazo de 30 dias, em regime de tramitação preferencial e a possibilidade de suspensão cautelar das funções por decisão por voto da maioria absoluta do tribunal competente;

c) nos casos previstos na alínea “b” que envolvam ilícitos graves definidos em lei complementar, o magistrado será colocado em disponibilidade, não se aplicando a sanção disciplinar da aposentadoria. (NR)

Art. 95

Parágrafo único. Aos juízes, ainda que da disponibilidade, é vedado exercer outro cargo ou função, salvo a magistratura.

Art.96

I.....

f) conceder compulsória aposentadoria, licença, férias ou outros afastamentos a membros e aos juízes e servidores que lhe forem imediatamente vinculados.

Art.103-b.....

§4º

III – receber e reconhecer das declarações contra membros do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias, órgãos prestadores de serviços notariais e de registros que atuem por delegação do Poder Público ou formalizados sem prejuízo da competência disciplinar e correccional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção à disponibilidade com subsídios proporcionais ao tempo de serviço ou aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, observado o dispositivo do inciso VIII do art. 93, e aplicar outras sanções administrativas assegurada a ampla defesa. (NR)

Art. 107 – Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes recrutados, quando possível, na respectiva região dentre brasileiros com mais de 30 anos e menos de 65 anos, sendo:

I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira, nomeados pelo Presidente da República;

II – os demais, mediante promoção de juízes federais com mais de cinco anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente, por ato do presidente do próprio Tribunal, com observância do que for decidido pelo Tribunal Pleno, no prazo máximo de dez dias.

..... (NR)

Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, dentre brasileiros com mais de trinta anos e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, nomeados pelo Presidente da República, observado o disposto no art. 94;

II – os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente, por ato do presidente do próprio Tribunal, com observância do que for decidido pelo Tribunal Pleno, no prazo máximo de dez dias.

..... (NR)

Art.128.....

§5º

II – as seguintes vedações, ainda que em disponibilidade:

d) exercer outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

..... (NR)

Art. 129

§4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93, inclusive o respectivo inciso VIII, cabendo a aplicação das medidas ali previstas ao órgão colegiado superior e ao Conselho Nacional do Ministério Público, conforme o caso.

.....
Art. 130-A

§2º

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus servidores auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correccional da instituição,

podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade com subsídios proporcionais ao tempo de serviço ou a aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, observado o disposto no inciso VIII do art. 93, e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

..... (NR)

Art. 2º Até que a lei complementar regulamente a matéria, são considerados ilícitos graves, para os fins da alínea “c” do inciso VIII do art. 93 da Constituição Federal, os fatos definidos como crimes hediondos e equiparados: a corrupção ativa e passiva, o peculato, na modalidade dolosa, e a concussão.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Então, Sr. Presidente, é esse o nosso parecer para a PEC 53.

Passarei a ler as emendas. Se bem que é melhor eu lê-las no final, porque as emendas do Senador Humberto servem para a PEC 53 e para a PEC 75. Então, farei a leitura posteriormente.

Então, vamos à leitura do parecer da Emenda 75.

E vou direto para a análise, já que temos as mesmas colocações da anterior.

Análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre propostas de emenda à Constituição.

Sr. Presidente, consulto V. Exª se devo ler tudo o que está aqui, já que é repetitivo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – São os termos correlatos, os assuntos, semelhantes, e V. Exª faça a súmula dessa avaliação do seu relatório.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o devido respeito ao Senador Blairo Maggi, eu já soube de antemão que o Senador Aloysio Nunes irá pedir vista do processo e que o Senador Humberto Costa vai pedir votação em separado das emendas que apresentou.

Portanto, já que ele vai pedir vista e o Senador Humberto vai pedir votação em separado, nós poderíamos já conceder vista ao Senador Aloysio Nunes e dar prosseguimento à pauta, para ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Exª trouxe um assunto de que a Presidência

não tem conhecimento, é um assunto novo. Consulto o Relator, V. Ex^a ainda tem que concluir o parecer das suas emendas, que é necessário e profundamente importante, para que o seu relatório seja conclusivo.

Assim, devolvo a manifestação ao Senador Aloysio para consultá-lo sobre se, ao final do relatório, irá solicitar vista.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, primeiro quero elogiar o trabalho, a aplicação, a minúcia do Senador Blairo Maggi. Em uma matéria dessa complexidade atribuída a S. Ex^a é de se esperar, como sempre, um trabalho de boa qualidade. Mas V. Ex^a há de compreender que a matéria foi incluída extrapauta, é uma matéria complexa, e penso que, não apenas eu, mas vários colegas Senadores gostariam de analisá-la com mais vagar, antes de deliberarmos.

Então, vou pedir vista efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos concluí-la.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vista coletiva.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pedirei vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista coletiva, o.k. Mas vamos concluir o relatório do Senador Blairo Maggi; daí darei vista coletiva.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Do voto, então, já que as considerações são todas iguais.

Em face do exposto, voto pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 75, de 2011, quanto aos aspectos constitucionais, de mérito e regimentais, na forma da seguinte emenda substitutiva, restando rejeitada a Emenda nº 1.

Quanto ao substitutivo, então, eu já fiz a leitura dele, Sr. Presidente, é o mesmo, conforme eu disse antes. Mas não sei, Presidente, acho que não devo ler as emendas aqui apresentadas, já... *(Pausa.)*

Farei, então, a leitura, já que é obrigatória.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É necessária.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

Nós já tínhamos... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Evidentemente que ouvir a voz do Senador Blairo Maggi é sempre agradável aos nossos ouvidos, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a faz uma declaração muito importante. Foi necessária. Por favor, Senador Aloysio, ele vai resumir... V. Ex^a vai ter o conhecimento das emendas, mas ele vai resumi-las.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Já foram levantadas todas as questões. Às vezes, nós nos habituamos a um ritual que simplesmente não tem mais sentido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ele vai resumir, até porque...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Já que elas serão publicadas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ele vai resumir, até por um dever, por necessidade desta...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Senador Aloysio, eu agradeço...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não há necessidade, é que já é do uso e do costume aqui que distribuímos os pareceres...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Blairo Maggi, para concluir o seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Senador Aloysio o elogio, mas, se fosse verdade, eu teria me transformado em cantor e não em empresário e político, produtor.

Bom, o Senador Humberto Costa apresentou várias emendas, que estarão depois disponíveis a V. Ex^{as} para as analisarem, mas farei uma leitura rápida do que acontecerá.

No tocante às emendas apresentadas, eu me manifesto favorável à Emenda nº 6, do Senador Humberto Costa. Efetivamente haverá um avanço na unificação do regime disciplinar do Ministério Público. Trata-se de providência que vai ao encontro da ideia de aproximar a magistratura do Ministério Público.

Registro que, apesar de a emenda ter sido apresentada à PEC nº 75, de 2013, estou acolhendo a proposta nas duas proposições, tendo em vista o fato de que apresentei relatório com a mesma conclusão nos dois casos para viabilizar a tramitação em conjunto no plenário.

Cabe, entretanto, fazer um ajuste na redação da emenda, razão pela qual aprovo, na forma de subemenda, substituindo o art. 1º do substitutivo da emenda proposta ao artigo original.

O que é isso? O Senador Humberto Costa propõe um ajuste, porque cada Ministério Público tem uma lei que define a forma de trabalhar e também de disciplina. E o Senador Humberto Costa propõe que isso seja unificado numa lei nacional. Enquanto não tivermos

uma lei nacional proposta pelo Procurador-Geral da República, passa a valer a do Ministério Público da União. É isso o que diz essa emenda.

Há outra emenda ao §7º, segundo a qual, os Ministérios Públicos da União e os outros se submeterão a regime... Não! Essa eu já falei aqui.

Quanto às Emendas nºs 2 e 5, opino pela sua rejeição, tendo em vista que o acolhimento de qualquer uma delas levaria à desfiguração do substitutivo, exaustivamente debatido e negociado com as associações das duas categorias. Isso ocorreria tanto com a eventual extinção da pena de aposentadoria proporcional para todos os casos, proposta na emenda, como com a aplicação dos ilícitos citados no substitutivo.

Uma das emendas do Senador Humberto Costa traz, para dentro do meu substitutivo, a possibilidade também por improbidade administrativa, abrindo a possibilidade da demissão, a possibilidade da disponibilidade.

O meu argumento é no sentido de que, se nós acolhêssemos essa emenda, que os senhores terão oportunidade de avaliar, creio eu que nós colocaríamos a magistratura brasileira em uma situação muito desconfortável, já que o Ministério Público, por excelência, vive abrindo ações contra todo mundo. Se o Ministério Público fizer com a magistratura a mesma coisa que faz com os políticos e os administradores, em pouco tempo não teríamos mais magistratura no Brasil. Por isso, eu não quero acolher aqui essa emenda.

Já vou concluir, Sr. Presidente. Eu trabalhei bastante; então, deixe-me em paz aqui um pouco. (Risos.)

Ah, o senhor está com voo marcado.

Então, para finalizar, quero agradecer o trabalho feito pela minha equipe, pela Consultoria do Senado; quero agradecer ao Dr. Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); ao Presidente da Ajufe, Dr. Nino Toledo; ao Presidente da Anamatra, Dr. Paulo Schmidt; ao Dr. Oswaldo Trigueiro, Presidente do Conselho Nacional de Procuradores; ao Dr. Carlos Eduardo Lima, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; à Drª Norma Cavalcanti, Presidente em exercício da Conamp; e ao Dr. Alexandre Camanho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores; bem como a todos aqueles que contribuíram para esse trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu parabeno, em nome de todos os colegas, o Senador Blairo Maggi, pelo excelente desempenho com que se houve na apreciação de uma matéria tão delicada como esta.

Concedida vista coletiva, a matéria volta à pauta no próximo período legislativo.

Item 2 da pauta, página 96.

Para o controle de V. Ex^{as}, nós temos o item 2; depois, o item 3, do Senador Alvaro Dias; a matéria extrapauta do Senador Crivella e do Senador Eduardo Lopes; e, depois, o item 8, dos Senadores Aloysio e Cássio.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu solicito a inclusão, como extrapauta, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de autoria de V. Ex^a, que dispõe sobre a carreira de médicos de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a proposta do Senador Paulo Davim. (Pausa.)

Requerimento aprovado.

Senador Wellington Dias, com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, apenas para lembrar que foi aprovado requerimento de urgência, da Senadora Ana Rita...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vai entrar também.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Já está também?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Já está também.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Da Senadora Ana Rita e do...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ela saiu, mas voltará daqui a meia hora.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sobre o crime de tortura.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sim; vai estar pautado.

Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, nós vamos ao item 2. Nós temos as duas PECs que tratam da questão da iniciativa popular. Eu pedi aquele esclarecimento porque eu tenho requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem que apresentar na Mesa ainda. A Mesa ainda não recebeu.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Não, já foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Mas a Mesa não decidiu.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Mas, para a questão processual, como tratei com o assessor, nós vamos votar aqui as duas PECs, elas vão para lá, vão ser apensadas e vão voltar. Essa é a

questão. Mas, analisando, conversando com o Senador Lindbergh e também como Senador Rollemberg, chegamos a um acordo. A proposta do Senador Marcelo Crivella para essa emenda vem muito antes da questão das manifestações das ruas. Então, nós vemos que o Senador Crivella já tinha essa visão há dois anos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, está muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Peço à assessoria que coordene a saída dos nossos convidados.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Então, complementando, Presidente, o Senador Marcelo Crivella apresentou essa emenda antes das duas emendas propostas agora e bem antes dessa questão das manifestações das ruas, o que, certamente, está provocando isso, para agilizar, facilitar o processo da iniciativa popular. Então, eu quero aqui elogiar a atitude do Senador Crivella em apresentar esta emenda antes das que estão sendo propostas. E, no acordo, eu retiro o requerimento, nós votamos as duas PECs aqui, vão ao Plenário e, apensando, voltam para cá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Parabenizo V. Ex^a.

Item 2, página 96.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 3, DE 2011

– Não Terminativo –

Acrescenta o inciso IV ao caput do art. 60 e o § 3º ao art. 61 da Constituição, e altera a redação do § 2º também do art. 61, para viabilizar a apresentação de propostas de emenda à Constituição de iniciativa popular e facilitar a apresentação e a apreciação de projetos de lei respectivos.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros

TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 45, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a redação do § 2º e acresce os §§ 3º a 7º ao art. 61 da Constituição Federal, para conferir nova disciplina à apresentação e à tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e outros

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Favorável à PEC nº 3, de 2011, com sete emendas que apresenta, de modo a incorporar algumas das propostas trazidas pela Emenda nº 1 e pela PEC nº 45, de 2011.

Observações:

– Em 03/07/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente de pedido de vista. *(Pausa.)*

Não há.

Concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que nos dá a honra de sua presença nesta Comissão, Senador Lindbergh Farias, para suas considerações finais.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Presidente, vou ser bem direto, sucinto. Eu queria começar agradecendo ao Senador Cássio Cunha Lima. Quando eu saí da CCJ, no começo deste ano, ele se tornou o Relator dessa PEC. Quero agradecer muito a gentileza porque havia trabalhado há um ano e meio nesse projeto do Senador Rollemberg e do Senador Randolfe Rodrigues. São projetos apresentados em 2011, e a gente não conseguiu aprová-los aqui porque houve uma falsa dicotomia, Senador Aloysio, entre democracia direta participativa e democracia representativa. Eu não ousaria entrar num debate como esse, que é um debate de dois mil e quinhentos anos atrás. Ninguém aqui quer voltar à àgora grega ou à democracia direta de Rousseau.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Alguns querem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Dois mil e quinhentos anos atrás! O que nós estamos tratando aqui é de fortalecer a democracia representativa com os instrumentos permitidos pela Constituição, no que se trata de democracia participativa.

O parágrafo único do art. 1º da Constituição diz o seguinte: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. E a Constituição, no art. 14, é muito clara: plebiscito, referendo e iniciativa popular.

O que apresentou o projeto de emenda constitucional do Senador Rodrigo Rollemberg?

Ele institui a iniciativa popular para PEC (Projeto de Emenda Constitucional) e reduz, na verdade, em vez de 1% do eleitorado nacional, como é hoje para projeto de iniciativa popular, ele reduz para 0,5% tanto para iniciativa popular quanto para PEC.

No caso, acatei a proposta do Senador Rollemberg em relação à iniciativa popular, reduzi para 0,5%. Mas, em relação à PEC, não. Aceito a proposta da PEC,

mas mantendo 1%. Prevê também urgência constitucional para projetos de iniciativa popular.

O Senador Randolfe também reduz para 50% projeto de iniciativa popular. Nós acatamos. E reduz a distribuição nos Estados de 5% para 3%.

O que eu coloquei de novo? Coloquei a tese da cidadania digital, de que essas proposições possam ser feitas via Internet.

Sei que aqui muitos dos senhores vão perguntar: e a segurança? E eu quero entrar no debate da segurança. Mas queria, antes, dizer uma coisa: é ridículo para nós, do Parlamento...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos contratar o Snowden.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É ridículo para nós, do Parlamento brasileiro, Senador Pedro Taques, ter de observar, no último projeto de lei de iniciativa popular, que foi a Lei da Ficha Limpa, é ridículo para o Parlamento... Sabem como esses projetos chegaram aqui? Em carrinhos de supermercado.

E o mais grave na discussão da segurança: vocês sabem o que aconteceu? Era impossível a conferência daqueles um milhão e meio de assinaturas. Sabem quem acabou apresentando o projeto? Foi um grupo de Parlamentares, porque não existiam meios de conferência daquelas assinaturas.

Eu não quero entrar no debate da segurança, que todos os Srs. Senadores que falaram aqui estão corretíssimos. Temos de ter segurança. Esse é um ponto para regulamentação, mas temos – a Receita Federal – CPF, Título de Eleitor, o IP do computador, vários caminhos.

Eu, com as pessoas que tenho conversado, Senador Eduardo Braga, acho que isso aqui vai resolver um problema, que é a impossibilidade hoje de se conferir pelo modo que estamos fazendo hoje. Agora, esse é um debate à parte.

Senador Cássio Cunha Lima fez um pronunciamento na reunião passada falando da segurança; o Senador Aloysio Nunes também. A gente sabe que existem hoje robôs, mas esse é um debate à parte, um debate para regulamentação.

Eu queria encerrar dizendo o seguinte: temos visto a discussão sobre reforma política e eu acho que essa discussão sobre a reforma política como está colocada é mais uma discussão sobre reforma eleitoral que é muito válida. Discussão de financiamento, voto distrital. Agora, sinceramente, o que as pessoas querem mais, o que essa juventude quer mais é canais democráticos de participação no processo.

Houve uma pesquisa da Avaaz, que faz as petições on-line, nas últimas quatro semanas, e um milhão de pessoas assinaram as petições. E fizeram uma pes-

quisa com 50 mil pessoas que haviam participado das manifestações. Mais do que voto distrital, mais do que financiamento público, 51%, mais do que esses itens da reforma política que está sendo apresentada ao País, 51% disseram o seguinte: o que eu mais queria eram canais de participação no processo legislativo via Internet.

Então eu queria, Senador Moka, encerrar a minha fala dizendo aqui: de forma alguma isso atenta contra a democracia representativa. Isso fortalece. Os votos vão ser dados pelos Srs. Senadores e Deputados eleitos democraticamente no nosso País. Agora, ter canais mais permeáveis para escutar, para aceitar essas propostas. Essa juventude não aceita simplesmente nos elegerem por oito anos e só nos encontrar lá na frente. Acho que estamos falando aqui de fortalecimento da nossa democracia representativa.

Era isso, Sr. Presidente.

Eu não apresentei um substitutivo em homenagem ao Senador Rodrigo Rollemberg, ao trabalho do Senador Randolfe. Acho que é importante – a iniciativa foi do Senador Rodrigo Rollemberg – que a gente deixasse isso claro. Então, apresentei essas minhas contribuições por emendas.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Parabenizo V. Ex^a pelo trabalho e pela rapidez com que, ao receber a designação para esta relatoria franqueada pelo Senador Cássio Cunha Lima, cumpriu sua missão.

Com a palavra, para discutir, primeiramente o Senador Rollemberg, depois, Senador Cássio, Senador Aloysio. Senador Pedro e Senador Randolfe.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Prezados Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Eduardo Lopes, que retirou o requerimento de apensamento, o que nos permite apreciar esta matéria. Cumprimento ao Senador Crivella pela iniciativa. Agradeço ao Relator da matéria, que a estudou profundamente e trouxe uma contribuição que, sem dúvida, aperfeiçoa a proposta de emenda à Constituição.

Sr. Presidente, apresentei essa emenda à Constituição no primeiro ano do meu mandato, em 2011. Entendo que essas manifestações que tivemos no Brasil mostram a força e a pujança da nossa democracia. Grupos de jovens, utilizando cartolinas chamam a atenção, porque não têm carros de som, não têm faixas feitas de forma manufaturadas, ou seja, tudo foi feito de forma artesanal, o que demonstra uma nova característica dessas manifestações.

Como disse o Senador Lindbergh, o que essa população quer efetivamente? Quer participar do processo

político. E o que acontece hoje? Temos uma distorção. Hoje, para criar um partido, Senador Aloysio Nunes, precisa-se de meio por cento do número de assinaturas, tendo como base a última votação para Deputados Federais. Essa é a base para criar um partido político, que tem o monopólio da representação política. Hoje, só se pode ser candidato se estiver filiado a um partido. Exige-se meio por cento do número de votos dados na última eleição para Deputado Federal, o que hoje é algo em torno de quinhentas mil assinaturas. Para um projeto de iniciativa popular, exige-se um por cento do total de eleitores aptos a votar, o que seria hoje algo em torno de 1,3 milhão de votos. O que a população está dizendo nas ruas é que quer reduzir a intermediação. Ela quer também participar mais ativamente do processo político.

E foi isso que fizemos ao apresentar essa proposta. Ela propõe o quê? A possibilidade de apresentar projetos de iniciativa popular, reduzindo o número de assinaturas, como expliquei, permitindo que apresentem propostas de emendas à Constituição. Eu também colocava o mesmo número de assinaturas, o Senador Lindbergh, sabiamente, mantém no dobro, ou seja, mantém em um por cento. Ao mesmo tempo, digo que esses projetos, partindo desse esforço da população, quando chegarem ao Congresso, passam a tramitar em regime de urgência, salvo se alguma das Casas decidir o contrário. Ou seja: não reduz em nada o poder dos Parlamentares; apenas amplia os instrumentos de participação popular.

O Senador Lindbergh traz mais uma contribuição, que é a possibilidade de que isso seja feito através de assinaturas digitais, e temos hoje todas as condições de fazer a certificação digital. Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo que essa é uma proposta que efetivamente dialoga com as manifestações que vêm das ruas e não retira em nada, em absolutamente nada, as atribuições do Poder Legislativo; apenas ampliamos os instrumentos de participação popular, arejando com a possibilidade de a população participar do processo de elaboração de leis em nosso País.

Concluindo, é importante registrar que, pela participação popular, transformamos a compra de votos, a captação ilícita de sufrágio em crime e, através da participação popular, construímos a Lei Ficha Limpa, que veio melhorar a qualidade da política e dos políticos do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, louvo a iniciativa do Senador Rollemberg,

igualmente a iniciativa do Senador Randolfe, tão bem relatadas pelo Senador Lindbergh, a quem, com muita alegria, cedi a relatoria desta matéria, até por encontrar em Lindbergh sempre melhor qualidade, qualificação e talento para desempenho desse mister.

Inicialmente, tive dúvidas sobre a constitucionalidade da proposta, sob o prisma de serem as iniciativas de Proposta de Emenda à Constituição uma cláusula pétrea indireta, como a própria jurisprudência já estabeleceu em decisões várias do Supremo Tribunal Federal. E ao longo de diálogos firmados, discussões realizadas, dentre as quais, Presidente Vital, algumas nesse instante, em tempo real, com o Prof. Harrison Targino, constitucionalista de escol, com a contribuição não menos importante de Pedro, meu filho caçula, também advogado, chego à conclusão de que poderemos, sim, avançar sem nenhum receio em direção à aprovação da proposta, pelo princípio primeiro de que todo poder emana do povo, obviamente, porque a nossa própria Carta Magna já consagrou o mecanismo de participação direta da população, com o texto de 1988, a partir dos projetos de lei de iniciativa popular, e podemos, por consequência, extrapolar nessa mesma indicação do Constituinte de 1988 para as Propostas de Emenda à Constituição.

Resta-me, nesse instante, uma única dúvida, que eu gostaria de submeter à apreciação do Plenário e talvez pudéssemos, com a concordância dos autores e do Relator, encontrar um termo médio em respeito, inclusive, àquilo que foi fixado na própria Constituição de 1988. Refiro-me ao número de Estados que estão sendo estabelecidos como mínimo para apresentação da proposta.

O texto da nossa Constituição estabelece para projetos de lei, 1% de subscritores; a nova proposta reduz para meio por cento de subscritores do conjunto de eleitores. A Constituição em vigor fixa em cinco Estados o número mínimo. A proposta do Senador Rollemberg estabelecia nove Estados. Por sua vez, a proposta do Senador Randolfe fixa em três Estados, o que foi acolhido pelo digno Relator; e a minha proposta, portanto, é no sentido de que fixemos em cinco Estados, nos moldes da Constituição em vigor, fixando assim aquilo que o Constituinte estabeleceu como participação mínima dos Estados. Não é nem tanto a proposta dos nove Estados do Senador Rollemberg nem tampouco a dos três Estados do digno autor, Senador Randolfe.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Cássio?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) –

Para adiantar o processo, eu já anuncio que acolho a sugestão do Senador Cássio Cunha Lima e a gente mantém os cinco, como está hoje na Constituição. O Relator acolhe...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB –

PB) – Perfeito. Eu acredito que seria de bom alvitre. Acredito que não trago nenhum constrangimento às iniciativas do Senador Randolfe e também muito menos às do Senador Rollemberg, que tinha uma proposta ainda mais larga.

Por fim, para concluir, fica apenas de forma renovada a minha preocupação já externada na reunião anterior em relação à validação das assinaturas eletrônicas. É preciso criar mecanismos claros, objetivos, sobretudo em um País onde o marco civil da Internet sequer foi regulamentado ainda. Estamos no processo de discussão de regulamentação do marco civil da Internet, mas é preciso que o Congresso crie normas claras, protegidas de fraudes, de manipulação, com validação confiável das assinaturas eletrônicas.

Por fim, em homenagem – como disse Asfor certa feita – às novas e futuras gerações, termino com a conclusão que me foi trazida no diálogo, há poucos instantes, aqui pelo *WhatsApp*, com Pedro, meu filho, que pior do que ter medo do povo é também temer o novo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – As ponderações do Senador Cássio já foram admitidas pelo Relator com relação às sugestões...

Senador Lindbergh, o Senador Cássio fez ponderações, sugestões. V. Ex^a já as incorporou ao relatório?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) –

Eu já colhi e já as incorporei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – O Senador Aloysio, o Senador Pedro, o Senador Randolfe, o Senador Moka e o Senador Agripino são os próximos inscritos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/

PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, confesso que não tenho tamanha acuidade para perceber exatamente o significado e o clamor das ruas. Seguramente haverá, creio que amanhã, mais uma manifestação, desta vez com os sindicatos. Desta vez o imposto sindical servirá de combustível para a manifestação. Mas eu considero que, efetivamente, há um clamor, um desejo, na minha opinião, de que haja uma maior fluidez na comunicação entre o corpo eleitoral e os seus representantes.

Eu quero dizer que sou muito restritivo em relação a certas propostas, porque vejo uma tendência em substituir a legitimidade daqueles que foram eleitos pelo povo democraticamente para exercer a representação e movimentos organizados, movimentos da chamada

sociedade civil, que, em grande parte, são extensões de partidos políticos, de grupos ou de corporações.

É claro que as propostas que estão aqui não têm essa inspiração. Só falo isso, porque quero me colocar como alguém mais ortodoxo do que o comum em matéria da defesa da democracia representativa.

Creio que a nossa Constituição, evidentemente, prestigia – o Constituinte originário prestigiou – as formas de democracia direta que foram citadas aqui pelos meus colegas: plesbiscito, referendo, iniciativa popular e mesmo o tribunal do júri, a criação de conselhos orientadores da formulação e execução de políticas sociais. Tudo isso são avanços democráticos da nossa Constituição de 1988.

No conjunto das propostas, a que me atrai e a que apoio é aquela formulada pelo Senador Rollemberg, com a formulação que deu o Senador Cássio Cunha Lima, que reduz, digamos, o nível de exigência de assinaturas ou de apoimentos para a apresentação de propostas vindas da iniciativa popular. Concordo, acho saudável e positivo.

Em relação à Internet, meu querido Lindbergh, também estou de acordo. É importante que se possa modernizar essa forma de apresentação de propostas do povo aos seus representantes, mas me preocupa o fato de não termos, até agora, por exemplo, um marco civil da Internet. Até agora essa proposta, oriunda do Poder Executivo, não foi aprovada sequer pela Câmara dos Deputados.

Então, as preocupações que eu tenho para exprimir a V. Ex^a com relação à segurança continuam presentes. Creio que seria necessária uma remessa da eficácia, um condicionamento da eficácia da norma a uma lei regulamentadora, que pode ser o marco civil da Internet ou uma lei que venha especificamente para regular essa forma de participação popular.

Permita-me apresentar a V. Ex^a – não tenho mais tempo para apresentar emenda – uma sugestão nessa linha. V. Ex^a citou a Avaaz, que é um grupo dirigido por pessoas que têm determinada orientação política. O principal porta-voz da Avaaz é um membro do Partido de V. Ex^a, e isso não lhe tira nenhuma qualificação, nenhuma. Mas quero citar esse exemplo para dizer que podem proliferar iniciativas que hoje são facilmente postas de pé por correntes políticas, por grupos corporativos, de modo que seria necessário um pouco mais de cautela para conferir esse número de assinaturas.

Muito bem, então, a minha proposta é que a eficácia dessa emenda seja condicionada a uma lei que nos dê segurança quanto à autenticidade dessa participação via Internet, pois V. Ex^a mesmo reconheceu que há necessidade de mecanismos de segurança que eu não confiaria simplesmente a uma regulamentação

do Poder Executivo, porque uma PEC não pode ser assim regulamentada por esse Poder.

Eu volto agora à questão da minha divergência, venho agora a essa questão, que é fundamental, que é a proposta de apresentação de emendas à Constituição por iniciativa popular.

A nossa Constituição é uma constituição rígida. Assim foi a decisão do Constituinte originário. Ele prescreveu mecanismos processuais para a promoção de mudanças na nossa Constituição que estão no art. 60.

Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, eu não sei se a remessa à história da elaboração da Constituição é útil, mas creio que é, que ilumina de alguma forma o nosso debate, Constituintes como o nosso Ronaldo Cezar Coelho, João Hermann e Plínio Arruda Sampaio propuseram a iniciativa popular para emenda constitucional. Esse debate se deu amplamente na Constituinte e prevaleceu a visão de que o art. 60 já legitimava, de uma maneira cautelosa, as formas de apresentação de proposta de emenda a uma constituição rígida como se quer a nossa.

Entendo que todo ordenamento constante do art. 60, e aí exprimo a minha divergência ao meu prezado colega Cássio Cunha Lima, todo ele constitui uma cláusula pétrea, porque são os mecanismos que visam modificar uma constituição rígida. Se nós modificamos esses mecanismos tornando-os mais permissivos, a nossa Constituição deixará de ter o grau de rigidez que o Constituinte originário quis imprimir.

Por exemplo, seria possível, sem alterar aquelas matérias constantes do §4º – forma federativa, voto direto etc. –, uma emenda, ainda que viesse de iniciativa popular ou mesmo de iniciativa parlamentar, que diminuísse, por exemplo, o quórum de aprovação de três quintos para maioria absoluta? É claro que não. No entanto, o quórum de deliberação não está elencado no §4º.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Posso apartear-lo, Senador?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o maior prazer.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Esse tema que o Senador Aloysio trouxe é muito significativo. Muito bem.

Nós sabemos que as normas que definem processo legislativo – e essa é uma norma que define processo legislativo – são normas de reprodução obrigatórias nas constituições estaduais. As constituições estaduais não podem fugir disso. Muito bem. São normas centrais da Constituição que tratam de processo legislativo.

Algumas constituições estaduais, como a Constituição do Estado de Mato Grosso, estabelecem a pro-

posta de emenda constitucional de iniciativa popular. Eu poderia citar outras constituições estaduais. E no Supremo Tribunal Federal, foi ajuizada uma ação direta de inconstitucionalidade, em decorrência dessa norma da Constituição do Estado do Mato Grosso e de outros Estados, que estabelecem proposta de emenda à Constituição de iniciativa popular, e o Supremo não concedeu a liminar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Já foi julgado o mérito?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não. Não foi julgado o mérito, mas, se o Supremo não concedeu a liminar, existe a presunção de constitucionalidade. E se existe a presunção de constitucionalidade, o Supremo entende constitucionais as previsões estaduais. Esse é um ponto.

Outro ponto, se V. Exª me permite, é que essa tese que V. Exª levantou é do Prof. Jorge Miranda, um professor português, que fala da chamada dupla revisão constitucional: que não seria possível nós, primeiro, revogarmos o art. 60; e depois, trazermos outras modificações necessárias.

Agora, não é possível nós reduzirmos os legitimados, mas aumentarmos os legitimados, penso, e quero expressar meu respeito à tese de V. Exª, não enfraquece a natureza da Constituição quanto à sua durabilidade, quanto à sua consistência, que é a rigidez.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Senador Aloysio, V. Exª me permite?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço. E só respondendo ao nobre...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Senador Aloysio...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos concluir, para não...

Vamos concluir para não...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Supremo Tribunal Federal, como diz o Senador Pedro Taques, não concedeu liminar, portanto, não há uma presunção de inconstitucionalidade. Mas eu considero, sim, que há uma presunção de inconstitucionalidade; eu acho, examinando o assunto. Acho que é imprudente alargarmos, alterarmos essa regra, Digo mais: quando a Constituição quis aumentar o número de legitimados, ela o fez explicitamente. é o caso das ações diretas. A mudança constitucional importantíssima que alterou profundamente o regime das ações diretas, que eram antes de competência privativa do Procurador-Geral da República, aumentou para oito legitimados. Mas isso na Constituição original.

Bom, finalmente, Sr. Presidente, quanto ao trancamento de pauta de projetos de iniciativa popular que tramitariam com urgência automática, creio que o pe-

dido de urgência constitucional é uma prerrogativa exclusiva de um personagem da nossa estrutura política que é eleito por maioria absoluta, que é o Presidente da República. Só ele interferir na pauta do Congresso Nacional dessa forma ao solicitar a urgência. E isso porque o Constituinte originário assim o previu. Uma emenda constitucional hoje não seria, no meu entender, admitida, porque ela interferiria no equilíbrio entre os Poderes, De modo que – quero registrar também – sou contrário à hipótese de trancamento de pauta, que, aliás, está amplamente desmoralizada. Vejam o que acontece com os vetos, vejam o que acontece com as próprias medidas provisórias a partir do entendimento do Presidente Michel Temer, que permitiu que se votem matérias, mesmo com a pauta trancada, em sessão extraordinária etc.

Penso, reitero, que essa prerrogativa de interferir na pauta do Congresso Nacional é exclusiva dos representantes do povo e deve ser preservada ainda mais na medida em que se procura alargar, agilizar ampliar e tornar mais acessíveis os mecanismos de participação popular no processo legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Consulto os Senadores Pedro Taques, Senador Randolfe, Moka e Senador José Agripino se continuam com suas inscrições.

Senador Pedro Taques.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, vou ter que fazer o contra ponto dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k..

Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu ousar discordar do Senador Aloysio, o que é difícil, em razão da sua história, do seu conhecimento e de sua ponderação.

Sr. Presidente, a Constituição deve ser igual ao amor: eterno, mas não pode ser imodificável. Tem que se dar um presentinho, fazer uma viagem, senão acaba. A Constituição, Sr. Presidente, deve mudar de acordo com a realidade social.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas ela deve ser bem cuidada, como se cuida do amor. Bem cuidada!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concorde, Senador Aloysio. A realidade social é cambiante, ela muda. Se a realidade social muda, temos que refletir na Constituição essa mudança. As cláusulas pétreas são importantes instrumentos de limite. Uma pergunta que se faz é a seguinte: os mortos podem vincular os vivos? Imaginem que, daqui a cem anos, temos essas cláusulas pétreas, uma Constituição que é prolixa, uma Constituição que fala sobre tudo. Será

que os mortos podem vincular os vivos? Espero que esteja vivo o Constituinte Cássio daqui a cem anos. Espero que esteja vivo, todos esperamos.

Mas a Constituição não pode, notadamente uma Constituição como a nossa, que é prolixa ... Ela é diferente da Constituição americana, que tem princípios, e os princípios fazem com que a Constituição respire. Na nossa, não é possível isso. Sou favorável à proposta trazida pelos Senadores Rodrigo Rollemberg e Randolfe Rodrigues, relatada pelo Senador Lindbergh. Primeiro ponto: temos que trazer, sim, a democracia participativa, a democracia dialógica. Diálogo com o cidadão, ainda que isso possa significar – e defendo – a autofagia do Parlamento. Nós é que lutamos pela democracia, mas, em determinado momento, com avanço tecnológico, a democracia vai se aperfeiçoando, sim. E vamos chegar a um momento em que, em razão da tecnologia, não sei de Senadores e Deputados serão necessários. Vamos nos recordar da agora, há muito tempo, da representatividade... Nós temos de entender o avanço.

Muito bem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu me conformo com a situação do Velho do Restelo. Eu sou um Velho do Restelo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pode ser também uma vivandeira, pode ser também uma cassandra. Não vou falar da bolsa pequena que a Cassandra tinha sob pena de...

Posso continuar, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito bem, o projeto é muito importante, Sr. Presidente, neste momento. Vou votar favoravelmente a ele.

Não terminei ainda, se V. Ex^a me permite.

É possível proposta de emenda à Constituição de iniciativa popular? Algumas Constituições estaduais estabelecem... Já trouxe o caso do Estado do Mato Grosso, e o Supremo não disse que é inconstitucional. Portanto, é constitucional o alargamento. Nós não podemos modificar o processo legislativo, o que faria com que a modificação da Constituição se tornasse mais flexível. Concorde inteiramente com a proposta.

Eu tenho uma sugestão, para complicar o debate, Sr. Presidente.

O Senador Aloysio – e aqui há uma discordância a ele – afirma que a Constituição da República traz um regime constitucional de urgência ou emergência, que é o art. 64, que permite só ao Presidente da República solicitar urgência nos projetos de sua iniciativa, até 45 dias na Câmara, até 45 dias no Senado; se houver emenda no Senado, dez dias e volta para a Câmara.

Agora, a pergunta que se faz é a seguinte: isso não é uma cláusula pétrea; se não é uma cláusula pétrea, se o Presidente, que faz parte do Poder Executivo pode solicitar urgência, por que o titular do Poder, que é o povo, não pode solicitar urgência? O titular do Poder é o povo, o povo no sentido do art. 12 da Constituição, os brasileiros natos e naturalizados. Ele pode solicitar urgência nos projetos de sua iniciativa.

Aliás, a Constituição da Argentina, no seu art. 39, dá ao Parlamento argentino o prazo de 12 meses para votar os projetos de lei de iniciativa do cidadão. Esse processo legislativo que nós temos é arcaico, esse processo legislativo é bizantino.

Eu tenho uma proposta à Constituição pela qual um terço dos Senadores ou um terço dos Deputados Federais podem solicitar urgência em determinados projetos de lei. Se o Presidente da República pode, por que os Deputados e Senadores não podem?

E tenho – aqui a contribuição – a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2013, que diz o seguinte:

Art. 61
§ 3º Admite-se iniciativa popular, com os mesmos requisitos do parágrafo anterior, para solicitar urgência de proposição em andamento no Congresso Nacional ou qualquer de suas Casas, nos termos e prazos dos §§2º, 3º e 4º do art. 64 desta Constituição.

Eu gostaria de indagar o Relator: imagine, se o Presidente pode solicitar urgência, de acordo com o art. 64; se, pela proposta aqui bem relatada pelo Senador Lindbergh, o cidadão pode urgência nos projetos de lei de sua iniciativa, por que o cidadão não pode solicitar urgência aos projetos de lei apresentados por Senadores e Deputados? Qual a razão disso?

A constituição não veda.

Já vou encerrar, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ele não disse que veda. Eu quero retirar. O Senador Aloysio não disse que veda. Ele acha que é inconveniente.

Eu quero sugerir ao Relator se pudesse incorporar à sua proposta de emenda à Constituição esse parágrafo. Aí, o cidadão, nos limites da iniciativa trazida pelos Senadores Randolfe Rodrigues e Rodrigo Rollemberg, poderia solicitar urgência aos projetos de lei que se encontram em tramitação nesta Casa e lá na Câmara dos Deputados. Assim, nós teríamos a verdadeira democracia.

Nós temos de discutir o seguinte, Sr. Presidente: V. Ex^a é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e o Presidente Renan é Presidente desta Casa.

A política tem oportunidade, conveniência e discricionariedade de colocar este ou aquele projeto para ser votado. Se não coloca um projeto para ser votado, nós também estamos exercendo as nossas atribuições, porque a legislação não é modificada, mas esse é um poder que se dá ao Presidente da Comissão, regimentalmente, não pela Constituição, e ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara, regimentalmente, não está na Constituição. E por que o cidadão não pode ter esse poder de solicitar, de acordo com as garantias trazidas pelo Senador Lindbergh, que aquele projeto apresentado pelo Senador Vital do Rêgo possa também ter tramitação diferenciada?

Encerro dizendo, Senador Lindbergh, de um único ponto aí. No §6º da proposta de emenda à Constituição, eu gostaria, se V. Ex^a assim entender, que fosse acrescido o seguinte: “Apresentada à Câmara dos Deputados”, porque é da regra do Direito Constitucional nacional que a Câmara seja a Casa iniciadora e no §6º isso não está explícito, pode trazer dúvidas. Só existem duas exceções de propostas de emenda que se iniciam no Senado: a primeira, apresentada por Senador; e a segunda, pelas Assembleias Legislativas dos Estados. E não existe nenhum caso ainda no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Interessante essa contribuição do Senador Pedro Taques, que esclarece que a Câmara é a instituição que vai recepcionar as matérias na forma disposta no Direito Constitucional.

Senador Randolfe Rodrigues.

Depois, o Senador Moka.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Primeiro, Sr. Presidente, faço uma homenagem à vossa Paraíba, porque é uma junção paraibana a relatoria dessa proposta de emenda constitucional designada pelo Presidente desta Comissão, paraibano, primeiramente a um Relator paraibano, que declinou para um outro relator que está no Rio de Janeiro, mas é paraibano. Então, obrigado, Paraíba, pela relatoria dessa proposta de emenda constitucional.

O que eu diria, Sr. Presidente, ao Senador Aloysio? Eu quero aqui fazer as vezes do Senador Taques: há uma dificuldade em divergir de Aloysio aqui neste plenário...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Bondade sua.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – ...pela experiência e autoridade de Aloysio em matéria constitucional.

O Senador Aloysio faz uma reflexão primeira importante. Eu li, há duas semanas, uma entrevista com Francisco de Oliveira, na *Folha de S. Paulo*, em que ele fazia uma reflexão sobre as manifestações de

rua. Ele trazia uma preocupação sobre o caráter difuso das mobilizações de rua, sobre o que vinha de fato das mobilizações de rua.

Eu não sei o que, de fato... Acho que seria um tanto de arrogância tentar decifrar qual era o verdadeiro sentimento das manifestações de rua. Dizer que eram anseios de educação, saúde, segurança, de participação direta... Acho que é uma arrogância tentar interpretar, principalmente nós daqui do Parlamento, principalmente nós políticos que temos sido os principais questionados por parte das mobilizações de rua.

Seja o que vier de questionamento das manifestações de rua, o que foi produzido por parte dos políticos ao longo destes últimos quinze dias já foi um resultado direto que veio da rua. Rejeitar uma proposta de emenda constitucional que queria inibir a atuação do Ministério Público já foi uma conquista direta do que veio da mobilização de rua e retirar do arquivo o debate de uma proposta de emenda constitucional como esta me parece que já é uma conquista concreta dessas mobilizações, pelo sim e pelo não, mesmo que não seja esse o anseio dessas mobilizações.

Tentando insistir nessa... Aí reiterando o verbo “tentar”, nessa insistência hermenêutica de interpretação constitucional que nós estamos a fazer aqui, a nossa Constituição, Sr. Presidente, no parágrafo único, funda no nosso País uma democracia semidireta. Diz o parágrafo único da nossa Constituição: “O poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes”. Na nossa Constituição de 1988, isso é diferenciado das outras sete Constituições anteriores, porque a Constituição de 1988 não fica somente nisso. A Constituição de 1988, Senador Aloysio, que foi um de seus elaboradores, foi adiante nisso. Disse que o poder...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Foi o Cássio; eu, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Mas o Senador Cássio foi um dos seus elaboradores. Então, o Senador Aloysio é um Constituinte reformador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, eu sou apenas fã do Cássio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – ...é um Constituinte reformador.

A Constituição de 1988 foi adiante. Disse que o poder emana do povo, mas disse também que o exerce por meio de seus representantes ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Ao falar em “diretamente nos termos da Constituição”, a Constituição de 1988 se referiu ao art. 14, incisos I, II e III, instituindo – e aí ineditamente no seu texto – as formas do exercício da democracia direta,

como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de lei. Ou seja, introduziu isso que não havia na nossa história constitucional anteriormente. Introduziu na nossa história constitucional o exercício da participação direta no poder por parte do povo, algo que não havia no nosso ordenamento constitucional até então, que era a iniciativa popular de lei. Portanto, trata-se da participação do povo como titular do poder constituinte, como titular do exercício do poder.

Portanto, a nossa Lei Maior dá a titularidade do poder não só a nós, representantes do poder; ela dá a titularidade do poder ao próprio povo. Por isso forma no nosso ordenamento jurídico um ordenamento constitucional em que a democracia existe não somente a partir do poder dos representantes, mas também a partir do poder do próprio povo. Portanto, a nossa democracia é semidireta.

O nosso art. 60, quando menciona o objeto de deliberação, diz que não é objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

Portanto, não me parece, Sr. Presidente, que esta matéria esteja entre aquelas que tratam de cláusulas pétreas, que não podem ser objeto de deliberação.

Sr. Presidente, só para concluir.

Eu só acredito, com a devida permissão, ensinada inclusive pelo querido Cássio, com a devida vênias... Eu queria insistir, embora já tenha sido acatada a proposta de Cássio de reduzir de três Estados, como era a minha proposta de emenda à Constituição, para cinco Estados, eu queria insistir em três Estados. Acredito que seja importante nós reduzirmos a exigência popular, mas aceito a proposta acatada pelo Relator, ao reduzir para três Estados, porque eu creio que esse momento seria de reduzirmos a exigência para participação popular.

Por isso, na nossa proposta de emenda à Constituição, nós radicalizávamos nas exigências para participação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Mas V. Ex^a concorda com os cinco?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – ... na redução das exigências para a participação popular para meio por cento e para três Estados.

Embora mantendo a minha proposta original de três Estados, sinto-me vencido pela maioria, na redução para três Estados, acatando a proposta do Relator de ficar em meio por cento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Moka, com a palavra. Depois, Senador Agripino, para passarmos ao voto. Ainda há

um projeto terminativo, que é o próximo, do Senador Moka, inclusive.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, V. Ex^a vai ter que ter paciência, porque vou ter que contraditar o Senador Pedro Taques, o Senador Aloysio e, agora, o meu querido Senador Randolfe Rodrigues.

Brincadeira, até porque eu não teria competência, do nível do Senador Pedro Taques, do Senador Aloysio e do próprio Senador Randolfe, para discutir juridicamente.

Mas eu queria retomar o tema e prestei muita atenção, acho que foi muito bem relatada, aliás, com muita objetividade, pelo Senador – que o Senador Randolfe disse que é paraibano, mas mora hoje no Rio de Janeiro – Lindbergh Farias.

Eu só quero chamar a atenção para uma coisa: a mim, Pedro Taques, que vim do movimento estudantil, esse movimento me impressionou. Impressionou-me, porque, há muito tempo, os jovens eram chamados de alienados, aqueles que não participavam de partido nenhum, que não tinham nenhuma vinculação ideológica, eram, muitas vezes, até constrangidos nas suas escolas, e eles encontraram uma manifestação legítima nas ruas. E a forma do protesto é individual. Milhares de protestos individuais fizeram um grande manifesto coletivo.

Eu tive a oportunidade, antes de vir aqui, de ter ido à Conferência Nacional da Saúde. Uma multidão de pessoas também com cartazes, mas o que mais eles queriam lá: 10% da receita bruta na saúde. Eu fui lá em nome da Comissão de Assuntos Sociais. E sabe, Senador Presidente, meu caro Senador Vital do Rêgo: eles já colheram 1,5 milhão de assinaturas para propor ao Congresso aquilo que o Congresso não votou, que vote de novo a Emenda 29 e que destine, desta vez, os 10% que a União precisa colocar, para que a gente possa realmente financiar a saúde.

Essa é uma demonstração clara, inequívoca da manifestação popular. Milhares de jovens estavam lá, ativistas e militantes da saúde. E eu percebi isso e fui lá exatamente receber essa que me parece uma manifestação.

Mas finalizo, dizendo: o Senador Lindbergh, a meu juízo, quando ele diz que os jovens mais querem é um canal de comunicação. E o Senador Lindbergh e o Senador Randolfe, ao proporem essa participação, diminuindo ou facilitando esse canal de comunicação dos jovens principalmente – mas das pessoas, da população – com o Congresso Nacional, eu acho que é legítimo.

Eu não vou entrar no mérito dessa discussão jurídica. Eu quero ainda ter a oportunidade de deixar

o Senador Pedro Taques, o Senador Aloysio e o Senador Randolfe uma noite inteira discutindo esse assunto e, aí, no outro dia de manhã, eles chegam aqui e dizem para nós qual que é a conclusão jurídica que eles encontraram.

Mas eu vou, certamente, seguir a orientação do Senador Aloysio e do Senador Pedro Taques, porque, acima de tudo, eu os respeito não só como Senadores mas como conhecedores profundos da nossa Constituição.

Muito obrigado, Senador Vital.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas nenhum de nós quer passar a noite quer passar a noite um com o outro, hein?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Fica a sugestão do Senador Moka aos três Senadores.

Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu vou procurar ser bastante rápido.

Eu queria, primeiro de tudo, fazer uma referência ao relatório proferido pelo Senador Lindbergh, que foi muito preciso. Ele não fez lendo papel, ele fez à luz de experiências pretéritas e foi muito convincente. No que diz respeito às assinaturas digitais pela Internet, até chegar a uma conclusão que é importante, que tem que ser lembrada, que é o fato de as conferências, quer digitais, quer físicas, o carrinho de supermercado, tudo isso remeteu à assunção do projeto da lei da ficha limpa por partidos políticos ou por titulares, por Parlamentares, diante de quê? Da força do projeto, do argumento.

Então, eu acho que as melhores ideias sempre saem de iniciativas que emanam da população, porque ela é sábia, ela sempre se manifesta de forma positiva e bem intencionada.

O que eu acho? Um projeto de iniciativa popular que reúna 1,5 milhão de assinaturas, 1 milhão, 500 mil, 700 mil, reúne muita gente. Ele deve chegar ao Congresso, primeiro de tudo, na minha opinião, carregando uma boa ideia; depois, uma representatividade muito boa, porque ele deve ter vindo de vários Estados, sob lideranças difusas. Chegando ao Congresso, eu acho que ele tem que ter preferência. O que é que atropela hoje o Congresso Nacional? Vamos e venhamos, vamos ser claros: é a malfadada medida provisória, que atravanca o processo legislativo, que impede iniciativas, boas iniciativas, de Parlamentares que têm experiência, que têm competência, e que se veem atropelados pela tramitação de medidas provisórias.

Então, eu acho que o apoio que se dê a um projeto como esse do Senador Rollemberg, de Cássio Cunha Lima, em primeiro lugar é uma sinalização à

sociedade de que o Parlamentar, até interpretando o sentimento da sociedade, precisa ser valorizado na sua capacidade e na sua possibilidade de legislar. É um incentivo a que a população se manifeste. Agora, era preciso carimbar, colocar a digital nisso.

E uma sugestão que eu quero fazer ao Relator. O que medida provisória impede de tramitar? Qualquer projeto de lei, exceto PEC, projeto de lei complementar e autoridades. Eu queria que fossem incluídos também os projetos de iniciativa popular, com a manifestação clara de que essas iniciativas são boas, são bem recebidas, com as correções que têm que ser feitas e sem a obstrução de algo que, na minha opinião, no nosso regime, é nefasto, que é a malfadada medida provisória. É a sugestão que deixo ao Relator, com a manifestação de agrado pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Bom, nós concluímos. Vou passar a palavra ao Senador Lindbergh para arrematar as sugestões e convalidar cada uma delas para que a Secretaria possa ultimar.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só para manifestar também nosso apoio a todas as iniciativas e destacar o trabalho feito pelo Senador Lindbergh, que não foi fácil, diante de um tema tão polêmico. Eu acho que ele tem a vantagem de facilitar a vida das pessoas para a iniciativa de projetos com menos assinaturas, enfim, com essa forma digital. E destaco que, claramente, quanto mais assinaturas colhidas, pois sabemos como funciona esta Casa, mais peso terá o projeto. Ou seja, eu creio que haverá sempre, do povo, a busca do máximo de assinaturas a fim de apresentar a esta Casa, e do máximo de Estados, até para que tenha um peso muito forte.

Eu queria parabenizar V. Ex^a pela condução, e, pelo Partido dos Trabalhadores, manifestar a posição favorável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, um minuto, só para prestar solidariedade ao Relator Lindbergh e aos autores da matéria, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Rollemberg, pela iniciativa de apresentarem proposições no sentido de prestigiar a cidadania. Eu acho que é o cidadão que nos elegeu, que nos deu este poder de decisão. Por que, então, não dar a ele a oportunidade de uma iniciativa que venha beneficiar a própria cidadania que nos trouxe para cá?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Lindbergh, resuma as suas considerações, até porque o próximo projeto é terminativo, e exige quórum qualificado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, serei bem breve. Eu dizia ao Senador Aloysio que ele não é Velho do Restelo, ele é um otimista, um dos melhores Parlamentares desta Casa. Tenho muito orgulho de conviver com S. Ex^a aqui. E devo dizer que o debate do Senador Aloysio e do Senador Pedro Taques – quero parabenizar muito o Senador Pedro Taques – foi um debate riquíssimo. Inclusive faço uma sugestão. O Senador Cristovam costuma publicar os debates. Eu sugiro que se faça o mesmo, porque, de fato, nós aqui, que não somos professores, constitucionalistas como os senhores...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sequer advogados!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sequer advogados! Nós assistimos a um grande debate no dia de hoje. Eu queria registrar isso, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Um debate que engrandece muito esta Comissão, um debate de altíssimo nível. Eu já acolhi a sugestão do Senador Cássio Cunha Lima, retornando o texto original da Constituição de cinco Estados, acolho também a sugestão da proposta de emenda à Constituição apresentada à Câmara dos Deputados, acolho a sugestão do Senador Aloysio, quando falava que é necessário ter uma regulamentação para que haja segurança em relação aos meios eletrônicos, na forma proposta pelo Senador Pedro Taques, em que:

§ 3º Admite-se iniciativa popular, com os mesmos requisitos do parágrafo anterior, para solicitar urgência de proposição em andamento no Congresso Nacional ou qualquer de suas Casas, nos termos e prazos dos §§ 2º, 3º e 4º do art. 64 desta Constituição.

§ 4º A lei regulamentará o exercício da iniciativa popular previstas nos §§ 2º e 3º, inclusive mediante meios eletrônicos.

E digo ao Senador José Agripino que concordo com a sua sugestão. Eu só não tenho como incorporá-la aqui e agora. Dou a sugestão de conversar com o Senador, para, quando o assunto for para o plenário, nós incorporarmos a sugestão do Senador José Agripino. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k.

Em votação...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, tenho uma dúvida importante. Quero cumprimentar o Senador Lindbergh.

Só para que não parem dúvidas, faço uma consulta ao Senador Pedro Taques. Com essa redação adotada pelo Relator, S. Ex^a está dizendo que a lei regulamentará o exercício da iniciativa popular, prevista nos §§ 2º e 3º.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sim.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – S. Ex^a diz que a lei regulamentará esse exercício apenas na questão da urgência?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não! Da Internet.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – A questão da Internet.

Eu queria só saber o seguinte: qual é a compreensão de V. Ex^{as} deste texto? Hoje, se a pessoa quiser tomar as assinaturas, como elas são tomadas tradicionalmente, ou seja, no papel, não é preciso regulamentação alguma. Nós estamos reduzindo o número. E ela já pode apresentar imediatamente, porque senão será um retrocesso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Neste caso, é autorregulamentável.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me dizer que, nesse caso aí, o que já existe... Só diminui o número.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O número, exatamente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não precisa de lei, porque é autoaplicável.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É claro, é autoaplicável.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Agora, no tocante à Internet – a solução do Senador Aloysio traz uma salvaguarda, uma segurança –, precisa-se de lei. No caso em que o cidadão pede urgência para os projetos não de sua iniciativa, mas de iniciativa de um Parlamentar, isso precisa ser regulado aqui através de uma resolução, para se alterar o Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Precisa-se de uma resolução da Casa. O.k.

Em votação o relatório, favorável à PEC nº 3, de 2011, com as emendas acatadas pelo Senador Lindbergh, de modo a incorporar as propostas trazidas pela Emenda nº 1 e pela PEC nº 45, de 2011.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à PEC nº 3, de 2011, com as emendas.

A matéria vai ao plenário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, com meus cumprimentos ao Relator e com meu agradecimento pela palavra bondosa de S. Ex^a, eu gostaria que se registrasse o meu voto favorável, com a restrição quanto à possibilidade de emenda à Constituição por essa via.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Fica feito o registro de V. Ex^a, na forma da sua exposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, não cabe urgência à emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Portanto, não cabe, obviamente, pedir urgência, mas eu queria que ficasse registrado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vou me antecipar a V. Ex^a, dizendo que essa matéria está elencada entre as 16 matérias prioritárias do Presidente da Casa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ela vai à pauta já com a urgência necessária.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Perfeito! Eu só queria, então, que ficasse registrado que nós estamos encaminhando um pedido de calendário especial para a tramitação dessa matéria. Vamos protocolizar e encaminhar o requerimento dessa natureza, já hoje à tarde, ao Plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Está registrado o pedido.

O item 3 trata de projeto de lei terminativo. Por favor, peço aos senhores que não se retirem. Há uma matéria importante.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deixe-me enunciar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É só uma consulta: depois desse item...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB)

– Peça a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Por favor.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art.186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir os portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta

Observações: – *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;*

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Waldemir Moka.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB)

– Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem, antes da leitura da relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Com a palavra, pela ordem, V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Eu queria dirigir uma apelo a V. Ex^a, para que, aproveitando o quórum ainda existente, pudéssemos submeter a votos a proposta do Senador Aloysio em relação ao PIS/Cofins, em relação ao PIS/Pasep, melhor dizendo. É algo de grande relevância para os Municípios. Não é uma matéria terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – A matéria não é terminativa, Senador Cássio. Ela está exatamente após a próxima, logo em seguida.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Perfeito! Então, agradeço. Houve um pedido de vista do Senador Suplicy, que já se manifestou favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Isso já foi saneado, inclusive.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB)

– Há todo um ambiente para que possamos aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – Isso já foi saneado. Vamos aprovar.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB –

PB) – Agradeço a V. Ex^a e ao Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB

– PB) – O Senador Moka está com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Relatório, Sr. Presidente.

Vem a exame desta Comissão, em decisão de caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 11, de 2011, do Senador Alvaro Dias.

Referido projeto tem por objetivo modificar a ementa e o art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o §1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir nas listas de doenças graves, contidas naquelas leis, as formas crônicas das hepatites B e C, além de incluir os portadores dessas formas de hepatite no rol dos beneficiários das disposições de natureza de seguridade social ali contidas.

A matéria foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tive a oportunidade de relatá-la e opinar por sua aprovação. Agora, ela vem a juízo desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde, novamente, temos o encargo de relatá-la.

Não foram oferecidas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, bem como manifestar-se sobre seu mérito, sem prejuízo das atribuições de outras Comissões.

Não há vícios quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria. No que se refere à técnica legislativa, o projeto contém impropriedade no art. 4º. Esse dispositivo se refere unicamente a alíneas que deverão ser revogadas, sem se referir ao artigo e inciso a que se vinculam. Oferecemos emenda de redação para correção do texto, no sentido de especificar que a revogação prevista no art. 4º da proposição refere-se às alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 1º da Lei nº 7.670, de 1998.

Quanto ao mérito, reafirmamos que a extensão dos benefícios da lei aos portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C mostra-se extremamente louvável.

Conforme registramos na condição de relator da proposição em exame, também na Comissão de Assuntos Sociais, as hepatites B e C, nas últimas décadas, representam grave problema de saúde pública, seja pelo aumento da morbimortalidade, seja pelos altos custos dos tratamentos envolvidos, especialmente em relação às formas crônicas.

As referidas formas crônicas têm evolução insidiosa e podem resultar em quadros clínicos graves, como a cirrose e o carcinoma hepatocelular, que afetam a qualidade de vida e a própria sobrevivência desses pacientes.

Ratificamos perante esta Comissão que consideramos justo que os portadores das formas crônicas das hepatites B ou C sejam contemplados com os benefícios que o projeto busca conceder. Essa medida, a nosso ver, além de demonstrar solidariedade com o sofrimento dessas pessoas, promove a justiça e a isonomia de tratamento, ao estender aos portadores das formas crônicas das hepatites B ou C benefícios que, hoje, já são concedidos a pessoas portadoras de outras doenças igualmente graves.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 11, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 4º do PLS nº 11, de 2011, a seguinte redação:

“Ficam revogadas as alíneas a e b do inciso I do art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988.”

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não havendo...

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu gostaria só de dizer que, por gerar despesas, o projeto, a iniciativa pode ser questionada. Pelo aspecto social, eu quero me posicionar favorável, mas lembro que a matéria será, com certeza, analisada sob esse aspecto.

O projeto trata da aposentadoria do servidor por invalidez, trata da pensão especial para a viúva do servidor civil ou militar, da reforma do servidor militar antecipada, do auxílio-doença e de aposentadoria, além da liberação do FGTS.

Então, eu queria apenas alertar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Exª atesta a iniciativa e faz restrições com relação à perspectiva do impacto orçamentário sob o ponto de vista...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, não vamos discutir a matéria em função do quórum. Já que o Senador Wellington se dispõe a aprovar o projeto, nós não vamos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não vamos discutir.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu quero, Sr. Presidente, ressaltar a importância desse

projeto. Ele tem repercussão também – e tenho certeza de que o Relator e o autor se lembram disto, mas só para constar – no Código de Processo Civil, porque o art. 1.211–A do Código de Processo Civil diz o seguinte:

Os procedimentos judiciais em que figurem como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, [no caso do Estatuto do Idoso] ou portadora de doença grave, terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

Quero parabenizar o Senador Moka e o Senador Alvaro Dias, porque isso é muito significativo também no aspecto processual.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Profundamente relevante até pelo agravamento dos casos de hepatite, que hoje nós temos, com fases de cronificação cada vez mais avançadas.

Vamos para a chamada nominal.

Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Trata-se de matéria terminativa. Vamos à votação nominal.

Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Anibal Diniz. *(Pausa.)*

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Francisco Dornelles. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, voto conhecido, autor do projeto.

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Armando. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo. *(Pausa.)*

Senador Magno Malta. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Angela Portela.

Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Senador Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com as ressalvas feitas, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Roberto Requião. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Clésio Andrade. *(Pausa.)*

Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Senador Ataídes Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Gim Argello. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Senador Blairo Maggi. *(Pausa.)*

Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto.

Em votação a emenda.

Se os Srs. Senadores concordam, poderemos repetir a votação do projeto para a emenda. O resultado da emenda confirma a votação do projeto. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto com a Emenda nº1–CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado a todos que permaneceram até esta hora. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Matéria extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, DE 2011

Altera a redação do inciso VIII do § 3º do art. 142 da Constituição Federal para estender aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade de cumulação de cargo a que se refere o art. 37, inciso XVI, alínea c.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Favorável à matéria, na forma em que apresenta

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Lopes para síntese do seu pronunciamento.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – O.k.. E há concordância porque nós temos a anuência do Ministério da Defesa; temos também da parte do Governo sinalização positiva.

Tendo em vista que todos receberam a análise, o relatório – o voto já foi até colocado –, só quero reforçar, Presidente, que possamos fazer com essa PEC o mesmo que foi dito à PEC anterior, do Senador Randolfe, para que seja incluída na pauta com a devida rapidez, haja vista que é um assunto de extrema importância. Nós temos um déficit, hoje, de 54 mil médicos no País e, com essa PEC refletindo nos Estados, colocaremos 25 mil profissionais para atuar. Então, é um assunto do momento, assunto importante.

Parabenizo aqui o Senador Marcelo Crivella pela autoria dessa PEC.

Então, sendo já o voto conhecido e contando com o apoio dos amigos, dos companheiros, vamos ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Rapidamente. Hoje, um médico ou um profissional da saúde da chamada carreira médica militar ou das Forças Armadas não pode ter outro vínculo trabalhista – veja como isso é importante –, mesmo depois de aposentado. E nós temos grandes profissionais que poderiam, neste momento – médicos militares bioquímicos, enfim, da área, especialistas –, ser contratados pelas prefeituras.

E dou esse exemplo porque esses médicos já fazem esse trabalho, na verdade, quando na ativa, sobretudo médicos da Marinha, nos chamados ribeirinhos. No meu Estado do Mato Grosso do Sul, é muito comum os médicos da Marinha e do Exército atenderem às populações ribeirinhas.

De forma, Sr. Presidente, que essa PEC tem um mérito muito, muito importante. E eu tive a oportunidade de ouvir, por parte do pessoal do Exército, que, inclusive, em função, hoje, da baixa remuneração dos médicos das Forças Armadas e por eles não poderem ter outra profissão, isso vai aumentar o interesse dos jovens médicos de servirem, fazerem uma carreira militar e poderem ter outro contrato.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Desde que, preferencialmente, nas Forças Armadas também. Esse foi o acordo feito com o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Isso já foi contemplado na emenda

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Vital.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro, para parabenizar aqui a iniciativa do Senador Crivella e o relatório do Senador Eduardo Lopes. No momento em que o grande tema é como ter o máximo de aproveitamento de médicos, priorizando, inclusive, médicos brasileiros, acho que é uma proposta tranquila, bem recebida.

Na forma da redação, o nosso voto é favorável. É a posição do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, muito rapidamente, para cumprir

mentar o autor desta matéria, Senador Marcelo Crivella, e o Relator, Eduardo Lopes. É uma medida de maior alcance social. É uma medida inteligente. Parabéns pelo relatório! Parabéns ao Senador Marcelo Crivella! Tem todo o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) –

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. *(Pausa.)*

Em votação o relatório, favorável à proposta, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ.

A matéria vai a plenário, com observação desta Comissão para seguir o mesmo trâmite especial.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Colocar nessa pauta positiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Item 8, à página 185.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu vou renovar o apelo que dirigi a V. Ex^a para que seja feita a inversão de pauta e possamos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É esse, Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – É esse?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É esse.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado. Desculpe pelo açodamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2013

– Não Terminativo –

Reduz a zero a alíquota da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP de que trata a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta

Observações:

– A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;

– 03/07/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

O Senador Suplicy já se manifestou no início da reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, trata-se de isenção das pessoas jurídicas de direito público do pagamento do PIS/Pasep, algo que inclusive é muito relevante para os prefeitos de todo Brasil que estão aqui. E também resultou de diálogo com os governadores. E acredito que, inclusive, até a reunião na CAE, poderá o Senador Cunha Lima e o Senador Aloysio Nunes providenciarem as informações sobre a objeção que eu havia colocado.

Então, estou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Aloysio Nunes pela iniciativa e cumprimentar o Senador Cássio Cunha Lima pelo relatório.

Nós tivemos, no início deste ano, dois eventos com grande publicidade, com grande divulgação, quando os Presidentes da Câmara e do Senado receberam os governadores e os prefeitos, que apresentaram uma agenda de interesse dos Estados e dos Municípios.

A gente sabe da dificuldade financeira que os Estados e Municípios estão enfrentando nesse momento. Como prova disso, percebemos a ansiedade dos governadores pela aprovação de empréstimos, como aconteceu ontem na CAE, e certamente acontecerá hoje com a Governadora do Rio Grande do Norte, que também, legitimamente, como os demais, está buscando empréstimo para o seu Estado.

Essa é uma medida inteligente e atende à reivindicação dessa agenda positiva de governadores e prefeitos de todo País, descentralizando mais recursos para Estados e Municípios.

Portanto, parabéns, Senador Aloysio! Parabéns, Senador Cássio Cunha Lima! E a Bancada do PSB, com muita alegria e entusiasmo, encaminha favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Consulto o Senador Cássio Cunha Lima se pretende fazer alguma consideração na condição de Relator?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só uma observação.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Não. Apenas firmei um compromisso com o Senador Suplicy para que, no ambiente da CAE, possamos fazer um exame do impacto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Um amplo debate.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – ...sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Até porque na Comissão de Assuntos Econômicos essa matéria é terminativa e de mérito.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Exatamente. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Wellington Dias.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não posso deixar de participar nesse debate, até por conta das agendas que foram ditas e as repercussões depois. A posição do Governo, a posição da nossa Bancada é favorável. Por que eu quero chamar atenção aqui, para ficar claro?

Primeiro, não se tratava de uma posição de o Governo ser contrário. Na verdade, estamos falando de recursos que também vão para abastecer o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). É bom entendermos isso aqui. Na verdade, não se tratava simplesmente de receita de domínio próprio da União. A rigor, ela tem um conselho que direciona a sua aplicação. Então, a nossa posição aqui vai nessa linha do que coloca o Senador Suplicy.

Agradeço ao Senador Cássio por essa abertura. É apenas para que tenhamos toda essa compreensão. Mas a posição é favorável, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k.

Senador Flexa, sua manifestação final.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para parabenizar o Senador Aloysio pelo projeto e o Senador Cássio Cunha Lima pela relatoria. Eu espero...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a foi o precursor – e eu fiz questão de registrar isso – da medida provisória.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero parabenizá-lo, Senador Aloysio. E fico feliz que o Senador Wellington Dias, pelo Governo, declara-se favorável ao projeto, porque a emenda que eu fiz foi à medida provisória, a que o Senador Eduardo Braga, como Líder do Governo, colocou-se contrário, no plenário do Senado, até com destaque feito à emenda. Ele declarou que era contrário porque estava inserido na medida provisória e que isso teria que ser por projeto de lei.

Então, eu espero, Senador Aloysio, que possamos fazer justiça aos Estados e Municípios, que pagam esse Pasep, como V. Ex^a coloca aqui, sob a receita

corrente arrecadada, as transferências correntes e de capital recebido. Isso traz para os Estados e Municípios o problema de dificuldade maior de caixa, ainda na transferência dessas receitas para a União.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

Eu gostaria de dar direito autoral, já que tratamos de direito autoral na semana passada. Eu apenas copiei a emenda de V. Ex^a e fiz questão de registrar a autoria intelectual de V. Ex^a na reunião passada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A autoria é de V. Ex^a, Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu quero dizer, Senador Aloysio, que esta Presidência cumpriu o acordo que fez em plenário com V. Ex^a quando decidiu dar prioridade na pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a sempre cumpre os acordos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a justiça.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto, com as duas emendas apresentadas pelo Sr. Relator, Senador Cássio Cunha Lima.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 34, DE 2011

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação da carreira de médico de Estado.

Autoria: Senador Vital do Rêgo e outros

Relatoria: Paulo Davim

Relatório: Favorável à proposta nos termos de uma emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra a S. Ex^a, o Senador Paulo Davim.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, combinado aqui com o Senador Humberto – e tratei com V. Ex^a e com o Senador Paulo Davim –, primeiro, há um processo de entendimento, nós estamos bem próximos de um entendimento. Então, eu fiz aqui um pedido de vista para que a gente possa viabilizar, completar as condições de aprovar esse projeto,

evitando-se que se tenha aqui uma aprovação sem entendimento e se crie um ambiente de dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Paulo Davim dá o relatório como lido e...

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, a PEC é da maior importância, sem sombra de dúvida. Conversava com V. Ex^a há pouco que não é só carreira de médico. O médico sozinho não vai resolver o problema da saúde no Brasil por inteiro. É preciso que as outras áreas do atendimento médico também sejam incluídas no plano de carreira. Não só médico; tem que ter o enfermeiro e outras carreiras.

Mas, já que o Senador Wellington Dias solicitou regimentalmente vista, pediria a V. Ex^a que concedesse vista por 24 horas e nós pudéssemos amanhã, em uma reunião extraordinária da CCJ, aprovar a PEC, para que ela vá ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu quero construir com o Senador Wellington Dias e com os demais companheiros, até pela condição de autor, sinto-me sem precisar usar esse poder discricionário por força dessa minha condição...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas o Governo usa muito esse poder. Eu até já vi vista de duas horas. Quanto mais de 24!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É, mas eu não uso. Eu concedo vista...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Eu peço, então, diante dessa manifestação de V. Ex^a, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vista coletiva concedida.

Agradeço a sensibilidade do Senador Flexa Ribeiro, que desde ontem tem-se mostrado uma sentinela viva e atuante na defesa desse projeto.

Senador Flexa Ribeiro, fica dado como lido o relatório do Senador Paulo Davim. O Senador Wellington Dias fica com a missão de construir um consenso nesta pauta.

Não há mais nada a tratar, pois a Senadora Ana Rita não está presente, ficando comprometido...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu não poderia fazer o relatório? A Senadora Ana Rita me deixou o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ela deixou o relatório? Podemos...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Gostaria que desse... O relatório é simples, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu peço a V. Ex^a para... Há uma matéria extrapauta que foi votada, da Senadora Ana Rita, nós a votamos aqui, um requerimento de inclusão na pauta.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2013

– Não Terminativo –

Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e dá outras providências.

Autoria: Deputado Nilmário Miranda e outros

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatoria Ad Hoc: Senador Wellington Dias

Em virtude de compromissos da Presidência da Comissão de Direitos Humanos, S. Ex^a está ausente, mas esta Comissão nomeia como *ad hoc*, o Senador Wellington Dias para proferir o parecer.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, conforme foi divulgado, o relatório já é conhecido, como V. Ex^a lembra, por já termos tratado desse tema, portanto, leio apenas o voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2013, tal como enviado por aquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pela aprovação, na forma do projeto aprovado na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ...pela aprovação na forma do projeto enviado pela Câmara.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu gostaria de debater, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Escolham. Os dois hoje estão separados...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela idade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ...pelo espaço.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu sou um senhor idoso e já estou no limite das minhas forças.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Fica a preferência com mais tecido capilar ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, por gentileza.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria fazer uma observação apenas, coisa rápida.

O projeto é evidentemente meritório. Esteve aqui no Senado, inclusive, ontem ou anteontem, a Ministra Maria do Rosário. O que me chama a atenção, Sr. Presidente, é que um projeto dessa importância que está tramitando desde 2001, de autoria de um ilustre membro do Partido dos Trabalhadores e, mais do que isso, um ilustre Parlamentar – e o Nilmário foi um grande Parlamentar –, ex-Ministro, que esse projeto não tivesse tido a correção, que o Governo não tivesse tido o cuidado de corrigir uma inconstitucionalidade que é flagrante.

A Constituinte é clara, é terminante quando diz que a iniciativa para criação de órgãos do Poder Executivo é privativa do Chefe do Poder Executivo.

Vejam com que desleixo o atual Governo trata da elaboração legislativa. Não se deu conta de que havia uma inconstitucionalidade flagrante no projeto, meritório e que poderia ser corrigido! E que poderá, eventualmente, até ser corrigido com o veto seguido de uma medida provisória. Mas esse fato dá a ideia do desleixo com que o atual Governo acompanha a tramitação dos projetos de lei que tramitam nesta Casa, sem prejuízo da vigilância e da constância e do zelo dos seus Parlamentares, os Parlamentares da sua base.

Evidentemente que a incumbência da Casa Civil que tem uma boa assessoria é acompanhar a tramitação.

Eu não vou pedir vista, mas quero registrar a minha objeção em relação ao art. 6º, que é inconstitucional.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, o projeto, no tocante ao mérito, é muito bom. Precisamos desse projeto. Mas a Constituição precisa ser respeitada. O art. 6º da Constituição, muito bem lembrado pelo Senador Aloysio, ofende o art. 61, § 1º.

E esse projeto não poderia vir... a discussão é que esse projeto não poderia vir, que ele é de iniciativa do Poder Executivo, mas na própria ementa do projeto está escrito o seguinte: “Dos Deputados Nilmário Miranda e Nelson Pellegrino.” São dois grandes Deputados. O projeto é muito bom, mas este art. 6º não é suprido, a sua inconstitucionalidade, pelo fato de o Poder Executivo ter atribuição de regulamentar através de um decreto, conforme fala o último inciso do art. 6º.

Eu tenho dúvidas disso. Apenas essa dúvida tem que ser sanada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só para explicar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Na verdade, quero aqui até agradecer aos Senadores Aloysio e Pedro Taques por trazerem esse debate. Quando a gente ainda estava tratando desse tema num dado momento no plenário, fiz uma consulta aos autores e Câmara está preparando uma nota técnica, em que trata aqui desse ato do Poder Executivo, a quem vai caber fazer, como diz o Senador Aloysio, a criação do comitê. É nisso que eles se sustentam para dizer que o projeto em si não está criando. É um ato do Executivo que vai criar.

Como diz o Senador Pedro Taques, há essa dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Que é o Executivo que vai criar o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Exatamente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a me permite?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sobre essa dúvida, existe uma Súmula do Supremo Tribunal Federal – não sei se é a nº 02 ou 04 – que dizia que a sanção supre esse vício de iniciativa.

Essa Súmula foi cancelada pelo STF. Esse é um ponto.

A interpretação do art. 6º é que me traz essa dúvida. Eu quero aqui ressaltar a importância desse projeto, precisamos desse projeto – trabalho da Senadora Ana Rita –, mas tenho dúvidas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador Taques, o projeto, como dito, foi de iniciativa do Executivo, o Projeto de Lei nº 2442, de 2011. Na Câmara é que foram apensados os projetos de Nilmário Miranda e do Pellegrino. É do Executivo, o Projeto nº 2.442, de 2011, de iniciativa do Executivo, conforme está expresso no texto.

No art. 6º, o que foi feito, na Câmara, foi colocar a incorporação do projeto do Nilmário e do Nelson Pellegrino apensados a esse. No art. 6º do projeto original já diz: “Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura”. Portanto, a iniciativa da criação já veio no projeto, é de iniciativa do Executivo. Então, já está desde 2011.

É por essa razão que a gente faz aqui a defesa do projeto.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria de discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É reincidente essa... Senadora Ana Rita, só antes dizer que essa dificuldade de interpretação nessas matérias que a Comissão de Constituição e Justiça vem tendo, Senador Pedro Taques e Senador Aloysio, é reincidente. A Câmara não conseguiu, ainda, definir essas questões quando a origem do projeto é pelo Executivo. Durante o curso de tramitação na Câmara, há uma incorporação de outras matérias, que são apensadas por autores Deputados, e que vêm com uma ementa dando a entender que a autoria pertence a eles. Na origem, é do Poder Executivo. A Câmara precisa tomar essas providências para melhor esclarecimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estou fazendo aqui um entendimento com o Senador Pedro Taques, Senador Cássio Cunha Lima e Senador Aloysio, para nós nos comprometermos a fazer essa nota antes da votação em plenário.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não tenho nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, só para dizer que essa questão da inconstitucionalidade, num primeiro momento, parece que é inconstitucional, o relatório explica, não sei se foi possível fazer a leitura aqui, pelo Senador Wellington – a quem quero agradecer, porque eu estava cumprindo uma agenda com o Presidente, entregando o relatório da CPMI –, mas o relatório dá essa explicação. Na verdade, o Executivo encaminhou o projeto para a Câmara dos Deputados, mas foi apensado ao que já estava tramitando lá, e ele acaba fazendo referência aqui ao primeiro projeto, que é do Deputado Nilmário Miranda. O Executivo encaminhou o projeto de lei e, portanto, na minha opinião, na opinião desta relatoria, não traz nenhum vício de inconstitucionalidade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu li o relatório, que foi entregue hoje e entendi essa posição que a Senadora Ana Rita, que fez um trabalho excepcional nesse tema, nos trouxe. Agora, para isso, o Regimento estabelece o chamado autógrafo ou autenticação. O que sai de lá tem que chegar aqui.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso. Estou me comprometendo a isso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Esse autógrafo com autenticação regimental não pode ser modificado por nota técnica.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O.k.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mas eu não vou obstruir isso, vamos resolver isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O mérito é tão louvável que os desafios para a construção da solução são muito válidos.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, tenham todos um bom dia. Fiquem com Deus!

Está convocada reunião extraordinária para amanhã.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, suspensa às 9 horas e 48 minutos, reaberta às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 11 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2013.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia dois de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Roberto Requião, Ana Amélia, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Ataídes Oliveira e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino e Mozarildo Cavalcanti, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, inicia a deliberação da pauta. Prosseguindo, a Senhora Senadora Ângela Portela, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Item 11 – Extra Pauta**). **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2012**, de caráter não terminativo, de

autoria da Senadora Ângela Portela, que “Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional”. O relator designado é o Senador Luiz Henrique e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A Matéria é retirada de pauta em razão da aprovação do Requerimento nº 35, de 2013, de autoria dos Senhores Senadores Ângela Portela e Luiz Henrique, para realização de Audiência Pública de instrução do presente projeto (**ver Item 11 – Extra Pauta**). O Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2012, fica sobrestado na Comissão até a realização da Audiência Pública. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Renato Molling, que “Altera os arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e revoga a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que “Dispõe sobre a inscrição do nome de Ajuricaba no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 11: Requerimento nº 35, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ângela Portela e Luiz Henrique, que requerem “... nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE para debater o PLS 194, de 2012, de autoria da Senadora Ângela Portela e relatoria do Senador Luiz Henrique, que ‘Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional’, com convite aos órgãos e autoridades abaixo relacionados: 1.Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; 2.Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; 3.Representante da Secretaria de

Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE. Em sendo aprovado o presente requerimento, será então oportunamente definida a data para a sua realização, dada a importância e atualidade do tema, pelo o que encaminhamos para apreciação e deliberação por nossos pares da Comissão, na expectativa do seu apoio e aprovação”. O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2012, fica sobrestado na Comissão até a realização da Audiência Pública. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2012; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2012; Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2012; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2003; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2010; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011 e Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2012.** Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim**, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.**

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos a nossa pauta.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Senadora Angela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, o item 4 da pauta, o PLS nº 194, de 2012, é de minha autoria, e o Relator é o Senador Luiz Henrique. Nós conversamos e resolvemos pedir a retirada de pauta.

E nós gostaríamos, Sr. Presidente, de submeter um requerimento para realização de uma audiência pública em que discutiríamos melhor esse projeto, que diz claramente da necessidade de, nos conjuntos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida, obrigatoriamente ter-se que oferecer equipamentos sociais, educacionais, principalmente educação infantil e ensino fundamental para as crianças que vão morar no conjunto habitacional.

Nós sabemos que esses conjuntos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida são destinados principalmente a famílias que recebem de um a quatro salários mínimos. Obviamente, é necessário haver a obrigatoriedade de que sejam disponibilizadas vagas para as crianças nas creches, na educação infantil e no ensino fundamental. Nós já sabemos que há leis que preveem isso, portarias do Ministério das Cidades falando sobre isso, mas observamos o descumprimento da oferta de vagas para as nossas crianças e adolescentes.

Queremos agradecer o relatório favorável do Senador Luiz Henrique, que inclusive apresentou duas emendas que só aprimoram o projeto, mas, diante de notas técnicas do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda e do MEC, resolvemos pedir a retirada de pauta, junto com o Relator da proposta, para que possamos discutir melhor a importância desse projeto, e de que forma poderíamos, junto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação, com o Ministério da Educação, com a Undime, poderíamos aprimorar esse projeto com o intuito claro, Senador, de oferecermos às nossas crianças educação infantil e ensino fundamental.

Nós já observamos que em conjuntos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida, inclusive aqui em Brasília, as residências é que estão oferecendo, colocando escolas para atender as crianças, considerando que não existem escolas com vagas suficientes para atendê-las. Em nosso País, temos 80% das nossas crianças de quatro e cinco anos na escola de educação infantil, mas temos apenas 20% das crianças de zero a três anos, que é a creche, sendo atendidas nas redes pública e privada. Então, é muito pouco ainda. É preciso ter a consciência do valor social que tem um projeto dessa relevância, dessa importância, para que possamos efetivamente tornar realidade a oferta de educação para as crianças, que é um direito. Está na nossa Constituição: oferecer educação de quatro a dezessete anos. Então, como temos um número muito elevado de crianças que não são atendidas, é nossa obrigação, como Parlamentares, fazermos proposições que visem a atender essa demanda de crianças e que visem a cumprir o papel do Estado na oferta de vagas de educação infantil e de ensino fundamental.

Por isso, Sr. Presidente, nós gostaríamos de pedir ao Plenário a aprovação do nosso requerimento para realização dessa audiência pública, para que a gente possa discutir melhor, aprofundar o debate, sobre a importância, a relevância desse projeto de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento está com V. Ex^a?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Já foi encaminhado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, nós vamos ler o requerimento e depois vamos submeter à apreciação do Plenário, para extrapauta. Mas já com a presença do Senador Ataídes e da Senadora Ana Rita, podemos, inclusive, enquanto esperamos os outros relatores chegarem, discutirmos o requerimento, se assim vocês entenderem.

Vou à leitura do Requerimento e, primeiro, vamos propor a inclusão extrapauta e, depois, a aprovação do mérito.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 35, DE 2013

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE para debater o PLS 194, de 2012, de autoria da Senadora Ângela Portela e relatoria do Senador Luiz Henrique, que “Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional”, com convite aos órgãos e autoridades abaixo relacionados: 1.Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; 2.Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; 3.Representante da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE. Em sendo aprovado o presente requerimento, será então oportunamente definida a data para a sua realização, dada a importância e atualidade do tema, pelo o que encaminhamos para apreciação e deliberação, com os nossos pares da Comissão, na expectativa de seu apoio e aprovação.”.

Aqueles Senadores que queiram discutir o Requerimento...(Pausa.)

Todos concordam em que coloquemos extrapauta?

Está aprovada a inclusão do Requerimento como item extrapauta.

Podemos encaminhar o mérito já?

Em votação o mérito do Requerimento.

Os que concordam também com o mérito do Requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o mérito do Requerimento.

Com isso, sai de pauta, até que realizemos a devida audiência pública, por solicitação da autora e da Relatora, o item nº 4.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2012 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional.

Autoria: Senadora Angela Portela

O item nº 1, pela informação que recebi sai de pauta também pela não presença, no momento, da Senadora Lídice da Mata.

É o seguinte o item retirado.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2012 – Terminativo –

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para fixar regras de reeleição e de duração dos mandatos dos dirigentes de entidades desportivas.

É, de fato, um projeto polêmico, que merece a presença tanto da Relatora como também do autor, pela sua amplitude. Sem criar nenhuma polêmica de imediato – estamos esperando os outros relatores chegarem –, temos que ter todo o cuidado quando se fixa regra para reeleição de mandatos de dirigentes. Pode-se também, num segundo momento, apontar um caminho para os dirigentes sindicais; pode-se também apontar um caminho para os mandatos dos próprios Parlamentares. Então, é importante que ouçamos, aqui, os argumentos tanto do autor como da Relatora.

Naturalmente, se todos ficarem convencidos, o projeto será apreciado e votado.

Acerca desse item nº 1, tenho aqui um pequeno comentário: a matéria em exame pretende, mediante alteração na Lei que institui normas gerais de desporto, alterar o processo eleitoral nas entidades – no caso, aqui, desportivas –, assim como determinar limites e a recondução dos dirigentes das entidades. Por isso, insere dois parágrafos, no seu art. 23, que dispõe sobre elementos constitutivos essenciais dos estatutos das entidades de administração do desporto.

Mas, como já foi acertado, esse projeto não será votado no dia de hoje porque não estão presentes, até o momento, nem o autor, nem a relatora.

Vamos ao item 2. É isso? O Senador Avaro Dias é o Relator do item 2, que é não terminativo e é de autoria do Deputado Renato Molling, do Rio Grande do Sul.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera os arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e revoga a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003.

Autoria: Deputado Renato Molling

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Favorável com as emendas oferecidas.

O Relator é o Senador Alvaro Dias, que está aqui ao lado, em outra Comissão, também participando intensamente de um debate, mas se comprometeu a vir aqui para apresentar o seu relatório e deve estar chegando.

O item 3 é o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2012. Eu estou informando a todos que estou fazendo a leitura, está muito transparente, porque nós estamos aguardando a chegada de alguns dos relatores. E, naturalmente – eu me comprometi aqui com o Julio –, eu não encerro a sessão sem os relatores chegarem.

Quanto a falar, pode deixar que eu falo aqui o tempo que for necessário. Se for necessário levar duas horas, eu levo duas horas aqui, até que os relatores cheguem. Isso não é problema.

Está aberta também a palavra a todos os Senadores. Eu, por exemplo, vou comentar depois que, enfim, o Estatuto da Juventude, de que todos nós participamos ativamente, saiu do Senado e foi para a Câmara, mas isso é para um segundo momento. Enquanto aguardamos, os senhores estão com a palavra à disposição, se assim entenderem, para falar sobre qualquer tema do campo da educação e temas correlatos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fixar práticas de gestão democrática na educação superior e na educação básica.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.

2 – A matéria constou na reunião do dia 25/6/2013.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Cristovam pede que este projeto saia de pauta. Assim, vamos atender ao Senador Cristovam, mas, com satisfação enorme, de imediato, passo a palavra à Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de justificar a ausência da Senadora Lídice da Mata. Ela está no seu Estado porque hoje é o Dia da Independência da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, bela lembrança.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Ela está em atividades em seu Estado em função desta data tão importante. Por isso gostaríamos de justificar o fato de ela não estar aqui para relatar o seu projeto. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela. Então, já está esclarecida a situação da Relatora, porque hoje é o Dia da Independência da Bahia.

Do item 4 nós já falamos aqui, mas podemos comentar, se for necessário. A Senadora Angela Portela já pediu a retirada de pauta do item 4 e apresenta um requerimento para uma audiência pública, o qual já apreciamos e já votamos.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2012

– Terminativo –

Inscribe o nome de Bárbara Pereira de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputada Ana Arraes

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável.

É um projeto tranquilo. Acredito que não teremos nenhum problema para a sua votação. O Senador Benedito de Lira estaria também se deslocando – porque na terça-feira houve inúmeras comissões – para esta

Só um resumo da ideia: o projeto em análise, que aqui acabei lendo, da Deputada Ana Arraes e relatoria do Senador Benedito, visa escrever o nome de Bárbara Pereira de Alencar do Livro dos Heróis da Pátria.

A inscrição no livro dos Heróis da Pátria é regulamentada pela Lei 11.597, de 29 de novembro de 2007, que estabelece que, no citado livro, serão registrados os nomes de brasileiros ou de grupo de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria para a sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo. Entre as restrições da referida lei consta que a inscrição (o Senador Alvaro Dias chegou aqui para me salvar) só poderá ser prestada 50 anos após a morte do homenageado.

Eu aproveitava aqui, Senador Alvaro Dias, para dizer quais os critérios usados, mediante o projeto que será votado, correspondente ao Item 5, para inscrever o nome no Livro dos Heróis da Pátria.

Então, com a chegada do Senador Alvaro Dias. Vamos para Item 2.

Com a palavra o Relator.

Só um esclarecimento: a matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Primeiramente, gostaria de justificar, pois estávamos num debate sobre perdão de dívida a países africanos e, em seguida, em um debate sobre a questão do transporte nas cidades, o transporte público nas cidades brasileiras. Esse debate prossegue ainda na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O assunto do momento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exato.

A iniciativa que vamos agora votar visa determinar que Estados e Municípios, além de se responsabilizarem pelo transporte escolar dos estudantes de suas redes de ensino, permitam que os professores das respectivas redes utilizem os assentos vagos disponíveis nos veículos de transporte nos trechos autorizados.

As emendas oferecidas apenas alteram a redação. Duas delas explicitam que o transporte é limitado aos alunos da rede pública do respectivo ente Federativo. A outra altera a ementa.

Eu não sei se é necessário fazer a leitura do parecer. Creio que todos os Senadores e Senadoras já receberam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se V. Ex^a quiser ler a análise, o nosso quórum vai melhorando.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Vou fazer uma leitura rápida aqui.

A União repassa recursos aos entes federados para que estes providenciem a locomoção dos estudantes de educação básica das respectivas escolas situadas em áreas rurais. Atualmente, dois programas com esse fim são mantidos pelo Ministério da Educação: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Caminho da Escola. O primeiro fornece assistência financeira complementar aos estados e municípios para a cobertura de diversos tipos de despesas com a manutenção dos veículos utilizados no transporte escolar. Já o Caminho da Escola consiste em linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em favor dos entes federados, para a aquisição de ônibus, miniônibus e microônibus zero quilômetro e embarcações novas.

Apesar desse importante apoio federal, os Estados e Municípios, além do Distrito Federal, são os responsáveis pela oferta do transporte escolar, e, por conseguinte, de sua organização no respectivo território. No desempenho dessa atividade, muitos entes federados identificaram a necessidade de permitir que os professores se utilizem dos veículos de transporte escolar para o deslocamento entre sua residência e a escola. De fato, as mesmas dificuldades sentidas pelos estudantes também são enfrentadas pelos professores, até porque o salário do professor, no Brasil, está aquém das suas reais necessidades.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exatamente. Nem o piso está sendo cumprido em alguns Estados do País.

Ocorre que a legislação emanada da União não contempla o transporte de professores. Por isso, alguns órgãos de fiscalização e controle têm contestado a iniciativa de entes federados que contemplam a utilização, pelos professores, dos veículos destinados ao transporte de estudantes. Desse modo, a mudança legal resolveria esse impasse. Embora o ideal fosse garantir o transporte aos professores das zonas rurais, principalmente em áreas de locomoção mais difícil, a proposta já constitui um avanço.

É claro que o ideal seria salário adequado para que o professor pudesse ter o seu próprio meio de transporte, mas infelizmente estamos ainda distantes dessa realidade.

Dadas as limitações orçamentárias para assegurar o transporte a todos, o projeto acerta ao manter

o foco do programa nos alunos. Os professores, por enquanto, terão acesso apenas aos assentos vagos disponíveis. A redação do projeto se refere ao transporte dos alunos, sem fazer a restrição, atualmente na lei, aos discentes das respectivas redes escolares. Julgamos ser recomendável vincular explicitamente a incumbência do transporte aos alunos da rede escolar do respectivo ente federado. Para tanto, apresentamos duas emendas de redação, que apenas explicitam aquilo que a redação do projeto busca efetuar. Ademais, a ementa não informa a alteração que o projeto pretende fazer na LDB, o que recomenda outra emenda de redação para corrigir a omissão.

Eu considero esse projeto um projeto singelo, mas que se justifica, porque realmente de nada adianta o aluno chegar à escola se o professor não estiver lá para lecionar, se ele não tiver o meio de transporte para chegar até a localidade da escola.

A emenda de redação, portanto, é apenas para corrigir deficiência do projeto. Com isso, ele terá que retornar à Câmara dos Deputados.

O nosso voto, portanto, é favorável ao projeto.

Aliás, como a emenda é de redação, não retorna à Câmara dos Deputados. A aprovação aqui no Senado Federal será definitiva e irá para a sanção da Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita com a palavra.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Senador Alvaro Dias, Relator da matéria; Senadora Angela Portela, que aqui se encontra, que também é da área de educação, é professora; eu, particularmente, compreendo que o Deputado Renato Molling, ao propor a matéria, ao propor o projeto de lei, teve a melhor das intenções, que foi possibilitar o acesso dos professores às escolas, tendo um transporte alternativo, que seria o transporte escolar, em particular para os Municípios e para os Estados.

No entanto, penso que seria muito melhor se pedíssemos vista a esse projeto – e eu quero aqui pedir vista –, porque acredito que, se aprovarmos essa matéria, apesar de ela ser uma matéria meritória, importante, estaremos ferindo a autonomia dos Municípios.

Eu acho que cabe aos Municípios e respectivamente também aos Estados definir a melhor forma de atender aos professores. Parece-me que não cabe ao Legislativo, ao Congresso Nacional legislar sobre isso. Eu acho que caberia ao Legislativo municipal ou ao Legislativo estadual legislar sobre isso. Tanto é, Sr. Presidente, que o próprio MEC considera que o transporte de professores, assim como de outras

categorias de trabalhadores, não pode ser resolvido no âmbito do transporte escolar e que a prerrogativa de legislar sobre transporte municipal, intermunicipal e interestadual é respectivamente dos Municípios, Estados e União.

Dessa forma, é possível que, por iniciativa dos Executivos municipais, haja uma regulamentação específica para o transporte coletivo misto para alunos e passageiros, desde que preveja desvinculação orçamentária para manutenção do serviço com verbas da educação e de outras fontes.

Acho que é uma matéria meritória, importante, mas poderemos cometer um equívoco aqui. Então, solicito vista, para que possamos aprofundar melhor essa questão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pede vista regimental?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pedido de vista coletiva. Acho que é um projeto que, de fato, merece uma atenção especial, porque temos hoje o debate do passe livre. Se assegurarmos o passe livre para todos os estudantes, devido à situação dos professores, podemos pensar até mesmo nessa possibilidade.

Mas, é claro, há a discussão da competência. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, o Governador Tasso Genro garantiu o passe livre, mas intermunicipal; já no Município, é de responsabilidade de cada prefeito, enfim, da esfera municipal. E teremos aqui o debate também, que será, entendo, acalorado, no dia de hoje, do projeto do Senador Renan Calheiros, que quer garantir o passe livre para todos os estudantes no território nacional.

É claro que a proposta – e vocês sabem a minha posição – me é simpática, mas temos que aprofundar o debate sobre esse tema, principalmente no momento em que o País todo está em mobilização, eu diria. Se olharmos o número de pessoas que foram às ruas, com certeza, vamos ultrapassar mais de dois milhões de pessoas, e tudo começou com o preço da passagem. Por isso, esse é um tema que merece atenção especial. E a Senadora Ana Rita e o Senador Ataídes pedem vista coletiva, e o projeto volta à pauta na semana que vem.

O item 3 já saiu de pauta, o item 4 também, o item 5 está aguardando a chegada do relator. Vamos passar para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2010
– Terminativo –**Dispõe sobre a inscrição do nome de Ajuricaba no Livro dos Heróis da Pátria.**

Autoria: Senador Arthur Virgílio, que hoje não se encontra mais no Senado e é prefeito de Manaus.

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) –

Sr. Presidente, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2010, do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre a inscrição do nome de Ajuricaba no Livro dos Heróis da Pátria.

Como já estava em pauta em outras oportunidades, Sr. Presidente, vou direto à análise.

Compete à CE opinar sobre proposições que tratem de homenagens cívicas, conforme o art. 102, inciso II, do RISF.

Não obstante a escassez de documentos, é possível reconstituir o essencial da trajetória de Ajuricaba e, acima de tudo, o sentido histórico de que ela se reveste.

A resistência armada dos índios manaus contra os invasores de suas terras, que buscavam, antes de tudo, obter índios e índias de diversas idades para o lucrativo comércio escravagista, mostra-se plenamente justificada do ponto de vista da legítima defesa da liberdade e da própria vida, bem como pelo prisma do direito à autodeterminação dos povos.

O heroísmo de Ajuricaba e a devoção consagrada a sua memória pelos índios de sua etnia, que “esperavam por ele, como pela vinda de El Rei D. Sebastião esperam os nossos sebastianistas”, foi reconhecida inclusive pelos historiadores vinculados ao poder colonial, tal como Ribeiro de Sampaio.

A reavaliação do papel histórico de Ajuricaba completa-se com Arthur César Ferreira Reis, que conclui a análise do episódio, em sua *História do Amazonas* (1931), com a afirmação de que o cacique dos manaus foi “um guerreiro ilustre, dos primeiros a batalhar pela liberdade na América”.

Acresce que Ajuricaba, além de ter sido reabilitado e revalorizado pela historiografia, tornou-se uma referência para a população amazônica e, particularmente, para a amazonense, que passou a nele simbolizar a resistência da população indígena à marcha cruel e desumana das forças colonizadoras. Se a etnia manaus é tida por exterminada, é certo também que participou de um intenso processo de miscigenação, já indicado pelo nome dado à Capital do Amazonas,

assim como ocorreu com tantas outras etnias indígenas, que passaram a constituir, étnica e culturalmente, os amazônidas de hoje.

Ressalte-se, por fim, que a consagração do título de Herói da Pátria ao chefe Ajuricaba, tal como ocorreu com Zumbi dos Palmares e Sepé Tiaraju, representa um louvável movimento de resgate da resistência dos povos violentamente oprimidos pelo processo de colonização, inspirando-nos na luta pelos direitos dos brasileiros excluídos e oprimidos dos nossos dias.

Além de relevante quanto ao mérito, a proposição mostra-se condizente com as normas constitucionais, com os princípios gerais do Direito e com a técnica legislativa, adequando-se, ainda, ao Regimento da Casa.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Consoante as razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2010.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria.

Como o projeto é terminativo, a discussão fica aberta, e nós votaremos no momento adequado.

Só cumprimento o Relator, que deu parecer favorável. Eu tenho também aqui um resumo do tema, que achei muito interessante aqui, conta toda a história. Se V. Ex^a permitir, eu vou comentar, enquanto esperamos melhorar o nosso quórum aqui.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Tanto lhe agradeço como com certeza o Senador Arthur Virgílio também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Também.

O Senador Arthur Virgílio foi um Senador que aqui demarcou o seu tempo. Foi um dos Líderes da oposição e depois se elegeu prefeito. Esses dias eu o vi se jogando de para-quedas. Corajoso. Vi mesmo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – É homem de coragem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu ainda vou me preparar para um dia, talvez eu chegue lá. Não é questão de ser prefeito, porque eu gosto do Legislativo, mas para me jogar de para-quedas também.

O autor e o Relator justificam o projeto, e eu achei interessante, porque trata do povo indígena, não é? Ajuricaba foi um chefe do povo indígena manaus, que habitava o vale do Rio Negro e suas cercanias. Sob sua liderança, os manaus empenharam-se na resistência às campanhas de colonização e escravização empreendidas pelos súditos da Coroa portuguesa.

Nossa homenagem aqui, meus cumprimentos ao Relator.

A resistência indígena é debelada ao longo do período que se estende de 1723 a 1727, com a vitória das tropas enviadas pelo Governador da Capitania do Maranhão e Grão-Pará, João de Maia Gama. De acordo com a tradição registrada na historiografia, Ajuricaba comandou uma rebelião dos prisioneiros conduzidos a ferros para Belém. Após seu insucesso, teria se lançado, com as correntes que o prendiam, no Rio Amazonas.

É uma história bonita, de um herói de fato da Pátria. Por isso nosso total apoio aqui ao Relator e ao autor, por colocar a história desse líder indígena no Livro dos Heróis da Pátria.

Senadora Ana Rita com a palavra.

A SR^a. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria também de registrar aqui a importância de se valorizar lideranças indígenas, e nesse caso, Ajuricaba. Eu particularmente não tinha ouvido falar sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu também não.

A SR^a. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, fazer o registro do nome de Ajuricaba no Livro dos Heróis da Pátria é muito importante, porque é uma forma inclusive não só de resgatar a História, mas também de valorizar e registrar uma parte dessa História, onde os povos indígenas e lideranças indígenas têm um papel altamente importante.

Então eu quero aqui valorizar a iniciativa. Acho que assim como nós lembramos – e a própria justificativa apresentada pelo Senador Cícero lembra – o que ocorreu com Zumbi dos Palmares, também uma liderança altamente reconhecida pelo povo negro, e que nós também o reconhecemos como uma liderança que lutou pela libertação do povo negro, é importante também um projeto que valoriza, que registra e que dá um destaque maior a um líder indígena. Ajuricaba um chefe do povo indígena de Manaus, que habitava o vale do Rio Negro. Então, isso é muito importante.

Só para fazer esse registro, Sr. Presidente. Eu acho que o projeto é altamente importante e necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que V. Ex^a está com a razão.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Permita-me, Presidente, só para complementar esse gesto que estamos tendo, agradecendo a todos os comentários, dizer que a luta dele está também bastante atual, pela liberdade, pelos direitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor tem razão.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Então, ele defendia o seu povo, e o Brasil está vivendo, exatamente, um momento muito importante, em

que o próprio povo está reivindicando, cobrando e se defendendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu sempre acho positivo. Lamento aqui que, no caso, pelo que eu li e vou passar para o Senador Ataídes, ele tenha acabado perdendo a vida, mas em nome da liberdade. Acorrentado, jogou-se no rio e acabou morrendo assim, mas não abriu mão da liberdade.

Quanto à afirmação que o Senador Cícero Lucena faz sobre mobilizações no País, eu acho que são mais do que legítimas. Eu só acredito que tanto o Congresso como o Judiciário...

Temos hoje, Senador Lucena, por exemplo, o caso do Aerus, uma situação de desespero. Inclusive, eles estão ocupando a Fundação Aerus do Rio de Janeiro, já há uma semana. Tiraram água, tiraram luz. Eles estão via Internet, passando todas as informações, com os idosos lá dentro. E o Supremo não julga.

Com todo o respeito ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, que pediu vista na reta final... Tínhamos já o voto favorável da Ministra Carmem Lúcia e o Ministro Joaquim Barbosa pediu vista. É legítimo pedir vista, mas eu aproveito este momento, já que estamos ao vivo, para fazer, mais uma vez, um apelo ao Ministro Presidente Joaquim Barbosa que devolva o processo para o Plenário, para essa questão do Aerus ser votada. Depois de votada, o Executivo terá que, consequentemente, pagar aquilo de direito que têm os nossos idosos.

São homens e mulheres de 80, 82, 84, 85 anos. Falei com alguns por telefone hoje ainda, que estão lá desesperados, tomando remédio, querendo uma solução, porque já faz uma década e não há solução. Há mais de uma década, há quase 15 anos, esse processo está em curso. O Supremo não decide e, consequentemente, eles ficam na expectativa de receber o que têm de direito.

Então, aproveito para falar, neste momento em que estamos falando de heróis e de mobilização, que esses homens e mulheres de cabelos brancos são verdadeiros heróis mesmo, porque eles estão lutando não só por eles, mas, se pegarmos o universo da família que tem direito no caso Aerus, você tem quase 20 mil pessoas, entre idosos e trabalhadores que estavam na ativa, que foram demitidos e que não receberam também os seus direitos.

Por isso, mais uma vez, fica aqui o apelo, frente à pressão das ruas – legítima, repito, contra qualquer tipo de quebra-quebra, naturalmente, essa foi sempre a nossa posição, desde o início –, para que o Supremo vote a matéria. Votem a favor ou contra, mas votem. O que não pode é essa omissão, que vai terminar com os aposentados e pensionistas não recebendo mais

nada, porque morreram. Vir resultar depois que eles morreram não resolve.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente, acaba levando à morte.

Senador Ataídes, por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Pela ordem, esse Congresso e o povo brasileiro sabem que, aqui nesta Casa, há um Senador, e eu tenho dito isso sempre, que sempre, no seu dia a dia, aqui nesta Casa, tem defendido, veementemente, os direitos dos nossos aposentados, que é V. Ex^a, Presidente e Senador Paim.

Eu vi essa reportagem dos aposentados do Aerus. Aquilo dói na alma. Qualquer ser humano que vê aquilo ali, aqueles senhores de 70, 80 e acima de 80 anos ali dentro daquela minissala, reivindicando um direito que é seu, de longa data...

Eu não vejo por que o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal têm que decidir uma coisa que já é deles. O governo tinha e tem a responsabilidade de fazer essas correções, como o caso dos nossos aposentados de longa data, de que nós temos falado. E eu tenho o privilégio de conhecer um pouquinho da história dos nossos aposentados e pensionistas deste País. E nós sempre dizemos aqui que a nossa Previdência Social é superavitária. Ela não é deficitária. Isso eu lamento muito.

Agora, Presidente, aproveitando a chegada dos nossos Pares, se me permite, eu quero fazer aqui um registro de uma indignação, por meio de alguns números, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a, com a palavra, tem toda liberdade necessária.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, sabemos que a educação é a base de uma nação. Isso é sabido por todo mundo na face da terra.

Mas, no nosso País, percebemos, principalmente os nossos educadores – aqui temos a nossa Senadora Ana Rita, a nossa Senadora Portela, que acabara de sair, que são educadoras e tantas outras – que essa classe, ao longo da data, ao longo dos anos foi esquecida, desprotegida, não valorizada, como a classe médica. Olha o resultado da classe médica. Eu disse há poucos dias que eu tinha muito medo que um dos meus filhos optasse por fazer Medicina, porque não tinha o respeito do Governo, não era valorizado etc e tal. Eu estou preocupado que isso venha a acontecer com a classe dos professores.

Nós temos professor no Norte deste País, Sr. Presidente, que ganha R\$100, R\$150 para dar aula. Houve uma pequena parte da minha vida em que eu dei aula.

O dinheiro que eu ganhava não dava para lavar o meu terno. Isso é lamentável. O que me deixa indignado aqui é o seguinte, Presidente: nestes dez últimos anos, a dívida interna do País cresceu quatro vezes. Nós saímos de R\$640 bilhões para R\$2,1 trilhões. Quadriplicou. E eu pergunto: cadê esse dinheiro? Para onde foi esse mundo de dinheiro? Por que não foi para educação? O nosso pessoal, a sociedade que está na rua – e a gente tem dito que não é por causa dos R\$0,20 – por causa da educação, por causa da saúde, por causa da insegurança, da falta de infraestrutura. Cadê essa diferença da dívida de R\$1,5 trilhão?

Essa folha de pagamento também, Presidente, eu fico a querer entender. Em 2002, a folha de pagamento da União era R\$64 bi. Dez anos depois, são R\$215 bilhões. Quadriplicou essa folha de pagamento da União. São quase 30 mil cargos de confiança, 39 Ministérios. Por que esse dinheiro não está indo para a educação, Sr. Presidente?

Então, essas coisas me deixam muito indignado. Esse último ministério aí, da microempresa, me deixou maluco! Por que ministério para dar sustentação a pequenas e microempresas? Nós temos o Sebrae. Eu tenho falado sempre sobre o Sistema S. O Sebrae tem hoje R\$2,5 bilhões aplicados no mercado financeiro. E o Sebrae, ano passado, prestou 4,7 de gratuidade. Então, para que esse ministério? Por que esse dinheiro não foi para a educação? Por que esse dinheiro não foi para a saúde? Então, isso me deixa muito triste, e o povo agora disse “não, agora nós queremos que haja investimento na educação, que haja investimento na saúde, que haja investimento em segurança, em infraestrutura etc e tal”. Agora o povo se manifestou.

Então, isso me deixa realmente muito triste. Eu percebo que a máquina pública, tanto federal, como estadual e municipal, está inchada, Presidente, literalmente inchada. E a solução aqui é cortar gastos.

Eu acho que a Presidente Dilma, essas medidas ora adotadas são de muita valia, com exceção, sob o meu entendimento, do plebiscito – sou contra, mas sou a favor do referendo –; essas medidas que o nosso Presidente desta Casa, Renan Calheiros, também adotou são medidas de grande valia. Mas são medidas que não trarão, a curto e médio prazo, esse resultado que o povo está aguardando.

Então, eu acredito que a Presidente Dilma precisa, em cadeia nacional, tomar medidas imediatas, que venham realmente atender essa necessidade. Por exemplo, cortar imediatamente esses gastos desnecessários, Presidente. Isso é muito grave. Só para se ter uma noção, se hoje o Brasil for pagar juros da dívida interna e externa – porque hoje nós temos dívida externa novamente, pouca gente sabe, mas nossa dívida

externa já está batendo na casa dos R\$200 milhões – chega a algo em torno de R\$500 bilhões/ano. E isto não sobra dinheiro para mais nada.

Então, eu queria deixar esse registro, Presidente, e, só para concluir aqui, a respeito da reforma política, esse plebiscito. Nós sabemos, eu acabei de chegar nessa Casa, eu estou político há oito meses.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas V. Ex^a foi político a vida toda. Com certeza.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – V. Ex^a, que está nessa Casa e é um brilhante, atuante Senador – não canso de dizer isto, o povo brasileiro, principalmente do seu Estado, deve ter muito orgulho de V. Ex^a – sabe que a reforma política está aqui, está na nossa mão, está no Congresso Nacional. Depende deste Congresso. A culpa de esta reforma política não ter saído até hoje é de cada um desses Parlamentares. É só tirar da gaveta e votar.

Essa história, por exemplo, da reeleição, eu sou extremamente contra a reeleição. Eleição de dois em dois anos? O político brasileiro está sempre, sempre, sempre em campanha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a é a favor da coincidência dos mandatos?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sim, coincidência de mandato, e ter um mandato de cinco, seis anos, Sr. Presidente, porque uma eleição no País custa muito caro. O Governador acaba de ganhar uma eleição, imediatamente ele começa a fazer campanha para Prefeito. Termina a campanha de Prefeitos, começa a fazer a campanha, então, para a sua reeleição. E, pior, no último ano, ele não tem condições de trabalhar. Ele fica, então, por conta da campanha eleitoral. E assim não se trabalha.

Outra coisa interessante que vejo como utopia é o tal do financiamento privado de campanha. Eu sou empresário. Empresário nenhum vai pegar dinheiro do bolso e botar lá. A rentabilidade hoje das empresas, quando bem administradas, bem geridas, se chegar a 5% ao ano, pode dar graças a Deus.

Como é que esses empresários, que bancam campanha, destinam 20% da sua receita, através de caixa dois, sei lá, para as campanhas? Isso não existe. Esse financiamento privado de campanha para mim, Presidente, é dinheiro público. Isso é dinheiro desses empresários que corrompem, vamos dizer assim, que corrompem. Esse dinheiro é público, ele já fez caixa dele para retornar aos políticos.

Nós temos que acabar com esse financiamento privado de campanha; “Ah, mas aí vai vir um caixa dois, vai vir um caixa três”. Vamos fiscalizar. “Ah, mas o custo de um voto é muito caro”. Lá no meu Estado, por exemplo, cada voto chega a R\$50,00. Cada voto.

É uma das campanhas mais caras do Brasil. Tem que acabar com essa baderna, com essa mazela do dinheiro público, Presidente.

Era esse registro que eu queria deixar, e muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou passar a palavra, de imediato, à Senadora Ana Rita.

Só uma rápida consideração: seus argumentos em relação ao financiamento público de campanha são mortais, eu diria. V. Ex^a aperta mesmo, como chamamos, onde dói. E eu concordo plenamente com V. Ex^a. Eu conheço Senador e Deputado que já gastou R\$30 milhões numa eleição. Conheço. E, se me desafiarem, eu digo quem. Claro que eu não vou dizer aqui, não é? Mas estou afirmando, porque eu sei. Acha que alguém vai gastar R\$30 milhões numa eleição se não houver uma contrapartida de devolução? Claro que há devolução.

Então, quem pensa que hoje o financiamento – e V. Ex^a foi muito feliz –, que o financiamento não é público, é público sim. Quem está pagando a campanha é o senhor e a senhora que estão nos assistindo nesse momento aqui. Pelo menos, se legalizar, vai ter limite. Todo mundo sabe de onde saiu o dinheiro e não vai haver políticos que receberam uma quantia como essa que eu citei e depois vão ter que devolver. Vão devolver com o seu salário? É claro que não. É prestando serviço indevido, com certeza, ao Erário público. Por isso, quero cumprimentar V. Ex^a.

Eu vou passar a palavra para a Senadora Ana Rita, embora poderia fazer outros comentários, como, por exemplo – eu sei que essa não é a sua intenção –, em relação à micro e pequena empresa. V. Ex^a sabe e eu sei que as micro e pequenas empresas são as que mais geram emprego no País, cumprem um papel fundamental. Elas têm que ter um carinho especial por parte do Estado. Eu sei que essa é a sua preocupação. E V. Ex^a é um grande empresário. Por isso, digo que sempre foi um político, porque, depois que interage com mais de dois, está fazendo política. Então, meus cumprimentos pelo seu pronunciamento. É claro que o momento é de controle, de cuidado. A marcha nas ruas, essa grande mobilização, tem que ser ouvida aqui, no Parlamento. Eu sempre digo que, graças a Deus, os Palácios de Brasília começaram a ouvir o rufar dos tambores nas ruas.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Paulo Paim, eu gostaria também de participar dessa conversa, dizendo que a posição do Senador Ataídes, realmente, é muito importante. Eu, pelo menos, tenho a opinião de que nós deveremos aprovar, o mais rápido

possível, aqui, no Congresso Nacional, a reforma política. Para mim, um dos pontos principais da reforma política é o financiamento público exclusivo de campanha. Eu penso que a população, de forma muito sábia, foi para as ruas, levando as suas reivindicações, fazendo seus protestos, apresentando a sua pauta para o Poder Público brasileiro, para o Legislativo, para o Judiciário, para o Poder Executivo. E, nesses pontos, a população diz o seguinte: basta de corrupção! Queremos reforma política! Então, esse clamor da população precisa ser atendido o mais rápido possível. Nós estamos com uma reforma política aqui, no Senado Federal, no Congresso Nacional, há anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que o Senado aprovou. A Câmara que não vota.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pois é. Há anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já aprovamos três.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pois é. As coisas caminham muito a passos lentos. E a população quer uma resposta mais rápida.

Então, penso que a reforma política só vai se efetivar, de fato, só vamos ter, realmente, uma mudança significativa, principalmente no que se refere à questão da corrupção, se houver uma reforma política que diga que nós vamos ter financiamento público exclusivo de campanha. Enquanto tivermos financiamento privado de campanha, nós estaremos contribuindo para que a corrupção no nosso País prevaleça, porque ninguém doa dinheiro de graça para nenhum candidato. De alguma maneira, ele devolve esse dinheiro. Isso, para mim, é a porta da corrupção. Então, nós precisamos ter a coragem de votar, aqui, no Senado Federal, e na Câmara, o financiamento público exclusivo de campanha, Senador Paim. Essa é uma das principais bandeiras nossas.

Quando cheguei aqui, ao Senado, em 2011, eu fiz parte da Comissão Especial que discutia a reforma política, onde aprovamos financiamento público de campanha, só que ele ainda não foi adiante. Nós ainda não apreciamos essa matéria aqui, no Senado Federal, e nem na Câmara. Então, esse é um debate importantíssimo. A reforma política, é claro, não se restringe apenas a isso. Há várias outras questões que precisamos discutir, mas o financiamento público exclusivo de campanha vai dar uma resposta efetiva à sociedade brasileira no que se refere à corrupção. Eu acho que uma das formas, um dos caminhos de haver corrupção no nosso País é justamente o financiamento privado de campanha.

Nós precisamos alterar esse quadro, além de democratizar a participação das pessoas no processo

eleitoral, porque, hoje, quem tem dinheiro, quem é rico disputa com os demais candidatos com uma possibilidade extremamente maior. Quem não tem recurso financeiro, quem é mais pobre disputa em desvantagem. Então, nós precisamos democratizar isso, dar um tratamento igual a todos os candidatos, independente de se tem ou não dinheiro, para evitar que haja corrupção eleitoral. Ou seja, financiamento público é extremamente necessário, porque, de qualquer maneira, Senador Paim, para quem tem financiamento privado de campanha, possivelmente e posteriormente, o recurso virá, para pagar a dívida de quem financiou a campanha. Existem formas para isso, sabemos disso, e a origem da corrupção está aí.

Então, minha opinião é essa. Acho que esse é um debate que precisamos fazer, inclusive, com a sociedade brasileira. A sociedade precisa se apropriar desse debate; precisa compreender o que significa isso. De modo geral, as pessoas têm poucas informações sobre isso – de modo geral. É claro que uma parcela significativa acompanha e conhece a fundo essa questão, mas precisamos debater esse tema com a população brasileira.

Nós fizemos alguns debates aqui, mas eles ainda não foram suficientes. Precisamos aprofundar mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, permita que eu faça um breve comentário também – vou tomar essa liberdade. Quando eu era Deputado – e vou apontar nos cinco anos, com que concordo também –, apresentei o projeto de um Congresso unicameral. Eu apresentei. Claro que morreu rapidamente, mas apresentei.

Acho que se caminhamos para os cinco anos para todos. Vai mais ou menos nesta linha: cinco anos para Presidente da República, cinco anos para Senador, cinco anos para Deputado, com coincidência de mandatos. Eu também acho e digo isso, há muito tempo.

“Ah, mas é bom para a democracia”: claro que é bom para a democracia, ou então vamos fazer eleições todo ano. Se é bom mesmo haver só eleições, vamos fazer um projeto para eleições todo ano.

Claro que não. Eu concordo com V. Ex^a. Defendo também a tese de coincidência de mandatos, os cinco anos. Já apresentei, ainda em 2005, a candidatura avulsa. Qual é o problema de alguém poder se candidatar de forma avulsa? Em que isso prejudica a democracia e os partidos? Não prejudica em nada.

Eu me lembro de que na época fui bombardeado por ter apresentado um projeto nesse sentido, mas eu dizia: a Itália já tem. Tive até aqui a visita de um Senador eleito pelo voto avulso. E daí? Isso não quer dizer que vou ser candidato avulso. Quem quiser ser candidato avulso vai ser. Nos Estados Unidos, inclusive,

para presidente da República há essa possibilidade. Qual é o problema de haver candidato avulso? Então, não é de agora.

Apresentei também, há dez anos quase, o orçamento participativo para o Congresso. Está aí a PEC circulando, há dez anos, mas não anda, como também aquele do combate à corrupção, que apresentei em 2005 – nem relator indicavam. Agora, do dia para a noite, votou-se a matéria. Mas nem relator, já pensou, um projeto de 2005, de combate à corrupção como crime hediondo, inafiançável, que não prescreve e com devolução de tudo aquilo que se apropriou indevidamente. Nem relator é indicado. Por isso, tenho de saudar as ruas.

Essas ruas é que vão nos ajudar, quem sabe, a aprovar aqui, amanhã ou depois, o fim do voto secreto. Como explicamos que continuamos votando secretamente no Congresso? Isso não tem sentido. Para que esconder o voto?

E me parece que esse tema não anda. Só com muita pressão das ruas é que vamos poder um dia dizer para a população que nós não votamos secretamente, seja autoridade, seja veto ou afastamento de parlamentar ou escolhas dos dirigentes da Casa. Voto aberto. Cada um assuma as suas posições.

Todos os meus votos são abertos. Às vezes me incomodo por causa disso, mas assumo a responsabilidade. Incomodo-me, porque alguns não entendem: “Ah, por que tu foste abrir o voto?” Eu digo: abro porque assim penso. Sou coerente com a PEC que apresentei, quando aqui cheguei, na Constituinte. Perdi. Apresentei na Câmara, perdi. Apresentei aqui, há um tempo, mais ou menos sete anos, mas, aí, prevaleceu o princípio da mais antiga e não da mais ampla. A minha era mais ampla, porque acabava com o voto secreto em todas as situações. Botaram uma restritiva, que é só no caso de perda de mandato, e disseram que a minha estava prejudicada. Dá para entender como uma restritiva pode anular uma que é mais ampla? Deveria ser o contrário: se se aprovar uma mais ampla, prejudica-se a restritiva.

Felizmente, agora, no combate à corrupção, aprovaram o mais amplo – e até acho que é mais amplo. [

Apresentei três crimes hediondos. Mas felizmente estamos avançando, as ruas estão de parabéns, desde que não haja quebra-quebra. E espero também, na linha que V. Ex^a falou aqui, para o caso da previdência. Estão começando a surgir já as bandeiras na rua, as faixas, para acabar com o famigerado fator previdenciário, que nós, aqui, no Senado, já aprovamos; está lá engavetado na Câmara. O reajuste do aposentado nós aqui aprovamos, está engavetado na Câmara.

Vamos ver se a Câmara acorda, também, com essa pressão popular, e bota em votação o fim do fator previdenciário. Se alguém pensa que os idosos não estão nas ruas, digo que eles estão nas ruas, claro, com um caminhar mais lento.

Lembro-me de uma música de que gosto muito, aquela música que, se eu não me engano, Altemar Dutra cantava, que diz: “Eu sou o teu sangue, meu velho, meu querido velho, já caminhas lento, mas eu sou o teu sangue, meu velho”. É o jovem falando para o pai dele que o pai não está nas ruas, o avô, o bisavô, enfim, mas o jovem está, e o jovem está levando também essa briga, essa luta dos idosos e dos aposentados, principalmente atingidos, e estão sendo atingidos pelo fator, que não tem política de reajuste.

Por isso, faço sempre um apelo para que a Presidenta ouça também os homens e mulheres de cabelos brancos, porque essa molecada na rua nos representa, essa molecada na rua nos representa. Eles podem dizer que os partidos não os representam, mas eles representam as nossas gerações. Na verdade, são nossos filhos que estão na rua, são nossos netos. Eu tenho filho e neto na rua, e me perguntam se têm que ir, eu digo: “Olha, a decisão é tua. Se acha que tem que protestar, vá e proteste. Eu posso falar que no tempo da ditadura eu estava nas ruas, e está no meu currículo para mim”. Aí, eles disseram: “Então, vai para o meu currículo também”. E eles estão na rua, mas a vida é isso mesmo.

Não pode achar que ficar em casa dormindo, olhando o trem passar na esquina, ou o bonde, ou o ônibus, você vai ajudar o País. Não ajuda. Ajuda fazendo protesto, fazendo as paralisações, como o movimento sindical vai fazer no dia 11, uma grande mobilização, exigindo que o Congresso vote a pauta, também, dos trabalhadores. Acho que é esse o processo, e, por isso, eu estou muito tranquilo ao fazer essa análise, porque eu não mudei o discurso. O meu discurso é o mesmo.

Senador Ataídes, eu escrevi um livro, eu vou lhe dar uma cópia: *O Rufar dos Tambores nas Ruas*, em que falo da minha saudade de ouvir e ver a mobilização nas ruas, pressionando legitimamente. E tem gente que faz confusão. Quando tu falas de uma pressão, uma mobilização, é como se você fosse contra alguém. Não é contra ninguém, é a favor de causas, das causas que o Congresso deve votar, que o Executivo deve encaminhar, causas que o Judiciário deve julgar e não julga também.

Esse movimento não é contra Pedro, Paulo, João, quando alguns procuram personalizar. Não é. É a favor de grandes causas. Essa juventude disse: “Olha, basta, não dá mais. Nós queremos ver essas pautas votadas”, por exemplo, aqui no Congresso Nacional,

e que bom que o Congresso está votando, começou a votar com muito mais rapidez.

Há um tempo, para levantar algumas bandeiras que estão aqui e os projetos estão na Casa há muitos anos, era quase que achar que a gente estava brincando de fazer política ao apresentar os projetos. Agora os projetos estão sendo votados e muitos vão ser votados. Espero que outros sejam votados ainda no dia de hoje.

Mas, enfim, estamos encerrando os nossos trabalhos. Eu só quero lembrar a todos que vamos ter audiência pública. Assunto: Plano Orientador Institucional e Político-pedagógico da Universidade Federal Sul da Bahia, a UFSBA. Autor do requerimento: Senadora Lídice da Mata. Convidado: Naomar Monteiro de Almeida Filho, Presidente da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Bahia. Tem dia e hora já? Quarta-feira, às 10h30. Estão todos convidados para essa importante audiência pública.

Há outro documento. A semana que vem, temos reunião deliberativa, na terça-feira, inúmeros projetos foram lidos e aqui serão votados, entre eles, das datas comemorativas, são cerca de 40 datas, e serão praticamente duas votações, e três rodovias.

Então, aguardamos todos na próxima quarta-feira. Teremos inúmeras votações nominais, terminativas. É importante a presença de todos os Senadores.

Muito bem, muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião do dia de hoje.

(Iniciada às 10 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia três de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim**, e com a presença dos Senhores Senadores Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agri-

pino, Armando Monteiro e Mozarildo Cavalcanti, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 26/2013-CE, de autoria da Senhora Senadora Lídice da Mata, destinado a debater o **“Plano Orientador Institucional e Político Pedagógico da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA”**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Naomar Monteiro de Almeida Filho, Reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA e o Senhor Antônio Simões Silva, Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação**. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, convida para compor à Mesa e usar da palavra, a Senhora Joana Angélica Guimarães, Vice-Reitora da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA. Prosseguindo, a presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Irene Ferraz, diretora da Escola de Cinema Darcy Ribeiro, do Instituto Brasileiro Audiovisual. Finda a apresentação da expositora, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra a Senhora Senadora Lídice da Mata, autora do Requerimento. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposta permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 26, de 2013, de autoria da nobre Sr^a Senadora Lídice da Mata, para realização de audiência pública destinada a debater o plano orientador institucional e político pedagógico da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Dando início à audiência pública, solicito ao secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. *(Pausa.)*

Nossos convidados são o Sr. Naomar Monteiro de Almeida Filho, Presidente da Comissão de Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia – seja bem-vindo, representante da nossa querida Bahia – e o Sr. Antônio Simões Silva, Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação.

Muito bem, é o nosso Ministério da Educação que, ontem, teve uma grande vitória aqui, no plenário – o Ministério e toda a sociedade brasileira, que quer mais verba para a Educação, não é Senadora? Para a saúde também. Aqui, homenageio o MEC, com a presença do Ministro Aloysio Mercadante, que acompanhou todo o debate e ficou no plenário até o fim da audiência, conversando com cada um dos Srs. Senadores. Isso é bom. Eu gosto de ver um Ministro vir dialogar com a Casa, argumentando, colocando subsídio para uma votação com muita consciência. Então, meus cumprimentos ao Ministro Aloizio Mercadante pelo trabalho que vem fazendo no MEC e por essa conquista de todo o povo brasileiro, que quer mais investimento para a educação e, por extensão, no mesmo projeto, para a saúde. São 75% para a educação e 25% para a saúde, dos nosso *royalties*.

Vamos, de imediato, começar a nossa audiência pública, passando a palavra, para introduzir o tema até para este Presidente que foi convidado de forma eventual para coordenar os trabalhos, já que o Presidente está viajando, à autora do requerimento, a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, caros senhores convidados e Sr^{as} e Srs. Senadores, aqueles que nos acompanham pelos órgãos de comunicação da Casa, na verdade, a ideia de debater o projeto de implantação da nova Universidade Federal do Sul da Bahia, que tem uma proposta diferente, ousada e inovadora, já vem de algum tempo. Mas como o processo legislativo na Câmara demorou além do que esperávamos, quando veio para o Senado, já veio com o seu tempo esgotado.

Se fôssemos fazer uma audiência pública, debater o projeto para depois votá-lo, estaríamos ameaçando as metas de sua implantação, já que o Prof. Naomar, como coordenador do trabalho da comissão de implantação da Universidade – espero que, em breve, seja o futuro reitor – tem a expectativa de que façamos esse processo andar no Congresso de maneira a garantir que haja já o primeiro vestibular ou a primeira forma de aprovação de alunos a partir de 2014.

Mesmo com todo esse esforço, parece-me que não vamos garantir que isso possa acontecer no início de 2014, mas, sim, em meados de 2014. Como o processo foi muito vitorioso apesar desse atraso, já que conseguimos aprovar por unanimidade na Câmara e no Senado, não gostaríamos de perder a oportunidade de a Comissão de Educação do Senado, pelo seu ineditismo. Por isso, mantivemos a ideia de deixar aqui marcado o debate sobre a Universidade Federal do Sul da Bahia e sua implantação. Foram quatro novas universidades federais criadas no Brasil: duas na Bahia, uma no Ceará, uma no Pará. Foram quatro, não foram cinco. A Bahia há muito luta para que possamos mudar o quadro de ofertas de ensino superior público no nosso Estado, já que tínhamos a segunda pior relação entre a oferta de ensino público federal de nível superior e a demanda por ele.

Então, a nossa intenção é esta: que fique gravado aqui no Senado, que seja transmitido pelos meios de comunicação do Senado, que possamos dar oportunidade aos Srs. e Sr^{as} Senadoras de conhecerem e debaterem essa experiência que, creio, marcará a vida das universidades brasileiras. Da mesma forma, a experiência do bacharelado interdisciplinar na Universidade Federal da Bahia tem marcado um novo tipo de universidade federal em nosso Estado.

O Professor Naomar, ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia, que também implantou o bacharelado interdisciplinar naquela universidade, pode nos brindar com sua experiência a respeito da implantação do bacharelado na UFBA e, agora, com esse novo modelo de experiência. Acho importante que essas novas universidades não nasçam repetindo as velhas experiências. O Naomar dotou a UFBA de um conceito de uma universidade mãe. A UFBA vai se desdobrando e criando cursos fora do seu território primário, que é Salvador. Com essa expansão, faz desses núcleos de fora do território central, Salvador, núcleos de existência de novas universidades, também com novo conceito.

Não podemos repetir uma universidade federal como a UFBA, que é uma universidade com 67 anos de existência, que foi profundamente inovadora no período do Edgar Santos, de toda sua implantação, mas

que agora precisa dar continuidade dando o exemplo para o Brasil em inovação.

A nossa outra universidade, que é a Universidade Federal do Oeste da Bahia, não nasce nesse mesmo modelo, mas também está tentando trazer inovações próprias. Recentemente, discutindo com um dos idealizadores daquela universidade, Dr. Jorge Guedes, ele me falava da proposta de um curso de medicina voltado para aquela região, portanto, um curso voltado para a medicina rural. Essa é uma outra experiência que acho muito importante que possamos debater em outro momento.

Então, da minha parte, como justificativa, eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Lídice da Mata, a quem vou dar a palavra novamente. Sei que a universidade é da Bahia, mas é um tema nacional e trata da experiência que vocês estão tendo lá. Quero dizer – e passo já a palavra a V. Ex^a – que esta sessão é também uma homenagem porque ontem a Bahia comemorou...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Cento e noventa anos de independência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, que seja também uma homenagem.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Na independência da Bahia, ontem, dois de julho, cheguei aqui ao final da sessão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Provoquei porque V. Ex^a comentou comigo no plenário.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ...pude, ainda assim, participar do debate e, principalmente, das duas votações importantes que tivemos ontem: o projeto de lei da ficha limpa para o funcionário público federal e as novas destinações para os *royalties* do petróleo.

Quero fazer dois registros, Sr. Presidente: primeiro, a Bahia comemorou ontem, pela primeira vez, depois de ter o reconhecimento, uma vez que foi sancionado, no mês passado, pela Presidenta Dilma, o projeto da Deputada Federal Alice Portugal, reconhecendo a data de 2 de julho como efeméride nacional, ou seja, esta, agora, é uma data nacional.

Aquela luta que os baianos têm há muitos anos para o reconhecimento dessa data pelo Brasil... Nós temos um feriado, o do dia 21 de abril, um feriado nacional, que, com toda a simbologia que tem para o Brasil na luta por sua independência e com todo o papel heroico de Tiradentes, foi, contudo, um episódio de derrota na nossa história. Já o 2 de julho é um episódio vitorioso. O 2 de julho é um processo de luta que não foi apenas a luta pela independência, Senador Paulo Paim, mas havia, na participação dos negros recém-

-libertos, que saíam da escravidão e se incorporavam àquela luta, um projeto de nação, um projeto de república. Da mesma forma, os indígenas que participaram daquele processo e mesmo os muitos brasileiros que se incorporaram à luta pela independência. Ali já se pensava num projeto de república; já havia o início de um projeto, que era divulgado, de reforma agrária; um projeto debatido e divulgado por aquela população.

Dessa forma, não foi apenas o gesto de consolidação da Independência do Brasil e da escolha de Dom Pedro como regente do nosso “trono”. Na verdade, foi muito mais que isso para os negros revoltosos, para a elite agrária daquele momento na Bahia e no Brasil e para os indígenas, enfim, para todo o povo que participou; era muito mais do que apenas a proclamação da Independência do Brasil. Este outro projeto foi frustrado, digamos assim, mas a luta continuou e, mais tarde, nós conseguimos algumas dessas bandeiras; outras ainda estamos por conquistar, como é o caso da reforma agrária em nosso País, de forma mais ampla e democrática.

E outro registro que eu queria fazer – e tentarei fazê-lo também no plenário – é também ligado à educação, também ligado a essas nossas conquistas. Trata-se, infelizmente, de lamentar a morte do nosso companheiro Rui César Costa Silva, primeiro presidente da UNE eleito diretamente depois da reconstrução da entidade em 1979. E ressalto que foi o primeiro presidente eleito diretamente pela UNE, até porque, depois, acabou a eleição direta.

Todos esses movimentos, na minha opinião, servem de homenagem a essa figura política que expressa a resistência dos estudantes brasileiros, a sua tenacidade pela reconstrução da sua entidade, destruída e colocada na ilegalidade pela ditadura militar; e, ao mesmo tempo, tudo de inovação que Rui significou. Rui sempre foi um líder político e um líder estudantil diferente de todos os outros nos seus conteúdos. Sempre profundamente ligado à área de cultura e educação, saiu do movimento estudantil e, profissionalmente, atuou como produtor cultural, dando enorme contribuição à integração da América Latina do ponto de vista cultural, realizando um projeto muito importante na Bahia, um projeto internacional de cultura em nosso Estado. Também inovador na educação, ele e sua esposa constituíram uma escola que, embora privada, era de muita qualidade e muita inovadora, tendo como base da educação um trabalho de educação e arte, vinculando esse processo de educação e arte.

Portanto, uma homenagem à Bahia do 2 de julho e uma homenagem à UNE de Rui César.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós nos somamos às duas homenagens, até

porque, Senadora, permita-me dizer com orgulho que, numa dada oportunidade, há coisa de quatro anos, eu recebi o título de Cidadão de Salvador, numa sessão emocionante...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito concorrida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E eu fiquei muito, muito entusiasmado lá com tudo o que ouvi sobre a luta desse povo de guerreiros e guerreiras, que escreveu uma bonita história. Por isso, mais que justo que façamos essa homenagem nesta reunião.

Eu tenho o título de cidadão de inúmeras capitais e de alguns Estados, todos muito emocionantes, mas ali, na Bahia, naquele dia, eles mexeram, com o discurso de homenagem, na minha história, ou seja, na história dos meus antepassados, dos meus avós e bisavós, negros sequestrados na África que vieram para o Brasil.

Nós sabemos que o povo negro está em diversos Estados brasileiros, mas uma grande parte ficou na nossa querida Bahia. Então, há um carinho muito grande pela Bahia, a quem agradeço pelo título de Cidadão de Salvador.

Informo que a audiência do dia de hoje tem a cobertura da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado, pelo canal 2. Aqui registramos também o contato, pelo endereço www.senado.gov.br/tv.

Então, vamos, de imediato, depois dessa introdução que não foi tão imediata assim, mas até um pouco longa, notadamente de parte dos dois Senadores, tanto eu quanto da Senadora Lídice da Mata, a quem, inclusive, interrompi por duas vezes, passar a palavra ao Professor Naomar Monteiro de Almeida Filho, Presidente da Comissão de Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Vamos conceder quinze minutos a cada um dos convidados, com a tolerância devida, se for necessário.

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – Eu agradeço ao Senador Paulo Paim e apresento meus agradecimentos especiais à nossa Senadora Lídice da Mata.

Esta apresentação consta de uma súmula do Plano Orientador Institucional e Político-pedagógico da Universidade Federal do Sul da Bahia, que está em uma minuta, mas que, tão logo concluamos o processo de institucionalização, terá uma versão definitiva.

No Estado da Bahia, cujo mapa é conhecido de todos, essa é a região de abrangência da Universidade. São três territórios de identidade: a Costa Sul do Estado da Bahia, com um total de 48 Municípios, com uma população de 1,5 milhão de habitantes; uma

população escolar, no ensino fundamental, com 330 mil estudantes e, no ensino médio, 75 mil estudantes.

Ao produzir o trabalho de construção desse projeto, avaliamos uma série de elementos de contexto e demandas e ficamos, como Comissão de Implantação, estarecidos com a carência na educação superior pública e com os indicadores educacionais, em geral, dessa região, uma região rica, apesar da crise, mas cujos indicadores são terríveis.

Em azul, matrículas no ensino fundamental, Município a Município; e, em vermelho, a matrícula inicial no ensino médio. Isso representa um massacre: algo em torno de um em cada 10 consegue chegar do fundamental ao ensino médio. E os 17 mil jovens que concluem o ensino médio encontram apenas 1,5 mil vagas no setor público anualmente, e, naturalmente, o setor privado preenche, de certa maneira, essa lacuna, mas em formações que têm pouca inclusão social e reduzido compromisso com o desenvolvimento da região.

Com o processo de interiorização, como a Senadora relatou, ocorrido na Universidade Federal da Bahia, nós aprendemos que esses problemas ocorrem, mas o principal deles é que a interiorização não tem produzido inclusão social, e sim a exclusão de jovens da região. Ainda não se encontrou uma maneira para fomentar, promover que a juventude da região tenha acesso aos cursos da região. Exemplo mais dramático que temos: o melhor curso de medicina do Norte/Nordeste pelo sistema nacional de avaliação está nessa região, na Universidade Estadual de Santa Cruz, há anos que ali não se matricula nenhum estudante da própria região, porque há uma concorrência de 120 por vaga e a maior parte dos que ganham essas vagas são jovens que vêm de outros locais.

Com isso em mente, buscamos construir um projeto que colocasse a inclusão social como valor fundamental, com um compromisso com a educação básica, promovendo o desenvolvimento regional e sem esquecer a excelência acadêmica.

E o projeto tem elementos de mudança na estrutura curricular, na arquitetura dos cursos e nos processos pedagógicos, e, naturalmente, uma intenção de mudar a cultura institucional na educação superior.

É uma proposta relativamente simples. Cinco pontos: o regime letivo muda, passando a ser um regime letivo quadrimestral; usa uma estrutura de ciclos de formação; muda o currículo para que ele seja modular e flexível; uma cobertura territorial capilar ao nível do município e uma estrutura organizacional mínima. Esse é o regime quadrimestral.

Quando colocamos no calendário, a surpresa foi que cabe na LDB. Mais que isso, preenche tudo que a LDB tem como requisito. São três quadrimestres de

72 dias, com intervalos de duas semanas, e seis semanas de recesso, permitindo que a instituição rode em três unidades durante o ano.

A mudança proposta em estrutura é um pouco mais complexa, mas dá para explicar com certa facilidade. Baseia-se nesse conceito do bacharelado interdisciplinar que a Senadora já mencionou como experimento da Universidade Federal da Bahia. É a implantação de cursos de formação geral universitária, com duração de três anos, em grandes áreas: ciências e tecnologias, humanidades, artes e saúde. E a lógica é muito simples: ao invés de o aluno entrar no curso e na faculdade, ele entra, primeiro, na universidade. Tudo que é formação comum é feito inicialmente; tudo que é formação em grande área é feito em seguida, realizado em seguida. Essa formação geral e a formação nas grandes áreas permitem que os alunos tenham uma convivência e uma exposição interdisciplinar. Mas o que é específico de cada formação é realizado numa segunda etapa, de modo que os bacharelados interdisciplinares constituem um primeiro ciclo de formação, e a formação profissional é o segundo ciclo.

Esse, em linhas bem singelas, é o conceito.

Funciona desta maneira: o aluno faz a formação geral e, por exemplo, tem a sua escolha prioritária na formação em saúde. Ele, então, para se graduar em Medicina, conclui a formação específica, mas, para chegar aqui, ele terá que passar por uma formação no primeiro ciclo. Em saúde, ele vai conviver e vai interagir com a formação em humanidades. Uma interface entre ambas, por exemplo, será a psicologia. Mas a escolha é com o conhecimento, e não uma escolha prévia, como é no sistema atual. E é possível ao aluno deslizar. Ao interagir com as humanidades, ele pode decidir mudar. Ao interagir com a formação em ciência e tecnologia, ele pode ter uma interface, mas também pode resolver mudar. Ao conviver com as artes, igualmente. Deste modo, a escolha é feita no processo, e não previamente. Talvez o maior defeito da universidade brasileira, comparada com outras estruturas do resto do mundo, seja o fato de que, no Brasil, a escolha do curso dever ser feita antes de entrar, o que faz com que o jovem de 15 ou 16 anos nem saiba bem o que quer. E, quando ele sabe o que quer, ele tem o direito de mudar. No nosso sistema, esse direito é suprimido. Para mudar, o aluno tem que sair e prestar outro processo seletivo. Nesse modelo, não: a escolha é dada com informação. Assim, todos os alunos compartilham a formação geral. Ao escolher a grande área, eles terão formação da sua grande área, e, se tiver uma escolha profissional, isso é realizado posteriormente, em seguida. Treze universidades públicas do Brasil já adotaram esse sistema. O mais radical é o da Federal do ABC,

onde os alunos somente entram pelos bacharelados interdisciplinares.

A oferta mais ampliada é a da UFBA, onde, atualmente – eu estava conversando com o Prof. Simões –, já temos mais de quatro mil alunos nesse modelo. E outras universidades também já adotaram esse modelo.

Na Federal do Sul, a entrada será exclusivamente pelo bacharelado interdisciplinar, sendo que a formação profissional é um ciclo complementar, permitindo ao aluno do bacharelado interdisciplinar ir direto para a pós-graduação.

E aqui tem uma novidade em relação aos experimentos existentes: os alunos entrarão pelo Enem e Sisu para os bacharelados, mas poderão sair por uma formação tecnológica, que dá empregabilidade mais rápida, ou escolher licenciaturas interdisciplinares como formação em primeiro ciclo.

E aqui a novidade ou, talvez, a inovação mais consistente, mais profunda: permitir que a entrada no bacharelado interdisciplinar se dê pelos colégios universitários diretamente, através do Enem. Os colégios universitários são unidades descentralizadas, centros municipais de cultura e tecnologia integrados em rede digital, com tutoria local, aproveitando instalações da rede estadual de ensino médio. Todos os municípios da região que tenham mais de 20 mil habitantes, áreas de periferia urbana, quilombos, assentamentos e aldeias indígenas que tenham concentração de egresso no ensino médio público poderão ter uma unidade centralizada dessa universidade.

Aos sábados, as equipes docentes, em rodízio, vão supervisionar essa rede e aplicar os instrumentos de avaliação, e os alunos que concluírem com sucesso 1.600 horas farão jus ao diploma de formação geral universitária, que é um diploma sequencial previsto na LDB.

A Senadora Lídice falou da inovação. Só que, no Brasil, as inovações existem, fazem parte da história, mas o nosso sistema tem dificuldade de se renovar.

O conceito de colégio universitário é de Anísio Teixeira. Justamente no Congresso Nacional, em uma audiência pública como esta, ele fez essa declaração apresentando o conceito, em 1952, do colégio universitário tal como está aí escrito.

Os Estados Unidos têm mais de dois mil colégios universitários, que se chamam *community colleges* ou *junior colleges*.

Este é o modelo da Califórnia, considerado o mais completo. São 112 colégios universitários que recebem alunos que terminam entrando no sistema das universidades da Califórnia. É muito avançado no Canadá também, inclusive com uso do Cegep, o Colégio de Ensino Geral Profissional, que é justamente

essa primeira fase, de entrada. Na Venezuela, a muito debatida Universidad Bolivariana tem essa definição. Aqui está o decreto que criou a missão, a Alma Mater, colégios universitários para justamente fornecer um trajeto inicial para facilitar o trânsito da educação média à educação universitária. Este é outro problema brasileiro. É como se, da universidade para a educação média, houvesse um abismo, que é superado por processos seletivos extremamente excludentes, que só recentemente estamos começando a aperfeiçoar.

Outras experiências: Argentina, Cuba. Sessenta por cento da população cubana está estudando em sedes universitárias municipais. Na Suécia, as *hogskolen*, na Alemanha, as *hochschule*. Duração de exatamente dois anos, que conduz a um diploma de educação geral superior. E o próprio processo de Bolonha, que já está acolhido em 46 países, tem o sistema do ciclo curto. Como funciona? O aluno vai entrar pelo processo seletivo nacional nas três sedes dessa universidade, que estão em Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas, em bacharelados interdisciplinares. Mas os alunos que moram em Municípios menores poderão, fazendo somente o Enem, competir com seus colegas no Município e entrar no primeiro ano da universidade – colégio universitário não é ensino médio, já é ensino universitário –, de modo que ele possa sair pelo bacharelado, pela formação tecnológica em convênio com os institutos federais ou completar as licenciaturas interdisciplinares no próprio Município. Tudo isso como primeiro ciclo. Esse é um bom debate, porque o MEC está buscando a interdisciplinaridade nas licenciaturas usando justamente as quatro grandes áreas do Enem, e nós estamos propondo acrescentar uma que o Enem de algum modo não privilegia, que é a área das artes e suas tecnologias.

Isso vai permitir a formação de professores para a rede pública do ensino médio e fundamental mais polivalentes que essas licenciaturas específicas disciplinares, onde o professor é professor só de física ou só de geografia.

Então, essa é a estrutura geral da instituição prevista...

Só recapitulando: as duas entradas, três saídas no primeiro ciclo, sendo que qualquer uma dessas saídas dá direito ao aluno, tendo bom desempenho acadêmico, de postular entrada na formação profissional. Por exemplo, fazendo uma licenciatura interdisciplinar...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – Isso significa que meus quinze minutos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, significa que a exposição está tão boa e tão brilhante que V. Ex^a tem, no mínimo, mais dez ou mais quinze, se assim entender.

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – Eu acho que mais quinze minutos e eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos lá.

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – Pois bem.

Eu falava que, por essa formação profissional, por exemplo, um jovem pode entrar pelo colégio universitário no seu pequeno Município, vir ao bacharelado interdisciplinar, concluir como licenciatura em matemáticas e suas tecnologias, fazer o primeiro ciclo como professor de matemáticas e suas tecnologias e fazer uma engenharia, sendo que ele é um licenciado prévio, não um licenciado pós, como é o sistema atual.

Quero só retornar aqui a uma questão.

A pós-graduação será, fundamentalmente, profissional, mas mestrados profissionais sob a forma de residência. Haverá residências em todos os campos de formação, não somente no campo médico, onde o conceito de residência é um sucesso já de 200 anos, mas também em políticas públicas, em gestão social, residência empresarial, industrial, ambiental, jurídica e pedagógica. Apenas os cursos de Direito e Medicina vão ter acréscimo em duração, pelas nossas previsões, porque são cursos que têm lacunas sérias. Apesar de o Direito ser uma área cada vez mais dependente de tecnologia, os alunos do curso de Direito não têm nenhuma formação tecnológica e, apesar de o curso de Medicina necessitar cada vez mais de humanização, os alunos não têm formação humanista. Então, esses dois cursos vão crescer um pouco em duração. Todos os outros, com o regime do quadrimestre, terão sua duração mantida, sendo que cada formação será o BI mais um tempo de complemento.

Na região de Itabuna, Porto Seguro e Teixeira... Em Itabuna, os centros de formação em ciências, tecnologia, inovação e artes, uma estrutura de humanidades, artes e ciências para os alunos dos bacharelados interdisciplinares e a rede de colégios universitários; em Porto, humanas, sociais e ambientais; e ciências da saúde em Teixeira de Freitas.

A região.

E aqui uma demonstração de como vai funcionar.

Por exemplo: a reitoria em Itabuna, o IAC Jorge Amado em Itabuna, o Centro de Formação em Tecnologia e Inovação e Artes. A rede de colégios universitários instalada em todos os Municípios do entorno de Itabuna têm mais de 20 mil habitantes e é proporcional, em tamanho, ao número de egressos do ensino

médio. Assim, vamos regular a oferta de vagas pela demanda. Por exemplo, Ilhéus, que tem 1.700 egressos, por ano, do ensino médio, vai ter 600 vagas de colégio universitário.

Itacaré e Marau – estou falando em Itacaré e Marau porque os municípios com menos de 20 mil habitantes não estarão excluídos; eles estarão, em consórcios municipais, vinculados aos colégios. Assim, um jovem que mora em Itacaré e não tem condição socioeconômica de sair, pode entrar no colégio universitário em Itacaré, fazer um ano aqui, vir para Itabuna para o seu BI, já definindo qual o campo que vai buscar. Se, por exemplo, quer fazer engenharia, como o BI de ciência e tecnologia é em Itabuna, ele faz engenharia em Itabuna. Mas, se quiser fazer Direito, ele tem que vir a Porto Seguro para concluir seu curso de Direito. Mas esse curso já foi, no seu primeiro ciclo, todo feito em Itabuna. E, se quiser fazer Medicina, vai a Teixeira de Freitas. Também o BI de saúde terá sido concluído em Itabuna. Cada uma dessas sedes vai nuclear uma rede de colégios universitários e consórcios municipais. De maneira que esse modelo permite a cobertura municipal integral da região. Dependerá apenas das prefeituras a adesão e da Secretaria Estadual de Educação a parceria.

Em relação aos processos, nós vamos introduzir modelos pedagógicos além da pedagogia programada convencional, que são as aprendizagens por projetos, por problemas e por competências. E, apenas muito rapidamente, esses modelos terão dispositivos de tecnologias digitais e práticas pedagógicas interativas.

Vou destacar apenas dois traços desse modelo. Um, é que a aprendizagem será fundamentalmente em equipe. Cada curso terá grupos de dois a quatro alunos de cada ano, durante toda a formação profissional, orientadas pelos residentes, que serão instrutores, e supervisionadas por um docente do quadro permanente. Os alunos serão avaliados pelo seu desempenho individual, mas também pelo aproveitamento coletivo da equipe de que ele participa. E também pela sua tutoria; quer dizer, alunos que serão monitorados por ele.

E aí a estrutura é basicamente a seguinte, só lembrando: primeiro ciclo, BI; segundo ciclo, formação profissional; terceiro ciclo, mestrados profissionais sob a forma de residência. Docentes serão supervisores preceptores de residentes, que serão tutores de equipes, cada residente com duas equipes. Cada equipe formada, por exemplo, no curso de Direito, por alunos de terceiro ano, segundo e primeiro, sendo que os de terceiro são responsáveis pela formação dos de segundo e os de segundo pela dos de primeiro. Os alunos de primeiro ano supervisionarão ou serão tutores de alunos do bacharelado que pretendem entrar no

curso de Direito. E cada um é remetido a uma tutoria. Os alunos de primeiro ano do BI que estiverem no bacharelado ou nas licenciaturas presenciais serão tutores dos alunos a distância, de modo que cada um que tiver o privilégio de estar numa sala de aula terá a responsabilidade pela formação de um colega, dois ou três, que estiverem nos Municípios.

E aqui, só para finalizar, a demonstração de um modelo, que é o do curso de Direito. Os alunos podem entrar pelo colégio universitário ou pelo BI, fazem áreas de concentração que podem dar saída para qualquer um desses cursos, com superposição de matérias.

E, aqui, o primeiro ano do BI para Direito deve ser o do BI de Humanidades. De Humanidades, nessa formação geral, específica, tem Oficina de Textos e Introdução às Humanidades. Todo o restante é semelhante aos outros cursos, naquela formação geral. Já no segundo ano, ele faz a escolha da área de concentração. Aí começa a ter uma formação básica. E notem a ênfase em duas coisas: em Língua Estrangeira e em Aplicações Matemáticas e Computacionais. E os seminários de pesquisa.

O terceiro ano do BI em Humanidades, nesse caso, conclui a formação em línguas e mantém a formação científica e a parte propedêutica do Direito. Sendo que o curso de Direito previsto vai ser um curso de três anos, em que o aluno já entra em prática. É um curso todo prático. Ele não tem as divisões clássicas de Penal, Administrativo, Civil, de Família, essas divisões disciplinares, em que se chega ao ponto de haver coisas absurdas como Penal 1, Penal 2, Penal 3, Penal 4, Penal 5 e com trajetórias que obrigam a fixidez dos currículos. Nesse caso, o foco da ação jurídica. Ação jurídica com foco no cidadão, nas instituições públicas, nas organizações não governamentais, nas empresas. E esse quadrilátero circula durante todo o curso.

Os alunos do último ano que estão fazendo a consultoria jurídica geral são supervisores, tutores dos alunos de segundo ano que estão nas práticas integradas no sistema, que, por sua vez, são tutores dos alunos do primeiro ano. E toda equipe está sempre na atividade prática em defesa dos direitos da pessoa, os de segundo e terceiro no sistema jurídico, e tal. Essa é a estrutura.

Vai ser possível, com a rede digital de alta velocidade, que felizmente – aí é um elemento fortuito –, está passando na região, a RNP, com um tronco de 10GB. Nós vamos implantar três anéis, com sede em cada uma das três sedes, ligando os Municípios; são 32 Municípios, em rede digital.

Essa é uma simulação do que é um ambiente virtual de aprendizagem. E esse conceito, basicamente, aqui, nós vamos criar paredes virtuais. De modo

que aqui pode haver uma, duas, três, várias salas de aula em diálogo. Aqui, por exemplo, isto aqui não é um pôster, não é uma janela, é uma parede digital. As aulas provavelmente vão ter, nos colégios universitários, esse aspecto, porque no colégio universitário o módulo é de 100 alunos, com 50 máquinas, e todas as atividades serão emitidas pela via digital. De modo que o aluno que não puder assistir uma aula no Município, porque trabalha no momento da aula, como a aula é gravada, ele pode fazer o carregamento da aula a qualquer momento.

Os *campi* serão totalmente integrados em projetos de sustentabilidade com esses requisitos. E aqui há o que é mais importante porque é a eficiência desse modelo. Nós pretendemos abrir cinco mil vagas nos Municípios, nos colégios universitários; 1.500 nos bacharelados, nas três sedes, essa é a distribuição, nas quatro grandes áreas, em todas as sedes; 2.600 vagas nas licenciaturas interdisciplinares, de modo que, em primeiro ciclo, 9.100 vagas.

Segundo ciclo. Aqui razão aluno/professor crescente. De maneira que teremos 30 alunos por cada professor, o que é o triplo, atualmente, da média nas universidades públicas brasileiras. Aqui, a cobertura na região. Serão 32 cursos, 12 bacharelados, 30 cursos de graduação, 19 residências, 10 mestrados e 8 doutorados em 2020.

Eu não vou ter tempo de detalhar, mas esse é o mapa da projeção do planejamento estratégico da instituição. Aqui, são as etapas de implantação, em que já estamos trabalhando junto ao MEC. Previsão de aula inaugural: 8 de setembro de 2014, que é uma segunda-feira. O delineamento do *campus* padrão será objeto de um concurso internacional dirigido pelo IAD. Aqui, a construção desse *campus*, que será replicado, na medida do possível, nos locais designados nas três sedes.

Essa é a sede principal, já em processo de implantação, em Itabuna. A reitoria. E deve ser inaugurada no dia 28 de julho, este mês. Aí, Senadora, na agenda.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – *(Fora do microfone.)*

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – Não, não, não. Aí é um antigo centro empresarial que está sendo alugado e reformado.

Finalizando, o *site*, que já pode ser acessado. É experimental, mas já pode ser acessado. Aqui, o *link* desse plano orientador da Universidade.

Eu agradeço a oportunidade. No debate, posso estender questões que surgirem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Professor Naomar Monteiro de Almeida Filho, Presidente da Co-

missão de Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia, pela sua exposição.

Está conosco no plenário a Vice-Reitora da Universidade Federal do Sul da Bahia, Professora Joana Angélica Guimarães. Eu queria, simbolicamente, convidá-la para ocupar a mesa conosco. Seja bem-vinda. Quando V. S^a se dirigir à mesa, se quiser comentar alguma coisa também terá o direito, com certeza absoluta. Mais democrata do que eu na mesa, só eu, viu? É um elogio a mim mesmo.

Senadora Lídice, ontem foi a nomeação do Dr. Naomar Monteiro de Almeida Filho como Reitor. Então, estamos aqui na mesa com o Reitor e a Vice-Reitora. Que bom que é um homem e uma mulher. São as mulheres ocupando todos os espaços. É o equilíbrio.

Passamos a palavra neste momento ao Professor Antônio Simões Silva, Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação.

O SR. ANTÔNIO SIMÕES SILVA – Bom dia a todos e a todas. Saúdo a mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata, e o público.

Depois de uma apresentação como essa, qualquer coisa que eu dissesse aqui seria redundante. No entanto, inicialmente, vamos fazer um histórico dessas inovações que estão se propagando no Brasil a partir de 2007, 2008, e que nasceram com a ideia do Reuni, quando o Professor Naomar era Reitor da UFBA. Naquela época, eu o conhecia somente de nome, mas acompanhava a discussão da nova formatação da arquitetura pedagógica que nascia no Brasil. E ele sabiamente soube tornar tropical o projeto de Bolonha. Copiou tropicalizando, e fez sucesso. Quer dizer, foi um desafio interessante. Desconfiou-se, na época. É comum desconfiarmos de uma coisa nova. No entanto, como hoje ele projetou, nós temos praticamente 25% das universidades com esse projeto. Das 59 existentes, nós temos 14. Sem contar que as novas, as quatro novas, todas têm esse desenho. Isso faz com que, falando de gestão, diluamos um pouco a vazão, porque o aluno entra e tem liberdade de escolha, dentro da universidade, e de mobilidade.

Agora, no caso específico desta audiência, é também a apresentação de uma inovação de arquitetura curricular. E nós – na pessoa do Sr. Naomar – também estamos tropicalizando uma experiência que existe na América e em alguns lugares da Europa.

E qual seria a nossa função aqui, além de escutar vocês e de passar para o MEC as indagações, os anseios e os desafios?

Primeiro, vamos tocar nos desafios. Um projeto como esse, que é novo no Brasil, tem que ter a confiança dos docentes. Isso há. Porque nós fomos

formados num sistema clássico. Fazia-se o vestibular já certo do que ia fazer, se Engenharia, Medicina ou Direito. E, nesse ponto, os parceiros, nossos próprios colegas desconfiam do sistema novo, como desconfiavam dos BIs, há cinco, seis anos, e hoje eles estão propagados. Então, vencer o desafio.

Acompanhei, ao longo desse ano todo, na Internet, a discussão do grupo de implantação, da comissão de implantação, que é um grupo com bastante energia, com vontade de acertar. Nós, da coordenação, torcemos para que esse projeto dê certo. Por quê? Antes de entrar nos desafios, se conseguirmos fazer com que um projeto como esse, que interioriza a universidade e vai nos cantões, vai nos rincões, vai na base da juventude, nós podemos, dando certo, fazer com que se propague para o Brasil inteiro. E o MEC nem vai precisar, de fato, como não precisou fazer com os BIs, sugerir com muita ênfase, porque os próprios prefeitos, as próprias comunidades vão pedir esse modelo. Porque ele é uma forma sábia de interiorizar a educação superior.

Com três *campi*, na realidade, estamos propagando o ensino superior para mais de 20 Municípios. Muito mais. Essa é uma maneira econômica, inclusive de fazer com que o ensino superior grasse por todo o Estado. Esse modelo será acompanhado não apenas pelo MEC, mas por toda a sociedade, inclusive a sociedade acadêmica, para verificar se funciona bem. Vamos aprender com os possíveis percalços que possa haver, e vamos torcer, principalmente a nossa coordenação, que tem essa função de expansão, para que funcione bem a fim de possamos implementá-lo em outras universidades, principalmente nas novas. Com o PNE aprovado, da forma como está, vamos ter que ampliar, e bastante, as vagas públicas no Brasil.

Quais são, na nossa visão, os principais desafios? Vimos um deles, que é fundamental: uma forte rede lógica. Nós temos que ter uma ligação de Internet muito bem azeitada, que funcione muito bem e com boa velocidade. Porque as aulas são ampliadas pelo interior através da Internet. Esse é um ponto que nós, por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Comunicações, temos que garantir que esteja sempre presente e funcione bem. A RNP tem esse desafio.

Há outro desafio para vencermos a barreira da tradição nas nossas universidades: o edital tem de ser diferenciado, tanto o edital da entrada, dos discentes, quanto o edital dos docentes. Ele tem de ser diferenciado, para pegar uma pessoa que tenha a sensibilidade de trabalhar com o sistema novo de arquitetura curricular. A equipe, diferentemente do modelo usado quando entrei na universidade, quando fiz um con-

curso para Engenharia, vai fazer um concurso para a universidade que pode perpassar todas as áreas. Então, este é um desafio: nós temos de fazer modelos de editais, e o professor, ao entrar, deve ser basicamente professor da universidade, não de um departamento x.

Outro desafio que também temos de aprender a vencer seria essa capacidade de destinação pelo interior, mas que tenha ligação, além da Internet, com a mobilidade física. Se vocês notarem, os professores vão aos colégios universitários nos fins de semana, e tem de haver também uma rede de comunicação de estradas boa, para que aquele deslocamento seja agradável.

Além do desafio que acho mais programático, há a parte cultural. Essa resistência já existe dentro das universidades atuais, com os BIs, por parte dos nossos colegas professores. A não ser a UFABC, que é toda formada pelo modelo BI, as outras têm os BIs dentro dos modelos tradicionais. E a gente percebe que há resistência. E a resistência não diz respeito ao novo, mas à nossa formação. Eu sou formado em Engenharia. Então, eu, dificilmente, estaria qualificado ou apto a dar aula a um grupo de tecnologia como um todo. Eu iria, possivelmente, resistir a isso. O professor tem uma resistência à reciclagem de cultura. Ele se recicla no conhecimento. Ele está sempre apto a se reciclar no conhecimento, mas o paradigma cultural... Eu fui criado pensando que quem nasce gatinho será gatinho em qualquer lugar. Ele quer permanecer na sua formação inicial de graduação.

Esse desafio será feito. A equipe que montou a universidade tem isso bem claro. Nós temos, então, de propagar isso para quem vai chegar.

Quais são as consequências benéficas? Sobre a grande consequência benéfica eu já falei antes: a interiorização com uma capilaridade bem maior do que a do modelo de interiorização atual. É diferente colocar fisicamente uma universidade no interior do Ceará, no Cariri, por exemplo, como há uma delas.

Essa aí vai para o interior da Bahia, mas ela se propaga através dos colégios universitários. Então, esse é um modelo que temos de olhar com muito cuidado, torcendo para que ele funcione muito bem, para que isso seja aplicado no interior do Brasil como um todo.

Imagino que uma consequência imediata disso seja a melhoria do ensino médio, além de outras melhorias. O ensino médio vai melhorar por quê? Porque o aluno do ensino médio de uma cidade x vai ver o seu colega, na sua cidade, uma cidade pequena, ser um aluno de curso superior. Isso faz com que ele fique sabendo disso, almejando passar para um curso superior, porque ele sabe que não é preciso um deslocamento muito grande. O que atualmente faz com

que muitos alunos evadam do ensino médio é o fato de que eles nunca vislumbram ir para Salvador, por exemplo, nem para Itabuna, nem para Porto Seguro. O aluno está numa cidade do interior, nas pequenas cidades, e o seu deslocamento é difícil economicamente, culturalmente. Às vezes, ele é arrimo de família e não se pode ausentar. Com o colégio universitário na sua cidade, ele vai aspirar àquele sonho, com muito mais capacidade de torná-lo realidade. Isso ocorre quando a universidade chega ao interior.

Com isso, o ensino médio como um todo melhora. O que a gente tem notado? Tenho viajado pelo Brasil, visitando essas universidades no interior, e tenho notado que uma consequência boa da interiorização é a melhoria do ensino médio da cidade, porque passa a ser muito presente aquela possibilidade de se entrar na universidade. Então, independentemente do esforço do Estado, o aluno começa a estudar com mais vontade, porque vê a porta, o espaço físico da universidade na sua frente.

O que a gente vê no MEC, pelo menos na minha Coordenação de Expansão, são esses pontos.

Agora, como o nome mesmo fala, a audiência serve para a gente escutar. Eu, então, voltaria a palavra à Presidência, para escutarmos mais. Eu estou, então, disposto a tirar qualquer dúvida que possa surgir sobre esse tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Prof. Antônio Simões Silva é Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação.

Confesso que já estou com ciúme, viu? Já estou com ciúme. Já fui especular o nosso reitor da Universidade Federal da Bahia se esse era um projeto – é claro que interage com o MEC e com o Governo Federal – que estava sendo encaminhado para todo o País.

Ele me explicava – ele pode, depois, dizer algo se eu tropicar nas palavras e não disser o que ele efetivamente me disse – que era um plano piloto, com todo o apoio do Governador Jaques Wagner e, naturalmente, do Governo Federal.

E aí já pergunto – vou passar a palavra naturalmente à nossa orientadora desse tema, que é a Senadora Lídice da Mata – se existe por parte do Governo Federal a intenção, a partir desse plano piloto, de fazer com que essa ideia de universidade municipalizada – pode-se dizer assim, pelo que você, Prof. Simões, explicou aqui rapidamente – seja expandida a outros Estados.

É uma pergunta informal, mas que é feita por alguém que ficou com ciúme da exposição que vocês fizeram aqui.

O SR. ANTÔNIO SIMÕES SILVA – Tecnicamente, a nossa Coordenação é que verifica esses projetos e que os estimula. Nós estamos olhando isso, eu, pessoalmente, e a Coordenação como um todo, com grande torcida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. ANTÔNIO SIMÕES SILVA – Porque, com isso, a gente cumpriria, no meu entender, as metas do PNE, de tornar 33% de vagas públicas no Brasil inteiro.

Essa é uma forma que, acredito, é economicamente mais barata, com viabilidade.

A torcida é grande para isso que dê certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou torcer também e quero ser convidado para visitar o projeto lá, logo que ele começar a avançar.

Não sei se o reitor quer comentar alguma coisa nesse sentido, sobre a importância de esse projeto estar, amanhã ou depois – oxalá! –, em todo o País.

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – O que aconteceu? Nós construímos esse modelo com essa verificação de experiências internacionais, como o Prof. Simões identificou, mas também indo à região. Então, nós visitamos todos os Municípios...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa é a questão, para evitar que a moçada tenha de se deslocar para a capital, na busca de um curso apropriado.

Eu vi ali que você mostrava o deslocamento, não é?

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – É. Mas a ideia de fazer uma discussão com os Municípios, nos Municípios, nas escolas, serviu, em parte, para que melhorasse a nossa percepção do contexto – tanto eu como a Joana, por exemplo, somos originários dessa região, somos nativos dessa região; nós nos criamos lá – e, além disso, para que pudéssemos pensar um modelo em que a oferta de vagas em educação superior fosse regulada pela demanda real no local. Então, o conceito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Efetivamente regional, local.

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – Efetivamente regional.

O conceito é o seguinte: a cada três alunos que concluírem o ensino médio, a universidade estará preparada para oferecer uma vaga, mantendo certa competição, o que é saudável. Mas essa competição não pode ser injusta, nem desigual.

Com esse modelo que terminamos montando, acreditamos que esses objetivos são alcançados.

Agora, qual é expansão disso? No momento, nós estamos restritos à área de influência da região, por-

que a legislação foi muito clara quanto aos três *campi* e aos territórios.

Neste momento, está acontecendo uma coisa muito interessante. Quando começamos o movimento de sondagem e de consulta nos Municípios, quando a população teve a compreensão correta do que estava sendo proposto lá, imediatamente, os prefeitos recém-eleitos, que também foram procurados, entenderam isso. Nós temos o apoio das associações de Municípios, como a Amurc, na região cacauaieira, e a Apes, no extremo sul. E colegas prefeitos outros começaram a tomar conhecimento disso. Então, já recebemos solicitação de apresentação desse modelo em vários Municípios fora da região.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – E acreditamos – conversei sobre isso com o Simões – que seja possível que o MEC tenha o problema inverso: em vez de induzir e de fomentar, ele deve ser capaz de responder à demanda real, à demanda política real.

Como você viu, haverá 600 professores, e vamos abrir com nove mil alunos. Acho que não há nenhum outro desenho no Brasil de uma proposta dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É interessante, é muito interessante.

Vice-Reitora Joana, se a senhora quiser fazer algum comentário ou alguma saudação, fique à vontade! Você é nossa convidada aqui.

A SR^a JOANA ANGÉLICA GUIMARÃES DA LUZ – Obrigada.

Bom dia a todos!

Eu gostaria de saudar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, e o Plenário, na figura da Senadora Lídice da Mata, nossa conterrânea e grande incentivadora da educação na Bahia.

Na verdade, eu só queria complementar uma fala do Prof. Simões, quando ele falou do incentivo a alunos do ensino médio, quando tratou da esses colégios universitários.

A gente percebeu isso durante esse período. De outubro de 2012 até dezembro de 2012, nós visitamos todos os Municípios da região, os 42 Municípios. E, durante essas visitas, nós fizemos a apresentação do projeto. Conversamos, em escolas, com vários alunos. E qual o discurso que se ouvia por parte dos alunos? Um aluno nos disse: “Para que vou estudar se vou ser frentista de um posto de gasolina? Por que vou fazer o ensino médio, se não tenho perspectiva nenhuma, se não tenho como sair daqui?”

Então, acredito muito nessa perspectiva real. E, quando eu coloco isso, não estou dizendo que todas as

pessoas tenham de ir para o ensino superior, que todas as pessoas tenham de ir para a universidade, mas que todas as pessoas tenham essa oportunidade se elas a querem, se elas desejam ir para o ensino superior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

A SR^a JOANA ANGÉLICA GUIMARÃES DA LUZ

– Na verdade, o que a gente quer com essa universidade não é transformar todo mundo em profissional de ensino superior. Sempre digo que vamos continuar precisando do pescador, do carpinteiro, de profissionais nas mais diversas áreas, mas as pessoas têm de fazer isso por opção, não por que elas não têm a chance de escolher o que querem fazer.

Muitos desses alunos são alunos brilhantes, estão espalhados por esse interior do País e não têm a menor oportunidade de mostrar isso e de chegar à universidade, porque a eles é negado, inclusive, o acesso, mesmo que se abram vagas, como nós colocamos.

Fui diretora, no momento de sua implantação, do *campus* de Barreiras, que se transformou agora na Universidade Federal do Oeste da Bahia. Percebemos que muitos alunos da região, que moravam ali, não conseguiam entrar na universidade, porque a concorrência era muito alta. Alunos de vários lugares do País vinham para concorrer com essas vagas, e eles acabavam ficando de fora. Então, isso gera uma frustração muito grande: “A universidade está aqui ao lado, mas eu não consigo ter acesso a essa universidade”.

Então, acho que essa é uma forma que a gente viu, que a gente vislumbrou e que pode dar certo na correção dessa distorção. Então, há uma perspectiva a partir daí.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Vice-Reitora Joana!

Sabe, Senadora Lídice, quem, uma vez, levantou essa questão? Foi o Senador Roberto Requião. Na discussão da política de cotas, ele ficou comigo por uma hora e meia e me explicou, de forma didática, que isso iria acontecer.

Essa solução que vocês aqui, de forma muito criativa, apresentam resolve a questão.

Por isso, mais uma vez, cumprimento a Senadora Lídice da Mata, por trazer essa questão, que não é uma questão local. Para mim, é um exemplo nacional, que vai fortalecer, como eu digo, a moçada do Município, da região.

Aqui, foi colocado por ambos e também pelo Prof. Antônio, com muita clareza: a disputa acaba sendo desigual até no campo econômico.

O camarada se desloca de um Estado para outro, enquanto a moçada da região não tem acesso à

universidade e tem de se contentar, como a senhora mesmo disse. Achei muito boa a colocação de que pedreiros, marceneiros, metalúrgicos devem existir, sim, mas por opção! Que eles tenham a oportunidade, se assim entenderem, de fazer um curso superior!

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador Paim, a quem agradeço enormemente a participação nesta discussão e na coordenação deste nosso trabalho, eu justamente insisti que nós pudéssemos ter a oportunidade de trazer esse projeto aqui pela importância que ele tem. Já é muito criar e implantar uma universidade, o que é extremamente importante em qualquer região em que isso ocorra, qualquer que seja o modelo pedagógico. Mas é mais importante ainda por se tratar de uma experiência nova, com esta missão, que é a missão de ser uma experiência modelo, com a implantação de um modelo que pode ser replicado no conjunto do País.

Quais são as vantagens? Nós ouvimos aqui quais são os objetivos que ela pretende alcançar. Há a ideia de você ter a sua demanda cumprida na própria região.

Nós viemos de um Estado do Nordeste brasileiro com uma universidade única, Senador Paim. A minha universidade foi a mesma universidade do Reitor Naomar, que veio da UFBA e que se tornou reitor da UFBA. Nós passamos 60 anos na Bahia com apenas uma universidade federal. Havia só uma universidade federal! Tivemos a primeira Escola de Medicina do Brasil. E tivemos apenas uma universidade federal durante 60 anos.

Então, toda a minha geração, a nossa geração, a geração anterior, toda a geração universitária baiana cursou apenas uma universidade federal, mas que era a principal e maior universidade do Estado.

Todos nós que chegamos à universidade saímos do interior. Ele vem da região sul da Bahia, juntamente com Joana, vieram da região sul, extremo sul, eu do Recôncavo, e todos nós fomos para Salvador. A maior parte dessa população que vai para Salvador fazer universidade não retorna à sua região. Há, portanto, um esvaziamento da chamada mão de obra qualificada no conjunto do Estado. Se o senhor pensar em um Estado com a dimensão da Bahia, que é do tamanho de um país como a França, um pouquinho maior, quem sabe, com quatrocentos e tantos Municípios, com 69% do nosso território, quase 70%, no Semiárido, percebe e consegue entender de que forma se deu a concentração econômica da Bahia na região metropolitana de Salvador. Para lá, se dirigiu todo esse investimento de pessoal, de inteligência, de estudo.

A desconcentração é indispensável para que possamos realmente desenvolver o conjunto do Es-

tado. Mesmo assim, na universidade do Estado, que é uma boa universidade, a de Santa Cruz, com curso de Medicina, ingressam 40 por ano. Tive oportunidade de conhecê-la de perto porque a minha sobrinha fez parte da primeira turma de Medicina, que é também um curso inovador, a universidade é voltada para a Medicina da família, uma nova metodologia do ensino de Medicina no nosso País. Na UFBA, ingressam 100 por ano; na Universidade do Estado da Bahia ingressam 40 por ano. Vinte por cento apenas eram baianos. Da região, muito menos de 10%. De 40, quatro, cinco eram da região do sul do Estado, onde se localiza a Universidade Estadual de Santa Cruz, que é justamente a universidade de uma região próspera, uma região que produziu a riqueza, 60% do PIB baiano no início do século passado, no início do século XX. Essa região incorporava, nesse curso de Medicina, quatro, cinco alunos entre 40. Entre os alunos, 60%, 80% do curso vinham de todos os Estados do Brasil. Aqui, de Brasília, muitos! As vagas não são suficientes para Medicina aqui. Então, ir para a Bahia é uma alternativa. O sul da Bahia é “perto”, entre aspas, muito mais perto de Brasília do que Salvador, por exemplo.

Se pegarmos o exemplo da Universidade Federal de Medicina, que é um curso muito concorrido, na Universidade Federal de Sergipe, Prof. Antônio, mais de 50% ou 50% da Universidade Federal de Medicina de Sergipe são da Bahia, são de alunos oriundos da Bahia. É uma universidade próxima de Salvador, são quatro, cinco horas de viagem de carro, não há nenhuma dificuldade para um aluno originário da Bahia disputar o vestibular em Sergipe, passar e cursar sua faculdade de Medicina em Sergipe.

Assim foram se formando, portanto, as experiências de ensino de todo o Nordeste. Muita gente do Sul vem também para o Nordeste, quando acabavam suas alternativas de cursar ou Engenharia. Engenharia deixou de ser um exemplo porque os cursos de Engenharia estavam, entre aspas “às moscas” até dez anos atrás. Agora, nos últimos dez anos, reesquentaram-se esses cursos. Mas Medicina, Direito sempre foram cursos quentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tem toda razão. Eu participei de uma audiência esses dias, e um dos engenheiros presentes disse que, se tivéssemos hoje 50 mil engenheiros, todos estariam empregados.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Exatamente.

Então, na área de Medicina, que é sempre uma área quente, temos essa realidade. Então, esse curso, essa universidade é uma grande experiência. É importante que o Brasil inteiro, que as universidades

do Brasil inteiro voltem os seus olhos para essa experiência que vai ocorrer na Bahia. Ela vai necessitar de novos desafios, de desafios políticos, que o Brasil não venceu, como a integração entre as três esferas do Poder, o Federal, Estadual e Municipal. Ela só ocorrerá com uma sintonia fina entre a Secretaria Estadual de Educação e a Universidade, a direção da Universidade.

Eu diria até que, para ela ocorrer, na Bahia, seria preciso que houvesse um quadro com uma característica muito própria, como a de Naomar, que já vem da experiência de implantação do bacharelado e que já tem uma vida política de articulação entre todos esses sistemas. Senão, seria muito difícil para um reitor, entre aspas, “normal” ter a possibilidade de implantação dessa experiência em nosso Estado. Então, eu acho que o MEC, o Ministro e a Presidenta da República têm um gesto de extrema ousadia e escolheram a pessoa certa para cumprir esse desafio.

Eu queria apenas fazer uma pergunta, Naomar, porque os desafios – isso está claro – são imensos. Nós estamos diante, como disse o Prof. Antônio Simões, de uma mudança de cultura profunda. Nós estamos vivenciando essa mudança de cultura profunda lá nos bacharelados, já em todos os bacharelados existentes no Brasil e no bacharelado da Bahia que Naomar pôde monitorar em seu início. Eu queria que ele falasse duas palavrinhas a respeito dessa experiência. Eu estava discutindo com um Deputado baiano – não vou citar o nome –, há duas semanas, sobre a implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia, que eu considero o maior desafio, por todas essas características que ela traz, e ele me disse: “É, mas infelizmente nós não temos hoje um bom desempenho nos bacharelados porque o que eu tenho de informação é que o bacharelado ainda não oferta, não consegue colocar no mercado de trabalho aquele bacharelado que já concluiu o seu curso.” Eu aí encontrei o Prof. Sérgio Farias, que é coordenador de um dos núcleos de bacharelado da Bahia – ele até participou de forma bem destacada do debate sobre as novas manifestações – e procurei também uma das pessoas da UFBA buscando identificar e estabelecer um observatório próprio desse retorno do mercado de trabalho à incorporação da mão de obra dos bacharelados.

Queria saber se o Prof. Neomar tem alguma informação sobre isso. Quero dizer que acho que essa é uma providência imediata que devemos tomar. Essas pessoas não ficam atentas – nossa cabeça é tão conservadora em todos os sentidos na nossa formação –, não ficamos atentos que há novos mercados de trabalho. Então, quando implantei a Fundação Cidade Mãe, como Prefeita de Salvador, o que se achava é que precisávamos de um tipo de mão de obra que não

existia. Nós tínhamos o quê? O professor, que dava aula a um público normal, um menino que entra na sala de aula e senta. Não está acostumado a dar aula a um menino de rua. Nós precisávamos de um tipo novo de profissional, que foi formado pelo Projeto Axé, que eram os chamados “educadores de rua” e foram contratados depois por nós. O Sesi não respondia porque não estava acostumado a dar aula.. os professores do Sesi, do Senai não estavam acostumados a dar aula a um público que não era de meninos de rua, mas era de meninos que não gostam de se, entre aspas, “misturarem” com os meninos de rua. Os meninos das áreas sociais em grande risco social, na periferia de Salvador, que no seu contraturno não estava acostumado a ir para a escola porque não havia escolas de tempo integral; eles estavam acostumados a ficar na rua do seu bairro, jogando bola ou fazendo qualquer outra atividade ou exposto a qualquer outro tipo de risco – e o risco da violência é muito alto. Não estavam acostumados à escola formal naquele momento.

Então, foi preciso adaptar o currículo do Senai; adaptar o formador do Senai para atender àquele público; e nós tivemos de inventar uma contratação de professor, que são os educadores do Cidade Mãe, que eram os educadores do Cidade Mãe, articulado com essa rede dos Conselhos Tutelares, das organizações não governamentais, para poder atuarem na Fundação Cidade Mãe.

Só depois é que conseguimos começar a disponibilizar professores da rede municipal de educação, com enorme dificuldade de compreensão do que se tratava aquele programa, naquela fundação. Nunca conseguiram incorporar a Fundação Cidade Mãe como parte da rede normal de ensino do Município.

Hoje, a Fundação Cidade Mãe está colocada em segundo lugar. Segundo os atuais administradores – no passado, o Prefeito João Henrique; e o atual, o Prefeito Neto –, sob o grande argumento de que não vão precisar da Fundação Cidade Mãe porque estão fazendo a escola de tempo integral. Ainda assim, ponho dúvidas sobre isso. Porque, se for uma escola de tempo integral nos moldes da escola do passado, não atenderá às necessidades dos meninos das áreas de risco social.

É um debate que pretendo travar com o Prefeito bem em breve, estou pedindo audiência a ele para discutir essa questão.

Eu queria só uma última palavra porque o nosso tempo está se esgotando. Eu própria já estou sendo convocada para reunião de líderes. Mas queria ouvir de Naomar esse posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Muito bem, Senadora Lídice da Mata. Com alegria lembro que fomos Deputados Federais por longo pe-

ríodo, constituintes; depois V. Ex^a foi prefeita de Salvador, para orgulho de todo povo baiano; e, hoje, é uma Senadora brilhante.

Quero registrar a presença aqui da Sr^a Irene Ferraz, diretora da Escola de Cinema Darcy Ribeiro, Instituto Brasileiro Audiovisual. Seja bem-vinda! Para nós, é sempre bom citar o nome de Darcy Ribeiro. Só citar o nome dele já é uma alegria, tenho certeza, para todos nós.

O nosso assessor me socorre e diz: “Paim, 50 mil engenheiros são há um tempo atrás. Conforme a Revista *Exame*, em uma das últimas edições, são 100 mil engenheiros.” Se fosse hoje, todos estariam desempregados. Então, está feito o ajuste, não é, Júlio? É só um ajustem; não é que eu me enganei; eu falei lá atrás. E hoje já são 100 mil engenheiros.

Com a palavra o Reitor Naomar de Almeida Filho.

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – A Senadora traz umas questões específicas e o Senador Paim fez uma referência sobre os bacharelados interdisciplinares. Eu acho que a expressão que a Senadora usou de “enorme dificuldade de compreensão” se aplica também a alguém achar que o bacharelado interdisciplinar é profissionalizante. Não é.

O conceito do bacharelado interdisciplinar é semelhante ao *college* nos Estados Unidos; ninguém ganha uma profissão com o *college*. É semelhante ao *bachelor* de Bolonha, em que ninguém ganha uma profissão. A profissão é conquistada na formação específica da área profissional.

O outro problema dessa enorme dificuldade de compreensão é que se trata da dificuldade de compreensão do que é mercado de trabalho. Mercado de trabalho não é o que a universidade define que seja e o governo decreta que seja. O mercado de trabalho, o mundo do trabalho é muito dinâmico.

Então, eu posso dizer que, a todo momento, muitas demandas ocupacionais e profissionais são feitas e são novas. E, nessas demandas novas, não pode haver um sistema de formação centenário, secular, que seja capaz de dar conta de uma demanda que ocorre agora. Por isso, algumas áreas, essas mais dinâmicas da economia, rejeitam o conceito de diretrizes curriculares ou o conceito de normatização restrita, porque, ao mesmo tempo em que profissões surgem, profissões desaparecem. Ocupações estão dentro dessa coisa muito dinâmica e fluida que se chama mercado de trabalho.

Eu posso dizer que a maior parte das empresas que atuam na vanguarda do processo econômico não estão nem ligando para qual é o diploma que o profissional tem. Ela está buscando um tipo de formação que, muitas vezes, essas empresas fornecem porque

só elas podem fazer isso. E pego um sistema simples: a Petrobras, a Vale, a Embraer. O engenheiro que é formado e entra na Embraer é totalmente retreinado. O profissional que entra em vários setores da Petrobras é totalmente retreinado. O que a universidade faz é, com o nome de uma formação profissional, uma formação em área que provê as condições desse sujeito ser capaz de dominar o conhecimento e saber as práticas, habilidades e competências de que aquele setor produtivo está precisando.

Essa pergunta, nos primeiros embates do Reuni e o BI (bacharelado interdisciplinar), todo mundo dizia assim: “Qual é a profissão do bacharel? É bacharel em quê?” A resposta que eu sempre dava era a seguinte: se você acha que bacharel é definição de profissão, esse é um pensamento do século XIX, quando as pessoas faziam bacharelado para ter profissão.

O mundo mudou muito em cem anos, mudou muito em 150 anos e o sistema universitário nosso tem características muito fortes que são seculares. E precisam de algum grau de renovação.

Em segundo lugar, há a questão da exclusão. A educação superior no Brasil é um elemento extremamente forte de exclusão social e extremamente forte de reprodução de um sistema que é desigual. Comentávamos aqui a questão de que todo processo seletivo para as universidades públicas têm que ser nacional e aberto a todos. E esse aberto a todos faz com que ele seja triplamente seletivo: economicamente, regionalmente, etnicamente.

O Brasil é um país tão diverso que termina sendo padronizado na universidade. Antes da lei das cotas, sobre quem entrava nas universidades no Nordeste, no Sul, aqui, no oeste, por exemplo, podia-se até prever o perfil econômico e racial. Não era nem local. Com a interiorização, começamos – essa é uma opinião forte – a retroceder no processo de inclusão social, porque criamos a possibilidade, justificada pela abertura de vagas públicas para todos, de que somente os sujeitos que têm condição econômica de se formar e se preparar passam nos processos seletivos. Com o Enem/Sisu agora, em todas as discussões que estão acontecendo, ficou muito facilitado a sujeitos de certas regiões entrarem em outras regiões, tomando as vagas de fato.

E aí tem uma discussão: isso é seletivo por curso. É claro que ninguém virá de dois mil quilômetros de distância para ocupar uma vaga de licenciatura ou de um curso que tenha um menor valor social, mas virá para ocupar uma vaga no curso de Medicina, de Direito ou de Engenharia. Isso está ocorrendo em toda parte. Em Barreiras, ocorreu no curso de Engenharia Civil e esse exemplo da Medicina. O curso de Cinema

da UFRB, que é um curso de muito charme, possui poucos alunos locais. Então, esse modelo que nós desenhemos pretende radicalizar um aspecto do bacharelado interdisciplinar, que é essa extensão.

Eu dei um exemplo, e o Senador Paim comentou comigo aqui. Ele perguntou se era original, e eu disse assim: “olha, é um piloto que está sendo montado.” Agora, já tem uma proposta no Brasil que se distingue dela, mas que é parecida, que é aquela proposta dos *colleges* no programa de ações afirmativas ou de inclusão social do Governo Estadual Paulista, que a USP já rejeitou, mas a Unicamp tem um experimento.

Qual é a grande diferença do *college* lá e do colégio universitário aqui? É que, no *college*, todos os alunos são centralizados em uma universidade virtual. Lá no sul da Bahia, a universidade, ao invés de receber os alunos virtualmente, irá aos Municípios. Então, é um modelo agressivo no sentido da inclusão social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agressivo positivamente.

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – Agressivo positivamente no sentido da inclusão social.

O outro comentário que eu queria fazer é a questão do modelo pedagógico. Nenhum de vocês comentou o modelo pedagógico, mas acho que é importante.

Vocês notaram que cada aluno é professor nessa sequência? Por quê? Porque o sistema educacional na educação superior brasileira é fomentador de competição individualista. Os alunos se relacionam com a instituição de uma forma quase que predatória, quer dizer, se relacionam com a instituição pública como alguém que chega lá e retira dela algo. E a contribuição que é dada não é explícita, é mínima.

Vejam essa discussão sobre o serviço social civil obrigatório ou possível. As pessoas vêm, fazem o seu projeto individual de vida na instituição pública, sustentadas com o dinheiro, o recurso, a contribuição de quem não está lá. Nesse modelo, é muito claro que a relação dos sujeitos com a instituição vai ser uma relação em que ele terá que dar alguma coisa da sua formação. A nota de um aluno aí vai ser tripartite: a nota do desempenho individual, a nota do desempenho da equipe e a nota do aluno, por quem ele é responsável e que está distante dali, que está numa etapa de formação em que ele pode contribuir.

Então, assinalo que há esse aspecto de inovação no modelo pedagógico nessa direção de uma inclusão social mais clara, mais priorizada.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Ao mesmo tempo, indo na direção de um modelo de gestão muito mais econômico também, muito menos caro para a população.

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – Isso está sustentado em algo que a Senadora também menciona, que é a integração entre os Poderes.

Qual é o conceito do colégio universitário? Nós vamos usar instalações ociosas, e ociosas pela evasão do ensino médio da rede estadual. Portanto, o Estado entra com recursos federais canalizados, através do Ministério da Educação, dando conta não somente da qualidade do ensino, mas também do investimento necessário.

Para instalarmos um colégio universitário, a prefeitura deve pactuar de se responsabilizar com a trajetória dos alunos oriundos daquele Município. Vocês notaram que, no processo de formação, eles terão que se deslocar aos centros, e as prefeituras terão que pactuar de um modo muito claro, preciso, sua responsabilidade nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Prof. Naomar.

Então, vamos para as considerações finais aqui dos nossos convidados. Em torno de três minutos para cada um.

Começo com o Prof. Antônio Simões Silva, que aqui representa o MEC.

O SR. ANTÔNIO SIMÕES SILVA – Quem não conhecia pôde ter uma visão ampla do processo de implantação da UFESBA. O MEC, nesse ponto, é um apoiador, como são mantenedores todas as 59 IFES. E, para nós, é torcer para que isso funcione, para podermos propagar.

E, como conversamos, antes de entrarmos aqui, com o professor Naomar, se essa coisa funcionar como estamos esperando que funcione, não vai precisar nem o MEC sugerir ou induzir; a própria sociedade, as prefeituras das cidades circunvizinhas vão pedir. Vai haver solicitação do Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais. Eles vão pedir, porque viram um modelo que funciona, e seus jovens vão ter alguma possibilidade de entrar na universidade.

Quanto ao mais, agradeço a oportunidade desta audiência. É interessante que assuntos como esse sejam mais propagados, pois é desse *marketing* que precisamos para propagar esse modelo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Vamos, então, para a nossa Vice-Reitora, Joana.

A SRª JOANA ANGÉLICA GUIMARÃES DA LUZ – Gostaria de agradecer a oportunidade de apresentar esse trabalho que desenvolvemos há mais de um ano – faz um ano e meio que estamos trabalhando nesse projeto. Quero dizer que estamos apostando muito no sucesso desse projeto, na inovação que ele representa.

Temos consciência de que é um trabalho árduo, difícil, e de que encontraremos muitas resistências, sem dúvida, para implementar esse projeto, mas estamos comprando essa briga, vamos dizer assim.

Então, esse projeto nos dá uma sensação de que estamos trilhando um caminho totalmente novo para o ensino superior brasileiro, e acho que ele terá frutos. Essa questão de que os prefeitos vão começar a demandar, isso já está acontecendo; temos recebido diversas solicitações de prefeituras, de fora da região, para apresentar o projeto, solicitando “nós também queremos um colégio universitário aqui”, em áreas que são fora da área que engloba a Universidade Federal do Sul da Bahia. E acredito que isso deve tomar uma proporção bem maior na medida em que começarmos a funcionar. E realmente acreditamos que vai funcionar. Então, acho que, futuramente, teremos uma grande demanda, não só para o MEC, mas para o Poder Legislativo e o Executivo, em nível federal, estadual e municipal, que vai tomar uma proporção muito grande. E é o que nós esperamos: nós queremos criar problemas desse tipo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Criar problemas para apontar a solução já.

A SR^a JOANA ANGÉLICA GUIMARÃES DA LUZ – Exatamente. Problemas desse tipo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Vice-Reitora, Joana Angélica Guimarães.

Para as considerações finais, também por três minutos, Reitor Naomar de Almeida Filho.

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – Eu queria assinalar um aspecto sobre o qual terminamos passando por cima, que é o tema do que é uma universidade.

Muita gente acha que educação superior é igual a universidade. Não é. Educação superior é um nível de educação que pode ter o elemento da universidade. No Brasil, as universidades têm uma história, uma trajetória de instituição formadora de profissão ou instituições treinadoras de quadros, e o aspecto da cultura é perdido, na instituição universitária brasileira. Assim, a universidade brasileira permite, por exemplo, que alguém entre na instituição, faça longos anos de formação, e, quando sai, essa pessoa não conhece a universidade, a própria universidade.

Então, temos uma preocupação com esse modelo, que é a seguinte: se ele for demasiadamente dispersante, pode ter grande cobertura, mas sem o acolhimento desse conceito. Então, todo o esforço que vamos fazer é, claro, cobrir capilarmente o território da região, no nível do Município ou até menos; cobrir, também, setores que normalmente não são incorpo-

rados – mencionamos os quilombolas, assentados, as tribos indígenas. Vamos criar uma nucleação de *campi* verdadeiros, porque as universidades brasileiras, com muitas exceções, e são boas exceções, não têm o conceito de *campus* universitário, que é o espaço da criação, é o espaço da reflexão, o espaço da crítica...

(*Soa a campanha.*)

O SR. NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO – ... o espaço da formação. Então, eu acho que, de todos os desafios que foram trazidos, esse de fazer uma instituição socialmente inclusiva, ampla, massificada – sem medo da palavra massificação, porque é expansão, e, ao mesmo tempo, garantidora da excelência acadêmica – é o maior desafio, e estamos conscientes do tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Prof. Naomar Monteiro de Almeida Filho, que é Reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia. Nós vamos para o encerramento.

Primeiro cumprimentar a Senadora Lídice da Mata pela brilhante iniciativa. Para mim, é um exemplo. Dizem que não é crime copiar o que é bom; deve ser copiado, invejado, no bom sentido, para que ele se expanda, quem sabe, por todo o País. Então, meu cumprimento aqui, com muito carinho, ao nosso representante do MEC, Prof. Antônio Simões Silva, Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação. Agradeço também ao professor e Reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho, da Universidade Federal do Sul da Bahia, e à nossa querida, também, Vice-Reitora da Universidade Federal da Bahia, a Prof^a Joana Angélica Guimarães. Com carinho especial, agradeço à nossa querida Senadora Lídice da Mata, pela iniciativa. Para mim, que não sou professor, que sou um metalúrgico, é uma alegria enorme, mas enorme mesmo, uma alegria muito grande, ter acesso ao conhecimento, ao saber, com experiências vitoriosas – no meu entendimento, já é uma experiência vitoriosa – que vão fazer com que o nosso povo fique lá na sua região e tenha formação de primeira qualidade.

Parabéns a todos!

Está encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 10 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.*)

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 2013.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia nove de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da

Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinte), **sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Ana Amélia, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Lindbergh Farias, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Zeze Perrella, João Capiberibe, Vital do Rêgo, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Pedro Simon, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Cássio Cunha Lima, Ataídes Oliveira, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Romero Jucá, João Alberto Souza, Ciro Nogueira e Armando Monteiro. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia comunica o recebimento do Ofício 596/13-ASPAR/MJ, que confirma a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, no próximo dia 16 de julho, às 10 horas, nesta Comissão, em atendimento à convocação feita no último dia 25 de junho, para prestar esclarecimentos sobre o Arquivo Histórico Nacional. Logo após, a Presidência, faz a leitura dos seguintes comunicados: Comunicado 1: “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 799-Seses-TCU-Plenário, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, Excelentíssimo Senhor Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 026.597/2011-0, juntamente com Relatório e Voto que fundamentaram aquela deliberação. Dispõe sobre os desdobramentos do Acórdão que trata de auditoria destinada a verificar a regularidade da aplicação de recursos destinados aos programas: Caminho da Escola e Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) nos exercícios de 2010 e 2011, bem como avaliar a adequação dos controles internos do órgão repassador dos recursos – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. O Comunicado vai ao arquivo. Comunicado 2: “Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo, para o ‘Anúncio dos Patrocínios

do Banco do Brasil e dos Correios à Confederação Brasileira de Handebol para o Plano Brasil Medalhas, do Governo Federal, em Apoio ao Handebol Brasileiro’, a ser realizada no dia 10 de julho, quarta-feira, às 10h, no Auditório do Subsolo, edifício-sede do Ministério do Esporte, Esplanada dos Ministérios, Brasília. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. O Comunicado vai ao arquivo. Neste momento, a Senadora Kátia Abreu, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 55**). Logo após, a Presidência comunica que a reunião tem como finalidade exclusiva a deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratem de denominações de rodovias e outros locais públicos, segundo preceitua a Decisão nº 3-CE. Prosseguindo, informa que as proposições serão agregadas em blocos para realização de 2 (duas) votações nominais, uma pela aprovação e outra pela rejeição dos projetos e submete à apreciação do plenário a proposta de dispensa da leitura dos pareceres dos relatores, uma vez que a pauta foi disponibilizada há uma semana. A proposta é aprovada. Neste momento, o Senador Ataídes Oliveira, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2013, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 54**). Logo após, a Presidência inicia a deliberação da pauta, pelo itens com parecer favorável a serem votados em bloco, de acordo com a Decisão nº 1-CE. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Neucimar Fraga, que “Institui o dia 31 de outubro como Dia Nacional da Proclamação do Evangelho e dá outras providências”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 207, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Rose de Freitas, que “Institui o dia 20 de janeiro como o Dia Nacional da Parteira Tradicional”. O relator designado é o Senador Wellington Dias e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 209, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que “Institui o dia 25 de outubro como Dia Nacional do Macarrão”. O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 214, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Rafael Guerra, que “Institui o dia do Intensivista”. O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Milton

Monti, que “Dispõe sobre o Dia Nacional de Atenção à Dislexia”. O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gastão Vieira, que “Institui o dia 18 de Junho como Dia do Tambor de Crioula”. O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 247, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Valtenir Pereira, que “Institui o dia 4 de outubro como o Dia Nacional dos Agentes de Combate às Endemias”. O relator designado é o Senador Wellington Dias e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 259, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Paulo Piau, que “Institui o Dia Nacional do Milho”. O relator designado é o Senador Cássio Cunha Lima e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 278, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Sueli Vidigal, que “Institui, no Calendário Oficial do País, o Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil”. O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 290, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Inocêncio Oliveira, que “Institui o Dia Nacional do Poeta a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de abril do calendário gregoriano”. O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 291, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Cida Diogo, que “Institui o dia 26 de junho como Dia Nacional da Consciência do 1º Voto”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Arlindo Chinaglia, que “Institui o Dia Nacional da Vigilância Sanitária”. A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Alex Canziani, que “Institui o Dia Nacional dos

Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade”. O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que “Institui o dia 8 de agosto como Dia Nacional do Elos Internacional da Comunidade Lusíada”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Eleuses Paiva, que “Institui o Dia Nacional do Médico Radiologista”. A relatora designada é a Senadora Vanessa Grazziotin e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Gorete Pereira, que “Institui o Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional”. O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Vicentinho, que “Institui o dia 6 de agosto como Dia Nacional dos Profissionais da Educação”. O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, que “Institui o Dia Nacional da Liberdade”. O relator designado é o Senador João Capiberibe e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Antônio Roberto, que “Institui o Dia Nacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais”. O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que “Institui o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dispõe sobre sua comemoração”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Vicentinho, que “Institui o dia 15 de maio como dia nacional de conscientização quanto à mucopolissacaridose”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Mendes Ribeiro Filho, que “Institui o Dia do Téc-

nico Agrícola”. O relator designado é o Senador Pedro Simon e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Sandro Mabel, que “Institui o Dia Nacional do Administrador”. A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Gomes, que “Institui o Dia Nacional do Pedagogo”. O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Institui o Dia Nacional da Advocacia Pública”. O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que “Institui o Dia Nacional da Síndrome de Down”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sodrê Santoro, que “Institui o Dia Nacional do Leiloeiro”. O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Lei da Câmara nº 263, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Daniel Almeida, que “Denomina Ponte Antônio Conselheiro a ponte sobre o Rio São Francisco, localizada na rodovia BR-116, na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Rômulo Gouveia, que “Denomina Viaduto Deputado José Fernandes de Lima o viaduto localizado na BR-101, entroncamento com a rodovia estadual PB-040, na entrada principal da cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador Wellington Dias e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Felipe Maia, que “Altera a denominação da barragem Boqueirão de Parelhas, localizada no Município de Parelhas, no Estado do Rio Grande do Norte, para Dr. Ulisses Bezerra”. O relator designado é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº

1-CE, aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Aelton Freitas, que “Denomina Ney Junqueira, Dr. José Humberto Rodrigues da Cunha, Professor Mário Palmério, Alexandre Jorge, Romes Daher, Adauto Pereira de Almeida e Major Geraldo da Silva Vieira os viadutos que especifica, localizados no perímetro urbano da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais”. A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto a emenda nº 01-CE, aprovada por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra, que “Denomina Rodovia Adão Gasparovic o trecho da BR-163 -entroncamento da BR-277 ao entroncamento da BR-467 – no Contorno Oeste da Cidade de Cascavel, no Estado do Paraná”. A relatora designada é a Senadora Vanessa Grazzington e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que “Denomina Viaduto Francisco Moya o viaduto localizado no entroncamento da BR-365, km 613,2 com a BR-452, saída para Patos de Minas e Araxá da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Valdemar Costa Neto, que “Denomina Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte o trecho da Rodovia BR-101/RJ, entre o bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, e a cidade de Parati, no Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que “Denomina Viaduto Renato de Freitas o viaduto localizado no Km 629 da BR-365, que liga os bairros Martins e Roosevelt, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Lindbergh Farias e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que “Denomina Viaduto Homero Santos o viaduto de 2 (duas) passagens superiores, sendo uma na Avenida Europa e outra na Rua Londres, que liga

os bairros Tiberly e Custódio Pereira, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda substitutiva nº 1-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 37: Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Ronaldo Benedet, que “Dá denominação a viaduto localizado no Km 391 da BR-101”. O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Vieira da Cunha, que “Denomina Viaduto Manoel Luiz Nunes elevado situado no Município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que “Denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da BR – 116 desde a cidade de Fortaleza até a divisa do Ceará com Pernambuco”. O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “Denomina Rodovia Governador Janary Nunes a Rodovia BR-156”. O relator designado é o Senador João Capiberibe e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Clésio Andrade, que “Denomina ‘Rodovia Senador Eliseu Resende’ o trecho da BR-494 entre o Município Oliveira, no Estado de Minas Gerais e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.”. O relator designado é o Senador Zeze Perrella e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que

“Denomina ‘Rodovia José Pereira Alvarez’ o trecho da rodovia BR-287 entre as cidades de São Borja e Santiago, no Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que “Denomina ‘Passarela Eurico da Costa Carneiro’ a passarela situada no km 140 da BR-153, no Município de Araguaína, Estado do Tocantins”. O relator designado é o Senador Ataídes Oliveira e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação dos itens com parecer pela rejeição, a serem votados em bloco, de acordo com a Decisão nº 1-CE. **Item 44: Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Clodovil Hernandes, que “Institui o dia da mãe adotiva a ser comemorado, anualmente, no 3º domingo do mês de maio”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. **Item 45: Projeto de Lei da Câmara nº 211, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Daniel Almeida, que “Institui o dia 9 de junho como Dia Nacional do Cipeiro”. O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 46: Projeto de Lei da Câmara nº 268, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Mendes Ribeiro Filho, que “Institui o Dia Nacional de Conscientização do Estresse, a ser comemorado no terceiro domingo de novembro, anualmente.”. O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é rejeitado por 13 (treze) votos. **Item 47: Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, que “Institui, no território brasileiro, o dia 13 de maio como o Dia da Cultura Africana e Ameríndia”. O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. **Item 48: Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Arnaldo Jardim, que “Institui o Dia Nacional da Regulação Brasileira”. A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. **Item 49: Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado José C. Stangarlini, que “Institui o Dia Nacional do Corretor de Seguros”. O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 50: Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Lincoln Portela, que “Institui o Dia Nacional do Conselheiro de Saúde e o Dia Nacional do Controle Social em Saúde”. O relator

designado, ad hoc, é o Senador Paulo Bauer e o projeto é rejeitado por 13 (treze) votos. **Item 51: Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que “Institui o dia 2 de outubro como ‘Dia Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem’”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. **Item 52: Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Institui o dia 14 de setembro como Dia Nacional do ‘Soldado da Borracha’”. O relator designado é o Senador João Alberto Souza e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da autora e do relator. **Item 53: Projeto de Lei do Senado nº 755, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que “Cria o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, a ser celebrado anualmente no dia 18 de outubro”. O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta. Neste momento, a Senadora Lídice da Mata, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 56**). Prosseguindo, a Presidência passa a deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 54: Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Denomina ‘Rodovia Engenheiro Lysímaco Franco Ferreira da Costa’ o trecho da BR-277 que se estende de Curitiba a Paranaguá; ‘Rodovia do Café Governador Ney Braga’ os trechos da BR-277 e BR-376 que se estendem de Curitiba a Nova Londrina e seu prolongamento até Porto São José, na divisa com Mato Grosso do Sul; e ‘Rodovia General Luiz Carlos Pereira Tourinho’ o trecho da rodovia BR-369 entre Londrina e Maringá”. O relator designado é o Senador Ataídes Oliveira e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE, nº 2-CE, nº 3-CE, aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 55: Requerimento nº 36, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, subscrito pela Senadora Lídice da Mata, que requerem “Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com vistas a debater o processo de escolha de diretores de escola no Brasil como instrumento de valorização do mérito, com a sugestão de participação dos seguintes convidados: Herman Jacobus Cornelis Voorwald, Secretário de

Educação do Estado de São Paulo; Romeu Weliton Caputo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; Heloísa Lück, Diretora Educacional do CEDHAP, Centro de Desenvolvimento Humano Aplicado; Priscila Fonseca da Cruz, Diretora Executiva do Movimento ‘Todos pela Educação’ e Vitor Henrique Paro, Prof. Titular e pesquisador em Gestão Escolar, Universidade de São Paulo – USP”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 55: Requerimento nº 34, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que requer “... nos termos regimentais, o apoio desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE ao seminário ‘Presidencialismo de Coalizão em Perspectiva Comparada’, a realizar-se no dia 19 de setembro do corrente ano, no auditório Antônio Carlos Magalhães – Interlegis. O evento contará com palestrantes nacionais e internacionais, e tem por objetivo divulgar resultados de pesquisas sobre relações Executivo-Legislativo na África, no leste Europeu e na América do Sul. Seu público-alvo é composto por cientistas políticos, jornalistas, acadêmicos e assessores do Legislativo, contemplando a participação nos diversos segmentos da sociedade nacional”. O Requerimento é aprovado. Logo após, o Senhor Senador Cícero Lucena usa da palavra para fazer um apelo aos membros da Comissão no sentido de substituir as pautas impressas pelos *tablets*, ferramenta de trabalho fornecida a todos os Senadores, com o intuito de contribuir para a redução do uso do papel no Senado Federal. Na oportunidade, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, informa que o sistema está sendo implantado gradativamente por este Colegiado. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia**, encerra a reunião às doze horas e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com essa proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

Há alguns comunicados a fazer.

Participei, há pouco, representando esta Comissão no Tribunal de Contas da União, de um evento organizado pela Corte de Fiscalização chamado “Diálogos com a Cultura”, em que toda a área do Ministério da Cultura e outras instituições discutem políticas de controle de gastos e a boa aplicação, a boa governança na área cultural. Tive a honra de ali representar esta Comissão e o Presidente Cyro Miranda.

Faço alguns comunicados, meus caros colegas Senadores.

Comunico o comparecimento do Ministro José Eduardo Cardozo a esta Comissão. O Ministro, através de sua assessoria parlamentar, informa que estará à disposição da Comissão de Educação, Cultura e Esporte no dia 16 de julho, terça-feira, às 10 horas, em atendimento à convocação feita no dia 25 de junho, para prestar esclarecimentos sobre o Arquivo Histórico Nacional.

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo, para o “Anúncio dos Patrocínios do Banco do Brasil e dos Correios à Confederação Brasileira de Handebol para o Plano Brasil Medalhas, do Governo Federal, em Apoio ao Handebol Brasileiro”, a ser realizada no dia 10 de julho, quarta-feira, às 10h, no Auditório do Subsolo, edifício-sede do Ministério do Esporte, Esplanada dos Ministérios, Brasília. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 799-Seses-TCU-Plenário, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, Excelentíssimo Senhor Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 026.597/2011-0, juntamente com Relatório e Voto que fundamentaram aquela deliberação. Dispõe sobre os desdobramentos do Acórdão que trata de auditoria destinada a verificar a regularidade da aplicação de recursos destinados aos programas: Caminho da Escola e Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) nos exercícios de 2010 e 2011, bem

como avaliar a adequação dos controles internos do órgão repassador dos recursos – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

Nós estamos apenas aguardando o quórum, porque queremos votar em bloco matérias que dizem respeito à denominação de estradas ou de projetos. Estão faltando apenas três Senadores, para que possamos fazer em bloco a votação dos Itens de 1 a 43, numa votação única, porque são todos favoráveis.

Vou ler apenas a descrição desses projetos e, posteriormente, aqueles que foram submetidos à rejeição.

Eu queria também informar que a Senadora Vanessa Grazziotin solicitou a retirada de pauta do Item 47. Isso vai ficar definido.

Estamos aguardando a votação porque terá que ser votação nominal. É preciso quórum de 14 Senadores.

Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr^a Presidente, eu gostaria também de ver a possibilidade de aprovar um requerimento de audiência pública para agosto ainda, após o recesso, para se debater a escolha de diretores de escolas públicas em todo o Brasil. Não podemos apresentar um projeto de lei, mas debater essa área tão importante.

As informações que temos são as de que, em 70% das escolas públicas do País, há indicações políticas.

Necessariamente, não quero desqualificar a questão da escolha política, mas que um critério técnico pudesse ser debatido, para que pudéssemos levar essa contribuição aos nossos Estados.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço, Senadora Kátia Abreu.

Submeto ao Plenário. Se as Sr^{as} e se os Srs. Senadores concordarem com a inclusão extrapauta do requerimento da Senadora, poderemos fazê-lo.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Muito obrigada.

Está aprovado, então, Senadora. Logo após a votação, o seu requerimento será apresentado.

A presente reunião tem por finalidade exclusiva – agora, já aprovada também essa pauta –, a deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratem de denominações de rodovias e de outros locais públicos, segundo preceitua a Decisão nº 3 da Comissão. As proposições serão agregadas em blocos para a realização de duas votações nominais: uma pela aprovação e outra pela rejeição dos projetos.

Eu queria submeter à apreciação do Plenário a proposta de dispensa – exatamente para agilizar – da leitura dos pareceres dos Relatores, uma vez que a pauta está disponível há uma semana.

Os Senadores e as Senadoras que concordarem com a dispensa da leitura – eu vou ler um por um, mas apenas a referência do que se trata, para não haver nenhuma dúvida a respeito disso. Então, os Senadores que concordarem com a dispensa da leitura dos relatórios, uma vez que a pauta está disponível, como eu disse.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo então, para agilizar, à leitura dos itens de 1 a 43. Desculpe, de 1 a 53.

Dr. Júlio, estou lendo. Os de 1 a 43, como eu havia dito antes, são pela aprovação. Eu havia dito de 1 a 43. Pela aprovação. Os restantes são pela rejeição. Então, pela aprovação.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, DE 2009

– Terminativo –

Institui o dia 31 de outubro como Dia Nacional da Proclamação do Evangelho e dá outras providências.

Autoria: Deputado Neucimar Fraga

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 207, DE 2009

– Terminativo –

Institui o dia 20 de janeiro como Dia Nacional da Parteira Tradicional.

Autoria: Deputada Rose de Freitas

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 209, DE 2009

– Terminativo –

Institui o dia 25 de outubro como Dia Nacional do Macarrão.

Autoria: Deputado Luiz Carlos Hauly

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 214, DE 2009

– Terminativo –

Institui o Dia do Intensivista.

Autoria: Deputado Rafael Guerra

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 235, DE 2009

– Terminativo –

Dispõe sobre o Dia Nacional de Atenção à Dislexia.

Autoria: Deputado Milton Monti

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 239, DE 2009

– Terminativo –

Institui o dia 18 de junho como Dia do Tambor de Crioula.

Autoria: Deputado Gastão Vieira

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 247, DE 2009

– Terminativo –

Institui o dia 4 de outubro como o Dia Nacional dos Agentes de Combate às Endemias.

Autoria: Deputado Valtênir Pereira

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 259, DE 2009

– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Milho.

Autoria: Deputado Paulo Piau

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações: 1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas; 2– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 278, DE 2009 – Terminativo –

Institui, no Calendário Oficial do País, o Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil.

Autoria: Deputada Sueli Vidigal

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 290, DE 2009 – Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Poeta, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de abril do calendário gregoriano.

Autoria: Deputado Inocêncio Oliveira

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações: 1– Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal;
2– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 291, DE 2009 – Terminativo –

Institui o dia 26 de junho como Dia Nacional da Consciência do 1º Voto.

Autoria: Deputada Cida Diogo

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2010 – Terminativo –

Institui o Dia Nacional da Vigilância Sanitária.

Autoria: Deputado Arlindo Chinaglia

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2010 – Terminativo –

Institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

Autoria: Deputado Alex Canziani

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, DE 2010 – Terminativo –

Institui o dia 8 de agosto como Dia Nacional do Elos Internacional da Comunidade Lusíada.

Autoria: Deputado Luiz Carlos Hauly

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2010 – Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Médico Radiologista.

Autoria: Deputado Eleuses Paiva

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, DE 2011 – Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional.

Autoria: Deputada Gorete Pereira

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2012**
– Terminativo –

Institui o dia 6 de agosto como Dia Nacional dos Profissionais da Educação.

Autoria: Deputado Vicentinho

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2012**
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional da Liberdade.

Autoria: Deputado Reginaldo Lopes

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2012**
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais.

Autoria: Deputado Antônio Roberto

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, de 2012**
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dispõe sobre sua comemoração.

Autoria: Deputado Eduardo Barbosa

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2012**
– Terminativo –

Institui o dia 15 de maio como Dia Nacional de Conscientização quanto à Mucopolissacaridose.

Autoria: Deputado Vicentinho

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida

Observações: 1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas;

2– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2012**
– Terminativo –

Institui o Dia do Técnico Agrícola.

Autoria: Deputado Mendes Ribeiro Filho

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2012**
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Administrador.

Autoria: Deputado Sandro Mabel

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, de 2012**
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Pedagogo.

Autoria: Deputado Eduardo Gomes

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 25**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2011**
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional da Advocacia Pública.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável

Observações: 1– Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 26**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2011**
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional da Síndrome de Down.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável

Observações:

1– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 27**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 2013****– Terminativo –**

Institui o Dia Nacional do Leiloeiro.

Autoria: Senador Sodré Santoro

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Favorável

Observações:

1– *Matéria a ser votada em bloco*

ITEM 28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 263, de 2009****– Terminativo –**

Denomina Ponte Antônio Conselheiro a ponte sobre o Rio São Francisco, localizada na rodovia BR-116, na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco.

Autoria: Deputado Daniel Almeida

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável

Observações:

1– *Matéria a ser votada em bloco*

ITEM 29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2010****– Terminativo –**

Denomina Viaduto Deputado José Fernandes de Lima o viaduto localizado na BR-101, em entroncamento com a rodovia estadual PB-040, na entrada principal da cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba.

Autoria: Deputado Rômulo Gouveia

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida

Observações:

1– *Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda*

2– *Matéria a ser votada em bloco*

ITEM 30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, de 2010****– Terminativo –**

Altera a denominação da barragem Boqueirão de Parelhas, localizada no Município de Parelhas, no Estado do Rio Grande do Norte, para Dr. Ulisses Bezerra.

Autoria: Deputado Felipe Maia

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida

Observações:

1– *Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda*

2– *Matéria a ser votada em bloco*

ITEM 31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 162, de 2010****– Terminativo –**

Denomina Ney Junqueira, Dr. José Humberto Rodrigues da Cunha, Professor Mário Palmério, Alexandre Jorge, Romes Daher, Adauto Pereira de Almeida e Major Geraldo da Silva Vieira os viadutos que especifica, localizados no perímetro urbano da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Deputado Aelton Freitas

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida

Observações:

1– *Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda*

2– *Matéria a ser votada em bloco*

ITEM 32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 163, de 2010****– Terminativo –**

Denomina Rodovia Adão Gasparovic o trecho da BR-163 -entroncamento da BR-277 ao entroncamento da BR-467 – no Contorno Oeste da Cidade de Cascavel, no Estado do Paraná.

Autoria: Deputado Eduardo Sciarra

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

1– *Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas*

2– *Matéria a ser votada em bloco*

ITEM 33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, de 2011****– Terminativo –**

Denomina Viaduto Francisco Moya o viaduto localizado no entroncamento da BR-365, km 613,2 com a BR-452, saída para Patos de Minas e Araxá da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Deputado Gilmar Machado

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

- 1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas
2– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, de 2011****– Terminativo –**

Denomina Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte o trecho da Rodovia BR-101/RJ, entre o bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, e a cidade de Parati, no Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Deputado Valdemar Costa Neto

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

Observações:

- 1– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 13/11/12, 04/12/12, 05/03/13 e 12/03/13
2– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, de 2012****– Terminativo –**

Denomina Viaduto Renato de Freitas o viaduto localizado no Km 629 da BR-365, que liga os bairros Martins e Roosevelt, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Deputado Gilmar Machado

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Favorável

Observações:

- 1– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, de 2012****– Terminativo –**

Denomina Viaduto Homero Santos o viaduto de 2 (duas) passagens superiores, sendo uma na Avenida Europa e outra na Rua Londres, que liga os bairros Tibery e Custódio Pereira, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Deputado Gilmar Machado

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

- 1– Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado

com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal

- 2– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 37**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, de 2013****– Terminativo –**

Dá denominação a viaduto localizado no Km 391 da BR-101.

Autoria: Deputado Ronaldo Benedet

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

- 1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas
2– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 38**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2013****– Terminativo –**

Denomina Viaduto Manoel Luiz Nunes elevado situado no Município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Deputado Vieira da Cunha

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

- 1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas
2– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 39**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, de 2011****– Terminativo –**

Denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da BR-116 desde a cidade de Fortaleza até a divisa do Ceará com Pernambuco.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

- 1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas
2– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 40**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 557, de 2011****– Terminativo –**

Denomina Rodovia Governador Janary Nunes a Rodovia BR-156.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida

Observações:

1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda

2– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 602, de 2011

– Terminativo –

Denomina “Rodovia Senador Eliseu Resende” o trecho da BR-494 entre o Município Oliveira, no Estado de Minas Gerais e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas

2– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2012

– Terminativo –

Denomina “Rodovia José Pereira Alvarez” o trecho da rodovia BR-287 entre as cidades de São Borja e Santiago, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável

Observações:

1– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2013

– Terminativo –

Denomina “Passarela Eurico da Costa Carneiro” a passarela situada no km 140 da BR-153, no Município de Araguaína, Estado do Tocantins.

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Favorável

Observações:

1– Matéria a ser votada em bloco

Todos esses projetos que acabei de ler para os senhores são pela aprovação, conforme os relatórios apresentados.

Como é uma votação nominal, já temos quórum para votar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu também peço, se possível, incluir como extrapauta o PLS nº 196, de 2013, de autoria do Senador Alvaro Dias e de minha relatoria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Consulto o plenário se concorda com a proposta do Senador Ataídes Oliveira.

Incluiremos, extrapauta, a solicitação para votar junto com essa votação.

ITEM 54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, de 2013

– Terminativo –

Denomina “Rodovia Engenheiro Lysímaco Franco Ferreira da Costa” o trecho da BR-277 que se estende de Curitiba a Paranaguá; “Rodovia do Café Governador Ney Braga” os trechos da BR-277 e BR-376 que se estendem de Curitiba a Nova Londrina e seu prolongamento até Porto São José, na divisa com Mato Grosso do Sul; e “Rodovia General Luiz Carlos Pereira Tourinho” o trecho da rodovia BR-369 entre Londrina e Maringá.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

1– Foram realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.

2– Matéria votada em bloco.

Consulto se os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras concordam com a inclusão deste.

De acordo.

Vamos para a votação nominal, incluindo o projeto da relatoria do Senador Ataídes.

Quem vota “sim” vota com os Relatores, pela aprovação no primeiro bloco dos projetos apresentados. Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com os Relatores, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com os Relatores e as Reladoras.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com os Srs. e Srªs Relatores e Reladoras.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. *Fora do microfone.*) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com os Relatores, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Estão aprovados.

Quero saber se todos os Senadores acompanham a votação, favoráveis às emendas apresentadas aos respectivos projetos.

Confirmada a aprovação.

Resolvido o primeiro, em relação aos itens de 1 a 43, com parecer favorável, incluindo o do Senador Ataídes Oliveira, que foi acrescentado à relação.

Agradeço aos Srs. Senadores.

Agora vamos passar para aqueles projetos de itens 44 a 53, que têm parecer pela rejeição.

Além do 53 (47), já foi retirado de pauta também o item 52, a pedido do autor.

Então vamos à leitura dos que são pela rejeição.

ITEM 44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, de 2009

– Terminativo –

Institui o dia da mãe adotiva a ser comemorado, anualmente, no 3º domingo do mês de maio.

Autoria: Deputado Clodovil Hernandes

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 211, de 2009

– Terminativo –

Institui o dia 9 de junho como Dia Nacional do Cipeiro.

Autoria: Deputado Daniel Almeida

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 268, de 2009

– Terminativo –

Institui o Dia Nacional de Conscientização do Estresse, a ser comemorado no terceiro domingo de novembro, anualmente.

Autoria: Deputado Mendes Ribeiro Filho

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– *Matéria a ser votada em bloco*

ITEM 47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, de 2010

– **Terminativo** –

Institui, no território brasileiro, o dia 13 de maio como o Dia da Cultura Africana e Ameríndia.

Autoria: Deputada Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– *Matéria a ser votada em bloco*

ITEM 48

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2010

– **Terminativo** –

Institui o Dia Nacional da Regulação Brasileira.

Autoria: Deputado Arnaldo Jardim

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– *Matéria a ser votada em bloco*

ITEM 49

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, de 2010

– **Terminativo** –

Institui o Dia Nacional do Corretor de Seguros.

Autoria: Deputado José C. Stangarlini

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– *Matéria a ser votada em bloco*

ITEM 50

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, de 2012

– **Terminativo** –

Institui o Dia Nacional do Conselheiro de Saúde e o Dia Nacional do Controle Social em Saúde.

Autoria: Deputado Lincoln Portela

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– *Será designado novo relator, em virtude de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não mais pertencer aos quadros desta Comissão*

2– *Matéria a ser votada em bloco*

Quero indicar o Senador Paulo Bauer como relator, já que o Relator é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e esse não foi apresentado ainda.

Se V. Exª puder... O Senador Aloysio Nunes Ferreira não é mais membro da Comissão de Educação.

Como nós combinamos, estou passando a relatoria a V. Exª em função de não estar mais o Senador aqui.

ITEM 51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, de 2011

– **Terminativo** –

Institui o dia 2 de outubro como “Dia Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem”.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– *Matéria a ser votada em bloco*

ITEM 52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2011

– **Terminativo** –

Institui o dia 14 de setembro como Dia Nacional do “Soldado da Borracha”.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador João Alberto Souza.

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– *Matéria a ser votada em bloco*

ITEM 53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 755, de 2011

– **Terminativo** –

Cria o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, a ser celebrado anualmente no dia 18 de outubro.

Autoria: Senadora Marinor Brito

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– *Matéria a ser votada em bloco*

Todos os itens de 44 a 53, que acabei de ler, com pareceres pela rejeição dos projetos, já foram lidos.

Não havendo quem queira discutir, vamos encerrar a discussão.

A votação é nominal.

Pela ordem, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Srª Presidente, eu não entendi bem o bloco das rejeições. Na verdade, havia uma definição anterior que nós cumpríamos aqui de que a CCJ não recomendava a aprovação dos dias nacionais senão cumpridas determinadas tarefas, a exemplo de audiências públicas para viabilizar, etc.

Mas eu, por exemplo, que fui Relatora da CPI do Tráfico de Pessoas, acho que um dia nacional de combate ao tráfico de pessoas não é uma coisa ruim para o País; deixa à vista um problema que nós estamos debatendo e cujo crime estamos tipificando de forma especial. Então, eu queria entender por que todos esses.

Compreendo, por exemplo, que o dia da mãe adotiva não é diferente do dia da mãe normal. Por isso, vamos rejeitar. Mas, já que aprovamos os outros, não estou entendendo por que rejeitar esses. Eu própria rejeitei um desses aqui que tinha méritos, mas justamente com base nesse argumento de que existia aqui na Comissão uma recomendação da CCJ em contrário àquelas datas que não tivessem cumprido uma conformidade que seria de realização de audiências públicas para justificá-la.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Lídice da Mata, a Assessoria da Comissão está verificando o dispositivo regimental que incluiu este projeto no rol daqueles que foram rejeitados – e entendo perfeitamente a argumentação de V. Exª e entendo também o mérito da proposta de V. Exª nessa questão específica. Os demais, pelo que se viu, também poderiam ser...

Mas a Assessoria está verificando e eu penso que poderíamos, pela relevância, tirar esse projeto de pauta e, acolhendo a proposição, consulto os Srs. Senadores e Senadoras sobre retirarmos esse item da pauta a pedido da Senadora Lídice da Mata.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Como talvez demoremos a ter uma orientação técnica, penso que politicamente seria mais adequado e regimentalmente o bom senso recomenda isso.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado. Retiramos esse item da pauta.

Então, a pauta fica sem esse projeto de criação do dia de combate às pessoas... de combate ao tráfico de seres humanos.

Então, a pedido da Senadora Lídice da Mata, que é o item 53. Casualmente, o Senador Benedito de Lira está presente e foi o Relator dessa matéria. Mas tanto pelo Relator quanto pela solicitação da Senadora Lídice da Mata, vamos então retirar de pauta o item 53. E ficam mantidos os itens de 44 a 52, que nós aprovamos para rejeição.

Farei a chamada nominal para que procedamos à aprovação.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com os Relatores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Quem vota com os Relatores vota pela rejeição, como estava previamente acertado.

Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Srª Presidente, pela aprovação, com exceção dos itens que já foram retirados. Dois itens da Senadora Vanessa e um item da Senadora Lídice da Mata.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Da Senadora foi só um, o item 47, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não, da Vanessa... Eu estou entendendo que é o item 47 que ela retirou e também o item 52, não é isso?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Só o item 52 que ela retirou. Só o 52.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Só o 52?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Só.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – O item 47 ela não retirou?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não. Não retirou não.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, eu peço para retirar, porque eu também sou contrária... O dia da cultura africana, acho que também é importante. Por que está pela rejeição aqui? Eu entendi que ela tinha retirado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Submeto aos Srs. Senadores a retirada...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, eu não sei, mas deve ser 13 de maio, que é o Dia Nacional... é naturalmente o da cultura africana, da abolição da escravatura.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, só se foi isso. Então, está. Já fui convencida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...se conhece bem. Senão vai ficar com duas comemorações no mesmo dia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu quero dar uma explicação técnica agora para as duas Senadoras, a Senadora Ana Rita e a Senadora Lídice. Mas no caso da Senadora Lídice, já retiraremos de pauta para isso. Mas também vamos fazer o mesmo no caso específico.

O voto do parecer da CCJ, no que diz respeito às proposições apresentadas posteriormente à vigência da Lei nº 12.345, de 2010, afirma, em seu item b, que não deve ser admitida sua tramitação caso não se cumpram as exigências estabelecidas nos arts. 2º a 4º relativas à realização de consultas e audiências públicas.

Adicionalmente, em seu item c, o voto reitera que se por qualquer circunstância for admitida a tramitação de projetos de lei nessa condição, devem ser eles rejeitados quando de sua deliberação pela Comissão de Educação ou eventualmente pelo Plenário. Então, é uma questão regimental dos arts. 2º a 4º.

Senadora Ana Rita, a senhora continua pedindo a retirada de pauta?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu entendi, pela explicação, que a partir do momento que a lei passou a vigorar, toda vez que se fizer um projeto com esse teor precisa haver uma consulta. Concordo plenamente.

Os demais projetos que nós já aprovamos, que foram pela aprovação, é porque foram elaborados antes da lei que disciplina a apresentação de projetos com esse conteúdo. Então, na minha opinião, já fui esclarecida o suficiente.

Obrigada, Senadora Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, mantenho...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mantenha o item na pauta.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

Eu queria... Então, foi retirado da pauta o item solicitado pela Senadora Lídice da Mata, o que trata da questão das pessoas que são vítimas de tráfico.

Então, essa foi a retirada. Apenas um é retirado e o outro a pedido do Relator.

O esclarecimento está O.k.?

Vamos, então, à votação nominal.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com os relatores.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Wellington Dias. (Pausa.)

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA – Com os relatores.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PP – RS) – Com os relatores.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. *Fora do microfone*) – Com os relatores, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com os Relatores e Reladoras.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE. (Bloco/PSB – AP) – Com os relatores.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com os Relatores.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. *Fora do microfone*) – Com os Relatores.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Com os Relatores.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Com os Relatores e Reladoras.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Maria do Carmo.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE. *Fora do microfone*) – Com os Relatores.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com os Relatores, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Estão rejeitados os itens de 44 a 53, retirado o item solicitado pela Senadora Lídice da Mata.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, não entendi porque na outra eu votei e nessa não.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Desculpe-me, Senador Cícero Lucena. Desculpe-me, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Acompanho os Relatores, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Deixa eu lhe dizer, Senador Cícero Lucena: acontece que a Mesa...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Não se preocupe, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas eu gosto. O senhor...

Eu, aqui, recebo uma lista com o nome dos presentes sublinhado. Como o senhor chegou agora, seu voto está considerado e consignado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sem problema, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu lhe agradeço muito, Senador Cícero Lucena, por isso.

Encerramos, então, o processo. Definidos todos... Senadora Lídice da Mata.

A exceção é que o de V. Ex^a está fora da pauta.
(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 52**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2011**

– Terminativo –

Institui o dia 14 de setembro como Dia Nacional do “Soldado da Borracha”.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador João Alberto Souza.

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 53**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 755, de 2011**

– Terminativo –

Cria o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, a ser celebrado anualmente no dia 18 de outubro.

Autoria: Senadora Marinor Brito

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1– Matéria a ser votada em bloco.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É para solicitar a inclusão de dois requerimentos extra-pauta. Eu, neste momento, subscrevo o requerimento da Senadora Kátia Abreu, que teve que se retirar e me pediu que subscrevesse. E há um requerimento meu que solicitava o apoio desta Comissão para a realização de um evento educacional no Interlegis. Ele necessita do apoio da Comissão de Educação.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria incluir... O requerimento da Senadora Kátia Abreu já havia sido incluído, Senadora Lídice da Mata.

Faço, agora, a consulta ao Plenário quanto ao acolhimento, extrapauta também do requerimento da Senadora Lídice da Mata, que explicou aqui os motivos e as razões do requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado.

Passamos à leitura, então, dos requerimentos.

ITEM 55**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

Nº 36, de 2013

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com vistas a debater o processo de escolha de diretores de escola no Brasil como instrumento de valorização do mérito, com a sugestão de participação dos seguintes convidados: Herman Jacobus Cornelis Voorwald, Secretário de Educação do Estado de São Paulo; Romeu Weliton Caputo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; Heloísa Lück, Diretora Educacional do CEDHAP, Centro de Desenvolvimento Humano Aplicado; Priscila Fonseca da Cruz, Diretora Executiva do Movimento “Todos pela Educação” e Vitor Henrique Paro, Prof. Titular e pesquisador em Gestão Escolar, Universidade de São Paulo – USP.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Observações:

Subscreveu o Requerimento, a Senhora Senadora Lídice da Mata.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr^a Presidente, só uma questão de ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, eu quero parabenizar esta Comissão pelo número de matérias que foi colocado em pauta e pelo resultado, pela rejeição e pela aprovação, mas me permita fazer, mais uma vez, um apelo que eu tenho feito em outras Comissões e em que tenho sido atendido.

Há um ano ou um pouco mais, na condição de 1º Secretário desta Casa, nós conseguimos implantar uma ferramenta de trabalho que foi fornecida a todos os Senadores, os *tablets*, exatamente para nos ajudar a desenvolver esse trabalho.

Eu queria chamar a atenção desta Comissão de Educação porque somente hoje foram impressos, em cada volume desses, 731 folhas. Então, se multiplicar por 30 volumes desse, nós, hoje, imprimimos mais de 20 mil folhas que poderiam estar sendo lidas através dos *tablets*.

Então, eu faço um apelo a esta Comissão reconhecendo todo o esforço dela, o trabalho, a competência, mas é uma tecla em que venho batendo para que nós venhamos a dar o exemplo, Sr^a Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer muito, Senador Cícero Lucena, a sua valiosa contribuição. Aliás, o senhor, como membro da Mesa, trabalhou muito pela modernização, pela inovação tecnológica, evitando a derrubada de árvores. Cada vez que se evita o uso de papel está-se contribuindo para a preservação ambiental, quanto mais não seja para a economia financeira e a economia de tempo para todos nós.

A assessoria da Comissão me informa que esse sistema está sendo implantado gradativamente. E eu renovo os agradecimentos em nome do nosso Presidente Cyro Miranda, que é um usuário do sistema eletrônico, para facilitar isso.

Queria dizer também aos Senadores que essa recomendação, essa ponderação do Senador Cícero Lucena tem tudo a ver com os dias que nós estamos vivendo hoje. As ruas estão pedindo que sejamos econômicos, estão pedindo que tenhamos cuidado com dinheiro público, e isso é dinheiro público também, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, agradeço a V. Exª, colocando em votação o requerimento da Senadora Lídice da Mata.

ITEM 56

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 34, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais, o apoio desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE ao seminário “Presidencialismo de Coalizão em Perspectiva Comparada”, a realizar-se no dia 19 de setembro do corrente ano, no auditório Antônio Carlos Magalhães – Interlegis. O evento contará com palestrantes nacionais e internacionais, e tem por objetivo divulgar resultados de pesquisas sobre relações Executivo-Legislativo na África, no Leste Europeu e na América do Sul. Seu público-alvo é composto por cientistas políticos, jornalistas, acadêmicos e assessores do Legislativo, contemplando a participação nos diversos segmentos da sociedade nacional.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Srª Presidente, minha fala diz respeito ao requerimento.

Na verdade, trata-se de um seminário que será feito, o seminário Presidencialismo de Coalizão em Perspectiva Comparada, a realizar-se no dia 19 de setembro do corrente ano, no auditório do Interlegis.

O evento contará com palestrantes nacionais e internacionais e tem por objetivo divulgar o resultado de pesquisas sobre relações Executivo-Legislativo na África, no Leste Europeu e na América do Sul.

Seu público alvo é composto por cientistas políticos, jornalistas, acadêmicos e assessores do Legislativo, contemplando a participação dos diversos segmentos da sociedade nacional.

Para que ele seja realizado nesse local, é preciso que seja aprovado numa das Comissões da Casa. Achei, portanto, que ele tinha uma relação muito grande tanto com educação quanto com relações internacionais. Como é da tradição desta Comissão seminários com essa importância, sugeri que ele pudesse ser aprovado nesta Comissão, para que ele possa ser realizado. Não será feito nesta Comissão, mas sim no Interlegis, e todas as Srªs e os Srs. Senadores estão convidados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata e cumprimento-a pela iniciativa de apresentar esse requerimento. E gostaria de pedir o apoio ao requerimento da Senadora Lídice.

Os Srs. Senadores que o apoiam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento da Senadora Lídice da Mata.

Não havendo mais nenhuma matéria específica para tratarmos, queria agradecer, em nome do Senador Cyro Miranda, o apoio fundamental do quórum. São 14 Senadores e hoje temos aqui um movimento muito grande: a reunião do prefeitos, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos discutindo pedidos de empréstimos para os Estados e isso nos envolve muito. E há também outras matérias relevantes em outras comissões sobre as quais o Senado está debruçado. Então, eu queria agradecer muito a todos que colaboraram para que chegássemos a esse resultado satisfatório.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.*)

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia dez de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15

(quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Maria do Carmo Alves, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Paulo Bauer, José Agripino e Armando Monteiro. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 28/2013–CE, de autoria do Senhor Senador Paulo Paim, que tem como objetivo discutir “**Os impasses e as perspectivas da expansão da educação superior brasileira**”. A mesa de abertura é composta pelos Senadores Ana Amélia, Vice-Presidente deste Colegiado, e pelo Senador Paulo Paim, autor do Requerimento, que fazem breves pronunciamentos. Prosseguindo, dá-se início à Audiência Pública. A Presidência registra a presença para acompanhar a sessão da Senhora Marlene Salgado de Oliveira – UNIVERSO; Senhora Nara Teixeira de Souza, Coordenadora da Secretaria de Políticas Institucionais da CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; Senhor José Geraldo de Santana Oliveira, Consultor Jurídico da CONTEE; Senhora Adércia Hostin, Coordenadora da Secretaria de Assuntos educacionais da CONTEE; Senhor Amecy Benti, Diretor do ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; Senhor Geraldo Profírio Pessoa, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central; Senhor Alberto Ribeiro, Diretor da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central; Senhor Raimundo Domingos de Moraes, Diretor da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central; Senhora Maria Ângela Bissoli, Representante da Gerência de Desenvolvimento do SENAC-SP; Senhora Agdamar Affini, Pró– Reitora Acadêmica do Centro Universitário de Rio Preto; Senhor Sérgio José Custódio, Presidente Nacional do MSU – Movimento dos Sem Universidade; Senhor João Roberto Moreira Alves, Presidente do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação; Senhor João Batista de Deus, Secretário Geral da

PROIFES – Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior e Senhor Vilmar Locatelli, Assessor Parlamentar da PROIFES. Como moderador da Mesa, o Senador Paulo Paim, convida os seguintes expositores para dar início ao Primeiro Painel: **Senhor Mozart Neves Ramos, Representante do Movimento Todos Pela Educação; Senhor Luiz Henrique Schuch, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES; Senhora Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE e Senhor Rodrigo Capelato, Representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Ana Amélia e Cristovam Buarque. Logo após, a sessão é suspensa para um breve intervalo e realização de um “coffe break”, às onze horas e cinquenta e seis minutos, e reaberta às doze horas e dezoito minutos. Na reabertura, a Senadora Lídice da Mata, moderadora da Mesa, convida os seguintes expositores para dar início ao Segundo Painel: **Senhora Virgínia Barros, Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; Senhor Paulo Antonio Gomes Cardim, Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU; Senhor Divonzir Gusso, Pesquisador e Coordenador da Área Educacional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Senhor Antonio Simões Silva, Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação – MEC**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Lídice da Mata e o Senhor Senador Paulo Paim, autor do Requerimento. Prosseguindo, a presidência submete ao Plenário, proposta no sentido de conceder o uso da palavra ao Senhor João Batista de Deus, Secretário Geral da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior – PROIFES, o que é aprovado. Logo após, a Senhora Moderadora, Senadora Lídice da Mata, dá início ao debate. Usam da palavra o Senhor José Geraldo de Santana Oliveira, Consultor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE e o Senhor Sérgio José Custódio, Presidente Nacional do Movimento dos Sem Universidade – MSU. Findo o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam ane-

xadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e quinze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADORA **LÍDICE DA MATA**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto sem revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Bom dia, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, conforme já foi anunciado pelo nosso apresentador, atende ao Requerimento nº 28, desta Comissão de Educação, do ano de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim, para a realização de uma audiência pública destinada a debater os impasses e as perspectivas de expansão da educação superior brasileira.

Antes de fazer a composição da Mesa, preciso pedir desculpas pela voz. Nessa época de seca, em Brasília, nós todos temos esse problema.

Quero, antes de mais nada, antes de passar os trabalhos ao Senador Paulo Paim, pedir desculpas aos senhores e às senhoras que estão nesta audiência por não ter começado no horário agendado.

Nós aqui vivemos o dilema, não temos a capacidade da bilocação, de estar em várias comissões – todas elas são importantes. Estávamos, o Senador Paulo Paim e eu, na Comissão de Assuntos Sociais debatendo projetos. Eu era autora de um requerimento que trata de perícias médicas do INSS, que é um tema muito relevante e muito sério. Por isso, o atraso na chegada aqui.

Na Presidência, na abertura desses trabalhos, preciso publicamente pedir desculpas aos senhores, mas entendam a circunstância. Não é nossa responsabilidade. É a estrutura de funcionamento desta Casa que nos traz esses impedimentos. São muitas comissões, somos 81 Senadores e temos o compromisso de dar o máximo possível de empenho pessoal nas

ações que interessam à comunidade como, por exemplo, a perícia médica, tão importante quanto debater agora a questão da expansão e do futuro do ensino superior em nosso País.

Com muita honra, passo a condução dos trabalhos ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os cumprimentos à Senadora Ana Amélia, que já discorreu sobre a nossa correria do dia a dia. Ambos combinamos de chegar aqui num tempo viável para podermos iniciar esse debate tão importante.

Eu mesmo, antes de fazer aqui uma introdução, quero dizer do documento apresentado aqui pela Secretaria-Geral da Comissão. Entendo que esse documento, Júlio, é importante, porque ao mesmo tempo em que situa o plenário sobre o debate, também todo aquele que nos assiste pela TV Senado tem o mínimo de eixo sobre qual o tema que nós vamos discutir no dia de hoje.

De pronto, antes mesmo da introdução que farei, eu quero chamar para a mesa os nossos convidados, mais uma vez cumprimentando a Senadora Ana Amélia, que fez a abertura.

Passo a chamar neste momento os painelistas: representante do movimento Todos pela Educação, Dr. Mozart Neves Ramos; Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Dr. Luiz Henrique Schuch; Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (Contee), Profª Madalena Guasco Peixoto; e, por fim, representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), doutor, professor – enfim, aqui eu não vou definir, mas tomo a liberdade de chamar a todos de doutor, e o mesmo vale para a Drª Madalena – Dr. Rodrigo Capelato. Mesa formada! São todos bem-vindos aqui. Sintam-se todos cumprimentados.

Eu farei uma pequena introdução antes de passar a palavra para os nossos convidados.

Minhas amigas e meus amigos, é com um prazer enorme que estamos aqui na Comissão de Educação Cultura e Esporte neste momento tão importante. Poder coordenar o trabalho neste dia é claro que é um orgulho para este Senador, pela grandeza do Senador Cyro, que é o Presidente, e da Senadora Ana Amélia, que entenderam que eu, como autor do requerimento, deveria coordenar, mas eu diria que vamos coordenar de forma conjunta. A qualquer momento a nossa Vice-Presidenta naturalmente usará a palavra e poderá assumir a Presidência.

A audiência pública, na nossa visão, tenho certeza de que a Senadora Ana Amélia concorda, tenho usado como instrumento. E tem por finalidade apro-

fundar a discussão sobre assuntos de relevância para a sociedade brasileira.

Na audiência pública de hoje, fruto desse requerimento que encaminhei, vamos escutar vários especialistas, representantes da educação superior no País e discorrer sobre essa área.

Chamamos a atenção para a amplitude das atuais audiências públicas que não faz muito tempo passaram a ser veiculadas pela TV Senado, pela Rádio Senado e por todo o sistema de comunicação da Agência Senado pelo País afora, comunicando às brasileiras e aos brasileiros o estado da arte das questões mais candentes discutidas aqui nesta Casa.

A difusão em larga escala demonstra que estamos empenhados em dar conhecimento a toda a sociedade e a fazê-la participar dos encaminhamentos que o Senado pode tomar após ouvir os nossos convidados.

A despeito de não possuímos uma história significativa na educação superior antes do século XX, ao contrário de alguns países vizinhos e de fala hispânica, e de termos passado por períodos difíceis como o ditatorial, em que muitas restrições atingiram esse nível de ensino, hoje, principalmente nos dois últimos governos, vislumbramos os novos e promissórios horizontes. Eu até citaria os últimos três governos: acho que a partir do governo Fernando Henrique, Lula e Dilma avançamos bastante.

A audiência pública que temos a honra de coordenar, assumindo neste momento provisoriamente a Presidência, tem por título: Os Impasses e as Perspectivas da Expansão e da Educação Superior Brasileira.

O ensino superior tem duas grandes divisões: o ensino superior público, representado por instituições federais, estaduais e municipais, e o ensino superior privado, que oferece cursos superiores de graduação, de pós-graduação, sequenciais e cursos de extensão universitária. Tais instituições são representadas por universidades, centros universitários, faculdades, escolas de ensino superior, instituições de pesquisa científica e tecnológica, institutos federais de educação tecnológica. Aqui teremos, então, oportunidade de escutar todos os segmentos.

Não vou ler todo o documento. Vamos para o final, para ganhar tempo. Muitos podem dizer: “Paim, nós viemos aqui para ouvir os painelistas e não vocês Senadores, que ouvimos todos os dias”. Então, vou logo para o final.

Lembramos que a nossa LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) trata em capítulo especial da educação superior, o que nos dá o norte em diversos pontos para essa discussão. A luta pela educação traz em seu bojo um debate amplo, total, geral, que interessa a todos.

Cito aqui, simplificando o documento, que vamos pensar o Brasil em moldes educativos que não destoem das conquistas de grandes nomes, como o de Darcy Ribeiro, João Calmon, Anísio Teixeira e Paulo Freire, para ficar em poucos exemplos. Não percam os aspectos práticos que possam ajudar o País a crescer, cada vez mais, em todas as dimensões. Qualquer cidadão de bem, uma vez perguntado sobre qual é a forma de o País crescer, dirá – todos dirão – que é pela educação.

Sejam todos bem-vindos!

Vamos, de imediato, ao nosso painel.

O tempo será de 15 minutos para cada expositor, mas, claro, eu não serei rígido quanto ao tempo; se necessário for, daremos mais 5 minutos.

Passamos a palavra, neste momento, ao Dr. Mozart Neves Ramos, representante do movimento Todos pela Educação.

Um pessoal me ligou, deve estar aqui presente, do Proifes. Está presente? *(Pausa.)*

Ainda não.

Bom, nós daremos oportunidade, na hora em que nos dirigirmos ao Plenário, a esse representante para que possa expor também seu ponto de vista. Se estiver aqui, peço que se sente aqui na primeira fila, pois terá oportunidade.

Dr. Mozart com a palavra.

O SR. MOZART NEVES RAMOS – Bom dia a todos!

Quero inicialmente cumprimentar a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura; o Senador Paulo Paim, autor do requerimento; os demais colegas que compõem esta Mesa, aqui nominados; minhas senhoras, meus senhores.

De antemão, Senador, vou me desculpar: quando eu fui convidado, na quinta-feira, eu disse que tinha uma palestra na CNI, às 11 horas. Eu disse que havia essa dificuldade. Então, posso ficar aqui até as 10h40, 10h45.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique bem à vontade.

O SR. MOZART NEVES RAMOS – Vou me desculpando com os meus colegas de Mesa, mas eu falei previamente sobre essa minha dificuldade.

Fiz uma apresentação no sentido de ajudar um pouco no debate.

Rapidamente, acho que vale a pena a gente ver alguns números dos últimos dez anos, para pensar os impasses atuais e o futuro da universidade brasileira.

Claramente, nesses últimos dez anos, com base no Censo da Educação Superior, o crescimento se deu particularmente no setor privado e na Região Nordeste do Brasil. Hoje nós temos algo em torno de 6,4

milhões matrículas, 75% delas de responsabilidade do setor privado.

Houve crescimento notório na modalidade do ensino a distância, que só em 2010 foi da ordem de 15%; nos cursos tecnológicos, mais de 10 ao longo da última década, de 2001 a 2010; e crescimento dos cursos noturnos presenciais.

Então, esse é um quadro rápido do Censo da Educação Superior nos últimos dez anos.

Isso se distribui, como a gente já viu, de certa maneira, assim: 4,7 milhões no setor particular, no setor privado, na rede privada; no setor público federal, quase 1 milhão de alunos, em torno de 15%; menos no setor estadual; e ainda menos no setor municipal, com as autarquias municipais e algumas comunitárias.

Apesar do crescimento, o que nós observamos, nos últimos anos, quando fui Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, durante oito anos, é que sempre se manteve o percentual da ordem de 12%, 13%. Passou todo esse tempo, e nós chegamos, no máximo, a 16,7% na faixa etária de 18 a 24 anos. E esses 16,7% foram principalmente pela mudança na base demográfica. Então, até pouco tempo, eram 14,6%. Com base nos dados do IBGE, do censo demográfico, nós estamos, na verdade, com 16,7%.

A meta do novo PNE é a meta do antigo PNE. Isso é interessante ser observado. O PNE, que se encerrou em 2010, tinha como meta chegar a 33% da população entre 18 a 24 anos. Nós nos mantivemos agora em 16,7%. E a mesma meta está proposta no atual PNE para 2022. Era 2020, mas, como está atrasada a discussão e a aprovação do PNE, nós estamos sugerindo, *ipsis litteris*, o que nós tínhamos proposto para 2010.

Eu acho que isto é importante do ponto de vista do crescimento: analisar a situação atual. E, dentro do substitutivo do PNE, o que se propõe, por exemplo, do ponto de vista de gasto atual, que está da ordem de R\$25 bilhões, é chegar a R\$50 bilhões. No crescimento previsto pelo mesmo substitutivo – muda, naturalmente, à medida que vai sendo avaliado o PNE, esse é o da Câmara ainda –, a perspectiva é de, nesse crescimento, R\$4,1 milhões na área pública, 70% presencial e 30% na modalidade de ensino a distância.

Algumas estratégias para alcançar essa meta segundo o novo PNE. São mais estratégias do que essas que estão postas aí, mas eu sublinhei essas quatro, porque eu entendo que elas são importantes na discussão. Primeiro, a clara expansão do financiamento estudantil pelo Fies – e é interessante que, para o Fies, no próprio PNE, no âmbito da expansão da pós-graduação, que não é o caso aqui, também está sendo prevista uma amplitude –; o uso do Fies agora

também na pós-graduação, inclusive também na modalidade de EAD; a questão do aumento dos projetos de extensão; os cursos livres, que estão cada vez mais sendo colocados na mídia.

Um fato importante em que eu vou tocar mais adiante é a questão da internacionalização. E o grande desafio brasileiro, na minha opinião, que não é a formação só, a formação é parte dos professores, inicial e continuada, mas é a questão da atratividade pela carreira do magistério. Esse ponto aí, se o Brasil não enfrentar adequadamente, impacta na própria expansão com qualidade do ensino superior no Brasil. E vamos ver por quê.

O último dado da educação básica de 2011 mostrou o seguinte: o percentual de alunos com aprendizado adequado no 5º ano do ensino fundamental em língua portuguesa ficou em 40%. A projeção para 2022, com base na escala Saeb e no Pisa, é chegar a 70%; matemática, 36%. No ensino fundamental – eu me refiro às séries finais – e no ensino médio principalmente, vai gradualmente, principalmente em matemática, havendo uma queda exponencial no percentual de aprendizagem. No ensino médio, ao final da educação básica, no 3º ano, somente 10% dos alunos que terminam aprenderam a matemática que seria esperada. E está estagnado desde 1995 esse percentual. Oscila de 12% a 10%.

Ora, nós vamos ver que um ponto central para o desenvolvimento do País, do ponto de vista estratégico, é a questão do número de engenheiros que o País precisa formar para dar conta da atual demanda. Eu me lembro de que, quando eu era reitor, os engenheiros do Centro de Tecnologia me procuraram para reduzir as vagas. Isso foi na segunda metade da década, entre 1995 e 2000. E eu disse: mas diminuir por que as vagas? Nós já temos um desgaste enorme com a sociedade. Disseram: “Ah, mas há muito engenheiro desempregado”. Hoje, em Pernambuco, por exemplo, e no Brasil de uma maneira geral, engenheiro é contratado automaticamente.

Agora, qual é o grande problema? O Brasil forma 35 mil engenheiros, quando deveria estar formando para a atual demanda cerca de 65 mil engenheiros. A Coréia do Sul forma hoje 90 mil engenheiros; a China, 600 mil; e a Índia, 500 mil engenheiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sem querer atrapalhar, mas atrapalhando, numa audiência pública, um tempo atrás, eu disse: Ah, se tivéssemos 50 mil engenheiros, todos estariam contratados. Daí a própria assessoria me corrigiu: “Senador, pega a última Revista *Exame*, que diz que, se 100 mil engenheiros tivéssemos hoje, todos estariam contratados”. Veja como V. Ex^a está coberto de razão.

O SR. MOZART NEVES RAMOS – E o ponto central, Senador, está ali. Eu dou aula na Federal de Pernambuco há 36 anos; aula no básico, no primeiro ano. Não sou aquele que está dando aula no doutorado, nem no mestrado, que não sabe o que está acontecendo na transição do ensino médio para o superior. Eu faço questão de dizer que faz 36 anos que dou aula para os alunos do primeiro ano, que ingressam na UFPE, tanto nas licenciaturas, como nos bacharelados e engenharias. E ali é um problema. Se não resolverem isso, a gente não alcançará a Meta 12 do novo plano, que era a meta para 2010.

Esse é o gargalo que temos de resolver. Por quê? Olhe lá o percentual, como acabei de falar: aqui mostra que, de 1999 a 2011, não conseguimos sair do lugar. Nas séries finais, idem. Ou seja, quando o Brasil entra na questão da diversidade das disciplinas ou de professor por disciplina, não sabemos como fazer. Essa é a realidade.

O Brasil tem avançado muito em matemática. Nas séries iniciais, o Brasil realmente decolou, e eu acho que não terá problema. O problema é que esse ganho de aprendizagem, nas séries iniciais, não se mantém ao longo do processo da educação básica, sem deixar de levar em conta que perdemos um grande número de jovens ao longo do percurso.

Então, o sucesso da Meta 12 do PNE passa necessariamente pelo enfrentamento da qualidade da educação básica. O menino entra, o jovem entra, mas não sai no primeiro ano. Quando ele pega os cálculos da vida, as físicas da vida, eles são guilhotinados no primeiro ano, no primeiro semestre, e começa o desencanto com as reprovações. E à noite, principalmente com os meninos das licenciaturas, a situação se agrava muito mais, porque eles chegam com brilho nos olhos, mas com deficiência de aprendizagem muito grande.

Consequentemente, é um processo de *feedback*: você não forma professores, e não tem gente dando aula de química, física ou matemática. Dos que dão aula de física no Brasil hoje, 61% não foram formados nem em física nem em área correlata; em química, 44%; em matemática, 42%. Então, como é que podemos fazer com que um jovem goste de matemática, de química, de física, áreas estratégicas para o crescimento do País e para essa expansão do ensino superior no País?

Como tenho 15 minutos, eu quero me dedicar a dois pontos que eu acho que o Brasil deve colocar numa agenda extremamente importante. Primeiro, a questão dos fluxos internacionais; segundo, as fusões das instituições.

Eu me recordo que, quando fui reitor, havia um problema sério, porque tínhamos menos vagas do que demanda para entrar. Eu estava com o reitor da

Universidade de Salamanca, Ignacio Berdugo, e ele disse: “Mozart, estou com um terrível problema: os alunos estão deixando a Universidade de Salamanca.” Eu lhe disse: como? “Estão procurando os cursos tecnológicos de 2,5 anos, de 3 anos, no máximo.” O que está acontecendo? “Os professores estão se aposentando e o governo espanhol não repõe.” Isso foi na época boa da Espanha, economicamente falando. “O meu problema é que eu não tenho aluno e o professor está se aposentando.” Eu lhe disse: olha, eu acho que tenho a solução do seu problema: eu tenho aluno demais e vaga de menos.” Fizemos uma matriz, em que ele tinha as vagas nos diferentes cursos e os alunos que passaram na UFPE, mas que não tiveram possibilidade de ingresso, porque não havia vagas. E o que nós fizemos? Um acordo bilateral entre as duas universidades, de dupla titulação. E os meninos fizeram integralmente, 150 alunos em Salamanca e 120 na Universidad de Valladolid. E o índice de evasão foi baixíssimo; isso na segunda metade da década de 90.

Naquela oportunidade, muita gente falou: “Olha, com esse negócio, estamos perdendo jovens para a Europa, para a Espanha.” Eu disse: eu não vejo que estamos perdendo. Ao contrário, temos de ter gente com visão de mundo. Não adianta só ter aquela visão local. A gente tem de ter o compromisso regional, sim; mas tem de haver gente com visão sistêmica, com inovação, que sabe o que está acontecendo.

Então, naquela época, até acho que fui pouco compreendido na universidade. E hoje está aí o CiênciA sem Fronteiras, com 100 mil jovens até 2015, fazendo curso de dois anos, um ano. E lá a gente fez integralmente, a maioria voltou, foi muito interessante o retorno, e com a visão totalmente diferenciada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Importante o destaque que V. Ex^a deu, na introdução que fez, que a inflação foi zero praticamente.

O SR. MOZART NEVES RAMOS – Isso.

Olhe, para os 220 alunos – o euro estava no auge, era R\$4,20, nem a Universidade de Salamanca, nem a de Valladolid são pagas, havia uma taxa muito simbólica no início – era mais barato estudar lá, para se ter uma ideia, mesmo com o euro em alta, que era R\$4,40, se morassem quatro num piso, como eles chamam lá, numa república, do que se eles estivessem estudando em Recife numa universidade particular, por exemplo, independente do mérito de estar na pública ou numa particular. E isso naquele momento.

Hoje, falando para alguns colegas e vendo o cenário atual, acho que foi um acerto a gente ter feito isso, porque, inclusive, eles, de forma orgânica, oxigenaram os nossos currículos, que é um grande problema que temos nas universidades, pois os currículos ainda são

do século XIX; a gente tenta mudar, mas é a coisa mais difícil do mundo. Aí, junto com o Conselho Nacional de Educação, do qual faço parte, vem realmente todo engessamento nesse campo.

Vamos aos fluxos internacionais.

Essa aí foi uma matéria que saiu recentemente, em fevereiro de 2013: “Universidade do sul da Califórnia abre escritório em São Paulo.”

Todo dia, quem abrir a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Valor* vai ver algum tipo de cooperação nessa área, e a gente não pode deixar de considerar isso nesse cenário futuro. O vice-reitor, o vice-presidente disse: “Brasileiros são excelentes e muito criativos.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor tem mais cinco minutos.

O SR. MOZART NEVES RAMOS – “Faculdades abrem curso a distância no exterior.” É isso aí. A USP está abrindo lá no Japão, Moçambique. “Escolas brasileiras oferecem vagas.” A USP cortou ali, abrirá três escritórios no exterior e ampliará bolsas. E esse aí é o mapa, hoje, talvez mais desejado em Boston, onde estão as grandes universidades – MIT, Harvard, Boston College e tantas outras –, excelentes universidades e algumas pequenas faculdades muito boas. Aqui está Harvard – quem diria!

Eu estava com o Prof. Uchôa, da Universidade Tiradentes. Ele está abrindo escritório agora perto da esquina de Harvard, já com outras universidades. Eu comentava com ele, com o Prof. Uchôa, essa questão. Fui colocando isso para ele. Ele realmente tomou esta decisão: “Vou abrir lá em Boston.”

Há 10, 15 anos, a gente imaginaria isso? Por que se está fazendo isso? Pelos fluxos internacionais.

As fusões das instituições. Depois da fusão da Anhanguera com a Kroton, não dá para a gente dizer que nada mudou neste País no ensino superior privado. E uma própria expansão do sistema de ensino superior no Brasil não dá para deixar de considerar. Esse é um cenário que a gente tem hoje aí, das grandes universidades, a nossa Estácio, DeVry, Apollo, Kroton, Anhanguera. E isso, naturalmente, é algo que a gente precisa acompanhar, ver como vai ser o impacto nesse contexto.

Para encerrar, o que imagino? Primeiro, o setor público federal ou resolve a questão da autonomia ou as universidades federais não vão conseguir fazer a expansão que se pretende no Plano Nacional de Educação. Fui Reitor oito anos, fui Pró-Reitor quatro anos, fui Presidente da Andifes, Vice-Presidente da Andifes, tenho acompanhado, nunca deixei de dar aula, e estou vendo que hoje – na minha época, não havia dinheiro – há dinheiro, e não se consegue operar. Impressionante como a máquina está paralisada no sistema público

federal de ensino superior. Há o dinheiro, e não se gasta porque a estrutura é arcaica no modelo de gestão.

Segundo, no setor particular, na minha visão, no futuro, vão restar cinco a seis grandes grupos operando, crescente utilização da modalidade de EAD, poucas particulares, e muito boas, operando em áreas específicas e com foco regional. Acho que as comunitárias do Sul, penso que o Senador Paulo Paim conhece as federais e algumas comunitárias, são muito interessantes, são um modelo que admiro muito particularmente.

Terceiro, o aumento dos fluxos internacionais. Acho que o Ciências sem Fronteiras é o indutor disso. O Governo ainda tem um dirigismo centralizado. Quando ele induz um programa dessa ordem, isso se repercute, diretamente, com a operação interinstitucional, com instituições estrangeiras, dupla titulação.

Então esse é um cenário, particularmente, que eu vejo que a gente deve considerar na discussão da expansão do ensino superior.

Muito obrigado. E desculpe pelo tempo que passei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não. Ficou no tempo. Meus cumprimentos ao Dr. Mozart Neves Ramos (*Palmas.*), representante do Movimento Todos Pela Educação.

Eu me lembro de uma frase do Presidente Lula, Dr. Mozart, que ele dizia sempre: “Dinheiro não falta; faltam bons projetos nessa área da educação.” E pela decisão tomada agora, da questão dos *royalties*, também, tudo avança, teremos muito mais força financeira para investir nessa área tão importante, que é a mola que impulsiona o crescimento do País. Ninguém tem dúvida quanto a isso.

Parabéns pela sua exposição.

Convidamos, neste momento, o Dr. Luiz Henrique Schuch, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes).

O SR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH – Muito bom dia, Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente desta Comissão; muito bom dia, Senador Paim, que, junto com o Senador Simon, compõe a bancada gaúcha, do meu Estado, aqui no Senado Federal. Senador Paim, sempre atento às grandes questões sociais. Já estivemos em outras audiências públicas em outras Comissões. Esta é sempre uma temática muito presente, por requerimento do Senador Paim. É com satisfação que o Andes Sindicato Nacional atende a esse convite de participação nesta Comissão.

Inicialmente, é muito importante no trato desse tema, além de uma contextualização pela história nacional, uma contextualização pelo padrão do panorama mundial. Até porque as planilhas a respeito das políticas sociais têm um desenvolvimento natural. E nós não podemos nos contentar, eventualmente, com

números parcos, mas sempre crescentes, comparativamente com a nossa história anterior. Porque o mundo todo evolui neste processo. E é preciso que nós nos coloquemos na nossa situação contextualizada com esse andar do mundo como um todo.

E, nesse aspecto, além dos elementos que foram colocados aqui já com contextualização, é importante que se chame atenção – mesmo sem destacar os sistemas de ranqueamento, sempre falhos nos setores das políticas sociais – que, quando nós tratamos de política educacional – e é uma temática fundamental para o Brasil –, é imprescindível destacar, em primeiro lugar, que nós não podemos tratar separadamente, seccionadamente, a política de ensino superior em relação aos demais componentes do ensino, ao sistema educacional como um todo. Alguns exemplos já foram mencionados aqui.

Em segundo lugar, é imprescindível contextualizar que temos uma das mais baixas taxas populacionais com diploma de ensino superior do mundo. Recentemente a pesquisa da OCDE nos colocou em último lugar dos 55 países pesquisados. Inclusive, se nós formos usar como parâmetro comparativo outros países da América Latina, estamos convivendo com taxas históricas muito baixas – as mais baixas, inclusive, do continente.

Além disso, convivemos, e aí também comparativamente com o nosso continente sul americano, latino-americano, ultimamente, especialmente depois do Chile do Pinochet, com uma certa concorrência nesse aspecto, mas com os percentuais de diplomados no ensino superior alcançando esses diplomas em vagas que nós chamamos de vagas comerciais – vagas em que se contrata através de um contrato de prestação de serviço como oferta privada. Isso, somando as redes públicas federais, estaduais e municipais. Foram colocados aqui percentuais. Hoje nós estimamos que ultrapassem os três quartos da possibilidade de acesso a vagas do ensino superior no Brasil as vagas que chamamos de vagas do ensino comercial.

Um outro componente que é importante na contextualização, para que não apliquemos as alternativas da política numa realidade que não é a existente no País, é que essas vagas, em sua ampla maioria, não são ofertadas por universidades, nem públicas – federais, estaduais –, nem privadas, nem comunitárias. A imensa maioria dessas vagas é ofertada por instituições isoladas de ensino superior, a maior parte delas privadas.

Um outro componente importante é que, apesar de todos os discursos a respeito da prioridade da educação de todos os partidos, todos os políticos, todas as eleições da história deste País, continuamos com

a taxa de investimento relativa ao PIB, em educação, das mais baixas dos países que pretendem entrar num processo de desenvolvimento. E aí, nesse aspecto, é importante, inclusive, analisar à luz das mudanças de metodologia. Vínhamos numa situação descendente, até 2006, 2007, 2008, chegando, parece-me, ao ponto mais baixo a que se chegou na metodologia anterior de cálculo do PIB da educação, vis-à-vis, 3,55% do PIB aplicado em educação, o que é baixíssimo. Depois, se revisa a fórmula de cálculo do PIB.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós vamos brigar para aprovar esses benditos 10% agora.

O SR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH – Vamos. Vamos chegar aos 10% já, já.

Depois, no recálculo do PIB, nós temos esse problema. É claro que existem estudos sérios, estatísticas sérias no Brasil, mas também há, historicamente, construção de biombos de números, às vezes, para obumbrar, para ofuscar a realidade, e não para revelar a realidade. Então, é importante que nós observemos na curva histórica do PIB esse recálculo que foi feito, em determinado momento, a fórmula de avaliação do PIB, que saiu lá dos 3,55%, 3, 56%, e o mesmo montante, de repente, passou a ser 4,32%, 4,33%.

Um outro componente da contextualização que eu acho que é importante nesse processo é que os fatores que vêm determinando a oferta de educação superior do País não são conectados com as necessidades educacionais. Absolutamente não são. Há outros componentes, e aí se precisaria estudar mais esse conjunto de outros componentes, que levam, por exemplo, a que hoje nós tenhamos uma oferta de vagas simplesmente da grande área de administração superior à soma de toda a oferta de todos os cursos da área de saúde neste País. Certamente, isso não vem de uma leitura da necessidade social e, a partir daí, de uma estruturação planejada da educação superior.

Um outro componente que é importante nós termos no panorama de fundo, para tratarmos desse respeito, porque quando se trata do ensino superior, se trata também da produção do conhecimento, é que permanece estabilizado, em nível mundial, em torno de 95% ou mais da propriedade intelectual do conhecimento no Hemisfério Norte. Por mais que se movimente, depois, todo aquele debate dos anos 90 a respeito das leis das patentes, a discussão no âmbito do GATT, a Rodada Uruguai do GATT sobre isso cristalizou uma situação de que a ciência é reduzida, do ponto de vista do potencial emancipatório, com a estrutura de relações que se estabelece nesse campo.

E temos a Constituição de 1988, que foi um grande pacto pela educação nacional, que abre o seu capítulo da educação no art. 205, afirmando que a educação

é um direito, um direito de todos e de cada um deste País. Há responsabilidade do Estado em relação à educação, como uma questão de Estado e da sociedade, projetando essa obrigação, esse direito e essa obrigação a respeito da educação muito mais do que simplesmente reduzida ao campo da formação para o trabalho, ou formação para o mercado. Ao contrário, uma formação de cidadania, uma formação emancipatória, uma formação que tem a ver com o conjunto da formação do ser humano para uma realidade concreta, e a realidade concreta é o Brasil.

Nesse contexto e à luz do sentido que foi organizado na Constituição Federal, que é o nosso mandamento nesse campo, no Andes Sindicato Nacional, nos seus 30 anos de existência, talvez o tópico mais prioritário no qual temos nos debruçado, com debates em todos os departamentos, em todas as unidades de ensino deste País, com produção coletiva com outras entidades educacionais, com debate com setores da sociedade interessados na questão educacional, tem contribuído para o debate com um conjunto de formulações. Inclusive, disponibilizando aqui, neste momento, às senhoras e aos senhores, três dessas publicações.

Eu vou resumir bastante minha fala em relação ao tópico encaminhamentos, até porque este documento de capa vermelha que se chama *Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira* é bem rico com relação à questão conceitual e ao conjunto de movimentos necessários para colocar em bom eixo a educação superior no País.

Em síntese, como elementos aqui para o debate, uma das conclusões mais firmes que temos é que as necessidades educacionais e de compartilhamento do saber do povo brasileiro, em quaisquer dos níveis, não serão atendidos pelo ensino comercial. Historicamente, não serão atendidas, especialmente em um período, já foi colocado aqui, de grande cartelização internacional como um negócio na questão da educação em que os grandes capitais são sustentados, inclusive, com ações em bolsas de valores, com um fluxo comercial de crescimentos e decréscimos típicos da relação comercial. Nem mesmo alcançaremos a alternativa organizacional macro, quer dizer, estratégica da questão da educação, reduzindo aquele preceito do art. 205 da Constituição, do dever do Estado, simplesmente com o Estado se recolhendo e se afastando da oferta direta da educação para um campo chamado “dos marcos regulatórios da educação”, deixando escorar o sistema educacional e o sistema científico apenas em sistemas de ranqueamento de avaliação, descolados com as referências sociais em uma aparência meritocrática abstrata a respeito do saber e que, na prática, operam como valor real e moral, impondo-se

como valor moral, nas relações do sistema educacional, o individualismo e o segredo.

Nós convivemos, em boa medida, pela forma como tem sido organizado e pela incidência dos interesses comerciais na questão do financiamento da ciência e tecnologia hoje bastante mais pressionados pelo segredo do que propriamente pelo saber compartilhado e construído no rigor científico em um debate público.

A Nação brasileira permanece como um projeto inacabado. E certamente será pela visão que tivermos a respeito da educação, do direito de todos e do dever do Estado que nós poderemos contribuir mais rapidamente para que esse projeto de Nação se aperfeiçoe. É preciso entender, fica como questão, que motivos são capazes de mobilizar todas as esferas do Poder Público, de todo o Estado, no sentido de viabilizar grandes eventos esportivos, por exemplo. E essa mobilização não é conseguida para dar grandes soluções, necessárias soluções na questão educacional. Por isso, é preciso retomar, efetivamente, o dever do Estado sobre a educação de qualidade, socialmente referenciada, investindo na ampliação da universidade pública de qualidade, nas quais a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como determina a Constituição, seja exercida em ambiente democrático, de rigor acadêmico, com vista à universalização do acesso.

Nesse aspecto, temos observado algumas medidas do Poder Público nos últimos anos que – se bem que muitas vezes, partindo de identificação, que é clamor da sociedade, como a questão da expansão do ensino público, do espaço público da educação – tem desvirtuamentos sérios a respeito do encaminhamento.

Já debatemos aqui, e voltamos apenas a registrar neste momento, o que temos levado ao Ministério da Educação, inclusive com contribuições de ajustes ao que tem sido chamado de “Programa Reuni”. Está na frente dos senhores e das senhoras também uma primeira revista, produzida há pouco tempo – teremos o segundo número e o terceiro número – que demonstra o nível de precarização a que foram levadas, às vezes, inclusive em uma espécie de constrangimento, as universidades federais, em relação ao padrão curricular, por falta de condições efetivas – e aí faltam recursos também, Senador Paím – para o desenvolvimento dessa expansão tão necessária.

A formulação que nós apontamos a partir desse referencial envolve, sim, um movimento de ampliação ao atendimento pleno das demandas, a universalização, portanto, do acesso ao ensino superior com condições de permanência. Identificamos que isso é possível. Há fontes, desde que priorizadas, para sustentar essa expansão com qualidade. Financiamento, por exemplo. Temos trabalhado – o Senador Paim já

fez registrar aqui –, na LDB, no PNE, a perspectiva de que é sim necessário assumir o compromisso pelos 10%, o mais rapidamente possível, para investimento em educação pública. Isso corresponde às três esferas do Poder federado. Isso é viável.

Em relação ao Plano Nacional de Educação, gostaríamos de chamar atenção para algo que tem sido principal na nossa avaliação, tanto no primeiro como nesse que está em discussão neste momento. Muitas vezes o Plano Nacional de Educação tem sido pródigo em metas. Ficamos todos entusiasmados com as metas, inclusive com a abrangência inclusiva que aparece nas metas. Nós gostaríamos de chamar atenção de todos, especialmente dos Parlamentares, para a necessidade de previsão compulsória, no Plano Nacional de Educação, dos meios necessários para se atingirem aquelas metas.

Meios são financiamento, pessoal, remuneração de pessoal, plano de carreira para magistério, revalorização do magistério, senão nós ficamos, a cada dez anos, simplesmente fazendo balanço das metas que não foram alcançadas. Primeiro, o Plano Nacional de Educação tinha uma previsão relativamente sustentada de meios para se atingirem as metas que foram exatamente os oito vetos impostos na hora da sanção do Plano Nacional de Educação. Esses vetos nunca foram derrubados. E agora estamos novamente diante de uma perspectiva de vermos a aprovação de um texto que pode ser muito pródigo em metas, mas muito pobre em firmar os meios para se atingirem aquelas metas.

Além disso, já temos uma proposta entregue ao Parlamento que trata da questão dos 18% constitucionais do orçamento federal para educação. Há um conjunto de distorções que foram impostas após a Constituição de 88 e temos apontado alternativas de reversão dessas distorções. A mais evidente delas foi a DRU, que, se extinta em etapas, ainda leva uma parcela de recursos da educação.

A outra importante é que no momento em que os Parlamentares definiram a necessidade de aplicação compulsória de 18% das receitas líquidas da União no desenvolvimento do ensino, o principal elemento de contribuição era realmente através dos impostos. Na sequência, uma parcela disso foi desviada, especialmente na década de 90, para arrecadação através de contribuições que não entram nesse cálculo, nesse percentual, e seria uma alternativa nós retomarmos aqui o espírito constitucional.

Encaminhando para o final, temos aí, na *Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira*, um conjunto de medidas absolutamente necessárias nesse caso – inclusive internamente – para as universidades públicas, sejam estaduais sejam federais, de

desmercantilização da vida, do fazer acadêmico nas universidades. Nesse aspecto, medidas necessárias à refundação do espaço público para produção do conhecimento absolutamente necessário e reversão da antítese do preceito constitucional.

Se a Constituição define a autonomia vinculada à indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão como a principal característica das universidades do setor educacional brasileiro, nós vivemos crescentemente, especialmente a partir da década de 80, uma heteronomia em que o sentido do poder é de fora para dentro, seja financeiro seja o poder simplesmente gerencial de governo; e a instituição deixa de ser de Estado e passa a ser uma instituição que responde a sístoles, a impulsos eventualmente surgidos no centro do poder ou no centro da economia.

Outro componente fundamental é a reestruturação da carreira dos docentes, a revalorização salarial e a questão da qualificação permanente. Aqui, vale para o ensino público e vale para o ensino privado.

Nós temos, no ensino privado, hoje, uma situação dramática de sobrevivência – inclusive, muitas vezes somos chamados de professores “motoboy”, para conseguir sobreviver –, em que a perseguição, por exemplo, à organização sindical é dramática. O Andes fez uma representação à OIT e o Brasil foi notificado por conta dessa questão.

Nas universidades públicas, está na mão dos Parlamentares, neste momento – até porque o Governo expediu a Medida Provisória 614 –, a rediscussão do plano de carreiras. Aí, nós gostaríamos de dizer que, inclusive, há emendas propostas que retomam o sentido da estruturação, ou da reestruturação, que foi desfeito desde a década de 90.

Nesse sentido, a valorização da educação no espaço público universitário, associada à pesquisa com financiamento que permita a independência dessa pesquisa e a um padrão de extensão universitária que, realmente, coloque as instituições cara a cara com a sociedade, vivendo exposta, transparente e respondendo numa via de mão dupla para a sociedade, é a grande via, neste momento, de refundação da universidade pública, para completar esse processo de Nação brasileira que ainda está inacabado.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Prof. Luiz Henrique Schuch coloca com muita firmeza e muita clareza o ponto de vista na visão, principalmente, me permita que eu diga, dos trabalhadores das universidades, porque são nossos trabalhadores, são nossos mestres, os nossos professores.

Eu estive inúmeras vezes com V. Ex^a, que é muito firme e muito claro, muito preciso, e deixa, aqui, uma série de livros, cartilhas, dando a visão do Andes, entidade respeitadíssima em todo o cenário nacional: *Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira; Precarização das Condições de Trabalho; Universidade e Sociedade; Crises, Políticas Públicas e Greves*.

Muito bem.

O SR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH – Essa é uma revista, inclusive, de caráter científico, que já está na 51ª edição. São duas edições anuais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Eu queria, neste momento, primeiro, informar que a nossa audiência tem cobertura da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, da TV Senado. Qualquer contato: www.senado.gov.br; TV, canal 2.

Queríamos, também, neste momento, com muita satisfação, registrar a presença conosco da Prof^a Marlene Salgado de Oliveira, Reitora da Universidade Salgado de Oliveira – Universo. Também, a da Prof^a Nara Teixeira de Souza, Coordenadora da Secretaria de Políticas Institucionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; do Prof. José Geraldo de Santana Oliveira, Consultor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; do Prof. Amecy Bentes, Diretor do Andes, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; do Prof. Geraldo Profírio Pessoa, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central; também, do Prof. Alberto Ribeiro, Diretor da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central; do Prof. Raimundo Domingos de Moraes, Diretor da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central; e, por fim, da Prof^a Maria Ângela Bissoli, Gerente de Desenvolvimento do Senac. Ainda, da Prof^a Adércia Hostin, Coordenadora da Secretaria de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino. Por fim, da Prof^a Agdamar Affini, Pró-Reitora e professora acadêmica do Centro Universitário de Rio Preto. Por último, do Prof. Sérgio José Custódio, Presidente Nacional do Movimento dos Sem Universidade. Sejam todos bem-vindos.

Agora, já está conosco, com alegria eu registro, além da Senadora Ana Amélia, que abriu o evento, o Senador Cristovam Buarque.

Permitam que a ele eu também aplauda. (*Palmas.*) Alegria em vê-lo aqui, Senador.

Teremos, com certeza, um grande e bom debate aqui só pelos dois expositores.

Passemos à palavra neste momento à Prof^a Dr^a Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

Quanto ao uso das expressões professor e doutor, não deem atenção. Para mim, todos são doutores e professores nessa causa.

Por favor, V. S^a tem a palavra.

A SR^a MADALENA GUASCO PEIXOTO – Senadora Ana Amélia, Senador Paulo Paim e Senador Cristovam Buarque, primeiramente eu gostaria de agradecer o convite.

Represento aqui uma entidade que congrega mais de 800 mil trabalhadores na base. Nós representamos os professores e também os técnicos administrativos que atuam na rede privada de ensino, desde a educação infantil até a educação superior.

A Contee já vem se posicionando publicamente sobre essa forma e o conteúdo que tem imperado na expansão da educação superior brasileira. Nós acompanhamos mais particularmente, após a década de 90, uma expansão inédita na história da educação brasileira: uma expansão privatista. Nós, com o déficit enorme que temos de acesso à educação superior, resolvemos ou decidimos politicamente que essa democratização do acesso se daria fundamentalmente, após a década de 90, pela expansão da rede privada.

Obviamente todo mundo sabe que somente após 2002 a rede pública passa a ter uma expansão. Ela ficou congelada do ponto de vista da sua expansão durante toda a década de 90 até 2002. Então, nós optamos politicamente. Decidimos inclusive, quando aprovamos as leis de educação, que isso se daria da forma que deu.

O Plano Nacional da Educação que venceu em 2010 tinha como meta atingir 30% dos jovens de 18 a 24 anos e dizia “preferencialmente via expansão da rede privada”. Também a nossa Lei de Diretrizes e Bases criou essa possibilidade de expansão na medida em que criou cinco tipos de instituições e, pela primeira vez na história brasileira, universidades apenas de ensino, sem pesquisa e sem extensão, ou universidades, como diz a LDB, por área de saber.

Essa possibilidade, além dos incentivos fiscais que foram dados de forma agressiva ao setor privado, propiciou uma expansão privatista a que assistimos durante toda a década de 90.

De modo que os dados que temos hoje são os que somente 16% dos jovens de 18 a 24 anos estão no ensino superior, dos quais 74% estão matriculados na rede privada. Então, essa é a realidade, esse é o diagnóstico, digamos assim, do qual partimos.

A Contee continua acompanhando esse crescimento. Então, mesmo com o incentivo e a abertura de novas universidades federais e a interiorização das universidades públicas, que ocorreu a partir de 2002, o crescimento de matrículas na rede privada, de 2000 a 2011, foi de 150%. Então, continua havendo uma expansão privatista no âmbito do aumento de matrículas fundamentalmente no setor privado.

Por que faço esse tipo de destaque? Não só porque trabalhamos na rede privada, mas fundamentalmente porque apoiamos a Meta 12. Achamos que a política de Estado no Brasil deveria ser de incremento, de fortalecimento da educação pública, que é a forma democrática e também de cobrança social do papel estratégico que tem o ensino superior no Brasil. Particularmente, temos dificuldades. Sabemos como está sendo difícil discutir isso, inclusive no Plano Nacional de Educação, porque se faz questão de retirar a palavra pública e pôr a palavra gratuita. Gratuita não é necessariamente pública; gratuita pode ser a expansão via Fies e via ProUni, exatamente na rede privada de ensino.

Mas o que tem nos preocupado particularmente tem sido a mudança da qualidade do setor privatista a partir de 2005. A partir de 2005, estamos assistimos no Brasil ao que nós estamos chamando de desnacionalização e financeirização da educação superior, com a fusão de grandes grupos com capital aberto, o que mudou o perfil da educação brasileira superior, principalmente no setor privado.

Até 2005, a maioria das instituições era chamada “sem fins lucrativos”. De 2005 para cá, nós estamos acompanhando uma mudança e um acentuado fator mercadológico na educação superior.

As instituições estão abrindo o capital, estão sendo adquiridas por grupos internacionais de capital aberto e essas instituições estão agora se fundindo. Em abril, nós assistimos a isso e nos preocupamos. E acho que a sociedade brasileira deveria ficar atenta e preocupada com a fusão do grupo Kroton com o grupo Anhanguera, que hoje domina mais ou menos um milhão de estudantes e tem 60% de Fies, ou seja, inadimplência praticamente zero. Um bom negócio, cuja preocupação máxima na verdade não tem sido com a qualidade de educação. A preocupação máxima dessas fusões tem sido melhorar o valor das suas ações. E para melhorar o valor das suas ações, tem tido uma atitude agressiva do ponto de vista da mudança do perfil que tinham as instituições que foram compradas.

Então, basta passar pela avaliação do Sinaes que imediatamente esses grupos que adquiriram instituições não mudam a manutenção, mantêm a manutenção, mas não é mais aquela mantenedora. Agressivamente

demitem todos os doutores, todos os mestres, mudam o projeto pedagógico dos cursos que haviam sido aprovados pelo Ministério da Educação, através do Sinaes, mudam qualitativamente esse projeto pedagógico, demitem o núcleo estruturante do curso e juntam salas.

Falava-se aqui de formar engenheiros. O Brasil precisa de engenheiros. Pois se juntam as salas de Cálculo 1 com Cálculo 2, para economizar o docente. Como um aluno que já tem dificuldade em matemática vai conseguir aprender cálculo quando se junta na mesma sala Cálculo 1 com Cálculo 2? E o mesmo professor vai dar aula para dois níveis diferentes de alunos com dificuldades diferentes e níveis distintos de aprendizado naquele determinado momento.

Isso tudo que eu estou falando é público. A Contee tem enviado ao Ministério da Educação dossiês em que professores fazem esse tipo de colocação. Por isso a Contee tem se empenhado na aprovação do Insaes, um PL que está tramitando. Por que o Insaes é importante? Exatamente porque o Sinaes faz a avaliação.

É lógico que temos um sistema complexo, mas não quer dizer que todas as instituições privadas sejam de má ou péssima qualidade. Ao contrário. Nós temos um sistema que tem grandes instituições privadas de ótima qualidade que associam ensino, pesquisa e extensão e que dão uma grande contribuição – não só na área de humanas como nas áreas tecnológicas de inovação – para a sociedade brasileira, formando quadros profissionais de alta qualidade.

Também nós sabemos, e os dados confirmam, que nem todas as instituições públicas são boas. Há instituições públicas que também têm tido muitas dificuldades na avaliação. Então, não se trata de dizer que o privado é ruim e o público é bom. Agora, é verdade também que, se pegarmos os resultados dos ciclos avaliativos, vamos ver que de fato as instituições públicas são muito mais bem avaliadas, têm muito melhor qualidade do que as instituições privadas no geral.

No último ciclo avaliativo, somente 6% das instituições privadas tiraram nota maior que três, o resto tem nota dois, o que faz com que o MEC, obrigatoriamente, tenha que descer em diligência, ou seja, tenha que fazer supervisão. Agora, imaginem, num quadro da educação superior com mais de duas mil instituições o MEC descer em diligência em instituições que tiveram nota menor que três! Como eu disse aqui, somente 6% tiveram nota maior que três.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Somente para situar todos, três de seis, ou de dez, ou de cinco?

A SRª MADALENA GUASCO PEIXOTO – De cinco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De cinco, nota três.

A SR^a MADALENA GUASCO PEIXOTO – De cinco. Três não é necessário baixar em diligência. Com dois, já é obrigado a baixar em diligência. Isso obrigatoriamente coloca no MEC uma responsabilidade imensa. Com uma secretaria apenas de regulação, que é o que o MEC tem hoje, uma secretaria de regulação com alguns funcionários, é impossível cumprir o papel de Estado que lhe delega a Constituição Brasileira no art. 213.

Por isso, nós somos favoráveis a que este Congresso aprove o Insaes, e aprove da forma como veio, porque o Insaes colocará o MEC na condição de cumprir um papel, que é constitucional, de regular, fiscalizar e acompanhar a expansão, visando obviamente à qualidade dos cursos.

Então, Senadoras e Senadores, senhores e senhoras, a nossa preocupação é com a formação dos quadros. Como podemos ficar tranquilos quando sabemos, por exemplo, que um grande grupo de jovens, um milhão de jovens estão num conglomerado de capital aberto com um modelo gerencial que não tem preocupação, obviamente, ou não é a sua preocupação final a qualidade, a formação profissional ou a formação de cientistas; a preocupação é que suas ações se valorizem na Bolsa? Essa é a grande preocupação.

Aliás, esses grupos não têm mais dono, são de capital aberto, e somente prestam contas aos acionistas, que, sim, querem saber se as suas ações estão sendo mais ou menos valorizadas. E isso é uma preocupação, porque está se formando um oligopólio. No ABC paulista, por exemplo, já não existe mais outra instituição privada que não seja do Grupo Kroton. Então, se um professor for demitido no ABC, não arruma mais emprego lá, porque ele é demitido exatamente porque ali se formou um oligopólio. Essa é uma questão de soberania nacional e que deve preocupar a sociedade brasileira. Não é um problema apenas mercadológico que o Cade tem que regular. Essa é uma questão de quem é mesmo, quem são os jovens, para que mesmo estamos formando esses jovens, porque ampliar a inclusão, obrigatoriamente, não quer dizer democratizar o acesso. Democratizar o acesso é melhorar a qualidade, é fazer com que o ensino superior brasileiro se coloque num papel estratégico para o projeto de desenvolvimento nacional, porque formar engenheiros que não sabem fração não resolve o problema; formar pessoas da área de saúde que terão muitas dificuldades em exercer suas profissões também não interessa à sociedade brasileira, assim como também não interessa à sociedade brasileira formar péssimos professores.

Então, nós queremos, Senador Paim, que se discuta essa questão. Essa é uma questão que nós, da confederação, consideramos estratégica, porque, para analisar a perspectiva da educação superior brasileira – e aqui foi colocado –, podemos chegar à realidade de ter dois, três grupos dominando a educação superior. E, veja, dominando 74% da matrícula – 74% das matrículas sendo dominadas por dois ou três grupos de capital aberto e algumas instituições comunitárias, sem fins lucrativos, que vão resistir, tentando manter a sua qualidade. Sabemos que não é simples manter a qualidade, porque qualidade em pesquisa e extensão exige investimento, e esse investimento não há outra forma de fazer, quando a instituição é privada, a não ser cobrando dos alunos. Assim, vai tornando-se inviável manter instituições privadas de alta qualidade também no Brasil.

Eu termino aqui, quis falar os meus 15 minutos, talvez nem os use, exatamente chamando a atenção para essa questão, que não é trabalhista, não é uma questão dos profissionais, porque isso o meio sindical pode resolver. Nós estamos tentando, lutando para que não se precarizem as condições de trabalho, para que os professores tenham um plano de carreira. Essa é a nossa missão. O problema não é esse? O problema é esse também, porque o professor, o profissional não tem plano de carreira, corre de um lado para o outro para dar a sua aula, não sabe nem qual é o seu RH – porque hoje nós temos um RH em São Paulo, que atende todo o Mato Grosso do Sul, porque os grupos fazem isso. A forma de organização gerencial que eles têm é essa.

Então, não é essa a questão, é uma questão de chamar a atenção dos Senadores e Senadoras e do povo brasileiro para a grave situação em que nós estamos vivendo. Não é uma questão apenas de expansão privatista, é uma questão de expansão mercadológica, que coloca em risco a soberania do nosso País e coloca em risco também a formação dos nossos jovens.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (Contee).

Este foi um dos motivos por que fui procurado: para que a gente promovesse esse debate. Este dado só simbólico acho que foi importante: o monopólio de um grupo somente, porque fundiu, em todo o ABC, tem toda uma simbologia, queiramos ou não, para todos nós, e acho que foi bom o seu exemplo, porque é o berço da grande revolução, digamos, brasileira, a partir do avanço da classe trabalhadora, que, queiramos ou não, ali surgiu, principalmente a partir de Luiz

Inácio Lula da Silva. Acho que é, de fato, preocupante, e merece um debate com a profundidade em que aqui foi colocado.

Quero ainda registrar a presença da Dr^a Priscila Cruz, Diretora-Executiva do Movimento Todos pela Educação; Dr. Rodrigo de Paula, Presidente do Sinpro-DF, Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal; Dr^a Karina Barbosa, Vice-Presidente do Sinproep, também aqui de Brasília; Dr^a Cristina Castro, Coordenadora da Secretaria de Comunicação Social da Contee, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; Dr^a Elizabeth Guedes, Vice-Presidente da Anup, Associação Nacional das Universidades Particulares.

Vamos, agora, ao último convidado.

Passamos a palavra ao Dr. Rodrigo Capelato, representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

Depois, vamos abrir ao Plenário. Falarão, primeiramente, os Senadores Ana Amélia e Cristovam. Na sequência, vamos abrir para que, no mínimo, três a quatro convidados possam fazer perguntas para a Mesa, durante três minutos.

Por favor, Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO CAPELATO – Bom dia a todos! Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Paulo Paim e todos aqui presentes. Agradeço o convite para participar deste importante debate.

Queria convidá-los, depois dessa fala tão enfática da Prof^a Madalena, a nos despir um pouco do preconceito entre público e privado e a tentar entender um pouco o estado atual do ensino superior no Brasil.

Acho que Prof. Mozart Ramos foi bastante feliz com seus números. Talvez eu os complemente com os meus números, porque acho que, antes de discutirmos essa questão da privatização, da não privatização e assim por diante, temos um problema muito mais grave, que é o atraso no ensino superior no Brasil. Aí acho que o papel de cada um é extremamente relevante em todos os âmbitos, independentemente de ser privado, público, confessional, comunitário e assim por diante.

Eu não trouxe este número, mas, se a gente olhar a distribuição das matrículas no ensino superior hoje, veremos que 25% são instituições públicas. Mas, naqueles 74% de instituições privadas, há uma boa distribuição: quase um terço são instituições confessionais comunitárias, um terço são instituições sem finalidades lucrativas e um terço são instituições com finalidade lucrativa.

Então, vejam que a distribuição – e estamos falando de 7 milhões de alunos – é bastante democrática. Talvez restringir o debate a um milhão de alunos ou

especificamente à fusão e assim por diante prolongue o nosso atraso em termos da cobertura do ensino superior no Brasil. Então, eu queria trazer o debate para outro foco.

Primeira coisa, esses dados são de 2011; são os dados da taxa de escolarização líquida no Brasil. O que dizem esses dados? A taxa de escolarização líquida tenta medir, na faixa etária adequada, quantos alunos, qual o percentual de jovens e crianças que estão matriculados no ensino superior correspondente. Então, por exemplo: em 2011, havia 15,7 milhões de crianças de 6 a 10 anos e 14,1 milhões matriculadas no nível correspondente, ou seja, 90%; praticamente a universalização do ensino fundamental está se dando nesses últimos anos.

Esse dado já é bastante preocupante, porque em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, isso aconteceu há cem anos.

Quando a gente avança, esses números vão ficando mais preocupantes. Na faixa de 11 a 14 anos, cujo nível adequado é o fundamental 2, há 14 milhões de crianças e apenas 10,8 milhões matriculadas no ensino fundamental 2.

Quando chegamos ao ensino médio, começa a tragédia: dos 10 milhões de jovens de 15 a 17 anos que estariam, que deveriam estar no ensino médio, apenas 50%, 51% estão no ensino médio, ou seja, 5,2 milhões estão no ensino médio e 5 milhões estão fora disso.

Essa é uma discussão que eu não vejo, por exemplo, e não estamos nem entrando na questão da qualidade, estamos entrando na questão da cobertura disso, desses jovens.

Aí, vem o grande colapso: quando a gente entra no nível superior, o Prof. Mozart trouxe os dados do IBGE e isto aqui são dados do Censo da Educação, nós tínhamos, em 2011, apenas 13,8% – ele trouxe 16,7%, o que também não alivia em nada esse número –, 13,8% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados no ensino superior, ou seja, de 23 milhões de jovens que deveriam estar no ensino superior, apenas 3 milhões estão matriculados.

Aí, nós vamos discutir o quê? Nós vamos discutir a fusão, nós vamos discutir se é privado, se é público, ou nós vamos discutir o colapso de só termos 13% dos jovens inseridos no ensino superior?

Só para terem uma ideia – são dados que eu não trouxe aqui, mas eu tenho de cabeça –, se nós olharmos para o nosso vizinho, para a Argentina, esse número passa de 30% tranquilamente. Ele beira 40%. Na Colômbia, há alguns anos, era de 39%; na Bolívia, era de 23%; na Coreia do Sul, que é o grande exemplo de recuperação do atraso, passa de 60%; e nós, aqui, com 13,8%, sendo que a meta do Plano Nacional que

venceu em 2010 era chegarmos em 2010 com 30%. Então, vejam o nosso atraso na questão da cobertura do ensino superior.

Bom, vamos revisitar, um pouquinho, o crescimento, a expansão do ensino superior nos últimos anos. Se a gente pega de 1980 até 1997, 1998, não há crescimento algum, nem por meio da rede pública, nem por meio da rede privada. Não há crescimento do setor do ensino superior. Vejam, ele passa a crescer, aí, ele cresce 2,4% ao ano, em média, o que não acompanha nem o crescimento vegetativo da população nesse período.

A partir de 1997, quando há maior abertura por conta da oferta da rede privada, então, há um crescimento exponencial, o crescimento passa de 11% ao ano e as taxas de escolarização começam a melhorar um pouco, só que ainda muito aquém daquilo que a gente precisava. A gente chega em 2004, 2005 com menos de 10%, ainda, dos jovens cobertos pelo ensino superior.

Nós já vemos, a partir dali, um momento complicado, porque nós temos uma cobertura muito baixa e, ao mesmo tempo, o crescimento já voltando a ser pequeno. A partir de 2004, 2005, o crescimento já passa para menos de 4% ao ano, recuperando, agora, um pouquinho, a partir de 2010, 2011.

Então, isso é uma contradição. Nós temos uma exclusão enorme e, ao mesmo tempo, a gente vê que o crescimento deixou de ter aquele ritmo de crescimento de 1998 até 2004.

Por que será que isso acontece? Isso acontece, principalmente, porque, naquele momento, não havia vagas nem para as pessoas das classes A e B, que podiam, inclusive, pagar a mensalidade escolar. Então, nesse período de 1999 a 2004, esse crescimento é principalmente por conta dessas classes A e B, que não tinham, também, vagas nem na universidade pública, nem na universidade privada, e conseguem, então, pagando mensalidades, ingressar no ensino superior.

A partir dali, você tem, ainda, uma grande exclusão, mas principalmente das pessoas mais de baixa renda.

A partir de 2004, 2005, nós temos o ProUni, que, hoje, já passou a ter mais de um milhão de alunos cobertos por esse programa, o que mostra que, no momento em que você faz qualquer movimento de abertura para os jovens, eles rapidamente atendem a essa demanda. Eu vou mostrar alguns dados, a partir de agora, que revelam que, na medida em que o Governo, na medida em que a sociedade apresenta oportunidades a esses jovens, rapidamente recebem e atendem.

A primeira oportunidade que vi foi esta: aumentou a oferta pela iniciativa privada, rapidamente cresceu. Por quê? Porque tinha gente querendo entrar. Então, era um problema de oferta, não era problema de demanda.

Apresento outro dado interessante: temos aqui uma nova modalidade de curso, o Mozart falou sobre isso, que são os cursos tecnológicos, que apareceram com mais força a partir de 2003. São cursos com foco diferente dos de bacharelado e de licenciatura. Têm duração muito menor, três anos, e são muito focados para o mercado de trabalho, com uma empregabilidade muito grande.

À medida que esses cursos foram sendo ofertados, houve um crescimento de 556% somente de 2003 a 2011. Por que isso? Porque se deu uma nova oportunidade, oportunidade de uma nova modalidade de curso, em que o aluno poderia se formar mais rápido e ser empregado mais rapidamente. E os jovens quiseram. O crescimento está revelado aqui.

Outro dado importantíssimo e quero usar como um dado emblemático é a questão da educação a distância. A educação a distância começou a existir a partir de 2003. E houve um crescimento exponencial até 2008, 2009; cresceu quase 100% ao ano o número de alunos matriculados. Esse exemplo é emblemático porque, na medida em que dei outra oportunidade para as pessoas que não tinham acesso cursarem o ensino superior – e aí é outro perfil de aluno –, elas rapidamente quiseram esse curso. Rapidamente quiseram ingressar no ensino superior.

Qual foi o problema? No momento em que foi lançado, foi sem grandes regulamentações. Então, realmente havia uma desorganização muito grande, oferta bastante precária, muitas dúvidas em termos de qualidade.

Só que, a partir de 2009, o Ministério da Educação, ao invés de fiscalizar isso, fechou as portas. “Está uma bagunça, então, vou fazer o marco regulatório da educação a distância”. Tinha que realmente regular, mexer nessa questão. Porém, olhem o que aconteceu: no momento em que o Ministério fecha as portas e a oferta deixa de crescer, o crescimento cai para 15% ao ano, depois para 11% e 7%.

Isso quer dizer que terminou a demanda? Não. Isso quer dizer que terminou a oferta. No momento em que não tem oferta, a gente não cresce. A educação a distância está exatamente a provar isso.

Qual a minha grande preocupação hoje? Vamos pegar a questão da fusão. O seu ponto mais crítico, que muitos me questionam, é a concentração na modalidade educação a distância. Realmente, eles vão ficar com 50% do mercado ou até mais.

Porém, estamos falando de um mercado de um milhão de pessoas. Qual seria uma ação clássica do Cade, por exemplo? Ah, pega uma das marcas e vende. Isso vai resolver? Isso não vai resolver. A concentração continua igual. O problema não está na concentração da demanda, está na concentração da oferta. Não há ofertantes.

Deixem-me mostrar um dado aqui bastante importante. Quando olhamos a pirâmide da faixa etária dos alunos nos cursos presenciais e na educação a distância – e são alunos completamente diferentes –, 57% dos alunos dos cursos presenciais têm até 24 anos. E, no curso a distância, 56%, o mesmo percentual, estão em outra faixa etária, entre 25 e 39 anos. Se passarmos para 44 anos, ultrapassa 60%. São alunos completamente diferentes.

A educação a distância veio para resolver inclusive um atraso histórico nosso, porque está pegando as pessoas que concluíram o ensino médio e não puderam ingressar no ensino superior.

Nessas condições, temos no Brasil 20 milhões de pessoas entre 25 e 39 anos que têm ensino médio completo e não têm o ensino superior. Ou seja, são alunos potenciais para a educação a distância, certo? Se pegarmos 10% desses 20 milhões, já é o dobro do que temos matriculados hoje na educação a distância. E nós estamos discutindo a oferta. Nós temos que discutir como aumentar a capacidade de absorver essa demanda, e não se há concentração nessa oferta. Se nós triplicarmos o número de alunos na educação a distância, vocês podem ter certeza de que a concentração dessa fusão vai ser diluída. Então, a questão não é dentro desse 1 milhão; a questão é como é que a gente transpõe esse 1 milhão de pessoas que estão lá dentro. Se nós pegarmos 20% desses 20 milhões – e eu estou falando só das pessoas de 25 a 39 anos –, são 4 milhões de alunos a mais na educação a distância, que poderiam estar no ensino superior. E nós estamos fazendo o quê? Nós estamos discutindo se a oferta deveria ser... Porque a qualidade disso, a qualidade aquilo, etc.

Eu sempre digo – eu vou até cortar alguns caminhos aqui – que nós temos hoje 59% da oferta de ensino superior privado em instituições com até 3 mil alunos. Elas têm uma importância vital para a capilaridade – é uma pena que eu não trouxe esse mapa – da oferta do ensino superior no Brasil todo. Elas não têm credenciamento para educação a distância, e não conseguem de forma alguma. Então não seria esse o ponto, ao invés de ficar discutindo se os grandes grupos estão concentrando ou não? Será que a grande discussão não seria ampliar a oferta? Eu não tenho dúvida de que, regionalmente, existem instituições de

ensino de excelência, que conhecem muito bem a realidade regional, e que não podem ofertar nas suas localidades, não podem usar inclusive as suas instalações para ofertar educação a distância. E muitas vezes uma instituição lá de longe, que não conhece nada do contexto regional, pode ofertar por meio de um polo esse tipo de coisa. Então, eu acho que a discussão não é muito pela concentração de quem está ofertando, mas muito mais pela ampliação das instituições que podem ofertar.

Vejam outro dado que mostra essa questão também: 43% – nós pegamos do Ministério do Trabalho dados de pessoas com CLT, registradas –, 20 milhões de brasileiros têm só o ensino médio completo. Estão empregados, estão gerando renda, e poderiam muito bem estar cursando o ensino superior, e principalmente a EaD. Quarenta e três por cento.

Isso aqui é uma correlação que mostra a importância dos concluintes, o crescimento da população C e D – dados do IBGE – com ensino superior, e o crescimento dos concluintes nas instituições privadas. São esse dado em vermelho. Vejam, há uma correlação total. Então, não dá para ficarmos discutindo essa questão de público ou privado. Nós temos que discutir sempre a ampliação da oferta. A qualidade é igual para todo mundo. Ela tem que ser discutida, não há dúvida. Até sugeriria uma outra audiência para discutir só qualidade, mesmo porque, em relação aos indicadores aqui apontados, existe uma série de críticas, existe uma série de artigos, então precisa também se discutir o que é qualidade, como avaliar essa qualidade. Então, acho que é um debate profundo que tem que ser feito também em relação a isso, que não pode ser simplificado a ponto de matar a oferta. Esse é o meu grande receio quando a gente leva o debate para essa questão.

Outro dado que mostra o quanto temos que evoluir. Veja, nós tivemos 7,2 milhões de jovens inscritos no Enem agora, este ano. Ingressam por ano, no ensino superior, menos de 3 milhões. Onde estão os outros 4 milhões? Não estou nem falando daqueles de 25 a 39 anos, e assim por diante. Todo ano, nós estamos sobrando com 4 milhões para fora do sistema. Os dados do censo do IBGE mostram que 38 milhões de brasileiros têm ensino médio completo, mas não têm ensino superior.

Vejam como é dar a oportunidade que os jovens agarram essa oportunidade. O Fies é o exemplo clássico disso. No momento em que você deu de novo a oferta, a possibilidade de ingresso... Vejam, em 2009, quando o Fies ainda tinha taxas de juros elevadas, o prazo de pagamento era baixo e assim por diante, apenas 2,4% dos entrantes no ensino superior eram por meio do Fies.

Hoje, em 2012, depois de toda a revolução que foi feita nesse programa, 24% dos ingressantes já são por meio do Fies. Então, basta dar condições de ingresso para os alunos. Os jovens vão querer, eles querem isso, e nós temos que dobrar o número da taxa de escolarização líquida no Brasil.

Por último, já que meu tempo já está se encerrando – até agradeço os cinco minutos a mais que me foram dados –, dentro disso que eu estou falando, o que me preocupa muito mais é a questão de respeitar a diversidade da oferta, como falei. Eu acho que o sistema, assim como em qualquer lugar do mundo, precisa ser formado por universidades públicas, por universidades privadas, entre elas as confessionais, comunitárias, com finalidade lucrativa e assim por diante. Nós temos que ter essa riqueza, essa diversidade. Hoje, nós estamos vendo, inclusive, um estrangulamento disso, até por conta desse debate da qualidade.

O Mozart falou de um problema que realmente precisa ser atacado, que é o engessamento da gestão pública, que tem feito com que as instituições que têm pouca autonomia e que são tão importantes para a capilaridade do ensino superior sejam sufocadas. Acerca disso, vou deixar alguns números para vocês verem. Quer dizer, as pequenas não conseguem ofertar ensino a distância e presencial. Elas não conseguem ofertar as engenharias, elas não conseguem ofertar os cursos tecnológicos porque estão presas ao engessamento da gestão pública por falta de autonomia e também porque focamos muito mais na expansão e em outras coisas que neste momento não deveriam ser prioridades.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Rodrigo Capelato, representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

Ele deixa aqui uma série de contribuições, mas já deixa uma sugestão, que fica aqui na mesa da nossa Comissão, de, de preferência, outra audiência pública para discutir a qualidade do ensino.

Já vou passar, de imediato, à Senadora Ana Amélia.

Só vou registrar a presença de mais uma autoridade. A Dr^a Fernanda Torres Póvoa é Secretária Executiva do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, primeira inscrita.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, cumprimento-o pela iniciativa bastante enriquecedora no sentido de debatermos um tema recorrente, embora eu tenha, como o Senador Cristovam Buarque, que é o nosso

guia nas questões educacionais, tido uma preocupação muito maior em relação ao ensino fundamental no Brasil. Ele é o maior gargalo que temos, e penso que temos que fazer um esforço enorme em relação a essa matéria. O próprio Senador Cristovam é autor de um projeto de federalização do ensino fundamental. É um pouco ousado, mas acho que, se nós não tivermos ousadia, não chegaremos.

Ouvi com atenção todos os expositores e, de fato, apenas me tranquilizei, porque, como eu não sou uma pessoa radical, eu sou sempre no meio termo. E aqui percebi uma demonização do setor privado na área do ensino. Menos mal o fato de que a Madalena deixou uma porta aberta do reconhecimento da relevância que as instituições comunitárias, que, no nosso Estado, Senador Paim, o Rio Grande do Sul, têm uma participação extraordinária na qualidade do ensino que prestam.

E como elas nasceram? Nasceram exatamente da falta de oferta do setor público. Então, a comunidade – por isso se chama comunitária – se organizou e criou as condições para isso.. Na terra do Senador Paim, há a Universidade de Caxias do Sul, a UCS. Em Passo Fundo, em Ijuí, em Uruguaiana, em Bagé, em Erechim, em todos os lugares onde essa comunidade se organizou fez universidades de excelente qualidade em algumas áreas. Então, eu me tranquilizo porque a Madalena fez um parêntese em relação a não colocar no mesmo grau de avaliação.

Hoje, o conceito é o seguinte, Prof. Luiz Henrique: o pobre está na universidade paga e o rico está na universidade gratuita, federal, que é a melhor, porque está mais preparado para ir para lá. Então, criamos uma injustiça social, que é o foco que o nosso Vice-Presidente dá. Eu me preocupo muito porque a academia, no Brasil, que é a universidade, no setor público, tem hoje autonomia e essa autonomia, me parece, precisa ter uma responsabilidade com o retorno. O livro que V. Ex distribuiu fala na questão da gestão coletiva. Mas a autonomia, a própria palavra diz, é para a universidade, para o gestor da universidade – claro que quanto mais democrática for essa gestão da universidade.

Mas um dado, Prof. Luiz Henrique, me chama a atenção. Há um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostrando que o gasto por estudante na educação superior no Brasil, incluindo aí – e esse é o detalhe – o investimento em pesquisa e desenvolvimento, é de cerca de US\$12 mil, o que estaria acima da própria média da OCDE, que é de mil dólares.

E aí eu lhe pergunto: por que, apesar desse gasto dentro do padrão internacional, o ensino superior brasileiro não apresenta os mesmos resultados que em

outros países, do ponto de vista da produção científica, número de patentes e inovação?

Faço essa pergunta porque o Governo acaba de criar Ciência sem Fronteiras, que me parece uma declaração de que precisamos ir para fora do Brasil buscar o apoio de associações com instituições de ensino e de pesquisa tecnológica, porque não conseguimos preparar essa massa de engenheiros, como citou a Madalena e os outros expositores, para atender o mercado. E a formação é feita na academia. Na maior parte dos casos, o Ciência sem Fronteiras é com instituições privadas.

O Dr. Mozart, se não me engano, falou que se surpreende com o número de escritórios de instituições que estão botando em São Paulo. Eles vêm atraídos por esse programa. Nós aqui fizemos, com a universidade do Texas, com a Harvard Universidade. A Presidente foi aos Estados Unidos, fez um convênio, queria trazer até a Harvard para cá, porque a excelência acadêmica de pesquisa me parece que é um ganho que o Brasil tem nessas parcerias.

Então, eu queria saber como é que o senhor enxerga esse programa e essa questão da pouca resolubilidade na questão de um investimento grande no ensino superior em pesquisa e o pouco resultado em relação ao mesmo tema.

Eu respeito enormemente a qualidade e o padrão das nossas universidades públicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Maria, Pelotas, Rio Grande. Então, por que é que não temos em outros Estados? Santa Catarina tem uma interlocução na área da inovação tecnológica, especialmente na era de metalurgia e mecânica. Eu conheci algumas instituições alemãs em que há, digamos, um vínculo de produção de geração de inovação tecnológica.

Então, a academia não pode, penso, ficar apenas olhando para si própria ou ideologizando uma alternativa coletiva. Nós queremos a inclusão, de toda maneira, e queremos qualidade. Eu também me preocupo com a concentração em todas as áreas – áreas de supermercado, área de frigoríficos, para fazer carne, eu me preocupo com isso. Isso é ruim, não é bom para a economia, porque o usuário, o consumidor, seja do serviço ou do produto, fica refém de poucas alternativas. Então, nós temos que encontrar o meio-termo de buscar qualidade com um marco regulatório.

O senhor falou – e eu queria terminar perguntando ao Dr. Rodrigo – do EaD. Quando o Ministro Aloizio Mercadante, da Educação, esteve aqui, eu indaguei a ele a respeito dessa matéria. Tenho uma experiência, no meu próprio gabinete. O meu chefe de gabinete é um autodidata, eu diria, mas não tem ensino superior. Ele encontrou a solução no EaD da Universidade de

Ijuí, que é uma excelente universidade, comunitária, onde está fazendo um excelente curso de História EaD.

Eu perguntei ao Ministro se o Fies poderia ser usado para o EaD, o ensino a distância, que cresce no Brasil, pela sua dimensão continental. Ele reafirmou a necessidade do marco regulatório para depois, então, trabalhar nisso.

Finalmente, a Madalena mencionou o que houve a partir de 2002. Sim, claro, nós acompanhamos, e até se fazia muita brincadeira de que foi preciso vir o metalúrgico para assumir o Poder, porque um professor da Sorbonne não havia feito universidades. Então, nós espalhamos universidades no Rio Grande do Sul. Só que eu estava no jornalismo e recebia muita queixa dos alunos por falta de laboratório, por falta de condição de funcionamento das universidades que haviam sido criadas.

Agora mesmo, nós aprovamos aqui, no Senado Federal, a criação de várias universidades no Pará, duas na Bahia. Também outras vão ser passadas pela Comissão, que é a expansão da rede pública e nós apoiamos todas. Mas é o caminho correto ampliar sem oferecer novamente a qualidade? São as questões que eu queria levantar.

Se o Senador Presidente permitir que sejam feitas as respostas antes de o Senador Cristovam falar... Porque como fiquei aqui desde o começo da reunião, tenho um compromisso de outra Comissão. Então, se fosse possível eu ficaria grata, para não ter a deslegitimação de deixar o assessor para anotar as respostas dos expositores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, infelizmente desta vez não vou poder atendê-la. Aqui tem um apelo da mesa. Inclusive, temos um problema de horário. Temos uma segunda mesa e eles já vão fazer as considerações finais.

Como o Cristovam disse que será muito rápido, nós vamos passar a palavra para o Senador Cristovam. Em seguida, eles falam, e teremos que encerrar, porque senão haverá um enorme prejuízo na segunda mesa.

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Primeiro, quero agradecer a referência feita pela Senadora Ana Amélia à ideia da federalização da educação. Muito obrigado, Senadora, pelo adjetivo de ousado ao projeto.

Segundo, lamento não ter assistido a duas das apresentações. Mas pelo que vi do material e ouvi das outras, acho que falta aqui o fundamental, que é o grande impasse da educação superior: a educação de base, gente! Na hora em que todos estiverem na escola com qualidade, ou a educação superior fica boa ou acaba! Aluno bom não permite universidade

ruim. Aluno bom demite professor ruim, demite reitor, exige qualidade.

O problema é que nós temos poucos terminando o ensino médio; destes, há poucos com qualidade, que são alguns dos quinhentos. Por exemplo, nós costumamos dizer... É um dado do Prof. Rodrigo quando coloca que nós temos um número pequeno de alunos na universidade. Nós temos um número imenso, se comparamos com o número dos que terminam o ensino médio. Se dividirmos a percentagem dos que terminam o ensino médio em relação ao total e a percentagem dos que estão na universidade em relação ao total que deveria estar, dá 60%. É que consideramos o universo dos alunos em idade universitária com os que estão dentro, mas não compara o universo de crianças neste País com os que terminam o ensino médio.

Eu tenho impressão de que o Brasil é um dos países que tem o maior número de universitários em proporção ao número de concluintes do ensino médio. Está entrando todo mundo. Aí a gente não seleciona. Hoje, se não me engano, o número de vagas em universidades públicas estatais é maior do que o número de concluintes. Algo está doido aí. É claro que no vestibular ainda tem gente porque há alunos que já terminaram tempo atrás e há um estoque querendo entrar.

O nosso problema está na educação de base. O nosso problema não é a universidade. O resto todo é resolvido. Todos os detalhes, salário de professor, mais recursos, tudo isso é detalhe. O problema é educação de base, que a gente não quer enfrentar.

Vamos começar com 10 milhões de analfabetos. Se esses 10 milhões fossem alfabetizados, se todos eles concluíssem ensino médio, a gente já tinha aí um bom número de novos universitários com qualidade. Bastava esses 10 milhões terem sido aproveitados na época certa. Mas a gente se concentra a analisar os impasses dentro da universidade. É fora. Está fora. E eu lamento não ver a universidade envolvida na luta pela melhoria da educação de base com a ênfase que deveria. Às vezes eu até vejo a universidade lutando pela reforma agrária, mas não pela melhoria da qualidade da educação de base. Esse é o ponto fundamental.

Agora, dentro da universidade, há problemas. Mas eu acho que são mais estruturais, não são esses. Por exemplo, hoje, a universidade não tem capacidade de garantir empregabilidade. E isso faz com que ela entre numa crise. Porque o que a gente quer quando entra na universidade é ter uma profissão que atenda a vocação, mas que dê emprego. E não estão tendo. Parte desses meninos que estão na rua agora são meninos descontentes porque terminaram o curso superior, vão terminar, e não vão ter emprego. Então, a capacidade

de empregabilidade. Isso exige mudar o currículo das universidades.

Mas aí vem um problema: as universidades são amarradas nos interesses corporativos de cada um que não quer mudar para se adaptar à empregabilidade. Se houvesse curso de ascensorista na universidade, iam continuar fazendo curso de ascensorista, mesmo depois de haver elevador automático, para garantir o emprego dos professores de ascensorismo. Tem que mudar isso. A universidade tem que ser dinâmica. Tem que curso que diga: "Este curso ficou obsoleto porque essa profissão não requer mais a formação universitária tradicional". Porque já se consegue de outra maneira. E nem tem a velocidade de novos cursos.

Por isso, alguns meninos que estão na ponta, os geniosinhos, não querem ficar na universidade, porque a universidade não é capaz de absorver hoje os gênios. Porque os gênios não são mais de uma profissão. Os gênios são de uma coisa na ponta, que mistura profissões. E a gente não consegue. Tem que ter institutos fora, tem que ter entidades fora, tem que ter ONGs, porque a universidade, sobretudo a pública, precisa rever isso. A particular tem mais dinâmica. Tem menos qualidade, é verdade – a maior parte, não todas.

Outra coisa é a departamentalização, que é uma coisa do passado. Há outras coisas diferentes do departamento que deveriam ser como a gente integra e organiza nossos profissionais.

Outra coisa: a superação da diferença entre ensino à distância e ensino presencial. Isso é um só. Embora em alguns casos, radicalize, e fique 100% à distância; em outros, fique 100% presencial. Mas todo curso devia misturar as duas coisas. É um absurdo exigir que, no mundo de hoje, o aluno vá todo dia à universidade, quando ele pode aprender em casa. A matrícula tinha que ser abolida das faculdades.

E, finalmente, para não tomar o tempo da Senadora Ana Amélia – e peço desculpas porque cheguei atrasado...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor pode fazer mais perguntas porque estou encantada, meu caro Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado.

E, finalmente, a última coisa, que tem a ver com o começo, é a qualidade do aluno que entra na universidade. Esse é o ponto central.

Eu dou aula na universidade. E o lugar em que eu dou aula neste semestre e no outro é perto do curso de Matemática da Engenharia. Os professores me diziam que, primeiro, a evasão é imensa; segundo, eles tiveram de baixar o nível para o secundário para po-

derem dar aula aos alunos universitários, porque eles chegavam lá sem saber as coisas básicas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A evasão está inclusive nos cursos técnicos, nos institutos tecnológicos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Inclusive nos institutos tecnológicos.

Então, o nosso problema é educação de base. O resto a gente resolve.

Eu agradeço a ideia da federalização, de que não vou falar aqui, mas pode haver outra, e aí seria um outro debate.

Mas, finalmente, só uma coisa, Senadora Ana Amélia: a senhora falou, corretamente, que os alunos pobres estão na universidade privada e os alunos ricos estão na pública. E é engraçado. Quando você faz a pirâmide colocando privada e pública, você vê que eles trocam assim. Terminou o ensino médio, temos o ensino superior privado e público. Os que saem daqui vêm para cá e os que saem daqui vêm para cá. Só que eu prefiro dizer de outra maneira. Em vez de dizer que os alunos pobres estão na universidade privada e os alunos ricos na universidade pública, prefiro dizer que os alunos ricos estão na escola de base privada e os alunos pobres estão nas escolas públicas sem qualidade.

Então, o problema está na educação de base. Quando todas as escolas públicas forem de qualidade, vamos resolver o problema de o rico estar em uma universidade pública e o pobre estar em universidade privada. É aí que se resolve. A gente pode dar cotas para ajudar, mas vai ser um fracasso. A cota para negros é um sucesso, eu não tenho dúvida e sempre defendi. Mas a cota da escola pública acho que vai ser um fracasso porque não vai ter gente terminando na escola pública em condições de entrar na universidade ou, então, teremos que baixar muito o nível. Era isso que eu teria a colocar. O impasse da nossa universidade está em algumas características da sua estrutura, problemas estruturais, e, sobretudo, de longe, a má qualidade e exclusão que existe na escola básica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Senador Cristovam.

Informo que a organização do seminário previu que, às 11h30, iniciáramos o segundo painel, mas já vimos que o segundo painel vai iniciar lá pelas 12h30. Por isso, vamos ter que ser bem diretos nos encaminhamentos, e eu me obrigo então, por sugestão dos organizadores, a passar a palavra à mesa. O Plenário falará no final da segunda mesa, ou seja, os nossos convidados. Os Senadores falam a qualquer momento.

A mesa agora vai para as considerações finais, e cada um tem três minutos para responder aos Senado-

res e para as próprias considerações finais. Eu tentarei ficar na tolerância de três a cinco, para, depois disso, irmos para um pequeno lanche que está previsto para os nossos convidados. Retomamos o debate, calculo eu, lá pelas 12h30 e vamos tarde adentro.

E já pedem que eu anuncie a próxima mesa. Tudo está cronometrado aqui:

Dr^a Virginia Barros, Presidente da União Nacional dos Estudantes – gostou do doutora não é Virginia?; Dr. Paulo Antonio Gomes Cardim, Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários (ANACEU); Dr. Divonzir Arthur Gusso, Coordenador da Área Educacional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); por fim, Dr. Antonio Simões Silva, Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC).

Então, começamos de imediato. O Dr. Mozart teve que se retirar, por motivos já por mim aqui explicados. O Presidente desta Comissão, Senador Cyro Miranda, só não está aqui porque está em missão desta Comissão na Alemanha.

Por favor, Dr. Luiz Henrique Schuch com a palavra. *(Pausa.)*

O Dr. Luiz Henrique Schuch deu uma saída.

Dr^a Madalena Guasco Peixoto, por favor.

A SR^a MADALENA GUASCO PEIXOTO – Eu seria injusta, Senador, se não tivesse feito essa observação, porque me graduei na PUC São Paulo, fiz mestrado na PUC São Paulo, sou Doutora pela PUC São Paulo, uma universidade de que me orgulho. É uma universidade de qualidade, que tem cumprido o seu papel como universidade em todos os anos que existe como instituição. Faço questão de dizer isto: na rede privada, temos instituições de muito boa qualidade, que têm lutado para se manter, mesmo com a qualidade que têm porque não está sendo fácil concorrer, vamos dizer assim, com esse mercado aberto privatista que está nos cercando.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É só para dizer: eu também sou filha da PUC do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, no curso de Comunicação Social. Então também a considero uma excelente universidade não só nisso, mas também na área de pesquisa, com avanços em setores da área do cérebro, que são de reconhecimento internacional.

A SR^a MADALENA GUASCO PEIXOTO – A PUC São Paulo, além de tudo, é uma universidade pioneira na eleição para reitores. Elegemos, pela primeira no Brasil, ainda no período da ditadura militar, o reitor, por eleição direta. Então, também é uma universidade. E isto também é uma bandeira que lutamos no Plano Nacional de Educação, nas conferências: democratização.

A gestão democrática é fundamental, inclusive, para a melhoria da qualidade das instituições e para que elas cumpram o seu papel social. É muito difícil fazer uma universidade ter extensão, dialogar com a sociedade e prestar serviço se ela não tiver gestão democrática. Por quê? Porque também não decide, não discute qual o curso que quer oferecer, por que quer oferecer, não ouve os alunos, não ouve a comunidade. Enfim, esse também é um problema.

Vou utilizar os meus três minutos apenas para dizer o seguinte: eu também acho que a EaD é uma forma de democratizar o acesso, mas não concordo, absolutamente, que tenhamos que discutir a expansão sem qualidade. Então, eu sou favorável ao marco regulatório que o MEC fez sobre EaD. Acho que precisamos ampliar a oferta, porém com qualidade, porque ampliar a oferta sem qualidade é simplesmente colocar a educação como mercadoria. Educação é um direito, não é uma mercadoria. Ela é um direito garantido pela Constituição brasileira. E, se assim ela é, ela tem que ser com qualidade, tem que cumprir o seu papel social, ou seja, fazer com que esses jovens todos que estão excluídos entrem para a universidade e adquiram conhecimento cultural, adquiram conhecimento profissional, porque entrar na universidade apenas para sair com certificado somente tem ajudado a garantia de lucro. E nós achamos que o certificado tem que ser produto de acúmulo de conhecimento e não apenas dizer que nós temos, agora, 33% da população de jovens de 18 a 24 anos na universidade, porém com péssima qualidade de formação. Isso não interessa ao Brasil.

Obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Paim.

Eu só queria fazer um registro, Madalena. Essa questão da qualidade é crucial. Até 2013, neste ano, para ingresso de um professor na universidade pública, exigia-se apenas graduação. E esta Comissão aprovou um projeto do Senador Aloysio Nunes Ferreira, do qual fui Relatora, para exigir pós-graduação ou mestrado. Isso é qualidade. E o Governo fez uma medida provisória para... Eu diria que isso é a contribuição para melhorar a qualidade, porque a graduação não é suficiente para o acesso à universidade pública. Apenas esse registro para dizer do esforço que esta Comissão também fez e faz para chegar a esse objetivo comum, que é a qualidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Srª Madalena, tem um minuto ainda.

A SRª MADALENA GUASCO PEIXOTO – Eu acho que o grande avanço para o Brasil foi o Sinaes.

Ele foi muito importante. Muita gente duvidava de que, num país continental como o nosso, nós tivéssemos condições de ter um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Pois o Sinaes se consolidou como um sistema, e muitos países ficam boquiabertos em saber que conseguimos fazer avaliação institucional de curso num país como o nosso, com um sistema complexo de educação superior como o nosso. É claro que a avaliação sempre pode melhorar. A avaliação tem que ser sempre debatida e pode melhorar. No entanto, eu acho que o Sinaes tem cumprido o seu papel. (*Palmas.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Drª Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)

Dr. Rodrigo Capelato, por favor. São três minutos, com a mesma tolerância de mais dois que dei para a Drª Madalena.

O SR. RODRIGO CAPELATO – Primeiro, agradecer os comentários da Senadora Ana Amélia e do Senador Cristovam Buarque, que foram extremamente felizes.

O Senador Cristovam Buarque, começando por sua fala, tocou no ponto básico. Inclusive, meu primeiro gráfico era exatamente para mostrar esse gargalo. Nosso grande problema está na educação básica – não tenha dúvida quanto a isso –, seja pela evasão, seja pela qualidade. Sabemos da precarização, o quanto está sendo complicado trabalhar com esses egressos do ensino básico e, talvez, de novo, estamos desviando o foco para outras discussões. Eu não tenho dúvida de que esse é o ponto principal. Por isso, até minha sugestão de uma audiência sobre a questão do que é qualidade, tomando a fala da Senadora Ana Amélia, que é muito importante. Eu não tenho dúvidas de que o Inep, por exemplo, um órgão que acompanho, evoluiu muito nos últimos anos na questão da avaliação. O Sinaes também veio para dar uma ótima contribuição, mas precisamos entender melhor o que é a qualidade. Qualidade é só ser privado, ser a busca do dinheiro, não ser a busca do dinheiro? Então, isso é um problema que tem que ser discutido com muito cuidado, com muito afinco. Eu acho que não é a questão da tipologia, e muito mais do que cada instituição está fazendo.

Há exemplos de instituições de qualidade excelente – posso falar pelo Estado de São Paulo – e que não conseguem ampliar as suas vagas, que não conseguem entrar no EaD por uma questão de engessamento e porque, muitas vezes, está por trás um debate da questão de qualidade, que é essa qualidade entre o público e o privado.

Então, a gente precisa vencer essa barreira, disso não tenham dúvida. De forma alguma... Eu acho que qualidade é a premissa básica para tudo, não tenham dúvida. Então, ninguém está querendo crescer sem qualidade. A questão é onde a gente vai colocar esse debate.

Com relação ao EaD, eu concordo plenamente com as duas colocações. Uma é a seguinte: eu acho que o Senador foi bastante feliz – não deveria nem haver distinção, na verdade, porque, no fundo, o egresso tem de ser o mesmo. Eu sempre falo isso, quer dizer, não adianta você querer avaliar de um jeito um e de um jeito o outro. O egresso tem de ser... Não é porque ele fez a educação à distância que ele pode ser pior do que o que fez a presencial.

Os modelos todos, internacionais, estão migrando muito mais para uma questão de um *mix*, uma mistura entre educação à distância e presencial, o que é muito mais interessante para todo mundo, para cada um se adequar melhor. Se é um autodidata, como a Senadora falou, por que ele não pode fazer o EaD? Ele vai fazer tão bem quanto o presencial. Cada um deve se adequar melhor ao seu perfil.

Então, eu acho que esse é um ponto.

O grande problema do EaD, e, aí, do Fies, é que desse marco regulatório nós já estamos falando desde 2009. Foi isso o que ocasionou tanta concentração no setor, porque, de lá para cá, quase ninguém entrou para ofertar ensino a distância, então, muitas instituições de excelência regionais não conseguem ofertar.

Então, o problema não é quem... Quer dizer, criou-se até uma reserva de mercado nesse modelo, porque só tem aqueles que foram credenciados até aquele momento, que também passaram por supervisão e etc., e quem está de fora não consegue entrar. Então, você tem uma concentração não porque eles estão dominando, mas porque os outros, que, com certeza, dominariam o mercado, seus mercados regionais, não estão credenciados para entrar nesse mercado.

Aí, de novo, pegando as duas falas, a questão do Fies. O Fies também não deveria ter um tratamento diferenciado. Nós estamos falando que o egresso tem de ser igual. Ou o egresso do EaD pode ser pior do que o presencial? É lógico que não. Então, por que o Fies só tem para o presencial e não para o EaD?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um minuto.

O SR. RODRIGO CAPELATO – Tem de ter. Para todo mundo tem de ser o mesmo tratamento, não é? É só uma questão de modalidade.

Então, esse é o ponto que eu acho importante destacar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Rodrigo Capelato, que ficou nos cinco minutos.

Por fim, porque havia saído e eu passei na sequência, Dr. Luiz Henrique Schuch, vice-presidente do sindicato nacional, do Andes.

O SR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH – Obrigado, Senador.

Saudação ao Senador Cristovam, que não estava no momento em que eu iniciei a apresentação. Eu não pude saudá-lo, companheiro, inclusive, de Andifes, ainda lá nos finais dos anos 90, como reitores da UnB e da UFPel, depois substituído pelo Ibañez, com que convivemos mais no período de Andifes.

Com a convergência nesse ponto, abrimos, exatamente, a manifestação aqui dizendo que, para efeito de exercício, apenas, faremos a discussão da expansão do ensino superior seccionadamente, mas é absolutamente descabido sem tratar no conjunto de um sistema geral de educação que tenha base. Ele é construído a partir dessa base e nisso há concordância plena.

Em poucas palavras, aqui no final, apenas quero responder algumas questões, importantes questões que foram levantadas, com a indicação de alguns dados que eu acho que precisam de esclarecimentos também, e externar a convicção, que sai ainda maior das contribuições deste debate, sem a questão do preconceito, quer dizer, sem adjetivações que também acabam enfraquecendo a argumentação no debate para esta Nação que precisa ser completada, que é a Nação brasileira, com um atraso educacional do tamanho do que temos, uma Nação que conviveu com o estatuto colonial que proibia o ensino de artes e ofícios, assim como proibia a indústria no País, enquanto outras nações latino-americanas, com outro tipo de colonização, já desenvolviam projetos universitários há muito tempo, não serão atendidas as necessidades educacionais...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH –... do povo brasileiro, na perspectiva do ensino comercial. Será pela ampliação e investimento no espaço público.

E aí um dado que a Senadora Ana Amélia colocou e que nos provoca realmente à reflexão é exatamente a presença, na universidade pública e gratuita, de um estrato socialmente superior, em média, ao estrato da... Como bem levantou o Prof. Cristovam, essa questão é produzida antes da universidade. E aí de novo há a argumentação para que se invista, efetivamente, não na destruição do ensino fundamental e médio público, como foi feito a partir dos anos 60, mas, ao contrário, em reacender a qualidade no ensino público fundamental e médio, que nos dê condição de que essa injustiça não aconteça.

Mesmo assim, nas últimas pesquisas de que se têm notícia a respeito dos estratos sociais na universidade pública, aproximadamente 48%, 49% dos alunos das universidades públicas não poderiam estar lá se não fosse na universidade gratuita, o que nos leva bastante a pensar no significado social dessas universidades.

Sobre a relação com os custos, nós temos uma discussão grande. Nessa mesma revista *Universidade e Sociedade*, há alguns artigos científicos importantes que tratam dessa questão. Normalmente, os países com quem a ODCE faz a comparação separam recursos que são de pesquisa e de pós-graduação do custo aluno, o que não acontece aqui nas universidades públicas, em que o custo global é colocado. Nós temos clareza na observação de que o custo aluno, nas universidades públicas brasileiras, não é superior ao bom ensino com pesquisa...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH –... nos outros países comparados e, especialmente, neste momento, quando passamos a estudar bastante as duas chamadas cláusulas pétreas que apareceram no Reuni.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um minuto.

O SR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH – ... que é a relação 1 para 18 de professor aluno e de 90% dos concluintes, podemos dizer, com segurança, que nenhum dos países da ODCE, no ensino público de qualidade com pesquisa, alcança essa relação que foi colocada aqui como meta e de boa medida justificam a precarização, que vem se acentuando nas universidades federais, a partir da relação investimento/expansão nos últimos anos.

Outro dado importante em relação a compreender a capacidade que tem tido, vamos dizer assim, o terceiro mundo, o hemisfério sul em competir na questão da produção de ciência no nível tecnológico, no nível das patentes. Precisaria de outro debate sobre isso, é um assunto que se coloca num patamar muito mais complexo.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH – Eu apenas resumi dizendo que não será empurrando a ciência, o saber nas universidades públicas para o campo do segredo comercial que nós vamos conseguir inverter essa relação.

Desde a década de 90, como mencionei, a partir da imposição da lei das patentes, do novo redesenho da propriedade intelectual no mundo se cristalizou a diferença e, mais, saiu, inclusive, dos espaços públicos do hemisfério norte para o campo das grandes corporações.

Acho que é um bom debate que tivemos aqui. O Andes Sindicato Nacional apresentou as suas contribuições, inclusive por escrito, e permaneçamos atentos e no sentido mesmo de contribuir com o debate. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Prof. Luiz Henrique Schutz, Vice-Presidente do Andes.

Eu agradeço a todos que participaram deste debate e, por sugestão aqui do Dr. Rodrigo Capelato – pedi naquele momento que ele falasse e que a mesa já tomasse nota – faremos outra audiência pública para discutir a qualidade da educação. Entendo que será tranqüilo, e que todos vão concordar.

Aqui ninguém falou, mas permitam-me que eu fale, que é lamentável falarmos tanto em educação – e me dirijo a V. Ex^a, Senador Cristovam – e saber que inúmeros Estados deste País não pagam sequer o piso salarial aprovado por esta Casa. O menor salário nos nossos gabinetes é quase o dobro do que vocês estão propondo. Só isso mostra que existe uma preocupação muito grande de nós todos, porque o menor salário nos nossos gabinetes, do funcionário que tem o trabalho mais simples e merece todos os nossos elogios porque são nossos colaboradores. Eles ganham R\$2,2 mil mais ou menos, enquanto que o piso que os professores pedem é de mil e pouco ainda. Em inúmeros Estados, não querem pagar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quanto? Oitocentos, sem o mil! Vejam a que ponto nós chegamos!

O piso é de R\$1,6 mil, mas o que ela levanta corretamente é que estão pagando em torno de R\$800,00. Ou seja, o funcionário mais simples – mais simples em matéria de formação – ganha mais do que o dobro do que os senhores estão recebendo. Então isso, de fato, tem de preocupar a todos nós. Ficamos indignados de um professor receber R\$800,00, enquanto que o piso mínimo de um funcionário dos três Poderes é o dobro do que vocês recebem pelas suas funções na devida atividade.

Meus cumprimentos a todos.

Está encerrada esta parte. Voltaremos daqui a 10 minutos, no máximo, para a segunda Mesa, que vai ser coordenada pela Senadora Lídice da Mata, oportunidade em que também o plenário vai poder fazer uso da palavra.

Muito obrigado a todos.

Voltamos em cinco minutos. *(Pausa.)*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, dando continuidade à audiência pública “Os impasses e as perspectivas da expansão da educação

superior brasileira”, convidamos a Ex^{ma} Sr^a Senadora Lídice da Mata para moderação do segundo painel.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Boa tarde. Declaro aberto o segundo painel do seminário “Os impasses e as perspectivas da expansão da educação superior brasileira”, e convido para compor esta mesa, este painel, Virgínia Barros, Presidente da União Nacional dos Estudantes; Paulo Cardim, Presidente da Associação Nacional de Centros Universitários (Anaceu); Divonzir Arthur Gusso, Coordenador de Estudos em Educação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Antonio Simões Silva, Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação.

Todos os nossos palestrantes terão o mesmo tempo, de 15 minutos, para se pronunciarem.

Não sei se há alguma ordem.

Vou começar pelos estudantes, pela Virgínia, que é a nova Presidente da UNE, recém-eleita, não é?

A SR^a VIRGÍNIA BARROS – Há um mês.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Há um mês eleita exatamente, uma mulher, mais uma vez, carregando em suas costas uma tradição muito grande da luta dos estudantes brasileiros.

Vou passar a palavra à Virgínia e quero dizer que temos o acompanhamento direto dos meios de comunicação do Senado, da TV Senado, da Rádio Senado, da Agência Senado e do Jornal do Senado. Então, os senhores estão, neste momento, sendo acompanhados por todo o Brasil, que nos assiste e partilha dos nossos meios de comunicação.

Portanto, por 15 minutos, Virgínia Barros, Presidente da União Nacional dos Estudantes.

A SR^a VIRGÍNIA BARROS – Obrigada, Senadora Lídice, uma Senadora que sempre foi parceira da luta dos estudantes aqui no Senado.

Eu queria valorizar muito a presença de todo mundo que está aqui e do conjunto de Senadores e Senadoras que tiveram a iniciativa de convocar esta audiência, um espaço tão importante para debater as perspectivas e os desafios da expansão do ensino superior brasileiro, que teve um salto numérico muito grande nos últimos dez anos. Eu acho que nos cabe agora pensar, partindo do patamar a que chegamos, quais os desafios presentes e futuros para a expansão do ensino superior brasileiro.

Queria cumprimentar todos os presentes aqui na Mesa: o Prof. Paulo Cardim, Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários, lá da Faculdade de Belas Artes; o Divonzir Gusso, Coordenador de Estudos em Educação do Ipea; e o Antonio Simões Silva,

Coordenador de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação.

Eu vou tentar ser bem breve. Eu acho que esse assunto dá muito pano para a manga e faz com que a gente precise escolher bem quais são os assuntos que vai abordar. Na opinião da UNE, de maneira introdutória, eu poderia dizer que falar da história da educação e da universidade brasileira passa por debater o permanente embate que existe entre os interesses públicos e os interesses privados na oferta de educação superior no nosso País.

Eu acho que basta olhar o cenário da educação que temos hoje para compreender um pouco melhor, dentre esses dois setores, quais interesses saíram ganhando. Em que pese já termos conseguido dobrar o número de vagas no ensino superior federal, nos últimos anos, 75% das matrículas se encontram na iniciativa privada, que carece ainda de um marco regulatório, democrático e sólido que possibilite que a educação em nosso País esteja necessariamente associada a um projeto de nação, seja a educação explorada pela iniciativa privada, seja a educação pública.

Na opinião da UNE, debater o ensino superior brasileiro passa por avaliar uma série de dimensões que se relacionam não somente com o debate nacional, mas também com o debate do Brasil de um modo geral. Não é possível pensar em um projeto de nação sem uma educação a serviço do desenvolvimento do nosso povo. E quando eu falo em desenvolvimento, é um desenvolvimento para além das questões econômicas, um desenvolvimento que se relacione, acima de tudo, com a melhoria da qualidade de vida e com o combate às desigualdades que existem no nosso País.

E por isso, na opinião da UNE, a universidade não pode ser concebida exclusivamente como uma instituição utilitarista, que serve para oferecer ao mercado de trabalho mão de obra qualificada ou mais ou menos qualificada. Para nós, o fundamental é que a educação superior no Brasil esteja voltada para um projeto de nação que se relacione com a solução e com a discussão dos desafios diversos que a nossa educação vive.

Corroborando o que o Senador Cristovam Buarque disse agora há pouco, é claro que não adianta, no debate educacional do nosso País, debater exclusivamente a universidade. Precisamos debater educação em todas as suas dimensões, mas também não podemos negar o papel que a própria universidade cumpre para a garantia da qualidade da educação básica no nosso País.

Então, passa pela universidade a responsabilidade de pensar os desafios da educação básica brasileira, mas passa também pensar desafios diversos

relacionados à necessidade da garantia no caminho autônomo e soberano de desenvolvimento do Brasil. Devemos pensar na autonomia científica do Brasil e pensar numa instituição humanista que esteja comprometida para, além com emissão de diplomas técnicos ou tecnicistas, com projeto de nação que possa se voltar para o desenvolvimento da nossa gente.

Do ponto de vista do debate estritamente da expansão do ensino superior brasileiro nos últimos anos, eu vou começar me detendo um pouco mais sobre essa questão do ensino público para, depois, passar sobre o ensino privado.

No ano passado, no período da greve das universidades federais, da qual a UNE participou com bastante afinco, mobilizando os estudantes em torno dos debates que havia naquele momento sobre os desafios das universidades federais brasileiras, conquistamos uma comissão que atuou no Ministério da Educação. A comissão é composta pela Andifes, representada pela Profª Maria Lúcia, Reitora da Universidade Federal do Mato Grosso; pelo Prof. João Luiz, à época, Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, dois representantes da Associação Nacional de Pós-Graduandos, dois representantes da União Nacional dos Estudantes e por dois representantes do próprio MEC, para que se pudesse fazer um balanço mais preciso sobre esse processo de expansão que o ensino superior público federal viveu nos últimos dez anos.

É importante frisar que, no nosso País, ainda precisamos conviver com a vergonhosa marca de haver cerca de 15% da nossa juventude, apenas, dentro da universidade, ou seja, são mais de 80% dos jovens brasileiros que estão ausentes da universidade, em sua maioria os filhos da classe trabalhadora. E não podemos negar o que isso representa em termos de atraso científico, tecnológico, social para o nosso País.

Não precisamos recorrer a exemplos da Europa ou dos Estados Unidos para buscar índices de acesso ao ensino superior maiores do que os do Brasil. Aqui ao lado, os nossos vizinhos da Argentina, do Chile, da Venezuela, de Cuba, todos esses países já apresentam índices de acesso ao ensino superior muito maiores do que os do Brasil. E nós ainda apresentamos índices de acesso ao ensino superior de elite.

Então, superar esse processo de exclusão, superar essa fotografia de exclusão da maior parte da juventude brasileira da universidade segue sendo um dos principais desafios, se não o principal, que estão dados para o ensino superior brasileiro atualmente.

É claro que nos últimos anos, como eu já tinha colocado, nesse balanço de avaliação da expansão das universidades federais no período, nós demos saltos significativos.

Eu não gosto de me utilizar como exemplo, mas eu uso o exemplo da minha realidade. Eu sou pernambucana. Saí de Garanhuns e tive que me mudar para Recife para cursar uma universidade federal.

Hoje, os estudantes de Garanhuns, os jovens do interior do País, do interior do Nordeste, em especial, já têm a oportunidade de cursar uma universidade.

Saltamos do número de 45 para 59 universidades federais. E, no mesmo período, houve uma ampliação de 148 para 274 *campi* e unidades, um crescimento de 85% em relação ao que se tinha anteriormente. O número de Municípios atendidos por universidades federais passou, nesse período, de 114 para 272.

Então, primeiro, não podemos subestimar o que significou esse processo de interiorização da universidade pública brasileira, porque essa era uma demanda antiga do nosso País e era uma demanda que, do ponto de vista do setor público, tinha sido atendida até então quase que exclusivamente pelo conjunto das universidades estaduais e das universidades municipais que havia no nosso País. E, agora, as universidades federais passam também a assumir um compromisso com a interiorização do acesso ao ensino superior público federal no Brasil.

E, é claro, eu não preciso aqui discorrer sobre o que isso representa para uma cidade do interior, porque, além de ser instituições de ensino, são instituições de ensino que pensam e dialogam com a realidade daquela região e ajudam a pensar soluções para os problemas que aquela região encontra.

Recentemente, foi anunciada, inclusive, a criação de quatro outras novas universidades federais pelo Governo Federal: duas universidades federais no interior da Bahia, uma universidade federal no interior do Ceará e uma universidade federal no interior do Pará, o que representa um grande avanço porque dialoga com essa necessidade de interiorizar o acesso ao ensino superior no nosso País e de interiorizar nas regiões mais carentes do Brasil, que são a Norte e a Nordeste, que apresentam, hoje, os menores índices de acesso ao ensino superior brasileiro.

Agora, é claro, quando a gente avalia o processo de expansão do ensino superior público – e avalia com otimismo, porque é importante caminhar a passos largos para democratizar o acesso ao ensino superior em nosso País, sobretudo na esfera pública –, é fundamental que, ao fazer uma avaliação mais precisa e criteriosa sobre esse processo de expansão, verificar que ainda restaram muitos impasses, muitas contradições presentes na universidade e muitos problemas e limites a serem superados para que a gente siga expandindo o ensino superior, mas que esse processo

tenha uma garantia mais ampla e completa de qualidade na expansão do ensino superior nessas instituições.

Então, apenas dialogando com vocês, vou lhes passar alguns números que resultaram desse relatório produzido pelo MEC. Alguns desses indicadores estão desatualizados, mas eu acho importante compartilhar com todo mundo, apenas para nós termos uma noção do que estamos falando. A gente conseguiu ampliar em mais de 100 *campi*, ou seja, mais de 100 novas unidades universitárias federais no último período; contudo, só foram criadas 43 bibliotecas, 33 moradias estudantis e 61 restaurantes universitários, ou seja, existem instituições de ensino superior públicas, no interior do nosso País, em que pese consigam ter ainda alguns padrões de garantia de qualidade acima do conjunto das universidades brasileiras, que ainda não têm biblioteca, não têm bandeirão e não têm moradia estudantil.

Quando você localiza essas universidades como espaço de interação regional, o que faz com que muitos estudantes se desloquem das suas cidades para ir morar em outra onde existe uma universidade federal, e você pensa que muitos deles não têm acesso a políticas mínimas de garantia de assistência estudantil que permitam que ele permaneça na universidade até o final, você percebe que ainda esse processo de expansão carece de complementações e ajustes que possibilitem a garantia, primeiro, de qualidade dessas instituições e, segundo, de políticas de permanência que façam com que, uma vez dentro da universidade, esses estudantes consigam permanecer nelas até o final.

É claro que a gente não pode deixar de reconhecer... Não dá, quando você avalia qualquer dimensão da conjuntura brasileira, analisá-la como se fosse uma fotografia. Isso pode ser um ponto de partida, mas aquela fotografia não nasceu do acaso. Eu sempre digo que é importante comparar qualquer aspecto da conjuntura como um filme, porque essa fotografia nasceu de algum lugar. Então, o cenário das universidades brasileiras, hoje, é melhor do que era há dez anos do ponto de vista da expansão e da superação daquele cenário de sucateamento que as universidades viviam nos anos não liberais e nos anos 90. A gente sempre recorre ao exemplo da UFRJ, onde os estudantes tiveram de fazer um ato para abraçar um poste porque a energia elétrica da universidade seria cortada. Então, esse cenário em que o reitor precisa escolher se vai pagar a conta de água ou se vai pagar a conta de luz, porque não tem dinheiro para pagar os dois, é um cenário que, do nosso ponto de vista, foi superado.

Todavia, reconhecer isso não significa subestimar os problemas que ainda existem nessas instituições e que, na nossa opinião, é necessário, portanto, um novo programa de consolidação dessa expansão das

universidades federais. Porém, que se siga expandindo as universidades, possibilitando que essas instituições, dentro do seu tempo e com o envolvimento da comunidade, interna e externa, planejem e elaborem, de forma adequada, os seus projetos.

Nos últimos anos nós tivemos uma conquista importante: a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, que, num primeiro momento, acredito que em 2007 ou 2008, realocou cerca de R\$130 milhões para políticas de assistência estudantil nas universidades federais. Hoje, esse investimento está na casa dos R\$500 milhões; porém, isso ainda é insuficiente quando a gente considera que o próprio Fórum dos Pró-reitores de Assistência Estudantil e Comunitária (Fonaprace) considera que, para atender a parcela carente da comunidade acadêmica e dos estudantes nas universidades, seriam necessários, pelo menos, R\$2 bilhões. E seriam necessários R\$2 bilhões quando se considera as políticas de assistência estudantil voltadas para a parcela com maior vulnerabilidade econômica da universidade. O que a gente defende são políticas de assistência estudantil prioritárias para esse segmento, mas políticas de assistência estudantil para o conjunto dos estudantes, porque o Estado precisa ser para todo mundo e precisa dar as condições para que o conjunto dos estudantes possa ingressar na universidade e nela permanecer até o final.

Desse ponto de vista, eu acho que todos esses números que eu trouxe aqui só reafirmam essa necessidade de que o Congresso Nacional precisa seguir debatendo e que é papel desta Comissão e é papel do Senado Federal reafirmar a defesa e a medida, já aprovada na Câmara dos Deputados, de destinação de 10% do PIB para a educação porque todos esses desafios que estamos colocando para a educação pública brasileira não serão virtuosos se não conseguirmos ampliar o volume de investimentos para a educação pública no nosso País para os próximos anos, inclusive de forma imediata.

Para se ter ideia através de um dado comparativo, em 2012, o orçamento do conjunto para as instituições federais de ensino superior do Brasil foi algo em torno de R\$26 bilhões.

Sem querer esgotar esse tema, apresento um dado comparativo: a Universidade de São Paulo, que, do ponto de vista de produção científica e de número e alunos é a maior universidade brasileira pública, teve um orçamento sozinha, em 2012, de R\$3,9 bilhões. Quando você considera que havia R\$26 bilhões para dividir com 59 universidades e uma universidade brasileira sozinha tinha R\$4 bilhões, que ainda eram insuficientes. E tenho críticas veementes a fazer para a Universidade de São Paulo relacionadas à sua estrutu-

ra interna, ao projeto de País e de Estado a quem ela serve. Sob o ponto de vista do orçamento, esse dado comparativo nos permite algumas reflexões.

Então, ampliar o orçamento das universidades federais e ampliar o orçamento da educação pública de modo geral é uma demanda urgente da educação brasileira, do povo brasileiro, com a qual o Senado Federal precisa se sintonizar com mais afinco. Ele já vem se sintonizando, mas é preciso que não permita retrocessos e aprove 10% do PIB para a educação pública, e com muito mais celeridade, porque o Plano Nacional de Educação já tem sido debatido, aqui no Congresso Nacional há cerca de dois anos e meio. Essa uma demanda urgente.

Eu gostaria de falar também sobre a questão das universidades privadas. Como já havia dito anteriormente, o cenário da proporção de estudantes e de matrículas hoje na universidade pública e na universidade privada pouco mudou nos últimos dez anos. E, com muita sinceridade, eu acho que precisamos valorizar muito os programas como o ProUni, Fies, que possibilitaram a estudantes de classe média baixa a oportunidade de, pela primeira vez, ingressarem em uma universidade pública ou privada. Esses são programas que a UNE sempre enxergou com muito entusiasmo, pois, às vezes, é o primeiro membro de uma família que tem a oportunidade de ascender ao ensino superior.

Agora, essa proporção de vagas de matrículas no ensino público e no ensino privado pouco mudou nos últimos dez anos. E a ampliação do ensino superior precisa se dar prioritariamente no ensino superior público, inclusive, porque é o espaço em que se tem mais possibilidade de controle social sobre essas instituições.

Do ponto de vista de um marco regulatório para as instituições de ensino superior privadas, nos últimos anos, nós pouco ou quase nada avançamos em relação a delimitar padrões mínimos de qualidade, critérios para abertura de cursos que se comprometam com os desafios dados para um projeto de nação que queremos construir.

Queria sensibilizar todos para um fenômeno que, sob nosso ponto de vista, é profundamente perverso, que é o fenômeno da desnacionalização da universidade brasileira por parte das instituições privadas. Isso se relaciona ao acesso à educação, e não se esgota nesse debate. Não é possível que, dos quase sete milhões de estudantes brasileiros, hoje mais de um milhão esteja em universidades cujo capital majoritário é estrangeiro. Isso significa que nós, brasileiros, não temos controle nem sobre o que estamos ensinando

para a nossa juventude. Em última instância, não somos nós, brasileiros, que determinamos o que ensinamos.

E combater a desnacionalização da educação é também uma demanda urgente, se quisermos ter de fato uma instituição que se volte acima de tudo para o projeto de nação.

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou recentemente o projeto que cria o Insaes – Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior. Nós enxergamos com bons olhos esse Instituto, primeiro porque possibilita a avaliação de fusões e abertura de novos cursos pelas instituições de ensino superior privada.

Não podemos aceitar que fusões como a do Grupo Kroton e Anhanguera sejam avaliadas unicamente pelo mesmo Instituto que avaliou a fusão da Ambev. Essas fusões hoje são avaliadas somente sob o ponto de vista estritamente econômico, pelos mesmos marcos e padrões que se avaliam fusão de cervejaria.

Então, precisamos que haja um órgão público com autonomia para avaliar a criação de novos cursos e avaliar a expansão, a compra e a fusão de universidades nos marcos dos debates educacionais, que precisam ser feitos para garantir que a universidade brasileira se volte, acima de tudo, para o combate às desigualdades, para a nossa autonomia científica

É o que todos nós temos que perseguir aqui. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

Antes de passar a palavra ao próximo debatedor, quero registrar as presenças do Sr. João Roberto Moreira Alves, Presidente do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação; do Sr. João Batista de Deus, Secretário Geral da Proifes (Federação dos Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior); e do Sr. Vilmar Locatelli, assessor parlamentar da Proifes (Federação dos Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior). Na língua brasileira, os nomes terminados em “a”, “r”, por exemplo, ou “e”, podem ser masculinos ou femininos. É o caso do meu próprio nome. Pode ser, como Íris.

Vamos passar a palavra ao próximo expositor, que é o professor Paulo Cardim, Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu).

O SR. PAULO ANTONIO GOMES CARDIM – Boa tarde a todos: Ex^{ma} Srª Senadora Lídice da Mata, presidindo neste momento a Comissão de Educação do Senado; Virgínia Barros, Presidente da União Nacional dos Estudantes; Divonzir Arthur Gusso, Coordenador de Estudos em Educação do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea); Antonio Simões Silva, Coordenador Geral de Expansão e Gestão das Insti-

tuições Federais de Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura, neste ato representando o Sr. Ministro; senhores empresários educadores, senhores professores, minhas senhoras e meus senhores.

A Anaceu (Associação Nacional dos Centros Universitários) integra o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e sente-se honrada, neste momento e nesta data, de ter sido convidada para participar deste tema, Senadora, que envolve diretamente os seus associados.

Inicialmente, quero fazer duas observações. Quando nós recebemos o convite para participar do tema “Os impasses e perspectivas da expansão da educação superior brasileira”, de premissa nós entendemos que a discussão desse tema já envolvia, obviamente, a qualidade da educação. Nós não podemos e não aceitamos discutir expansão do ensino superior, seja ele público ou privado, se a qualidade não for a premissa necessária.

Segunda observação: pelo que foi dito até agora por uma maioria dos que aqui estiveram presentes no primeiro bloco, nós teríamos que mudar também o título desta convocação, porque a forma como o ensino superior particular foi tratado, lamentavelmente, é com absoluto ranço ideológico. Então, nós deveríamos estar sendo convidados aqui para discutirmos a modificação da nossa Constituição, no seu art. 209, que dispõe que:

o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II – autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Ora, se nós temos entidades – e temos, no nosso segmento – que não têm a qualidade de ensino suficientemente adequada, nós também já tivemos Presidentes da República que não tiveram condições e foram cassados. Nós tivemos Senadores, Deputados Federais, Governadores, ou seja, em todas as atividades, em todos os segmentos. Então, não cabe a nós, enquanto representantes da iniciativa particular, com o que ela representa ao Brasil, ser responsáveis pela existência de faculdades que não ministram o seu ensino com a devida qualidade. É função do órgão público, e função do órgão público é um problema de punição, de identificação, e ele tem condições para fazer essa identificação, ele tem condições de fazer essa punição. Mas nós avançamos, avançamos muito.

Eu reduzi a minha fala em função da diversidade que nós tivemos neste tema, e quero parabenizar o Senador Paim e a Senadora por já terem aceitado a discussão da qualidade de ensino, um tema que nós podemos discutir, porque mesmo essa suposta invasão

do capital estrangeiro que nós estamos tendo no País tem que ser discutida. Porque se o capital vier e o ensino for ministrado com qualidade, nós só podemos e temos que agradecer. Nós não podemos deixar o capital de lado, absolutamente. A USP foi criada com capital financeiro? Não. Mas foi criada com capital intelectual. Então, nós não podemos fazer da presença do capital estrangeiro algo contra a qualidade do ensino a ser ministrado. Nós devemos, sim, buscar as avaliações, que têm elementos, desde que também cumprida a lei do Sinaes, que não vem sendo cumprida.

Eu aqui peço destaque para fazer um comentário. Nós tivemos nove anos de provão e nove anos posteriormente, seguindo o provão, o Enade. Todos nós acompanhamos, recentemente, que o Sr. Ministro da Educação, na primeira avaliação do Enem em que fizeram brincadeiras com o Enem de uma receita de pizza e do hino do Palmeiras, o que fez em seguida? Uma norma regulamentando o Enem e punindo os alunos, dali para frente, que fizerem o Enem e colocarem brincadeiras na prova.

Ora, senhores e senhoras, há 18 anos – eu repito – as provas do Enade são feitas com a maior desmoralização possível. Inicialmente, houve boicote ao provão. Todas as manifestações estudantis anteriores foram contra o provão e a avaliação. A própria instituição pública é contra a avaliação, quando ela tem que ser levada em consideração. Então, nós tivemos nove anos de provão, nove anos em que os alunos escreveram ou entregaram a prova em branco da forma que quiseram, e, posteriormente, mais nove anos de Enade sem que nada, absolutamente nada acontecesse. Mas, qual é o reflexo da iniciativa particular? É a punição, é o recebimento de notas abaixo de três.

Eu quero afirmar e confirmar que as entidades que representam o fórum e o ensino superior particular defendem dois pontos ardorosamente. Avaliação do ensino. Nós não somos contra avaliação do ensino superior. Absolutamente. Esse é o nosso dia a dia de trabalho. Essa é a nossa razão principal da existência.

Segundo, nós defendemos absolutamente a qualidade do ensino. E chamamos algumas instituições que estão sendo beneficiadas de fazedores de Enade. Hoje, nós temos instituições fazedoras de Enade e alunos fazedores de Enade. Por quê? Porque a lei do Sinaes não é cumprida; porque efetivamente só ficam na avaliação de duas questões quando nós temos aplicação do Enade.

Então, nós temos, Senadores, essa verificação de que o índice vem aqui para baixo e que universidades, faculdades e centros universitários deveriam estar sendo fechados; e seus gestores, que não poderiam ser chamados de empresários educadores e

muito menos de empresários, adotaram a mudança da sua metodologia, da sua tipologia para virarem fazedores de Enade e obterem resultados na mídia, e obterem um resultado positivo nas suas classificações perante o MEC.

E por que o MEC nada faz? E por que o Legislativo nada faz? Lamentavelmente, porque a educação superior não tem prioridade. Se hoje a votação, que acontece aos 16 anos, fosse alterada para os 14 anos ou para os 13 anos, talvez até por interesse eleitoral a educação fosse privilegiada. Nesse momento, ainda não o é. Não lhe é dada a prioridade que deve ser dada, inclusive porque em números, a quantidade, quantitativamente, nós tivemos recentemente todo o ensino médio e o ensino fundamental incluído dentro da escola. Com que qualidade, pergunto eu? De que forma foram colocados esses alunos? De que maneira? Não se discutiu a qualidade dessa inclusão quantitativa sem mérito nenhum.

São essas observações e esses cuidados que nós temos de ter quando discutimos educação, porque a educação particular, o ensino superior particular e o ensino público são duas canoas que vieram de momentos diferentes, mas estão dentro de um barco só chamado Brasil. Não há que se ter uma dicotomia, a não ser que se queira, como foi dito aqui, uma demonização: já que não se consegue fazer crescer o ensino superior público, estagna-se, fecha-se, pára-se e engessa-se o ensino particular. Isso é um absurdo! Isso é um verdadeiro absurdo! Aí estaríamos entrando numa aberração de não entendimento ao olharmos para uma coisa maior do que todos nós que é o Brasil e as nossas necessidades.

Cito o que aconteceu recentemente com os cursos de Medicina. Nós tivemos o MEC os fechando há três, quatro anos. Não houve nenhuma abertura de curso de Medicina e provou-se a falta de necessidade do curso de Medicina. Desculpem! Tivemos, agora, o Ministério da Educação reconhecendo a necessidade de quantos médicos, no mercado de trabalho? E para que tenhamos esses médicos, temos que ter o quê? Entidades formando com qualidade. E agora nós estamos correndo atrás de médicos estrangeiros. E até porque a grande verdade é que não adianta haver médico se esse médico não tiver um plano de carreira, não tiver um envolvimento de crescimento profissional dentro daquela localidade pequena para onde se quer mandá-lo e sem que ele tenha uma garantia efetiva de estrutura para que possa atuar dentro dessas situações.

Então, Senadora, minhas senhoras e meus senhores, eu dei uma mudada, uma guinada na nossa colocação, no que nós tínhamos a falar e vou chegar a isto somente ao final – e está sendo distribuído: não

adianta mais recursos financeiros exclusivamente para a educação.

Foi citado aqui que o problema é o ensino básico pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Cristovam Buarque. O gasto público por aluno é muito menor no ciclo básico. Então, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prova o que foi dito aqui; ou seja, que nós temos verba para o ensino superior em quantidade suficiente. O que nós não temos é uma palavrinha chamada gestão, exclusivamente gestão. Isso se explica pelo fato de nós todos darmos o privilégio para o ensino superior e não para o ciclo básico. O dia em que nós invertermos essa prioridade, que tem pretensão até eleitoral, o Brasil com certeza terá isso modificado.

E eu concluo, para me manter dentro do tempo que me foi concedido, dizendo que Voltaire afirmava que é perigoso estar certo quando o governo está errado. Há muita gente que tem medo, ou por fisiologismo ou por algum acerto com o governo, seja lá o que for, de criticar o governo. Esta Casa é nossa. É nosso direito vir aqui e colocar as nossas observações quando elas são construtivas. Eu não aceito a crítica destrutiva, o pior pelo pior. Nós sempre entendemos que o ensino superior particular, desde o seu nascimento, e é recente, ele vem para participar, ele vem para colaborar. Há falhas? Há, como eu disse, em todos os segmentos. Então, vamos discutir os procedimentos de apuração dessa qualidade.

Fico com o nosso Rui Barbosa, que disse: “É pela crítica das imperfeições da realidade que se fortalecem as criações duráveis do homem.”

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Passo a palavra agora ao Sr. Divonzir Arthur, Coordenador de Estudos da Educação do Ipea.

O SR. DIVONZIR ARTHUR GUSSO – Vou desejar boa tarde para todo mundo.

Senadora Lídice da Mata, é um prazer estar nesta Mesa; senhores coparticipantes da Mesa; a ideia que me chamou mais atenção no título da audiência talvez tenha sido menos o desafio da expansão do que o termo que está sendo usado, o dos impasses que cercam essas ideias de expansão. O que me pareceu, olhando o cenário, é que, primeiro, hoje a questão envolve uma enorme complexidade de dimensões. Várias delas foram tratadas largamente aqui.

Deve-se lembrar de que é um fenômeno recorrente na sociedade brasileira essa discussão sobre o ensino superior, o papel que ele pode ter, que formatos ele pode ter, que configurações ele tem. Falamos aqui na história, na proibição de se ter ensino superior, na colônia, mas passamos um pouco por cima do fato de

que, ao longo do século XX, a sociedade brasileira de certa maneira sempre se recusou a ter universidades. Nós tínhamos sempre escolas profissionais, conglomerados de escolas profissionais superiores. As várias tentativas de reforma universitária, desde a década de 30, fracassaram. Vamos lembrar a Anísio Teixeira, em 1935; a constituição da USP, que se referiu à Universidade de São Paulo, cujo projeto original é diferente daquele que decorreu depois de 1934. Era um ideal mais ou menos parecido com o de Anísio Teixeira em 1935. Isso foi desmontado até pela própria estrutura interna das várias faculdades, das grandes faculdades de São Paulo. Isso é um pouco a história do Brasil.

Na minha geração, mesmo, no início da década de 60 – eu acho que pouco se referiu a isso até agora –, houve um enorme movimento de estudantes pela reforma universitária. Houve seminários de reforma universitária animados pela UNE, greve de dois terços, naquela época. Isso foi da minha geração. Nada aconteceu. Nós viemos a ter uma reforma em 1968.

Aí o modelo era a universidade, a junção do ensino, pesquisa e extensão, a integração dessas funções. Esse era o modelo da universidade brasileira. O que é que decorreu disso? Enfim, o Brasil avançou e, conseqüentemente, foi se criando um leque bastante diversificado de ofertas de educação superior. Um pouco disso é que nós vamos ver.

Só que cada um de nós, hoje, que olhou isso olhou essa mesma coisa – me permito usar esse termo – de maneira diferente. Nós vimos várias coisas diferentes. Então, estamos tendo uma dificuldade de encontrar uma pauta comum que possa levar a um debate público democrático, porque as visões absolutamente não são coincidentes e, muito menos, negociáveis.

Eu acho que isso cria o impasse. Há uma dificuldade em se encontrar um terreno comum em que os vários tipos de interesses, os vários tipos de demandas possam confluir e encontrar respostas diversificadas. Nós vamos voltar a isso ao fim da nossa intervenção aqui.

Vejam, malgrado o anseio que a nossa colega estudante manifestou, nós não queremos uma instituição que prepare exclusivamente para o mercado de trabalho, que esteja olhando para as questões de empregabilidade, para as questões de remuneração, para as questões de mobilidade. Queremos isso, mas queremos muito mais. Queremos pensar o País, queremos refletir sobre a história do País, queremos construir a história do País.

Todos esses movimentos de tentativa de construção da universidade aqui, como alhures, na Europa ou nos Estados Unidos, sempre estiveram referidos a isto: a um projeto de construção da história.

No entanto, a que nós assistimos no nosso País ao longo exatamente dessa história? Vamos à periferia de uma grande cidade ou mesmo de uma cidade média e perguntemos para a primeira pessoa que está passando: “O que é que seu filho está fazendo?” “Ah, meu filho está na universidade”. Quer dizer, ele não tem ideia de que, de repente, o filho dele está numa sobreloja ali, numa instituição – me permitam usar esta jocosidade – tabajara. E ele está achando que está na universidade porque nós botamos o título de universidade numa porção de instituições que têm finalidades, estruturas, propósitos e recursos pedagógicos diferenciados e damos o mesmo nome para elas, do mesmo jeito que nós damos o título – temos uma coleção de currículos mínimos – de Direito, Engenharia, Medicina, etc. São extremamente diversificados como processos formativos, e nós pensamos que é a mesma coisa, e o diploma é válido e a profissão é regulamentada.

Então, nós estamos num emaranhado desse tipo e não conseguimos chegar a acordos sobre o que é que existe de diferenças e, principalmente, de iniquidades dentro dessa configuração. Quer dizer, isso é um pouco o que gera, é o fator gerador dos impasses da discussão. Nós temos visões diferentes do que queremos, temos visões diferentes do que existe, não entramos em um acordo sobre isso e ficamos eternamente debatendo.

Já faz 30 anos que nós passamos da reforma de 1968. Ela, de certa maneira, foi deslegitimada, porque foi vista como um produto da ditadura, mas foi um produto que, afinal de contas, a sociedade desenvolveu, com ditadura ou sem ditadura ou com regime ou com mudança de regime. Aquele modelo de instituição permaneceu até hoje e está intocado. Então essa eu diria que é uma primeira constatação.

Se nós olharmos ali, para onde esse nosso transeunte olha quando eu pergunto para ele o que é que ele está querendo da universidade? Ele olha para aquela primeira curva. Se eu digo que a remuneração das pessoas com ensino fundamental completo tem o valor um, ele vai olhar lá na frente e ver: “Olha, as pessoas que têm ensino superior completo vão ter um salário quase quatro vezes maior”. Eu estou olhando para isso.

Eu estou olhando para isto. Este é o primeiro aliante de demanda. Eu quero obter um tipo de escolaridade, um tipo de diploma, um tipo de autorização para trabalhar que me permita ascender àquele patamar de remuneração. Mas eu não presto muito atenção naquele segundo momento ali embaixo, quando eu digo “se eu formar no ensino superior”. Essa é uma pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é muito interessante e que mostra que não mais do que 50% dos formados em ensino superior vão para ocupações

realmente de ensino superior. E isso são empregos formais. Não são os empregos informais. Então, nos empregos formais, uma grande quantidade de pessoas sai da educação superior com seu diploma e continua no mesmo tipo de ocupação que requereria, no máximo, ensino médio ou talvez até menos.

Então, é uma contradição que você oriente a demanda social um pouco por aquela visão de lá e não tenha muita noção do que é o destino profissional, a trajetória ocupacional que vai haver ali para baixo. Ainda estamos no mercado de trabalho. Quer dizer, teremos que pensar um pouco também no tipo de instituição de que nós estamos tratando. Nós estamos tratando um pouco como se o mundo se dividisse entre público e privado apenas. As universidades públicas, por definição, são ótimas; as universidades privadas, nem tanto. Será que é assim? Será que todas as universidades públicas obteriam, num sistema de avaliação que está se reivindicando, o mesmo *score*, teriam as mesmas qualidades? Mas será que eu quero a mesma qualidade? Então, eu volto à questão da universidade.

O Prof. Steiner, do Instituto de Estudos Avançados de São Paulo, alguns anos atrás, usou o critério da Carnegie Foundation. O que é que ele faz? Ele separa aquelas instituições de educação superior – públicos ou privadas, estaduais ou federais, seja lá o que for – que tenham uma capacidade de geração do conhecimento científico e realize pelo menos certo patamar de oferta de doutorados de primeira qualidade. Então, é acertado um patamar. Isso não é *ranking*; é uma tipologia de instituições. Há universidades que estão destinadas efetivamente a formar cientistas, a formar pessoas com capacidade de análise de longo alcance e, dentro de uma instituição de produção científica, dentro da área da ciência e tecnologia, da pesquisa e desenvolvimento, algumas instituições têm essa capacidade.

Nós temos uma porção de outras instituições independentes até desse seu *status* jurídico que se destinam a uma formação um pouco mais avançada, como se diz, de formação profissional avançada. O que é o mestrado hoje? Ou ele é uma mera formação propedêutica... Nós temos esses degraus infalíveis e inevitáveis. Eu não posso formar um cientista com 22 ou 23 anos. Eu tenho que esperar que ele faça o Mestrado para chegar ao Doutorado e, então, pode fazer um concurso para ser pesquisador. Quer dizer, eu tenho essa amara. E, se eu tiver um grande talento com 22 anos, saindo da graduação, ainda não na graduação, e que acaba não podendo ser treinado para fazer pesquisa?

Então, eu tenho alguns mestrados hoje, inclusive cancelados como mestrados profissionais que me elevam a uma profissão ou a uma formação profissio-

nal um pouco mais sofisticada do que aquela que ele normalmente obtém na Graduação.

Nós acabamos de fazer uma série de estudos lá no Ipea, quando começou essa história do apagão de mão de obra. Se nós crescêssemos a 6% ao ano, realmente iriam faltar engenheiros; se crescêssemos a 4% ao ano, o ritmo de expansão da formação de engenheiros no Brasil aguenta suficientemente as demandas que nós teremos por engenheiros. Eu não sei onde é que o pessoal inventou que nós precisamos de 100 mil. Se nós fizermos 100 mil, nós vamos ter um bocado de engenheiros desempregados.

O que está faltando? Não é o diploma de engenheiro. Se nós olharmos aí minimamente os anúncios de procura de engenheiro, vamos ver: “Eu quero um engenheiro que fale Inglês, que domine certos *softwares*, que tenha cinco anos de experiência em controle de qualidade ou em gestão de produto ou em melhoria de processos”.

Quer dizer, esses requisitos de empregabilidade não são dados na graduação. Não conheço nenhuma graduação de Engenharia que ensine o sujeito a fazer engenharia em inglês. Estou brincando um pouco com isso, mas é sério. Enfim, eu estou precisando de alguma coisa além da graduação, coisas que se obtêm – e aí as grandes empresas do seu seminário me dizem: “Eu não fico esperando ninguém fazer isso. Eu estou fazendo os meus *trainees*, estou mandando os meus recrutados para estágios, estou investindo na formação desse graduado.

Um diretor, nesse mesmo seminário, um diretor do Senai me disse: “Olha, eu tenho uma certa dificuldade, porque nós fazemos esse tipo de formação complementar, mas a legislação exige que eu bote um doutor, um PhD para fazer isso. E o PhD não tem a menor idéia do que acontece no chão de fábrica”. Então nós temos certas falsidades na nossa regulação que prejudica o resultado. Eu tenho essas universidades que se destinam a processos mais amplos de formação e, se olharmos esse tipologia do Prof. Steiner, eu tenho uma enorme gama de escolas superiores que, com algum tipo de adequação a currículos mínimos ou a padrões curriculares, oferecem uma graduação que eventualmente poderá dar as competências necessárias para o mercado de trabalho.

Agora pergunto: quantas instituições, desses vários patamares – vamos isso de patamar ou desses nichos, desses segmentos do sistema – estão efetivamente configuradas para além da competência, que já é um problema? Na avaliação, você tentar aferir até que ponto as competências técnicas e cognitivas necessárias – e os exames não são muito suficientes

para isso; o Enad mesmo tem dificuldades tem dificuldades em fazer isso – estão realmente proporcionadas.

Além disso, há a consciência de que se deve trabalhar. Ninguém trabalha com tecnologia em estado puro; trabalha-se com tecnologia inserida num processo de produção, numa organização empresarial ou numa organização pública, e você tem relacionamentos ou redes de relacionamentos que dependem exatamente dessa formação e, às vezes, do currículo implícito que a instituição está oferecendo. Nem sempre é muito claro até que ponto essa instituição de ensino superior está formando um cidadão e um executivo completo, uma pessoa capaz de organizar processos.

Bom, então essa é a tragédia que está um pouco por trás desses desvios profissionais. E eu salientaria que essa coisa do público/privado se reflete, por exemplo, naquilo lá: nós temos quase seis milhões de alunos e estamos mais ou menos divididos entre universidades e não universidades, do que não nos damos conta. E que, dentro dessas universidades e não universidades, nós temos vários segmentos que têm funções diferentes, clientelas diferentes.

Veja que o acesso social hoje foi facilitado. Professor – eu vou chamá-lo de professor, Senador Cristovam –, nós já tivemos oportunidade de discutir isso várias vezes. Nós temos uma oferta alentada de educação superior para aqueles que são efetivamente elegíveis para o ensino superior ou que terminaram o ensino médio. Nesse estudo de engenheiro, uma das dificuldades para você ampliar – ou mesmo na área tecnológica de um modo geral, para ciência, tecnologia e matemática – há o problema da capacitação cognitiva, que vem lá atrás, refletida nos dados todos que Todos pela Educação trouxe aqui.

Como é que está a matemática? Nós acabamos de fazer um estudo no Ipea mostrando o seguinte: Matemática não é saber fazer conta; Matemática é saber raciocinar de maneira sistemática e organizada. Os nossos alunos têm um desempenho muito mal em Matemática. Isso todo mundo viu, mas nós não vemos que, ao longo do tempo, não tem se alterado em nada. Vimos um pouco disso. Se você fizer um corte – nós fazemos uma curva para demonstrar isso, por centis, por percentis da população – 80% não saem do lugar e tem rendimento muito baixo. Uma ponta da curva desce e tem um rendimento mais baixo, e outra pontinha só obtém um rendimento mais alto, uma proficiência mais alta. E não se tem modificado nos últimos anos isso.

O que melhorou foi que o que sabia mais está sabendo um pouco melhor do que o que ele sabia antes; e quem sabia menos está sabendo menos. Parece aquela história da Bíblia: “A quem já tem será dado tudo”. Então, essa está sendo a dificuldade. Se

eu quero ampliar a qualidade do ensino superior eu tenho que ver o que estou fazendo lá para trás. Eu não tenho condições propedêuticas para expandir muito esse quadro de universidades. Eu posso expandir as tabajaras, se eu diminuo, financio esse sujeito para ir lá, faço uma renúncia fiscal ou qualquer coisa e não exijo muito para ele ter acesso. Isso o próprio mercado já fazia antes. Eu baixo o critério no vestibular, que, aliás, é uma tragédia no País.

Como é que você seleciona pessoas? Só para dar uma ideia: a Pensilvânia, por exemplo, nos Estados Unidos, leva, em média, três a quatro meses para poder fazer o seu processo de seleção. E nós queremos fazer isso em três dias de vestibular ou usando os exames.

Bom, mas o que poderíamos pensar a respeito de expansão? Recursos pedagógicos, recursos materiais, apesar de todas as queixas? Viu-se que, de repente, passado um período difícil de finanças públicas, que foi o ajuste... E estamos num outro período difícil agora. Daqui para frente, ou o Estado brasileiro, não só o Governo Federal, mas também os estaduais e municipais, começam, pelo menos a racionalizar seus gastos, ou o País vai entrar numa crise muito parecida com a da Europa. Não podemos continuar nesse déficit de contas públicas em que estamos. Isso é uma coisa meio difícil de tratar, principalmente, quando se está pensando em 10% do PIB para educação e pública. E como é que se vai fazer, nos próximos anos, se tiver que se fazer o que já foi feito lá atrás, no Governo Fernando Henrique, quando se teve que fazer o ajuste fiscal e comprimir ao máximo as despesas? À época, contingenciaram-se fundos setoriais, orçamento das universidades, embutiram-se os professores aposentados no orçamento das universidades para chegar logo no teto. Quer dizer, de certa maneira, não de certa maneira, mas claramente travou-se tanto o crescimento da formação quanto o da produção de ciência e tecnologia.

Estamos entrando noutra fase dessas. Não vamos fazer ilusão de que vai ficar melhor agora. Tivemos um ritmo de expansão possível do setor público, agora. O mercado, de certa maneira, propiciou esse crescimento do ensino superior privado; quer dizer, você teve uma expansão do ensino médio, pegou as camadas mais modestas da população e financiou a sua chegada à universidade ou ao ensino superior, mais corretamente, e isso, dificilmente, vai permanecer assim. Temos que pensar um pouco em que direção se vai expandir. Não quero ser pessimista, mas temos que tomar um certo cuidado e pensar que o que é fundamental é melhorar esse nível propedêutico, que está destravando um pouco, está reduzindo a ineficiência, mas de maneira muito lenta. Deixa muito a desejar, se queremos ter um

ensino superior de boa qualidade em qualquer desses patamares e, principalmente, se eu pensar neste que quer criar a história do País, que entendam o que acontece no País.

Vimos que as instituições ficaram abestalhadas, para usar o termo do historiador, bestificadas com o movimento das ruas. Como se dá resposta para isso? O que a rua está querendo? O Brasil, como o Egito, a Turquia, está nesse tipo de impasse, tínhamos que ter muito mais capacidade para pensar isso, e as nossas instituições não estão nos formando suficientemente para isso. Estou numa instituição que, por obrigação, pensa o País, e temos lá nossas perplexidades, nossas insuficiências de informações sobre o que está se passando no País. Imagina no conjunto do debate público, das pessoas, como é que estão se informando? Esse é um dos papéis da educação superior.

Se olharmos o panorama, os avanços em pedagogia no domínio da tecnologia... Aqui se falou muito da educação a distância, como se ela fosse uma outra coisa. Educação a distância nada mais é do que começar a usar as tecnologias de comunicação e informação no processo educativo. Quantas instituições de ensino superior realmente integram esses meios aos seus currículos? Aí, não há diferença entre público e privado, as dificuldades são as mesmas para todos, pouco mais lá, pouco mais aqui, devido a questões de licitação etc., mas o domínio dessas tecnologias, que estou dizendo que não são bem dominadas... Um pouco a internacionalização tem a ver com isso. As universidades europeias e americanas estão usando largamente tecnologias de comunicação e informação para espalhar sua oferta no mundo. A Inglaterra, hoje, vive praticamente, de vender educação superior de vários tipos. As possibilidades de autoaprendizagem, de autodesenvolvimento são muito grandes, e as empresas não estão alheias a isso. Por que estão surgindo tantas universidades corporativas? E a ideia é essa, que as grandes empresas vão lá buscar o engenheiro, capacitam-no do jeito que precisam e levam a sua carreira ali dentro, e há uma mobilidade entre as empresas, não é? As empresas estão atentas para isso, para as suas necessidades de trabalhador qualificado, de capacitação mais avançada. Estão fazendo isso em larga escala e tendem a aumentar o seu esforço nesse sentido.

Até que ponto o setor público percebe isso e busca flexibilizar as suas formas de oferta, utilizando essa tecnologia, essas alternativas? No Brasil mesmo, há o Naomar e várias universidades federais tentando mudar a sua estrutura. Isso já foi apresentado no passado no fórum das entidades privadas. Quer dizer, as próprias universidades, o conjunto de 17 universidades

públicas vem fazendo um esforço de mudar. Há um outro grupo de instituições federais que estão tentando outros modelos alternativos. Agora, sempre há aquele problema da legislação uniforme para todo mundo. Nós queremos uma roupa que sirva exatamente para todos esses diferentes patamares, essas diferentes funções da educação superior. Nós não vamos conseguir vestir o defunto com o mesmo terno.

Enfim, para terminar, as demandas emergentes são o quê? Cada vez maior é a mobilidade interocupacional, cada vez maior. Nós vimos aqui que o Brasil incorporou 30 milhões de pessoas, o que alterou completamente a estrutura social e tem muito a ver com esse movimento das ruas. Quer dizer, os gostos, as preferências, as oportunidades de qualificação etc. Nós temos uma força de trabalho de 90 milhões, menos da metade, hoje, felizmente, está no informal. O informal significa uma série de estratégias diferenciadas de sobrevivência. Ela exige, às vezes, mais competência para sobreviver do que você se empregar numa empresa organizada. Quer dizer, isso depende de um certo tipo de educação, de aquisição de capacitações. Essas demandas emergentes enfatizam o domínio diversificado de competências cognitivas.

(Soa a campanha.)

O SR. DIVONZIR ARTHUR GUSSO – Hoje, se fala, na Europa, em educação permanente, a educação ao longo da vida. Quer dizer, nós não estamos atentos para isso, nós estamos pensando que, aos 24 anos, o nosso colega mostrou isto: nós temos, acima dos 25 anos, uma clientela enorme para educação, que não está sendo atendida no ensino superior, talvez esteja sendo atendida numa série de certificações etc., mas de maneira inorgânica. Essa possibilidade da educação ao longo da vida tem que ser levada em conta.

Então, as funções da educação escolarizada serão cada vez mais modestas dentro do conjunto, serão um percentual cada vez menor dentro do conjunto. Do que é que nós precisamos? Inovatividade e criatividade. Parece bobagem falar nisso, mas, se nós não inovarmos, se nós não ousarmos, modificarmos a maneira de fazer as coisas, não superarmos essas visões diferenciadas e incongruentes que nós temos sobre essas necessidades, nós não vamos avançar muito. Eu acho que está na hora de nos informarmos melhor, trabalhar melhor a informação que está aí e chegar, pelo menos, a algumas visões em comum que permitam a pauta de políticas públicas que supere os impasses de hoje.

Era isso que eu gostaria de ter dito. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

Passo a palavra ao nosso último expositor, Sr. Antônio Simões Silva, Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino do MEC.

O SR. ANTÔNIO SIMÕES SILVA – Boa tarde a todos e a todas. Saúdo a Mesa na pessoa da Senadora Lídice da Mata. Demais colegas da platéia, vamos iniciar a nossa fala.

Eu, de propósito, tirei do título do texto a palavra “impasses”. Por quê? Porque, na minha visão, nós estamos diante de um desafio maior que um impasse; o impasse seria uma barreira para a gente avançar. Vamos pensar em desafio, que é o que a gente vai tentar propagar nesta palestra.

Inicialmente, essa comissão a que a Virgínia se reportou baseou boa parte dos números que eu vou apresentar aqui. O que a gente imaginou? Imaginou que a expansão é um processo. Ela não teve um começo, nem terá um fim. O que ela tem, diferente de outras épocas, é a velocidade maior ou menor. E a gente vai ver, por esses dados, que houve uma velocidade maior. *(Pausa.)*

A gente teve uma velocidade maior a partir de 2003, quando da expansão da educação superior pública.

Em termos de didática, a gente dividiu em três partes, que a gente chama, lá no MEC, de Fase 1, Fase 2, que é o Reuni, e Fase 3, que são as últimas expansões a partir de 2011.

Os dados que estão aqui, como reportei anteriormente, são baseados numa Comissão que teve o seu final em janeiro de 2013, da qual fizeram parte a Andifes, a ANPG, a UNE e o MEC.

Aí estão os dados a que a Virgínia já se reportou. A gente vai avançar nisso para não perdermos tempo nos outros pontos. Basicamente, é o quantitativo de universidades que a gente expandiu nesses últimos dez anos. No mês passado, foi aprovada lei para criação de mais quatro novas universidades, dentre elas, duas na Bahia. Nós estivemos aqui na semana passada para falar especificamente da Ufesba, com a sua arquitetura curricular bem interessante.

Aqui são os números. Vejam que o PNE, quer dizer, o desafio que nós temos – por isso falei da palavra desafio – prevê que a gente tenha, ao final dos dez anos em que ele está em vigor, 33% de vagas na idade que a gente chama de faixa de 18 a 24 anos, que já foi reportado aqui anteriormente, na primeira Mesa.

Hoje, nós temos, nas federais, 800 mil matrículas, que representam em torno de 15% das vagas no ensino superior, vagas nas federais. O desafio nosso é chegar – e o PNE reporta isso, se for aprovado da forma em que estamos torcendo para que seja – a 40% das vagas em universidades públicas. Se a gente

congelar em números de hoje – estamos com 800 mil matrículas –, saltaríamos para 3,6 milhões matrículas, aproximadamente, ou seja, é um desafio muito grande. Temos que ter bastantes recursos, pernas, professores e uma porção de atores para que isso seja possível. E temos que torcer para que seja mesmo.

Estou mostrando mais isso também para a gente ver, como é um processo, não o passado, mas a velocidade dessa curva, que tem que ser muito mais vertical para saltarmos de 800 mil matrículas para 3,6 milhões matrículas, para atender o que o PNE preconiza.

Aí está um retrato, mais ou menos, das matrículas de pós-graduação e de graduação presencial. Vejam o número de EAD cresceu muito pouco. EAD é essa primeira. Essa parte menor é o crescimento em EAD, que teria que ser muito mais para atingir um país continente como o nosso.

Aqui, como já foi falado pela Virgínia anteriormente, é em termos de orçamento. Nós temos, hoje, em torno de R\$26 bilhões, que, para um milhão de matrículas, ou 800 mil matrículas, é praticamente R\$26 mil por cada estudante, ou seja, em torno de US\$12 mil.

Aqui, também é o desafio da expansão. Se a gente pensar que sairíamos hoje de 800 mil matrículas para 3,6 milhões matrículas nas federais, nós teríamos que pensar também o quanto isso significaria em termos de recursos. Se quadruplicarmos as matrículas, é evidente que, para manter a qualidade, teremos que quadruplicar o orçamento. Por isso, a esperança e a torcida de que os 10% dos *royalties* passem para a educação pública.

Aqui, é o crescimento de docentes, que, embora seja evidente em qualquer expansão, é como se fosse um parto. É sofrido, mas temos tentado acompanhar para chegar ao padrão da OCDE. O padrão OCDE para docentes por aluno é na faixa de um professor para quinze ou dezesseis alunos. A nossa meta Reuni é de um para dezoito, que não atingimos em nenhuma universidade, salvo uma ou duas que já atingiram essa meta. A média brasileira está na faixa de 1 para 13,5 ou de 1 para 14. Nós não estamos no padrão OCDE.

É evidente que lá eles fazem o cálculo de maneira diferente, mas, como a universidade aqui é praticamente responsável por toda a pesquisa no País, mais de 90%, nós temos que ver que esse é um diferencial, porque há muitos institutos de pesquisa nos países da OCDE. No Brasil, basicamente, a nossa pesquisa é feita dentro da universidade. Nós já temos uma extensão boa, mas temos que avançar muito mais. Portanto, eu acho que tem que aumentar o quadro também da universidade.

Aqui é um retrato da época, ou seja, dezembro de 2012, da titulação dos nossos professores. Nesse ponto, nós temos avançado bastante.

Falamos muito em professor, mas nos esquecemos, às vezes, de falar no servidor, que é a base de sustentação da universidade em todas as áreas de ensino, pesquisa e extensão. Nós avançamos menos do que no avanço dos professores, a velocidade da curva é menos ascendente. Aqui em números percentuais dos TAs, que são os técnicos administrativos das federais.

Todos os números que estão aí se reportam sempre às federais, até porque a minha coordenação trata das universidades.

Falamos muito aqui da expansão. O debate ficou basicamente entre públicas e privadas, mas eu estou focando somente nas federais.

Aqui está o dado a que a Virgínia havia se reportado. Eu acho que esse é um ponto que temos que tocar com bastante ênfase. Nós fizemos uma expansão e praticamente mais que dobramos as vagas públicas em dez anos. Hoje, estamos oferecendo 234 mil vagas nas federais e, no entanto, vocês veem aqui os aparelhos que suportam essa expansão. É contraditório e, ao mesmo tempo, não o é, porque há um tempo de construção.

Há pouco, na primeira Mesa, falou-se do que pode ser um impasse para a expansão. A regulação, a forma como os órgãos públicos como um todo trabalham na licitação de uma obra, na execução de uma obra, é bem diferente da iniciativa privada. Eu acompanhei isso muito bem, como diretor de um centro de tecnologia da minha universidade. Licítamos uma obra, ela começa e, daqui a pouco, aquela empresa sai, porque tem uma oferta melhor. Sai da licitação e encerra a razão social da empresa, e você não tem a quem apelar. Faz-se nova licitação, começa tudo de novo. Quem perde entra com recurso e para tudo de novo. É difícil trabalhar em obra no órgão público. Isso faz com que nós tenhamos dinheiro, mas não tenhamos operacionalização. A implementação fica mais devagar.

Eu acabei de visitar, há pouco tempo, a UFCA (Universidade Federal do Cariri), uma das quatro novas. Lá já existiam o *Campus* de Juazeiro do Norte, o *Campus* de Crato e o *Campus* de Barbalha. Quer dizer, está andando. E a reclamação dos alunos – eu conversei com alguns – era esta: “Nós não temos laboratório pronto, nós não temos biblioteca pronta”. Eu falei: Não vão ter. Vou dizer que vão ter? Não vão ter. Isso depende de uma série de coisas.

Diferente da minha casa que, se eu tiver dinheiro, reformo em um ano, aqui, com dinheiro, você reforma em quatro, cinco anos. Se eu montar, se eu começar a licitação de um laboratório, até chegar à parte de execução, é praticamente um semestre, se tudo der certo, se não houve nenhum impedimento, um TAC do TCU ou da CGU, pedindo para ser diferenciado, por-

que aquele metro quadrado não está batendo com o metro quadrado geral. Um laboratório é diferente de uma casa, um laboratório é diferente de um estacionamento. Há uma série de outras modificações e especificidades que outras obras não têm, mas isso vencemos. É evidente que se vai adaptando, conversando, dialogando e vencendo. A gente não pode é ver isso como um impasse. Quer dizer, não vamos crescer por tal impasse. Não, vamos crescer, sim.

É evidente que a velocidade não é tão grande como a velocidade de ampliação de vagas. Nós ampliamos vagas em mais de 120% em dez anos. A estrutura física não teve esse avanço. Nós temos o dinheiro, mas não tem a velocidade de avanço, a tal ponto que nós tivemos mais 14 novas universidades até 2011, e teremos mais quatro agora. Serão 18 universidades novas em dez anos.

Qual a quantidade de bibliotecas que nós construímos? Quarenta e três. Nós temos 63 universidades federais hoje e mais de 300 *campus*. Isso significa que tem lugar sem biblioteca. É evidente que hoje esse não é um parâmetro interessante para se avaliar em biblioteca, porque hoje a biblioteca virtual é muito mais importante, porque eu estudo sem sair de casa. Eu hoje tenho uma gama de acesso a livros que eu não tive no tempo da minha graduação. Ou eu estava lá na biblioteca para pegar o livro fisicamente e manusear ou eu não via o conhecimento. Hoje com *palmtop* ou mesmo com *smartphone* você lê. Desde que a universidade tenha licença para que a aquela obra, aquele texto caia na sua biblioteca virtual, isso é possível fazer.

Hoje, então, medir a universidade pelo espaço físico da biblioteca não é um bom parâmetro, muito embora isso não se aplique a outras coisas, como moradia estudantil, o RU. Ainda não se pode fazer um RU virtual. Tem de existir ter fisicamente algumas coisas para a gente garantir a permanência, porque, com esse acesso, com essa inclusão ampliada, nós temos muito mais gente na universidade com condições menores de permanência em termos financeiros. Então, nós temos que ampliar muito essa parte de alojamento, moradia estudantil como um todo, e RUs, restaurantes universitários. E nós temos poucos ainda – nas 63, nós temos somente 61 RUs.

Aqui, já se falou anteriormente também do grande salto que a gente teve na assistência estudantil com o PNAES, o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Isso por quê? Porque, à medida que você amplia, você abarca um universo maior de pessoas que estão entrando na universidade e, com isso, você tem garantia de permanência. Esse é um desafio maior do que a própria ampliação de vagas. Nós demos um salto, mas precisamos de muito mais. Hoje estamos

com R\$503 milhões, em 2012. (*Ininteligível*.)... requer em torno de R\$2 bilhões para a assistência estudantil. (*Soa a campanha*.)

O SR. ANTÔNIO SIMÕES SILVA – Vamos, então, avançar um pouco mais para a gente ficar no tempo, porque eu sei que todos nós estamos querendo o debate público.

Aqui as bolsas do programa Reuni.

Aqui, agora, são bolsas Capes, que, como um todo, não vêm ao caso.

E, com isso, só para falar dos impasses, para não ficar só nos números, nós temos e já vimos isso anteriormente nas primeiras falas, nós temos dois desafios fundamentais. Um deles é a formação de professores na licenciatura para retroalimentar o nosso sistema, porque, se nós tivermos bons professores, nós vamos ter bons alunos do ensino médio que virão para a universidade com qualidade. Isso é fundamental para expansão com qualidade.

Outro desafio que a gente tem que vencer e não é fácil é velocidade de expansão. Nós temos que saltar de 15% das vagas federais ou públicas para 40% pelo PNE, e, nesse ponto, o Legislativo, tanto Senado como Câmara, têm que prestar atenção. Falo de vaga pública, não gratuita. Há um diferencial grande, que não é semântico, não; é diferencial mesmo de conceito.

E outro ponto, também, que a gente tem que ver com bastante cuidado é a permanência para evitar a evasão. Hoje, só nas federais, eu fiz um estudo, há pouco tempo, nós temos em torno, com números otimistas, nós temos em torno de quase 11% da evasão nas federais. Você imagina isso com – para facilitar o cálculo – um milhão de matrículas: 10% são 100 mil pessoas saindo todo ano. Ou seja, duas ou três UFRJ, todo ano, indo embora. A gente colocando gente, e eles saindo.

Então, esse é um ponto muito importante para a gente discutir, e não é muito fácil não. Não tem um modelo para essa evasão. Cada universidade tem o seu modelo próprio, a gente não tem um modelo único, mas isso é desafiador, porque isso influencia no orçamento, influencia na sociedade como um todo e na carreira daquele estudante que entrou e que, por questões acadêmicas, afetivas, sociais e de conhecimento também de base, sai.

Hoje nós avançamos bastante, nas vagas, nós temos, saindo, por ano, em torno de 100 mil alunos, indo embora, por alguma razão.

Por enquanto, essa é a nossa contribuição. Estamos, então, aqui à disposição para qualquer questionamento.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Bom, como me foi comunicado, em acordo anterior que o Senador Paim fez, presidindo a Mesa, falará, agora, por cinco minutos, de forma diferenciada, portanto, dos outros que aqui se manifestaram, o representante do Proifes.

Antes, eu quero anunciar aos senhores e senhoras, que já acompanharam o ritmo, já têm experiência no Senado e na Câmara e sabem que vamos nos revezando por algumas atividades, que estou esperando o Senador Paim chegar, porque também deverei me afastar, pois há uma reunião do Conanda, da qual tenho que participar, agora, às 14 horas, juntamente com a Ministra.

Então, eu vou passar a palavra ao representante do Proifes, mas também quero deixar aqui duas questões, caso o Paim chegue, para que possam ser respondidas, tratadas pelos senhores que já falaram e pelos que ainda não falaram.

Primeiro, eu acredito, como uma Senadora do Nordeste brasileiro, que a nossa expansão do ensino superior tem que ter um foco, porque o ensino público federal tem que estar voltado para garantir o hiato educacional do Norte e Nordeste brasileiros. Eu aprovo que as últimas quatro universidades tenham sido criadas no Nordeste e espero que o MEC mantenha esse foco de expansão do ensino superior e dos institutos federais de educação no Nordeste brasileiro, com o apoio das instituições e das entidades de ensino tanto docentes quanto discentes das nossas universidades.

A outra avaliação, apenas uma referência, é que é preciso também pensar, como já foi citado aqui, um novo modelo de educação e de universidade. Senão, não teremos velocidade suficiente para ocupar o hiato educacional diferenciado entre Nordeste e Sul-Sudeste do País.

Perdoem-me a visão voltada para o Nordeste, mas não posso pensar nem imaginar o crescimento do País que não seja integrando todas as políticas públicas, inclusive na área de educação, com um crescimento do Norte e Nordeste brasileiro.

Finalmente, apenas deixar, Dr. Paulo, uma referência – gostaria de ouvi-lo aqui, mas vou acompanhá-lo pelo rádio: se é possível ter havido algum nível de preconceito na forma, talvez, dos estudantes na relação do público-privado, eu sinto que há também um preconceito na outra direção, porque, em todas as vezes em que o senhor se dirigiu ao público ou às ações do público, dirigiu-se sempre vinculando a uma ação eleitoral. Eu acho que também não é possível nós tratarmos as coisas dessa forma, até porque creio que o Estado existe porque é necessário para a sociedade. Não seria possível a sociedade sem Estado.

Portanto, essa função de Estado não pode ser, permanentemente, desclassificada, desqualificada, e os seus representantes. Isso leva a uma relação também descompensada de exercício da cidadania na sociedade brasileira. Então, se há impasses, nós precisamos resolvê-los também modificando a nossa visão, tanto de um lado quanto de outro.

Passo a palavra ao Prof. João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA DE DEUS – Obrigado. Eu gostaria de cumprimentar todos, cumprimentando a Senadora Lídice da Mata.

Estou aqui representando o Proifes, Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior. O Proifes defende a expansão do ensino superior, particularmente do ensino público. Nós defendemos a expansão do ensino público. Consideramos que isso é extremamente relevante para o País, garante o processo de distribuição de renda que veio acontecendo ao longo dos últimos anos. Esse processo tem que ser aprofundado. E a expansão do ensino superior é fundamental para isso. Consideramos isso.

E, como já foi dito aqui pela Presidente da UNE, nosso percentual da população que tem curso superior é pequeno. Isso tem que mudar, pois reflete inclusive nas questões econômicas.

Sou de Goiânia, sou da Universidade Federal de Goiás, e quero dizer, Senadora, que o Centro-Oeste existe também. Sempre quando falam no Brasil, falam em Sul, Sudeste, Norte e Nordeste. O Centro-Oeste parece que fica sempre um pouco de lado, inclusive nas questões econômicas. Como disse, sou de Goiás e, com frequência, as indústrias sediadas em Anápolis têm um déficit de mão de obra, porque não têm mão de obra qualificada, e não são só de engenheiros, mas outras aéreas também necessitam de mão de obra. Portanto, precisamos formar essa mão de obra.

Nesse sentido, consideramos fundamental a expansão do ensino público superior, do qual somos representantes, e do ensino público de uma forma geral para o desenvolvimento do País e para a Nação que nós queremos, ou seja, uma Nação que tenha o mínimo de igualdade social e que possibilite lutarmos para que isso vá crescendo cada vez mais.

Assim, consideramos que a implantação do Reuni foi positiva. Tínhamos um passivo de crescimento do ensino público muito grande ao longo dos anos. E, via Reuni, houve um crescimento respeitando a autonomia das universidades, o que é uma questão importante: crescer respeitando a autonomia das universidades, que está na Constituição. Há alguns critérios com que também não concordamos – temos críticas também ao Reuni –, mas o que consideramos extremamente importante é o crescimento do ensino público.

Discutimos muito e me lembrava sempre da luta que travamos nos anos 80, eu ainda era estudante, com relação à reforma agrária. Havia uma corrente que dizia o seguinte: para fazer reforma agrária era necessário ter a infraestrutura para que os camponeses não saíssem da terra. De fato, isso procede. Só que nós dizíamos que o fundamental era a terra. Se não houver a terra, não se cria infraestrutura; se não se criar os programas de expansão, não se cria os programas sociais. Então, por isso, consideramos que os programas de expansão são sempre importantes, relevantes.

Houve problemas. Por exemplo, não concordamos com a imposição do índice professor/aluno, que foi colocado pelo MEC, porque, para alguns cursos, isso criava muito problema. Temos que corrigir os problemas dessa expansão. Além disso, as universidades sofreram muito com questão da chamada burocracia do Estado. Até hoje há obra sendo construída, porque não se conseguiu fazer em tempo hábil. Havia o projeto para ser iniciado, com o dinheiro na conta, mas não conseguia construir os prédios. Até hoje há prédios sendo construídos. Esses problemas têm que ser corrigidos. E temos que consolidar o processo de expansão do ensino público, inclusive investindo também no ensino fundamental e médio, porque sem eles a universidade não avança. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Esperei pelo professor, pelo Senador Paulo Paim – também é professor, a esta altura, das lutas populares do Brasil – para me substituir-me, rendendo-me aqui no revezamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata, que coordenou esta segunda Mesa.

Quero dizer, Senadora Lídice, que só substituí-la, para mim, já é um orgulho.

Vamos, de imediato, aos nossos convidados que não usaram a palavra ainda. Todos já usaram? (Pausa.)

Então, temos dois inscritos para perguntas.

Dr. José Geraldo de Santana Oliveira, consultor jurídico da Contee – Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, com a palavra, para os seus 3 minutos.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SANTANA OLIVEIRA (Fora do microfone.) – Boa tarde...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, muito bem. Havíamos combinado que seria na tribuna.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SANTANA OLIVEIRA – Cumprimento o Senador Paulo Paim, cumprimento os componentes da Mesa, os presentes e os servidores do Senado.

Senador Paulo Paim, o imortal romancista mineiro Guimarães Rosa dizia que toda saudade é uma espécie de velhice. E peço-lhe licença para dar razão às sábias palavras do imortal escritor mineiro para fazer um registro que me é muito caro e que tenho certeza de que também o é para V. Ex^a, porque conversamos isso durante o café: eu e V. Ex^a tivemos a honra, o privilégio de participar da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) de 1981. V. Ex^a era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, e eu era vice-presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Goiás.

Quanto à questão em debate, a propósito, neste momento, tramita, no Senado da República, o projeto de lei, que aqui recebeu o nº 103, de 2012, que trata do Plano Nacional de Educação, que, nos termos do art. 214 da Constituição Federal, da Constituição da República, é, por assim dizer, a Constituição da educação, que, de acordo com a vontade do Constituinte de 1987 e 1988, é, propositalmente, o primeiro dos direitos fundamentais sociais.

Desde a década de 90, há um clamor social pela destinação de 10% do PIB – Produto Interno Bruto para a educação. Passados 25 anos da promulgação da Constituição, nós ainda não chegamos sequer a 6%. E o que é mais doloroso dizer é que o que se investe na educação é o mesmo que se gasta com os juros da dívida pública – entre 5,6% 5,8 % –, segundo dados da Consultoria da Câmara, em educação. Então, não é possível nós imaginarmos que vamos cumprir o padrão de qualidade social que é princípio constitucional, inserto no art. 206 da Constituição, com esse percentual.

Esse clamor social de destinação de 10% é sempre repetido em todos os eventos de grande envergadura, de grande relevância, como, por exemplo, a Conferência Nacional de Educação de 2010. E, durante os 18 meses...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SANTANA OLIVEIRA – ... em que o projeto de lei tramitou na Câmara dos Deputados, a grande questão era exatamente essa.

Mas, a meu juízo, desde a Câmara, faltam dois elementos essenciais, sem os quais a destinação de 10% não passará de protocolo de intenção: fonte de custeio e divisão de responsabilidades. Esses elementos são essenciais e ainda não foram discutidos. É necessário que o Senado o faça.

Outra ponderação importante, Senador – permita-me só mais um minuto –, diz respeito à questão aqui em debate: ensino superior. É fato que o art. 209 garante que o ensino é livre à iniciativa privada, mas há um desafio – tomando as palavras do representante do

MEC – sobre o qual precisamos nos debruçar, precisamos discutir: 75% das matrículas em ensino superior concentram-se na iniciativa privada. E, segundo dados da OCDE, nos outros países por ela pesquisados...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SANTANA OLIVEIRA – ... é exatamente o oposto. Então, esse desafio nós precisamos discutir.

Para encerrar, quero, a propósito da palavra do presidente da Anaceu, o Sr. Paulo Cardim, quero fazer uma citação de Voltaire, que por ele também foi citado para simbolizar o significado da liberdade de expressão, que dizia: “Não concordo com uma só palavra do que me dizes, mas darei a minha última gota de sangue para defender o seu direito de dizê-lo.” Vale para todos nós até hoje, não vale?

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vale!

Muito bem, obrigado pela lembrança da Conclat, e tu lembraste aí 1981. Fica por aí, não volta mais para trás. Senão tu vais chegar em 1950. Eu sou de 15 de março de 1950.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SANTANA OLIVEIRA – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você é mais jovem que eu.

De imediato, o Dr. Sérgio José Custódio, que é Presidente Nacional do MSU, Movimento dos Sem-Universidade, e foi um militante assíduo, no debate da política de cotas, que hoje é lei.

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – É isso mesmo!

Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar especialmente o Senador Paim, um dos Senadores negros desta Casa, que assume essa condição. Orgulho da raça negra brasileira, orgulho da periferia brasileira, um sem-universidade.

É importante que digamos as coisas como elas são no Brasil hoje. O Brasil vive um grave momento da sua história. Esse grave momento da sua história se verificou nas manifestações das ruas.

Somos formados pelas ruas, viemos das ruas, vim das manifestações das ruas até aqui. Importa, então, que a Nação brasileira, que o Senado Federal, que a Presidência da República, que o Ministério da Educação e que o movimento social brasileiro se apercebam de que é o “não” que inventa a política. Não é o “sim”, não é o “sim, senhor”, não é o “amém, aleluia”; mas é o “não” que inventa a política.

No caso grave da expansão das universidades no País, é intolerável o País entrar o século XXI com 15% da sua população, em idade de ir para a univer-

sidade, fora na universidade. Isso não pode continuar! Haja o tempo que houver, haja a burocracia que houver! Como disse o poeta: “Nosso tempo é hoje, nossa vida é agora”.

Nós, do Movimento dos Sem-Universidade, fixamos, numa tabuleta de pedra: dois milhões de vagas na universidade já! Isso no processo interrompido de debate de reforma universitária.

(*Soa a campanha.*)

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Para concluir, tenho 59 minutos, listei aqui.

Setores querem esticar a corda contra o Governo Federal, e isso não se traduzirá em mais vagas nas universidades do Brasil, nem públicas nem privadas. Setores grampeiam o País, para organizar mercados de tudo o que é ordem; mais grave: mercado da saúde e mercado da educação. Setores internacionais, sim, que ninguém aqui tenha a ilusão sobre isso, sob pena de ser um “vende-pátria”. Não que sejamos da patriotada, mas sejamos da pátria filhos e dignos dela.

É importante, na forma da negociação, que o Ministério da Educação e o Senado valham-se da ideia de concertação, onde a mesa de negociação seja instalada e os diferentes sejam nela colocados.

(*Soa a campanha.*)

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Nisso nós acreditamos.

Segundo, acreditamos que é preciso parar de chamar os pobres como carentes, os sem-universidades como os clientes. Há direito à universidade neste País de negros, negras, de moradores da periferia, de trabalhadores. Isso é uma questão de cidadania. Estamos falando de uma mobilidade de 50 milhões; nenhum político segura isso. Sete milhões vão fazer o Enem agora em outubro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Trinta segundos.

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Estou aqui dando o alarme.

Estou aqui dando o alarme. Nós não estamos contentes com o número de vagas que será ofertado para esse certame. Esperamos que os representantes do Ministério da Educação aqui presentes, imediatamente, instalem uma mesa de negociação para que se amplie já, nesta velocidade do Enem, a oferta de vagas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campanha.*) – Já ultrapassou um minuto e meio.

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Só para concluir, porque é muito difícil a gente poder falar no Senado Federal.

O Senador Paim, depois de mais de dez anos de luta, liderou um processo bonito de conquista da Lei

de Cotas. A Lei de Cotas não vai funcionar sem participação popular. O Ministério da Educação deve ao País a instalação da Comissão de Acompanhamento e Controle Social da Lei de Cotas, com participação da UNE, das entidades organizadas, de todas as entidades que participaram da luta, como a Educafro e as entidades do movimento indígena. Não há país – e é isto que as ruas estão dizendo – sem participação popular.

Nós queríamos que esta Comissão e o representante do Ministério da Educação encaminhassem o pedido formal para o MEC de instalação dessa portaria. Porque, como foi falado por alguém aqui, nós conquistamos o ProUni, não caiu do céu. Ele levou muito mais gente para a universidade, e vida à periferia, onde morte se passava. Hoje, morte se passa nas periferias deste País.

(*Soa a campanha.*)

O SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO – Nós precisamos levar vida, e vida é sustentar a expectativa de que vai existir universidade com qualidade, pública, gratuita, para o povo brasileiro, que sua e luta cotidianamente neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sérgio José Custódio, Presidente Nacional do MSU – Movimento dos Sem-Universidade.

Agora, vamos às considerações finais dos nossos convidados.

Com a palavra, Virgínia Barros, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Cada um terá três minutos para as considerações finais.

A SR^a VIRGÍNIA BARROS – Obrigada, Senador.

Eu já queria me antecipar e pedir desculpas, porque, hoje, a Câmara também vai votar o projeto da Lei dos *Royalties*. E a gente, da UNE, está na luta para que 50% do Fundo Social do Pré-sal sejam destinados para a educação. Então, todo o movimento educacional e a gente, da UNE, estamos mobilizados lá na Câmara, e vou ter de me retirar para poder me somar a eles, como eu estava hoje pela manhã.

Nas conclusões, eu queria valorizar muito tudo o que foi dito até aqui, respeitar a pluralidade de opiniões que foi apresentada nesta Mesa e só reafirmar alguns dados e algumas impressões.

O Brasil, hoje, se sustenta como sexta ou sétima maior economia do mundo, mas no *ranking* da Unesco, que trata de qualidade da educação, o Brasil ainda ocupa a 88ª posição. Então, acho que nos cabe pensar com mais amplitude, com mais completude e com mais sofisticação um projeto de educação que, de fato, se volte para os interesses da sociedade brasileira, do ponto de vista de emancipar o nosso povo, de contribuir a formação de um cidadão, de quem possa

se aproximar dos conhecimentos historicamente produzidos pelo homem – porque, em última instância, essa é a função da escola, da universidade –, para que o próprio homem tenha, em poder do conhecimento, a possibilidade de se desenvolver plenamente.

Para reafirmar o que falei anteriormente, quando eu disse que a história da educação brasileira, assim como de outros setores, é o permanente embate entre interesses públicos e privados, eu quis dizer também que, inclusive, direitos privados atuam sobre educação pública e existem instituições privadas que se voltam para os interesses públicos.

Eu acho que o principal aqui é que a gente consiga ter uma instituição de ensino, seja ela pública ou privada, que se volte para os interesses da Nação brasileira. Agora, é claro, a gente, do movimento estudantil, a nossa defesa intransigente é para que a abertura de vagas no ensino superior brasileiro se dê na rede pública. Primeiro, porque é o que a gente tem mais possibilidade de controle social e, historicamente, é o que tem mais compromisso de projeto de país que a gente tanto defende. E também, por ser gratuito, por ter a possibilidade de estudantes do País inteiro ingressarem neles.

Então, eu acho que o ensino privado brasileiro cumpre um papel importante na democratização do acesso ao ensino superior, na medida em que oferece mais de um milhão de vagas para estudantes bolsistas do ProUni e estudantes do Fies, programas que a gente, da UNE, olha com muito entusiasmo e que achamos que precisam ser ampliados.

Agora, o fundamental, do que o Estado brasileiro precisa se convencer, é que a educação é, acima de tudo, um direito de todos e um dever do Estado. E é fundamental que o Estado se empodere com mais sofisticação, detalhe e qualidade na ampliação de vagas no ensino superior, na fiscalização da qualidade do ensino superior brasileiro e, claro, em pensar a abertura de cursos, a abertura de universidades diante do projeto que cada região do País precisa contemplar, para que a gente tenha, em âmbito nacional, mas também em âmbito regional, instituições de ensino comprometidas com a juventude brasileira, com as diversas regiões, com os interesses diversos que existem no nosso País, porque, quando a gente fala da universidade brasileira, não se refere a uma universidade homogênea, uma universidade que se volte para os interesses da Nação. No Norte, no Sul, no Centro-Oeste, no Sudeste, no Nordeste do País, ela assume características diferentes. O fundamental é ter uma instituição sobretudo voltada para o interesse público.

Reafirmo a preocupação do movimento estudantil com o processo de desnacionalização da universidade brasileira.

Cooperação internacional é algo fundamental para a qualidade da educação superior no Brasil. Entretanto, ter empresas estrangeiras e capital estrangeiro detentor de instituições de ensino no Brasil representa uma ferida profunda no processo de fortalecimento da soberania do nosso País.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um minuto.

A SR^a VIRGÍNIA BARROS – E, claro, devemos dizer que nós da UNE achamos que o processo de expansão que a universidade federal viveu no último período é positivo, como os outros palestrantes aqui tiveram a oportunidade de apresentar. Certamente foi um projeto positivo poder interiorizar as universidades federais, duplicar o número de vagas nas universidades federais no nosso País.

Agora, é claro que nós precisamos seguir num processo de expansão, aprendendo com essa primeira etapa, que, na verdade, como o próprio Antônio apresentou, se divide em três.

Eu acho que o fundamental agora é que a gente consiga garantir um novo programa de consolidação e expansão das universidades federais que possibilite à universidade, dentro do seu tempo e com o envolvimento da comunidade interna e externa, planejar e elaborar de forma adequada os seus projetos.

O processo de expansão das universidades federais representa um importante passo no caminho do fortalecimento da universidade e do desenvolvimento do Brasil. A expansão das universidades federais precisa ser concebida como um processo contínuo e cumulativo, com o objetivo principal de universalizar o acesso à universidade pública gratuita e de qualidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Virgínia Barros ficou no limite máximo de cinco minutos, a nossa Presidente da UNE.

Agora, Dr. Paulo Cardim, Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários.

O SR. PAULO ANTONIO GOMES CARDIM – Senador Paulo Paim, preliminarmente, na sua ausência, não pude parabenizá-lo. Quero parabenizá-lo pela iniciativa que teve de fazer o requerimento de convocação desta audiência e, mais ainda, por ter concordado, porque eu abri nossa fala da Anaceu representando o ensino superior particular, com o que eu disse, que nós entendíamos que, na discussão desse tema, já estava implícita a qualidade do ensino. É muito importante, para os temas que foram levantados aqui, a

sua oportunidade, a sua sensibilidade política e a sua sensibilidade para com os problemas brasileiros, a convocação para que nós possamos estar presentes para discutir especificamente a qualidade de ensino.

Em segundo lugar, queria dizer à Senadora que não pôde permanecer que lamentavelmente não posso concordar com a afirmação que S. Ex^a fez, porque nós militamos em educação há 52 anos. Minha entidade tem 88 anos de ensino e, lamentavelmente, não vejo ainda a educação, tanto no nível federal, quanto no estadual e municipal, ser prioridade. Só vejo, com raras exceções – há exceções em todos os movimentos; em todas as situações há exceções –, que lamentavelmente não existe essa vocação de se priorizar a educação, senão nós não estaríamos discutindo esses números que estão aqui hoje e a iniciativa particular não estaria ocupando esse espaço que o Estado ou o Governo não conseguiu ocupar por incompetência ou por não priorizar o ensino superior público.

Segundo, antes de ser um empresário-educador sou um brasileiro, um cidadão e aqui eu só posso elogiar, agradecer e parabenizar o MEC pela expansão da universidade pública federal.

Não se pode pensar numa dicotomia – o muro de Berlim já caiu! – do público contra o particular ou do particular contra o público, ou em nós criarmos essa tipologia do bem e do mal. Eu disse, e continuo afirmando – parabenizo e estou também com o Movimento dos Sem-Universidade – que não podemos estar com esses 15%, somente ocupando o ensino superior com o que nós temos de tudo o que já foi oferecido. E cito o próprio Fies e o ProUni. Se não fosse a parceria público-privada com o ensino superior particular...

Nós temos que lembrar que, no início do ProUni, as entidades que o assumiram, o Senador sabe disso, eram imunes. Elas não tinham vantagens para assumir o ProUni, absolutamente nenhuma vantagem. Elas entraram por opção, elas entraram por vocação e por missão no ProUni. O sucesso do ProUni se deve à parceria que foi feita, porque 90%, naquela oportunidade, das entidades eram sem fins lucrativos. Agora, posteriormente, Senador, nós todos sabemos disso, parte dessas entidades passaram a ser com fins lucrativos. Então, passaram a ter imunidade e passaram a ter vantagens. Então, nós temos que dar a César o que é de César.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ANTONIO GOMES CARDIM – Com a observação que foi feita relativa a Voltaire, é óbvio, eu concordo plenamente, senão não estaríamos aqui. O Brasil já teve momentos em que nós não tivemos a oportunidade de ter o contraditório, que nós não tivemos a oportunidade de ter a discussão, porque,

quando todos pensam igual, ninguém está pensando. E é muito importante que haja essa contradição, que haja esse contraditório, uma divergência de princípio para que se possa chegar talvez até um terceiro ponto que não seja o meu nem o seu, mas que possa ser melhor para o País.

Concluindo, Senador, eu só quero fazer a afirmação de que várias vezes aqui foi falado em educação pública e gratuita. Não há educação gratuita. Todos nós pagamos a educação de uma forma direta ou indireta. Então, a educação é pública.

E nós torcemos para que, na discussão dos 10%, que é o tema do momento, não se volte para o ranço ideológico, porque o muro de Berlim já caiu, e que os 10% sejam dados ao ensino, sem estigmatizar se ele será público ou privado.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Paulo Cardim, Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários.

Passamos a palavra, de imediato, ao Coordenador de Estudos em Educação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nosso Ipea, Dr. Divonzir Arthur Gusso.

O SR. DIVONZIR ARTHUR GUSSO – Senador Paim, o que me resta agora é agradecer a oportunidade de trazer aqui o que é a missão do Ipea, que é pensar e estudar o Brasil e, na medida do possível, sugerir políticas públicas que resolvam seus problemas.

E o que me ficou da discussão de hoje é que nós temos o tal do impasse que está no título – houve certa discordância sobre se era impasse ou não –, dada a diversidade de visões. Na realidade, são férteis essas diferenças, mas coloco o que o meu colega Antônio procurou salientar: o que existe são desafios. E o desafio hoje é: ou nós vamos expandir e reproduzir o sistema atual com as suas mazelas, ou nós vamos ter uma destemida ousadia de inovar, de olhar para o que está acontecendo de fato e não para as ilusões que nós fazemos a respeito das virtuais vantagens da educação superior e tentar, na medida do possível, encontrar novos critérios de qualidade e equidade no acesso a essa educação e lhe dar a relevância social e principalmente histórica que precisa ter. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Divonzir Arthur Gusso, que coordena o Ipea nessa matéria.

Passamos a palavra, de imediato, ao representante do MEC, Dr. Antônio Simões Silva, Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação.

O SR. ANTÔNIO SIMÕES SILVA – Também quero agradecer pelo convite, pela oportunidade de participar

de uma audiência pública como esta. Também quero dizer que foi uma ideia interessante fazê-la, porque é uma idéia interessante, principalmente agora que a gente está com o PNE aprovado e há uma carência de vagas no ensino superior.

Para expandir, é fundamental que a gente não faça uma expansão somente numérica. Atendendo a uma provocação da Senadora Lídice da Mata, que falou na expansão voltada para o Nordeste e Norte, e aconteceram recentemente as quatro novas, esse é o parâmetro por que o MEC se norteia: vê IDH, vê vazios do espaço público em algumas regiões e vê também se aquela região tem condições de oferecer alunos de ensino médio para suprir a universidade. São três pontos, ou seja: IDH, vazio e clientela, vamos chamar assim. Com isso, a gente acredita que está atendendo. E o modelo, por enquanto, está sendo esse.

É evidente que a gente tem que avançar numa expansão estratégica. Há alguns pontos. Nossa visão é de licenciatura. Falo de professores para até nos alimentar, fazer retroalimentação e da parte de tecnologia. São dois pontos que a gente pensa daqui para a frente, sem contar com a expansão que houve ontem no ensino médico, que é um ponto estratégico fundamental para a gente.

E quero encerrar falando também da demanda que há, que a gente vê, a própria demanda do Enem. A quantidade de inscritos no Enem é fenomenal. Nós hoje estamos oferecendo em torno de 230 mil vagas. Para chegar ao que o PNE preconiza, nós temos que oferecer muito mais. Não basta dobrar; é preciso muito mais. Mas isso tem seu tempo. Vocês vêem que a gente expandiu, no meu entender, pouco com o Reuni e há toda essa alimentação. Se a gente der um passo maior do que a perna, a gente não vai dar conta.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Antonio Simões Silva, que representou o Ministro Aloizio Mercadante, do nosso MEC.

Encerro assim a nossa audiência pública, cumprimentando mais uma vez o Senador Cyro Miranda, cuja assessoria está aqui, e toda a equipe da Comissão de Educação pela organização do seminário, e cumprimentando todos os nossos convidados.

Permitam-me só dizer isto: vejam bem, eu sou um sindicalista. Uns dizem que eu sou de esquerda, outros, de centro. Eu me considero de centro-esquerda, digamos. Fico ali no centro, mas mais pela esquerda.

Às vezes, me perguntam sobre a saúde e eu tenho dito que questiono muito os planos de saúde privados. Deixam muito a desejar, mas é bom que estejam aí os planos de saúde privados e que a gente possa cada vez mais melhorar a qualidade desses planos.

Calculem se todos esses que estão hoje nos planos de saúde fossem para o SUS. Não haveria como. É uma forma de dividir inclusive responsabilidade e recursos.

Por isso nós temos que ter claro, vejo da mesma forma, a questão da educação. Eu não posso acreditar que nós vamos... Pode haver boa vontade de todos nós em achar que só a rede pública vai resolver todo o problema da educação. Mas não vai. Calculem o que aconteceria se nós pegássemos os milhões de jovens estudantes e, do dia para a noite, quiséssemos que eles viessem todos para a rede pública. O que nós temos que, de fato, fazer é melhorar cada vez mais a qualidade da rede pública e exigir qualidade na rede privada.

Eu acho que o ProUni cumpriu o papel. Eu estou falando de chão de fábrica, como a gente fala, dos tempos em que eu era sindicalista, meu amigo. Por que chão de fábrica? Porque, quando se chega a uma assembléia ou mesmo a um comício e diz lá no meio para aquela moçada: “Quem é que aqui está na universidade? Quem entrou pelo ProUni?”, muita gente levanta a mão. Então, vocês sabem o meu ponto de vista.

Tive a iniciativa de apresentar o requerimento para este debate. Vamos ter outra audiência sobre a qualidade da educação, mas hoje está mais do que claro que nós temos que apostar na melhoria da qualidade do ensino no seu todo, na rede pública e na área privada. E que cada vez mais a gente tenha alunos preparados, com capacidade.

Se a rede pública não atende a todos e o ProUni é um caminho, eu estou coerente com aquilo que eu já fiz há muitos anos. Eu tinha apresentado um projeto de lei aqui nesta Comissão que era mais ou menos no caminho do ProUni, há muitos e muitos anos. Então, eu não posso ter um discurso lá atrás e outro hoje.

Essa parceria, para mim, é fundamental. Nós temos que, cada vez mais... Já que a gente fala que a saída do país é a educação, a parceria é fundamental em todos os sentidos.

Todos estão de parabéns.

Que bom que houve o contraditório! Que bom que houve discordância!

Fizemos um debate no acirramento do campo das idéias. E a gente vai construindo o melhor para o País. É nisso que eu acredito.

Parabéns a todos vocês!

Até a próxima audiência pública.

(Iniciada às 09 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 15 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA

54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2013.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dezois de julho de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ana Amélia, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Prosseguindo, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz a leitura do seguinte comunicado: “Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) que está disponível, no endereço eletrônico <http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/>, pesquisa realizada pela Coordenação de Pesquisa de Opinião DataSenado com avaliação do cidadão sobre os trabalhos do Senado. A pesquisa foi feita entre 4 a 25 de junho e teve 1.226 participantes em todo Brasil. Informo, ainda, que pesquisa será enviada a todos os Senadores desta Comissão por email”. O Comunicado vai ao arquivo. Neste momento, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 32/2013-CE, de autoria dos Senhores Senadores Ana Amélia, Alvaro Dias e Cyro Miranda, destinada a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre o “Arquivo Histórico Nacional”. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Deputado Federal Luiz Carlos Heinze, Deputado Federal (PP/RS); Senhor Marinalvo de Castro Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Senhora Barbara Lobato, Assessora Especial do Ministro da Justiça e Senhor Leandro Guimarães Guedes, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo. Neste momento, a Presidência, atendendo à solicitação do Senhor Ministro, submete, excepcionalmente à apreciação do Plenário, a concessão do uso da palavra ao Senhor Jaime Antunes da Silva, Diretor-Geral do Arquivo Nacional,

o que é aprovado. Finda as exposições, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Ana Amélia, Cyro Miranda e Alvaro Dias, autores do Requerimento, e os Senhores Senadores Vanessa Grazziotin e Eduardo Suplicy (não membro). Após as considerações finais do Senhor Ministro e do Senhor Jaime Antunes da Silva, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às doze horas e três minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 32, de 2013, de autoria da Srª Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Ana Amélia, do Sr. Senador Alvaro Dias e deste Presidente, é destinada a ouvir o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Justiça José Eduardo Cardozo sobre o Arquivo Histórico Nacional.

Dando início à audiência pública, vou dar ainda alguns minutos porque o Sr. Ministro está atendendo a uma ligação da Presidente da República. Em seguida, vou pedir para que a Senadora Ana Amélia e o Senador Paim o acompanhem até esta Mesa.

Comunicado.

Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que está disponível no endereço eletrônico www.senado.gov.br/noticias/pesquisa realizada pela Coordenação de Pesquisa e Opinião do DataSenado com a avaliação dos cidadãos sobre os trabalhos do Senado.

A pesquisa foi feita entre 4 e 25 de junho e teve 1.226 participantes em todo o Brasil.

Informo, ainda, que a pesquisa será enviada a todos os Senadores desta Comissão por *e-mail*.

O comunicado vai ao Arquivo.

Como o Ministro já se encontra presente, convindo a Senadora Ana Amélia, nossa Vice-Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Por enquanto, então.

Eu gostaria, também, de convidar o Sr. Jaime Antunes da Silva, Diretor-Geral do Arquivo Nacional para compor a Mesa.

Sr. Ministro, esta audiência pública tem como objetivo trazer alguns esclarecimentos, principalmente em razão do pedido de algumas informações que foi feito pela Associação dos Servidores do Arquivo Nacional, em 3 de abril, sobre alguns fatos que aconteceram na Biblioteca Nacional.

Nesse documento, que foi encaminhado em 2012, a representação denunciava também a insalubridade das instalações decorrente da umidade principalmente pela proliferação de fungos.

Todos nós sabemos da importância da Biblioteca Nacional. Isto não precisa nem ser comentado. No entanto, por ocasião das chuvas de março deste ano, foram danificadas cerca de 130 caixas com documentos, inclusive vários que preservam a identidade histórica do País. Em decorrência, os prédios antigos tiveram que ser interditados.

Eu passo, então, inicialmente, a palavra ao Ministro José Eduardo Cardozo, pelo tempo que se fizer necessário, para fazer uma exposição e a gente, então, ter um diálogo suave, aproveitando também a presença do Sr. Jaime, que é Diretor-Geral do Arquivo Nacional.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Ex^{mo} Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, inicialmente, quero agradecer a oportunidade de comparecer a esta Casa. Não foram poucas as vezes que tive a oportunidade de, como Ministro, aqui comparecer, e sempre, para mim, é uma razão de satisfação e de orgulho democrático poder, como membro do Poder Executivo, prestar as informações, ouvir as sugestões, as críticas e os aplausos de S. Ex^{as} os Senadores que integram esta Casa.

Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia Lemos, cumprimentar o querido companheiro Senador Paim e os demais Senadores e Senadoras aqui presentes, a Vanessa, que, outra vez, Senador Paim, numa audiência, eu chamei de Vanessa da Matta, a querida amiga Vanessa Grazziotin, que também tem assento nesta Comissão e que eu homenageio e cumprimento.

Srs. Senadores, o objeto desta convocação diz respeito à oitiva sobre problemas que ocorreram, no

dia 5 de março, na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, conforme bem observou S. Ex^a o Presidente.

O Arquivo Nacional é um órgão, hoje, do Ministério da Justiça. Até o final do governo do Presidente Lula, ele permanecia integrado à estrutura da Casa Civil da Presidência da República, mas, por decisão de Sua Excelência a Presidenta da República, o Arquivo Nacional voltou à sua origem, voltou a integrar a estrutura do Ministério da Justiça.

Ele é dirigido, ao longo desta gestão, pelo Professor Jaime Antunes da Silva, Diretor-Geral do Arquivo Nacional, que está no cargo há mais de 20 anos e com quem tenho mantido constantes contatos pelo exercício da atividade administrativa e pela alimentação necessária de informações que o Diretor-Geral do Arquivo tem de fazer ao Ministro responsável por esse importante órgão do País.

Bem, no que diz respeito especificamente aos fatos objeto da convocação, é importante esclarecer o seguinte: a sede do Arquivo Nacional, que está localizada no Rio de Janeiro, é um prédio, Sr. Presidente, belíssimo, um prédio que foi a antiga Casa da Moeda e que, a partir de 2001, passou por profundas reformas, reformas inclusive apoiadas por várias estatais brasileiras, como a Petrobras e o Banco do Brasil, dentre outros. É um prédio belíssimo, tombado pelo Patrimônio Histórico, e, portanto, um prédio que é referência arquitetônica e histórica no Brasil. Esse prédio tem 31,4 mil metros quadrados de área construída e uma área externa de 11 mil metros quadrados. Portanto, uma dimensão respeitável.

No dia 5 de março deste ano, houve uma situação absolutamente imprevista, que foram as fortes chuvas que assolaram a cidade do Rio de Janeiro, em situação inclusive inédita, segundo o próprio Diretor-Geral nos informava. Essa forte chuva foi acompanhada por rajadas de vento durante toda a noite e madrugada. E essas rajadas de vento causaram alguns problemas, dentre os quais, a abertura de janelas do prédio e o transbordamento das calhas dos telhados. A forte chuva, com água e vento, implicou na abertura de janelas durante a madrugada e no transbordamento das calhas que estavam no telhado. Isso implicou em pequeno – se é que se pode dizer assim – dano estrutural. Alguns tijolos do Bloco D, que é bloco que não é tombado e é utilizado como depósito, foram desprendidos. Esse foi o dano estrutural detectado em decorrência da forte chuva que aconteceu na noite e madrugada de 5 de março.

Diante dessa situação, foram feitas duas vistorias. Uma, imediatamente, e outra, *a posteriori*, em maio, para apurar a situação de danos que tivessem porventura ocorrido no prédio e no próprio acervo do Arquivo Nacional. E eu posso informar a V. Ex^{as} que, dos 42

mil metros lineares de estantes – o Arquivo Nacional tem 42 mil metros lineares de estantes –, em que estão colocadas 210 mil caixas com documentos, foram molhadas 800 caixas. Então, num total de 210 mil caixas, foram molhadas pela chuva, em decorrência da situação que descrevi, 800 caixas. Ou seja, 0,3% das estantes do Arquivo Nacional.

É claro que, diante disso, os documentos atingidos foram parcialmente molhados. Eles estavam em envelopes e dentro de caixas de papel adequadas para que fossem guardados. Os documentos, em face de terem sido molhados, foram submetidos a um processo de secagem natural de acordo com o seu tipo de documento – manuscritos, datilografados e impressos –, sendo todos eles totalmente recuperados. Portanto, não houve nenhum dano irreversível e nenhum documento precisou ser restaurado, por força da pronta ação da direção do Arquivo Nacional, diante da situação que havia ocorrido no dia 5 de março.

Após a secagem e higienização, os documentos que foram atingidos pela água, naquela madrugada, foram acondicionados novamente em novas caixas e invólucros e já estão integralmente postos à disposição da população para eventual consulta que possa ser feita junto ao Arquivo Nacional.

Bem, isso também ensejou, da parte da direção do Arquivo Nacional, providências em relação ao estado físico dos prédios: 15 dias após a ocorrência, o Ministério da Justiça fez um destaque orçamentário de R\$2,47 milhões para a obra nos telhados dos prédios atingidos, justamente por força da situação que há pouco nós noticiávamos.

Em 4 de julho, foi concluído o Pregão Eletrônico nº 10, de 2013, para a execução da obra dos telhados e calhas. Essa obra tem data de início estabelecida para 18 de julho. Após 5 de março, no Rio de Janeiro, já houve três fortes chuvas, e nenhum outro problema foi detectado, ou seja, a situação se limitou exclusivamente à data de 8 de março, e é muito importante também precisar a V. Ex^{as} a questão do orçamento do Arquivo Nacional. Como eu disse, o Arquivo Nacional passou em 2011 para o Ministério da Justiça. Anteriormente, ele integrava a estrutura da Presidência da República, e nós temos tido uma evolução grande do orçamento do Arquivo Nacional pelo próprio reconhecimento, que não só o Ministério da Justiça, mas o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, faz em relação a essa importante unidade de consulta da população, que é o Arquivo Nacional.

Apenas para que V. Ex^{as} tenham uma dimensão do orçamento, em 2006, o orçamento disponibilizado para o Arquivo Nacional era de R\$8,8 milhões; em 2007, R\$11,7 milhões – então vamos verificar a

elevação orçamentária –; em 2008, R\$12,7 milhões; em 2009, repetiu-se o orçamento, R\$12,7 milhões; em 2010, R\$18,3 milhões; em 2011, R\$17,6 milhões, repetido em 2012; e, para 2013, R\$27,4 milhões. Portanto, por força de uma série de iniciativas do Arquivo Nacional, inclusive pela necessidade de digitalização rápida de documentos, que permite um conjunto de atividades importantes ao longo desse período, nós temos a disponibilização de R\$27,4 milhões para o Arquivo Nacional.

Observo que, embora esse seja o orçamento disponibilizado, muitas vezes, nos órgãos públicos, há uma diferença entre o orçamento disponibilizado e o orçamento executado. No caso do Arquivo Nacional, isso não tem ocorrido – 100% do orçamento disponibilizado vêm sendo executado.

Em linhas gerais, Sr. Presidente, essa é a informação preliminar que gostaria de dar, mas, se V. Ex^a permitir, o Sr. Diretor-Geral, Prof. Jaime Antunes, com muito mais condições não só de quem dirige diretamente a unidade, mas como também de quem conhece o Arquivo Nacional há mais de 20 anos como diretor, pode dar eventuais esclarecimentos que julguem necessários, se V. Ex^a permitir essa faculdade a este depoente.

O SR. PRESIDENTE (Cyrro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Em primeiro lugar, muito obrigado, Ministro.

Como não é regimental – mas não vejo problema nenhum pelo fato de que no requerimento não consta a pessoa do Dr. Jaime –, eu submeto aos colegas se há alguma objeção em que a gente faça esta audiência também com a fala do Dr. Jaime. (*Pausa.*)

Dr. Jaime, com a palavra.

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Bom dia, Srs. e Sr^{as} Senadores, bom dia aos presentes.

Primeiro, eu gostaria de agradecer a oportunidade de o Arquivo Nacional estar expondo, na Comissão de Educação do Senado, sobre uma instituição que é extremamente importante para a República brasileira, para o Estado brasileiro.

O Arquivo Nacional é um órgão mais que centenário, é criado em 1838, e vem, progressivamente, ampliando os seus serviços para atender as demandas da cidadania e a sua atualização tecnológica para atender também as necessidades de adequação às novas tecnologias de acesso à informação remota dos dados coletados.

No Arquivo, há um plano diretor para trabalhar a médio e longo prazo. Durante muito tempo, o Arquivo vem apresentando necessidades de manutenção dos seus edifícios, bem como ampliação da sua tecnologia. Infelizmente, os orçamentos até então disponibilizados – exceto o do ano passado e o deste ano, que foram um pouco mais vultosos – não deram conta de atender

às necessidades dos pagamentos de todo o conjunto de despesas relativas à manutenção, à energia elétrica e aos serviços gerais e não deram a possibilidade de investimentos de alguma maneira programados para este fim, como o Ministro já abordou.

Em relação a esse incidente, embora seja um percentual muito pequeno, como o Ministro colocou, nós lastimamos muito que tenha acontecido. Efetivamente, qualquer que seja o patrimônio documental do País tem de ser preservado adequadamente e mantida a sua longevidade para atender às necessidades de quem a ele afluir, em busca de informações.

Mesmo com orçamentos não tão avantajados, o Arquivo Nacional fez alguns investimentos nesses prédios que sofreram sinistros. Em 2008, foi possível fazer o investimento de R\$350 mil do seu orçamento para promover a impermeabilização das lajes dos blocos atingidos, os Blocos P, A e B, que são os prédios tombados como patrimônio histórico nacional.

Em 2008 e 2009, por indicação do IPHAN, que disse que os prédios precisavam sofrer uma nova pintura, porque, desde a conclusão da pintura, em 2002, não havia sido feita mais nenhuma manutenção de pintura dos edifícios tombados, isso foi feito – em 2008 e em 2009.

Em 2009, para se garantir maior segurança do prédio, foi colocada uma manta impermeabilizante por baixo das telhas francesas dos prédios, para que, se houvesse qualquer quebra de telhas, se evitasse vazamento e o atingimento dos prédios de guarda de acervo. Isso foi positivo, porque não houve nessas chuvas nenhuma infiltração vinda do telhado, a não ser as que vieram pelas calhas, que não aguentaram o volume de água e pelas janelas que foram abertas. É um edifício do século XIX, que, pelas condições de iluminação da época, precisava ter mais janelas do que paredes. Então, ele é um prédio cercado por dezenas de janelas, cujos trincos não suportaram a força dos ventos e abriram. E a chuva molhou os acervos que estavam sobre as mesas de trabalho de alguns servidores, além do atingimento do Bloco D.

Eu gostaria de abordar com os Srs. Senadores aquilo que o Ministro nos relata sobre o acompanhamento diuturno que fizemos. Primeiro, logo na manhã seguinte, ao chegarmos ao Arquivo e vermos o que causaram as chuvas, as ações das coordenações de servidores da casa foram vitais para garantir que não houvesse um dano maior. Todos os acervos foram retirados e selecionados por gravidade de atingimento. Aqueles que tiveram a necessidade, ficaram em uma área de quarentena, e começou uma incessante trabalho de preservação por parte da equipe de conservadores do Arquivo Nacional.

Essas equipes desenvolveram relatórios sobre as chuvas de março. Eu trago aqui apenas a parte final do relatório, mas, depois, posso disponibilizar aos senhores o relatório feito pela Maria Julia Faissal, que é Supervisora da Área de Gestão e Preservação de Depósito, da Coordenação de Preservação de Acervo, o qual diz, em maio:

Após a secagem da documentação, realizamos uma higienização minuciosa da documentação e, concomitante, realizamos uma vistoria folha a folha à medida que as sujidades eram removidas, e não foram encontrados indícios de micro-organismos. Após a vistoria, a documentação foi reacondicionada em novas caixas e invólucros.

Um novo relatório feito em maio pela mesma técnica, Maria Julia Faissal, e pela coordenadora substituta, Maria Lúcia Peralta, no seu resultado final, diz o seguinte:

Do resultado do trabalho de reavaliação da documentação, podemos afirmar que a área das chuvas não representou danos significativos no estado de conservação de nenhum documento citado. O resgate foi rápido, e toda a documentação afetada possui invólucros, que protegeram a documentação desse sinistro. Os invólucros foram substituídos, e a documentação está, como um todo, em bom estado de conservação e disponível para consulta.

Então, esses eram dados gerais sobre a questão dos acervos.

O Arquivo é uma instituição que, no Rio de Janeiro, tem nove edifícios e que conta, na unidade regional de Brasília, com uma parte de um prédio da Imprensa Nacional. Nós também tivemos oportunidade, já em 2011 e em 2012, de procedermos, com o apoio do Ministério da Justiça, a reformas na unidade regional do Arquivo Nacional em Brasília, que carecia de reformas. Foram feitas reformas nas instalações da Coreg, dando mais dignidade aos postos de trabalho, com colocação do sistema de ar-condicionado e com impermeabilização das lajes superiores, garantindo, com isso, que os servidores ali lotados tivessem um conforto mais adequado para o processamento da informação.

Ao mesmo tempo, era necessário apontar a necessidade de ampliação da área de guarda da unidade regional, na medida em que estávamos recebendo – estamos recebendo progressivamente – acervos da Administração Pública Federal, instados tanto pelo Ministro da Justiça quanto pelo Arquivo Nacional, de documentos de interesse para estudo do período do regime militar. Foi feito um investimento em 2011 e em 2012, e conseguimos instalar dois grandes conjuntos de estantes autoportantes com capacidade de armazenagem de mais de nove quilômetros de documentos

que estão em fase final de iluminação, com colocação de monta-cargas, para que efetivamente isso pudessem ser feito.

Se os Senadores me permitissem, eu gostaria de abordar também o que o Arquivo Nacional, apoiado pelo Ministério, vem fazendo em relação à ampliação da sua capacidade operacional no que tange às questões ligadas às novas tecnologias da informação.

O Arquivo Nacional conta, há alguns anos, com o melhor laboratório de digitalização de acervos dentre os arquivos do contexto latino-americano. Esses investimentos foram feitos há alguns anos e continuam sendo feitos. Estamos terminando um processo licitatório, para que possamos equipá-lo com novos *storages*, com novos equipamentos de segurança de comunicação da informação, num montante de R\$2,8 milhões, além de R\$1,5 milhão para novos *storages* com capacidade de 500 terabytes. O Arquivo passará a contar, daqui a três meses, com uma capacidade de estocagem de documentos digitalizados ou reformatados de 850 terabytes, podendo prestar serviços aos acervos históricos digitalizados. Isso também pode propiciar que o Arquivo Nacional possa receber os documentos digitais produzidos pelo Governo Federal, como os documentos natodigitais.

Eu queria colocar apenas essas questões, para dizer que tem havido investimentos.

Fico à disposição dos senhores e das senhoras para esclarecer algumas questões, para aclarar alguma situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Jaime.

Sr. Ministro, chamou a atenção desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte não só a reportagem que foi feita através do jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, mas também as duas cartas que a Associação dos Servidores do Arquivo Nacional (Assan), no dia 13 de março deste ano, enviou, em anexo, à Direção-Geral do órgão, solicitando diversas informações sobre a segurança patrimonial, sobre o estado dessa documentação e sobre o que tem sido feito para prevenir e reverter os danos. Essas cartas ainda não tinham sido respondidas pelo menos até, provavelmente, um mês atrás.

No dia 15 de março de 2013, o assessor especial do Ministro da Justiça, Sr. Marcelo Veiga, esteve no Arquivo Nacional, e lhe entregamos duas cartas em anexo: a Carta nº 14/2013, relatando a debilidade física dos servidores antes e depois da greve de 2012, solicitando providências para esse assunto, e a Carta nº 15/2013, reiterando pedido de audiência com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em caráter

ter emergencial, para tratar do plano de carreira e da saúde dos servidores do Arquivo Nacional, da situação dos servidores no pós-greve e da compensação das horas de greve de 2012.

No dia 8 de março, fizeram ao Il^{mo} Diretor-Geral do Arquivo Nacional, Dr. Jaime, o seguinte questionamento: “a partir das reportagens veiculadas pelo jornal *O Globo*, solicitamos informações sobre a segurança patrimonial e de pessoas no Arquivo Nacional abaixo discriminadas”.

1) Há um plano de segurança contra incêndio e gestão de riscos na instituição?

2) Quais as saídas de emergências dos prédios do Rio de Janeiro e de Brasília? Elas se encontram desobstruídas ou sinalizadas?

3) Quem tem acesso ao dispositivo do documento do Arquivo Nacional?

4) O que as instituições têm feito para reverter os danos causados pelos alagamentos de salas de trabalho e instituições neste ano – já foi respondida pelo Ministro?

5) O Arquivo Nacional, nesses casos, tem seguido a Resolução nº 34 do Conarq, de 15 de maio de 2012, que dispõe sobre a adoção das recomendações para resgates dos acervos arquivísticos danificados por água pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar)?

6) O que a administração do Arquivo Nacional tem feito pela melhoria das condições de segurança dos prédios na sede do Rio de Janeiro em Brasília?

7) Pretende-se oferecer treinamento de Brigada de Incêndio com simulação de sinistros aos servidores?

8) Com queda do teto do refeitório antigo – à época, 07/03, ao lado do Bloco E –, que servia de local de alimentação dos terceirizados da limpeza, onde esses irão comer – isso já deve ter sido solucionado?

9) E de que forma a equipe de engenharia tem atuado diante dos últimos sinistros ocorridos na instituição?

Esses foram os questionamentos em relação aos quais até hoje não nos deram uma resposta, se foi ou não atendido.

Em função desse prédio histórico, que é originalmente a Casa da Moeda, há uma preocupação, porque são instalações que foram improvisadas – não agora, já há muito tempo – para as novas finalidades. Então, se existe algum projeto ou mesmo a intenção de se construir um prédio especificamente para a guarda e conservação do arquivo documental, a fim de que sua preservação seja garantida e se essa verba de 27,4 milhões dá para começar essa nova empreitada.

Passo, então, a palavra à nossa requerente também, à primeira signatária, à nossa Vice-Presidente, Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Cyro Miranda; Caro Ministro José Eduardo Cardozo, agradeço a sua presença; ao Dr. Jaime Antunes da Silva, que é o Diretor-Geral, agradeço as informações aqui prestadas.

Como diz o velho ditado, bota-se tranca de ferro em casa arrombada. No interior da minha terra, Lagoa Vermelha, é o que se fala. Quer dizer, o que aconteceu no Arquivo, com o alagamento, acabou, digamos, levando a uma agilidade maior sobre prevenção adotada na instituição, o que para nós tem grande relevância.

Eu me preocupo também com a situação dos servidores que trabalham ali, porque, como aconteceu esse sinistro – vamos chamar assim esse acontecimento do alagamento –, preocupo-me com questões bem pontuais, Dr. Jaime, Sr. Ministro. Para o Ministro, mais do ponto de vista da autoridade, se houve uma investigação administrativa, se houve alguma falha de gestão que poderia ter impedido o que aconteceu lá para se apurar responsabilidades. Se V. Ex^a, como Ministro, entendeu de determinar alguma sindicância para apurar isso.

A partir disso, do ponto de vista dos servidores que trabalham no Arquivo Nacional. Eu tenho aqui dados do Presidente da Associação dos Servidores do Arquivo, Diego Barbosa da Silva, que me pareceram extremamente pertinentes.

Nesse caso, foi alagamento. Uma chuva excessiva, as janelas e todo o processo. Mas há planos de emergência para a saída dos servidores em caso de incêndio, sistema de prevenção de incêndio e gestão de risco na instituição? Ela tem isso?

Quais as saídas de emergência dos prédios, não só do Rio, mas aqui também em Brasília? E até parece que, quando aconteceu, o senhor estava em Brasília e foi para lá. Essas saídas se encontram devidamente sinalizadas e desobstruídas para uma eventual evacuação se houver uma emergência?

Quem tem acesso, Dr. Jaime, aos documentos e aos depósitos onde estão os documentos? Quem tem acesso a esses depósitos dos documentos do Arquivo Nacional?

O que a instituição tem feito – e o senhor já revelou muitas das coisas – para reverter os danos causados?

O senhor fez uma referência a alguns documentos – não sei se estavam inscritos no que o senhor disse –, inclusive do regime militar, bem como documentos negociais do governo de Dom João VI e também do Tribunal de Segurança Nacional do Estado Novo. Esses documentos, que têm inegável valor histórico, foram

protegidos ou danificados? Eles foram preservados? E me refiro também, é claro, aos documentos do regime militar, como o senhor fez referência.

Eu queria também saber quais são as medidas que estão sendo tomadas agora em matéria de segurança e se há um treinamento de brigada de incêndio, ainda dentro daquilo que falei sobre a prevenção, com simulação de sinistro para os servidores do Arquivo.

Por fim, a queda do teto do refeitório, ao lado do Bloco E, servia de local de alimentação para os trabalhadores terceirizados na área da limpeza. Onde esse pessoal foi realocado? Eles saíram de lá? Para onde foram?

E, finalmente, de que forma a equipe de engenharia do Arquivo tem atuado para resolver esses problemas?

Essas são as minhas questões ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu quero comunicar que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado.

Então, aproveitando a presença dos dois requerentes, a Senadora Ana Amélia e eu, passo a palavra, tendo em conta essas primeiras indagações, ao Sr. Ministro e ao Dr. Jaime.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Agradeço, Sr. Presidente, as observações e as questões pertinentes invocadas por V. Ex^a e também por S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

Primeiramente, V. Ex^a mencionou, entre as reivindicações, a questão do plano de carreira dos servidores do Arquivo Nacional. Eu quero registrar que esta é uma questão que nos preocupou desde os primeiros dias em que o Arquivo Nacional veio para o Ministério da Justiça em 2011. Eu me recordo que alguns servidores – e seguramente o Dr. Jaime se lembra disso – manifestavam um profundo temor de que, com a vinda do Arquivo Nacional para o Ministério da Justiça, ele perderia uma atenção da Administração que poderia ter se permanecesse na esfera da Presidência da República.

Eu recordo que, logo no início da nossa gestão, eu fui ao Arquivo Nacional e me reuni com os servidores no auditório do Arquivo Nacional, onde debatemos longamente. Pareceu-me claro que o Arquivo Nacional tinha, do ponto de vista funcional, alguns problemas que não eram característicos só do Arquivo Nacional, mas de muitos órgãos da Administração, um deles, a falta de carreira para os servidores do Arquivo Nacional. Não há uma carreira e, na verdade, boa parte das remunerações são estabelecidas com base em gratificações que, quando o servidor se aposenta, ele não as leva para a sua remuneração na inatividade, qualificando

uma situação de injustiça, desde que, claro, comparada com os demais servidores públicos que estão atuando e que estão providos em cargos de carreira.

Essa situação não é inédita no Arquivo Nacional. A própria estrutura do Ministério da Justiça, por exemplo, não conta com uma carreira. Mas, de imediato, pareceu-me muito oportuno que se discutisse a vocação do Arquivo Nacional do ponto de vista estrutural.

O Arquivo Nacional é a ponta do sistema arquivístico nacional. E nós ensejamos uma discussão ampla, inclusive durante muitos meses, para que chegássemos a uma formatação que me pareceu a mais correta. Pessoalmente, eu me convenci – e acho que aí houve um acordo da direção e dos próprios servidores do Arquivo Nacional –, de que a melhor forma estrutural para o Arquivo seria que não permanecesse mais como órgão da Administração Direta, mas que fosse uma autarquia, com características que garantissem a sua autonomia, sendo um órgão que tivesse uma autonomia de Estado para o exercício das suas atribuições.

Todo um estudo foi feito, e a sugestão que fizemos é que, no bojo dessa proposta para a criação de um ente autárquico, se fizesse já também um plano de carreiras, para que se, eventualmente, os órgãos técnicos da Administração Pública julgassem oportuno, qual criasse a autarquia, já se criaria uma carreira para os servidores nesse novo ente autárquico. Esse estudo técnico foi feito, foi trabalhado inicialmente pela diretoria do Arquivo, houve um diálogo com servidores – é o que me foi registrado –, eu mesmo estive em outras oportunidades – lembro-me de uma vez, no pátio também, de uma reunião com assembleia, com servidores do Arquivo Nacional, em que estive dialogando –, recebi os servidores do Arquivo Nacional, se não me falha a memória, aqui no meu gabinete em Brasília, uma ou duas vezes – não me recordo, não tenho certeza se foram duas –, e discutimos esse processo.

Ele foi, após, do Arquivo Nacional, para a Assessoria Técnica da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, retornou ao Arquivo Nacional para alguns complementos, retornou ao Ministério da Justiça, e hoje está no Ministério do Planejamento, para que avaliem essa situação. Já houve uma volta para esclarecimentos e modificações do plano de cargos e salários proposto, voltou ao Ministério da Justiça e está hoje no Ministério do Planejamento.

Portanto, nós temos trabalhado com muito carinho nessa questão, não apenas o plano de carreira, porque – friso – a falta do plano de carreira não é uma característica, lamentavelmente, apenas do Arquivo Nacional. O próprio Ministério da Justiça não tem um plano de carreira, e há muitos órgãos da Administra-

ção Direta que não têm. Mas o Arquivo Nacional, pelas suas características, pela sua missão legal, parece-me que, se realmente for decisão dos órgãos técnicos do Ministério do Planejamento e da superior Administração de que seja transformado em autarquia, no momento em que se criar a autarquia, se poderá efetivamente haver, então, a estruturação de um plano de carreira para esse órgão.

É a nossa proposta, está em debate interno nos órgãos técnicos do Governo e, exatamente na hora em que eu tiver um primeiro *feedback* do Ministério do Planejamento, sentarei com os servidores mais uma vez – foram tantas – para dialogar, para conversar. É possível que se façam gestões técnicas de alteração ou não. Mas o diálogo está sempre garantido.

Pergunta-me também S. Ex^a a Senadora Ana Amélia se foi feita uma apuração da situação.

Foram duas situações. Nós tivemos, da parte do Arquivo Nacional, uma apuração, que foi feita – e um assessor meu foi acompanhar lá – para avaliar a situação. Conforme registrado, inclusive, o assessor Marcelo Veiga esteve lá acompanhando.

A nossa convicção, pelos informes que me foram dados tanto pela direção do Arquivo Nacional como pelo servidor, é que, efetivamente, é aquilo que em Direito nós chamamos de força maior. Ou seja, é um prédio do século XIX, a chuva foi atípica, os ventos foram atípicos, e a demonstração maior disso é que depois tivemos chuva e nada aconteceu na mesma situação. Então, realmente, não foi uma falta de previsão nem alguma situação esperável; foram fatos de força maior em decorrência das águas de março, tão conhecidas, que fecham o verão no Brasil e são até cantadas em música.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente, para o Ministro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fiz esse questionamento a V. Ex^a, e está presente aqui na reunião uma representante da Associação dos Servidores lembrando um detalhe importante, Ministro, que, em 2011, em 2012, aconteceram também problemas em relação a isso. Então, o 2013 foi, digamos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Atípico.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Foi o que aconteceu, mas já tinha havido um alerta desse risco. Então, foi a crônica de um risco anunciado; o que aconteceu em 2013 já tinha, digamos, sido sinalizado nas chuvas de março – não sei se foi em março –, em 2011 e 2012. Então, isso que aconteceu foi fruto

da imprudência de não ter sido feita uma prevenção ao que poderia acontecer e que acabou acontecendo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Veja...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Só para colaborar, Ministro, o texto da Associação diz o seguinte:

Vem alertando a Direção-Geral [em 2011] pela falta de manutenção dos depósitos das instituições que abrigam patrimônio documental do País. Foi respondido à época pela Direção-Geral que não havia problema algum nos depósitos que foram então atingidos nos Blocos A, B e C; espaços esses que foram nova e seriamente atingidos pela intempérie.

Isso foi encaminhado ao Diretor-Geral.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Deve haver algum problema, porque, pela informação que tenho...

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Atingiu o D (*Fora do microfone.*), prédio não tombado, cuja cobertura com manta asfáltica, com as chuvas anteriores, foi descoberta. Não tem forro, não tem laje, o que o deixou a descoberto. Se uma telha se desloca do lugar, há penetração de água ali. Essa incidência não ocorreu no A, B, C e P, que eram os prédios tombados, e, sim, no Bloco D.

Estamos para colocar novas mantas asfálticas e vimos que, na realidade, o que precisaria era uma grande intervenção no prédio, porque, efetivamente, não adiantava ficar tapando o sol com a peneira, utilizando também um ditado popular. Pleiteamos recursos que nunca foram suficientes para que pudéssemos dar conta disso. Efetivamente, esse Bloco D, que é o bloco mais grave, em termos, realmente... Em 11 e 12, houve penetração, porque não havia nenhuma proteção de laje abaixo, e, com as telhas que se deslocaram com o vento, já que a manta fora removida, caiu água em determinadas áreas, e é isso que os servidores apontam, e isso, efetivamente, é real, não é irreal.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Toda a nossa impressão, portanto, é de que não houve nenhum tipo de desídia, mas efetivamente foram situações que, em março, foram muito agravadas. As providências já haviam sido tomadas dentro daquilo que é a necessidade padrão, mas, em face das novas circunstâncias, se avaliou e se fez novas intervenções. Não nos pareceu nenhuma situação culposa, de má-fé; foi um caso de força maior, pelo menos a nosso ver.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O Dr. Jaime quer completar alguns respostas do que foi colocado pela Senadora Ana Amélia?

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Sei que a Senadora fez um rol de questionamentos, não sei se guardarei todos, mas vou tentar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O mais importante é incêndio, porque a enchente dá um dano, o incêndio dá outro dano, tão grave quanto o outro.

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – É só para, em cima dos acervos, que a senhora também apontou, que foram acervos que pegam o século XIX, há alguns documentos do Tribunal de Segurança e da Divisão de Segurança e Informação, também do Ministério da Justiça, que não estão arrolados; mas, sim, foram os documentos que estavam em processamento técnico nas salas e que, com a abertura das janelas, houve dano.

E foi sobre esse que fiz a leitura e vou tornar a fazer para a senhora e para os Senadores, feita pela Maria Julia Faissal, que é supervisora da área de conservação, que examinou esse rol de fundos arrolados, inclusive, por V. Ex^a.

Aqui diz: “Do resultado do trabalho de reavaliação da documentação, podemos afirmar que as águas não representaram dano no acervo”. Foram compulsadas folha a folha e, com isso, foram mudadas e embaladas e, felizmente, não tivemos danos que pudessem comprometer a integridade física dos materiais, exceto em documentação que eram mais contemporâneas, onde havia um carimbo colocado sobre a folha – ou de secreto, ou ultrassecreto –, e, como aquilo é material solúvel por água, houve uma mancha, mas que não comprometeu, absolutamente, nem o conteúdo da informação e nem a integridade do suporte físico.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dr. Jaime, quem tem acesso a esse documento, quem vai lá embaixo...

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Os depósitos são áreas de acesso restrito, têm acesso os servidores que tratam a informação e os servidores da conservação, e as equipes que fazem a movimentação. Portanto, as áreas de depósito no Rio de Janeiro ficam num prédio que tem chaveamento, portanto o acesso não é dado.

Todo o prédio é colocado em circuito interno de televisão, monitorado por circuito de televisão 24 horas por dia, de segunda a segunda, para que possamos acompanhar se pessoas não autorizadas tenham entrado em algum tipo de depósito, o que que poderia acontecer.

Todos os depósitos têm sistema informatizado de monitoramento de umidade e de temperatura, de acompanhamento. Quando há uma alteração de temperatura ou de umidade, os técnicos de conservação verificarão o que aconteceu. Isso é um dado. O Arquivo Nacional... Durante esse período e durante um período grande, desde a instalação do seu circuito de segurança e monitoramento, houve, no Rio de Janeiro, uma incidência de diversos furtos em arquivos, em

bibliotecas, em museus. E o Arquivo Nacional não foi objeto de nenhuma subtração.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quer dizer que o Assange não chegou ali?

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Não chegou ali, pelo menos não chegou ali.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP/RS) – Nem o Edward Snowden?

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Nem aquele rapaz ...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nem o Edward Snowden?

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – ... conhecido chegou lá. E por quê? Toda documentação, antes de chegar às mãos do usuário, é conferida, e depois que sai da unidade de consulta, é reconferida. Em havendo falta de algum item, quem se responsabiliza é o último usuário daquela informação. Portanto, esses pedidos ficam de guarda permanente, para que a qualquer momento a gente possa verificar quem pesquisou o quê. Não para espionagem, mas para garantia de segurança.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Segurança, do patrimônio, do patrimônio.

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Se houver algum tipo de sinistro, vamos à Brigada. O Arquivo Nacional tem uma Brigada contra incêndio, contratada. Há nesse momento, em desenvolvimento pelo engenheiro de segurança, um programa de treinamento a ser dado pela empresa que faz a Brigada para a gente, que é uma empresa de segurança, para fazermos o treinamento dos servidores, para a questão de evacuação, etc.

Todas as áreas de saídas, no Rio de Janeiro, saídas de fugas para a escada externa, que é a escada de incêndio, têm portas corta-fogo, e os corredores são de livre acesso. Não há chaveamento, porque há monitoramento, se alguém, inadvertidamente entrar.

Em Brasília, como se construiu agora todo um depósito novo, esse plano será feito, ou seja, a colocação, também em Brasília, de uma unidade de monitoramento por circuito de TV, porque nós temos isso muito restrito, para acompanhamento e monitoramento do período em que o Arquivo se fecha. Isso porque enquanto o Arquivo tem servidor, ele está seguro. Os servidores garantem, em última instância, que a instituição esteja segura, porque está povoada. À medida que se despovo, a gente precisa ter um sistema de monitoramento adequado. Esse sistema não é feito pela mesma empresa que faz a vigilância, porque nós não queríamos que o sistema de monitoramento fosse feito pela mesma empresa de vigilância.

Portanto, sob esse aspecto, isso caminha, e esse plano está em vias de ser concretizado para que os

servidores tanto da Coreg, quanto do Rio de Janeiro passem por processo de treinamento para saberem a forma de saída, por onde sair, qual o caminho mais... Isso porque os prédios são muito grandes. Então, qual seria, em determinadas áreas, a melhor estratégia de evacuação.

Eu não sei, Senadora, se...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estou satisfeita, estou satisfeita.

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – ...eu lhe respondi sobre os dados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyrro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Dr. Jaime.

Eu queria só complementar, perguntando se os servidores já receberam essas respostas dos dois escritórios dirigidos a V. S^a, e também se esses R\$27,4 milhões, para 2013, já fazem parte de toda essa reestruturação no sentido de tornar esse prédio apropriado, já que ele foi uma adaptação.

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Respondendo a parte final da sua indagação, Sr. Senador, dos R\$27 milhões que nós temos de dotação nesse período, há uma parte, pouco mais de R\$2 milhões, que é para resolver o problema dos telhados, das empenas, das calhas e dos escoadouros das águas. Isso está lá previsto. O que está previsto para um investimento mais massivo na instituição, não só para melhoria das condições de segurança eletrônica, mas também da segurança física, está no orçamento que foi encaminhado pelo Arquivo Nacional e está sendo encaminhado para a SOF, agora, na sexta-feira, consolidado, para o Orçamento de 2014, quando o Arquivo dobrará seu orçamento, passando para R\$42 milhões. Nesses R\$42 milhões estão previstas todas as obras necessárias: a acurção física da parte edificada da instituição, continuação dos investimentos em tecnologia da informação e contratação de uma empresa de manutenção predial, o que nós não temos. Nós temos pequenos serviços, um pouco de serviços ocasionais. O que nós queremos, nessa proposta orçamentária, é que tenhamos um plano, uma empresa contratada, que faça a manutenção dessa cumeeira enorme, que tem quase 5 mil metros quadrados de área construída de telhado, com telha francesa, cujo suporte é de ferro. O barro com o ferro trabalha de maneira diferente: as telhas se movimentam, e a gente precisa de uma atenção diuturna.

Então, essa previsão mais ampla está prevista lá. Todas as informações são colocadas na página interna do arquivo, na intranet. Agora, quando eu recebo as comunicações das Associações dos Servidores, eu as encaminho às áreas, que se encarregam de responder.

Então, nesse momento, se eles estão afirmando, eu, voltando, vou apurar por que não foram dadas respostas, se não deram. E isso é o que eu não posso afirmar, porque elas são encaminhadas diretamente para a área cuja demanda tem condições técnicas para responder.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que é também coautor deste requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente Cyro Miranda, Ministro José Eduardo Cardozo, que nos honra aqui com a sua presença, Dr. Jaime da Silva, eu creio que as questões referentes ao Arquivo Nacional foram esgotadas.

Trata-se de um assunto específico. Diz respeito à deterioração de documentos e de um patrimônio público histórico-cultural importantíssimo, e já ouvimos respostas. Certamente poderíamos aprofundar um pouco em relação a valores, a recursos que serão aplicados, tempo para reforma, etc.

No entanto, eu gostaria de aproveitar a presença do Ministro José Eduardo Cardozo, que certamente não se furtará a responder outras questões que dizem respeito a sua Pasta, não propriamente relativas ao Arquivo Nacional, mas também a um patrimônio público, já que diz respeito à utilização de recursos públicos num programa emblemático, essencial, que tem sido sobremaneira utilizado pelo Governo como um dos seus grandes feitos. Eu me refiro ao Bolsa Família. Quando do escândalo mais recente com um volume extraordinário de pessoas às portas das agências bancárias para recebimento do Bolsa Família, o Ministro imediatamente determinou a instauração de inquérito da Polícia Federal para apurar responsabilidades em função das denúncias veiculadas pela imprensa no País.

Uma Ministra de Estado chegou a atribuir à oposição a utilização de má-fé de um programa que alcança milhões de brasileiros na faixa da pobreza.

O inquérito foi concluído recentemente. A oposição, obviamente, foi excluída de qualquer responsabilidade em relação ao fato, mas não há responsabilização de quem quer seja. E a Presidente Dilma foi taxativa, peremptória, no dia 17 de maio, se não me falha a memória, em Recife, quando afirmou tratar-se de crime. Ela foi enfática. Ela foi contundente, veemente. Afirmou tratar-se de crime. Pois bem, houve o crime, mas não existem os criminosos.

Nós estamos nos acostumando a esse conceito no Brasil dos últimos anos: admite-se a existência do crime, mas não se admite a existência dos criminosos. É evidente que o Ministro pode nos informar se outras providências serão adotadas. Houve uma representação da Oposição ao Procurador-Geral da República,

para instauração do inquérito judiciário, a fim de que os fatos fossem apurados.

Creio que seria importante a própria presença do Ministro, afirmando seu apoio a essa investigação, porque obviamente não podemos esquecer esse fato repentinamente, com a conclusão de um inquérito da Polícia Federal. A Polícia Federal merece aplausos porque concluiu o inquérito rapidamente, foi célere, não guardou nas gavetas e apresentou um resultado conclusivo, mas não nos satisfaz, porque fica implícito que há responsabilidade não apurada nos quadros da Caixa Econômica Federal. As irregularidades devem ter origem nos quadros funcionais da Caixa Econômica Federal. Então, eu creio que a continuidade da investigação por meio do Ministério Público se faz necessária. E, obviamente, se o Governo tiver esse interesse e o Ministro da Justiça determinar que isso é vontade política do Governo, nós teremos maiores possibilidades de ver o Ministério Público atuando para chegar à responsabilização. Se houve crime, tem que haver responsabilização criminal e, obviamente, se a palavra da Presidente tem essa força, nós aguardamos que essa responsabilização ocorra.

Portanto, eu gostaria de ouvir o Ministro com as minhas homenagens.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PT – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, é bom lembrar, e eu sei que todos nós sabemos disso, mas não prejudica lembrar que o Ministro veio a esta Comissão, convocado que foi, para falar especialmente sobre a questão do Arquivo Nacional. Ele não está aqui convidado, como a gente costuma fazer. Ele está aqui convocado pela Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Só para fazer uma correção: eu deixei à vontade. Havia uma convocação e um convite para que o Ministro escolhesse, e ele, então, marcou a data.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PT – AM) – Ah, é bonito, porque, se ele escolhe o convite, e não a convocação, ele cai no Regimento Interno, segundo o qual ele tem um prazo estipulado! Não, Sr. Presidente, isso não existe.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Tem toda a razão. Pelo Regimento...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PT – AM) – Pelo Regimento, o assunto é específico.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Específico. Exatamente. Eu deixo a deliberação ao Ministro.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PT – AM) – Ele que decide, mas é bom que fique registrado. Eu mesma não pedi a palavra, porque...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu quero contraditar a questão de ordem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PT – AM) – ... me senti satisfeita, me considere satisfeita com as perguntas de V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, e com as respostas do Sr. Ministro. Então, não entrei na matéria por uma questão de gentileza, não só pela questão do cumprimento do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – V. Ex^a tem toda a razão. O Regimento, realmente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É evidente que eu também tenho a exata noção do que significa a presença do Ministro aqui e, obviamente, a prioridade é Arquivo Nacional. Mas, respeitosamente, eu fiz o questionamento, deixando o Ministro à vontade. Ele responde se desejar. Não há necessidade da defesa da Senadora Vanessa Grazziotin, que é uma grande advogada de defesa...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PT – AM) – Não é defesa, Senador Alvaro. Não é defesa, porque é óbvio que o Ministro vai responder a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Ministro José Eduardo Cardozo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu só queria lembrar que eu também estou inscrito. Cheguei aqui às sete horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Tem razão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Ministro José Eduardo Cardozo tem o meu respeito. Aliás, se há alguém no Governo que tem o meu respeito, é esse Ministro da Justiça. Portanto, em momento algum a minha pretensão foi levá-lo ao constrangimento. Eu sei que ele tem preparo, talento para responder a qualquer questionamento e não ficaria constrangido diante de questões dessa natureza. Ao contrário, eu estou contribuindo para que o Ministro tenha uma oportunidade a mais de esclarecer o povo brasileiro

sobre esse episódio. Mas ele fique à vontade e responderá se desejar.

E, quanto ao Paulo Paim, nós já sabemos que ele é madrugador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O Ministro fique extremamente à vontade se quiser ou não responder.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Claro. Bem, eu não posso deixar, neste momento, de saudar o Senador Alvaro Dias, meu querido amigo de longas jornadas e grandes debates. Quase sempre nós divergimos, mas do respeito e do carinho que tenho por S. Ex^a ele sabe. É uma coisa que foi cultivada e permanece através dos anos. Eu não poderia deixar de homenageá-lo com uma resposta.

Nesse caso, Senador, o que nós tivemos? Assim que aconteceram os fatos, eu determinei a abertura de inquérito policial e, logo nos primeiros dias, algumas situações se colocaram ao investigador, no caso o delegado responsável, que mostrava uma série de situações nos mesmos horários coincidentes em vários Estados, o que nos levava a ter várias frentes de atuação e de investigação. Uma delas vazou, inclusive, pela imprensa.

Havia depoimento que dizia que uma empresa de *telemarketing* havia informado que o Bolsa Família estava acabando. Está nos autos do inquérito. E, com base nisso, a Polícia Federal atuou na perspectiva de descobrir que empresa seria essa, pedindo, inclusive a quebra do sigilo telefônico da pessoa que declarou, que voluntariamente o colocou à disposição da Polícia Federal. Só que, por uma série de contingências, que, óbvio, estão no inquérito, não se chegou a um resultado se esta empresa teria encaminhado ou não, embora a pessoa dissesse que recebeu essa mensagem.

Foram ouvidas mais de cem pessoas pelas diferentes equipes da Polícia Federal. E o que se detectou no inquérito? Que foram vários boatos simultâneos, sendo impossível você determinar a causa. E o delegado que faz o inquérito diz que foi um conjunto de circunstâncias que levou a isso, não sendo possível dizer uma fonte que pudesse identificar a autoria específica dessa situação, quaisquer das situações. Uma própria emissora de televisão nos havia encaminhado outra declaração de uma pessoa dizendo que também havia recebido uma empresa de *telemarketing*.

Agora, o que é muito importante precisar, Senador, é que todas as frentes de investigação foram seguidas, sendo que não foi possível encontrar indício de quem quer que seja tido como autor de um ilícito. E eu me recordo – e faço aqui a homenagem à Polícia Federal – de que, logo que nós abrimos o inquérito policial e que vazou a informação do *telemarketing*,

houve quem dissesse que eu estava orientando politicamente a Polícia Federal para chegar a um resultado de natureza política. Naquele momento, eu fiquei muito irritado, Senador, porque eu me lembrava das palavras do meu querido amigo e seu amigo, Senador Aloysio Nunes, ex-Ministro da Justiça, que sempre me lembra – e me lembrou outro dia aqui, numa comissão do Senado – que, quando qualquer inquérito da Polícia Federal ocorre, se os investigados são amigos, se afirma que o Ministro não tem controle da Polícia Federal, e se os investigados são inimigos, se afirma que o Ministro tem o total controle e está orientando a investigação em relação a inimigos.

Portanto, a situação do Ministro da Justiça nem sempre é das mais confortáveis, porque ou ele controla ou ele não controla, mas ele é sempre acusado de algo nesses casos. E fiquei muito irritado à época, quando vi os jornais, inclusive até colonistas, dizendo que eu estava orientando a Polícia Federal para chegar a um autor desse delito que pudesse qualificar um complô político, o que evidentemente eu jamais faria e, graças a Deus, mesmo que quisesse – o que jamais quereria –, teria poder para fazê-lo. Porque, ao longo desses anos, a Polícia Federal se constituiu como uma polícia republicana, totalmente afastada de injunções políticas ou de orientações, totalmente voltada a ser uma polícia de Estado, independentemente do governo que está lá num certo momento.

Então, muitas vezes... Eu me recordei uma vez Senador, que falaram o seguinte para mim: “Mas o senhor não controla a Polícia Federal?” Foi em uma das operações. E eu disse: “Mas eu tenho que controlar? Acha os senhores que é função do Ministro da Justiça controlar a Polícia Federal?” É isso que uma República e um Estado democrático esperam da sua polícia ou do seu Ministro da Justiça? Às vezes, a cultura que se acumulou historicamente, querido Senador Agripino, faz com que as pessoas achem que há sempre uma conspiração, um maquiavelismo por trás nas condutas que um Ministro tem frente à Polícia Federal. Não é verdade. A Polícia fez um trabalho sério, um trabalho competente, disse que não foi possível – olha, foram mais de cento e... Como o objeto não era esse, Senador, eu não trouxe aqui o relatório, mas convido V. Ex^a, se me der a honra, a me visitar no Ministério da Justiça, ou eu o visito aqui no Senado, e mostrarei o relatório. Foram centenas de pessoas ouvidas. Mais de uma centena, não centenas, mas mais de uma centena de pessoas foram ouvidas, e todas elas apontando situações diferentes, das mais diversas. Primeiro se fez uma listagem dos primeiros saques, porque obviamente os primeiros saques são os que estariam mais perto das fontes primárias dos boatos, para que se chegasse... E

era um fulano disse, fulano falou, há essas pouquíssimas... Há essa declaração de *telemarketing*, mas... Ou seja, há um conjunto de situações que talvez tenham concorrido para isso, essa é a conclusão a que chega o delegado de polícia.

E nessa perspectiva foi encerrado o inquérito, esse encerramento do inquérito foi ao juiz, o juiz vai avaliar, o Ministério Público também vai avaliar se há providências complementares. Se o Ministério Público entender que há outras investigações, a Polícia Federal cumprirá fielmente. E, claro, qualquer outra informação que possa levar a um esclarecimento adicional no que a Polícia Federal investigou, pode ter certeza V. Ex^a, a Polícia Federal independentemente da minha orientação, irá atuar, irá chegar a esse resultado.

Agradeço imensamente a V. Ex^a pela oportunidade que me dá de dizer isso. O que posso dizer é o que, o tempo inteiro, para a imprensa, nós afirmamos: há várias linhas de investigação, todas foram seguidas, e concluiu S. S^a o delegado de polícia responsável que foi uma coincidência de vários fatores que incidiram sobre a hipótese. Agora, claro, surgindo fatos novos, seguramente se chegará a uma nova investigação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Ministro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Agradeço, Senador, e é sempre uma honra responder as perguntas sempre bem postas de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Ministro, pela...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado.

Agradeço e tenho certeza de que este assunto ainda não se esgotou.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – ... sua boa vontade e deliberação.

Pois não, Senadora Ana Amélia, antes do...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A respeito disso, eu só queria cumprimentar o Ministro José Eduardo Cardozo pela elegância e pela atitude que teve, peça transparência, que é tão importante no fortalecimento democrático, e pelo respeito que V. Ex^a está demonstrando a esta Casa. V. Ex^a foi Parlamentar, foi Deputado, então, este é o convívio que, particularmente, faço questão de registrar. E gostaria que V. Ex^a transmitisse, porque é o Chefe maior da Polícia Federal e pela atitude republicana que teve nesse episódio – nesse e em outros – que tenho sempre registrado que a Polícia Federal é uma das instituições mais respeitadas de nosso País.

Então, a despeito de, eventualmente, haver dúvidas dessa situação que V. Ex^a, no começo da sua resposta, mencionou, eu queria, então, renovar os

cumprimentos como cidadã e como Parlamentar, à atuação republicana da Polícia Federal nesse episódio, mas renovando os cumprimentos pela forma como V. Ex^a respondeu o questionamento feito pelo Senador Alvaro Dias. Fico muito honrada e muito feliz de ver um agente público tendo essa atitude.

Parabéns, Ministro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Aliás, essa é a marca registrada deste Ministro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – A lisura e a transparência.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Muito obrigado, por mim e pela Polícia Federal, agradeço as palavras de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra, a seguir, ao próximo inscrito, o Senador Paulo Paim, que, desde as 7 horas da manhã...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – ... está no Congresso, mas na Comissão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É que atendo no cafezinho do Senado todas as manhãs...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – ... a partir das 10h da manhã. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... Vereadores, Prefeitos, depois, vim para a fila e tive a alegria de vir caminhando, inclusive, com o Ministro da entrada do plenário do Senado até esta Comissão.

Mas, Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda; Ministro José Eduardo Cardozo; Diretor-Geral do Arquivo Nacional, Jaime Antunes da Silva, primeiro, quero dizer que, quando aqui foi aprovado o requerimento, eu estava presente na reunião, e fiz questão de insistir que não precisava convocar, que bastava um convite. Conheço V. Ex^a há muito tempo, acho que V. Ex^a é o Ministro que mais veio ao Senado. Todas as vezes que foi convidado, veio, e de forma, como falou a Senadora Ana Amélia, gentil, atendeu a todos. Já estivemos, inclusive, lá no seu gabinete, e fomos recebidos com a mesma cortesia de sempre. Eu disse que convite ou convocação, não teria problema, e foi essa a decisão do Senador Cyro Miranda naquele momento, porque sei que V. Ex^a viria e seria uma reunião de homenagem a V. Ex^a, como está sendo. E que bom, pois sinto-me contemplado aqui, nesta homenagem, na questão do Arquivo Nacional, que, além de tanto V. Ex^a como o Diretor terem explicado, recebi aqui por escrito.

Confesso que, aqui, no meu celular, vi a pergunta: “Mas o que foi? Foi incêndio? Foi água? O que foi?” Respondi que houve um problema de água, pelo que percebi, e as providências foram tomadas, está aqui explicado detalhadamente. E que bom! Alguém me disse: “Mas tem alguma coisa a ver com Santa Maria?” Eu disse: não tem coisa nenhuma a ver. É que as pessoas estão assistindo, às vezes não entendem bem o que está acontecendo. Mas por que o Ministro está aí? O Ministro está aí porque houve uma convocação feita aqui nesta Comissão, uma convocação, e toda convocação, para mim, é justa. Tenho um princípio, e, às vezes, falo da história da CPI. Toda CPI alguém provoca, então, vamos ver por que provocou, a convocação é justa.

E, pelo outro lado, na pergunta feita aqui, quero cumprimentar também V. Ex^a, eu sabia que V. Ex^a não teria outra posição a não ser esta, V. Ex^a, que foi Presidente da Câmara de Vereadores de São Paulo, V. Ex^a, que foi o Deputado, eu diria, com mais prestígio no Estado de São Paulo, porque acompanhei sua vida lá, e acompanhei aqui como Deputado Federal, até quando V. Ex^a, um dos Deputados Federais de mais prestígio na Casa, respeitado por todos, resolveu concorrer. Daí, a Presidenta, num gesto de sabedoria, convidou-o para ser Ministro da Justiça.

Quanto à pergunta feita com relação ao Bolsa Família, dou-me o direito de falar porque tenho falado publicamente. Houve precipitação de algumas informações? Houve. Houve, por exemplo, da minha querida amiga Ministra Maria do Rosário. Querida amiga, mas foi uma precipitação, e depois ela, naturalmente, recolheu a sua posição e ficou esperando o resultado do seu Ministério. E aqui, de forma muito tranquila, V. Ex^a explicou o que estava acontecendo.

Eu, que tenho um vínculo muito grande com a questão social, a primeira vez que deu o impacto, eu confesso que eu perguntei: “Prejudicaram o povo? Prejudicaram os trabalhadores? Tiraram dinheiro deles?”. Aí, aqui há uma manchete que o Senador Suplicy me mostrava casualmente. A manchete é o contrário: “Caixa antecipou o pagamento”. É a primeira vez que alguém erra para o bem. Erraram para o bem. “Caixa antecipou o pagamento do Bolsa Família”. Não devia, não devia, claro, aqui explica direitinho, a *Folha* foi muito feliz, mas, pela primeira vez, eu vejo um erro para o bem, pelo menos, antecipando o pagamento para aqueles que mais precisam. É claro que com todo erro a gente não tem que concordar, mas eu diria que eu, que brigo tanto com algumas coisas, e sempre falam “não há dinheiro, não há dinheiro, não há dinheiro”... Nessa questão da Caixa, o erro, pelo menos, foi para o bem, a Caixa antecipa o pagamento do Bolsa Família.

Nós sabemos que quem recebe Bolsa Família são hoje 12 milhões de famílias e sabemos o quanto que é importante isso. Eu falo isso com a maior tranquilidade...

O SR. EDUARDO SUPICY (Bloco/PT – SP) – Treze milhões e quase novecentos mil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – São quase 13,9 milhões, ajusta aqui o número o meu querido Senador Suplicy. Eu falo com a maior tranquilidade, porque, mesmo quando eu era sindicalista, Senador José Eduardo Cardozo, o Presidente Sarney tinha um programa de leite. Aí, na época, aquela história dos conciliadores ou não... Calcule, eu era sindicalista e estou com quase 30 anos no Congresso. Então, que ano foi isso? Mas havia um programa de leite, e muitos queriam acabar com o programa de leite, com aquele discurso: isso é clientelismo. Agora, você não sabe o que não é ter leite para tomar de manhã. Eu não sou contra, vou continuar defendendo até que o nosso povo tenha salário para poder não faltar leite. E o Bolsa Família, para mim, é um programa belíssimo, que atende a quem está passando fome, a quem está desesperado, para quem o Bolsa Família é a salvação.

Mas, enfim, não quero falar muito, só quero dizer, Senador José Eduardo Cardozo, e cumprimentar aqueles que tiveram a iniciativa de trazer esse debate, que a questão está resolvida pelas respostas dadas em relação ao Arquivo Nacional. E talvez, do Arquivo Nacional eu perguntaria... Porque eu acho que quem está lá ouvindo pode imaginar: “Nesse período todo”, e aqui mesmo no Senado, “nós temos tudo já no computador, respondendo, perguntando, já não se usa quase papel”. A pergunta que eu faria, olhando para frente, é, sabendo que as questões – está aqui escrito – foram resolvidas, se há um programa – não é nem para mim, é para que as pessoas que estão assistindo possam ouvir dos senhores, quem sabe do Diretor – de digitalização, para que tudo isso vá para um sistema *on-line*, computador, para que as pessoas de casa possam fazer toda a pesquisa, e nós não termos o problema de, amanhã ou depois, algo de fato poder acontecer, não por uma questão de chuva, porque isso é mais difícil, pelas medidas que tomaram, mas, infelizmente, os incêndios estão acontecendo. A pergunta que eu faço, e é só essa pergunta: olhando para frente, há um programa, há já orçamento, há perspectiva de tudo isso ser digitalizado? É isso só, e meus cumprimentos, Senador José, meu querido Ministro, é uma alegria, é uma reunião de homenagem a V. Ex^a, e eu fico muito feliz com isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Ministro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Eu agradeço a V. Ex^a pelas palavras. V. Ex^a sempre foi um Parla-

mentar por quem eu não só tive um profundo respeito – sabe V. Ex^a disso –, mas um carinho entre aqueles tantos Parlamentares que nós temos no nosso mesmo Partido. Então, Senador Paim, muito obrigado pelas palavras, e o Ministério da Justiça, enquanto lá eu estiver, estará sempre à disposição de V. Ex^a para atendê-lo, ouvi-lo, seja nas reclamações, seja nas manifestações como essa que V. Ex^a, carinhosamente, me faz.

Eu pediria que o Diretor-Geral do Arquivo Nacional, Dr. Jaime, respondesse.

O SR. JAIME ANTUNES DA SILVA – Eu agradeço a pergunta do Senador Paim, para conversarmos um pouco sobre o que significa esse patrimônio. O Arquivo Nacional tem, ao todo, 60 quilômetros de estanteria ocupada com acervo em papel, além de 2 milhões de fotografias e negativos fotográficos e 80 mil matrizes de filmes, além de cartas, cartas geográficas, etc.

Mas, durante muito tempo, o suporte da informação é papel. Então, pela legislação brasileira, os documentos em papel produzidos pelo governo que sejam considerados de valor histórico são inalienáveis e imprescritíveis, ou seja, não é possível que, mesmo digitalizados, eles sejam eliminados. Eles têm que ser preservados.

O que o Arquivo vem trabalhando, já há dois anos, é com um programa chamado Arquivo Nacional Digital, que é não só a digitalização do seu acervo, daquilo que é mais demandado, para disponibilizar *on-line* para o pesquisador, mas também a preparação para receber os documentos produzidos em meio digital pelo Governo Federal, como os documentos natodigitais, porque eles têm que ser produzidos de uma tal maneira, com qualidade arquivística, para que seja garantida a sua longevidade, que em qualquer momento em que qualquer cidadão ou pessoa deseje vê-lo ele se apresente com o máximo de autenticidade possível.

Então, isso é um programa que o Arquivo Nacional já regulamentou em termos de instrumentos técnicos, e o Governo Federal começa a trabalhar numa modelagem de governo sem papel, no sentido da produção de processos digitais. Isso não só facilita a comunicação, mas aumenta, enormemente, a nossa responsabilidade, porque a preservação digital não é barata e vai exigir muitos investimentos, para que possamos garantir que esses registros não se percam e que estejam disponíveis a qualquer cidadão, a qualquer pessoa, a qualquer investigador no tempo em que eles desejarem, mesmo tendo sendo produzidos de maneira digital. Então, isso é uma preocupação presente e acho que, tecnicamente, é o caminho, porque nós estamos no mundo digital.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem. Eu quero só agradecer a V. Ex^a pela resposta. Não te-

inho mais nada a perguntar e quero cumprimentar a ambos, tanto o Ministro como o Diretor Jaime.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado. Antes de passar...

Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria só, como o Ministro foi tão aberto a sairmos um pouco fora da pauta... Nós estamos aí vendo e acompanhando o noticiário sobre a Jornada da Juventude. Como envolve uma questão tão relevante, se o Ministro pudesse dar uma palavra sobre qual é a competência do Ministério, sobre o que está fazendo em relação à Jornada da Juventude, que é uma coisa que está botando o Brasil... O Brasil está...

O problema, Dr. Júlio, é que não está funcionando o nosso sistema de áudio.

Apenas, porque é um evento que está chamando a atenção do mundo inteiro, acho que o senhor poderia dar alguma informação relevante sobre isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Claro, eu agradeço, Senadora.

O Ministério da Justiça, na Jornada e na visita do Papa, tem um papel relacionado à área de segurança pública. Nós criamos, no Ministério da Justiça, a Secretaria de Grandes Eventos e, no decreto presidencial que a criou, a Jornada faz parte das suas atribuições.

Nós temos trabalhado muito com o Ministério da Defesa, ou seja, a integração de atividades que são das Forças Armadas e as que são do Ministério da Justiça, respeitadas as linhas hierárquicas de comando, tem sido muito bem feita, como revelou agora a Copa das Confederações. Da mesma forma, nós atuamos de maneira integrada com a segurança pública dos Estados, especificamente, agora, na Jornada e na visita do Papa.

O Papa Francisco visitará dois Estados, Rio de Janeiro e São Paulo, Aparecida do Norte. Todo o plano de segurança foi feito de comum acordo. Eu próprio estive com o Secretário Beltrame várias vezes. Estive com o Secretário Beltrame, na última quinta-feira, pela manhã no Rio de Janeiro, verificando se a situação estava em ordem ou não. Ainda hoje, antes de vir para esta audiência, tive a oportunidade de conversar com autoridades do Vaticano sobre detalhes do plano. Nós ainda temos alguns pontos a tocar, a acertar, mas a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança e a própria Polícia Rodoviária Federal, que são as forças do Ministério da Justiça, em conjunto com as Forças Armadas, estão atuando muito fortemente nesse plano, para que nós tenhamos uma Jornada segura.

Nesse caso, inclusive, as Forças Armadas terão uma atuação na missa que for rezada por Sua Santidade. Haverá aquilo que nós chamamos de Garantia da

Lei e da Ordem (GLO), porque, no entendimento com o Estado do Rio de Janeiro, para que nós tivéssemos um efetivo maior e o Estado do Rio de Janeiro pudesse alocar para a Jornada o efetivo, as Forças Armadas é que terão o comando especificamente desse momento da missa, na GLO.

Mas nós esperamos que saia tudo bem. Para o Brasil, é muito importante que saia tudo bem. Nós estamos nos esforçando nessa parte de segurança, com um entendimento muito bom com o Secretário Beltrame, no Rio, com o Secretário Grella, em São Paulo, e, oxalá, Senadora, nós possamos ter esse evento realizado na santa paz de Deus, com a presença do Papa, a primeira viagem que ele vem, e com a presença do Santo Padre aqui entre nós.

Muito obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Ministro.

Antes de passar a palavra para o Senador Eduardo Suplicy, que é o último inscrito, eu só gostaria de registrar as presenças que já estiveram aqui, do Deputado Luis Carlos Heinze, Deputado Federal do PP do Rio Grande do Sul; de Marivaldo de Castro Pereira, Sr. Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Sr^a Bárbara Lobato, Assessora Especial do Ministro da Justiça; e o Sr. Leandro Guimarães Guedes, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça.

Informo, ainda, às Sr^{as} e Srs. Senadores que está convocada uma reunião extraordinária destinada à votação de três requerimentos logo após essa audiência, porque os requerentes estão presentes.

Então, passo a palavra, com muito prazer, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda, meus cumprimentos pela Comissão de Educação estar realizando esta audiência; querido Ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça; Sr. Diretor-Geral do Arquivo Nacional, Jaime Antunes da Silva, eu quero começar com um testemunho positivo, porque ambos vêm falar aqui sobre o Arquivo Nacional, as providências que já foram esclarecidas. Ainda na semana passada, uma cidadã, pesquisadora, solicitou a atenção da Sr^a Coordenadora-Geral do Arquivo Nacional, Maria Esperança de Resende, e me informou que foi muito bem atendida, recebida para realizar a pesquisa que precisava ser realizada no Arquivo Nacional, nos arquivos do SNI, a respeito de tudo aquilo que havia acontecido ao longo da história com o seu pai, o Professor Dalmo de Abreu Dallari.

A Sr^a Mônica Bohomeletz de Abreu Dallari passou a semana passada inteira no Arquivo Nacional, na sede em Brasília, e teve do funcionário Raynes e da

Sr^a Maria Esperança de Resende toda a atenção para fazer uma pesquisa e, inclusive, recebeu a informação de que, até outubro, estarão totalmente digitalizados os arquivos do SNI, o que é uma notícia para facilitar o acesso de informações a todos que desejam fazer pesquisas. Até ela me pergunta se a disponibilidade, então, destes arquivos digitalizados estarão tanto acessíveis aqui, na sede do Arquivo Nacional em Brasília, como também no Rio de Janeiro. Também, então, essa é uma informação relevante. Eu queria dar esse testemunho muito recente da atenção dos que trabalham no Arquivo Nacional.

Mas gostaria, também, de aproveitar a presença do Ministro José Eduardo Cardozo, pois, nesses últimos dez dias, nós tivemos aqui, como um dos assuntos de maior atenção dos Senadores, o caso da revelação, pelo Sr. Edward Snowden, das comunicações, sejam as telefônicas, sejam as feitas por *e-mail*, pela Internet, etc., de cidadãos brasileiros, o que, conforme V. Ex^a e a própria Presidenta e o Ministro Patriota expressaram – inclusive, o Ministro Patriota, na semana passada, aqui expressou isto –, constitui uma violação dos direitos expressos no art. 5º da Constituição, inciso XII, e que não poderemos ter, a não ser por decisão da Justiça, violadas a nossa correspondência e comunicação telefônica, e assim por diante.

Então, vem a reflexão. Perguntaria ao Ministro José Eduardo Cardozo, já que a própria Presidenta, juntamente com os Presidentes do Mercosul, há poucos dias, em Montevideu, ressaltou que se cometeu uma ilegalidade com respeito aos direitos de cidadãos do nosso País, inclusive, se considera adequado que se possa prover o direito de asilo ao Sr. Edward Snowden.

Fico pensando com um sentido maior. Seria adequado refletir junto ao Presidente Barack Obama, ou eu diria levar um apelo possivelmente de chefes de estado, eventualmente da Presidenta Dilma, em diálogo com o Papa Francisco na semana que vem, a fim de ponderar com o Presidente Barack Obama, pois, afinal de contas, o Sr. Edward Snowden, quando resolveu informar à humanidade a respeito de direitos que estavam sendo violados, prestou um bem maior. Assim, não seria o caso de pedir ao governo dos Estados Unidos, ao Presidente Barack Obama que haja a compreensão devida – do presidente e daquele Congresso – e que, ao invés de querer condená-lo, prendê-lo e assim por diante, mas, como a vontade da maior parte da humanidade é conceder o asilo, que ele possa ser objeto de uma anistia?

Seria isso uma atitude muito ousada, querido Ministro José Eduardo Cardozo? É a pergunta que eu aqui faço, sem ser do tema, mas já que o Senador Alvaro Dias foi... Acabei me permitindo fazer esta pergunta.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Com a compreensão da Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu queria pedir a palavra pela ordem e tendo total compreensão, pois não quero ser antipática, mas esta reunião foi convocada e eu fui informada que, após esta, haverá outra para deliberação...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – De dois requerimentos.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ...e, em função do horário, tenho interesse na reunião deliberativa, tenho matéria, tenho um requerimento, mas estou começando a me sentir impedida de permanecer na Comissão, com outras tarefas para acompanhar, em função de estarmos alongando esta reunião.

Assim, quero sugerir, se nenhum Senador tiver outra pergunta, já que a última pergunta foi a do ilustríssimo, do queridíssimo, melhor dizendo, Ex^{mo} Senador Eduardo Suplicy, que, logo após a resposta, pudessemos encerrar e começar a reunião deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu entendo a sua preocupação, Senadora...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu própria sou da área de direitos humanos e teria um caderno de cem páginas para inquirir o nosso Ministro. Se for esta a intenção, eu desmarco agora os meus compromissos e ficamos aqui a tarde inteira.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Vou deixar bem claro. Primeiro, esta reunião até que está sendo rápida, porque normalmente as audiências públicas terminam uma ou duas horas da tarde. Mas não poderíamos deixar de aproveitar esta oportunidade com a simpatia, a lisura e a transparência do Ministro... No entanto, vamos apressar e fazer um convite para que ele volte uma próxima vez, quando teremos a manhã e a tarde inteira.

Portanto, agradeço o Senador Eduardo Suplicy e passo a palavra ao Ministro José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Quero agradecer a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, pela oportunidade da pergunta.

Logo que nós tivemos conhecimento da incidência no Brasil das declarações, das informações passadas pelo Sr. Snowden, a Presidência da República determinou a tomada de importantes medidas, em face da própria natureza das revelações, que atingiam não só o Brasil, mas vários países do mundo.

Em primeiro lugar, a Presidenta orientou os ministros de todas as áreas a tomarem algumas iniciativas. A primeira delas foi tomada pelo Itamaraty, através do

Ministro Antonio Patriota, que solicitou ao embaixador norte-americano explicações sobre os fatos que estavam sendo amplamente noticiados.

O embaixador norte-americano prestou algumas informações, que, até o momento, como o próprio Ministro Patriota ontem declarou, não nos satisfazem por completo. Por essa razão, o Governo brasileiro vai instar, mais uma vez, o Governo americano para que nos informe, mais detalhadamente, em relação às ocorrências que podem, no direito brasileiro, sem sombra de dúvida, qualificar a violação do art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal.

Da mesma forma, o Ministério da Justiça determinou à Polícia Federal a abertura de um inquérito policial, porque a interceptação de dados feita em desconformidade com a ordem jurídica brasileira qualifica crime, e temos de verificar se, em território nacional, houve algum tipo de ação dessa natureza, de colaboração, que pudesse submeter eventuais infratores à legislação brasileira.

Da mesma forma, o Ministério das Comunicações instou a Anatel a que procedesse a uma investigação rigorosa dos fatos para verificar se, em alguma medida, empresas ou instituições brasileiras poderiam ter ofendido a lei em algum tipo de situação que, obviamente, esses fatos poderiam indicar.

Ao mesmo tempo, Sua Excelência a Presidente da República determinou a constituição de um grupo técnico para subsidiar tanto o diálogo com o Governo norte-americano, como as investigações da Polícia Federal, como a investigação da Anatel, bem como, ainda, outras medidas que podem ser tomadas, no plano do aperfeiçoamento dos textos legislativos brasileiros, que, nos tempos atuais, exigem certo aprimoramento. A própria Câmara dos Deputados, hoje, discute o Marco Civil, que é um projeto de lei muito importante em relação a essas questões. Esse grupo técnico foi, então, formado para subsidiar todos esses campos de intervenção, se necessário for, do Governo Federal.

Esse grupo de trabalho é formado pelo Ministério da Justiça, pelo Ministério da Defesa, pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo Ministério das Comunicações, pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e, obviamente, a Abin, que o integra, e também pela Assessoria Especial da Presidência da República, na parte internacional, que é coordenada pelo Prof. Marco Aurélio Garcia. Esse grupo tem se reunido e tem subsidiado, na parte técnica, as iniciativas governamentais.

O que posso dizer, Senador, diante desse quadro todo, é que, nessa parte das relações exteriores, essa matéria tem ficado afeta ao Itamaraty. Embora tenhamos um grupo de trabalho em conjunto, é o Itamaraty

que faz as gestões e que, a partir das orientações presidenciais, desenvolve as políticas nessa área.

Por essa razão, até com receio de adentrar em área alheia... Aliás, costumo brincar, Senador, e dizer que o Ministério da Justiça tem atividades das mais díspares. O Ministro Nelson Jobim dizia que nós vamos da toga à tanga, porque nós vamos das relações com o Poder Judiciário até a Funai, passando pelas polícias, pelos presídios, pelo Direito do Consumidor, pelo Arquivo Nacional. Então, tenho um leque de atividades imenso. Por isso, tomo muito cuidado para não trazer para mim atividades de outros ministérios, o que, obviamente, não só seria uma deselegância da minha parte, como também seria chamar mais uma atribuição, e, sinceramente, eu já tenho muitas.

Então, eu pediria a V. Exª que, talvez, pudesse dialogar com o Ministro Patriota para verificar outras formas de gestões, que, no plano internacional, possam ser feitas nesse caso. Mas agradeço, imensamente, a V. Exª a oportunidade da pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a presença do Sr. Ministro.

A ansiedade que esta Comissão tinha era pela sua presteza, clareza, lisura, aceitando as críticas, aceitando os aplausos, e nos sentimos extremamente satisfeitos com a presença de V. Exª, com quem queremos contar várias vezes. Esta Comissão se coloca à inteira disposição também.

Como também agradecemos a presença do Dr. Jaime Antunes da Silva, Diretor-Geral do Arquivo Nacional, e esperamos que consigamos realmente resolver esse problema, que não foi feito agora, isso já vem de anos e anos, mas vimos aqui que todas as necessárias providências estão sendo tomadas, inclusive ficamos contentes com a evolução das verbas que estão sendo destinadas.

Encerro a presente audiência.

Com a palavra, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não vou fazer pergunta. Só gostaria de pedir a atenção especial do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, para colaborar na apuração do incêndio havido esta madrugada, por volta das quatro horas da manhã, na redação do *Voz da Comunidade* e da pousada do AfroReggae, lá no campo do Alemão, no Rio de Janeiro.

O José Junior expressou que tem indícios claros de que – até porque à uma da manhã ele teria recebido, mas já estava descansando – a notícia de que pessoas haviam invadido a sede lá do AfroReggae, no campo do Alemão, e daí houve um incêndio que, por todos os indícios, foi criminoso. Só queria pedir a atenção do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Fica esse registro. O Ministro também já está tomando as providências.

Agradeço e encerro a 33ª Reunião Extraordinária, agradecendo a presença de todos, e convoco para, dentro de um minuto, a 34ª Reunião Extraordinária, para a aprovação de dois requerimentos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 3 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE JUNHO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia treze de junho de dois mil e treze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Aníbal Diniz, Lídice da Mata, Paulo Davim, Sérgio Petecão, Magno Malta, e Gim. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação das atas da 22ª e 23ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. A seguir, a Senhora Presidenta faz a leitura dos expedientes da Comissão e tece suas considerações iniciais. Passa-se à apreciação da **Pauta Deliberativa**. A Senhora Presidenta propõe a inversão da Pauta que é acatada pelo Plenário da Comissão. **Item 5 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 44, DE 2013**, requer, nos termos do Art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater o tema “Internação Compulsória de Dependentes Químicos em Unidades Terapêuticas”, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Conselho Federal de Psicologia; Marcos Rolim, Especialista; Representante da Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde; Representante da ONG Viva Rio; Representante da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo; Representante da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – Ministério da Justiça. Aatoria: Senador Humberto Costa. **Resultado:** aprovado. O Senador Paulo Paim sugere o acréscimo do nome do Deputado Osmar Terra no rol dos convidados. Diante da sugestão, o Senador Humberto Costa compromete-se a encaminhar nova lista de

expositores. **Item 6 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 45, de 2013**. Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, Requeiro aditamento ao Requerimento nº 27-CDH, de 2013, de minha iniciativa, para sugerir que sejam convidados os nomes abaixo indicados, os quais serão expositores do tema “O Assédio Moral e a Discriminação Sofrida pelos Servidores Federais do Brasil e do Exterior”: Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores; Jones Borges Leal, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF; Leandro Daiello Coimbra, Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal; Claudia Regina Siano Rajewski, Presidenta da Associação Internacional dos Funcionários Servidores Locais do MRE no Mundo – AFLEX; Alexey Van der Broecke, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores – SINDITAMARATY; Leilane Ribeiro de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal – SINPECPF; Valdemar Moreira da Silva Filho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Diretor-Geral da Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas – ANPP – CONREPPV – Nacional; Vicente Almeida, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – SINPAF. Aatoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** aprovado. Às nove horas e cinquenta e dois minutos a Senhora Presidenta passa a Presidência ao Senador Humberto Costa. **Item 7 – Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 46, de 2013**, em aditamento ao Requerimento nº 39, de 2013 – CDH, requer que a lista de convidados para a Audiência Pública que debaterá a regulamentação da Emenda Constitucional dos Trabalhadores e Trabalhadoras domésticos, conforme aprovada no já citado requerimento, seja alterada para a seguinte: Senador Romero Jucá, Senador da República; Representante do Ministério da Previdência Social – MPS; Representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Representante do Tribunal Superior do Trabalho – TST; Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Samara R. da Silva Nunes, Presidenta da Associação Brasileira das Empregadas Domésticas, Trabalhadoras e Trabalhadores do Lar do Distrito Federal e do Entorno – ASBRALE; Simone Vieira da Cruz, Secretária Executiva da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB. Aatoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** aprovado. Às nove horas e cinquenta e oito minutos o Senador Humberto Costa devolve a Presidência para a Senadora Ana Rita. **Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2012** – Não Terminativo – que altera

a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação presumida de Órgãos. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** retirado de Pauta a pedido do Relator para aguardar realização de audiência pública para instruir a matéria. Ficam adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **Item 1 – Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2012** – Não Terminativo – dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da cultura de paz e dá outras providências – Estatuto da Paz. Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** adiado. **Item 2 – Sugestão nº 17, de 2011** – Não Terminativo – que altera o Código Penal, para tipificar o acesso não autorizado a rede de computadores ou sistema informatizado. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010). Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Resultado:** adiado. **Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2012** – Não Terminativo – que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, para estabelecer mecanismo de contratação de mulheres em serviços e obras públicas. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto com três Emendas que apresenta. **Resultado:** adiado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Paulo Davim e Humberto Costa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e seis minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **ANA RITA**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Texto sem revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 22ª e 23ª reuniões. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de darmos início diretamente à pauta, tenho alguns informes que eu gostaria já de passar para os colegas Senadores.

Em atendimento ao ofício encaminhado ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, relativo à existência de graves violações de direitos humanos, nos presídios do Estado de Santa Catarina, como torturas, afogamentos em vasos sanitários, castigos cruéis, etc., esta Comissão recebeu resposta do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, contendo completo relatório sobre o assunto, concluindo: “Ante o exposto, percebe-se que a denúncia advinda da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal possui conexão com outras, tanto daquelas recebidas pela Ouvidoria quanto das realizadas pelo Disque 100.”

Este relatório, encaminhado pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, encontra-se na Comissão de Direitos Humanos à disposição dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras para que possam conhecer o conteúdo deste documento.

Tenho ainda duas informações que eu gostaria de passar. Segundo a Agência Brasil, o Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, dispensou, no dia 11 de junho, a Subprocuradora, Deborah Duprat, do cargo de Vice-Procuradora-Geral. Embora não tenha justificado o seu ato, sabe-se que, na semana passada, veio a público divergência de opiniões oficiais do Ministério Público entre o Procurador e sua Vice. A divergência de opiniões tem previsão legal e os procuradores não são obrigados a seguir a posição de seus superiores hierárquicos.

O primeiro embate de ideias teria ocorrido durante o julgamento no Supremo Tribunal Federal, quando Deborah discordou do parecer de Gurgel contra o projeto de lei que limita a criação de partidos. No dia seguinte, ela se manifestou favoravelmente à proposta que criou mais quatro tribunais federais no País. Gurgel ainda não havia emitido opinião sobre o caso, pois alertava que a questão poderia ser judicializada, e não descartava que a iniciativa poderia partir do próprio Ministério Público.

Quero dizer que sou testemunha do compromisso da Procuradora Deborah Duprat com os direitos humanos e com a democracia, especialmente com as lutas dos povos indígenas à frente da 6ª Câmara da Procuradoria da República. É intolerável a conduta antidemocrática do Procurador-Geral da República que dispensou a Procuradora do cargo de Vice-Procuradora-Geral da República, motivado pela intolerância de ideias divergentes sobre temas da maior relevância para o País. Sem dúvida, a tentativa de impedir o de-

bate democrático, no interior da instituição, abre um importante e perigoso precedente.

Quero, finalmente, externar publicamente nossa irrestrita solidariedade e nos colocar à disposição para, juntos, continuar cerrando fileiras em prol dos direitos humanos, em especial em favor dos direitos indígenas. Então, faço questão de emitir aqui esta opinião, que é a opinião da Presidência da Comissão dos Direitos Humanos, porque a consideramos importante, neste momento. Nós avaliamos que esta postura não foi a mais adequada, considerando que vivemos num País democrático e entendemos que as instituições públicas também devem ser democráticas – por isso, essa nossa opinião aqui hoje.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É só para cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa. A Dr^a Deborah Duprat esteve aqui inúmeras vezes, nesta Comissão, com uma posição muito firme, muito clara e muito transparente na defesa dos direitos humanos. A divergência de opiniões é natural em um Estado democrático de direito. Por isso, também não entendi – não entendi mesmo! – a posição do Procurador.

Lamentamos a posição e entendemos que esta nota – V. Ex^a tem toda a autoridade – seja a nota da Comissão de Direitos Humanos. É claro que não podemos votá-la aqui, porque não há número suficiente, mas, no meu entendimento, a nota que V. Ex^a, neste momento, publica é uma nota da Comissão de Direitos Humanos. Por isso, meus cumprimentos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Também quero fazer outro registro importante. Quero congratular o Ex-Ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do governo do Ex-Presidente Lula, Paulo Vannuchi, por sua eleição a uma das vagas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Sem dúvida, é motivo de orgulho para todos nós, brasileiros e brasileiras, especialmente para nós, militantes de direitos humanos do Brasil.

É, inegavelmente, uma clara demonstração de reconhecimento por uma vida dedicada ao respeito, à dignidade humana, à defesa e preservação dos direitos humanos neste País. Vannuchi tem uma vida marcada pela luta em favor do restabelecimento da democracia no Brasil, foi vítima da ditadura militar, tendo sido preso e torturado naquele período. Após a redemocratização, continuou firme na luta, desta vez para elucidar os assassinatos e torturas cometidos durante a ditadura, tendo participado da produção de publicações e dossiês sobre o assunto.

Foi o principal responsável pela elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos e um defensor

destacado de que a Lei de Anistia não deve ser aplicada a torturadores. Sua eleição, que muito nos honra, é uma conquista para as brasileiras e brasileiros. Tenho certeza de que sua postura intransigente em defesa dos direitos humanos dará grande contribuição para a garantia desses direitos no continente americano.

Então, também fazemos esse registro da eleição do Paulo Vannuchi, que também fortalece a nossa luta em defesa dos direitos humanos. É um reconhecimento à luta pelos direitos humanos no nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sem querer me meter toda vez que a senhora apresenta uma sugestão ou uma posição, todas elas de alto nível, é porque eu tive a alegria de fazer quase um aparte. Eu estava na Presidência, no Senado, quando V. Ex^a fez essa justa homenagem, eu diria, sobre a história, a vida do Paulo Vannuchi, que é um companheiro, de fato, de todos nós que militamos na área de direitos humanos. Se V. Ex^a me conceder a palavra, vou remeter ao Plenário do Senado, inspirado na sua lembrança e na sua fala, um voto de aplauso, inclusive, ao Paulo, por esse importante cargo que ele assume em nome dos direitos humanos não só no Brasil como no mundo – aí, podemos assinar juntos se assim V. Ex^a entender.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Com certeza, Senador Paulo Paim. Acho que é muito importante a sua iniciativa. Pode contar também com o meu apoio e, possivelmente, com o apoio de outros Parlamentares que aqui se encontram.

Por fim, eu quero também apresentar algo. A nossa equipe da Comissão de Direitos Humanos tomou uma iniciativa muito importante, uma iniciativa louvável: fazer um boletim informativo das atividades desenvolvidas por esta Comissão e também das atividades que serão realizadas. O boletim terá periodicidade mensal e será sempre enviado às Senadoras e Senadores por via eletrônica, para ser distribuído da forma que melhor convier a cada Parlamentar.

Então, quero aqui apresentar esse boletim. Foi muito bem feito, bem elaborado, é bonito – a Comissão que fez o boletim merece os nossos elogios e agradecimentos. Então, muito obrigada a toda a equipe da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como eu disse antes, eu falo toda hora aqui, mas quero cumprimentar toda a sua equipe – parabéns pela iniciativa! Eu acompanhei quando V. Ex^a estava olhando o boletim: é um boletim de qualidade, com conteúdo e que permite a todos da Comissão ter maior visibilidade dos temas que aqui são tratados. Cumprimento V. Ex^a e a equipe!

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Como foi colocado aqui, são destacadas as principais atividades realizadas pela Comissão de Direitos

Humanos. A primeira matéria trata do Relatório Figueiredo e também falamos do trabalho escravo e dos entraves à adoção, assuntos que foram objeto de três audiências públicas realizadas aqui na Comissão de Direitos Humanos. As pessoas que tiverem interesse em acompanhar todo o debate que aconteceu devem clicar ali onde está escrito “audiências realizadas” – basta clicar na data que vai ter acesso à audiência pública realizada.

Esse boletim será encaminhado por meio eletrônico. Então, fica a critério de cada Parlamentar, de cada Senador e de cada Senadora, fazer a divulgação desse boletim. Clicando na data, as pessoas poderão ter acesso à audiência pública realizada.

No verso, estão os próximos passos da CDH, as atividades futuras. Então, existe a PEC das Domésticas... Está na Internet? Volte, por favor, ao verso do boletim.

Aí aparecem os próximos passos da CDH. Aparece a PEC das Domésticas, fala da audiência pública que vamos realizar no dia 17 de junho – portanto, na próxima segunda-feira, para discutir a regulamentação da PEC. Essa audiência pública já está convocada, as pessoas convidadas já confirmaram presença: será às 9 horas da manhã, na próxima segunda-feira.

O e-Cidadania também estará ajudando na divulgação da atividade, da audiência pública. As pessoas também poderão interagir com os convidados que aqui estarão, com os próprios Senadores. O *link* é beach.ly/pecdasdomesticas.

Então, as pessoas poderão nos acompanhar por meio desse *link*, que é o *link* que dá acesso ao e-Cidadania. Na verdade, esse *link* leva o usuário à página do e-Cidadania para o evento. Lá as pessoas poderão fazer perguntas – essas perguntas serão encaminhadas por *e-mail*, e os convidados poderão responder aos internautas.

As próximas audiências públicas também já estão no boletim. Eu vou aproveitar aqui, então, para já informar: dia 18 de junho, portanto na próxima terça-feira, audiência pública sobre consumo seguro, novo determinante da saúde – essa audiência pública foi solicitada pela Anvisa e será em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais –; no dia 19 de junho, audiência pública sobre casamento civil igualitário – também é um tema que precisamos aprofundar –; dia 24 de junho, assédio moral de servidores públicos federais – uma audiência pública encaminhada pelo Senador Paulo Paim a pedido, inclusive, dos servidores federais que trabalham nas embaixadas fora do País, para, no dia 27 de junho, ouvir a Comissão da Verdade acerca dos trabalhos realizados.

Também há uma audiência pública solicitada pelo Senador João Capiberibe, que também é importante ouvir a Comissão Nacional da Verdade, considerando que esta Comissão tem uma Subcomissão da Verdade, quer fazer uma integração com a Comissão Nacional, de fundamental importância.

Para finalizar, as próximas reuniões da Comissão de Direitos Humanos, as reuniões deliberativas, acontecerão nos dias 10 de... Já são reuniões passadas... Nós estamos avaliando a possibilidade de fazermos reuniões deliberativas quinzenais, para que tenhamos condições de assegurar o quórum presencial, para votação das matérias terminativas, porque estamos encontrando dificuldade de encontrar o quórum presencial, na quinta-feira, neste horário, já que vários Parlamentares viajam pela manhã, por causa do horário dos voos para os Estados que não possibilitam ao parlamentar viajar na parte da tarde – assim, fazendo de 15 em 15 dias, acreditamos que oferecemos aos membros desta Comissão a possibilidade de permanecer em Brasília às quintas-feiras, para que possamos ter quorum, para fazermos as reuniões deliberativas e votarmos os projetos terminativos.

Quero agradecer também a toda a nossa equipe da Comissão de Direitos Humanos, mas especialmente à Tânia e ao Cristiano, que se empenharam, profundamente, na elaboração desse material, dando um visual bastante interessante e fazendo de forma bastante sucinta, mas, ao mesmo tempo, bastante completa sobre as informações aqui da Comissão de Direitos Humanos.

Passaremos agora à nossa pauta. Vou passar para o item 4, aproveitando a presença do Senador Paulo Davim. É um projeto não terminativo, o PLS nº 405, item 4, página 55.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação presumida de órgãos.

Autoria: Senador Humberto Costa, que se encontra presente.

Relatoria: Senador Paulo Davim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr^a Presidente, esta matéria é de extrema importância, mas também muito polêmica. A iniciativa do Senador Humberto Costa é meritória, ele que é um profundo

conhecedor das nossas necessidades, no tocante a incrementar a doação de órgãos e tecidos para fins de transplante no Brasil. Entretanto, como falei, é uma questão complexa que envolve os aspectos culturais, religiosos e legais.

Quando esta matéria chegou às minhas mãos, fiz uma leitura de alguns pontos e achei por bem apresentar algumas emendas e substitutivos. O Ministério da Saúde, por sua vez, fez uma leitura diferente da nossa. E, em se tratando da complexidade desta matéria, também achei por bem – e peço até vênia ao Senador Humberto Costa, que é o autor da matéria – solicitar a retirada de pauta e, ao mesmo tempo, propor uma audiência pública, para que possamos instruí-la melhor.

Não sei o posicionamento do Senador Humberto Costa, mas é uma matéria tão importante e é o momento adequado para que possamos aprimorar e sair uma proposta que venha a atender as necessidades do País, mas sem melindrar nem aspectos culturais, nem religiosos, muito menos legais. Portanto, essa é a nossa sugestão, Sr^a Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Acho boa a proposta, acho prudente e acho que, como hoje no Brasil nós temos um programa que é bastante exitoso, não haverá nenhum prejuízo, se aprofundarmos mais esse debate, muito embora o problema da doação ainda seja o principal gargalo para uma ampliação do programa de transplantes no Brasil. Então, eu concordo plenamente. Nós poderemos organizar essas discussões.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, ficamos dessa forma. A Comissão de Direitos Humanos encaminha, por solicitação do Relator, retiramos da pauta o projeto de lei. Vamos organizar uma audiência pública. Então, solicito ao Relator que formalize o pedido de audiência pública, já indicando quem são as pessoas.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Será formalizado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Formalize para que nós possamos, se for possível, aprovar ainda hoje – seria bom. Se não, aprovamos na próxima...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Presidente, acho que nós vamos formalizar essa solicitação, mas precisamos discutir os nomes, as pessoas convidadas, as instituições, com bastante critério, para que extraíamos dessa audiência pública todas as informações necessárias à formatação de uma boa matéria.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, vamos aguardar o requerimento, para que possamos apreciar nesta Comissão. Fica encaminhado dessa forma.

Os demais projetos na pauta são requerimentos? O Relator do item 1 e do item 2, que é o Senador Magno Malta, não está presente – então, fica prejudicada a discussão.

O item 3... A Senadora Angela Portela também não está presente, e ela pediu que não se designasse Relator *ad hoc*, assim como o Senador Magno Malta, que pediu para não designar Senador *ad hoc*, porque eles querem fazer a relatoria.

Os demais itens que estão na pauta, os itens 5, 6 e 7, são requerimentos. Eu vou fazer o seguinte. Vamos individualmente.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº, DE 2013

Requeiro, nos termos do Art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o tema “Internação Compulsória de Dependentes Químicos em Unidades Terapêuticas”, com a presença dos seguintes convidados: representante do Conselho Federal de Psicologia; Marcos Rolim, especialista; representante da Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde; representante da ONG Viva Rio; representante da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo; representante da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça.

Autoria: Senador Humberto Costa e Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra aos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, para encaminharem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, na verdade nós já tivemos a oportunidade – na discussão do projeto de lei que teve, na Comissão de Assuntos Sociais, relatoria da Senadora Ana Amélia – de identificarmos a necessidade de um maior aprofundamento dessa questão. Por outro lado, a Câmara dos Deputados, recentemente, aprovou um projeto de lei que deve estar chegando aqui ao Senado, que também trata desse assunto. Trata de outros assuntos, mas trata também desse assunto.

Então, nada melhor que nós aprofundarmos um pouco esse debate. Existem posições frontalmente opostas nessa temática, e eu creio que isso enriqueceria o nosso trabalho aqui, na avaliação desse projeto que veio da CAS e do qual eu sou o Relator aqui, na CDH.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, na verdade o requerimento é de autoria do

Senador Humberto Costa – eu o assinei, porque, caso ele não estivesse presente, nós votaríamos o requerimento. Eu só faço a seguinte pergunta, se assim o Senador Humberto Costa entender, porque, de fato, é um tema delicado, complexo: Presidenta, eu queria perguntar se ajudaria a presença do Deputado Osmar Terra, que é o grande defensor dessa posição, e o projeto é de autoria dele. Como eu não trato com facilidade do tema, eu me socorro do próprio Humberto Costa: se ajudaria a presença dele ou se seria outro momento?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE)

– Não, eu não vejo dificuldade. Nós, inclusive, apresentamos essa relação, mas ela pode ser objeto de algumas mudanças – nós queremos fazer algumas mudanças. Então, nós vamos apresentar uma relação de convidados, vamos também consultar cada um dos integrantes da Comissão individualmente, para que possamos fazer, de fato, uma mesa plural.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Acho que o encaminhamento fica acatado por esta Presidência dessa forma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sinto-me contemplado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 6, página 69.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, requeiro aditamento ao Requerimento nº 27-CDH, de 2013, de minha iniciativa, para sugerir que sejam convidados os nomes abaixo indicados, os quais serão expositores do tema “O Assédio Moral e a Discriminação Sofrida pelos Servidores Federais do Brasil e do Exterior”: Antonio de Aguiar Patriota – Ministro das Relações Exteriores; Jones Borges Leal – Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef); Leandro Daiello Coimbra – Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal; Claudia Regina Siano Rajewski – Presidenta da Associação Internacional dos Funcionários Servidores Locais do MRE no Mundo (Aflex); Alexey Van der Broocke – Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty); Leilane Ribeiro de Oliveira – Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Po-

lícia Federal (SINPECPF); Valdemar Moreira da Silva Filho – Engenheiro de Segurança do Trabalho, Diretor-Geral da Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas (ANPP) CONRE-PPV Nacional; Vicente Almeida – Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf).

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidenta, esse requerimento já foi aprovado, nós fizemos apenas um adendo. E, ao dialogar com os mais variados setores, tanto de representantes de Ministérios, como de estatais e do próprio Ministério das Relações Exteriores, deixamos bem claro, porque tive uma reunião preliminar com eles, que aqui ninguém fará julgamento, mas vamos discutir o tema, de forma ampla, geral, total e irrestrita, dessa situação, do assédio moral – e, é claro, vai entrar também o assédio sexual. Mas todos entenderam que não se vai personalizar o debate.

Eu dizia a eles: “isso aqui não é um julgamento, nós queremos é debater o tema, a questão do assédio moral e sexual.” Nesse caso, é um problema antigo no Brasil, não começou agora – têm mais de 30 ou 40 anos as denúncias que chegam, segundo o que eles falam! E nós vamos debater o tema, deixando que todos tenham direito de expor o seu ponto de vista.

Por isso, o adendo, que chegou sem um entendimento. Precisaria ter mais dois representantes, em relação ao requerimento original. Esse é o objetivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 7, página 71. Como sou Relatora desse item, eu passo a Presidência ao Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Colocaremos em discussão e votação o requerimento que passo a ler.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 39, de 2013 – CDH , que a lista de convidados para a audiência pública que debaterá a regulamentação da Emenda Constitucional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticos, conforme aprovada no já citado requerimento, seja alterada para a seguinte: Se-

nador Romero Jucá, Senador da República; Representante do Ministério da Previdência Social; Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Representante do Tribunal Superior do Trabalho; Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra; Samara da Silva Nunes, Presidenta da Associação Brasileira das Empregadas Domésticas, Trabalhadoras e Trabalhadores do Lar do Distrito Federal e do Entorno; Simone Vieira da Cruz, Secretária Executiva da Articulação de Organizações de Mulheres Negras.

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para fazer o devido encaminhamento.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Na verdade, nós estamos também fazendo um aditamento a esse requerimento, que já foi aprovado nesta Comissão. Apenas acrescentamos outros nomes que achamos que seriam interessantes. Essa iniciativa não é só minha, mas também do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se me permitir, do Senador Pimentel também.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – E do Senador Pimentel, porque foi o Senador Pimentel que nos propôs que a Comissão de Direitos Humanos fizesse essa audiência pública, que tem como objetivo discutir o projeto que regulamenta a PEC dos trabalhadores e trabalhadoras domésticos. Então, essa é uma audiência que eu considero altamente importante. O Senador Paulo Paim está se empenhando também para que, inclusive, a Benedita da Silva esteja presente, porque ela é autora da PEC.

A regulamentação não pode significar nenhum retrocesso na conquista da aprovação da PEC. Essa é uma preocupação que temos, porque é um debate que precisa, realmente, trazer representantes do Governo, mas também representantes dos trabalhadores e trabalhadoras, para que a regulamentação possa, de fato, fortalecer a igualdade de direitos entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores brasileiros. Então, essa audiência pública tem como fundamento isso, além de possibilitar a integração com os internautas.

Por isso, o e-Cidadania do Senado Federal estará à disposição da Comissão de Direitos Humanos, para que as pessoas – tanto os patrões, os empregadores e empregadoras, como os trabalhadores e trabalhadoras – possam interagir no debate, no sentido de esclarecer todas as dúvidas. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Gostaria de comentar a importância e a oportunidade. A Senadora Ana Rita, uma vez que o Senador Pimentel procurou-a e depois a mim também, de pronto teve a iniciativa. E ela vem, no momento adequado, porque nós trabalhamos com a PEC, mas as Comissões acabaram não debatendo a regulamentação.

Eu achava que era tudo muito tranquilo. E que bom que eu estou vendo aqui a Anamatra, porque esta semana já recebi um documento da Anamatra, um documento da própria Senadora Benedita, preocupada com a regulamentação. Então, a audiência pública vem no momento correto, na próxima segunda-feira, acho que vai haver um grande acompanhamento de internautas e de pessoas aqui presentes, porque nós vamos poder aprofundar, com a presença do Relator, o Senador Romero Jucá, como que vai ficar.

De repente, a PEC pode dizer uma coisa, e a regulamentação pode não ser tão ampla como entendemos deva ser, no sentido de assegurar os mesmos direitos que os outros trabalhadores têm para os empregados e empregadas domésticas. Recebemos também algumas considerações da própria Seppir, que se sente representada aqui – eles olharam a lista e se sentiram representados. Eu quero só, mais do que cumprimentar V. Ex^a, fazer quase um apelo a todos que estejam aqui, claro, dentro do possível, os que não puderem naturalmente vão, pela iniciativa de V. Ex^a e da assessoria, interagir por meio das redes sociais, porque vai ser um momento, para mim, quase decisivo sobre a regulamentação dessa PEC que eu insisto em dizer que é o último bastião do trabalho escravo no Brasil – parabéns pela iniciativa!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Não havendo mais quem quera discutir, coloco em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo a Presidência à Senadora Ana Rita.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Os pontos de pauta aqui em condições de serem votados foram esses. A nossa pauta se encerra aqui.

Eu quero, antes de encerrar a reunião, só passar uma informação importante: no dia 20 de junho, está confirmada uma audiência da Comissão de Direitos Humanos com o Ministro da Justiça – será às 15 horas. Nós iremos ao Ministério conversar com o Ministro, a respeito de algumas questões que estamos debatendo aqui, na Comissão de Direitos Humanos, e sobre

as quais queremos dialogar com ele, para ver quais são os encaminhamentos. Então, dia 20 de junho, às 15 horas, no Ministério da Justiça.

Eu conversava com o Senador Paulo Paim mais cedo. Esse tema da redução da maioridade penal é um tema sobre o qual esta Comissão também precisa se debruçar. Nós precisamos debater esse assunto. Então, nós vamos avaliar um pouco mais, vamos também propor uma audiência pública aqui, na Comissão de Direitos Humanos, para que possamos também ter oportunidade de debater esse assunto do ponto de vista dos direitos humanos.

Nós estamos recebendo informações, inclusive, de representantes brasileiros que estão em Genebra, preocupados com esse debate que está acontecendo no Brasil. Estão preocupados, porque o Brasil é signatário de diversas convenções na área de direitos humanos, e o rumo que essa discussão pode tomar poderá trazer dificuldades para o Brasil, considerando que ele é signatário de convenções de direitos humanos. Então, nós precisamos fazer esse debate aqui – é um debate urgente, necessário!

Mais do que isso, eu quero, agora, dizer que eu estou avaliando, com o Senador Paim, a possibilidade de fazermos uma audiência pública desta Comissão no Estado do Espírito Santo. O Estado do Espírito Santo é o Estado que está em segundo lugar em homicídio contra jovens, e o debate da redução da maioridade penal está perpassando as instituições públicas do Estado, a favor da redução da maioridade penal. Isso nos preocupa, isso é grave, e vamos tomar algumas iniciativas lá no Estado, no sentido de dialogar com o Conselho Estadual de Direitos Humanos, com a OAB, com os movimentos de direitos humanos do Estado, com o Governo do Estado.

Estou avaliando a possibilidade – estou dialogando aqui com vocês agora – de que possamos aprovar aqui um requerimento de nossa iniciativa, para que seja realizada, no Estado do Espírito Santo, uma audiência pública desta Comissão, para que possamos ter a oportunidade de levar pessoas que sejam estudiosas do tema, que tenham conhecimento do tema, para fazer um debate sério, profundo, com as autoridades do nosso Estado. Esse assunto não pode tomar outro rumo que venha a trazer mais problemas para a nossa juventude capixaba.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr^a Presidente, quero fazer uma sugestão. Já que nós vamos fazer uma visita ao Ministro da Justiça, eu proponho que façamos também uma visita à Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu já tive oportunidade de conversar com ela sobre esse tema, e ela demonstra uma grande preocupação. Então, acho que, independentemente da audiência pública, nós poderíamos visitar a Ministra, ter uma conversa informal com ela lá no Ministério, trocar algumas idéias, para, em seguida, elaborarmos uma audiência pública. Inclusive, uma audiência pública que pudesse receber as sugestões da própria Ministra, no sentido de montarmos uma mesa eclética, para que o debate fosse produtivo e pudéssemos, sobretudo, qualificar nossos argumentos.

Porque há um apelo muito forte da mídia, que todos os dias mostra casos envolvendo menores – há um clamor da sociedade por paz! Essa escalada de violência na sociedade está preocupando todo mundo, só que essa revolta está sendo canalizada para o lado errado. Então, eu acho que precisamos qualificar o debate, qualificar os nossos argumentos, os nossos discursos, e acho que, *a priori*, uma visita da Comissão à Ministra seria bem interessante, para que ela, juntamente conosco, preparasse uma audiência, a mais eclética possível.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Davim pela fala, deixando muito claro que essa questão de uma onda, e, quando a onda é mal dirigida, aí, sim, temos – como é que chama aquilo que aconteceu em uma ilha? – um tsunami. Nós temos um tsunami de um momento para o outro. É como eu digo, se se faz uma pesquisa, quando há um crime violento, hediondo, passa a pena de morte.

Então, a pesquisa não pode nortear a posição de homens e mulheres que têm compromisso com os direitos humanos. Por isso, a sua iniciativa tem o nosso total apoio, como também a iniciativa, agora, do Senador Paulo Davim, se assim V. Ex^a entender. Vamos dialogar com o a Ministra Maria do Rosário, para fazer um debate qualificado, tranquilo, que é tão caro às nossas crianças, à nossa juventude, enfim, importante para o futuro do País. V. Ex^a lembra bem: nesse tema somos referência mundial, e uma decisão tomada aqui, equivocadamente, trará um prejuízo – eu tomo a liberdade de dizer – para toda a humanidade!

Por outro lado, aproveito esses últimos minutos da nossa reunião, para dizer que estou dialogando muito sobre o 122, que V. Ex^a tem acompanhado e tem, inclusive, comentado comigo a importância de

votarmos esse PL. Hoje, vou conversar com a CNBB, já tenho, por escrito, a posição da OAB, já tenho a da UNE, a do movimento sindical e também, quanto ao setor evangélico, estou ajustando uma fala com eles para, o mais tardar, na semana que vem. Sei que é vontade da Presidência e é também desta relatoria que não escondamos o jogo, porque alguns pensam que poderiam fazer aqui, porque a votação é simbólica, não é nominal...

Nós pretendemos – V. Ex^a já conversou comigo – que essa matéria, nesta Comissão, seja votada antes do recesso. Então, na primeira quinzena de julho, nós pretendemos apresentar o relatório e vamos votar. Espero que consigamos uma redação de entendimento com todos os setores.

Já tive inúmeras reuniões com o setor LGBT. Só falta conversar, depois desta reunião, com a CNBB, com o setor evangélico formalmente, porque informalmente eu tenho conversado com inúmeros Senadores e Deputados que também estão preocupados com o tema, mas gostaria de ver uma solução. Como todos querem uma solução, eu pretendo – essa foi a orientação que recebi de V. Ex^a também – trabalhar, para que consigamos votar a matéria, na primeira quinzena de julho, aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Seria isso.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem, Senador Paulo Paim. Obrigada e parabéns pelo esforço que V. Ex^a tem feito. no sentido de fazer um amplo diálogo, para que possamos construir esse consenso em torno do PL nº 122!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 24 minutos, a reunião foi encerrada às 10 horas e 06 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta minutos do dia dezessete de junho de dois mil e treze, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Ana Rita e do Senador Paulo Paim. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 39 e

46, ambos de 2013, aprovados em 6 e 13 de junho de 2013, respectivamente, e de autoria da Senadora Ana Rita e outros, que requerem a realização de audiência pública *para debater a regulamentação da Emenda Constitucional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticos*. A Presidência esclarece que a presente Audiência Pública tem caráter **interativo**, que permite a participação das cidadãs e cidadãos por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado (0800 61 22 11). A Senhora Presidenta apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa e profere suas considerações iniciais. Em seguida, a Senhora Presidenta passa a palavra aos **convidados**, que fazem suas explanações, nesta ordem: Maurício José Godinho Delgado, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST; Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social – MPS; Tânia Mara Coelho de Almeida Costa, Coordenadora-Geral da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Guilherme Guimarães Feliciano, Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Samara R. da Silva Nunes, Presidenta da Associação Brasileira das Empregadas Domésticas, Trabalhadoras e Trabalhadores do Lar do Distrito Federal e do Entorno – ASBRALE; Maria de Fátima Passos Cavalcante, Presidenta da Associação de Empregadores Domésticos do Distrito Federal. A Presidência registra diversas manifestações recebidas por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidenta passa a palavra para os convidados para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Ana Rita e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto sem revisão.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 39, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, aprovado em 06 de junho de 2013; e Requerimento nº 46, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, aprovado em 13 de junho de 2013, ambos de minha autoria, para

debater a regulamentação da Emenda Constitucional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas. Esta audiência pública também é uma iniciativa dos Senadores José Pimentel e Paulo Paim.

Esta reunião contará com a utilização dos serviços de interatividade do Senado Federal, que permitem aos cidadãos e às cidadãs encaminhar perguntas e comentários destinados aos nossos convidados e convidadas por intermédio desta Presidência. Qualquer cidadão pode acessar o Portal e-Cidadania e lá acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião, bem como, por meio do Mural do Cidadão, enviar seu comentário ou pergunta.

Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem, conforme definido nos termos de uso do portal. Essa triagem não é feita com base na qualidade do comentário ou no mérito da pergunta, mas no cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do serviço oferecido.

Cada Senador e Senadora, bem como a própria sociedade, podem ver os comentários e perguntas nessa mesma página do portal e-Cidadania. É importante destacar que os cidadãos e cidadãs podem também apresentar suas perguntas por meio do telefone do Alô Senado 0800-612211.

Tais inovações buscam tornar mais dinâmica a participação da sociedade na atividade legislativa e no debate parlamentar, incentivando o engajamento dos cidadãos e das cidadãs na formulação das políticas públicas do nosso País.

Então, para quem está nos acompanhando na TV Senado, o site que poderão acessar é o www.senado.legi.br/ecidadania.

Convido agora para compor a Mesa o Ex^{mo} Sr. Mauricio José Godinho Delgado, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, Dr. Mauricio. É uma alegria recebê-lo aqui hoje.

Convido o Dr. Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

Convido a Dr^a Tânia Mara Coelho de Almeida Costa, Coordenadora-Geral da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. (*Palmas.*)

Convido o Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). (*Palmas.*)

Convido também a Sr^a Samara da Silva Nunes, Presidenta da Associação Brasileira das Empregadas

Domésticas, Trabalhadoras e Trabalhadores do Lar do Distrito Federal e do Entorno. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda, Samara.

É um prazer recebê-la também.

A SR^a SAMARA REGINA DA SILVA NUNES – Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nós também estamos aguardando a presença do Senador Romero Jucá, que é o Relator da PEC do Trabalho Doméstico, e também da Sr^a Cleusa Aparecida da Silva, representante da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados e convidadas, vou fazer algumas considerações iniciais sobre a regulamentação da PEC nº 72.

Como as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores bem sabem, amanhã terá início, no Plenário do Senado Federal, a discussão sobre o PLS 224/2013, Complementar, que “dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, e dá outras providências” e se propõe a regulamentar a Emenda Constitucional nº 72, resultante da aprovação da PEC nº 66, de 2008, conhecida como PEC das Domésticas.

O PLS 224/2013 foi aprovado, após três acaloradas versões, na Comissão Mista para Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição, onde teve como Relator o Senador Romero Jucá.

Em seus 48 artigos, além de revogar a atual Lei dos Empregados Domésticos (Lei nº 5.859/1972), a matéria legisla sobre o contrato de trabalho doméstico, cria o Simples doméstico, altera a legislação previdenciária e tributária e cria o Redom (Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregados Domésticos).

A Comissão Mista para Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição é nova na Casa e, a princípio, o PLS nº 224 será debatido apenas em Plenário e, a seguir, encaminhado para o Plenário da Câmara dos Deputados.

Ora, tal processo legislativo nos preocupa, na medida em que matérias tão importantes quanto à regulamentação da PEC nº 72, poderiam, do meu ponto de vista, ser debatidas também por comissões de mérito desta Casa, como é o caso desta Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição e Justiça.

De qualquer forma, haverá possibilidade de apresentação de emendas ao PLS nº 224, de 2013, até o final da discussão em Plenário.

Daí a importância desta audiência pública, na qual ouviremos setores importantes da sociedade, que muito poderão contribuir com suas observações sobre o texto do projeto, buscando aprimorá-lo e torná-lo mais justo.

Sei que entidades importantes, como a Anamatra, se mostram preocupadas com alguns pontos do projeto, como os limites de jornadas de trabalho e turnos de descanso, a possibilidade de trabalho em tempo parcial, considerado precarizador, além da retirada do texto de qualquer possibilidade de fiscalização domiciliar por parte dos inspetores do trabalho. Sei que a fórmula alternativa (poupança do empregador) de pagamento de indenização de 40% do FGTS por indenização sem justa causa desagrada a muitos setores dos empregados domésticos, que gostariam que fosse utilizada a mesma fórmula aplicada aos demais trabalhadores.

Enfim, ainda há muito para ser debatido sobre o tema, e o Senado não pode se furtar a cumprir seu papel neste processo. Estamos aqui para ouvir a sociedade, e, na medida em que as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares presentes se sentirem convencidos, poderão apresentar as emendas que entenderem justas.

De minha parte, faço questão absoluta de apoiar o parágrafo único do art. 1º, que proíbe o trabalho doméstico para menores de 18 anos. Essa proibição, pasmem, foi quase derrubada durante os trabalhos da Comissão Mista, tendo permanecido pelo bom senso do Relator e pelo eficaz trabalho da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, a quem eu parabeno.

A proibição da contratação de menor de 18 anos para desempenho de trabalho doméstico é coerente ao compromisso do Brasil, ao aderir à Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho, referente às piores formas de trabalho infantil. Essa Convenção foi regulamentada por meio do Decreto 6.481, de 2008, que criou a chamada Lista TIP, da qual consta o trabalho doméstico.

Brasília sediará, de 8 a 10 de outubro deste ano, a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, e é com muita convicção que reafirmo o compromisso desta Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal de não permitir que o trabalho infantil doméstico continue tirando crianças e adolescentes das escolas e do lazer, deixando-as absolutamente vulneráveis ao que acontece entre as quatro paredes de domicílios, que são, relembro, invioláveis para fins de fiscalização do trabalho.

Sabemos que as dificuldades enfrentadas até hoje pelos empregados domésticos, em sua maioria, mulheres, são resultado de um processo histórico. O Brasil se configurou como nação, tendo como bases ideológicas e políticas o patriarcalismo, o racismo, o elitismo e o preconceito. A escravidão acabou apenas há 125 anos.

A CLT, que neste ano completou 70 anos, excluiu a categoria de trabalhadores domésticos de sua

proteção. A Constituição vigente, que completou 25 anos, tampouco garantiu isonomia de tratamento aos trabalhadores domésticos, *vis-à-vis* aos demais trabalhadores rurais e urbanos.

Apenas 25 anos, repito, após a promulgação da Constituição o Congresso Nacional está discutindo a equiparação de direitos desse importante setor da nossa sociedade, que emprega quase sete milhões de pessoas, 93% mulheres, e, dessas 57% negras – dados do IBGE. São sete milhões de mulheres que permitem que outras tantas possam sair de suas casas tranquilas para desenvolver suas atividades em outros setores da economia.

É imensa a nossa responsabilidade, e desejo que esta audiência pública seja uma peça importante na construção de uma legislação justa e reparadora para todos os empregados domésticos deste País.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados, quero aqui registrar a presença do Sr. Mario Avelino, Presidente do Instituto Doméstica Legal, e também a presença, com muito carinho, do nosso querido companheiro Senador Paulo Paim, que é um Senador extremamente dedicado e comprometido com a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras do nosso País. Então, agradeço a presença do nosso querido Senador Paulo Paim aqui, nesta manhã de hoje.

Dessa forma, eu concedo a palavra ao Ex^{mo} Sr. Mauricio José Godinho Delgado, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Dr. Mauricio, nós vamos fazer um acerto com a Mesa, porque é uma Mesa grande, e nós estamos recebendo já informações pelo e-Cidadania.

Já temos aqui quatro perguntas. Talvez eu pudesse até fazer antes da fala do senhor, caso o senhor queira se manifestar, ou eu as farei depois... Mas acho que já vou fazer essas quatro perguntas, antes de conceder a palavra ao Ministro, porque, possivelmente, chegarão muitas outras e, intercalando entre uma fala e outra, vamos lendo as perguntas.

Já tenho aqui, sobre a mesa, a pergunta do cidadão José de Brito Azevedo Fernandes, do Pará, que diz o seguinte:

Ex^{mos} Srs. Senadores, a tentativa de igualar os direitos dos empregados domésticos é válida, entretanto deve-se levar em conta que a quase totalidade deles são empregados de outros empregados assalariados; portanto, não há como se equiparar em tudo com os empregados de pessoa jurídica.

Então, ele faz esse questionamento, que fica para todos os convidados da nossa Mesa, se puderem se manifestar.

A Sr^a Patrícia Andrade Baía, de Pernambuco, disse o seguinte:

Quem pode ficar com os nossos idosos e as nossas crianças? Já não podíamos pagar cuidadores e agora? Não me digam que há creches suficientes, escolas de período integral ou cuidadores gratuitos de portadores de Alzheimer, e que isso é realidade para nós. Contrato uma empregada, que chega depois que eu saio para trabalhar e vai embora antes mesmo de eu largar o meu trabalho. Como demitir por justa causa? Impossível. Elas podem bater, quebrar, roubar e implicar, mas quem se importa?

Essa participação é da Sr^a Patrícia.

Também a participação da Sr^a Juçara dos Santos, do Rio de Janeiro, que pergunta: “Quais os benefícios dos trabalhadores domésticos, que ainda dependem de aprovação do Senado? O FGTS já foi aprovado e regulamentado? Obrigada pelo esclarecimento.”

Por último, a participação dos Sr. Joaquim Bezerra Soares, de Fortaleza, Ceará:

Na condição de empregador doméstico, sou de opinião que deve ser mantida a dedução do imposto de renda sobre valores de referência à Previdência e ao FGTS; bem assim, que os procedimentos de recolhimento desses encargos mensais sejam simplificados através do sistema informatizado já desenvolvido pelo Serpro de modo a não necessitar da contratação de escritório de contabilidade para essa finalidade, o que concorreria para a desistência de muitos lares em manter esses profissionais.

Então, essa é a pergunta do Sr. Joaquim Bezerra, de Fortaleza, Ceará.

Sr. Ministro, concedo a palavra a V. Ex^a por um período de dez minutos. Se houver necessidade, mais cinco minutos. Vamos proceder dessa forma para que tenhamos tempo suficiente de ouvir os nossos convidados de convidadas e também responder às questões vindas do público que nos acompanha pela TV Senado.

O SR. MAURÍCIO JOSÉ GODINHO DELGADO

– Bom dia, Senadora Ana Rita, Presidente, meus cumprimentos; Senador aqui presente, nosso grande líder do Rio Grande do Sul, a quem sempre rendo homenagens por sua trajetória de extrema importância e liderança no plano dos direitos sociais brasileiros, Senador Paulo Paim; meus cumprimentos a todos os membros da mesa, meus cumprimentos às demais autoridades presentes, meus cumprimentos aos telespectadores.

Estou aqui por designação do Presidente Carlos Alberto Reis de Paula, que não pôde estar presente, uma vez que está participando da convenção internacional da OIT, em Genebra, que se realiza até o dia 23, e que me deu a honra de aqui comparecer para participar desse debate fundamental para o bom desenvolvimento da nossa República e o bom desenvolvimento de nosso País.

Dentro dos limites de tempo, que são absolutamente necessários, procurarei trazer apenas os pontos fundamentais.

Em primeiro lugar, quero dizer que sou um entusiasta do avanço trazido pelo Parlamento. O Parlamento brasileiro está de parabéns, Senado e Câmara, pela aprovação da Emenda à Constituição nº 72, de 2013. Sem dúvida nenhuma, é um grande avanço, fundamental, estendendo o papel do Direito do Trabalho também à categoria doméstica, que já vinha, desde a Constituição de 1988, alcançando direitos fundamentais, mas que, evidentemente, ainda tinha um quadro de diferenciação injustificável, e a Emenda nº 72, efetivamente, atualizou a nossa legislação de maneira civilizatória.

Conversando aqui com o nosso Senador Paulo Paim, com quem já debatemos o papel do Direito do Trabalho, o Direito do Trabalho, conforme todos sabemos, é, provavelmente, a política pública mais importante de distribuição de renda, de justiça social e de cidadania que pode haver num Estado democrático de direito.

Essa Emenda cumpre, portanto, um papel significativo. De maneira que, inclusive do ponto de vista jurídico, o debate sobre a regulamentação da Emenda agora é fundamental. Evidentemente, a regulamentação da Emenda, determinada pela própria Emenda, que faz menção expressa à regulamentação no novo parágrafo único do art. 7º da Constituição, está jungida aos parâmetros trazidos pela Emenda Constitucional. Não se trata, aqui, de realizar o debate sobre um novo código do trabalho doméstico, mas de realizar o debate sobre um projeto de lei complementar que vem dar efetividade à Emenda Constitucional nº 72.

Nessa medida, sinteticamente, do ponto de vista geral, eu, que tenho acompanhado esse projeto, assim como acompanhei de perto a Emenda dando a contribuição que fosse possível a um cidadão e a um estudioso da matéria há 30 anos, quero dizer que me parece que o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2013, na sua última versão, cumpre bem o seu papel de regulamentar a Emenda. Como regra geral, é um projeto construído com técnica e me parece que ele atende, regra geral, a esse papel de regulamentar a Emenda Constitucional.

Às vezes, o projeto pode parecer minucioso, porque ele tem mais de 40 artigos, e a Emenda Constitucional é apenas um parágrafo único, mas é importante essa minúcia. Nós que somos da área jurídica há apenas 35 anos e lidamos, só como Relator, com mais de mil processos por mês, sabemos que é bom que o Direito seja claro, porque, se ele deixar grandes margens de vácuos normativos dentro da tradição brasileira, e essa é a nossa tradição, evidentemente, isso

traz uma insegurança jurídica muito grande. Então, eu não vejo nenhum defeito.

Já ouvi o comentário de que o projeto está um pouco minucioso, mais do que deveria. Ao contrário, eu sou inteiramente favorável ao sistema jurídico brasileiro. É um sistema de sucesso. Nós não podemos nos comparar com outros países que tenham sistema jurídico diferente. Vamos lembrar que os nossos diplomas legais de melhor qualidade são todos diplomas legais analíticos. De maneira que é normal que o projeto tenha essa dimensão. Com essa dimensão, ele tem maior possibilidade de garantir segurança jurídica, que é, obviamente, o objetivo do legislador. O legislador não tem intenção nem interesse de fazer um diploma normativo que vá trazer insegurança jurídica, dúvidas, incompreensões.

De maneira que me parece que o projeto, pelo que eu acompanhei, e acompanho essas questões sociais todas no País com muito interesse, diuturnamente – a nossa assessora sabe bem disso, pois, provavelmente, eu sou o Ministro que mais a incomoda, silenciosamente, como bom mineiro; estou informado sobre essa dinâmica, porque faz parte do meu trabalho, da minha vocação e do meu papel na área jurídica –, eu noto que o projeto foi objeto de um debate muito amplo dos setores sociais, dos mais diversificados setores sociais. É interessante que, às vezes, ele mudava da manhã para a tarde, e eu acompanhando as modificações. Isso, produto do debate, do diálogo.

Então, eu louvo esse papel do Parlamento, um papel democrático de grande relevância, e, naturalmente, o projeto também tem que expressar as duas ou várias visões que existem sobre a regulamentação do trabalho doméstico. Ele jamais vai expressar uma única visão, mas creio que a síntese é de boa qualidade.

Por outro lado, ele também permite o cumprimento efetivo dos direitos garantidos pela Emenda nº 72, de 2013, sem comprometer a existência e a continuidade da própria relação de emprego de doméstica, que tem uma clara diversidade e peculiaridades que são significativas. Ainda mais no Brasil, que é um país que tem quase 30 Estados. Nós somos verdadeiramente um continente. Só pelas perguntas, nós vemos que são perguntas de vários rincões do País, em que existe uma realidade bastante diversificada. E o projeto tem esse cuidado, esse zelo, de ter também um pouco de generalidade para absorver as peculiaridades que caracterizam a realidade nacional e também a relação de emprego doméstico.

Um ponto jurídico de grande importância que me parece que nós temos que ter clareza: a Emenda Constitucional nº 72, ao tomar a decisão política e jurídica de dar nova redação ao parágrafo único do art.

7º, tomou uma decisão técnica, política, jurídica e institucional de grande relevo. Decidiu manter a relação de emprego doméstico como objeto de um tratamento normativo especial, alargando os direitos, o que é muito justo, mas com um tratamento normativo especial. Ou seja, há uma decisão constitucional no País que me parece muito sábia, Senadora. É muito sábio se buscar sempre a isonomia, e é tão sábio quanto isso se reconhecer também as diferenças. Eu me lembro bem do Direito do Trabalho, que hoje é firme na isonomia entre homem e mulher, mas há algumas normas que beneficiam mais a mulher.

(Soa a campanha.)

O SR. MAURÍCIO JOSÉ GODINHO DELGADO

– Isso é muito positivo e é justo reconhecer também.

Então, manter o diploma normativo como o diploma especial me parece fundamental, alargando direitos, mas não fazendo a comparação da relação de emprego de doméstica como se fosse uma relação entre trabalhador e empresa. Isso me parece que seria absolutamente inadequado. E o que é mais importante, não é a escolha da Constituição da República do Brasil, à qual todos nós devemos servir.

Rapidamente passando, então, aos pontos do Congresso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Só mais cinco minutos.

O SR. MAURÍCIO JOSÉ GODINHO DELGADO

– Em cinco minutos eu consigo, Excelência, pelo menos para os aspectos que são prioritários.

Também entendo, como V. Exª, que temos que insistir na proibição, e o projeto é muito claro no parágrafo único, do trabalho infantil e do adolescente em casa. Isso seria um retrocesso grotesco e acho que seria manifestamente inconstitucional. Já levei ao Senador Jucá uma exposição fundamentada nessa linha, e seria manifestamente inconstitucional. A Constituição não permite esse tipo de retrocesso, e eu me abstenho de agregar mais fundamentos.

Acho também importante a definição do art. 1º, *caput*, quando fala que o empregado doméstico é aquele que trabalha por mais de dois dias por semana. Nós que trabalhamos nessa área há 35 anos, e a lei doméstica tem 40 anos, sabemos que a jurisprudência não consegue se pacificar nessa matéria. Não consegue. Nós debatemos há 40 anos e não conseguimos pacificar. Por quê? Porque há uma tendência muito forte de se alargar esse conceito em prejuízo das trabalhadoras. É natural, nós compreendemos, o Direito é assim mesmo, é controvertido. Então, creio que foi uma decisão sábia do projeto em fixar esse parâmetro dos dois dias, porque isso liquida o debate em favor das trabalhadoras. Aqui, seguramente, nós teremos a

inclusão de pelo menos dois milhões de pessoas como empregadas normais, sem maiores debates, daquele trabalhador que trabalha três dias, quatro dias na semana. De maneira que acho que foi sensato, prudente e correto o projeto tomar essa decisão.

Eu vi alguns aspectos que poderiam, quem sabe, sofrer um aperfeiçoamento. Quem sabe esse banco de horas, ao invés de doze meses, passar para três meses. É uma ponderação que eu faço. Ele deve existir? Acho que sim, porque senão fica muito difícil fazer a gestão. O banco de horas dá uma certa flexibilidade para o empregador doméstico, pactuado bilateralmente e por escrito. Mas realmente concordo. Tenho ouvido muitas críticas nessa linha dos 12 meses. Quem sabe, reduzindo para três meses, nós teríamos um ponto de equilíbrio.

Estou tentando ser muito rápido e seletivo, mas isto aqui me parece importante. No projeto anterior, no dia anterior à aprovação do projeto, no último que eu li – estive inclusive com o Senador Jucá e homenageei o trabalho realmente muito bem feito do ponto de vista técnico e democrático pelo Senador relator – constavam algumas regras sobre a fiscalização trabalhista, a fiscalização pelos auditores fiscais do trabalho, e me pareceu inteligente a proposta constante do projeto, tanto que me abstive de fazer maiores considerações na época. Por quê? Porque o art. 5º, XI, da Constituição, Senadora, é taxativo: “a casa é asilo inviolável do indivíduo”, não podendo ser penetrada de nenhuma maneira. Então, se o projeto não tiver, digamos assim, o cuidado técnico de fazer a adaptação, ele emitirá uma norma manifestamente inconstitucional, e nós não conseguiremos avançar nisso.

A versão final do projeto parece-me ser produto de um debate, de um acordo, como é normal no processo parlamentar, remeteu pura e simplesmente para a CLT. Se nós ficarmos dentro da técnica jurídica, isso é uma decisão, com todo o respeito, manifestamente inconstitucional, porque a Constituição não autoriza que um auditor fiscal do trabalho penetre na residência das pessoas com a mesma desenvoltura com que ele penetra na empresa.

(Soa a campanha.)

O SR. MAURÍCIO JOSÉ GODINHO DELGADO

– Isso é manifestamente inconstitucional. O que vai acontecer? Veja o que diz o art. 5º, XI:

Art. 5º

XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito [um caso muito peculiar] ou desastre, [também muito peculiar e raro] ou para prestar socorro [também muito peculiar e raro], ou, durante o dia, por determinação judicial.

Então, a Constituição é taxativa. Não há como resolver essa questão pelas regras gerais da CLT, que resultam na fiscalização dos estabelecimentos agrários, industriais, comerciais, bancários, etc. É preciso haver uma norma especial, na linha do que previa anteriormente o projeto; o projeto previa, na linha do dia anterior à aprovação final, que houvesse, primeiro, possibilidade de um acompanhamento pelo morador. Essa é uma possibilidade. A segunda possibilidade era autorização judicial.

Eu acrescentaria, já que li ontem à noite o projeto – e já aproveitando que vai ter que ser feita uma mudança, senão vai haver uma frustração do legislador, que quer um resultado e, tecnicamente, não alcançará o resultado –, também a chamada fiscalização indireta, que é aquela que é muito comum o Imposto de Renda fazer com o contribuinte. O Imposto de Renda manda uma notificação para o contribuinte e fala: “Traga os documentos para mim aqui no dia tal”. Isso ajuda a resolver muita coisa.

Vamos ser realistas: vai resolver tudo? Não. Mas a fiscalização é um processo diversificado em que, naturalmente, algumas coisas serão resolvidas de uma maneira, e outras coisas serão resolvidas de outra maneira. Mas pura e simplesmente estender a CLT creio que é manifestamente inconstitucional. Não adianta colocarmos isso na lei. O resultado será zero, e aí será o pior resultado do mundo, porque não haverá possibilidade de nenhuma fiscalização, porque a norma foi considerada inconstitucional.

Tenho que encerrar, respeitando os 15 minutos. Essas são as minhas ponderações, pelo menos neste momento, considerando a exiguidade do tempo, Senadora.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Agradecemos o Ex^{mo} Sr. Maurício José Godinho Delgado, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, pela contribuição que V. Ex^a nos traz. Queremos contar com a presença do senhor aqui, se possível, até o final, para que o senhor tenha oportunidade de nos oferecer outras informações.

Antes de passarmos a palavra ao próximo convidado, lerei mais algumas perguntas que recebemos.

Conforme disse, as perguntas estão chegando por telefone e pelo e-Cidadania.

Essa pergunta é do Rafael de Santi Zago, de Birigui, São Paulo. Ele faz um comentário:

Sou a favor da aprovação de generalização do regime legal a todos os trabalhos do País, sem distinção, o que inclui o trabalhador doméstico. De certa forma, esse assunto sequer necessitava ser abordado, visto que é garantido pela Constituição promover o bem de

todos sem preconceitos, sem distinção, sendo proibida qualquer distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual ou entre profissionais respectivos.

Ele faz um comentário.

Há outro comentário da Mara Gleide Andrade Rodrigues, de Sorocaba, São Paulo:

É justo que o empregado doméstico deve ter os mesmos direitos e deveres que os demais, mas penso que o pagamento de tantos encargos, especialmente multa de 40% do FGTS em caso de demissão sem justa causa, inviabiliza contratações por parte de muitos empregadores domésticos, já que, em grande parte dos casos, são patrões também assalariados. Esse é o meu caso, que, frente à expectativa de aumento desses encargos, optei por demitir a minha empregada antes da mudança da lei.

Há uma pergunta da Ana Benedita Ferreira dos Santos Fries, de Butantã, São Paulo:

O PLC 224, de 2013, ignora completa o empregador doméstico que já recolhe o FGTS, no meu caso há mais de quatro anos. Logo, como será a transição do modelo atual para o proposto no projeto? Como ficará a questão da antecipação do recolhimento da multa do FGTS no caso de demissão? Acho que esse é um assunto importante para que esses empregadores não venham a ser punidos em virtude de lacunas na lei bem como serem obrigados a recolher antecipadamente sobre o saldo atual do FGTS.

Há uma pergunta da Cassilda Gomes da Silva, de Belém, do Pará:

A favor da abrangência dos direitos dos trabalhadores às empregadas domésticas, não se esquecendo de estudos sobre o que se segue: conheço empregada que não aceita a divisão do horário de quatro quartos, que prefere entrar antes até antes das 7 horas, saindo às 15 horas, porque deseja voltar cedo ao lar e garantir sua integridade, livrando-se de ataques noturnos. O que fazer? Acordo escrito entre ambas? Conheci uma jovem que estava buscando empregar-se, pedindo para dormir, porque ela era do interior, estava em casa de parentes e queria estudar. O que fazer?

Também há um comentário de Aline Santos de Azevedo, de Belém, do Pará: “Temos de regularizar o direito dos patrões agora. Por exemplo: não podemos ser tratados como empresas, até porque não temos os mesmos rendimentos. Então, esses direitos têm de ser pagos pelo Tesouro Nacional”.

Por último, Alziro Felix de Oliveira, de Cuiabá, Mato Grosso:

Sou a favor que trabalhador doméstico seja registrado em carteira, com direito a férias, décimo-terceiro e contribuição para Previdência Social, mas sem direito a FGTS e PIS. Por exemplo, se o trabalhador

doméstico sair do emprego antes de completar um ano, ele não receberá FGTS nem PIS; direito a férias e décimo-terceiro só depois de completar um ano de trabalho doméstico.

Então, são esses os comentários que recebemos das pessoas que nos acompanham pela TV Senado.

Concedo a palavra, agora, ao Dr. Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES

– Obrigado.

Bom dia a todos. Eu gostaria de saudar a Senadora Ana Rita e, na sua pessoa, os demais membros da Mesa. Além de agradecer a Comissão de Direitos Humanos pelo convite, quero aproveitar também para fazer uma saudação ao Senador Paim, grande expoente do Senado Federal em diversos temas ligados à área do trabalho e da previdência.

Entrando rapidamente no tema, vou falar mais sobre a questão previdenciária, e a Tânia, como a outra representante do Governo Federal aqui nesta Mesa, falará sobre a questão trabalhista.

A Emenda nº 72 foi uma grande conquista da sociedade brasileira. E eu diria que não apenas dos trabalhadores domésticos, mas da sociedade como um todo. Era algo que há muito tempo nos entristecia. E até pesava negativamente contra o Brasil dar um tratamento diferente ao trabalhador doméstico daquele que a nossa Constituição, a nossa Lei Maior determina. E já tivemos várias discussões sobre isso no Congresso Nacional, pois o assunto vem de resquícios ainda da escravidão, que há mais de um século já foi expurgada do País, mas de que ainda havia resquícios, aliás, de que ainda há resquícios no trabalho doméstico.

Agora temos que dar o passo seguinte que é tornar isso real. E é essa a discussão que estamos tendo no momento. A realidade mostrada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE é muito triste. Pouco mais de um terço dos trabalhadores domésticos, para ser mais preciso 36,3%, têm proteção previdenciária. E, se nós segmentarmos em dois grandes grupos – os mensalistas e os diaristas –, olhando para os diaristas, a realidade é ainda pior. Nos mensalistas, em torno de 40% têm proteção previdenciária; nos diaristas, apenas 26%, ou seja, pouco mais de um quarto.

É uma realidade triste, pois além de ter um trabalho discriminado, com condições diferentes dos demais trabalhadores, nos seus momentos de necessidade, como velhice, a maternidade e a doença, a grande maioria não tem proteção previdenciária.

Então, isso sempre foi algo que nos preocupou muito, mas acreditamos que estamos no caminho para

melhorar essa situação. Várias iniciativas têm sido tomadas nos últimos anos para aumentar a proteção previdenciária do trabalhador brasileiro. Nos últimos dez anos, nós saltamos de um patamar de proteção da casa de 61% para 71%, em 2011; e a nossa meta é chegarmos a 77% dos trabalhadores como um todo com proteção previdenciária até 2015. E sem dúvida o trabalho doméstico juntamente com os empreendedores individuais são os dois grupos onde há a menor proteção. E são eles os nossos públicos prioritários. É um desafio grande garantir a proteção ao trabalhador doméstico.

Analisando quais as razões para essa proteção tão baixa, acho que em grande parte se deve a não termos um mecanismo adequado para garantir que o trabalhador doméstico tenha os seus direitos cumpridos pelos seus empregadores.

Normalmente se imagina que o maior problema da informalidade no trabalho doméstico é o custo da contribuição previdenciária. Mas se olharmos, por exemplo, a renda do trabalho doméstico, daqueles que não têm a proteção previdenciária, que são quase dois terços do total, 40% ganham até meio salário mínimo. Ou seja, é um trabalho semiescravo. E quase 30% ganham entre meio e um salário mínimo. Assim, aproximadamente 70% dos trabalhadores domésticos que não têm proteção previdenciária ganham menos que um salário mínimo.

Portanto, temos um grande desafio de garantir que essas pessoas tenham um salário digno, ganhem pelo menos um salário mínimo, que é garantido pela nossa Constituição.

Então, a contribuição previdenciária, sem dúvida, é um peso, mas, antes disso, é para garantir pelo menos o salário. Daí, um dos pontos a que nós temos objeção em relação ao projeto que está tramitando aqui no Senado, com a relatoria do Senador Jucá, é a redução da contribuição patronal de 12% para 8%. Na verdade, ele reduz de 12% para 8,8%, porque ele cria uma contribuição de 0,8% do seguro contra acidente de trabalho.

Então, essa redução de aproximadamente R\$20,00 não é o que vai fazer esses 70% serem formalizados, porque a diferença do salário que o trabalhador doméstico recebe para o salário mínimo é muito maior que os R\$20,00.

Nós temos de ter mecanismos que façam com que os empregadores domésticos paguem salário digno a seus trabalhadores domésticos. Eu acho que esse é o maior desafio que nós temos em relação a criar instrumentos para que haja uma formalização, falando apenas sob o ponto de vista previdenciário.

Então, além desse ponto, outro ponto que também nos preocupa, não a ideia em si, mas alguns ajustes, é em relação à renegociação das dívidas dos empregadores domésticos. Acho que a ideia é interessante, mas nos preocupa permitir que todo o período anterior seja contabilizado quando, na verdade, apenas os cinco últimos anos vão ser pagos. Então, pode-se estar criando, aí, um incentivo à fraude, a um benefício inadequado por aquele empregador doméstico que nunca assinou a carteira do seu empregado.

O que eu acho mais adequado nessa situação seria ter um tempo de prescrição maior, para não prejudicar o trabalhador doméstico que nunca teve a sua carteira assinada, nem, também, permitir um benefício inadequado ao empregador.

Uma outra alternativa seria contar, para efeitos de tempo de contribuição, ou seja, para todos os efeitos previdenciários, apenas o tempo em que foi, de fato, pago o benefício, a contribuição previdenciária.

Então, essa seria uma das duas alternativas. Eu prefiro a primeira, porque ela não prejudica o trabalhador doméstico.

Eu diria que esses são os dois pontos mais relevantes no substitutivo aprovado, fora alguns outros pontos mais técnicos, que não têm conteúdo de fundo maior.

Lembro que, no que diz respeito à Previdência Social, a regulamentação traz o benefício do salário-família, um benefício extremamente justo, que os demais empregados já tinham e a que o empregado doméstico não tinha direito.

Essa regulamentação para a Previdência Social é uma regulamentação relativamente tranquila. Tem um custo, mas é um custo que o Estado tem de bancar, é um direito garantido, agora, pela Constituição.

(Soa a campanha.)

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES –

Um outro benefício importante é o auxílio-acidente, que também não era garantido ao trabalhador doméstico. Aos demais empregados era garantido; ao doméstico, não. É um benefício também justo, quando o trabalhador doméstico sofre um acidente de trabalho e esse acidente lhe traz sequelas, ou seja, ele perde parte da sua capacidade laboral. Então, ele recebe um benefício até se aposentar ou até recuperar, integralmente, a sua capacidade laboral.

Então, esse é um benefício também garantido, além do auxílio, do benefício do auxílio-doença acidentário.

O auxílio-doença acidentário não é um benefício previdenciário adicional, mas a grande repercussão que ele tem é trabalhista – eu acho que a Tânia até pode explicar um pouco mais –, porque, em termos de valor,

ele equivale ao auxílio-doença previdenciário, a que o trabalhador doméstico já tinha direito. Porém, ele tem consequências trabalhistas, porque ele garante uma estabilidade de um ano ao trabalhador doméstico. Algo justo. Se for um acidente de trabalho, ele não pode ser demitido pelo empregador em função de um problema que foi causado no próprio ambiente de trabalho.

Então Senadora, em linhas gerais, essa é a visão do Ministério da Previdência. Entendemos que é uma grande conquista da sociedade brasileira, que temos que regulamentar o mais rápido possível. Em linhas gerais o projeto ele traz grande avanços, temos algumas observações técnicas que passamos para a Casa Civil, que está coordenando a discussão do Governo Federal. E pontos mais relevantes eu diria que são esses dois que nós citamos obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada Dr. Leonardo Rolim Guimarães, que é o Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, pelas contribuições aqui colocadas.

Antes de conceder a palavra para a Drª Tânia, nós recebemos mais três comentários dos internautas.

O primeiro é do Eusebio Marcarini Filho, de Cachoeiro de Itapemirim do Espírito Santo:

Eu quero parabenizá-los por mais este ato de dignidade com relação aos empregados domésticos, mesmo que tardiamente. Mas ainda há tempo de corrigir esta irregularidade para que todos tenham o mesmo direito de um trabalhador.

Márcio Carvalho da Silva, de Juiz de Fora, Minas Gerais, diz:

Sou contra a regulação do Estado nesse campo e em vários outros, o que parece ser um direito a mais que se adquira pode estar sendo empecilho para a formalidade. Os cidadãos devem ser livres para fazer comércio, contratar, prestar serviços e quanto mais desonerados de encargos melhor para economia que regula a sim mesma pela lei da oferta e da procura.

Da Srª Helvia Maria Dorta do Amaral, do Rio de Janeiro:

Prezados Senhores, louvável a PEC dos domésticos, categoria que merece ter direitos trabalhistas como todos. A Constituição Federal preceitua que todos são iguais perante a lei, entretanto, os senhores não podem esquecer que uma residência não é uma empresa que aufera lucros, portanto, mister haver uma diferenciação no que diz respeito a multa de FGTS e adicional noturno, haja vista empregada não trabalhar toda noite. Outro ponto a ser destacado é o fato de não existir um canal de denúncia para uso do empregador doméstico, que muitas vezes é humilhado: a empregada quebra tudo para ser mandada embora e receber

auxílio desemprego. A lei não deve ser protecionista ao empregado, mas justa a fim de que haja equilíbrio social. Mister ressaltar a carga horária do cuidador de idosos, 24 horas por 48 horas de folga. É muito boa; para o idoso a rotatividade é péssima, e neste caso a prioridade deve ser do idoso.

Concedo agora a palavra para a Drª Tânia Mara Coelho de Almeida Costa, Coordenadora-Geral da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

A SRª TÂNIA MARA COELHO DE ALMEIDA COSTA – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da Senadora Ana Rita, vocês que estão aqui ouvindo e todas as autoridades presentes.

Ao invés de começar com a minha apresentação, só vou falar rapidamente sobre a pergunta da Juçara, do Rio de Janeiro, que perguntou: “Quais direitos que não foram regulamentados?” Eu vou passar aqui rapidamente os direitos que dependem de regulamentação, que são muito menos que aqueles que já estão regulamentados.

Os direitos que não foram ainda regulamentados, que são objeto, inclusive, dessa audiência pública, são o que se estenderam do inciso I do art. 7º da Constituição Federal:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

*.....
I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.*

Esse direito é um direito bastante interessante porque não é só para as empregadas domésticas que ele não está regulamentado; ele não está regulamentado para nenhum trabalhador celetista. Então os 40% advêm desses direitos aqui. Não é nem que advêm do FGTS, do instituto do Fundo de Garantia; mas desse direito aqui. Por quê? O art. 10, I, ele fixa uma multa quatro vezes maior do que a multa prevista na Lei nº 5.107, que foi a lei que instituiu o Fundo de Garantia. Na época da Constituição Federal não existia a Lei nº 8.036, que é a lei que hoje rege o FGTS. Então ela aumenta de 10% para 40%. É daqui que decorrem os 40% e não, exatamente no direito do FGTS, no instituto do fundo, que vai ser outro direito que também depende de regulamentação.

O outro direito é o seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário. Hoje quem está no regime do FGTS, que fez a opção pelo regime do FGTS, tem direito a três parcelas do seguro-desemprego. Então hoje já recebe o seguro-desemprego, se se está inclu-

ido naquela lei opcional, a Lei nº 10.201, de 2001, e o Fundo de Garantia, que é o instituto do FGTS, que não é mais opcional e vai ser obrigatório a partir da publicação dessa lei complementar.

À remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, que é 20% – usa-se de paradigma a CLT – e ao salário-família pago em razão de dependente a trabalhador de baixa renda, nos termos da lei, como já foi explicado pelo Leonardo Rolim, Secretário de Políticas de Previdência Social, a empregada doméstica vai fazer jus também, porque hoje ela não faz.

O inciso XXV – “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas” –, na verdade, também depende de regulamentação, não só para o trabalhador doméstico como para todos os trabalhadores celetistas. Até hoje não se sabe quem vai arcar. Imagino que quem vai arcar com isso seja o Governo Federal, através de ministérios de cunho social que consigam abarcar essa responsabilidade.

Por último, o inciso XXVIII, que fala sobre “seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa”, na verdade também é um direito previdenciário, que já foi explicado pelo Dr. Leonardo Rolim.

Então são apenas esses direitos que dependem de regulamentação.

Agora, vamos passar bem rapidamente, fazendo um paralelo em relação à CLT e à Emenda Constitucional nº 72. Aos 70 anos da CLT, se discute que ela está extremamente desatualizada. Na verdade, ela não está desatualizada, porque ela, até hoje, é inspiradora para qualquer lei que aparece. Essa extensão do parágrafo único do art. 7º para as empregadas domésticas – pode-se observar – está absolutamente calcada no paradigma da CLT, que foi publicada em 1º de maio de 1943.

Antes da Emenda Constitucional nº 72, havia o art. 7º, parágrafo único, que fazia menção a alguns direitos que foram estendidos às trabalhadoras domésticas. A primeira movimentação mais específica, tirando algumas que aconteceram no Rio de Janeiro, quando era ainda Distrito Federal, foi a Lei nº 5.859, de dezembro de 1972, que criou os direitos da trabalhadora doméstica também com bastante timidez. O decreto nº 7.185, de 1973, regulamentou essa lei, que é de dezembro de 1972. Em 1973, foi regulamentada.

O art. 7º, alínea “a”, acredito, poderia ter sido uma opção revogar naquilo que não colidisse, isso aqui e aplicar aos trabalhadores domésticos a CLT, naquilo que fosse plausível.

Aqui estão elencados todos os direitos que são estendidos. Os direitos que estão em vermelho são os que elas já tinham e aqueles outros, os direitos a que elas tiveram acesso.

Eu acabei de falar daqueles direitos – na parte de baixo – que, na verdade, dependem de regulamentação.

Da Constituição Federal de 1988, os direitos que estavam elencados ali, de incisos em vermelho, eram: salário mínimo, irredutibilidade salarial, décimo terceiro, repouso semanal remunerado, férias anuais com acréscimo de um terço, licença à gestante de 120 dias, paternidade de cinco dias, aviso prévio proporcional de, no mínimo, 30 dias e aposentadoria.

Em relação ao aviso prévio proporcional a gente pode fazer um pequeno comentário. A Lei nº 12.206 estendeu o prazo do aviso em mais três dias a partir do segundo ano. Então, para o trabalhador doméstico, ele vai ser da mesma forma, estendido; não serão só 30 dias. E, quanto ao aviso prévio, é interessante esclarecer algo que, às vezes, há muita gente que confunde: quando a empregada pede demissão, pensa-se que ela tem de trabalhar, se tiver dez anos de trabalho, vamos supor, 60 dias. Não. Ela vai ter que trabalhar só os 30; para receber é que ela recebe esse valor a mais.

O que está em vigor então é: a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias. Então, 44 semanais. Isso já existe; o pagamento da hora extra também já está valendo; a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, a 50% à do normal, que é a hora extra, já está valendo; a garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável; a proteção do salário, na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa também está valendo; a proibição de diferença de salário, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, esse tipo de discriminação, já está valendo; a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência, também já está valendo.

Quanto ao reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, em que pese ter entrado como “já está valendo”, há um pequeno problema, porque, hoje, o Ministério do Trabalho não admite fazer nenhum tipo, a não ser por sentença judicial.

(Soa a campanha.)

A SRª TÂNIA MARA COELHO DE ALMEIDA COSTA – Todos os sindicatos que estão hoje registrados no Ministério do Trabalho o são por decisões judiciais. O art. 511 fala em categoria econômica, e isso tem que ser alterado. Nessa proposta que o Senador Jucá está apresentando, ele vai fazer uma alteração no art. 511, para poder permitir que não seja

só categoria econômica, porque realmente não é uma categoria econômica. Tem de haver essa questão diferenciada; pode ser até uma categoria diferenciada a do empregador doméstico, assim como a empregada doméstica também, para poder conseguir constituir, em qualquer Município em que se queira, por questão da unicidade sindical, definida pela própria Constituição, o seu sindicato da categoria profissional. Não há problema, porque empregada doméstica é uma categoria profissional.

Há outro inciso, que é o XXII: “redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.” Hoje é responsabilidade do Ministério do Trabalho promover as normas regulamentadoras de segurança e saúde. Hoje ainda não dá para discutir, porque nós não temos sindicatos para discutir a questão da segurança e da saúde. Então, nesse particular, o que nós do Ministério do Trabalho vamos fazer? Nós vamos pensar todos os riscos inerentes à segurança e à saúde e higiene do trabalhador doméstico e colocar como anexo de uma NR, que é uma norma regulamentadora. Pode ser a NR nº 33, pode ser a nº 35. É isso que o departamento que trata da segurança e da saúde vai fazer, para já colocar as advertências em relação a que tipo de proteção o empregador doméstico deve passar para seu empregado.

O que está dependendo de regulamentação?

Então, a gente acabou de falar da relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, que é a questão dos 40%. Então esses 40% na verdade estão garantidos para os trabalhadores celetistas, mas o que o artigo está pedindo – essa seria uma proposta transitória, e quase que está virando definitiva – é o que nós vamos ter que um dia resolver. E, quando resolver lá, resolve-se também a questão do trabalhador doméstico. Por isso, não tem como pegar os 40% e baixar para 5%.

A minha empregada doméstica está no regime do FGTS. Há 19 anos ela trabalha comigo, e, para eu não ter que, lá na frente, desembolsar um dinheiro muito grande em relação aos 40%, eu faço para ela um depósito na minha conta-corrente, numa poupança, de 40%, todo mês. Quando ela sair, eu vou pegar aquele dinheiro e repassar para ela. Acho que isso resolve o meu problema. O que o Senador Jucá fez é bem parecido com isso, e acho que é por aí, porque, ao final, quando se for pagar os 40%, vai ser muito pesado, realmente.

O Fundo de Garantia. O instituto do FGTS hoje já está disponível nos sites tanto do Ministério do Trabalho quanto da Previdência. Você vai entrar e se cadastrar. Se você já optou pelo Fundo de Garantia, vai fazer sua inscrição no eSocial, e tem que ver quais são os docu-

mentos de que você precisará. Há duas novidades lá que são: o número do recibo do imposto de renda de 2011 e de 2012, dos últimos dois anos. Então, se você entrar e, ao chega lá na frente, perceber que não tem o que foi pedido... Quem vai andar com o número do recibo do imposto de renda? É olhar de que se precisa para fazer o cadastramento do empregador e do que se precisa para fazer o cadastramento do empregado.

Já está disponível e, para quem quiser usar, vai ficar muito mais fácil. A partir deste mês, já vai gerar a guia para os dois pagamentos já finalizada. Você não vai precisar entrar na Previdência para fazer a GPS e depois pegar uma Gefip avulsa, que é o que eu faço. Pega a Gefip avulsa, gera e tem que ficar na fila da Caixa para pagar. Assim, hoje, é só chegar lá banco, no totem, e fazer o pagamento. Ficou mais fácil.

Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno. Também, paradigmaticamente, a gente usa a CLT, que são os 20%. Hoje, nós temos só um adicional noturno diferenciado, que é do trabalhador rural, de 25%.

(Soa a campanha.)

A SRª TÂNIA MARA COELHO DE ALMEIDA COSTA – Estou acabando. Estão faltando três telinhas só.

Salário-família, de que eu não vou precisar falar, porque o Leonardo já falou, e eu também dei uma pinçada no que depende de regulamentação.

Essa assistência gratuita aos filhos e dependentes, com certeza, não deve ficar para o empregador doméstico. Podem ficar tranquilos.

E o seguro contra acidentes de trabalho a cargo do empregador sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

Basicamente, era isso que eu queria falar. (Palmas).

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos à Drª Tânia Mara Coelho de Almeida Costa, Coordenadora-Geral da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho.

Quero aproveitar também para fazer o registro de algumas presenças aqui: da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República; da Srª Cleonice Santos, que é Assessora da Deputada Benedita da Silva, autora do projeto que originou toda essa discussão há muitos anos; do Sr. Artur Antônio, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); da Srª Maria de Fátima Passos Cavalcante, que é a Presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Distrito Federal.

Ao final, Maria de Fátima, nós a convidaremos, abrindo uma exceção, porque, quando nós listamos os convidados para esta audiência pública, não tínhamos

a informação de que haveria um Sindicato dos Empregadores Domésticos. Portanto, vocês não receberam o convite para compor a Mesa a tempo, mas, ao final das falas, vou abrir essa exceção para que a senhora possa falar, porque é importante também que a senhora se pronuncie nesta audiência pública.

Quero também mencionar aqui que outros internautas encaminharam mais comentários.

A Maria Thereza Gonçalves de Freitas, de Brasília, faz o seguinte comentário:

Creio que a regulamentação deve ser a mais simplificada possível, uma vez que a fiscalização será muito complicada. O que pode ser fiscalizado por comprovantes, FGTS, por exemplo, é fácil. Cumprimento de horário, folgas, trabalho noturno podem ser explicitados na própria carteira de trabalho e paralelamente fazer ampla divulgação por todos os meios disponíveis para que as empregadas saibam de seus direitos. Vai demorar um pouco para que os direitos sejam realmente cumpridos, mas tem que iniciar.

Outro comentário do Vanderlei Sasso, de São Paulo, capital:

Ex^{mos} Srs. da Comissão de Direitos Humanos, Regulamentação dos Direitos dos Empregados Domésticos, lamentavelmente que se demore tanto para fazer se valer tais direitos, uma vez que está aprovada a metade desses valores adquiridos.

Deve-se, portanto, com máxima urgência, ser aprovado o restante dos mesmos. Afinal, são pessoas que trabalham para outro e que devem ter seu vínculo empregatício igual a todos os trabalhadores, com todos os direitos normalizados. Quem contrata pode cumprir com a CLT.

Outro comentário da Leila Rosa Alcântara Oliveira, São Paulo, capital:

Tenho empregada doméstica e sempre registrei, e, na verdade, pago INSS, meus 12% e os 8% dela, pois a mesma tem cinco filhos e qualquer dinheiro é dinheiro. Pago também vale-transporte. O problema é que meu salário não tem aumento há muitos anos. Sou servidora municipal. Então, com esses valores para o FGTS e mais esse seguro obrigatório, vai ficar pesado para mim e talvez eu tenha que demiti-la.

Espero que a guia de recolhimento seja uma só, pois não temos contadores para cuidar dessa burocracia.

A Sr^a Raimunda Diogo dos Santos, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro: “A cidadã acredita que as pessoas que trabalham temporariamente devam ter seus direitos garantidos”.

Do Sr. Eurípedes Barsanupho Primo, de Goiânia, GO:

Acredito que a fórmula é simples. Direitos iguais. Essa é a forma adequada. Sem firulas ou escândalo, a CLT deve ser aplicada integralmente e sem brechas para que não tenhamos patrões aplicando golpes.

Do Sr. Washington Jonas de Moura, de Brasília, DF:

Regulamentar sem onerar e complicar a vida das famílias. Esse deve ser o foco para que seja bom para todos. Com uma tributação menor referente ao INSS, FGTS e multas, associada a uma forma de registro, controle, pagamentos simplificados, sem filas ou papelada desnecessárias acredito que pode dar certo.

Aqui há um comentário bastante longo do Sr. Luiz Antonio São Paulo, de Miami. Portanto, os internautas estrangeiros também estão dialogando com a Comissão de Direitos Humanos.

Prezados senhores, por favor, pensem naqueles idosos que vivem sozinhos, dependem de aposentadorias não corrigidas pela inflação e necessitam da companhia de uma cuidadora que, na maior parte das vezes, já até faz parte da família.

Esses idosos não têm, nem terão a capacidade de pagar três ou quatro cuidadoras para terem sua vida um pouco independente e digna. Asilos não há e já subiram mais de 30% desde que a lei foi publicada.

Deem pelo menos tempo para que haja uma transição mais suave para a nova lei. Concordo com a maior parte da lei, mas não posso deixar de pensar que vamos atirar idosos à sua própria sorte, se implementada como está e sem um período de transição.

Idosos dependem de cuidadoras e não podem pagar três ou quatro para manterem sua independência. Fazer uma transição abrupta vai somente ser mais despesa para o Governo com maior número de dependentes em asilos públicos. Existe algum? [A pergunta.]

Outro ponto difícil para quem depende de cuidadora é o aviso-prévio. Que idoso vivendo sozinho ou família vai dar aviso-prévio para uma cuidadora que tome conta e seja o elo de ligação e suporte à vida?

Imagine ficar 30 dias sozinho com uma pessoa que está sendo demitida? Existem idosos que nem mesmo podem se locomover sozinhos ou se comunicar como, por exemplo, quem sofre de Alzheimer. Deixem espaço para a negociação com as cuidadoras. Pensar nisso, pelo amor de Deus. Não quero acabar em um asilo. Outra questão é a jornada de trabalho das cuidadoras. Muitas trabalham durante do dia e pernoitam no serviço, até por uma questão de facilidade e economia. Deixem uma abertura para a negociação entre o idoso e a cuidadora quanto às horas trabalhadas por dia e o pernoite, criando, talvez, um pequeno adicional sobre o valor mensal e, caso seja necessário atender o idoso à noite, o pagamento das horas

extras efetivamente utilizadas. Finalmente, a entrada em vigor da lei: em último caso, o idoso que não tem capacidade de pagar tudo o que a nova lei exige vai terminar em um asilo, mas não há capacidade para todos. É preciso um tempo de reação de oferta. A lei, pelo menos para cuidadoras, deveria ter um período de transição suficiente para que haja ofertas de leitos e asilos. Com a explosão de demandas sem oferta, os preços vão – já estão – explodir. O que fazer com os idosos dependentes e sozinhos agora?

Então, essa é a mensagem do Luiz Antônio, de São Paulo, do Bairro Kendall, Miami, Estados Unidos.

Em seguida, concedo a palavra ao Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Anamatra.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO

– Obrigado, Senadora Ana Rita, Senador Paulo Paim, meus caros colegas de Mesa, Ministro Godinho, senhores jornalistas, senhores presentes, internautas, é, mais uma vez, uma honra, em nome da Anamatra, ocupar este espaço para discutir direitos que não são nossos, dos juízes, mas que são da sociedade civil.

Uma das finalidades estatutárias da Anamatra é exatamente lutar, como organização social, pela manutenção e pela progressividade dos direitos sociais no País. Então, esse é o papel que pensamos cumprir aqui quando discutimos esse tema.

Desde logo e em caráter de introdução, diante dessas mensagens todas, Senadora, que retratam as diferentes características do empregador doméstico em relação às empresas, é interessante fazer algumas pontuações.

A Anamatra e, tenho certeza, os próprios Parlamentares, quando pensaram esse projeto, quando plasmaram essa verdadeira revolução no campo dos direitos sociais, tiveram em conta, sim, as diferenças que existem entre uma empresa e um empregador doméstico. Há direitos que são, obviamente, absolutamente incompatíveis com o empregador doméstico. Não sealaria, por exemplo, em participação nos lucros e resultados para o empregado doméstico.

No entanto, há outros – e este é o ponto, isto é o que eu gostaria que os internautas que enviaram as mensagens percebessem – que, por razão natural alguma, poderiam ter sido excluídos do patrimônio jurídico do empregado doméstico. Mas o foram. Foram por uma opção que não foi do Judiciário, que não foi sequer do legislador ordinário, mas foi do Constituinte originário. Na Constituição de 5 de outubro de 1988, por razões que agora não compete discutir, o Constituinte entendeu que alguns direitos sociais não deveriam estender-se ao trabalhador doméstico, ao empregado

doméstico, embora pudessem naturalmente estender-se a eles. É o caso do adicional noturno, é o caso da duração de jornada e de outros tantos que não foram estendidos por uma opção.

Então, isso tem de ser reconhecido de maneira muito clara. O fato é que, originalmente, houve um ato do poder constituinte originário que discriminou o empregado doméstico. Esse é o fato. E o que acontece agora é que, talvez já tardiamente, mas ainda em tempo de fazê-lo, o poder constituinte derivado entra em cena para corrigir o que, me parece, era uma dívida histórica que a sociedade brasileira tinha para com os empregados domésticos. Então, é isto que a Emenda Constitucional nº 72 efetivamente faz: resgata uma dívida histórica que nós tínhamos.

Quem teve, eventualmente, a experiência de residir fora do País – eu tive essa oportunidade e residi durante dois anos em Lisboa, para efeito de estudos – sabe que essa figura do empregado doméstico que temos no Brasil é uma figura que, na Europa, praticamente não se encontra mais. Nos Estados Unidos da América, essa figura que envolve uma subordinação direta e um grau de pessoalidade e de intimidade que leva a um quadro muito peculiar... Tanto que partiu de uma arquiteta brasileira a ideia de, em Miami, fazer projetos com o quartinho da empregada, porque lá não havia essa ideia. Essa é uma realidade nossa, que em muitos países, sobretudo nos mais desenvolvidos, foi superada.

O que temos, por exemplo, na maior parte da Europa continental são empresas que prestam esses serviços. Aí, muito bem, durante certo período, determinado trabalhador, determinado empregado, vai à sua casa e faz todo o serviço doméstico, mas recebendo como um trabalhador urbano, sem distinção alguma.

Eu tenho muito receio de dizer isso porque não deixa de ser uma forma de terceirização, e terceirização, no Brasil, é sempre um problema. Traz sempre o risco de precarização, infelizmente. Mas, de todo modo, é preciso que se tenha muito claro que, nesses países economicamente mais desenvolvidos, o próprio percentual de trabalhadores – então, o percentual de indivíduos da População Economicamente Ativa – que tem uma atividade ligada a atividades domésticas, ou ditas serviços, é mínimo. Não chega a duas casas decimais. Em determinados países, não chega a 1% da PEA (População Economicamente Ativa), enquanto no Brasil esse percentual, historicamente, é muito maior. Obviamente, isso reflete uma certa exclusão que deve ser reconhecida. E o grande mérito dessa emenda é exatamente resgatar essa situação.

Algo inclusive que mencionei está em um artigo que deve ser publicado por esses dias. A rigor, e isso

já foi dito hoje, muito disso que temos hoje na realidade do trabalho doméstico, ainda trazemos de uma memória cultural recente do que foi a própria escravidão. Isso é uma grande verdade. A própria expressão “mucama”, que, vez por outra, é utilizada para designar, e até pejorativamente designar, o empregado doméstico vem do dialeto africano. Identificava a pessoa que acompanhava o senhor em todos os serviços, inclusive no leito, o que demonstra até o preconceito que há por detrás disso. É esse caldo de cultura que nós temos de vencer, e a Emenda Constitucional nº 72 é uma grande oportunidade para isso.

Bom, dito isso, eu posso, desde logo, antecipar que a Anamatra vê com excelentes olhos essa regulamentação. E me parece que foi, inclusive, feliz a opção dos Parlamentares de optar por uma lei específica, aqui pelo PLC nº 224, do que simplesmente, por exemplo, como foi até sugerido, suprimir a alínea “a” do art. 7º da CLT, porque há a questão da adaptação. Em boa medida, o projeto que regulamenta a Emenda nº 72 traz essa adaptação.

Então, o que eu vou dizer agora são apenas ajustes que a nós, da Anamatra, parecem fundamentais para que tenhamos mais bem atendido, no PLC nº 224, o próprio espírito da Emenda Constitucional nº 72 que, afinal, é equiparar o empregado doméstico aos empregados urbanos e rurais naquilo que houver, obviamente, compatibilidade. Como eu disse, poucas coisas são aquelas em que definitivamente se dirá que jamais poderá ser aplicado ao empregador doméstico; são poucos direitos, alguns. Mas a maior parte deles, naturalmente, pode estender-se, sim, ao empregado doméstico.

Então, já fazendo essas observações, um primeiro ponto – começo falando de jornada e temas conexos – em que houve, de fato, a manutenção de uma distinção que, a nosso ver, não se justifica, fere o próprio espírito da Emenda Constitucional nº 72 no art. 2º, quando nós temos, então, a referência à duração do trabalho. O §4º diz o seguinte, pela redação que foi aprovada pela Comissão Mista:

§4º. Poderá ser dispensado o acréscimo de salário e instituído regime de compensação de horas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, se o excesso de horas de um dia for compensado em outro dia.

O inciso III do §5º fala dessa compensação em regime de banco de horas. A versão final já não utiliza essa expressão, mas o fato é que isso é um banco de horas. Utiliza-se a limitação pelo período máximo de um ano.

Duas observações. A primeira observação, curiosamente, está na nota técnica da Anamatra, que eu já

distribuí a alguns membros da Mesa e aos Senadores e distribuirei também aos demais.

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO

– A primeira observação é que, exatamente – parece-me – para o trabalho doméstico esse período é longo demais. O que nós estamos sugerindo são, exatamente, os três meses, que, coincidentemente, o Ministro Godinho também mencionou. A segunda observação muito relevante é que essa redação, inclusive, é haurida do art. 59 da CLT, só que lá há um limite diário, como deve ser, já que isso diz respeito à saúde do trabalhador. Esse limite é de dez horas.

A CLT foi pensada para uma duração normal de oito horas com possibilidade de mais duas horas extras. Inclusive, para isso, haveria necessidade de um acordo de prorrogação de jornada, que, infelizmente, a prática esqueceu. Mas, enfim, o limite é de dez horas. Para o banco de horas do trabalhador urbano, há um limite diário, e aqui para o trabalhador doméstico não haverá limite.

Sim, mas por quê? Terá ele uma resistência maior que o trabalhador urbano? Bom, aquele mesmo limite que a lei entende saudável para o trabalhador comum é o limite do excesso de trabalho saudável para o empregado doméstico. Aqui tem de ser feita uma equiparação.

Também o §7º diz:

Os intervalos previstos nesta lei, o tempo de repouso, as horas não trabalhadas, os feriados e os domingos livres em que os empregados que moram no local de trabalho nele permaneçam não serão computados como horário de trabalho.

Logo adiante, o art. 11 também diz que “em relação ao empregado responsável por acompanhar o empregador prestando serviços em viagem, serão consideradas apenas as horas efetivamente trabalhadas no período”.

Vejam, aqui também há uma distinção que, a meu ver, não se justifica. O art. 4º da CLT faz uma equiparação para o trabalhador urbano entre o tempo de serviço efetivamente prestado e o tempo à disposição. Isso não pode ser esquecido em relação ao trabalhador doméstico também; ou seja, se ele permanece sem efetivamente trabalhar, ele não está fazendo faxina alguma, não está atendendo pessoa alguma, mas está aguardando ordens, está aguardando o comando do seu empregador, se ele está à disposição, deve-se aplicar a ele o que se aplica ao trabalhador urbano, e aquelas horas têm de ser consideradas. Da maneira como está aqui, elas não serão consideradas. Somente seriam consideradas aquelas efetivamente trabalhadas, e as horas à disposição, então, já não são mais computadas para efeito de jornada. Equívoco. Deve

haver aqui uma equiparação também, como há para o trabalhador urbano.

Prosseguindo, trabalho em regime de tempo parcial. E já caminho aqui para o final. Isso nos preocupa sobremodo na Anamatra. Vejam que o trabalho a tempo parcial, na CLT, foi introduzido, inclusive para aqueles que já estavam empregados, somente mediante autorização e negociação coletiva, que aqui não há. Então, esse filtro sindical para os trabalhadores domésticos que já estão empregados hoje não haverá. E o pior: como nunca houve duração de jornada para o empregado doméstico, o fato é que, em muitas casas, o empregado doméstico não trabalhava as oito horas; trabalhava menos. Aliás, alguns desses *e-mails* até disseram isso.

E o que eu estou vendo que se avizinha no horizonte?

Então, vejam, vamos imaginar que a empregada doméstica fazia seis horas diárias em média. Aí vem a Emenda nº 72 e a regulamentação. O empregador doméstico a chama e diz o seguinte: “Agora, a lei exige que você trabalhe oito horas. Então, você vai trabalhar mais duas horas”. “Ah, sim, e o meu salário aumenta?” “Não, só estou ajustando a jornada com o que diz a nova lei.”

Então, vejam como isso pode ser mal interpretado; ou seja, uma regulamentação que vem para beneficiar acaba sendo torcida para prejudicar. Ou, pelo contrário, esse empregador dirá: “Bom, então, vamos fazer um contrato de trabalho a tempo parcial. Você vai continuar trabalhando por quatro, cinco horas por dia, por 25 horas semanais.” “Ah, então, tudo bem, fica tudo igual!” “Não, não fica tudo igual, porque, agora, o seu salário é proporcional. Você recebia o salário mínimo. Até então, não havia essa possibilidade, mas, agora, o seu salário será proporcional às 25 horas semanais, portanto inferior ao mínimo.” De novo, uma regulamentação que teria vindo para beneficiar prejudica.

Daí, a nosso ver, a melhor solução seria, de fato, extirpar a previsão do trabalho a tempo parcial no caso do emprego doméstico.

(*Soa a campanha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Há outras questões – e aí termino –, como, por exemplo, a do trabalho de 12 horas por 36 horas. Temos também a mesma preocupação. Sabemos da questão dos cuidadores, da necessidade dos idosos. Achamos até que, eventualmente, pudesse ser discutida uma possibilidade para esses casos. Mas o fato é que o art. 10 não estabelece distinção. Admite isso em qualquer situação, mediante acordo escrito entre empregador e empregado doméstico.

No campo do trabalho urbano, o sindicato funciona como filtro, para que não haja abuso. Aqui, não

haverá o filtro do sindicato. E, mais uma vez, haverá, em tese, a perspectiva de o empregado doméstico aceitar porque simplesmente ele está em uma relação jurídica que o subalterniza. A verdade é essa.

Então, o regime de 12 horas por 36 horas, da maneira como está, sem a intermediação de um sindicato, é sempre perigoso.

Quero dizer uma última coisa, porque meu tempo já se foi. Gostaria apenas de lamentar em nome da Anamatra... Os senhores vão perceber que a Nota Técnica, inclusive, elogiava o art. 44 do projeto, mas, por uma série de circunstâncias, na discussão final da Comissão Mista, esse artigo foi modificado, e, como disse o Ministro, agora, a fiscalização baseia-se simplesmente no que dispõe a CLT. A CLT não dispõe a esse respeito com nenhuma utilidade para o emprego doméstico, exatamente pela garantia constitucional da inviolabilidade domiciliar. Acho que os Senadores e os Deputados pensaram bem a solução naquele art. 44, quando previam, então, insistindo nisso, primeiro, o consentimento do inspecionado. Ótimo! Se há o consentimento, não se viola a inviolabilidade. Segundo, não havendo o consentimento, ou seja, se o inspecionado não aceitar a inspeção, há a possibilidade, a partir de uma autuação por fiscalização indireta, de, na Justiça do Trabalho, inverter-se o ônus da prova, que é um mecanismo que já se utiliza no Direito brasileiro. O Código Civil, no art. 232, utiliza isso em caso de perícia médica quando o indivíduo, pelos seus direitos fundamentais, não aceita, por exemplo, fazer o teste de DNA. Nesse caso, inverte-se o ônus da prova.

E, finalmente, em casos gravíssimos, de trabalho escravo, de trabalho infantil etc., há a possibilidade de, com o mandado judicial, haver efetivamente a penetração na residência, o que está dentro da possibilidade constitucional. A ideia seria apenas a de definir a autoridade, que, a nosso ver, deveria ser o juiz do trabalho. Essa era uma alternativa que estava presente, mas que não está mais. Quanto a isso, então, temos de lamentar. O projeto estava melhor antes, quando havia essas previsões.

Agradeço à Senadora Ana Rita o convite. Quero dizer que a Anamatra segue à disposição. Queremos discutir esse tema e queremos que, de fato, esse projeto traga para a sociedade civil o que ele promete, que é o resgate de uma diferença histórica que não se justifica mais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Ana-

matra). Obrigada pela presença e pelas contribuições que V. S^a trouxe.

Antes de passar a palavra para a Sr^a Samara, vou fazer o convite para que também a Sr^a Maria de Fátima Passos Cavalcante, Presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Distrito Federal, possa ocupar uma das cadeiras.

Nós estamos abrindo esse precedente, Maria de Fátima, porque, normalmente, quem compõe a Mesa passa pela aprovação do Plenário da Comissão de Direitos Humanos. V. S^a está sendo convidada. Nós estamos abrindo esse espaço que consideramos importante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sempre sob a orientação da Presidenta. Se ela abre o espaço, o Plenário aprova na íntegra.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O Senador Paulo Paim, com certeza, não vai se opor, não é, Senador?

Nós recebemos aqui mais duas mensagens da Sr^a Ana Benedita Ferreira dos Santos Fries, que é de Butantã, São Paulo.

Eu vou fazer a leitura das duas mensagens.

Primeiro, ela faz uma pergunta:

Para que haja emprego obrigatoriamente tem que haver o empregador e o empregado; ambos devem ter direitos e obrigações. Mas essa regulamentação basicamente cuida muito dos direitos do empregado doméstico. A Justiça do Trabalho também só protege o empregado. Como será possível continuarmos contratando empregado doméstico?

E a mesma pessoa, Ana Benedita, diz também:

A lei deve excluir da obrigação do recolhimento de 3.1% os empregadores que já recolhem FGTS, ficando, entretanto, obrigados, nas novas contratações, após a vigência da regulamentação. Representará punição a quem está recolhendo exigir antecipação do depósito dos 40% sobre o saldo atual do FGTS.

Dessa forma, eu concedo agora a palavra à Sr^a Samara da Silva Nunes, presidenta da Associação Brasileira das Empregadas Domésticas, Trabalhadoras e Trabalhadores do Lar do Distrito Federal e do Entorno.

Com a palavra, Samara.

A SR^a SAMARA DA SILVA NUNES – Bom dia! É um prazer estar sentada aqui nesta Comissão. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da Senadora Ana Rita. Gostaria de cumprimentar também o Senador Paulo Paim e os demais presentes.

Quanto à questão dessa emenda constitucional, foi aquela festa no dia 2 de abril de 2013, na promulgação, em que o Senador esteve presente... Quando se fala em trabalhador doméstico, a gente é associada à época da escravidão, por sermos negras, minorias,

não sermos regidas pela CLT. Nesse debate dessas questões, concordo, sim, com o Ex^{mo} Ministro quando ele fala de flexibilizar. Com o banco de horas, também concordo.

Então, é inviável que um projeto desses passe no Congresso, já que nós lutamos... Já vem de muito tempo essa questão de igualdade de direitos trabalhistas. Está aqui a Sr^a Tânia Mara, que também participou da Comissão, quando foi para regulamentar essa questão do Fundo de Garantia, do auxílio.

Com a renegociação das dívidas previdenciárias, eu também concordo, o que seria um meio, porque muitas vezes a pessoa está há mais de 15 anos trabalhando em uma casa, mas, só no último ano, é assinada a sua carteira.

Quanto à questão da fiscalização, concordo. O domicílio, sim, é inviolável, salvo via Judiciário. Então, a campanha que nós fazemos, dentro do Distrito Federal e acredito em todo o Brasil, seria com relação à questão da denúncia. Aqui onde está o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Legislativo, existe e é grande ainda essa questão de sermos consideradas uma minoria. Dentro do Distrito Federal, a base nossa é de mais de 300 mil, Senador, dentro do Distrito Federal! Agora, são mínimas... Nós fizemos um levantamento, mas para o Dieese tem de haver uma estatística para isso ser considerado, para entrar na estatística do Dieese. Então, há um percentual. Acima de 1% já entra na estatística. Quando pedimos à Lilian para fazer esse levantamento do Dieese, ela falou que isso seria muito complicado. Então, é um trabalho minucioso.

E a questão do auxílio, do seguro, do acidente, muitas vezes, não é a questão de que nós vamos ficar sem laborar. E quando nós perdermos a vida? Quem se responsabiliza?

Batemos também nessa questão das creches, porque, a partir do momento que nós também nos deslocamos ao trabalho, nós temos família, nós temos filho pequeno, em idade escolar. Tivemos, agora, o debate da educação. Vem a Conferência Nacional da Educação, da qual participo também por ser estudante de Pedagogia, quinto semestre. E batemos muito nessa questão das creches, Paulo Paim, porque é uma questão crítica dentro do Distrito Federal.

Outra coisa que eu bato também, com o que concordo, é que, se é igualdade de direito, no capítulo II, art. 15, poderia baixar a alíquota de 12% para 8%. Agora, não concordo com a questão do banco de horas, com a questão da multa dos 40%. Poderia fazer, sim. É uma sugestão. Foi uma coisa que nós debatemos muito. Então, faça-se uma poupança para, na demissão sem justa causa, pagar os 40%. Hoje em dia, para sairmos dessa questão do trabalho escravo, só

vai ter empregada dentro do Distrito Federal ou dentro do Brasil quem tiver condições.

Na questão do cuidador, há uma lei de regulamentação dentro do Senado, do Senador Waldemir Moka. É também categoria diferenciada. Já está desmembrado e, se não me engano, já está no Ministério do Trabalho esse novo sindicato para desmembrar o cuidador do trabalhador doméstico, porque era vinculado. Tanto faço parte do trabalhador doméstico, como faço parte do cuidador. Eu laboro nessas duas funções.

Então, muitas vezes, pedimos aos nossos patrões que recolham o Fundo de Garantia, o seguro-desemprego, porque muitas também não têm essa questão. Ela sabe que, a partir do momento em que ela é demitida, o Governo paga. Não precisar estar, necessariamente, inscrita no seguro e no Fundo de Garantia. Ele paga três meses do seguro.

Nós estamos fazendo uma campanha na associação – porque eu também sou Diretora de Assuntos Sindicais do Sindicato dos Empregados Domésticos do Distrito Federal –, na entidade de que estou Presidente: nós fazemos parte da conscientização de direitos do trabalhador doméstico. Ele tem que se mobilizar, ele tem que fazer a denúncia. A partir do momento em que ele faz a denúncia, nós podemos acionar a Superintendência.

Então, quanto a essa questão que o Guilherme colocou muito bem, também concordo. E a fiscalização, sim, poderia vir do Judiciário.

Então, pedimos a todos os Parlamentares e à Senadora que também intervenham, que continuem. Não adiantou nada a gente ter feito aquela festa no dia 02, a promulgação, o fim do resquício da escravidão no Brasil, e hoje nós estarmos aqui discutindo a mesma coisa de quando foi inserida lá da PEC nº 478, de 2010.

Então, igualdade de trabalho é igualdade de trabalho. É igualar tudo aquilo a que os outros trabalhadores urbanos têm direito para nós, trabalhadores domésticos, e para os rurais.

(Soa a campanha.)

A SRª SAMARA DA SILVA NUNES – Então, peço encarecidamente que a gente reveja essas propostas que foram colocadas aqui pelo Sr. Ministro do Trabalho, ao lado de quem eu tenho muito prazer de estar.

Então, podemos fazer outras propostas, e ouvir, principalmente, a categoria, que no momento só é representada aqui dentro do Congresso Nacional através de quem? A Srª Cleusa e eu, que estamos aí na luta. Ela não pôde estar presente, por estar na convenção da OIT em Genebra. Então, batemos muito, Paulo Paim, nessa questão do trabalhador doméstico. E sei que o senhor é um dos Senadores da bancada trabalhista

que bate muito nessa questão, tanto do previdenciário quanto do trabalhador doméstico.

Eu agradeço aqui a oportunidade. Espero estar batendo também, junto com a Anamatra, que eu tive o prazer de conhecer agora. E gostaria também, mais uma vez, de agradecer ao senhor Avelino, aqui do Doméstica Legal, que nós já conhecemos há um bom tempo, e está aqui presente, e à SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, de que é representante a Ministra Eleonora.

Eu, na condição de trabalhadora doméstica, como sou, porque eu ainda trabalho, ainda estou dentro da casa – só que estou só nos finais de semana, porque na semana eu estou liberada –, bato muito nessa parte: que seja regulamentado esse PLS nº 224, do mesmo jeito que foi lá quando a Benedita pediu para serem incluídos aqueles 16 artigos. Que continue, porque a nossa luta é a luta de uma minoria que não é reconhecida dentro do Brasil. Mas, a partir do momento em que a própria Senadora sai de casa, ela deixa alguém lá na casa dela. Nós somos vigilantes, nós fazemos o papel, muitas vezes, de terapeutas, e por uma categoria que é – como se diz? Não é fracionada – muito batida por sermos negras, nordestinas e não termos escolaridade. Muito pelo contrário. Vamos dar qualificação, capacitação, para que, hoje em dia, quando qualquer um de vocês aqui precisar de uma trabalhadora doméstica, ela estar qualificada e capacitada para atender. Mas hoje em dia, há trabalhador doméstico dentro da sua residência, e realmente tem que se pensar no trabalhador. Então, no caso do ônus, faça o melhor para o trabalhador.

Muito obrigada, e bom dia. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Samara da Silva Nunes, Presidenta da Associação Brasileira das Empregadas Domésticas, Trabalhadoras e Trabalhadores do Lar do Distrito Federal e do Entorno, pela sua presença e pela sua contribuição.

Eu vou conceder a palavra agora para o Ministro do TST, porque ele está com problema de horário. Desde o início nós já sabíamos disso. Já foi ultrapassado o tempo de permanência dele aqui, mas eu pedi que ele ficasse até o final da fala da Samara, para que ele pudesse também fazer as suas considerações finais, antes de sair.

Ministro.

O SR. MAURÍCIO JOSÉ GODINHO DELGADO – Obrigado, Senadora. Agradeço a todos. É sempre uma satisfação – mais uma vez reitero isso.

Quero dizer apenas que, realmente, a relevância da Emenda Constitucional nº 72 é inquestionável. Foi mundialmente reconhecida essa importância. Eu creio

que foi um trabalho do Parlamento altamente meritório, mas a regulação é fundamental. É da característica do Direito brasileiro. Conforme sabemos, em quase todas as áreas do Direito brasileiro – civil, penal, tributário e também trabalhista –, é fundamental a regulamentação. E a regulamentação tem que seguir realmente os parâmetros constitucionais.

Eu até, Senadora, me absteve de falar de alguns detalhes no projeto, detalhes meramente formais, como, por exemplo, o pedido do trabalhador para converter um terço de férias em pecúnia, que é um direito pelo qual todas as pessoas, de maneira geral, têm grande apreço por razões econômicas. Há um pequeno detalhe no projeto em que é preciso que esse prazo seja até o final do período aquisitivo, senão a regra, da maneira como está, com um pequeno erro material, parece-me que não seria viável. Até o final do período aquisitivo, aí começa o período de gozo das férias. Pequenos detalhes que depois posso encaminhar a V. Ex^a. Também com relação à remuneração do repouso e do feriado, há pequenos detalhes.

Eu acho que, de maneira geral, o projeto atende bem às diversas dimensões do problema. Eu não tenho a menor dúvida de que é um avanço assim dos maiores que eu já vi no País.

Nesse porte, apenas a Lei nº 4.114, de 1963, que estendeu a legislação trabalhista ao campo. Foi um avanço que levou cerca de 20 anos para se tornar efetivo, porque, lamentavelmente, logo depois, tivemos um regime autocrático, que não teve a preocupação de efetivar aqueles direitos.

Então, parece-me que o Parlamento, se aprovar com celeridade uma lei desse porte, com a contribuição muito bem feita pelos colegas aqui de Mesa... Eu sempre fui contra essa regulação do trabalho em tempo parcial, desde os anos 90, quando ela surgiu. E ela não deu nenhum resultado prático.

Se o Parlamento decidir simplesmente extirpar essa parte, acho que também será uma medida que não trará nenhum problema negativo com relação à regulamentação. Mas acho que as circunstâncias de o projeto de lei levar em conta que se trata de uma categoria especial, no âmbito tanto do trabalhador, quanto do empregador, como faz e como fez a emenda, é algo também sábio.

Evidentemente, não cabe aqui restringir nenhum direito que foi estendido, mas regular e dar efetividade à Emenda Constitucional nº 72.

Creio que mais uma vez o Parlamento está numa direção muito positiva. É apenas isso que eu gostaria de dizer sobre o projeto.

É muito importante que nós, com a experiência do Poder Judiciário de cerca de três décadas, em que

lidamos com alguns milhares de conflitos trabalhistas por mês, possamos dizer com a maior tranquilidade que esse projeto traz um ganho significativo para os trabalhadores domésticos. E ele mantém viável a continuidade significativa dessa relação de emprego que, num País com as nossas características, ainda deve permanecer com uma certa importância por algumas décadas.

Então, eu creio que o projeto tem o equilíbrio necessário, naturalmente, como toda obra humana, podendo ser aperfeiçoado, é claro, pelo próprio Parlamento.

Eu agradeço demais, portanto, esta oportunidade. Encaminharei à Senadora essas pequenas observações técnicas, para não cansar também os presentes a esta reunião, mas trazendo, portanto, esta minha experiência e avaliação ao Parlamento brasileiro, a quem apresento mais uma vez as minhas homenagens.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Maurício José Godinho Delgado, pela presença e pela contribuição. Ficaremos aguardando, então, as manifestações, por escrito, para que possamos, também, como Comissão de Direitos Humanos, contribuir com o nosso Relator, o Senador Romero Jucá.

Obrigada, Ministro, que Deus o abençoe, e obrigado pela presença.

Concedo, agora, a palavra à Maria de Fátima Passos Cavalcante, Presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos, aqui do Distrito Federal, por um período igual ao dos demais.

A SR^a MARIA DE FÁTIMA PASSOS CAVALCANTE – Bom dia a todos. Meu nome é Maria de Fátima, sou representante do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Distrito Federal e Entorno.

Quero agradecer à Senadora a oportunidade por este momento. Agradeço, também, a todos os presentes, à imprensa, aos ministros, a todas as instituições aqui representadas.

Nosso papel de sindicato sempre é visto como confrontar e, neste momento, nosso Sindicato dos Empregadores foi criado para que viéssemos, juntamente ao Estado, juntamente ao sindicato representado pelas empregadas domésticas, como também com as associações ligadas à instituição. Gostaria de dizer, aqui, no momento, que o sindicato vem parabenizar e concorda com as providências que estão sendo tomadas, porque essa é uma luta de muitos anos pelos direitos dos trabalhadores; é um benefício e esta luta ainda não terminou, porque não é nem justo que isso tenha vindo a ser uma luta para uma igualdade traba-

lhista. No momento em que o cidadão trabalha, tem os direitos como um e outro de qualquer categoria.

Gostaria, também, de falar sobre a questão, que acho de extrema importância, que é a redução para que se venha a equiparar a diminuição da contribuição das empregadas, de 12% para 4%, para que o patrão tenha oportunidade de diminuir também a sua carga tributária. O que vemos é que o patrão é uma pessoa física; não é uma instituição jurídica, uma instituição em que venha a haver, ali, um faturamento. Vamos colocar assim: uma empresa tem um faturamento, e os encargos são descontados em cima desse faturamento. É diferente de um empregador doméstico que tem um salário fixo – vamos falar assim; daquele salário fixo, ele tem as contribuições de INSS, de imposto de renda, como vários encargos, e precisa retirar isso do seu salário para passar para um empregado doméstico, sendo que aquele empregado doméstico também, muitas vezes, também tem um empregado dentro da sua residência, e tem de contribuir com essas despesas – são os encargos de FGTS e tudo. O empregado não vai dar conta de pagar também.

Acho que é um momento em que temos de relevar. Haverá discussões, há um entendimento entre os sindicatos. O sindicato é uma instituição que acredito ser importante para as negociações, para dar tranquilidade tanto ao empregador como ao empregado, porque a instituição foi criada num momento de muitas dúvidas.

Geralmente, vemos pelo que aparece na imprensa; do que é divulgado na imprensa temos conhecimento, e nem todos os brasileiros – vemos principalmente no Entorno – têm a oportunidade de conhecer seus direitos, seus deveres. Então, a imprensa, hoje, tem um papel tão importante que o empregado de qualquer classe social fica ligado na imprensa para saber das notícias, dos seus direitos, dos seus deveres.

Então, a instituição vem hoje para esclarecer ao patrão os seus direitos, como também os seus deveres. E nós queremos com isso contribuir com o Estado e com as instituições.

Eu agradeço pela oportunidade. O nosso sindicato ainda é muito jovem aqui em Brasília, mas estamos disponíveis, em qualquer situação que venha a ser discutida, para a melhoria do entendimento entre o patrão e os empregados.

Eu também gostaria de dizer que já estive dos dois lados. Por isso, o meu interesse em estar à frente desse sindicato. Eu trabalhei em Brasília, quando cheguei, logo ainda criança. Eu fui babá e, naquela época, não existiam salários; a gente recebia algum produto como benefício, que seria uma roupa, um transporte, alimentação, mas não havia, muitas vezes, salário.

Então, trabalhei como babá, trabalhei como doméstica, como faxineira e hoje eu vejo o tanto que evoluiu. Mas são tantos anos de luta, e eu não quero, jamais, deixar de lutar também pelos direitos das domésticas, porque o patrão tem a obrigação, como qualquer cidadão, de cumprir seus deveres. Mas eu também não gostaria que as empregadas fossem prejudicadas, como o patrão também não pode ser prejudicado. Eu acho que o Estado tem condições de dividir esses benefícios, principalmente essa multa do FGTS, que eu acho que tem de ser diminuída, como eu já falei, porque o empregador é um patrão, mas é uma pessoa física. Muitas das vezes, ele vai ter que dispensar o seu funcionário, a sua empregada por não ser viável ele cumprir com esse valor.

Então, eu acho que ainda tem de haver uma emenda que venha a colocar um acordo, talvez um acordo entre empregado...; que haja algum tipo de contrato que venha regularizar o entendimento entre os dois.

Vejam que há diversas situações: do cuidador do idoso, da empregada doméstica, do jardineiro, e são todos empregados domésticos.

Então, tanto o do lar, como também aquele que venha a estar como babá, como cuidador de idoso requerem cuidados, e eu acredito em contratos e acordos diferenciados conforme cada situação.

Mais uma vez, agradeço a todos pela oportunidade de falar e de expor aqui que a instituição e que nós estamos, Senadora, à disposição para qualquer discussão, para que haja mais entendimentos entre os patrões e os empregados, para não ficarem tão apavorados e acharem... Sempre acham que sindicato vem para brigar. Não, nós estaremos aqui para acordar mesmo.

Está bom?

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Agradecemos à Maria de Fátima Passos Cavalcante, Presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Distrito Federal.

Antes de passar a palavra para o Senador Paulo Paim, informo que chegaram também outras informações aqui pela Internet, pelo Alô Senado.

Aqui o Antônio Pereira Benício, de Chácara das Garças, Santana do Parnaíba, São Paulo. O cidadão afirma ter assistido à reunião da CDH na segunda-feira, dia 17/06, e tece um comentário a respeito da necessidade de laudos técnicos para a comprovação de periculosidade na profissão. Coloca que, quando um trabalhador requer o recebimento de seus direitos, faz-se necessária a entrega de documentos que comprovem a periculosidade. Entretanto, nem todas

as empresas oferecem esses documentos, o que prejudica o cidadão.

Afirma ser soldador e ter trabalhado, por muitos anos, em uma empresa privada, e que, quando recorreu ao INSS, não pôde receber os seus direitos devido à falta do laudo técnico. Assim, sugere que a periculosidade seja reconhecida unicamente pela função, dispensando-se o laudo. Sugere ainda que haja um funcionário do Ministério do Trabalho que possa acompanhar o beneficiado do INSS, quando esse necessitar ir à perícia do órgão.

Também recebemos mensagem da Maria Benedita da Silva Domingues, de Sacomã, São Paulo. Ela nos parabeniza pela realização desta audiência pública.

Também recebemos aqui mensagem de Luiz Paulo. Ele a encaminhou para o @e-cidadania, dizendo o seguinte:

O juiz fala dos Estados Unidos, mas aqui se conseguiu, através da melhora da qualidade educacional, não por uma lei. Não há CLT nos Estados Unidos.

Essa é a informação que chegou do Luiz Paulo.

Também chegaram, por parte de uma única pessoa, várias mensagens. É a Camila Ferrari. Ela diz o seguinte:

Sou assistente jurídica do Sindomestica de São Paulo. Parabenizo o Sr. Guilherme. Ele, sim, sabe o que fala e sabe a importância do sindicato nas fiscalizações e abusos de direitos.

A Camila também diz ainda:

Não podemos permitir que fiquem a critério do patrão as normas de trabalho da empregada. Os abusos e excessos continuarão sendo sem dúvida nenhuma. Precisamos dos sindicatos para fiscalizar.

Também, da Camila Ferrari:

Todos os trabalhadores têm sindicato que defende seus direitos, que luta pelos direitos da categoria, que fiscaliza para não ter abusos. Queremos ter nosso sindicato para lutar pelos nossos direitos.

E ainda:

Para não continuar com diferenças, queremos direitos iguais, a começar pelo reconhecimento dos sindicatos em garantir os direitos da categoria.

Uma outra pessoa também nos encaminhou aqui várias mensagens, a Sr^a Maria Valeria Dalmazo:

O Sedcar – Sindicato dos Empregadores de Campinas e Região (SP) questiona a sua ausência por não ter sido convidado a participar de nenhum dos debates ou discussões sobre a categoria de empregados domésticos, com referência à PEC aprovada.

Tendo em vista nosso total interesse e envolvimento direto com o assunto, temos nos manifestado, desde 2006, a respeito, mas nunca fomos chamados para uma conversa sobre o assunto, deixando claro

que fomos simplesmente ignorados por todo o Senado Federal.

Informamos aos Srs. Senadores que, em vários Estados e principalmente no Estado de São Paulo, existem sindicatos profissionais e patronais devidamente reconhecidos.

O Sedcar está de acordo com as disposições do Dr. Sr. Guilherme Guimarães Feliciano, Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

O Sedcar sente-se totalmente lesado, por ter sido excluído dessa discussão. Foram chamadas algumas associações de empregados domésticos, e os sindicatos ficaram de fora.

Então, vale aqui a pena o registro. Acho que são importantes os sindicatos dos trabalhadores e também dos empregadores neste processo de discussão. Sabemos que foram realizadas diversas audiências públicas. As audiências buscaram ouvir também magistrados, pessoas da área do Direito, para que pudéssemos ter os subsídios na regulamentação da PEC.

Mas ainda está em tempo. Queremos aqui dizer às pessoas que estão nos acompanhando, tanto trabalhadores sindicalizados, quanto as direções dos sindicatos, que o Senado continua aberto para receber as contribuições.

É claro que o nosso tempo agora começa a ficar escasso, porque a PEC possivelmente entrará na pauta do Senado nesta semana, mas ainda há tempo de receber e fazer os devidos encaminhamentos para o nosso Relator, Senador Romero Jucá.

Agora, vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim, que muito tem a contribuir, também, neste debate, para que use o tempo necessário para a sua intervenção.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, que preside a reunião, primeiro quero justificar, porque a muitos pode dar a má impressão a falta de Senadores no plenário. É natural, porque, na segunda e na sexta, os Senadores ficam mais no Estado, e eu entendo isso. Eu tomei por praxe estar aqui na segunda-feira, mas quero também deixar claro que as votações aqui são, na terça, quarta e quinta; na segunda e sexta, há sessões de debate, e esta é uma reunião de debate.

Então, com isso, não estou com procuração aqui para pedir desculpas e nome dos Senadores, mas é normal que, na segunda de manhã, eles estejam vindo ainda para Brasília. Eu, há tempos já faço isso, venho sempre no domingo à noite. Então, estou aqui, e pela importância do tema naturalmente.

Primeiro, quero cumprimentar todos os nossos convidados e começo pelo Dr. Mauricio, que não se

encontra aqui, mas que conheço há muito tempo, um estudioso, também, da área do trabalho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; cumprimento a Dr^a Maria, Presidente do Sindicato dos Empregadores – que bom que a senhora está na Mesa; a Dr^a Tânia, aqui representando o Ministério do Trabalho; o Dr. Leonardo, do Ministério da Previdência; o Dr. Guilherme, representando a nossa querida Anamatra, que está sempre presente também; e a Dr^a Samara, com o conhecimento não só do saber escolar, da faculdade, da universidade que está cursando, mas também da vida, do dia a dia como doméstica.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer a todos que não poderia furtar-me de fazer uma homenagem a uma Deputada e ex-Senadora, que não está aqui, que é Benedita da Silva. Fui Constituinte com ela, e sei o trabalho que a Benedita fez para que aquele artigo estivesse lá na nossa Constituição. Podem ter certeza de que não foi falta de esforço.

Nós éramos uma bancada de quatro Senadores negros: o Edmilson Valentim, o Caó, a Benedita e eu. Quatro. Conseguimos botar um capítulo que tratou da questão quilombola; conseguimos influenciar, e muito – aqui, claro, em todo debate que temos –, na questão da CLT, que interessa sempre aos mais pobres, aos que mais precisam, brancos e negros; conseguimos, com a Lei Caó, naturalmente, naquela época, de que depois fui Relator, dizer que o crime de racismo é inafiançável... Mas quero falar é da Benedita, aqui, rapidamente.

A Benedita foi uma guerreira, uma lutadora. Jamais vou esquecer o primeiro dia em que ela foi à tribuna. Ela disse: “sou negra, sou mulher, sou doméstica e sou bonita”. Aquilo fez com que todo mundo batesse palmas quase que de pé. “Sou negra, sou mulher, sou doméstica e estou aqui, na Assembleia Nacional Constituinte”, e dizendo que cada um tem que ter orgulho da sua origem, enfim, da cor da sua pele, da sua etnia, da sua procedência.

A Benedita lutou que nem uma guerreira. E nós, quase que escudeiros, ao lado dela, liderados por ela, para fazer com que aquele artigo não excluísse – e está correto –, de forma discriminatória, as domésticas. Mas ou aceitávamos aquilo ou não passava nada, porque o “centrão” – fui Constituinte, naturalmente –, era articulado e dizia: “Ou vocês aceitam isso ou não passa nada; vamos botar um capítulo dizendo que a doméstica está fora”. Fomos obrigados a aceitar.

Mas que bom, atualizando, que, 20 anos depois, sob a relatoria da Deputada Benedita, lá na Câmara dos Deputados, e que foi a grande homenageada também aqui no plenário – independente, claro, das líderes das domésticas e dos líderes, porque há homens

e mulheres que são domésticos, que trabalham na lida do dia a dia da área doméstica.

Falei muito com a Benedita para ela estar aqui hoje. Ela não está por dois motivos: um – a Samara confirmou –, porque ela sofreu uma pequena cirurgia; e outro, porque ela ainda estava sendo convocada a estar no Rio, porque ela é candidata a presidente do nosso Partido no Rio de Janeiro. Então, não havia como ela estar aqui. Não pediu que eu fizesse nada em nome dela, mas eu faço questão de dar este depoimento. A Benedita é uma guerreira, é um orgulho para todos nós, brasileiros e brasileiras, e é até uma referência internacional, não só na questão das domésticas, mas também na luta das mulheres e na luta contra todo tipo de preconceito.

A segunda questão que quero falar é que, logo que aprovamos a PEC das Domésticas, como já foi dito aqui e quero repetir, o último bastião da escravidão ainda, criaram um terrorismo no País: “Vamos demitir milhares e milhares”. Engraçado... Não sei de um amigo meu que demitiu doméstica. Nenhum. E saibam que conheço um pouco de gente dessa classe média e até acima da classe média. Eu não conheço um que demitiu. Pode ter havido demissão, mas não o terrorismo que fizeram aí: “Vamos demitir em massa”.

Eu me lembro do tempo da Assembleia Nacional Constituinte, quando nós aprovamos que as mulheres teriam alguns outros direitos, como a licença-gestante; aprovamos também a licença-paternidade: “Isso vai dar demissão em massa”. Pelo contrário, as mulheres hoje ocupam mais espaço no trabalho que os homens, se você analisar a proporção daquele tempo e a de hoje.

Neste caso das domésticas, pessoal, eu tenho certeza absoluta – sei que estou falando aqui para todo o Brasil, e há muita gente nos assistindo – de que a sociedade vai se adaptar, vai assimilar, vai reconhecer que o seu irmão – digo irmão como brasileiro – tem direito a receber o seu décimo terceiro. Vamos analisar friamente: o que se vai pagar a mais mesmo? Décimo terceiro – eu sou empregador –, nós já não pagávamos? Claro que pagávamos! Férias nós não pagávamos já? Claro que pagávamos! Hora extra: algum de nós teria coragem de pegar uma mulher, colocar para trabalhar durante oito horas e depois dizer: “Olha, agora eu vou dar uma festa na minha casa que vai até meia-noite, e você vai trabalhar, mas eu não vou pagar”. É desumano isso! Eu duvido que alguém não fazia isso. Já se pagava!

Estão dizendo que vai dar um gasto de 70%, de 80% a mais. Olha, a não ser o Fundo de Garantia, não há gasto nenhum a mais. Todo empregador sério já pagava.

E, aqui, o Leonardo lembra que só 36% – mais ou menos isso – assinam a carteira. Só 36% assinam a carteira; os outros quase 70% não assinavam já, e vão continuar não assinando se não houver uma fiscalização séria. É o mínimo que nós podíamos fazer.

Eu confesso que, assim mesmo, eu concordo com a tese – e o Leonardo sabe da minha posição em defesa da Previdência – de desonerar para o empregador, de 20% para 1,5%, para 1%. Nós sabemos que 50% – estou falando dos empresários – já pagam 0% à Previdência e não pagam também sobre o faturamento. Eu acho que dá para olhar também para o empregador doméstico neste momento em que se vai onerá-lo, sim, na questão do Fundo de Garantia. E eu sempre disse que aquela história de Fundo de Garantia optativo era uma brincadeira, uma piada. Eu diria que 99% não pagavam o Fundo de Garantia. Poucos pagavam.

Agora, grande parte dos empregadores – tenho certeza, por ser o meu caso –, a gente já paga a contribuição do empregado à Previdência, a parte dela e a nossa, porque sabemos que, dificilmente, ela vai pagar a dela. Então, para protegê-la amanhã ou depois, a gente paga as duas partes.

Então, nessa proposta do Senador Romero Jucá de diminuir um pouco a contribuição, eu acho que é uma forma também de nós atenuarmos a situação do empregador doméstico, em vez de 12%, passar para 8%, como está sendo proposto. Mas depois, com a multa, ele volta para os 12%. Pagamento correto da multa de 40%. Ele pagará aquela parcela mensalmente. Em vez de 8%, ele paga 12%, mas 4% são para um depósito que se faz para, lá na frente, o empregador não sofrer numa única hora. Eu acho até inteligente. Achei criativa a proposta. Para mim mesmo, isso vai ser bom.

Eu tenho empregada no Sul e aqui. E eu que fique sem a minha empregada; Deus me livre! Se me tirarem a minha empregada aqui, estarei liquidado. Se me tirarem a do Sul, eu também estarei liquidado. Não há como, não funciona. E não sou só eu, mas todo mundo que precisa.

Por isso, a minha contribuição é mais na linha do que os senhores e as senhoras falaram.

Eu acho que – a Senadora já encaminhou nesse sentido – a gente deve fazer das contribuições da Anamatra e dos outros que falaram aqui um resultado e entregá-lo como contribuição ao Relator, dizendo que, nesta audiência pública, houve um grande entendimento, elogiando a boa vontade do Relator. E é inegável que ele teve. Ninguém vai negar que é um avanço o projeto da forma que está. Só que nós entendemos o seu princípio, Samara, de que nós temos

que garantir, em tese, os mesmos direitos que os outros trabalhadores têm.

Como aqui foi dito, ninguém está falando em Papep; ninguém está falando em tributação de lucro; ninguém está falando em produtividade. Dentro de uma casa, não há produtividade. Podemos falar, sim, em acordo coletivo, aí é outra coisa. De acordo coletivo que é feito, seja estadual, seja nacional, baseado no custo de vida e na qualidade a que todos têm direito para valorizar o seu sindicato. Mas ninguém vai querer medir a produtividade dentro de cada casa. Aí é impossível! Agora, a fiscalização é fundamental.

Aí eu sei que o Ministério do Trabalho tem as suas dificuldades, e estou defendendo o Ministério do Trabalho, porque já me foi dito aqui, em outras audiências públicas, que nós mais do que quadruplicamos o número de empresas e diminuimos pela metade o número de fiscais. Nós temos que contratar mais fiscais, eu diria, no seu conjunto. E aí o sindicato tem que ser fortalecido, porque o sindicato pode ser também um fiscalizador. Deve ser, tem que ser.

Então, acho que nós temos que olhar de forma, digamos, ampla, global e fazer com que desta Comissão saia um documento – nesta Comissão, no dia de hoje – com o subsídio que receberam aqui dos nossos painelistas, para que possamos entregar para o Relator essas contribuições. Ele me disse que conversou muito com as centrais, falou com as entidades das empregadas e dos empregados domésticos como contribuição.

Por fim, eu também acho... Pelo amor de Deus! Deixar que a empregada doméstica receba menos que um salário mínimo? Aí não dá! Isso não dá, pessoal! Inclusive, é inconstitucional, no meu entendimento, como não permitem que eu vincule, como eu quero vincular, muitas vezes, aumento para os aposentados ao salário mínimo, porque dizem que não se pode vincular a nada. O salário mínimo é o básico. Está na Constituição. Isso não dá!

Em relação à questão dos cuidadores – houve a fala de um senhor, que pediu pelo amor de Deus –, vou na linha do que foi levantado aqui. Temos que aprovar a lei específica para o cuidador. O que não se pode fazer agora é prejudicar a doméstica, porque o cuidador, legitimamente... Já há um projeto aqui, e está correto, do Waldemir Moka e que teve contribuição também da nossa Ministra da Cultura, hoje a nossa querida Marta Suplicy. Nós trabalhamos também naquele debate. Fizemos audiências públicas. Precisamos ter um projeto específico para o cuidador, que é um caso específico. E doméstica é outra coisa.

Só me permita que eu diga, Drª Maria, sem nenhuma crítica, até porque V. Exª foi muito bem. Eu também entendo isso. Empregado e empregador não são

inimigos. Nós sabemos que um depende do outro. Eu me lembro, quando eu era sindicalista, que eu media minha capacidade como sindicalista não pelo número de greves, mas pelo número de acordos que eu fazia. E foi assim que eu me projetei. Acho que fiz uma greve. O resto era só acordo, e bons acordos. Via-se que os dois lados avançavam.

Então, não tenho dúvida alguma de que os dois sindicatos são importantes para que a gente possa ampliar no campo da negociação.

Mas, na questão do jardineiro, a senhora deu como exemplo, e eu uso como exemplo simbólico. A classe média que pode ter um jardineiro que vá até dois dias por semana, como trabalho avulso, assim considerado, é eventual. Agora, o jardineiro que trabalha a semana toda, aí eles têm que pagar a CLT na íntegra. Não deve nem ser enquadrado em nada. O jardineiro que trabalha a semana toda numa residência, ou por mais de três dias, acabou. Motorista também. São pessoas que podem pagar e que devem pagar. Como é que vai ter um jardineiro...? Tem condições de pagar. Eu, por exemplo, tenho um jardineiro, sim. Eu confesso. Na minha casa, é uma vez por semana. E pronto. Acabou. Uma vez por semana. Naturalmente minha casa é pequena. Uma casa que tem um jardim enorme, então, aí, claro, vai precisar da semana toda, mas vai poder pagar. É natural.

Então, estou muito tranquilo em relação à lei. Acho que faltam alguns ajustes. O Dr. Guilherme foi muito bem aqui, Dr^a Tânia, a Samara, o Leonardo mesmo mostrou que precisam alguns ajustes.

E, nessa questão da Previdência, nós podemos atenuar. Sinceramente. Eu ia até perguntar quanto a dona de casa paga para a Previdência. Você pode me dar esse dado? A dona de casa e quem quiser contribuir. Se não me engano é um projeto até da Senadora Gleisi.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES

– Há três contribuições diferentes para a dona de casa. Para a dona de casa de baixa renda, com renda familiar total de até dois salários mínimos, é 5%. Existe o modelo simplificado, que é 11%, e o normal, que é a dona de casa com renda maior, que seria de 20%.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por que eu perguntei? Vou pegar logo os 5%. Então, a dona de casa paga 5%. Baixa renda, dois salários mínimos. Se nós observarmos no País, quantas empregadas domésticas ganham mais que dois salários mínimos? Muito poucas. Muito poucas! São muito poucas mesmo. Nós sabemos que são muito poucas.

Então, se a dona de casa, a empregadora, se aposenta pagando 5%, por que nós não podemos, pelo menos, chegar a essa composição que fez o Senador

Romero Jucá, de 8% e 4%? Paga 8% e paga 4%. É o mínimo. É o mínimo. Eu falo com muita tranquilidade, porque, como eu digo aqui, eu sei que não sou só eu. Muitos amigos meus também pagam a Previdência das duas partes. É uma forma de atenuar, sabendo que ela vai ter um direito no futuro.

Mas eu quero cumprimentar todos os convidados. Todos, para mim, foram muito bem. O Leonardo, naturalmente, teve de explicar – e é o teu dever – a realidade da Previdência. Mas eu acho que todos foram muito bem.

E digo para aqueles que estão nos acompanhando neste momento: não façam a bobagem de demitir a sua empregada ou o seu empregado, que são pessoas que estão há tanto tempo com a gente, de extrema confiança, com certeza da mais alta qualidade, senão não estariam conosco, por causa de uma bobagem dessa que inventaram de que vai haver demissão em massa. Não vai haver demissão em massa, não vai haver. Não se assuste, você empregada ou empregado doméstico, e você empregador também. Eu sou empregador, nesse caso, sou empregador e falo com a maior tranquilidade.

Com esses pequenos ajustes, Dr. Guilherme, que foram colocados aqui, que é possível nós construirmos no plenário, a coisa fica equilibrada. Eu, por mim, até poderia deduzir do Imposto de Renda alguma coisa – não tenho nada contra. Então, dá para deduzir do Imposto de Renda – até aumentar um percentualzinho ali –, para facilitar para o empregador e ganhar um salário melhor a empregada doméstica, que é um dinheiro que volta para o mercado, reativa a economia, e a Previdência também arrecada muito mais.

Eu sou favorável, sim, Leonardo – sou obrigado a dizer – em relação à dívida daquele empregador que não pagou. Por quê? Porque a gente faz isso com o grande empregador, a gente faz isso com as prefeituras. Eu estou cansado de aprovar aqui prefeituras que nunca pagaram praticamente o que deviam. A gente renegocia por mais 20 anos, depois por mais 20 e continua não pagando. Então, se a gente faz com aquele que detém o grande capital, nós temos de pensar em uma forma, claro, equilibrada – estou entendendo, Leonardo – de negociar também com aquele que não pagou.

Qual é o discurso que eu ouvia? “Paim...” Porque eu ficava bravo quando abriam mão da arrecadação da Previdência, seja dos empresários, seja das prefeituras, porque cada vez que abre mão, o cara continua não pagando, porque ele sabe que ali na frente vai ser renegociado. Ele não vai pagar. E a Previdência é quem perde.

Eu sempre digo que a Previdência é nossa. A Previdência não é do Governo. O Governo a administra, mas é nossa! É dos trabalhadores. É do povo brasileiro!

Nós temos saído do marco zero, bem dizer do marco zero, assegurando a todos os domésticos, em tese, o mesmo direito dos trabalhadores. Por que não achar uma forma de renegociar com esses que não pagaram para que eles paguem? Não tem de abrir mão. O tempo tem de contar todo ele. Vamos ver como vão negociar, mas se ela está lá há 10, 15 anos, são 10, 15 anos de Previdência. Alguém vai ter de ver como faz esse ajuste. Fazer uma renegociação, talvez sem juros, sem correção, mas que garanta o direito à aposentadoria. E o empregador, por sua vez, vai ver que ele pode pagar até parcelado, porque as dívidas da Previdência são parceladas. Eu mesmo já participei de negociações, em que o empregador está quase na falência, e vai lá, negocia e parcela. Que ele possa parcelar o pagamento. Garante o reconhecimento desde a origem, para efeito de aposentadoria, e daí para a frente começa a pagar.

O que sempre têm me dito: “Paim, tem de aceitar, senão eles vão continuar não pagando nunca”. Pelo menos fazendo esse tipo de Simples, de ajuste, daqui para a frente eles vão pagar. Esse é um tipo de caminho.

No mais, a minha fala é para cumprimentar principalmente a Senadora Ana Rita pela iniciativa; o Senador Pimentel também, que dialogou conosco sobre esse tema, e V. Ex^a, de imediato tomou providências.

Estamos caminhando bem. O Senador Romero Jucá está fazendo força também, porque está olhando os dois lados. Ele tem de fazer isso. Não tem como. Para uma lei como essa em que, aqui, foi usado o termo uma verdadeira “revolução”, ela tem de ser muito equilibrada.

Eu acho que nós vamos chegar lá e nós vamos derrubar o que eu chamo de último bastião da escravidão no País, que é ainda a situação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esperamos, Samara, com a força de todos nós.

Muito obrigado e uma salva de palmas para todos vocês da Mesa. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada.

Senador Paulo Paim, eu estava aqui ouvindo V. Ex^a e pensando, porque o debate que nós fizemos aqui para a aprovação da PEC foi muito importante. Foi um debate que aconteceu nas mais variadas comissões.

Infelizmente – a Comissão Especial que regulamenta, que teve o papel de discutir a regulamentação da PEC... –, nós não vamos ter a mesma possibilidade de fazer o debate em todas as comissões. E aqui,

realmente, começamos a discutir aquilo que é o detalhe da regulamentação e que mexe realmente com a vida das pessoas, tanto de quem é empregador ou empregadora, e também dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas.

Então, essa audiência pública é importante nesse momento, porque a partir dessa semana já começam a discussão em plenário. E o fato de recolhermos aqui as informações, os sentimentos, as opiniões, também dos internautas, é muito importante, porque dá um quadro do olhar nacional, de quem está nos acompanhando sobre esse tema.

Quero, aqui, aproveitar a oportunidade para agradecer a todas as pessoas que dialogaram conosco através da Internet, do e-Cidadania, do Alô Senado.

Ainda quero, para finalizar, para ser justa com todos que nos enviaram sugestões, o Luís Paulo ratifica a sua opinião dizendo o seguinte: o importante é uma fase de transição. Há um impacto muito grande para ser feito de imediato, principalmente, para quem é inválido. E não esquecer de que quem depende de cuidadora é aposentado inválido. Não há asilos para suportar quem não vai poder pagar. Concordo com os direitos, mas temos de pensar em como transicionar, principalmente para os idosos.

Então, ele reivindica essa fase de transição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora, deixe-me insistir com ele...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) –... já que ele está perguntando. A decisão que nós temos de tomar... Como é o nome dele?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sr. Luís Paulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Luís Paulo. Pelo que eu entendi aqui na Mesa, pelo olhar dos painelistas, nós temos que ter uma lei específica para o cuidador para não haver essa preocupação que você está levantando nesse momento.

Pelo que eu senti da audiência é isso: regulamentar, de forma definitiva, a doméstica, e regulamentar uma lei específica para o cuidador.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada Senador Paim.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados e convidadas para as considerações finais, eu vou fazer uma leitura do que ficou em termos de sugestões apresentadas aqui pelos nossos convidados.

Foi a assessoria que relatou. Se houver algo que não esteja claro, que, nas considerações finais, vocês possam fazer as retificações necessárias.

O Ministro Maurício José Godinho Delgado, sugeriu três meses, e não doze meses como previsto no projeto de lei para formação do banco de horas.

A regulamentação da fiscalização não pode ser remetida para a CLT por ser manifestamente inconstitucional. Sugeriu, como alternativa de fiscalização, acompanhamento, pelo morador, autorização judicial e fiscalização indireta, a exemplo do que já acontece com o Imposto de Renda, com notificação prévia ao empregador para apresentação de documentos.

São necessários pequenos ajustes de redação e precisão técnica que serão encaminhados, posteriormente, a esta Comissão de Direitos Humanos.

Foi o ele disse agora, antes de se retirar desta audiência pública. E que nós receberemos a contribuição também do Ministro Maurício José Godinho.

Do Leonardo José Rolim Guimarães, nós recolhemos como sugestão, que negociação de dívidas dos empregadores com a Previdência não pode ser fonte de fraude.

Sugere ampliar a prescrição Previdenciária para o trabalho doméstico ou contar como tempo de contribuição apenas o efetivamente pago.

Não reduzir a contribuição dos empregados de 12% para 8%.

Do Sr. Guilherme Guimarães Feliciano, nós também recolhemos: reduzir o banco de horas de doze meses para três meses – concordando com o Ministro –; estabelecer o limite mínimo de dez horas diárias, que não estão previstas no projeto de lei; tempo em que a trabalhadora e o trabalhador está à disposição aguardando ordens, tem que ser considerado como hora extra, como está previsto no art. 4º da CLT; excluir a possibilidade de trabalho parcial; na utilização da escala 12 para 36 horas há que haver intermediação do sindicato; a fiscalização não pode ser remetida à CLT, e sugere consentimento do morador. Questões de fiscalização terão que ser da competência da Justiça do Trabalho, com previsão de inversão do ônus da prova.

A Sâmara da Silva Nunes também diz: a regulamentação das creches para as domésticas, cuidadores e cuidadoras de idosos é categoria diferenciada e deve ser desmembrada da regulamentação das trabalhadoras e trabalhadores domésticas e domésticos. A fiscalização dever ser autorizada judicialmente via denúncias.

Também a Maria de Fátima Passos Cavalcanti, do Sindicato dos Empregadores diz também que a redução da multa de 40% do FGTS no caso de dispensa sem justa causa. E também a redução da alíquota de contribuição previdenciária para 4%.

O Senador Paulo Paim também reforça aqui a necessidade de uma lei específica para o cuidador, a exemplo do Projeto do Senador Waldemir Moka – é

isso? – e a desoneração dos empregadores domésticos por meio da redução da alíquota de contribuições pelo Governo.

Então, dessa forma, concedo, agora, a palavra aos nossos convidados e convidadas para fazer as considerações finais.

Passo a palavra ao Dr. Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, pelo prazo de três minutos.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES
– Obrigado, Senadora Ana Rita.

Bom, eu acho que, nesta audiência, hoje, aqui, que avançamos bastante, com várias visões diferentes. Acho que isso é um papel importante do Congresso Nacional. Várias visões diferentes sobre o tema é importante para que a gente consiga aprimorar e para que essa regulamentação realmente traga grandes avanços.

Especificamente, nos temas mais polêmicos de que eu falei, sobre a questão das dívidas, quero deixar bem claro que o Ministério da Previdência não é contrário à renegociação de dívidas. Do mesmo jeito que tivemos, recentemente, para os Municípios e tivemos, no passado, também para os empregadores pessoas jurídicas, entendemos que é justo e adequado ter uma renegociação das dívidas dos empregadores domésticos. A nossa preocupação é com que essa regulamentação não venha a ser fonte de fraudes, de alguém que contribua cinco anos, que é o prazo prescricional, e tenha o direito de contabilizar 35 anos de contribuição. Isso é que é preocupante.

Inclusive, o Ministro Garibaldi foi autor de um projeto de renegociação de dívidas de empregadores domésticos que foi aprovado aqui no Senado e que hoje está tramitando na Câmara. Não somos contrários, mas queremos ajustes. Acho que está muito correta a iniciativa do Senador Jucá de reduzir juros, multa, parcelar... Esse é um caminho importante para garantir que milhares de trabalhadores domésticos que estão, há anos, décadas, trabalhando na mesma casa sem carteira assinada não tenham prejudicado seu direito à aposentadoria. Porém, precisamos ter o cuidado de...
(*Soa a campanha.*)

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES
– ...ao tentar garantir um direito, não estar criando margem para fraudes.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Obrigada, Dr. Leonardo, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

Concedo a palavra, agora, à Drª Tânia Mara Coelho de Almeida Costa, Coordenadora-Geral da Se-

cretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

A SR^a TÂNIA MARA COELHO DE ALMEIDA COSTA – Obrigada pela palavra.

Na verdade, a minha fala foi mais relatando o que aqui trouxe a Emenda Constitucional, esclarecendo, do que fazendo proposta.

Então, em relação ao Projeto de Lei do Senador Jucá, nós vimos, pelo menos a última versão a que tive acesso – a gente teve uma reunião na Casa Civil na sexta-feira... E aí eu queria falar o seguinte: está faltando, no art. 1º, a definição de empregador doméstico. Só define o que é empregado. Aí eu queria, se vocês pudessem tomar nota... Obviamente, essa proposta virá de lá.

Outro problema que a gente verificou está no art. 5º, § 2º, que fala que o contrato de experiência que não for prorrogado após 45 dias... A gente não pode colocar esses 45 dias porque eu posso fazer um contrato de experiência, para ver se gosto ou não, de 10, de 30, de 50, de 70 dias, prorrogando, só uma vez, no máximo até 90 dias. Então, eu acho que esse “45 dias” tinha que sair.

O art. 23 trouxe, nessa última versão do Senador, uma novidade sobre o aviso prévio. “O disposto no § 4º [que é o aviso prévio] não se aplica ao empregado que rescindir o contrato de trabalho em virtude de novo emprego”. Nós não podemos fazer isso aqui para o trabalhador doméstico, se não, a gente desnivelará em relação aos celetistas. Ou a gente muda a CLT, ou a gente a abandona.

E o art. 40, uma bobagem, fala que os créditos previdenciários devem ser pactuados no Redom com o INSS, mas o INSS não faz mais parte dessa cobrança, e, sim, a Receita Federal do Brasil.

(Soa a campanha.)

A SR^a TÂNIA MARA COELHO DE ALMEIDA COSTA – Era só isso. Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Se quiser falar mais alguma coisa, pode terminar.

A SR^a TÂNIA MARA COELHO DE ALMEIDA COSTA – Não, era só isso. Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr^a Tânia Mara Coelho, Coordenadora-Geral da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Concedo a palavra ao Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Obrigada, Senadora.

Apenas quero dizer isto: nós vemos que o Brasil se construiu como nação, muito particularmente na área trabalhista, a partir de uma cultura que, nos anos 20, nos anos 30 do século passado, trazia toda uma visão anarcossindicalista, o que, às vezes, traz para o discurso trabalhista uma visão um pouco maniqueísta. Digo isso exatamente porque, talvez, ao telespectador e ao internauta, tenha parecido que a Anamatra, ao falar do empregado doméstico e ao defender os seus direitos, demoniza o empregador doméstico, e não é absolutamente isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós não entendemos isso. Pelo contrário, está tudo muito equilibrado.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Fico satisfeito, Senador. Quero dizer exatamente que a Anamatra o acompanha, Senador Paim. A Anamatra também entende, com todo o respeito ao Ministério da Previdência Social, que deve haver, sim, uma desoneração para o empregador doméstico, até porque – aí falo, inclusive, pelos meus associados – os juízes do trabalho são todos de classe média, e a maior parte deles, a grande maioria, terá o seu empregado doméstico. Então, a Anamatra é favorável a essa desoneração.

Esse era um ponto secundário, mas até entendemos que, eventualmente, talvez, tivesse razão, se não me engano, o Deputado Carlos Sampaio quando, na Comissão Mista, disse que, em relação aos 3,2%, melhor seria que se regulamentasse isso como uma opção. Aí aquele empregador doméstico que quisesse correr o risco de, ao final, pagar os 40% pagaria e continuaria, então, recolhendo seus 12% – talvez, fossem 12,8%, por conta da garantia acidentária –, com a possibilidade de deduzir isso no Imposto de Renda. E os outros que quisessem optar por esse novo regime, aí sim, fariam recolhimentos mensais de 3,2% mais 0,8%, chegando a 12%, e teriam essa redução. Essa pode ser uma opção, para que não haja uma espécie de...

(Soa a campanha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... depósito obrigatório do empregador doméstico que, eventualmente, não queira... No final, como ficou no projeto, se houver demissão, por exemplo, esse dinheiro voltará para ele mesmo.

Então, eu queria dizer isso sobre a desoneração. E quero dizer rapidamente o seguinte, Senadora – permita-me: fui juiz substituto em Guaratinguetá, cidade do interior de São Paulo, e me lembro até hoje do caso de uma menina. Quando o caso chegou às barras da Justiça, ela já tinha 42 anos, se não me engano. Quando menina, ela acompanhava a mãe em um caminhar pela Via Dutra, porque a mãe queria pagar uma promessa e estava indo a pé de São Paulo até

Aparecida do Norte. Houve um acidente de trânsito, um carro se desgovernou, e essa mãe morreu. Essa menina tinha, à época, 11 anos e não sabia – estamos falando aqui do início da década de 60 – identificar seus parentes. Não havia telefonia. Enfim, não se sabia para quem direcionar essa menina. E, então, ela acaba sendo entregue – era algo que havia na época –, pelo comissário de menores, a uma família, para ser ama-seca e para, depois, acompanhá-la. Inclusive, na instrução, ouvi esse próprio então comissário de menores, que tinha a visão de que o que ele tinha feito teria sido uma grande benesse, um grande benefício.

Essa menina trabalhou lá durante 25 anos, 28 anos, e nunca recebeu um salário. A empregadora doméstica dizia: “Ah, era como se fosse da família!” Mas o fato é que essa senhora, com 42 anos de idade, era analfabeta, enquanto uma das filhas dessa empregadora era médica, e a outra, engenheira, se não me engano. Ela desenvolveu um quadro de obesidade, desenvolveu hérnia discal. Ela era negra, era mulher e já não podia mais trabalhar. Ela não tinha registro em carteira. Quando isso acontece, essa senhora diz: “Olha, agora, você tem de seguir o seu caminho, porque, aqui, com a gente, acabou.” Inclusive, a senhora consegue um marido para ela. Ela sai para morar com esse homem, que, obviamente, não cria grande afeição, porque, em casa, achou que ela não foi muito útil, e que a coloca para fora. Quando ela quer voltar, essa senhora não a aceita. Ela procura um advogado, o advogado pede o vínculo empregatício na Justiça do Trabalho, trabalho infantil, trabalho escravo. E, vejam, com a maior das boas vontades. Não é isso que nós estamos discutindo aqui. O fato é que isso tem que ser resgatado. Nesse caso, eu reconheci o vínculo empregatício. Depois soube que o tribunal teria reformado essa sentença porque não havia salário formalmente. É claro que não! Se fosse por essa razão, não se poderia reconhecer vínculo empregatício para nenhum trabalhador em regime de trabalho escravo. Enfim, se isso aconteceu, eu temo pela sorte dessa senhora hoje. Essa é uma realidade que precisa ser mudada, e esse PL dá o primeiro passo nesse sentido.

Obrigado, senhoras e senhores. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. Guilherme, Diretor da Anamatra. Obrigada pela contribuição. V. Exª realmente muito contribuiu com este debate aqui hoje.

Concedo a palavra, agora, para a Srª Samara da Silva, Presidenta da Associação Brasileira dos Empregados e Empregadas Domésticos.

A SRª SAMARA REGINA DA SILVA NUNES – Gostaria de agradecer a oportunidade, mais uma vez, de estarmos aqui discutindo e levando proposta para

o fim desse regime, que continuo batendo, escravo no Brasil.

Senadora, muito obrigada. A nossa categoria agradece o momento das discussões.

Participei praticamente de todas as discussões aqui. E queria agradecer muito também.

E foi muito bem lembrado, como nós falamos naquele dia, Senador, que a PEC 478 deveria ser mudada e ser intitulado “PEC Bené”, que foi uma das grandes batalhadoras nessa questão da promulgação. E continua, tanto que envia sempre para a gente as propostas e batendo sempre “somos trabalhadores, somos eleitores e somos – como vou falar? – uma base muito grande que dá também, que contribui também.”

Na nossa categoria, além da Benedita da Silva, que é um referencial nacional, no Distrito Federal, nós também temos, temos várias que saíram do risco, que são grandes advogadas, negras, mulheres, nordestinas também, Paulo Paim. Então, eu tenho muito a agradecer a oportunidade. É um prazer imenso estar aqui também junto com o Ministério do Trabalho – a Tânia Mara representando muito bem o Ex^{mo} Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias.

Muito obrigada. E que venha a regulamentação do trabalhador doméstico. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem.

Obrigada, Samara. Parabéns pela luta de vocês!

Concedo agora a palavra à Maria de Fátima Passos Cavalcante, do Sindicato dos Empregadores Domésticos.

A SRª MARIA DE FÁTIMA PASSOS CAVALCANTE – Muito obrigada pela oportunidade, mais uma vez.

Eu fico emocionada com o comentário feito pelo Guilherme sobre essa criança.

Como eu disse, quando eu cheguei a Brasília, ainda criança, também trabalhei nessas condições. E agradeço a Deus por haver pessoas aqui como nós, que tiram um pouco de sua vida para dar uma contribuição no total, não importa se é negro, se é branco ou de qualquer classe social. Mas este é o momento que nós deveremos deixar lá no fundo dos nossos corações, porque isso vai gerar uma história. Nós poderemos contar amanhã para os nossos filhos e netos o que conseguido aqui diante de cada um nós. Cada momento desses será lembrado para sempre, como é o caso da Benedita, que, há muitos anos, a gente vê a luta dela por essa classe social.

E eu gostaria também de deixar clara a questão do sindicato, que é uma instituição fundamental e importante a fim de esclarecer e de lutar pelos dois lados, como eu já disse. A empregada doméstica ou aquele cidadão que vem trabalhar em nosso lar é um parente

escolhido; quer dizer, é uma pessoa que se torna tão importante que podemos escolher quem vem trabalhar conosco. Então, é uma questão familiar. Temos que colocar isso não só como o que estamos debatendo, em relação a direitos e deveres de cidadãos, mas, no todo, como um benefício para a sociedade, um benefício humano.

Então, agradeço a Deus por mais um momento como este, de extrema importância. (*Palmas.*)

(*Soa a campanha.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Maria de Fátima.

Quero aqui dizer que foi muito bom ouvir a Samara e a Maria de Fátima, pois estamos falando de uma categoria de trabalhadores e trabalhadoras que somam mais de 7 milhões de pessoas, e cerca de 93% dessas pessoas são mulheres. E é muito bom ter duas mulheres representando dois sindicatos neste debate: uma o das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos e uma o dos empregadores e empregadoras. Parabéns a vocês duas. Queremos aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E são maioria na Mesa. Quatro a dois.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Para finalizar, eu quero apenas ler mais duas mensagens, vindas também de internautas.

O Luiz Paulo, durante as palavras do Senador Paulo Paim, disse que concorda com os direitos das domésticas, mas teria mesmo interesse nos direitos dos aposentados e idosos, especialmente os inválidos. Cuidador é diferente de doméstica na essência e na necessidade; mais ainda nas consequências. Ele agradece também a audiência pública.

O Adalberto Guilherme da Silva, de João Pessoa, Pernambuco, diz:

Sou empregador, concordo com a legalização do empregado doméstico, mas seria bom, antes de aplicar a lei, criar uma cartilha [a sugestão que ele faz] tipo manual do empregado doméstico e da empregada doméstica, para que os mesmos possam conhecer seus direitos e deveres, não só os direitos. É bom lembrar que a maioria das domésticas não tem mão de obra qualificada. Muitas são como eu, não sabem fritar um ovo, quanto mais preparar um bife. Isso significa dizer que na casa em que essa pessoa iniciar suas atividades tem que aprender tudo do zero, para depois verdadeiramente começar a trabalhar, prestar o serviço que aprendeu naquela casa. Como fica a situação?

Essa é a informação que ele nos traz.

Tem mais. Este aqui é de João Pessoa, Paraíba.

A SRª SAMARA REGINA DA SILVA NUNES –

Na Paraíba, existe um sindicato, que criou uma cartilha e faz a divulgação. Eu não sei no Distrito Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Então, Adalberto, eu acho que é bom dizer aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora, eu acho que ele está propondo para o Governo mesmo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– É para o Governo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para o Governo fazer uma cartilha da nova lei...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Isso.

A SRª SAMARA REGINA DA SILVA NUNES – Já existe. Ainda não foi...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas ela não está aprovada ainda!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– É com a regulamentação agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A partir da regulamentação. O que ele está propondo eu acho que o Governo vai fazer. Então, eu acho que podia dizer que o Governo vai fazer uma cartilha atualizada, para que todos saibam. Até porque vai naquela linha de acabar com o terrorismo. Não ter essa loucura que estão querendo dizer...

A SRª TÂNIA MARA COELHO DE ALMEIDA COSTA – O Ministério do Trabalho já fez 20 mil cartilhas de perguntas e respostas, com as perguntas mais frequentes que surgiram na Secretaria de Inspeção, e estão disponíveis nas superintendências e aqui. Se a pessoa pedir ao Ministério nós enviamos. Fizemos também um manual que vai ser atualizado, pois ele foi feito com o que entrou direto e o que não entrou direto, explicando item por item, aguardando a regulamentação para modificar aqueles que já entraram e como ficou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Que ótimo.

A SRª TÂNIA MARA COELHO DE ALMEIDA COSTA – Nós temos 20 mil cartilhas. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Então, nós informamos a todos os telespectadores da TV Senado, os que participaram desta audiência pública, que haverá, sim, uma cartilha, orientando todas as pessoas, não só os trabalhadores e trabalhadoras, mas também os empregadores e empregadoras, como deverão proceder.

Ainda, a Maria das Graças dos Santos, de Bezerros, em Pernambuco, Bairro Santo Antônio.

Ela diz o seguinte:

A cidadã afirma ter trabalhado por vinte anos como agricultora autônoma e 20 anos como doméstica, sem carteira assinada. Somente trabalhou um ano com carteira assinada na profissão de doméstica. Comenta que, como não possuía orientações corretas nesta

época, não pôde requerer seus direitos. Informa que atualmente tem 53 anos, está desempregada e com problemas de saúde. Afirmo ter procurado a Defensoria Pública para ajudá-la a conseguir o benefício de auxílio-doença pelo INSS, mas não conseguiu. Então, recorreu ao benefício como agricultora.

Esse destaque também é desta senhora, Maria das Graças dos Santos.

Leiliete Gouveia Silva de Martins, cidade de Mineiros, Goiás:

A cidadã afirma ser empregada doméstica e ter o valor de R\$500,00 registrado em sua carteira, sendo que trabalha mais de 36 horas por semana. Pergunto a V. Exª se esse valor está correto.

Pelo que nós debatemos aqui, não está. Ela tem que receber no mínimo um salário mínimo, que é de R\$678,00.

Então, minha companheira Leiliete Gouveia Silva, é bom você conversar com a sua patroa ou com o seu patrão, porque esse valor, realmente, está abaixo do que prevê a nossa legislação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Procure o sindicato da sua cidade. Muito bem! Procure o sindicato. Mineiros, Goiás. Existe sindicato. Qualquer coisa, nós poderemos depois também passar os contatos, viu, Samara? Você poderia deixar seu contato? Porque você servirá de referência para informar as pessoas, os internautas, onde há sindicato, para que as pessoas possam procurar.

Você pode passar? É possível isso ou nós poderemos passar depois?

A SRª SAMARA REGINA DA SILVA NUNES – Posso passar depois.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O Sr. Cláudio Henrique Costa. Ele é de Natal, Rio Grande do Norte. Também há sindicato lá.

O cidadão informa que havia uma jovem de 15 anos que veio do interior do Nordeste trabalhar para ele, por estar passando necessidade em sua região. Afirmo que pagava R\$100,00 por semana, moradia, alimentação e estudo. Comenta que, após a legalização da Lei dos Empregados Domésticos, teve que mandar a jovem novamente para a sua região, por não ter condições de pagar o salário mínimo e os direitos trabalhistas, assim exigidos pela lei. Comenta que muitas pessoas que moraram na Região Nordeste precisam ir para outras cidades para conseguir emprego para se manter.

Diante disso, solicito a V. Exª que a Lei das Domésticas seja revista.

Então, diante do debate que nós fizemos aqui, Sr. Cláudio, não há como rever. Nós entendemos que

essa situação que vinha acontecendo se trata de trabalho escravo, e trabalho escravo nós temos que extirpar do nosso País.

É claro que esse debate suscitou uma série de questões, e possivelmente nós teremos que, posteriormente – esta Comissão de Direitos Humanos em particular –, talvez, fazer outros debates, para que possamos trabalhar determinadas questões que aqui foram abordadas pelos internautas.

Então, nós poderemos, Senador Paulo Paim, dialogar depois, no sentido de ver o que ainda precisamos aprofundar para esclarecer melhor a nossa população brasileira sobre os seus direitos e seus deveres.

Vou finalizar e fazer o seguinte registro: amanhã, às 14h, nós teremos aqui audiência pública sobre consumo seguro. É uma audiência pública solicitada pela Anvisa. Então, convidamos todos os Parlamentares, Senadores e Senadoras, para estarem aqui amanhã, às 14h.

Quarta-feira, às 9 horas da manhã, no dia 19/06, o tema da audiência pública é casamento igualitário.

Eu quero aqui não só agradecer aos nossos convidados, mas agradecer muitíssimo ao Ministro, que esteve conosco durante um bom tempo, o Sr. Maurício José Godinho Delgado, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; ao Dr. Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social; à Drª Tânia Mara Coelho de Almeida Costa, Coordenadora-Geral da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego; ao Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); à Drª Samara Regina da Silva Nunes, Presidenta da Associação Brasileira das Empregadas Domésticas, Trabalhadoras e Trabalhadores do Lar do Distrito Federal e do Entorno; à Srª Maria de Fátima Passos Cavalcante, do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Distrito Federal; ao Sr. Mário Avelino, Presidente do Instituto Doméstica Legal; aos representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM); à Srª Cleonice Santos, que está aqui representando a Deputada Benedita da Silva, nossa Deputada Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, que já foi bem lembrada aqui pela importância do papel dela na construção da lei, da PEC, e a quem também agradecemos; e ao Sr. Artur Antônio, da Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Antes de encerrar, agradeço muitíssimo a presença do Senador Paulo Paim, nosso companheiro, que muito tem nos ajudado na Comissão de Direitos Humanos. (Palmas.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos ter a foto histórica ainda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Paim.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, 26ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, NO DIA 18 DE JUNHO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia dezoito de junho de dois mil e treze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Rita, reúnem-se as Comissões Permanentes de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Angela Portela, José Pimentel e Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Registra-se a presença dos Deputados Federais Dr. Jorge Silva (PDT/ES) e Givaldo Carimbão (PSB/AL). Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 43, de 2013, e do Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais, nº 24 de 2013, aprovados nos dias 12 e 6 de junho de 2013, respectivamente, que requerem a realização de audiência pública para “Debater o Consumo Seguro: Novo Determinante da Saúde”. Autoria: Senadora Ana Rita. A Senhora Presidenta lê nota acerca das manifestações populares que ocorrem em diversas cidades brasileiras e no Distrito Federal, a qual é apoiada pela Senhora Senadora Angela Portela e pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Waldemir Moka, que propõe seja a nota conjunta da CDH e da CAS. Dando continuidade à Reunião, a Senhora Presidenta apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais acerca do tema desta Audiência Pública. A seguir, a Senhora Presidenta passa a palavra para os convidados nesta ordem: Neilton Araujo de Oliveira, Diretor Adjunto de Controle e Monitoramento Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Marta Maria

Alves da Silva, Coordenadora da Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde-MS, em representação ao Senhor Jarbas Barbosa da Silva Jr., Secretário Nacional de Vigilância da Saúde do MS; Paulo Coscarelli, Diretor do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, em representação ao Senhor João Alziro Herz da Jornada, Presidente do INMETRO; e Juliana Pereira da Silva, Secretária da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça – MJ. Ao término das exposições, a Presidência passa a palavra aos convidados para fazerem suas considerações finais. A Senhora Presidenta faz apelo para a criação dos Procons estaduais e municipais, bem como apela aos parlamentos municipais e estaduais para que realizem audiências públicas acerca do tema tratado nesta Reunião. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras Ana Rita e Angela Portela, e o Senador Waldemir Moka, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 25ª Reunião da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos nºs 43, de 2013-CDH, aprovado em 6 de junho de 2013, e nº 24, de 2013-CAS, aprovado em 12 de junho de 2013, ambos de minha autoria, para debater o tema “Consumo seguro: novo determinante da saúde”.

Faço questão de registrar aqui a presença do Senador Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a quem convido a compor a mesa. *(Pausa.)*

S. Exª prefere permanecer onde está.

Registro também a presença da Senadora Angela Portela.

Antes de compor a mesa, Senador Moka e Senadora Angela, eu lerei uma nota da Comissão de Di-

reitos Humanos do Senado sobre as manifestações no País. Trata-se de uma proposta que estou apresentando para que possamos também expressar a nossa opinião na qualidade de Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal considera legítimas e próprias da democracia as manifestações populares ocorridas nos últimos dias em várias cidades do País.

Acompanhamos de perto as mobilizações. Repudiamos e estamos atentos à repressão contra os manifestantes.

Condenamos e vemos com preocupação atos isolados de depredação do patrimônio público, que só incitam à violência e não contribuem para o processo democrático de uma sociedade de paz e socialmente justa.

Lembramos que a Constituição Federal assegura aos brasileiros e às brasileiras o direito da livre manifestação, e as ruas são o canal natural para o seu exercício.

Aplaudimos e apoiamos o legítimo direito à luta.

Consideramos que a questão social não é caso de polícia e não deve ser tratada dessa maneira, como ocorreu em algumas cidades onde os protestos aconteceram.

Atos isolados de provocadores não justificam o uso da força contra quem luta por uma vida melhor.

O direito à livre manifestação foi conquistado duramente e não podemos permitir que seja ameaçado.

É natural que, na medida em que a sociedade avança, novas demandas surjam.

Consideramos ainda que, frente as legítimas reivindicações de setores da população, cabe aos governos negociar.

As manifestações das juventudes brasileiras demonstram que a insatisfação com o transporte público não se limite ao preço da tarifa. As manifestações mostram uma reação contra um modelo que privilegia a lucratividade da iniciativa privada, que explora economicamente o direito fundamental de mobilidade, que é especialmente prejudicado nas regiões metropolitanas.

O acesso à habitação, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à comunicação e ao transporte público de qualidade ainda é distribuído de maneira desigual em nosso País, embora sejam inegáveis os inúmeros avanços ocorridos nos últimos dez anos. A isso se agrega a violência que atinge especialmente os jovens negros das periferias e os setores populares.

Por isso, a Comissão de Direitos Humanos do Senado conclama os governos a buscarem o caminho da mediação, do diálogo e da negociação com os

manifestantes e a apurarem rigorosamente todos os excessos cometidos pelas forças policiais.

A violência não faz parte de uma sociedade democrática.

Brasília, 18 de junho de 2013.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Então, essa é a nota que apresento na qualidade de Presidenta desta Comissão.

Gostaria de ouvir da Senadora Angela Portela, por exemplo, que é membro desta Comissão, se tem alguma coisa a acrescentar em relação à nota.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Não, Senadora Ana Rita, Presidenta desta Comissão de Direitos Humanos. Acho louvável que V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, possa se posicionar, mostrar-se claramente favorável à manifestação de paz, principalmente porque observamos que grande parte dos manifestantes são jovens, estudantes secundaristas e estudantes universitários, que buscam uma maneira legítima de se manifestar contra aquilo que eles acreditam esteja errado. Além disso, querem também reivindicar mais transparência nos gastos públicos, transporte coletivo de melhor qualidade, educação de qualidade e saúde. É um direito legítimo desses manifestantes. Contudo, o que nós não podemos aceitar é a ação de vândalos, que se aproveitaram dessas manifestações para depredar o patrimônio público. Isso é lamentável!

Assim, quero louvar a iniciativa de V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senadora Angela.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita, hoje pela manhã, nós também, por ocasião de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, lemos uma nota daquela Comissão. Assim, quero me associar à nota que V. Ex^a aqui apresentou. E, se V. Ex^a permitir, nós também assinaríamos, como uma comunicação conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e também da Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero dizer que sou de uma geração em que fui presidente de diretório acadêmico, filiado ao MDB – nunca pertenci a outro partido. Em 1978, eu participei – e me orgulho muito disso – da redemocratização deste País. E da democracia que se conseguiu, à custa de vidas de muitos companheiros, nós não podemos agora abrir mão. Evidentemente, esta é a democracia: permitir que a sociedade possa expressar os seus interesses, os seus anseios.

De nossa parte, nós recebemos um recado, que não é um recado específico, e temos de interpretar esse aviso, que é a manifestação de um anseio da sociedade

por participação. E eu acho que cabe, sobretudo, aos três Poderes... Essa manifestação é apartidária; não me parece ser alguma coisa direcionada a alguém; é uma insatisfação como um todo. Eu acho que, em vez de fazer tentativas de desqualificar o movimento, nós temos de interpretá-lo e fazer com que isso sirva de aviso a todos os partidos, aos Poderes, e, a partir daí, começarmos a pensar realmente em novas formas de participação, fazendo com que, realmente, o que está acontecendo nas ruas seja ouvido pelos três Poderes.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Obrigada, Senador Waldemir Moka.

Com certeza, se V. Ex^a assim concordar, nós poderíamos fazer uma nota conjunta, assinada pelas duas Comissões, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Sociais.

Então, encaminharemos dessa forma.

Muito obrigada, Senador Waldemir Moka.

Concordo plenamente com V. Ex^a, pois também entendo que a realidade atual nos mostra que precisamos, de fato, interpretar os movimentos sociais à luz do momento que estamos vivendo no País. E as manifestações públicas ocorridas durante esta semana, em particular nesses dois últimos dias, dão uma demonstração de que, realmente, a sociedade tem diversos anseios e que, na medida em que a sociedade vai conquistando novos espaços e novos direitos, novas necessidades vão surgindo. Assim, cabe a nós, como Poder Público, seja o Legislativo, o Executivo e também o Judiciário, fazermos uma leitura adequada dessa realidade, desse momento.

Dessa forma, associo-me também às palavras de preocupação de V. Ex^a.

Agora, dando continuidade aos nossos trabalhos, convido para compor a nossa mesa a Sr^a Marta Maria Alves da Silva, da Coordenação Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, representando o Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Secretário Nacional de Vigilância da Saúde, do Ministério da Saúde.

Seja bem-vinda, Dr^a Marta! V. S^a pode se sentar aqui.

Convido também para compor a mesa o Sr. Paulo Coscarelli, Diretor do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), representando seu Presidente. *(Pausa.)*

Convido também para compor a mesa o Sr. Neilton Araujo de Oliveira, Diretor Adjunto de Controle e Monitoramento Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Seja bem-vindo, Dr. Neilton! Sinta-se à vontade e sente-se aqui.

Convido também, para compor a mesa, a Sr^a Juliana Pereira da Silva, Secretária da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça.

Seja bem-vinda!

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados, eu vou fazer algumas considerações iniciais sobre o tema “Consumo seguro e saúde”.

Com a promulgação da Constituição de 1988, dois setores vitais para a emancipação cidadã da população brasileira obtiveram lugar de destaque no dia a dia das pessoas: direito à saúde e proteção do consumidor. A partir de então, algumas ações de relevância foram empreendidas para a garantia dos direitos adquiridos, num esforço conjunto de governos e sociedade. Entre elas, destaca-se a aprovação das Leis Orgânicas da Saúde (nº 8.080 e nº 8.142) e de Proteção do Consumidor (nº 8.078), sancionadas em 1990.

A saúde do consumidor, entendida numa perspectiva de direito fundamental, tal como propugnado pela Constituição Federal de 1988, exige uma articulação integrada, que busque mais eficiência na provisão dos serviços e produtos indispensáveis à garantia do bem-estar das pessoas, e mais eficácia na formulação de políticas públicas, de modo a evitar duplicidade de esforços, e que possibilite a adoção de medidas adequadas para o fortalecimento da saúde e para a proteção do consumidor.

Neilton Araújo de Oliveira, nosso convidado da Anvisa, que propôs esta audiência pública, nos falará da articulação “consumo seguro e saúde” e de suas características no Brasil e no contexto internacional.

No Brasil, essa articulação é cada vez mais coletiva e participativa, buscando ampliar a atuação de outros setores e, especialmente, articular-se e integrar-se com outras iniciativas decorrentes do processo de desenvolvimento nacional e de inclusão social, o que só será adequadamente feito com um amplo arco de instituições e pessoas participantes e comprometidas com tal propósito.

No contexto internacional do tema, a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) emitiu resolução relativa à “Proteção do Consumidor”, com o objetivo de reforçar os mecanismos de cooperação existentes entre os países-membros, bem como divulgar e promover esforços para fornecer proteção jurídica e gerar conscientização sobre os direitos dos consumidores, com as agências nacionais de proteção aos consumidores e outras organizações.

Assim, num esforço conjunto de diversos países, incluindo o Brasil, com um papel protagonista importante no processo, vem sendo, nos últimos quatro anos, articulada uma Rede Consumo Seguro e Saúde das Américas (RCSS), idealizada para atuar em

três componentes estratégicos: (1) compartilhamento de informações pertinentes ao Consumo Seguro e Saúde, com intercâmbio de informações e troca de experiências; (2) formação e capacitação de agentes e autoridades; (3) criação de um Sistema Interamericano de Alertas Rápidos sobre segurança sanitária de produtos de consumo.

Entendemos que o direito ao consumo seguro, que tem íntima relação com o direito à saúde, é fundamental, porque tem implicação no dia a dia das pessoas.

Gostaria que os nossos convidados fizessem uma abordagem sobre o bombardeio diário que sofremos por parte da publicidade veiculada pela grande mídia e pela mídia eletrônica. Problemas como obesidade infantil são ou não consequência da influência por parte da publicidade?

Outra questão que gostaria de ver abordada diz respeito à utilização desenfreada de agrotóxicos nas cadeias produtivas de alimentação. E, aqui, eu queria citar dois exemplos. Um deles, muito próximo a mim, do norte do meu Estado, onde periódica e permanentemente a pulverização aérea de agrotóxicos sobre áreas acabam atingindo assentamentos de trabalhadores rurais e atingindo também a população urbana daquele Município de Jaguaré. E nós já tivemos a oportunidade de conhecer casos em que as pessoas tiveram problemas seriíssimos de saúde em função disso, inclusive uma senhora perdeu todos os seus cabelos e não conseguiu recuperar mais, em função disso.

E um outro caso, que também já foi amplamente divulgado, ocorreu em escola na cidade do Rio Verde, aqui em Goiás.

Estamos ou não consumindo agrotóxicos acima dos níveis de tolerância indicados pela Organização Mundial de Saúde? Portanto, a realização da presente audiência pública no Senado Federal, além de muito importante, é oportuna e estratégica, para contribuir decisivamente para o êxito da I Semana Nacional Consumo Seguro e Saúde Brasil – cuja programação nós recebemos aqui e a que todos vocês já tiveram acesso, com diversas atividades. Com certeza os nossos convidados vão falar sobre isso. Ela se realiza aqui em Brasília, desde ontem até o dia 21 de junho de 2013, com um amplo conjunto de debates e inúmeras atividades, incluindo a oficina “Consumo Seguro e Saúde: a realidade de acidentes domésticos de consumo no Brasil”.

Depois de fazer essa breve introdução, nós vamos, então, conceder a palavra aos nossos convidados, mas antes eu pergunto ao Senador Waldemir Moka se gostaria de fazer... *(Pausa.)*

Posteriormente.

Concedo, então, a palavra à Sr^a Marta Maria Alves da Silva...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Primeiro inverter a pauta? Vamos inverter, então.

Então, eu concedo a palavra ao Sr. Neilton Araujo de Oliveira, Diretor Adjunto de Controle e Monitoramento Sanitário, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Sr. Neilton, vamos aqui fazer um pacto em termos de horário. Já são 14h33. Quinze minutos é suficiente? *(Pausa.)*

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Como eu vou fazer a contextualização, talvez quinze ou vinte minutos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Quinze minutos e, se houver necessidade, nós concederemos mais cinco.

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Inicialmente, quero cumprimentar a Senadora Ana Rita e agradecer muito o empenho dela e do Senador Waldemir Moka, ambos Presidentes de duas Comissões importantes, a de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais do Senado Federal da República.

Quero dizer a vocês, e pedir até que transmitam a todos os demais Senadores os nossos agradecimentos e cumprimentos por aprovarem esta audiência pública, que valoriza demais a Semana Nacional de Consumo Seguro e Saúde Brasil, que estamos fazendo exatamente para dar mais visibilidade ao tema e aprofundar no debate e no próprio conhecimento dessa relação consumo seguro e saúde.

Queria cumprimentar aqui a Juliana, Secretária Nacional da Secretaria Nacional do Consumidor. Quero cumprimentar a Marta – faleceu o pai do Dr. Jarbas, Secretário de Vigilância e Saúde do Ministério, e ele está acompanhando o sepultamento – e agradecer por você estar aqui junto com a gente. Agradeço também a presença do companheiro Paulo Coscarelli, representando o INMETRO, uma instituição parceira desse esforço que vimos trabalhando nesses últimos quatro anos no Brasil.

Essa questão da determinação social da saúde é um tema que está cada vez mais em discussão, principalmente a partir do momento em que o Brasil sediou a 1^a Conferência Mundial de Determinantes Sociais da Saúde. Esse é um tema que está perpassando os diferentes espaços – acadêmicos, intelectuais, órgãos de governo, de debate na sociedade e, naturalmente, também, o espaço do Legislativo e do Judiciário, com uma compreensão cada vez mais ampla e importante da integralidade da saúde.

Saúde, consumo, políticas, democracia, cidadania, afetam a todos nós, indistintamente do papel, do momento, do local onde estejamos. De uma maneira

ou de outra, todos nós seremos atingidos por isso, mas cada vez com mais compreensão de que saúde é o bem mais valioso que nós temos.

E o que é que é saúde? Se nós fizéssemos aqui um debate mais detalhado, muitos fariam diferentes formas da saúde, mas a grande maioria centrada ainda na doença, no remédio, no hospital e no médico. Essa percepção da saúde integral, da saúde decorrente de um conjunto de ações de proteção, de promoção da saúde, é uma coisa ainda em discussão, ainda é uma visão contra-hegemônica. O que prevalece é, de fato, ainda, a fragmentação e a individualização da saúde.

Mas nós estamos, a partir da Constituição de 1988, cada vez mais, avançando na direção de que saúde é um direito; saúde é entendida como qualidade de vida; saúde é integralidade, decorrente de um conjunto de ações ligadas a três dimensões fundamentais de proteção, de promoção e de recuperação da saúde; é condição e fruto de participação e promoção da própria cidadania; e saúde é capacidade de luta.

A gente poderia dizer que o organismo de uma criança será sadio se for capaz de lutar contra os fatores que agredem esse organismo: contra um vírus, contra uma bactéria. Da mesma forma que o ser social, a sociedade será sadia se for capaz de lutar contra os fatores que impedem o seu bem-estar físico, social e mental.

Mas o que está, neste momento, na nossa mesa de debate, é que a saúde é multideterminada socialmente e ela, por isso mesmo, é uma consequência de políticas públicas saudáveis.

Há uma compreensão também bastante forte, do ponto de vista científico, dos diferentes determinantes da saúde, tanto do ponto de vista de determinantes individuais, como nutrição, conhecimento, estilo de vida, como de determinantes remotos – educação, pobreza, emprego. No meu Estado do Tocantins nós vamos trabalhar muito com um determinante que é migração. Em Brasília também, o Distrito Federal, esse determinante migração vai ter uma influência no nível de saúde dessa população e, naturalmente, das políticas de saúde e da própria formação dos profissionais que precisam estar atentos a essa questão.

E uma outra questão que eu queria trazer para pontuar esse nosso contexto é que nenhuma região, nenhum país do mundo se desenvolveu sem um eficiente sistema de saúde. É um setor dinâmico, um dos mais dinâmicos em termos de movimentação financeira, em termos de postos de trabalho, em termos de conhecimento, em termos de inovação e, por isso mesmo, mereceu dos Parlamentares, dos constituintes de 1988, colocar pela primeira vez na história do nosso País que saúde é um direito. E ao mesmo tem-

po constituindo um Sistema Único de Saúde, baseado nos princípios da universalidade, da integralidade, da equidade, com um forte processo de descentralização, ênfase na municipalização, em decorrência da extensão territorial do nosso País.

Só há desenvolvimento, em qualquer parte do mundo, e o nosso País não vai ser diferente, se nós pudermos contar com um sistema de saúde eficiente, nas suas diferentes dimensões, não apenas no acesso à urgência, ao agravo, ao acidente, mas nas ações, como a gente dizia agora há pouco, de proteção, de promoção também.

A premissa constitucional que assegura isso, tanto em relação à saúde como um direito e o sistema como um sistema único, trouxe, nesses princípios organizativos, as diretrizes básicas em torno das quais nós ainda estamos construindo o nosso sistema. Muita gente faz críticas ao sistema, por não conhecer que ele é um processo ainda em formação. Onde há SUS, há sucesso. O que ocorre ainda muito são as distorções, são a não aplicação de SUS e por isso mesmo as dificuldades de acesso, as dificuldades às vezes até de pessoal de saúde formado de acordo com as necessidades de saúde da população.

É essa compreensão intrínseca, ao mesmo tempo de recuperar, de promover e de proteger a saúde, que nós estamos trabalhando e o SUS é a grande expressão do atendimento do direito da saúde, evidentemente com essas mudanças todas que o modelo assistencial está experimentando no País.

As universidades brasileiras, a mídia, os professores, os Parlamentares, os governantes, ainda predominantemente enxergam a saúde como algo ligado à doença e muito ainda pouco relacionada à proteção e à promoção. Nesse sentido, a própria Constituição e as leis orgânicas da saúde estabelecem um instrumento poderoso para trabalhar a defesa e a construção dessa saúde nessa dimensão da proteção da saúde, que é o campo da vigilância em saúde. E, dentro da vigilância em saúde, com as suas diferentes características – vigilância epidemiológica, vigilância do trabalhador, saúde ambiental –, a vigilância sanitária tem um reconhecido papel e tem uma imagem e uma respeitabilidade perante a sociedade hoje, que nós podemos considerar consolidada, no sentido de que ela está ativa, vigilante, protegendo, antes mesmo de nós sermos submetidos ao risco de prevenir qualquer um desses agravos ou dessas consequências, de um risco sanitário.

É conhecido de todos nós o risco sanitário de um alimento, o risco sanitário de um medicamento, mas poucos sabem, por exemplo, do risco sanitário ligado a um brinquedo, ligado a uma caneta, ligado a

um veículo – já está ficando mais visível –, mas quais são, então, os objetos que poderiam conter um ou outro risco sanitário. Em tese, todos os produtos, sejam de origem nacional ou internacional, guardam em si alguma coisa que pode representar um risco sanitário, e é em cima desse conhecimento que nós vamos trabalhando e construindo as proteções, as informações e a segurança de consumo, para que ele não gere essa consequência.

E em tempos de globalização, nós não podemos pensar na gestão do risco sanitário somente do ponto de vista local ou do ponto de vista monoinstitucional. É preciso, naturalmente, pensar toda essa agilidade, a dinâmica que hoje os meios de comunicação, os meios de transporte estão colocando para a comunidade humana universal. Uma situação onde saúde internacional pode estar em qualquer parte do mundo e em menos de 24 horas nós podemos ter uma situação de saúde local afetada por aquele agente ou por aquele risco. Da mesma forma que poderíamos ter o contrário: uma situação na menor parte do interior do nosso País podendo gerar um risco que, daqui a pouco, vai ser abrangente em todo o Território Nacional, no continente e em outras partes do mundo.

Essa percepção, então, da dinâmica envolve um conjunto de instituições, um conjunto de conhecimentos e um conjunto de autores, de técnicos e autoridades muito importante.

De uma maneira muito simplificada, eu trago aqui toda a complexidade do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que é parte integrante do Sistema Único de Saúde. E eu posso dizer que cada uma dessas bolinhas, ou desses quadros, dessas figuras aqui, nós poderíamos ainda abrir e compreender a sua maior extensão e a sua maior complexidade ainda.

Então, se nós estamos pensando em algo concreto de proteger a saúde da nossa população e dos nossos consumidores, nessa relação consumo seguro e saúde, nós precisamos pensar localmente, precisamos pensar regionalmente, precisamos pensar nacionalmente e precisamos pensar continental e globalmente. A dinâmica do nosso País, com 27 unidades, com diversidade cultural, com diversidade geográfica histórica, econômica, tem que ser considerada na hora de nós discutirmos e avaliarmos as prioridades e as ênfases que nós vamos dando a essas questões.

Podemos dizer hoje que nós contamos com um marco regulatório bastante consistente, tanto do ponto de vista de defesa e proteção do consumidor, através da Lei nº 8.078, uma semana mais velha do que a primeira Lei Orgânica da Saúde, a nº 8.080, que é do dia 19 de setembro, e a lei do controle social, da participação social.

Eu ouvi atentamente a Senadora Ana Rita lendo a nota relativa aos movimentos, às manifestações que estão ocorrendo, e nós estamos percebendo que ainda estamos em processo de construção da nossa democracia, em processo de construção do livre direito de manifestar e de a gente entender e interpretar, como dizia bem o Senador Moka, o significado e toda a importância desse conjunto de coisas.

A Lei nº 8.142 trouxe para o Sistema Único de Saúde o controle social. Foi o primeiro setor a ter um conselho deliberativo e trouxe uma coisa importante: a participação da sociedade na definição das diretrizes e das prioridades das diferentes dimensões da saúde, não só do atendimento do hospital relacionado à doença, mas também das diretrizes da vigilância, das diretrizes da promoção da saúde e assim por diante.

Consumo seguro e saúde, portanto, está caminhando, e precisa caminhar cada vez mais, associado à democracia e à cidadania. É nesse contexto que estamos vendo um quase dilema do Estado: de um lado, dar resolução aos problemas econômicos, e, de outro lado, com sua modernização, assegurar as condições para um desenvolvimento sustentável. Não precisamos ficar no dilema, no antagonismo ou na falsa polêmica de ou outro; podemos combinar perfeitamente essas duas orientações. Precisamos lembrar os fundamentos da República – todos eles importantes – de soberania, de pluralismo político, de valores sociais, de trabalho da livre iniciativa, da cidadania, mas tudo isso, podemos dizer, está voltado para a dignidade da vida humana, portanto, para a qualidade de vida da sociedade. Não se trata da qualidade de vida de um grupo ou de uma minoria, mas da comunidade, da sociedade toda.

É nessa compreensão que estamos nos perguntando: o que cabe a cada um de nós, como instituição, como pessoa, como profissional? Se sou um professor, se sou médico, se sou um profissional de saúde ou um carpinteiro, o que cabe a cada um de nós? Da mesma forma, as instituições.

Posso dizer a vocês...

(Soa a campanha.)

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – ...que a vigilância sanitária, a Anvisa e todo o sistema nacional de vigilância sanitária, ao detectar um risco em um produto de regulação sanitária, imediatamente podemos agir seja no recolhimento daquele medicamento, seja na proibição daquele alimento e assim por diante.

E quando o risco sanitário está em um produto que não é alvo, que não é objeto da regulação sanitária? Daí a importância do trabalho articulado em cooperação, compartilhado, com outros órgãos que vão naturalmente incumbir-se da competência regulatória

dentro do arcabouço jurídico legal definido pelo Parlamento brasileiro.

Então, é com essa compreensão de acesso a novas tecnologias, acesso a novos conhecimentos em relação aos quais precisamos nos posicionar solidários, comprometidos com relação à multideterminação social da saúde. Poderíamos, copiando aqui a exposição do Prof. Paulo Buzz, classificar esses diferentes e múltiplos determinantes em três campos: campo social, campo econômico, campo ambiental, todos articulados, mas com seres humanos ocupando o centro da preocupação desse desenvolvimento e o alvo das políticas públicas, enfim, o significado de tudo, lembrando os pressupostos da República, a dignidade da pessoa humana. E, no centro, não há dúvida nenhuma de que podemos colocar a saúde, quer seja porque sem um sistema eficiente não haverá desenvolvimento, quer seja porque sem a condição sanitária adequada não temos condições de participar, de trabalhar, de lutar, nem de nos defendermos.

Então, é preciso, nessa gestão do risco, para dar uma boa resposta, fazer uma avaliação desse risco. Só se pode avaliar o risco se ele for identificado. Tudo isso vai me permitir uma comunicação adequada, oportuna do risco inerente de um produto, seja ele qual for, para a sociedade, que, tomando conhecimento, pode adotar as medidas que lhe cabem como cidadãos ou como outro papel que ocupa na sociedade. E esse é um processo permanente de monitoramento e aprendizagem.

A Diretoria de Controle e Monitoramento da Anvisa é uma das diretorias que hoje trazem um dos maiores desafios já que hoje avançamos muito na fase da regulação pré, ou seja, na análise dos registros e no conhecimento da qualidade dos produtos antes de colocá-lo no mercado.

E os novos produtos? E os novos materiais? E os novos conhecimentos, que estão andando em velocidade muito grande e que colocam, muitas vezes, um produto sem que dominemos completamente a repercussão daquele produto?

Estão aí os telefones celulares para fazermos monitoramento e acompanhamento, em um trabalho intersetorial, porque não há condições de uma instituição somente dar conta das questões do telefone celular. Há a questão da radiação, da bateria, das ondas, enfim, de um conjunto de fatores que precisamos conhecer.

Na regulação sanitária, naturalmente, vamos trabalhar com maior equilíbrio possível. Precisamos trabalhar com equilíbrio, mas entendemos que, de um lado, podemos ter emprego e renda, lucro das empresas, desenvolvimento econômico para propiciar o desenvolvimento social, o comércio, a produção, o turismo. De outro lado, temos a oferta, a proteção do

meio ambiente, direitos relacionados à cidadania, saúde da população. E como nos comportamos nesse difícil equilíbrio entre os dois braços da balança. Saúde é, ao mesmo tempo, mercadoria e direito. Não posso ignorar nenhuma dessas dimensões. Eu tenho falado muito para os empresários: a melhor proteção do lucro e do negócio de uma empresa é uma boa regulação sanitária e ainda um bom conhecimento da população por parte da qualidade desse produto e também por parte das suas limitações ou dos seus riscos. Então, tem que ser tratado com equilíbrio, segurança, eficácia, à luz do conhecimento científico e com visibilidade para todos. Daí a importância, Senadores, dessas audiências para as quais insistimos tanto. Agradecemos por vocês entenderem o nosso pleito, trazendo esse debate para conhecimento desta importante espaço parlamentar, que é o Senado Federal.

(Soa a campanha.)

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Consumo seguro, então, é um novo e importante determinante da saúde. Ele está sendo trabalhado em nível continental, na dimensão em que a Senadora lia agora, em função do protagonismo do Brasil em associação com a Opas, OEA e outros países irmãos, que estão construindo a rede consumo seguro e saúde em uma visão naturalmente compartilhada. Assim, cada um tem o seu papel, em algumas ações comuns, na compreensão de rede, entendendo que não vamos ter sucesso se também não incluirmos a participação dos consumidores da sociedade e de outras autoridades além daquelas que já estão articuladas nesse processo.

Estamos, no Brasil, com um grupo constituído de consumo seguro saúde Brasil, que tem exatamente esse simbolismo, em uma associação entre comércio, indústria, direito, cidadania e na compreensão de proteção. É o símbolo do guarda-chuva protegendo a sociedade. Esse grupo está composto por várias instituições e está trabalhando para agregar novas instituições e agregar novos atores em dimensões nacional, regional e local.

Com isso, fizemos a programação da primeira semana do consumo seguro saúde Brasil, com várias atividades. Amanhã, vamos ter o seminário internacional, no Ministério da Justiça, com esse tema, para o qual estamos convidando todos os Senadores. Já convidei, particularmente, o Senador Moka e a Senadora Ana Rita para nos fazer uma visita no momento em que puderem, durante todo o dia. Será um prazer recebê-los e compartilhar toda a riqueza do debate que estamos fazendo.

Participem da semana, ampliem o debate. Colocamo-nos à disposição para o debate aqui no momento oportuno.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Soa a campanha.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Sr. Neilton Araújo de Oliveira, Diretor Adjunto de Controle e Monitoramento Sanitário da Anvisa. Obrigada pela exposição.

Concedo agora a palavra à Sr^a Marta Maria Alves da Silva, coordenadora da Coordenação Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, que está aqui hoje, repito, representando o Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, que é o Secretário Nacional de Vigilância da Saúde, do Ministério da Saúde.

Concedo a palavra à Sr^a Marta por um prazo de dez minutos. Se houver necessidade, concederemos mais cinco.

A SR^a MARTA MARIA ALVES DA SILVA – Boa tarde a todos e a todas. Em nome do Secretário Jarbas Barbosa, cumprimento todos. Cumprimento a nossa Senadora Ana Rita, que coordena os trabalhos, e os demais Senadores. Cumprimento meus colegas de mesa, Juliana, da Secretaria Nacional do Consumidor; Neilton, da Anvisa; e o Paulo do INMETRO.

Sabemos – acho que o Neilton fez uma abordagem bem ampla – que os determinantes sociais e determinantes ambientais são fatores de adoecimento ou de promoção da saúde de acordo com as correlações que fazemos, entendendo como determinante do processo saúde/doença.

Dentro dessa questão, trazemos o consumo seguro como novo determinante da saúde. Várias questões estão postas como desafio para o Ministério da Saúde. A Senadora, na fala de abertura, já colocou alguns problemas, como a obesidade infantil, o grande bombardeio de propaganda e várias outras consequências que temos do consumo inseguro, que podem ser determinantes do processo de adoecimento da população brasileira.

O consumo inseguro torna-se um problema de saúde pública na medida em que há mais pessoas adoecendo, mais pessoas que chegam aos prontos-socorros em função de intoxicações, de cortes e em função de vários outros tipos de lesões decorrentes do consumo inseguro. Então, temos um impacto social muito grande no setor saúde, com internações, procedimentos, consultas, que faz com que tenhamos que ter estratégias para esse enfrentamento. Então, quando trazemos a determinação social do processo (saúde e doença) e o consumo seguro como o promotor de saúde de uma população, seja em relação medicamentos, acesso a bens e a serviços, estamos trabalhando na redução das doenças. Ou seja: nós, o Ministério da Saúde, o Estado, está sendo um formula-

dor de políticas capazes de diminuir risco, de diminuir os fatores responsáveis pela ocorrência de doenças ou outros agravos. Isso acontece também dentro da perspectiva do sistema único, de um acesso universal e igualitário, de tal forma que se promova a saúde, proteja as pessoas e recuperem outras pessoas que, por algum motivo, tiveram lesão ou adoecimento em função do consumo inseguro.

Destaco aqui esses dois artigos da Constituição, que falam da saúde como um direito – os arts. 196 e 197. Eles vêm ao encontro do que estamos falando de políticas públicas no sentido da proteção e da promoção, trazendo a questão da regulamentação, fiscalização e controle que os órgãos que estão aqui presentes são responsáveis, tanto a Anvisa, o INMETRO e a Secretaria de Defesa do Consumidor.

Na Lei Orgânica da Saúde, que também já foi apresentada, destaco os princípios e condições para essa promoção e proteção. Então, quando formos falar das estratégias que o Ministério da Saúde vai apresentar aqui, vamos tomar o eixo da vigilância, para conhecer mais, para identificar fatores de risco, identificar fatores de proteção e, a partir daí, promover saúde, proteger o cidadão e recuperar a saúde dessas pessoas. Então, trata-se de reduzir riscos, identificar esses fatores e promover uma série de ações intersectoriais que procuram intervir nesses determinantes e nesses condicionantes, sejam ambientais, sejam acesso a bens e serviços, como, por exemplo, brinquedos, peças pequenas de brinquedo, utensílios domésticos, móveis – muitas vezes, as mesas têm pontas que podem ocasionar acidentes domésticos, principalmente em crianças e adolescentes. Há também as telas de segurança, medicamentos e outros bens e serviços que podem ser vistos como determinantes e fatores protetores, e não como fator de risco para adoecimento.

Dentro do que abordamos, ou seja, atenção integral à saúde e saúde como um direito, vamos trabalhar fazendo a prevenção, a promoção da saúde, garantindo essa atenção integral e também a recuperação.

Agora, dentro da vigilância em saúde, que constitui um conjunto de práticas, de ações, de modo de fazer saúde, de modo de pensar saúde, onde eu faço uma ação no território, seja um território Estado, um território Município, uma área do Programa de Saúde da Família, nesse território eu tenho que identificar quais são esses fatores de risco relacionados ao consumo; onde eles estão localizados, quais são suas principais vítimas. Ou seja, eu tenho que responder a algumas perguntas como: quem são as pessoas, onde elas estão adoecendo, como estão adoecendo? Com isso, conhecendo esse diagnóstico, conhecendo essa magnitude, conhecendo os fatores de risco que

ocasionam esse adoecimento, conhecendo os fatores associados, ambientais, socioambientais, determinantes econômicos, todos os aspectos relacionados ao seguro, podemos identificar e propor ações de vigilância, promoção, prevenção e controle, tanto do adoecimento como desses agravos à saúde, tendo como uma das ferramentas o conhecimento oriundo da epidemiologia – tanto da epidemiologia, que estuda a distribuição das doenças e agravos em uma população – e, a partir desse conhecimento, propor medidas de planejamento com o conhecimento de outras áreas e pensar dentro da perspectiva mesmo de promoção da saúde.

Dentro da vigilância em saúde, então, fazemos esse mapeamento no território identificando fatores de risco para ocorrência de doenças transmissíveis, como dengue, H1N1 e outras.

E ali eu destaco a vigilância das doenças e agravos não transmissíveis. Então, dentro desses agravos não transmissíveis, temos a hipertensão, a obesidade, tanto a adulta quanto a infantil, nas suas várias formas e complicações, os cânceres – vários desses tipos de cânceres muitas vezes são correlacionados com o consumo. Há também a própria questão citada aqui pelo Neilton, do celular, das radiações. Isso dá uma série de problemas de saúde, que a gente chama de “agravos não transmissíveis”, que são decorrentes de intoxicações, de acidentes e outros desdobramentos do consumo inseguro.

Temos também a vigilância em saúde, com produção de informação, análise de morbidade, mortalidade, vigilância ambiental, saúde do trabalhador e saúde sanitária. Então, o que estamos trazendo aqui para discussão e para o debate? Monitorar o comportamento da prevalência e dos seus fatores de risco. Ou seja, estamos discutindo o consumo inseguro, mas queremos, a partir desse conhecimento do que esse consumo inseguro está trazendo para a saúde da população, monitorar, conhecer, identificar a prevalência na população – se é mais em homens ou mulheres, qual a faixa etária, qual o tipo de ocupação –, para, a partir daí, definir essas estratégias de regulação, de controle, de atenção e de prevenção, trabalhando na perspectiva da prevenção primária, secundária e terciária.

Então, monitorar essa prevalência, identificar esses fatores de risco e propiciar a adoção dessas medidas de promoção da saúde dentro dessa perspectiva, então, do consumo seguro. Então, estamos falando aqui de monitorar os acidentes de consumo. Então, fazer a vigilância, identificar esses fatores de risco e fazer esse monitoramento. E, dentro dessa perspectiva, a gente traz aqui, então, um sistema que o Ministério da Saúde implantou, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde, que é o Sistema de Vigilância de Violências

e Acidentes. Esse sistema foi implantado em 2006, no SUS, em todos os Estados, em todas as capitais brasileiras; ele tem um componente de notificação compulsória, onde todos os agravos relacionados à saúde, de interesse de saúde pública, onde é preciso tomar medidas ágeis, em tempo hábil, oportunas, para que se tenha um controle das doenças, tanto transmissíveis, como não transmissíveis, incluindo alguns agravos relacionados à saúde do trabalhador e a própria violência são notificados nesse sistema.

E o outro componente é uma pesquisa em que identificamos os principais tipos de acidentes e violências que ocorrem no País em serviços de urgência e emergência que são referências para traumas.

Então, esse sistema de vigilância, essa pesquisa, o inquérito, a gente já fez quatro edições dele. A próxima edição será em 2014. É um estudo transversal onde se tem um retrato de uma situação de saúde em termos de acidentes e violência. Então, eu trabalho com as vítimas que chegaram ao pronto-socorro, vítimas de acidente e violência, de todas as capitais e Municípios, por amostragem. Com isso, eu consigo fazer inferência da prevalência na população brasileira.

O que temos aqui como proposta? Para o próximo inquérito, que vai ocorrer em 2014, a gente já vai ter, agora, em julho, oficinas de planejamento desse inquérito, em uma parceria com a USP e com a Unicamp, já para incluir a questão do acidente de consumo. Com isso, nós já vamos levantar informações, identificar quem são as vítimas, quais são os principais tipos de acidentes relacionados ao consumo e outros tipos de fatores associados. É uma pesquisa que tem instrumento próprio, formulário padronizado, sistema próprio, onde a gente pesquisa outros acidentes. A gente está trazendo isso aqui só como exemplo para vocês entenderem um pouco mais.

Então, dentro dos outros acidentes, por exemplo, um corpo estranho. Muitas vezes, esse corpo estranho é por causa de crianças brincando com brinquedos de peças pequenas, que se soltam, e a criança, às vezes, se asfixia, engasga... Então, a gente tem como identificar alguns tipos de acidentes, como, por exemplo, ferimento por objeto perfurocortante, intoxicação, e, a partir disso, identificar quais desses acidentes de fato são acidentes de consumo. Por exemplo, uma queimadura numa tomada ou uma criança que se queimou ao mexer num fogão que não tinha uma proteção.

Então, identificar, mapear, conhecer, para fazer medidas de prevenção e proteção.

Aqui, mostrando, brevemente, como a gente consegue, a partir desse sistema, já qualificar a informação. Ali, em azul claro, são os casos de crianças, as principais vítimas de acidente, mais de 67 mil atendimentos

em 105 serviços do País. E, desses outros acidentes, quase 35% do total de acidentes atendidos. Ou seja, 90% das pessoas que chegaram aos hospitais de grandes urgências do País que sofreram um acidente, 35% são outros acidentes, onde podem estar incluídos os acidentes de consumo.

A gente abre aí um pouco esses outros acidentes para trazer algumas outras informações para vocês. Então, a gente tem ali: objeto cortante, quase 18%. Dentro disso, pode estar o caso de uma mesa que não está adequada, em conformidade com os parâmetros de normatização. Em corpo estranho pode estar incluído o caso de peças pequenas de brinquedo. Há ainda envenenamento e intoxicação. Enfim, a gente acredita que essa própria frequência aqui encontrada, quando a gente qualifica mais, começa a investigar, começa a notificar, tende a aumentar, porque a gente começa a revelar um problema que estava subsumido.

E aqui, então, já caminhando para a conclusão, dentre as propostas do Ministério da Saúde, nós temos: estruturar essa vigilância dos acidentes de consumo. Estruturar dentro de uma perspectiva. Primeiro, a estruturação dentro desse componente do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes, dentro dessa pesquisa que é feita periodicamente, através da qual podemos analisar tendências, conhecer a magnitude e prevalência. Já há a inclusão de questões específicas sobre o consumo inseguro, acidentes de consumo, no próximo inquérito cujo planejamento começa ainda este ano.

E a outra proposta seria a implantação e a estruturação da vigilância em serviço sentinela. Nós temos uma portaria de notificação compulsória de alguns eventos e agravos à saúde; estamos trabalhando nessa perspectiva de também fazer parte dessa portaria, que está em processo de discussão e revisão; e fazer um piloto com a proposta que ontem nós discutimos, dentro dessa Semana Nacional do Consumo Seguro e Saúde. Tivemos, ontem, uma oficina com os parceiros aqui presentes e mais o Distrito Federal, onde queremos fazer esse piloto.

Articular e integrar as ações do Ministério da Saúde, tanto as ações de vigilância em saúde, a qual eu represento, mas também integrando com as ações de assistência, de atenção e cuidado às pessoas que já sofreram algum tipo de adoecimento ou acidente em função disso.

Articulando, então, a Rede de Serviços Sentinela, a Linha de Atenção ao Trauma, com a Rede de Urgência e Emergência, em articulação com as ações de outros setores que estão aqui presentes e outros que possam vir somar dentro dessa perspectiva da integralidade, da intersectorialidade, do trabalho em rede, pensando

Ministério da Saúde, Anvisa, INMETRO ou Secretaria Nacional do Consumidor, Ministério da Justiça, com toda essa parceria do Congresso, da Câmara e do Senado, pensando na proteção, promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira.

Era isso que eu tinha para trazer para o debate. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Marta Maria Alves da Silva, coordenadora da Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Falou muita coisa em pouco tempo.

Concedo, agora, a palavra ao Paulo Coscarelli, Diretor do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), representando o Presidente.

O SR. PAULO COSCARELLI – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senadora Ana Rita, Senador Moka; senhoras e senhores; meus colegas de Mesa e amigos, Marta, do Ministério da Saúde; Neilton, da Anvisa; e Juliana, da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

A proposta da apresentação do INMETRO é para trazer um pouco dessa perspectiva que foi comentada pelo Neilton de que isso não é um assunto tratado no Brasil, essa não é uma preocupação brasileira, mas é uma preocupação mundial, que vem se reforçando desde que o fluxo de comércio internacional aumentou.

Os senhores podem perceber que, a partir da década de 90, esse fluxo do comércio internacional no mundo aumenta vertiginosamente. Ali é um dado de 2006, mas eu trago para vocês números de 2011. Nós temos aí um fluxo de comércio internacional que atingiu a casa dos US\$18 trilhões em 2011. O Brasil tem uma participação de 1,4% nesse fluxo de comércio internacional, mas isso, na verdade, vem trazer também a característica, o que nós vivemos hoje, que é o mundo do mercado globalizado. Essa é uma frase da Evelyn, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego da Organização dos Estados Americanos, em que ela diz que nós vivemos uma realidade de desmaterialização dos mercados. Significa dizer que traz o conceito de produto global. A gente não tem mais, hoje, uma noção de onde os produtos são fabricados, mas nós sabemos que hoje nós temos à nossa disposição produtos das mais diversas origens. Hoje, o mercado brasileiro oferece ao seu consumidor o mesmo que é oferecido nos mercados dos Estados Unidos e da Europa. A questão é que nós temos divergências, eu diria diferenças de patamar em termos de normalização, em termos de regulamentação, em termos de requisitos técnicos que são colocados à disposição desses produtos que são comercializados no mercado brasileiro.

E tudo isso gira em torno dessa grande discussão que é do consumo seguro e saúde. Então, quando a gente fala de consumo seguro e saúde, é importante percebermos o vínculo porque, quando falamos de consumo seguro e saúde, não falamos única e exclusivamente de defesa do consumidor, não falamos única e exclusivamente de saúde, não falamos única e exclusivamente de concorrência justa ou de competitividade da indústria nacional. Na verdade, nós falamos dessas três coisas. E quando nós falamos desses três grandes temas, desses três grandes motivadores das nossas ações – saúde, defesa do consumidor e competitividade e segurança –, nós temos, aí, dentro do Governo brasileiro, três Ministérios envolvidos: o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Esses Ministérios representados pelos seus órgãos federais: a Anvisa, a Senacon e o INMETRO. Todos eles trabalhando com um único objetivo: promover concorrência justa e promover um mercado seguro. Nós queremos oferecer para o consumidor um produto que seja seguro, um produto que o consumidor possa usar sem ser exposto a riscos desnecessários. Mas, ao mesmo tempo, queremos criar, queremos desenvolver para a indústria nacional um ambiente de concorrência justa, um ambiente de concorrência leal, em que, ainda que ela seja exposta à concorrência de um produto importado, ela tenha competitividade e produtividade necessárias para poder concorrer em pé de igualdade.

Não queremos aqui criar nenhum tipo de ambiente de protecionismo. Já vivemos isso antes da década de 90. O que queremos é criar um ambiente onde a indústria nacional possa concorrer e, com isso, oferecer para o consumidor brasileiro um produto, um objeto, um serviço seguro, que ele possa usar sem ser exposto a riscos desnecessários.

No que diz respeito a atividades do INMETRO, eu trago para os senhores as nossas principais atividades. O INMETRO é uma autarquia federal, como eu já disse, vinculada ao MDIC. É um órgão complexo, tem diversas atividades que são congregadas. Mas queria chamar a atenção para aquilo ali, que nós somos os regulamentadores na área da proteção da saúde e da segurança do consumidor e da proteção ao meio ambiente, ao mesmo tempo no combate às práticas enganosas e ao comércio desleal.

Então, ao mesmo tempo em que o INMETRO atua ao lado do consumidor, regulamentando, criando programas de certificação e regulamentos técnicos, que obrigatoriamente os produtos e serviços têm que atender, com isso nós agregamos a confiança necessária para que esse produto seja seguro. Nós ouvimos aqui muito, tanto na fala do Neilton quanto na fala da

Marta, o exemplo dos brinquedos. O brinquedo é um dos exemplos de produtos que são certificados pelo INMETRO, que, obrigatoriamente, para serem comercializados no mercado nacional precisam ostentar a marca do INMETRO.

Mas, ao mesmo tempo em que trabalhamos ao lado do consumidor, trabalhamos ao lado da indústria nacional, justamente no sentido de oferecermos esse ambiente de concorrência justa, para que tenhamos produtos seguros. E entendemos muito claramente qual é o vínculo de um tema com o outro: um consumidor consciente, um consumidor bem informado, ele é um indutor do processo de melhoria da qualidade do produto nacional. Um consumidor que leva para casa produtos e toma essa decisão baseado em outros atributos, além do preço, é um consumidor diferenciado. É esse consumidor que queremos formar no mercado nacional.

No que diz respeito à nossa atuação como regulamentador, nós atuamos tanto no pré-mercado quanto no pós-mercado. Num ambiente de comércio globalizado, não adianta hoje atuarmos só na regulamentação ou na certificação de produtos, que classificamos como atividades pré-mercado. Um produto para ser colocado à disposição do consumidor no mercado de consumo precisa ser submetido a uma regulamentação técnica, a um programa de certificação. Mas isso hoje não é mais suficiente.

Para trabalharmos com a tal da confiança que o consumidor quer ter num produto, precisamos também investir, e investirmos forte e pesadamente nas atividades pós-mercado. Então, hoje temos a parceria com a Receita Federal, para fazermos um controle de fronteira. Temos uma ação muito forte no mercado para fiscalização. E tudo isso tem que ter um foco. Diante de um ambiente de restrições de recursos, tanto financeiros quanto de pessoal, temos que ter um planejamento, e um planejamento em cima de um foco. Muito desse foco vem em função de dados que precisamos coletar. Um desses principais dados são os acidentes de consumo e os acidentes domésticos. São esses dados que nos apontam quais são os produtos que, de fato, oferecem riscos para o consumidor brasileiro. Que produtos são esses em que o Estado, por intermédio do INMETRO, precisa intervir? Que setores são esses em que o INMETRO precisa intervir para regular, regulamentar e colocar um produto seguro na mão do consumidor?

Só para trazer alguns dados para os senhores de como essas informações hoje não são de preocupação apenas do Brasil, nós trazemos alguns dados que, na nossa visão, são dados bastante contundentes no que diz respeito aos acidentes. Os Estados Unidos gastam por ano cerca de U\$900 bilhões com o tratamento de

vítimas e pagamento de indenizações em função de acidentes de consumo. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que é um organismo internacional, estima que no mundo sejam gastos por ano cerca de US\$1 trilhão com pessoas que se ferem e morrem em função dos acidentes de consumo.

A Coreia, um outro país que tem uma economia forte, gasta US\$9 bilhões por ano com acidentes de consumo.

A Organização Mundial da Saúde calcula que, anualmente, 830 mil crianças morrem vítimas de acidentes no mundo inteiro. Em 2011, só nos Estados Unidos, em função do sistema que eles possuem junto com os hospitais – daí a importância, Marta, de nós termos a captação dessas informações aqui, no Brasil –, foram mais de 262 mil crianças internadas, vítimas de acidentes de consumo, sendo que 13 delas morreram. Em 2012, na Europa, houve cerca de 1.900 notificações de produtos com risco grave. A Europa possui um grande sistema de alertas rápidos dentre, hoje, os 35 países que fazem parte da União Europeia. Houve mais de 1.900 notificações de produtos que estavam no mercado europeu e ofereciam risco grave ao consumidor europeu. Nos Estados Unidos, são anunciados, em média, cerca de 40 *recalls* por mês. Ou seja, nós trazemos dados de países que possuem economias fortes, países que, teoricamente, possuem consumidores mais bem informados, consumidores que possuem um poder de compra diferenciado, mas que, ainda assim, sofrem com os problemas de acidentes de consumo.

Eu imagino que os senhores devem se lembrar de quando, em 2007, nos Estados Unidos, crianças morreram por terem engolido o imã de uma bonequinha. Não sei se os senhores se lembram. Até havia uma brincadeira um pouco pesada no sentido de que, se a criança engolisse um imã, não haveria problema. O problema era quando ela engolia dois. Crianças tiveram o seu intestino rompido em função desses imãs que foram engolidos. Esses imãs colaram no intestino dessas crianças, e elas tiveram o intestino rompido e morreram. São dados com que o mundo hoje se preocupa e em que se baseia para tomar ações.

No Brasil, temos alguma coisa. E, quando digo alguma coisa, é porque ainda não temos o suficiente, ainda que tenhamos, Marta, um Sistema Único de Saúde, ainda que tenhamos já sistemas preexistentes que nos trazem dados como os que foram mostrados pela Marta, na apresentação do Ministério da Saúde. Essas informações ainda não são suficientes para que possamos levantar um dado que é fundamental: o cenário em que esses acidentes ocorrem.

Eu trago um exemplo para os senhores. Desde cerca de dois anos atrás, nós fazemos o monitora-

mento das notícias que saem na imprensa e que dizem respeito a acidentes ou fatalidades que envolvem produtos regulamentados pelo INMETRO. Em 2011, nós identificamos um acidente, a morte de uma criança no Guarujá, em São Paulo. A matéria era: “Criança morre sufocada por enchimento de bichinho de pelúcia.” Isso chamou a nossa atenção, porque, afinal de contas, brinquedo é um produto regulamentado pelo INMETRO, um produto, teoricamente, seguro, que pode ser utilizado pela criança, e nós tivemos o caso de uma criança que morreu usando um brinquedo. Nós acionamos o nosso órgão estadual, o Ipem (Instituto de Pesos e Medidas) do Estado de São Paulo, que foi ao local do acidente, conversou com as autoridades locais, conversou com o delegado responsável pela investigação do caso e descobriu o seguinte: os pais da criança eram usuários de drogas. No momento em que a criança morreu, eles estavam sob efeito das drogas e, como a criança não parava de chorar, eles se irritaram com aquela situação e a solução que eles viram para ela parar de chorar foi retirar o enchimento do bicho de pelúcia e colocar na boca da criança. E a criança morreu.

Então, entender se o produto é culpado ou não pelo acidente de consumo, se ele é culpado ou não pela morte da criança é fundamental para determinar a ação do Estado.

Eu costumo dizer – o Neilton comentou muito bem – sobre a articulação que precisa existir entre os órgãos. E digo mais: essa ação tem que ser entre os órgãos e tem que ser também entre os poderes. Eu trago outro exemplo: o INMETRO é o regulamentador das cadeiras plásticas. Hoje, para as cadeiras plásticas serem comercializadas no mercado nacional, elas precisam ostentar a marca do INMETRO. Eu acredito que os senhores aqui, independentemente da ocupação que possuem, são também consumidores e também já ouviram falar ou já foram até mesmo vítimas dessas cadeiras plásticas. Quando o INMETRO regulamentou, em cima de dados de hospitais de trauma, que indicavam que as quedas de cadeiras plásticas eram um dos grandes motivadores da entrada de pacientes nesses hospitais, quando nós certificamos, tivemos a ingrata surpresa de empresas fornecedoras que entraram na justiça e conseguiram liminares para continuarem comercializando o seu produto sem a certificação. Ou seja, há uma ação do Estado, no caso do Poder Executivo, de tentar minimizar um caso grave, que são os acidentes ocasionados pelas cadeiras plásticas, e há, ao lado, o poder, no caso a Justiça, concedendo liminares para fabricantes que conseguem justificar – nós não sabemos como – que eles podem continuar comercializando os seus produtos sem a certificação,

agregando a confiança de que seus produtos seriam seguros.

Então, não só é importante que tenhamos uma articulação dos órgãos, mas que também tenhamos uma articulação dos poderes e entre os poderes e esses órgãos, para que tenhamos, sim, um trabalho voltado para a questão do consumo, seguro e saúde, atacada por todas as frentes.

Estes são dados do Brasil: questão de mortes de crianças, hospitalizações. Quando eu falo da queda, por exemplo...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO COSCARELLI – ...nós temos essa informação da queda, mas não temos em que situação essas quedas ocorreram. O fato é que estudos mostram que 90% dos acidentes que levaram a essas internações, que levaram a essas fatalidades poderiam ter sido evitados.

Esses são dados do banco de dados de acidentes de consumo, que é administrado pelo INMETRO. Esse banco de dados é alimentado por consumidores que, espontânea e voluntariamente, acessaram o *site* do INMETRO e fizeram os seus relatos de acidentes de consumo. Hoje, nós temos cerca de 800 relatos. Esse banco de dados existe desde 2006. Os senhores podem até considerar que é um número baixo de registros, mas, se considerarmos que são registros feitos, espontânea e voluntariamente, pelos consumidores, sendo que há pouquíssima divulgação desse banco de dados, podemos até considerar que é um número bastante razoável.

E nós temos algumas indicações de quais produtos deveriam ter um foco prioritário de ação de um regulamentador, no caso do INMETRO, enfim, de qualquer outro regulamentador, como, por exemplo, a Anvisa, sendo que, se não me engano, como terceiro colocado, os alimentos são um dos grandes focos de registros dos consumidores.

Só para demonstrar para os senhores como existe o vínculo entre grandes temas: o consumidor que se acidenta também é um trabalhador, o consumidor que vai ao hospital também é um trabalhador que deixa o seu posto de trabalho. Então, ele não só está impactando o Sistema Único de Saúde, por sofrer um acidente, como também está fazendo com que o País perca em produtividade na medida em que ele se afasta do seu posto de trabalho.

Fazemos uma conta de que, dos registros que temos, cerca de 44% deles geraram um atendimento médico e cerca de 32% deles geraram um afastamento do trabalho por parte desse consumidor.

Essas são ações do INMETRO. Estamos regulamentando cada vez mais. Nós estamos criando, cada

vez mais, programas de certificação. Só para os senhores terem uma ideia de como é o crescimento do número desses programas ao longo desses últimos 15 anos, 16 anos – como eu disse, não trabalhamos apenas no pré-mercado; existe uma ação forte no pós-mercado também –, esses números são das ações de fiscalização. No ano passado, nós batemos cerca de 820 mil ações de fiscalização no mercado. E digo para os senhores que não é suficiente. Podemos regulamentar mais, podemos fiscalizar mais, mas a ação de articulação é fundamental para que essas ações individuais tenham maior efetividade. E não trabalhamos só na parte de regulamentação, não só com fiscalização, como também trabalhamos na parte da educação do consumidor, porque entendemos que devemos conscientizar o consumidor para que ele assuma uma postura adequada e conheça o seu papel dentro da cadeia de consumo. É importante que ele conheça os seus direitos, mas também conheça os seus deveres. É claro que temos casos de acidentes que são provocados por produtos inseguros, mas também temos casos de acidentes provocados por consumidores que fazem um mau uso desses produtos. Então, é importante conscientizar o consumidor sobre os riscos aos quais eles estão expostos.

Eu gosto sempre de citar o exemplo do trabalho que fazemos também via TV, onde, há cerca de cinco anos, fizemos uma análise em brinquedos apreendidos pela Receita Federal, que foram apreendidos porque estavam sendo comercializados irregularmente, e havia concentrações de chumbo, um metal pesado que se acumula no organismo da criança, na tinta desses brinquedos até 120 vezes acima do permitido pela regulamentação técnica. Então, aquele pai que acha que está comprando um brinquedo porque está barato, levando vantagem naquela compra, na verdade, está expondo, inadvertidamente, o seu filho a um risco. E ele precisa ser conscientizado disso.

Então, nós trabalhamos também com a questão da conscientização. E esse trabalho da conscientização é mais importante ainda porque temos, no Brasil, um consumidor com o perfil de ainda acreditar que, quando ele sofre um acidente de consumo, a culpa é dele. Às vezes, a culpa até pode ser dele, na medida em que faz um mau uso do produto, mas nem sempre é dele. Então, essa conscientização com relação à questão dos acidentes de consumo é importante não só por uma questão de dar visibilidade ao tema, mas também de conscientizar os consumidores.

Este é um trabalho que nós fizemos no ano passado, em parceria com o McDonald's, em que colocamos, na toalhinha das bandejas do McDonald's, informações sobre segurança infantil.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO COSCARELLI – Esses são os trabalhos que nós realizamos. Como falei, a integralidade, a complementaridade dos trabalhos é importante no âmbito nacional, regional e internacional.

Era isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Paulo Coscarelli, Diretor do INMETRO. Paulo, quanta informação nova, quanta informação importante! Tudo isso faz parte do nosso direito como seres humanos. Parabéns pela sua apresentação!

Convido, agora, a Juliana Pereira da Silva, Secretária da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

A SRª JULIANA PEREIRA DA SILVA – Boa tarde a todas e todos, especialmente à Senadora Ana Rita. Quero agradecer, em meu nome e em nome do Ministro da Justiça, o convite para participarmos desta audiência. Ao Senador Moka também, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que também nos honra com a presença aqui, por toda a sua história de trabalho. Queria cumprimentar os meus companheiros de trabalho: o Neilton, da Anvisa; a Marta, do Ministério da Saúde; e o Paulo Coscarelli, do INMETRO.

Por ser a última a falar, fico com algumas prerrogativas. Uma delas é, primeiro, não ter PowerPoint bonito como o que meus colegas apresentaram aqui. Segundo, foi falado bastante de saúde e com muita propriedade. Há um médico ao meu lado esquerdo, profissionais da área de saúde; um engenheiro, do outro lado, falando de segurança de produtos. Então, esse aspecto está bastante abordado aqui por todos os meus queridos companheiros.

Então, eu queria falar um pouquinho sobre um outro aspecto: o do consumidor, que é o cidadão beneficiário, de alguma maneira, de todo o trabalho que se faz em relação à proteção da sua saúde, na perspectiva de consumidor. Eu acho muito importante a presença do Ministério da Saúde e da Anvisa, porque saúde é um termo muito amplo. Saúde é um direito, está na Constituição, etc., mas ela tem um aspecto muito amplo.

Eu, como trabalho na proteção dos consumidores, discuto saúde no aspecto da vigilância sanitária, da segurança de produtos, na área de saúde suplementar, dos planos de saúde privados. Então, é muito amplo. E a minha colaboração aqui hoje é um pouco sob a perspectiva do que nós temos feito em relação a esse conceito de saúde, de segurança que os meus colegas que me antecederam comentaram.

Primeiramente, queria falar um pouquinho como está a proteção do consumidor no nosso País. É claro

que é de conhecimento público, de todos vocês, que o nosso País passou por diversas transformações e está, quem sabe, começando uma outra transformação de preocupação com os rumos da Nação, que nós temos visto a partir dos movimentos e manifestações.

Mas o nosso País tem passado por uma transformação do aspecto de consumo. O nosso País, que tradicionalmente era agrícola e tinha muito pouco acesso a produtos e serviços, nos últimos 10 anos, 15 anos, mudou completamente. A inclusão de cidadãos na categoria de consumidores, o aumento do crédito, a melhoria da renda no País, isso colocou no mercado brasileiro um grupo de pessoas muito grandes. Um grupo que é consumidor e que, há 23 anos, está protegido por uma lei, que é o Código de Defesa do Consumidor. De forma muito acertada, o legislador brasileiro produziu uma norma que é atemporal. Embora nós até estejamos passando por um momento de atualização nesta Casa, sob a coordenação do Senador Rodrigo Rollemberg e do Senador Ricardo Ferraço, é importante salientar que o Código de Defesa do Consumidor é uma norma principiológica, que estabelece os valores das relações de consumo. Eu costumo sempre dizer que o Código é atemporal, porque valores e princípios perduram *ad eternum*. Então, a segurança de um produto, a segurança de um serviço, a proteção à saúde do consumidor é um direito que está no Código há 23 anos. Hoje, isso fica muito mais evidente porque nós vivemos de uma economia de mercado em que o acesso é muito maior. Basta lembrarmos: há 15, 20 anos, quem tinha celular no Brasil? O celular foi aqui muito bem colocado, sob a perspectiva do risco à saúde. Eu também tenho uma preocupação grande em relação ao risco ao bolso dos consumidores. Muitos às vezes não funcionam bem e a assistência técnica é muito precária no Brasil.

Mas o assunto aqui hoje é proteção à saúde. Então, quem tinha celulares há 20 anos? Quem utilizava transporte aéreo há alguns anos? O eletroeletrônico? Os produtos em uma casa, em uma família brasileira, linha branca era o que mais havia: uma TV, uma geladeira e um fogão. Hoje, quase precisamos fazer curso de computação para usar uma lavadora, por exemplo. O mundo mudou, mas os valores da legislação brasileira, seja da Constituição, seja do Código, vieram desde 1990. A Constituição, desde 1988.

Então, a Defesa do Consumidor tem trabalhado de que maneira? A Secretaria é um órgão novo, criada no ano passado, pela Presidenta Dilma e pelo Ministro José Eduardo Cardozo, embora a competência sobre a proteção dos consumidores em âmbito federal sempre tenha sido do Ministério da Justiça, por meio de um departamento. No ano passado, com toda essa mu-

dança no contexto econômico e social do Brasil, surgiu a necessidade de se ampliar a estrutura de proteção ao consumidor. Exercer essa proteção é exercer uma tarefa multidisciplinar. Hoje, estamos aqui discutindo saúde sob a perspectiva que foi apresentada, de produtos seguros. Nós poderemos discutir saúde sob vários aspectos, como energia elétrica, como telefonia, como banco, como cartão de crédito. Quer dizer, a proteção do consumidor requer uma atuação coordenada e integrada. A Secretaria Nacional tem uma função de coordenação nacional da política de defesa do consumidor, nós trabalhamos integrados com os PROCONs do Brasil, são 750 PROCONs municipais mais 27 estaduais, trabalhamos integrados com a Defensoria Pública dos Estados, com o Ministério Público dos Estados, que atuam na área de Defesa do Consumidor, e temos as entidades civis de defesa do consumidor. Então, a proteção é feita dessa maneira.

Voltando ao tema especialmente da saúde, da proteção à saúde e à segurança de produtos e serviços no Brasil, é muito importante, haja vista a proteção aos direitos do consumidor requerer uma atuação articulada e integrada sob a perspectiva da segurança de produtos e da saúde, dizer que nós, na Secretaria, trabalhamos de forma muito integrada com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e com o Instituto Nacional de Metrologia – eu queria até cumprimentar meus colegas pelo trabalho, pela atuação, o Dirceu Barbano, Presidente da Anvisa, e o meu querido Jornada, Presidente do INMETRO, que, desde o primeiro momento, são parceiros de todo esse processo de ampliar e de fortalecer a proteção da saúde e a segurança dos nossos consumidores.

Na Secretaria, além da atuação complementar com essas agências, nós formamos um grupo de trabalho, é o Grupo de Trabalho Brasil, em saúde e segurança do consumidor, e estamos juntos em relação às atuações internacionais. Mas como é a relação de complementaridade? A proteção do consumidor, para determinar a realização de um *recall*, por exemplo, porque o *recall* é a retirada de um produto inseguro do mercado, para orientar os consumidores, sempre será necessário um órgão técnico competente para avaliar o risco daquele produto. Então, a nossa relação é de complementaridade. Como eu, uma advogada, Senadora, vou dizer que o celular tem um risco? Eu preciso de um engenheiro para me dizer se o projeto daquele celular está de acordo com a conformidade técnica necessária. Como vou saber que um remédio tem que ser retirado do mercado? Porque a Agência Nacional de Vigilância Sanitária é o órgão competente, que comunica à Defesa do Consumidor, e a Defesa do

Consumidor capilariza essa informação para a rede que ela tem, de proteção e atendimentos aos consumidores.

Infelizmente, não existe atendimento aos consumidores em todos os Municípios. E é até um apelo – esta semana -, a todos aqueles que possam estar nos assistindo, que providenciem um Procon para a sua cidade. O Procon é um órgão de escuta do consumidor. O cidadão brasileiro, hoje, precisa de informações. O mundo mudou tanto, a complexidade dos contratos, a complexidade de produtos é muito grande. E a escolaridade da população brasileira muitas vezes ainda não acompanhou toda a velocidade dessas informações. Então, um órgão de defesa do consumidor é um parceiro do governante local, porque atende o consumidor numa perspectiva de cidadania muito importante, que é cidadania econômica. Nós temos várias perspectivas da cidadania do nosso povo brasileiro, que busca e luta por melhor qualidade de vida. Então, é importante termos um órgão que ajude a trabalhar nessa perspectiva, um pronto-socorro de cidadania, porque o Procon não atende só questões de saúde, ele atende de banco, de telefonia, de Internet e de todas as perspectivas que um cidadão hoje economicamente ativo precisa. Ele precisa para ajudar a solucionar um conflito dele, ele precisa para compreender um contrato, compreender um produto, muitas vezes, e não encontra quando não há esse órgão. Então, a relação que nós temos na proteção à saúde e à segurança é essa complementaridade com os órgãos técnicos.

O Ministério da Saúde, como um órgão de políticas e de coordenação de toda a área de saúde do País, também tem essa relação de subsidiar a defesa do consumidor. Eu não posso atuar nesse tema sem ter esses parceiros.

Parceiro também da Secretaria Nacional do Consumidor é o Departamento Nacional de Trânsito. Por quê? Porque é o Denatran que autoriza os veículos a circularem no Brasil, os projetos. Então, o *recall* de veículos é um *recall* mais conhecido por toda a população porque é em maior quantidade. No ano passado, no Brasil, nós tivemos 65 *recalls*, que é monitorado pela nossa Secretaria, sendo que 80% deles de motos e carros. Quem nos ajuda a descobrir se um carro é inseguro além... O carro tem um projeto e tem uma autorização para circular no Brasil. Nós temos o Denatran como parceiro nessa complementaridade.

Também há alguns casos de notório conhecimento público. Atuamos em relação a empresas que se negavam a fazer *recall*, por conta de problemas de veículos, e a atuação exemplar que a Senacon teve em relação à cooperação com o Denatran foi importante para mostrar que o produto produzido no Brasil tem que ter o *standard* de qualidade e segurança que o bra-

sileiro merece. Porque outro desafio que enfrentamos é o que o Paulo colocou muito bem, sobre produtos entrados de forma irregular no País que são um risco à saúde. Nós também temos que ter consciência de que o Brasil hoje é uma economia de mercado forte, é um *player* mundial importante, e o *standard* de proteção e segurança de produtos e serviços no Brasil tem que acompanhar os melhores do mundo. Chega de ser um consumidor de segunda categoria, porque, muitas vezes, a proteção do consumidor descobre exatamente isto: que o produto que é colocado no Brasil tem um *standard* e aquele que é exportado tem outro.

Eu acho que este é o nosso desafio, o desafio daquele produto que não está regulamentado, aquele que não está certificado, porque o INMETRO tem um percentual de produtos, a Anvisa tem outro percentual de produtos, mas nós temos uma imensidão de produtos que estão aí disponíveis aos consumidores e que ninguém está fiscalizando. Por isso duas coisas são importantes. Uma é a parceria do Ministério da Saúde em relação aos hospitais, para que haja uma investigação séria e criteriosa. Quem coloca em risco a saúde do consumidor, a segurança das crianças brasileiras, tem de pagar caro por isso. A irresponsabilidade. E eu acho que é um pouco isso que esta audiência pública vem mostrar que tanto a Defesa da Consumidor como a autoridade sanitária, de saúde e metrologia deste País não estão passivos, vendo a situação acontecer. Estamos trabalhando, e vamos apertar o cerco para produtos certificados e para produtos não certificados também. A Secretaria Nacional está em busca de parceiros, estamos trabalhando com alguns estudos internacionais. Estive agora na Colômbia e também estivemos no Peru, como parceiros. E estamos buscando a cooperação da Comunidade Europeia para atuar, de forma exemplar, também naqueles produtos em que não há certificação, produtos de que, muitas vezes, os consumidores brasileiros são reféns, que geram acidentes, e sequer o cidadão se dá conta de que ele poderia ter vivido sem aquela situação. Foi bem colocado aqui por alguém que, muitas vezes, o cidadão acha...

(*Soa a campanha.*)

A SRª JULIANA PEREIRA DA SILVA —... que a culpa é dele. E, muitas vezes, nós nos deparamos com o fato de que o barato pode sair muito mais caro em relação à saúde.

Eu tenho uma preocupação muito grande. Tive uma conversa muito forte no Ministério da Justiça com os meus colegas. Especialmente, amanhã vamos debater isso em um seminário que vamos sediar no Ministério da Justiça, sobre produtos piratas no Brasil. É até importante utilizar este espaço para dizer que o

consumidor que compra um produto falsificado, óculos de sol, por exemplo, coloca em risco sua saúde ocular. Porque aqueles óculos não têm a certificação adequada. O consumidor que compra medicamento numa via paralela não tem ideia do que está ingerindo.

Então, é muito importante que nesta primeira semana de consumo seguro e saúde no Brasil, as autoridades estatais que têm competência nessa área aproveitem o momento, assim como o cidadão, para cada dia mais fortalecer essas redes e nós termos no Brasil um *standard*, um padrão de produtos que elevem cada dia mais o nome do nosso País como referência da proteção dos usuários de serviços e produtos colocados no mercado.

Mais uma vez, eu queria agradecer a esta Casa pelo convite, colocar a Secretaria Nacional do Consumidor à disposição da Senadora Ana Rita e dos demais membros desta Casa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) — Obrigada, Srª Juliana Pereira da Silva, Secretária da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, uma secretaria criada há pouco tempo.

Este debate é importante até para que o nosso público, para que as pessoas que nos acompanham saibam que existe uma Secretaria Nacional do Consumidor no Ministério da Justiça, que tem feito um belíssimo trabalho.

Parabéns a todos vocês.

E quero aqui fazer apenas algumas considerações. Primeiro, que o consumo seguro e saúde, na minha opinião, pelo que conversei aqui antes, inclusive com o Neilton, é um tema que não é novo, mas que precisa ganhar visibilidade maior, precisa ser mais debatido, precisa ganhar mais espaço de debates. Então, esta audiência pública cumpre também o papel de dar visibilidade a esse tema. Esperamos que também nos Estados e nos Municípios – fica a sugestão – sejam feitas audiências públicas sobre o tema. E quem nos acompanha, não só os internautas, mas pela TV Senado, que possam também multiplicar o debate, porque é lá no Município, é lá na ponta que as coisas acontecem, muitas vezes, e as pessoas nem sempre têm o conhecimento necessário e completo sobre o assunto. Eu acho que é importante fazer esse debate.

Aqui no Senado Federal, nós, Parlamentares, poderemos, com certeza, falar mais sobre isso. Até disse ao Neilton que faremos um pronunciamento sobre o assunto, recuperando os dados que vocês trouxeram a esta audiência pública. E parece que há projetos de lei tramitando aqui no Senado – o Neilton também falava sobre isso –, e poderemos inclusive buscar dar agilidade e complementar a nossa legislação, para

que ela esteja realmente mais atualizada, atendendo à realidade atual, conforme disse a Juliana. Nós temos uma legislação importante na área da saúde, mas a realidade nacional e a realidade internacional vão evoluindo muito rapidamente. Então, a nossa legislação também precisa acompanhar essa evolução. Eu acho importante.

Há uma outra questão de encaminhamento que eu quero colocar, sobre a qual a Juliana também falou e eu quero aqui aproveitar para fazer este apelo aos governos estaduais e aos governos municipais: a importância de se criar os PROCONS locais. Então, eu fico aqui imaginando, Juliana, você disse que são quantos PROCONS? Mil?

A SRª JULIANA PEREIRA DA SILVA – Setecentos e quarenta e oito.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Setecentos e quarenta e oito PROCONS municipais; estaduais são 27, um de cada Estado. Imagine termos mais de 5.000 Municípios...

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Cinco mil, quinhentos e oitenta.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Cinco mil, quinhentos e oitenta Municípios e apenas 748 PROCONS municipais. Então, há uma parcela muito significativa da população brasileira que tem os seus direitos não respeitados e que não tem o espaço do PROCON para buscar ajuda, para buscar a proteção dos seus direitos, a garantia dos seus direitos. Então, faço este apelo aos governos municipais e estaduais: para que criem os PROCONS, para atender melhor a nossa população.

Também há uma questão que vou aproveitar para passar para vocês falarem nas considerações finais; se vocês puderem falar um pouquinho sobre isso... Como os meios de comunicação podem contribuir um pouco mais com esse assunto? Na verdade, também não só os meios de comunicação, mas também a questão da publicidade. Na medicação, por exemplo, no maço de cigarro, há uma advertência, uma imagem que inibe o fumante de continuar fumando porque tem lá uma foto de alguém muito...

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Uma imagem impactante.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – ... uma imagem impactante. Não seria interessante que também nos brinquedos... Eu pude ver também, pelos dados, que as maiores vítimas são as crianças, os maiores índices, segundo o INMETRO...

O SR. PAULO COSCARELLI – É a população mais vulnerável.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – ... que é a população mais vulnerável. Então, será que não seria

interessante que também nos brinquedos tivesse algo mais impactante, que pudesse ajudar os pais a selecionar melhor esses brinquedos? Enfim, eu faria essa pergunta para que vocês pudessem, nas considerações finais, abordar um pouco esse tema.

Então, eu passo a palavra para o Neilton Araujo de Oliveira. Neilton, um prazo de três minutos, se for possível, porque temos agora a sessão do Senado e não podemos entrar dentro do horário da sessão.

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – O.k. Obrigado, Senadora.

Eu acho que nós estamos aproveitando bem esse espaço e naturalmente esse é um processo muito inicial. Quando a senhora fala da regulação do cigarro, a gente precisa lembrar toda a trajetória que fizemos até aqui e que ainda estamos por enfrentar. A Lei nº 9.294, de 1996, gerou a possibilidade e, com isso, avançamos muito, mas o papel regulador do Estado brasileiro ainda está sendo questionado pela sociedade, pelos empresários, pelo Judiciário de uma maneira muito forte. Eu dizia que a saúde é, ao mesmo tempo, um direito, um bem de cidadania e, ao mesmo tempo, é uma mercadoria. Em algum momento, esse valor econômico, esse peso econômico, os interesses econômicos embutidos aí prevalecem sobre os interesses sociais, os interesses sanitários.

Nós estamos, na Anvisa, com uma regulamentação sobre propaganda em alimentos para crianças, inclusive, definindo horários, enfim, definindo medidas para proteger a criança dessa indução excessiva feita pela propaganda. Estamos já com uma quantidade enorme de ações judiciais em medida liminar proibindo a Anvisa de utilizar os caminhos, os instrumentos adotados na resolução da sua diretoria colegiada fundamentada, naturalmente, em uma legislação. Então, a senhora percebe que a questão do agrotóxico, como a senhora dizia inicialmente, nós estamos o tempo todo também em um debate muito grande. De um lado, há a proteção das pessoas, a proteção do meio ambiente; de outro lado, há a produtividade que às vezes é colocada a qualquer custo, onerando naturalmente a saúde das pessoas que trabalham na agricultura e, principalmente, a população consumidora desses alimentos. Nós temos, na Anvisa, um programa chamado PARA (Programa de Análise Residual de Alimentos)...

(Soa a campanha.)

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – ... onde – e todos os anos divulgamos esses dados – constatamos a presença de agrotóxicos proibidos no Brasil e de agrotóxicos em quantidade muito maior do que aquelas permitidas regularmente. Eu estou pegando alguns exemplos do nosso campo sanitário para dar a dimensão dessa queda de braço muito grande

que existe ainda. Se não houver maior participação da sociedade, se não houver visibilidade grande desses temas, continuaremos, mesmo com conhecimentos científicos e técnicos robustos, reféns ainda de outros interesses.

Esse é o desafio que está colocado para o Brasil. O processo de crescimento que nos coloca em outro patamar de relação internacional precisa também permitir o processo de desenvolvimento social, desenvolvimento cultural, que nos dê condições de dar conta desse enfrentamento e dessa relação solidária, protetora, promotora de desenvolvimento, mas que garanta com segurança a proteção dos nossos consumidores e de todos os cidadãos brasileiros.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Neilton Araujo.

Concedo a palavra agora à Marta Maria Alves da Silva, do Ministério da Saúde.

A SR^a MARTA MARIA ALVES DA SILVA – A questão colocada sobre a importância dos meios de comunicação em contribuir com essa discussão, na nossa avaliação, é de extrema importância. A gente sabe o quanto é fundamental, dentro das estratégias de promoção da saúde, que vão desde a questão da normatização, regulação, aí tem também o *advocacy*, até leis que sejam de fato protetoras da vida. Mas os meios de comunicação têm um papel fundamental na promoção de comportamentos seguros, comportamentos saudáveis, atitudes saudáveis.

A gente vê que é preciso estarmos juntos, Poder Público e sociedade civil, aí pensando nas três esferas de Governo: federal, estadual e municipal, Legislativo, Judiciário e Executivo, em um trabalho que seja de fato intersetorial e complementar conforme colocado. Quando falamos, então, em mudança de comportamento para atitudes seguras e saudáveis, não podemos cair na armadilha da culpabilização das pessoas. E, nesse sentido, eu destaco e reforço a importância nossa como executores – e aqui representando o Ministério da Saúde – e a importância de todos nós que estamos hoje nesse debate sobre a discussão da formulação de políticas públicas. Então, pensando sociedade civil e Poder Público dentro desse caminho onde a comunicação é uma das ferramentas para pensar e mudar comportamento, a fim de que a gente tenha uma sociedade em que o consumo seja um fator protetor, e não um fator de risco de adoecimento.

Por fim, eu queria destacar que o Ministério da Saúde aqui para contribuir. Quero destacar a importância dessa primeira semana nacional e também o fato de nós...

(Soa a campanha.)

A SR^a MARTA MARIA ALVES DA SILVA – ... como Ministério da Saúde, contribuímos com as discussões. Acho que ainda temos muito para fazer.

Eu represento também o Ministério da Saúde no Conselho Nacional de Trânsito e, ali, temos discutido um pouco disso que foi colocado em relação à segurança veicular. No último encontro em que eu estive, o Encontro Ibero-Americano sobre Segurança no Trânsito, mostrou-se resultados de testes de carros fabricados no Brasil; infelizmente são os mesmos carros, a mesma marca, porém com um padrão muito inferior aos carros europeus. Então, temos que avançar muito e um dos pontos é a regulamentação de propagandas, a exemplo do que foi feito com o cigarro e o que estamos discutindo, junto com a Anvisa, para alimentos infantis, a exemplo do que estamos discutindo para regulamentação de bebidas alcoólicas e outras iniciativas em parceria com esta Casa.

Então, agradeço imensamente, Senadora Ana Rita, em nome do Ministro da Saúde, Dr. Alexandre Padilha, em nome do nosso Secretário de Vigilância, Dr. Jarbas, e nos colocamos à disposição para seguir no debate e construirmos uma sociedade de promoção da saúde e de proteção e cultura de paz.

Obrigada.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Marta Maria, pela sua presença e pela contribuição que você nos trouxe.

Concedo a palavra, agora, ao Paulo Coscarelli, do INMETRO.

O SR. PAULO COSCARELLI – Obrigado, Senadora.

Bem, sobre a primeira questão, relacionada à participação da imprensa, como os meios de comunicação podem auxiliar nesse trabalho de divulgação, de disseminação de práticas de consumo seguro, com foco na questão da proteção do consumidor, no consumo de produtos que sejam seguros, nós temos um ótimo exemplo, que é o trabalho que o INMETRO vem fazendo com o programa Fantástico já há 18 anos. Este ano, nossa parceria com o Fantástico completa 18 anos. Nesses 18 anos, nós já divulgamos resultados de mais de 300 análises de produtos e serviços diferentes.

O foco não é outro senão a conscientização do consumidor; passarmos para o consumidor informações importantes sobre os produtos que ele consome. O exemplo que dei aqui durante a palestra com relação aos brinquedos, a análise que fizemos em brinquedos apreendidos pela Receita Federal, é uma dessas 300 análises que já divulgamos no programa Fantástico. Esse é o exemplo positivo.

Do outro lado, nós temos também os meios de comunicação que ainda valorizam apenas os aspectos

negativos de determinadas questões. Juliana comentou sobre os *recalls*. No ano passado, no Brasil, nós tivemos 65 campanhas de *recalls*. Nos Estados Unidos, nós temos, em média, 40 campanhas de *recalls* anunciadas por mês. Nós ainda temos – eu costumo dizer – uma cultura do *recall* em construção aqui no Brasil e ainda entendemos e interpretamos o *recall* como algo negativo. Também costumo dizer que não faço apologia ao *recall*. Não é que se tem que fazer *recall* a toda hora, mas é entender que o *recall* faz parte de um processo. Sou fabricante, fabrico, tenho a minha matéria-prima, transformo, fabrico, coloco no mercado e, aí, percebi que há um problema no produto que coloquei no mercado, eu o retiro. Isso demonstra... Também costumo dizer que fabricante não faz *recall* porque é bonzinho.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO COSCARELLI – Fabricante faz *recall* porque é obrigado, isso em qualquer parte do mundo. A questão é que a gente ainda tem, aqui no Brasil, um foco muito forte na questão automobilística muito em função do valor agregado que o produto possui, mas ainda uma área muito grande para avançarmos em todos os outros setores produtivos.

Com relação ao exemplo que a senhora deu, Senadora, de fazer algo semelhante ao que existe hoje nos cigarros, com imagens impactantes, e a senhora citou o exemplo do brinquedo, hoje, o brinquedo é um produto regulamentado pelo INMETRO, tem a marca da certificação na sua embalagem e traz hoje algumas informações que são importantes no momento da decisão de compra. Eu destaco a que, na nossa opinião, é a mais importante delas: a faixa etária a qual o produto se destina. Nas pesquisas que nós fazemos, o nosso entendimento é que ainda existe um comportamento comum nos pais, de entender que o filho dele ou o afilhado ou quem quer que seja, a criança que estiver em casa: “Ah, não, isso aqui é para uma criança de 0 a 3 anos, mas o meu filho já tem o desenvolvimento motor e mental acima de 3 anos, então, eu vou comprar um produto, um brinquedo para crianças de 8 anos.” A questão principal que difere um produto voltado para uma criança de 0 a 3 anos e para uma criança acima dessa faixa etária é com relação à presença de partes pequenas. O comportamento de uma criança de 0 a 3 anos é necessariamente levar tudo à boca. Então, à medida que ela leva tudo à boca, se ela tem acesso a um brinquedo para uma faixa etária acima da idade dela, ela está, sim, exposta ao risco em demasia de aspirar, de inalar, de engolir uma parte pequena. Então, é importante... E aí é um trabalho muito forte de conscientização do consumidor, dos pais.

A questão do comércio informal, Juliana comentou também sobre a pirataria. Acreditar que um con-

sumidor leva vantagem ao comprar um brinquedo no comércio informal é expor o seu filho a um risco de uma maneira inadvertida e desnecessária. Compra, sim, um produto mais barato, mas vai levar para casa um produto que tem, na tinta, concentrações elevadíssimas de chumbo e de outros metais pesados. É um produto que certamente vai ter partes, arestas cortantes, que vão ferir a criança. Então, é importante essa ação de conscientização dos pais.

Cito o exemplo de um caso que aconteceu, saindo um pouco da questão dos produtos infantis e dos brinquedos, na semana passada no Rio de Janeiro. O INMETRO regulamenta e certifica o serviço de conversão dos veículos para a utilização de GNV. Na semana passada, houve um acidente, se não me engano em Nova Iguaçu, onde um carro explodiu e duas crianças que estavam dentro do carro morreram. Nós fomos acionados, o carro era transformado, era convertido para o uso de GNV. Naturalmente, a imprensa nos aciona. Na investigação, descobrimos que a conversão tinha sido feita num fundo de quintal, eles estavam utilizando botijão de gás. É mais barato? Certamente, é mais barato fazer uma conversão no fundo de quintal, utilizando um botijão de gás. Agora, qual é o risco ao qual o consumidor está exposto?

Antes, eu falava de riscos inadvertidos, porque a criança que tem acesso a um brinquedo fora da sua faixa etária, como mencionei antes, é o consumidor mais vulnerável que pode existir, porque ela não tem essa consciência. Mas e um pai que faz a conversão do seu veículo num fundo de quintal e coloca um botijão de gás e carrega os seus filhos dentro do carro? Ele está fazendo isso de maneira inadvertida? Então, é um trabalho de conscientização.

A Marta comentou sobre a mudança de comportamento, uma estrada longa que ainda temos de percorrer, Senadora.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Paulo.

Agradecemos muito a sua presença.

Concedo a palavra agora à Juliana, do Ministério da Justiça.

A SRª JULIANA PEREIRA DA SILVA – Para minhas considerações finais, gostaria de mais uma vez agradecer a senhora, Senadora, por este espaço aqui na Comissão de Direitos Humanos; agradecer o empenho do Neilton, um batalhador nesse tema, a gente tem um respeito muito grande pelo trabalho que ele faz. Quero agradecer ao Paulo, que é muito mais do que um Diretor Adjunto de Qualidade, é quase um Diretor de Proteção ao Consumidor dentro do INMETRO. E também à Marta e ao Ministério da Saúde.

Acho que esta Semana Nacional Consumo Seguro e Saúde no Brasil mostra uma coisa muito importante, por isso fomos os pioneiros, talvez, na Organização dos Estados Americanos. Mostra a generosidade, a integração de órgãos autônomos na busca de um bem comum. Tanto o Ministério da Justiça como a Anvisa e o INMETRO, cada um na sua área de competência, têm um único objetivo, que a qualidade, a segurança e a saúde da vida dos consumidores seja melhor no Brasil. Então, acho que isso é importante que o cidadão saiba, é importante que o Senado da República saiba.

Às vezes, num mundo tão pessimista, num mundo que acha que nada funciona, tenho muito orgulho de falar do trabalho que fazemos juntos, que às vezes é mais referência fora do que dentro do Brasil, porque somos, por vezes, convidados a levar essa experiência a outros países e, aqui, dentro do próprio País, muitas vezes as pessoas não têm essa consciência do quanto é importante esse trabalho articulado.

Eu queria aproveitar esta oportunidade para dizer que o acesso de que falei a produtos e serviços pelos nossos consumidores é uma coisa muito boa para o nosso país. Por que o brasileiro também não pode ter acesso? Essa resposta está, hoje, provada com dados. *(Soa a campanha.)*

A SR^a JULIANA PEREIRA DA SILVA – Então, é importante o consumidor ter acesso a produtos para ter conforto, para ter qualidade de vida, para ter acesso a serviços. Agora, o que nós queremos nessa parceria, em todo o trabalho de defesa do consumidor em nosso País – e aí com o apoio da nossa Presidenta Dilma, que lançou um Plano Nacional de Consumo e Cidadania, em 15 de março deste ano, um tema que virou prioritário no Governo Federal, que criou um Conselho de Ministros, porque a Presidenta tem muita preocupação de que esse acesso seja sempre um acesso de qualidade – é que na verdade o avanço nas relações de consumo aconteça. Para isso, hoje, a proteção do consumidor é uma agenda prioritária para a Presidenta Dilma. Isso foi, inclusive, motivo de um grande evento em março deste ano na edição de um decreto que transformou proteção ao consumidor em uma política de Estado.

Queria, por fim, Senadora, agradecer de coração – nós somos mulheres, temos uma questão emocional, tudo a gente faz com muita paixão – o seu apelo pela criação de PROCONs no Brasil. Acho que é muito importante que esta Casa, que é o Parlamento, que é a voz do cidadão brasileiro, tenha essa sensibilidade. Os PROCONs são parceiros da cidadania. O brasileiro precisa dessa orientação, precisa desse apoio, não para litigância, para aumentar a litigância e os conflitos; ao contrário. Os PROCONs, hoje, têm 80% de resolutivi-

dade das demandas que eles recebem. O Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público, o Condege, que representa os Defensores Gerais, têm nos apoiado muito, apoiado a Secretaria para ampliar esse atendimento aos consumidores, de duas maneiras: vamos fortalecer a cidadania dos brasileiros e incentivar que a relação de consumo no Brasil seja cada dia mais respeitosa.

Queria deixar, publicamente, o meu agradecimento pelo seu empenho.

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Juliana.

Sim, Neilton.

O SR. NEILTON ARAUJO DE OLIVEIRA – Primeiro, queria registrar a presença de vários companheiros aqui dos três órgãos, especialmente do pessoal da Anvisa, o Procurador-Geral da Anvisa, o Chefe de Gabinete, gerentes gerais, vários técnicos que nos ajudam muito nessa discussão. Mas queria, de maneira muito especial, agradecer a presença da companheira do Peru, que está aqui conosco, acompanhando a nossa audiência e, está acompanhando toda a Semana Consumo Seguro e Saúde, estará conosco amanhã no seminário internacional.

E queria reiterar o convite à senhora e ao Senador Waldemir Moka, bem como aos demais Senadores das duas Comissões, para fazerem uma visita amanhã ao Ministério da Justiça, no auditório da Senacon, para, a qualquer momento que puderem, virem nos prestigiar com uma visita ao nosso seminário internacional.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Neilton.

Eu quero aqui fazer um agradecimento especial a todos vocês, ao Neilton Araujo Oliveira. E faço questão de novamente dizer quem vocês representam, apesar de eu ter falado em outros momentos, para que quem está nos acompanhando saiba: Neilton Araujo Oliveira é o Diretor Adjunto de Controle e Monitoramento Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que nos procurou, trouxe o pleito da importância da audiência pública, que prontamente procuramos atender, porque consideramos importante. Também agradecer muitíssimo a presença da Marta Maria Alves da Silva, Coordenadora da Coordenação Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde, que está aqui representando o Ministério da Saúde, o Secretário Nacional de Vigilância da Saúde, o Sr. Jarbas Barbosa da Silva. Agradeço a presença e parabenizo pelo seu trabalho.

Agradeço também ao Paulo Coscarelli, Diretor do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecno-

logia do INMETRO, aqui representando o Presidente. Obrigada pela presença.

Agradeço também à Juliana – acho que há uma empatia aqui –, Secretária da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça. Deu para perceber, pela sua fala, que você parece ser uma militante, além de uma profissional. Então, parabéns pelo seu trabalho!

Quero aqui agradecer também aos servidores da Comissão de Assuntos Sociais que, junto conosco, realiza esta audiência pública. Obrigada pela presença, pelo apoio.

Agradeço também aos nossos colegas, servidores da Comissão de Direitos Humanos.

Agradecer também ao Senador Waldemir Moka. Ele pediu para justificar, pois ele tem uma agenda às 16h e, portanto, teve de sair um pouquinho antes. Ele foi muito solícito quando propusemos fazer esta audiência pública conjunta. Então, agradeço ao Senador Waldemir Moka.

Finalizando, antes de encerrar a nossa reunião, vou reforçar o encaminhamento que fizemos aqui. Primeiro, fazer novamente esse apelo, que a Juliana reforçou também, aos governos estaduais e municipais para que criem os PROCONs. Nem todos os Municípios e Estados têm. Então, para que haja essa iniciativa de criar os PROCONs municipais e estaduais. E também ao Parlamento, às Assembleias Legislativas dos nossos Estados e às Câmaras Municipais de Vereadores, para que promovam audiências públicas com esse tema. Muitas vezes os nossos Vereadores ficam pensando no que podem fazer numa câmara municipal. Há determinados Municípios em que os Vereadores também ficam com dificuldades em saber o que podem fazer. Uma das grandes atividades que os parlamentares municipais... E aqui faço o registro da presença do Dr. Jorge Silva, Deputado Federal pelo PDT do meu Estado do Espírito Santo, da região norte do Estado; e do Deputado do PSB de Alagoas. Sejam bem-vindos!

Já estamos encerrando a nossa audiência pública. E eu dizia que, muitas vezes, as Câmaras Municipais ficam com dificuldade em identificar ações importantes que envolvam a população nos seus Municípios. Audiências públicas são importantes para ajudar a conscientizar o nosso povo, trazem informações importantes não só para os legisladores, mas também para a população. É no Município que as coisas acontecem. Audiências Públicas nos Municípios têm uma facilidade maior de mobilizar a população local para debates tão importantes como este.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 16 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9H30 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia treze de junho de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Alvaro Dias, José Agripino, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Eduardo Lopes, Sérgio Souza, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Aloysio Nunes Ferreira**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e realiza leitura de comunicados. Tem início a apreciação dos itens da Pauta: **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.” É designado O Presidente designa relator *ad hoc* o Senador Eduardo Suplicy, que profere o relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do Art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 31, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Eduardo Lopes, que profere o relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do Art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 32, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.” O Presidente

concede a palavra ao relator, Senador José Agripino, que profere o relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do Art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. O Senador Roberto Requião solicita a inclusão extrapauta dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 41 e 120, de 2013, o que é aprovado pelo Plenário. **ITEM 4 – MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Jarbas Vasconcelos, que profere o relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do Art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. O Presidente submete à apreciação em bloco dos itens 5 e 6, depois os itens 7 e 8. Aprovada. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 548, de 2013**, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (PERMANENTE), que “Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por ocasião de convite formulado pela Confederação Nacional da Indústria, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional, que será realizado em Leipzig, na Alemanha, de 2 a 7 de julho de 2013.” **ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 556, de 2013**, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (PERMANENTE), que “Requer, nos termos do disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, na qualidade de representante da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional, que será realizado em Leipzig, na Alemanha, de 2 a 7 de julho de 2013.” O Presidente designa relator o Senador Mozarildo Cavalcanti, que profere o relatório. Aprovados os relatórios que passam a constituir Pareceres da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 587, de 2013**, de autoria do Senador Sérgio Petecão, que “Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 02 e 07 de julho de 2013, para participar, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42st Worldskills Competition), a realizar-se em Leipzig, Alemanha. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento

Interno do Senado Federal, sua ausência do País no referido período.” **ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 588, de 2013**, de autoria do Senador Luiz Henrique, que “Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42st Worldskills Competition), a realizar-se em Leipzig, Alemanha, no período compreendido entre os dias 02 e 07 de julho de 2013. Comunica, nos termos do art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, sua ausência do País no período de 1º a 08 de julho de 2013.” O Presidente designa relator o Senador Eduardo Suplicy, que profere o relatório. Aprovados os relatórios que passam a constituir Pareceres da Comissão pela aprovação da matéria. **EXTRAPAUTA: ITEM 9 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, de 2013**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE), que “Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010. O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Roberto Requião, que profere o relatório. Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **EXTRAPAUTA: ITEM 10 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 120, de 2013**, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que “Aprova o texto da Decisão CMC nº 63, de 2010, Alto Representante-Geral do Mercosul, aprovada na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2010.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Roberto Requião, que profere o relatório. Aprovado relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **EXTRAPAUTA: ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 39, de 2013**, de autoria do Senador Roberto Requião, que “Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado, que seja realizada audiência pública destinada à instrução dos projetos de lei do Senado nº 232/2011 e 726/2011, que concedem benefícios para projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul. Para tanto, proponho convidar os embaixadores da Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela, o Deputado Newton de Lima (Presidente da Representação Brasileira no PARLASUL), o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o Assessor

Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, e o economista Márcio Pochmann.” Lido e aprovado. **EXTRAPAUTA: ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 40, de 2013**, de autoria do Senador Pedro Simon, subscrito pelos Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cristovam Buarque e Pedro Taques, que “Com fundamento nos arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, REQUEIRO que sejam convocados, nesta Comissão, o Ministro das Relações Exteriores, Sua Excelência Senhor Antônio Patriota, e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sua Excelência Senhor Fernando Pimentel, para debater a questões referentes à criação do bloco Aliança do Pacífico e seus reflexos na integração latino-americana e sobre o bloco regional do MERCOSUL. Sem prejuízo de demais convidados que a Comissão entenda por solicitar sua presença.” Usam da palavra para discutir essa Matéria os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Pedro Simon, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos e Eduardo Suplicy. Lido e aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente da Comissão.

Notas Taquigráficas

(Texto com revisão)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional saúda o cientista social e ex-Ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Cesar Vannucci, primeiro brasileiro eleito para a Mesa Diretora da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, quinta-feira passada, durante a assembleia-geral daquele organismo, realizada na Guatemala.

A escolha de Vannucci para prestigioso e importante cargo marca também uma nova vitória brasileira no âmbito das Organizações Internacionais e a reaproximação do Brasil com a Organização dos Estados Americanos e a referida comissão, desde que uma medida cautelar emitida pelo organismo em 2011 for-

çando a suspensão das obras da usina de Belo Monte, em razão de possíveis impactos sobre comunidades indígenas, desagradou ao Governo brasileiro.

Como é do conhecimento das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, naquela altura, o Brasil retirou o seu embaixador da Organização dos Estados Americanos, situação que se mantém até hoje e a própria candidatura de Vannucci à direção da Comissão de Direitos Humanos da OEA. Porém, durante a campanha de Paulo Vannucci, o Governo deu demonstrações inequívocas sobre a importância que deverá dar e terá que dar à questão da defesa e preservação dos direitos humanos não apenas em nosso País, mas nos países com quem o Brasil mantém relações, e tudo isso atuou em favor da candidatura brasileira.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é formada por sete membros, mas apenas três vagas disputadas por seis candidatos de diferentes países foram renovadas dessa vez.

O órgão é uma entidade do sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos nas Américas e tem sede em Washington, nos Estados Unidos. Os outros dois eleitos foram o jurista mexicano José de Jesús Orozco Henríquez, reeleito para mais um mandato de quatro anos, e o advogado norte-americano especialista em direitos humanos, James Cavallaro.

A OEA permite reeleição para o cargo apenas uma vez. Os sete membros da comissão cumprem mandato de quatro anos, com direito a uma reeleição.

Pelos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e do Estatuto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os comissários são eleitos em nome próprio e são independentes e autônomos no exercício de suas funções. Por essa razão, não julgam casos referentes aos seus países. Portanto, se houver uma situação envolvendo o Brasil, o nosso representante Vannucci não participará da análise do processo.

A Comissão vela pelo cumprimento dos direitos humanos no continente americano, ao apurar denúncias de abusos contra torturas nas prisões e o tratamento dado às minorias. Também dita medidas cautelares contra países-membros e realiza informes.

Seu poder aumentou sensivelmente com o correr dos anos, sendo que suas resoluções são de cumprimento obrigatório. O organismo tem o poder de levar os casos à Corte Interamericana de Direitos Humanos, situada em San José, na Costa Rica, que pode recomendar a revisão da legislação do país em foco.

Para além de representar o reconhecimento da liderança do País na região, a eleição do ex-Ministro Vannucci deve-se sobretudo aos seus méritos pessoais e à sua incansável luta na defesa dos direitos humanos

em nosso País. Certamente sua presença na Comissão em muito contribuirá para o fortalecimento do sistema interamericano de direitos humanos no continente.

Desejamos-lhe sucesso e uma frutífera missão. Passemos à Ordem do Dia.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

Autoria: Presidência da República

Relatório: os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Solicito a gentileza e a fineza do eminente Senador Eduardo Suplicy para emitir o relatório *ad hoc*, tendo em vista não estar aqui presente o Senador Paulo Bauer, que foi designado Relator.

Consulto V. Ex^a se pode emitir o parecer na condição de Relator *ad hoc*.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

Presidente, Senado Ferraço, o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidenta faz do Sr. Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado para essa apreciação.

De acordo com o currículo elaborado em atendimento a preceito regimental pelo Ministério de Relações Exteriores, o indicado nasceu de 13 de setembro de 1949, em Belo Horizonte. Concluiu, em 1970, o Curso de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, em 1977, o Mestrado em Direito de Energia Nuclear na Comissão Nacional de Energia Nuclear.

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1981 e, ainda, o Curso de Autoestudos em 1993, tendo defendida a tese intitulada O Brasil, o Trigo e o Mercosul.

Em 1975, foi nomeado Terceiro Secretário de Carreira Diplomática. Tornou-se Segundo Secretário em 1978, Primeiro Secretário em 1982, Conselheiro em

1989, Ministro de Segunda Classe em 1994, Ministro de Primeira Classe em 2007.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Chefe de Divisão de Integração Regional (1993), Cônsul Geral em Zurique (1998), Embaixador em Jacarta (2002), em Manila (2005), em Islamabad (2007), Embaixador Cumulativo no Tajiquistão (2009), Embaixador Cumulativo no Afeganistão (2009).

O Ministério das Relações Exteriores anexou a Mensagem Presidencial sumária executiva sobre a Comunidade das Bahamas. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos dos países: políticas interna e externa e economia.

A Comunidade das Bahamas é um pequeno país, com população de aproximadamente 350 mil pessoas, que faz parte da Commonwealth, sendo o Poder Legislativo bicameral. Atualmente, o Primeiro-Ministro é Perry Christie e o Governador Geral, Sir Arthur Foulkes.

A política externa é voltada ao Caricom (Comunidade do Caribe) e aos Estados Unidos, que sustentam politicamente esse país na condição de paraíso fiscal *offshore*.

Economicamente, é responsável por 80% do seu fluxo turístico. Porém, essa atração turística não fica despercebida de outros países, como a China, cujo banco Eximbank é responsável pela construção do gigantesco Resort Baha Mar.

As relações bilaterais entre Brasil e Bahamas começaram em 1978, mas somente em 2005 estabelecemos nossa embaixada em Nassau.

Grande importância possui esse país para análise de nossos investimentos no exterior, já que ocupa o 5º lugar em estoque de investimento direto no exterior (R\$12,921 bilhões) e em carteira no exterior e em ações (R\$1,209 bilhão) no quadro de investimentos brasileiros. Essa realidade levou o Brasil a entabular tratativa de acordo de cooperação em matéria penal, a fim de coibir eventuais práticas de lavagem de dinheiro e operações fraudulentas.

Ainda do ponto de econômico e na esteira da discussão sobre modernização dos portos brasileiros, destaca-se que o porto da cidade de Freeport é a quarta maior instalação de transbordo do mundo, sendo caracterizado por sua moderna estrutura, a qual tem sido utilizada entre nós sobretudo pela Petrobras.

Igualmente, agora do ponto de vista político, o tema da migração haitiana é de interesse bilateral, seja por termos também recebido migrantes de mesma origem, seja por nosso papel na missão das Nações Unidas no Haiti (Minustah). Registra-se, nesse particular, estimativas apontando que 20% da população de Bahamas já são compostos por haitianos.

Por fim, ainda na seara da política internacional, alertar-se para a demanda de Bahamas de ingressar na Organização Mundial do Comércio, pleito que já apoiávamos e pode ser reforçado levando-se em conta o fato de o novo presidente desse organismo ser um brasileiro (Roberto Carvalho de Azevêdo).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório, a não ser, se me permite aqui, além do que disse o Senador Paulo Bauer, acho que depois de o Embaixador passar um tempo no Afeganistão, uma das áreas de conflito que chamam a atenção no mundo nos últimos anos, que ele possa ir para Bahamas um pouco vai ser bem mais tranquilo. Acho que ele merece.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1 desta Comissão.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 31, de 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Sr. Senador Eduardo Lopes, para proferir o seu relatório.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Falando a respeito do nosso indicado, Sr. Piragibe dos Santos Tarragô, quero aqui registrar que o currículo foi enviado pela Presidência.

Nascido em Santiago, Rio Grande do Sul, em 8 de dezembro de 1952, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1973 e ingressou na chancelaria, no posto de Terceiro Secretário, em 1974. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1978; a Primeiro-Secretário em 1981; a Conselheiro em 1988, Ministro de Segunda Classe em 1996 e a Ministro de Primeira Classe em 2004. Concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (CAE) onde

defendeu a tese “As negociações sobre propriedade intelectual na Rodada Uruguai: possíveis consequências comerciais e tecnológicas”, em 1993.

Desempenhou importantes funções na Chancelaria, entre as quais se destacam a de Chefe, interino, do Departamento Econômico, em 1987; Chefe da Divisão de Energia e Recursos Minerais, em 1989; Chefe da Divisão de Política Comercial, em 1997; Diretor do Departamento Econômico, em 2003; e Subsecretário-Geral Político III, em 2009.

No Exterior serviu na Embaixada em Ottawa, em 1983; na Delegação Permanente em Genebra, em 1990; como Encarregado de Negócios em Caracas, em 1993; em Londres, também como Encarregado de Negócios, em 1999; Embaixador Alterno na Missão junto à Organização das Nações Unidas, em 2006; Embaixador em Ottawa, em 2011.

Quanto ao Reino dos Países Baixos, importa registrar nesse relatório, para subsidiar acessoriamente a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

Segundo a análise do Ministério das Relações Exteriores disponibilizada ao Senado Federal, Brasil e o Reino dos Países Baixos compartilham os mesmos valores, como a crença na democracia, no multilateralismo, na via pacífica para a solução de controvérsias e na defesa dos direitos humanos, sendo que ambos defendem a reforma das estruturas políticas multilaterais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. A crise e consequente recessão na União Europeia vem impondo um redesenho de prioridades de política externa e um fortalecimento da vocação mercantilista holandesa, que confere crescente relevância à dinamização das relações econômico-comerciais com as economias emergentes, entre elas o Brasil.

No que diz respeito às relações de comércio e investimentos entre os dois países, os Países Baixos se tornaram o quinto principal parceiro comercial do Brasil em 2012, com a participação de 3,9% do comércio exterior brasileiro. Verificou-se crescimento do fluxo de comércio da ordem de 270% no período entre 2006 e 2012. As exportações brasileiras para os Países Baixos cresceram 10,2% em comparação com o ano de 2011. O Brasil registrou, nesse período, superávit de US\$11,934 bilhões no comércio bilateral com a Holanda.

O Brasil exporta para os Países Baixos: derivados de soja; óleo combustível; minérios de ferro e pasta de madeira.

No que concerne ao item investimentos, informa o material encaminhado pelo Itamaraty que o Reino dos Países Baixos está entre os dez principais investido-

res em nosso País por meio de empresas como Shell, Unilever, Philips e o ABN AMRO Bank, entre outras.

Ressalte-se a cooperação bilateral no campo da educação superior, intensificada a partir do lançamento do Programa Ciências sem Fronteiras, que contribuiu para importante salto no intercâmbio de graduandos, doutorandos e pós-doutorandos, aumentando o fluxo de alunos brasileiros ao sistema universitário holandês, o terceiro melhor do mundo, conforme classificação divulgada em 2011 pela revista britânica *Times Higher Education*.

A comunidade brasileira estimada nos Países Baixos alcança 20.426 pessoas.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório. É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Lopes. Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva, nos termos regimentais.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 32, de 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador José Agripino, para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, está designado para exercer as funções de Embaixador do Brasil no Vaticano e, cumulativamente, em Malta.

Ele é formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco; ingressou no Curso Preparatório do Itamaraty em 1979 e chegou a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 2007.

O Ministro está dentro das melhores figuras do Itamaraty. É um dos cardeais da nova geração de diplomatas e está indicado para a função importante de Embaixador no Vaticano, as relações do Brasil com a igreja católica.

Dentre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores, destacamos a de Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças (2001-2003), a de Diretor do Departamento do Serviço Exterior (2006-2010), e a de Subsecretário-Geral do Serviço Exterior (desde 2010).

No exterior, ocupou, entre outros postos, o de Conselheiro em Paris e em Pretória, na África do Sul, e o de Ministro-Conselheiro na Missão junto à CEE, em Bruxelas.

É portador de diversas condecorações, entre as quais a Ordem do Rio Branco, a Ordem do Mérito Naval, a Ordem do Mérito da Aeronáutica e a Medalha do Pacificador.

Com território de apenas 44 hectares, o Estado da Cidade do Vaticano possui população de aproximadamente 800 habitantes, dos quais cerca de metade detém cidadania vaticana em função do vínculo do serviço. No entanto, é a sede de governo da Igreja Católica.

Todos nós sabemos que a Igreja Católica, em todo o mundo, é a única instituição confessional com acesso às relações diplomáticas, sendo a Santa Sé a pessoa jurídica que interage com outros atores internacionais. Vale dizer que ela se destaca como um agente diplomático bastante ativo e com capacidade para negociar tratados e mediar conflitos internacionais. Como observadora permanente da Organização das Nações Unidas (ONU), detém direito a voz.

Eu quero dizer aos companheiros Senadores que a diplomacia da Santa Sé é uma das mais sofisticadas do mundo. Já tive a oportunidade de visitar dois Papas na Basílica de São Pedro e de manter contato com a diplomacia do Vaticano. Muito embora a Igreja seja igreja, ela não se inibe de manifestar opinião sobre os assuntos do momento, com a força de ser a instituição que reúne, no mundo inteiro, milhões de seguidores que ouvem, com muita atenção, a palavra da Santa Sé, do Vaticano e do Papa.

Na política externa, a Santa Sé reserva para si o direito de se pronunciar sobre temas de extrema importância, assinalando que o laicismo não deve significar a autonomia da esfera civil e religiosa em relação à esfera moral. Desse modo, a Santa Sé não hesita em se manifestar, de forma contundente, a respeito de assuntos como direitos humanos, incluindo a defesa austera da vida humana; armas de destruição em massa; terrorismo; refugiados; justiça penal internacional; atuação da ONU na prevenção e solução de

conflitos; meio ambiente; e mesmo sobre temas econômicos como adequação do livre comércio mundial aos ditames da justiça social, crise alimentar e combate à fome e à pobreza.

O relacionamento recente entre Brasil, país de maior população católica no mundo, e Santa Sé é marcado pela cordialidade. Não se pode ignorar o fato de o clero brasileiro ser subordinado à Cúria romana, bem como a capacidade de a Igreja Católica influenciar moral e politicamente segmentos da população brasileira. Esse é um fato a ser muito considerado na relação diplomática do Brasil com a Santa Sé. A opinião do Vaticano, da Santa Sé é seguida por milhões de brasileiros que são os católicos praticantes e fervorosos.

Assim, o Papa João Paulo II esteve no Brasil por três vezes, tendo o Vaticano, também por três vezes, recebido a visita do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Papa Bento XVI veio ao Brasil, em 2007, por ocasião da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Celam). Aliás, a escolha da cidade de Aparecida do Norte para a realização da Celam denota a predileção da Santa Sé pelo Brasil tendo em vista sua estratégia para a América Latina. E mais um fato: o Papa Francisco está por vir ao Brasil em julho, sendo essa a primeira visita de Estado de Sua Santidade ao exterior, numa demonstração claríssima da importância que a Igreja, que a Santa Sé dá ao Brasil.

E essa é a razão pela qual eu aqui quero fazer um apelo ao Presidente no sentido de que, respeitando os procedimentos da Comissão de ler o relatório e tendo em vista que Sua Santidade vai vir ao Brasil em julho, na segunda quinzena de julho – a sabatina vai acontecer; a votação na Comissão ocorrerá em seguida; haverá votação em plenário e, depois, a apresentação de credenciais, a aceitação das credenciais –, a sabatina seja feita o mais urgente possível para que o Papa, vindo ao Brasil, seja recebido pelo Embaixador credenciado do Brasil junto ao Vaticano. O meu apelo – não sei se V. Ex^a e o Plenário haverão de considerar ou não – é para que, se possível, se quebre o procedimento e se faça a sabatina, lido o relatório, em função da importância das relações do Brasil com o Vaticano e da vinda do Papa ao Brasil em julho. Que possa o Papa ser recebido no Brasil pela autoridade, à frente ou ao lado, do Embaixador nomeado, credenciado do Brasil junto à Santa Sé no exercício pleno de suas funções. É o apelo que quero fazer a V. Ex^a, ao Presidente da Casa e aos companheiros membros da Comissão de Relações Exteriores.

Por fim, é importante registrar que, em 2010, entrou em vigor o Acordo Brasil-Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, assinado em Roma em 2008.

O caráter soberano alude ao passado da Ordem e é hoje atinente a certas prerrogativas próprias de entes soberanos, entre as quais a principal reside no direito ativo e passivo de legação, reconhecido por um número crescente de países, inclusive pelo Estado italiano, onde tem sua sede.

O reconhecimento pelo Governo brasileiro do estatuto internacional da Ordem data de 6 de dezembro de 1951. Em 1956, o Brasil designou seu primeiro representante diplomático junto à Ordem, acreditado como Encarregado de Negócios. Em 1966, a Ordem manifestou o desejo de ver elevada a representação diplomática à categoria de Embaixada, o que foi acolhido pelo Brasil.

Convém destacar, finalmente, que a Ordem realiza inúmeros trabalhos de caráter humanitário e assistencial no Brasil, com destaque para o Centro Assistencial Cruz de Malta, em São Paulo, que atende à população necessitada da periferia da capital paulista, particularmente com programas de apoio médico e psicológico, e atividades de caráter social e formação profissional.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Uma observação. Enquanto eu apresentava as minhas razões pela urgência na apreciação do nome do Embaixador Denis, eu ouvi a sugestão sábia do Senador Roberto Requião, que sugeriu a apresentação de requerimento à Mesa para que o Plenário deliberasse sobre a conveniência ou não da sabatina ocorrer na reunião de hoje ou nos próximos dias em função da urgência que se impõe. É a colocação que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão o relatório do eminente Senador José Agripino. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos conceder vista coletiva.

Naturalmente nós acolheremos a proposta de S. Ex^a na direção de ultimar todo o esforço para que possamos processar a indicação de S. Ex^a o Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto, haja vista a iminente presença em nosso País de Sua Santidade o Papa Francisco I, permitindo, assim, que S. Ex^a o Embaixador, com as credenciais, possa receber Sua Santidade, o que será importante, seguramente, na condução e no relacionamento institucional do nosso Embaixador com o Vaticano.

Tenho convicção de que, até a próxima semana, nós submeteremos a S. Ex^{as} uma reunião extraordinária, possivelmente na terça-feira, em horário que não concorra com a Ordem do Dia do plenário, para que possamos ouvir nesta Comissão S. Ex^a o Embaixador

Denis, fazer a sabatina na próxima semana e submeter, em regime de urgência, a aprovação em plenário, para que a Presidência da República possa, enfim, concluir o processo. Estou seguro de que, na próxima semana, nós teremos condições de fazê-lo.

Então, dando vista coletiva, passamos ao item 4. Pela ordem, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Eu quero requerer à Mesa que coloque, extrapauta, dois relatórios que me foram entregues há dois dias. São relatórios muito urgentes.

Um deles cria o cargo de Alto Representante do Mercosul, que já foi ocupado pelo Ministro Samuel Pinheiro Guimarães e, hoje, é exercido pelo Ivan mesmo sem ter sido criado, o que acaba constituindo uma espécie de falsidade ideológica. A Câmara demorou muito para aprovar, o Governo muito para mandar a mensagem para a Câmara, e nós podemos regularizar isso agora.

Além disso, há outro processo também que homologa o Acordo de Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil, assinado em Santana do Livramento.

Os dois relatórios estão prontos, e eu me disponho a trazê-los ao plenário neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Submeto à apreciação dos Srs. Senadores as proposições do eminente Senador Roberto Requião, na condição de incorporarmos, como extrapauta, dois relatórios de S. Ex^a e um requerimento para audiência pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado.

Nós vamos incorporar como extrapauta.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Jarbas Vasconcelos para proferir o seu relatório.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB –

PE) – Sr. Presidente, o relatório é sobre a Mensagem nº 34, de 2013 (Mensagem nº 190, de 16 de maio de 2013, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de Lineu Pupo de Paula, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

Nascido em São Paulo em 11 de maio de 1954, o Sr. Lineu Pupo de Paula entrou para a faculdade de Direito São Paulo da Pontifícia Universidade Católica, em 1979. Em 1981, ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco e, em 1988, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento à Carreira Diplomática.

No exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros nas embaixadas do Brasil em Bonn (1986); Quito (1989); Buenos Aires (1997); São Salvador (2003) e Tegucigalpa (2010); na Missão Junto à Organização dos Estados Americanos (2007); e no Consulado-Geral em Caracas (2010).

O país para o qual o Ministro é indicado para assumir a função de Embaixador, a Guiana, é limítrofe ao Brasil. Os idiomas são o inglês, língua oficial, o crioulo, o híndi e o urdu.

A República Cooperativista da Guiana é uma república semipresidencialista de parlamento unicameral. O PIB corresponde a menos da metade do PIB do Estado brasileiro de Roraima. Sua população equivale à metade da população do Estado de Sergipe, o índice de desemprego é de 9,1%, o de alfabetização é de 91,8% e a expectativa de vida é de 67 anos. A comunidade brasileira é da ordem de 9 mil pessoas, contingente que tem crescido, atraído principalmente por atividades ligadas à mineração do ouro.

A economia guianense é tradicionalmente baseada na exportação de produtos primários, o que a torna particularmente vulnerável à evolução dos preços internacionais das *commodities*. Apesar disso, em 2012, a economia apresentou resultados que podem ser considerados satisfatórios: o PIB cresceu 4,8% e a inflação manteve-se em 3,5%.

São índices melhores que os apresentados pelo “pibinho” brasileiro.

Entre os anos de 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país aumentou 60%. O comércio bilateral é composto majoritariamente pelas exportações brasileiras, que chegaram a US\$33,6 milhões em 2012.

As exportações brasileiras são compostas, em sua maioria, por produtos manufaturados (99,5% do total), com destaque para máquinas mecânicas e automóveis.

Em vista da natureza da matéria ora apreciada, Sr^{as} e Srs. Senadores, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Nos termos regimentais, concedo vista coletiva.

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se podemos votar em bloco os itens 5 e 6, e, depois, os itens 7 e 8, que tratam de missão oficial das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. (*Pausa.*)

Havendo concordância, passo aos referidos itens.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 548, DE 2013

Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por ocasião de convite formulado pela Confederação Nacional da Indústria, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional, que será realizado em Leipzig, na Alemanha, de 2 a 7 de julho de 2013.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 556, de 2013

Requer, nos termos do disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, na qualidade de representante da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional, que será realizado em Leipzig, na Alemanha, de 2 a 7 de julho de 2013.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Na ausência do Senador Luiz Henrique, consulto o Senador Mozarildo Cavalcanti se pode ler o relatório, como Relator *ad hoc*, para que nós possamos proceder à deliberação. (*Pausa.*)

Havendo o consentimento de S. Ex^a, eu lhe concedo a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre os Requerimentos nºs 548 e 556, de 2013, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Os requerimentos são para que os Senadores indicados participem, nos termos do disposto no art. 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, na qualidade de representante da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42nd WorldSkills Competition), em Leipzig, na Alemanha, de 2 a 7 de julho do corrente ano.

Os Senadores Anibal Diniz e Cícero Lucena foram indicados para participar do referido evento.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu §4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, os indicados comunicam que estarão ausentes do País no período das licenças solicitadas.

S. Ex^{as} solicitam, portanto, as necessárias providências para o desempenho das missões.

Diante do exposto, meu voto é pela aprovação dos requerimentos citados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão os requerimentos (*Fora do microfone.*) de autorização para que S. Ex^{as} os Senadores Anibal Diniz e Cícero Lucena possam se ausentar do País pelo objeto relatado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

As matérias vão à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 587, de 2013

Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreen-

didado entre os dias 02 e 07 de julho de 2013, para participar, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42st Worldskills Competition), a realizar-se em Leipzig, Alemanha. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sua ausência do País no referido período.

Autoria: Senador Sérgio Petecão.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 588, de 2013

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42st Worldskills Competition), a realizar-se em Leipzig, Alemanha, no período compreendido entre os dias 02 e 07 de julho de 2013. Comunica, nos termos do art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, sua ausência do País no período de 1º a 08 de julho de 2013.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Na ausência de S. Ex^a, consulto se o Senador Eduardo Suplicy poderia atuar como Relator *ad hoc*. Trata-se dos Requerimentos de nºs 587 e 588.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) –

Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre os Requerimentos de nºs 587 e 588, de 2013, de autoria dos Srs. Senadores Sérgio Petecão e Luiz Henrique.

S. Ex^{as} requerem licença dos trabalhos da Casa, no período de 2 a 7 de julho, para participar, na qualidade de representantes da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional (42nd WorldSkills Competition), em Leipzig, na Alemanha.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu §4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, os indicados comunicam que estarão ausentes do País no período das licenças solicitadas.

S. Ex^{as} solicitam, portanto, as necessárias providências para o desempenho das missões.

Diante do exposto, o meu voto é pela aprovação dos requerimentos citados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

As matérias vão à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 41, de 2013

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Ex^a para proferir o relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Trinta de julho de 2010, já temos aí um período extraordinário do momento em que esse acordo foi firmado. E é nesse sentido que apresentei à Comissão um projeto de resolução estabelecendo um *fast track*, ou seja, à moda do que ocorria até há pouco tempo, nos Estados Unidos, o Congresso acompanhando as tratativas para os acordos internacionais, fundamentalmente, os que têm um vazo comercial que precisam ser urgentes, tem um prazo para aprová-los, 30 dias, e este prazo decorrendo, a aprovação passa a ser automática, por decurso de prazo. Isso daria uma velocidade de muito grande para os acordos comerciais do Brasil.

O Senador Suplicy solicitou uma audiência pública que nunca foi formalizada. S. Ex^a ficou de indicar as pessoas que participariam dessa audiência, não indicou, e tenho este projeto dormindo aqui, há cerca de dois anos já. Aproveito a oportunidade para requerer

à Presidência da Comissão que abra mão dessa audiência pública, para que possamos discutir e deliberar sobre o projeto do *fast track* brasileiro.

Nesta questão do acordo entre o Brasil e o Uruguai, por economia processual, deixo de ler o relatório e passo à análise do projeto.

Conforme determina o art. 103 do Regimento Interno desta Casa, compete a esta Comissão emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais (Constituição, art. 49, inciso I) e ao Ministério das Relações Exteriores.

O art. 84, VIII, da Constituição Federal, outorga competência ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais sujeitos ao referendo do Congresso Nacional. Já o art. 49, I, da mesma Carta Política, nos diz que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Assim sendo, está na competência do Poder Executivo assinar o presente acordo, bem como compete ao Congresso Nacional sobre ele decidir, sendo o projeto de decreto legislativo a proposição adequada para tanto.

No tocante à constitucionalidade, tanto o Projeto de Decreto Legislativo em exame quanto o acordo por ele aprovado não afrontam dispositivos de natureza material da Carta Magna, bem como obedecem aos requisitos constitucionais formais.

No que tange à juridicidade, o projeto de decreto legislativo em exame e o acordo por ele aprovado estão em inteira conformidade com o ordenamento jurídico vigente, sendo, portanto, totalmente jurídicos.

No tocante à técnica legislativa, não há qualquer restrição quanto ao texto apresentado, tanto no projeto de decreto legislativo quanto no texto do acordo firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai.

Quanto ao mérito, cumpre destacar que a parte preambular do pactuado remete ao tratado da Lagoa Mirim, assinado pelo Barão do Rio Branco, em 30 de outubro de 2009; ao Tratado de Comércio e Navegação, de 1949; ao Convênio sobre Transporte Fluvial e Lacustre, de 1975; e ao Tratado de Cooperação para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Lagoa Mirim.

Nos termos do art. I do Tratado sob exame, o acordo se aplica ao transporte fluvial e lacustre de cargas e de passageiros, em particular, na Hidrovia Uruguai-Brasil, e tem por escopo permitir que empresas brasileiras e uruguaias tenham livre acesso em bases não discriminatórias aos mercados de ambos os países.

Excluem-se do âmbito do instrumento internacional o transporte de cabotagem, os serviços de apoio

portuário e de reboque, e o transporte de cargas que, de acordo com as respectivas legislações internas, esteja reservado a empresas nacionais.

O alcance da Hidrovia Uruguai-Brasil está definido no art. II do acordo, sendo que cada parte deverá informar à outra, por via diplomática, os portos e terminais que integram a hidrovia em seus respectivos territórios.

O acordo define também as autoridades nacionais responsáveis por sua aplicação. Pelo lado brasileiro, serão responsáveis o Ministério dos Transportes e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários; pelo lado uruguaio, o instrumento nomeia o Ministério de Transportes e Obras Públicas, por meio da Direção Nacional de Hidrografia e da Direção-Geral de Transporte Fluvial e Marítimo.

Segundo o art. VI, o frete e suas condições serão livremente negociados entre os usuários dos serviços de transporte de carga e de passageiros, cabendo ao órgão nacional competente encaminhar a sua contraparte, lista de empresas e embarcações autorizadas a operar na hidrovia.

Em conformidade com os arts. VII e VIII do pactuado, as embarcações que operarem na hidrovia deverão cumprir as normas emanadas das autoridades marítimas de cada parte, nos trechos sob sua responsabilidade, bem como deverão acatar os regulamentos e leis internas relativas à segurança, meio ambiente, fronteiras, alfândegas, divisas, saúde, vigilância sanitária, fiscalização veterinária e fitossanitária e a salvaguarda à vida humana.

Com o escopo de garantir a efetiva aplicação do acordo e a plena operação da hidrovia, as partes instituirão uma secretaria técnica a ser integrada por funcionários das respectivas autoridades nacionais e das chancelarias, que funcionará no âmbito da Comissão Mista para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim. Essa secretaria deverá realizar reuniões periódicas com o intuito de avaliar, desenvolver e reforçar a cooperação bilateral, de modo a buscar soluções para os eventuais problemas de interesse comum.

A leitura dos dispositivos do acordo demonstra que se trata de instrumento internacional, destinado, em particular, no que se refere ao incremento das atividades do transporte de carga e de passageiros no âmbito da Hidrovia Brasil-Uruguai.

Nesse contexto, evidencia-se que o referido acordo acha-se em harmonia com os princípios regentes do Mercado Comum do Sul e das relações internacionais brasileiras, notadamente o princípio da cooperação entre os povos, esculpido no inciso IX do art. 4º da Constituição Federal.

Voto.

Isso posto, visto que observadas a adequação legislativa e a regimental, a conveniência e a oportunidade, bem como a constitucionalidade e a juridicidade, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2003, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre transporte fluvial e lacustre na Hidrovia Brasil-Uruguai, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão, o relatório do eminente Senador Roberto Requião.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar a ocasião em que nós estamos deliberando sobre esse projeto de decreto para perguntar ao Senador Requião a quantas anda essa hidrovia? Quando foi decidida a sua implantação? Ela já está operando? Qual é o trajeto? É para minha informação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O tratado foi assinado, não foi homologado, então não anda a quantas alguma.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quer dizer, não tem nada?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Isso só vai existir a partir do momento da decisão do Congresso, e nós estamos dormindo sobre esse tratado desde 30 de julho de 2010.

Os governos se reúnem, assinam os tratados, levantam as expectativas, anunciam na imprensa, nas televisões e nos rádios, e nada acontece. E esse ainda é recente, porque é de 2010. Nós temos coisas que dormem décadas no Congresso Nacional. Por isso, a proposta que eu montei, há muito tempo, inclusive em parceria com o Samuel Pinheiro Guimarães, de viabilizarmos um *fast track* que dê rapidez e efetividade principalmente nos acordos comerciais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite, Presidente?

Convenhamos que houve também, por parte do Poder Executivo, total desinteresse pelo andamento dessa questão. Quer dizer, o Governo chega, firma um decreto com outro, firma um acordo internacional com um país vizinho visando a criar uma hidrovia, criar uma estrutura para poder aproveitar o sistema hidráulico da região de modo a incrementar o comércio, tira fotografia, toca o Hino Nacional dos dois países e, depois, vai embora. Ninguém mais toma conhecimento disso.

Existe o Governo com a sua liderança, com o Ministério de Relações Exteriores, enfim. E a impressão que se tem é que, simplesmente, é um evento que se esgotou nele mesmo e, depois, ninguém mais tomou conhecimento. Não fosse a iniciativa do Senador Requião, ficaria mais dez anos parado. É uma coisa realmente impressionante!

O problema não é do Congresso Nacional, não. O problema é do Executivo, do Governo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu só não diria do Governo, Senador, mas dos governos, que isso vem de muito tempo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Dos governos, que seja. Eu não sei de quando foi. Quando foi firmado isso, Senador Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Em 30 de junho de 2010. Um ano, 30 de junho de 2011; dois anos, 30 de junho de 2012; e já estamos em 2013. Então, três anos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois é, então aí é governo Lula e Governo Dilma. Essa é que é a verdade dos fatos.

Agradeço o esclarecimento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Outra importante...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Agora, só fazendo uma ressalva. A minha preocupação com esse tipo de assunto é tão grande que eu recebi isso na semana passada, se eu não me engano na sexta-feira pela manhã, e à tarde eu já tinha apresentado o relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro, eu conheço a diligência de V. Ex^a. Se não fosse V. Ex^a, seriam mais dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Importante registrar que tem sido extremamente constrangedor para o Senado Federal, que invariavelmente delibera sobre esses acordos completamente fora do prazo. E esses prazos não estão sendo perdidos pelo Senado Federal. Esses prazos estão se esgotando na deliberação da Câmara dos Deputados.

Fiz recentemente uma análise, e nós temos tramitando pelo Senado, pelo Congresso brasileiro 54 acordos que o nosso País fez com os mais diversos países, sobre os mais diversos assuntos. Nós temos acordos que aguardam deliberação. Há acordo fazendo década ainda não apreciado, não deliberado pelos Srs. Deputados Federais, o que traz um enorme prejuízo na implementação desses entendimentos, que são mutuamente importantes para o nosso País e para, eventualmente, outros países.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E seguramente, Senador, a grande

maioria desses acordos são tranquilos, não mereceriam grandes debates, como esse que foi relatado agora pelo Senador Requião, acordo cujo mérito é absolutamente indiscutível. No entanto, ficam parados.

Agora, isso tem um responsável. O responsável é o Governo. O Governo tem maioria. Na Câmara dos Deputados são 425 Deputados governistas. Quem tem a responsabilidade para impulsionar os projetos do Executivo? O próprio Executivo, através da sua Liderança. Se estão parados, é porque o Governo se desinteressa por eles.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Eu aproveito a oportunidade para dizer que fiz aqui uma consulta à Secretaria da Comissão e não consta esse projeto de resolução nesta Comissão.

Eu pergunto ao Senador Roberto Requião se esse projeto de resolução não estaria tramitando eventualmente na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Vou explicar. Eu apresentei esse projeto e eu não quis ter um patrocínio individual do projeto. Então, a proposta foi que a Comissão discutisse, e ele passasse a ser um projeto da Comissão, da nossa Comissão, do conjunto de Senadores.

O Senador Suplicy requereu uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Nesta Comissão?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Nesta Comissão. Na época, o Senador Collor era o Presidente. Essa audiência pública nunca foi definida, e isso parou.

Eu tenho a impressão de que eu reapresentei o projeto como um projeto individual. Precisa-se saber onde ele anda.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Eu consulto o Senador Eduardo Suplicy se eventualmente...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O Senador Suplicy disse que havia um projeto semelhante que tramitava na Câmara e pediu uma audiência pública. Essa audiência pública nunca ocorreu, e o meu projeto desapareceu.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Consulto se V. Ex^a acolhe o apelo feito pelo Senador Requião.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, prezado Senador Roberto Requião, primeiro quero dizer que eu tenho propósito comum com V. Ex^a com respeito ao projeto para o *fast track*, também conhecido como mandato negociador. Aqui registro que abro mão de qualquer audiência. V. Ex^a poderá tramitar o projeto

normalmente, mas gostaria de dar a informação sobre a tramitação do projeto que apresentei.

Foi aprovado pelo Senado, na Legislatura passada, por consenso, passou nas Comissões devidas, foi para a Câmara dos Deputados, já passou nas diversas Comissões, está na última Comissão, a de Constituição e Justiça, para ser votado em caráter terminativo, com o parecer favorável do ex-Senador e hoje Deputado Federal Esperidião Amin, que, para fazer o seu parecer, consultou o Itamaraty e fez algumas modificações, levando em conta o que o Itamaraty sugeriu.

Entretanto, vou pedir a atenção do Senador Requião, porque acho que isso é importante, pelas informações que tenho obtido, ali na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, há, ainda, algumas objeções que resultam de palavra ora do Ministério da Fazenda, ora do Ministério da Indústria e Comércio, com respeito à apreciação e votação do parecer do Deputado Esperidião Amin.

Portanto, e quero, até, já transmitir ao Senador Roberto Requião, mas, aqui registro, a elaboração desse projeto foi feita com a cooperação muito grande do economista hoje Diretor do Brasil, representando o Brasil, no Fundo Monetário Internacional, Professor Paulo Nogueira Batista Júnior, em cooperação com o então Secretário Executivo do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, durante a gestão do Ministro Celso Amorim.

Então, foi feito em cooperação com a visão recomendada, inclusive, pelo mesmo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, com a colaboração de Paulo Nogueira Batista Júnior, que colaborou neste sentido comigo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Os projetos têm o mesmo objeto? É isso?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – É, têm objetivos semelhantes. Eu vou encaminhar ao Senador Roberto Requião, agora, o parecer do Deputado Esperidião Amin para que ele conheça bem como é que está o estágio atual do projeto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – À Secretaria da Mesa cabe esclarecer. Como esta Comissão acabou não fazendo audiência pública, eu aproveitei um projeto do Senador Luiz Henrique e apresentei essa proposta do *fast track* como substitutivo a um projeto dele. Só que isso foi na Comissão de Constituição e Justiça. Foi aprovado e está no Plenário.

Agora, o que não pode é essa paralisação, e essa paralisação, Senador Aloysio, não é deste Governo. Nós tínhamos projetos aqui de 32 anos, parados no Congresso Nacional. Então, fica essa simulação dos acordos que nunca são homologados. E eu estava tão preocupado com o assunto, e menos com a autoria,

que eu propus que fosse um projeto da Comissão e não meu, para não haver uma disputa de autoria de um processo que, na verdade, eu havia redigido junto com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

O fundamental é que ande o projeto do Senador Suplicy, ou que ande esse projeto que nós elaboramos em conjunto aqui, mas que se resolva essa paralisação desmoralizante dos acordos feitos pelo Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Meu propósito é comum ao de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O fato objetivo é que este Projeto de Resolução não consta desta Comissão. Já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e já pode ser deliberado pelo Plenário.

Em discussão o parecer do eminente Senador Roberto Requião.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 120, de 2013

– Não Terminativo -

Aprova o texto da Decisão CMC nº 63, de 2010, Alto Representante-Geral do Mercosul, aprovada na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2010.

Autoria: da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Relatório: Pela aprovação

Relatoria: Senador Roberto Requião

Volto a ratificar: este projeto está em nossa Comissão há não mais que 15 dias. Tão logo o acolhemos, nós o distribuímos. O Senador Requião é o Relator, que, de maneira diligente, entrega o seu relatório.

Então, estamos aqui de novo a deliberar sobre um acordo de 2010, cuja relatoria é do Senador Roberto Requião.

Concedo a palavra a S. Ex^a para proferir o relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mais uma vez, o mesmo problema.

Eu só quero trazer à memória da Comissão que o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães chegou a

renunciar a sua indicação como Alto Representante-Geral do Mercosul porque o seu cargo não havia sido aprovado. O Executivo não havia sequer mandado o projeto de criação do cargo para o Congresso Nacional.

Eu recebi este relatório por indicação do Presidente, numa manhã, e o entreguei à tarde, porque já temos uma segunda indicação, a do Ivan Ramalho, que substitui o Samuel Pinheiro Guimarães, na condição, os dois, de uma espécie de viúva Porcina: eles foram sem nunca ter sido. O cargo não existe, portanto a nomeação dos dois é uma nomeação ficta.

Eu também, por economia processual,...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – (*Fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Exatamente. Inclusive, com sede no Uruguai, salário e tudo o mais. O Samuel achou intolerável a situação e abriu mão dela. E o fez muito bem!

Vamos para a análise.

Conforme determina o art. 103 do Regimento Interno desta Casa, compete a esta Comissão emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais e ao Ministério de Relações Exteriores.

O art. 84, VIII, da Constituição Federal outorga competência ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos ao referendo do Congresso Nacional.

Já o art. 49, I, da mesma Carta política, nos diz que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Assim sendo, está na competência do Poder Executivo assinar a presente decisão bem como compete ao Congresso Nacional sobre ela decidir, sendo o projeto de decreto legislativo a proposição adequada para tanto.

No tocante à constitucionalidade, tanto o projeto de decreto legislativo em exame quanto a decisão por ele veiculada não afrontam dispositivos de natureza material da Carta Magna e obedecem aos requisitos constitucionais formais.

No que tange à juridicidade, o projeto de decreto legislativo em exame e a decisão por ele aprovada estão em inteira conformidade com o ordenamento jurídico vigente, sendo, portanto, totalmente jurídicos.

No tocante à técnica legislativa, não há qualquer restrição quanto ao texto apresentado, tanto no projeto de decreto legislativo quanto no texto da decisão.

Quanto aos efeitos financeiros, ressalve-se que, como já mencionado nos termos do art. 17 da norma aprovada pelo Conselho do Mercado Comum, o orçamento do Alto Representante será constituído por contribuições anuais distribuídas segundo as seguintes

percentagens entre os Estados-partes: Argentina, 25%; Brasil, 50%; Uruguai, 15%; e Paraguai, 10%.

Além disso, caberá ao Alto Representante-Geral, nos termos do art. 18, apresentar projeto de orçamento, incluindo a estrutura de pessoal, os gastos em instalação e funcionamento, o qual deverá ser aprovado pelo grupo de mercado comum.

É evidente que o Samuel não pôde apresentar isso, porque ele não tinha uma indicação formal e um decreto legislativo afirmando.

Já, desde 2012, a Lei Orçamentária (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012) prevê, na Unidade Orçamentária nº 71.102 – Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão à seguinte programação: contribuição do Alto Representante-Geral do Mercosul no valor de R\$5.812.075,00.

Quanto ao mérito, observa-se que a iniciativa de criação do novo órgão para o Mercosul, nos moldes estabelecidos pela Decisão nº 63/10, encontra fundamento na vontade política dos Estados-partes de dar novo impulso ao Mercosul.

Nesse sentido, os países integrantes do Mercosul resolveram, por meio da decisão em tela, criar um órgão auxiliar destinado a atuar junto ao Conselho do Mercado Comum, que pode ser considerado, por analogia, o órgão executivo do Mercosul.

Como precedente da Decisão nº 63/10, há a de número 33/09 do Conselho do Mercado Comum, a qual já havia determinado, ainda em 2009, o compromisso relativo à aceleração dos esforços de adequação da estrutura institucional do Mercosul, a fim de que, até 31 de dezembro de 2010, fosse alcançado o acordo sobre diretrizes para a constituição de uma estrutura que permitisse uma melhor projeção do Mercosul.

De outra parte, o Protocolo de Ouro Preto ressaltou a natureza dinâmica de todo processo de integração e a consequente necessidade de adaptar a estrutura institucional do Mercosul às mudanças ocorridas.

Nesse sentido, a criação do cargo de Alto Representante-Geral representa uma resposta a tais necessidades e é resultante dos esforços de adequação da estrutura institucional do Mercosul à nova realidade do bloco e aos desafios que se apresentam no avanço da integração com a institucionalização do Ato Representante-Geral.

É pomposo à beça, não é Senador Aloysio – Alto Representante? É uma herança da diplomacia imperial!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Imagine o tamanho da placa do carro!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Enorme! Demanda uma escrivanhinha e um escritório maravilhoso.

Reconhecendo a importância de contar com um órgão que contribua para o desenvolvimento e o funcionamento do processo de integração, a partir do fortalecimento das capacidades de produção, de propostas de políticas regionais e de gestão comunitária em diversos temas fundamentais.

A natureza jurídica do Alto Representante-Geral, como novo órgão do Mercosul, apresenta semelhanças com o da Comissão Europeia, no âmbito da União Europeia. Na comparação entre o órgão do bloco europeu e agora o instituído pelo Mercosul – Alto Representante-Geral – emergem como aspectos de evidente paralelismo a posição e as funções institucionais. Tal como a Comissão Europeia, o Alto Representante-Geral é definido institucionalmente como o órgão encarregado da promoção e do aprofundamento do processo de integração, de forma prioritária.

O novo órgão, tal como a Comissão, será inserido no topo da estrutura institucional do Mercosul, como órgão do Conselho do Mercado Comum, ao qual deverá assessorar na tarefa de conduzir o Mercosul e de adotar as decisões de cúpula voltadas ao avanço da integração. Além disso, o Alto Representante-Geral terá atribuições específicas, voltadas à defesa de interesses e políticas vinculadas ao do processo de integração (art. 8º, da Decisão nº 63, de 2010).

Não obstante o Alto Representante-Geral ser instituído como órgão do CMC, a Decisão nº 63/10 que o criou outorga-lhe certa autonomia, com vistas a garantir que suas decisões tenham sempre em vista primordialmente os interesses do Mercosul e o avanço do processo de integração, podendo ocorrer que tais interesses não coincidam com exatidão com os interesses de um ou outro dos Estados partes do Mercosul, hipótese que ensejará a realização de negociações. Nesse âmbito, inscreve-se a principal atribuição do Alto Representante-Geral, qual seja, a apresentação de propostas vinculadas ao projeto de integração sobre diversos temas.

Em outras palavras, o Alto Representante-Geral, por força da decisão nº 63/10, tende a tornar-se o principal defensor dos interesses essenciais ou exclusivos do Mercosul, sendo que suas ações se darão no sentido de avanço de integração promovida por ele, inclusive no contexto de funcionamento do Conselho do Mercado Comum, nos termos dos arts. 4º e 8º, alínea “b”, da Decisão nº 63, de 2010.

Outra semelhança importante consiste na designação do Alto Representante-Geral tal como ocorre com a Comissão Europeia, para exercer as funções de representação internacional do bloco econômico perante terceiros países e organismos internacionais. Nesse sentido, estabelece o Art. 8º, alínea “e” que caberá ao

Alto Representante-Geral representar o Mercosul, por mandato expresso do Conselho do Mercado Comum e em coordenação com os órgãos da estrutura institucional do Mercosul correspondentes, respeitando o previsto no Artigo 8º, inciso IV, do Protocolo de Ouro Preto, nas relações com terceiros países e organismos internacionais, nas relações com organismos internacionais junto aos quais o Mercosul tenha *status* de observador, bem como nas reuniões e foros internacionais nos quais o Mercosul considere conveniente participar por meio de uma representação comum.

As atribuições e competências do Alto Representante-Geral do Mercosul, descritas no relatório deste parecer, são bastante amplas, como se pode facilmente perceber da simples leitura do texto da Decisão em tela, e condizem com a vocação do órgão instituído para vir a tornar-se uma espécie de coordenador executivo do Mercosul, sempre agindo, porém, em colaboração com o Conselho do Mercado Comum e com os demais órgãos do Mercosul. Vale lembrar que, a fim de viabilizar a consecução das tarefas que lhe são atribuídas, a Decisão nº 63/10 não apenas previu fosse o Alto Representante-Geral dotado dos meios e instrumentos necessários, como concebeu uma estrutura institucional de apoio, composta por um Gabinete (Chefe de Gabinete e respectivos funcionários), pela Unidade de Apoio à Participação Social, além dos funcionários diplomáticos designados pelos Estados-partes para prestar-lhe assessoramento.

Considerados assim os aspectos essenciais da instituição e regulamentação de funcionamento do novo órgão, o Alto Representante-Geral do Mercosul, nossa opinião – reconhecidos a adequação do arcabouço jurídico estabelecido para o seu funcionamento, bem como sua posição e função institucional, e ainda o momento histórico vivenciado pelo processo de integração regional (sobretudo se considerando o contexto da crise internacional) – é de que a instituição do Alto Representante-Geral do Mercosul deverá cumprir uma missão decisiva no sentido de impulsionar o Mercosul. Parece-nos que agiu bem o Conselho do Mercado Comum na concepção de criação de um órgão com funções executivas, dotado de certa autonomia, munindo-o, inclusive, do instrumental jurídico necessário e criando assim as condições para que o novo órgão possa ter um papel decisivo no aprofundamento da integração regional, não apenas econômica, mas também em outras áreas do relacionamento entre os Estados-partes, os Estados Associados e, principalmente, entre os seus povos.

Nesse contexto, evidencia-se que a referida Decisão acha-se em harmonia com os princípios regentes do Mercado Comum do Sul e das relações internacio-

nais brasileiras, notadamente o princípio da cooperação entre os povos, insculpido no inciso IX do artigo 4º da Constituição Federal.

Voto.

Isso posto, visto que observadas a adequação legislativa e regimental, a conveniência e a oportunidade, bem como a constitucionalidade e a juridicidade, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2013, que aprova o texto da Decisão CMC nº 63, de 2010, Alto Representante-Geral do Mercosul, aprovada na Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2010.

E desde então, dorme isso nos escaninhos do Ministério de Relações Exteriores e posteriormente na Câmara Federal. No Senado da República, sob a presidência diligente do nosso companheiro Senador Ferraço, vamos resolver este assunto aqui e agora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Apenas para contribuir com S. Exª e com os Srs. Senadores, fiz contato com o Dr. Ivan Ramalho, o indicado, e ele se colocou à disposição para se fazer presente a esta Comissão. Nós estamos inclusive intimando a presença dele aqui, para que ele possa dialogar com os Srs. Senadores, debater com os Srs. Senadores o seu plano de metas, o seu plano de trabalho, as suas expectativas com relação à condução do Mercosul, sobretudo neste momento de grandes desafios para o Mercosul.

Portanto, o Dr. Ivan Ramalho estará presente conosco aqui, nos próximos dias, para um debate mais aprofundado sobre as suas diretrizes à frente desse cargo que tardiamente estamos regulamentando e disciplinando.

Em discussão o relatório do eminente Senador Roberto Requião. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 11 **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES** **EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** **Nº 39, de 2013**

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado, que seja realizada audiência pública destinada à instrução dos projetos de lei do Senado nº 232/2011 e 726/2011, que concedem benefícios para projetos que favoreçam a integração regional na

América do Sul. Para tanto, proponho convidar os embaixadores da Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela, o Deputado Newton de Lima (Presidente da Representação Brasileira no Parlasul), o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, e o economista Márcio Pochmann.

Autoria: Senador Roberto Requião

Disponibilizo a palavra para o proponente, Senador Roberto Requião, para que possa fazer a sustentação e a defesa, enfim, do requerimento que apresenta aos Srs. Senadores.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Essa proposta parte da constatação de que a verdadeira integração operacional do Mercosul deverá ser feita basicamente pelo setor privado, pelas empresas que negociam, pelas construtoras, pelas empresas que comercializam seus produtos.

Com base nessa constatação, passamos a discutir a criação de uma série de incentivos mútuos, que deverão ser aprovados pelos Congressos de cada país, para beneficiar atividades que interessem à economia desses países e que sejam decididas pelos Estados e Congressos.

Esse projeto inicial foi elaborado com o apoio do economista José Carlos Assis; foi apresentado já pelo Senador Paim. O Senador Pedro Simon também tratou de uma dessas etapas nas comissões do Congresso. Posteriormente, com a participação da minha Assessoria, do economista Gustavo, do Samuel e do Hipólito, formatamos um projeto de viabilidade e de possibilidades, mas achamos que isso tem de ser discutido com os países, com as representações dos países do Mercosul. Daí nos foi sugerida a viabilização dessa audiência pública, com a participação do Newton Lima, que me sucedeu na presidência da seção brasileira do Parlasul; do Marco Aurélio Garcia, que se tem interessado e que é um assessor da Presidência da República nesse sentido.

Se não formatarmos um projeto que tenha o apoio do Governo Federal, vai haver, mais uma vez, esse jogo de postergações, de pedidos de vista. Estaríamos fazendo buraco em água, não é, Senador Suplicy, trabalhando para nada. Então, estamos tentando, com base no projeto elaborado e no novo projeto que formatamos, viabilizar uma discussão, para mandá-lo à frente.

Evidentemente, incluímos nessa seleção o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que é um dos grandes entusiastas brasileiros pela viabilização do Mercosul, para uma audiência pública para esse tipo

de discussão. E está aberta também a sugestão de outros nomes, além dos Embaixadores, do Presidente da Seção Brasileira da Comissão Mista do Parlasul, do Assessor da Presidenta, Marco Aurélio, e do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. E estaríamos discutindo a viabilização desses incentivos comuns, que deveriam ser aprovados pelos países através de seus Congressos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Estou plenamente de acordo com a proposta do companheiro Requião e quero fazer justiça a S. Ex^a, que teve uma atuação muito importante como Presidente do Mercosul.

Mas, se o Senador Requião e V. Ex^a me permitem, eu entrei com um requerimento, já faz algum tempo, para nós discutirmos, de modo especial, com o Ministro Patriota a questão referente aos países do Pacífico e a atuação do Brasil em todo aquele acontecimento.

Nós achamos estranho que o Embaixador Patriota até agora, praticamente, não deu nenhuma referência. E o líder das relações internacionais, o gaúcho, que é o verdadeiro embaixador, Marco Aurélio, deu uma declaração dizendo que não perdia o sono e nem perdia tempo com essa criação. Sob qualquer hipótese que analisarmos, é inconcebível que a nossa Comissão de Relações Exteriores e que o Chanceler não tenham discutido, não tenham debatido essa questão no seu conjunto, seja qual for a análise que cada um de nós possa fazer sobre essa matéria.

Eu acho que foi um fato muito grave, um fato muito negativo, no momento em que, na América do Sul, praticamente, o país que se interessa, que dialoga, que debate, que discute, que intervém até em todas as questões entre os vários países da América do Sul é o Brasil. O Brasil perdendo dívida, de um lado, tanto que desapropriaram até propriedades do Brasil no exterior, e o Brasil não teve reação maior. Eu ainda alimentaria expectativa daquilo que foi origem do Mercosul, a integração da América Latina, de modo especial da América do Sul. Quando nos reunimos para criar o Mercosul, não era com esses quatro países apenas. Insistimos demais, por exemplo, com o Chile, só que, na ocasião, o Chile vivia, e vive até agora, uma euforia no seu relacionamento bilateral com os Estados Unidos.

Eu não sei se V. Ex^a tem conversado com o Chanceler e qual é a resposta dele, mas a ausência de notícias do Chanceler, a ausência de notícias do Governo Federal, a ausência de notícia desta Comissão... Esta

Comissão, a rigor, não falou nada ainda sobre essa questão. Na reunião para discutirmos essa matéria, a decisão foi convidar, convocar o Chanceler e outro Ministro para virem aqui. Foi essa a decisão. Nós não mostramos uma linha, um pensamento sobre o que nós achávamos. Apenas fizemos o convite. E lá se vai um mês e não acontece nada. Enquanto isso, a união pelo Pacífico já está em pleno andamento. Já tem 90 produtos de livre comércio entre eles. Já tem, como membros colaboradores, assistentes, mais de 30 países, entre os quais países importantes da Europa e os Estados Unidos. E nós estamos sem nada, sem uma posição, sem uma palavra, nem para dizer que está de acordo. Eu acho muito estranho que o Sr. Chanceler... Com todo o respeito, eu nem o conheço direito, mas eu tenho muitas restrições a ele. Com toda a sinceridade, com todas as restrições que podiam ter sido feitas ao chanceler anterior, eu era muito mais ele porque ele andava, trabalhava, se irritava, se movimentava. Agora o novo...

Na última reunião de que tivemos conhecimento das comunidades de Portugal, na hora de fazer a saudação, não sei o quê, quase quem falou foi o Ministro Mercadante. Depois é que entrevistaram: isso fere completamente o protocolo. Num reunião dessa natureza, quem fala é o Ministro de Relações Exteriores. Parece que quem lhe disse isso, inclusive, foi o próprio Mercadante. Então, só assim o Patriota falou; caso contrário, não tinha aberto a boca. Já houve outro episódio sobre o qual a gente nem comentou, que foi o *impeachment*, em 24 horas, feito ao Presidente do Paraguai. Aquele *impeachment* de 24 horas o Brasil não sabia de nada; quer dizer, o Patriota não sabia de nada. No dia do *impeachment* do Presidente do Paraguai, houve a reunião de representantes da América do Sul no Rio de Janeiro...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Era a Rio+20.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu não sei, sinceramente, eu não sei. É? Deve ser.

E lá o Seu Patriota foi surpreendido com a notícia, a Presidente também foi surpreendida com a notícia e daí que mandaram um representante do Itamaraty e de outros países da América para irem a Assunção tentar reverter o quadro e suspender o *impeachment*, que já estava feito.

Então eu acho, Sr. Presidente, que essas coisas estão acontecendo... Eu falo com toda a sinceridade, quer dizer, tem sido muito fraca a atividade da nossa comissão. A Comissão de Relações Exteriores ao longo do tempo... Em primeiro lugar o Governo Federal não dá nenhuma satisfação, não toma conhecimento, não dá bola, não liga. Então, o Ministro das Relações

Exteriores eu acho que nem sabe onde fica a Comissão. E isso é uma coisa que eu acho...

Eu fico impressionado porque nós não – não digo dos Estados Unidos que é a comissão mais importante, é a que tem mais debate, é a que em mais discussão, as grandes teses – mas eu falo aqui na América. Até no passado – eu estou aqui há quase 40 anos –, no início a comissão debatia, discutia, analisava. Mas ultimamente o Itamaraty não toma conhecimento, não olha, não liga, não conversa, não faz coisa nenhuma.

Nesse caso, com toda a sinceridade, eu até acrescentaria ao requerimento que eu fiz e que nós aprovamos – e do qual V. Ex^a disse na hora: “Não, na semana que vem o chanceler está aqui.” Não estou culpando V. Ex^a, ele não veio porque não veio. Não é culpa de V. Ex^a –, eu até acrescentaria aquela questão que continua igual: uma análise do relacionamento geral dessa Comissão com o Itamaraty.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – É, infelizmente nós temos distinções entre a nossa Constituição e a Constituição norte-americana. A constituição norte-americana dá de fato um protagonismo a Comissão de Relações Exteriores constitucional. Sequer nos é dado, Senador Pedro Simon, a prerrogativa de convocar. Nós convidamos. O requerimento de S. Ex^a foi aprovado aqui por nós todos, no dia 21 de maio, e de lá para cá nós estamos ultimando todos os esforços na direção de termos aqui conosco, na Comissão de Relações Exteriores para esse debate, a meu juízo, como de V. Ex^a, de fundamental importância da presença não apenas do Chanceler Antonio Patriota, mas também de S. Ex^a o Ministro Fernando Pimentel. Mas não nos é dado a prerrogativa de convocação, a prerrogativa de convocação. A prerrogativa constitucional é do convite lamentavelmente. E nós ficamos envidando todos os esforços para que S. Ex^{as} possam agendar por prioridade suas presenças aqui em nossa Comissão, para que nós possamos, enfim, fazer esse enfrentamento, debater esse tema. Infelizmente, até aqui, nós não conseguimos ainda, da parte do Chanceler, da parte do Ministro...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu proporia a V. Ex^a que nós tomássemos uma decisão. Nós não vamos votar nada com relação ao Ministério das Relações Exteriores antes dos chanceleres virem aqui na Comissão. Quer dizer, enquanto eles não vierem aqui e prestarem esse esclarecimento, nós não votaremos nada que diga respeito ao Itamaraty. Alguma coisa tem que ser feita. Nós estamos ridicularizados, por tudo isso que V. Ex^a está dizendo.

Inclusive, com toda sinceridade, eu não vejo por que nós não mudarmos a Constituição e determinarmos que nós podemos convocar o Ministro. Eu sincera-

mente não entendo qual é o significado, qual é a razão pela qual a Comissão não pode convocar um Ministro para vir prestar um esclarecimento. Onde é que nós estamos? No presidencialismo imperial?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Senador Simon, a intenção desse requerimento, que excluiu, na sua primeira etapa, o Chanceler Patriota, era convocá-lo na sequência, para tentarmos formar um projeto.

Mas eu gostaria de me referir nesta Comissão à Rio+20, Senador Aloysio. O Congresso Nacional, pela sua Mesa, determinou uma comissão representativa do Senado para participar da Rio+20. Essa comissão era o Senador Roberto Requião, Senador Luiz Henrique, Senador Cícero Lucena e Senador Inácio Arruda.

Quando nós chegamos à Rio+20, nós soubemos que nós não poderíamos entrar no pronunciamento da Presidente da República, porque nós não tínhamos sido escalados. O Itamaraty dizia que a organização não era dele, era da Casa Civil, e a Casa Civil não tinha convidado o Senado do Brasil para participar daquele processo. Nós tínhamos uma indicação oficial do Plenário do Senado e da Presidência.

Daí nós conversamos com o embaixador encarregado. O embaixador, então, nos fez uma gentileza: “Não. Aí vocês não vão, mas, se vocês quiserem, nós conseguimos um convite para vocês participarem do coquetel que vai ter depois do pronunciamento da Presidente.” O que aconteceu? Nós nos retiramos da Rio+20. Nós viemos embora. O Senado pagou as passagens, pagou as diárias, e nós viemos embora.

O Presidente Sarney não quis levar para frente essa questão, porque não convinha um escândalo nesse sentido. Mas nós fomos, então, convidados pela representação do Itamaraty para tomar um champanhe e comer alguns salgadinhos depois do pronunciamento da Presidente. Está havendo uma assincronia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Havia um *show* também, não era só salgadinho.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Havia um *show* também?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Havia um *show*.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Ah, podíamos ir ao *show* também.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito bem. Eu tenho o dever e a responsabilidade de zelar pela...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Não. Muito bons os registros que foram

feitos por S. Ex^{as}. E, na minha conclusão, eu tenho certeza que V. Ex^a haverá de concordar comigo.

Eu tenho o dever de zelar pela eficiência desta Comissão na condição de Presidente, porque fui eleito por S. Ex^{as}. Então, eu queria apresentar a seguinte proposta.

Nós temos um caso aqui excepcional, que é o caso da indicação da sabatina do Embaixador Denis, que está designado para nossa embaixada, para nossa missão diplomática no Vaticano. Então, nós faríamos a seguinte proposta: na próxima terça-feira, nós faríamos a sabatina, considerando que Sua Santidade, o Papa Francisco I, vem ao Brasil e será muito importante que nós tenhamos o nosso Embaixador atuando.

Nós faríamos, excepcionalmente, essa sabatina, e eu não reuniria mais a Comissão enquanto a Comissão não visse aqui os Srs. Ministros, para que nós pudéssemos debater essa questão. Se isso for do entendimento de S. Ex^{as}, na condição de Presidente, nós estaremos agindo dessa forma, para que essa Comissão possa ser respeitada pelo Poder Executivo, porque não está sendo.

Eu gostaria muito de convocar, mas não nos é dada essa prerrogativa. Tendo em vista que os convites não estão sendo aceitos, nós vamos então paralisar, vamos então suspender as deliberações dessa Comissão, por indicação do Senador Pedro Simon, se esse for o entendimento de S. Ex^{as}, eu serei o primeiro a dar o primeiro passo na direção de resgatar o respeito e a reputação desta Comissão, porque os ofícios, os entendimentos e as iniciativas estão feitos para que S. Ex^{as} possam se fazer presentes nesta Comissão, desde o dia 21 de maio. E, desde esse dia, nós não recebemos da parte dos Ministérios qualquer tipo de informação da presença aqui de S. Ex^{as}, para que nós possamos debater esse assunto Mercosul, *vis-à-vis*, com o que está acontecendo, não apenas na Aliança do Pacífico, assim como no impacto da manifestação feita pelo Presidente Barack Obama sobre a constituição de um bloco reunindo os Estados Unidos e a União Europeia, com grandes repercussões no fluxo comercial.

Então, eu gostaria de ouvir V. Ex^{as}. Se essa for a deliberação, eu, como Presidente, serei um escravo dessa que, para mim, será uma determinação do Plenário da Comissão de Relações Exteriores. Mas eu gostaria de ouvi-los.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Ferraço, eu acho perfeito. Não é uma proposta agressiva, mas é uma proposta perfeita. Agora, a exemplo do que aconteceu com a Comissão Representativa do Senado, a partir do momento em que nós não votarmos mais nada das relações exteriores,

nós podíamos também convidar os embaixadores e os membros da Chancelaria a frequentar a cantina do Senado, para participar não de um coquetel, mas para tomar um café na companhia dos Senadores. Seria uma boa moeda de troca.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Plenamente de acordo.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, sobre o item anterior, eu gostaria de prestar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A palavra é de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Em 2001, o Senador Roberto Requião apresentou proposta de emenda à Constituição que acrescentava inciso relativo às questões das negociações. O inciso XVIII falava que: “As Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda”.

O art. 49: “É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

[...]

XVIII – acompanhar as negociações realizadas pelo Poder Executivo dos atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional, desde seu início, até o momento de sua conclusão para assinatura entre o Brasil e os países signatários.

Muito bem, essa PEC foi colocada para votação e, quando chegou à quinta e última sessão de discussão desta PEC, foi dada a palavra apenas a um orador, que fui eu e que disse brevemente aqui:

Trata-se de proposta do Senador Roberto Requião relativa aos tratados internacionais. Assinolo a importância desta proposição que dará maior possibilidade de o Congresso Nacional opinar a respeito dos acordos internacionais assinados pelo Brasil. Estamos inteiramente de acordo com a proposição.

Em seguida, foi marcada a votação para o dia seguinte. Isso foi em 5 de dezembro de 2002. Quando chegou à votação, que estava marcada e foi feita dia 17 de setembro de 2003, anunciada a matéria, foi lido e aprovado o Requerimento nº 825, de 2003, de autoria do Senador Aloysio Mercadante, solicitando que a matéria fosse reexaminada pela Comissão de Constituição e Justiça. No dia 22 de janeiro de 2007, assinala aqui o registro de que foi arquivada ao final da legislatura: “Matéria arquivada, no final da 52^a Legisla-

tura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal.”

Eu queria aqui só recordar, assinalar, que sobre essa PEC do Senador Roberto Requião que se refere às negociações, a única palavra que tenho é que é de apoio na quinta e última discussão. Depois, foi requerida a volta à CCJ não por minha iniciativa, e foi arquivada ao final da 52^a.

Só para esclarecer os pontos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem a V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A minha assessoria me trouxe agora o Regimento Interno...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Que nos permite convocar.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...e a Constituição.

A Constituição diz:

Das Comissões

III – convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

[...]

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

O Regimento:

Art. 90. *As comissões compete:*

(...)

III – convocar Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições e ouvir os Ministros quando no exercício da faculdade prevista no art. 50, §1º da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a está correto e eu estava equivocado.

O equívoco é que, no requerimento de V. Ex^a, não se fala em convocação, mas em convite. Mas se V. Ex^a alterar o termo “convite” para “convocação”, vamos fazê-lo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pelo amor de Deus! Então, já está feito, é convite.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Convocação?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É convocação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – É convocação. Mas vamos manter o nosso entendimento aqui...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Claro, fica a mesma coisa, só que agora é convocação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Está perfeito. Então, eu vou solicitar à assessoria que, com base no requerimento verbal de S. Ex^a o Senador Pedro Simon, nós vamos submeter à votação desta Comissão a substituição daquele requerimento, alterando os termos de “convite” para “convocação”.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vamos alterar, portanto, alterar de “convite” para “convocação”, tendo em vista que o convite foi feito e não foi aceito. Mas vamos manter a deliberação de suspensão dos trabalhos dos assuntos relacionados ao Ministério das Relações Exteriores até que o Ministério se digne ao comparecimento aqui dos Srs. Ministros, para que nós possamos debater esse assunto.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Podemos até dizer que a Comissão de Relações Exteriores, em se tratando de Itamaraty, adotara uma política elegante, convidando.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Convidando, é claro.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Já que ele é grosseiro, vamos atuar grosseiramente, convocando.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Presidente, apenas para fazer o registro da sua posição. V. Ex^a tem presidido esta Comissão com muita competência, com muita sensibilidade, com muito desembaraço. E esse reconhecimento sempre é bom fazer publicamente.

Eu quero fazer este registro e concordar com a sua posição. Mesmo tendo sido esclarecida, agora, a questão regimental, foi mantida a posição de fazermos audiências extraordinárias na terça-feira e só reabirmos os trabalhos aqui quando da presença dos Ministros.

Era o registro que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito bem.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a tem toda a minha solidariedade e o meu apoio nessa iniciativa. Quero endossar as pa-

lavras do Senador Jarbas Vasconcelos de apreço e de admiração pelo trabalho de V. Ex^a à frente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, nós sempre tivemos aqui uma cooperação a melhor possível dos Ministros das Relações Exteriores. No governo do Presidente Lula, o Ministro Celso Amorim, eu lembro, compareceu aqui cerca de duas a três vezes a cada ano, para regularmente dialogar conosco. E o Ministro Patriota tem tido também a disposição de estar aqui. Avalio como adequado que, primeiro, façamos o convite ao Ministro. Tendo em vista estar havendo dificuldade para que ele compareça, não vou criar aqui objeção, como membro da Base do Governo, para que ele possa ser convocado, porque se trata de uma responsabilidade importante do Ministro das Relações Exteriores sempre estar procurando atender a melhor interação possível com esta Comissão tão importante de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão o requerimento de S. Ex^a o Senador Pedro Simon, que substitui o termo “convite” por “convocação”, convite feito em 21/05 até hoje não acolhido, então a substituição do termo “convite” por “convocação”.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Na verdade, depois do tempo passado do convite, é natural que esta Casa, se considere importante ouvi-lo, faça sob a forma de convocação. Então, não tenho nenhum problema quanto a isso.

Agora, eu queria aproveitar, porque tem a ver talvez com a presença do Ministro, assisti, um desses dias, a uma desses debates que o senhor faz conosco, e que muitas vezes a gente não vem porque é fora, muito interessante, em que se debatia o Mercosul e outros blocos. Eu quero dizer que a gente devia fazer um debate daquele aqui, numa reunião normal.

Eu tenho a impressão de que há algo muito assustador hoje, no Brasil, no cenário mundial. É que, de um lado, a gente vê o esvaziamento do Mercosul e, do outro, o fortalecimento rápido de blocos: o Bloco do Atlântico Norte, o bloco ao redor do Pacífico, o Nafta e a gente está ficando de fora disso, sem fortalecer o Mercosul. Ou a gente fortalece o Mercosul – e prescinde de toda participação nesses blocos, o que acho difícil –, ou a gente diminui a importância do Mercosul e passa a fazer parte desses blocos, ou a gente fortalece o Mercosul e faz parte de outros blocos também.

Mas a gente precisa discutir aqui qual é o cenário do Brasil daqui a 20 anos com o crescimento do comércio entre os países que formam blocos dos quais estamos excluídos e aparentemente, em grande parte, por opção própria do Brasil.

Eu gostaria de sugerir aqui uma audiência, mas não apenas um debate do tipo dos que são feitos – e os acho muito úteis – desde o tempo do Senador Collor como Presidente desta Comissão – eu costumo frequentar, ultimamente é que não pude –, mas acho que valeria a pena uma reunião normal nossa, ordinária para debatermos o futuro do Brasil no cenário dos diversos blocos. A vinda do Ministro pode nos ajudar a fazer perguntas, mas eu acho que deveria uma vez ser só nós mesmo, nós, os Senadores da Comissão, debatendo o futuro do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito bem.

Em votação o requerimento, portanto, do Senador Pedro Simon.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação também o requerimento do eminente Senador Roberto Requião, que propõe audiência pública com finalidade muito próxima, com outros atores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero ressaltar ainda...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Ferraço, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Se V. Ex^a me permite, eu só queria fazer um reparo nessa intervenção do Senador Suplicy a respeito do meu *fast track*.

Eu apresentei, Senador, Suplicy, esse *fast track* por duas vezes: no primeiro momento em que fui Senador; depois eu saí do Senado e fui governador por oito anos e voltei. Esses dados que V. Ex^a leu no plenário sobre o arquivamento do pronunciamento, do pedido de arquivamento do Senador Mercadante foi do meu primeiro mandato. Até porque o Senador Mercadante, durante essa Legislatura, não era Senador. Candidato ao Governo de São Paulo, perdeu a eleição e assumiu o Ministério. Então, eu reapresentei esse requerimento, e os reparos que eu fiz à tramitação que não anda se refere a essa segunda apresentação nesta Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Só para esclarecer que temos requerimentos aprovados aqui, e nós estamos ultimando

as presenças, para discussões dessa natureza, de especialistas e figuras que tenham representação na sociedade, sobretudo, nas entidades empresariais. Nós temos a previsão do Embaixador Sérgio Amaral; do Dr. Roberto Giannetti da Fonseca, Diretor de Relações Internacionais do Comércio Exterior da Fiesp; do Dr. José Augusto Fernandes, Diretor Executivo da Confederação Nacional da Indústria; assim como do Embaixador José Ferreira Simões, Subsecretário-Geral da América do Sul.

Julgo que a presença desses especialistas com os nossos Senadores só enriquecerá o debate, em função das informações que podem prestar. Portanto, nós estamos ultimando os convites, estamos em contato permanente com essas pessoas e vamos fazer um esforço para ver se, inclusive, na próxima quinta-feira, nós conseguimos agilizar um debate mais acurado em relação a esses temas.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Ricardo, eu acho que está correto. Inclusive, é muito bom ouvi-los, eu gosto disso. E a gente aprende muito. Mas, em algum momento, valia a pena nós debatermos entre nós, até para sabermos que posições divergentes nós temos aqui dentro. E, quando vêm os especialistas, é fundamental para começar com isso nós debatermos com eles. Na verdade, nós não debatemos. O Senador não vai debater com os especialistas. A gente pergunta a eles, a gente aprende com eles. Eu não sei se isso é regimental ou não, mas eu acho que deveria haver um momento em que nós debatêssemos entre nós, o que a gente pensa do futuro, no Brasil, no cenário que está se construindo de blocos nos quais nós estamos excluídos. Talvez, depois desta reunião, nós fizéssemos outra reunião em algum momento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Esta proposta eu queria exatamente fazer a V. Ex^a, ou seja, nós faríamos duas audiências públicas, agora com a convocação do Ministro Antonio Patriota. Faremos essa audiência pública com essas entidades e representações e, em seguida, nós faríamos um debate para que esta Comissão pudesse se posicionar. Essa é a posição da Comissão de Relações Exteriores, em relação a esses temas que nós estamos aqui debatendo, como deve se conduzir a política externa brasileira, como deve se conduzir a política comercial internacional, em face desses novos desafios que precisam ser entendidos como ameaças.

Há a necessidade de nós ampliarmos a nossa participação no fluxo comercial internacional. É sempre importante frisar que nós participamos de apenas 3% do fluxo internacional comercial. Existem outros 97%

que nós precisamos buscar, correr atrás, melhorar a nossa eficiência, a nossa competitividade, para disputarmos esses mercados, que poderiam se traduzir em excepcionais oportunidades para a população brasileira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu sei que é difícil cair abaixo de 3%, mas se esses blocos se consolidam pra valer, nós podemos ficar com menos de 3%, dentro de mais alguns anos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Nós vamos então progredir nessa direção e nessa programação.

Não havendo mais nada a discutir, eu quero agradecer imensamente às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, e dou por encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 15:00 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e vinte e sete minutos do dia dezoito de junho de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, José Agripino, Cyro Miranda, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senhor Senador **Cristovam Buarque**. É aberta a Reunião. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Passa-se à PAUTA: **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 32, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **DENIS FONTES DE SOUZA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta. Relator Senador José Agripino. Sabatina realizada. O Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto é convidado a compor a Mesa e fazer sua exposição. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores José Agripino, Luiz Henrique, Eduardo Suplicy e Pedro Simon. O Senhor Senador Jarbas Vasconcelos sugere abertura do processo de votação, a sugestão é acatada

pelo Presidente e aprovada. O Embaixador responde aos questionamentos. A reunião é tornada secreta às dezesseis horas e trinta e um minutos e reaberta às dezesseis horas e trinta e quatro minutos. Atua como secretário o Senhor Senador Eduardo Suplicy e como escrutinadores os Senhores Senadores Pedro Simon e Eduardo Suplicy. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, do Embaixador indicado. **EXTRAPAUTA: ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 41, DE 2013**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 23, de 2013 – CRE, seja convidado o Senhor Ivan Ramalho, Alto Representante-Geral do Mercosul, para debater as relações comerciais no âmbito do Mercosul.” **RESULTADO:** Aprovado. O Presidente propõe que o Requerimento nº 38, de 2013 – CRE, seja retificado para Missão de Senadores, ao invés de Comissão Temporária Externa, destinada a verificar o não cumprimento bilateral do acordo firmado entre o Governo brasileiro e a República Venezuelana. A retificação é aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dezesseis horas e trinta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

Notas Taquigráficas

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa e leitura da ata, assim como a sua aprovação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 41, de 2013

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 023/2013 aprovado nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a inclusão do seguinte convidado para a audiência pública a ser realizada

com intuito de debater as relações comerciais no âmbito do Mercosul: Sr. Ivan Ramalho, Alto Representante-Geral do Mercosul.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 32, de 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador José Agripino.

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Em 16 de junho foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme art. 3º do Ato nº 1, de 2011.

Convido para que tome assento à Mesa S. Ex^a o Sr. Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto. (Pausa.)

Informo a S. Ex^a o Sr. Embaixador que dispõe do tempo de 15 minutos para que S. Ex^a possa apresentar as suas diretrizes, apresentar as suas reflexões e os desafios que estão postos a S. Ex^a à frente da missão do Governo brasileiro junto ao Vaticano.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO –

Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, caríssimos colegas, senhoras e senhores, é com o sentimento de grande honra que venho ao Senado Federal para submeter meu nome à apreciação de V. Ex^{as} para o cargo de Embaixador junto ao Vaticano.

Efetivamente, a Constituição brasileira nos dá um raro privilégio. Ao ter nosso nome aprovado pelo Senado Federal nos tornamos Embaixadores do Estado brasileiro. Isso é um respaldo importantíssimo no trabalho que temos que desempenhar junto a um estado estrangeiro.

Eu gostaria que minhas primeiras palavras fossem de agradecimento a Senhora Presidenta da República e do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, pela honra de terem indicado meu nome.

Eu gostaria também de agradecer as gentis palavras do Relator de minha indicação, Senador José Agripino Maia, na última reunião desta Comissão. As palavras de V. Ex^a, Sr. Senador, muito me sensibilizaram.

Sr. Presidente, as relações com o Vaticano, efetivamente, têm uma especificidade notável. A Igreja Católica é a única instituição confessional no mundo com acesso às relações internacionais.

É importante também atentar para as diferenças entre instituições muitas vezes entendidas como sinônimos: Igreja Católica, Santa Sé e Vaticano.

A primeira é a Igreja Católica Romana com suas estruturas matérias e humanas, sua doutrina, uma organização transnacional que reúne mais de um bilhão de católicos. A segunda é a Santa Sé, que é o governo da Igreja: é o Papa mais a Cúria Romana, e a terceira é o Vaticano, que é a base territorial do governo da Igreja, tal como definida pelos Tratados de Latrão de 1929.

A presença dessas três vertentes é importante para entender o conjunto das posições da Santa Sé no mundo contemporâneo, sejam elas no campo de religião e da moral, sejam elas no campo da política internacional propriamente dita.

A Diplomacia vaticana é reconhecida como a mais antiga de todas as Diplomacias. Com efeito, a atuação internacional dos Papas começou bem antes que o papado dispusesse de um poder temporal.

A figura do Nuncio Apostólico, ou seja, do encarregado do Papa em missões eclesiais e diplomáticas, já está presente no ano 453 da Era Cristã, no Concílio de Calcedônia.

A atuação internacional da Santa Sé funda-se em sua autoridade moral, soberana e independente, que atualmente é reconhecida quase que unanimemente em nível internacional.

A Santa Sé é membro observador nas Nações Unidas e nas suas agências, na União Europeia, na Organização dos Estados Americanos, na Organização da Unidade Africana, no FMI, no Banco Mundial. Assinou e ratificou o Tratado de Não Proliferação Nuclear e os instrumentos internacionais sobre proibição de minas terrestres e armas químicas. Participa e participou ativamente das grandes conferências da ONU sobre meio ambiente, população e condição da mulher.

Não resta dúvida, porém, de que os objetivos da Santa Sé diferem dos objetivos de outros países. Sua postura de observador permanente a coloca em uma situação de suprapartidarismo conforme a sua vontade de neutralidade e de *status* de potência moral. Não resta dúvida também que a dupla condição de sede de poder espiritual e temporal imprimem caráter especial a sua ação externa.

A Santa Sé é, com efeito, reconhecida hoje por 185 países. A título de comparação, o Brasil tem relações com 193.

O Vaticano atua internacionalmente por meio da Secretaria de Estado e mais especificamente pela Se-

cretaria para as Relações com os Estados e das suas 20 congregações e conselhos pontifícios.

No que se refere à política externa da Santa Sé, suas ações no terreno diplomático se fundamentam em princípios basilares da defesa dos direitos humanos, pontuando com isso que o objetivo último de toda a atividade política é o ser humano, da defesa da paz, recusando a guerra como meio para resolver os problemas.

Outra clara vertente da atuação da diplomacia do Vaticano é a proteção das comunidades cristãs em contexto onde constituem minorias ou encontram-se ameaçadas, países onde o estado mantém ou têm imposto limitações ao exercício das atividades públicas por parte do clero ou das lideranças leigas católicas.

Uma terceira vertente de atuação é a defesa de posições tradicionais da Igreja em matéria de defesa da vida e da família e críticas a aspectos que considera danosos da globalização.

Uma quarta vertente está na defesa de um novo conceito de paz que acrescenta ao binômio tradicional de paz com justiça, conceito que vincula o respeito da pessoa humana à eliminação de todas as formas materiais e imateriais da pobreza. Essa posição vem acompanhada da defesa enfática do direito internacional e das Nações Unidas como instrumento legítimo para a solução das controvérsias entre países. Essas posições, somadas as suas conhecidas posturas sobre ecumenismo e diálogo inter-religioso, além de suas posições sobre comércio internacional, meio ambiente, entre outros, compõem o quadro da atuação internacional do Vaticano.

São, pois, uma série de posições que defendem postulados de justiça social com a qual há uma série de afinidades com posições tradicionais do Brasil

Creio ser importante, na chefia da representação brasileira, estar atento para reforçar e consolidar essas posições comuns.

As relações entre o Brasil e a Santa Sé são muito antigas. Tiveram início em 23 de janeiro de 1826, quando o primeiro Plenipotenciário brasileiro, Francisco Corrêa Vidigal, entregou suas cartas credenciais ao Papa Leão XII, assinadas por D. Pedro I.

Caso V. Ex^{as} tenham por bem aprovar meu nome, serei o 43º Chefe de Missão a representar o Brasil no Vaticano.

Essas relações, em tudo que as distinguem pelas suas peculiaridades do perfil tradicional de intercâmbio bilateral entre países, podem ser vistas como modelo de configuração triangular, em que um dos lados é constituído pela relação propriamente interestatal entre os dois governos, o segundo lado, pelas relações entre a Sé Apostólica e a hierarquia da Igreja no Brasil, e o

terceiro, pelas relações entre o Governo brasileiro e o episcopado local, através de sua Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB.

Essas três vertentes do relacionamento têm na nossa Embaixada no Vaticano o seu centro, seja como agente de informação e representação, seja de negociação.

A condição de País com a maior população católica do mundo e episcopado de mais de 400 bispos – o maior do mundo – e a importância da Igreja na formação histórica do Brasil reforçam ademais o caráter especial dessa relação.

Com relação a temas da agenda bilateral, não posso deixar de mencionar a próxima Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro em julho próximo. Trata-se da primeira vez que evento de tal magnitude é realizado no Brasil.

As jornadas foram criadas pelo Papa João Paulo II em 1985. O evento é celebrado a cada dois ou três anos em uma cidade escolhida para celebrar a grande jornada, nas quais participam fieis do mundo inteiro.

Para cada jornada o Papa sugere um tema. A da próxima será “Ide e fazei discípulo entre todas as nações”. Na missa de encerramento da Jornada, o Papa Francisco anunciará a cidade na qual será realizada a próxima jornada.

Não poderia, entretanto, Sr. Presidente, deixar de mencionar os desafios enfrentados pela Santa Sé, e que já vêm de certo tempo, como as questões da centralizações das decisões na Cúria Romana e o eurocentrismo do governo da Igreja. A esses desafios vieram somar-se os escândalos do Vatilex e da pouca transparência do Banco do Vaticano.

A magnitude desses desafios e sua percepção de que já não se sentia fisicamente apto a enfrentá-los, levou à renúncia do Papa Bento XVI, em fevereiro último, no ápice de uma crise em que se somaram também acusações de luta pelo poder na Cúria. Bento XVI foi o primeiro Papa a renunciar desde Celestino V, em 1294.

A recente eleição do Cardeal Jorge Bergoglio também foi cheia de simbolismo. Primeiro Papa não europeu desde 741, data do falecimento do Papa Gregório III, de nacionalidade síria. Primeiro Papa latino-americano. Primeiro Papa jesuíta. Primeiro Papa de nome Francisco.

As repercussões da eleição têm sido altamente positivas. Sua simplicidade e humildade, sua clara opção pelos pobres, seus apelos à fraternidade e à confiança e a demonstração de satisfação por ter sido buscado quase no fim do mundo, tudo isso indica novos tempos, uma nova era para a Igreja.

A presença da Senhora Presidenta da República na missa inaugural é demonstrativo dessa percepção e dessa inflexão.

De fato, a primeira importante decisão do seu governo aconteceu na segunda semana de abril, com a decisão de nomear oito cardeais, todos eles – com exceção um – arcebispos, representantes de diferentes igrejas nacionais para formar comissão para ajudá-lo a governar e dar uma contribuição à reforma da Cúria Romana. Sem dúvida, a Igreja vive momentos auspiciosos, e acompanhar essas mudanças é um dos desafios da chefia na nossa missão diplomática.

Sr. Presidente, como é do conhecimento de V. Ex^{as}, o embaixador no Vaticano é também embaixador cumulativo junto à Ordem Soberana e Militar de Malta. Essa Ordem é uma entidade internacional, surgida à época das Cruzadas, no século XI, com a qual o Brasil mantém relações diplomáticas plenas desde 1951. A Ordem Soberana é reconhecida por mais de 109 países e seu órgão decisório é o Conselho Soberano presidido pelo Grão-Mestre. A Ordem mantém missões permanentes em diversos organismos multilaterais, entre os quais, a ONU, junto a suas agências em Nova York, Genebra e Viena.

As atividades diplomáticas da Ordem de Malta estão vinculadas a sua missão humanitária e, dessa forma, a presença de suas missões diplomáticas serve de apoio as suas atividades. A Ordem mantém centros assistenciais no Brasil, em especial, em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, que têm, como os demais centros espalhados em mais de 120 países, o objetivo maior de integrar populações carentes nas sociedades nacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado a S. Ex^a o Sr. Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE. *Fora do microfone.*) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – É para pedir a V. Ex^a para abrir o processo de votação, se possível, para compatibilizar, pois o quórum está pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Vamos acolher o encaminhamento de V. Ex^a e abrir o processo de votação para que possamos acelerar e sermos diligentes com a sabatina de S. Ex^a o Embaixador Denis. Mas dou a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino, que foi Relator da designação de Sua Excelência a Presidente Dilma para

a indicação do Embaixador Denis como embaixador da missão brasileira junto ao Vaticano.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Embaixador Denis...

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Se me permite a interrupção, antes que eventualmente (*Fora do microfone.*) alguns Senadores se ausentem, dada a reflexão – se me permite, Presidente, serei rápido – havida na reunião passada sobre o convite formulado ao Ministro Antonio Patriota e porque não havia ainda a confirmação de que ele viria, então se resolveu aprovar a convocação. Mas eu queria até, tendo tomado conhecimento pelo Itamaraty de que o Ministro Antonio Patriota se dispõe a vir, inclusive sugeriu quinta-feira, dia 20, às 14h30, antes que alguns Senadores se ausentem, eu gostaria de dizer que será ótimo se ele puder vir, por exemplo, nesta quinta-feira, dia 20, e que sua vinda tenha até o caráter de convite.

Sr. Presidente, me desculpe, mas foi por causa da movimentação que eu achei ser importante que V. Ex^a fizesse essa consulta com a anuência do maior número de Senadores. Assim, teríamos superado esse pequeno desentendimento. Que bom que o Ministro Antonio Patriota se dispôs a vir e com data marcada, se todos estiverem de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a vênha do Senador Agripino, na prática, acabamos de receber informação de S. Ex^a o Chanceler Antonio Patriota sobre a sua disponibilidade de estar aqui o mais rápido possível conosco. Propõe S. Ex^a quinta-feira, às 14 horas.

A consulta que faço ao conjunto dos Srs. Senadores é se nós teremos quórum, na quinta-feira, às 14 horas, para que eu não passe o constrangimento de ter S. Ex^a o Chanceler e não ter aqui a presença dos Srs. Senadores.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu acho inconveniente o horário, porque temo que o quórum seja baixo. Quem sabe V. Ex^a negocia para quinta-feira de manhã, ou então na próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Na quinta-feira pela manhã a assessoria do Chanceler nos informa que ele estará chegando do exterior às 8 horas ou 8h30, e que ficaria muito próximo para estar aqui conosco às 10 horas. Mas eu quero ouvir o conjunto dos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Então, na próxima quinta-feira, na outra quinta-feira eu acho melhor, até porque esse debate tem que ser aprofundado e com grande presença de Senadores. É importante. O que não vai ocorrer na quinta-feira, às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Parece-me ser esse o sentimento dos Srs. Senadores. Então, nós vamos combinar com a assessoria do Sr. Chanceler outra data para que possamos ter a honra de recebê-lo aqui nesta Comissão, para discutirmos os rumos do Mercosul, como está pautado. Nós vamos, então, construir, com a assessoria do Chanceler, outra data.

Devolvo a palavra, finalmente, ao Senador José Agripino para que possa dirigir suas palavras, desculpendo-me duplamente, por mim e pelo Senador Suplicy, por ter interrompido V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sem problema, Presidente.

Eu acho que a observação do Senador Luiz Henrique com relação à vinda do Chanceler Patriota é completamente procedente, porque, vejam bem, nós temos as nossas contingências. Esta semana é de festejos juninos e é a prática de que todo ano muitos dos Senadores e Deputados frequentem suas bases. Então, como o debate com S. Ex^a o Ministro se impõe e é de importância, trazê-lo para uma reunião de quórum baixo é inconveniente para a Comissão e para ele. Em qualquer circunstância, negociar outra data e outra hora é melhor do que para esta quinta-feira às 14 horas.

Eu iniciava a minha palavra ao Embaixador Denis, a quem conheço de algum tempo e de quem posso prestar um testemunho de qualificação profissional, dentro do Itamaraty, acima da média. O Embaixador Denis é um homem que goza de muito bom conceito dentro do Itamaraty. Ele ocupou cargos de grande relevância na estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores.

Ele vai para um posto que é relevante, é importante, é honroso, mas vai sob condições muito especiais, pois será Embaixador do Brasil, que é o maior País católico do mundo, junto à Santa Sé, no momento de transição, porque vamos e venhamos, eu conheci pessoalmente o Santo Padre, o Papa João Paulo II, como conheci Sua Santidade o Papa Bento XVI. Eram figuras completamente diferentes do ponto de vista da convivência pessoal, do trato pessoal.

João Paulo II era um homem de comportamento férreo. Eu tive uma audiência privada com ele. Homem muito cordato, mas seco, frio e pragmático. Foi até o fim. Foi baleado em praça pública, era um homem de convicções muito fortes, conviveu com as crises da Igreja e soube resistir. E foi no Papado até o fim.

O Papa Bento XVI, a quem conheci, eu não quero dizer que era um bisonho, mas era um homem afável, um homem muito mais comum. E ele, que pegou a carga das dificuldades que a Igreja enfrentava e ainda enfrenta, viu-se compelido a renunciar. Eu tenho uma

leitura das razões da renúncia. Pela sua estrutura, pela sua forma de agir, ele entendeu que talvez num dado momento fosse melhor que a Igreja se reunisse e escolhesse alguém com um perfil para administrar problemas tais como: a Igreja admite ou não o celibato? A Igreja admite ou não o aborto? A Igreja admite ou não a homofobia? São problemas contemporâneos que geram conflitos intestinos dentro da Igreja que não foram considerados na eleição dele com a devida preeminência com que esses fatos são tratados hoje, mas que talvez tivesse chegado a hora de os cardeais escolherem alguém que tivesse um perfil conhecido, para que pudessem ter o aval do cardinalato mundial para exercer o comando da Igreja e deliberar sobre esse tipo de assunto. São assuntos palpitantes e que ou são resolvidos ou a Igreja Católica vai entrar em processo inevitável de descendência na estrutura da quantidade de adeptos no mundo inteiro relativamente às outras religiões que são praticadas.

E a Igreja tem consciência disso e elegeu um homem que, acima de tudo, é um homem do povo. O Papa Francisco – a quem eu não conheço, ainda não tive a honra de conhecê-lo – é homem do povo, muito simples, muito modesto, mas deve ser um homem, com certeza, de grandes convicções.

E o Embaixador Denis, que vai assumir a Embaixada, na verdade, ele é, na diplomacia brasileira, o Embaixador da Santa Sé, a exemplo do que o Papa Francisco é na Igreja. Ele vai chegar para discutir com a Igreja, com o Estado do Vaticano, essas ideias que legitimaram a eleição do Papa Francisco, levando as ideias e as dúvidas do Governo brasileiro com relação a esses assuntos e outros assuntos.

A minha pergunta ao Embaixador Denis, a quem eu quero, reiterando a minha opinião, desejar muito êxito, caso venha a ser aprovado – e acho que vai ser aprovado –, é perguntar o que ele espera – claro que ele não deve ainda ter nenhum conhecimento com o Papa Francisco, mas deve ter talvez com alguns de assessores que possam transmitir o pensamento de Sua Santidade – da relação do Brasil com a Igreja, no que se refere a esses temas? Para onde vai a Igreja Católica, com relação a esses temas, sob o comando do Papa Francisco? E o que é que ele pretende – se é que o Governo brasileiro já lhe recomendou alguma postura – defender ou colocar junto à Santa Sé em relação a essas matérias e outras que se impõem?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Está franqueada a palavra aos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy. Posteriormente, falará o Senador Pedro Simon.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Acabei de ler um livro muito interessante a respeito da Guerra Fria, de um especialista, professor da Universidade Yale, John Lewis Gaddis. Nesse livro, o professor norte-americano, especialista no estudo da história da Guerra Fria, estabelece duas premissas. Primeiro; a de que não se sabe como e quando realmente começou a Guerra Fria, mas que se sabe como começou o fim da Guerra Fria. Ele atribui como fato mais marcante para a ultrapassagem desse período de corrida armamentista de grande e permanente tensão mundial, em que as grandes potências reuniram arsenal através de mísseis balísticos com ogivas nucleares capazes de eliminar a vida humana sobre a Terra 60 vezes, ele pontua como início do processo de fim da Guerra Fria a eleição de João Paulo II como Papa, que deu origem à consolidação do processo de resistência civil na Polônia com a criação do sindicato Solidariedade e tudo que ocorreu até a eleição de Lech Walesa.

A presença do novo Papa pode significar também o início de uma nova era, de uma nova era marcada pela solidariedade, pelo domínio da consciência, por um estado de justiça social e de melhor distribuição de renda. A eleição do novo Papa, entendo que é um momento em que a Igreja tem de repensar-se profundamente.

Eu vejo na minha cidade, no meu Estado, agigantarem-se igrejas pentecostais, enquanto a Igreja Católica vai perdendo terreno. Dentre outros, eu atribuo essa nova realidade de agigantamento das outras denominações religiosas ao fato de a Igreja manter a tese, o dogma – até hoje ninguém definiu direito o que é – a bula do celibato. Cada vez mais, reduzem-se as vocações sacerdotais. E uma das razões fundamentais – eu entendo – a que se atribui esse fato é a manutenção desse dogma celibatário.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Embaixador se ele vê alguma hipótese de, a curto ou médio prazo, o atual Papa proceder, liderar esse movimento no sentido de extinguir essa barreira do celibato.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço.

Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto, o senhor tem uma missão muito significativa, ainda mais com a presença do Papa Francisco aqui no Brasil no próximo mês.

Até aproveito a oportunidade, Sr. Presidente Ricardo Ferraço, para saber em que medida nós, Senadores, teremos eventualmente a possibilidade de um encontro com o Papa Francisco, e se possivelmente

o Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto puder até colaborar nessa direção. Eu não tenho a informação, mas talvez V. Ex^a já tenha, junto à Presidência do Senado, se porventura há previsão de uma delegação de Senadores que esteja em uma das cerimônias que vão acontecer, seja no Rio de Janeiro, onde haverá um encontro da Jornada Mundial da Juventude com o Papa Francisco, pois eu gostaria de lhe transmitir que tenho a convicção de que o Papa Francisco tem senso de escolha e de opções na sua própria vida, como, por exemplo, a própria escolha do nome Francisco e inúmeras atitudes de despojamento pessoal e de comunhão com aquelas pessoas que, no Planeta Terra, estejam com desvantagens no que diz respeito aos seus direitos à cidadania.

Considero que o Papa Francisco poderá ser, no diálogo com chefes de Estado e representantes do mundo inteiro, uma força catalisadora da elevação do bem-estar da população. Acredito que ele, em especial aqui no Brasil, encontrará uma afinidade muito grande com os propósitos do Governo da Presidenta Dilma Rousseff de erradicar a pobreza extrema, a pobreza absoluta, elevando o grau de justiça da sociedade brasileira. Na medida em que houver mais e mais países com esses propósitos, seja também lá na Argentina, de onde ele vem, de uma nação irmã, isso será muito positivo.

Quero desejar muito sucesso na sua missão e colocar-me à disposição como Senador, com vistas a esses objetivos que, tenho certeza, serão do Papa Francisco.

Gostaria de recomendar aos que porventura tiveram dúvidas a respeito dele, os artigos de análise sobre a vida e a postura do papa Francisco, elaborados desde que ele foi escolhido Papa pelo teólogo Leonardo Boff. Os diversos artigos que eu tenho lido de Leonardo Boff esclareceram a mim que não haveria quaisquer dúvidas sobre os compromissos progressistas e da visão que podemos esperar de ainda maior profundidade no que vai ser alcançado pelo Papa Francisco. Acho será muito importante se V. Ex^a puder nos dar, Embaixador Denis Fontes de Souza, também o seu ponto de vista sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

Antes, porém, Senador Pedro Simon, esclareço a V. Ex^{as} que nós recebemos comunicação formal do Sr. Chanceler Antonio Patriota se disponibilizando para vir à Comissão para discutirmos os rumos do Mercosul. Disponibilizou, inclusive, a quinta-feira, às 14 horas. Mas, chegamos à conclusão de que o dia

não é adequado, em razão do baixo quórum. Vamos acertar possivelmente para a semana seguinte ou para a posterior a presença aqui de S. Ex^a para fazermos o debate alvo do requerimento de V. Ex^a.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O Sr. Embaixador teve a gentileza de enviar seu secretário para conversar comigo em meu gabinete. Até mandei uma cópia da mensagem a V. Ex^a, na qual ele manifesta realmente que tem toda disposição de comparecer à Comissão. Diz com muita clareza e com muita felicidade que ele acha importante a Comissão e sua vinda à Comissão. Fiquei satisfeito, achei positivo e acho que vai ser um bom diálogo. Pelo que senti, há do lado do Itamaraty também uma preocupação no sentido desta Comissão. Não dá para dizer, talvez como eu tenha expressado na hora, que as coisas acontecem porque do lado de lá não funciona. Acho que do lado de cá também temos condições e obrigação de buscar alguma coisa, de nós tomarmos a iniciativa e não esperarmos que eles tomem a iniciativa.

Sr. Embaixador, o senhor é um homem de muita sorte. Olha, indicou o seu nome, já indicou um Papa argentino, poderia até ser gaúcho, dali do lado. Aliás, o concorrente dele era gaúcho, o cardeal de São Paulo era um dos nomes em que se falavam e era até dos mais credenciados. Mas, quando ele deu uma declaração numa entrevista que ele fez em Roma elogiando, dizendo que as coisas iam muito bem no Banco do Vaticano e que na Cúria estava tudo certo, os entendidos da matéria disseram que ali ele perdeu a indicação. Tive o prazer de conviver, de conversar e analisar com V. Ex^a e digo, com toda sinceridade: acho que V. Ex^a realmente foi um homem certo escolhido na hora certa. Quer dizer, V. Ex^a, que haverá de ter um espírito novo, uma força nova na Embaixada do Vaticano, de um modo especial, com a presença do novo Papa, terá realmente uma condição muito importante de estabelecer um diálogo, um entendimento com ele nos próximos anos.

É fácil ou difícil a missão de V. Ex^a. Se levar pelo lado protocolar, ela é fácil e simples, quer dizer, um diálogo de governo a governo, sem nada de especial, o diálogo foi sempre liberal, constante e profundo. Nós não tivemos nenhum tipo de divergência no que significasse a fé ou a maneira de exercê-la. A verdade é que o Brasil é um País mais católico, com o maior número de católicos do mundo, e também vem chamando a atenção a diminuição desses católicos praticantes. Nas pesquisas feitas, ao perguntar qual é a sua religião, o normal era se dizer: “Eu sou católico”. E isso chegou – eu me lembro de quando era criança – a um percentual elevado. Depois o cidadão já dizia católico, mas não

muito praticante. E hoje baixou impressionantemente o número de pessoas que se dizem católicas. E isso não é só aqui. O lugar aonde isso mais vem acontecendo é na Europa. Dizem que o Papa João Paulo II e o Papa Bento foram escolhidos exatamente por serem ali daquela região. A Alemanha principalmente é um país onde há maior deserção não só da Igreja Católica, mas das igrejas evangélicas. E interessante é que a análise que eles fazem é de que essas pessoas não estão saindo de uma religião para entrar em outra; estão saindo de uma religião para ir para nenhuma. Quer dizer, não é que seja católico e se torne evangélico ou coisa parecida. Não. Ele era evangélico e se tornou agnóstico ou indiferente ou coisa parecida.

Ao ouvir a manifestação do querido companheiro Luiz Henrique, também acredito que a expectativa em torno desse Papa é realmente intensa. Eu vejo nele umas reações que são meio latinas mesmo. Aquela de ele dizer que o Vaticano tem muitos homossexuais ocupando posições importantes é algo que eu não imaginava que ele diria. Poderia pensar e tomar providências, mas colocar na boca do povo e em manchetes é algo que realmente... Essa questão de ele ter nomeado cinco cardeais para estudar uma proposta, dentro de dois anos, das reformas que ele pretende apresentar sobre a Igreja, dizendo... Acho até grande humildade, eu não sei qual é o adjetivo, não tenho condições nem capacidade, porque ele é muito... Eu me lembro do que ele disse muito tímido, muito... Para não fazer aquilo sozinho, designou uma comissão de cinco cardeais para...

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – *(Fora do microfone.)*

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É isso aí. Eu achei interessante aquela manifestação dele.

Achei interessante não ter nenhum brasileiro ali, até porque ele é argentino, então tem que dar uma compensação, mas eu achei que foi... Depois alguém falou que a manifestação, essa de não botar brasileiro, foi correta. Que a Igreja brasileira, Na questão de ser mais avançada ou menos, a Igreja mais progressista ou não, qualquer indicação que ele desse poderia dar um sentido. E, talvez, nenhuma outra igreja no mundo teria a escolha de alguém, tanto esse sentido, ou é dessa linha ou é daquela. Então, não botou ninguém. Essa é a informação que eu tenho, a razão pela qual não ter sido colocado nenhum católico dentre os cinco que vão fazer essa reforma.

Mas eu creio, com toda sinceridade, por uma série de razões, nós tivemos uma época ímpar na sociedade. É a Igreja de um lado, é essa reunião que começou na segunda-feira entre o presidente americano e o presidente chinês. Dessa vez não vão se reunir

para discutir nem guerra, nem o problema da Turquia, nem o problema da Síria. Vão estudar o problema da convivência da forma como eles vão avançar um respeitando o outro. Creio que este é um momento, realmente, muito, muito, muito importante.

V. Ex^a veio hoje aqui. Se V. Ex^a tivesse vindo ontem, a gente podia dizer que as manifestações foram consequência. Mas, de qualquer maneira, podia ter vindo antes, veio depois, mas nada deixa de reconhecer que V. Ex^a vem dentro disso, que também é um fala importante.

Eu vim para cá e estava assistindo a TV Senado e vi as manifestações dos vários Senadores. Eu não sei, mas é muito difícil para nós, homens da política, nos identificar efetivamente com a sociedade. As interpretações são as mais variadas. Eu recebi uma delas como um passo muito importante. Então, nós podemos voltar a pensar na democracia, como na Grécia, o povo nas ruas, a democracia direta, com o povo votando e discutindo. Mas que, ontem, foi um dia que caminhou nesse sentido, foi. Ontem foi um dia em que se vê que o povo foi às ruas reivindicar aquilo que nós reconhecemos que deve ser feito. Aumento da passagem, cá entre nós, foi o mais insignificante. Foi o motivo que tinha que ser? Pode ser. Agora, a imposição do combate à corrupção, que eles disseram, com todas as letras, a cobrança que eles fizeram da classe política, eu achei muito importante.

Se nós repararmos, no início, o movimento foi absolutamente pacífico. Eu acompanhei pelas várias televisões, os homens da imprensa faziam questão de chamar a atenção para o detalhe de que era uma manifestação pacífica de ambos os lados. Dizia o homem da TV News, que eram 100 mil pessoas, na Avenida Rio Branco e nas ruas do Rio de Janeiro, e que toda a caminhada era absolutamente tranquila por parte dos que estavam caminhando. E a Polícia estava absolutamente tranquila, olhando a distância, o mais possível a distância. No final, aconteceram – havia gente de alguns partidos radicais – alguns incidentes, quando entraram no Palácio Tiradentes, e, aqui, subiram no Congresso, mas não deixa de se reconhecer que foi uma manifestação muito significativa e muito positiva. Eu acho que a vaia... Veja como a vida nos reserva surpresas. A tese generalizada é que não tinha lógica fazer um ginásio de esportes como foi feito aqui em Brasília, pelo fato de que a cidade não comporta. Até hoje, as maiores torcidas, as maiores populações que compareceram ao estádio do Gama e de Brasília, Brasília e Brasiliense, eram sete, oito nove mil pessoas. E fizeram um estádio para 70 mil pessoas, igual ao do Rio de Janeiro.

Eu fui um dos que vi com simpatia isso. Houve várias críticas feitas, e eu disse: “Não, é a Capital da República, tinha que se fazer um ato que vai viver para o futuro, vai caminhar adiante”. Mas aquela reação, aquela vaia manifestou que o povo está vendo o que nós estamos vendo. Não há 5% de uma verba dessas destinada à saúde; não há 5% de uma verba dessas destinada à educação aqui em Brasília. E o povo, então, fez aquilo que realmente deve ter chocado muito a Presidente, como me chocou, porque nunca imaginei que aquilo aconteceria. Mas realmente foi a demonstração disso, quer dizer, de repente, o Brasil, o novo no Brasil... Até ontem, o novo no Brasil era a Taça das Confederações, a Copa do Mundo, a vinda do Papa com milhares de jovens do mundo inteiro. Mas a verdade, a verdade é que nós estamos longe daquilo que deveríamos ter feito.

O lamentável, Sr. Embaixador, é que o nosso Congresso aqui no Brasil é um Congresso de muito pouca ação com independência. Nós praticamos uma forma de governo onde a democracia no Brasil é real, ela existe, os partidos políticos existem e funcionam, mas eu diria que tudo é de mentirinha. Os partidos não têm poder! Os partidos não representam coisa alguma, nem de ideia, nem de conteúdo. Nada mais parecido, em minha opinião, do que os oito anos do governo Fernando Henrique, do PT, do que os oito anos do governo Lula, também do PT. Se formos analisar o contexto, é a mesma coisa, a mesma fórmula, moralmente a mesma maneira de governar. O trato do Governo é o mesmo: troca-troca.

Governabilidade é o governo que o mundo aprendeu a respeitar e que teve o grande esplendor na Espanha, onde se derrubou o ditador Franco e se estabeleceu uma fórmula exatamente dessa convivência. No Brasil, a governabilidade é a seguinte: o Governo pega o ministério, o partido ganha o ministério e vota com o Governo. Eu estou mais ou menos irritado, vem o Governo, pega três das minhas emendas que são importantes para mim e aprova as emendas; e eu voto com ele. Essa é a maneira de conduzir, normal, tranquila. E se chegou a 39 ministérios hoje exatamente porque nós temos 30 partidos, e todos têm que ter um ministério ou coisa parecida.

Então, V. Ex^a vai para um local muito importante e, eu acho, vai viver um momento muito significativo na Europa. Aliás, eu tive o prazer de conviver, de conversar com V. Ex^a, e me impressionou a competência, o espírito público, a grandeza, a firmeza do seu raciocínio. Eu creio que foi muito feliz para nós os desígnios do destino. V. Ex^a, um homem do seu estilo, com a sua competência, com a sua maneira de ser, convivendo lá. Tudo leva a crer que Francisco será diferente. Embora

ele seja franciscano só no nome, e jesuíta na realidade, todas as informações que temos são de que na prática ele é um grande franciscano. Morava, como Cardeal Arcebispo de Buenos Aires, num apartamento pequeno, simples, em Buenos Aires, não morava no palácio. Andava com uma batina a mais modesta, desprezava o carro de cardeal e andava de metrô e de ônibus.

V. Ex^a deve ter lido, e eu li, a entrevista do chefe do judaísmo na Argentina, seu grande amigo – diz ele que é seu maior amigo. E a convivência dos dois e a fórmula dos dois dialogarem, a fórmula dos dois se respeitarem, eu nunca tinha visto, embora eu conheça muitos judeus que se identificam muito com a gente, e aquela parte de que se não aceita Jesus no fim fica tudo meio misturado, porque entendo na discussão do cristianismo o que é, e é o mesmo caminho, a mesma coisa. Fiquei impressionado com a maneira que ele falou da forma de entendimento dos dois, de como eram os dois e do que eles realmente sentem em relação a isso.

Fiquei muito emocionado assistindo a todo o trabalho da coroação, quando ele disse que ele não sabia e não tinha nem pensado ainda qual o nome que ele escolheria para ser o seu nome. E estava ali com um cardeal, também bispo de São Paulo, Cardeal Hummes, que estava fazendo uma torcida para ele desde o início. Quando ficou mais ou menos certo que era ele que ia ganhar, o Cardeal bateu nas costas e disse: "Não te esqueças dos pobres". Aí ele escolheu o nome Francisco.

Acho que os senhores vão se dar muito bem. Quando o senhor estiver lá, dá um abraço nosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra a S. Ex^a para oferecer resposta aos questionamentos dos Srs. Senadores.

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar eu não poderia deixar de agradecer aos Senadores José Agripino, Luiz Henrique, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, pelas palavras gentis de apoio e, sobretudo, pelos votos de boa sorte.

Eu não tenho dúvida do desafio que é representar o Brasil junto à Santa Sé. Se mais não fosse por ser um cargo em que se exerce a função de embaixador numa instituição que tem um poder espiritual e um poder temporal.

Quando se lê a história da Igreja, não se pode deixar de ver que a igreja dos homens é aquela que sempre enfrenta desafios. A igreja espiritual tem sempre respostas para esses desafios, e efetivamente a história da igreja é uma história de crises. A atual crise não é menor do que a crise que a Igreja enfrentou

na época da Reforma. Tampouco é menor que o que a Igreja teve que enfrentar quando das invasões dos bárbaros à cidade de Roma.

Então acredito que os desafios que a Igreja enfrenta hoje, são desafios que o conclave, diante da renúncia do Papa Bento XVI, efetivamente escolheu um homem que tem tudo para dar respostas revolucionárias. Desde 741 que a Igreja não tinha um Papa não europeu.

O Papa Francisco é um homem que, como argentino e latino-americano, enfrentou na vida todas as crises, nas nossas crises continentais, períodos ditatoriais, períodos de democracia, períodos de estabilidade econômica, períodos de enorme inflação. Ele é um homem que como sempre viveu como pároco tem um contato muito grande com o povo.

E uma das coisas que me impressionaram nas minhas leituras para essa sabatina é que o Papa Francisco já recebeu quatro presidentes latino-americanos: a Presidenta Dilma, a Presidenta Kirchner, o Presidente Maduro e o Presidente Mujica do Uruguai. A todos eles ele entregou, como um dos presentes, um exemplar do relatório da V Conferência do Celam – Conselho Episcopal Latino-Americano em Aparecida, em 2007. E ele, o Cardeal Bergoglio, foi o relator oficial da Conferência. Esse relatório final de Aparecida, os grandes pontos que enfoca são as questões da migração, os efeitos sociais da globalização, a pobreza, a violência e o narcotráfico. Ou seja, é uma postura extremamente consciente dos desafios que a sociedade mundial enfrenta e que os cristãos e os católicos enfrentam.

Por outro lado, também, eu não posso deixar de ver o Papa Francisco como um jesuíta: o primeiro jesuíta a ser Papa na história da Igreja. E os jesuítas são conhecidos como detentores de uma refinada técnica missionária. Por outro lado, é uma ordem que conhece bem a ordem da Igreja e a ordem do estado.

A impressão que se tem é que muita coisa surgirá de novo nos próximos tempos. E eu acredito que enfrentar esses desafios – aliás, o Senador Luiz Henrique mencionou a questão do celibato.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Peço desculpa ao Sr. Embaixador, mas sou informado que, em instantes, iniciaremos a Ordem do Dia e, se isso acontecer, temos de interromper a nossa reunião. Então, talvez pudéssemos proceder ao processo de apuração, para não perdermos a oportunidade e, em seguida, continuaremos com a sabatina de S. Ex^a.

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Faça essa intervenção para que não

percamos a oportunidade de concluirmos aqui o nosso processo de sabatina.

De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado, a reunião da Comissão será transformada em secreta, para que nós possamos proceder não apenas ao escrutínio, mas ao direcionamento de algum questionamento de ordem reservado que alguns dos Srs. Senadores ou Sr^{as} Senadoras queiram fazer ao Sr. Embaixador.

Solicito ao Senador Eduardo Suplicy que possa atuar como secretário e escrutinador, aproveitando, aqui, o Senador Pedro Simon para ajudar o Senador Eduardo Suplicy.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 16 horas e 31 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 34 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Está reaberta a reunião.

Comunico a aprovação do nome Sr. Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto, por 11 votos, portanto, unanimemente.

Devolvo a S. Ex^a a palavra para que possa concluir o raciocínio e a reflexão que fazia em relação aos desafios da missão brasileira junto ao Vaticano.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – Muito obrigado, Sr. Senador.

Efetivamente, para concluir, diz uma das considerações de um vaticanólogo irlandês que hoje em dia, na Cúria, há duas grandes tendências: a tendência dos defensores da fortaleza, e uma outra, a dos construtores de pontes. E eu acredito que o resultado do último conclave foi uma clara vitória, muito seguramente inspirada pelo Espírito Santo, dos construtores de pontes, aqueles que saberão enfrentar o novo milênio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Eu que agradeço a V. Ex^a e o cumprimento, desejando-lhe êxito, muito sucesso e felicidades.

V. Ex^a, como disse aqui o Senador Pedro Simon, é um homem seguramente de muita fé e a fé produz resultados extraordinários na vida pessoal de todos nós.

Ter a oportunidade de chefiar missão diplomática brasileira junto ao Vaticano, num momento como esse em que estamos todos ávidos por essas reformas, e acho que esse sinal foi dado pelo conclave dos cardeais quando escolheram um Santo Padre do perfil pessoal, das características pessoais, não apenas de seus discursos e homilias, mas da sua prática diária e cotidiana como jesuíta, então, V. Ex^a está à frente de um desafio extraordinário, para o qual desejamos todo sucesso do mundo. E desde já formalizo a V. Ex^a

, em nome dos Senadores, solicitação para que V. Ex^a possa levar uma comissão de Senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para uma audiência privada com Sua Santidade o Papa Francisco.

Atendendo a requerimento do Senador Pedro Simon, vamos também submeter à Comissão urgência para que esta matéria possa ser submetida ao Plenário e possamos, no plenário, concluir o processo de indicação de V. Ex^a.

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – V. Ex^a quer fazer uso da palavra ainda? *(Pausa.)*

O SR. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO – Não, muito obrigado.

Muito obrigado por suas palavras, Presidente. Eu só queria confidenciar algo que também é muito demonstrativo do espírito do Santo Padre: é que o nosso ex-embaixador no Vaticano ao se despedir do Papa Francisco, na semana passada, a primeira coisa que o Papa perguntou para o embaixador foi: “É verdade, embaixador, o que eu ouvi falar, que dizem no Brasil que o Papa é Argentino, mas que Deus é brasileiro?”

Então, era só um lado curioso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Muito obrigado a S. Ex^a. Toda sorte do mundo nessa sua nova missão.

Temos ainda aqui dois requerimentos para serem aprovados.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 41, de 2013

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 023/2013 aprovado nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a inclusão do seguinte convidado para a audiência pública a ser realizada com intuito de debater as relações comerciais no âmbito do Mercosul: Sr. Ivan Ramalho, Alto Representante-Geral do Mercosul.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão do Dr. Ivan Ramalho, Alto Representante do Mercosul para participar dos debates aqui em nossa comissão.

Também Requerimento de nº 38, para ser retificado: Missão de Senadores ao invés de Comissão Temporária Externa destinada a verificar o não-cumprimento bilateral do acordo firmado entre o Governo brasileiro e a República venezuelana.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 38, DE 2013**

Requeiro, nos termos do art. 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Missão de Senadores, composta de 03 (três) membros, destinada a verificar, in loco, o não cumprimento bilateral do acordo firmado entre o Governo brasileiro e a República venezuelana que estabelece zona non-aedificandi na fronteira entre os respectivos países.)

Não havendo nada mais a tratar, vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 39 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e três minutos do dia vinte de junho de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, João Alberto Souza, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à **PAUTA**: Audiência Pública, para debater acerca da solicitação da empresa americana Amazon, com Incorporação de registrar domínio na internet utilizando o termo AMAZON. O Presidente convida a compor a Mesa o **Embaixador Benedicto Fonseca Filho**, Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores – MRE; **Virgílio Augusto Fernandes Almeida**, Re-

presentante do Comitê Gestor de Internet no Brasil – CGI; **Percival Henriques**, Presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital – ANID; e **Everton Lucero**, Representante da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números – ICANN no Brasil. O Presidente passa a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin. Em seguida o Presidente concede a palavra a cada um dos convidados, que fazem suas exposições. O Presidente convida a compor a Mesa o Embaixador **Robby Ramlakhan**, Secretário-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA.

Usa a palavra o Senador, não membro desta Comissão, Eduardo Braga. Às nove horas e cinquenta e nove minutos, assume a Presidência a Senadora Vanessa Grazziotin e registra a presença do Conselheiro da Embaixada da Venezuela, Carlos Julio Ron; do Secretário Carl Lijong, do Suriname, da Embaixada do Suriname; e da Secretária Marissa Carmichael, da Embaixada da Guiana, bem como concede a palavra ao Embaixador **Robby Ramlakhan**. Às dez horas e onze minutos o Senador Ricardo Ferraço reassume a Presidência e menciona a presença da Ex^a Sr^a Maria Elvira Pombo, Embaixadora da Colômbia. Usam a palavra as Senhoras Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, e o Senhor Senador Luiz Henrique. Os expositores fazem suas considerações finais. O Presidente designa a Senhora Senadora Vanessa Grazziotin para consolidar as contribuições apresentadas e elaborar um posicionamento da Comissão sobre esse tema. **EXTRAPAUTA: ITEM 1 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 40, DE 2013**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina, assinado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Luiz Henrique, que profere o relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação do Projeto. **ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 448, DE 2013**, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de apoio e solidariedade aos membros da Organização de Tratado da Cooperação Amazônica – OTCA, por meio do Chanceler brasileiro, Ministro Antônio Patriota e dos senhores Ministros das Relações Exteriores dos países membros da OTCA, pela defesa da soberania e dos interesses e direitos presentes e futuros dos povos amazônicos e de sua inclusão na sociedade de informação, com relação à intenção da

empresa online norte-americana Amazon.com de registrar o domínio do primeiro nível de “.amazon”, sem o devido consentimento dos países amazônicos.” O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Ana Amélia, que profere o relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da Matéria. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e quarenta e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

Notas Taquigráficas

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Muito bom dia, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores. Muito bom dia a todos que nos acompanham pela TV Senado.

Na Comissão Permanente de Relações Exteriores e Defesa Nacional, estamos abrindo os nossos trabalhos. Teremos hoje duas importantes audiências públicas. A primeira delas destina-se à realização de audiência para debater acerca da solicitação da empresa americana Amazon.com Incorporação de registrar domínio na Internet o termo “amazon”.

Esse requerimento é em atendimento à solicitação da Senadora Vanessa Grazziotin, a quem eu gostaria de convidar para que pudesse estar conosco à Mesa ou no plenário, como V. Ex^a decidir, mas o meu propósito, ao anunciar os nossos convidados, é que eu vá para o plenário e que V. Ex^a possa dirigir os trabalhos desta audiência pública pelo empenho que teve, pela dedicação que teve para a condução dos trabalhos. Eu terei enorme prazer em estar sentado no assento de V. Ex^a e terei muita alegria se V. Ex^a aceitar o convite para coordenar os trabalhos aqui na nossa Comissão de Relações Exteriores.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, se me permite, eu agradeço muitíssimo a deferência que V. Ex^a faz, mas eu acho que seria importante que V. Ex^a a conduzisse. Eu vou me sentir muito satisfeita com a condução de V. Ex^a, que tem sido primorosíssima.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Manda quem pode e obedece quem tem juízo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Imagine, eu faço questão de ficar aqui. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Vamos, então, fazer o convite a todos os nossos convidados para que possam estar à Mesa conosco.

Convido S. Ex^a o Embaixador Benedicto Fonseca Filho, Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores. Convido o Dr. Virgílio Augusto Fernandes Almeida, representante do Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI). De igual forma, o Sr. Percival Henriques, Presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital (ANID). De igual forma, o Dr. Everton Lucero, representante da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN).

Agradeço muito a presença e a disponibilidade do tempo de todos os senhores para que pudéssemos e possamos estar aqui na Comissão de Relações Exteriores fazendo um exercício relacionado a esse tema, fazendo, inclusive, um aprofundamento e uma abordagem acerca de todos esses cenários.

Para a abertura dos nossos trabalhos, eu vou passar a palavra a nossa autora do requerimento, a Senadora Vanessa Grazziotin, para que ela possa, se desejar, fazer um alinhamento do tema que estamos aqui debatendo, suas razões, seus princípios, suas consequências e a importância de o Senado da República e de a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se posicionarem em relação a esse tema que tem tudo a ver com a nossa história, tudo a ver com a nossa origem, tudo a ver com esse grande patrimônio que é a nossa Amazônia.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Ferraço.

Eu, mais uma vez, quero ser muito econômica, porque temos hora inclusive. A partir das 10h30, teremos a presença do Ministro Patriota. Portanto, temos um limite e seria importante que pudéssemos ouvir todos os convidados, que são as pessoas mais qualificadas para falar sobre o tema, Sr. Presidente.

Eu só gostaria de registrar, formalmente, aqui na Comissão de Relações Exteriores, que, no dia de ontem, nós fizemos o lançamento de uma campanha que não tem dono, é uma campanha ampla, em que esperamos envolver a sociedade brasileira e que a sociedade dos outros países que compõem o Bioma Amazônico também estejam envolvidos no sentido de obter um número significativo de assinaturas contrárias ao pleito da empresa Amazon.

Então, fizemos, ontem, aqui, no Senado, o lançamento dessa página da Internet, que tem um *link*. O

link é: www.nossaamazonia.org.br. Várias entidades já vão colocar *links* nos seus *sites*, nas suas páginas, no Facebook, na Internet. Seria importante que o senhor fizesse isso também.

Temos aqui, na Comissão, Senadora, um requerimento de minha iniciativa. É um requerimento que deverá expressar a posição formal da Comissão contrária a esse pleito da empresa privada Amazon, para uso exclusivo do termo. A Senadora Ana Amélia, Relatora, já está com o relatório pronto. Assinou-o ontem e me mostrava o relatório ontem.

Então, acho que, assim como os países, através dos seus Ministérios de Relações Exteriores, já se manifestaram formalmente, acho que seria importante que o nosso Parlamento, através desta Comissão, que V. Ex^a dirige com tanta competência, também tomasse uma posição.

E quero dizer somente o seguinte: na reunião, ontem, que fizemos, alguém falou, não me lembro exatamente quem, acho que foi o Dr. Glaser, que está aqui. Dr. Glaser, sente-se aqui do meu lado! O Dr. Glaser é Secretário Executivo do CGI, que é o Comitê Gestor da Internet no Brasil. Ele dizia que a Amazônia não é só a indicação de uma região geográfica. É muito mais do que isso. Ela é sinônimo de uma história, é sinônimo de uma cultura, é sinônimo de costumes não só do povo brasileiro. É também do povo peruano, boliviano, guianense, colombiano, do Suriname, dos oito países que compõem a Amazônia.

Então, era isso o que eu tinha a dizer. No mais, agradeço muito a dedicação de V. Ex^a, com quem tenho conversado e sei que está inserido na luta também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sem mais delongas, para aproveitamento do tempo, concedo a palavra ao Sr. Virgílio Augusto Fernandes Almeida, representante do Comitê Gestor da Internet no Brasil, para sua manifestação.

Em princípio, nós poderíamos começar, como primeira rodada, com dez minutos para cada um, e, em seguida, faríamos aqui um debate, faríamos aqui um encontro das manifestações e a busca de caminhos para a proteção deste patrimônio absolutamente sul-americano, chamado Amazon.

A palavra é de V. S^a.

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA – Bom dia a todos!

Eu queria cumprimentar, inicialmente, o Senador Ricardo Ferraço e a Senadora Vanessa Grazziotin e agradecer o convite para participar desta audiência pública sobre a questão da Amazon.

O meu intuito agora é colocar rapidamente uma conceituação da questão, para que as pessoas que

não estejam tão familiarizadas com o ponto possam ver quais são as implicações dessa questão.

O objetivo aqui é simplesmente mostrar os conceitos associados à questão do nome de domínio, a importância disso, e essa é uma questão certamente afeta ao Comitê Gestor da Internet. Nós temos aqui o Prof. Glaser, que também é Secretário do Comitê, e outros Conselheiros, como Percival e o Embaixador Benedito.

Por favor, o próximo.

O que é este nome? Na Internet, existem dois recursos fundamentais: os nomes e os números desses nomes. Os nomes são quando, por exemplo, nós usamos www.bb.com.br (Banco do Brasil). Se nós estivermos aqui em Brasília ou se estivermos em Hong Kong, ao fazermos a referência a esse *site*, nós teremos exatamente o *site* correto. Então, existe uma tradução do nome para o número, que é o número IP. Portanto, esse nome tem uma composição: www.dominio.com. Então, nesse exemplo, o .com é o domínio genérico de primeiro nível, ou o nível de topo. Domínio é o segundo nível e nome é o terceiro nível.

Próximo, por favor.

Mais um, por favor.

No caso do Senado, ali temos: legis.senado.gov.br. O .br é o primeiro nível; nesse caso, com o código do País, que é o Brasil. O segundo nível é o .gov, que engloba todas as instituições e unidades do Governo brasileiro, o Senado; e o terceiro nível, essa comissão legislativa, “legis”.

Essa é a ideia dos nomes. Os nomes têm que ser reconhecidos em qualquer parte do Planeta. Então, nós vamos mostrar que o nome é o referencial, é aquela referência que nos leva a um determinado conjunto de informações, que é, neste caso, legis.senado.gov.br.

Para que esses nomes sejam traduzidos, ou seja, em qualquer lugar do mundo que se entre com determinado nome, esse nome tem que levar à informação correta. O processo de tradução é feito justamente, vamos ver, por um conjunto de referências, que é o chamado DNS. Ainda nessa questão dos domínios, nós temos o nome raiz, que é o domínio de nível superior, aquele a que estamos acostumados, ou o de países – por exemplo, senado.gov.br, em que “br” é o último nome – ou um domínio genérico, como [amazon](http://amazon.com). com ou, por exemplo, ford.com. Os nomes genéricos, hoje da ordem de duas dezenas, foram alterados há alguns anos, com a proposta e a adoção do uso de nomes genéricos nesse último nível. A esse último nível, em que temos .br ou .ar, de Argentina, ou .be, de Bélgica, vamos adicionar nomes genéricos, que podem ser pleiteados por empresas e por outras instituições.

Esses nomes genéricos podem ser nomes de cidades, nomes de marcas, nomes de comunidades, nomes de regiões. Quando isso foi proposto, de certa maneira, houve uma antecipação dos problemas que ocorreriam justamente por causa da confusão que os nomes podem gerar. Por exemplo, se falarmos de .rio, claramente todos pensarão na cidade do Rio de Janeiro. Mas se falarmos de .patagônia, estaremos nos referindo à região geográfica da Argentina, no sul da América do Sul, ou, por exemplo, uma empresa comercial que se chama Patagônia. Em relação aos nomes genéricos, os problemas gerados por essa confusão, por essa ambiguidade, foram antecipados, mas houve uma decisão de colocá-los como disponíveis.

Pois bem. Para que esses nomes sejam claramente traduzidos, ou seja, ao usarmos www.senado.gov.br, esse nome tem que ser traduzido num endereço, um conjunto de números que representam esse endereço na Internet, o que seria similar, fazendo uma analogia com o nosso sistema físico de correio, ao *zip code* mais o endereço da rua ou do edifício em que está localizado. Esse sistema chamado DNS é que faz justamente a tradução dos nomes em números, e é organizado e gerenciado pela ICANN, que é uma organização privada que tem o mandato do governo americano para fazer a gerência dos nomes.

No Brasil, os registros de nomes .br, ou seja, bb.com.br ou caixa.com.br ou senado.gov.br, todos esses nomes que têm .br no final são nomes registrados através do NIC, entidade ligada ao Comitê Gestor da Internet, que é o órgão que faz a governança da Internet no Brasil e que foi criado, inicialmente, em 1995, e, posteriormente, atualizado por um decreto da Presidente, em 2003. Assim, esse órgão gestor da Internet no Brasil, é importante que se diga, é um dos mais modernos em termos de governança da Internet. É um órgão multissetorial, com 21 representantes: representantes de governo, representantes dos setores privados, das indústrias, representantes das organizações não governamentais e representantes da academia. Diga-se de passagem, é um órgão amplamente democrático, porque nenhum dos setores participantes nem o Governo tem a maioria dos votos. Então, todas as resoluções relativas à governança da Internet são obtidas por um consenso mínimo. Há todo um processo democrático de chegar-se às resoluções da governança da Internet no Brasil.

Próximo, por favor.

O que é um registro? Há uma empresa que faz esses registros. Esses nomes podem ser solicitados. No caso brasileiro, são solicitados ao nic.br, e os nomes fora do domínio .br podem ser solicitados a várias empresas que fazem esses registros mundo afora.

Essas empresas têm um acordo com a ICANN, de que vão ser explicados, posteriormente, alguns detalhes a mais. Existe um grande arquivo, uma base de dados que tem todos esses nomes e que define essa possibilidade de traduzir o nome em endereços em IP.

Próximo, por favor.

O que são os domínios? Esses novos domínios genéricos são justamente essa possibilidade de, em vez de termos os países ou alguns poucos nomes como .com, .gov, ou .mil – de militares –, termos qualquer tipo de nomes. Daí surge essa confusão que leva à questão da Amazônia.

Existe uma empresa, que é a Amazon.com, uma empresa global conhecida, talvez uma das maiores empresas globais em termos de Internet e que, inclusive, já opera no Brasil com o nome Amazon.com.br. Isso não gera nenhum conflito, porque, claramente, quem vê o nome amazon.com.br já sabe que se trata de uma empresa comercial. O que eles estão pedindo é que seja concedido o nome .amazon, que aí confunde: é uma empresa comercial ou se refere à Região Amazônica? Daí a necessidade e a posição do Governo brasileiro, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério das Relações Exteriores e do Comitê Gestor da Internet, de solicitar à ICANN a objeção ao uso do nome .amazon pela empresa.

O objetivo é que este nome .amazon seja um nome preservado como os nomes geográficos, como Brasil, como Rio de Janeiro. Então, é este o nosso objetivo: que o nome seja preservado porque a concessão desse nome a uma empresa privada pode gerar dúvidas nas comunidades afetadas, por exemplo, não só na Região Amazônica brasileira, mas na peruana, na colombiana, na venezuelana, que têm amazon como a região central que congrega toda essa biodiversidade, a cultura local. Então, é este o nosso objetivo aqui: trabalhar junto à ICANN para que esse nome não seja concedido à empresa Amazon; seja preservado, seja congelado o domínio .amazon.

Eu vou parar por aqui porque devo preservar o tempo para os outros.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Para dar sequência ao que V. S^a apresentou, vou conceder a palavra, portanto, ao Sr. Everton Lucero, representante da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN) no Brasil.

A palavra é de V. S^a.

O SR. EVERTON LUCERO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Senador Ricardo Ferraço, Senadora Vanessa Grazziotin, agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui nesta reunião e acredito que a contribuição que tenho a dar complementará o que o

Prof. Virgílio acaba de nos apresentar. Na verdade, ele poupou bastante o meu trabalho, creio que nem sequer precisarei utilizar todo o tempo que me está disponível.

Creio que está bastante claro qual é a estrutura geral de nomes e domínio e como isso é gerido. O que eu gostaria de dizer, então, é diretamente a respeito do processo atual de expansão da raiz do sistema de nomes e domínio mediante a introdução de novos nomes e domínio de primeiro nível, que é o processo que se encontra em curso atualmente.

O processo foi uma decisão tomada depois de anos, na verdade, em torno de oito a nove anos de discussões no âmbito da ICANN.

Para aqueles que não estão familiarizados, a ICANN é uma entidade sem fins lucrativos com sede no Estado norte-americano da Califórnia, que justamente tem o mandato de fazer essa coordenação de nomes e números na Internet, como foi explicado. E o funcionamento do processo decisório e de elaboração de políticas na ICANN segue também o modelo segue também o modelo multissetorial, a exemplo do que foi dito, que é o modelo adotado pelo Brasil, para a gestão da Internet no Brasil, por meio do Comitê Gestor da Internet.

A ICANN é uma entidade aberta. Esse eu acho que é um aspecto interessante anotar. Trata-se de uma plataforma para a qual convergem os diversos setores interessados no tema, tanto da sociedade civil quanto governos, quanto setor privado, quanto a comunidade técnica. Ou seja, todos aqueles setores que, de alguma forma, se sentem afetados ou têm interesse em colaborar para criar essa decisão coletiva que, então, é encaminhada dentro dos ritos próprios dessa entidade.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma organização *sui generis*. Ela é muito peculiar, é nova e ela, de certa forma, tenta responder à necessidade que existe para a coordenação, em nível global, dessa ligação, identificação de números e nomes na Internet, que é na verdade um dos poucos elementos que de fato necessitam dessa coordenação. A Internet, como os senhores sabem, se baseia num modelo distribuído, em que a inteligência do sistema, os aplicativos, o *software* que é desenvolvido para operar na rede situa-se na periferia do sistema, sem a necessidade de passar por uma autoridade central, que controle esse sistema. No entanto, para que os computadores possam localizar uns aos outros e as nossas mensagens de *e-mails* e acessos a páginas possam chegar ao seu destino e possam retornar aos nossos computadores, é preciso um mínimo de coordenação, que é justamente a ligação entre os nomes de domínio e os endereços IP, e cada máquina tem o seu particular.

Dito isso, e após a explicação da diferença entre nomes de domínios por países, de duas letras, e nomes de domínios genéricos, de três ou mais letras, esse processo de elaboração de políticas a que me referi, ao longo de anos, chegou, enfim, à conclusão de promover mais uma expansão da chamada raiz do sistema, mediante a introdução de novos nomes de domínios. Isso seguiu algumas diretrizes gerais e que foram amplamente debatidas na comunidade. Gostaria de mencionar, a título exemplificativo, algumas delas.

A primeira é: percebe-se que onde a Internet cresce mais no mundo, hoje, é no mundo em desenvolvimento. Todos sabemos que o próximo bilhão de internautas virá da África, virá da América Latina, virá da Ásia. Então, havendo essa consciência, há também a necessidade de que o acesso dessas populações possa se dar de um modo que esteja ligado ao seu próprio modo de expressão cultural e à sua geografia e ao seu entorno e à sua circunstância. Isso se torna mais difícil no momento em que os nomes de domínio usem caracteres unicamente ocidentais, latinos, como foi explicado. Então, um dos motivos principais, aliás, para permitir a expansão seria introduzir nomes de domínio na raiz do sistema que são chamados internacionalizados, seja em cirílico, seja em árabe, seja em mandarim ou em alguns dos alfabetos da Índia, enfim, para permitir justamente essa expressão das identidades locais e regionais e, assim, estar em passo com a expansão do sistema.

Por outro lado, também se buscava promover a competição na oferta dos serviços de registro, o qual muitos argumentavam estavam excessivamente concentrados em torno dos nomes existentes, sobretudo, os .com, .org, que são os mais conhecidos e que estão delegados a poucos atores e com uma atuação global.

Havia também a intenção de ampliar a escolha do usuário, do consumidor e de fomentar a diversidade geográfica, cultural e de provedores de serviço nesse ramo de nomes de domínio. Então, criou-se um processo que foi detalhadamente estudado e discutido, em que no ano de 2012, de janeiro a abril, um período de três meses foi aberto para inscrições. Nesse prazo, 1.930 candidaturas foram apresentadas. Amazon é uma delas. Total de 1.930. Cada um desses pedidos está sendo avaliado. Não houve, ainda, decisão sobre nenhum deles.

Há um processo em curso, de acordo com as regras previamente estabelecidas. O primeiro passo desse processo é uma avaliação inicial de cada pedido, que está prevista para ocorrer até o final de agosto deste ano e tem por objetivo analisar os critérios de capacidade financeira, capacidade técnico-operacio-

nal, não similaridade com os nomes, com os termos já existentes. Isso é o que está sendo feito no momento.

Paralelamente ao processo de avaliação inicial, abriu-se também uma janela para objeções. Ou seja, aquelas partes que se sentirem lesadas pelos pleitos feitos especificamente por qualquer uma das entidades que apresentaram esses pedidos têm, então, também a oportunidade de se manifestar. Nós estamos justamente nessa fase.

O papel dos governos.

Aos governos também lhes foram dadas duas oportunidades de contribuir para esse processo para análise dos pedidos concretos. Pela primeira, chamada de “aviso prévio”, em inglês *early warning*, qualquer governo ou grupo de países poderia manifestar-se, em determinado momento, contra determinado pedido que, no seu entendimento, em nome do interesse público, fosse considerado desmedido e não devesse ser concedido.

No caso do .amazon, há o registro de que Brasil e Peru apresentaram esse aviso prévio. O aviso prévio em si não significa um veto, mas um aviso prévio, exatamente o que o nome diz, que aquele que está pleiteando o nome saberá, previamente, que há uma intenção, uma preocupação a respeito daquele nome.

Para terminar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, quanto aos nomes geográficos, há vários motivos que podem embasar objeções. Uma das objeções, talvez a principal delas, que é a objeção de comunidade – talvez se aplique nesse caso –, está prevista nas regras e tem critérios para análise. Eu vou, brevemente, listá-los aqui. São quatro: primeiro, que a comunidade que está objetando esteja claramente delineada; segundo, que haja uma oposição substancial; terceiro, que haja uma forte associação ou identificação entre a comunidade e o termo que foi solicitado; e, quarto, que haja um detrimento, um prejuízo material aos direitos ou interesses legítimos de uma porção significativa dessa comunidade.

Então, com base nesses critérios é que os pedidos de objeção serão avaliados. Houve um pedido de objeção feito pela figura do objetor independente. Um professor francês chamado Alain Pellet, como o próprio nome está dizendo, é independente em relação ao processo ICANN e tem o objetivo de apresentar esses pedidos de objeção em base no interesse público global. Ele o fez com relação ao .amazon. Este é um processo que está em andamento e precisa ser resolvido antes que se avance no âmbito da ICANN em matéria de consideração do nome.

Só para finalizar, Sr. Presidente, na próxima reunião da ICANN, que se realizará na cidade de Durban, na África do Sul, de 14 a 17 de julho, os governos que

se reúnem juntamente no Comitê Assessor Governamental terão, novamente, uma oportunidade de chegar a consenso em torno de quais nomes não gostariam de ver incluídos na raiz do sistema. Já fizeram isso para alguns casos, como, por exemplo, .africa, .gcc, que se refere ao Conselho de Cooperação do Golfo, houve consenso dos governos para que eles não fossem aceitos. Esse consenso foi totalmente encampado pela ICANN, e já está, enfim, descartada a possibilidade desses nomes.

Infelizmente, os governos não chegaram, na reunião anterior, a um consenso com relação a outros nomes. Há outros, além de .amazon, que estão sendo considerados. Mas a orientação foi no sentido de que se aguardasse a próxima reunião dos governos, que será realizada em Durban em julho, para que, então, os governos pudessem considerar o assunto.

Com isso, Sr. Presidente, concluo minha fala e digo que procurei delinear aqui as oportunidades que o próprio processo em si apresenta para a consideração do assunto de acordo com as regras que foram elaboradas pela comunidade da qual, aliás, o Brasil, o Comitê Gestor e o Governo brasileiro também fazem parte, que é a comunidade ICANN.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Everton Lucero, representante da ICANN no Brasil.

Passo a palavra ao Sr. Percival Henriques, Presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital (Anid).

A palavra é de V. S^a por dez minutos.

O SR. PERCIVAL HENRIQUES DE SOUZA – Bom dia a todos e a todas!

Senador Ferraço; Virgílio, Secretário do MCTI e Coordenador do Comitê Gestor de Internet no Brasil; Embaixador Benedicto, que, de vez em quando, eu chamo de Senador quando estamos aqui, no Senado; Senadora Vanessa; Senadora Ana Amélia; Senador Braga; Senador Luiz Henrique; senhoras e senhores, eu gostaria de ser breve. Acho que os assuntos técnicos já foram bastante esclarecidos no âmbito desta Comissão e precisam ser mais entendidos pela população. Mas eu queria chamar a atenção para o aspecto social, para o aspecto da inclusão e exclusão, motivo pelo qual há este debate.

Quanto à Internet, se fôssemos fazer uma analogia, a mais apropriada seria lembrar JK e a necessidade de construir estradas nas décadas de 50 e de 60 e, a partir daí, propor desenvolvimento. Qual era a lógica daquela época? Era a lógica do átomo, ou seja, precisávamos e ainda precisamos – vivemos um problema de infraestrutura no Brasil; não é o caso

de discutir isto agora – de estradas que nos liguem do Pacífico ao Atlântico, do Atlântico ao Pacífico, de norte a sul, que tirem do isolamento algumas regiões do País, para que possamos escoar soja, essa coisa toda. Então, isso está claro na cabeça de todo mundo.

Mas há uma segunda necessidade, que é uma coisa mais sutil: também precisamos escoar os nossos bens em forma de bytes. Então, se ainda temos problema com os átomos da soja, que precisam sair dos campos produtores e chegar até os portos de exportação, a nossa maior *commodity*, precisamos também de um processo de socialização da informação. Nós todos comemoramos, nos grandes centros, o fato de que vivemos numa sociedade da informação. Precisamos transformar essa sociedade da informação em sociedade do conhecimento; ou seja, há que se socializar a informação. É necessário que regiões como o Norte do País e a nossa Região Amazônica sejam incluídas. É a tal da inclusão digital, que pressupõe também a inclusão social.

Alguns estudos econômicos demonstram que, quando você chega com a banda larga e com a Internet em determinada região, você impacta, no mínimo, em 10%. Isso é muito fácil de perceber. Você não consegue, hoje, abrir uma empresa que seja... Qualquer empresa não emite uma nota fiscal se não houver Internet. Então, é fácil raciocinar que, se não houver Internet em determinado lugar, você não consegue abrir uma empresa. Então, no emprego, as consequências disso são evidentes. Daí o nosso trabalho na inclusão digital.

Há uma peculiaridade. Sempre repito uma frase de um filósofo francês que dizia o seguinte: a exclusão para o excluído é igual a uma mosca que se debate contra um vidro e não entende o que a separa do mundo lá fora. Então, essas pessoas que estão excluídas estão nessa condição, na condição da mosca que encontra um vidro pela frente, absolutamente transparente, ela acha que vai e bate contra o vidro e fica batendo e não sabe o que encontrar lá fora.

Nesse novo processo, essas pessoas que estiveram antes desse bilhão de que o Everton falou, antes desse novo bilhão de internautas, essas pessoas tiveram oportunidade de chegar primeiro e alcançar, do ponto de vista comercial, que é a especialidade da Amazon, a tal da cauda longa. O que é a cauda longa? A cauda longa é o seguinte: todo mundo que teve comércio aqui, todo mundo que está me ouvindo e sabe o que é um comércio, uma bodega, se limita, pelo átomo. Então, ele precisa ter o estoque mínimo lá. Ele vende açúcar, vende arroz, vende feijão, e aquele estoque tem que estar na quantidade suficiente para que ele venda por determinado número de dias. A quantidade que ele em estoque, para não parar o fornecimento aos seus

consumidores, equivale exatamente à quantidade de dias que ele leva para pedir e também à quantidade de dinheiro que ele possa ter para comprar uma mercadoria de cada e que também ele possa armazenar em quantidade suficiente para que não se esgote à medida que as pessoas comprem.

A Internet, as vendas pela Internet, inverteu essa lógica. Então, o que alguns economistas chamam de cauda longa é o seguinte: eu preciso ter num único lugar no mundo um único produto de cada um e eu vou ter milhares de lojas; só que eu não tenho que concentrar estoque, às vezes não tenho nem que pagar imposto, é o caso de algumas empresas que vendem... E se o Senado, a Comissão de Defesa Econômica ou as autoridades tributárias forem olhar, por exemplo, empresas como a Amazon e outras provocam uma grande evasão de divisas, do ponto de vista de impostos, porque as coisas vêm pelo FedEx. a pessoa compra, não há pagamento a não ser aquele imposto do cartão internacional, mas se for no cartão pré-pago, ninguém paga esse imposto. Quando alguém compra um produto de uma multinacional pelos Correios, nem sempre há garantia de que se paga esse imposto.

Mas não é esse o nosso foco de discussão. O foco de discussão é o seguinte: existem governos, Municípios, Estados e pessoas que são hipossuficientes, reconhecidos pela própria ICANN, do ponto de vista que não ainda não estão incluídos. Se eles não estão incluídos, as oportunidades que acontecem agora, como é o caso do registro dos domínios dos nomes genéricos, quando essas pessoas entrarem, essas coisas já passaram, esses domínios já vão estar registrados.

Então o que impacta, do ponto de vista real, essas populações? Tenho visto na campanha que nós lançamos, muita gente chegar até nós e dizer: “Isso é besteira. O que vocês têm a ver com esse negócio? Um domínio lá, .amazon.” Realmente, as pessoas que estão naquela condição da mosca não vão perceber a importância, não vão perceber a importância. Por quê? Porque se você não utiliza o mundo virtual, se você não faz compras *on-line*, pior, se você não vende, se você não tem ainda, por exemplo, nos governos, você não tem a governança eletrônica... Vou pegar como exemplo o Estado da Senadora Vanessa, do Senador Braga, o Amazonas. Eu tive oportunidade de fazer um estudo recentemente lá. Ali há cidades que estão pertinho um das outras – Novo Airão, Rio Preto da Eva, Parintins mesmo – em que a conexão é de 256k. Na cidade inteira, 256k, as pessoas discutem forma de fazer *cash*, de não poder fazer certas coisas. Poderia se resolver talvez colocando cinco ou seis torres no meio da floresta, como a gente fez de Belém para Amapá, e se resolver, pelo menos inicialmente.

Mas, veja só, se está nessa situação, como é que se vai discutir a terceira camada? Ou seja, se a gente não chegou ainda às camadas básicas no acesso, como discutir aplicação? Camada de aplicação se discute quando se tem acesso. E como é que o pessoal mais interessado – e eu nem me atrevo a falar dos outros países, porque não tenho conhecimento, conheço pouco, mas muito pouco mesmo da realidade da Região Amazônica e das necessidades da Região Amazônica brasileira –, então, como é que a gente vai falar para que essas pessoas possam se defender com relação a um pedido anterior? No próprio direito de propriedade intelectual existem algumas palavras que são reservadas. Eu não posso registrar, por exemplo, no INPI, água; não posso registrar palavras como paz, palavras genéricas. E o próprio ICANN tomou esse cuidado de fazer esse registro, de criar essas condições. O problema é que chega o momento em que o interesse econômico é maior do que qualquer lógica, qualquer questão por mais sensata que pareça.

Então, por último, só para concluir, eu estou convidando as pessoas a assinarem o abaixo-assinado, a petição *on-line*, que está no www.nossaamazonia.org.br – o site está no ar aqui. Isso é muito importante! Ontem, só com a participação do Senador Braga, nós já tivemos um aumento significativo de assinaturas, inclusive de pessoas da Amazônia. Eu pediria que os outros Senadores e outras pessoas seguissem o exemplo do Senador e colocasse a sua mobilidade na Internet, a sua força na Internet à disposição da causa Amazônia, além da parte prática.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Eu acho que essa questão, em que pese o interesse específico da região, essa é uma questão nacional, essa é uma questão que transcende o território do Estado do Amazonas e precisa de uma disposição e de uma determinação do País. Essa é uma questão que tem que unificar o País assim como outras questões, como outros domínios, como outros direitos de propriedade, como o açáí e tantos outros têm, ao longo desse tempo, criado um engajamento e o comprometimento, sobretudo, da liderança do Governo.

Por isso vamos ouvir, finalizando aqui a nossa audiência...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem a Senador Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

É que chegou estar entre nós o Secretario-Geral da OTCA, Embaixador do Suriname, Robby Ramlakhan. Seria importante que ele estivesse à Mesa, porque ele representa todos os países da Amazônia, do continente Amazônico. Se V. Ex^a pudesse convidá-lo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Claro. Nós só não o convidamos ainda porque ele não tinha chegado. Mas aguardávamos ansiosamente por sua presença não apenas virtual como presencial, para que nós pudéssemos tê-lo conosco à Mesa e pudéssemos passar a palavra a ele.

Eu consulto V. Ex^a se nós o ouvimos de imediato e deixamos o nosso Embaixador Benedito para o final, para fazer o coroamento, ou se o Embaixador Benedito fala agora.

V. S^a é nosso convidado para sentar-se à Mesa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador Ferraço, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, primeiro para cumprimentar a nossa Comissão de Relações Exteriores por esta importante audiência pública que está sendo realizada no dia de hoje.

Segundo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero dizer que esse tema – e ontem eu tive a oportunidade, inclusive de me manifestar quando do encontro promovido pela Senadora Vanessa e outros Senadores da região da Amazônia e entidades da Amazônia sobre o tema –, que essa é uma questão nacional, como V. Ex^a acabou de mencionar. Mas creio que, além de nacional, ela tem uma interligação internacional muito forte entre aquilo que é do nosso País e da nossa região... Porque a Amazônia não é apenas brasileira, a Amazônia ela é uma região da América do Sul; aí estão Colômbia, Bolívia, Venezuela, Peru, Equador, Guianas, enfim há uma série de países que compõe a região da Amazônia.

Mas eu faço este pela ordem, Sr. Presidente, porque creio – no depoimento que o Dr. Percival acabou de dar, ele citou inclusive cidades do Estado do Amazonas com relação à questão da inclusão digital – que nós estamos vivendo um momento muito propício para falar sobre isso. O Brasil está em transformação e nós estamos vendo inclusive uma transformação social e movimentos sociais a partir do novo instrumento que o povo brasileiro dispõe: exatamente a banda larga. Ela está mobilizando, pela expectativa que todos estamos vendo pela imprensa, pelos analistas, praticamente um milhão de brasileiros a virem às ruas no dia de hoje para se manifestarem. Ou seja, é preciso que, aproveitando aqui a presença do Dr. Virgílio, do Dr.

Everton e outros aqui, destacar o quanto é premente, o quanto é premente incluir, na questão da inclusão digital, a Amazônia.

Assim como disse o Dr. Percival, torres levaram linhas óticas, fibras óticas até o Amapá para viabilizar a sua conexão, está chegando ao Amazonas, a Manaus principalmente, uma fibra ótica através do Linhão de Tucuruí. No entanto, chegar a Manaus é apenas um passo, porque num Estado com dimensões continentais, para falar só do Amazonas, chegar a Manaus é não chegar sequer a 5% ou 3% do território do Estado do Amazonas. E chegar, portanto, a todas as nossas cidades da Amazônia é um grande desafio.

E eu sei que a Comissão de Relações Exteriores tem um papel importante nessa relação do nosso Senado e da nossa República com a comunidade internacional, com a diplomacia internacional, e creio que este debate fará com que nós possamos inclusive, Sr. Presidente, tirar, quem sabe, um documento ao Itamaraty sobre essa questão, que é fulcral, que é central, da inclusão da Amazônia dentro desse contexto, com os respeitos, obviamente, a essas questões abusivas, com patentes, com domínios que se utilizam de uma marca e de uma região que não pertence aos estrangeiros, pertence àqueles que vivem naquela região, e obviamente poderemos e teremos o maior prazer em compartilhá-la com o mundo.

Era apenas para fazer essas observações pontuais diante da pertinência da colocação do nosso palestrante.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – É exatamente este o nosso propósito e o nosso sentido: fazer esta Comissão se posicionar e solicitar ao Presidente do Senado da República que também se posicione em relação a este tema, deixando claro, explícito o nosso posicionamento em relação à defesa dessa questão.

Mas vou conceder a palavra aqui a S. Ex^a o Embaixador Benedicto Fonseca Filho, Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, para abordar a forma e a visão com que o Ministério está enxergando as ameaças e as oportunidades dessa questão. A palavra é de V. Ex^a.

O SR. BENEDICTO FONSECA FILHO – Muito obrigado. Muito obrigado, Senador. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer, em primeiro lugar, o convite de V. Ex^a para participar desta audiência, que parece da maior importância. Também gostaria de saudar a Senadora Vanessa Grazziotin, que foi a iniciadora dessa ação e que tem sido incansável também na defesa dessa causa.

Eu gostaria de trazer, várias coisas foram ditas, e eu gostaria, do ponto de vista do que o Governo tem feito, trazer também algumas informações que me parecem relevantes.

Bom, em primeiro lugar, é importante ter assim muito claro que nós não consideramos haver um litígio entre o Governo brasileiro, ou entre o Brasil, ou entre os países amazônicos e a empresa Amazon. Quer dizer, não nos consideramos em litígio com a empresa. Inclusive, obtivemos, no âmbito do processo instaurado pelo GAC, uma reunião aqui em Brasília, na sede da OTCA, com todos os países que são membros do Tratado de Cooperação Amazônica, e foi uma reunião muito positiva, num clima de muito respeito mútuo. E foi curioso, porque tanto do ponto de vista da empresa, quanto dos governos, houve um reconhecimento da legitimidade das posições. Quer dizer, do ponto de vista da empresa, ela está dentro da sua estratégia comercial, fez o pedido por esse domínio, que faz todo sentido dentro da sua estratégia comercial, assim como todas as grandes empresas estão procurando ter o seu registro de um domínio de primeiro nível, a partir dessa oportunidade que foi aberta com a decisão da ICANN.

E do ponto de vista da Amazon, houve um reconhecimento também – eles nos disseram explicitamente –, “se nós fôssemos governo, também faríamos o que vocês estão fazendo”, que é contestar, porque do ponto de vista de interesse público, os governos têm essa responsabilidade de zelar para que um nome que seja atribuído reflita o interesse público e não o comercial. Então houve, digamos, esse ambiente, que não conduziu a um consenso, porque tanto a empresa quanto os governos mantiveram suas posições, mas de um reconhecimento mútuo. Eu acho importante dizer isso, porque nós reconhecemos, tanto o Brasil quanto os demais países, na Amazon uma empresa idônea, uma empresa que tem aumentado suas operações no Brasil, na região, e que é muito bem-vinda entre nós. E, também, dentro do mundo virtual, do mundo de alta tecnologia em que estamos todos engajados, não queremos sinalizar que estamos tendo restrições de alguma forma ao que está acontecendo no mundo da Internet. Pelo contrário.

Isso me leva ao segundo ponto que eu gostaria de mencionar que se refere à nossa atuação internacional em matéria de Internet. Quer dizer, só para dar um contexto um pouco maior, a ICANN é uma organização que compõe, digamos, o macrossistema de Internet, talvez a mais relevante, porque faz o gerenciamento de nomes e números que têm resultados muito concretos, mas é importante dizer que a questão da governança da Internet se estende por diversos temas, é discutida nas Nações Unidas, é discutida em fóruns, até como

conceito de direitos humanos, na Organização Mundial de Propriedade Intelectual. Ou seja, diversas facetas que têm a ver com governança da Internet, e, em todas elas, o Brasil participa muito ativamente.

Quer dizer, em todos esses fóruns nós temos sempre a preocupação dupla: primeiro, de participar plenamente, conscientes do nosso modelo interno multissetorial, como já foi dito, que é um modelo admirado no mundo todo, a maneira como nós organizamos no Brasil a governança da Internet – Governo, setor privado, sociedade civil, academia juntos, trabalhando juntos, tomando decisões em conjunto, de uma maneira equilibrada, onde todos têm oportunidade de participar. E o outro aspecto que também governa nossa atuação internacional é a defesa de questões do mundo em desenvolvimento. Ou seja, existe, como foi dito pelo representante da ICANN, o próximo bilhão de pessoas virá do mundo em desenvolvimento.

Mas há questões muito graves que afetam o mundo em desenvolvimento, questão de acesso, questão de inclusão, questão de custos, enfim, são questões que também queremos sempre trazer à baila nessas discussões. O Senador Eduardo Braga mencionou também essa questão de inclusão digital que é muito importante, e isso tem que estar na ordem do dia das nossas preocupações. Então, a nossa preocupação em governança da Internet se estende além dessa questão específica. Quer dizer, eu não gostaria de dar impressão que isso reúne o centro das nossas atenções. Nós temos uma atuação muito diversificada em vários assuntos relacionados à Internet.

Especificamente em relação à ICANN, o que é importante assinalar é que, como Governo, nós temos, no âmbito das possibilidades oferecidas pela ICANN, atuado dentro de todo o rito que está previsto para a contestação do pleito da empresa Amazon. A partir do momento em que foi apresentado o pedido da Amazon, nós fizemos, junto com o Peru, que somos dois membros no GAC – o GAC é o Comitê Governamental Assessor da ICANN –, apresentamos uma *early warning*, também esse mecanismo já foi mencionado, sinalizando uma preocupação com esse pedido.

Posteriormente, fizemos, dentro, também, do procedimento que está previsto, uma reunião aqui em Brasília, já mencionei, na sede da UTCA, com a Amazon, tentando buscar uma conciliação. Não foi possível. Levamos o assunto à reunião em Pequim, em abril, onde se tentou chegar a um consenso em torno de uma recomendação de não inclusão, de não aceitação desse pedido. Não houve consenso nessa reunião, e a decisão passou, então, agora para a reunião que acontecerá na África do Sul em julho.

Essa questão do consenso é importante pelo seguinte, e esse é um ponto central da nossa argumentação: em 2007, quando as regras de todo esse processo estavam sendo ainda discutidas, o Comitê Governamental, por consenso, fez uma recomendação à direção da ICANN, no sentido de que os pedidos de nomes que tivessem uma sensibilidade geográfica, cultural, ligada ao patrimônio dos países, não poderiam ser objeto de pedido de registro. Essa foi uma recomendação feita, por unanimidade, em todos os países, naquele momento em que a questão era conceitual, em 2007.

Hoje em dia, como nós temos sobre a mesa questões específicas, já é mais difícil conseguir o consenso dos países, porque, evidentemente, já envolve interesses concretos que estão sobre a mesa. Mas a nossa argumentação é recuperar aquela recomendação de 2007, que não foi acatada pela direção da ICANN no momento em que tomou a decisão e que estabeleceu as regras de funcionamento desses novos pedidos. Isso, em nossa opinião, está na raiz desse problema, porque a falta de um critério que não permitisse apresentação de nomes como a Amazon/Patagônia permitiu que essas empresas legitimamente apresentassem os pedidos. Elas não estão fora das regras. Agora, é uma regra que foi contra a opinião dos governos, contra a recomendação dos governos, que já anteviam essa preocupação.

E eu digo que hoje essa preocupação, que é do Brasil, dos países amazônicos, que é da Argentina e do Chile em relação à Patagônia, que é da China em relação a outros pedidos que foram apresentados, também é compartilhada por outros países que, numa segunda rodada de pedidos, também podem ser afetados. Quer dizer, pode haver um pedido de Normandia, de Baviera, enfim. E os países se preocupam com isso. Então, o cerne da nossa argumentação na ICANN tem sido esse.

É importante assinalar que a participação do Governo brasileiro, por intermédio do Itamaraty e do MCTI, na ICANN, reflete uma visão de que a ICANN tem um valor específico por proporcionar a gestão desses recursos, que são essenciais para o funcionamento da Internet, num contexto em que se procurou ouvir os outros setores – sociedade civil, academia e setor privado –, algo que nós prezamos muito e praticamos no Brasil. Então, o Governo brasileiro participa de boa-fé das discussões no âmbito da ICANN, mas é importante dizer o seguinte: como o Ministro Everton mencionou, a ICANN é uma entidade *sui generis*. Nós não assinamos, o Governo brasileiro não tem um compromisso, não tem um acordo assinado com a ICANN. Então, a nossa participação é voluntária, em boa-fé,

participando por dentro de uma instituição da qual não participamos na sua elaboração, mas que consideramos importante para o funcionamento do sistema.

Mas nós mantemos uma crítica à ICANN no que se refere ao fato de ela estar ligada a uma jurisdição de um único país. Ela foi constituída sob a legislação americana, do governo norte-americano, e está sujeita às leis da Califórnia. Quer dizer, é algo que nós não antecipamos nem queremos, mas digamos que, no caso de um litígio jurídico que envolvesse a empresa Amazon e os países amazônicos, quem decidiria seriam os juízes da Califórnia. Quer dizer, essa situação nos parece absurda, e o Governo brasileiro, desde o início, tem contestado isso e buscado uma solução.

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDICTO FONSECA FILHO – Mas, repito, ao mesmo tempo, mantendo seu engajamento, reconhecendo uma situação de fato, procurando atuar nesse sentido.

Para encerrar, eu gostaria de dizer que, dentro do rito que nós estamos seguindo como governo, a próxima etapa é uma reunião em Durban. Estaremos lá, mantendo a nossa posição, procurando fazer prevalecer o consenso para que haja uma recomendação ao Board da ICANN.

Infelizmente, a recomendação dos governos, mesmo que seja por consenso, não é mandatória. A direção da ICANN, ao tomar decisões, recebe a recomendação dos governos, mas os governos não têm assento à mesa no momento de decisão. Então, não sabemos o que pode acontecer. Infelizmente, o histórico recente no âmbito da ICANN não é muito favorável, porque, em um tempo longo, houve, digamos, um pacto, um acordo de cavalheiros em que as recomendações do Comitê Governamental eram seguidas pela ICANN. Isso, a partir de 2011, deixou de acontecer.

A ICANN tomou várias decisões, por exemplo: aceitou o registro do nome de domínio .xxx, contra a opinião dos governos. Eu não quero entrar na discussão se é ou não uma questão moral, mas houve uma recomendação dos governos de não fazer, e a decisão da ICANN foi fazer. O próprio lançamento desse programa de novos domínios, de certa maneira, desconsiderou uma opinião dos governos de que deveria ser num ritmo mais lento, de maneira mais pensada e se decidiu avançar.

Outro ponto que nos preocupa: a Prefeitura do Rio fez o pedido do domínio .rio, em que, claramente, existe uma questão de interesse público, porque a Prefeitura do Rio quer usar isso para divulgar a cidade, inclusive nesse contexto de grandes eventos que vão acontecer no Rio: Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo, Olimpíadas. Então, há um interesse claro.

E houve um pedido em alto nível à direção da ICANN para que houvesse uma prioridade em relação a outros pedidos. O pedido do Rio, infelizmente, foi submetido a um sorteio e, de mil novecentos e poucos pedidos, está na posição 1.700. Isso é uma sinalização, infelizmente, de que não há uma sensibilidade muito grande.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – A Amazon está em que posição?

O SR. BENEDICTO FONSECA FILHO – Da Amazon, eu não saberia dizer, mas, talvez, a ICANN tenha.

O SR. EVERTON LUCERO – Mil cento e cinquenta e seis.

O SR. BENEDICTO FONSECA FILHO – Mil cento e cinquenta e seis.

Então, são todos, assim, pontos que nos mostram que no ambiente em que funciona a ICANN, por mais que se procure buscar a opinião dos demais setores, tem havido uma prevalência muito clara de interesses comerciais, de interesses de empresas de registro de domínio, sobrepondo-se muitas vezes à questão do interesse público.

Por exemplo, não é uma questão que está em discussão aqui, mas uma possibilidade, também, que foi aberta e que algumas empresas pediram é o nome de registro de atividades, por exemplo, .hotel. Então, mais de uma empresa pede .hotel. A quem se atribui o .hotel? A partir dali, se algum outro hotel – um Sheraton, que possuísse domínio – quisesse registrar, vai ter de pagar ao Sheraton, para registrar. Como se decide isso? A regra que a ICANN decidiu estabelecer é a seguinte: vamos fazer um leilão; quem oferecer mais, leva.

Quer dizer, então, no nosso ponto de vista, a questão comercial está muito claramente colocada. Como Governo, estamos procurando contestar num ambiente que não é favorável. Nesse sentido, para finalizar, Senadora – perdão por me estender –, quero só apontar a importância do que está acontecendo aqui, hoje: o envolvimento do Senado brasileiro, do Congresso brasileiro, da sociedade brasileira, manifestando, de uma maneira clara, que essa não é uma preocupação só do Governo. Não só o Itamaraty e o MCTI estão defendendo isso, mas isso reflete uma posição de Governo. Já foi uma posição de País, conforme, inclusive, já foi refletido na resolução adotada pelo Comitê Gestor da Internet. Conforme foi dito aqui, reúne Governo, sociedade civil, academia e setor produtivo.

Então, a decisão do CGI já é uma decisão que inclui vários setores que apoiam isso. Havendo apoio do Congresso, da sociedade civil... Como dito também pelo representante da ICANN, há um procedimento próprio, dentro da ICANN, para receber objeções por

parte da sociedade civil. É muito importante que isso aconteça.

Eu só – finalizando, realmente é o último comentário – quero assinalar a importância de que, como Governo, temos seguido esse rito e que temos esse processo em andamento. É importante que essa manifestação do Senado e da sociedade civil também seja canalizada, para que a ICANN, no momento em que tome a decisão, no momento em que chegue ao um processo decisório sobre isso, leve em consideração isso que cria um fato político da maior importância, que, tenho certeza, não poderá ser desconsiderado.

E, como Governo, continuaremos a participar. Temos participado da ICANN, como disse, de boa-fé, de todo o processo. Não somos obrigados, não temos um acordo com a ICANN, e, como Governo, evidentemente, a nossa participação se processa, buscando-se o interesse público.

Se, ao final do processo – digo isto não como uma ameaça, mas é um fato da realidade –, houver uma decisão que contrarie frontalmente o interesse público, que seja flagrantemente injusta do ponto de vista do interesse público, o Brasil, como qualquer outro país, reserva-se o direito de buscar uma reparação por outros meios. Não é o que nós estamos antevendo, não é o cenário no qual estamos trabalhando. Estamos trabalhando num processo colaborativo, mas não é algo a descartar.

Apenas assinalo, a esse respeito, que a própria União Europeia já, numa fase anterior do processo, fez uma comunicação à ICANN, dizendo exatamente isto: estamos participando de boa-fé, vamos examinar todos os pedidos que estão sobre a mesa; se houver alguma decisão final que contrarie o interesse público europeu, reservamo-nos o direito de buscar. Então, da mesma forma, o Governo brasileiro e todos os outros governos soberanos atuarão em relação a isso.

Aí repito que o nosso interesse, como Governo, como Brasil, é buscar que a Internet continue aberta, seja transparente, continue a ser o motor que é de inovação, de promoção de negócio; que ela seja o veículo que conhecemos hoje para promoção de desenvolvimento, com todo o seu potencial.

Mas acreditamos que, nesse caso, há flagrantemente questão que precisa ser tratada e que o interesse público precisa ser preservado.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Embaixador Benedito, que de fato falou além do tempo estipulado. Mas penso que todas as informações aqui são fundamentais, necessárias até para o julgamento das Srªs e dos Srs. Senadores.

Afinal de contas, o senhor aqui fala, assim como o Dr. Virgílio, pela posição oficial do Brasil, como também falará agora o nosso representante da OTCA.

Mas, antes de passar a palavra ao Sr. Embaixador Robby, gostaria de registrar a presença do Conselheiro da Embaixada da Venezuela, Carlos Julio Ron; do Secretário Carl Lijong, do Suriname, da Embaixada do Suriname; e da Secretária Marissa Carmichael, da Embaixada da Guiana.

Muito obrigada pela presença de todos.

Passo a palavra agora ao Secretário-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, Embaixador Robby. Não sei falar seu sobrenome.

O SR. ROBBY DEWNARAIN RAMLAKHAN – Tudo bem, Robby está ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Ramlakhan.

O SR. ROBBY DEWNARAIN RAMLAKHAN – Bom dia a todos.

Srª Vanessa Grazziotin, é uma grande honra estar aqui nesta preciosa Casa, para participar desta importante reunião também.

Eu sou Secretário-Geral da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), Srª Presidente, e esse assunto em pauta é um assunto que mexe com a nossa vida. Não só mexe com os governos, com os países, mas mexe com os povos amazônicos também.

Os países da OTCA, os oito países independentes da Bacia Amazônica, estão aqui para apoiar a iniciativa de proteger o nosso nome. E para fazer isso, há a presença do Embaixador da Colômbia, do Embaixador da Bolívia, e de representantes do Suriname, Guiana, Venezuela, Peru e Brasil, claro.

O Tratado de Cooperação Amazônica foi assinado em 1978, e o nome Amazônica já diz tudo. É uma referência. Eu não vou entrar nessa discussão técnica sobre Internet e domínio. Muito já foi dito e, em segundo lugar, está fora do meu alcance. Então, eu quero me limitar aos aspectos políticos.

O tratado foi assinado em 1978 com o objetivo de assegurar e promover a soberania dos países amazônicos, para promover a cooperação técnica, e assim reduzir as assimetrias entre os países. Para a OTCA, duas palavras são sagradas: soberania e unanimidade. São oito países que fazem parte da Bacia Amazônica. Essa região tem dimensões continentais. Tem 38 milhões de pessoas e 6% do território do mundo, com a maior biodiversidade do mundo, a maior floresta tropical do mundo, com uma cultura rica, com 385 povos indígenas e comunidades tribais, 71 em isolamento voluntário. Falam muitas línguas, pertencentes a 49 famílias linguísticas. Então, é um mundo à parte.

Além disso, a Região Amazônica detém grandes depósitos de riquezas naturais, principalmente água, madeira, minérios, e o povo que mora lá é a nossa maior preocupação. Nós achamos que o povo amazônico tem direito a tudo: bens públicos, serviços públicos, tudo. Não podem ser excluídos. Então, a inclusão social faz parte da nossa agenda. Para nós, é importante saber que essas riquezas naturais podem ser importantes para o nosso próprio desenvolvimento econômico e social, de maneira sustentável. Mas depender de uma empresa americana, que não tem nada a ver com a Amazônia, que só tem fins comerciais; nós, oito países independentes, soberanos, pedirmos permissão a essa empresa para proteger o nosso domínio, para proteger a nossa identidade, a nossa cultura, para pedir permissão a uma empresa americana para desenvolver o nosso próprio IP aí vai longe demais.

Então, unanimidade nós já temos, porque oito países da Região Amazônica apoiam essa iniciativa. Agradecemos aos Governos do Brasil e do Peru pelas ações perante a ICANN e gostaríamos de reforçar que, em termos de unanimidade, estamos como um só atrás dessa iniciativa.

Para nós, mais uma vez, a visão de uma empresa americana deter esse domínio e nós termos que pagar para promover e desenvolver os nossos próprios interesses vai longe demais. Podem contar com o apoio dos oito países da Amazônia. Vamos continuar essa luta, defender o que é nosso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Sr. Secretário-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, Sr. Embaixador Robby.

Concedo a palavra a S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigado, Presidente.

Eu também, assim como o Embaixador Robby, acho que as observações feitas dão uma dimensão do tamanho do problema, deram uma explicação para que todos que estão acompanhando esta audiência – parece que está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado – possam ter a exata noção do que isso representa.

Hoje eu perguntava para o Prof. Glaser, são mais de dois bilhões de usuários da Internet no mundo. A propriedade de um domínio genérico na Internet hoje tem um valor comercial muito maior do que o valor de qualquer patente, de qualquer produto. Eu não tenho dúvidas em afirmar isso. É grandioso.

A Amazon, a empresa que solicita, é exatamente uma empresa que tem sua existência no âmbito digital da Internet, então isso aumenta ainda mais esse valor. Em nome de quê? De uma tradição, em nome de um

povo, um povo que, eu repito, não fala uma língua só nem só as oito línguas desses países, fala centenas de línguas indígenas que ainda prevalecem.

Hoje eu não tenho dúvida nenhuma de que a região mais conhecida, para a qual o mundo tem os olhos voltados é a Região Amazônica. Hoje vivemos um processo de mudanças climáticas claro. O papel, a importância da Região Amazônica nessa questão das mudanças climáticas é inquestionável do ponto de vista científico. O regime das águas, das chuvas, não há dúvidas quanto a isso.

Então, como V. Ex^a, eu também quero reafirmar que, desde que estive em uma reunião no Comitê Gestor da Internet (CGI), saí de lá muito convencida, como tenho certeza de que todos os Parlamentares que têm todo o conhecimento ficam também muito convencidos, da necessidade e da importância dessa luta.

Eu gostaria de dirigir algumas perguntas ao Dr. Everton.

Eu concordo com o que disse o Embaixador Benedicto. Eu sei que a Internet – e todos nós sabemos – nasceu nos Estados Unidos. Mas, conforme vai avançando esse meio de comunicação internacional, mundial, vai ficando meio estanho a compreensão de que quem mantém o controle dessa questão seja uma empresa americana. Então, eu acho que nós precisamos avançar. Eu concordo com a posição do Brasil; eu acho que essa deve ser a posição de grande parte dos países que compõem o GAC, que reúne governos e assessora o ICANN, mas, como o Embaixador disse, assessora, nem sempre as orientações são cumpridas, o que é lamentável! Então, acho que o mundo vai exigindo que haja uma governança muito mais democrática, no âmbito internacional, da Internet. Eu não tenho dúvida quanto a isso. O Brasil é um exemplo disso. O Prof. Glaser fala com muita alegria que o Brasil tem um dos modelos mais avançados da gestão da Internet. Aí é um modelo de que nem o Governo brasileiro tem maioria. Entidades de representação da sociedade compõem número maior de assentos do que o próprio Governo Federal. Isso é importante. E esse Conselho é que faz a gestão, o gerenciamento do Ponto BR.

Então, em nível internacional, Dr. Everton, o senhor é Embaixador, que eu sei, aliás, Ministro, ou seja, servidor de carreira do Itamaraty, mas receba essas nossas observações e transmita à ICANN, porque tenho certeza de que não somos apenas nós a fazermos essas observações.

Agora, a pergunta que eu faço: por que, mesmo com uma opinião contrária do GAC, o ICANN quer abrir tanto a terminologia genérica? Eu ouvi com muita atenção o senhor, mas qual é mesmo a razão de mil novecentos e poucos pedidos? Por quê? Eu não en-

tendi. Para mim, não ficou muito claro porque ampliar tanto esses termos genéricos.

Segundo. Acho que além da campanha que estamos fazendo em defesa do domínio público, na Internet, do termo genérico *Amazon*, precisamos que haja um avanço na decisão do GAC no sentido de que já protege países, cidades, nome de países, nome de cidades, de regiões intrapaíses, mas que proteja também interpaíses, porque nós temos a Patagônia, que também é razão do mesmo pedido. E Patagônia envolve dois Países: Argentina e Chile.

Então, eu pergunto ao senhor por que esse domínio, essa decisão de ampliar esse domínio? E quando é que o senhor falou das objeções? Quatro objeções? Nós cumprimos todas. Há uma comunidade envolvida, há uma história envolvida, há uma cultura envolvida. Há interesses comerciais e econômicos que se chocam. Então, se fossemos ver pelas objeções, os critérios, não há dúvida. Agora, o meu receio é esse, de que já houve, no passado, outras contestações que não foram observadas.

O Brasil teve uma luta, há alguns anos, para reaver o termo “cupuaçu”, que foi patenteado, salvo engano, por uma empresa japonesa. Eu até encontrei o embaixador que cuidou disso à época, ele era ministro. Ele disse que até hoje, quando clicam o nome dele na Internet, não aparece ele, mas aparece “cupuaçu”, porque foi patenteado, nós tivemos que ganhar judicialmente no fórum internacional. Então, nós não queremos chegar a esse ponto.

A sua presença aqui é importante, mas eu preciso dessas explicações. Quanto custa, por exemplo, o registro de um domínio genérico? Qual é o valor que custa? Que o senhor nos diga por que mesmo abriu, apesar da opinião contrária de todos os países, tanto para a terminologia genérica...

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Nós não queríamos chegar a isso, mas se preciso for, nós estaremos litigando, nos fóruns internacionais, evidentemente para buscar a preservação desse domínio para os oito países da região da América do Sul.

Mas antes de ouvir o Dr. Everton, eu gostaria de agradecer e saudar, com muita alegria, a presença, entre nós, de S. Ex^a a Sr^a Maria Elvira Pombo, Embaixadora da Colômbia, nesta Comissão. Agradecemos muito a presença de V. Ex^a.

Passo a palavra ao Dr. Everton Lucero, destacando, Senadora Vanessa Grazziotin, que são 10h22 e às 10h30 nós estaremos encerrando esta reunião para acolhermos e recepcionarmos aqui o Sr. Embaixador Antonio Patriota. Mas a palavra é de V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Peço a V. Ex^a que submeta extrapauta à Comissão o projeto que aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, para a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as cidades de Paraíso, no Brasil, e San Pedro, na Argentina.

Peço a V. Ex^a que eu possa relatar esse projeto. E como ele não é polêmico, que o aprovemos antes da audiência com o senhor Chanceler.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O requerimento de V. Ex^a além de meritório é regimental. Nós o acolheremos e vamos deliberar sobre o parecer de V. Ex^a.

Passo a palavra ao Sr. Presidente. Everton Lucero

O SR. EVERTON LUCERO – Muito obrigado, Sr. Presidente, serei breve em função do tempo.

Primeiramente, eu gostaria de dizer que tomei nota, com muita atenção, de todos os comentários que foram expressos nesta reunião, que considero da maior importância para que uma entidade como a que represento tenha a concreta dimensão do problema e da sensibilidade associada a ele.

Eu irei transmitir todas as preocupações à alta direção da ICANN que, aliás, já está ciente, e posso lhes garantir, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, que a alta direção da ICANN não fugirá à responsabilidade de ter em conta as questões políticas associadas a esses pedidos. Isso já está bem claro. E, como eu disse, não houve decisão a respeito porque há um processo sendo observado.

A melhor solução no âmbito do processo, Sr. Presidente, eu me permitiria retomar uma referência do Embaixador Benedicto, seria um consenso, um diálogo entre as partes envolvidas. Essa seria a melhor solução. Mas na ausência desse diálogo, desse consenso – acho que o diálogo já existe –, então, há mecanismos. Como eu me referi, há um processo de objeção em curso, há a possibilidade de que os governos cheguem a um consenso a respeito na próxima reunião.

Quanto às perguntas específicas, para ser breve, eu gostaria de dizer o seguinte: a Senadora lembrou que eu, como servidor do Estado brasileiro, tenho mais de 20 anos de serviços prestados ao Itamaraty, com uma folha de serviços de que eu me orgulho muito, eu aceitei me licenciar do Governo para assumir essa função no entendimento de que eu não estou aqui apenas para representar o interesse da ICANN no Brasil, mas também no sentido contrário: para levar

à ICANN o interesse nacional e continuar, assim, a serviço deste País.

Faço isso no intuito de ocupar mais espaços e abrir mais oportunidades para que o Brasil tenha cada vez mais vez e voz em ambientes como esse. Isso foi em decorrência de um trabalho que eu fiz de pesquisa que resultou até em uma tese e depois foi publicada em livro, em 2011, a respeito da governança da Internet de modo geral. E a minha tese, para ser muito breve, é a seguinte: o Brasil está plenamente habilitado tanto do ponto de vista técnico quanto político de atuar em qualquer modalidade de fórum existente, seja governamental, seja não governamental, privado, Nações Unidas ou onde quer que seja, como de fato já vem fazendo, como o Embaixador Benedicto bem atuou.

Então, eu considero extremamente importante esse tipo de diálogo.

Eu gostaria de dizer que se pode questionar a respeito de uma decisão que tenha sido tomada no âmbito dos governos, em 2007, como o Embaixador mencionou, quanto à sensibilidade de certos temas geográficos, se ela está sendo observada ou não. A rigor, como nenhum novo termo foi introduzido na raiz do sistema desde então, não se pode dizer que essa decisão tenha sido contrariada.

Eu falo isso com muita tranquilidade, porque, na época, em 2007, quando se aprovou, no âmbito do Comitê Assessor Governamental, essa recomendação, fui eu quem briguei por ela, porque, na época, eu era o representante brasileiro no Comitê Assessor, na reunião de Lisboa. Inclusive o Prof. Glaser também estava presente.

Então, eu considero que – é claro que pode ser uma questão sujeita à interpretação – aquela decisão permanece válida. E é importante que os governos revalidem e retomem, sim, na medida do possível, na próxima reunião de Durban como uma demonstração de que há, sim, uma preocupação de interesse público que precisa ser mencionada.

Quanto à governança mais democrática e à tendência de que com a expansão da Internet para outras regiões do mundo há a necessidade de não ficar muito concentrado nos Estados Unidos – só para finalizar, Sr. Presidente –, eu gostaria de dizer que esta também tem sido uma preocupação – e há iniciativa em curso –, primeiro, no sentido de que as operações da ICANN, hoje, estão sendo distribuídas. Elas sairão, deixarão de acontecer unicamente na sede, na cidade de Los Angeles e serão distribuídas também com uma sede operacional, que está sendo aberta em Istambul, na Turquia, e outra sede operacional em Cingapura, num esforço de internacionalização, além de escritórios de representação e da escolha de pessoas para fazer o

contato mais próximo com as comunidades que precisam dessa interlocução, que é justamente o meu caso para o Brasil e para a região da América do Sul.

Então, essa preocupação existe, Sr. Presidente, e eu estou à disposição e deixo a todos o convite, para quem se interessar pela ICANN, que participe de alguma forma de reuniões ou estejam lá, porque a ICANN não é uma entidade que depende de associação. Ela é uma entidade aberta às partes que têm interesse sobre o assunto. E quanto mais brasileiros tivermos lá, quanto mais vozes da região Amazônica ou da região da América do Sul tivermos lá melhor será a condução dos interesses específicos da nossa região e do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ – ES) – Muito obrigado a V. S^a.

Desejo designar a Senadora Vanessa Grazziotin, até pelo nível de envolvimento de S. Ex^a, que S. Ex^a pudesse recolher todas essas contribuições e tantas outras e propusesse a esta Comissão um posicionamento em relação a este tema. A designação que faço a S. Ex^a é na direção de fazermos com que esta Comissão possa ter um posicionamento, e nós possamos inclusive solicitar ao Presidente do Senado da República, Senador Renan Calheiros, que também esta Casa se posicione à proteção do tema *Amazon*.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acolho a observação e a sugestão de V. Ex^a. Já podemos fazer isso neste momento. Eu sugeri um requerimento ao plenário da Casa, que foi remetido para ser ouvida a Comissão de Relações Exteriores primeiro, posteriormente podemos até levá-lo novamente ao plenário, pela importância da matéria.

A Senadora Ana Amélia é Relatora e já está com o relatório pronto, Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa é a rapidez feminina, Presidente. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ – ES) – Mas eu penso que nós talvez não tenhamos oportunidade nesta reunião. Esse tema tem de ser debatido. Os termos têm de ser debatidos. Às 10h30, nós temos o Chanceler Patriota.

Então, eu acho que nós poderíamos – é a proposta que faço – na próxima reunião deliberativa, nós poderíamos discutir sobre esse tema e aí nos construiríamos um posicionamento da Comissão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, eu respeito muito a posição de V. Ex^a. Nós estamos concluindo uma audiência pública aqui para debater exatamente essa questão.

Do ponto de vista prático, estando pronto o relatório, ele agrega apenas ao que foi debatido aqui, com

muita competência pelos expositores – eu os cumprimento –, e ele não tem juízo de valor sobre o mérito do que estamos examinando.

Com base no art. 222 do Regimento Interno, a Senadora está propondo um voto de apoio a ele. Então, eu penso que a matéria não representa polêmica ou divergência profunda aqui dentro. Então, por isso apenas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ – ES) – Inclusive não são excludentes, são complementares. Podemos fazer voto de apoio, mas eu estou pensando em ir além. Eu estou pensando em designar S. Ex^a para que S. Ex^a possa apresentar ao conjunto das Sr^{as} e Srs. Senadores um posicionamento quanto ao mérito, quanto ao conteúdo dessa questão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ – ES) – Então, faríamos a aprovação do voto de apoio.

Fica designada a Senadora Vanessa Grazziotin para apresentar à Comissão um conteúdo, para que nós possamos tornar esse conteúdo um posicionamento da Comissão de Relações Exteriores.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ – ES) – Agradeço muito a V. Ex^{as}; ao Embaixador Benedicto Fonseca; ao Sr. Virgílio Augusto Fernandes Almeida; ao Sr. Percival Henriques; ao Sr. Everton Lucero e ao Sr. Secretario Geral da Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia, Embaixador Robby, pelas contribuições, por ter permitido que nós pudéssemos aprofundar o debate em relação a esse tema que, originalmente, a Senadora Vanessa Grazziotin traz a esta Comissão.

Muito obrigado aos senhores por esta contribuição.

Sobre a mesa, requerimento extrapauta, do Senador Luiz Henrique, que passo a ler:

EXTRAPAUTA

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 40, de 2013

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina, assinado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, para que S. Ex^a possa apresentar...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – E, em seguida, vamos votar o requerimento de V. Ex^a, com o meu entusiasmo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto com todos os seus adendos e o meu parecer já foram distribuídos em avulso tanto em meio escrito como eletrônico, portanto, é o do conhecimento absoluto dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras.

Trata-se de uma obra de integração entre o Brasil e a Argentina. No governo passado, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi concluída a BR-282 até a fronteira com a Argentina, no trecho entre São Miguel do Oeste e o Município de Paraíso. Por outro lado, o governo argentino está pavimentando, se não me engano, a Ruta 32 – está quase pronta –, ligando a fronteira com o Brasil até o município de San Pedro. É a última obra, o último trecho de integração de um rodovia bio-oceânica, que vai encurtar, em muito, o intercâmbio rodoviário entre a Argentina e o litoral catarinense e, sobretudo, entre as duas grandes metrópoles: São Paulo e Buenos Aires.

Por isso, Sr. Presidente, não sendo matéria polêmica, opino pela aprovação e solicito o apoio das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Em discussão o parecer do eminente Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do eminente Senador Luiz Henrique.

REQUERIMENTO Nº 448, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Apoio e Solidariedade aos países membros da Organização de Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, por meio do Chanceler brasileiro, Ministro Antonio Patriota e dos senhores Ministros das Relações Exteriores dos países membros da OTCA, pela

defesa da soberania e dos interesses e direitos presentes e futuros dos povos amazônicos e de sua inclusão na sociedade de informação, com relação à intenção da empresa on-line norte americana Amazon.com de registrar o nome de domínio do primeiro nível de “.amazon”, sem o devido consentimento dos Países Amazônicos.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para fundamentar o seu voto de aplauso a esse trabalho extraordinário dos nossos chanceleres.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Ricardo Ferraço, eu queria, antes de mais nada, fazer um cumprimento especial – sou do Rio Grande do Sul, mas sou, sobretudo, brasileira – à iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin em propor esse voto de apoio, de solidariedade aos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico e transmitir esse voto a todos os Ministros de Relações Exteriores dos países que compõem o Pacto Amazônico pela defesa da soberania e dos interesses presentes e futuros dos povos amazônicos. Portanto, mais do que uma questão individual ou de um produto, trata-se de uma questão regional e cultural.

Como a audiência pública já foi bastante esclarecedora a respeito dos critérios e dos aspectos relacionados não só no campo político mas também no campo diplomático, vou direto à análise desse voto, porque creio ser relevante, caro Presidente, e o farei rapidamente.

Analogamente, o sistema de domínios da Internet obedece a critério de autonomia nacional e a sigla atribuída a cada País (no Brasil o “br”) só pode ser administrada por cada autoridade nacional, em nosso caso, Comitê Gestor de Internet do Brasil (CGI.br). Nesse sentido, esta autoridade nacional já conferiu o registro ao domínio amazon.com.br para a empresa norte-americana. Ao se entrar no site www.amazon.com.br, teremos a página em português da empresa de comércio eletrônico mencionada. A autoridade nacional, supõe-se, deve ter considerado a palavra amazon.com.br como registrável e que foi apenas a extensão para o mercado nacional da marca da empresa que já é amplamente difundida internacionalmente.

Considerado adequada pelo Grupo a aposição do sufixo *br* à palavra *Amazon*, e concedido o privilégio para a empresa norte-americana, adveio conflito com a empresa brasileira *Amazon Corporation*, cabendo, destarte, ao Poder Judiciário decidir sobre essa pendência ou sobre essa querela.

Distintamente, a busca de proteção autoral para um sufixo de domínio genérico de topo que envolva a palavra completa – *.amazon* – acarreta uma cobertura

muito ampla para uma palavra que se origina de uma região geográfica, de um patrimônio natural e cultural, de um povo que ocupa tradicionalmente aquela área há milênios. A iniciativa reveste-se da mesma injuridicidade que envolvia as tentativas de se patentear a palavra “cupuaçu”, no Japão, quando uma ofensiva bem articulada da diplomacia brasileira conseguiu barrar tal aberração. Cuidava-se igualmente do nome de uma fruta oriunda da Amazônia, sobre a qual não cabe qualquer apropriação privada.

Uma eventual proteção para a palavra *.amazon* seria muito pior, posto que a palavra, como frisamos, engloba todo um bioma, contendo flora, fauna, produção extrativa, conhecimentos tradicionais, cultura, enfim uma complexidade de componentes, muitos dos quais utilizam a palavra “Amazônia” em sua denominação e cuja utilização poderia vir a ser ameaçada caso se propicie a pretendida proteção.

Conscientes também que os sistemas de proteção de domínio são autóctones, não será surpresa se os Estados Unidos concederem internamente a proteção para o domínio de topo genérico *.amazon*, fato que, esperamos, não sirva para esmorecer a luta contra os aspectos injustos desse processo, mas, pelo contrário, acirrar a contestação em todos os fóruns e a união dos Países Amazônicos contra a apropriação indébita do seu nome de batismo.

Se, eventualmente, houver tentativa de empresa registrar o domínio de topo genérico no Brasil, caberão medidas legislativas adequadas, diplomáticas e também jurídicas, transferindo-se a discussão, com toda a sua riqueza, para o fórum do Congresso Nacional, onde a Senadora Vanessa Grazziotin e outros Pares que representam a Região Amazônica estão tão empenhados.

Voto.

Com base no exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 448, de 2013, de Voto de Apoio e Solidariedade aos Estados Partes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, com o registro em ata do inteiro teor desse processado e envio aos Ministros das Relações Exteriores de todos os países da Organização, aos quais eu acrescento, neste voto, o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, país que não faz parte da Organização, mas que ofereceu apoio à iniciativa de Brasil e Peru.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão o diligente parecer da Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. As Srªs e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, assim como o requerimento extrapauta anterior.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, se V. Exª me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Apenas para cumprimentar a Senadora Ana Amélia pelo belo relatório que ela elaborou.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Eu consulto V. Exª em que tempo V. Exª tem condição de apresentar a esta Comissão um posicionamento para que nós possamos deliberar como posicionamento da Comissão. Quinze dias são suficientes?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – São suficientes. São mais do que suficientes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito bem. Então, em até 15 dias V. Exª poderá trazer a esta Comissão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente. Apresentarei.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – ... um posicionamento, para que nós possamos abraçar essa causa como uma causa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E, posteriormente, da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Inclusive criando ambiente para que os nossos homólogos dos senados dos países que compõem a Bacia da Amazônia possam também se posicionar e se mobilizar, sinalizando, com clareza, o nível de comprometimento de todos nós sul-americanos por esse tema.

Cumprimento V. Exª.

Em até 15 dias. Estarei no aguardo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu agradeço.

(Iniciada às 09 horas e 03 minutos a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:30 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte de junho de dois mil e treze, no plenário sete, sob

a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Roberto Requião, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Jayme Campos**. Assina a lista de presença o Senador não membro desta Comissão **Wellington Dias**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Tem início a apreciação da **PAUTA**: Audiência Pública destinada a debater questões referentes à criação do bloco Aliança do Pacífico e seus reflexos na integração latino-americana e sobre o bloco regional do MERCOSUL, em atendimento aos RRE nºs 27 e 40, de 2013 – CRE. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição o Embaixador **Antonio de Aguiar Patriota**, Ministro de Estado das Relações Exteriores. O Presidente registra a presença do Embaixador Eduardo Santos, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores. Usam a palavra os Senhores Senadores Pedro Simon, Cyro Miranda, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Senadora Ana Amélia e Senador Anibal Diniz. O Presidente registra a presença do Embaixador da Austrália, da Srª Embaixadora de Barbados, do Sr. Embaixador da Finlândia, da Srª Embaixadora da Jamaica, do Sr. Embaixador do Paquistão e a Srª Embaixadora da Colômbia. O Ministro das Relações Exteriores responde aos questionamentos e faz suas considerações finais. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

Notas Taquigráficas

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O segundo tempo da nossa reunião destina-se à realização de audiência pública destinada a debater questões referentes à criação do Bloco da Aliança do Pacífico e seus Reflexos na Integração Latino-Americana sobre o Bloco Regional do Mercosul, em atendimento aos Requerimentos nºs 27 e 40, de autoria do Senador Pedro Simon, subscritos pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cristovam Buarque, assim como o Senador Pedro Taques.

Já se encontra, com muita alegria para todos nós, o Sr. Ministro Antonio Patriota, a quem convido para

que pudéssemos dar início à segunda parte da nossa audiência pública. *(Pausa.)*

Desejo consultar aos Srs. Senadores subscritores desse requerimento se passamos a palavra ao Sr. Chanceler, para que possa fazer uma abordagem acerca de tema, Sr. Chanceler – com quem quero me congratular, agradecendo muito a presença de V. Ex^a, que não tem se furtado ao diálogo permanente com o Senado, muito menos com esta Comissão –, Mercosul e seu futuro, sobretudo quando consideramos as novas alianças que estão se firmando em nossa região, não somente a nossa, mas a Aliança para o Pacífico, a própria manifestação do Presidente Barack Obama, dos Estados Unidos da América, de construção de um novo bloco entre os Estados Unidos e a União Europeia, e os aspectos que estão relacionados ao futuro do Mercosul e às perspectivas para a nossa economia.

Vou passar a palavra a V. Ex^a, que disporá do tempo que julgar necessário e, em seguida, vamos abrir um debate e um diálogo com os nossos Senadores.

Agradeço a presença de V. Ex^a, que está chegando da Noruega, direto do aeroporto para esta Comissão, agradecendo, de igual forma, a presença de S. Ex^a o Embaixador Eduardo Santos, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, que acompanha S. Ex^a e que nos alegra muito com a sua presença. Seja muito bem-vindo a esta Comissão.

A palavra é de S. Ex^a.

O SR. O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA

– Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço. Queria dizer que, para mim, é um honra poder comparecer novamente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Queria saudar a todos os Srs. Senadores, em particular, àqueles que manifestaram interesse por essa questão da Aliança do Pacífico; Senador Pedro Simon, a quem transmiti o material sobre esse assunto, e também pedi que meu porta-voz de imprensa o visitasse, na semana passada, em função da urgência que se identificou com respeito ao interesse desta Comissão.

Dizer, como os senhores sabem, que estou sempre à disposição. Para mim é uma oportunidade de prestar esclarecimentos, de ouvir questionamentos, manifestações de interesse sobre os mais diversos assuntos e de reafirmarmos o nosso compromisso com a democracia – o Executivo se alimenta desse contato com o Legislativo –, e é uma prioridade da minha gestão, à frente do Itamaraty, os contatos com Congresso Nacional.

Na verdade, na semana passada, até tive oportunidade de conversar, por mais de duas horas, com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores de

Câmara, o Deputado Nelson Pelegriño e, também, ter uma breve conversa com o próprio Senador Ferraço.

Vou fazer uma apresentação...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Permita-me, Chanceler, interrompê-lo, para registrar as presenças do Sr. Embaixador da Austrália; da Sr^a Embaixadora de Barbados; do Sr. Embaixador da Finlândia; da Sr^a Embaixadora da Jamaica; do Sr. Embaixador do Paquistão e a Sr^a Embaixadora da Colômbia, presença que já foi devidamente registrada.

Quero agradecer as presenças de S. Ex^{as} aqui nesta Comissão, saudá-los e dizer que todos e todas são muito bem-vindos.

Muito obrigado pelas presenças que honram esta Comissão e – quero crer – também a presença do Sr. Chanceler Antonio Patriota.

Muito obrigado.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Associe-me a essas saudações, em particular, à Embaixadora de Chipre, que também está aqui presente, além desses outros que o senhor mencionou.

Concentrarei essa apresentação nessa questão da recente cúpula da Aliança do Pacífico, realizada em 23 de maio passado, em Cali, na Colômbia, que de fato vem provocando grande interesse da mídia, da sociedade brasileira, em parte porque teria um alegado caráter moderno e dinâmico, em contraponto a uma suposta dimensão ultrapassada do Mercosul.

E eu questionarei essas interpretações, porque eu acho que elas não se aplicam, na realidade, nem a um caso, nem a outro, embora sempre – e é importante sublinhar desde o início – estejamos aqui envolvidos na nossa região do mundo em processos de integração muitas vezes sub-regionais que, no seu conjunto, convergem para uma América Latina mais próspera, mais democrática e com maiores oportunidades para todas as populações.

Vários analistas vêm apontando para uma suposta paralisação do Mercosul, mas eu penso que a realidade não corresponde a essa percepção. Na verdade, os resultados no Mercosul são positivos, concretos e reais.

Quanto ao comércio, por exemplo, e apesar dos efeitos negativos globais da grave crise econômica de 2008, o desempenho do intercâmbio intrazona entre os membros do Mercosul é superior ao do comércio internacional. Enquanto as trocas globais cresceram 13% no período, de US\$16 trilhões para US\$18 trilhões, a corrente de comércio entre os membros do Mercosul cresceu mais de 20%, ou seja, uma disparidade: comércio mundial, 13%; comércio intra-Mercosul, 20%, passando de US\$40 bilhões para US\$48 bilhões.

Nos pouco mais de vinte anos de existência desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, o valor do comércio intra-Mercosul cresceu mais de nove vezes, enquanto a corrente comercial do Bloco com o resto do mundo se multiplicou por menos, por oito vezes apenas. E, em ambas as dimensões, intrazona e com terceiros, as estatísticas não sustentam as críticas aos positivos resultados comerciais do Mercosul.

No caso do Brasil, o Mercosul constitui importantíssimo instrumento para expansão das exportações, em especial de produtos industrializados. Em 2012, depois de quatro anos de crise internacional, o Bloco ocupou a quarta posição como destino de nossas mercadorias, com 9%, após a União Europeia, China, Estados Unidos. E, quando se leva em conta a composição da pauta de exportações, destaca-se de longe a relevância do Mercosul. Cerca de 90% das exportações brasileiras para o Bloco foram de manufaturados. Para a União Europeia, para a China e para os Estados Unidos, os percentuais de manufaturados são de 36%, 5% e 50%. Logo, muito menores, como os senhores verão. Ou seja, a indústria brasileira tem no Mercosul seu mais importante mercado externo – e eu acho que a indústria brasileira reconhece isso, como demonstram estudos da Fiesp que se tornaram públicos hoje.

É na indústria e nos serviços que a ela servem que, em geral, se encontram os empregos mais qualificados, mais bem remunerados e se investe mais em ciência, tecnologia e inovação, se estimula o dinamismo dos centros urbanos onde vive e trabalha a maioria da população brasileira.

Um dado adicional também relevante e de pouca difusão: graças aos acordos de liberalização comercial assinados no âmbito da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), ao amparo do Tratado de Montevideu de 1980, pode-se afirmar que já existe livre comércio entre o Brasil e quase todos os países da América do Sul. A redução das tarifas alfandegárias a zero já se verifica, no caso dos países do Mercosul, para praticamente todos os produtos da Argentina; 98% do Uruguai; 93% do Paraguai; será de 91,9% com a Venezuela em 2019. Mas também se constata com relação a outros. Já é de 99% com o Chile; de 91% – e alcançará 100% em 2019 – com a Bolívia; chegará a 94% com o Equador; 99,8% com o Peru e 83,6% com a Colômbia, também no ano de 2019. Ou seja, virtualmente, livre comércio com quase todos os países da América do Sul daqui a 2019. Talvez onde haja um pequeno espaço a ser conquistado é no comércio com a Colômbia.

Assim, e a exemplo do que se verifica em projetos de integração em outras latitudes, no Mercosul de

hoje, as perturbações remanescentes nas condições de acesso aos mercados são mais função da administração conjuntural do comércio exterior do que das condições estruturais intrínsecas ao espaço econômico comercial comum já estabelecido com base na primazia do livre comércio.

O Mercosul é também exemplo de sucesso para além do terreno comercial, tanto na área econômica propriamente dita quando no que se diz respeito a iniciativas e interesses das sociedades dos países-membros em seu conjunto.

Na economia, crescem os investimentos produtivos entre os países membros e os países associados. A mídia repercute frequentemente iniciativas empresariais nos mais variados setores de atividade, desde a produção de insumos industriais até a construção civil, a manufatura propriamente dita de máquinas, equipamentos, bens intermediários e de consumo, a distribuição logística do comércio atacadista e varejista. A amplitude e a diversificação crescente dessas iniciativas empresariais atestam maior valor que a perspectiva do mercado ampliado do bloco traz para as decisões de expansão, de modernização, inclusive de integração das unidades produtivas nos países-membros e também nos países vizinhos, a exemplo do Chile e do Peru.

No que se refere à questão essencial da redução e superação das assimetrias entre os países-membros, o Mercosul dispõe do Fundo para a Convergência Estrutural (Focem), que é o único mecanismo regional de financiamento da América Latina com recursos transferidos a fundo perdido sem pagamento de juros ou reembolso do principal. Os projetos a serem aprovados pelo Fundo têm que promover a convergência estrutural, a competitividade e a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração.

A vocação solidária do Focem fica evidente ao se compararem as proporções dos aportes previstos com as dos benefícios recebidos em termos de distribuição de recursos: US\$100 milhões que alimentam no total e a cada ano. O Fundo divide-se entre o Brasil, com 70%; a Argentina com 27%; o Uruguai com 2% e o Paraguai com 1%.

A distribuição dos financiamentos se faz no sentido inverso: Paraguai com 48%, Uruguai com 32%, Argentina 10% e Brasil 10%. São percentuais revistos regularmente e que serão revistos agora com o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Desde que começou a funcionar o Focem, em 2007, foram aprovados 43 projetos, num total de US\$1,38 bilhão. Dezesete projetos localizam-se no

Paraguai, totalizando US\$624 milhões e compreendem obras para distribuição de energia elétrica, saneamento urbano, rodovias, habitações para famílias de baixa renda, entre outros.

E o Mercosul se destaca ainda em outra vertente, tanto ou mais relevante: a da participação da sociedade civil no avanço do processo de integração, ou seja, na sua dimensão social e cidadã.

Desde 2006 ocorrem, por exemplo, as cúpulas sociais em paralelo às reuniões de cúpula presidenciais a cada semestre. A XIV Cúpula Social realizada em Brasília, em dezembro passado, teve como temas principais a livre circulação de pessoas e o reconhecimento de diplomas escolares, inclusive universitários, objetivos que constam do Plano de Ação para o Estatuto da Cidadania do Mercosul.

No campo da livre circulação de pessoas, estão vigentes no Mercosul os acordos de residência, o acordo de seguridade social e o estatuto da Cidadania. Os acordos sobre residência se aplicam aos cidadãos dos países-membros, mas também a alguns dos países associados. Ou seja, além de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o Chile e Peru também. No caso do Equador, falta apenas completar a aprovação legislativa.

São acordos que permitem aos nacionais brasileiros, argentinos, paraguaios, uruguaios, chilenos e peruanos – em breve equatorianos –, estabelecer residência em qualquer dos países signatários e nele gozar dos direitos civis, deveres e responsabilidades trabalhistas e previdenciárias, entre outros.

O Acordo de Seguridade Social, firmado em 2005, permite que os trabalhadores dos países signatários incluam no cálculo de suas aposentadorias concedidas em países o tempo em que trabalham em outro. Ao entrar com o pedido de aposentadoria em Montevideu, por exemplo, um profissional uruguaio, que tenha trabalhado também no Brasil, pode requerer a contagem do tempo de contribuição que terá feito para o Sistema de Previdência Social Brasileiro. O acordo também permite a concessão de outros auxílios, inclusive aposentadoria por invalidez.

O Plano de Ação do Estatuto da Cidadania prevê a implementação e o aprofundamento até 2021 de iniciativas de impacto positivo e direto na vida cotidiana das pessoas e das famílias, entre as quais a livre circulação de pessoas dentro do Mercosul, igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas para os nacionais dos países-membros, igualdades de condições para o acesso ao trabalho, saúde e educação.

Todos esses avanços reais e concretos na construção de um projeto de integração profunda e multifuncional, inspirado também por considerações de

natureza política e estratégica de longo prazo no comércio, na economia, na cidadania, no conjunto dos principais interesses das sociedades, têm despertado atração não só no âmbito dos estados associados ao Mercosul, mas também tem suscitado aproximação dos demais países da América do Sul, seja por via da adesão formal – caso da Venezuela e, agora, também da Bolívia, que assinou o protocolo de adesão em dezembro de 2012, inclusive com a manifestação do Presidente Rafael Correa, depois de sua reeleição e da manifestação de interesse também em participar do Mercosul como membro pleno, processo que deverá ter início neste ano –, seja com os demais membros da América do Sul participando, como eu disse, dessa rede de acordos de livre comércio. Guiana e Suriname agora também manifestam o interesse em se transformar em Estados associados.

Com o ingresso da Venezuela, o Mercosul passou a integrar uma área que se estende da Terra do Fogo ao Caribe e que representa mais de 80% do PIB regional, a valores de 2012; US\$3,3 trilhões diante dos US\$4 trilhões para toda a América do Sul; 72% do território; 70% da população; 58% dos ingressos de investimentos estrangeiros diretos; e 65% do comércio exterior.

Portanto, é muito difícil corroborar com os fatos e com os dados que eu acabo de mencionar, a percepção, que, por vezes, surge na mídia ou em algumas fontes de pensamento e análise sobre os cenários regional e internacional, de que o Mercosul seria um projeto de integração antiquado ou desvantajoso para o desenvolvimento de seus países-membros.

Nem o argumento da falta de livre comércio resiste, como atestam os índices de abertura de mercados intrazona e na América do Sul, que eu acabo de mencionar.

Outro argumento frequentemente apresentado é de que o Bloco ainda não conseguiu concluir acordos de livre comércio com grandes economias industrializadas e que já negocia com a União Europeia há quase 15 anos sem êxito.

A verdade é a seguinte: se o Mercosul tivesse concordado com toda a linha de demandas negociadoras da União Europeia, por exemplo, já teríamos chegado a um acordo, ou, se a União Europeia tivesse, em contrapartida, concordado com todas as nossas ambições, também teríamos conseguido chegar a um acordo equilibrado, amplo e mutuamente vantajoso. Mas isso até agora não foi possível.

Não obstante, acho importante lembrar que no contexto da reunião da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia, realizada em janeiro deste ano, aqui em Brasília, conversou-se sobre a retomada das negociações. Subsequentemente, a margem da Cúpula da

Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, realizada em Santiago, também em janeiro deste ano, ocorreu um encontro de negociadores Mercosul-União Europeia, que estabeleceram o fim de 2013 como prazo para a circulação de ofertas melhoradas, ou seja, um requisito fundamental para a conclusão do processo negociador.

Eu vejo esse processo como ingressando numa fase efetivamente conclusiva, na medida em que o setor privado brasileiro também tem demonstrado grande interesse na sua conclusão, após uma consulta pública realizada ao final de 2012. E, com base nessa manifestação, existe em curso um processo de preparação da nossa oferta melhorada que deverá estar pronta até o mês de setembro ou outubro, eu diria, deste ano.

Eu também faria aqui um outro comentário que é o seguinte: a conclusão de acordos de livre comércio não implica, necessariamente, incremento das exportações dos países signatários. E aqui eu estou simplesmente referindo-me a fatos, sem fazer qualquer interpretação ideológica ou de outra natureza, e os senhores poderão verificar isso nas estatísticas, por exemplo, fornecidas pela Cepal.

Um exemplo interessante é o seguinte: o Chile e os Estados Unidos assinaram um acordo de livre comércio. Apesar disso, as exportações chilenas para o mercado norte-americano, nos últimos cinco anos, cresceram menos do que as vendas do Mercosul para os Estados Unidos, que não têm acordo de livre comércio. O que aconteceu, sim, foi um aumento muito significativo das exportações norte-americanas para o Chile.

Então a conclusão a que se chega é a seguinte: o acordo de livre comércio pode ser mutuamente benéfico quando equilibrado, dependendo das circunstâncias. Dependendo das circunstâncias, ele também pode acentuar desequilíbrios, sobretudo no curto prazo. Esses desequilíbrios, eventualmente, poderão até ser mitigados no mais longo prazo.

Antes de passar a examinar um pouco mais a Aliança do Pacífico, é inegável que o Mercosul constitui, na verdade, a mais bem-sucedida iniciativa de integração profunda e abrangente já empreendida na América do Sul. E, nos seus mais de 20 anos de avanço, desde o Tratado de Assunção, conseguiu incorporar a expansão sustentável do comércio intra e extrazona às dimensões econômica, social e cidadã, conformando um projeto comum de prosperidade compartilhada na região.

A Aliança do Pacífico, integrada por Chile, Colômbia, México e Peru, e agora também a Costa Rica deverá aderir proximamente, foi lançada em abril de 2011. Aliás, eu me recordo de que desde a minha primeira visita a esta Comissão, em 2011. Aliás, recordo-

-me de que desde a minha primeira visita a esta Comissão, em 2011, eu conversei com os senhores sobre o que na época se chamava de Arco do Pacífico e do que aquilo representava para os interesses brasileiros.

Seus principais compromissos e objetivos estão inscritos num Acordo-Quadro, assinado em dezembro de 2012, portanto há seis meses mais ou menos, mas ainda não vigente, porque não aprovado por todos os seus países-membros.

Não obstante a inexistência prática do Acordo-Quadro, a Aliança já realizou várias reuniões presidenciais. Entre os resultados anunciados na última Cúpula, em Cali, no dia 23 de maio, sob a presidência *pro tempore* da Colômbia, foi destacada a decisão de reduzir a zero, quando entrar em vigor o Acordo-Quadro, os direitos de importação de 90% do universo tarifário no comércio entre os países-membros. E os 10% remanescentes deverão vir a ser desgravados, conforme resulte das negociações em curso entre os quatro países.

Agora, é importante saber que no que diz respeito à eliminação de tarifas, os compromissos anunciados em Cali, na verdade, representam pouco ou nada em relação ao que já fizeram os países da Aliança do Pacífico na sua qualidade de membros da Aladi. De fato, já existem acordos de livre comércio entre todos os países da Aliança do Pacífico, ao amparo do Tratado de Montevideu, de 1980.

Conforme os mais recentes estudos sobre comércio preferencial, ou seja, realizado ao amparo de reduções tarifárias na região, elaborados pela Secretaria-Geral da Aladi e pela Cepal, o grau de liberalização comercial entre os países da Aliança do Pacífico superava os 90% já em 2010, ou seja, o anúncio de que se vai estabelecer uma zona de comércio preferencial para 90% do universo tarifário, na verdade, é um anúncio sobre algo que já existe.

A única exceção aqui é o comércio entre Peru-México, cujo índice de liberalização é inferior, mas deverá aumentar, de todo modo, em função do acordo de livre comércio assinado entre os dois países em abril de 2011, portanto, antes da criação da Aliança.

No que se refere especificamente ao acesso dos produtos brasileiro ao mercado dos países-membros da Aliança do Pacífico, os cronogramas de desgravação dos acordos de livre comércio firmados na Aladi pelo Mercosul com o Chile, com o Peru e com a Colômbia promoverão, até 2019, como eu comentava, a liberalização abrangente do comércio regional. E vale repetir que, segundo os dados da Aladi, o grau de liberalização do comércio bilateral com o Brasil, medido pela proporção de itens com 100% de preferência em benefício das exportações brasileiras, será ou já é, no

caso do Chile, de 99%, com o Peru, de 99,8%, com a Colômbia, de um pouco menos, 83,6%.

Os presidentes do Chile, da Colômbia, do México e do Peru anunciaram em Cali a desgravação tarifária total do comércio de todos os produtos entre os quatro países. E esse objetivo deverá ser alcançado consoante os acordos que já haviam sido firmados anteriormente entre os quatro, mas, na sua condição de membros da Aladi, na verdade, e não da Aliança, como acabo de dizer. E, mesmo assim, dependerá da implementação de cronogramas de desgravação para os remanescentes 10% do universo tarifário.

Há um contraste, portanto, com a situação já existente de livre comércio intrazona no Mercosul e de ampla liberalização comercial e intercâmbio de seus países-membros com os vizinhos na região, como acabo de apontar.

Ainda no campo comercial, em Cali, também foi destacada a conclusão das negociações, facilitação de comércio e cooperação aduaneira. Por um lado, são assuntos que já ocupam há muitos anos os países da própria Aliança e os demais países da Aladi e que também ocupam os países do Mercosul. Mas a decisão de aprofundar ou de intensificar discussões com vistas à harmonização de procedimentos aduaneiros pode ser amplamente vantajosa para o Mercosul e para o Brasil. Isso facilitará o desenvolvimento do comércio com os integrantes da Aliança do Pacífico.

O Acordo-Quadro da Aliança, de dezembro, tem outros objetivos mais ambiciosos do que a liberalização tarifária apenas. Em seu art. 3º, por exemplo, prevê “avançar progressivamente até a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas”. O mesmo artigo determina que os países integrantes da Aliança deverão, por exemplo: liberalizar o intercâmbio comercial de bens e serviços; avançar rumo à livre circulação de capitais e à promoção de investimentos; desenvolver ações de facilitação de comércio; promover a cooperação entre as autoridades migratórias e consulares; e facilitar o movimento de pessoas e o trânsito migratório nos seus territórios. Como eu comentei, a homogeneização de procedimentos comerciais e de investimentos apresenta interesse, em si mesmo, para o Mercosul e para o Brasil, individualmente.

Agora, em Cali, há passos anunciados, ainda sem resultados concretos ou conclusivos, como diretrizes para um futuro acordo de cooperação entre autoridades sanitárias; instâncias para facilitar o comércio de cosméticos; consideração de avanços nas negociações sobre serviços e capitais (serviços profissionais; de telecomunicações; financeiros; marítimos ou de transporte aéreo), para além dos dispositivos hoje vigentes; início das atividades de projetos para incrementar a

competitividade de micro, pequenas e médias empresas, aguardam discussões mais aprofundadas antes de se transformarem em resultados concretos.

O tema das interconexões físicas entre os países da Aliança deverá demandar grandes e onerosas estruturas para avançar. Em parte, porque há uma descontinuidade geográfica entre, por um lado, Peru, Chile e Colômbia e o México, que faz com que esse Bloco não tenha um potencial de integração física, como, por exemplo, a América do Sul, e falarei um pouco mais sobre a Unasul dentro de poucos instantes.

Ainda assim, os integrantes da Aliança se comprometem até o próximo dia 30 de junho, logo até o fim deste mês, concluir um conjunto de negociações de ambição ampla, não somente sobre a desgravação tarifária total do universo de mercadorias em “prazos razoáveis” – expressão que eles próprios usam, não é dado um prazo específico –; regime de origem para as mercadorias comercializadas; medidas sanitárias e fitossanitárias e alguns desses outros temas que mencionei.

Todos os propósitos e tarefas anunciados em Cali têm o potencial de contribuir para o aprofundamento e integração entre esses países, não há dúvida. Suas metas, contudo, não se materializam da noite para o dia e, possivelmente, não ocorrerão dentro do escasso tempo por decorrer até esse prazo de 30 de junho, que havia sido anunciado.

Eu queria também fazer uma comparação aqui entre o que foi anunciado pela Aliança do Pacífico, em Cali, em termos da construção do estabelecimento de um fundo de cooperação entre os países-membros, que alcançaria US\$1 milhão, e o Focem, ao qual me referi há poucos instantes, que, em cinco anos de operação, já financiou 43 projetos ao custo de mais de US\$1 bilhão.

Também queria comparar a anunciada concessão de bolsas de estudo para pós-graduação. Cada país da Aliança do Pacífico estará oferecendo aos demais 100 bolsas. Mas aqui acho que vale lembrar que o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação brasileiro (PEC-PG) oferece bolsas para nacionais de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordo de cooperação cultural educacional – ao longo dos últimos 12 anos, selecionou mais de 1.600 estudantes estrangeiros, 76% dos quais das Américas.

Eu queria lembrar, em particular, que, entre 2000 e 2012, foram contemplados quase 450 estudantes da Colômbia, um dos países que mais aproveita esse oferecimento de bolsas de estudos no Brasil. Na edição do programa brasileiro, em 2012, foram concedidas 226 bolsas, sendo que mais de 100 para estudantes oriundos de países da Aliança do Pacífico.

Esses exemplos, assim como as referências anteriores sobre o Mercosul – creio –, ajudam a colocar em perspectiva realista e melhor aquilatar o que representa, na prática e para além da retórica, a Aliança do Pacífico.

Mas eu acho que também vale a pena lembrar aqui o seguinte: três dos quatro membros originais da Aliança do Pacífico são membros da Unasul, são países sul-americanos – Chile, Peru e Colômbia –, que, como vimos, já mantêm acordos comerciais com os restantes membros do Mercosul e da América do Sul, que deverão entrar em vigor até o fim desta década. Aliás, o Peru exerce, neste momento, a presidência *pro tempore* da Unasul.

Lembrar que a Unasul é um projeto especialmente abrangente e ambicioso, que contempla objetivos e agendas de trabalho, que, em vários sentidos, vão muito além dos que pautam qualquer outro exercício de integração em curso na nossa região. Regida pelo Tratado de Brasília, assinado em 2008 e em pleno vigor desde 2011, a Unasul conta, hoje, com 12 instâncias setoriais, que vão desde a defesa do combate ao problema mundial das drogas e ao crime organizado internacional, até a cooperação em saúde, educação, ciência e tecnologia, direitos humanos, acompanhamento eleitoral, para mencionar apenas alguns.

Uma dimensão que se reveste de particular significado na Unasul é a da integração física. A América do Sul, quando olhamos para o mapa, se sobressai como um continente em si mesmo. E a verdade é que, por motivos históricos que guardam relação com os modelos de colonização que prevaleceram em nossa região durante os primeiros séculos da nossa história moderna, ainda é baixo o nível de integração entre nós em matéria de transporte e de energia, o que é incompatível com a ideia de um espaço sul-americano de prosperidade compartilhada. A Unasul tem no tema da integração física uma das suas atividades centrais. Daí a importância do Conselho de Integração e Planejamento (Cosiplan), criado em 2009, no marco da organização.

A agenda de projetos prioritários de integração do Cosiplan, aprovada em 2011, sob a então presidência brasileira do foro, é a primeira compilação de projetos de infraestrutura em que cada projeto implica, necessariamente, a participação de dois ou mais países da América do Sul. A agenda inclui 544 projetos que, somados, totalizam US\$130 bilhões em investimentos na integração da estrutura regional. Apenas a título de exemplo, menciono os projetos: o corredor ferroviário bioceânico Paranaguá-Antofagasta, que envolve Brasil, Paraguai, Argentina e Chile; a rodovia Boa Vista-Georgetown, entre Brasil e Guiana; o corredor ferro-

viário Montevidéu-Cacequi, que envolve o Brasil e o Uruguai, dos quais o Brasil participa diretamente. Tudo isso com um impacto direto, em termos de geração de comércio e de investimentos, revelando um esforço de integração verdadeiramente amplo e profundo.

Mas, antes de concluir, lembro que a nossa Constituição, em seu art. 4º, parágrafo único, indica que o Brasil perseguirá a integração latino-americana como um de seus objetivos em matéria de política externa, ou seja, latino-americana. Não devemos nos esquecer de que temos hoje, à nossa disposição, para que todos esses exercícios de integração sub-regional convivam, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (Celac), criada em Caracas, em dezembro de 2011, e que se reuniu, em nível de chefes de estado e de governo, este ano, em Santiago do Chile, quando a presidência *pro tempore* foi passada do Chile para Cuba.

E também queria suscitar, talvez à guisa de conclusão, uma reflexão mais abrangente sobre qual é o modelo de integração para o qual devemos nos dirigir no futuro e a partir dos êxitos inegáveis já conquistados pelo Mercosul, que acho que ilustrei com números bastantes eloquentes, por outros exercícios sub-regionais e que não devem ser vistos como ameaça, pelo contrário, devem ser vistos como oportunidade.

Acho que sempre é bom insistir aqui que para o Brasil uma iniciativa como a Aliança do Pacífico ou qualquer outra que contribua para a prosperidade, para o desenvolvimento em nossa região representa, antes de qualquer coisa, uma oportunidade que precisa ser devidamente entendida e aproveitada.

Nós mantemos, com os países da Aliança do Pacífico, relações próximas, muito proveitosas, em distintos campos, inclusive no comércio e nos investimentos e continuaremos a trabalhar para aprofundar esses vínculos. À medida que aqueles países tenham êxito em seus objetivos de crescimento econômico e desenvolvimento social, isso só nos trará vantagens.

Devo dizer também que no plano político, não há mal-entendido, não há dificuldade de comunicação com o grupo ou com os países individualmente. Até mesmo quando o Brasil venceu a campanha, a concorrência para Diretor-Geral da OMC, no mês de maio, em que havia um candidato do Mercosul, Embaixador Roberto Azevêdo, que concorreu contra um candidato mexicano, que, portanto, poderia ser visto como candidato à Aliança do Pacífico, a vitória do candidato brasileiro não causou mal-estar na relação bilateral com o México. E acho que o melhor exemplo disso foi o fato de o Chanceler José Antonio Meade,

do México, haver realizado uma visita oficial ao Brasil menos de duas semanas após a divulgação do

resultado dessa concorrência para Diretor-Geral da OMC, em Genebra.

Mas a questão de fundo que eu queria suscitar é saber se convém ou não fazer a opção por uma forma de inserção internacional e de estruturação de modelo de desenvolvimento econômico e social que leve à especialização das economias nacionais em torno de alguns poucos produtos, que tenderão a ser primários ou de escasso valor agregado local e de alguns poucos mercados, em geral concentrados geograficamente, em detrimento de uma estratégia que favoreça a diversificação produtiva e os destinos e origens de comércio, a inclusão social mais ampla, com redistribuição de renda e em democracia. Essa é uma questão que eu acho que precisa ser debatida amplamente na sociedade brasileira. A primeira opção, a da especialização das econômicas de concentração de mercados, parece ter duvidosa sustentabilidade ao longo do tempo.

Um relatório, recentemente divulgado pela Cepal, sobre investimentos estrangeiros diretos na América Latina, aponta no sentido de que os investimentos estrangeiros em alguns países da região não estão contribuindo, na realidade, ao contrário do que se pensava, para fomentar novos setores ou estimular atividades de maior conteúdo tecnológico, nem para geração de empregos de melhor qualidade. Ao contrário, os investimentos têm reforçado as estruturas produtivas prevalentes em detrimento da produção e dos empregos mais qualificados da economia, que, em geral, se localizam no setor industrial e nos serviços a ele relacionados.

Esse mesmo tipo de especialização tem sido estimulado pelos acordos de livre comércio firmados pelos países da região com parceiros do mundo desenvolvido.

A edição de dezembro de 2012 da Revista *Cepal* indica que, em que pese a celebração de vários desses acordos, a composição da pauta das exportações dos seus signatários na nossa região – em geral, com expressiva participação de produtos básicos – não sofreu mudanças significativas, e tampouco se constatou o desejado incremento nas exportações de produtos de maior valor agregado. Pareceria, assim, que essa primeira opção da especialização da concentração em poucos mercados pode levar ao desmantelamento da indústria na América do Sul. Esse modelo não constituiria uma plataforma para sustentar a integração regional no longo prazo. Seu objetivo estratégico estaria mais voltado para abrir mercados na região para os excedentes exportáveis, aí sim, sobretudo de produtos manufaturados provenientes da extrazona e provenientes de economias altamente desenvolvidas, para promover as exportações regionais de bens primários, minerais ou não, para seu consumo e.

Aliás, nesse contexto, cabe atentar para a similaridade dos pesos relativos, por um lado, das atividades manufatureiras e, por outro lado, do setor de bens primários na composição atual do produto interno bruto de alguns países da região. A preferência deveria inclinar-se, então, pela opção, que chamei de segunda opção, que favorece uma inserção internacional e um modelo de desenvolvimento econômico e social que respondam a uma estratégia em favor da diversificação produtiva e do comércio com inclusão social mais ampla, redistribuição de renda e democracia.

Isso não significa complacência nem falta de rigor e empenho, inclusive político, no tocante ao andamento, ao ritmo de avanço e à consistência interna dos processos de integração que adotam essa orientação. Na verdade, a análise dos compromissos já assumidos entre os países sul-americanos no campo da liberalização comercial indica que já se está chegando ao esgotamento da dimensão puramente comercial da integração. Não por falta de êxito. Pelo contrário, resta muito pouco espaço para fazer avançar mais a área de livre comércio regional, em grande medida já estabelecida plenamente no comércio entre os maiores mercados da região, com a relevante participação de produtos manufaturados ou semimanufaturados. Em outras palavras, o comércio provavelmente não mais deverá continuar a ser o vetor de sustentação do avanço da integração sul-americana nos anos futuros.

Manter a integração sul-americana em movimento passará, dessa forma, a exigir crescentemente – em especial do Brasil, seu principal motor, porque é a maior e a mais diversificada unidade econômica e comercial da região –, ações e decisões para além do comércio. Serão cada vez mais necessárias iniciativas no plano propriamente econômico, dos investimentos de infraestrutura ou produtivos, dos financiamentos de médio e longo prazos, dos sistemas de pagamento em moedas locais, garantias às exportações, do aumento da produtividade, da inovação científica e tecnológica para a implementação de políticas de integração regional mais profundas, que visem ao fortalecimento da dimensão regional das políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, e que abram caminho para que a iniciativa privada contemple efetivamente e de maneira crescentemente proveitosa e benéfica para o Brasil a dimensão regional como espaço capaz de agregar valor aos seus investimentos, a sua produção e as suas vendas. Aliás, como parece apontar-se para fazer o setor empresarial dos quatro países integrantes da Aliança do Pacífico no âmbito do seu conselho empresarial e na sua primeira macrorrodada de negócios anunciada na recente Cúpula presidencial em Cali. Mas lembro também que, por iniciativa do Brasil,

o Mercosul passou a organizar, igualmente, encontros empresariais à margem das Cúpulas. Essa prática, que foi inaugurada em 2012, deverá continuar em 2013.

Serão e talvez já o sejam também dispensáveis medidas que, nos campos da educação, do trabalho, da previdência social e da saúde fortaleçam e tornem duradouros os efeitos positivos que os acordos de facilitação de viagens e de residência entre os países da região acarretam para a vigência da livre circulação das pessoas, para o benefício e exercício mais amplos das suas cidadanias. Muito já se avançou nesse terreno, em especial para facilitar o turismo e os negócios, mas falta muito ainda para fazer na construção de uma autêntica cidadania regional.

E, concluindo, creio que vale enfatizar um ponto que parece fundamental nessa discussão: para que a integração da região tenha futuro é preciso envolver nela as pessoas diretamente, fazer o mesmo com o conjunto das sociedades, de maneira a torná-las partícipes de um processo de mudança de mentalidade, de transformação profunda que ajude a enxergar o outro lado da fronteira como espaço de convivência e de oportunidades maiores e melhores para todos. Essa percepção crescente de comunidade, de mais prosperidade compartilhada, de riqueza e vigor na diversidade que caracteriza a região é que dará legitimidade e sustentação perene em tempo histórico à integração. É a chave para garantir a nossa presença e a nossa contribuição de paz, democracia, justiça e inclusão social e prosperidade no século XXI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Chanceler, um antecessor de V. Ex^a, o Prof. Celso Lafer, cunhou, em determinada época, uma conclusão e uma reflexão que nos parecem convergentes: “O Mercosul não é uma opção, é um destino”. É como se fosse um porto de chegada absolutamente natural nessa construção. E, nos últimos anos, os dados e os números revelam de forma bastante clara isso. A corrente de negócios em 1991 era de US\$4,5 bilhões; dez anos depois, essa corrente evoluiu quase dez vezes para US\$47 bilhões. O superávit brasileiro, de 46 bilhões, comparando *vis-à-vis* o nosso superávit com o dos Estados Unidos, que foi de 17 bilhões. Portanto, não há, a meu juízo pelo menos, qualquer tipo de dúvida ou ceticismo de que o Mercosul tem um papel absolutamente relevante, sobretudo para o destino dos nossos manufaturados.

Mas, os posicionamentos empresariais tanto da CNI quanto da Federação da Indústria, têm apresentado nos últimos meses e anos forte desvio de comércio. Nesse contexto, indústrias brasileiras denunciam que a Argentina estaria oferecendo uma série de vantagens

comerciais, por exemplo, à China, com reflexos na redução do superávit comercial brasileiro em relação à Argentina. Levantamento da Confederação Nacional da Indústria revela uma queda de 20% nas exportações brasileiras para a Argentina e queda de 75% em nosso superávit com o país vizinho. Portanto, com dificuldade extraordinária para alguns segmentos como o setor automotivo, o setor de calçados – inclusive, quanto ao setor automotivo, me parece que o seu contrato ou o seu acordo termina agora no mês de junho e me parece que, neste momento, o Ministro Fernando Pimentel se encontra em Buenos Aires, negociando com o governo argentino essas questões e esses cenários de como vamos evoluir. O fato objetivo é que nós dependemos muito de que essas economias possam ir bem, para que o destino dos nossos manufaturados continue tendo esse porto seguro, por assim dizer.

Nas últimas semanas, nos últimos meses, surgiu muito um questionamento: tem sentido continuarmos com um Bloco que se reveste dos critérios e premissas de uma união aduaneira? Quais são as vantagens e quais são as desvantagens, quais são os impactos, quais são as avaliações que o Ministério das Relações Exteriores tem, por exemplo, para a evolução de uma união aduaneira para uma zona de livre comércio? Quer dizer, de que maneira, a exemplo do que acontece na Aladi, nós podemos manter esses princípios de Bloco e, ao mesmo tempo, fazer as nossas negociações bilaterais, não apenas nós, mas também os países que fazem parte do Mercosul e o compartilham conosco?

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Senador, tenho que atender a um telefonema da Presidente, um momentinho. O senhor me daria autorização?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Claro.

Nós vamos interromper a reunião por alguns minutos e, em seguida, retornamos ao nosso diálogo.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Agradeço muito. (*Pausa.*)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Presidente, não caiu nenhum governo na América? Então, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Desculpe-me, não ouvi V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O telefonema não tem nada a ver com a queda de alguém na América?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Que eu tenha informação, não. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Está reaberta a reunião.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – O.k. Desculpem-me a interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Mas eu perguntava a S. Ex^a sobre os efeitos de uma evolução, a avaliação que tem o Ministério das Relações Exteriores e V. Ex^a, o Governo, com relação à eventual evolução de um ambiente de união aduaneira para uma zona de livre comércio. Quais são as ameaças e quais são as oportunidades? Porque o Mercosul se estabelece muito parecido – ou basicamente igual – como se estabelece um outro conselho que temos nacionalmente no Brasil, que é o Confaz. Ali, as coisas só podem funcionar à unanimidade. E se houver eventualmente, não apenas o interesse do Brasil, mas pode haver o interesse da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, enfim, da Venezuela, essas negociações ficam paralisadas. Eu gostaria que V. Ex^a pudesse abordar, oportunamente, sobre essas questões, por gentileza. Mas passo a palavra ao primeiro orador inscrito, na condição de autor, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Chanceler, com muito prazer recebemos V. Ex^a.

V. Ex^a agora saiu para pegar um telefone e eu assustei, disse: “Será que caiu algum outro país da América Latina? Algum problema?” Mas, pelo jeito, não houve problema maior não.

A questão é a seguinte: V. Ex^a abordou a análise, que eu acho muito importante, com relação à parte técnica e econômica, vantagens e desvantagens com relação ao Mercosul e o que pode acontecer no Mercosul com o Pacto do Pacífico.

V. Ex^a é muito jovem. Quando se iniciou a tramitação para criar o Mercosul, acho que V. Ex^a Embaixador não era, deveria ser estudante, quando muito, no governo Sarney. Foi uma decisão... Claro que havia o interesse econômico, a preocupação da integração da América do Sul, mas havia ali todo o sentido de que era da maior importância que nós conseguíssemos a integração, primeiro da América do Sul e, logo depois, da América Central. A Argentina, os Estados Unidos falavam muito que deveria cuidar melhor do seu quintal, uma associação que reunisse todos com o livre comércio sob a orientação e a determinação dos Estados Unidos. A rigor, quase que todos os países de importância relativa na América Latina foram contrários, acharam que não era interessante a criação desse órgão que apresentaria os Estados Unidos como padrão da América e não nos traria resposta positiva nenhuma.

Foi ali que no governo Sarney, no início do seu governo, reunindo o Presidente Sarney discutiu. Se há um setor que, de certa forma, teve respeito e teve um caminho progressista até o regime militar durante a ditadura, foi o Itamaraty. Naquela época, apesar de todas as divergências e de todas as acusações que se têm contra os militares, com relação ao Itamaraty,

de um modo muito especial, com relação à África, os militares tiveram, os militares não. Mas o Itamaraty teve a competência de, apesar dos militares, conduzir de forma altamente positiva. Houve a aproximação com os países africanos e o diálogo com os países da América Latina.

É claro que o diálogo com os países da América foi muito prejudicado, porque havia aquela integração dos presidentes militares: a ditadura do Brasil com a ditadura do Paraguai, com a ditadura do Chile, com a ditadura da Argentina, com a ditadura do Uruguai. Com isso, mais ou menos estabeleceram pactos dolorosos, como a criação de uma escola para ensinar tortura aos militares da América do Sul.

Mas o Sarney... É bom esclarecer que eu fazia parte do governo do Tancredo, que tinha um acordo conosco que não cumpriu: ele não podia ter morrido. Mas o governo continuou e foi conduzido, com competência, pelo Presidente Sarney. Ele nos reuniu e disse: como nós vamos conduzir o relacionamento com o mercado exterior? O Itamaraty para onde vai?

O Ministro não era uma figura tradicional, inclusive o Itamaraty não o via com muita simpatia. Refiro-me ao Sr. Setúbal, Presidente do Banco, que tinha o respeito e a compreensão, mas foi uma surpresa a sua indicação. A Fiesp toda de São Paulo veio ao Presidente Tancredo, que, já eleito, estava organizando o seu governo, e exigiu o Dr. Setúbal para Ministro da Fazenda. E o Dr. Tancredo o recebeu com alegria: “Tudo bem. Ótimo. Como é uma indicação de vocês, é claro que ele vai fazer parte do meu governo.” Quando eles saíram, eu, que casualmente estava ali, perguntei: “Mas, Tancredo, o senhor vai colocar um banqueiro como Ministro da Fazenda da Nova República?” E ele me respondeu: “Mas quem disse que eu vou colocar?” “O senhor disse; o senhor disse para eles.” “Eu disse que ia colocá-lo no meu governo. Eu não disse que era no Ministério da Fazenda.” Então, o Fernando Henrique, que já estava indicado para Ministro das Relações Exteriores, precisou ceder o seu lugar para o Setúbal. E ele foi Ministro. Acho que agiu com muita competência.

Na primeira reunião que fez com o Sarney e um grupo determinado para discutir a situação, ele atendeu à análise feita pelo Presidente Sarney, dizendo: “Para nós começarmos a falar com a América Latina, não há outra forma de fazê-lo senão começarmos a dialogar com a Argentina. Quer dizer, não vamos querer falar com o Uruguai ou com qualquer outro país. Nós precisamos começar. A nossa antipatia, recíproca, que vem de longe, é com a Argentina.” Então, eles se ofereceram. Na reunião, o Sarney convocou, e o Setúbal me chamou, eu que era Ministro da Agricultura.

Um dos grandes problemas que estavam acontecendo é que o Brasil estava querendo taxar os vinhos argentinos que entravam gratuitamente, porque os vinhos do Rio Grande do Sul estavam melhorando

A Argentina era a nossa tradicional fornecedora de maçã. Àquela época, 40, 50 anos atrás, a maçã argentina era vendida no mundo não como fruta propriamente dita, mas também como produto de medicina, porque para as pessoas que eram operadas, faziam cirurgias, a maçã era o principal produto, e essa fruta tinha uma aceitação enorme. E o Brasil plantou outro tipo de maçã, mais gostosa, que de repente deu certo. Com isso, a importação em massa da maçã da Argentina começou a passar por esse problema.

Então, o Setúbal me convocou, como gaúcho, e disse: “Logo vocês do Rio Grande do Sul estão criando embaraço?” Quando o Sarney me cobrou, eu disse: “Olha, Sarney, tudo bem. Se você quiser, vamos nos reunir lá, vamos fazer uma discussão. Podemos até continuar as importações, mas precisamos encontrar uma forma de a maçã de lá não vir na hora da nossa safra. E, se for entrar, digam-nos a quanto vai entrar para não deixarmos as pessoas produzirem. Agora, eu não sei se tu vais ter uma grande recepção na Argentina querendo aumentar a importação de maçã”.

O Brasil foi um grande importador, durante a vida inteira, do trigo da Argentina. Até que, nos últimos tempos da Grande Guerra, houve uma escassez no mundo e a Argentina era a nova produtora de trigo e vendia trigo a preço de ouro para o mundo inteiro. Tanto que ninguém entende a crise que houve na Argentina depois da guerra, porque era um dos países mais ricos. Dizia-se que o Perón tropeçava, nos porões, nas barras de ouro, porque ela vendia para a Rússia, Estados Unidos, Alemanha, Itália, e vendia a preço de ouro.

Naquela altura, o preço do trigo subiu muito e a Argentina, que era nossa tradicional fornecedora, simplesmente cortou, não vendeu para nós, nos deixou sem nada, porque o preço dobrou do lado da Europa. E isso ficou. E o Brasil ficou com isso atravessado na garganta e nunca mais quis comprar um quilo de trigo da Argentina.

Então, eu disse: Sarney, tu queres ser recebido como herói na Argentina? Então vai lá dizer que vás importar mais duas toneladas de maçã. O Brasil está importando oito milhões de toneladas de trigo – seis dos Estados Unidos e duas do Canadá –, diga que vás importar 1 milhão, 2 milhões de toneladas da Argentina e será recebido como herói.

E foi recebido como herói. Passou a importar maçã da Argentina e também petróleo. A Argentina não é fornecedora de petróleo, o petróleo não muda, é um preço único. Nós importamos de tudo que é lugar,

por que não vamos importar da Argentina? Foi aí que começou. E começou bem. E começou tão bem que o Sarney, que lançou o Mercosul, perdeu a eleição aqui, e o Alfonsín, que começou o Mercosul na Argentina, perdeu a eleição para o Menem. Menem lá e Collor aqui. O Sarney assumiu num domingo de tarde e, na segunda-feira, às dez horas da manhã, o primeiro ato do Sarney e o primeiro ato do Menem, que veio aqui, foi confirmar o Mercosul e levar adiante.

Toda a nossa preocupação era com relação ao contexto da América. Nós insistimos demais – V. Ex^a sabe disso – para o Chile vir, mas o Chile já estava muito entrosado como Estados Unidos. Disse que não podia entrar conosco porque os números da importação e exportação deles eram tão diferentes dos nossos que não tinha como fazer. Nós discutimos, já naquela época, com outros países, e ficou tudo numa observação. Havia o Parlamento Latino-Americano, que funciona até hoje, para lá e para cá, mas nunca fez coisa nenhuma. Havia o Pacto Andino, que não tinha grande problema. Havia o Pacto Amazônico. Mas nós, quando lançamos, discutimos com todas essas pessoas. O objetivo foi conversar com esses países, o objetivo era o conjunto geral da América. Nós achávamos que isso, realmente, isso era importante, que a América do Sul, que tem terra, que tem gente, que tem água, que tem agricultura, que tem minérios, que tem petróleo, não pode ser um continente quase tão atrasado como a África. Então, esse era o objetivo.

A grande dificuldade do Brasil era...

V. Ex^a não está bem. É para eu parar?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Não. Eu estou constrangido. É porque nós temos aqui diversos Senadores que querem participar, como V. Ex^a. Eu pediria que V. Ex^a pudesse, não concluir, mas encaminhar para a conclusão, para que nós pudéssemos ter uma participação mais ampla dos nossos colegas.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Dentro desse contexto é que o nosso objetivo sempre foi a América Latina, principalmente a América do Sul. Iniciamos dialogando com toda essa gente. E aí nós esperávamos terminar com o Pacto Andino, para fazer o Mercosul. Por isso o nome Mercosul. Foi um nome de contexto geral. Nem falamos em Atlântico, nem falamos de países, mas na congregação do Mercosul. E a nossa surpresa é esta: de um lado, o Mercosul ficou patinando. Cá entre nós, o Congresso do Mercosul é um fiasco, não existe. Começa que ele não toma decisão. Ele só decide por conselho. E os senhores, quando recebem os nossos conselhos, já tem gente demais. Quer dizer, o Mercosul, até hoje, não teve um ato que desse a ele alguma importância.

Quando começou a aparecer o Pacto do Pacífico, nós achávamos que o senhor iria entrar na jogada, que a Presidente ia entrar na jogada, que o Lula ia entrar na jogada, e faria a integração, o início da integração. E, de repente, surge o Mercosul, surge a Aliança do Pacífico. A imprensa toda noticiando que surge com muito mais competência do que nós, dizendo que o nosso pacto estaria há 10 anos patinando, fazendo coisa nenhuma, com umas brigas bobas, que não se consegue entender, entre Brasil e Argentina; se bem que justiça seja feita, Argentina está firme, não pensou coisa alguma em sair, está coerente conosco; e, por outro lado, até o seu colega que representa o Itamaraty lá no Palácio do Planalto, o chanceler *ad hoc*, nosso gaúcho, disse que ele não perde o sono com o Pacífico. Achei até uma afirmativa um pouco infeliz, porque não digo que ele perca o sono, mas há de ter preocupação com essa questão.

Então, a gente estranhou que pelo menos publicamente o Itamaraty não teve participação nenhuma nisso. Não debateram, não discutiram, não falaram, não houve uma tentativa de reunir o pessoal do Atlântico com o Pacífico. Era até um momento ótimo – tinha surgido a crise da Venezuela com a crise do Paraguai – e tinha todas as condições para unir e, de repente, surge o Pacífico e surge de uma maneira espetacular. Surge, sai, publica. Já tem 40 observadores. Surge correndo a todo vapor.

Essa é a nossa preocupação. Quer dizer, vamos aceitar isso?

Reparamos, por exemplo, que a Federação das Indústrias deu uma nota agora reduzindo a zero. Só a manchete já é altamente negativa, porque diz que o Mercosul veio para atrapalhar as negociações do Brasil com o mundo. É aí que nós achamos que, em primeiro lugar, gostaríamos e reconhecemos a pouca ação e atividade desta Comissão com o Itamaraty. Reconheço muito menos pelo Itamaraty, porque o Itamaraty está fazendo o trabalho dele; nós é que devíamos, vendo a discussão, nós que somos o poder político, devíamos fazer certamente, pedir, debater, como estamos fazendo agora com V. Ex^a.

A minha grande preocupação inicial é a seguinte: isso já está decidido, só o tempo é que vai decidir, só o tempo vai dizer o que vai acontecer, ou há ainda alguma chance de acontecer algo, pelo menos um entendimento?

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – S. Ex^a o Senador Cyro Miranda; em seguida o Senador Aloysio Nunes Ferreira, por ordem de inscrição.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Presidente desta Comissão Ricardo Ferraço, Embaixador Chanceler Antonio Patriota, colegas, serei bem breve.

Primeiro, parabênzo o Chanceler Antonio Patriota por sua exposição e vou ser bem breve, com uma única pergunta ao Ministro.

Uma situação que está nos incomodando muito, principalmente nesta Comissão, é o exílio do Senador Roger Molina que há mais de um ano encontra-se, a princípio, exilado na nossa embaixada. O Embaixador Marcel Biato, que estava conduzindo as negociações, foi transferido para Estocolmo. Agora cortaram o celular do Senador Roger Molina, como também, para qualquer tipo de consulta médica, precisa ser feito um relatório. Parece-me que não é um exílio; parece que ele está prisioneiro.

Eu gostaria de indagar de V. Ex^a o que o Itamaraty pode e deverá fazer para que a Bolívia emita o seu salvo conduto, porque, caso contrário, se ele puser um pé lá fora, estará nas garras dos bolivianos. Então, já que aceitamos como exílio, gostaria de saber o que podemos fazer que ainda não fizemos para pressionar esse salvo conduto.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu começo por enfatizar a questão levantada pelo Senador Cyro Miranda, que realmente tem sido objeto de frequentes discussões entre nós e muitas vezes se mostrou o contraste entre a situação que foi oferecida ao Sr. Zelaya, que fez da nossa Embaixada realmente um comitê eleitoral, comícios permanentes, e a situação atual do Senador boliviano.

Eu me lembro de que, na época do golpe do Chile, apesar da ferocidade do golpe, muitos brasileiros compatriotas nossos obtiveram salvo-conduto para deixar o país no auge da repressão.

Enfim, creio que essa é realmente uma situação muito delicada, que merece uma intervenção enérgica do Governo brasileiro.

Sobre o tema da nossa audiência pública, Ministro, acho que boa parte das perguntas que eu faria já foram esgotadas pelos meus colegas Senador Ferraço e Senador Pedro Simon.

Gostaria de dizer a V. Ex^a que especialmente na última parte da sua exposição, em que V. Ex^a traça, digamos, um programa de ação para superarmos, irmos além da simples integração comercial para formas mais profundas de integração, passando por investimentos, tecnologia, cultura, aprofundarmos a integração física

é algo que realmente me apaixona e oxalá ela possa ser concretizada. No que depender da atual oposição, eu espero que no futuro governo nós possamos levar adiante.

Então, quero ressaltar o quanto me agradou essa visão que V. Ex^a apresentou sobre perspectiva de futuro delineada por V. Ex^a para o Governo brasileiro, mesmo porque esse processo de dar maior substância ao Mercosul começa com iniciativa ainda do Presidente Sarney de promover um degelo entre as nossas relações com a Argentina e passa pelos tratados que criaram o Mercosul. Foi no governo Fernando Henrique que realmente o Mercosul ganhou substância efetiva e, a partir daí, uma plataforma para se desenvolver, a ponto de chegar onde chegou hoje. Igualmente com iniciativas importantes do Governo Fernando Henrique, tivemos o início da integração física entre Brasil e países vizinhos nossos. Portanto, para nós, do PSDB, essa ideia de que o Brasil está situado na América do Sul e de que esse é o nosso terreno prioritário de atuação é absolutamente tranquila.

V. Ex^a também, na sua intervenção, afirmou que nós precisamos fugir de um modelo de relacionamento comercial com o mundo que consiste na especialização de exportação de poucos produtos primários dirigida a um número restrito de países.

Muito bem.

Infelizmente, eu penso que isso está acontecendo. E só não acontece de uma maneira mais acentuada porque nós exportamos para o Mercosul produtos industrializados e semimanufaturados. Se não fosse isso, aliás, a nossa situação em termos de especialização seria até pior hoje.

O fato é que nosso superávit comercial de maio foi 74% inferior ao superávit comercial unificado em maio do ano passado. Isso é objeto de preocupação de todos. E o senhor disse que o setor privado deveria ser um protagonista absolutamente primordial nesse esforço não apenas da integração, mas também da diversificação das nossas relações comerciais com o mundo. Ora, entidades que expressam opinião do setor privado, como a Confederação Nacional da Indústria, que já foi mencionada e cujo Presidente esteve no Senado ontem – e também o IED – têm manifestado muita preocupação com a ideia de que nós possamos estar hoje perdendo oportunidades de acordos comerciais, que, sem prejuízo daqueles que temos com o Mercosul, poderiam facilitar uma inserção maior da nossa economia no comércio internacional, especialmente da nossa indústria.

Eu gostaria de perguntar ao senhor quais são os países ou blocos que integram acordos comerciais que se encontram hoje em fase de negociação com o Brasil.

O senhor se referiu também a obstáculos surgidos nas negociações entre o Mercosul e a União Europeia. A que se devem esses obstáculos? São obstáculos levantados por nós brasileiros, pela Argentina? O que o faz manifestar-se de forma otimista, como acaba de fazer, quanto à possibilidade de concluirmos exitosamente esses acordos num breve prazo? O que está emperrando?

São essas as perguntas que eu queria fazer, porque as demais questões já foram abordadas pelos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

Em seguida, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Ricardo Ferraço, prezado Ministro Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, V. Ex^a mencionou como a integração do Brasil com os países componentes do Mercosul tem contribuído significativamente o aumento do nosso comércio e, inclusive, para o desenvolvimento econômico do nosso País, em comparação com os países da Aliança do Pacífico.

Eu gostaria de saber em que medida, no diálogo com os governos de países como o Chile, Peru, Colômbia, México e Costa Rica, tem havido nas reuniões do Mercosul uma perspectiva de que eles venham a se tornar membros efetivos do Mercosul. Em que medida tem havido um esforço para mostrar a esses governos que a opção de desenvolver um Mercosul ainda com mais energia poderá ser algo muito benéfico para o objetivo de integração de toda América do Sul e da América Latina?

Agradeço se puder nos informar, tendo em conta a realização de eleições no Paraguai, que passos estão sendo dados depois da decisão que havia suspenso o Paraguai de um relacionamento com o Mercosul. Em que medida, agora, tendo em conta as eleições, houve uma modificação e, inclusive, a possibilidade de um entrosamento melhor entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela, que agora é um membro do Mercosul?

V. Ex^a mencionou os objetivos de integração a tal ponto de um dia termos a livre circulação de mercadorias, de capitais e até mesmo de seres humanos. Acredito que contraste enormemente com esse objetivo a existência da barreira entre os Estados Unidos e o México, aquele muro que é algo inusitado para, se levarmos em conta as fronteiras existentes nos três continentes, não vejo qualquer cogitação, por exemplo, de que se levante o muro daquelas proporções nas fronteiras dos países da América do Sul. Ao contrário

do que avalio, que possa haver de fato um avanço da circulação de pessoas.

Eu percebo que há uma preocupação, inclusive do Governo brasileiro, na questão de se facilitar a livre movimentação de seres humanos com respeito à questão do tráfico de drogas ou da passagem de drogas entre pessoas que transitam nas fronteiras dos países do Mercosul. Como as autoridades brasileiras têm procurado – seja o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, o Itamaraty – compatibilizar o objetivo de cada vez haver maior circulação de seres humanos nas fronteiras – que eu acredito seja um objetivo muito saudável – com a preocupação, por exemplo, da passagem, transporte de drogas nas fronteiras?

Acho que, com respeito à condução do caso do Senador Roger Pinto Molina, também já foi feita a pergunta pelos Senadores Cyro Miranda e Aloysio Nunes. Avalio que seja importante sim verificar como o Governo brasileiro tem procurado superar esse impasse com o governo da Bolívia.

Por outro lado, gostaria de saber em que medida o próprio Governo brasileiro tem também se preocupado com a situação, por exemplo, do Sr. Julian Assange, que era responsável pela *WikiLeaks* e que se encontra abrigado na Embaixada do Equador, no Reino Unido. Ali, o governo britânico tem, já por um ano, dito que não concede o salvo-conduto para que ele possa seguir para o Equador como se fosse... Isso, de alguma maneira, guarda relação com outro episódio mais recente, de uma pessoa que foi membro do governo norte-americano, Sr. Edward Snowden, que se encontra num hotel em Hong Kong, mas que... Perdão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Não, nada.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – É que me pareceu uma voz vindo na minha direção, desculpe-me. Está bom.

Avalio que se trata de um caso importante do ponto de vista de uma revelação muito significativa a respeito de como o governo dos Estados Unidos, através das suas agências, passou a verificar, sejam as mensagens de *e-mails*, as mensagens telefônicas de diversos cidadãos tendo em conta a preocupação de se evitar, prevenir atos de terror.

Eu agradeço se V. Ex^a puder aqui nos dizer que reflexões V. Ex^a, o Governo brasileiro, tem feito com respeito a esta questão, a este dilema. O governo dos Estados Unidos está tentando prevenir o terrorismo, mas, com isso, acessando os computadores e os telefones de pessoas. Em que medida aventou-se a hipótese, inclusive, de que pessoas no Brasil estariam sendo objeto também de averiguações dessa natureza. Que reflexões tem V. Ex^a a respeito de assunto? No

diálogo com as autoridades norte-americanas, como tem sido a preocupação de V. Ex^a?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Chanceler, antes da nossa queridíssima Senadora Ana Amélia se pronunciar...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Perdão. Evidentemente, sempre o nosso querido Dornelles.

Eu queria indagar do chanceler uma questão e fazer uma reflexão: como V. Ex^a, enfim, o Itamaraty e o Governo enxergam essa questão.

O Brasil, por sua presença geográfica, por sua economia, nos parece um país indispensável para a integração da América do Sul.

Na medida em que existem dois blocos se formando – o Mercosul, já formado, e o Pacto para o Pacífico –, como o Governo brasileiro entende, compreende o fato de estarmos, de certa forma, dividindo a América do Sul: a América do Sul do Pacífico e a América do Sul do Atlântico? Qual é a reflexão que V. Ex^{as} fazem a respeito disso, considerando a importância do Brasil pelos aspectos aqui relatados?

Vou conceder a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

Se V. Ex^a quiser ceder à Senadora, eu mesmo o faço.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senadora...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente Ricardo Ferraço, Ministro Patriota, eu considero que o Mercosul, seja sob o aspecto político, seja sob o aspecto comercial, deve ser a grande prioridade da diplomacia brasileira.

A China, os Estados Unidos e a Argentina são os maiores importadores do Brasil, sendo que a nossa exportação para a China é principalmente de produtos primários. A Argentina, hoje, é o nosso grande mercado de produtos manufaturados. Considerando o tamanho de cada um, a nossa participação nas importações da Argentina é uma das mais elevadas daquele país.

Muitas vezes, eu avalio as críticas que são feitas ao Mercosul de maneira inversa. Como seria a nossa posição se não existisse o Mercosul? Quer dizer, o Mercosul, hoje, dá ao Brasil uma dimensão muito grande, porque, na realidade, o Brasil é o líder do Mercosul e, como país mais forte, tem que ser o responsável pelo fortalecimento, pelo sucesso do Mercosul.

Eu acho que nós devíamos identificar, diariamente, quais são os problemas que existem em relação aos

nossos parceiros do Mercosul, e, com os países mais fortes, devíamos procurar a solução, porque acho que a grande saída para o Brasil no campo da exportação de manufaturados, de produtos industrializados, são os países do Mercosul. O nosso saldo comercial com a Venezuela é um dos maiores saldos do Brasil.

Mas nós vemos, com muita frequência, essa crítica ao problema dos acordos de livre comércio. Eu acho que não se pode identificar que uma diplomacia de sucesso é aquela que faz maior número de acordos de livre comércio. É preciso fazer bons acordos. Ninguém pode ser contra ou a favor. Faz-se um acordo com a União Europeia. Por quê? Deve ser um acordo bom; não adianta apenas ser numérico. O Brasil fez dez acordos, dez maus acordos.

Eu me lembro, Presidente, Ministro, de que eu trabalhei na área internacional da Fazenda durante 15 anos. Nós negociamos um acordo com a Bélgica no campo tributário em cinco dias. Com os Estados Unidos, passamos 17 anos negociando e não fizemos o acordo, porque não nos interessava.

De modo que eu sinto, hoje, que existe uma pressão sobre o Itamaraty de fazer acordos de livre comércio. Eu não estou dizendo para não fazer, mas é preciso fazer bons acordos; não importa a quantidade de acordos de livre comércio.

Eu acho também, Ministro, que a política do Mercosul deve ser a grande prioridade da diplomacia brasileira, e nós devemos apenas fortalecer o Mercosul, verificar quais são os problemas que podemos... O que nós podemos fazer para tornar o bloco cada vez mais forte?

Eu quero dizer a V. Ex^a e ao Governo que essa política feita em relação à América Latina tem o meu integral apoio.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senadora Ana Amélia, a palavra é de V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, caro Chanceler, o tema do nosso debate nesta audiência trata das questões do Mercosul, mas eu queria apenas, como Presidente da Comissão Parlamentar Mista Brasil-Croácia, saudar a sua visita, a sua agenda naquele país, que considero relevante, e gostaria de saber apenas se está confirmada para o início de julho a sua presença lá e gostaria de uma breve informação sobre a agenda que nos interessa bastante, e cumprimentá-lo pela iniciativa da inclusão dessa agenda da visita à Croácia.

Particularmente, no âmbito do Mercosul, em diferentes momentos, países como Chile, Peru e Colômbia

fizeram acordos complementares de comércio com o Mercosul. Esses países fazem parte da Aliança do Pacífico. Podem, no comércio, entrar numa situação mais favorável porque, dentro da Aliança, no sistema tarifário, praticamente é zero a tarifação na Aliança. Eventualmente, esses países que aderiram com acordos complementares ao Mercosul poderão fazer uma triangulação de produtos de terceiros países, aproveitando-se desse ato complementar e trazer produtos modificados levemente de seus países para o Brasil como uma eventual e grave concorrência aos produtos fabricados em nosso País, a chamada *circumvention* ou uma triangulação direta.

Essa é uma questão.

A outra questão é por que o Brasil não solicitou o *status* de observador junto à Aliança do Pacífico, como já fizeram o Uruguai e o próprio Paraguai. Essa é a questão especialmente do Mercosul.

Nós temos, Chanceler, muitos projetos. Eu que sou de um Estado, assim como o Senador Pedro Simon, que é autor do requerimento de sua presença aqui, que faz fronteira com Uruguai e Argentina. Portanto, no caso da Argentina, a principal parceira dentro do Mercosul, e temos uma convivência muito grande, mas ainda existem muitas limitações na aplicabilidade de acordos de fronteira, que nós ainda enfrentamos, com muita burocracia, problemas de ir e vir na região, às vezes provocados pela burocracia de setores que talvez ainda não tenham acessado o grau de integração que deve acontecer.

Agora mesmo estamos trabalhando na regulamentação de um projeto, sobre o qual conversei com V. Ex^a, a respeito dos *free shops* na região de fronteira, que podem também ser um dado relevante nessa integração econômico-comercial.

Por fim, caro Embaixador, complementarmente a isso, na área de fronteira, temos projetos bilaterais com a Argentina, em relação a novas pontes ligando os dois países. Quero saber se há alguma evolução no caso dessas pontes binacionais e acrescentaria às indagações formuladas pelo Senador Cyro Miranda e pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira sobre a questão da Bolívia e do Senador e a transferência abrupta do Embaixador Marcel Biato. Eu tenho curiosidade, se V. Ex^a puder informar, se decorreram apenas de questões administrativas, de remoção que tem de acontecer na hora, mas é particularmente curiosa ou causa surpresa por acontecer num momento em que há uma atenção a respeito do trato que esse Senador está tendo lá na Bolívia. O Senador Aloysio Nunes Ferreira foi muito preciso na identificação da natureza dessa forma e comparou com o que acontecia anteriormente.

Mais ainda, que o Embaixador perde o posto em que está, porque, se fosse ser embaixador num outro lugar, mas não. Ele vai para um cargo diferente do que ele estava. Num cargo diferente, ele vai ser embaixador?

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Ele vai ser Embaixador na Suécia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na Suécia.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA (*Fora do microfone.*) – Já tem *agreement* para lá...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – *Agreement* para lá, menos mal. Então, se essa questão está aí, se há alguma analogia entre a liberação dos torcedores do Corinthians que estão presos ainda, uma parte, em Oruro, na Bolívia, com a questão da situação do Senador, que continua na nossa Embaixada em La Paz.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar e agradecer a presença aqui do nosso Ministro Patriota, por trazer luzes importantes sobre essa situação do Brasil, Mercosul e essa discussão que está se transformando neste momento em uma espécie de modismo da Aliança do Pacífico. E a gente tem que, a todo momento, como brasileiros amantes da Pátria e torcedores do sucesso do Brasil em todas as áreas, combater com veemência o que o cronista carioca chamou de complexo de viralata. Parece que tudo o que acontece onde o Brasil não está presente é o que vai ter sucesso. Imagine só que alguém já começa a falar em eficiência da Aliança do Pacífico contra o Brasil, com a sua política de alianças com o Mercosul. No entanto, sem fazer nenhum tipo de comentário pejorativo, é impossível imaginar que algum bloco comercial logre sucesso na América do Sul, na América Latina, sem ter o Brasil, porque o Brasil é a sexta economia do mundo. Somado com o Mercosul, é a nona economia do mundo. Num comparativo com o México, o México é a 14^a economia do mundo. Somado com a Aliança do Pacífico, chega à nona economia. Aliás, o Mercosul é a quarta economia do mundo. Então, não há comparativos.

A maioria dos integrantes da Aliança do Pacífico tem os seus acordos de complementação econômica com o Mercosul, e diretamente com o Brasil, e praticamente todos eles têm boas relações comerciais superavitárias com o Brasil. Quando vem à baila esse comparativo com o México, quando querem passar a ideia de que o México exportou mais do que o Brasil, exportou mais com mais déficit. O Brasil, nos últimos dez anos, teve um superávit de 303 bilhões, ao passo que o México, um déficit de 72 bilhões. Então, são

comparativos que não deixam dúvida de que o Brasil está no caminho certo.

Nesse sentido, eu quero fazer minhas as palavras rápidas e sábias do Senador Dornelles. Eu acho que o Brasil tem, sim, caminhado pela melhor trilha. Eu não vejo como parar essa trajetória. Se pudermos fazer algo para melhorar, para ampliar as nossas relações e fazer com que a nossa balança se torne ainda mais superavitária, melhor – e claro que vamos defender isso. Mas não vejo como caminho a gente parar uma trajetória de sucesso para retomar outro caminho paralelo que, a meu ver, não vai chegar ao sucesso que o Brasil, individualmente, já construiu ao longo da sua história de relações diplomáticas e comerciais e, também, na sua somatória com o Mercosul.

Eu acho que o México não só perdeu na eleição da organização do comércio. Nós tivemos também, ontem, o nosso confronto tirado a limpo no futebol e o Brasil deu *show*, com destaque para a atuação do Neymar. Acho que nós estamos muito bem, felizes, nessa nossa posição confortável do Brasil na América do Sul e na América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Ministro Antonio Patriota, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria perguntar ao Ministro se poderia especificar para nós quais são os principais problemas e dificuldades que nós encontramos no relacionamento com os países do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – E que eventuais elementos podem ser incorporados, de modo à superação desses problemas conjunturais que, efetiva e concretamente, nós estamos enfrentando?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Exatamente.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Agradeço os comentários e as perguntas. As várias intervenções foram mais no sentido de aportar uma análise dos fatos. Em muitas intervenções, identifiquei um forte apoio à política de privilegiarmos a integração regional a partir do fortalecimento do Mercosul.

Eu queria, resumidamente, porque não disponho de tanto tempo para aprofundar cada um dos temas levantados, reiterar, nem que fosse muito brevemente, alguns fatos, porque eu acho que está havendo, talvez, certo mal-entendido ou interpretações que surgem que não se coadunam com os fatos.

Na verdade, segundo os acordos negociados entre o Mercosul e os demais membros da América do Sul, em particular o Chile, o Peru e a Colômbia, que participam desse projeto Aliança do Pacífico, nós teremos uma zona de livre comércio sul-americana até o fim desta década, até 2019, e, na prática, esta desgravação tarifária já está atingindo quase 100% desde hoje, particularmente com o Chile e com o Peru; com a Colômbia, um pouco menos.

O que a Aliança do Pacífico está anunciando, que eles vão estabelecer o livre comércio entre si, já existe desde antes do anúncio da Aliança do Pacífico entre si, e não cobre 100% do comércio, cobre 90%. Sendo assim, o que a Aliança do Pacífico representa, por além de um projeto de coordenação política, que acho que não deixa de ser importante, é uma embalagem nova numa situação já existente. Não está acontecendo alguma coisa que representa uma ruptura com a realidade atual. É o seguinte: é pegar a realidade atual e dizer “Ah, nós vamos aprofundar”; mas já existe o que eles estão dizendo que vão fazer, já existe o livre comércio para 90% dos itens tarifários entre eles e, no nosso caso, também já existe, não existe com o México, mas existe com a América do Sul. Isso é muito importante ter presente.

Outro tema que considero importante e que o Senador Dornelles abordou com muita propriedade é a questão de negociação de acordos de livre comércio com outros países. A negociação tem de ser mutuamente benéfica, porque senão ela leva a um aprofundamento de distorções e assimetrias que são desvantajosas para um dos lados. E é interessante notar, como mencionei aqui brevemente, que se nós analisarmos, por exemplo, alguns países da nossa região, como se desenvolveu o seu comércio depois da assinatura do acordo com países como os Estados Unidos ou como a União Europeia, a verdade é que os desenvolvidos se beneficiaram muito das preferências conquistadas, mas os menos desenvolvidos não se beneficiaram necessariamente; às vezes, o déficit se aprofundou. O caso do Chile é bem eloquente; o déficit com os Estados Unidos, depois da assinatura do acordo, passou de 700 milhões para 4 bilhões em 2008. Ou seja, não nos interessa esse tipo de negociação, o que interessa é o acordo mutuamente benéfico.

E aqui esclarecer porque eu manifesto certo otimismo em relação ao acordo Mercosul/União Europeia, lembrando que ele se interrompeu por um período por comum acordo, porque não se chegava a um entendimento mutuamente benéfico, justamente. E aqui a nossa área, em que privilegiávamos a busca de acesso maior ao comércio era na agricultura, sendo que a União Europeia com ênfase no setor industrial do

Mercosul e do Brasil. E foi considerado pelos negociadores europeus que as concessões mais importantes que eles pudessem fazer teriam que aguardar o desfecho da Rodada de Doha. Isso foi ainda em meados dos anos 2000. Houve a interrupção.

Em 2010, constatada a paralisia do processo da Rodada de Doha, os países do Mercosul, aliás, liderados pela Argentina naquele momento, resolveram retomar as conversas num novo espírito, achando “Bom, já que a Rodada de Doha não avança, vamos nós retomar e ver em que medida conseguimos avançar”.

Estamos nesse processo. E o interessante é que a indústria brasileira demonstra interesse no processo, maior em 2012 do que na consulta anterior, em 2011. Então, existe uma base para o governo, para o negociador governamental pressionar ir adiante e buscar as acomodações possíveis para que isso aí se concretize. Inclusive com a possibilidade de prazos diferenciados em relação aos diferentes integrantes do Mercosul na hora da implementação daquilo que fora acordado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Bom, teremos de obter ganhos expressivos em matéria de acessos, em matéria de disciplinas. As sinalizações – como vou dizer – não são desencorajadoras, encontrar uma fórmula diplomática. Mas ainda estamos no processo de exploração de horizontes e de parâmetros que terá que se tornar mais preciso daqui para a frente. Então é mais ou menos nesse sentido.

Houve uma série de perguntas sobre a Argentina. E o senhor próprio levantou.

Acho que na última vez em que estive nesta Comissão falei da questão da redução do saldo brasileiro. É um fato da realidade. O superávit do Brasil com a Argentina, entre 2011 e 2012, passou de quase seis bilhões para um bilhão e meio. E, nos três primeiros meses deste ano, houve também uma tendência que se revelou particularmente preocupante de redução das exportações brasileiras para a Argentina.

Discussões foram mantidas no mais alto nível entre as Presidentas. É correta a informação que o senhor compartilhou de que se encontra em Buenos Aires o Ministro de Desenvolvimento da Indústria e Comércio e o Assessor Diplomático da Presidenta da República para debater precisamente temas desta pauta.

Agora, há uma evolução recente que é um pouquinho menos negativa, digamos assim, no padrão de comércio bilateral com a Argentina.

A partir de abril, sobretudo de maio, as exportações brasileiras para a Argentina passaram a crescer mais do que em 2012 e mais do que nos meses anteriores, sendo que agora a ameaça de que o superávit se transformasse em déficit não existe mais. A

expectativa é de que alcancemos um superávit talvez comparável ao do ano passado, eventualmente um pouquinho menor.

O espírito das conversas que estão sendo mantidas é justamente no sentido de eliminar certos procedimentos administrativos argentinos que impactam o comércio com o Brasil: as licenças não automáticas, as chamadas DJAI, declarações jurídicas juramentadas – não sei exatamente o que “AI” significa – que também acabam introduzindo lentidão e entraves burocráticos ao que de outra forma seria um fluxo de comércio mais positivo.

Comento brevemente a pergunta que o senhor fez também, Senador Ricardo Ferraço, sobre a ideia de reverter para a zona de livre comércio.

Como vários comentaram aqui, o Mercosul é hoje um mercado privilegiado para manufaturas brasileiras e isso é altamente valorizado pelo setor privado brasileiro, pela indústria em primeiro lugar.

Aliás, num documento da FIESP que me foi dado conhecimento hoje, está citado na imprensa de hoje, é dito que a manutenção e a ampliação da integração junto às economias da América do Sul, de um modo geral, são fundamentais para o aumento da competitividade da indústria nacional, por sua inserção nas cadeias globais de valor. E comentam o aumento do comércio com o Mercosul desde a sua criação até hoje, passando de 4 a 47 bilhões. E especificam que a pauta é altamente concentrada em produtos manufaturados.

Se nós revertermos a zona de livre comércio, esse padrão pode sofrer um impacto, porque a tarifa externa comum fornece, estabelece um parâmetro de comércio com o resto do mundo que favorece esse comércio de manufaturas dentro do Mercosul. Então, eu considero que isso poderia representar um retrocesso para o nosso padrão de integração, para a indústria nacional e para os interesses comerciais brasileiros.

Na verdade, talvez estejamos lidando um pouco com o êxito de *marketing* que talvez tenhamos que reconhecer que a Aliança do Pacífico conquistou nesses últimos meses mais do que como uma realidade nova ou que represente um desafio a interesses brasileiros, se os senhores permitirem me expressar dessa forma, porque o que nós vemos é muito interesse de países da região em aderir ao Mercosul conforme o projeto que ele representa no dia de hoje.

A Bolívia acaba de assinar o protocolo de adesão. O Equador acaba de manifestar interesse. Guiana e Suriname, os únicos que estavam fora do nosso esquema de contatos com os países da região, querem se transformar em Estados associados.

Tudo isso representa o quê? Interesse em participar de uma história de êxito. Ninguém quer aderir ou se associar a um projeto que não esteja dando certo.

Quanto à Aliança do Pacífico, é uma roupagem nova para algo que não representa um bloco novo. Creio que a palavra “bloco”, inclusive, não se aplica a esse exercício sub-regional de aproximação. Não por outra razão eles próprios se denominam uma aliança, países que têm certas características em comum. Mas nós não queremos necessariamente ter essas características. Por exemplo, o México tem 77% do seu comércio exterior com os Estados Unidos, por circunstâncias históricas, geográficas, interesses mexicanos que não cabe ao Brasil questionar. Pelo contrário, respeitamos a soberania mexicana e a iniciação internacional mexicana. Mas o Brasil tem um comércio exterior muito mais distribuído entre grandes importadores no que se refere às exportações brasileiras – Estados Unidos, União Européia, que é o maior mercado, China, aqui o mundo em desenvolvimento, com a América do Sul, representando um mercado fundamental para manufaturas, mas, cada vez mais, também a África e o Oriente Médio.

Por que a Aliança do Pacífico se aproxima de certa forma? Todos eles têm acordos de livre comércio com os Estados Unidos, acordos que, como eu disse em algumas circunstâncias, não levaram necessariamente a uma ampliação grande das exportações desses países para os Estados Unidos. Na verdade, existem exemplos no Mercosul – do Brasil, em particular – em que as exportações cresceram a taxas mais elevadas do que desses países para os Estados Unidos, em anos recentes.

Mas nós não podemos impedir, nem pensar que isso aí represente uma ameaça, que países que tenham características semelhantes de inserção internacional se coordenem de forma mais estreita. De certa maneira, o Brasil está fazendo isso o tempo inteiro e em foros que também atraem muito a atenção, como os BRICS. O Brasil participa dos BRICS. Até vamos sediar, no ano que vem, o que seria a VI Cúpula. Frequentemente batem à porta dos BRICS países dizendo: “Ah, será que não dá para introduzir mais uma letra no início ou no final para que o país X ou Y também seja membro dos BRICS?” A ideia é a de que é um grupo de países com certas características. O grupo representa também certa distribuição geográfica internacional, está encontrando sua própria identidade, seu equilíbrio, sua forma de atuação em foros como o G-20, o FMI, o Banco Mundial ou manifestações sobre outras questões. Preferimos, no atual contexto, manter a situação como ela está e aprofundar esta coordenação nossa.

Nós não perguntamos necessariamente para outros países se eles achavam bom que nós participássemos dos BRICS. Estamos fazendo isso porque corresponde a interesses brasileiros, corresponde a características brasileiras em termos do tamanho do País, da economia, o fato de que foi inicialmente identificado, até para um analista econômico independente da *Wall Street*, como uma economia emergente que teria um papel crescente no mundo do século XXI até meados do século.

Então, eu insistiria, enfim, em relação ao comentário do Senador Pedro Simon, que eu não veria motivo para preocupação com o fato de que os países-membros da Aliança do Pacífico se encontrem, conversem sobre formas de se aproximar. Tudo isso é feito no espírito de gerar mais benefícios para essas sociedades, mas nós também estamos conversando com esses países, também estamos nos beneficiando, na verdade, de relações muito intensas com esses países.

Penso que é bom lembrar: o Chile é o segundo parceiro comercial do Brasil na América Latina e é um comércio tradicionalmente superavitário para o Brasil. O mesmo acontece com o Peru. O mesmo acontece com a Colômbia. Temos superávits com todos os países da América do Sul, na verdade, com exceção da Bolívia, em face dos acordos do gás. E a tendência é essa e deverá permanecer assim.

Também foram mencionados os importantes superávits que nós mantemos com a Venezuela. E agora, com o ingresso pleno no Mercosul, a tendência será aumentar, porque, com a eliminação das tarifas dos entraves remanescentes, a Venezuela, por razões históricas que eu, se fosse venezuelano, consideraria algo a lamentar, apesar da riqueza gerada pela indústria do petróleo, não desenvolveu sua agricultura, não desenvolveu ou diversificou sua própria indústria e, em função disso, importa alimentos, importa bens manufaturados em grande escala – uma sociedade que tem uma renda *per capita* comparável à do Brasil, até às vezes um pouquinho maior –, e, nesse sentido, representa um mercado consumidor muito atraente.

Há outro fenômeno interessante aqui a se recordar. Por que, por exemplo, um país como a Colômbia está procurando novas formas de se aproximar de outras economias aqui na região, que tenham características semelhantes às dela, além de participar aqui da Aladi, da Unasul e de outros exercícios? Em função de decisões que não nos cabe comentar ou julgar do governo anterior, do Presidente Santos, das tensões entre a Colômbia e a Venezuela, a Colômbia perdeu um mercado comercial na Venezuela que gerava seis bilhões de exportações para a Colômbia. Caiu para um bilhão, em função de desentendimentos políticos

entre Bogotá e Caracas. Isso é uma perda muito considerável para um país que tem menos de 50 bilhões de exportações para o resto do mundo, ou seja, uma escala bem menor do que a brasileira. E é natural que eles busquem outras formas de se associar para maximizar os potenciais ganhos, e nós não vemos problema qualquer nisso – nem creio que devamos ver.

Mas, sim, e aqui eu reafirmo, e os senhores podem ter certeza de que há uma atenção permanente a tudo o que acontece na região. Houve uma pergunta sobre por que nós não pedimos para sermos observadores na Aliança do Pacífico. Eu acho que nós fizemos uma coisa até mais interessante: nós pedimos para o Mercosul ser observador na Aliança do Pacífico. E os membros da Aliança concordaram e aceitaram a presença do Dr. Ivan Ramalho, que é o alto representante do Mercosul para relações extra Mercosul – esteve presente na última cúpula de Cali; e eu acho que será feito assim a cada oportunidade novamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Estará conosco aqui inclusive nos próximos dias o Dr. Ivan Ramalho dando cota a esses esforços.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Exatamente. E ele poderá comentar tudo o que ouviu lá, enfim, dar até um parecer técnico sobre essa situação toda; ele tendo um conhecimento aprofundado não só do Mercosul, mas também de toda a região.

Como eu acho que estamos aqui correndo contra o tempo, não quero deixar de dar uma palavra sobre a questão do Senador Roger Pinto e do Embaixador Marcel Biato. Em primeiro lugar, dizer que, em vista da confidencialidade de alguns entendimentos que nós estamos mantendo, acho que não seria produtivo eu aqui manter uma conversa neste estágio dos acontecimentos que revelasse em toda a sua plenitude o que está ocorrendo. Mas eu queria lhes assegurar que foi estabelecido um mecanismo de diálogo através de personalidades dos dois governos que têm capacidade de produzir resultados nesse caso; que têm se reunido regularmente este ano e contribuído para o esclarecimento de vários aspectos da questão em um sentido positivo. Eu queria, enfim, revelar que a inclinação é positiva.

Ao mesmo tempo, acho muito importante que o Brasil, para obter o resultado desejado, que seria a obtenção de um salvo-conduto ou algo equivalente para que o Senador possa se dirigir a outro país e viver em situações mais salubres, digamos assim, do que ficar em um quarto ou em uma sala pequena de uma embaixada, é importante que o Brasil observe com muito rigor os dispositivos da Convenção de Caracas, que é aquela que dispõe sobre as condições de concessão

do direito de asilo. E a Convenção de Caracas é muito clara – eu mencionei isso da última vez em que estive aqui –: não é permitido ao asilado exercer qualquer função que possa ser interpretada como atividade política. Então, nós identificamos com o Senador quais são os familiares, as pessoas de estrita intimidade com quem ele tem de se comunicar; ele se comunica com essas pessoas, e posso lhes assegurar de que tudo é feito para que a saúde dele não sofra qualquer contratempo ou deterioração em função desse período que ele está passando na embaixada.

E quero lhes assegurar também, como eu fiz da última vez que comentei sobre esse assunto, que a Presidenta Dilma Rousseff pessoalmente já manifestou às autoridades bolivianas, de maneira muito clara, que nós não contemporizaremos com a obtenção de garantias que preservem a integridade física do Senador numa eventual saída da Embaixada. Ou seja, não será admitida qualquer meia solução que represente uma saída para o Senador, mas que ponha em risco a sua integridade como pessoa. Então, é nesse espírito que estamos trabalhando.

A transferência do Embaixador Biato é estritamente decidida no contexto das práticas habituais do Itamaraty. Eu até fiz uma comparação com outros Embaixadores na América do Sul, para nem ir mais longe. O Embaixador que está em Bogotá está saindo da Colômbia com dois anos e meio. O Embaixador Biato, de La Paz, está saindo com três. Ou seja, outros embaixadores estão saindo com menos tempo para outros postos, por interesse pessoal. Não me cabe aqui discutir as tratativas nossas com o Embaixador Biato, os interesses pessoais dele. O que posso garantir, não é uma coisa que aconteça sempre na nossa profissão, é que ele está indo para o lugar que ele pediu para ir. Ele pediu para ir para o Reino da Suécia. Por coincidência, por certa, digamos, habilidade administrativa, conseguimos que esse posto fosse liberado exatamente no momento que lhe convém. À Embaixadora Leda Lúcia Camargo, gaúcha como a Senhora, que está em Estocolmo, também interessava sair do posto nesse momento, ela vai ser Cônsul-Geral em Toronto. Então, é uma história feliz, do ponto de vista dos interesses pessoais dos diplomatas envolvidos.

Tem mais, se os Senhores olharem o padrão de remoção dos titulares da Embaixada em *La Paz* nos últimos anos, verão que o antecessor, não o imediato, mas antes do Embaixador Biato, saiu também de *La Paz* com três anos para ir para Estocolmo. Ou seja, não há nisso qualquer anormalidade ou qualquer procedimento que devesse causar surpresa ou espécie de qualquer forma. Temos também identificado um substituto para o Embaixador Biato em La Paz, que

será um diplomata igualmente habilitado, capacitado, acho que exercerá muito bem as suas funções.

Foram muitas as perguntas e comentários. Não sei se terei tempo de abordar todas. Eu queria comentar, em resposta à indagação do Senador Suplicy sobre as eleições no Paraguai, que, em primeiro lugar, é importante sinalizar que conseguimos que houvesse uma missão de observação da Unasul durante o processo eleitoral no Paraguai. Essa missão foi chefiada pelo ex-Primeiro-Ministro do Peru, Salomão Lerner, integrada por vários membros da Unasul.

O mandato da missão foi negociado diretamente com as autoridades eleitorais paraguaias. Foi considerado um entendimento satisfatório, e a missão da Unasul, que elaborou um relatório sucinto, mas terá oportunidade de apresentá-lo oficialmente durante a próxima Cúpula da Unasul, considerou as eleições transparentes, democráticas e corretas. Em função disso, os demais líderes do Mercosul telefonaram para o vencedor nas eleições para parabenizá-lo. Acho que foi um primeiro gesto, muito importante, que já sinaliza o espírito com que será abordado o novo governo paraguaio, o espírito que se tenciona no Mercosul. As lideranças do Mercosul tencionam se relacionar com a nova liderança paraguaia.

Não apenas a Presidenta Dilma Rousseff telefonou para o Presidente Cartes, mas a Presidenta Cristina Kirchner, o Presidente Pepe Mujica, do Uruguai, e até mesmo o Presidente Nicolás Maduro, da Venezuela, que tinha sido considerado, em certa altura, *persona non grata* pelas autoridades de fato no Paraguai, Federico Franco. Não obstante, ele telefonou para o vencedor das eleições, o que também é um fato significativo.

Está marcada para o dia 12 de julho a próxima Cúpula do Mercosul. Deverá realizar-se no Uruguai. A questão paraguaia, necessariamente, figurará na agenda. Não quero prejudicar o que os Presidentes, Chefes de Estado, decidirão, mas compete a eles suspender a decisão que tinha sido tomada na Cúpula de Mendoza, em função do que foi na época considerado coletivamente como ruptura da vigência plena da democracia no Paraguai, o que foi considerado um impedimento de aprofundamento da integração com o Paraguai, sem que acarretasse qualquer prejuízo econômico ao povo ou à Nação paraguaia.

Isso ficou muito claro, por exemplo, na continuação dos desembolsos do Focem para projetos no Paraguai, que seguiram adiante. Na verdade, o comércio entre o Brasil e o Paraguai, nos últimos seis meses, aumentou, independentemente dessa suspensão. Então, nessa cúpula do dia 12 de julho será debatida a questão e haverá deliberação sobre o futuro.

O senhor se referiu também ao Sr. Julian Assange, na Embaixada do Equador em Londres, e, aqui, mais uma vez, temos que observar certo grau de reserva e confidencialidade. Mas posso lhe dizer o seguinte: estou em contato com o Chanceler Ricardo Patiño, do Equador, a respeito desse assunto. A nossa Embaixada em Londres tem prestado todo apoio às autoridades equatorianas, em situações em que esse apoio possa se revelar útil ou interessante, e seguiremos acompanhando de muito perto esta questão.

A questão mais recente, do Sr. Snowden, acho que aqui seria melhor não comentar e aguardar um pouco os desenvolvimentos. Mas quero lembrar, talvez, que no Conselho dos Direitos Humanos o Brasil faz parte, junto com a Suécia e outros países, de um grupo que se coordena a respeito da liberdade de expressão via Internet e garantias individuais nesse sentido. De modo que é um grupo que se presta muito a examinar uma questão como essa. Agora mesmo, acabo de chegar, hoje de manhã, de Oslo, na Noruega, onde também identifiquei interesse em uma possível coordenação no âmbito do Conselho de Direitos Humanos sobre esse assunto.

A Croácia, de fato, está no meu horizonte de viagens. Até muito honrado de ter sido convidado para visitar Zagreb no dia da sua adesão formal à União Europeia, que vai ser no dia 1º ou 2 de julho. Acho que chego no dia 1º de julho e ficarei até o dia 2. Estou vendo aqui a Embaixadora da Eslovênia, que me observa com muita atenção, porque é outro país egresso da ex-Iugoslávia, mas onde já estive e com o qual tenho relações de muita amizade, com o qual temos desenvolvido, também, uma agenda de cooperação muito interessante.

A senhora é membro de um grupo de amizade Brasil-Croácia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sou Presidente do grupo. Então, fico confortada com a sua presença lá. Represente, por favor, também, esta representação parlamentar.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Com grande honra e muita satisfação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O nosso Embaixador Drago Stambuk, que tem uma pronúncia de sobrenome complicado...

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – É um poeta, Embaixador e poeta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Um grande poeta, é um intelectual.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Exatamente, estou muito contente de poder estar lá. Com a Chanceler já me encontrei, para uma conversa longa, em Santiago, à margem da Cúpula América La-

tina, Caribe e União Europeia – a Croácia ainda não é membro pleno da União Europeia, mas já assistiu, nessa capacidade de futuro membro –, e foi aí que começamos a acertar os ponteiros para essa visita oficial.

Tenho a impressão de que cobri o principal das perguntas que me foram dirigidas. Se algum Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, inclusive, tendo em conta o Senador Cyro, que formulou a primeira pergunta, e o Senador Aloysio Nunes também. Acho que as respostas que V. Exª deu com respeito ao Senador Roger Pinto Molina foram altamente tranquilizadoras para todos que fomos instados a pedir esclarecimentos. V. Exª colocou muito bem, inclusive a preocupação do Governo brasileiro, da própria Presidenta Dilma, de que tudo corra bem nesse caso, tal como V. Exª explicou. Agradeço também as demais respostas.

Muito obrigado

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Consulto o Senador Pedro Simon, na posição de requerente...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Agradeço a vinda de V. Exª e a exposição feita por V. Exª.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Acho que, em tese, a imprensa não noticiou direito. Não vejo nenhum sinal de que o Itamaraty não tenha perdido o sono por causa da Aliança do Pacífico.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – De qualquer forma, nós teremos, nos próximos dias, a presença do Dr. Ivan Ramalho, que é o alto representante no Mercosul, que esteve presente em Cáli e poderá, junto a esta Comissão, prestar os devidos esclarecimentos.

Agradeço ao Sr. Chanceler Antonio Patriota o esforço por estar conosco aqui para satisfazermos um conjunto de dúvidas. A presença de V. Exª trouxe luz para esta Comissão, tendo de V. Exª todos esses esclarecimentos da posição firme e determinada do nosso Governo e do nosso País em continuar dando passos para a consolidação da ...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Desculpe por interferir, mas apenas diria a V. Exª que nós temos discutido aqui que a nossa Comissão em tese tem ficado muito à margem do diálogo que deveria ter de modo especial com V. Exª, com o Ministério das Relações Exteriores.

As coisas acontecem e, ao contrário de outros países como os Estados Unidos, em que a Comissão de Relações Internacionais é a mais importante, aqui as coisas vão, debatemos e não temos a presença, não temos a ação, não temos a discussão que, de certa forma, parece que não tem, porque ao longo do tempo isso não aconteceu.

Eu acho, com toda a sinceridade, que deveria e poderia. E acredito que esta Comissão poderia inclusive, muitas e muitas vezes, auxiliar, colaborar com o Itamaraty em algumas questões ou em várias questões.

Tínhamos conversado aqui, o Presidente ficou de falar pessoalmente isso com V. Exª, mas eu acho que quando ele falar é importante V. Exª ver a possibilidade de que esta Comissão seja mais bem aproveitada naquilo em que ela possa auxiliar o Brasil e, de modo especial, o seu Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Inclusive, nesse contexto estamos iniciando com V. Exª essa primeira reflexão. Teremos nos próximos dias representantes de entidades como a Confederação Nacional da Indústria, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o Dr. Ivan Ramalho. Teremos aqui a presença também do Embaixador Sérgio Amaral e, ao final, o desejo desta Comissão é se posicionar em relação a todos esses fatos, para que a Comissão de Relações Exteriores, à luz do que V. Exª trouxe aqui, possa se posicionar. Continuar atentos, mas nos tranquilizar com a coordenação e a liderança que V. Exª exerce à frente do Ministério das Relações Exteriores.

De modo que quero agradecer muito a presença de V. Exª, do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Eduardo dos Santos; das Sras Embaixadoras que nos honram aqui com suas presenças, dos Srs. Embaixadores também. Sejam todos muito bem vindos à Comissão de Relações Exteriores.

Concedo a palavra a V. Exª para suas manifestações finais.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Eu só tenho a agradecer e reiterar que estarei à sua inteira disposição para um diálogo, e por seu intermédio com

os membros da Comissão ou os membros individualmente também.

Concordo com a colocação do Senador Simon de que podemos fazer muito mais juntos e fortalecer muito mais os nossos papéis em defesa de interesses brasileiros na sua inserção internacional. Vivemos um momento de transformações aceleradas e, na verdade, de vez em quando os acontecimentos, parece, estão indo mais rápido do que a nossa capacidade de absorvê-los, de interpretá-los. Mas de minha parte fiquem certos de que estarei sempre à disposição de participar de qualquer esforço de coordenação mais intensivo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 15 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e quatro minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presente a Senhora Senadora **Ana Amélia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e faz leitura de comunicado referente ao Portal e-Cidadania. Passa-se à **PAUTA**: Audiência Pública para debater a regulamentação para o uso civil, comercial e militar dos chamados “drones” ou Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT). O Presidente convida a comporem a Mesa: **Coronel Aviador Paulo Ricardo Laux**, do Estado-Maior da Aeronáutica; **Wellington Soares Gonçalves**, Delegado da Polícia Federal, do Ministério da Justiça; **Roberto José Silveira Honorato**, Gerente Técnico de Processos Normativos da Superintendência de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil; e **Antonio Mendes de Oliveira Castro**, Coordenador do Comitê VANT, da ABIMDE, em substituição ao convidado Sami Youssef Hassuani, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, que justificou ausência. O Presidente faz pronunciamento sobre o tema desta Audiência Pública. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. O Presidente concede a palavra a cada um dos expositores. Após a exposição do Coronel Ricardo Laux, o Presidente con-

cede a palavra ao **Major Aviador Cyro André Cruz**, do Segundo Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicação e Controle do Comando da Aeronáutica/FAB. Os expositores fazem suas considerações finais. Às dezesseis horas e vinte e um minutos, assume a Presidência a Senadora Ana Amélia. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às dezessete horas e quinze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

Notas Taquigráficas

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Esta reunião contará com a utilização dos serviços de interatividade do Senado Federal, que permitem aos cidadãos encaminharem perguntas e comentários destinados aos nossos convidados, por intermédio da Presidência.

Qualquer cidadão pode acessar o portal e-Cidadania, por meio do endereço www.senado.leg.br/e-Cidadania. Lá é possível acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião, bem como por meio do Mural do Cidadão enviar seus comentários, eventuais perguntas e questionamentos.

Os comentários e perguntas sofrerão, naturalmente, uma triagem, conforme é definido nos termos do portal. Essa triagem não é feita com base na qualidade do comentário ou no mérito, ou seja, sem qualquer tipo de reserva ao conteúdo, mas quanto ao cumprimento de regras de respeito, civilidade e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do serviço oferecido.

Cada Sr. Senador ou Srª Senadora, bem como a própria sociedade, pode ver os comentários e perguntas dessa maneira, na página do portal e-Cidadania.

Importante também destacar que os cidadãos podem apresentar suas perguntas por meio do telefone Alô Senado, no 0800 61 2211. Tais inovações buscam tornar mais dinâmica a participação da sociedade na atividade legislativa e no debate parlamentar, incentivando o engajamento dos cidadãos na formulação das políticas públicas do nosso País.

Para participarem desta reunião, convido para tomarem assento à Mesa os nossos convidados. Antecipadamente, nós agradecemos a disponibilidade de cada uma das senhoras e de cada um dos senhores.

Convido o Tenente-Coronel-Aviador Paulo Ricardinho Laux, do Estado-Maior da Aeronáutica. De igual forma o Dr. Wellington Soares Gonçalves, Delegado da Polícia Federal, do Ministério da Justiça; também o Sr. Roberto José Silveira Honorato, Gerente Técnico de Processos Normativos da Superintendência de Aeronavegabilidade de Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). De igual forma também convido o Antonio Mendes de Oliveira Castro, Coordenador do Comitê Vant, representando o Sr. Sami Youssef Hassuani, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a regulamentação para o uso civil, comercial e militar dos chamados drones ou Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) em atendimento ao Requerimento nº 15 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria da eminente Senadora Ana Amélia, também subscrito pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Para participarem desta reunião, os nossos convidados já têm assento à Mesa.

O assunto Vant vem sendo objeto de constante atenção no Legislativo, em especial pela ausência de regulamentação a respeito da matéria. Questões como critérios de segurança, privacidade, direito de imagem, responsabilização por danos a terceiros, faixas de frequência de comunicações, tudo deve ser considerado para uma efetiva regulamentação, mas o tema ainda carece de avanços, pois ainda há muita lentidão em nosso País.

O tema é atual por sua popularização, acarretada pelo baixo custo de alguns desses equipamentos. Além disso, destacamos que, por exemplo, há notícias do emprego de drones para acompanhar as manifestações dos últimos dias em diversas cidades do nosso País.

Na verdade, o grande aumento do uso desses equipamentos em âmbito mundial, nas mais diversas situações, representa um imenso desafio em termos operacionais e também no campo legislativo, afinal, serão necessárias normas regulamentando o emprego desses equipamentos tanto pelo Estado quanto pelo setor privado.

Entre as questões polêmicas estão a capacidade potencial desses aparelhos em monitorar comunicações e atividades de pessoas, o risco de colisões com aviões e outros obstáculos aéreos, a consequente queda em áreas habitadas e a distribuição de competências entre órgãos policiais e forças militares do seu uso.

A capacidade de reação de um piloto de Vant em situação de risco também é questionada.

Isso tudo apenas no campo civil, já que no campo militar o assunto é bem mais complexo. O tema inclu-

sive tem sido de debate nacional nos Estados Unidos em razão das centenas de mortes, entre as quais de pessoas inocentes, atribuídas a equipamentos armados no Afeganistão e em outras regiões do globo.

No Brasil a Estratégia Nacional de Defesa listou o avanço nos programas de VANTs, denominados como aeronaves remotamente pilotadas, como uma das três diretrizes estratégicas que marcarão a evolução da Força Aérea. Segundo documento, os VANTs poderão vir a ser meios de grande importância no combate aéreo, além de possibilitar maior precisão no monitoramento e controle do território nacional.

O texto adiciona ainda que a Força Aérea formulará doutrina sobre a interação entre os veículos tripulados e veículos não tripulados.

O Livro Branco de Defesa, por seu turno, lista vários projetos relativos ao Vant previstos para serem implementados nos próximos anos, com empregos que vão desde a vigilância do mar até o controle do espaço aéreo. Nesse sentido, a Força Aérea Brasileira já dispõe de Vant para emprego em caráter experimental.

No campo policial e de inteligência, o Departamento de Polícia Federal vem empregando Vant para acompanhar ações de organizações criminosas e coibir delitos. Os drones têm sido utilizados, por exemplo, na região de fronteira no combate ao contrabando e ao descaminho e, ainda, nas operações policiais contra o narcotráfico. Também pode servir de apoio para outras agências encarregadas de fiscalização, como a Receita Federal e o Ibama, por exemplo.

Na área militar e policial, portanto, os VANTs já vêm sendo utilizados em atividades como a segurança de grandes e o monitoramento de fronteiras, entre outros empregos.

Em 2012, foi divulgada matéria fartamente veiculada em jornais assinalando o conflito entre a Polícia Federal e a Aeronáutica quanto ao uso de Vant. Entretanto, o que podemos verificar, nos últimos dias e semanas, foi a cooperação entre militares e policiais, por exemplo, por ocasião da Operação Ágata 7 e na segurança para a Copa das Confederações.

Nesse sentido, destacamos que entendemos como de grande relevância a cooperação entre autoridades públicas para o combate à criminalidade e a garantia da segurança.

Reiteramos que os VANTs também têm seu emprego civil e comercial. Isso significa cada vez mais que os VANTs ganharão espaço e sua produção e utilização tendem a crescer. De fato, estão se tornando cada vez mais acessíveis em virtude da redução em seu custo de produção.

Foi divulgado, recentemente, um levantamento feito junto a fabricantes, importadores, empresas e ór-

gãos públicos de que mais de 200 VANTs já estariam em operação, em nosso País, sem uma regulamentação específica. Destacamos que apesar de a iniciativa para a regulamentação estar a cargo primordialmente do Poder Executivo, o Legislativo, no caso específico o Senado da República, deve promover, incentivar e estimular o debate no que couber, até mesmo em razão do seu aperfeiçoamento.

Assim, diante do tema de tamanha importância para os interesses nacionais, o Senado Federal não pode se furtar a melhor conhecê-lo e discuti-lo. A regulamentação do emprego dos VANTs em suas mais variadas formas, tamanhos e empregos e seu uso efetivo no campo civil e militar, público e privado, são assuntos que merecem atenção do Parlamento. Nesse sentido, foi proposta audiência pública para o dia de hoje, sobretudo em razão do requerimento de S. Ex^a a Senadora Ana Amélia. Consulto a Senadora Ana Amélia se deseja fazer uso da palavra nesse instante, ou se passamos a palavra aos nossos convidados, para que possamos incrementar o nosso debate? *(Pausa.)*

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, senhores expositores, em primeiro lugar, agradeço a disponibilidade de todos em comparecer para discutir essa questão que é nova no Brasil, pelo menos nova do ponto de vista da abordagem para o conhecimento da população. E é preciso, para evitar qualquer dúvida, que a gente esclareça a população para que entenda bem o mecanismo.

Eu queria agradecer ao Presidente Ricardo Ferraço, porque nesse preâmbulo de apresentação praticamente resumiu o conteúdo central das minhas preocupações quando fiz o requerimento para esta audiência pública. Então, queria antecipar os agradecimentos e especialmente agradecer a presença do Presidente liderando os trabalhos desta tarde nesta audiência pública.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A nossa expectativa seguramente é na direção de, tendo aqui a presença de especialistas que estão operando não apenas na formulação mas na própria regulamentação, que esta Comissão e os brasileiros que nos acompanham através dos diversos meios e formas possam conhecer aquilo que o Estado brasileiro está muito mais do que pensando e refletindo, mas fazendo.

Portanto, vamos ouvir os nossos convidados e os nossos especialistas.

Concedo a palavra ao Tenente-Coronel-Aviador Paulo Ricardo Laux, do Estado-Maior da Aeronáutica, para suas manifestações.

Quero crer que a princípio serão 10 minutos como prazo de tempo, para cada um dos senhores convidados, e, em seguida, estaremos aprofundando o nosso debate, reiterando o agradecimento pela presença de todos os senhores nesta audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. PAULO RICARDO LAUX – O.k.

Em primeiro lugar, boa tarde, senhoras e senhores.

Eu gostaria de parabenizar pela escolha do assunto e pelo momento oportuno que veio à pauta essa questão.

Agradeço a oportunidade de divulgarmos o que tem sido feito no âmbito das Forças Armadas. Até divulgar um pouco das nossas operações, onde nós estamos e até onde gostaríamos de chegar.

Eu vou dividir a apresentação. Farei uma breve explanação do histórico de onde nós estamos e até onde pretendemos chegar. E o Major Cyro, do Decea, fará algumas considerações sobre a parte legal, as regras, a parte de regulamentação.

O processo de implantação de VANTs na FAB começou em 2009, com o recebimento de sistemas a serem avaliados. Já em 2010, após análise aprofundada, inclusive da parte de certificação e todas as questões de segurança de voo, elas nos levaram a tomar uma iniciativa de começar o voo em março de 2010. A partir do momento em que julgamos que estava bastante seguro o início do voo, nós iniciamos as atividades.

Já neste ano, fizemos em torno de 12 avaliações operacionais. O que vem a ser uma avaliação operacional? É um processo até científico de análise dos sistemas. Não só com o olhar naquele sistema, mas em todos os sistemas com os quais poderíamos estar voando no futuro. A partir do final do ano de 2011, optou-se pela aquisição, até modesta inicialmente, para que pudéssemos dar prosseguimento a essas atividades e desenvolvimento doutrinário.

Uma questão que foi suscitada logo de início é relativa ao operador, quem deveria ser o piloto em comando. E a Força Aérea optou, de forma até conservativa, por pilotos experientes, inclusive pilotos de caça, de helicóptero que conduziram as atividades e que continuam executando até a presente data. Então, nesse quesito de certificação e de habilitação, nós estamos tratando como se fosse uma aeronave tripulada, fazendo exatamente as mesmas considerações.

No presente momento, após inúmeras participações em atividades de segurança, nós estamos equacionando junto à Força Armada Brasileira um conceito de operações mais geral, buscando informações junto ao Exército, à Marinha, onde nós gostaríamos de che-

gar, principalmente em relação a essa parte de regras de tráfego aéreo no âmbito interno, de Forças Armadas.

O voo propriamente dito está acontecendo em espaço aéreo segregado. O que vem a ser isso? O espaço aéreo segregado é uma área que é notificada, através dos instrumentos aeronáuticos de divulgação, em que é proibida a entrada de qualquer outra aeronave que não seja aquela permitida para aquele espaço aéreo. Então, todos os voos que estão acontecendo estão sob esse amparo até. Não é uma restrição. Restrição seria de as outras aeronaves não poderem adentrar aquele espaço aéreo. Então, está nos resguardando a questão de segurança do voo.

Basicamente o que temos trabalhado são missões de reconhecimento e vigilância e desenvolvendo uma doutrina bastante forte, voltada às ações de defesa como um todo, englobando ações também de apoio a calamidades. Ele se mostra uma ferramenta imprescindível na parte de busca, de acidentes aéreos ou de pessoas. Inclusive, em relação a uma pessoa perdida em mata, nós já testamos, já fizemos buscas, e comprovou-se ser de grande eficácia. Logicamente, nessas questões vai entrar a flexibilização do uso do espaço aéreo. Nós vamos ter que ter um processo. Nós vamos amadurecer, porque um acidente ninguém sabe onde vai acontecer. Então, nós vamos ter que pensar muito forte em como é que nós vamos poder ter disponibilidade de uso do espaço aéreo em questões inopinadas, numa área em que aconteceu uma calamidade, um acidente propriamente dito.

Basicamente seria essa a visão nossa no sentido mais macro. O que nós estamos fazendo? Desenvolvendo uma doutrina. Na verdade, já fizemos aplicações em conjunto, inclusive com a Polícia Federal, e esclareço aqui que, já no primeiro momento, em 2009, nós fizemos uma visita à Polícia Federal e estreitamos os laços. Apesar de a informação sair que não estava, nós tivemos uma cooperação muito grande já nos primeiros momentos. A Polícia foi a Santa Maria, nós fomos a Foz. Então, deixo bem claro que a cooperação foi muito grande. Nós trocamos experiências, voamos juntos, até culminou agora com um voo literalmente na ala – nós costumamos brincar. Fizemos um voo com bastante sucesso, numa operação conjunta com a Polícia Federal. Então, deixo bem clara essa questão que foi mencionada.

Basicamente esse é o *status* em que estamos agora. Só para ilustrar, a partir de amanhã, até sexta-feira, nós estaremos fazendo uma reunião no Estado Maior da Aeronáutica com o Estado Maior do Exército e da Marinha justamente para fechar esse conceito de operações para aplicações militares. Então, até por economicidade de mês, as compras serão gerencia-

das de forma homogênea, e nós vamos buscar muito a interoperabilidade entre as Forças. Uma Força ajudando a outra.

No caso, a Força Aérea com um poder mais abrangente, uma aeronave de maior porte, poderá transmitir as informações necessárias às Forças do Exército ou da Marinha, ou Forças de Segurança Pública, em alguns casos de que a gente possa participar.

Eu vou passar a palavra ao Major Cyro, que tem mais detalhes em relação à parte regulatória.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Major Cyro. V. S^a pode usar da palavra daí ou daqui, como preferir.

O SR. CYRO ANDRÉ CRUZ – Boa tarde. Daqui está bom, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A palavra é de V. S^a.

Concedo a palavra ao Major-Aviador Cyro André Cruz, do Segundo Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicação e Controle.

O SR. CYRO ANDRÉ CRUZ – Obrigado, Excelência.

A minha apresentação vai tomar um pouquinho mais de tempo, se for permitido avançar um pouco no tempo cedido. Mas é bastante interessante para a gente poder equalizar conhecimento a respeito, principalmente quando se fala que não há regulamentação no Brasil.

Por favor.

A apresentação é sobre o Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas e o acesso ao Espaço Aéreo Brasileiro.

Por favor.

O objetivo é conhecer as peculiaridades que envolvem esse sistema no espaço aéreo.

Por favor.

Eu vou falar um pouquinho sobre a competência do Comando da Aeronáutica no uso do espaço aéreo e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo sobre esses sistemas, sobre o nosso envolvimento na organização de aviação civil internacional, as legislações que estão em vigor no Brasil e algumas perspectivas.

Por favor.

A Constituição da República diz que compete à União regulamentar sobre a navegação aérea. Isso foi regulamentado pelo Código Brasileiro de Aeronáutica. A Lei Complementar 97 ratifica que compete à União, ao Comando da Aeronáutica e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo a segurança da navegação aérea. E a lei que criou a Agência Nacional de Aviação Civil ratificou essa competência, passou algumas coisas para a Anac, mas manteve o controle do espaço aéreo sob competência da Aeronáutica. E o Decreto nº

6.834 determina a estrutura regimental do Comando da Aeronáutica e dá competência do controle do espaço aéreo ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

Por favor.

É um dos grandes comandos da Aeronáutica; o Departamento de Controle do Espaço Aéreo está logo abaixo do Comando da Aeronáutica e é o órgão central do sistema de controle do espaço aéreo brasileiro.

Por favor.

A missão do Decea é planejar, gerenciar, controlar as atividades relacionadas à segurança, à navegação e ao controle do espaço aéreo, e as telecomunicações aeronáuticas. É o órgão central do Sisceab, como falei anteriormente.

Por favor.

É responsável pela segurança de mais de 22 milhões de quilômetros quadrados, sendo 8,5 milhões sobre o território. Possui um centro de gerenciamento de navegação aérea, cinco centros de controle de área, um serviço regional de proteção ao voo de São Paulo, quatro centros de operações militares, quarenta e sete órgãos de terminal, cinquenta e nove torres de controle, setenta e nove destacamentos, noventa e três sítios de comunicação VHF, setenta e um radares primários, setenta e cinco radares secundários, cinco esquadrões do grupo de comunicações e controle – como foi dito, sou comandante de um deles.

Por favor.

Neste cenário, aparece esse novo componente da aviação mundial, que está em grande desenvolvimento, que tem diferentes tamanhos, formatos, *performances*. Vocês podem ver que há uns de tamanhos pequenos que cabem na palma da mão, outros são maiores que aeronaves e decolam, outros são catapultados, outros são lançados. Daí a complexidade de se regulamentar a respeito desses sistemas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. CYRO ANDRÉ CRUZ – Pois não, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só para aproveitar a imagem: qual deles é o importado de Israel, desses que estão aí?

O SR. CYRO ANDRÉ CRUZ – O que está bem no centro e abaixo. É o da Força Aérea que tem a Bandeira do Brasil; é o segundo. (*Pausa.*)

A senhora conseguiu ver?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É o segundo de lá para cá?

O SR. CYRO ANDRÉ CRUZ – Esse é o da Força Aérea.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. CYRO ANDRÉ CRUZ – O que está à direita, o maior é o Global Hawk, que está em uso tanto nos Estados Unidos como na Europa. O acima dele é um helicóptero, é o Fire Scout, que também é de uso americano. E aí vai. O ScanEagle está do outro lado também. Esse aqui que é o ScanEagle, que também é de uso americano; esse aqui é brasileiro; esse aqui é o Predador, cujo uso é com emprego de armamento, que também é americano, que está em uso no Afeganistão.

Bem, vou me permitir continuar, senão não vai dar tempo.

Por favor.

A gente fala muito em Vant, que nada mais é do que uma tradução do termo *Unmanned Aerial Vehicle*, que foi importado, e esse termo, no mundo, está sendo abandonado, por isso que a gente ouve muito falar em drone ou Vant, mas, na verdade, nas regulamentações, temos abandonado esse termo. Então, os termos que a gente têm usado agora são sistemas de aeronaves não tripuladas. Por quê? Porque primeiro que é uma aeronave, ou seja, é um componente da aviação; então, tem que seguir as regulamentações previstas para a aviação. Portanto, abandonamos o termo veículo. E sistema porque esse tipo de aeronave depende do *link* de comunicação e dos equipamentos em solo. Ou seja, não é somente a aeronave em si. Ela está dividida em duas categorias, que é o sistema de aeronave remotamente pilotada, isto é, tem um piloto no solo que é responsável pelo voo durante todo o tempo e existem algumas aeronaves que são consideradas totalmente autônomas. Uma vez programadas no solo, não consigo interferir nela em voo, e essas aeronaves hoje, no mundo, não têm autorização para voar. A Organização da Aviação Civil Internacional rechaça o uso dessas aeronaves porque tem que haver o controle no solo, a possibilidade de intervenção a qualquer momento. Por isso que está riscado, exatamente.

Por favor, o próximo.

Os Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas então, como já foi dito aqui, reconhecem algumas vantagens, não oferecem perigo à tripulação, já que não há ninguém a bordo, seus voos normalmente são discretos; em alguns casos, têm longa autonomia, principalmente se comparados às aeronaves tripuladas; têm uma vasta aplicação e um baixo custo relativo, se comparados às aeronaves tripuladas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A autonomia pode chegar a que limite?

O SR. CYRO ANDRÉ CRUZ – Depende da aeronave. Os menores, por exemplo, voam meia hora, então não dá para dizer que têm uma grande autonomia. Mas, por exemplo, se pegar o do Hermes 450 ou o da

Polícia Federal, têm autonomias maiores, de muitas horas, como 18 horas – o da Polícia Federal até mais –, que, comparados com um avião, que tem que pousar até por causa da fadiga do piloto e do consumo de combustível, é bem diferente, bem maior.

Próximo, por favor.

Algumas aplicações possíveis – só para a gente retratar –: há o monitoramento ambiental de plantações; monitoramento de linhas de gás e de linhas de transmissão; monitoramento patrimonial; monitoramento de trânsito; avaliação de catástrofes naturais; plataformas de desenvolvimento de sistemas; monitoramento climático; uso na segurança pública; suporte aéreo para busca e salvamento; repetidor de telecomunicações; vigilância marítima, aérea e terrestre, e uma ferramenta de inteligência de comando e controle.

Próximo, por favor.

Porém, justamente pelo fato de não ter piloto a bordo, aponto para algumas importantes questões. A primeira delas é a capacidade, principalmente para nós que trabalhamos com espaço aéreo, que se chama *detection and avoid*, ou seja, a capacidade de detectar e evitar. Então, seria mais ou menos como o piloto no solo ter a mesma condição como se estivesse no ar de evitar uma outra aeronave, ou obstáculos, ou meteorologia adversa.

Esses são sistemas que estão em estudo no mundo inteiro e ainda não se tem uma capacidade definida de todos os requisitos que são necessários para isso.

Esse aí é considerado o “Santo Graal” para integração com as aeronaves tripuladas.

Outro problema é o *link* de controle, tanto o usado por controle quanto pelos *payloads*, que são os sensores, ou até por esses sistemas de *detection and avoid*. Estes *links*, como eles fazem parte do sistema, como falei anteriormente, têm que ter alto nível de confiabilidade e proteção para evitar que sejam “hackeados” ou perdidos, o que vai impactar diretamente com a segurança da aeronave.

A qualificação dos pilotos é outro ponto-chave, assim como a certificação de aeronaves e de sistema e dos operadores. Mas, esse tema vou deixar para o meu amigo da Agência Nacional de Aviação Civil, que é relativo a ele.

E algumas questões legais, como a imputação de responsabilidade, o seguro, o emprego, em que está autorizado a ser empregado ou não.

E, por fim, também como foi dito, sobre privacidade: em que momento o emprego de uma aeronave desse tipo vai impactar na privacidade dos cidadãos?

Por favor.

Várias organizações da aviação mundial estão envolvidas na regulamentação para viabilizar a sua

total integração no espaço aéreo. Posso citar, como já disse, a Organização de Aviação Civil Internacional, e há várias outras, inclusive o Decea e a Anac.

A principal delas é a Organização de Aviação Civil Internacional, que é formada por 191 países, dentre eles o Brasil. Seu principal documento é a Convenção de Chicago, de 1944, com os seus anexos. E o objetivo principal é harmonizar internacionalmente as regras da aviação mundial.

Por favor.

Já em 1944 – isso é interessante – o art. 8º falava sobre aeronave sem piloto, o que se entende sem piloto a bordo. E ali diz que nenhuma aeronave será capaz de voar sem piloto a bordo sobre o território de um país signatário sem uma autorização especial emitida por esse país e de acordo com os termos dessa autorização. Cada país signatário é responsável por assegurar que o voo dessa aeronave sem piloto, em regiões abertas à aviação civil, seja tão controlado, de modo a evitar perigo para a aviação civil.

Isso está na Convenção de Chicago, da qual o Brasil é um dos países signatários.

Pode passar, por favor.

A Organização de Aviação Civil Internacional criou, em 2008, o grupo de estudos para tratar do assunto, para assessorar a organização na regulamentação internacional. Foram realizadas doze reuniões até hoje. O Brasil participa delas desde a terceira. A décima reunião foi realizada no Rio de Janeiro, sob a coordenação do Decea e da Anac. Quanto às próximas reuniões, haverá mais uma este ano e mais três no ano que vem para tratar do assunto.

Por favor.

Dos trabalhos realizados, foi feita a Circular nº 328, que era um guia inicial, publicada em 2011, e foram feitas emendas aos anexos da Convenção de Chicago: no Anexo II, que trata de regras do ar; no Anexo VII, que trata de registros da aeronave; e no XIII, que trata de investigação de acidentes. Foi feito um manual explicativo sobre a emenda feita no Anexo II, regras do ar, a respeito dessa autorização especial.

Em desenvolvimento, está sendo feito um manual em conjunto com as principais mentes que lidam sobre o assunto no mundo, que tem um caráter bastante educativo, já que o assunto é novo. E os trabalhos futuros são emendas aos demais anexos.

Por favor.

No Brasil, em matéria publicada, disseram que não há legislação em vigor, o que não é verdade. Existe a Circular de Informações da Aeronáutica nº 2.110, em vigor desde setembro de 2010, que pode ser acessada no *site* do Decea. E vamos tratar um pouquinho sobre ela, sobre os critérios dela.

Existe a norma operacional do Sistema de Defesa Aeroespacial, Com10, que trata do voo das Forças Armadas e da Polícia Federal, que é feito baseado em cartas de acordo operacional com todos os requisitos e procedimentos previstos para cada voo; existe a Decisão nº 127, da Anac, que deu suporte à operação da Política Federal; existe a IS nº 21-002, da Anac, que eu vou deixar, senão vou entrar na palestra do colega, e existe a DCA nº 63-4, publicada este ano, que orienta os órgãos regionais do Decea a como proceder nas solicitações para voo.

Por favor.

Algumas premissas da AIC – Circular de Informação Aeronáutica, na qual vou me ater, são informações básicas.

Uma das premissas, a aeronave remotamente pilotada é uma aeronave, então, como eu disse, tem que seguir todos os regulamentos da aviação; todo o sistema tem que ser considerado, então tem o *link* e os equipamentos no solo; apenas as remotamente pilotadas estarão sujeitas à autorização, devido à responsabilidade do piloto no solo, ou seja, as totalmente autônomas não serão autorizadas; o voo somente poderá ocorrer em espaço aéreo segregado, ou seja, não há o compartilhamento do espaço aéreo com as aeronaves tripuladas, com qualquer outra aeronave, ou seja, onde houver aeronave remotamente pilotada voando não voa ninguém.

Esse espaço é definido por Notam. O Notam é um aviso aos aeronavegantes, dizendo que aquele espaço ali está previamente separado para aquele tipo de operação.

Não deverá aumentar o risco para as pessoas e propriedades no ar ou no solo. Portanto, hoje, pela AIC, há proibição de voo sobre cidades, povoados e lugares habitados.

A garantia de manter pelo menos o mesmo padrão de segurança exigido para as aeronaves tripuladas.

E as aeronaves deverão se adequar às regras existentes. Não vão receber tratamento nenhum dos sistemas de controle de tráfego aéreo.

Pode passar, por favor.

Na solicitação para o uso do espaço aéreo, deverá ser enviado o maior número de informações possíveis para facilitar o parecer. As informações deverão ser encaminhadas aos órgãos regionais do Decea, que são os Cindactas (Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo), e ao Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo, com antecedência mínima de 15 dias. E aí vai ser feita a análise e emissão de um parecer, autorizando ou não o voo.

Pode passar, por favor.

E aí eu ressalto que as orientações previstas na circular e as autorizações se referem à utilização do espaço aéreo. A utilização do espectro de frequências é competência da Anatel. A aeronavegabilidade, operações e licença de pessoal, ou seja, certificação do piloto é de competência da Anac. E, se a missão tiver caráter de aerolevante, a competência de autorizar é do Ministério da Defesa.

Pode passar, por favor.

Algumas perspectivas. Eu coloquei aqui um *roadmap* da Organização de Aviação Civil Internacional, que é o trabalho que a gente vem desenvolvendo lá. Então, abrange todas essas áreas, e a previsão inicial, ali em verde, vocês podem ver que é a publicação do Manual em 2014. A gente deve fechar o Manual até a próxima reunião, agora em 2013. Em 2014, a gente deve publicar esse Manual. Para depois, ali em laranja, a gente fazer as inserções nos Anexos da Convenção de Chicago.

Por favor.

Seguindo mais ou menos essa mesma cronologia, o Decea, junto com a Anac, estabeleceu um *roadmap*, ou seja, um cronograma de ações. Algumas dessas ações dependem um pouco do que está acontecendo no mundo. Mas a gente tem um planejamento do que a gente pretende de hoje até 2018, conforme está previsto nesse *roadmap*.

Bem, era isso que eu tinha para falar.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Major-Aviador Cyro André Cruz, pela participação de V. S^a.

Concedo a palavra ao Dr. Wellington Soares Gonçalves, Delegado da Polícia Federal.

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES – Boa tarde, Sr. Presidente Senador Ricardo Ferraço, Sr^a Senadora Ana Amélia, senhores, demais componentes da Mesa.

É interessante que, por manifestação da FAB, já se ressaltou aqui a integração entre as soluções dos sistemas de aeronaves não tripuladas que têm sido adotados pelo Brasil, pela Força Área e pela Polícia Federal. E, seguindo a linha dessa integração, eu já vou adiantar que a parte da legislação foi abordada com excelência, de modo que não há necessidade de eu repetir critérios específicos a respeito da vasta legislação já existente no Senado Federal, para nos orientar a respeito do uso desse novo sistema. Então, eu vou me ater aqui a um breve histórico a respeito do sistema de aeronaves não tripuladas da Polícia Federal e, especificamente, da parte da legislação que trata da regulamentação de como pode e como deve

funcionar o sistema de aeronaves não tripuladas da Polícia Federal.

Então, primeiramente, agradecendo o convite e a oportunidade de conversar com o Congresso Nacional e, por extensão, com a população brasileira a respeito desse tema novo, sensível e importante para o aspecto de segurança pública no que diz respeito, especificamente, às atribuições da Polícia Federal, é uma satisfação nossa dizer que a escolha do sistema de aeronaves não tripuladas do Departamento de Polícia Federal foi feita com origem na própria legislação brasileira.

Como é que se deu, então, essa escolha?

Baseado nas atribuições constitucionais do Departamento de Polícia Federal expressas no art. 144 da Constituição Federal, verificou-se que a Polícia Federal tem, entre outras atribuições, duas importantes missões que se identificam com a utilidade desses sistemas, quais sejam o combate à criminalidade organizada e a segurança de fronteiras no que diz respeito à segurança pública. Especificamente a respeito do combate à criminalidade organizada, já há muito tempo a Polícia Federal verificou a necessidade de adaptação e de busca de novas ferramentas e de novas metodologias para que nós possamos combater espécies de criminalidade cada vez mais especializadas e cada vez mais complexas nos modelos de organizações criminosas e outras ameaças à segurança, como crimes cibernéticos e terrorismo.

Nessa busca por novos instrumentos, a Polícia Federal identificou, então, dentro do cenário mundial, a utilidade e a adequação desse sistema de aeronaves não tripuladas.

Então, o que aconteceu? Em novembro de 2007, a Polícia Federal instituiu um grupo de trabalho para que fosse feita uma pesquisa baseada em cima das nossas atribuições constitucionais de modo a se tentar descobrir, primeiro, se o sistema de aeronaves não tripuladas teria utilidade para a aplicação na segurança pública; e, segundo, consideradas as nossas atribuições, se existia um modelo ou um sistema que seria mais adequado para segurança pública, tomando como referência o eslaide mostrado pela FAB da diversidade e da ampla gama de diferentes sistemas e aeronaves que existem disponíveis no mercado, então, a Polícia Federal teve a preocupação de tentar identificar qual delas seria mais adequada para o nosso trabalho.

Então, em 2009, após levar em consideração a nossa preocupação no combate à criminalidade organizada, a segurança de fronteiras, o tráfico de entorpecentes, o tráfico de armas, o contrabando e o descaminho, os crimes ambientais entre outros tipos criminais que derivam da nossa Constituição e da le-

gislação penal brasileira, identificou-se, por características técnicas de autonomia de voo, de sensores, que são os *payloads*, que são os equipamentos que são embarcados na aeronave e que são utilizados para que a gente possa cumprir as nossas atribuições, a complexidade do sistema, a questão do custo, a questão da interação com os fabricantes, foi escolhido então o modelo Heron. Esse foi o sistema escolhido pela Polícia Federal, fornecido pela empresa israelense também, a empresa IAI.

Entre as características desse sistema, é interessante destacar, então, por exemplo, no quesito autonomia – nós já conversamos sobre isso hoje – que esse equipamento da Polícia Federal possui uma autonomia de mais de 30 horas. Mas operacionalmente embarcado, com a quantidade certa de combustível, com mais de um sensor embarcado na aeronave, essa aeronave pode voar mais de 30 horas sem retornar ao aeródromo de onde ela saiu.

Então, o que significa isso para a Polícia Federal em critérios práticos? Significa que nós temos um alcance de mais de três mil quilômetros, nos quais a gente pode mandar essa aeronave para que os policiais das outras equipes e das outras unidades da Polícia Federal possam receber o suporte de radares, de câmeras, de câmeras de infravermelho, de equipamentos de comunicação, todas essas disponibilizadas por meio do sistema de aeronaves não tripuladas.

E como isso se dá? Da seguinte maneira: o sistema foi adquirido para funcionar como uma ferramenta de inteligência, especificamente para a Polícia Federal como uma ferramenta de inteligência policial.

E o que isso significa dentro do nosso trabalho? Significa que a missão da Polícia Federal é funcionar como polícia judiciária da União e significa que a nossa missão constitucional é investigar crime.

Então, a aeronave que foi adquirida pela Polícia Federal como uma ferramenta de inteligência não é uma atividade-fim para a Polícia Federal. Ela é um instrumento muito útil, altamente complexo, altamente tecnológico, mas um instrumento para que os nossos policiais possam fazer o seu trabalho de uma maneira melhor e enfrentar essa evolução da criminalidade, que eu comecei a mencionar aqui nesse momento inicial.

Então, após escolha desse modelo de aeronave, foi feito o treinamento de pilotos e operadores. Então, a aeronave funciona com os pilotos numa estação de solo, um *ground control* do sistema. Então, ali dentro tem um piloto e tem um operador. O piloto é responsável pelo voo da aeronave, e o operador é responsável pelos sensores que vão embarcados nessa aeronave.

Esse sistema adquirido pelo DPF também possui uma característica de automação bastante avançada.

O que significa isso? Ela levanta voo e ela pouso automaticamente, sem a intervenção do piloto. Também durante o seu voo não há uma necessidade de o piloto ficar o tempo todo ali controlando a aeronave está fazendo. Então, é uma diferença, por exemplo... Há um aeromodelo que você tem que ter uma pessoa o tempo todo ali, responsável pelo que a aeronave está fazendo. Então, são traçadas rotas para a aeronave, e aí, o piloto continua ali em atenção, caso haja necessidade de uma intervenção do piloto, esse piloto vai intervir para que a operação seja feita com a maior segurança possível.

Aproveitando essa ideia da segurança, também bastante mencionada aqui e uma preocupação que também foi da Polícia Federal, nesse sentido dessa integração não só operacional, mas de ideias entre as Forças, também os pilotos da Polícia Federal, optou-se, no início, para que esses pilotos tivessem a maior formação possível, e melhor, dentro da aviação civil. Então, os pilotos da Polícia Federal têm que ter uma certificação de piloto comercial, PC e FR, habilitados para voar em aeronaves com instrumentos. Então, o que significa isso? Os pilotos têm uma alta formação, capacidade e são, de fato, pilotos também de aeronaves comerciais, atuam e mantêm a sua proficiência, por exemplo, em aeronaves do DPF ou em aeronaves de instituições parceiras. Com isso, você tem, como bem falou o Coronel Lopes, essa segurança de que você tem uma pessoa que sabe da complexidade de ocupação do espaço aéreo também atuando em segurança pública, não obstante ele esteja fora da aeronave.

Bom, após, então, esse período de escolha, de testes, a Polícia Federal começou os seus voos em 2011, quando tivemos, no final deste ano, de setembro a dezembro de 2011, diversos voos com a primeira aeronave que o Departamento de Polícia Federal recebeu e, aí, em decorrência desses voos, foram realizadas não operações policiais, mas suporte a operações policiais. Por que é importante fazer essa distinção? Porque ainda hoje a Polícia Federal voa com autorização de voo experimental, para que a gente possa finalizar o teste da aeronave e ter a certeza de que estamos caminhando já, e posso adiantar que o sistema já foi considerado pela Polícia Federal como um sistema adequado para os nossos trabalhos, e já foi feito o pedido, então, junto à Anac, para que possamos receber, então, a autorização, o certificado definitivo de voo para aeronave. Então, como a gente não pode voar experimentalmente, verificar situações de crime e simplesmente olhar para o outro lado e não fazer nada, em decorrência desses voos experimentais a Polícia Federal já teve sucesso em apreensão de entorpecentes, em apreensão de mercadoria, em prisão

de pessoas e em, efetivamente, auxiliar o Brasil em questões de segurança, especificamente na região da Tríplice Fronteira, partindo da cidade de São Miguel do Iguaçu, onde se localiza a nossa base.

Bom, após o final do ano de 2011, por questões de negociações, especificamente do contrato de manutenção dessa aeronave e por questões também de reorganização da Polícia Federal, os voos da aeronave foram interrompidos. Trocou-se a gerência da equipe do Sisvant no Departamento de Polícia Federal, e, aí, foi reavaliada a utilidade e a evolução desse sistema, e deu-se continuidade aos trabalhos. Com isso, agora, no final de 2012, foram retomados os voos, então, a gente voou em novembro, em dezembro, em janeiro de 2013, em fevereiro de 2013, e agora, o último período de voo foi em maio, em conjunto com a Força Aérea Brasileira na Operação Ágata.

Eu gostaria até de destacar como um resultado prático, que, no futuro, certamente será considerado um ponto de virada importante nos termos de defesa e segurança pública do Brasil, que, pela primeira vez aqui dentro do Brasil, não só se trabalhou integrado em uma operação com os VANTs da FAB e da Polícia Federal, como também os dois sistemas foram utilizados ao mesmo tempo. Então, a gente teve tanto o Vant da Polícia Federal quanto o Vant da FAB, ocupando espaço aéreo brasileiro ao mesmo tempo, dirimindo aí uma série de dúvidas, não as já colocadas pelo Coronel Lopes de que, efetivamente, funcionamos de maneira integrada, no interesse do Estado brasileiro, não no interesse da FAB, ou no interesse da Polícia Federal, seria um absurdo a gente falar nesse sentido, porque o interesse da FAB e da Polícia Federal são os interesses do Estado brasileiro, mas como resultado prático, para a gente poder resolver dúvidas que tínhamos a respeito da possibilidade técnica de interferência ou não dos sistemas, se os serviços seriam complementares ou não, se era possível fazer uma integração e conseguirmos resultados operacionais positivos nesse cenário. E também, com muita satisfação, a gente pode ressaltar aí que foi uma experiência muito boa e que, inclusive, foram feitas as tratativas para que a gente possa dar continuidade para esse trabalho no futuro, inclusive, pelos nossos superiores.

Então, nesse cenário em que a Polícia Federal agora retoma as suas operações com o sistema de aeronaves não tripuladas, uma das nossas preocupações também é a questão da regulamentação e como é que a gente vai fazer para dar continuidade e fazer com que a legislação permita que a utilização desses sistemas os torne ainda mais poderosos no Território Nacional.

Então, a gente tem aí, especificamente para a Polícia Federal no Brasil, a Decisão nº 127 da Anac que

trata especificamente da autorização do uso de aeronaves remotamente tripuladas pelo Departamento de Polícia Federal. E é uma decisão bastante importante porque não só nos orienta sobre a maneira como nós podemos utilizar esse sistema, como também permite – essa legislação é aberta – que qualquer pessoa do povo possa ter acesso e possa se informar a respeito do funcionamento desse nosso sistema.

Então, a legislação além de especificar como é que é feita essa autorização, essa operação e as condições de voo ao Departamento de Polícia Federal, ela faz referência a outros regulamentos, decisões e legislações que são aplicáveis especificamente ao voo da Polícia Federal, define o que é o nosso Vant, o que são as estações de controle, o que é o piloto, quem é o piloto, quem é o operador, como é que a gente consegue a autorização para poder voar, em que condições a gente pode voar, de onde é que a gente pode voar, como é que são as condições dos aeródromos que podem ser utilizados por esses equipamentos de Vant, e como é que a gente interage com os demais órgãos de controle aéreo do Brasil.

Além disso, uma parte bastante importante da legislação é a que fala especificamente da formação dos pilotos. Então, a gente tem aquela exigência de ter o piloto no nível máximo de formação de um piloto comercial dentro da legislação brasileira, complementada pela necessidade da formação do piloto por quem seja autorizado a fornecer o treinamento das aeronaves remotamente tripuladas, que, especificamente no nosso caso, é a própria empresa fabricante que faz o curso, e foi onde os nossos pilotos fizeram o seu curso.

Então, certificados, primeiro, como pilotos comerciais; e depois como pilotos de Vant. Essas pessoas estão hoje no Brasil, esses policiais estão hoje no Brasil operando o Sisvant do Departamento de Polícia Federal.

Outro ponto que eu gostaria de destacar aqui é a respeito da importância da interação do trabalho do Departamento de Polícia Federal com outras instituições brasileiras que, de uma maneira mais direta ou menos direta, vão influenciar no trabalho da Polícia Federal, especificamente no que diz respeito ao uso dessas aeronaves.

Então, se a gente falasse da nossa interação com a Força Aérea Brasileira no sentido que se veiculou enganosamente por alguns órgãos de imprensa, por alguns comentários que não correspondiam à verdade, de fato a nossa aeronave não estaria funcionando, o nosso sistema não estaria operando, porque é imprescindível que nós tenhamos a autorização de órgãos da Força Aérea para que a gente possa funcionar. Então, se houver qualquer tipo de atrito, existem critérios técnicos para que a Força Aérea impeça, por exemplo,

a Polícia Federal de operar, ou a Anatel, que regula o espectro de radiofrequência, necessário tanto para que a gente voe da base, em linha divisada, que é a comunicação direta com a nossa base, que tem um alcance de até 200 quilômetros, ou via satélite, que permite que a gente voe durante toda essa nossa autonomia de aproximadamente 30 horas. Então, mil, dois, três mil quilômetros voando via satélite, a gente precisa da autorização da Anatel para que a gente possa fazer esses voos com segurança dentro das regras especificamente em radiofrequência no Brasil.

Em relação ao Exército, por exemplo, nós temos uma interação muito interessante com a DSG, que é a parte de geointeligência e georreferenciamento do Exército, com a qual nós estamos trabalhando para um mapeamento de geointeligência do Brasil em termos de segurança pública. Quer dizer, esse trabalho já está bastante desenvolvido na área de defesa e com esse sistema agora sendo adquirido por um órgão de segurança pública, especificamente pela Polícia Federal, a gente vai ter também a oportunidade de evoluir em parceria com o Exército. O mesmo a gente pode dizer a respeito da Marinha, por exemplo, em relação ao Casnav, que tem nos dado suporte para que a gente possa avaliar as ferramentas, o sistema, de modo a saber se o sistema realmente está cumprindo a sua missão.

Então, aqui eu poderia citar diversas outras instituições. Então, a parceria vai ser um foco do trabalho da Polícia Federal no sentido de que a gente possa utilizar isso não só para o combate ao crime, mas se a gente está falando em crime ambiental, a inteligência gerada, o conhecimento gerado vai ser obviamente compartilhado com o Ministério do Meio Ambiente para que também outros trabalhos possam derivar desse trabalho do sistema de aeronaves da Polícia Federal.

Assim, para esta primeira manifestação, eu gostaria de destacar a importância desse sistema para o Estado brasileiro. A Polícia Federal deu um passo ousado no sentido de ser uma das primeiras forças policiais do porte da Polícia Federal no mundo que iniciou o trabalho com aeronaves remotamente tripuladas. Não existe outra força semelhante à Polícia Federal, de segurança pública, no mundo, que utilize esse sistema. Obviamente, a gente pagou o preço por críticas, por problemas, por obstáculos que enfrentamos, por essa inovação, mas, em contrapartida, também temos a perspectiva de que vamos recolher frutos preciosos para o Brasil nesse sentido, principalmente contando com a parceria das demais instituições brasileiras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Dr. Wellington Soares

Gonçalves, Delegado da Polícia Federal, pelos seus esclarecimentos.

Concedo a palavra ao Sr. Roberto José Silveira Honorato, Gerente Técnico de Processos Normativos da Superintendência de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Obrigado, Exmº Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Exmª Srª Senadora Ana Amélia.

Agradeço, em nome da Anac, a oportunidade de estar aqui mostrando o trabalho que a gente tem desenvolvido nos últimos anos, em coordenação com outros órgãos do serviço público, para possibilitar a operação das aeronaves, dos veículos aéreos não tripulados – a gente vai falar um pouco de nomenclatura à frente – aqui no Brasil.

Fiz uma breve apresentação. Alguns assuntos já foram abordados pela apresentação que o Major Cyro, do Decea, fez. Então, acredito que não vou tomar o tempo todo.

Por gentileza.

Uma breve introdução. O Vant se refere à aeronave. No entanto, a gente considera o sistema, como o Major Cyro disse, porque também há de ser considerada a estação base e o *link* de comunicação com a aeronave. Esse é um ponto bastante crítico do sistema.

Outro tópico é veículo não tripulado *versus* remotamente pilotado. A gente considera que o piloto está presente, não está a bordo, mas ele existe e age sobre a aeronave. Por isso, a gente usa a nomenclatura que tem sido utilizada internacionalmente, como Sistemas de Aeronave Remotamente Pilotado.

Outro tópico refere-se à diferença entre esses sistemas e aeromodelos. A gente vê bastante dúvida, mesmo nas reportagens que saem as pessoas fazem um pouco de confusão. Aeromodelo é dedicado a lazer e a esporte. Então, um aeromodelo pode se tornar Vant, se for utilizado de outra forma. Mas a gente não pode confundir; a legislação é diferente. Os limites operacionais de aeromodelo ficam limitados a 400 pés de altitude e linha divisada; no RPAS, a gente subentende uma possibilidade operacional maior.

Por favor.

Apenas para destacar as responsabilidades, focando no uso civil, a Anac é responsável pelo desenvolvimento regulatório. Com relação às aplicações exclusivamente civis, o controle de espaço aéreo é exercido pelo Decea e a determinação de radiofrequência é pela Anatel. Esse assunto é muito importante. No ano passado, em 2012, houve uma definição, em nível mundial, da faixa de frequência em que tais sistemas podem operar.

São diversas as aplicações e esse assunto é fascinante, as possibilidades abertas são muito grandes: inspeção de locais de difícil acesso, linhas de transmissão de energia elétrica, agricultura, meio ambiente, publicidade, fotografia. Obviamente, diversas outras aplicações podem surgir. A regulamentação tem que estar preparada, de alguma forma, para permitir que as outras aplicações sejam possíveis, sem que seja, também, de maneira exorbitante, onerosa para os regulados.

Por favor.

Então, o objetivo da regulamentação da atividade, da regulação que a Anac exerce, principalmente, é permitir a inserção segura desse elemento. Fico até tranquilo em discutir dessa forma, porque vi várias vezes sendo citado que é um elemento novo. Realmente, é um elemento novo. Embora algumas pessoas tendam a falar que já é utilizado amplamente no mundo, existem muitas novidades tecnológicas e desafios em termos de regulamentação e em termos de controle. Então, o objetivo é a menor interferência possível nos níveis de segurança da aviação tripulada, mas não somente isso, também riscos às pessoas e propriedades compatíveis com os já existentes na aviação. A regulamentação é nova no mundo todo. A Anac exerce a certificação das aeronaves. Por exemplo, não existe outra autoridade que tenha certificação ampla, certificação que permita a utilização desses sistemas sem limitações operacionais.

A Anac, desde 2008, tem feito estudos no assunto. A partir de 2011, a gente começa a destacar alguns servidores e a efetivamente trabalhar no sentido de preparar a regulamentação.

Em 2011, a gente recebeu um expediente do Departamento de Polícia Federal, no qual era solicitado que fosse envidado esforço da Agência para tratar da operação da aeronave que estava sendo adquirida. Então, a gente desenvolveu um trabalho, no final de 2011 – foi citado pelo ilustre colega Wellington –, a Decisão nº 127, que elenca quais são os critérios que o Departamento de Polícia Federal deve seguir para que tenha a autorização para a operação.

A Anac tem participado nos fóruns do ECAL e também de iniciativas de autoridades. Diversas autoridades no mundo têm discutido questões técnicas que são importantes para que se tenha uma operação segura.

Apenas para fazer uma contextualização, a regulamentação da aviação civil é ajustada em relação à severidade, ao risco envolvido e às pessoas expostas ou ao possível potencial de prejuízo a coisas, a propriedades.

Então, nós temos um nível de segurança diferenciado desde a aviação experimental, em que se

entende que o piloto, a pessoa que está operando, assume um risco maior em que se estabelece uma área segregada para aquela operação, até o nível maior em que nós consideramos as aeronaves categoria de transporte regular.

Então, o trabalho agora da regulamentação é exatamente ponderar em que ponto dessa reta a gente vai estabelecer a regulamentação de Vant, considerando diversos aspectos, como porte, utilização, restrições operacionais características especiais daquela operação.

Por favor.

Alguns desafios técnicos que a agência estuda neste momento e a indústria também. A indústria ainda está desenvolvendo várias soluções para que a operação seja segura. Então, enlace de dados – aquilo que eu estava dizendo sobre o *linking* de radiofrequência é um assunto muito importante. A perda do *linking* de radiofrequência é uma questão que tem que ser muito bem tratada pela pessoa que está fazendo o desenvolvimento de um Vant. Tem que se bem demonstrado para a autoridade que a perda do *linking* de radiofrequência não vai causar uma situação de risco maior. Sistemas de detecção e *detection and avoid*, que é a capacidade natural que o piloto tem na aeronave de enxergar um tráfego e evitá-lo. Esse sistema, como o piloto não está mais a bordo, tem que existir uma tecnologia que o substitua. E isso é um dos grandes desafios.

Os sistemas embarcados têm que ter taxa de confiabilidade, de integridade compatível com o padrão aeronáutica. E aí é uma questão muito importante nesse aspecto: nós vemos um despertar da indústria e de operadores para essa nova tecnologia. Na verdade, essa tecnologia está no mundo aeronáutico e as pessoas que pretendem desenvolver produtos têm que se interar do mundo aeronáutico, das premissas, do que é certificação, de como se faz, quais são os controles que existem para que tudo aconteça da forma correta.

Então, os requisitos para a certificação de motores de pequeno porte – é uma novidade; não existe na aviação corrente –, a interface homem/máquina é bastante diferente da usual. A formação de pilotos das aeronaves remotamente pilotadas também é um desafio que está em discussão tanto na agência, no grupo de estudos da ECAL e em diversos outros fóruns.

Por gentileza.

Obviamente, o foco da Agência Nacional de Aviação Civil é a segurança. A gente pode perceber que o Código Brasileiro de Aeronáutica prevê, no art. 114, que nenhuma aeronave poderá ser autorizada a voo sem a prévia expedição do correspondente certificado de aeronavegabilidade. Essa previsão legislativa traz a necessidade de uma certificação de tipo. A certificação

de tipo é o momento em que a autoridade avalia aquele projeto, aquela proposta da indústria de produção.

Nós também temos disposições no próprio Código brasileiro que preveem casos especiais, autorizações caso a caso, e é assim que nós tratamos as iniciativas que já estão bastante maduras pela indústria e podem ser alvo de uma autorização especial da Agência.

Principalmente para a indústria brasileira, em outubro do ano passado, foi emitida uma instrução suplementar. Foi, inclusive, citada na apresentação do Decea, a Instrução Suplementar nº 21.002. Ela dá orientações técnicas para a empresa, para a organização que queira obter um certificado de autorização de voo experimental para pesquisa e desenvolvimento, treinamento de tripulação e pesquisa de mercado. É um marco, é a primeira norma que a Anac publica e que, realmente, traz orientações técnicas para o mercado.

No mês passado, dia 29 de maio, foi emitida a primeira autorização – é exatamente essa aeronave que está na foto. Temos oito pedidos em análise pela Agência ou carentes da resposta dos requerentes. Esse *roadmap* foi mostrado na apresentação do Decea. Recortei um pedaço ali mais recente que diz respeito à Anac. Então, desde 2011, a gente iniciou estudos de avaliação operacional, em avaliação caso a caso. Foi o que aconteceu com o Vant da Polícia Federal.

Em 2012, nós publicamos a Instrução Suplementar, como disse agora há pouco. Este ano nós estamos desenvolvendo – foi publicado recentemente neste mês – um grupo interno que visa à elaboração de proposta de ato normativo para operação de sistemas pilotados remotamente, não experimentais – ou seja, os comerciais estão previstos – , em áreas segregadas, como disse o Decea. Não o estamos considerando em área urbana ou área habitada.

Por favor.

O último eslaide deixa alguns contatos. Tem, na página da Anac, uma parte de perguntas e respostas frequentes em que o assunto está muito bem explicado e também um *e-mail* para informações diretas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Dr. José Roberto Silveira Honorato.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Roberto José.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – José Roberto.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Roberto José.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ah, Roberto José. Perdão! A ordem dos fatores, neste caso, não altera.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

– Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado por suas explicações.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Passo a palavra ao Dr. Antonio Mendes de Oliveira Castro, Coordenador do Comitê de Veículos Não Tripulados da Abimde.

O SR. ANTONIO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO – Obrigado, Sr. Presidente; Srs. Senadores; senhores da Mesa, eu gostaria de fazer um agradecimento especial à Senadora autora do requerimento para dizer que V. Ex^a trouxe para este palco importantíssimo assunto, de grande prioridade para a nossa indústria atualmente.

A Abimde – Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança –, hoje, tem cerca de duzentas empresas associadas. Posso dizer as senhoras e aos senhores que todas são praticamente empresas de defesa. De segurança não; de segurança nem tanto, mas de defesa sim, como as mais conhecidas: a Embraer, a Vibras ou empresas menores... A defesa é muito heterogênea. Em defesa você tem quem faz ração especial para o setor de defesa, quem faz fardamento, quem faz míssil, quem faz aeronave, quem faz carros de combate e quem faz VANTs. Então, variamos do alfinete ao foguete. Fica muito difícil de a gente, em um mesmo fórum discutir quais pessoas têm interesses naturalmente diferentes, porque suas indústrias são diferentes. Esse assunto de regulamentação de VANTs por exemplo é do interesse especial nosso do Comitê de Veículos Aéreos Não Tripuláveis da Abimde.

O que é este Comitê? Este Comitê reúne hoje 12 empresas. Trouxe, aqui, um material para entregar à Mesa sobre o que estou dizendo; mas nem tudo, porque algumas coisas os outros expositores me inspiraram falar.

Então, o nosso Comitê foi criado há um ano e meio mais ou menos e reúne 12 indústrias fabricantes de VANTs; são duas grandes, o restante são empresas pequenas que surgiram através de incentivos do Governo Federal. Pode-se dizer que quase todas elas receberam subsídios da Finep para projetos em desenvolvimento e tecnologia, inclusive algumas o Honorato mostrou ali em algumas fotos. Aliás, eu reconheci produtos em que você tem equipes capacitadas, produtos com domínio da tecnologia.

Então, foi uma estratégia muito boa, porque hoje eu posso assegurar aqui aos senhores, sem muita dúvida, que o Brasil domina, até certo nível, muito bem a

tecnologia de produção de veículos aéreos não tripulados, mas não faz ainda os VANTs que a Força Aérea, a Polícia Federal estão usando – mas já estamos chegando lá perto disso.

Também mencionada aqui a Estratégia Nacional de Defesa (END), como preconiza nos veículos aéreos não tripulados, como produtos estratégicos das três Forças, aliás, é o único produto, que eu lembre, que está explicitado na END como um produto estratégico das três Forças. E ele não tem só essa característica de poder atender a todos, mas ele é a essência da dualidade que é preconizada na Estratégia Nacional de Defesa (END). Quer dizer, a Estratégia Nacional de Defesa – eu digo aos senhores que minha formação é Administração Pública, e, portanto, misturada à empresa – foram os documentos de política, lançados em 2008, que eu achei mais inteligente, mais compatível, e você dá fundamento a uma indústria, uma base industrial de defesa brasileira. Por quê? Porque a gente não se sustenta com orçamento só de defesa. A gente precisa de amortizar nossos investimentos, atender também o mercado civil. Isso é muito claro. E o Vant, quando eu digo que ele é essência da dualidade, porque, se a gente pegar um míssil, por exemplo, um míssil tem elementos na sua tecnologia que são utilizáveis por outras indústrias. Ele tem uma eletrônica muito sofisticada, uma cabeça de guiamento, tem propulsão, tem química, tem mecânica, tem várias coisas sofisticadas que podem ser pensadas para uso civil. Agora, quanto ao Vant, é necessária uma adaptação. O Vant, eu tiro praticamente um que atende ao mercado militar e na hora que eu tenho que fazer assim uma redução na sofisticação na tecnologia, porque o Vant militar normalmente requer uma tecnologia mais sofisticada – eu estava conversando isso com o Coronel Laux – do que o Vant civil, então eu vou para a frente, e eu posso mais ou posso menos; eu consigo um produto mais barato, mais simples, porque eu fiz aquele esforço. E isso faz o quê? É óbvio que tecnologia do Vant para uso civil vai evoluir, mas eu já estou à frente também ao mesmo tempo. Eu estou na frente para atender esse novo salto de evolução. Então, há essa característica.

Alguns companheiros aqui já citaram as aplicações, eu não preciso repetir, mas eu queria dar um exemplo de uma empresa que fez um estudo recentemente, que apontou que ela conseguia, na agricultura, até 20% de aumento na produtividade da cana em agricultura de precisão. Então, sabe o que são 20% no Brasil, você ter um aumento de produtividade, sem expansão na fronteira agrícola, que é um problema que a gente tem? Isso é uma característica das empresas de alta tecnologia. Você tem o poder de modernizar

outras indústrias. Então, isso pode ser para mineração, pode ser para petróleo. As várias aplicações que apareceram, que foram citadas aplicações... Vamos dar um efeito que é um efeito de modernização, de saltos de produtividade desses setores.

Bem, eu vou fechar aqui com o que eu gostaria de deixar consignado, em termos de proposta. Para ficar razoavelmente dentro do tempo, eu queria passar para a proposta final.

Quer dizer, nós estamos vivendo um momento crítico para as nossas empresas. É crítico, financeiramente crítico. A gente está num momento muito difícil, porque a gente não nasceu com subsídio. As empresas foram criadas, equipes capacitadas, estão com produto pronto, testado e tal. E agora a gente precisa de que para voar? Regulamentação de uso comercial de Vant. E a gente não tem.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO – Nós tivemos um aprendizado muito bom com os colegas aqui – o Honorato, Major Cyro, Capitão, Coronel Laux – de entender melhor os requisitos da indústria de aviação civil, dos órgãos de regulamentação e de controle da aviação civil. E fizemos uma proposta de regulamentação que observa algumas das características de risco que são importantes para as agências ou para esses órgãos – o risco a propriedades em solo, risco em outras aeronaves voando, risco a pessoas em solo.

Então, o que a gente fez?

Nós tentamos nos basear muito em cima da legislação já aceita em outros países – cito Austrália, Suíça, Itália, França. Na Austrália, tivemos uma relação muito boa. O que eles fizeram? Eles trabalharam. O Major Cyro apresentou aquela diversidade de VANTs. Havia VANTs que cabiam na palma da mão, até monstros do tamanho de um Boeing ou mais. É óbvio que o menor oferece um risco muito menor a esses prejuízos de que a gente estava falando.

Além do mais, tanto a Anac quanto o Decea falaram num equipamento, que foi chamado de o Santo Graal da integração do Vant no espaço aéreo nacional, que é o *Detect and Avoid*. Há formas de a gente não precisar desses equipamentos para os tipos de veículos e de voos que nós estamos recomendando, assim como isso não foi exigido nesses países que aprovaram as regulamentações que eu citei.

Por quê? Porque nós queremos voar... Nem passa pela nossa cabeça compartilhar espaço aéreo, porque, aí sim, realmente, para você botar um Vant numa rota comercial ou com outros voos, você precisa de uma sofisticação de controle brutal. A gente não tem, e isso fica tão caro que a gente não vai conseguir prestar

esse serviço economicamente para o mercado civil. Não precisa.

Por outro lado, há uma gama enorme de serviços que a gente pode fazer, por exemplo, na agricultura. Eu vou voar onde? Vou voar baixo, 400 pés – é área segregada, não há ninguém embaixo. Há o quê? Uma plantação de cana, uma plantação de soja.

Há outros, como mineração, também, que seria parecido. Posso pensar num combate a vazamentos de petróleo no mar, em que eu vou voar sobre o mar, também, com aeronaves pequenas.

Então, eu estava pensando, me veio à cabeça um pouco de história que eu acompanhei, para terminar. Por exemplo, nós temos hoje uma indústria aeronáutica que é um grande orgulho para este País. Isso aconteceu por acaso? Não, isso não aconteceu por acaso. Isso começa lá em 1950, quando o País resolveu investir fortemente na formação de recursos humanos de alto nível e no desenvolvimento tecnológico aeronáutico com a criação do ITA e do CTA. Eu, por acaso, nasci em 1950, Senadora, e conheci a Embraer, que é de 69, nos seus primórdios. Óbvio que só se criou uma Embraer porque havia gente capacitada aqui para fazer isso.

Então, nós estamos no momento de definir que rumo nós queremos, que destino nós queremos para a nossa indústria de VANTS. A gente pode ser... é uma indústria que está estimada em centenas de bilhões de dólares no mundo, centenas de bilhões de dólares no mercado mundial. Eu estou falando uso civil e uso militar, mais ou menos. No Brasil, a gente pode pensar em alguns bilhões de dólares para essa indústria; a gente pode exportar, a gente tem emprego de alto nível, a gente tem tudo. Tudo o que a indústria aeronáutica representa hoje, a gente vê, a gente pode hoje, se tomarmos as decisões adequadas. Isso seria o quê? Andar mais rápido com essa regulamentação, para que possamos voar comercialmente.

Agradeço a atenção.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Antonio Castro, pela exposição.

Quero dizer que estou realmente ... A audiência pública tem um poder muito grande para os Parlamentares que, eu digo, fazem clínica geral. Esse é um campo muito especializado, e tive de prestar muita atenção para entender, porque, no caso, são pelo menos dois nomes mais usados: drones e Vants. Não há uma distinção clara. O que, afinal, se vai usar mais: drones ou Vants? Mas não é só o veículo; é um sistema. Ele não é entendido como um veículo.

Agora, surgiu uma curiosidade, porque o Honorato explicou muito bem que não se pode confundir o Vant com o aeromodelismo, porque são coisas distin-

tas. Mas não se falou num instrumento aéreo que é o dirigível, também usado para fotografar e para captar imagens, como o Antonio Castro falou, na questão rural, na questão de demarcação de áreas onde há vazamento de gás ou olhar toda a rede de energia para ver onde está o problema, eventualmente um rompimento dos fios.

Então, gostaria que, em algum momento, os senhores falassem dessa distinção.

Eu tenho algumas questões para fazer, mas, democraticamente, antes de agradecer ao nosso Presidente Ricardo Ferraço, vou fazer duas perguntas que vieram pela Internet, que são muito particulares. Quero que as duas sejam respondidas imediatamente em respeito à participação: uma delas vem do Thiago Prado, do curso de Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que quer saber se há alguma restrição em usar VANTS armados e também para o uso compartilhado das informações obtidas por esse vetor nos órgãos de inteligência estratégica e militar.

Imagino que o nosso representante do...

E a outra pergunta vem do Estado de Goiás, do Salmi Candido Damas Jr., que pergunta se será permitido ao Presidente brasileiro ou à Presidente no caso, hoje uma mulher, matar cidadãos brasileiros sem julgamento prévio, sob a alegação de segurança nacional, como vem acontecendo nos Estados Unidos. Ele ressalta que é contra esse tipo de operação.

São essas duas. Quero, antecipadamente, agradecer ao Thiago Prado, que é aluno do curso de Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e também ao Salmi Candido Damas Jr., que estão acompanhando essa audiência pública.

A gente não imagina quão interesse traz um tema dessa natureza. Então, queria que o nosso Coronel Aviador Paulo Ricardo Laux desse a resposta e, se alguém mais quiser, tratar dessa questão da autorização para matar, no caso, numa operação dessas.

O SR. PAULO RICARDO LAUX – É uma questão bastante controversa que tem surgido no mundo.

Para a operação na FAB de uso belicoso, entendemos que estamos num estado de conflito declarado, de uma guerra. Esgotados todos os recursos políticos e diplomáticos até, a partir do momento em que se entrou nessa fase, não só os VANTS, mas qualquer outro emprego armado, requerem regras específicas de engajamento. Eu tenho que ter um cenário claro no qual haja alguma ameaça à segurança nacional, algo que justifique o uso de recursos para a defesa da Pátria e, a partir desse estágio, com essa situação específica de regras de engajamento que são exaustivamente estudadas e treinadas na Força Aérea, aí é possível

que, no futuro, venhamos a ter esse meio remotamente pilotado e armado.

Agora, com relação à segurança para matar brasileiros, isso está completamente fora de cenário, porque, assim como nós temos meios armados hoje em dia e não os usamos para matar brasileiros indistintamente... Então, não seria factível aceitar essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu imagino que ele esteja se referindo às operações fora do território americano, quando há, no caso de conflitos internacionais, uso que pode atingir população civil, que nada tem a ver e que é... Isso é que está dando...

O SR. PAULO RICARDO LAUX – Exatamente.

O que é que tem acontecido no mundo? São os danos colaterais. Quanto a essas questões, nós não temos informações suficientes, e não dá para usarmos as informações que são postas pela mídia. É uma questão até de guerra de informação: quem está sofrendo ataques naturalmente vai colocar que civis morreram, que crianças morreram. Mas nós, na nossa consciência situacional do que está acontecendo, quanto àquilo que os norte-americanos estão fazendo, não temos todas as informações para tecer qualquer tipo de julgamento nesse quesito.

Nós temos as precauções, logicamente, em todo o nosso processo de emprego armado e nós as estudamos nas nossas academias e escolas, não só quanto a danos colaterais a pessoas, como a bens patrimoniais. As regras de Direito Internacional são estritamente estudadas e treinadas. Então, nós temos essa preocupação, sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Coronel.

Chamou-me atenção aqui o que o Antônio Castro mencionou. E aí já faço aqui não uma cobrança, mas uma indagação sobre a questão regulatória, que será fundamental para o desenvolvimento.

Parece que são caminhos opostos. De um lado, você estimula uma indústria de defesa em que o fator fundamental, para mim, é a inovação tecnológica; você introduz essa nova tecnologia num setor extremamente especializado. Esse é um fator importante para um país que quer ter protagonismo internacional. Você tem um mercado no Brasil, com um território do tamanho do nosso, inesgotável, não só na área a que já nos referimos, de fronteira, porque temos uma fronteira enorme – o Wellington falou muito sobre o uso desses veículos na fiscalização de fronteira, contrabando e uma série de outras operações –, mas também na questão da agricultura, na questão da mineração – agora vamos ter o pré-sal para você fazer também acompanha-

mento de algum tipo de risco, e tantos outros que se podem avaliar.

Houve um apoio da Finep, e o senhor falou que a indústria brasileira está muito avançada nesse setor. Só que, pelas informações que temos, a Força Aérea Brasileira começou a operar neste ano com dois veículos importados de Israel – já está em operação; a Polícia Federal começou antes, em 2011.

Esses veículos que a Polícia Federal comprou, de onde vieram? Do Brasil mesmo? Ou foram importados?

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES – Vieram de Israel.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Também de Israel. Da mesma...

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES – De outro...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – De outro fabricante.

Então, vejam só. Se nós temos capacidade para a produção... Eu queria saber também da Força Aérea, porque nós vamos ter o Falcão, que está em fabricação, uma parceria que envolve investimentos do Ministério da Defesa, Avibras, Embraer e também da Elbit, que é a empresa que forneceu esses dois primeiros veículos que a Anfavea está usando e outra empresa está fazendo.

Queria lhe perguntar então: são doze empresas brasileiras. Os veículos que produz hoje estão no mesmo padrão da Elbit? Ela pode hoje fornecer um equipamento, se um país quiser comprar, e fornecer também a assistência técnica para esses equipamentos?

O senhor falou que a regulamentação é fundamental para que a indústria de defesa, no caso dos veículos não tripulados, possa ter uma segurança também para o próprio mercado interno e também internacional, regras claras sobre isso. Pareceu-me que o mercado interno é muito importante nesse processo. Não só para fabricar, mas, claro, não adianta fabricar se você não vender o aparelho. Então, eu queria lhe perguntar isso e, depois, queria que o Honorato me respondesse quando essa regulamentação estará concluída para dar a segurança jurídica necessária à indústria de defesa no Brasil.

Então, concedo a palavra ao Antonio Castro e, posteriormente, ao Honorato.

O SR. ANTONIO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO – Obrigado, Senadora.

A gente pode fazer uma aeronave como a Hermes do tamanho, do porte, com as funcionalidades? Eu diria que, hoje, nós não temos a tecnologia para isso. Hoje, o Falcão está quase lá. Ele é o meio-termo entre os vários mini-VANTs, que foram feitos pelas pequenas empresas. E o Falcão já atende aos requisitos

operacionais conjuntos das Forças Armadas, que foi algo que saiu no ano passado, se eu não me engano.

Bom. Agora, como a gente faz? Em termos de gestão de governo, como se faz isso que não se consegue fazer?

Olha, o que eu observei e critico, na maioria dos projetos das empresas que receberam subsídios da Finep, é que foi uma coisa endógena demais o desenvolvimento tecnológico. Há projetos que levaram três anos para terminar.

Hoje neste mundo, eu acho que não dá. Você tem que se abrir mais para a cooperação tecnológica externa, mantido o controle aqui. Desde que você tenha gente, dizer: “Não ele não vem aqui; não vamos voltar ao tempo da caixa-preta”. O estrangeiro é que sabia tudo, e a gente só sabia fabricar, apertar parafusos. A gente tinha essas expressões.

Então, a Embraer, fez uma sociedade com a Avibras e com a Elbit e aí eu nunca sei, uma das duas israelenses que foram...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Elbit.

O SR. ANTONIO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO – A Elbit. Onde ela tem o controle da empresa majoritariamente nacional, e a gente sabe o quanto a nossa indústria domina a tecnologia aeronáutica. Então você vem o quê? Você vem em caráter complementar de fora, dizer: “Olha, vocês ainda não fazem isso aqui tá” – discutindo com o Coronel...

Ah, criptografar os dados transmitidos! Se a gente não tem isso bem desenvolvido é porque não precisou fazer ainda, mas nós temos gente para fazer.

Então, você pode ter estratégias em que você encurta o fornecimento de veículos maiores, se eles são requeridos, fazendo esse tipo de associação, sem perder o controle dessa tecnologia.

A senhora tinha feito uma outra...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Da regulamentação. Como fator para demarrar esse mercado e vender no mercado interno esses equipamentos.

O SR. ANTONIO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO – Eu vou dizer muito sinceramente. A gente já tem contato com a Anac e com o Decea há mais de três anos, e a nossa relação é a melhor possível, a mais franca, tranquila; a gente nunca teve uma discussão, nada, nada...

E eu não vim da indústria de aviação. Para mim isso, tem quatro anos. Eu estou aprendendo e estou vendo na minha cabeça qual é o problema de diálogo que nós temos. A gente precisa disso, a gente quer fazer logo. Eu sei que muitos da nossa indústria vie-

ram da indústria de aeromodelos e acham que Vant é brinquedo. Vant não é brinquedo.

Eu faço a maior campanha em cima de todos para dizer: “Não, olha, tem que ser sério; vocês tem que se ajustar, tem que ser assim.” Agora, muito bem. Então eu elevo, digamos, puxo as orelhas para o pessoal entender melhor os valores dos órgãos de regulamentação. Sem querer usar essa mesma expressão, porque com a indústria tem mais intimidade para puxar a orelha. Mas o que eu precisava era que o pessoal entendesse também que a gente não quer lidar com VANTs de porte enorme, que ofereçam grandes riscos, mas que a gente pode fazer uma regulamentação mais rápida, como outros países já estão fazendo, de Vant de porte menor.

Só para deixar registrado aqui um número: na Austrália, onde há regulamentação, o Presidente da Casa (Civil Aviation Safety Authority) – Casa é congênera australiana da Anac – diz que 90% dos serviços comerciais prestados pelas empresas certificadas na Austrália o são com VANTs de até 7kg. Esse é um mercado enorme. A Austrália, se a gente olhar, é uma economia muito parecida com a brasileira; tem um interior enorme, é um país continental; tem mineração, nos mandou o eucalipto de presente.

Não, gente, só isso que eu queria. Prestem atenção: a gente não está querendo coisas enormes. A gente se ajusta. Mas me deem a oportunidade de fazer logo o negócio com esses VANTs menores. Depois a gente pensa nos maiores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É. Simplificar para agilizar e tornar o País mais competitivo.

O SR. ANTONIO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO – Exato. Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Wellington, eu queria uma informação sobre o nível de voo desse veículo. Falou-se aqui sobre a questão da autonomia dele – que podem ser 18 horas, podem ser oito horas, pode ser uma hora – depende do veículo.

Eu queria saber se ele permite uma visão de fotografia. Porque o importante é isto, uma imagem que você capta ali para, em cima dessa imagem, você agir – no caso da área de segurança. À noite ele pode fazer essa operação? Ele tem capacidade para, com nitidez, identificar pessoas, identificar grupos, identificar a mercadoria que está, digamos, cruzando a nossa triplíce fronteira?

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES – Bom, quanto a essas questões especificamente da nossa aeronave, a gente teve oportunidade até de apresentar isso para o Sr. Ministro da Defesa, na nossa base, na operação conjunta com a FAB, agora em maio.

Em relação à questão da altitude. A altitude, para essa aeronave, é de até 30 mil pés, o que corresponde a 10 mil quilômetros. A gente não opera nessa altitude, mas há uma possibilidade de a gente... Desculpe-me, 10 mil metros ou 10 quilômetros. Então, são 30 mil pés. A gente não atua nessa altitude; a gente opera mais ou menos a 20 mil pés. E a pergunta é perfeita, porque gera essa dúvida: se você está voando a uma altitude muito grande e você tem uma distância para os alvos, para os pontos de interesse, como funcionam os equipamentos?

A gente tem uma série de equipamentos. As câmeras, por exemplo, têm a capacidade perfeita de gerar imagens com a nitidez boa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Digitais. São digitais, não é?

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES

– Exatamente. Para que a gente possa acompanhar veículos, embarcações e pessoas nas situações que interessam à segurança pública.

Então, nós já temos exemplos de operações, em que atuamos junto com as nossas unidades de combate a entorpecentes e combate ao crime organizado, em que as imagens do Vant deram suporte para identificação desses veículos, dessas pessoas, e as equipes em solo puderam ir até lá e fazer o nosso trabalho, que é de prender essas pessoas e apreender essas mercadorias.

À noite também é possível fazer essas operações, também com nitidez boa, porque o mesmo sensor, que tem a câmera que a gente usa durante o dia, possui também uma câmara infravermelha. É o eletro-óptico. Então, essa câmera infravermelha também dá a possibilidade – e essencial – para o trabalho policial. Se a gente considerar especificamente a região onde a gente mais operou até agora, que é a região da tríplice fronteira, em Foz do Iguaçu, a gente tem um fluxo muito grande de mercadorias no lago justamente no período noturno. E a gente também tem experiências de testes e de resultados práticos com essa câmera infravermelha operando durante a noite.

Além das câmeras, existem outros sensores disponíveis para esse sistema que foi adquirido pela Polícia Federal. Por exemplo, o radar de abertura sintética, que é outro sensor que vai na aeronave e que possibilita que a gente faça o mapeamento de amplas áreas de vários quilômetros com o sobrevoo dessa aeronave. Então, a gente pode fazer isso, por exemplo, para o controle de linhas de energia, que V. Exª citou aí há pouco; para o acompanhamento de obras e para o acompanhamento de crimes ambientais, formando... Como foi muito bem colocado, nós estamos falando de um sistema que é a aeronave, que é a estação de

controle, que é o *link*, mas também é todo o *software* e o aplicativo que se compra com esse sistema. Então, essas aeronaves são colocadas em bancos de dados especiais para o tratamento de imagens, as mais diversas imagens – das câmeras e as dos radares –, e a gente pode fazer um trabalho de inteligência em médio e longo prazo, por exemplo, para acompanhar áreas de desmatamento. Então, com o radar – a gente vai trabalhar com ele independentemente de ser dia ou noite –, a gente pode fazer esse trabalho também com a aeronave.

Assim, qual é a ideia desse sistema? É que a gente tenha um equipamento que seja multimirimissão. Então, a gente pode levantar voo para combater um tipo criminal específico que foi levantando em conjunto com uma unidade, por exemplo, de crime de combate a entorpecentes. No caminho, a gente já levanta informações com o radar para serem utilizadas em uma base regular para efeito de inteligência. A gente cumpre a missão específica para aquele crime, para aquela situação que foi levantada para a utilização do sistema; depois a gente volta e, naquela volta, a gente também recolhe informações e aí a gente faz com que todo o voo de Vant seja útil nesse aspecto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Uma curiosidade, Dr. Wellington. Agora nessas mobilizações em que o Brasil todo está sendo sacudido, eventualmente está sendo usado isso como inteligência ou como defesa, esse sistema?

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES – Não, especificamente o Vant do DPF não atuou nessas situações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Há outra dúvida sobre a questão da privacidade. Quando, em uma operação policial – e é o caso da Polícia Federal –, em uma operação que foi desenhada para ser feita, eventualmente pode-se ter a informação de que há, digamos, um laboratório clandestino de drogas no interior de uma fazenda. E o lugar e não é ali, mas em uma casa, em uma propriedade cujos donos estão lá; a família está lá. E você capta essa imagem. Nisso, não se corre o risco na questão de invadir a privacidade das pessoas, ou isso é descartado? Como a Polícia Federal opera nessa questão relacionada à privacidade? Ou a operação tem autorização judicial para fazê-lo?

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES – Perfeito. Em relação a essa questão do direito à privacidade, a Polícia Federal tem essa preocupação em outras experiências de outros meios de investigação – já foi muito debatida a questão de interceptação telefônica e de sinais; a questão do uso das imagens das vigilâncias. O que a gente tem aí é uma mudança

do instrumento, mas a maneira de trabalho da Polícia Federal...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É a mesma.

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES – ...vai continuar a ser a mesma, pautada na legalidade e nos limites legais que nós...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Republicanos.

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES – ...temos dentro do Estado brasileiro.

Está aqui o Professor Joanisval, que nos auxilia em assuntos de inteligência com bastante frequência na Polícia Federal e na Academia de Polícia Federal. Especificamente, o sistema Vant da Polícia Federal foi adquirido e tem sido operado pela Diretoria de Inteligência Policial. Então, na Diretoria de Inteligência Policial, dentro da Polícia Federal, simplificando bastante o nosso trabalho, o que a gente faz? A gente faz a conversão da inteligência que é produzida por meios mais avançados de investigação e de análise em meios de prova, justamente para que o que foi colhido e transformado em conhecimento via inteligência tenha utilidade para ser utilizado dentro do processo penal.

Então, na hipótese específica que V. Ex^a mencionou, se houver a necessidade de acesso à imagem de uma propriedade privada, o que a gente tem trabalhado é na elaboração de uma doutrina de inteligência policial que nos dê segurança de que, quando nós tenhamos a possibilidade de utilizar essas imagens, no caso, por exemplo, de patente identificação de um local privado, a 'gente vai tomar o cuidado de pedir a autorização judicial, sem sombra de dúvidas, para não correr o risco de beneficiar justamente quem está cometendo o crime no sentido de que ele pode então fazer esse mesmo questionamento, mas na via judicial. Assim, o que tem sido feito agora, ao mesmo tempo em que a gente trabalha com o sistema, é o desenvolvimento da doutrina de inteligência policial, agora, especificamente, para a aplicação das imagens do Vant – está em desenvolvimento.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu anotei e queria só confirmar com o senhor, Sr. Wellington, que a Polícia Federal brasileira foi a primeira – porque, no mundo, ela está operando mais para efeito de defesa, para políticas de defesa –, no mundo, a ter esse sistema no seu cotidiano; ou seja, como operação policial para operar em todas as questões de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas, de armas, descaminhos, enfim, especialmente na fronteira. É isso mesmo?

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES – Exatamente. O que acontece é que a utilização desses

sistemas tem-se disseminado no mundo. É um caminho até que, de acordo com a nossa análise, a gente acredita que não tem volta. O futuro da segurança e da defesa estará diretamente ligado à questão do uso desse tipo de sistema, dos mais simples aos mais complexos, e a Polícia Federal brasileira, como instituição de segurança pública do porte da Polícia Federal brasileira, considerando as dimensões do Brasil, o número de policiais que nós temos e o conjunto das nossas atribuições, é a primeira instituição do gênero a utilizar esse tipo de sistema.

Nós temos, por exemplo, nos Estados Unidos, o uso nas fronteiras, mas o sistema dos Estados Unidos é diferente do nosso – não um sistema de Vant; o sistema de segurança pública. Existe uma infinidade de agências, e a agência de fronteira especificamente – não o FBI, que seria o mais próximo ao que é a Polícia Federal – tem autorização para utilizar esses sistemas em situações específicas. E outras polícias no mundo, de Estados menores, também onde não há essa diferença tão grande entre as atividades de defesa e as atividades de segurança pública, também iniciaram suas tentativas de utilização desses sistemas. Agora, do porte da Polícia Federal, uma polícia que tem esse foco no combate à criminalidade organizada e que tem esse destaque de interação também internacional, a Polícia Federal tem-se destacado como uma das primeiras a utilizar esse tipo de sistema.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimentos.

Eu queria perguntar ao Honorato, ainda em torno da tese que eu levantei ao Antonio Castro, se é possível a Anac estabelecer essa diferenciação dos pequenos equipamentos, das pequenas aeronaves, para facilitar exatamente a disseminação para uso em áreas que não têm, digamos, utilização na área de defesa ou de segurança, mas que têm na área econômica, que é a questão da agricultura, a questão da mineração, a questão da energia elétrica, enfim, todos eles. O custo operacional de uma hora de um Vant é de R\$10,00, de acordo com as informações que tenho, que me foram repassadas, enquanto que de um helicóptero, por exemplo, seria de R\$1,5 mil a hora.

Então, eu queria saber se, nessa regulamentação, de fato, é possível acomodar o interesse da indústria, que parece estar, hoje, florescendo no Brasil. São 12 já em indústrias pequenas e médias, fazendo essa introdução tecnológica, que é muito importante para um país que quer desenvolver-se e que tem até o programa chamado Ciência sem Fronteiras.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Certamente, Senadora. Eu posso dizer que as áreas

as técnicas da Anac são bastante receptivas a essa categorização.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A essa demanda.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Nós recebemos uma petição, foi feita por uma empresa, com participação da Abin, que fez com que fosse possível.

Então, nós recebemos essa demanda, e essa demanda está sendo considerada no desenvolvimento do regulamento.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Quando os senhores imaginam que esteja concluída essa regulamentação?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Foi publicado em portaria: um grupo de trabalho tem seis meses para elaborar uma proposta que considera o uso não experimental – e esse uso não experimental inclui o uso comercial – em áreas segregadas.

Então, em até seis meses, nós vamos ter a proposta encaminhada à diretoria da Anac. Ela vai passar por audiência pública e, então, isso será deliberado pela diretoria da Anac. Durante esse período, nós pretendemos fazer encontros com a indústria, com as associações envolvidas, para escutar melhor o detalhamento do que o mercado espera e também promover uma discussão interna, dentro da agência, dos aspectos técnicos relevantes, para que essa regulamentação seja mais bem-ajustada à realidade.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor tem a frase: “mais bem-ajustada da realidade.” Ela vai levar em conta a regulamentação internacional nesses sistemas? E que característica especial o Brasil poderia ter numa área tão inovadora quanto essa?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Sim, a Anac está acompanhando o desenvolvimento em outros países. Temos contato estreito com outras autoridades na discussão dos requisitos. Eu acredito que, com essa medida, a Anac será uma das primeiras agências, na verdade, a ter uma regulamentação para uso comercial de Vant. Não será plena. A gente sabe disso. A gente aguarda em um nível Icao – Organização Internacional de Aviação Civil – exista desenvolvimento de recomendações de segurança. Mas, enfim, em áreas segregadas, em operação não experimental, nós estamos trabalhando fortemente para desenvolver uma regulamentação que atenda à realidade do mercado brasileiro.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Honorato.

Eu passo para o Antonio Castro, que manifestou o desejo de falar alguma coisa. Mas estamos destacando

sempre que, no caso da indústria de defesa, nós estamos mais focados no uso civil, no uso do mercado, e não propriamente da defesa, que seria a parte militar ou de segurança mesmo.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Senadora...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Um momentinho só, Antonio Castro.

Pois não, Honorato.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Apenas complementando: o primeiro passo para a indústria que está querendo desenvolver-se é a definição de um projeto e a operação de um protótipo. Para isso, já existe regulamentação. A Anac está aberta. Como eu disse, e entre dez e quinze empresas já entraram em contato com a Anac, e oito já formalizaram pedido para obter essa autorização. Esse é o primeiro passo, e, para isso, nós temos regulamentação bem direcionada.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ótimo. Uma boa resposta.

Com a palavra, Antonio Castro.

O SR. ANTONIO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO – Senadora, V. Ex^a senhora abordou o dirigível, e isso tem a ver com o que eu queria dizer a mais sobre essas questões.

O dirigível é um excelente exemplo de um tipo de aeronave, que pode ser um dirigível Vant – sem piloto a bordo –, que poderia ser usado em várias coisas, como, por exemplo, segurança pública. Esse é um mercado que a gente vê como um enorme mercado no mundo inteiro. Praticamente todas as polícias do mundo estão atrás de Vant – acho que o delegado falou que é algo que vai entrar...

Então, o dirigível até já voou no Rio de Janeiro, com propaganda da Good Year, e foi contratado pelo governo do Estado para fazer alguns serviços na área de segurança pública. Ele entra nessa categoria que oferece muito menos risco de despencar, de bater em velocidade; ele leva um tiro e não explode, não despenca; ele desce devagarzinho.

Mas a questão de defesa. Na área de defesa, além dos requisitos operacionais conjuntos que se tem para aeronave de porte médio, que podem ser atendidos pelo Falcão da Avibras, a gente tem vários para aeronaves de pequeno porte – categoria 1, que são aquelas lançadas com a mão, em que nós estamos plenamente capacitados para atender. Ou seja, hoje, o que está faltando da parte do Ministério da Defesa é uma definição de quantitativos de aquisição, e nós estamos sentindo falta. Nós mandamos, no começo do ano, um ofício ao Ministério da Defesa, pedindo

que se definissem esses quantitativos, para que a gente possa ter algum tipo de venda, de faturamento imediato, porque o militar tem a dispensa da regulamentação da Anac.

Não sei se respondi o que a senhora...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim. Muito obrigada.

Eu queria agradecer à Consultoria Legislativa, especialmente ao Joanisval Brito Gonçalves, que tem dado consultoria nessa área, que são os nossos especialistas, aliás, de muito boa qualidade.

Como as questões relacionadas às divergências entre Polícia Federal e FAB já foram bem esclarecidas, eu vou perguntar ao Dr. Wellington uma questão que ele levantou aqui, que me parece pertinente. Isso é comum em várias áreas, não só nas Forças Armadas; agora vejo também na polícia, que é a questão orçamentária.

Nas questões relacionadas a esse sistema dos VANTS, teria havido mudança, e apenas duas aeronaves estariam em operação agora neste ano, e apenas uma parte dos recursos previstos teria sido aplicada até agora.

Como se encontra o SisVant-DPF hoje? Houve atraso na execução do projeto? Por quê?

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES – Bom, o projeto inicial do SisVant, no DPF, previa uma aquisição de uma quantidade maior de aeronaves e previa que, efetivamente, hoje nós teríamos mais do que dois VANTS operando no Território nacional. Então, respondendo a última pergunta, houve o atraso no que havia sido planejado inicialmente no projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas houve problema com a empresa que vendeu os equipamentos?

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES – Não, não...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Era para comprar mais e não...

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES – Não, não houve um problema com a empresa. Foram questões do DPF...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Orçamentárias...

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES – Do DPF, internas, no sentido de organizar o desenvolvimento do sistema. Como é que a gente implantaria esse sistema no DPF? Quem seria o responsável e como efetivamente a gente transformaria essa ferramenta em uma ferramenta útil dentro dos objetivos da Polícia Federal? E questões contratuais com a empresa, que decorreram das negociações para que a gente pudesse ter o sistema funcionando de maneira contínua.

Então, essa frase geral dá para a gente especificar. O que aconteceu? Trata-se de um sistema, e o mais simples para a Polícia Federal, na verdade, foi adquirir as aeronaves – recebemos duas aeronaves até 2013, e haveria possibilidade, se a empresa fosse provocada, inclusive, de recebermos mais aeronaves dentro da Polícia Federal. Mesmo com questões de orçamento, haveria possibilidade de a gente adquirir mais aeronaves.

Mas o que aconteceu? Não basta somente nós termos as aeronaves. Aquela evolução que expliquei no início se aplica à situação que nós encontramos hoje. Há necessidade de formação de pilotos. Então, há uma necessidade grande de pilotos. Se a gente pode voar 24 horas, por exemplo, um piloto só não pode voar 24 horas. Precisamos de três pilotos para que possamos fazer isso. A formação de um piloto de Vant hoje vai demorar, mais ou menos, um ano e meio. Então, como a gente tinha uma quantidade inicial de pilotos e, posteriormente, a gente não conseguiu atualizar essa quantidade de pilotos, já não havia a possibilidade de aquisição dessa quantidade de aeronaves. Citando uma questão.

A outra questão é o contrato de manutenção. Estamos em fase final de negociação com a empresa, junto à nossa unidade de contratos com a Polícia Federal, e a manutenção dos sistemas, como para quaisquer sistemas de aeronaves, não só para o Vant da Polícia Federal, é essencial. É tão importante quanto se ter a aeronave, pelas questões de segurança. Então, temos de ter certeza de que, antes de a aeronave levantar voo, ela foi inspecionada por pessoas habilitadas a fazer aquela inspeção, aquela manutenção prévia, do pré-voo; se a aeronave vai voar e retornar, há uma manutenção de pós-voo e há um acompanhamento daquela aeronave, para que se tenha certeza de que aquela aeronave está operando dentro do Território nacional com condições de segurança para não afetar a população das regiões sobre as quais está voando. Esse foi outro impeditivo que seguiu um pouco o ritmo do nosso projeto.

Só que, agora, estamos em uma situação de retomar esse ritmo – esse contrato de manutenção deve sair agora, na virada do semestre –, e teremos condições de fazer essa atualização do projeto. Nós reduzimos o número de aeronaves, de sistemas que queremos adquirir até o final do projeto, mas vamos adaptar isso aí com as próprias evoluções do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aqui é interessante porque se fala muito... Aqui, estão especialistas, aviadores da Força Aérea Brasileira, mas para um leigo, para uma Senadora leiga, falar no piloto, na formação do piloto, a ideia é a de que o

piloto está comandando a aeronave. Na verdade, é um piloto remoto.

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES

– Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É um piloto que está numa base, coletando, dirigindo o veículo e é uma espécie de robô: ele está dirigindo um robô que está no ar e está numa base. E onde fica a base da Polícia Federal, se há mais de uma, onde fica? Se há algum risco, em algum momento... O senhor falou muito da questão da manutenção e da assistência técnica. Esse veículo está lá no ar. Não há o risco de, em algum momento, o piloto perder o controle e aí acontecer algum acidente de choque com qualquer outra aeronave civil que esteja voando na mesma frequência?

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES –

É uma ótima pergunta, que se aplica não só ao Vant da Polícia Federal, mas a todo o debate que temos na Mesa, que tem pautado o uso dessas aeronaves no mundo todo. Isso não vai ser diferente com os nossos, tanto da Polícia Federal quanto os da Forças Armadas e os civis.

O que acontece com esse tipo de tecnologia? Temos efetivamente um piloto. Apesar de ser um piloto que está numa estação no solo, por cuidados de segurança, o DPF, seguindo a mesma linha integrada da FAB, preferiu que os pilotos tenham a formação de um piloto comercial, que voa por instrumentos. O que significa isso? Significa que a legislação da Anac que é aplicável aos pilotos que lidam com aeronaves tripuladas se aplicam ao DPF, e esses pilotos têm condição de agir em situações emergenciais em que eles agiriam mesmo se estivessem pilotando uma aeronave tripulada.

Então, a segurança já começa daí, de elevar o nível daquela pessoa que é responsável pela uso da aeronave. Além disso, o sistema possui uma série de mecanismos e dispositivos de segurança. Justamente por se tratar de uma aeronave que é pilotada a distância, possui equipamento de *transponder*, que existe nas aeronaves mais avançadas. Ele tem a sua comunicação com redundância; então, como falamos aqui, ele recebe o sinal ou da linha de visada – explicando para a senhora, linha visada é quando ele é controlado diretamente da base, não há necessidade de um satélite – de alcance de até 200 quilômetros, ou a comunicação com o *link* de satélite, que é toda a área onde há comunicação de satélite. Então, a até três mil quilômetros o nosso Vant pode ser controlado da estação. A nossa base é em São Miguel do Iguaçu. O DPF por enquanto tem uma, que fica no Município de São Miguel do Iguaçu. É um aeródromo que fica

ali, onde está instalada a nossa base. Então, de lá ele pode ser controlado.

Se ele perder aquele sinal, existe um dispositivo para esse sistema que se chama RH, é o *return home*, volte para casa. Então, antes de perder o sinal, essa aeronave já foi configurada para assumir uma rota de volta para aquele ponto onde vai poder fazer o seu pouso com segurança. Então ele vai voltar. E, como se trata de uma aeronave que faz tanto a decolagem quanto o pouso automático, ele vai voltar e pousar ali, e será verificado o problema que aconteceu.

O sistema, funcionando no espaço aéreo brasileiro, está sujeito a acidentes ou a problemas que podem acontecer também com as aeronaves tripuladas. Esses mecanismos extra de segurança que possui o sistema adquirido pela Polícia Federal e o cuidado que os nossos órgãos de controle tiveram em garantir que nós vamos voar em espaços segregados significam que, em contato com as torres de controle, nós não vamos ocupar o mesmo espaço aéreo que outras aeronaves tripuladas. Isso nos fornece um cenário de segurança até maior – e é necessário nesse estágio que seja maior – do que as aeronaves tripuladas em si. Quer dizer, nós não estamos isentos de acidentes, mas temos toda a preocupação com a segurança, tanto na parte tecnológica quanto na parte de capacitação e legislação.

É assim que tentamos garantir a segurança do sistema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor é piloto?

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES – Não, eu não sou piloto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, agora, vou perguntar para um piloto, para o nosso Major Aviador Cyro André Cruz, que falou tão bem. Ele é do *métier*, porque é piloto.

Eu queria saber do que explicou aqui o Dr. Wellington. E, para não dizerem que estou puxando a brasa para a Polícia Federal, vou passar para a Aeronáutica também, para saber se há algum detalhamento diferente disso que foi explicado na operação do veículo, do ponto de vista de quem conhece a matéria, porque é profissional da área e pode nos esclarecer.

O SR. CYRO ANDRÉ CRUZ – O Delegado Wellington explicou muito bem. É exatamente isso.

O cuidado que a Força Aérea tem em segregar o espaço aéreo é exatamente por conta das situações de emergência. É dada uma perda de enlace, em que, por determinado momento, até que o sistema seja ativado, a gente tenha ciência de que não vai oferecer perigo a nenhuma tripulação de nenhuma aeronave,

por exemplo, um Boeing com cento e tantas pessoas a bordo. Então, ele foi bem correto na posição.

Como órgão de controle, a nossa preocupação, quando alguma coisa dessas acontece, nós temos também os nossos procedimentos de emergência, de modo a propiciar o retorno seguro para casa tanto da Polícia Federal quanto da Aeronáutica.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Como esse é um sistema novo, digamos, eu queria perguntar ao Coronel Laux se órgãos como o Ibama, por exemplo, ou o Ministério de Minas e Energia ou na área de energia e na área de petróleo, precisam de uma informação mais acurada; se esses órgãos recorrem ao Ministério da Aeronáutica para usar esse sistema de informação.

O SR. PAULO RICARDO LAUX – No Ministério da Defesa, existe o Censipam. E, por intermédio do Censipam, nós temos fornecido diversas informações de longo prazo, inclusive com as aeronaves tripuladas.

Por exemplo: hoje em dia, estamos participando do Programa Cartografia Amazônica. Nós já estamos vislumbrando a aplicação de Vants nessa área também. Então já existe essa parceria. Lá no Censipam, há representantes do Ibama, da TSG, de todos os organismos que trabalham com essa parte de prospecção.

Então, já existe essa parceria de longa data. As aeronaves R-99 já proveem informações desde 2008, e nós já estamos visualizando também essa possibilidade de usar...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Coronel, quantos pilotos tem a FAB dedicados a essa atividade especial?

O SR. PAULO RICARDO LAUX – No momento, o processo que nós estamos executando é um processo de desenvolvimento doutrinário. Logicamente, já fizemos uso em missões reais, como na Ágata, por exemplo, mas temos um grupo pequeno. São nove pilotos por enquanto, até mesmo porque a visão estratégica da Força Aérea foi a de adquirir um sistema – até foi uma compra pequena, duas aeronaves só – para entender o que significa essa aplicação. E eu diria que não é só aplicação de colocar o avião no ar. Há uma necessidade muito grande de integração de informações, de gerar banco de dados, de comando e controle, de inteligência. É um mundo, e nós estamos falando apenas da pontinha de um *iceberg*. A gente está falando só do veículo aéreo, mas há todo um leque de atividades complementares ao uso do Vant.

Então, nós estamos numa fase agora em estreita parceria, inclusive representando a MD, das especificações do Falcão. Até fazendo uma comparação e defendendo a indústria nacional, a proposta é que o Falcão tenha capacidade superior ao do Hermes 450.

Nós estamos trabalhando, já fizemos diversas reuniões com a empresa, com esse grupo da...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O consórcio Avibras...

O SR. PAULO RICARDO LAUX – Exatamente: Embraer, Avibras e Aeroeletrônica. Então, está saindo a quatro mãos, como se diz. Toda hora a gente se reúne e faz especificações com base no conhecimento que a gente adquiriu, da experimentação, dessa vivência que a gente teve. Assim, com certeza, o Falcão vai sair, no mínimo, superior ao Hermes 450.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Antonio Sergio Geromel, na área de especialista nesse setor... Na verdade, das questões levantadas aqui, a gente já pontificou, todos os textos são bem escritos, mas, de qualquer maneira, até para fazer um comercialzinho do Vant aqui: as características de versatilidade e baixo custo de operação, comparando-se com aeronaves tripuladas, projetaram os VANTs à condição de grandes aliados nas operações militares e mesmo policiais – eu acrescentaria civis; é o caso que estávamos falando da agricultura, da área das transmissões de energia elétrica e de outras áreas, como petróleo.

Muito vem sendo noticiado na mídia sobre o emprego de Vant pelas Forças Armadas americanas, inclusive abordando a questão ética dos chamados ataques seletivos. No Brasil, a imprensa vem dando grande destaque para o emprego desses equipamentos de segurança nos chamados grandes eventos da vigilância das fronteiras. Paralelamente, vem crescendo o uso civil para tais equipamentos. Nesse cenário, o País estaria vivenciando uma etapa importante de amadurecimento para implementação da tecnologia no setor – e aqui é exatamente o que foi explicado antes; a questão já foi respondida: como está sendo conduzida a coordenação entre os órgãos interessados para regulamentação do assunto no Brasil – a Anac –, a exemplo do tratamento de temas como controle do espaço aéreo, as questões éticas de privacidade – falamos agora há pouco –, os protocolos de segurança e a responsabilidade sobre danos a terceiro?

Também mencionamos, com apoio do Major Cyro, como isso vem sendo feito nos dias de hoje em outros países. Então, foi tudo abordado.

Sabe-se que a Força Aérea Brasileira, utilizando-se de VANTs adquiridos no exterior, de empresas israelenses, vem trabalhando na doutrina de emprego desses equipamentos, inclusive para posterior desenvolvimento de projetos nacionais. Na FAB, esses aparelhos também são denominados de Aeronaves Remotamente Pilotadas. E justamente essa denominação remete à necessidade de aviadores para pilotar os

novos dispositivos – não só da FAB, como também da Polícia Federal. Por seu turno, a Polícia Federal também adquiriu unidades de VANTs para atividade própria da instituição. A pergunta é: como é feita a coordenação de emprego entre FAB e DPF, no monitoramento de fronteiras, por exemplo?

A necessidade de aviadores também está sendo considerada para os equipamentos da Polícia Federal ou outros que venham a ser adquiridos por diferentes instituições a partir de determinada categoria? É o que nós também já abordamos aqui.

Além de missões em apoio à segurança pública nos chamados grandes eventos, os VANTs também foram utilizados na Operação Ágata, em missões de fiscalização de fronteira, localização de áreas de crimes ambientais, combate ao narcotráfico, identificação de áreas de garimpo ilegal. Essas missões, basicamente de reconhecimento, seriam o principal emprego desses equipamentos no Brasil para uso militar e policial, Coronel?

O SR. PAULO RICARDO LAUX – Não entendi a pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É que ele está falando em tudo o que foi usado. Ele está perguntando se hoje, no Brasil, esse vai ser o foco do uso do Vant; ou seja, o uso do Vant para a área militar, para operações de defesa militar. Não propriamente de defesa, mas militar, como inteligência e informação; e policial, no caso do combate ao tráfico e ao crime organizado, por exemplo, em áreas de fronteira.

O SR. PAULO RICARDO LAUX – A aplicação do Vant entra numa questão bastante clara: onde se requer uma vigilância por longo período de tempo. Então, em toda ação que a Força Aérea precisar executar que tenha essa necessidade, essa característica de ficar longas horas monitorando determinadas áreas de interesse, com certeza a aeronave ideal é essa remotamente pilotada.

As questões de segurança das fronteiras fazem parte já da agenda do Ministério da Defesa – nós já estamos participando disso há muito tempo. É uma missão subsidiária da Força Aérea, vai continuar sendo executada, está trazendo retornos reais. As poucas missões que fizemos, nos primeiros dias, já mostraram o grande potencial de inteligência que esse tipo de vetor proporciona.

Com relação às missões específicas de defesa para a Força Aérea, uma das principais que visualizamos no curto prazo é, como já havia mencionado, o emprego na busca de acidentados e na consciência situacional com relação a desastres e catástrofes naturais...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Defesa Civil.

O SR. PAULO RICARDO LAUX – Exatamente, ela tem uma aplicação muito grande para aumentar a consciência de áreas remotas que não podem ser acessadas por meios terrestres...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor falou da identificação de um jovem que salte de paraquedas ou se envolva em um acidente...

O SR. PAULO RICARDO LAUX – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ...de uma pequena aeronave no meio de uma mata.

O SR. PAULO RICARDO LAUX – Desde uma pessoa que esteja perdida até uma aeronave que tenha se acidentado, até para ajudar naquela primeira consciência situacional...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Uma varredura...

O SR. PAULO RICARDO LAUX – ...analisar a dimensão de alguma catástrofe, por exemplo, ou na priorização de um resgate. Digamos que haja uma situação de enchente e que haja pessoas no telhado, ilhadas. Então, aquela priorização é uma questão estratégica: quais as pessoas que estão em situação mais crítica? Então, nós temos desenvolvido...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Defesa civil...

O SR. PAULO RICARDO LAUX – Exatamente. Então, há uma aplicação muito grande, e nós poderemos contribuir significativamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu lhe agradeço muito.

Eu queria dizer que foi uma audiência realmente muito rica. Aprendemos muito, todos. Os especialistas já sabem, mas quem não é da área hoje viu um lado que o Brasil tem, que é o da capacidade de se ajustar e absorver uma tecnologia tão avançada.

Querida cumprimentar as instituições, a Força Aérea Brasileira, a Polícia Federal, instituições republicanas do nosso País. Ficamos orgulhosos de ver o trabalho que estão fazendo e o compromisso que têm com o rigor, com a seriedade e com a segurança na operação desses mecanismos, com a segurança operacional.

Eu queria agradecer imensamente em nome do Presidente Ricardo Ferraço, que teve de ausentar-se em função de um compromisso que não estava previsto, mas fez questão de vir presidir a abertura.

Querida agradecer ao Coronel-Aviador Paulo Ricardo Laux, do Estado-Maior da Aeronáutica; a Wellington Soares Gonçalves, Delegado da Polícia Federal do Ministério da Justiça; também a Roberto José Silveira Honorato, gerente técnico de processos normativos da

Superintendência de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac; e também ao Antonio Castro, que é coordenador do Comitê de Veículos não Tripulados da Abimde, que é a entidade que congrega as indústrias voltadas a esse setor; e ao Major-Aviador Cyro André Cruz, do Segundo Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicação e Controle, que deu uma valiosa colaboração.

Eu queria agradecer a todos os senhores e dizer que está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 15 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 15 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Alvaro Dias, Paulo Bauer, José Agripino, Delcídio do Amaral, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores **Cyro Miranda e Mozarildo Cavalcanti**. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente faz leitura de comunicado sobre política de vistos dos Estados Unidos da América. Passa-se à Pauta: **ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 639, de 2013**, de autoria do Senador Zeze Perrella, que “Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período compreendido entre os dias 02 a 07 de julho de 2013, para participar do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional, a convite formulado pela Confederação Nacional da Indústria, a realizar-se em Leipzig, Alemanha; e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no mesmo período.” Adiado. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata

do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.” RELATOR AD HOC: Senador Eduardo Suplicy. Sabatina realizada. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.” RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos. Sabatina realizada. Os Embaixadores **Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa e Lineu Pupo de Paula** são convidados a compor a Mesa e fazer suas exposições. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin e Eduardo Suplicy. Os Embaixadores respondem aos questionamentos. A reunião é tornada secreta às onze horas e catorze minutos e reaberta às onze horas e dezessete minutos. Atua como secretário e escrutinador o Senhor Senador Eduardo Suplicy. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. Atuam momentaneamente no exercício da Presidência a Senhora Senadora Vanessa Grazziotin e o Senhor Senador Eduardo. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e dezenove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

Notas Taquigráficas

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Itens 2 e 3 de nossa pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata

do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

Autoria: Presidente da República

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

Autoria: Presidente da República

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Convido S. Ex^{as} os Srs. Embaixador Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa e o Sr. Embaixador Lineu Pupo de Paula. (*Pausa.*)

Informo a V. Ex^{as}, os Srs. Embaixadores, que serão sabatinados pelas Sr^{as} e Srs. Senadores, que V. Ex^{as} terão o prazo preliminar de até 15 minutos para a exposição de suas diretrizes, de suas reflexões, para que, em seguida, nós possamos abrir o debate para as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Concedo, portanto, a palavra a S. Ex^a o Embaixador Carlos Eduardo Sette Câmara Fonseca, designado pela Presidenta da República para chefiar a missão diplomática do Brasil junto à Comunidade das Bahamas.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Eu agradeço.

Como o Embaixador Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa foi Embaixador até pouco no Afeganistão, eu pediria a ele para na sua exposição fazer menção não apenas sobre o futuro em Bahamas. Acho que seria muito interessante, tendo em conta que há esforços de paz realizados na última semana, inclusive ali no Kuaite, no Oriente Médio, com participação do Governo dos Estados Unidos no Afeganistão e do Talibã, se pudesse nos dizer uma palavra sobre isso; acho que será muito relevante.

É isso que gostaria de sugerir.

O SR. CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA – Pois não, Senador.

Sr. Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; Sr. Senador Eduardo Suplicy, Relator; Sr. Senador Paulo Bauer, Relator; Srs. Senadores e Senadoras, agradeço a oportunidade de estar aqui e ser arguido por V. Ex^{as}.

Conforme mencionou o Presidente, estou sendo indicado e serei Embaixador, caso aprovado por V. Ex^{as}, junto à Comunidade das Bahamas.

A Comunidade das Bahamas, senhores e senhoras, é um país próspero, situado ao sul dos Estados Unidos e a oeste de Cuba e de São Domingos. Ele está numa situação privilegiada de observação, eu diria, porque está a 100km de Cuba e a 200km dos Estados Unidos.

É um país plenamente democrático que possui dois partidos que um deles é o Partido Liberal Progressista e o outro é o Movimento Nacional Livre. O Partido Liberal Progressista, ora no poder, conta com 28 Deputados, e o Movimento Nacional Livre com o restante dos Parlamentares. É preciso assinalar que há um sistema chamado **Westminster de parlamentarismo**, no qual há uma Câmara Baixa, uma Câmara Alta. E, no período de cinco anos, o Governo pode ser derrubado por indicação do Primeiro-Ministro e podem proceder a novas eleições.

Reiterando alguns detalhes importantes, as Bahamas possuem a terceira renda *per capita* das Américas – Estados Unidos, Canadá e as Bahamas –, tudo isso fruto do turismo e fruto também de serviços financeiros, como bem sabem V. Ex^{as}.

Passando aqui para pequenos detalhes informativos, o Parlamento é bicameral: Senado e Assembleia Legislativa; o Chefe de Estado é a Rainha Elizabeth, há um Governador-Geral e um Primeiro-Ministro.

O PIB real das Bahamas é de US\$8,2 bilhões. O PIB por paridade poder de compra é de US\$11 bilhões; comparados com os US\$2,5 bilhões do Brasil, a variação do PIB foi de 2,5%.

A expectativa de vida é de 71 anos. O índice de alfabetização é de 95%, e o índice de desemprego é alto, de 14%.

As exportações do Brasil para as Bahamas somaram US\$213 milhões. As exportações das Bahamas para o Brasil foram irrisórias, não há por que comentar.

Em relação às relações bilaterais, Senadores, o Brasil abriu a Embaixada em Nassau em 2005. Tradicionalmente as relações entre o Brasil e as Bahamas são cordiais. Para isso muito contribui a Embaixada residente do Brasil nas Bahamas, que atua em conformidade com a comunidade econômica do Caribe, a chamada Caricom.

No passar do ano, houve o incremento de 12% do turismo brasileiro para as Bahamas. Isso se deve ao fato de que não há mais a necessidade de se ir aos Estados Unidos para ir às Bahamas. Há uma companhia panamenha chamada Copa, em um voo, aliás muito conveniente, que faz São Paulo-Panamá e Nassau.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Faz também de Manaus-Panamá.

O SR. CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA – Manaus para Nassau? Eu não sabia, Srª Senadora. Não tinha ideia disso. Então, já tem uma ramificação importante no Brasil.

As exportações brasileiras para as Bahamas são compostas, em sua maior parte, por óleos brutos de petróleo. Depois, alguma maquinaria.

Um tema importante para as Bahamas é a situação do Haiti, porque as Bahamas sofrem uma imigração desordenada do Haiti. Então, há possibilidade de cooperação trilateral entre Brasil, as Bahamas e o Haiti, até porque nós também temos, hoje em dia, essa situação dos imigrantes do Haiti, como bem sabem V. Ex^{as}.

Do ponto de vista das relações externas é importante notar que as Bahamas apoiaram a candidatura do Dr. José Graziano da Silva para a FAO. Deram apoio a ele e estão estudando a famosa proposta brasileira de ascensão ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Deve-se assinalar, quando se diz respeito à cooperação entre os dois países, que as Bahamas possuem a quarta maior instalação de transbordos de navios no mundo ocidental. Disso participa a Petrobras, que faz bom uso disso. É uma plataforma importante para o Brasil, porque, dali para Cuba, e, sobretudo, para os Estados Unidos, seria uma fonte de economias de escala para o Governo brasileiro.

Do ponto de vista das Bahamas, o grande interesse é o etanol. Em virtude da vulnerabilidade energética, eles teriam um enorme interesse com o etanol.

Há um detalhe muito importante que está acontecendo há muito pouco tempo: as Bahamas aquiesceram em assinar com o Brasil um tratado de cooperação penal em matéria judiciária. Isso pode fazer com que eventuais iniciativas de lavagens de dinheiro e similares possam ser mais bem controladas.

Nas últimas eleições gerais – já comentei com os senhores –, o Partido Liberal Progressista teve a maioria dos votos, e o Movimento da Frente Nacional é o Partido das minorias.

Já houve algum progresso. Em relação ao esse partido, o PLP já realizou um plano de urbanização de Nassau, realizou um referendo sobre a legaliza-

ção do jogo nas Bahamas, referendo no qual o jogo foi derrubado.

Mas, enfim, as Bahamas têm uma enorme necessidade de cooperação brasileira, no que diz respeito à energia renovável.

Do ponto de vista militar, as Bahamas dispõem de uma Força de 1.500 soldados, comandada por 68 oficiais, que dispõe de 26 barcos-patrolha, para impedir o tráfico de haitianos e para impedir, também, o tráfico daqueles que se usam, que se valem das Bahamas, como trampolim para imigração para os Estados Unidos.

É preciso também, dentro do contexto turístico das Bahamas – o turismo representa 60% –, imaginar que os chineses estão construindo um *resort* de US\$3,4 bilhões, que está gerará empregos, para o ano que vem, da ordem de 6 a 7 mil pessoas, o que é importante numa economia pequena como é a economia pequena como o é a das Bahamas.

Senhores e senhoras, não pretendo cansá-los mais. O que queria dizer é que as Bahamas são um país plenamente viável, que, por exemplo, não tem dificuldade nenhuma de sobrevivência, têm poucos acordos bilaterais. Acho que o Brasil tem todo interesse em participar mais ativamente nos entendimentos com as Bahamas, sobretudo, agora, que temos uma Embaixada.

Agradeço a paciência dos senhores e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Sette Câmara.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Embaixador Lineu Pupo de Paula.

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – Bom dia a todos.

Sr. Senador Ricardo Ferraço, Srª Senadora Vanessa, Sr. Senador Suplicy, é, para mim, um prazer estar aqui hoje.

Eu fui convidado pela Presidente e pelo Ministro das Relações Exteriores para ser Embaixador na República Cooperativista da Guiana. Para mim, é uma grande honra estar aqui hoje presente falando um pouco sobre o país. Espero poder contar com o apoio de V. Ex^{as} para a minha indicação.

Acho que ser embaixador num país de fronteira sempre traz uma responsabilidade adicional, e a Guiana – vamos ver pelo que vou falar agora – tem uma importância bastante grande para o Brasil.

A Guiana foi colonizada por holandeses e por ingleses – quando nós estudávamos no colégio, era a Guiana Inglesa – e se tornou independente só em 1966.

Uma característica importante que diferencia a Guiana dos outros países da América do Sul, além da

língua inglesa, é que ela foi colonizada por escravos africanos e por hindus. A Inglaterra, quando houve a abolição da escravidão, trouxe da Índia a mão de obra para trabalhar nas plantações da cana-de-açúcar. Então, hoje em dia, o país é marcadamente dividido entre a população hindu, que é mais ou menos de 40%, e a população africana, que são mais de 30%, e isso se reflete na vida diária da Guiana. Os partidos políticos são ou de hindus ou de africanos. Atualmente, quem está no poder é o Presidente Donald Ramotar, que é de origem hindu. Isso tem provocado, na história da Guiana, às vezes, conflitos bastante sangrentos. O Presidente, de origem hindu, trabalha com o Congresso de maioria africana, o que tem dificultado bastante o próprio desenvolvimento do país.

A Guiana, bem rapidamente, é um país pequeno, menor do que o Estado de São Paulo. A população é aproximadamente da do tamanho de Sergipe, e o PIB da Guiana não chega a US\$3 bilhões, quer dizer, é um PIB que é metade do PIB de Roraima, com quem a Guiana faz divisa.

O comércio com o Brasil também é muito pequeno: cerca de US\$30 milhões por ano, e esse valor é praticamente 100% de exportações brasileiras.

A economia da Guiana também é baseada em produtos primários: arroz, camarão, açúcar, ouro, bauxita, e ela fica muito dependente tanto do clima quando dos preços das *commodities* no mercado internacional.

Além disso, a Guiana sofre com falta de infraestrutura, falta de mão de obra, pequeno mercado. Então é um lugar onde o Brasil tem uma contribuição a dar.

Um dado interessante também da Guiana é que 55% dos guianenses moram fora do país, e isso se reflete, como já falei, nesse problema de extrema falta de mão de obra, principalmente na área de saúde, que, na Guiana, é um problema bastante complicado.

A necessidade de melhorar a infraestrutura do país tem feito com que os últimos governos de Georgetown tenham buscado apoio principalmente para a construção de hidrelétricas. Esse é um assunto muito interessante, porque as hidrelétricas que estão sendo planejadas para a Guiana seriam quase que como foi a Itaipu, nos anos 70, só que a energia viria para Roraima, Manaus. Então, duas hidrelétricas estão sendo planejadas. O valor é excessivo, é muito dinheiro. O cálculo é de US\$8 bilhões. Seriam duas hidroelétricas, uma estrada que ligaria Boa Vista até Georgetown e um porto de águas profundas também em Georgetown.

Então, para o Brasil, há o interesse pela energia elétrica produzida por essas duas hidroelétricas possa alimentar toda a Região Norte do Brasil. E, como a Guiana tem uma estação de chuvas diferente da nossa, com a ligação de Roraima ao sistema elétrico bra-

sileiro, esse seria um projeto de extrema importância para a segurança energética do Brasil.

Além das hidroelétricas, há a questão da estrada. Essa estrada que hoje em dia liga a fronteira com o Brasil até Georgetown é uma estrada de terra intransitável numa boa parte do ano.

O importante aqui é a gente falar sobre a relação entre o Brasil e a Guiana. Em 2009, o Exército construiu uma ponte ligando Roraima à Guiana. Essa ponte, que é uma ponte pequena, aumentou muito o comércio na região e também serviu como um princípio de um aumento de contatos entre autoridades dos dois países. Eu acho que hoje em dia a gente pode dizer que ambos os países conferem prioridade a essa relação.

O interesse da Guiana com o Brasil, além do de diversificar parceiros, agora é olhar mais para o sul. Toda a política externa da Guiana era para o Caribe, para o Canadá, para os Estados Unidos e, óbvio, para a Inglaterra.

Para o Brasil, o nosso maior interesse, além desse projeto que hoje nós temos de integração sul-americana, acho que é a questão da infraestrutura.

O Presidente Donald Ramotar, Presidente da Guiana, já demonstrou interesse em aumentar a relação com o Brasil e, com isso, essas obras de infraestrutura seriam muito importantes.

Na região de fronteira, há uma permeabilidade muito grande entre os dois países. Calcula-se que mais ou menos dez mil brasileiros moram na Guiana, e, desses dez mil brasileiros, a maioria é ilegal e trabalha em zona de garimpo, porque uma das grandes riquezas da Guiana hoje em dia é a exploração de ouro, de diamantes e de pedras preciosas.

Ainda com relação a hidrelétricas, a construtora Queiroz Galvão tem interesse em participar desse projeto, que, como eu estava comentando, inclui duas hidrelétricas muito grandes, uma estrada que ligaria Boa Vista até Georgetown e também a construção de um porto.

Além dessa cooperação em infraestrutura, existe uma grande cooperação na área consular por causa dos problemas de fronteira...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Embaixador, desculpe a interrupção.

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – Pois não.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Será só por uns minutinhos, se V. Ex^a me permite.

É que eu gostaria de declarar aberto já o processo de votação e pedir que o Senador Suplicy possa coordenar os trabalhos por um segundo, até que eu atenda a um importantíssimo telefonema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor pode continuar, Embaixador Lineu Pupo de Paula.

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – Obrigado.

Então, além dessa questão de infraestrutura, que eu considero muito importante – caso o meu nome seja aprovado aqui nesta Comissão e no Senado, é um dos assuntos que eu terei como prioridade para mim –, nós temos problemas na área consular. Nós temos relato de tráfico de pessoas, maus-tratos por parte da Polícia, principalmente quanto a brasileiros ilegais na zona do garimpo, temos tráfico de drogas, roubo de veículos de Roraima que são levados para a Guiana, tráfico de armas de fogo.

Quer dizer, existe, então, uma série de Comissões do Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, que se reúnem frequentemente com as autoridades da Guiana para tentar amenizar e resolver alguns desses problemas.

Existe também uma vertente de defesa. A saída, essa estrada que se construiria de Roraima até Georgetown seria, em matéria de defesa, um caminho muito importante para o acesso do Brasil ao Atlântico, ao Caribe. A estrada também teria uma importância, porque ela seria um meio de comunicação e poderia aumentar muito o comércio entre a Região Norte do Brasil com os Estados Unidos, com a América Central e com o próprio Caribe.

Existe cooperação na área de defesa. O Brasil está treinando oficiais da força aérea da Guiana para vigilância do espaço aéreo. A ideia é que eles possam usar os nossos sistemas, o Sipam e o Sivam, porque eles não têm nenhum controle do espaço aéreo.

E eu queria, finalmente, mencionar que a ABC tem podido manter todos os projetos de cooperação que até agora estavam em andamento. Apesar do contingenciamento de recursos, a cooperação continua.

Então, eram esses os comentários que eu tinha a fazer hoje sobre a Guiana. Eu considero que ela é e será cada vez mais um parceiro estratégico do Brasil.

Eu chegarei a Guiana, a Georgetown, caso aprovado por V. Ex^{as}, com o meu maior ânimo e maior vontade de contribuir para a relação bilateral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Embaixador Lineu Pupo de Paula.

O Senador Cristovam Buarque deseja formular alguma observação, pergunta.

Eu queria avisar, Senador Cristovam, que está se iniciando a votação, na CCJ, de projetos que eu terei que votar, e, na hora em que começar mesmo e for chamado o meu nome, vou ter que me dirigir até lá e

votar, mas rapidamente vou voltar. Na hora em que eu for aqui chamado, eu agradeço se V. Ex^a puder presidir por instantes...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Farei isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – ... enquanto eu vou, voto e volto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas a minha colocação é rápida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero, Srs. Embaixadores, primeiro, felicitar o Governo que, mais uma vez, continue cumprindo o compromisso de usar embaixadores de carreira.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu acho que isso significa uma melhora do serviço, embora, de vez em quando, seja possível alguém de fora da carreira, por razões outras, terem condições de representarem bem o Brasil.

Eu aproveito muito essas sabatinas para ver se adquiro uma aula dos senhores sabatinados. Em relação não ao País especificamente, porque isso os senhores já falaram, já deu para aprendermos, a não ser coisas muito específicas que eu não tenho. Eu gosto é de procurar ver como os Embaixadores do Brasil estão pensando sobre os grandes problemas do mundo contemporâneo que vão passar pelas relações internacionais e aí vincular com o seu respectivo país.

Eu tenho uma lista grande, que não está comigo agora e que eu gosto até de olhar, porque fiz até uma palestra sobre isso no Instituto Rio Branco algum tempo atrás, onde fui Professor, mas há alguns pontos, por exemplo, que vão tocar os próximos 20, 30 anos, como, por exemplo, o tráfico. O tráfico vai ser uma determinante nas relações internacionais: tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de crianças, tráfico de órgãos, tráfico de mulheres, tráfico de trabalhadores. Então isso vai crescer.

A minha pergunta é: como o Brasil vai ter uma política nessa área e como o País, para onde vocês vão, repercute esse específico assunto?

Outra questão são os recursos naturais. Daqui para frente vamos ter que disputar recursos naturais cada vez mais, especialmente um deles chamado água. Cada vez mais, daqui para frente, a água vai ser um fator fundamental na vida e na produção. E o Brasil vai ter que pensar como fazer isso, como vamos administrar um patrimônio que é da humanidade e que é de cada País, e no Brasil de uma maneira especial, porque nós somos um grande fornecedor, digamos,

de água. Nós temos um dos maiores patrimônios de água doce do mundo inteiro.

Então, como fica na relação com o País? No caso de Bahamas, eu acho que não é problema água para nós. Mas, no caso do Suriname, vai ser um problema no futuro, pode vir a ser, como no Paraguai, por causa do aquífero. Então, água.

Outra questão para a qual a gente tem que se preparar muito tem a ver com o Suriname, que é o problema das florestas. Como a gente vai tratar as florestas no mundo?

Eu defendo uma posição que pode parecer muito ousada e alguns dizem que é uma visão diferente de patriotismo e de nacionalismo, mas realmente reconheço que o mundo global está exigindo uma visão diferente. Eu acho que um dia vamos ter que internacionalizar todas as florestas do mundo, no sentido de que, para usá-las, deveremos seguir normas éticas, internacionalizar. E, Senadora Vanessa, que é dessa área especificamente das florestas, creio que no futuro a gente vai ter que ter regras muito éticas internacionais para definir o uso nacional das florestas, ou seja, a nacionalização não vai ser sob o ponto de vista da propriedade, a propriedade continua nacional, mas com regras internacionais.

Eu gosto de comparar isso com os condomínios habitacionais, em que você é dono de todos os móveis que existem na sua casa, mas não pode tocar fogo neles. Você paga a sua conta de água, mas não pode deixar a torneira aberta de noite. Então, existem regras condominiais que definem o uso, em que cada unidade, do patrimônio ali dentro.

Eu creio que, daqui para frente, nós vamos ter que ter cada vez mais regras condominiais, como se tentou com o acordo de Quioto, regras condominiais que definam o uso. E aí haverá choque nas fronteiras e entre países.

No caso da floresta não é só a fronteira. No caso de floresta, nós vamos ter um problema. Essa saída vai ter que ter uma relação muito especial com a Rússia, que é um dos países que tem as maiores florestas do mundo, o Canadá, alguns países africanos, alguns países asiáticos. Então, este é um ponto: as florestas.

Quando eu coloco a água, eu queria falar especificamente e ouvir a opinião sobre os rios. Como estarão, no futuro, nas negociações, Senador Ricardo Ferraço, o uso de rios, sobretudo o uso de rios fronteiriços?

Eu lembro que já o presidente Truman tinha uma proposta de internacionalizar os rios fronteiriços. É claro que, quando a gente vê isso lá nos Estados Unidos, a gente sabe que é em defesa dos Estados Unidos, porque não se imagina os Estados Unidos defendendo a humanidade e o Planeta e colocando seus interesses

nacionais em função dos planetários. É o contrário. Eles sempre trabalham como colocar os interesses planetários a serviço da nacionalidade norte-americana.

Mas nós devemos ter uma postura humanista e contemporânea. E digo contemporânea em relação a longo prazo.

Outro problema é a cooperação científica e tecnológica. Como o Brasil pode oferecer ciência, pode receber ciência? Como é que nós vamos ficar diante do uso de patentes nossas que são essenciais para a vida nas relações com outros países?

No caso de países como o Suriname e Bahamas, há mais um detalhe: são países menores que o Brasil, e eu diria até, mais pobres que o Brasil ainda. Eu não sei se a renda *per capita* de Bahamas é menor que a do Brasil. Confesso que não sei agora, mas não deve estar muito menor, não.

O SR. CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA – É a terceiro do continente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Do Continente.

É, terceira.

O SR. CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA – Após os Estados Unidos e o Canadá.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pois é, a de Bahamas é maior do que a nossa.

Mas, de qualquer maneira, país pobre do ponto de vista da sua dimensão total, assim como a renda *per capita* da China, que é menor do que a de muitos países, e é, hoje, a segunda maior potência.

Então, como é que a gente pode cooperar com esses países? Em que áreas? Cultural? Científica? Tecnológica? Nossas empresas financeiras? Financiando nossas empresas?

Então, essas são as perguntas, que têm a ver com o Embaixador, em geral, e têm a ver com o Embaixador, especificamente, no respectivo país.

Há muitos outros pontos, a meu ver, que vão dizer respeito às relações internacionais no futuro. Mas eu me prenderia a este: o tráfico, incluindo o tráfico de armas, de drogas, de crianças, de órgãos, de mulheres e de trabalhadores.

Creio que são essas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra a S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin; em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero cumprimentar os Embaixadores aqui presentes: o Embaixador Carlos Eduardo e o Embaixador Lineu. Ambos estão indicados para países

muito próximos: um, fazendo fronteira com o Brasil; e o outro, muito perto. Então, estamos todos em casa. Os senhores, inclusive, em pouquíssimo tempo, como disse o Embaixador Carlos Eduardo, indo pela Copa, chegam rapidamente ao Brasil.

Agora, o melhor caminho, Embaixador, é via Manaus. (*Risos.*)

A Copa, Senador Ricardo Ferraço, é uma companhia que teve visão. Ela construiu dentro do Panamá, que não é apenas o Canal do Panamá, é hoje um *hub* muito importante do transporte aéreo. A Copa está cada vez mais presente no Brasil. Eu acho que, além de São Paulo, de Manaus e de Minas Gerais, há vários voos saindo de vários lugares. Porque lá, de fato, foi feito um *hub*, Senador Cristovam. E nós, no Brasil, teríamos essa condição de ter, no Norte do País, se tivéssemos tido a visão antes, um *hub* também para transportar principalmente os turistas brasileiros, porque são em número significativo. Mas todos vamos até o Panamá, para de lá nos dirigirmos a outros países, seja da América Central, da América do Norte ou mesmo do Caribe.

Agora, em relação às Bahamas, pelos dados que nós recebemos – e o Presidente da Comissão, Senador Ricardo Ferraço procura orientar muito bem todos os Srs. Senadores e as Sras Senadoras para o debate –, apesar de ser muito grande o fluxo de recursos do Brasil para Bahamas, esses recursos se referem mais à aplicação em mercado financeiro, visto que lá, como o senhor mesmo disse, é um forte paraíso fiscal. E isso é uma coisa complicada, pois é o quinto destino dos recursos do Brasil. O quinto é Bahamas.

Fora isso, o comércio vem diminuindo. Não sei, mas, pelos dados que temos aqui, o intercâmbio comercial bilateral – que chegou a ser, pegando importações e exportações, de US\$297 milhões, em 2007 – baixou para US\$174 milhões agora. A que o senhor atribui essa diminuição no nosso relacionamento comercial?

Há outro ponto que eu levanto. Eu andei lendo, não sei exatamente onde, algumas notícias em relação ao cerco se fechando aos paraísos fiscais, dentro da comunidade econômica internacional, no âmbito – não sei – das Nações Unidas. Então, que o senhor falasse um pouco também sobre isso, sobre qual seria o impacto, nas Bahamas, hoje, se ela perdesse... Porque, como o senhor disse, é o terceiro PIB *per capita*. Em decorrência do quê? O senhor falou turismo e a questão financeira: serviços financeiros. É o inverso: primeiro, serviços financeiros e, depois... Que impacto teria? Seria isso para a V. Sa.

Com relação à Guiana, eu peço desculpas, porque fui atender um telefonema importante, relacionado a questões da nossa Região Amazônica. E eu digo

“nossa”, porque o senhor vai par um país que compõe o bioma Amazônia.

Temos a OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que procura cada vez mais a integração entre os oito países da Amazônia. A sede da OTCA é aqui. Nós conseguimos aprovar junto ao BNDES – e era justamente o Presidente Luciano Coutinho com quem eu conversava – conseguimos aprovar o primeiro projeto internacional do Fundo Amazônia, que é a unificação do monitoramento da Floresta entre os oito países. Cada qual faz o seu, mas teremos, em muito pouco tempo, a integração desses dados todos.

Eu e o Senador Cristovam temos alguma divergência, talvez, na forma de colocar, porque eu não vejo a nossa Floresta, a biodiversidade como patrimônio da humanidade. Eu a vejo como patrimônio do povo brasileiro. Agora é obvio que temos de estar sujeitos a regras que têm de ser semelhantes para todos. Não há dúvida quanto a isso.

Como o senhor disse, o Protocolo de Quioto é para isso.

A OTCA, Senador Cristovam, é exatamente para isso, tem esse objetivo. Aqui estamos eu o Senador Jorge Viana, que já foi Governador do Acre, está lá o Embaixador Lineu, que está indo para a Guiana. Do nosso lado, há a Colômbia, Venezuela e fronteira. Então, é obvio que o se fizer aqui vai impactar lá. A hidrelétrica que se fizer aqui gera impactos nos outros países e vice-versa. Então, é claro que temos de atuar como se fossemos um condomínio, de forma democrática, respeitando a soberania de cada nação, de cada país. É exatamente esse o objetivo que se busca na OTCA.

Eu quero dizer, Embaixador Lineu, que eu sou uma entusiasta desse organismo internacional. Eu procuro estar sempre em todas as atividades da OTCA, porque entendo que nós precisamos, de fato, de interagir. Dentro de todas as lutas da OTCA, uma delas é a que já está se efetivando hoje, além de muitas outras; penso em coisas maiores, como a questão ambiental, em começar a trabalhar a questão ambiental. Eu vejo o monitoramento apenas como um ponto. Acho que as nossas regras ambientais para a Amazônia têm de ser as mesmas da Guiana, as mesmas do Peru, têm que ser assemelhadas.

E o segundo grande projeto, Embaixador, que iremos trabalhar politicamente é a criação de uma universidade da Amazônia. Isso faz parte da carta, do programa da OTCA. É importante. Na semana passada, aqui nesta Comissão, houve uma audiência pública para debater a pretensão de uma empresa privada americana chamada Amazon de obter com exclusividade o domínio genérico na Internet.

Então, no Brasil, o Presidente Ricardo Ferraço, pessoalmente como Senador já entrou na luta. Recebi o seu expediente, Senador, que, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, está muito envolvido nisso.

Então, eu gostaria que o senhor dissesse o que poderia fazer em relação a isso na Guiana para que essa luta seja fortalecida e a sua visão em relação à OTCA e todo o seu programa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Eu gostaria de indagar o Sr. Embaixador indicado para chefiar a nossa missão na Guiana – e eu estou chamando V. Ex^a de Embaixador, porque V. Ex^a está vindo de uma importante missão junto à Venezuela.

Há estimativas de que, pelo menos, 9 mil cidadãos brasileiros fazem um processo migratório de frequência na Guiana, sobretudo em razão da mineração de ouro. Essa frequência tem-se estabelecido de maneira muito intensa e é uma migração muito sazonal. Essa migração de brasileiros se dá em alguns períodos do ano e não se dá em outros períodos.

A pergunta é como V. Ex^a considera-se estar preparado para a nossa missão em Guiana, para dar atenção e sustentação a essa imigração de brasileiros e se o Brasil e a Guiana já dispõem de instrumentos bilaterais que possam possibilitar uma perfeita cooperação e uma perfeita convergência neste campo.

Segundo, indagar a V. Ex^a se é diretriz do Governo, se é diretriz do Ministério das Relações Exteriores, portanto, diretriz de V. Ex^a intensificar os esforços para que a Guiana possa fazer parte do Mercosul. Existem já tratativas, intenções relevadas de parte a parte? Como V. Ex^a pretende colocar isso no seu GPS, no seu tratar de diretrizes e trabalho?

Passo a palavra, então, portanto, aos nossos embaixadores.

Consulto ao Senador Eduardo Suplicy se deseja fazer a indagação aos Srs. Embaixadores.

Portanto, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Presidente Ricardo Ferraço.

Em primeiro lugar eu agradeço o Senador Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, que foi Embaixador de 2009 até recentemente no Tadjiquistão e, cumulativamente, no Afeganistão, se puder nos dizer uma palavra sobre os esforços de atendimento, visando à paz, entre os EUA, que tem tido uma presença militar muito forte, o próprio Governo do Afeganistão e o Talibã.

A razão destas duas perguntas é porque, nas duas últimas semanas, tem havido um noticiário a respeito

de como no Oriente Médio está havendo um esforço de tentativa de diálogo. O Governo do Afeganistão teria expressado que gostaria que fosse realizada a reunião no Afeganistão e não, acho, no Kuaite ou em Doha. Agradeço se puder nos informar, porque se trata de uma das regiões do Planeta Terra onde, há muito tempo, vêm se desenvolvendo ações de instabilidade e de insurreição, desde o tempo em que a União Soviética ocupou o Afeganistão, e que até hoje não se resolveu bem. Quem sabe o senhor poderá nos dar uma visão de quem ali conheceu mais de perto os problemas.

Com respeito às Bahamas e também com respeito à Guiana, Embaixador Lineu Pupo de Paula, eu agradeço se puder nos informar mais sobre o tema que ambos mencionaram da importância de ambos os países terem uma maior integração com toda a América Latina e o Caribe seja no Mercosul seja na (*Inaudível.*), visando à integração desses países de maneira a mais adequada possível, tendo em conta que é intenção do Brasil promover esta integração da América Latina e do Caribe da forma mais rápida possível.

E gostaria de encaminhar para ambos o meu livro sobre a renda básica de cidadania, colocando-me à disposição.

Quero informar a ambos que, ainda na reunião havida do Parlatino, no Panamá, no dia 30 de novembro, foi aprovado a chamada Lei Marco da Renda Básica, elaborada e aprovada por consenso, por iniciativa de uma deputada do Equador, de representantes do Uruguai e da Venezuela e por mim próprio, que leva em conta muito a lei aprovada pelo Brasil para instituir gradualmente o direito de todas as pessoas, em cada nação, ter uma renda básica incondicional.

Então, isso poderá ser encaminhado aos Parlatamentos tanto das Bahamas quanto da Guiana. Coloco-me à disposição de colaborar na discussão desse propósito.

Muito obrigado a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Embaixador Sette Câmara, há a impressão de que os Estados Unidos da América teriam um sentimento de redução do seu interesse pelo Caribe? Dentro da geopolítica dos Estados Unidos da América, o Caribe já foi inclusive considerado terceira fronteira dos Estados Unidos da América. Há essa percepção? Qual é a avaliação que V. S^a faz, até em função da ocupação desse espaço, aqui relatado por V. S^a, de investimentos chineses nas Bahamas?

Eu gostaria de V. S^a pudesse abordar isso.

Vou passar para V. S^a a palavra e, em seguida, ao Embaixador Lineu Pupo de Paula.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, inspirada em V. Ex^a, eu poderia fazer uma complementação ao Embaixador Lineu?

Será muito rápido.

O Embaixador falou a respeito das hidrelétricas que estão sendo estudadas. Eu não sei se eu perdi essa parte, mas gostaria de saber qual a capacidade de geração delas e qual o nível de negociação com Eletrobras, que possivelmente as está negociando.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Embaixador Sette Câmara.

O SR. CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA – Sr. Presidente, o que eu diria para tentar esclarecer a pergunta de V. Ex^a é que os Estados Unidos têm uma relação muito especial com as Bahamas. É uma relação que vem da independência. Como saberá o senhor, quando houve a guerra da independência das Bahamas, nos Estados Unidos, quase todos os lealistas americanos que estavam do lado da Inglaterra imigraram para as Bahamas e levaram seus escravos negros. Então, há um alinhamento muito grande das Bahamas com os Estados Unidos, e os Estados Unidos oferecem uma certa proteção, inclusive militar, para que se evite o tráfico de drogas e de pessoas em relação às Bahamas.

Eu diria que essa massa crítica, resultado da presença e da proximidade das Bahamas, não me leva a visualizar nenhum afastamento dos Estados Unidos em relação às Bahamas. Muito pelo contrário, até porque a própria política fiscal, ou melhor, o fato de as Bahamas serem paraíso fiscal, de certa forma, oferece uma válvula confortável de escapamento dos Estados Unidos em determinadas situações.

Espero ter respondido à pergunta do senhor.

Sr. Senador Suplicy, eu considero a situação do Afeganistão insolúvel. Não vejo como aquela situação possa progredir. Eu explico para o senhor. Há um governo muito fraco no Afeganistão, que é o governo do Karzai. É um governo trespassado de corrupção, absolutamente inconfiável. Ele vai ser substituído no ano que vem, mas acontece um detalhe muito interessante, Senador: o Paquistão controla o Talibã. Por que o Paquistão controla o Talibã? O Talibã é visto como uma força auxiliar paquistanesa no conflito com a Índia. Então, o serviço de inteligência paquistanesa, que é poderosíssimo, treina o Talibã, fornece material, fornece equipamentos, sempre no espírito de utilizarem os talibãs no caso de um conflito com a Índia. De maneira que nas vertentes, em um país que já vem de guerras com a Inglaterra no período colonial, com a guerra contra a União Soviética, não vejo um corpo sistemático que possa propiciar uma governança para o Afeganistão, na medida em que o Karzai vai sair.

Não sei se será substituído por alguém de confiança. Não vejo isso. Por um lado, o Paquistão tem toda a intenção de desestabilizar o Afeganistão, porque são inimigos históricos. Então, sem um controle efetivo do Talibã pelo Paquistão, isso não progride.

Por outro lado também, há que notar que o Talibã é uma força, além de extremamente poderosa, extremamente violenta, Senador. Eles colocam bombas em ônibus de crianças, atacam escolas de crianças. Há dezenas de mortes de crianças no Paquistão.

Então, eu não vejo o Afeganistão como tendo um substrato de governança. Sobre tudo depois que os Estados Unidos, a Inglaterra e todas as forças do Ocidente saíram, eu não vejo como pode haver um cimento que torne aquele país viável. É uma incógnita. Pode ser que, daqui a um ano, encontre-se uma situação, mas, no momento, eu não vejo isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Embaixador Lineu Pupo de Paula.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me.

Como V. Ex^a foi embaixador no Tadjiquistão e, extensivamente, no Afeganistão, chegou a morar no Afeganistão também ou ficava mais no Tadjiquistão?

O SR. CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA – Não. Eu fui embaixador no Paquistão, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – No Paquistão.

O SR. CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA – No Paquistão, e era embaixador cumulativo no Tadjiquistão. O Tadjiquistão não oferece nenhum problema. Sua cidade é tranquila, trabalhadora, mas eu ia muito ao Afeganistão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ia ao Afeganistão.

O SR. CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA – Ia muito ao Afeganistão. Uma vez por mês.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas nunca chegou a ser ameaçado, do ponto de vista de sua integridade física?

O SR. CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA – Eles colocam uns carros especiais para a gente, e o único trajeto seguro que há em Cabul, Sr. Senador, é o trajeto do hotel ao palácio do governo. No mais, a insegurança é total. São ruas protegidas e tudo mais.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

O SR. CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA – Eu tive esse problema de

integridade física porque explodiram a Embaixada da Dinamarca, vizinha à minha. Então, a minha, não digo que ficou numa situação deplorável, mas todos os dias os rompimentos, portas fora do lugar. Não foi uma experiência agradável.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – De maneira que, agora, o senhor merece um lugar pouco mais tranquilo nas Bahamas. *(Risos.)*

O SR. CARLOS EDUARDO SETTE CÂMARA DA FONSECA COSTA – É. Se eu for aprovado!

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Perdão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Exª tem alguma coisa contra a que ele possa ser movido para um ambiente mais tranquilo, não, né?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – A Senadora Vanessa estava querendo me mandar um pouco para o Afeganistão, para conhecer!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a palavra S. Sª o Embaixador Lineu.

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – Obrigado.

São várias perguntas que eu recebi aqui e que falam de água. Uma pergunta sobre a energia elétrica, sobre as hidrelétricas que estamos com a ideia de ajudar a construir.

Eu diria o seguinte: se nós olharmos bem o mapa, existe o que se chama a ilha das Guianas, que incluiriam as três Guianas, mais um pedaço da Venezuela, no Rio Orinoco, iria por Roraima e Amapá. Existem geólogos e geógrafos que consideram isto uma ilha: o sul do Amapá, o sul de Roraima, o Orinoco, na Venezuela, e o Oceano Atlântico. E é uma área com uma importante bacia hidrográfica.

Como eu já comentei na minha exposição, as hidrelétricas seriam construídas, sendo que uma teria 700 megawatts e a outra, 2 mil megawatts. São hidrelétricas consideráveis e que resolveriam todo o problema de falta de energia, principalmente em Roraima, que ainda depende da energia que vem da Venezuela. E, como a gente sabe que a Venezuela, hoje em dia, está com problemas estruturais internos, como a gente sabe que existem esses problemas na Venezuela, isso se reflete em Boa Vista com falta de energia. É bastante complicado.

A Eletrobras ainda não está envolvida no projeto. Por enquanto, a Queiroz Galvão com a OAS têm um acordo com o Governo da Guiana, para fazer os estudos de viabilidade. Mas o que o Governo da Guiana quer é justamente que, além da hidroelétrica, seja construída, seja asfaltada a estrada que iria de Georgetown até Boa Vista praticamente e que também

fosse construído um porto de águas profundas dentro de Georgetown. Isso permitiria a saída de produtos, tanto de Manaus como de Boa Vista, e também poderia aumentar a importação brasileira de produtos que viriam do Caribe, da América do Norte.

Então esse é um projeto prioritário. Eu acho que é um pouco ambicioso demais o projeto, porque ele prevê, a custo atual, US\$ 8 bilhões de dólares. Se nós pensarmos que Chipre foi salva com US\$10 bilhões, US\$8 bilhões é um projeto muito ambicioso. Mas eu acho que é de interesse nosso, é interesse estratégico, é interesse de infraestrutura; ajudaria ao desenvolvimento tanto da Guiana como também do Norte do Brasil. Então é a instrução que, caso eu seja aprovado, eu seguiria adiante, dando o apoio necessário, porque é prioritário para a Guiana.

Bem, com relação à OTCA, também Guiana faz parte, conta com o apoio da OTCA. O Ministério das Relações Exteriores da Guiana hoje em dia é um ministério muito ativo, participa de todas as reuniões, e tanto a CAF, a Cooperativa Andina de Fomento, quanto o BID têm todo o interesse em participar de projetos nessa região.

Georgetown é também a sede do Caricom. Então, com relação a essa cooperação, existem tratativas de cooperação tanto do Mercosul com o Caricom quanto da Guiana com o Mercosul. A Guiana foi formalmente convidada para fazer parte do Mercosul, como estava associado. A missão brasileira já esteve em Georgetown para ajudá-los a preparar a documentação necessária para esse pedido de ingresso. A ideia é que talvez até o fim do ano, ou em 2014, seja sacramentada a participação da Guiana como membro associado do Mercosul.

O que mais teria a falar? Ah, a fronteira. Sim, a fronteira é um problema bastante complicado, porque ela é muito permeável. Depois da construção dessa ponte no Rio Tucutu, que liga os dois países, houve um aumento ainda maior de tráfico, tanto de brasileiros, tanto de pessoas como tráfico de drogas. A gente tem que lembrar também que não existe controle do espaço aéreo da Guiana; eles não têm técnicos, não têm equipamentos para fazer o controle do espaço aéreo.

Por isso, o Ministério da Defesa aqui do Brasil está dando treinamento para oficiais da Guiana, para permitir que aquela região, principalmente do interior, mais perto da fronteira com Roraima possa ter um maior controle. A gente estaria disposto, inclusive, a fornecer dados do Sivam para que não haja tanto tráfico de drogas, de vôos dessas avionetas. No Brasil há a Lei do Abate, apesar de que não a tenhamos usado a lei até hoje; na Guiana não tem. Então, há uma preferência hoje em dia dos traficantes de voarem sobre as três Guianas.

Os brasileiros reclamam muito do tratamento que eles recebem das autoridades da Guiana, mas o problema é que eles não estão na capital, Georgetown. Eles estão todos no interior, nas áreas de mineração, e são ilegais; a maioria deles é ilegal. E muitas vezes não chegam até Georgetown as reclamações de que nós ficamos sabendo depois, por meio de reuniões. Mas o Governo brasileiro se preocupa com essa população que entra na Guiana e sai dela, dependendo da época de mais chuva, menos chuva, e mais acesso aos garimpos. E em todas as reuniões, principalmente da área consular, esse assunto é mencionado.

É isso que eu tinha a mencionar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – De acordo com disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Designo S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin para atuar como Secretária.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, tornada secreta às 11 horas e 14 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 17 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Cumprimento, naturalmente, os Srs. Embaixadores, desejando-lhes muito êxito à frente de suas missões e de seus desafios.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores.

Vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, tornada secreta às 11 horas e 14 minutos, reaberta às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.)

Edição de hoje: 792 páginas
(OS: 14108/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

